



23 a 25 de maio
fafich - UFMG
2012

Anais Eletrônicos

Vol. III

Simpósios Temáticos:

08 – Religiões e Religiosidades no Brasil
09 – Sociedade, Política e Cultura: 1960-1985
10 – Sociedades, Naturezas e Saúde: perspectivas históricas
Painéis

Belo Horizonte
2012

Organizadores:

Ana Marília Carneiro
Fabrício Vinhas Manini Angelo
Gabriel da Costa Avila
Mariana de Moraes Silveira
Mariana Sousa Bracarense
Raul Amaro de Oliveira Lanari
Warley Alves Gomes

**Anais Eletrônicos do I Encontro de Pesquisa
em História da UFMG – I Ephís:
Volume III**

1ª edição

ISBN: 978-85-62707-36-0

**Belo Horizonte
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH / UFMG
2012**

I Encontro de Pesquisa em História da UFMG – I Ephis
23, 24 e 25 de maio de 2012
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas - Fafich

Reitor

Clélio Campolina Diniz

Vice-reitor

Rocksane de Carvalho Norton

Diretor da Fafich

Jorge Alexandre Barbosa Neves

Vice-diretor

Mauro Lúcio Leitão Condé

Chefe do Departamento

Cristina Campolina

Coordenadora do Colegiado de Graduação

Adriana Romeiro

Subcoordenador do Colegiado de Graduação

Luiz Duarte Haele Arnaut

Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

Kátia Gerab Baggio

Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em História

José Newton Coelho Meneses

Realização

Programa de Pós-Graduação em História da UFMG – PPGHIS

Comissão Organizadora

Ana Marília Carneiro (mestranda, UFMG)
Fabrício Vinhas Manini Angelo (mestrando, UFMG)
Gabriel da Costa Ávila (doutorando, UFMG)
Mariana de Moraes Silveira (mestranda, UFMG)
Mariana Sousa Bracarense (mestranda, UFMG)
Raul Amaro de Oliveira Lanari (doutorando, UFMG)
Warley Alves Gomes (mestrando, UFMG)

Design Gráfico

Débora Lemos

Apoio

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FAFICH
Programa de Pós Graduação em História da UFMG – PPGHIS



Índice

Anais Eletrônicos Vol. III

Apresentação	08
Simpósio Temático 08: Religiões e Religiosidades no Brasil	09
<i>Laicidade: indispensável no desenvolvimento científico das políticas públicas brasileiras?</i>	
Clera Barbosa Cunha e Cláudia de Faria Barbosa	09
<i>A Elite dirigente da Ordem Terceira Franciscana de Vila Rica: Poder e Instituições numa sociedade de Antigo Regime</i>	
Cristiano Oliveira de Sousa	16
<i>“O Reino do Mal entre nós”: a Igreja Católica e o catecismo anticomunista</i>	
Edwilson Soares Freire	29
<i>Aspectos do conservadorismo em René Ludmann: a questão da censura e das cotações morais no cinema</i>	
Geovano Moreira Chaves	48
<i>“O Brasil é nossa Samaria”: providencialismo e representações de Brasil em The Evangelical Invasion (1910), de Samuel R. Gammon</i>	
Guilherme Ferreira Oliveira	55
<i>Os jesuítas e a formação de uma cultura letrada no Brasil</i>	
Ilma Magalhães Alkimim	67
<i>A Mercês crioula – A irmandade de Nossa Senhora das Mercês da Vila de São José (1804-1824)</i>	
Kellen Cristina Silva	75
<i>As representações iconográficas do Profeta Elias nas Ordens Terceiras do Carmo de Minas Gerais: um modelo de santidade</i>	
Leandro Gonçalves de Rezende	88
<i>Outros ultramontanos: os “herdeiros” de D. Viçoso e a reforma Católica no Segundo Reinado</i>	
Marcella de Sá Brandão e Luciano Conrado Oliveira	100
<i>Negros do Rosário: devoção e difusão do culto à Virgem do Rosário em irmandades de homens de cor na América portuguesa</i>	
Márcia Cristina Pires	111
<i>Ofícios, celibato e identidade clerical: o padre Francisco Lopes Lima</i>	
Mayara Amanda Januário	122
<i>A Igreja Católica e o antiprotestantismo no Brasil (1930 -1945)</i>	
Paulo Julião da Silva	133
<i>Formação Religiosa e Social através de Hinos: uma análise da contribuição do Cantor Cristão ao projeto formador batista</i>	
Taciana Brasil dos Santos	141
<i>Aspectos da prática votiva na Idade Moderna</i>	
Wesley Fernandes Rodrigues	153

Simpósio Temático 09: Sociedade, Política e Cultura: 1960-1985	163
<i>Apontamentos sobre a aliança operário-estudantil-camponesa: das campanhas contra a carestia de vida à frente de mobilização popular (1956-1964)</i>	
André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos	163
<i>A viola embaixatriz de Renato Andrade: relato sobre as turnês ao exterior</i>	
Bruno Aragão Cardoso	178
<i>Orientações políticas de uma esquerda moderada: o PCB e o “centralismo democrático” (1958-1979)</i>	
Camilla Cristina Silva	189
<i>Quem detém a mídia, detém o poder? A imprensa e a crise institucional do governo João Goulart</i>	
Carla Corradi Rodrigues	203
<i>De Jânio Quadros, o governo que sonhou a política independente externa, à implantação do regime parlamentarista que empossou João Goulart em 1961</i>	
Francisco José dos Santos	215
<i>A organização da ciência durante o regime militar por meio dos planos nacionais de desenvolvimento</i>	
Gabriel Amabile Boscariol	224
<i>Da Liberdade Política a Negação da Constituinte: a busca por uma identidade partidária entre os deputados federais petistas (1982-1988)</i>	
Glauber Santos	230
<i>“Minha maluquez misturada com minha lucidez”: Oposição e resistência a ordem social vigente na obra de Raul Seixas</i>	
Joiciele Rezende Costa	242
<i>Suspeitas sobre a UFMG: a atuação dos professores cassados no governo Costa e Silva</i>	
Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes	254
<i>A subversão dos costumes: juventude, moral e família em discursos militares e civis (1964-1985)</i>	
Mauro Teixeira	263
<i>O pensamento agrário do Partido Comunista Brasileiro na literatura de Bernardo Élis</i>	
Pauliane de Carvalho Braga	272
<i>Lá e cá: o noticiário internacional como espaço de críticas possíveis ao regime militar</i>	
Rafael Henrique Antunes	284
<i>Espaçonaves no céu e na canção: a Corrida Espacial na música brasileira</i>	
Suelen Maria Marques Dias	292
<i>A participação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais na Greve de Contagem de 1968</i>	
Thiago Veloso Vitral	301
<i>Romantismo contracultural, cidade e campo na música de Sá, Rodrix & Guarabyra, no Brasil dos anos 1970</i>	
Victor H. de Resende	310
<i>As eleições de 1982 para o governo do Estado do Mato Grosso do Sul: um breve ensaio introdutório</i>	
Wagner Cordeiro Chagas	319
Simpósio Temático 10: Sociedades, Naturezas e Saúde: perspectivas históricas	332
<i>Expedições de Circunavegação da Terra: usos políticos das ciências e natureza na França (1735-1825)</i>	
Daniel Dutra Coelho Braga	332
<i>Os aspectos etno-históricos da Teoria do Cuidado Cultural</i>	
Daniele Cristina de Sousa Ferreira e Jana Paula Sampaio Botelho	345
<i>Corpo e Cura: posições médicas sobre os escravos no Oitocentos</i>	

Iamara da Silva Viana	352
<i>Eugenia Tupiniquim: traços de pensamentos raciais Brasil</i>	
Izaac Erder Silva Soares	360
<i>A saúde entre memórias e práticas: parteiras e benzedeiros na região de Governador Valadares (1960 – 1990)</i>	
Ricardo Conrado Lopes	372
<i>A experiência científica de Alexander von Humboldt nas Florestas do Novo Mundo</i>	
Vinicius Santos da Silva	382
<i>O Hospício de Pedro II e a Institucionalização da Loucura no Brasil</i>	
William Vaz de Oliveira	389
Painéis	400
<i>O global e o particular: o estruturalismo e a historiografia brasileira acerca da abolição da escravidão (1960/70-1980/90)</i>	
Adriano Braz Maximiano	400
<i>A Influência das Águas na Construção Sociocultural de Alagoas</i>	
Alexandre Antonio da Silva	413
<i>Raízes da Desigualdade Social no Brasil. Cor da pele e desigualdade ocupacional em MG no século XIX: primeiras aproximações a partir de listas nominativas de Mariana</i>	
Amanda Maciel da Silva	419
<i>A relação entre o desenvolvimento da culinária mineira e o desenvolvimento de Minas Gerais no século XVIII</i>	
Bruna Lívia Martins, Daniela Almeida Raposo e Torres Larissa Carla Siqueira	444
<i>Wilson Simonal: Problematizações sobre a mobilização internacional dos negros e a arte engajada brasileira nos anos 1960</i>	
Bruno Vinicius Leite de Moraes	456
<i>Saúde: diferença entre o público e o privado no ambiente Hospitalar</i>	
Dalton Gonçalves Saraiva, Jaqueline de Freitas Lopes, Jaqueline de Freitas Lopes e	
Nalva da Silva Ramos	470
<i>Instituições psiquiátricas mineiras: concepções e práticas (1903-1922)</i>	
Darlan Luiz Silva Santos	478
<i>História, imprensa e censura: a cobertura brasileira sobre as ditaduras militares no Chile (1973-1989) e na Argentina (1976-1982)</i>	
Elerson da Silva e Juliana Rodrigues Gomes de Mello	487
<i>Estratégias na transmissão da propriedade territorial e escravidão na Freguesia de Guarapiranga no século XIX</i>	
Eliane Aparecida Duarte Batista	496
<i>Ouvir para contar – construção de um acervo de memórias de alunas diplomadas no curso Técnico de Química Industrial matutino da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, atual Cefet – MG (1967 – 1970)</i>	
Fábio Liberato de Faria Tavares	505
<i>Meia-noite em Paris: O passado como sentido para a vida</i>	
Fernanda Generoso	509
<i>“Integrar para não entregar”: o nacionalismo da ditadura civil-militar no Projeto Rondon (1967-85)</i>	
Gabriel Amato	521
<i>Os usos e desusos de Relatos de viajantes nos estudos de História da Morte no Brasil oitocentista (2005-2010)</i>	

Gabriel Cavalcante Cordeiro	533
<i>Políticas Públicas de Saúde: A História da Saúde Mental no Brasil</i>	
Jaqueline de Freitas Lopes, Dalton Gonçalves Saraiva, Jaqueline de Freitas Lopes e Márcia Valéria Nogueira de Freitas	543
<i>O processo de formação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica</i>	
James Soares e Miriã Suéllen X. Nascimento	556
<i>Transporte público em Belo Horizonte após o colapso do sistema de bondes (1950-2001)</i>	
Leandro Alysso Faluba	562
<i>Famílias camponesas: estratégias, sociabilidade e trajetórias familiares. Guarapiranga - MG (1750-1820)</i>	
Luis Henrique de Oliveira	566
<i>O modernismo reacionário no pensamento histórico nacional-socialista: análise da obra Zur Geschichte des Nationalsozialismus, de Walter Frank</i>	
Marcelo Alves de Paula Lima	579
<i>O Jogo é um Bicho? Repressão aos Jogos de Azar em Salvador entre 1890 e 1910 e Representações Culturais do Jogo do Bicho no Século XX</i>	
Marcelo Bloizi Iglesias	593
<i>A Resistência da Esquerda Militar na Guerrilha de Caparaó (1966 -1967)</i>	
Márcio Francisco de Carvalho	604
<i>Vanguarda e Subdesenvolvimento: a cultura política em Ferreira Gullar</i>	
Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira	616
<i>Xangô Silenciado: Um estudo da Perseguição dos Cultos Africanos em Alagoas</i>	
Maria Aline Pereira de Oliveira	627
<i>Palavras do Mestre: Salomão de Vasconcelos, escrita da história e o patrimônio cultural</i>	
Pollianna Gerçossimo Vieira	631
<i>Viúvas e Celibatárias na Freguesia de Guarapiranga em meados do século XIX</i>	
Priscilla Firmiano Valente	640
<i>As “Diretas Já” e a retomada as ruas</i>	
Rochelle Gutierrez Bazaga	647
<i>O progresso em Viçosa-MG (1890-1845), que “modernidade” é essa?</i>	
Rômulo N. Marcolino	653

* A formatação dos artigos é de responsabilidade dos autores.

Apresentação

O **I Encontro de Pesquisa em História da UFMG** é uma iniciativa discente, que tem como objetivo principal promover um diálogo aberto e democrático entre os alunos de pós-graduação e de graduação em história e áreas afins. A intenção de realizar o evento surgiu a partir da consciência das limitações do espaço dedicado aos debates entre jovens pesquisadores em muitos grandes eventos. Propomos, então, um encontro feito *por* e *para* estudantes, voltado essencialmente para a troca de experiências, informações, inquietações – o que, acreditamos, muito pode contribuir para a atividade por vezes tão solitária que é a pesquisa.

Por uma grata surpresa, o evento alcançou dimensões muito maiores do que imaginávamos inicialmente e cresceu em quantidade e qualidade. A proposta inicial de cinco Simpósios Temáticos voltados a proporcionar uma maior interação entre os alunos do Programa de Pós-Graduação em História da UFMG adquiriu dimensões nacionais, atraindo participantes de diversas instituições e de muitas áreas afins que se distribuíram em dez Simpósios Temáticos que contemplam uma grande variedade de temas e de recortes temporais, em estreita relação com os movimentos mais recentes da historiografia.

Para a realização do evento, contamos com o apoio constante de muitas pessoas e instituições. Por isso, gostaríamos de registrar os nossos agradecimentos ao Programa de Pós-Graduação em História e à Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, às Professoras Kátia Gerab Baggio e Adriana Romeiro, aos alunos do PPGHIS/UFMG e, em especial, àqueles que enviaram propostas de Simpósios Temáticos. Agradecemos também a todos que se inscreveram e acreditaram no projeto do encontro e aos convidados que se dispuseram gentilmente a participar do EPHIS: Professor Fernando Novais, Professora Miriam Hermeto, Ricardo Frei e Leandro Eymard.

Comissão Organizadora

Ana Marília Carneiro
Fabrício Vinhas Manini Angelo
Gabriel da Costa Avila
Mariana de Moraes Silveira
Mariana Sousa Bracarense
Raul Amaro de Oliveira Lanari
Warley Alves Gomes

Simpósio Temático 08: Religiões e Religiosidades no Brasil

Laicidade: indispensável no desenvolvimento científico das políticas públicas brasileiras?

Clera Barbosa Cunha

Mestre em Educação e Sociedade – UNIPAC

Professora da disciplina Ensino Religioso.

clerabarbosa@yahoo.com.br

Cláudia de Faria Barbosa

Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea - UCSAL

Núcleo de Pesquisa - NPEJI/UCSAL

barbosa.claudiadefariabarbosa@gmail.com.br

Resumo: O artigo ressalta questões da contemporaneidade presentes nas instabilidades sociais e nas mudanças almeçadas e, muitas vezes, já alcançadas através da determinação da laicidade na sociedade brasileira, após a Carta Magna de 1988. As discussões sobre o processo histórico da educação religiosa no Brasil merecem acompanhamento a partir do pressuposto de que ela está em constante transformação, avança e recua através de movimentos e lutas pela liberdade de crença onde se configura novas formas de se viver a opção religiosa. É na escola que se manifestam as mais variadas formas de religiosidade, pois com o livre arbítrio as discussões se intensificam e por ser um espaço que mantém uma heterogeneidade de sujeitos com diferentes condições econômicas, sociais, culturais, étnicas, físicas, religiosas e psicológicas. No decorrer do trabalho surge a necessidade de observar as características presentes nas diversidades humanas e refletidas na escola para entender o que instiga e estimula o sujeito a procurar respostas, através das religiões às indagações que surgem na sua existência. Destaca-se que no âmbito da escola pública, o ensino religioso como ação educativa encontra rupturas diante do poder simbólico constituído pelo Estado Brasileiro no que tange o conhecimento científico, que visa o avanço das políticas públicas por uma educação de boa qualidade para todos.

Palavras-chave: Educação, Ensino Religioso, Convivência.

Abstract: The article highlights issues of contemporaneity present in social instabilities and the desired changes and, often already achieved through the determination of the secularism in Brazilian society, after the Magna Carta of 1988. Discussions about the historical process of religious education in Brazil deserve monitoring from the assumption that it is constantly changing, going up and down through movements and struggles for freedom of belief which sets up new ways of living the religious option. It is in school which the most varied forms of religion happen, due to the free will, discussions are intensified and because it is a place that holds a mix of individuals with different economic, social, cultural, ethnic, physical, psychological and religious conditions. During the work there is a need to observe the features present in human diversity and reflected in school to understand what instigates and stimulates the individual to look for answers, through the religions to questions that arise in your life. It is noteworthy that in the public schools, religious education, as an educative action, finds breakage before the symbolic power made by the Brazilian State regarding scientific knowledge, which seeks to advance public policies for a good quality education for all.

Keyword: Education, Religious Education, Coexistence

Contextualização: Religiosidade brasileira presentes nas instabilidades sociais

O processo histórico da educação laica no Brasil merece acompanhamento a partir do pressuposto de que ela está em constante transformação. O movimento inspirado nas ideias de universalização e gratuidade da escola pública teve avanço significativo através do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova na década de 1990, mais precisamente com Anísio Teixeira e Fernando de Azevedo.

Em várias ocasiões, Anísio Teixeira deixou registrada a necessidade de conquistar o sistema escolar brasileiro, que em seu entendimento deveria desempenhar a função de construir uma sociedade democrática. Para tanto, era necessário o acesso das classes menos privilegiadas, ou seja, as classes populares à educação pública, única, laica e gratuita sob a responsabilidade do Estado. Portanto, o controle do Estado sobre a educação torna-se interessante desde que seja democrático de direito (LEAL, PIMENTEL e PINTO, 2000).

As discussões sobre o processo histórico da disciplina ensino religioso nas escolas do país passaram por instabilidades sociais marcadas por mudanças almeçadas e, muitas vezes já alcançadas. Os fatos históricos ajudam a compreender os movimentos e os interesses que levaram ao modelo de educação existente hoje, sobretudo, nas escolas públicas, que emergem de uma história de desigualdades alimentada pelas atitudes daqueles que mantinham o monopólio do ensino.

Os colonizadores portugueses chegaram ao Brasil no século XVI e, ao se instalarem nas terras brasileiras, impuseram a cultura europeia para o povo que já habitava a colônia. Nesse sentido, a educação começou a ser pensada conforme os costumes europeus. De acordo com Aranha (1996), ao se alojarem, os colonizadores não tinham como meta prioritária a educação. As metrópoles europeias mandaram para o Brasil religiosos formados por padres jesuítas da Companhia de Jesus, com o intuito de realizarem um trabalho missionário e pedagógico com o povo. A igreja, submetida ao poder real, atuava como instrumento importante para a segurança da unidade política, já que uniformizava a fé e a consciência das pessoas.

Os padres jesuítas fundaram escolas em algumas regiões do país e introduziam os costumes europeus, dando ênfase ao ensino clássico para os filhos dos senhores de engenho que constituíam a elite da sociedade a ser educada. As primeiras escolas começaram a ser frequentadas por filhos de famílias ligadas ao cultivo da cana de açúcar e era sinal de *status* possuir formação humanística, ministrada pelos colégios jesuítas. Aos filhos dos colonos e aos índios ensinava-se um ofício e divulgava-se a fé católica, uma vez que eles não tinham acesso à mesma educação da elite (MOREL, 1979).

Nestas circunstâncias, a educação brasileira se desenvolveu de forma hierárquica, na qual os filhos dos colonizadores e dirigentes governistas seguiam um modelo de educação clássica. Os descendentes dos

colonos, quando conseguiam ter acesso ao ensino, aprendiam um ofício para obterem o próprio sustento e aos escravos, índios e negros, lhes era determinado a catequese (BARBOSA CUNHA, 2009).

Os jesuítas possuíam muitas escolas e uma organização estável quanto à disciplina nos colégios. Por ser uma forma de educação estruturada, no decorrer do século XVIII entre outros fatores, o governo temia o poder econômico e político exercido por eles ao modelar a consciência e o comportamento das camadas sociais, o que levou ao encerramento das atividades da Companhia no território brasileiro (ARANHA, 1996).

Reformas aconteceram e o Brasil foi rompendo gradativamente, com o modelo existente na educação escolar. D. Pedro I outorgou em 1824 a primeira Constituição brasileira que manteve o *status* da religião católica e o direito de conferir benefícios eclesiásticos. Outras leis foram aprovadas no decorrer da história e a educação religiosa na escola pública sempre em constante transformação, avança e recua, através dos movimentos pela liberdade de crença religiosa.

De fato, a luta pela nova política educacional teve seus princípios garantidos, através da Constituição Federal de 1988 que estabelece em seu art. 210, parágrafo 1º.

Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais.

§ 1º - O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental. (BRASIL, 1988)

A inclusão desse dispositivo deu-se com uma significativa mobilização nacional, resultando na segunda maior emenda, em números de assinaturas, apresentadas ao Congresso Nacional. Em todo o país existem grandes esforços pela renovação do conceito de ensino religioso, da sua prática pedagógica, da definição de seus conteúdos, natureza e metodologia adequada ao universo escolar (FONAPER, 2009).

Aspectos como a gratuidade, laicidade e obrigatoriedade do ensino teve continuidade através de protagonistas que se destacaram através de suas ideias como, Florestan Fernandes e Darcy Ribeiro que levaram o debate sobre o sistema público de ensino para a arena dos partidos políticos. Destaca-se nacionalmente o senador Darcy Ribeiro que é considerado o prosseguidor das ideias de Anísio Teixeira pelo seu desempenho nas áreas da educação e cultura e por ter apresentado o projeto de Lei de Diretrizes e Bases – LDB (LEAL, PIMENTEL e PINTO, 2000).

Em 1996 foi aprovada a nova LDB, n. 9.394/96, que estabelece em seu art. 3º; inciso II, que o ensino será ministrado com liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber. Com a vigência da referida lei e, através de questionamentos a respeito de seu artigo 33, foi

aprovado o seu substitutivo com a edição da lei 9.475/97, passando o ensino religioso como disciplina escolar e como área do conhecimento integrante na formação básica do cidadão.

O ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural e religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo (BRASIL, 1996)¹.

Esse foi o primeiro artigo modificado na LDB mediante ampla mobilização da sociedade brasileira, envolvendo educadores, representantes de entidades civis, religiosas, educacionais, governamentais, de diferentes setores de atuação sensibilizados e comprometidos com a causa do ensino religioso na escola pública em todo o âmbito da educação básica no país. O relator da lei n. 9.475/1997, o então deputado Pe. Roque Zimmermann, afirma que, pela primeira vez, foram criadas na história da educação brasileira oportunidades de sistematizar o ensino religioso como componente curricular que não fosse doutrinação religiosa nem se confundisse com o ensino de uma ou mais religiões. É nessa perspectiva da formação plena do cidadão em que todas as crenças devem ser respeitadas, que passou o ensino religioso como disciplina curricular em todas as escolas públicas brasileiras (FONAPER, 2009).

Com o livre arbítrio as discussões se intensificam e, é na escola que se manifestam as mais variadas formas de religiosidade, por ser um espaço que mantém uma heterogeneidade de sujeitos com diferentes condições econômicas, sociais, culturais, éticas, físicas, religiosas e psicológicas.

Escola pública e os reflexos da diversidade humana

São diversas as instabilidades sociais vividas e refletidas na escola por diferentes seres que estão em constante transformação e, a disciplina de ensino religioso tem papel fundamental na formação básica do cidadão, com o intuito de aprofundar a reflexão sobre os valores fundamentais para a pessoa humana, a fim de torná-la livre e consciente.

No linear do século XXI a educação se apresenta como se estivesse em uma dupla encruzilhada, de um lado, o desempenho do sistema escolar não tem dado conta da universalização da educação básica de boa qualidade, de outro, as novas matrizes teóricas ainda não apresentam a coerência necessária para indicar caminhos realmente seguros em uma época de profundas e rápidas transformações (GADOTTI, 2000).

A escola não existe apenas para transmitir conhecimentos prontos e acabados ela se tornou parte integrante de um mundo que se transforma a cada dia e que necessita integrar-se cultural, mas, sobretudo

¹ Redação dada pela Lei 9475, de 22 de julho de 1997

socialmente, pois “o conhecimento não é um patrimônio, é uma força que transforma por dentro os indivíduos e as sociedades” (VALLE, 1997: 77).

O apego ao saber que já existe, aos métodos que já foram utilizados e aos textos “definitivos” não deve e não pode impedir a escola de descobrir o mundo novo que nasce a cada dia. Por isso, as escolas públicas do país precisam-se inovar no trabalho sem as repetições que foram instaladas no início de sua história, “o que sabes, não tens necessidade de aprender; o que não sabes, não podes aprendê-lo, já que não sabes o que é preciso aprender” (BOURDIEU e PASSERON, 1982: 36).

O que importa, realmente, é que a escola seja capaz de reinventar-se a cada momento para poder ser uma resposta adequada aos desafios que lhe vêm de um mundo em constante transformação, e não uma instituição legitimadora das desigualdades, onde “os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, fazendo-as assim ser vistas como naturais” (BOURDIEU, 1999: 46).

O fundamental não é mais fazer funcionar a escola, mas impregná-la da consciência da necessidade de sua constante invenção pela modificação de seus paradigmas, de seu projeto, de sua forma e de sua estrutura. “O ideal da sabedoria já não descreve mais aquele que detém todos os conhecimentos passados, mas aquele que procura e investiga” (VALLE, 1997: 74).

Aspectos metodológicos: o ensino religioso em escola pública

O desenvolvimento deste estudo foi conduzido através de observação em torno às questões propostas que se relacionam às experiências vividas dentro e fora do contexto escolar, além de um questionário com questões voltadas ao cotidiano dos alunos para complementar a coleta de dados. Foram, também, definidas estratégias com a finalidade de chegar-se o mais próximo possível do ponto de vista dos sujeitos envolvidos.

O grupo de participantes da pesquisa foi formado por alunos matriculados no 8º e 9º ano, que cursam a disciplina de ensino religioso nos anos finais do ensino fundamental de escola pública, sendo a mesma obrigatória para a escola e optativa para o aluno. Para evitar o comprometimento na identidade dos sujeitos envolvidos usou-se, neste texto, a palavra aluno, sem referir-se a ele ou a ela, de igual maneira, a referência nas citações, sendo: Aluno, 8º ano e Aluno, 9º ano.

A condução do estudo se deu através de diálogo entre os participantes de uma escola pública no interior mineiro, considerando os desafios que se apresentam no processo pedagógico com o trabalho laico na disciplina de ensino religioso. Nas estratégias definidas da pesquisa, optou-se por conversa informal, dialogada com os alunos da escola, com o intuito de entender o que estimula o ser humano em sua diversidade a buscar respostas, através das religiões às indagações que surgem na sua existência.

Sabe-se que o ser humano constitui-se num ser em relação e na busca de sobreviver e dar significados para a sua existência ele desenvolve as mais variadas formas de relacionamento com o Transcendente, na tentativa de superar suas limitações. (FONAPER, 2009)

Conter os seus limites e viver em harmonia com uma heterogeneidade de sujeitos com diferentes condições econômicas, sociais e culturais, éticas, físicas, religiosas e psicológicas é desafiante. “O ser humano não consegue buscar respostas em lugar nenhum, por isso, ele sempre vai buscar suas respostas por meio da religião” (Aluno, 9º ano).

Através das falas dos alunos pesquisados, juntamente com a vivência de cada um deles é notório perceber o quanto eles almejam o saber e buscam entender o sentido da existência humana. São sujeitos em formação que procuram distinguir as questões que envolvem o dia a dia de suas vidas. “Em minha opinião, o que estimula o sujeito a buscar respostas nas religiões é que entendendo melhor as religiões, entende-se melhor o mundo” (Aluno, 9º ano).

São muitas as informações adquiridas pelos alunos, no meio social e nos veículos de comunicação que, juntamente com a vivência de cada um deles, fornece informações valiosas e, a escola tem papel fundamental em desenvolver o senso crítico, despertar o gosto pelas questões sociais e pela vida. “Muitas características que vemos nos seres humanos, só conseguimos entendê-las na escola, como: raiva, tristeza, ansiedade e solidão, pois a escola é um lugar que nos ajuda a entender melhor as atitudes das pessoas que estão no nosso lado” (Aluno, 9º ano). É nesse momento, que o livre arbítrio contribui para o avanço do conhecimento científico, uma vez que desperta no sujeito o gosto pelo desconhecido.

Há que se destacar, que hoje são diversas as instabilidades sociais refletidas na escola por diferentes seres em formação. Consequentemente, o trabalho com a disciplina de ensino religioso tem papel fundamental, sempre no intuito de aprofundar a reflexão sobre os valores arraigados na tradição da humanidade, a fim de torná-la livre e consciente. “Religião todos podem escolher sem serem interrompidos, quando pequenos seguimos os nossos pais, mas quando crescemos podemos decidir em qual vamos e em qual podemos continuar” (Aluno, 8º ano).

De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais o educador é alguém que naturalmente vive a reverência da alteridade e leva em consideração que família e comunidade religiosa são espaços privilegiados para a vivência religiosa e para a opção de fé. Assim, o educador coloca seu conhecimento e sua experiência pessoal a serviço da liberdade do educando. Cabe a este educador escutar, facilitar o diálogo, ser interlocutor entre escola e comunidade e mediar os conflitos (FONAPER, 2009).

No entanto, o processo educacional em escola pública torna-se fundamental ao desenvolvimento de atitudes laicas, principalmente pelo professor, sem necessariamente deixar de demonstrar respeito pelas diferentes culturas e crenças religiosas, sempre com o objetivo de contribuir com o aprendizado, não reprimindo o desejo do aluno de conhecer.

Considerações finais

Os fatos históricos ajudam a compreender os movimentos e os interesses que levaram ao modelo de educação existente hoje, nas escolas públicas brasileiras, que emergem de uma história de desigualdades, alimentada pelas atitudes daqueles que mantinham o monopólio do ensino.

Destaca-se neste trabalho questões da contemporaneidade presentes nas instabilidades sociais de um mundo pós-moderno em que, no âmbito da escola pública, o ensino religioso como ação educativa encontra rupturas no decorrer da história, diante do poder simbólico constituído pelo Estado Brasileiro no que tange o conhecimento científico. Atitudes laicas em escola pública torna-se fator primordial nas relações sociais que visam o avanço das políticas públicas por uma educação de boa qualidade para todos.

Características presentes nas diversidades humanas são refletidas na escola e fazem com que a luta pelo cumprimento da política educacional com seus princípios garantidos através da Constituição Federal sejam realmente respeitados.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2.ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BARBOSA CUNHA, Clera de Faria. **Exclusão escolar: concepção de professores(as) de uma escola pública inclusiva**. Dissertação de Mestrado. Barbacena: UNIPAC, 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9394**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Senado Federal, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm> Acesso em 02 de out. 2011.

_____. **Lei n. 9.475. Dá nova redação ao art. 33 da Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br/19475_97.htm> Acesso em: 14 out. 2011.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BOURDIEU, P. e PASSERON, J. C. **A reprodução**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

GADOTTI, Moacir. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

MOREL, Regina Lúcia. **Ciência e estado: a política científica no Brasil**. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

PINTO, Diana Couto. LEAL, Maria Cristina. PIMENTEL, Marília Araújo Lima. **Trajetórias liberais e radicais pela educação pública**. São Paulo: Loyola, 2000.

VALLE, L. do. **A escola imaginária**. Rio de Janeiro: DP&A, 1997.

A Elite dirigente da Ordem Terceira Franciscana de Vila Rica: Poder e Instituições numa sociedade de Antigo Regime

Cristiano Oliveira de Sousa
Doutorando em História pela UFJF
bolsista FAPEMIG
cristiano.o.s@gmail.com

Resumo: A Ordem Terceira de São Francisco de Assis sempre foi vista pela historiografia como uma instituição cujos membros pertenciam às “elites” locais. Em minha dissertação pude mostrar que a ocupação dos principais cargos na Mesa Diretora da Ordem Terceira de Vila Rica era uma maneira de se obter mais uma das qualidades que se acumulavam na nobilitação daqueles homens que buscavam poder nas Minas. Assim, em Vila Rica os cargos de comando da Ordem Terceira de São Francisco de Assis estavam reservados à homens poderosos, homens que possuíam além de dinheiro, um significativo prestígio frente àquela sociedade. Vários daqueles homens foram eleitos para assumirem cargos no Senado da Câmara de Vila Rica, e possuíam altas patentes dos corpos de Ordenanças. Procuraremos desse modo, demonstrar algumas dessas trajetórias focando na circulação desses homens entre algumas das principais instituições de poder e prestígio que configuravam a hierarquia social das minas setecentistas, assim como na verificação de sua inserção nas mais diversas redes que permitiam o estabelecimento de laços fraternos, políticos ou comerciais com alguns dos principais homens daquela capitania ou até mesmo além dela. Desta forma abordaremos questões como a das redes sociais, culturas políticas e hierarquias sociais nas Minas.

Palavras-Chave: Poder, Instituições, Elites

Pertencer a uma congregação religiosa era requisito fundamental na vida social da Colônia. Muito além da segurança que isto significava, era em meio àquelas associações religiosas que a vida social girava. Porém, muito além de questões como a do auxílio tanto em vida — no caso dos irmãos enfermos, ou das viúvas — quanto na morte — através da garantia de sepultamento em solo sagrado e das diversas missas rezadas em intenção à sua alma — se professar dentro dos quadros de irmãos de algumas associações religiosas específicas como as Ordens Terceiras, assumia também, naquela sociedade, outros significados.

A bibliografia clássica sobre o assunto sempre identificou as Ordem Terceiras, principalmente as Franciscanas e as Carmelitas como sendo ordens exclusivas dos setores mais altos da sociedade. Fritz Teixeira de Salles faz uma tipificação e observa uma constante na constituição das irmandades segundo a categoria social e econômica, no território das Minas durante o século XVIII. Já no arremate de sua obra, Salles conclui que:

o aparecimento das ordens terceiras assinala determinado grau atingido pela estratificação social. Isto é, revela a polarização da cúpula dessa classe média, constituída pelos comerciantes, funcionários, intelectuais, etc. Observa-se, então, que,

nas regiões onde aquela estratificação, em decorrência da decadência econômica ou de outros fatores, não chegou a atingir aquele grau — não surgiram as ordens terceiras. (...) A observação das igrejas de cada cidade ilustra de forma impressionante êste fato. Ouro Preto é o melhor exemplo que temos da eclosão e comportamento social das ordens terceiras do Carmo e S. Francisco.²

De fato quando falamos de Ordem Terceira em Vila Rica, estamos realmente falando de elites sociais³. Boschi caracteriza as Ordens Terceiras surgidas em Minas Gerais como “instituídas basicamente por comerciantes, funcionários graduados, militares e intelectuais”⁴. ainda segundo Boschi:

Ora, ser membro de uma ou mais ordem terceira significava ter acesso ao interior da nata da sociedade e trânsito facilitado nela. Significava status. Significava imediata obtenção de privilégios, graças e indulgências. Significava estar próximo do poder e ter sua proteção.⁵

Assim, do mesmo modo como era importante naquela sociedade a obtenção de mercês de hábitos das ordens militares, ou ser eleito para assumir um cargo no Senado da Câmara, ou ainda possuir uma patente dos corpos de ordenança, entendemos que o pertencimento à Ordem Terceira era também um símbolo de prestígio social e de poder. A Ordem Terceira pode ser vista então como uma instituição que propagava o ordenamento social português, contribuindo na criação e manutenção das hierarquias sociais. Dessa forma, assumindo nossa hipótese de que o pertencimento às ordens terceiras funcionava como mais um elemento que contribuía para o estabelecimento das hierarquias daquela sociedade, nos propomos a observar quem eram os homens que se destacavam dentro deste grupo, ou seja, observaremos em nossa análise apenas aqueles homens que ocuparam os cargos administrativos da mesa administrativa daquela instituição.

O ponto de partida então foi o levantamento dos nomes dos homens que ocuparam os principais cargos nas mesas administrativas da ordem terceira franciscana de Vila Rica. Após esta etapa chegamos a um total de 289 nomes diferentes que ocuparam as funções mais importantes da Ordem, nas 69 mesas eleitas entre os anos de 1751 à 1820. Destes 289 homens, 92 (31,8%) foram eleitos mais de uma vez, sendo que 30 (10,4%) ocuparam o mesmo cargo mais de uma vez e 62 (21,5%) ocuparam mais de um

² FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 126

³ Assim como utilizado por Flávio M. Heinz na introdução de sua obra sobre história das elites, adotamos o conceito desenvolvido pelo sociólogo suíço Giovanni Busino que define como elite a “minoría que dispõe, em uma sociedade determinada, em um dado momento, de privilégios decorrentes de qualidades naturais valorizadas socialmente (por exemplo, a raça, o sangue, etc.) ou de qualidades adquiridas (cultura, méritos, aptidões, etc.). O termo pode designar tanto o conjunto, o meio onde se origina a elite (por exemplo, a elite operária, a elite da nação), quanto os indivíduos que a compõem, ou ainda a área na qual ela manifesta sua preeminência. No plural, a palavra ‘elites’ qualifica todos aqueles que compõem o grupo minoritário que ocupa a parte superior da hierarquia social e que se arrogam, em virtude de sua origem, se seus méritos, de sua cultura ou de sua riqueza, o direito de dirigir e negociar as questões de interesse da coletividade”. BUSINO, Giovanni. *Elites e elitismo*. Paris: Presses Universitaires de France, 1992, p. 4, *Apud*: HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 7, nota 1.

⁴ BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder* (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais). São Paulo: Ática, 1986, p. 25.

⁵ *Ibid.*, p. 20.

cargo na Ordem. Percebemos por esses números que, do total de homens que ocuparam cargo na Mesa Administrativa da Ordem, a maioria (68,2%) ocupou apenas um cargo e apenas uma vez.

Em razão da terrível devastação acontecida em Lisboa causada pelo terremoto de 1755, a Coroa Portuguesa — vendo-se obrigada a criar receitas para a reconstrução da capital do império — pediu para que o então governador das Minas, Domingos Pinheiro, elaborasse uma relação dos mais abastados homens daquela capitania que poderiam enviar recursos para a reconstrução da capital do Império⁶. Em 1756, o governador envia ao Secretário de Estado “as Re/lações (...) q’ particular, e se/cretamente tirei dos homens de negócio, / Mineiros e Rosseiros, que vivem nes/tas Minas mais abastados”⁷. Este documento foi estudado pela historiadora Carla Almeida em sua tese de doutorado, onde ela analisa a estrutura produtiva da capitania de Minas Gerais na segunda metade de XVIII até os anos finais do período colonial, dando atenção à hierarquização social e a diversificação econômica da elite mineira setecentista⁸.

Realizando o cruzamento do levantamento de dados relativo apenas aos nomes dos homens que ocuparam o cargo de ministro (o cargo de maior importância na hierarquia administrativa da Ordem), com a relação dos homens de negócio, mineiros e roceiros abastados que viviam nas Minas em 1756⁹, encontramos nove nomes em comum. Se ampliarmos esta lista aos demais cargos da Mesa, este número sobe para dezoito.¹⁰ O último registro de um membro desta lista que ocupa um cargo em Mesa é encontrado na relação dos oficiais eleitos para o ano de 1788/9.

Na década de setenta e principalmente na de oitenta do século XVIII, estes nomes começam a desaparecer, certamente devido ao falecimento daqueles homens encontrados na relação de 1756. Porém se observarmos o período de vinte anos desde a eleição da primeira Mesa — ou seja, no período que vai de 1751/2 até 1770/1 — apenas em seis Mesas não encontramos a presença destes homens ocupando algum cargo (1755/6, 57/8, 64/5, 67/8, 68/9 e 69/70).

Assim, nessas quatorze Mesas aparecem vinte e quatro dos homens mais abastados das minas eleitos para o cargo de Ministro onze vezes (1752/3, 54/5, 56/7, 57/8, 58/9, 59/60, 60/1, 62/3, 63/4, 66/7 e

⁶ A esse respeito Carla ALMEIDA afirma que “Embora não esteja dito explicitamente que o objetivo da listagem dos homens abastados fosse definir as pessoas mais capazes a contribuir com a coroa, o fato dela ter sido solicitada tão proximamente ao terremoto e no contexto das discussões acerca da melhor maneira dos súditos acudir a coroa, nos faz deduzir que era esta a sua finalidade”. Para maiores inf. conf.:ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001, p. 225-230.

⁷ AHU/MG, Carta de Domingos Pinheiro, provedor da Fazenda de Minas, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros, que vivem na Capitania de Minas. - Caixa: 70, Doc.: 41, Código: 5953, data: 25/07/1756

⁸ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.

⁹ AHU/MG, Caixa: 70, Doc.: 41, Código: 5953, data: 25/07/1756.

¹⁰ Na realidade encontramos dezenove nomes em comum, porém pelas datas chegamos à conclusão que um desses (Manuel Fernandes da Silva) se tratava de homônimo, talvez filho do homem de mesmo nome relacionado na lista. Porém como nos faltam documentos para confirmar esta suposição, ficaremos aqui apenas com aqueles os quais estamos certos de serem os mesmos homens

70/1), de Vice-Ministro sete vezes (51/2, 52/3, 53/4, 56/7, 59/60, 65/6 e 66/7), de Secretário quatro vezes (1754/5, 56/7, 58/9, 61/2), de Procurador Geral quatro vezes (1751/2, 53/4, 58/9, 62/3), de Síndico uma vez (1763/4), de Vigário do Culto Divino uma vez (1754/5) e o de Mestre dos Noviços uma vez (52/3). Fora deste período de 20 anos, ainda encontramos esses nomes em três eleições para o cargo de Ministro (1774/5, 83/4, 89/8), uma de Vice Ministro (1772/3), uma para Síndico (84/5) e quatro para o cargo de Procurador Geral (1776/7, 77/8, 78/9, 84/5).

Além desta lista dos “homens ricos”, encontramos também em outros documentos ou na historiografia, outras informações que podem nos dar mais dados que revelem um pouco sobre os homens que ocuparam o cargo de Ministro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis. Apenas observando as atas de eleição de Mesa, por exemplo, podemos perceber que vários dos homens que ocuparam o cargo de Ministro da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Ouro Preto possuíam algum tipo de qualidade¹¹ ou alguma patente. Como já foi amplamente discutido pela historiografia que trata sobre os poderes nas Minas, aquela era uma sociedade fortemente militarizada.¹² Os Corpos de Ordenanças constituíam-se em um poder local e as patentes por si só já eram distintivos que indicavam nobilitação.

Assim outra forma de percebermos a posição social dos homens que eram eleitos para os cargos mais importantes da Ordem é observarmos as patentes que estes homens possuíam. Dessa forma fizemos um levantamento através do que foi encontrado nas atas de eleição de Mesa. Mesmo sabendo que possivelmente falem algumas patentes possuídas pelos irmãos eleitos — as que eventualmente não foram relacionadas nas atas — consideramos que em uma sociedade onde as patentes possuídas definiam a posição social dos homens, como acontecia na sociedade por nós estudada, acreditamos que estas omissões deviam ser raras.¹³ Assim, temos a seguinte tabela:

¹¹ Entendo como “qualidade” algum diferencial que estes homens possuam, que os difere dos demais. Dentro desta categoria estariam por exemplo os bacharéis, os religiosos, ou aquele que possuísse algum ofício que o qualificasse, sem ser necessariamente uma patente, como, por exemplo, os “ajudantes”, “doutores” ou “licenciados”, ocasionalmente encontrados na documentação.

¹² Entre os motivos que explicam este fato está a rapidez com que a região foi povoada, onde se misturavam várias tipos diferentes de pessoas, necessitando assim de um maior controle de milícia na região. Além disto é claro a especificidade da extração aurífera, que exigia mais ainda o controle daquela região, para evitar os contrabandos, por exemplo. Para maiores informações, conf.: COSTA, Ana Paula Pereira *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. 2006. Dissertação de Mestrado - UFRJ, Rio de Janeiro.

¹³ Vale ressaltar que as patentes registradas aqui eram aquelas possuídas por estes homens no momento de sua eleição em Mesa. Assim, nos casos em que um mesmo homem era relacionado em mais de uma eleição, possuindo patentes diferentes, optamos por registrar apenas a patente mais alta ali relacionada. Optamos por este procedimento para evitar que um mesmo homem entrasse duas ou mais vezes, com patentes diferentes, em nosso levantamento.

Tabela 01 - Irmãos com Qualidade ou Patentes

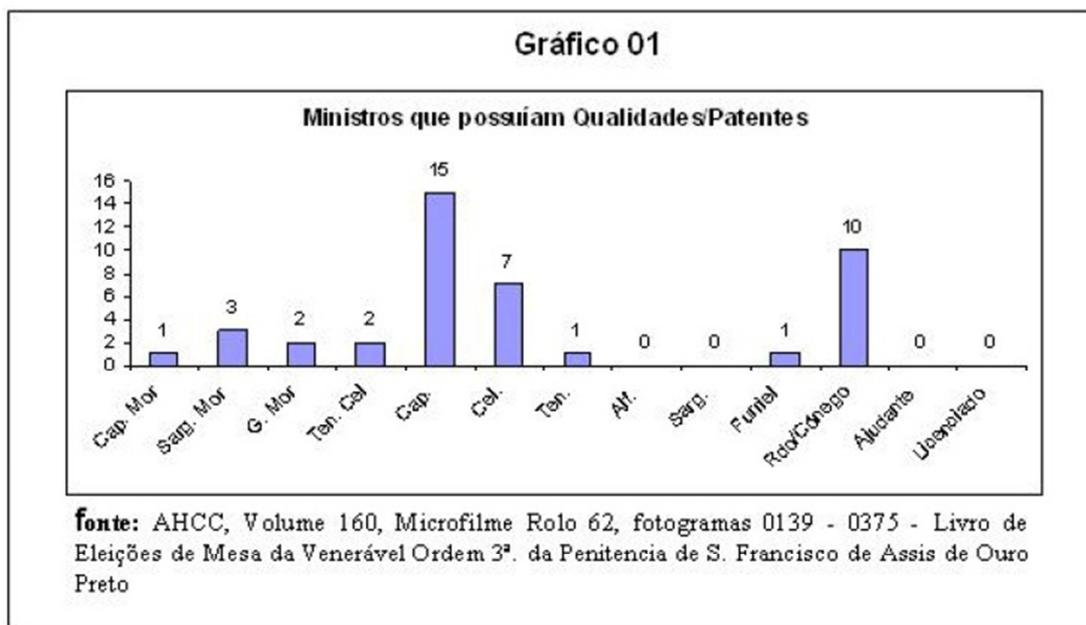
Total de Irmãos		289	100,0%
Irmãos com Qualidades/Patentes	Capitão Mor	1	0,3%
	Sargento Mor	6	2,1%
	Capitão	32	11,1%
	Coronel	9	3,1%
	Ten. Cel.	2	0,7%
	Tenente	4	1,4%
	Sargento	1	0,3%
	Guarda Mor	4	1,4%
	Alferes	26	9,0%
	Furriel	4	1,4%
	Ajudante	4	1,4%
	Licenciado	1	0,3%
Religiosos	43	14,9%	
Total com Qualidades/Patentes		137	47,4%

fonte: AHCC, Volume 160, Microfilme Rolo 62, fotografamas 0139 - 0375 - Livro de Eleições de Mesa da Venerável Ordem 3ª. da Penitencia de S. Francisco de Assis de Ouro Preto

Percebe-se que quase a metade (47,4%) dos homens que foram eleitos para ocupar algum cargo na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica possuíam algum tipo de “qualidade”. Se observarmos apenas as patentes militares, chegamos ao número de 32,2% dos homens que ocuparam cargo em Mesa. Se restringirmos nossa amostra apenas para os homens que ocuparam o cargo de Ministro, o número de homens com patentes militares é de 32, num universo de 60, ou seja, 53,3%. Carla Almeida apresenta em seu estudo um número muito parecido, relacionado aos “homens ricos”. Segundo esta autora, 53,8% dos “homens ricos” eram detentores de patentes militares de oficiais¹⁴. Percebemos assim, mais uma vez, que essas duas categorias, a dos “homens ricos” identificada por Almeida e a dos “homens que foram Ministros”, identificados pelo nosso levantamento, é muito parecida.

As “qualidades” encontradas para os homens que foram Ministros da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica, estão quantificadas no seguinte gráfico:

¹⁴ ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001, p. 258.



Percebe-se que a maioria dos homens eleitos para o cargo de Ministro foram homens que atingiram altas patentes, em suas carreiras militares. O cargo de capitão-mor, ocupado por um irmão terceiro, por exemplo, era um cargo que conferia aos seus ocupantes “nobreza vitalícia”. Segundo Ana Paula Costa, por se tratar de um cargo vitalício e por ser o mais elevado posto da hierarquia militar, este era um cargo onde a rotatividade era pequena. Ainda sobre o cargo de capitão-mor: “Como só poderiam ser ocupados pelas “pessoas principais” das localidades, como a própria legislação estabelecia, atestava o prestígio de seu ocupante, e aqueles que aí chegassem aí procuravam se manter”.¹⁵

Já o cargo de capitão, patente esta possuída pela grande maioria dos terceiros franciscanos encontrados em nossa lista, segundo Ana Paula Costa, era bastante distribuído, existindo em maior número, apresentando uma rotatividade mais acentuada. Juntamente com o cargo de sargento-mor — também bastante significativo e concentrado nas principais vilas e arraiais — estes três cargos aqui citados constituíam os três cargos de mais alta patente das Ordenanças¹⁶.

Maria Beatriz Nizza da Silva relaciona a ocupação de postos nas ordenanças como uma das formas de se adquirir “nobreza”, na colônia.¹⁷ A esse respeito, citamos um trecho de sua obra onde podemos perceber o prestígio que os homens que respondiam pelos principais cargos das companhias de ordenanças detinham:

¹⁵ COSTA, Ana Paula Pereira. *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade*. Vila Rica, (1735-1777). 2006. Dissertação de Mestrado - UFRJ, Rio de Janeiro, p. 50-51.

¹⁶ *Ibid.*, p. 50-52.

¹⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva estuda os diversos mecanismos utilizados pelos homens da colônia para conquistar sua nobilitação. Assim, através de documentação como os pedidos de mercês, por exemplo, ela observa as trajetórias de alguns desses homens e suas estratégias, ao longo de vários períodos de nossa história colonial. Para mais informações conf.: SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

Já Gregório de Matos, ao aconselhar que quisesse passar por fidalgo na Bahia, escrevia: “Bote sua casaca de veludo,/ e seja capitão sequer dois dias”. A importância destes postos decorria não só de passarem atestados de nobreza a quem os ocupava, mas também dos privilégios que foram concedidos a estes oficiais a 24 de novembro de 1645. Desejava o rei que as pessoas alistadas nas companhias auxiliares o fizessem “com melhor vontade” e o servissem “com melhor gosto”. Assim, deixaram de ser obrigados a contribuir com “peitas, fintas, talhas, pedidos, serviços, empréstimos, nem outros encargos dos Concelhos”. Nem se lhes podiam tomar “casas, adegas, estribeiras, pão, vinho, roupa, palha, cevada, lenha, galinhas e outras aves e gados, assim bestas de sela e albarda, não as tendo a ganho”. Seriam além disso “filhados aos foros da Casa Real” aqueles que o merecessem, “conforme as qualidades de suas pessoas”. Teriam preferência nas propriedades e serventias de ofícios que vagassem nas terras onde moravam. Os capitães e oficiais gozavam, enquanto o fossem, dos mesmos privilégios da tropa paga.¹⁸

Considerando que vários dos homens por nós analisados possuíam patentes de comando, como visto pelos dados até aqui apresentados, a leitura do trecho acima ressalta, mais uma vez, que aqueles eram, de fato, homens dos mais importantes que viviam naquela localidade.

Observaremos agora porém, outro fato que confirma o quão importante eram aqueles homens e o quanto eles estavam envolvidos nas diversas instituições que conferiam status social e poder a seus ocupantes. Assim, cotejaremos agora o levantamento que fizemos referente àqueles que ocuparam cargo na Mesa com a relação dos homens que compunham a Câmara de Vila Rica, outra importante instituição político-administrativa existente em todo o Império Português.

O historiador Charles Boxer considera a Câmara como um dos pilares da sociedade colonial portuguesa.¹⁹ Muito se tem discutido na historiografia recente acerca da atuação política das câmaras entendidas enquanto representantes dos poderes locais e de sua autonomia face aos dispositivos institucionais da coroa.²⁰ A atuação da Câmara intervia e regulava diversos aspectos do cotidiano da vila, dando aos homens que ocupavam seus cargos uma importância significativa. Fazendo um cruzamento o levantamento que realizamos dos homens que ocuparam cargos de Mesa na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica, com a lista de membros do Senado da Câmara de Vila Rica, encontramos trinta e cinco nomes em comum.

¹⁸ Ibid., p. 150.

¹⁹ BOXER, C. R. *O Império Marítimo Português*. 1415-1825. Edições 70: Lisboa, 1969. Cap. XII - Conselhos Municipais e Irmãos de Caridade, p. 267 - 286.

²⁰ Dentre estes estudos podemos citar aqui, entre outros: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001; BICALHO, Maria Fernanda. As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998; RUSSEL-WOOD, A. J. R., Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.; GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998; SILVA, Marilda Santana da. *Poderes Locais em Minas Gerais Setecentista: A Representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. 2003 - Tese de Doutorado - UNICAMP, Campinas.

A primeira coisa que podemos notar é que os homens que ocuparam cargos nas Mesas da Ordem e que foram membros da Câmara, eram, em grande parte, também possuidores de patentes. Dos 35 homens que encontramos nas duas listas, 22 possuíam patentes, sendo estas as seguintes: Capitão Mor (1), Sargento Mor (1), Capitão (11), Coronel (3), Tenente Coronel (1), Tenente (1), Guarda Mor (1), Alferes (3). Observa-se que as altas patentes se fazem presentes em maior número, demonstrando a importância destes homens naquela sociedade. Podemos observar também que destes homens que participaram da Câmara e também ocuparam cargos de Mesa, quinze (42,8%) deles chegaram ao cargo de Ministro e nove (25,7%) deles ocuparam como o cargo mais alto na Mesa, o de Vice Ministro. Assim, a maioria (68,5%) dos homens que ocuparam cargos tanto na Câmara quanto na Mesa, chegaram aos principais cargos da Ordem. Em seguida temos os cargos de Procurador Geral, com quatro ocupantes, Secretário com três, Mestre dos Noviços com dois e Síndico e Vigário do Culto Divino, com um ocupante cada.

Russell-Wood, em seu estudo sobre as Ordens Terceiras da Bahia, afirma que ser Prior das Ordens Terceiras Carmelitas ou Dominicanas, ou ser Ministro da Ordem Terceira Franciscana, ou ainda Provedor da Misericórdia, era um passo no sentido de se conseguir um título honorário nas Milícias, um lugar no conselho municipal ou a garantia de uma sinecura ou um contrato do governo.²¹ Através dos dados encontrados em nosso levantamento, observamos que o percurso entre as duas instituições estava mais para uma via de mão dupla. Percebemos que, dos 35 homens que ocuparam cargos nas duas instituições, 19 (54,3%) ocuparam primeiramente um cargo em Mesa, para, apenas depois disto, ocupar cargo na Câmara, enquanto que 16 (45,7) fizeram o caminho contrário. Percebe-se que a diferença é muito pequena entre as duas situações. Alguns destes homens transitaram entre as duas instituições ao longo dos anos e analisando este fato, notamos algo interessante. Seis destes homens, ocuparam primeiro um cargo mais baixo na Mesa, foram eleitos para a Câmara e quando voltaram a ocupar cargo, foram eleitos dessa vez para uma função de maior importância (na maioria das vezes Ministro ou Vice Ministro). O processo inverso — com alguém ocupando um cargo menos importante na Câmara e sendo eleito novamente para um cargo de maior estima após assumir algum cargo na Mesa — aconteceu cinco vezes.

Enfim, como pudemos perceber até aqui, aqueles homens que ocuparam os cargos de direção da Ordem Terceira de São Francisco de Assis em Vila Rica estavam também inseridos nas diversas redes ou pertenciam às instituições que conferiam status e poder naquela sociedade. Iremos agora então analisar alguns casos exemplares de homens que circularam dentro de algumas das principais instituições de poder e prestígio que configuravam a hierarquia social das minas setecentistas.

²¹ RUSSELL-WOOD, A. J. R., Prestige, Power and Piety in Colonial Brazil: The Third Orders of Salvador. IN: *Hispanic American Historical Review*. Durham, 69 (1), February, 1989, p. 79.

O homem com maior patente encontrado ocupando cargo na Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica foi o Capitão Mor Domingos da Rocha Ferreira. Ele é relacionado na lista dos homens ricos de 1756, como morador do morro de Antonio Dias, tendo como ocupação a Mineração²². No Arquivo Ultramarino encontramos, datada do ano de 1726, uma certidão passada pelo governador da Capitania D. Lourenço de Almeida, recomendando que Domingos da Rocha Ferreira ocupasse o posto de Capitão Mor na freguesia de São Bartolomeu, para a cobrança dos quintos reais naquele distrito e freguesia, pois aquela localidade se achava sem oficiais de Ordenança. A justificativa para a indicação de seu nome foi a de que ele era “pessoa de conhecido merecimento, o qual se empregou com toda a satisfação na cobrança dos dittos Reaes quintos, e se acha actualmente servindo a S. Mag^{de} em todas as dilligencias q. se lhe encarregão do seo Real Serviço.²³”

Junto a um requerimento de confirmação de seu posto pedido pelo dito Capitão Mor, no ano de 1736, encontramos uma carta patente que nos dá mais algumas informações a seu respeito. Assim descobrimos que ele serviu “com boa satisfação e igual zello” no poste de Alferes de uma campanha do distrito de Vila Rica de que foi capitão Antonio Fernandes de Britto, “especialmente quando “os moradores da Vila do Carmo se amotinarão contra o Dezebargador Manoel da Costa de Amorim”. Nesta ocasião o então alferes Domingos foi “desta Comarca do Ouro Preto, achando se prompto em seu socorro, não só com a sua pessoa, mas com seus escravos armados, enquanto durou a dita inquietação”. Além deste caso, é citada também sua excelente atuação na elaboração da lista dos escravos dos distritos do Corrego, Padre Faria e Bom Sucesso, para fim de cobrança dos quintos. Atuou ainda no levantamento dos moradores de Vila Rica contra o conde de Assumar, mostrando ser “leal vassalo de El Rey”. Na carta patente o governador D. Lourenço de Almeida ainda cita que, logo que ele chegou às Minas, decidindo “fazer nesta V.^a huns quarteis para alojamento dos Soldados Dragões”, Domingos da Rocha Ferreira foi a primeira pessoa daquela comarca que doou “cem oitavas de ouro para a dita obra, e depois mandou os seus escravos a trabalhar no termo della”²⁴ Como visto, Domingos chegou ao posto de Capitão Mor, graças à sua atuação junto às autoridades das Minas.

O dito Capitão Mor foi eleito Terceiro Vereador no Senado da Câmara no ano de 1725, depois assumiu por duas vezes o cargo de Juiz mais moço (1733 e 1739) e por fim o cargo de Juiz mais velho no ano de 1744. Portanto quando a Ordem Terceira foi instalada em Vila Rica, no ano de 1746, ele já era um homem possuidor de um enorme prestígio. Isso explica encontrarmos o nome dele assumindo

²² AHU/MG, , Carta de Domingos Pinheiro, provedor da Fazenda de Minas, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros, que vivem na Capitania de Minas. - Caixa: 70, Doc.: 41, Código: 5953, data: 25/07/1756.

²³ AHU/MG - Certidão passada por D. Lourenço de Almeida, governador das Minas Gerais, acerca da habilidade de Domingos da Rocha Ferreira, para o cargo de oficial de Ordenança, para cobrança dos quintos reais, no distrito e freguesia de São Bartolomeu. Caixa 8, Doc. 71, Código: 1040, Data: 26/05/1726, Vila Rica.

²⁴ AHU/MG - Requerimento de Domingos da Rocha Ferreira, pedindo sua confirmação no posto de capitão-mor das Ordenanças do distrito de São Bartolomeu, Comarca do Ouro Preto. Caixa: 31, Doc: 87, Código: 2705, Data: 16/03/A736

apenas o cargo de Ministro, a primeira vez em 1757/8 e última em 1766/7.²⁵ Ele foi um dos poucos homens que assumiu o cargo de Ministro mais de uma vez.

O tenente coronel Feliciano José da Camara é outro homem interessante e que assumiu vários cargos dentro das Ordens Terceira, sobre o qual dispomos algumas informações. Ele foi nomeado capitão de uma Companhia de Ordenança de Pé do distrito da Ponte do Rosário até o sítio da Bocaina em 1760²⁶, cargo este que estava vago em razão do falecimento de José Gomes da Rocha, que era também um dos homens de nossa lista daqueles que ocuparam cargo na Mesa da Ordem.

Feliciano José da Camara percorreu uma trajetória um pouco diferenciada dentro da Ordem Terceira. Ele assumiu primeiramente o cargo de Secretário, no ano de 1759/60. Depois vemos seu nome na eleição de 1763/4, assumindo o cargo de Mestre dos Noviços. Em 1770/1 ele é eleito Vice Ministro e no ano seguinte chega ao Cargo de Ministro (1771/2). O interessante é que logo no ano seguinte ao de exercer o cargo de maior importância da Ordem, ele aparece novamente na eleição de 1772/3 assumindo novamente o cargo de Mestre dos Noviços. Na Câmara de Vila Rica ele foi eleito duas vezes, a primeira para o cargo de Juiz mais Moço, em 1778, e depois de Juiz mais Velho, em 1783. Será que ele já assumiu logo na camara os cargos de Juiz, considerados cargos mais altos, em razão de ele já possuir bastante prestígio por ser capitão de Ordenança e já ter exercido o cargo de Ministro da Ordem Terceira Franciscana?

Encontramos ainda um requerimento da mercê de um hábito da Ordem de Cristo com 12 mil reis de tença, pedido por Feliciano José da Camara para seu primo Cristovam Teixeira Alvares, por ter feito entrar na Real Casa de Fundição, mais de 11 arrobas de ouro.²⁷ Pelo que podemos perceber em um artigo de Maria Beatriz Nizza da Silva²⁸, parece ele também possuía um hábito, mas não conseguimos encontrar mais informações a seu respeito.

O coronel Afonso Dias Pereira é o único homem que aparece tanto na lista dos homens ricos de 1756, quanto no recenseamento de 1804. Na primeira lista ele é relacionado como negociante e morador na freguesia de Antonio Dias, em Padre Faria²⁹. Já no recenseamento de 1804, ele aparece com a idade

²⁵ MATHIAS, Herculano Gomes. Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica - 1804. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969; AHCC, Volume 160, Microfilme Rolo 62, fotografamas 0139 - 0375 - Livro de Eleições de Mesa da Venerável Ordem 3ª. da Penitência de S. Francisco de Assis de Ouro Preto, Ata de eleição de Mesa dos anos de 1757/8 e 1778/9 e 1766/7

²⁶ AHU/MG - Requerimento de Feliciano José da Câmara, capitão de uma companhia da Ordenança de Pé do distrito da Ponte do Rosário de Vila Rica até o sítio da Bocaina, solicitando sua confirmação no exercício do referido posto. Caixa: 79, Doc: 23, Código: 6592, Data: 21/08/A761.

²⁷ AHU/MG - Requerimento de Feliciano José da Camara, morador na Vila Rica do Ouro Preto, pedindo mercê do hábito da Ordem de Cristo e 12 mil reis de tença para seu primo Cristovão Teixeira Alvares, por ter feito entrar, na Real Casa de Fundição da dita Vila, mais de 11 arrobas de Ouro. Caixa: 90, Doc: 2, Código: 7397, Data: 17/01/A767.

²⁸ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. A Coroa e a remuneração dos vassallos. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (org). *História de Minas Gerais: As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, vol. 1, p. 194.

²⁹ AHU/MG, Carta de Domingos Pinheiro, provedor da Fazenda de Minas, informando o secretário de Estado sobre a remessa da relação na qual se discrimina o número de homens de negócio, mineiros e roceiros, que vivem na Capitania de Minas. - Caixa: 70, Doc.: 41, Código: 5953, data: 25/07/1756.

de cem anos, morando ainda em Padre Faria, sem muitas informações, constando apenas que ele possuía quatro escravos. Porém na pequena introdução que Herculano Gomes Mathias faz na publicação do dito recenseamento, ele nos dá as seguintes informações:

A maioria dos habitantes deste distrito empregava suas atividades na mineração e na agricultura. Os lavradores e faiscadores absorvem quase a totalidade das ocupações. Apesar disso, o mais notável morador do local era o antigo Tesoureiro da Junta Real da Fazenda, Coronel Afonso Dias Pereira, companheiro de Tomás Antonio Gonzaga naquele órgão quando o inditoso poeta exercia as funções de Ouvidor Geral de Vila Rica e de Deputado daquele Tribunal. O velho funcionário, com 100 anos de idade, era um dos três centenários da cidade. Milhares de documentos administrativos e contábeis da Capitania de Minas Gerais, na segunda metade do século XVIII, levam a sua assinatura. Devia ser homem cordato e inimigo de confusões pois no tempo de Luis da Cunha Meneses foi dos que se acomodaram com a prepotência do “Fanfarrão Minésio” e concordaram com a escolha arbitrária dos contratadores feita pelo Governador³⁰.

Sua trajetória na ocupação de cargos na Ordem e na Câmara, foi a seguinte. Em 1759/60 ele é eleito Vice Ministro da Ordem Terceira de São Francisco. Depois, em 1763 ele é eleito Juiz mais moço e em 1771 ele assume o cargo de Juiz mais velho da Câmara. Somente após isto ele consegue ser eleito para o cargo de Ministro da Ordem, em 1783/4.

Quando ele assume o cargo de Ministro da ordem, ele já havia sido nomeado tesoureiro da Fazenda. Isso ocorreu em 1773 quando o governador D. José Luis de Meneses, o Conde de Valadares, que havia sido protetor da Ordem nos anos que vão de 1779 até 1773, o nomeia no lugar de João Lopes Veloso, por este não se encontrar na Capitania. Será que o fato de ambos pertencerem a Ordem teve influência nesta escolha? Esta é uma informação não temos no documento. Ele apenas justifica a indicação do Capitão Afonso Dias Pereira, por ser “peça de muito crédito, verdade, e honra.”³¹

Ele também foi um dos homens que participou do donativo voluntário de 1806, onde contribuiu com a quantia de 720\$000 réis³². Afonso Dias Pereira foi reformado de seu cargo como coronel do 1 Regimento de Milícias da Comarca de Vila Rica, em 18 de junho de 1800, por decreto do Príncipe Regente D. João.³³ Segundo nossas contas ele tinha à essa época 96 anos.

Por último citaremos agora dois casos bastante interessantes. São eles João de Souza Lisboa e seu sócio João de Siqueira. João de Souza Lisboa aparece listado como um dos “homens ricos” de 1756, tendo como “Rematante e caixa do cont^o atual dos Dizimos. Ele foi eleito Ministro no ano de 1774/5. João de Souza Lisboa foi, em relação aos contratos relativos à Capitania de Minas Gerais, o maior

³⁰ MATHIAS, Herculano Gomes. Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica - 1804. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969, p. XXXIV.

³¹ AHU/MG - Carta do Conde de Valadares, D. José Luis de Meneses, governador de Minas, informando ao Rei ter provido, no lugar de tesoureiro da Fazenda, o capitão Afonso Dias Pereira e não João Lopes Veloso, em virtude deste não se encontrar na referida Capitania. Caixa: 104, Doc: 24, Código 8566, Data: 3/2/1773.

³² Maria Beatriz Nizza da SILVA. A Coroa e a remuneração dos vassallos. IN: RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (org). *História de Minas Gerais: As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, vol. 1, p. 200.

³³ AHU/MG - Decreto do Príncipe Regente, reformando Afonso Dias Pereira, coronel do 1 regimento de Milícias da Comarca de Vila Rica, e nomeando em seu lugar, para efectivo, Carlos José da Silva, coronel agregado. Caixa: 153, Doc: 27, Código: 11666, data: 18/06/1800, Queluz.

contratador. Luiz Antonio da Silva Araújo, que estudou a atuação de João de Souza Lisboa como contratador, cita que ele era cavaleiro da Ordem de Cristo, e que, em 1745 ele foi nomeado Capitão de uma companhia da Ordenança de Pé da vila de São João del Rey³⁴.

João de Siqueira, que foi listado na relação dos “homens ricos” de 1756 como mineiro, foi sócio de João de Souza Lisboa na arrematação dos contratos dos Dizimos (4) e no de Entradas. Ele ocupou os cargos de Vice Ministro da Ordem em 1756/7 e de Ministro em 1758/9.³⁵ Além disso foi eleito para o cargo de Juiz mais moço na Câmara de Vila Rica, no ano de 1751. Os dois sócios eram, com toda certeza, homens muito rícos e influentes. João de Souza Lisboa arrematava ainda algumas obras e foi o responsável pela construção da casa de ópera de Vila Rica, de onde era dono e foi administrador até a sua morte³⁶. O interessante a respeito destes homens é que, em razão do não pagamento dos valores estabelecidos nos contratos, eles foram presos tendo inclusive seus bens sequestrados³⁷. Com João de Siqueira aconteceu um fato ainda mais interessante. Quando de sua morte, ocorreu uma devassa em seus bens pois ele era ainda devedor deste dinheiro relativo aos contratos. Assim, enquanto inventariavam seus bens foram achadas em sua casa “escondidas em uma caixa fechada” algumas pedras brutas, que depois de análise, foram confirmada como sendo Diamantes contrabandeados.³⁸

O caso de João de Souza Lisboa também nos mostra outro aspecto interessante. Como visto, seu principal sócio nos contratos que arrematou era João de Siqueira, também pertencente ao nosso grupo, ou seja, membros da “elite dirigente” da Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica. Mas a rede de João de Souza Lisboa não para por aí. Temos atuando como seu Caixa o Guarda-Mor Manoel Pereira Alvim, outro homem pertencente ao nosso grupo, que além de ter ocupado o cargo de Vice Ministro da Ordem em 1780/1, foi também membro da Câmara de Vila Rica (Vereador mais velho em 1789 e Juiz mais moço em 1792).

João de Souza Lisboa tinha também como seu procurador em Portugal e principal intermediário nas transações financeiras e comerciais a partir de 1759 o alferes José da Silva Ribeiro, que também integra nossa lista por ter ocupado o cargo de Vice Ministro da Ordem em 1788/9.

Como visto por este breve exercício, os cargos de comando da Ordem Terceira de São Francisco de Assis estavam reservados à homens poderosos, homens que possuíam além de dinheiro, um significativo prestígio frente àquela sociedade. Vários daqueles homens foram eleitos para assumirem cargos no

³⁴ Luiz Antonio Silva ARAÚJO. Contratos nas Minas Setecentistas: O estudo de um caso - João de Souza Lisboa (1745-1765). *X Seminário sobre Economia Mineira*, Diamantina, 2002.

³⁵ AHCC, Volume 160, Microfilme Rolo 62, fotogramas 0139 - 0375 - Livro de Eleições de Mesa da Venerável Ordem 3ª. da Penitência de S. Francisco de Assis de Ouro Preto, Ata de eleição de Mesa dos anos de 1757/8 e 1756/7 e 1758/9.

³⁶ *Ibidem*.

³⁷ AHU/MG - Informação (minuta) sobre as causas da prisão e sequestro dos bens dos contratadores das Entradas das Minas Gerais, o coronel João de Souza Lisboa e seus sócios, o sargento mor João de Sequeira, o Capitão José Caetano Rodrigues de Horta, Manoel Teixeira Sobreira e Manuel Machado. Caixa: 86, Doc: 59, código: 7178, data: 31/12/P765.

³⁸ AHU/MG - Carta de José Gomes de Araújo, provedor da Fazenda Real, para D. José, confisco e devassa dos bens do falecido sargento mor João de Sequeira, arrematante e sócio dos 4 contratos de Dízimos das Minas, onde foram encontrados diamantes brutos. Caixa: 86, Doc: 8, Código: 7164, Data: 28/08/1765.

Senado da Câmara de Vila Rica, e possuíam altas patentes das Ordenanças, além de estarem de uma forma ou de outra, relacionados entre si.

Ao longo deste texto, tentamos analisar a Ordem Terceira de São Francisco de Assis de Vila Rica como um instrumento de poder e prestígio social. Para tal, entendemos aquela sociedade como sendo caracterizada como de Antigo Regime. Assim, o pertencimento em uma Ordem Terceira foi visto como sendo mais um dos critérios que definiam o lugar naquela complexa rede de relações entre pessoas e grupos, ajudando a conformar papéis e reforçando um sentido simbólico já impresso na estrutura social.

Apesar da aparente possibilidade de enriquecimento trazida pelo ouro, a sociedade mineira se pautava por valores tradicionais e as pessoas se impunham não apenas pelo dinheiro mas, principalmente, pelos laços de fidelidade e honra que aqueles homens partilhavam. A elite era composta por estes “homens bons”, aqueles que pela sua “dignidade” eram passíveis de serem eleitos para ocupar os cargos públicos. De modo geral “faziam parte dessa camada aqueles que se inseriam nas cadeias clientelares e de prestígio; maneira de gozar dos cargos, patentes e honrarias e infiltrar-se na administração”.³⁹ Assim, observando a circulação desses homens entre algumas das principais instituições de poder e prestígio que configuravam a hierarquia social das minas setecentistas podemos compreender melhor como se dava a questão do poder naquela sociedade de antigo regime.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Carla Maria Carvalho de. *Homens ricos, homens bons: produção e hierarquização social em Minas colonial: 1750-1822*. Tese de doutorado. Niterói: UFF, 2001.
- BICALHO, Maria Fernanda. *As Câmaras Municipais no Império Português: o exemplo do Rio de Janeiro*. IN: Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.
- BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder (Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais)*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOXER, C. R.. *O Império Marítimo Português. 1415-1825*. Edições 70: Lisboa, 1969.
- COSTA, Ana Paula Pereira *Atuação de poderes locais no império lusitano: uma análise do perfil das chefias militares dos Corpos de Ordenanças e de suas estratégias na construção de sua autoridade. Vila Rica, (1735-1777)*. 2006. Dissertação de Mestrado - UFRJ, Rio de Janeiro.
- FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda; GOUVÊA, Maria de Fátima (org.). *O Antigo Regime nos Trópicos: A dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI - XVIII)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

³⁹ “Na sociedade mineradora, apesar de sua aparente possibilidade de mobilização social, as relações hierárquicas que se teciam entre os indivíduos desde o Reino eram essenciais para o reconhecimento do lugar social que cada um ocupava. Mesmo com a possibilidade de enriquecimento trazido pelo ouro, tratava-se, na realidade, de uma sociedade assentada na tradição. A elite das vilas coloniais era composta pelos homens bons, que tinham a dignidade da representação, ocupavam os cargos públicos, elegiam o Senado da Câmara. Em geral, faziam parte dessa camada aqueles que se inseriam nas cadeias clientelares e de prestígio; maneira de gozar dos cargos, patentes e honrarias e infiltrar-se na administração” FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 51.

FURTADO, Júnia Ferreira. *Homens de negócio: a interiorização da metrópole e do comércio nas minas setecentistas*. São Paulo: Hucitec, 1999.

GOUVÊA, Maria de Fátima Silva. Redes de poder na América Portuguesa: O caso dos homens bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

HEINZ, Flávio M. (org.). *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MATHIAS, Herculano Gomes. *Um recenseamento na capitania de Minas Gerais: Vila Rica - 1804*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1969.

RESENDE, Maria Efigênia Lage; VILLALTA, Luiz Carlos (org.). *História de Minas Gerais: As minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007, vol. 1 e 2.

RUSSEL-WOOD, A. J. R., Centros e periferias no mundo luso-brasileiro, 1500-1808. IN: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998.

_____, Prestige, Power and Piety in Colonial Brazil: The Third Orders of Salvador. IN: *Hispanic American Historical Review*. Durham, 69 (1), February, 1989.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da, *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

SILVA, Marilda Santana da. *Poderes Locais em Minas Gerais Setecentista: A Representatividade do Senado da Câmara de Vila Rica (1760-1808)*. 2003 - Tese de Doutorado - UNICAMP, Campinas.

“O Reino do Mal entre nós”: a Igreja Católica e o catecismo anticomunista

Edwilson Soares Freire

Universidade Estadual Paulista – Campus de Franca

Doutorando em História e Cultura

edwfreire@gmail.com

Resumo: O intento deste texto é fazer uma rápida análise do *Catecismo Anticomunista*, livreto lançado pelo arcebispo Dom Geraldo Sigaud, em 1962, menos de dois anos antes do golpe militar de 1964, com o objetivo de alertar os católicos brasileiros do perigo das doutrinas da “seita” de Karl Marx, isto é, do comunismo como postulado ideológico que incitava o proletariado do mundo a instaurar a sua ditadura e como sistema político implantado na Rússia, desde 1917. Mediante citação e análise de fragmentos do documento, busca-se entender que pontos doutrinários tornam catolicismo e comunismo tipos incompatíveis de práticas, segundo o segmento do clero brasileiro que foi chamado pela crítica de “conservador” (representado aqui pelo autor do livreto) e como as proposições defendidas pelo arcebispo dialogam, sobretudo, com estudos mais recentes.

Palavras-Chave: História do Brasil, Igreja Católica, Comunismo.

Abstract: The purpose of this article is to make a quick analysis of the *Catechism Anticomunist*, booklet launched by Archbishop Geraldo Sigaud, in 1962, less than two years before the 1964 military coup, in

order to warn of the danger of the Brazilian Catholic doctrines "sect" of Karl Marx, the communism as an ideological postulate that incited the proletariat of the world to establish their dictatorship and deployed as a political system in Russia since 1917. Through citation and analysis of document fragments, we seek to understand doctrinal points that make Catholicism and Communism incompatible types of practices, according segment of the Brazilian clergy was called by critics the "conservative" (represented here by the author of the booklet) and how propositions defended by Archbishop dialogue, especially with more recent studies.

Keywords: History of Brazil, the Catholic Church, Communism.

Introdução

A Igreja Católica no Brasil se confrontou, em sua história recente, com três grandes inimigos: o liberalismo (representado pela maçonaria), o protestantismo (em todas as suas vertentes e denominações) e o comunismo (como ideologia e prática política e como modelo daquilo que se denominou de socialismo real, implantado inicialmente na Rússia, em 1917). Mesmo se considerarmos somente a segunda metade do século XX, ou mais especificamente entre os anos de 1945 e 1964, tem-se entre a série de temas que preocupavam a Igreja o apelo ao retorno dos bons costumes cristãos e uma celeuma geral contra a secularização e o comunismo (RODEGHERO, 1998). Para Giménez, o “anticomunismo foi um dos instrumentos utilizados pela instituição [católica] na luta pela manutenção do poder simbólico na sociedade” (2003: 128).

Nesse texto, analisa-se como a cosmovisão da Igreja se voltou contra o comunismo e que pontos doutrinários essa instituição milenar tinha para se contrapor à compreensão marxista do processo histórico. Segundo Manoel (2004), em toda a sua história, a Igreja sempre manifestou uma autocompreensão de si mesma que, com exceção da Idade Média, quase sempre destoou de outras visões de mundo e dos próprios fenômenos de transição da sociedade, tais como a modernidade e a secularização. O objetivo deste artigo, então, é apresentar como essa autocompreensão da Igreja – firmada naquilo que se convencionou chamar de ultramontanismo – foi processada no Brasil como luta ferrenha contra o comunismo, tomando como exemplo a publicação do *Catecismo Anticomunista*, libreto lançado no mercado para advertir os fiéis católicos do perigo da “seita internacional que segue a doutrina de Karl Marx” (SIGAUD, 1963: 5).

O *Catecismo Anticomunista* apareceu no mercado editorial brasileiro em novembro de 1962, em tiragem de quinze mil cópias. De autoria do arcebispo de Diamantina, Dom Geraldo de Proença Sigaud,

essa publicação logo se esgotou, exigindo sucessivas reimpressões em março, maio, julho e agosto de 1963. Com exceção de maio, que teve reprodução de vinte mil exemplares, os meses seguintes tiveram as edições de vinte e cinco mil cópias rapidamente esgotadas, o que indica o grande interesse no livreto, que somou, assim, um total de cento e dez mil exemplares. Para a época – e mesmo para os dias atuais – essa tiragem é própria a *best sellers*, o que nos instiga a pensar nessa estrondosa vendagem e divulgação do texto.

O *Catecismo Anticomunista* adota o modelo consagrado dos catecismos da Igreja, isto é, pergunta seguida de resposta. No total, temos cento e duas questões respondidas de forma didática e em linguagem acessível, em quarenta e cinco páginas que tentam demonizar o comunismo e “provar” a extrema incompatibilidade entre esta doutrina e o cristianismo. O autor deixa bem claro, e repete enfaticamente, que um católico não pode e não deve ser comunista, já que os fundamentos doutrinários entre os dois sistemas são irreconciliáveis.

O autor do livreto, Dom Geraldo de Proença Sigaud (1909-1999) foi bispo da Diocese de Jacarezinho, no Paraná (1947-1961) e arcebispo metropolitano da Arquidiocese de Diamantina, em Minas Gerais (1961-1980). Conservador, Sigaud foi um dos fundadores da Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade, que teria apoiado o golpe militar de 1964. Aliás, durante todo o governo dos militares, o prelado fez severas críticas ao chamado “clero progressista”, isto é, à ala da Igreja Católica que se alinhava à esquerda. Sigaud, nesse sentido, confrontou muitas vezes o representante desse grupo, Dom Hélder Câmara, acusado de ser conivente com o marxismo e, por isso mesmo, cognominado de o “arcebispo vermelho”.

A capa da primeira edição do *Catecismo Anticomunista* é sobejamente emblemática do medo que a doutrina marxista despertava em muitos católicos. Um dragão vermelho, representando o comunismo, aparece sendo “pisoteado” por uma imagem da Virgem Maria, olhos lânguidos, como se dissesse ao católico que não se engane com aquele “monstro do abismo”. A besta do Apocalipse, então, parece ser associada ao comunismo, despertando no fiel uma consciência de que se envolver com esse sistema seria compactuar com as trevas, ou difundir o reino do Mal na Terra. Assim atemorizado, nenhum católico deveria sequer ouvir as propostas comunistas que pululavam como germes em todo o Brasil.

O comunismo sempre aparecia, nos documentos católicos brasileiros, associado a imagens fortes, a metáforas de cunho maniqueísta tais como “reino das sombras”, “portas do inferno”, “exércitos do mal”, um sistema demoníaco com “propósitos sinistros de aniquilar a obra de Deus sobre a terra”, como menciona texto de um jornal do Paraná citado por Giménez (2003: 131).⁴⁰ Mesmo em documentos oficiais da Igreja, por exemplo, no Ceará, ficava explicitamente dito que: “Tão funesto é o comunismo ateu que basta ser conhecido para causar repulsa. Continuaremos a combatê-lo, sem trégua,

⁴⁰ Essas expressões são usadas por Adolfo Soethe no “Editorial” do jornal *Panorama* (Curitiba, PR, novembro de 1958, p. 1).

doutrinando, amparando, orando” (SALA: 182).⁴¹ Esses exemplos bastam para aquilatar o receio da Igreja para com o comunismo, provando assim que este sistema, definitivamente, foi considerado como um inimigo a ser combatido insistentemente, sem trégua. Nesse sentido, o *Catecismo Anticomunista* é apenas um, dentre tantos documentos escritos por clérigos ou leigos preocupados com a disseminação de ideias comunistas pelo Brasil, país considerado então um grande baluarte da fé católica no mundo.

Comentário de trechos do *Catecismo anticomunista*

Alguns trechos do documento servem para analisar a postura conservadora da Igreja e sua aversão para com um sistema político que pretendia abolir a religião da vida do homem, por considerá-la o “ópio dos povos”.

1. Que é o comunismo?

O comunismo é uma seita internacional, que segue a doutrina de Karl Marx e trabalha para destruir a sociedade humana baseada na lei de Deus e no Evangelho, bem como para instaurar o reino de Satanás neste mundo, implantando um Estado ímpio e revolucionário, e organizando a vida dos homens de sorte que se esqueçam de Deus e da eternidade (SIGAUD, 1963: 5).

Como se vê, o documento começa definindo o termo comunismo como uma “seita internacional” fundada por Karl Marx. Se consideramos o *Manifesto comunista* (publicado originalmente em 1848) como o texto que inaugurou essa “seita”, comete-se o grave erro de ocultar a coautoria de Friedrich Engels. Evidentemente, o autor do *Catecismo* não está preocupado com “pormenores”, pois seu objetivo é alertar os fiéis do perigo que representa a adoção do comunismo no Brasil, instaurando no lugar do reino de Deus, o império de Satanás no mundo.

A primeira versão em português do *Manifesto comunista* data de 1923. Inicialmente publicada em jornal, somente no ano seguinte sai uma tiragem em folheto. A tradução brasileira foi efetuada por Otávio Brandão a partir da versão francesa da filha de Marx, Laura Lafargue, revisada pelo próprio Engels (BRANDÃO, 1978). Nessa década, existia forte conflito entre anarquistas e comunistas brasileiros (MATTOS, 2000), mas o *Manifesto* era uma espécie de cimento da ideologia revolucionária, o que explica que o texto foi sobejamente lido, difundido e citado por todos os que se arvoravam “coveiros do capitalismo”.

⁴¹ Trecho extraído da Circular nº 55, de 23 de outubro de 1945, assinada pelo então arcebispo do Ceará, Dom Antonio Lustosa.

Com exceção dos momentos em que o Partido Comunista esteve na ilegalidade, o *Manifesto comunista* circulou livremente no país, inclusive entre os próprios clérigos. Mesmo que não tenha lido o texto na íntegra, Dom Geraldo Sigaud certamente tinha conhecimento de seus principais postulados, como fica patente quando explica que o objetivo primaz do comunismo é a implantação de outro tipo de Estado, que ele denomina de “ímpio” (por exigir que os homens se esqueçam de Deus) e “revolucionário” (por impor que a preocupação exclusiva do ser humano deva ser o presente, ignorando a eternidade).

Deve-se atentar para o uso de expressões como “destruir a sociedade humana” (sociedade essa que, sendo um aglomerado de famílias, em outros textos da Igreja aparece como resultado da criação divina) e “instaurar o reino de Satanás neste mundo” (reino esse que, não obstante do Diabo, um ser de natureza espiritual, precisa ser convocado ou instaurado pelos próprios homens, seres físicos). A escolha dessas expressões não é nada inocente, ao contrário, foi deliberadamente pensada para impactar o leitor e inculcar em sua mente de cidadão livre e servo de Deus os perigos que rondavam seu estilo de vida e o tipo de sociedade em que ele vivia, fundamentados na civilização cristã e no Estado de direito, conquistas que o comunismo pretendia estraçalhar, segundo interpretação do arcebispo.

11. Por que a Religião é inimiga do comunismo?

A verdadeira Religião, que é a Religião Católica, é inimiga mortal do comunismo, porque ensina exatamente o contrário do que ele ensina, e inspira os fiéis a preferirem a morte às doutrinas e ao regime comunista (SIGAUD, 1963: 8).

É importante observar que a ordem da indagação deixa implícito o objetivo do livreto. O autor não pergunta por que o comunismo seria inimigo da religião, mas sim o contrário, ou seja, por que a religião se arvora inimiga do comunismo? A religião aparece não em posição defensiva, mas em evidente posição de combate, como um exército que, tendo tomado conhecimento de um inimigo feroz, não esperasse seu ataque para se defender, podendo agir imediatamente. Sigaud, assim, parece querer conscientizar os católicos de que, conhecendo o inimigo, nada mais restaria senão atacá-lo com todas as armas disponíveis. A própria publicação do *Catecismo*, nesse sentido, proclama-se como uma arma poderosa para minar a resistência do inimigo.

O fragmento não apenas deixa explícita a intenção do autor em colocar catolicismo e comunismo em trincheiras inimigas, como transforma isso em uma “guerra renhida”. Sabendo que os doutrinadores comunistas não abriam mão de sua ideologia, o arcebispo quer convencer o leitor que também o outro lado da trincheira tem suas convicções profundas, estando mesmo disposto a morrer em defesa delas. Vê-se que o comunismo é considerado uma doutrina de inspiração demoníaca e que, portanto, entre abraçar o “reino do Mal” e morrer, o católico sem dúvida pereceria fiel a sua fé.

O autor se utiliza da terminologia “Religião Católica”, quando, a rigor, deveria ter usado o termo cristianismo. Ora, admitindo que o cristianismo seja o tronco de uma religião do qual brotam três grandes galhos – a Igreja Católica, a Igreja Reformada ou Protestante e a Igreja Ortodoxa – o autor parece convencido de que somente um dos galhos, não o tronco, seria a “verdadeira Religião”. Essa escolha não é aleatória e resulta da arrogante postura da Igreja Católica de se considerar, durante longo tempo, a única instituição responsável pela salvação da humanidade.

13. Para conquistar o poder, que faz a seita comunista com referencia à Igreja Católica?

Para conquistar o poder, a seita comunista procede da seguinte maneira com relação à Igreja Católica:

- a) Procura persuadir os católicos de que não há oposição entre os objetivos da seita e a doutrina da Igreja. Procura até apresentar as idéias comunistas como a realização da doutrina do Evangelho.
- b) Procura criar uma corrente intitulada de “católicos progressistas”, “católicos socialistas” ou “católicos comunistas”, para desorientar e desunir os católicos.
- c) Procura atirar as organizações católicas contra os outros adversários naturais do comunismo, como os proprietários, os militares, as autoridades constituídas, para dividir e destruir os que se opõem a conquista do poder pelo Partido Comunista.
- d) Favorece as modas e costumes imorais para minar a família e portanto a civilização cristã, da qual a família é viga mestra.
- e) Mantém nas nações cristãs a sociedade em constante agitação, fomentando antagonismo entre as classes, as regiões do mesmo país, etc. (SIGAUD, 1963: 8-9).

Nesse fragmento, o autor aponta as estratégias do comunismo para minar a resistência da Igreja Católica e assim “conquistar o poder”, objetivo último dessa “seita”. Persuasão, sedução, cooptação, dissensão, rivalidade, revolta, agitação social e até mesmo a instauração de “modas” e a subversão de costumes seriam as ferramentas que o Partido Comunista usaria em sua obsessiva intenção de instaurar a ditadura do proletariado, e assim aniquilar todas as conquistas das sociedades fundamentadas no Estado de direito.

O primeiro item da lista parece apontar para o motivo pelo qual se tornou urgente publicar o livreto: evidenciar que as oposições entre catolicismo e comunismo são definitivamente inconciliáveis, mesmo que os comunistas (e até clérigos) digam que ambos os sistemas objetivem a mesma coisa: o mesmo bem comum do homem. Sigaud procura ser taxativo na impossibilidade de conciliação, e nega efetivamente que o comunismo seja uma forma de realizar a doutrina evangélica no mundo.

Sabe-se que sempre houve quem afirmasse que o modelo de Igreja que se vê nos Atos dos Apóstolos seria uma espécie de comunismo primitivo (BETO, 1986). A ideia por trás dessa premissa seria a de que o marxismo (como ideologia ou como ausência da propriedade privada) teria nascido na Igreja dos apóstolos. Não faltam autores para desmistificar essa pressuposição, ressaltando, sobretudo, que a família patriarcal tinha importância basilar na comunidade cristã dos primeiros anos, enquanto no regime comunista o modelo familiar é sempre associado aos decrépitos quadros da sociedade capitalista

(SEVERO, 2011). De todo modo, os estudiosos apontam que as grandes diferenças entre cristianismo e comunismo são não apenas históricas como também ideológicas e práticas, não sendo, portanto, viável associá-los (OLIVEIRA, 2010).

O segundo item, um pomo de discórdia dentro da própria Igreja, deixava o arcebispo horrorizado por constatar que os astutos comunistas haviam conseguido cooptar gente do próprio clero para constituir uma “corrente” cujo objetivo precípua seria “desorientar e desunir” os próprios seguidores do catolicismo. Em entrevista à revista *Veja*, em 1970, respondendo se existiria mesmo penetração comunista na Igreja, Dom Sigaud assim se expressa: “Existem, sem dúvida, ideias marxistas que têm penetrado em grandes setores do clero e do laicato. Acho também que existem comunistas que militam nos quadros católicos. Eu conheço, pessoalmente, elementos que eram comunistas e hoje pertencem aos quadros católicos e neles tem papel atuante” (SIGAUD, 1970: 3).

Exatamente por desconfiar de que a Igreja estivesse com muitos elementos comunistas “infiltrados”, o regime militar, por meio do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), também chamado DOPS, instaurou uma série de investigações sobre padres e bispos considerados “suspeitos”. Em função disso, “agentes religiosos foram espionados, perseguidos, presos, torturados, mortos e expulsos do país, sob a acusação de subversão da ordem” (SANTOS, 2011: 3).

O terceiro item diz respeito a uma estratégia de dissensão dos comunistas, cujo objetivo seria enfraquecer e dividir as forças de oposição contra a instauração da ditadura do proletariado. Assim, se Igreja e segmentos importantes da sociedade como proprietários, autoridades e militares estivessem divididos, “brigados”, a resistência seria menor, já que o bloco dos opositores estaria fragmentado, rachado e, por isso mesmo, seria facilmente vencido. Tal como expôs Faoro (2001) em seu clássico, no Brasil só é possível entender a atuação dos “donos do poder” por meio de uma distinção entre classe social e estamento. Talvez Sigaud tivesse isso em mente, isto é, que a Igreja como estamento que cobria grande parte da sociedade (poder ideológico) não devia romper relações com as classes que detinham de fato o poder econômico e político.

O quarto item é um dos mais interessantes, na medida em que considera as “modas” (tendências, ideias) e os costumes (tradições) pilastras importantes que precisariam ser minadas, por meio da família, para a instauração do regime comunista no Brasil. O arcebispo não menciona exemplos de tais elementos, mas em documentos de outros clérigos brasileiros seria possível levantar um rápido painel dessas corrupções do modelo familiar cristão, como expressa um bispo cearense ainda na década de 1940: “Os cinemas livres [de censura], o despudor das modas [vestimentas], os jornais ímpios e os neutros, que não são menos nocivos, as revistas e panfletos imorais, a ânsia incontida [de] gozo e prazer, em oposição ao espírito de mortificação, matam não só a vida espiritual presente, mas até o germe de vida espiritual futura” (MATOS, 1998: 177).

O quinto e último item postula algo que inquietava a Igreja já desde o século XIX. Quando, em 1891, o papa Leão XIII escreveu a encíclica *Rerum Novarum*, acusava-se que entre as “funestas consequências do comunismo” estaria “a perturbação em todas as classes da sociedade, uma odiosa e insuportável servidão para todos os cidadãos, porta aberta a todas as invejas, a todos os descontentamentos, a todas as discórdias” (LEÃO XIII, 2010: 19). Sigaud, como leitor leonino, expõe que esse clima de suspensão que o comunismo provocava na sociedade ocidental permanecia intenso no Brasil da primeira metade da década de 1960, sobretudo pelo fomento de rivalidades entre as classes sociais e até entre as regiões do país.

Com a tomada do poder pelos militares, em 1964, as manifestações em prol do comunismo são silenciadas pela violência, e então os gritos de ordem contra o capitalismo são substituídos pelos gritos dos torturados (BRASIL, 2000). Sigaud, em entrevista à revista *Veja* (1970), procura relativizar ou mesmo escamotear a existência da tortura política no país, admitindo que esse problema seja mais de ordem policial. Também chama a atenção para o fato de que clérigos como Dom Hélder Câmara estariam disseminando mentiras pela Europa, expondo estatísticas irreais sobre presos e torturados. Nesse sentido, não é exagero afirmar que a voz profética, contestatória, por parte da elite eclesiástica brasileira no regime militar sempre foi apontada, de um lado, como incerta e conivente, e do outro, como agressiva e revolucionária. Na verdade, a atuação dos representantes da Igreja na luta contra a tortura e pela justiça social no país dominado pela ditadura só recentemente foi alvo de estudos mais sérios, como é o caso do livro de Serbin (2001).

25. Que aconteceria às nossas famílias católicas se o comunismo dominasse o Brasil?

Os pais que resistissem à profanação do seu lar poderiam ser mortos; as filhas e esposas ficariam expostas à violação; as famílias perderiam suas propriedades e seriam arruinadas e destruídas (SIGAUD, 1963: 13-14).

O cenário que se desenha para o Brasil, caso o comunismo fosse adotado, é pintado com tintas fortes, em um tom quase terrorista. Tal quadro é indicativo do temor que atribulava as almas dos conservadores, especialmente clérigos como Sigaud, quase obcecados com a possibilidade de o comunismo “dominar” o país mais católico do mundo. Esse painel do terror certamente foi obtido das histórias que chegavam ao Brasil sobre o regime comunista na Rússia, sobretudo em relação aos escabrosos crimes cometidos por Stalin, já divulgados desde 1953. Diversos livros já foram publicados para provar que Stalin foi um dos ditadores mais ensandecidos e sanguinários da história (cf. PLESHAKOV, 2008), talvez da mesma estirpe de Hitler. Há quem afirme que o líder soviético, pouco antes de morrer, preparava um plano para eliminar os judeus soviéticos, à semelhança da solução final nazista (BRENT e NAUMOV, 2003). Há também quem escreva para desmitificar e revisionar a

historiografia dos genocídios europeus do século XX, não negando, todavia, que Hitler e Stalin validaram os crimes um do outro (SNYDER, 2011).

O impressionante quadro de dissolução familiar, descrito por Sigaud, pôde ser vislumbrado na Rússia stalinista, mediante a onipresença do Partido Comunista e em função da quase eliminação da vida privada. Na verdade, os aspectos da vida privada que escapavam do regime soviético forjaram uma vida à beira da paranoia, chegando a provocar delações entre familiares, como escancarou Orlando Figes em seu livro *Susurros* (2010). Assim, os receios do arcebispo não eram de todo infundados, não obstante se saber que as informações sobre a Rússia comunista que chegavam ao Brasil da década de 1960 eram comumente exageradas ou distorcidas, com o intuito mesmo de atemorizar as mentes. Não era preciso recorrer a esse expediente, pois a gravidade dos crimes já era suficientemente dramática para se questionar aquele modelo de ditadura de esquerda.

Como se vê, a “implantação” do comunismo não conseguiu fugir de um modelo de violência extremada contra a espécie humana, não obstante o regime prometer justamente o contrário, isto é, a redenção da humanidade pelo próprio homem. Isso, evidentemente, escandalizava muito a elite eclesial brasileira, que esperava transformações no país, mas somente se operadas num contexto de paz e justiça, dentro do modelo de Estado de direito. Assim, o país deveria continuar como estava, “cristianizado”, sem nunca adotar o comunismo. Nesse sentido, representantes dessa elite chegaram a afirmar que o século XX era o “século de Maria Santíssima”, e como tal, os católicos deveriam demonstrar entusiasmo e alegria pelas vitórias desse período (MATOS, 1954), incluídas como tais as novas tecnologias que facilitavam a vida do homem.

Entretanto, pensadores como John Gray (2005) postulam que a única certeza irrefutável sobre o século XX seria a de que o desenvolvimento das tecnologias pelo homem foi utilizado para cometer crimes atrozes contra a própria humanidade. Foi somente em decorrência dos avanços tecnológicos que o regime comunista pôde conceber e pôr em prática o projeto dos gulacs soviéticos, locais de extermínio onde milhões⁴² pereceram por discordar do Partido Comunista (ou de Stalin mesmo) ou simplesmente por não ser mais considerado “útil” ao sistema. Esse quadro, como era de se esperar, não ajudava muito no processo de aceitação do comunismo no Brasil.

34. Que é a Revolução?

Revolução, com maiúscula, é a rejeição de Deus, de Cristo, da Igreja, e de tudo o que deles provém, e a organização da vida humana somente segundo a razão humana e as paixões humanas. Seu ideal é a Cidade do homem sem Deus, oposta à Cristandade e à ordem natural, que é a Cidade de Deus (SIGAUD, 1963: 16-17).

⁴² Os números são imprecisos, mas há quem diga que chegou a cem milhões (cf. COURTOIS, 1999).

Aqui o arcebispo acerta o conceito-chave do regime comunista, um sistema racionalista que considerava o ser humano suficientemente capaz de cuidar de si mesmo, em uma cidade, em um Estado que negava a necessidade de religião, de submissão a um ser espiritual. Nesse sentido, o materialismo que fundamenta o comunismo prega de fato essa autossuficiência humana, mas das palavras de Sigaud não deixam de emanar forte ressentimento de que semelhante heresia seja naturalmente aceita pelo homem, considerado por ele um ser débil que depende em tudo de Deus.

Sigaud considera inadmissível que uma sociedade historicamente fundada sobre bases católicas, como é o caso da brasileira, rejeite intencionalmente o modelo da Cidade de Deus proposta por Santo Agostinho (1990), para se apegar a um modelo de cidade (leia-se de vida) inteiramente materialista, já que, alicerçado no materialismo histórico, o comunismo não poderia compactuar com modelos que fugissem dessa proposta. Nega-se, assim, o caráter imanente do ser humano numa desesperada corrida para se suplantar as desigualdades sociais, consideradas pela Igreja como algo natural à condição humana, mas vistas pelos comunistas como prova da decadência de um sistema que mercantiliza o próprio homem.

Nesse sentido, Sigaud tem razão em afirmar que católicos e comunistas não comungam das mesmas crenças, uma vez que o comunismo propõe a desintegração do capitalismo por considerá-lo desumanizador ou degradante à condição humana, enquanto a Igreja postula que o capitalismo pode ser cristianizado, humanizado, conforme tese que fundamenta a encíclica de Leão XIII, a *Rerum Novarum* (PIMENTEL JÚNIOR, 1963). Assim, o pomo de discórdia já se localiza na raiz da questão, uma vez que para a Igreja o capitalismo pode ser “recuperado”, impondo-se sobre ele os fundamentos do cristianismo, enquanto o comunismo arroga que somente a superação do capitalismo, a aniquilação da propriedade privada e a desintegração das classes mediante a ditadura do proletariado resolveriam o problema. Um propõe tratar o doente, por considerá-lo recuperável; o outro propõe que se mate o doente, irre recuperável, para que seu lugar seja ocupado por outro ser saudável.

46. Que devem fazer os proletários, de acordo com o comunismo?

De acordo com o comunismo, os proletários devem mover guerra às outras classes, e implantar a ditadura do proletariado, que pela violência extermine a Igreja, o Clero, os nobres, os ricos, os proprietários, os que se realçam pela inteligência, todos os homens independentes, e assim destrua tudo o que se opõe à Revolução (SIGAUD, 1963: 21-22).

Aqui o arcebispo traça um panorama da realidade que se soube, de fato, ter sido aplicada nos países que assumiram um totalitarismo de esquerda, dito comunista. Na década de 1990, a despeito das cifras exageradas, obras como *O livro negro do comunismo* (COURTOIS, 1999) trouxeram esse assunto novamente à tona; refazendo a denúncia dos inegáveis e já conhecidos crimes e assassinatos em massa cometidos na Rússia, como já se mencionou, e também em outros países, onde templos religiosos foram

fechados e reuniões públicas, proibidas. A decantada ditadura do proletariado, na verdade, aparecia em países como o Brasil como a instituição de um Estado perverso, tirano e eminentemente ateu.

Para o Ocidente, Estados comunistas como a União Soviética se autoproclamavam ateístas ou difundiam ter eliminado as religiões de seus territórios, alegando que elas não eram mais compatíveis com o nível de evolução humana alcançado por suas economias. Contudo, nesses lugares se verificou que a religião foi mantida pela população, em grande medida de modo subterrâneo e secreto (ANDRÉ e SHERRILL, 1982). Não obstante, o Partido Comunista costumava punir, com a morte, toda insistência em professar publicamente alguma crença religiosa, como exemplifica Myrna Grant ao escrever a história do soldado cristão que enfrentou o terror soviético por não negar sua fé (1974).

58. Quem inventou este regime?

Quem inventou este regime foi Satanás, que sabe que o melhor meio de levar os homens à perdição eterna é fazê-los rebelarem-se contra a ordem constituída por Deus (SIGAUD, 1963: 26).

Fica implícita aqui uma concepção de história: o príncipe das trevas domina as vidas humanas que estão afastadas de Deus e as arregimenta para execução de seu plano perverso, ou seja, conduzir o próprio ser humano, imagem e semelhança de Deus, à perdição eterna. Assim, ao negarem a importância da encarnação do Verbo, do Filho de Deus, os comunistas permaneceriam na condição de caídos (tais como Adão e Eva) e, por isso, sujeitos a sofrer a condenação advinda no fim dos tempos, no apocalipse.

A concepção de história, nesse caso, é linear e teleológica. Também se observa que “há um aprofundamento e uma sublimação da escatologia como fundamentação histórica” (MANOEL, 2004: 37), dando-se importância aos eventos finalizadores da história humana: o julgamento de Deus, com a consequente salvação dos fiéis e a perdição eterna dos ímpios. Não obstante criticar essa visão escatológica da história, os comunistas também foram acusados de não conseguir fugir de uma tendência teleológica da história, já que a ditadura do proletariado seria o tão desejado fim de uma história na qual o capitalismo moldou e deformou as sociedades.

Nesse ponto, levantam-se mais discrepâncias entre católicos e comunistas. O cristianismo prega a ideia de paraíso, a Cidade de Deus, a morada eterna onde cessará todo sofrimento humano (DELUMEAU, 1997), enquanto o comunismo postula que o homem não deve esperar uma eternidade que não existe, mas que deve construir com suas próprias mãos uma nova realidade, que prima pela igualdade entre as classes e pelo fim da exploração do homem pelo homem. Esta cidade dos homens livres, então, afronta aquela ideia de que somente a eternidade porá fim ao sofrimento humano, visto assim como uma anomalia da condição humana, não intrínseca a ela, como apregoa a Igreja.

59. Como é que Satanás consegue adeptos para este regime?

Prometendo aos homens o paraíso na terra se eles renunciarem a Deus e ao Céu, Satanás consegue enganá-los como o fez a nossos primeiros pais, e o resultado é o inferno na terra e na eternidade (SIGAUD, 1963: 26-27).

Como pinta o comunismo como um sistema concebido pelo próprio Satanás, era de esperar que os leitores perguntassem como seria possível que um regime assim tão demoníaco, arquitetado no Inferno, conseguisse ter tantos adeptos na Terra. O arcebispo responde que a tática usada pelo inimigo é o do engodo, da enganação, da mentira, tática antigüíssima já utilizada pelo príncipe do Mal no Éden para enganar “nossos primeiros pais”. A julgar pelo texto, ou Satanás é um estrategista muito pobre – repetindo armas usadas há tanto tempo – ou o ser humano é uma criatura que não aprende com seus erros. Se for este o caso, não aquele, o inimigo da Humanidade saberia disso e recorreria a essa fraqueza para alcançar seu intento de arrastar o maior número possível de homens para o tormento eterno.

64. Que atitudes dos cristãos preparam a vitória do comunismo?

Como o comunismo nasce do materialismo, da sensualidade e do orgulho, o materialismo prático dos cristãos que vivem como se não houvesse a eternidade cria o caldo de cultura em que o bacilo comunista prolifera (SIGAUD, 1963: 28).

Agora o arcebispo toca no ponto central de seu livreto: explicitar como os próprios católicos estariam contribuindo para a assimilação do comunismo no Brasil. Segundo ele, o “materialismo prático dos cristãos” propiciaria a fecundação do “bacilo comunista” pela nação. Assim, mesmo de forma inconsciente, muitos católicos – vivendo vidas mais ditadas pelos prazeres carnis do que pela santidade – estariam contribuindo para a vitória do comunismo. Essa pergunta, sem dúvida, foi pensada para “despertar” aqueles que, ignorando a gravidade da situação, ainda não haviam sido “arregimentados” para guerrear contra o comunismo, em função de suas nefastas doutrinas para separar o homem de Deus.

No fragmento seguinte, o autor dará exemplos pontuais de posturas assumidas pelos católicos que favoreciam o comunismo.

65. Dê alguns exemplos destes materialistas práticos.

Posso dar os seguintes exemplos: quem só se preocupa com ganhar dinheiro; quem procura gozar dos prazeres da vida, embora lícitos, sem se interessar pela prática da oração e da penitência; quem se entrega ao jogo; quem frequenta lugares suspeitos; quem se veste com sensualidade, sem modéstia; quem dança as danças modernas; quem lê revistas obscenas ou sensuais; os frequentadores do cinema e da televisão imorais; quem se desinteressa pela graça santificante, pecando como se não houvesse pecado (SIGAUD, 1963: 28-29).

Como se vê, o prelado é taxativo em impor ao cristão uma prática de vida santificante, que fugisse de elementos modernos que se constituem em pecado ou que atraem o pecado. Até mesmo frequentar cinema ou outros “lugares suspeitos” seria incorrer em atitudes que, no conjunto, ajudariam a engrossar

o “caldo de cultura” em que o comunismo poderia proliferar livremente.

O ato capitalista de se preocupar em ganhar dinheiro, de modo exclusivo, é visto como grave pecado. Para a Igreja, amealhar riquezas e não usá-las para mitigar a dor dos pobres se constitui em ofensa. Para justificar a diferença social dos homens, o papa Leão XII, na *Rerum Novarum* (2010), faz uma distinção entre posse e uso de riquezas, chamando a atenção para o fato de que somente terá justa posse de bens aquele que fizer deles um uso legítimo na prática da caridade, da misericórdia e da justiça. Assim, a Igreja prega que possuir riqueza exige responsabilidade social, na medida em que o rico teria a incumbência moral de acudir os desvalidos e necessitados, para muito além de apenas servir aos seus próprios interesses.

As práticas da oração e da penitência são consideradas antídotos contra o estilo de vida hedonista, pautado em gozar os “prazeres da vida”. Mesmo os prazeres lícitos, que o arcebispo não menciona quais sejam, quando distantes de uma prática santificante, poderia ser evocados para se considerar um católico um exemplo de “materialista prático”.

O ato de se “entregar ao jogo” também é posto na “lista negra” de posturas materialistas. Na década de 1960, aquele que certamente merecia atenção do arcebispo deveria ser o jogo do bicho, já que, no Brasil, a exploração da jogatina, via cassinos, fora proibida desde 1946. O jogo do bicho, entretanto, não obstante também ser contravenção desde 1940, nunca deixou de existir de fato, uma vez que a população brasileira não parece ter imprimido a essa modalidade o rótulo de “crime”. No caso do Rio de Janeiro, por exemplo, onde surgiu, o jogo do bicho nunca teria sido prioridade da polícia, não existindo nem mesmo uma política de segurança que efetivamente criminalizasse essa prática (MAGALHÃES, 2011).

Todavia, mesmo tendo a tolerância do povo, Sigaud tinha razão em se preocupar com a prática viciante dos “bingos”, já que a ciência tem provado que eles causam dependência semelhante à das substâncias entorpecentes. Os jogos de azar, ou o descontrole em lidar com eles, passaram a ser considerados patogênicos, ou desencadeadores de doenças, pela medicina a partir de 1980. Alguns estudos importantes poderiam ser listados aqui, mas consideramos suficiente mencionar o trabalho de Sartori (2012) sobre a “síndrome do ninho vazio”, por tratar de um problema muito comum na sociedade brasileira: a angústia dos pais quando os filhos saem de casa, e então a necessidade de preencher o “vazio” possibilita a condução, sobretudo dos idosos, ao vício em jogos de azar, substituindo-se assim um problema de fundo emocional por uma compulsão.

Sigaud arrola como pecado frequentar “lugares suspeitos”, mas não especifica que espaços seriam esses, abrindo a possibilidade para um leque de “antros de perdição”, assim considerados pela Igreja: bares, cabarés, boates, meretrícios e todo lugar onde a decência, a moral e o respeito ficavam de fora. Como escrevia para alertar os fieis contra o comunismo, é de supor que qualquer local que abrigasse

reuniões de marxistas seria também considerado pelo arcebispo um “lugar suspeito”, onde se desenvolvia livremente as “tramas do Mal”.

Se vestir com sensualidade, sem modéstia, parece um recado direto para as mulheres, já que na década de 1960 a minissaia começa a se difundir pelo Brasil, escandalizando os setores conservadores da sociedade, que mediam o caráter da mulher pelo tamanho dos panos que cobriam seu corpo. A mulher que gostava de roupas curtas, decotadas, transparentes, extravagantes etc. não “servia” para ser boa dona de casa e esposa e, conseqüentemente, não podia ser uma boa cristã, pois incorria no pecado de despertar luxúria no homem, quase sempre visto como uma bomba de hormônios, incontrolável.

As danças “modernas”, as revistas “obscenas ou sensuais”, o cinema e a televisão “ímorais” também estão na lista de infâmias do arcebispo, pecados para os quais os fiéis católicos deveriam dispensar atenção especial, para não serem “tragados” por eles e assim ajudar na difusão do comunismo no Brasil. Sabe-se que a indústria do entretenimento sempre mereceu desconfiança por parte da Igreja, já que, lançando seus produtos fora do controle clerical e sem atrelar-se à doutrina católica, exigia uma liberdade que os líderes religiosos julgavam, na verdade, como manifestação aberta da libertinagem.

“Quem se desinteressa pela graça santificante, pecando como se não houvesse pecado” se constitui o desfecho apoteótico do arcebispo Sigaud, deixando explícito que somente o católico praticante e fiel estaria apto para entrar na “guerra” contra o comunismo e sair vitorioso, não sendo assim envergonhado por praticar coisas que ele mesmo deveria condenar.

95. Qual o ideal remoto da sociedade comunista?

A sociedade comunista ideal, diz a seita, será, depois dos horrores da ditadura do proletariado, uma sociedade sem classes nem proprietários, onde todos serão iguais, todos trabalharão, cada qual segundo as suas forças, e cada um receberá da sociedade tudo o de que precisar. Será este o paraíso na terra (SIGAUD, 1963: 42).

Aqui, ficam explicitados os passos que o comunismo exige para se chegar ao “paraíso na terra”: instauração da ditadura do proletariado e a regência férrea de um Estado que postula o fim da desigualdade social. Nota-se um tom de ironia na fala do arcebispo, sobretudo em palavras como “ideal”, “iguais”, “paraíso”.

96. Este ideal corresponde à vontade de Deus?

Este ideal é oposto à vontade e aos planos de Deus em pontos essenciais:

- a) Deus não quer que este mundo seja um paraíso, e sim um lugar em que ao lado de puras alegrias nós encontremos grandes sofrimentos, e assim, carregando a nossa cruz, nos santifiquemos. Nosso paraíso nos espera na outra vida.
- b) Deus quer que cada indivíduo procure o seu bem-estar por seu esforço pessoal, amparado pelo Estado, mas não substituído por ele.

c) Deus quer que entre os homens haja desigualdades, as famílias formem classes distintas, umas mais altas que as outras, sem hostilidade recíproca, com caridade, e sem exagerada diferença: não deve haver alguns miseráveis, e outros excessivamente ricos (SIGAUD, 1963: 42- 43).

Possivelmente, esse é o fragmento mais contundente do documento, quando então o autor deixa claro que visão tem a Igreja da desigualdade social e de que forma se deve lidar com o sofrimento humano. A ênfase semântica no termo “paraíso” é deslocada espacialmente da Terra para o Céu e da temporalidade humana para a eternidade. “Nosso paraíso nos espera na outra vida” e, para ser digno dele, é preciso se santificar, “carregando a nossa cruz”.

Contundente a declaração de Sigaud de que “Deus não quer que este mundo seja um paraíso” (item “a”), como insistem os comunistas, almejando que a eliminação da propriedade privada e a instalação da ditadura do proletariado trariam esse Éden a Terra. Quem assim acredita, supõe que o resgate da metafórica condição primeira do homem, tal como no paraíso bíblico, só seria possível mediante o “mover” da realidade pelo próprio ser humano, com inevitável uso da violência para romper o estado de exploração do homem pelo homem. Nessa visão, então, o sofrimento não faria parte da condição intrínseca do homem, tendo sido gestado historicamente nas relações sociais, sobretudo em função da luta de classe, considerada o verdadeiro motor da história.

A Igreja, evidentemente, não partilha dessa ideia, uma vez que o sofrimento não apenas é intrínseco ao ser humano como também uma ferramenta para o seu crescimento espiritual. Ao pecar contra Deus no Éden, o homem como que introjetou o sofrimento em seu DNA, sendo-se impossível, mesmo que se esforce para isso, libertar-se dele enquanto estiver revestido de “pó”, ou seja, enquanto for um vivente na Terra. O homem deve esperar a “outra vida”, o aguilhão libertador da morte – por antítese, também visto como o último inimigo a ser vencido – para então se vê livre eternamente da dor, da lágrima, do sofrimento e da própria morte. Quem assim crê, faz do sofrimento uma espécie de escada para se chegar ao Céu. Nesse sentido, propor a eliminação dessa escada não apenas é indesejável como ofensivo, pois seria como tentar impedir se chegar ao verdadeiro paraíso.

A opressão de um Estado que tolhe a liberdade do indivíduo ao invés de amparar sua busca pelo bem-estar é condenada abertamente no item “b” da questão. A onipresença de um Estado totalitário, em tudo ditando o comportamento social e mesmo privado dos membros da sociedade é visto com ojeriza por Sigaud. Certamente por coadunar-se com o pensamento do autor da *Rerum Novarum*, o arcebispo considera o excessivo poder do Estado comunista algo antinatural e opressivo à condição humana, pois abalaria os coesivos pilares familiares. Em tópico sobre família e Estado, a encíclica do papa leonino acusa o Estado socialista de subverter o tradicional pensamento da Igreja, ao propor a substituição da providência paterna pelo tutoramento governamental, dissolvendo, assim, os laços da família. “Querer,

pois, que o poder civil invada arbitrariamente o santuário da família, é um erro grave e funesto” (LEÃO XIII, 2010: 18).

O item “c” é quase um hino à legitimidade da desigualdade social entre os homens. Ao contrário do que poderia imaginar alguns, Sigaud não só diz que a Igreja aceita a diferença entre os homens como também postula que tal coisa seja a vontade de Deus para o modelo de sociedade humana possível na Terra. Todavia, fica explícito que essa desigualdade não pode ser acentuada, que não devem existir pessoas demasiadamente ricas em oposição a miseráveis, ou seja, a desigualdade social é aceita se não chegar ao patamar de uma “exagerada diferença”, que seria motivo de “hostilidade recíproca”, quando na verdade deveria coexistir uma caridade entre as classes mais altas e as mais baixas.

A pobreza sempre foi um pomo de discórdia para a Igreja católica, sendo seus templos e ministros acusados ao longo da história de se regalarem no luxo (cf. FREIRE, 2010), quando grande parte do povo padecia na miséria. Nesse sentido, os comunistas se arvoravam no direito de propor uma nova sociedade, na qual pobreza, miséria, desigualdade social e exploração do homem pelo homem não constituíssem realidades patentes e gritantes, como notoriamente se verificava nas sociedades onde o capital imperava dissolutamente. Evidentemente, a Igreja também discordava desse modelo de sociedade fundamentado em acentuadas diferenças entre os homens, todavia discordava frontalmente da forma como os comunistas propunham solucionar o problema. Não seria pela violência, mas sim pela caridade, que os homens deveriam ser chamados ao arrependimento de suas más ações e à consequente transformação da sociedade.

Considerações finais

O *Catecismo Anticomunista* se constitui num documento histórico de expressivo exemplo do poder da Igreja contra ideologias e instituições que propunham valores opostos a sua milenar doutrina. A seleção de fragmentos foi suficiente para demonstrar que a Igreja não aceita ser contestada naquilo que considera basilar em seu edifício: o destino final do homem e o caminho que se deve seguir para se chegar nele. Como visto, a Igreja se considera a única detentora do mapa de tal destino, e ela mesma se vê como o caminho a ser trilhado. Todos os homens que surgiram propondo atalhos ou outros caminhos seriam, na verdade, ladrões e salteadores de almas. Desse mesmo modo, poderia ser definido os comunistas, na visão de Sigaud.

Giménez (2003) consegue levantar de sua documentação primária (jornais paranaenses do período de 1947 a 1964) expressões que os representantes da Igreja ou seus fieis defensores impingiam ao comunismo e aos países que adotaram esse regime: “absolutismo do Estado”, “idolatria do Estado”, “bestialização do homem”, “estúpida escravidão”, dentre outras que, confrontadas aos fragmentos do

Catecismo aqui analisados, implicam asseverar que, em praticamente todo o século XX, especialmente em sua segunda metade, travou-se uma renhida batalha pelas mentes dos brasileiros. Tal guerra se deu, sobretudo, usando-se o poder da palavra, seja impressa (como no caso do documento que analisamos nesse texto ou dos jornais estudados por Giménez) ou falada (nos sermões que padres, bispos e demais clérigos faziam de púlpito ou palestras que leigos ministravam pelo país).

O comunismo era retratado, assim, como o “reino do Mal entre nós”, como o “império de Satanás” procurando “tragar” até mesmo países bem cristianizados (leia-se católicos) como o Brasil. Não bastasse o abismo profundo que se tornara a modernidade – tentando atrair para si o povo brasileiro –, com seu liberalismo rebelde à ação da Igreja e pela presença cada vez mais atuante do protestantismo, pregando uma série de “heresias” – entre as quais se destacava a não confissão de pecados a homens (era isso que os padres faziam) –, a Igreja Católica ainda precisava disponibilizar tempo e armas contra o comunismo. Talvez por impor a instauração de um Estado ateu ou atento exclusivamente aos ditames do físico, da matéria (ignorando completamente as necessidades do espírito), a ideologia comunista era considerada pela Igreja como o arqui-inimigo a ser combatido e vencido.

No caso do Brasil, com a chegada dos militares ao poder, abortando quaisquer tentativas e planos de instaurar um Estado comunista no país, a Igreja católica parece ter arrefecido o beligerante ânimo que mantinha acesso contra o comunismo. Depois da autoproclamada Revolução de 1964 não se encontra mais edições do *Catecismo Anticomunista*, talvez porque não era mais necessário alertar o povo contra um perigo que, efetivamente, a partir de então seria reprimido e diluído pelo próprio Estado. A Igreja, ou parte dela (a ala conservadora, talvez), passou a ser acusada de conivente com um regime que torturava, matava e ocultava cadáveres. Não obstante tal acusação, clérigos e membros da Igreja também foram perseguidos, presos e torturados, como é o caso de Frei Tito, um dominicano que se suicidou na França por não conseguir silenciar as vozes de seus algozes em sua mente (ACIOLI, 2007).

O comunismo deixou um rastro de mortos onde foi instituído, conforme ficou sobejamente demonstrado. Todavia, no caso do Brasil, o regime que se levantou para supostamente evitar que a ditadura do proletariado se instalasse no país também deixou o caminho repleto de mortos e desaparecidos. Assim, não houve nenhum vencedor na “guerra contra o marxismo”, como também não houve vitória do modelo socialista proposto. Todavia, não obstante a falta de vencedores, um perdedor sobressaiu-se: o ser humano. Combatendo uma proposta de violência com a própria violência, o homem provou que seu caminho de aperfeiçoamento não é linear. Ou, talvez, aceitando a hipótese mais pessimista, a humanidade demonstrou como postula Gray (2005) que o instinto de autodestruição está inegavelmente contido em sua essência, e que tal latência segue a passos largos para a realização completa.

Referências Bibliográficas e Fontes

- ACIOLI, Socorro. **Frei Tito**. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007 (Coleção Terra Bárbara).
- AGOSTINHO, Santo (Bispo de Hipona). **A cidade de Deus**. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Federação Agostiniana Brasileira, 1990 (dois vols.).
- ANDRÉ, Irmão; SHERRILL, John e Elizabeth. **O contrabandista de Deus**. Belo Horizonte: Betânia, 1982.
- BETO, Frei. **Cristianismo e marxismo**. Petrópolis: Vozes, 1986.
- BRASIL, Nunca Mais. **Um relato para a história**. 31. Ed. Petrópolis: Vozes, 2000 (com prefácio de Dom Paulo Evaristo, Cardeal Ars).
- BRANDÃO, Otávio. **Combates e batalhas**: vol. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BRENT, Jonathan e NAUMOV, Vladimir. **Stalin's last crime: the plot against the Jewish doctors, 1948-1953**. New York: HarperCollins Publishers, 2003.
- COURTOIS, Stephane (org.). **O livro negro do comunismo: crimes, terror e repressão**. São Paulo: Bertrand Brasil, 1999.
- DELUMEAU, Jean. **Mil anos de felicidade: uma história do paraíso**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. 3. ed. rev. São Paulo: Globo, 2001 (dois vols.).
- FIGES, Orlando. **Sussurros: a vida privada na Rússia de Stalin**. Rio de Janeiro: Record, 2010.
- FREIRE, Edwilson S. **Arautos do catolicismo: história e religião nas vozes de cinco bispos da Diocese de Limoeiro do Norte, CE (1940 – 2010)**. Fortaleza: Luz Print, 2010.
- GRANT, Myrna. **Ivan**. Belo Horizonte: Betânia, 1974.
- GRAY, John. **Cachorros de palha: reflexões sobre humanos e outros animais**. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- GIMÉNEZ, Andrea B. W. **O medo da “Revolução Social” na “Terra dos Pinheirais”**: imaginário anticomunista na sociedade curitibana, 1947 – 1964. Curitiba, 2003, 187 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Paraná.
- LEÃO XIII (Papa). **Rerum novarum**: carta encíclica de sua santidade o papa Leão XIII sobre a condição dos operários. 18 ed. Tradução de Manuel Alves da Silva. São Paulo: Paulinas, 2010, 59 p.
- MAGALÃES, Felipe. **Ganhou, leva! O jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)**. Rio de Janeiro: FGV, 2011.
- MANOEL, Ivan A. **O pêndulo da História: tempo e eternidade no pensamento católico (1800-1960)**. Maringá: EDUEM, 2004.
- MATOS, Aureliano (Bispo). “Carta Pastoral (segunda): Pedindo aos seus diocesanos auxílio para construção do Seminário”, 1941. In: MALVEIRA, Antonio N. **O Limoeiro de Dom Aureliano Matos**. Rio de Janeiro: Peleluc, 1998, p. 173-90.

MATOS, Aureliano (Bispo). **Carta Pastoral (quarta)**: Comunicando aos seus diocesanos a realização, de 4 a 8 de dezembro de 1954, do Primeiro Congresso Eucarístico Diocesano, comemorando o Centenário do dogma da Imaculada Conceição e em preparação ao Congresso Eucarístico Internacional de 1955. Fortaleza: [s.n.], 1954, 14 p.

MATTOS, Marcelo B. “O *Manifesto comunista* no Brasil”. **Varia História**. Belo Horizonte, janeiro de 2000, nº 22, p. 170-182.

OLIVEIRA, Moacir A. de. “Semelhanças e diferenças entre o comunismo marxista e o cristianismo primitivo”. **Revista Historiador Especial**, nº 01, ano 03, p. 51-70, julho de 2010. Texto disponível em: <http://www.historialivre.com/revistahistoriador/espum/moacir.pdf>, visualizado em 03 de julho de 2012.

PIMENTEL JÚNIOR (org.). **A doutrina social da Igreja**. São Paulo: Dominus, 1963.

RODEGHERO, Carla S. **O diabo é vermelho**: imaginário anticomunista e Igreja Católica no Rio Grande do Sul (1945-1964). Passo Fundo: Edupf, 1998.

PLESHAKOV, Constantine. **A loucura de Stalin**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

SALA de História Eclesiástica do Ceará. **Avisos, Circulares, Decretos, Portarias de D. Antonio Lustosa** – 20/11/1941 a 31/12/1945. Arquidiocese de Fortaleza, Seminário da Prainha.

SANTOS, Marcos R. B. dos. “Por debaixo da batina: padres e bispos sob a vigilância do DOPS”. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**. São Paulo, julho de 2011. Texto visualizado integralmente em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313005335_ARQUIVO_TrabalhoANPUH2011ULTIMA-nVERSAO.pdf.

SARTORI, Adriana de C. R. **Jogo patológico**: a influência do ninho vazio. São Paulo, 2012, 129 p. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

SERBIN, Kenneth P. **Diálogos nas sombras**: bispos e militares, tortura e justiça social na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SEVERO, Júlio. **Teocracia socialista**: a tirania em nome da compaixão. Blog do autor, 20 de janeiro de 2011. Texto visualizado em: <http://juliosevero.blogspot.com.br/2011/01/teocracia-socialista-tirania-em-nome-da.html>, em 04 de julho de 2012.

SIGAUD, Geraldo de P. (Arcebispo). **Catecismo anticomunista**. 5. Ed. São Paulo: Vera Cruz, 1963.

SIGAUD, Geraldo de P. (Arcebispo). “Se for assim, sou reacionário”. **Veja** (entrevista a Alberto Souza Cruz), 14 de outubro de 1970, p. 3-5.

SNYDER, Timothy. **Terra sangrenta**: a Europa entre Hitler e Estaline. Porto: Bertrand Editora, 2011.

Aspectos do conservadorismo em René Ludmann: a questão da censura e das cotações morais no cinema

Geovano Moreira Chaves

Doutorando em História e Culturas Políticas pela UFMG

Bolsista Capes

geovanochaves@gmail.com

Resumo: Com base nas argumentações de René Ludmann, postulamos que este teórico e crítico de cinema católico nos apresenta uma visão bastante conservadora no que se refere ao cinema, que inclusive muito contribuiu para sustentar argumentos favoráveis a censura cinematográfica. No entanto, para que possamos melhor compreender as postulações deste teórico católico, entendemos como necessário discorrer sobre alguns aspectos do projeto mais amplo da Igreja Católica para o cinema no Brasil, uma vez que este autor se enquadra e também é parte deste projeto. Nesse sentido notamos que a Igreja e seus respectivos intelectuais, entre eles destacamos René Ludmann, tinham como objetivo difundir visão específica de moral cristã ao mesmo passo que cercear as películas e atividades cinematográficas que apresentavam visões que não correspondiam a esta moralidade. Neste caso, deixar de ir à missa dominical para comparecer às sessões de um cineclub ou de uma sala de exibição comercial poderiam representar formas de doutrinação ou mesmo orientação não compatíveis com as exigências de conduta propostas pela Igreja Católica.

Palavras-chave: Cinema, censura, intelectuais.

Résumé: Sur La base dès arguments de René Ludmann, nous postulons que cette critique de cinéma théorique et catholique donne une vision très conservatrice em CE qui concerne Le cinéma, qui également grandement contribué a étayer lès arguments em faveur de La censure cinematographique. Toutefois, afin que nous pissions mieux comprendre lès postulations théoriques des religions catholique, considérée comme nécessaire pour discuter de certains aspects de La plus large Du projet de l'Église catholique au cinéma au Brésil, depuis CET auteur s'inscrit et fait aussi partie de ce projet. A cet égard, nous notons que l'Église et de leurs intellectuels, parmi eux culminat René Ludmann, ont été destines à conférer une vision spécifique de La morale chrétienne, tout em même restreindre lès activités des films cinematographiques et a eu des visions qui NE correspondent pás á cette morale. Dans ce cas, cesser d'aller à la messe le dimanche pour assister aux séances d'un ciné-club ou une salle d'exposition commerciale pourrait représenter des formes d'endoctrinement ou de l'orientation n'est pas compatible avec les exigences de conduite proposées par l'Église catholique.

Mots-Clé: Cinéma, la censure, intellectuelle.

Para que possamos compreender melhor os motivos pelos quais alguns cineclubistas católicos de meados do século XX defenderam a censura de alguns filmes, entendemos que se faz necessário elucidar alguns pontos importantes do pensamento católico sobre o cinema e sua relação com a sociedade no contexto. Para tanto, abordaremos alguns autores que já refletiram sobre esta problemática, destacando René Ludmann, importante intelectual católico que dedicou muito de sua atenção à reflexão sobre o cinema e as suas influências no comportamento moral.

Assim sendo, René Ludmann, no final da década de 50 do século passado, inspirado na encíclica papal *Vigilant Cura*, de 1936, e possivelmente em outra, a *Miranda Prorsus*, de 1959, ambas específicas do Vaticano para o cinema, nos aponta alguns conteúdos relacionados à sétima arte aos quais a Igreja se mostrou contrária. Segundo o pensador católico,

“o cinema comercial, em vez de despertar as potências generosas do homem, não fez senão arrancar do seu subconsciente reflexos primários bastante duvidosos, tais como o politeísmo da vedeta, o erotismo epidérmico, o sadomasoquismo, o culto do *gangster* e a evasão do real.” (LUDMANN, 1959: 27).

René Ludmann acredita que “o cinema comercial contribuiu para tornar os seus contemporâneos superficiais, impudicos e indulgentes para com a culpa: comercializou uma moral de conveniências hipócritas”. (LUDMANN, 1959: 27).

Por politeísmo da vedeta, René Ludmann se refere à fotogenia e ao *star-system* como mito que vem do subconsciente, de pessoas adestradas a cultuarem personalidades artísticas, sem levar em conta o posicionamento moral de tais personagens. No entendimento do autor, não foi o cinema que desencadeou o movimento para este tipo de sentimentalismo, mas que o amplificou e, sobretudo, o desequilibrou. Neste aspecto, René Ludmann afirma que o cinema poderia ter se revestido de poesia, de encanto, de delicadeza, no entanto, o que ele percebe é uma avalanche de filmes estereotipados, de padrões de beleza invariáveis, que culminam em um erotismo epidérmico de uma vulgaridade total. O cinema desequilibrou as emoções, na análise do pensador católico. (LUDMANN, 1959: 28).

Os vendedores de películas, de acordo com o intelectual católico, perceberam rapidamente que as galerias do subconsciente escondiam outro tesouro fácil e de rentável exploração: o desejo de sofrer ou fazer sofrer, a necessidade de sentir medo e de ser fisicamente abalado. Assim, René Ludmann descreve a imoralidade sadomasoquista no cinema, esta associada ao prazer da pancadaria e da luta que se transforma, nos dizeres do autor, “facilmente em apologia do *gangster*”. (LUDMANN, 1959: 28). A imoralidade do *gangster*, para ele, reside no fato de este personagem ser inclusive considerado um dos heróis da epopeia moderna, servindo de modelo para os adolescentes distantes da moralidade cristã. (LUDMANN, 1959: 28-29).

“O cinema prejudica o equilíbrio psicológico das massas ao excitar, duma maneira sistemática, a necessidade da evasão, mergulhando as massas num mundo irreal, desviando-as da moral da Igreja”. (LUDMANN, 1959: 28-29). Assim sendo, o autor nos descreve como o cinema seduziu a população por meio de sua linguagem, desviando-a da conduta defendida pela moral católica.

Como conclusão, René Ludmann defende a ideia de que, de uma maneira geral,

“o cinema comercializou uma moral da conveniência, já existente é certo, mas que com ele encontrou um multiplicador de grande potencial: uma moral feita até em muitos casos de boas intenções, de simplismo, mas que reforça a indulgência, construída sem nenhum princípio firme, sem visão de mundo, sem fé no sentido amplo da palavra”. (LUDMANN, 1959: 33).

O artista, para o autor, “tem o direito de criar a obra que traz em gestação, e a sociedade não tem o direito de multá-la”. (LUDMANN, 1959: 39). Mas quando um filme compromete o equilíbrio necessário à vida social, René Ludmann defende que a sociedade, diga-se Igreja, tem o direito de se defender e de limitar a influência da obra. (LUDMANN, 1959: 28).

A partir de então, o autor também defende a ideia de que o Estado tem o direito de limitar a influência dum filme para proteger a saúde de uma nação. A Igreja, por seu lado, em seu entendimento, tem uma mensagem a transmitir ao mundo que visa realçar o nível da civilização, e que, por isso, protesta contra obras nocivas. A Igreja Católica teria uma organização particular bastante vasta para dar ordens gerais e assegurar uma proteção eficaz contra obras nocivas ao bem estar da sociedade em geral. (LUDMANN, 1959: 41).

Neste sentido, com base nas argumentações de René Ludmann, postulamos que este teórico e crítico de cinema católico, nos apresenta uma visão bastante conservadora no que se refere ao cinema, que inclusive muito contribuiu para sustentar argumentos favoráveis a censura no cinema. No entanto, para que possamos melhor compreender as postulações deste teórico católico, entendemos como necessário discorrer sobre alguns aspectos do projeto mais amplo da Igreja Católica para o cinema no Brasil, uma vez que este autor se enquadra e também é parte deste projeto.

Assim sendo, no Brasil, as iniciativas diretamente voltadas a enfrentar especificamente a questão cinematográfica por parte da Igreja Católica, segundo Inimá Simões, partiram da Ação Católica, uma vez que se deu a partir desta organização a elaboração de um boletim com tiragem semanal preparado por jornalistas católicos, com o interesse de orientação do público por meio de breves apreciações. (SIMÕES, 1999: 34). Nenhum exibidor se dispunha, na análise do autor, a ser contrário à autoridade da Igreja, uma vez que isso poderia lhe trazer grandes prejuízos, principalmente em regiões como Minas Gerais, onde o catolicismo apresentava uma face muito conservadora. Inimá Simões aponta que a solução para os exibidores era acompanhar os boletins publicados a partir dos anos 30 e distribuídos à

comunidade católica, reproduzidos até o início da década de 60, inclusive em jornais de grande tiragem. (SIMÕES, 1999: 34).

Para Hernani Heffner, não fica claro para qual conteúdo blasfemo ou herético se voltava à atuação da Igreja Católica mais diretamente no campo da censura. Os críticos da Igreja, no entendimento do autor, insinuavam que a questão girava em torno da perda de fiéis para os recintos do cinema (HEFFNER, 2003: 29).

Todo este posicionamento sobre os ditames do cinema transparece no posicionamento do católico Cineclube Belo Horizonte sobre a censura cinematográfica, uma vez que este cineclube se baseia nas opiniões dos intelectuais católicos da época. E este posicionamento ficou registrado nas páginas da *Revista* produzida em colaboração com o cineclube. Tudo se inicia com o artigo do Padre Guido Logger na *Revista de Cultura Cinematográfica* número 21, no qual o Padre apresenta uma defesa da classificação moral dos filmes por parte da Igreja, baseado nas encíclicas. Ele cita o *Serviço de Informações Cinematográficas*, da Ação Católica Brasileira, como órgão oficial com mandato de hierarquia, encarregado da classificação moral dos filmes exibidos em todo o território nacional. (LOGGER, 1959: 12).

As cotações morais são apontadas como uma prática censora por parte da Igreja, e Ludmann alega que esta cotação é algo maior que uma simples censura supletiva. Ele alega que o cristão tem uma consciência mais delicada e quer viver um ideal de vida superior, daí tais cotações deveriam partir da Igreja. Estas cotações são maneiras de expansão, “pois o cristão não pode admitir certos filmes e nem pagá-los com seu dinheiro, porque afinal eles estão em oposição as suas convicções”. (LUDMANN, 1959: 42). A classificação moral dos filmes não pretende ser, na opinião do pensador, uma barreira, mas um serviço. (LUDMANN, 1959: 42-43).

Nesse sentido notamos que a Igreja e seus respectivos intelectuais, entre eles destacamos René Ludmann, tinham como objetivo difundir a moralidade cristã ao mesmo passo que cercear as películas e atividades cinematográficas que apresentavam visões que não correspondiam a esta moralidade. Neste caso, deixar de ir à missa dominical para comparecer às sessões de um cineclube ou de uma sala de exibição comercial poderiam representar formas de doutrinação ou mesmo orientação não compatíveis com as exigências de conduta propostas pela Igreja.

Em território nacional, além dos livros, artigos e textos em geral publicados pela *intelligentsia* católica, as ideias de censura com base em cotações morais tiveram como orientações as encíclicas papais e os boletins da UPC, que falavam da classificação moral e publicavam regularmente listas de filmes que não deveriam ser assistidos, além de conclamar ao Estado a censurar tais películas.

No Cine Clube Belo Horizonte, notamos que a *Revista de Cultura Cinematográfica*, produzida e distribuída pela *União dos Propagandistas Católicos* em conjunto com o cineclube e pelos intelectuais que dele faziam parte e também publicavam na revista, foi também um espaço de difusão de tais posturas,

inclusive incitando seus leitores a uma vigilância constante para que o cinema pudesse ser posto a serviço da moral católica. Desta forma, nas páginas da *Revista*, a “liberdade de expressão só encontra limites ao defrontar-se com as barreiras da imoralidade”. (LOGGER, 1959: 2).

As críticas completas produzidas pela “ala” da Ação Católica Brasileira justificando as cotações morais eram incluídas nos boletins do *Serviço de Informações Cinematográficas*, que saíam duas vezes por mês. Estas críticas eram enviadas aos correspondentes dos Estados para que eles as divulgassem em suas cidades ou regiões. (LOGGER, 1959: 13). O padre Guido Logger indica o número de 250 correspondentes, mas ainda assim considera este número insuficiente “para o trabalho penoso da censura”. (LOGGER, 1959: 13). O padre conclama aos correspondentes que façam ampla divulgação das cotações pela imprensa, nas portas de Igrejas e Capelas e em colégios. (LOGGER, 1959: 13-14).

O grande problema enfrentado pelos correspondentes e pelos censores, segundo padre Guido Logger, era quanto à divulgação, pois muitos, em nome da liberdade e da imposição comercial, apresentavam uma incompreensão do que chamavam de “censura católica”, inclusive, até mesmo muitos católicos, nos dizeres do padre, não compreendiam os motivos reais de tal atividade. Para o padre “a obrigação de abster-se de coisas que possam levar ao pecado, que possam perturbar a própria consciência decorre da própria moral e não da censura”, e a censura neste caso seria “apenas um conselho amigo, uma informação”. (LOGGER, 1959: 14).

Porém, as práticas católicas para com o cinema não se resumiram apenas à atividade cineclubística; a ação censora da Igreja conviveu também com a conivência do Estado, e assim sendo, notamos nos dizeres do Padre Guido Logger, importante crítico cineclubista e estudioso de cinema do período, a seguinte observação:

“O Serviço de Informações Cinematográficas dispõe de uns 13 a 16 censores, entre os quais médicos, advogados, mães de família, professoras, assistentes sociais e um sacerdote, como Roma exige, por ser conhecedor dos problemas da consciência e responsável perante o episcopado. Todos são estudiosos do cinema e dos problemas ligado a ele. Desde 1946 gozamos de licença para assistir a censura prévia, feita na capital federal pela polícia de todos os filmes que entram no Brasil. O acesso de um serviço católico às sessões de censura prévia do Estado é fato único no mundo, verificado no Congresso *Office Catholique International du Cinema*, de 1954 em Colônia. No mundo inteiro, a censura assiste à estreia do filme em um cinema lançador e somente depois pode dar sua cotação moral”. (LOGGER, 1959: 12).

De acordo com Inimá Simões, em território nacional, a Igreja Católica (e suas entidades, como a Ação Católica), “se relacionavam diretamente com o Estado para influenciar a sociedade. A Igreja

buscou um tratamento preferencial que compensasse a separação que se dera, do ponto de vista da legalidade, com a proclamação da República.” (SIMÕES, 1999: 35).

Na função de cuidar do patrimônio moral e espiritual da população brasileira, a Igreja Católica, segundo Inimá Simões, não teve muito trabalho até o Governo de Getúlio Vargas, “já que a maioria dos filmes que chegavam ao Brasil eram oriundos dos Estados Unidos, onde a *Legião da Decência* já desenvolvia uma ação eficiente, controlando com rigor a forma e o conteúdo dos filmes”. (SIMÕES, 1999: 35). Por outro lado, o autor chama a atenção para o fato de que “o Estado sempre manteve relações cordiais com a alta hierarquia católica, muitas vezes até antecipando algumas medidas para evitar possíveis atritos”. (SIMÕES, 1999: 35).

No entanto, notamos que, no discurso oficial da Igreja Católica, sobretudo via encíclicas papais, a grande questão era o problema “moral”. Para defender a sua visão sobre o cinema, a Igreja sempre se pautou no discurso que levava em consideração a defesa de certo padrão de moralidade que ia ao encontro dos seus anseios e projetos bem mais amplos.

Para que possamos compreender melhor o que a Igreja entendia como moral, ou seja, o que a Igreja pretendia ao defender princípios moralizantes para com o cinema, destacaremos novamente as opiniões de René Ludmann, um dos principais intelectuais católicos do período em questão. Para o intelectual cristão:

“O católico médio, interrogado sobre a influência do cinema, pensa primeiro e quase unicamente na influência sobre a moral – por deformação religiosa e porque é mais fácil ver a mudança de costumes do que a transformação de espíritos.

Por isso muitos trazem para o cinema uma psicose moral e sobretudo de moral sexual, arriscando-se a desconhecer importantes valores do nosso tempo (...). Refletindo bem, o cinema levanta para o cristão mais problemas de fé do que moral. Ao fim e ao cabo, a moral só se explica referenciada a fé. A vida de um homem não se julga só pelo que ele faz, mas segundo o que ele pensa, segundo a sua concepção de vida e segundo seus princípios. A palavra pecado só tem sentido em relação ao absoluto, e é sobre a fé que se apoiam as normas da moral.” (LUDMANN, 1959: 54-55).

A proposta de educação pelo cinema nos moldes católicos via cineclubes, levou em consideração, sobretudo, princípios morais, no sentido de um temor, o que René Ludmann chamou de “deformação religiosa”, ou seja, de que o cinema pudesse desvirtuar os cristãos dos princípios da moralidade desejada pela Igreja, que por isso temia em perder público para as sessões cinematográficas. (LUDMANN, 1959: 54-55).

A partir daí, acreditamos que os filmes que as telas dos cineclubes católicos exibiram, foram transmitidos ao público de modo a difundir, de acordo com suas perspectivas, conceitos éticos, sociais e políticos que estavam de acordo com as opiniões da Igreja sobre a atividade cinematográfica, e esta difusão levava em conta os argumentos dos intelectuais católicos, como no caso René Ludmann.

Os cineclubistas católicos fizeram uso de processos de apropriação e ressignificação de filmes e periódicos e construíram identidades ao grupo do qual faziam parte. Os filmes que “trazem prejuízos à saúde moral e espiritual da sociedade”, que “ataquem a religião ou a tornem desprezível, odiosa e ridícula”, (LOGGER, 1959: 13) poderiam corromper, do ponto de vista da educação cinematográfica proposta pelo ideário católico, a alma dos espectadores. (LOGGER, 1959: 13).

No caso do cineclubismo católico, percebe-se que, além de produzir, por meio da *Revista de Cultura Cinematográfica*, entre outras, importantes e belas críticas de cinema, esta associação ainda assim teve suas atividades voltadas mais precisamente para servir de suporte e para ser formadora de opinião daqueles que partilhavam uma visão em comum de uma determinada ideia específica de moral. Situações que não se enquadrassem na visão de moral partilhada por este grupo poderiam ser tidas como a “semente da maldade”.

Deste modo, postulamos que, para o cinema do contexto, René Ludmann apresentou argumentos conservadores, e pautado em uma determinada ideia de moral, este intelectual católico procurou difundir suas posturas políticas.

Por meio dos posicionamentos de intelectuais católicos, como René Ludmann, e seus mecanismos de difusão de seus respectivos pensamentos, como cineclubes, livros e revistas, foram formados, inclusive pelos cursos de educadores cinematográficos promovidos por eles, um catecismo cinematográfico moralizante, que aliado a outras associações, foi responsável por também servir de divulgador dos ideais católicos presentes nas encíclicas papais no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALMEIDA, Cláudio Aguiar. *Meios de comunicação católicos na construção de uma ordem autoritária: 1907/1937*. São Paulo: USP, Tese de Doutorado em História defendida em maio de 2002.

CAMPELO, Thaís. Jhonatas Serrano, narrativas sobre o cinema. *Cadernos de Ciências Humanas. Especiaria*. Ilhéus: UESC, v. 10, n. 17, jan./jun. 2007.

ENCÍCLICA: PAPA, PIO XI. Apostolado *Veritatis Splendor*. *VIGILANTI CURA*. 1936.

ENCÍCLICA: PAPA, Pio XII. Apostolado *Veritatis Splendor*. *MIRANDA PRORSUS*. 1959.

GUSMÃO, Milene Silveira. *O desenvolvimento do cinema: algumas considerações sobre o papel dos cineclubes para a formação cultural*. IV ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. Faculdade de Comunicação, UFBA, Salvador, BA. 28 a 30 de maio 2008.

HEFFNER, Hernani. Contribuições a uma história da crítica cinematográfica no Brasil. IN: *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. v. 16, n. 1 (jan./jun.2003). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

LOGGER, Padre Guido. Para que censura? *Revista de Cinema*, n. 22, ano III, abril/maio 1956.

LUDMANN, René. *Cinema, fé e moral*. Lisboa: Editora Aster, 1959.

MALUSÁ, Vivian. *A contribuição católica na formação de uma cultura cinematográfica no Brasil dos anos 50*. Disponível em: <http://www.mnemocine.com.br/cinema/historiatextos/cinemacatolico.htm>. Acesso em: 13/05/2012.

RIBEIRO, Marília Andrés. *Neovanguardas: Belo Horizonte – anos 60*. Belo Horizonte, Editora C/Arte, 1997.

SIMÕES, Inimá. *Roteiro da Intolerância: a censura cinematográfica no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 1999.

“O Brasil é nossa Samaria”: providencialismo e representações de Brasil em *The Evangelical Invasion* (1910), de Samuel R. Gammon

Guilherme Ferreira Oliveira

Universidade Federal de São João del-Rei

Bolsista CAPES / REUNI

mrguilferreira@yahoo.com.br

Resumo: Num contexto em que a América Latina e o Brasil figuram como destinos não legítimos nos círculos missionários protestantes, Samuel R. Gammon publica o livro *The Evangelical Invasion* (1910), defendendo o investimento missionário no país. Neste livro, Gammon procurava incentivar a imigração de protestantes norte-americanos, descrevendo o país como “terra de oportunidades”, mas com uma religiosidade distorcida e numa profunda degradação moral. Dessa maneira, os missionários são chamados a cumprir um duplo dever: o de evangelizar um território pagão e de contribuir para o avanço do progresso espalhando a religião e a civilização protestante. Assim, considerando que o país é um novo Brasil no início do século XX e retomando o providencialismo norte-americano, Gammon apresenta representações de Brasil que procuram legitimar uma “invasão evangélica” no país.

Palavras-chave: Missionarismo protestante no Brasil; estratégia missionária; protestantismo no Brasil; representações de Brasil.

Abstract: In a context which Latin America and Brazil do not appear as legitimate targets in circles Protestant missionaries, Samuel R. Gammon publishes the book *The Evangelical Invasion* (1910), advocating investment mission in the country. In this book, Gammon seeks to encourage the immigration of Protestant Americans, describing the country [Brazil] as "land of opportunity", but with a distorted religious and deep moral degradation. Thus, the missionaries are called to fulfill a double duty: to evangelize a pagan territory and contribute to the advancement of progress and civilization spreading the Protestant religion. This way, considering that the country is a new Brazil in the early twentieth century and reflecting the providentialism U.S., Gammon has representations of Brazil that seek to legitimize an "evangelical raid" in the country.

Introdução

O impacto da ruptura com a Igreja Católica no século XV foi decisivo na História Européia e, por consequência direta, redefiniu modos de pensar nas suas colônias, ainda que de maneira lenta e gradual. Mesmo que historiadores discutam o caráter renovador da Reforma, ou mesmo das reformas, e suas raízes mais antigas ou seus desdobramentos mais modernos, é certo que não podemos perder de vista que as compreensões religiosas adquiriram novas formas desde aqueles tempos dos seiscentos. Na própria Europa, a Reforma foi motivo de ‘perseguição das consciências’ por meio dos Estados, ou vezes se atrelou a outros governos sendo a religião oficial do monarca e seu povo. A Inglaterra desde mais cedo apresentou um cenário religioso um tanto conflituoso desde que seu rei forjou uma nova religião absoluta. Nesta Ilha, seguiram-se guerras religiosas, muitas vezes sangrentas, contra correntes teológicas diversas, como os metodistas, os batistas e os presbiterianos.

Os Estados Unidos apareceram como um refúgio seguro para esses perseguidos. Os puritanos puderam construir nesse país a sua almejada ‘sociedade de eleitos’ e praticar suas religiões conforme seus desejos, tanto que se tornaram a marca do protestantismo norte-americano (MENDONÇA, 2008: 76). Desenvolveram uma religião calvinista, “solidamente bíblica, de espiritualidade profunda, zelosa e severa, dominando todos os setores da vida, tanto social como individual” (MENDONÇA, 2008: 81) e marcada por movimentos de enfraquecimento e despertar espiritual ao longo dos séculos XVIII e XIX. Neste último século, já profundamente influenciada pelo romantismo (SELLERS, 1990: 73) e impulsionado pelo ideal de “benevolência desinteressada” (SHENK, 2004: 12), as igrejas protestantes norte-americanas começaram a se interessar, mesmo que modestamente, pela evangelização da América Latina. Em 1810 é criado o primeiro órgão com a função de organizar uma possível missão nas terras do Sul (SEHENK, 2004: 11) mas devido ao fracasso das experiências missionárias em terras católicas, como na Espanha, e mesmo não havendo interesse de se isolar a América Latina (PIEDRA, 2006: 18), o grande contingente missionário acaba sendo enviado para a África e Ásia (PIEDRA, 2006: 18 – 19). Primeiro na literatura protestante britânica e logo depois nas sociedades norte-americanas, a América Latina é descrita como o continente negligenciado ou abandonado (PIEDRA, 2006: 19). Ainda assim, grupos dissidentes dentro de suas igrejas enviam pastores para essas terras durante o século XIX, não sendo diferente para o Brasil.

A presença protestante no Brasil não foi algo de todo novo. Já durante os primeiros séculos que se seguiram depois da Reforma houveram tentativas, algumas mais malogradas do que outras, de introdução do protestantismo no país. Destacam-se aí a mal sucedida França Antártica dos huguenotes

(século XVI) e a empreitada holandesa de Nassau, mesmo que seus desejos não fossem, em essência, de conversão espiritual. Contudo, não podemos perder de vista que a longa tradição entre estado e Igreja no Brasil cerceou por séculos o convívio com outras religiões. Nos tempos coloniais, luteranismo ou protestantismo era um problema inquisitorial e professar sua fé era motivo de perseguição pela igreja tridentina. Os textos luteranos estavam proibidos pelo Index e o conhecimento da Bíblia era restrito aos homens da Igreja. Ao longo do Império, a entrada de protestantes começa a crescer, favorecida com a relativa abertura imigratória. Com a Constituição de 1824 o culto doméstico protestante é permitido e distribuidores de Bíblia e missionários aportam no país, sobretudo no Rio de Janeiro com o intuito de formar escolas dominicais ou mesmo de se ligarem a homens do governo⁴³.

Afora as condições não das mais convidativas aos protestantes no Brasil, nas sociedades missionárias dos Estados Unidos e da Inglaterra a América Latina não era vista com bons olhos. Além do do já citado fracasso da tentativa de evangelização na Espanha, o catolicismo nesses países lhes parecia rigorosamente sedimentado. No entanto, missionários por aqui passaram ao longo de todo século XIX, principalmente após o fim da Guerra Civil Americana, em 1865, e mesmo diante da situação de continente negligenciado, os protestantes que por aqui aportaram nesse tempo produziram livros, estabeleceram colégios e igrejas, instalaram jornais e foram sentidos como ameaça pelos setores mais conservadores e católicos da sociedade. O novo momento que instaura o continente como terra das oportunidades é fruto do esforço desses missionários que ao escreverem livros para o público norte-americano, queriam que seu trabalho fosse reconhecido como legítimo e que as sociedades missionárias pudessem assim investir maciçamente na evangelização da América Latina.

Um dos autores que pretendiam contribuir para uma nova visão da América Latina e do Brasil nos círculos missionários foi o presbiteriano Samuel R. Gammon, pastor e educador na cidade de Lavras, em Minas Gerais⁴⁴. Este missionário foi convocado em 1910, data do cinquentenário da missão presbiteriana no Brasil, pelo Comitê de Publicações da Igreja Presbiteriana do Sul para escrever um compêndio que contesse ao mesmo tempo informações gerais sobre o país, as possibilidades de evangelização e que servisse como apresentação do país para futuros missionários de diversas denominações. Foi publicado assim, neste mesmo ano o livro *The Evangelical Invasion or a Half Century of Evangelical Missions in the Land of*

⁴³ Um missionário de intensa atuação no Brasil é James Cooley Fletcher (1823 – 1901), que publicou ao lado do metodista Daniel Parish Kidder “*O Brasil e os Brasileiros – Esboço Histórico e Descritivo*” (1857) que foi uma apresentação pioneira do Brasil aos americanos. Na sua estadia no Rio de Janeiro, sua rede de amizades se estendia a homens tanto a “amigos do progresso”, como também pessoas próximas ao Imperador, que poderiam cooperar com a causa protestante. David Gueiros Vieira dedica um capítulo a esse personagem. Ver VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e questão religiosa no Brasil*. Distrito Federal: Editora UNB, 1980, p. 83 – 94.

⁴⁴ Samuel R. Gammon (1865 – 1928) nasceu na Virgínia, da terceira geração da família Gammon, que havia aportado nos Estados Unidos no sudoeste da Virgínia e no leste do Tennessee, oriundos da Escócia e da Irlanda. Estudou Filosofia e Teologia no Seminário de Bristol. Aportou no Brasil em 1889 e até 1893 dirigiu um colégio em Campinas. Neste mesmo ano transferiu-se para Lavras, fundando a primeira escola protestante da região. Para mais informações ver GAMMON, Clara. *Assim brilha a luz: A vida de Samuel Gammon*. Lavras: Imprensa Gammon, 1910, pp. 20-25.

the Southern Cross pelo mesmo comitê. Nesta obra Gammon defende a necessidade de missões no país, pretendendo combater a visão de continente negligenciado e sugerindo que a região era mesmo o continente das oportunidades e, neste cenário, o Brasil figurava como uma das principais potências, e para tanto, fazendo referências a autores que defendem este mesmo ponto de vista, como Francis E. Clark e Hubert W. Brown, ambos missionários que viajaram e se estabeleceram por certo tempo em determinados países da América Latina. Ancorado nestes autores e para defender o missionarismo para o Brasil, Gammon se baseou, a meu ver, em duas noções centrais: por um lado, a ideia de providencialismo norte-americano, na qual este país é dotado de uma virtude natural que deve ser espalhada pelo mundo afora, e, por outro lado, o missionário tratou de recriar o Brasil a partir de suas leituras e vivências, construindo uma espécie de representações (tal como desenvolvida por Chartier) de nosso país. Assim, a partir deste duplo olhar, Gammon justificava que este era o momento de se investir numa invasão evangélica no Brasil.

A ambiguidade missionária

A narrativa de Gammon é perpassada por uma exaltação do modo de vida e as formas de organização social dos norte-americanos. Em contraposição com uma espécie de civilização latina, altamente englobadora e universalista, os Estados Unidos são o exemplo a ser seguido, um telos inspirador para todos os outros países. Para descrever essa virtude natural, Gammon procura raízes históricas, nas quais Deus já parecia ter designado uma missão aos norte-americanos de servir o mundo. Assim, notamos um sentido duplo neste projeto missionário: por um lado, a missão estritamente religiosa e com o interesse de divulgar o Evangelho e sua percepção religiosa; e por outro existe neste discurso uma noção de que os Estados Unidos foram escolhidos por Deus para executar esse primeiro proposta missionária, um auto-entendimento de seu povo e sua nação como excepcional e providencial⁴⁵.

O missionarismo no Brasil e na América Latina, na narrativa de Gammon e dos outros autores, é a certeza da repetição de uma histórica bíblica que o povo escolhido faz pela terceira vez. A primeira destas se refere ao Êxodo bíblico, na qual os israelistas tiveram de embarcar numa viagem turbulenta afim de construir uma comunidade de escolhidos, que seria mais tarde uma comunidade universal de crentes. A segunda é a própria história dos Estados Unidos: fugindo da perseguição na Ilha, os pais peregrinos desembarcaram nas Treze Colônias com o intuito de desenvolverem ali um terra abençoada, regida pelos valores puritanos e dirigida pelos homens que eram modelos de cristãos para o mundo. Essa percepção está no discurso do pastor John Winthrop, em 1630, mas que continua sendo revivido com

⁴⁵ Ver principalmente KOH, Harold Hongju. Foreword: on American Exceptionalism. *Stanford Law Review*, v. 55, p. 1470 – 1528, 2003 e BERCOVITCH, S. P. *A retórica como autoridade: puritanismo, a Bíblia e o mito da América*. In: SACHS, V. [et. al.]. *Brasil e EUA: religião e identidade nacional*. RJ: Graal, 1988.

intensidade nas igrejas protestantes norte-americanas, mas também convive no mundo extra-espiritual, constituindo uma forma de religião civil⁴⁶. No sermão de Winthrop a constituição do novo país foi visto de maneira religiosa, narrado por ele como a construção de uma “cidade sobre a colina” e um “jardim de Deus”. A partir deste ponto, Gammon considera que os estados Unidos têm um dever a cumprir com as outras nações do mundo, sendo espalhando a religião protestante e o seu evangelho, bem como divulgando o seu modo de vida. Para o missionário não há como “não se responsabilizar pelo bem estrar religioso das outras nações” (GAMMON, 1910: 156), ou mesmo afirmam que a “América Latina tem que seguir o exemplo de sua irmã forte do Norte” (GAMMON, 1910: 157) e ainda que “a América Latina vê nos Estados Unidos o seu ideal” (GAMMON, 1910: 157). Para Gammon, coube à América - entendida como Estados Unidos – combater a apostasia, as heresias e o paganismo no mundo (GAMMON, 1910: 162) e agora ele é chamado a fazer isto no Brasil e nas terras papais do Sul.

Assim, cumpre-se a terceira fase desta história bíblica: Gammon se auto-denomina como um peregrino, ou mesmo um pioneiro religioso e intelectual no Brasil (GAMMON, 1910: 150) que está encarregado de relatar a história bíblica mais uma vez, afim de construir um projeto divino de universalidade cristã. Esse projeto também é secular, uma vez, que sua percepção de civilização está bastante relacionada com o ideal iluminista de religião razoável (TILLICH, 2010: 74-75 e USTORF, 2004: 392-402). Mas contudo, até mesmo esse projeto secular é antes de tudo religioso, uma vez que a racionalidade é também um desejo de Deus na sua ideia – em minha dissertação de mestrado desenvolvo melhor essa análise. Em todo caso essa citação de Gammon deixa claro sua intenção:

“O Brasil é nossa Samaria [Atualmente os territórios da Cisjordânia e Israel]. Quando o Salvador mostrou a seus apóstolos o grande caráter missionário da igreja, indicou-lhes o conteúdo disto e seu poder. (...) A Samaria se parecia com a fé dos judeus em sua forma mais corrupta, e da mesma maneira é a América Latina com o catolicismo. Por razões como estas sabemos que a América Latina é a Samaria para os protestantes norte-americanos” (GAMMON, S. R., 1910: 156).

O olhar sobre o Brasil

Alguns homens protestantes que desembarcam no país, com intuito de informar a possíveis novos missionários a situação do país e mesmo de revelar a vida cotidiana no “exótico” Brasil para os leitores dos Estados Unidos, escreveram obras descritivas sobre a composição geográfica do país bem como dos costumes de seu povo. Durante o século XIX alguns livros foram publicados nos Estados Unidos sobre o Brasil e a literatura protestante também produziu alguns textos. Autores presbiterianos, missionários

⁴⁶ Para este assunto ver MATA, S. da. *Passado e Presente da Religião Civil*. In: *Varia História*, Belo Horizonte, n° 23, Julho/00, p. 180 – 204. O principal artigo sobre o tema continua sendo BELLAH, R. N. *Civil Religion in America*. In: M'CLOUGHLIN, W. G. e& BELLAH, R. N. *Religion in America*. Boston: Beacon Press, 1968.

ou não, mas de certa maneira envolvidos com um projeto maior de evangelização, deixaram escritos que nos auxiliam a compreender a estratégia missionária para o Brasil. Revelam ainda uma face até então pouco investigada pelos historiadores do tema: as representações sobre o Brasil inscritas nessas obras. Ao descrever o país esses autores deixaram pistas sobre a construção de seu pensamento ancorados num debate que extrapolava as denominações. Compreendidas de maneira harmônica, essas representações ajudam a dar sentido às práticas protestantes no país além de nos ajudar a pensar sobre as figuras imaginadas sobre o Brasil nos Estados Unidos, algumas delas ainda perpetuadas nos discursos mais contemporâneos.

Investigaremos, como vimos, as imagens no livro de Samuel R. Gammon, *The Evangelical Invasion of Brazil* (1910). Gammon, que aportou no país em 1889, meses antes da Proclamação da República, se estabelecendo primeiramente em Campinas, São Paulo, onde fundou um colégio confessional, mas que teve vida curta. Apesar de Gammon descrever sua saída de Campinas devido ao surto de febre amarela, podemos inferir ainda que essa partida possa estar associada a existência de um colégio metodista naquela região, mas isto precisa de maiores averiguações, que pretendo levantar em minha dissertação. De toda forma, em 1893, o missionário se estabelece em Lavras, Minas Gerais e leva com ele o seu projeto educacional. Samuel R. Gammon foi um nome importante na estruturação do protestantismo brasileiro, escrevendo uma série de artigos para o Jornal O Púlpito Evangélico, e foi um dos líderes da oposição à aliança entre maçonaria e presbiterianos conduzidas pelo Rev. Eduardo Carlos Pereira, 1903, que resultou no afastamento deste último e da consequente criação da Igreja Presbiteriana Independente. No mesmo ano o Colégio Evangélico entra em funcionamento na cidade, e quatorze anos depois uma escola agrícola surge como extensão do mesmo. A fundação dessa escola é preenchida com maior entendimento e quando olhamos mais de perto a imagem de Brasil descrita por Gammon e quando não desmembramos de seu sujeito os processos sociais em que estava envolvido em um determinado período histórico.

Nesse sentido não excluimos a dimensão civilizatória do missionarismo protestante norte-americano no Brasil e sua percepção de avanço frente atraso brasileiro, que propunha um transplante dos modelos políticos, educacionais, culturais e religiosos consolidados nos Estados Unidos para a sociedade brasileira. O processo civilizador, da forma como desenvolvido por Norbert Elias, é assim compreendido como um desenvolvimento contínuo e um aprimoramento da tecnologia, dos costumes, das instituições e das idéias religiosas, e nesse contexto de expansão capitalista, está intimamente relacionado com o uso racional dos recursos humanos e naturais. Na esteira dessas transformações sociais, o indivíduo é conduzido a uma nova estrutura de pensamento, em que combina o controle social e o autocontrole. A educação surge assim acompanhada de uma incorporação de comportamentos característicos, através de hábitos de que se aproximam de um padrão civilizacional. O que pretendo

mostrar é que os projetos de Gammon para o Brasil necessariamente são permeados de uma atividade civilizadora, não só associado à uma dinâmica social, mas também numa dimensão individual, o que o configuram como um agente civilizador, ou seja, o sujeito que se auto-representa como contribuidor do processo de civilizar os homens que considera mais atrasados. No seu caso, a integração dos brasileiros nesse processo se daria pela educação e pela racionalização dos meios produtivos.

Com intuito elucidativo, as representações de Gammon estão divididas nesse trabalho em quatro elementos, separados entre si, mas que só são compreendidos em um conjunto e não perdendo de vista, que no fundo, todas suas considerações são conduzidas por uma forte crítica ao catolicismo. São elas: as imagens sobre meio ambiente; sobre as instituições políticas; acerca dos sistemas de relações sociais e considerações sobre o cristianismo brasileiro. A descrição do meio ambiente é rica e detalhada e há menções sobre estados brasileiros e de pontos geográficos que garantem a exuberância e a grandiosidade da natureza, sempre destacando as possibilidades de aproveitamento material dos recursos disponíveis. Repetindo um discurso até então comum nos relatos de viajantes no Brasil, a má utilização dos amplos recursos, Gammon confere um sentido religioso para tal crítica, ao ponto que a boa utilização é dever do verdadeiro cristão.

Os relatos de Gammon são acompanhados pela descrições feitas no livro *The Continent of Opportunity*, publicado pela primeira vez em 1907. O autor, o clérigo Francis Edward Clark, fundador da Young People's Society of Christian Endeavour, uma sociedade não-denominacional de evangelização protestante. Escritor de diversos livros, alguns sobre suas passagens por vários países, o livro utilizado por Gammon descreve em cada capítulo uma particularidade dos países latino-americanos. O Brasil é por ele descrito com o país ilimitado, e quando comparado com seus irmãos latinos, apresenta um grande potencial mineral e natural e cidades das mais modernas. O diálogo mais profícuo que Gammon faz com Clark é sobre o café, que para o primeiro é um dos “grandes símbolos do Brasil, e os homens do mundo, toda manhã pensam nisso quando degustam essa bebida” (GAMMON, 1910: 23). Com uma atenção sobre a história do Brasil, e tal como Gammon, Clark ressalta que no país, “comercialmente e intelectualmente a vida nunca havia sido tão próspera quanto hoje” (CLARK, 1907: 238).

A prosperidade como destino do Brasil é tema recorrente nessa literatura protestante. Numa perspectiva histórica, esses autores, ao narrar as experiências do passado apontam para o país um “novo tempo”, de expectativas de desenvolvimento material e cultural. Nesses livros fica explícito esse interesse pela história do país, que é compreendida de um ponto de vista eminentemente político e procurando ressaltar os grandes feitos dos grandes homens ao longo do tempo. Para eles, essa mudança está associada à nova forma de governo instalada no país, a República. Inspirada nos moldes norte-americanos, o governo republicano brasileiro é visto pelos protestantes como o primeiro passo para a modernidade. Criticam a monarquia sobretudo pela sua aliança douradora com a Igreja Católica, o que

não permitiu o intenso desenvolvimento das províncias. A compreensão das instituições na representação desses autores perpassa obrigatoriamente a história do Brasil, que colonizado por país católico, teve desde sua origem o mal instaurado, e que acompanhou todo seu desenvolvimento.

A tônica no ‘mal de origem’ que é rigorosamente presente nessas obras nos dá a percepção de que a religião para esses autores não é compreendida nos sentidos estritamente espirituais, mas é capaz de reger e orientar todas as decisões da vida. Dessa maneira, os tentáculos da religião romana deixaram marcas na população brasileira, não apenas nos seus aspectos espirituais, mas também comportamentais e culturais. Sobre o tema, Gammon acreditava que o catolicismo como “força moral de suprema influência” (GAMMON, 1910: 79) deixou nos homens uma “depravação moral que é de longe bem maior nas terras romanistas do que nas protestantes” (GAMMON, 1910: 79), além de uma “tendência à corrupção e ao vício” (GAMMON, 1910: 81). As famílias são entregues à ilegitimidade e ao concubinato, e o clero, que deveria cuidar desses assuntos, é são “homens de vida depravada e de incomparável imoralidade, e o celibato lhes conduzem ao pecado” (GAMMON, 1910: 82). Mesmo neste cenário de erro e depravação, gerada pela Igreja de Roma, a descrição geral de Gammon sobre o povo brasileiro destaca que apesar de suas formas primitivas, “são pessoas afáveis e generosas” (GAMMON, 1910: 43), e possuem “o sangue emocional latino, o qual proporciona sua paixão pela música e o amor ao prazer” (GAMMON: 1910: 42).

O caráter passional e cortês do homem brasileiro é também associado à convivência pacífica entre as raças, e a sua capacidade de mistura. Gammon aponta que se no início da história eram três raças diferentes, o europeu, o africano e o indígena, e nos tempos em que ele escreve as ‘raças mistas’ são predominantes. Nesse contexto, “é fácil compreender que o problema etnológico no Brasil é bastante complexo, e apenas olhar para uma pessoa não diz exatamente a que raça ela pertence” (GAMMON, 1910: 32). A divisão social que Gammon faz é entre pessoas educadas e uma massa sem educação, e mesmo que o autor não explicita esse ponto, os homens cultos são necessariamente em sua obra, os homens de posses e de respeitabilidade social, como Gonçalves Dias, José de Alencar, Carlos Gomes e Rui Barbosa. O que Gammon parece ressaltar é que apesar do mal do germe católico, os homens brasileiros que conheceram a cultura ocidental alcançaram uma vida intelectual virtuosa, e isto serve como mais uma justificativa para que o projeto educacional vigore, num país de “homens naturalmente alertas e de mente rápida” (GAMMON, 1910: 43).

O cristianismo brasileiro

Hubert W. Brown, missionário presbiteriano no México entre os anos de 1880 e 1906 ao lado de sua esposa Wilma Jacobs, fizeram um grande trabalho educacional neste país⁴⁷. Em 1907 o missionário publica seu livro *Latin America*, uma crítica vigorosa ao caráter papista, e para ele, pagão, das instituições e da sociedade latino-americana. O objetivo e seu livro, é nas suas próprias palavras, é “despertar um interesse para o México, América Central e do Sul como um campo de missões” (BROWN, 1901: 7). A situação religiosa nesses países é para Brown marcadamente pagã e supersticiosa, e contribui para degeneração moral das pessoas. Esse caráter pagão do catolicismo não é crítica isolada desses autores; desde a Reforma Lutero destacou o caráter pagão do catolicismo⁴⁸. A grande chamada desses autores para o incremento de missionários é que segundo eles, as terras papais clamam pela ajuda protestante, justamente por não estar convertida ao cristianismo, e sim, enterrada numa religiosidade perversa.

Mas para grande maioria dos missionários, o Brasil não era campo legítimo para missões. Gammon sugere que duas objeções são apresentadas quando o assunto é evangelização no Brasil. A primeira é que o país já apresenta cidades modernas e uma considerável civilização material. O autor argumenta que essa civilização não compreende toda a extensão do país, e que mesmo eu se assim fosse, ele afirma que ser um centro civilizado não justifica que haverá salvação, haja visto a história da Grécia ou de Roma, que sendo centro culturais e artísticos, não resistiram ao tempo justamente pelo paganismo eu marcava sua compreensão religiosa. É esse destino que aguardaria o Brasil se o missionarismo protestante não cumprisse sua função. Em segundo lugar, Gammon sugere que mesmo que alguns setores das igrejas protestantes apontem que o Brasil já conhece a palavra de Cristo, e por isso enviar missões ao país estaria fora de questão, o missionário ressalta que a religião brasileira não é cristã, e sim é uma religião coberta com a superstição e o erro.

Para tanto, Gammon examina alguns pontos da doutrina do catolicismo, que para ele, terminam por levar à descrença. O primeiro grande tema de ataque é a infalibilidade papal, que reduz a religião aos desejos do pontífice que não propagam a palavra de Deus, mas sim suas próprias decisões e doutrinas. Os mistérios católicos, como a transubstanciação da hóstia e a transformação da água em vinho nas cerimônias, é a mais pura falsidade e sob análise do método racional e científico, não apresentam as propriedades descritas pela Igreja. Contrárias à evidência, essas doutrinas são para Gammon “um afronta aos cinco sentidos e compreende uma violência às leis da razão humana” (GAMMON, 1910: 72). As doutrinas católicas são também inimigas das instituições políticas, civis e sociais mais modernas e suas doutrinas conduzem os homens do governo à indiferença, à oposição e ao ceticismo. A literatura

⁴⁷Ver o site da Presbyterian Historical Society, da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. http://history.pcusa.org/collections/findingaids/fa.cfm?record_id=458. Acessado em 10.07.2012.

⁴⁸ Nas raízes da Reforma Protestante no século XVI encontramos a mesma mensagem: o catolicismo em fins da Idade Média é denunciado por Lutero como “distorções da verdade”. A Reforma viria recuperar a verdadeira religião de Cristo. Dessa forma, Lutero não desejava o rompimento, mas uma volta aos valores iniciais. COLLINSON, Patrick. *A reforma*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006. (História Essencial). CDB, p. 31-3.

antimonárquica brasileira é apropriada por Gammon para incrementar sua argumentação, sobretudo as publicações polemistas de Joaquim Saldanha Marinho e de Rui Barbosa. Da leitura dessas obras, principalmente do livro *O Papa e o Concílio*, de 1872, Gammon extrai as críticas à tradição Igreja-Estado no Brasil, considerada por esses autores como hostil à liberdade civil e incompatível com o progresso social, para anunciar aos missionários norte-americanos que os grandes homens do governo também estariam em desacordo com o catolicismo.

Quanto às formas externas dos centros religiosos católicos e seus ritos cerimônias, Gammon faz uma complexa análise no intuito de mostrar de que maneira a religiosidade católica estaria associada às religiões orientais. Sua principal referência é a volumosa obra do teólogo estadunidense James Freeman Clarke (1810 – 1888), *Ten Great Religions*, que procura analisar e comparar as dez maiores religiões do mundo⁴⁹, apontando o quanto elas foram importantes para o desenvolvimento ou a degeneração “das raças rumo ao progresso” (CLARK, 1870: 3). Nos ritos e no uso de incenso, rosários, ladainhas o catolicismo é próximo ao budismo; no celibato e no uso de velas, os autores o comparam à religião da antiga China; e a adoração da virgem é compartilhada pelos hinduístas (GAMMON, 1910: 89). Comparada a religião da Roma Antiga a doutrina católica moderna apresenta mais semelhanças que lhe garantem o caráter pagão: os dias de santos, as imagens, a consagração dos lugares sagrados, as oferendas, as relíquias, a água benta, entre outras (GAMMON, 1910: 89). Mais comparações são combinadas por Gammon para justificar sua crítica. A partir de digressões ao já citado livro de Hubert W. Brown, o missionário equipara o catolicismo à religião dos antigos astecas do México, não no seu credo, mas no método, como na adoração de ídolos e santos (GAMMON, 1910: 78).

A situação causada por essa perspectiva pagã do catolicismo para Gammon conduzia os homens de diferentes origens a uma condição dúbia: as massas sem educação, caíam numa crença baseada no sincretismo supersticioso, e viviam em orações e preces que de nada valiam, além de se entregarem a uma vida depravada e desregrada, pois os clérigos, que deveriam orientá-los, estavam vivendo em desacordo maior ainda com a moral cristã. De outro lado, os homens educados eram entregues ao ceticismo, uma vez que as crenças pagãs do catolicismo são incompatíveis com a racionalidade, a modernidade e o desenvolvimento moral. Vemos aqui três funções para a missão protestante no Brasil; primeiramente uma função divina, ou seja, um impulso evangelizador bíblico; uma função civilizadora, que conduziria um projeto de educação dos homens e refinar seus costumes, introduzindo formas racionais de pensamento; e por fim, uma função regeneradora, que passa pelas outras duas funções, e

⁴⁹ “Confucionismo, Bramanismo, Budismo, Zoroastrismo, Deuses do Egito, Deuses da Grécia, A Religião de Roma, a religião Teutônica, Judaísmo e o Islamismo” CLARKE, James Freeman. *Ten great religions: an essay in comparative theology*. The Project Gutenberg Ebook, disponível em www.gutenberg.net, p. 3-7. Acessado em 15.07.2012.

que teria o desejo de reaproveitar de maneira eficaz os recursos naturais e minerais do país, “para a glória de Deus e para o progresso humano”⁵⁰.

As possibilidades do Brasil

As grandes sociedades missionárias só começam a demonstrar seu interesse explícito pela evangelização da América Latina, sobretudo após os Congressos de Edimburgo (1910) e do Panamá (1916), este último do qual participaram protestantes brasileiros, como Erasmo Braga, Eduardo Carlos Pereira e Samuel Rhea Gammon (GUTIERRES, 2010: 42). Estamos convencidos que as obras citadas por Gammon e seu próprio livro terminaram por constituir um arcabouço legitimador para as missões nas terras do Sul, sobretudo devido à época em que são escritas, na primeira década do século XX. Na Inglaterra há esse tempo também se reconhecia no continente os países do futuro (PIEDRA, 2006: 86) e se destacava suas possibilidades de desenvolvimento. Num âmbito político, a Doutrina Monroe se instalava e a vitória dos Estados Unidos na Guerra do México (1846 – 1848) consolidava esse poder. Numa discussão teológica, o momento é marcado pelo impulso do missionarismo e pela sensação de povo eleito que permeou a transmigração dos ingleses perseguidos, que se tornaram os peregrinos fundadores dos Estados Unidos. Nesse momento, o sentimento de nação eleita é agora justificado para a evangelização brasileira.

Não podemos perder de vista o contexto histórico de emigração protestante, que nos Estados Unidos coincide com o fim da Guerra Civil Americana (1861 – 1865) e com a derrota dos sulistas, muitos desses possivelmente viram a América Latina como novo lugar para se viver. Se o Sul dos Estados Unidos era a há esse tempo reduto conservador e escravista, aqui no Brasil esses homens se tornaram símbolos do progresso e da modernização (DAWSEY, 2005: 13). Ainda que de maneira não tão consciente, Gammon estava da mesma maneira inserido num processo maior de civilização que passava pelo seu interesse de desenvolvimento cultural, modernização dos meios de produção e de racionalização do pensamento. As oportunidades do Brasil descritas por ele eram em essência, a possibilidade de acelerar o processo de civilização do país, usando seus recursos naturais de acordo com as formas mais modernas de plantio, cultivo e extração, a instalação de escolas que estivessem de acordo com as descobertas educacionais mais recentes, o aprimoramento da empresa capitalista a fim de gerar mais lucro e de poder competir no mercado mundial de forma igual às grandes potências, mas sobretudo de instaurar no país uma compreensão religiosa que por dois motivos, no mínimo, lhe pareciam melhores: o protestantismo, que era também uma maneira de viver, havia auxiliado os Estados Unidos a conquistar seu lugar de

⁵⁰ Curiosamente, essa é epígrafe do Instituto Gammon até os dias atuais.

destaque no cenário mundial, e por outro lado, era considerada um religião mais próxima da razão, e por isso mais moderna e civilizada.

No Brasil, esse discurso de modernização era conduzido pelos setores reformistas no governo, que desde a década de 1870 defendiam o rompimento entre a Igreja e o Estado, e conseqüentemente o quebra do monopólio religioso. Não por acaso os protestantes se aliam, explicitamente ou não, a esses homens, que muitas vezes defendiam o protestantismo e a imigração norte-americana como a porta de entrada para o Brasil na modernidade. Rui Barbosa, citado por Gammon como um das maiores personalidades brasileiras, na ocasião, empreendeu-se na tradução da obra do teólogo e historiador Joseph Ignaz Von Döllinger publicado em 1869, sob o pseudônimo Janus, *Der Papst und das Konzil - O Papa e o Concílio*, e acabou por escrever uma “introdução” mais volumosa do que o próprio livro. Nesse preâmbulo, Rui tratou de expor o quanto a Questão Religiosa tinha um caráter essencialmente político e como ela afetava a soberania temporal. O Estado brasileiro que Rui aponta no livro é de degenerescência e estagnação. Rui Barbosa considerava o catolicismo papal e as constituições modernas incompatíveis. Adepto do federalismo, frisando novamente, do modelo norte-americano, se opunha à centralização religiosa, que penetrava sem pudores nas ações do Estado, que para ele, “acima [deste] não deve existir nenhum poder” (BARBOSA, 2002: 11). Nas relações entre Estado brasileiro e Igreja Católica, Rui demonstrava haver uma lógica inversa: há uma preeminência da ordem espiritual à ordem temporal, causada pela ação de pessoas que são agentes diretos e instrumentos do *cesarismo pontifício* (BARBOSA, 2002: 156).

Dessa maneira vemos o ponto de encontro entre Rui Barbosa e Samuel Gammon, que apesar de partirem de origens diferentes terminaram por fazer uma crítica semelhante ao status quo imperial do Brasil. Por fim, os dois grupos tinham um objetivo comum: incentivar a imigração protestante norte-americana para o Brasil, acreditando que esta contribuiria para a consolidação do país frente ao comércio mundial e para o melhoramento dos indivíduos e da sociedade brasileira. No caso dos protestantes, o clamor era duplo: se por um lado a chamada configurava a realização de um projeto evangelizador e o cumprimento de uma missão divina, por outro a descrição de uma diversidade de recursos necessitando investimento era um convite ao estímulo de seu espírito capitalista e investidor.

Bibliografia

BARBOSA, Rui. Introdução de *O Papa e o Concílio*. Volume 1. Editora Leopoldo Machado, 2002.

CLARK, Francis E. *The continent of opportunity*. The Project Gutenberg Ebook, disponível em www.gutenberg.net. Acessado em 15.09.2010.

CLARKE, James F. *Ten great religions: an essay in comparative theology*. The Project Gutenberg Ebook, disponível em www.gutenberg.net. Acessado em 15.07.2012.

- COLLINSON, Patrick. *A Reforma*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2006.
- DAWSEY, John C. e outros. *Americans-Imigrantes do Velho Sul no Brasil*. Piracicaba, Editora Unimep, 2005.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude*. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
- _____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa/Rio de Janeiro: DIFEL/Bertrand Brasil, 1990.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador, volume 1: uma história dos costumes*. 2ª edição – Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- _____. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.
- GAMMON, S. R. *The Evangelical Invasion of Brazil or a half century of Evangelical Missions in the Land of the Southern Cross*. Richmond, Presbyterian Committee of Publications, 1910.
- GUTIERRES, Edison Aparecido. *Eduardo Carlos Pereira (1855 – 1923) e o projeto educacional presbiteriano no Brasil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, 2010.
- MENDONÇA, A. G. *O celeste porvir: inserção do protestantismo no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2008.
- PIEDRA, Arturo. *Evangelização protestante na América Latina: análise das razões que justificaram e promoveram a expansão protestante (1830-1960)*. São Leopoldo: Sinodal; Equador: CLAI, 2006.
- SELLERS, Charles; May, Henry; McMillen, Neil R. *Uma reavaliação da história dos Estados Unidos: de colônia a potência imperial*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- SHENK, Wilbert R (editor). *North American Foreign Missions, 1810 – 1914: Theology, Theory, and Policy*. Michigan / Cambridge, U.K.: Wm. B. Eerdmans Publishing Co, 2004.
- VIEIRA, César Romero Amaral. *Protestantismo norte-americano e o movimento civilizatório brasileiro*. X Simpósio Internacional Processo Civilizador.
- VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e questão religiosa no Brasil*. Distrito Federal: Editora UNB, 1980.

Os jesuítas e a formação de uma cultura letrada no Brasil

Ilma Magalhães Alkimim

Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais
Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Letras: Estudos Literários
Bolsista da Fapemig
ialkimim@gmail.com

Resumo: Neste texto apresentam-se considerações gerais sobre o que disseram alguns autores ao relacionarem a atuação jesuítica, sobretudo no ensino, e a condição intelectual do Brasil a partir do período colonial. Os intelectuais frequentemente tiveram uma atitude, senão conflituosa, ao menos ambígua ante à influência jesuítica, e, para percebê-la, basta uma vista d'olhos sobre a historiografia, o

ensaísmo e a poesia nacionais. Essa visada, contudo, mostra-se também suficiente para evidenciar a contribuição do ensino jesuítico não só para a formação da cultura letrada no Brasil, como também para a preservação de algo do substrato indígena. Nessa perspectiva, os desserviços à cultura que se tem imputado à atuação jesuítica no período colonial estariam mais relacionados às intervenções da metrópole e ao contato assimétrico entre culturas, embora seja inegável que a educação e a catequese atenderam também aos objetivos mercantilistas da metrópole.

Palavras-chave: Ensino jesuítico, período colonial brasileiro, cultura letrada.

Abstract: This paper presents general considerations about what some authors state when relating the jesuitical actions, most on teaching, and the intellectual condition in Brazil in the colonial period. The scholars frequently had if not conflicting but ambiguous attitude towards the jesuitical influence, and, to notice it, it is just needed to take a glance on the historiography, the essays and the national poetry. However, this glance proves to be sufficient to make clear the contribution of the jesuitical teaching not only to the writing/reading culture formation in Brazil, but also on what was preserved on the indigenous culture. In this perspective, the disservices to the culture that was put on the jesuitic actions on the colonial period would be more related to the interventions of the metropolis and to the assymetric contact between cultures, although it is undeniable that the education and catechesis have served also the the mercantilistic objectives of the metropolis.

Keywords: Jesuitical teaching, brazilian colonial period, writing/reading culture.

No presente artigo, pretende-se tecer considerações gerais sobre o que disseram alguns autores ao relacionarem a atuação jesuítica – sobretudo no ensino – e a condição intelectual do Brasil a partir do período colonial.

A importância dos jesuítas para a formação de uma cultura letrada no Brasil é inconteste. Não há consenso, todavia, quanto à avaliação do impacto dos mais de dois séculos de ensino jesuítico no país.

Os intelectuais⁵¹ frequentemente tiveram uma atitude, senão conflituosa, ao menos ambígua, de consideração e crítica para com os jesuítas. Basta uma vista d'olhos sobre a historiografia, o ensaísmo e a poesia nacionais para se perceber o fato.

Segundo Wilson Martins, em *História da inteligência brasileira* (1977), a ânsia de santidade e a militância no movimento de restauração católica colocavam os discípulos de Loyola num plano antagônico à modernidade da cultura. Por conseguinte, o ensino sob seu comando, embora chamado de humanístico, rejeitava tudo o que pudesse ser tido por profano, colocando-se, desse modo, na contramão do movimento renascentista. A cultura intelectual implantada pela Companhia de Jesus até fins do séc. XVIII era, então, fundamentalmente pré-renascentista. O ensino visava primordialmente à formação de

⁵¹ Termo tomado, aqui, em sentido amplo.

sacerdotes e só por exceção produzia resultados no plano mais largo da cultura intelectual na colônia.⁵² Martins (*op. cit.*) destaca que a catequese e não a instrução era o único propósito dos jesuítas e a razão de ser das suas atividades, mas não faz nenhuma observação sobre o fato de que, conquanto a instrução não fosse o propósito e razão de ser dessa Ordem, foi dela a iniciativa de implementar um sistema de educação na colônia. O autor também não faz menção ao fato de que implantar uma cultura intelectual pré-renascentista entre povos indígenas – principais alvos da instrução jesuítica – que estavam na Idade da Pedra,⁵³ não representou um retrocesso.

Nelson Werneck Sodré, em sua *História da Literatura Brasileira* (1938), busca entender a formação da cultura letrada no Brasil colonial de uma perspectiva socialista moderada. Sua abordagem sobre os condicionamentos sociais e econômicos que configuravam a sociedade da época propicia uma reflexão imparcial, tanto quanto possível, sobre o ensino jesuítico naquele contexto. Ao traçar um panorama, esse autor assinala que não havia na colônia ‘coisa pública’ – iniciativas destinadas a melhoramentos que interessavam à coletividade. Os elementos humanos que chegavam à colônia não tinham outra finalidade senão gerar riquezas, pela produção voltada ao abastecimento de mercados europeus. A estrutura social instalada constituía-se de proprietários de terras, uma numerosa massa de escravos e uma minoria de pessoas livres, originadas das classes inferiores do reino – “soldados da aventura’, fidalgos pobres e desqualificados, criaturas suspeitas à polícia metropolitana, homiziados, degradados, gente ávida de fortuna, elementos ligados ao tráfico mercantil, pequenos funcionários de um aparelho administrativo reduzido” (SODRÉ, 2002: 87). A vida na colônia não proporcionava ambiente para a atividade intelectual e a criação artística. Não havia quem cultuasse as letras, exceto os eclesiásticos; ainda assim, limitadamente. Esses tinham sua dimensão intelectual subordinada aos interesses religiosos, mesmo quando investiam esforços na educação. Contudo, não seria razoável responsabilizar o ensino jesuítico pela inexpressividade da cultura letrada, pois, pelo que se conclui do exposto por Sodré, nenhum outro modelo teria sido mais bem-sucedido, a não ser que a colonização tivesse sido outra, assim como a sociedade formada a partir dela. Mesmo com suas limitações, o ensino jesuítico propiciou os primeiros passos da intelectualidade na colônia, e seu caráter religioso fez dos templos espaços raros de atividade pública que ensejavam manifestações intelectuais e artísticas, como as de eloquência sagrada, teatro, pintura, escultura e arquitetura.

Entre os letrados, os poetas também oscilavam entre simpatia e oposição ante à atuação jesuítica, de modo geral, como se pode notar nos exemplos seguintes.

⁵² Embora os jesuítas tenham sido os protagonistas da educação no Brasil colonial, outras ordens religiosas, principalmente as dos beneditinos, franciscanos e carmelitas, tinham escolas anexas aos seus conventos, para o ensino das primeiras letras ao povo e para a formação superior de seus frades (Cf. MORAES, 1979: 11).

⁵³ Cf. HOUAISS, 1985: 41: entre o “final do paleolítico ao neolítico médio”.

Ao contrário do épico *Caramuru* (1781), de Santa Rita Durão, que apresenta o jesuíta como “Sacro Enviado”, “Sagrada boca”, “Bom Ministro” (DURÃO, 1836, p. 21, 23 e 27, respectivamente), o poema épico *O Uruguai* (1769), de Basílio da Gama, critica e caricaturiza os missionários. É preciso ter em conta, entretanto, que o autor era, assim como Santa Rita Durão, cria da Companhia de Jesus, e a defendia, até ser preso em Portugal, por decreto daquele que viria a ser o Marquês de Pombal, a quem, posteriormente, passou a render encômios, como os do soneto ao Conde de Oeiras – que introduz o épico **O Uruguai**. As motivações do poeta para mudança tão radical de postura ante à Ordem permanecem obscuras.

No poema *Jesuítas* (1868),⁵⁴ Castro Alves se refere a eles como “*vândalos* sublimes do cordeiro”, “*átilas* da fé”, “Grandes homens! Apóstolos heróicos”.

Em alguns poemas de *História do Brasil* (1932), Murilo Mendes se refere positivamente aos jesuítas, apresentando-os, de certo modo, como os que impediram que a colonização tivesse contornos ainda piores, caso ficasse à mercê apenas dos interesses extrativistas da metrópole. No poema *Pena de Anchieta* (MENDES, 1990: 20), o poeta destaca a contribuição desse jesuíta à educação e à arte literária:

[...] O padre era mesmo bom,
 deu a mão a muita gente,
 deu a luz a muita gente,
 muitos colégios fundou.
 Escreveu poema na areia,
 não ligou para os leitores;
 só a Virgem pôde ler.

Tenho uma pena bem grande
 de saber que ele ensinou
 somente aos índios espertos;
 que não estendeu o ensino
 à colônia portuguesa.

Em seu poema *Os pombos de Pombal* (MENDES, 1990, p. 32), o anti-jesuitismo é apresentado como veneno e relacionado a interesses da metrópole:

O dono do pombal soltou diversos pombos
 pra levarem recados à sucursal.
 Os pombos despertaram, voaram,

⁵⁴ Publicado em *Espumas flutuantes* (1870).

chegaram ao destino, os bicos abriram,
 veneno deixaram dos bicos cair;
 os jesuítas morreram todos duma vez,
 os pombos depois voltam satisfeitos,
 trazendo nos bicos rosados e finos
 materiais pra reconstrução do pombal.

Carlos Drummond de Andrade teve rápida passagem por um colégio da Companhia de Jesus, mas foi expulso por suposta “insubordinação mental”, o que evidencia sua posição face a esse modelo de formação intelectual.

Entre os modernistas, contudo, é a postura de Oswald de Andrade a que mais surpreende. Na sua fase de *enfant terrible*, do *Manifesto Antropofágico* (1928), proclamava-se “Contra todas as catequeses” (ANDRADE, O., 2001: 47), “Contra o Padre Antônio Vieira” (*ibidem*, p. 48), “Contra a verdade dos povos missionários” (*ibidem*, p. 50), “Peste dos chamados povos cultos e cristianizados, é contra ela que estamos agindo” (*ibidem*, p. 51). Já em fase posterior, mais amadurecido e moderado, em *A marcha das utopias* (1966),⁵⁵ o autor muda o tom do discurso, como no seguinte trecho (ANDRADE, O., 2001: 168):

Com a colonização, fomos modelados por uma cultura de larga visão – a jesuítica – que infelizmente foi cortada pela incompreensão romanista quando estava levando aos limites pagãos dos ritos malabares o seu afã de ecletismo e de comunicação humana e religiosa.

O autor, além de qualificar positivamente a cultura trazida pelos jesuítas, refere-se com pesar à extinção da Ordem por Clemente XIV (1773). Mais adiante, ele se refere a essa Ordem como “compreensiva e plástica” (*ibidem*, p. 191).

Oswald de Andrade se posiciona contra a Reforma Protestante, por associá-la aos ideais do capitalismo, e, por conseguinte, alinha-se à Contra-Reforma, representada pela Companhia de Jesus, como se nota nos excertos seguintes (*ibidem*, p. 164, 166):

Atingindo o clímax da técnica, o calvinismo que foi, como a doutrina da graça, o instrumento do progresso, tem que ceder o passo a uma concepção humana e igualitária da vida – essa que nos foi dada pela Contra-Reforma. [...] Quando falo em Contra-Reforma, o que eu quero é criar uma oposição imediata e firme ao conceito árido e desumano trazido pela Reforma e que teve como área cultural particularmente a Inglaterra, a Alemanha e os Estados Unidos da América. Ao contrário, nós brasileiros, campeões da miscigenação tanto da raça como da cultura, somos a Contra-Reforma, mesmo sem Deus ou culto. Somos a Utopia realizada, bem ou mal, em face ao utilitarismo mercenário e marcante do Norte. Somos a Caravela que ancorou no paraíso ou na

⁵⁵ Artigos originalmente publicados em *O Estado de São Paulo* e reunidos no volume 139 de *Os cadernos de Cultura*, Serviço de Documentação, Ministério da Educação e Cultura.

desgraça da selva, somos a Bandeira estacada na fazenda. O que nós precisamos é nos identificar e consolidar nossos perdidos contornos psíquicos, morais e históricos.

Como o autor parece deixar claro nesse e em outros momentos, não se trata de defender ou criticar uma ou outra opção religiosa, mas de se considerar as implicações socioculturais de cada uma. Para Oswald de Andrade, a natureza do povo brasileiro se identificava melhor com o catolicismo reformado que aqui se estabeleceu, o que, segundo seu raciocínio, representaria a vitória de uma “massa órfica, híbrida e mulata a quem a roupeta jesuítica dera as procissões fetichistas, as litânicas doces como o açúcar pernambucano e os milagres prometidos” (*ibidem*, p. 195). Pelo mesmo motivo, em sua referência ao *Sermão da Sexagésima*, Oswald se mostra satisfeito por não se terem cumprido as palavras que Vieira proferira ironicamente a favor dos holandeses, por representar uma “vitória do ócio sobre o negócio”: “Na Guerra Holandesa vencia, evidentemente, uma compreensão lúdica e amável da vida, em face de um conceito utilitário e comerciante. [...] Era o ócio em face do negócio. [...] E o ócio venceu” (*ibidem*, p. 194, 199). Nesse sentido, o ócio é, como para os antigos gregos, tempo para se cultivar a cultura, o lazer e outros interesses e valores imateriais.

Entre os ensaístas que trataram do assunto em causa, Vianna Moog, em *Bandeirantes e pioneiros* (1954), contrapõe a figura do bandeirante à do jesuíta, como modelos antagônicos dentre os quais o mazombo⁵⁶ deveria escolher um. Segundo o ensaísta, por pressão dos senhores de terra, da educação jesuítica resultaria, advinda das elites, uma classe de letrados, de saber ornamental, para “luzir na Corte”, e uma massa de mestiços e índios, de saber prático, preparados para os mais variados ofícios (MOOG, 1954, 137-138). Ao contrapor os tipos humanos fundadores do Brasil, o autor se refere aos jesuítas sempre positivamente e dá a entender que a sua contribuição só não foi maior por cederem, contrariados, às pressões da classe dominante. Mais adiante, o autor chega a se referir a eles como responsáveis pela “defesa da integridade nacional e de sua estruturação moral e espiritual” (*ibidem*, p. 180).

Segundo Houaiss, em *O português no Brasil: pequena enciclopédia da cultura brasileira* (1985), do séc. XVI ao XVIII, a Companhia de Jesus foi praticamente a única culturalizadora do país, e em níveis tais que pôde, por exemplo, formar um dos principais expoentes da cultura lusófona do séc. XVII – o Padre Antônio Vieira (HOUAISS, 1985: 131). Com a expulsão da Ordem, coube ao Marquês de Pombal fundar a primeira rede leiga de ensino, “circunscrita a uns quantos filhos-família” (*ibidem*, p. 94). Como possível reflexo, no Brasil do séc. XIX contava-se apenas 0,5% da população entre os letrados, percentual constituído por “parte da classe dirigente e dominante, e parte dos “assessores” intelectuais dessa classe – como escritores, agregados, escrivães, escreventes, escriturários, correspondentes, comerciantes e clero” (*ibidem*, p. 131). Só no séc. XX, em 1920, o ensino das primeiras letras atingiria a 20-30% da população (*ibidem*, p. 137).

⁵⁶ Segundo o autor, “filhos de portugueses, nascidos no Brasil” (Cf. MOOG, 1954: 116).

Diante do que os índices mencionados representam, parece natural, pois, que os poucos afortunados que haviam acumulado algum ‘capital cultural’ legitimado pelas elites, passassem a se sentir deslocados em meio à massa de indivíduos com preocupações menos abstratas. Experimentaram desse sentimento e o externaram em suas obras vários intelectuais das primeiras décadas do séc. XX, dentre os quais Sérgio Buarque de Hollanda – em *Raízes do Brasil* (1936). Azevedo Amaral, em *O Brasil na crise atual* (1934), chega a acusar o ensino jesuítico de imbuir no brasileiro o hábito de envergonhar-se de si mesmo, de deprimir traços de caráter autóctone e de acreditar que só é grandioso o que corresponde aos padrões éticos e estéticos europeus.⁵⁷ É preciso ter em conta que afirmações como essas, embora soem despropositadas à distância, não escaparam ao espírito de seu tempo. Basta lembrar das palavras do *Manifesto Antropofágico* (1928), já mencionadas. Entretanto, já há algum tempo que críticas assim não se sustentam, por não resistirem à análise dos fatos, como demonstra o trabalho de Sodré (1938), também já mencionado.

Atualmente, pode-se aceitar, sem grandes dificuldades, que, sendo a língua um meio de transmissão de cultura, os jesuítas, ao promoverem a ‘língua geral’ – de base tupinambá – e suas matizes, ao lado do ensino da língua oficial, preservaram, de certo modo, o substrato indígena, o que vai de encontro às mencionadas afirmações de Amaral. O hábito de envergonhar-se de si mesmo, a que ele se refere, pode ser entendido como consequência natural do contato assimétrico entre uma cultura hegemônica e outra, a ela submetida, e manifesta-se mais em uma classe privilegiada socioeconomicamente. A educação – jesuítica ou não –, como instrumento do processo civilizador,⁵⁸ criou essa situação, não apenas no Brasil. Vários ensaístas e poetas latino-americanos também se sentiram como desterrados em sua própria terra, exilados culturalmente. Segundo Bella Jozef, em *História da literatura hispano-americana* (1989), esse problema remonta ao princípio da colonização e se estende até a segunda metade do séc. XX. Ao apresentar o ensino como contribuição dos missionários à conquista do Novo Mundo, as palavras da autora corroboram o que foi dito aqui, anteriormente, sobre a questão: “Desde cedo delineou-se ali o eterno problema da cultura hispano-americana, ou seja, [...] o da imitação e transplante das formas elaboradas na Europa, em que se esmerará uma classe culta mas um pouco ausente da realidade da terra” (JOZEF, 1989: 29). Em outro momento, a autora se refere às “tendências da geração anterior [à sua], em que os escritores se sentiam como prisioneiros das circunstâncias e em sua própria pátria”, em contraste ao autoctonismo presente na literatura hispano-americana que vigorava à sua época (*ibidem*, p. 18). Ilustra bem esses apontamentos feitos por Bella Jozef o que diz Beatriz Sarlo, em seu texto *A literatura na esfera pública* (2002), ao se referir à sua própria experiência como intelectual em formação na Argentina dos anos 60: “Em poucas palavras: uma cultura não era o que se conhecia, nem consistia dos objetos familiares, mas do desconhecido. A cultura não era próxima, mas estranha e remota. A cultura não era

⁵⁷ AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise atual*. São Paulo: 1934, p. 181, 182 (*apud* SODRÉ, 2002, p. 79).

⁵⁸ Entenda-se, aqui, como processo transformador do comportamento humano, cf. Norbert Elias (ELIAS, 1994, v. 1).

um reforço da minha identidade, mas um desafio que a questionava” (SARLO, 2002: 42). Sarlo, no entanto, considera essas ideias como parte do passado, pois, atualmente, o conceito de cultura letrada se modificou, assim como o seu *corpus*, na medida em que se passou a reconhecer a diversidade como uma qualidade e a levá-la em consideração ao se pensar em cânone. Assim, tanto Jozef como Sarlo apontam para a superação daquele mal-estar da cultura letrada na América Latina.

A título de conclusão, diante do que foi possível expor no presente artigo, é possível admitir que o ensino jesuítico foi responsável não só pela formação da cultura letrada no Brasil, como também pelo que se preservou de substrato indígena. Os desserviços à cultura que se tem imputado à atuação jesuítica no período colonial estão mais relacionados, ao que parece, às intervenções da metrópole e ao contato assimétrico entre culturas. Embora seja inegável que a educação e a catequese atenderam também aos objetivos mercantilistas da metrópole, ‘domesticando’ e transformando os nativos em mão-de-obra para extração de recursos e produção de riquezas, é possível entender que essa foi a contrapartida da Companhia à Coroa, isto é, o ensino jesuítico só foi possível na medida em que não perturbava a estrutura vigente, ou até a ajudava (Cf. SODRÉ, 2002: 78). Admitindo-se que os índices de desenvolvimento humano e socioeconômicos de um país são proporcionais ao que se investe em educação, pode-se dizer que o Brasil possivelmente teria hoje mais de dois séculos de atraso, não fossem as iniciativas educacionais da Companhia de Jesus no período colonial.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Castro. *Espumas flutuantes*. São Paulo: Escala, [s.d.]. (Coleção Grandes Mestres da Literatura Brasileira, n. 21)
- ANDRADE, Oswald. *A utopia antropofágica*. 3 ed.. São Paulo: Globo, 2001 (Obras completas de Oswald de Andrade).
- DURÃO, José de Santa Rita. *Caramuru – Poema épico do descobrimento da Bahia*. 2 ed.. Lisboa: Imprensa Nacional, 1836. Disponível em <<http://books.google.com.br/books?id=9oxNAAAAYAAJ&dq=caramuru+santa+rita+dur%C3%A3o&hl=pt-br>>. Acesso em 18 jan. 2011.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. V. 1. 2 ed.. Tradução de Ruy Jungman. Revisão e apresentação de Renato Janine Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- GAMA, Basílio da. *O Uruguai*. 2 ed.. Rio de Janeiro: Record, 1998.
- HOLANDA, S. B. de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- JOZEF, Bella. *História da literatura hispano-americana*. 3 ed. rev. e ampl.. Rio de Janeiro: F. Alves, 1999.
- MARTINS, WILSON. *História da Inteligência brasileira*. V. 1 (1150-1794). São Paulo: Cultrix, 1977.
- MENDES, Murilo. *História do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

MOOG, C. V. *Bandeirantes e pioneiros*. Paralelo entre duas culturas. Porto Alegre: Globo, 1954.

MORAIS, Rubem Borba de. *Livros e bibliotecas no Brasil Colonial*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos; São Paulo: Secretaria da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.

SARLO, Beatriz. A literatura na esfera pública. In: MARQUES, Reinaldo; VILELA, Lúcia Helena (orgs.). *Valores: arte, mercado, política*. Belo Horizonte: Editora UFMG / Abralic, 2002, p. 37-55.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da literatura brasileira*. 10 ed.. Rio de Janeiro: Graphia, 2002.

A Mercês crioula – A irmandade de Nossa Senhora das Mercês da Vila de São José (1804-1824)

Kellen Cristina Silva

Mestranda em História UFSJ

kellen_poetisa@hotmail.com

Resumo: Veiculado aos estudos culturais, nossa pesquisa aborda a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos da vila de São José, atual Tiradentes, como comitente do artista Manoel Victor de Jesus. Para a realização de um trabalho voltado para a análise iconográfica da encomenda máxima da irmandade – as pinturas do forro da nave e da capela-mor da pequena igreja – achamos pertinente analisar os membros e a mesa administrativa da mesma. Para nosso trabalho utilizamos da documentação alocada no Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de São João Del Rei, especificamente os livros de Entrada de Irmãos, Receita e Despesa e Eleições durante os anos de 1804 a 1824. A escolha temporal faz referência ao período em que o pintor Manoel Victor de Jesus passou recibos para a irmandade, referente às parcelas de recebimento pela realização da pintura do forro da capela mor e da nave.

Palavras-chave: Irmandade, forro, iconografia

Abstract: Conveyed to cultural studies, our research addresses the Brotherhood of Our Lady of Mercy of the Black Creole village of São José, now Tiradentes, as principal artist Victor Manoel de Jesus. To carry out work toward the iconographic analysis of the maximum order of the brotherhood - the paintings on the ceiling of the nave and the chancel of the little church - we analyze the relevant administrative table and members of the same. For our work we use the documentation allocated in Ecclesiastical Archives of the Archdiocese of Sao Joao Del Rei, specifically the books Input Brothers, Revenue and Expenditure and elections during the years 1804 to 1824. The choice refers to the time period in which the painter Victor Manoel de Jesus spent receipts for the fellowship, referring to the plots receiving the holding of painting the ceiling of the chancel and nave.

Keywords: Brotherhood, ceiling, iconography

A Devoção

A devoção em honra a Virgem das Mercês nasceu em meio às disputas entre cristãos e mouros na Península Ibérica, no ano de 1218. A hagiografia conta que Pedro Nolasco, Jaime I de Aragão e Raimundo da Penaforte certa noite sonharam com a Virgem Maria, que lhes disse: “Deus quer que estabeleçam uma ordem religiosa para o resgate dos cativos”. Assim, criaram uma Ordem Militar e Religiosa com a finalidade de realizar a misericórdia e libertar o maior número de cristãos do jugo mourisco. A ordem ficou conhecida como **Ordem Real e Militar de Nossa Senhora das Mercês para o Resgate dos Cativos**, sendo também conhecida como Ordem dos Mercedários. Há uma segunda versão para a criação da Ordem Mercedária. Segundo Frei Fernando Henrique, a Ordem não foi fundada por Raimundo da Penaforte e Jaime I de Aragão. A ordem foi fundada *apenas* por Pedro Nolasco, que era de origem espanhola e contou com a ajuda do Bispo de Barcelona, Berenguer de Palou, que doou o símbolo da catedral de Barcelona para a Ordem. Jaime I, Rei de Aragão, por sua vez doou seu escudo para que a Ordem tivesse livre passagem sobre suas terras. Da união do escudo do rei de Aragão e a Cruz de Barcelona, os Mercedários forjaram seu próprio escudo. Ainda de acordo com Frei Fernando Henrique, uma ordem fundada por um leigo teria menos valor, por isso, durante a Idade Média foi agregado os nomes do Bispo e do Rei, que teriam apenas ajudado na consolidação da Ordem, e não a fundado.⁵⁹

Com a descoberta da América em 1492, os Mercedários logo quiseram expandir suas ações, nesse caso, atuando no campo da evangelização. Os primeiros mercedários que chegaram ao Brasil vieram de Quito, no Peru, no ano de 1639, com Pedro Teixeira e se estabeleceram em Belém do Pará. Cabe ressaltar que essa Ordem chegou ao Brasil no período conhecido por União Ibérica.



De acordo com Augusto de Lima Júnior, foi na capitania de Minas Gerais que mais floresceram as confrarias de Nossa Senhora das Mercês. Afirma também que no Brasil eram os negros cativos que participavam dessa confraria justamente porque lhes dava a esperança de alcançar a liberdade (LIMA JÚNIOR, 2008: 118). Entretanto, não devemos generalizar essas afirmações para toda Minas Gerais, visto que nossa pesquisa aponta outro perfil para os

⁵⁹ Disponível em: <http://www.cademeusanto.com.br/sao_pedro_nolasco.htm>. Acessado em: 30/07/12.

membros da Irmandade das Mercês em São José Del Rei.

As primeiras associações em Minas surgiram no século XVIII na Paróquia de Antônio Dias de Ouro Preto (1740). No final do século quase todas as Vilas possuíam ou uma Igreja com um retábulo dedicado à Senhora das Mercês ou uma pequena capela para congregar os devotos (fig.1) (COELHO, 2005: 78).

(Fig.1) Retábulo dedicado a Nossa Senhora das Mercês na capela de Nossa Senhora do Rosário. Prados, Minas Gerais

Nas palavras de Lima Júnior transparece um simbolismo referente ao status da Virgem das Mercês com a situação dos negros cativos em Minas Gerais. Além de fazer essa associação, afirma que:

Ao mesmo tempo em que os negros se dedicavam a Senhora das Mercês para obterem as liberdades nesta vida, os brancos e os mulatos que já possuíam liberdade física se juntavam a esse culto, fazendo da padroeira de libertação dos cativos a medianeira para o resgate das almas do purgatório, elas também cativas de sofrimento (LIMA JUNIOR, 2008: 118).

Mas será que realmente era dessa maneira? Dessa forma, lembrando o compromisso da irmandade, todos aqueles que por devoção quisessem se tornar membros da ordem eram bem-vindos, existindo, porém, uma maioria que demarcava seu lugar social e cultural dentro da Irmandade. Sendo assim, nos cabe averiguar quem eram esses homens e mulheres que se congregavam as Mercês da Vila de São José.

Os irmãos

Nos livros de entrada da Irmandade das Mercês, foram arrolados 351 nomes entre os anos de 1788 até 1840. Alargamos um pouco as datações justamente para utilizar do livro de óbitos, onde aparece mais claramente a condição dos entrantes. Dessa forma, arrolamos 178 nomes nos livros de óbitos entre os anos de 1812 e 1832. A maioria dos membros era composta de crioulos forros, como podemos observar nas tabelas 1 e 2.

Tabela 1: Membros da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês por condição e designação de cor – Entrada de irmãos (1788-1840)

	Escravo	Forro	Servo	Não Identificado	Total
Crioulo	1	7	2	2	12
Pardo	0	0	0	5	5
Não Identificado	35	0	22	277	334
Total	36	7	24	284	351

Fonte: Arquivo Eclesiástico de São João Del Rei, Livro de entrada de irmãos.

Tabela 2: Membros da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês por condição e designação de cor – Livro de óbitos (1812-1832)

	Escravo	Forro	Quartado	Sem inf.	Total
Crioulo	14	60	3	14	91
Pardo	0	3	0	2	5
Cabra	1	2	0	1	4
Africano	1	2	0	1	4
Sem inf.	4	2	0	68	74
Total	20	69	3	86	178

Fonte: Arquivo Eclesiástico de São João Del Rei, Registro de óbitos.

Já no livro de entrada de irmãos, notamos a presença de uma denominação um pouco incomum para o final do século XVIII e início do XIX em documentos brasileiros: o termo **servo**. Comumente utilizado em expressões ligadas à religiosidade, denominando os irmãos como “servos de Deus”, na documentação dos entrantes das Mercês não encontramos o termo com esse sentido:

Aos oito dias do mês de fevereiro de 1817 assentou-se por irmão desta irmandade Maria Martins Fontes, moradora em Mato Dentro **serva** de Maria Martins Fontes e sujeitou-se (sic) as leis do nosso compromisso e para constar mandou fazer este termo que assinou a rogo com o escrivão da irmandade **Manoel Martins Rangel**.⁶⁰

Pensamos, em um primeiro momento, em um eufemismo do escrivão da irmandade para não designar seus entrantes como escravos. Entretanto, buscamos na irmandade preta do Rosário algo semelhante. E encontramos:

Aos sete dias do mês de junho de 1812 assentou por irmão desta venerável irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos Caetano Dias (ilegível) de nação Angola, **servo** do tenente Manoel (ilegível) Ribeiro, morador nesta vila e se obrigou em todas as leis do nosso compromisso de que para constar mandou fazer este termo que assinou a logo como o juiz da irmandade (ilegível) do escrivão. O juiz Francisco Viegas (ilegível).⁶¹

No livro de entrada de irmãos do Rosário o termo **servo** também aparece com o mesmo sentido apresentado nos livros das Mercês. A historiografia nos aponta a irmandade do Rosário como agregadora de irmãos pretos e escravos, enquanto a das Mercês estava reservada aos crioulos forros, pardos e brancos pobres (BOSCHI, 1986; BORGES, 2005; SOUZA, 2010). A leitura do livro de entrada

⁶⁰ Livro de entrada de irmãos da irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos Pretos Crioulos de São José. Livro de 1812-1829. Arquivo Eclesiástico de São João Del Rei. *Grifo nosso*.

⁶¹ Livro de assentamento de irmãos da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos de São José. Livro de 1812-1900.

dos irmãos do Rosário nos aponta, em um total de 149 nomes, que 20,8% deles se declararam *servos* de algum senhor. Já na Irmandade das Mercês, de um total de 352 nomes, 6,81% também se distinguiram dessa forma. Cabe lembrar que o período abrangido pela leitura dos documentos referentes aos irmãos entrantes das Mercês é maior.

De acordo com o dicionário de Raphael Bluteau, **Servo** seria um criado, um servidor. Bluteau afirma também que o servo nunca chega a ser bom, justamente porque se tratado com maus tratos se faz mal e com mimos, se tornava soberbo. Para **escravo**, o autor define como aquele que nasce cativo ou foi vendido, estando sob o poder de um senhor (BLUTEAU, 1712-1728).

No dicionário de Luiz Maria da Silva Pinto⁶², **servo** significa ser criado, escravo, servidor, servente. No mesmo livro buscamos o significado de “servir”, que foi definido como o “Fazer o trabalho do servo. Fazer os serviços próprios de qualquer emprego civil, militar ou eclesiástico, ser útil, aproveitar”. **Escravo**, Silva Pinto afirma que é aquele “cativo que está em escravidão” (PINTO, 1832).

Para Antônio Moraes Silva, **servo** é aquele servente, criado, escravo. Já **escravo** é aquele que se encontra preso, sem liberdade, no estado de “servidão”. Seja escravo do corpo, do trabalho ou das paixões, não encontra a liberdade (SILVA, 1813).

Sheila de Castro Faria, ao discorrer sobre as denominações dadas aos negros e pardos durante o período colonial, afirma que nos registros paroquiais, como livros de casamento e batismo, eram os padres aqueles que indicavam ou não as marcas sociais dos forros e seus descendentes, bem como as nações dos pretos africanos (FARIA, 1998: 307).

Entretanto, não eram os padres que registravam o assento de entrada dos irmãos nas irmandades, eram os escrivães eleitos para a mesa administrativa. De acordo com Daniel Precioso, a designação racial de determinada pessoa dependia do próprio indivíduo, das condições da época, da região e do observador (PRECIOSO, 2009). Dessa forma, os escrivães, provavelmente, utilizavam de seus conhecimentos sobre a sociedade em que estavam inseridos para formular o assento do irmão entrante ou apenas redigiam aquilo que o indivíduo lhe descrevia.

Mais provável seja que o escrivão apenas redigisse o que lhe era dito pelo irmão entrante. O número de pessoas que se declararam **servos** é pequeno se comparado com o número de escravos e crioulos forros que adentraram as irmandades, mas mesmo assim, significativo. Aqueles que se declaravam servos eram em sua maioria mulheres e serviam tanto a senhores quanto “donas”. Isso é interessante porque ao se declararem servos, ao mesmo tempo poderiam deixar claro sua posição de serviçal, mas se distinguiam daqueles que se declaravam escravos.

A posição desses **servos** na hierarquia da casa em que serviam deveria pender para um lugar privilegiado ou próximo do senhor. Aventamos também a possibilidade de serem escravos quoadatos,

⁶² PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Provincia de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>.

mas a designação para tal aparece também nos livros de assento de irmãos. Buscamos nos inventários dos senhores algum vestígio de designação que apontasse quem eram esses homens e mulheres que **serviam** aos senhores. Nada foi encontrado, nem nos arrolamentos de escravos, nem nos últimos desejos, onde muitos alforriavam seus escravos. Poderiam ser também agregados dos senhores, vivendo de favor e realizando alguns trabalhos para ganharem comida e modos de viver, mas nada disso também foi encontrado documentalmente.

Seja como for, esses homens e mulheres já demonstravam uma hierarquização, já queriam deixar claro seus lugares sociais bem demarcados. Poderiam ser escravos, mas não se declaravam assim, já se sentiam diferentes daqueles cativos. Talvez os **servos** fossem aqueles escravos de confiança, de proximidade, feitores ou amas-de-leite das crianças dos senhores. Há muita especulação e pouca informação documental sobre o tema. Mas fica aqui a deixa para pesquisas futuras sobre o assunto.

Servos, escravos, crioulos forros, pretos e pardos. Todas essas “cores étnicas” eram bem recebidas pela Virgem das Mercês. Porém, o predomínio delas ficava a cargo dos crioulos forros. Segundo Eduardo França Paiva, o termo **crioulo** distinguia o indivíduo nascido no Brasil, cujo pai ou mãe fossem africanos (PAIVA, s.d.). Nessa sociedade mineira, que se pautava nos vestígios do Antigo Regime, a hierarquia estava ligada tanto ao trabalho realizado quanto a coloração da pele.

Hebe Mattos afirma que no início do XIX, as expressões como “negro” e “preto” faziam referência a condição escrava, fosse a atual ou passada. A historiadora afirma que na documentação que utilizou não encontrou nenhum termo como “negro/preto livre”, já os homens nascidos “livres” eram os “brancos” e apareciam sem qualquer designação como livre ou forro, ao contrário do acontecia com os “pardos”, que podiam ser “pardos livres ou pardos forros” (MATTOS, 1998, p. 94). Vai ser no decorrer do século que as designações de cor vão deixar seu lugar de portadora de “status social” para dar lugar às qualificações sócio-profissionais. A autora tenta demonstrar que:

(...) a noção de cor, herdada do período colonial, não designava, preferencialmente, matizes de pigmentação ou níveis diferentes de mestiçagem, mas buscava definir lugares sociais, nos quais etnias e condição estavam indissociavelmente ligadas (MATTOS, 1998: 98).

Segundo Douglas Libby e Zephyr Frank, **crioulo** era uma designação que fazia menção ao negro nascido no Brasil, da mesma forma que Paiva ressalta (LIBBY; FRANK, 2009: 387). Entretanto, compartilhamos da idéia de que as denominações de cor estavam intimamente ligadas ao status social vigente na sociedade colonial em que se encontra inseria nossa pesquisa, além de fazer apenas uma distinção de cor. As irmandades demonstram essa diferenciação em seus estatutos e compromissos, como já ressaltamos.

Sendo assim, podemos dizer que as camadas intermediárias também se encontravam reunidas no interior das confrarias. As relações pessoais acabavam por gerar laços dentro do ambiente das vilas, entre

homens e mulheres que compartilhavam uma mesma situação. Entretanto, quando o curso da vida mudava, por exemplo, quando um escravo ganhava sua alforria, logo precisava mudar também seu meio de sociabilidade para tentar alcançar um novo lugar social. Era assim que muitos alforriados deixavam as Irmandades do Rosário e rumavam para a das Mercês.

Cabe ressaltar que esses homens e mulheres alforriados não deixavam simplesmente a irmandade do Rosário e iam se assentar na das Mercês. Era comum aos indivíduos, quando com meios, ser irmão de inúmeras irmandades. Isso se deve ou a devoção barroca marcante a esses homens ou simplesmente pelo gosto social de estar atuando em diversas camadas da sociedade, ganhando prestígio e aumentando as redes de sociabilidade.

Um exemplo vem da própria Vila de São José. O capitão Antônio José de Almeida era português e acabou falecendo no ano de 1820. Como bom cristão teve seu corpo encomendado e acompanhado até a capela de São João Evangelista pelas seguintes irmandades: Santíssimo Sacramento, Almas, Passos, São João Evangelista e Senhora das Mercês.⁶³

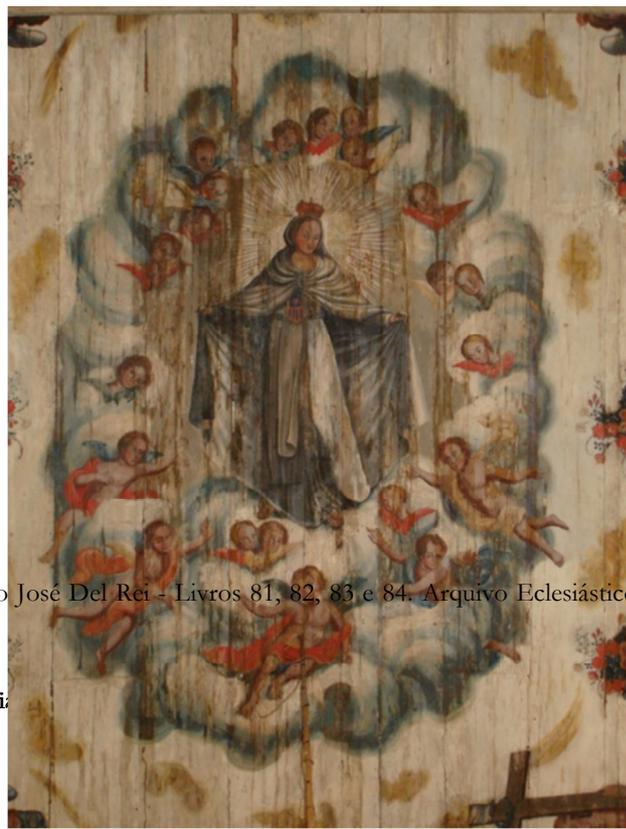
Antônio José pertencia às irmandades que condiziam com sua qualidade social – português e capitão – Santíssimo Sacramento, Almas e Passos. Já as irmandades de São João Evangelista e Senhora das Mercês, fazia referência a uma camada social compreendida pelos mestiços e forros. Nessa questão podemos nos referir tanto à ação de fé quanto sociabilidade. Mas não era incomum a presença de homens da elite nas irmandades para pardos, mestiços, pretos e forros.

A questão do lugar social fica clara com Josefa Pinta, mina forra que faleceu em 13 de maio de 1818. Josefa havia sido escrava de Salvador Gomes. Quando faleceu, seu corpo foi carregado no esquife pelos irmãos do Rosário, acompanhado pelo vigário e mais quatro sacristãos, cruz da fábrica das irmandades da Senhora do Rosário e das Mercês, sendo sepultada assim, na capela de Nossa Senhora do Rosário.

Quando ganhou sua alforria, a mina provavelmente se assentou como irmã nas Mercês, que acolhia assim diversos escravos. Seu status social era outro, precisava se sociabilizar com outras pessoas estivessem agora no seu mesmo patamar. Josefa não conseguiu desassociar de sua social a fé na Virgem que ouvia suas lamúrias quando escrava, sendo então enterrada debaixo de sua proteção.

Josefa

que
Porém,
vida



⁶³ Livro de óbitos da Matriz de Santo Antônio de São José Del Rei - Livros 81, 82, 83 e 84. Arquivo Eclesiástico de Nossa Senhora do Pilar – São João Del Rei.

A fé acabava sendo um mecanismo social. As confrarias eram meios de sociabilidade e as capelas, lugares onde podiam exercer suas identidades de forma comum, trocando experiências e ações. Dessa forma, é imprescindível entender qual a intenção dos comitentes quando contrataram Manoel Victor de Jesus para realizar a pintura do forro da nave (fig.2) e da capela-mor.

Lugar de reunião e de missas dos membros da confraria, a capela deveria condizer com seu status sem fugir à iconografia já postulada da Virgem das Mercês, que tem como representações mais comuns a

(Fig. 2) Forro da nave da capela de Nossa Senhora das Mercês -
Manoel Victor de Jesus - c. 1820

Virgem protegendo os cativos ou os fundadores da Ordem Mercedária. Dessa forma, porque esses homens e mulheres optaram por escolher a tipologia da Virgem apenas com os braços abertos e sem escravos, deslocando-os para as laterais? Uma questão interessante para ser discutida.

A mesa administrativa

Durante os anos de 1813 e 1825, a Irmandade das Mercês contou com 12 juízes, bem como os cargos de escrivão, tesoureiro, procurador e juíza. Durante esses anos, o pintor Manoel Victor de Jesus recebeu ainda parcelas pela feitura da obra do forro da nave e da capela-mor. Na verdade, desde 1804, o pintor passava recibos para a Irmandade, sendo o último datado de 1824⁶⁴.

A mesa administrativa da irmandade ficava encarregada das resoluções da vida da confraria. Cada um detinha um lugar na hierarquia e era responsável por algo. O tesoureiro era aquele que zelava pelas contas, o juiz, cargo mais alto, era aquele que tomava as decisões mais importantes, auxiliado pelos outros componentes de mesa. Cabe ressaltar que o restante dos irmãos de mesa, os juízes de devoção, ficava a responsabilidade de realizar a festa de seu santo padroeiro. Dessa forma, as grandes resoluções, como o encargo de uma pintura ao pintor, ficava cerceado às “cabeças” da irmandade: Juiz, Tesoureiro, Procurador, Escrivão e Juíza.

Tabela 3: Composição da mesa administrativa da irmandade entre 1813 e 1825

Ano	Juiz	Escrivão	Tesoureiro	Procurador	Juíza
1813-	Victorino	Joaquim Moreira da	Eusébio	de Manoel do Cabo	Maria Antônia de
1814	Gonçalves Lima	Silva	Almeida	São de Almeida	Barros
			Tiago		

⁶⁴ Utilizamos como recorte cronológico os anos de atuação de Manoel Victor de Jesus para a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês (1804-1824), mas alargamos essas datações para a análise dos comitentes, ou seja, dos membros dessa confraria através de seus documentos.

1814- 1815	Conçalo Joaquim de Barros	Francisco Inácio Pereira Rangel	Manoel Martins de Barros	Lino Rodrigues	Antônia Maria da Silva
1815- 1816	João José de Barros	Manoel Martins Rangel	Inácio Pereira Rangel	Lino Rodrigues	Ariana Silveira de Carvalho
1816- 1817	José Pereira da Silva	Felipe Rodrigues Carvalho	Manoel de Silva	Lucas Dias da Vicente Ferreira Passos	Tomásia Josefa Rosa
1817- 1818	José Pereira da Silva	Felipe Rodrigues	Manoel Francisco Fernandes Ferreira	Siprianno do Cabo Almeida	Ana Maria Lopes
1818- 1819	Nicolau Antônio da Silva	Joaquim Moreira da Silva	Eusébio Almeida Santiago	de Antônio de Moura	Quitéria Maria de Souza
1819- 1820	José Francisco das Chagas	Joaquim Moreira da Silva	Euzébio Almeida	de Cipriano do Cabo Almeida	Mariana Joaquina de Barros
1820- 1821	Inácio Martins de Barros	Joaquim dos Santos Silveira	Manoel da Costa	Lino Rodrigues Cruz	Domingas Maria Fernandes
1821- 1822	Joaquim Lourenço do Espírito Santo	Francisco Joaquim dos Santos Silva	Manoel da Costa Souza	Lino Rodrigues da Cruz	
1822- 1823	Manoel Pereira dos Santos	Alferes Joaquim Martins de Souza	Inácio Pereira Rangel	João Silvério de Jesus	Leonor Maria Fernandes
1823- 1824	Francisco Fernandes Ferreira	Alferes Joaquim Martins de Souza	Ignácio Pereira Rangel	João Silverio de Jesus	Ana Maria do Pilar
1824- 1825	Francisco Fernandes Ferreira	Alferes Joaquim Martins de Souza	Inácio Pereira Rangel	João Pereira Rangel	Maria Josefa do Nascimento Silva

Fonte: AESJDR, Livro de Eleições.

Ao analisarmos esses nomes individualmente e associá-los ao ambiente da confraria, que agregava a maioria de “crioulos forros”, notamos que a mesa administrativa contava com a presença de membros forros, ou seja, membros que deixaram para trás o status de escravo e se firmavam na sociedade com outro lugar de poder. Poderiam congregar em sua mesa homens brancos de posses bem como nações africanas, isso não era proibido, o que corrobora ainda mais os estudos sobre a diversidade no interior da confraria. Mas também não derruba a tese de que os diversos grupos étnicos e sociais se associavam a iguais. De acordo com Souza, os brancos, por exemplo, se associavam as irmandades com pretensão de reconhecimento social, além da possibilidade de obtenção de benefícios diretos ou indiretos, já os negros se associavam em busca de um meio social onde pudessem recriar espaços identitários, talvez por isso, a ínfima participação de nações africanas na irmandade das

Mercês, que já era um espaço construído por crioulos forros, o que levava as disputas entre as confrarias (SOUZA, 2010).

A obra

Sabemos que os comitentes escolhiam o esquema iconográfico a ser retratado pelo artista, que poderia realizar uma cópia fiel, ter liberdade de criação ou reorganizar elementos simbólicos. Qualquer que fosse a decisão tomada entre comitentes e artista, a intenção era alcançar o público frequentador do local religioso, no caso, os receptores seriam os irmãos e irmãs da irmandade de Nossa Senhora das Mercês, além das próprias pessoas da vila. Quando falamos em intenção, falamos de um determinado discurso social associado ao discurso religioso que contém um propósito, diferentemente do que propõe Baxandall ao falar de **intencionalidade**. A intenção dos comitentes era retratar a protetora da irmandade em seu forro, mas optaram por uma imagem diferente da Virgem. Poderia ter sido sugestão/criação do artista ou uma imposição da mesa administrativa?

A mesa administrativa das Mercês contratou os serviços de Manoel Victor de Jesus, que trabalhou para a irmandade recebendo parcelas de pagamento durante 20 anos.⁶⁵ Nos livros de receita e despesa encontramos um documento referente ao abatimento nos valores ajustados. Ao que parece, o pintor abateu no pagamento uma quantia de quatorze mil e quatro centos de réis,⁶⁶ o que demonstra algumas coisas: ou o pintor não precisava dessa quantia ou fez esse abatimento como um sinal de devoção a Virgem das Mercês, ou ainda mantinha um bom relacionamento com a mesa administrativa da irmandade, que era rotativa, como demonstra nossa tabela 3.

Manoel Victor de Jesus nos aparece como um homem influente em seu meio social. Era artista requisitado pelas irmandades, de brancos a de negros, mas apenas participou de duas associações leigas: Cordão de São Francisco e Nossa Senhora do Rosário, ambas as associações ligadas à gente de cor, apesar de se declarar branco no Rol dos Confessados. Tudo isso demonstra um lastro de fortes relações sociais dentro da sociedade da época, apesar de não ter deixado rastros típicos dos homens de seu tempo, como um registro de casamento, batizado ou testamento. Sabemos de sua existência através de assinaturas de recibos, pedido de carta patente e o que é mais importante, nas suas obras.

Obras que eram decididas conjuntamente com os membros da mesa administrativa das irmandades. Quantas vezes Manoel Victor de Jesus não se sentou com os homens ricos e brancos da Vila de São José

⁶⁵ Manoel Victor de Jesus passou inúmeros recibos para a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês referente a pintura do forro da nave e da capela-mor, foco de nossa pesquisa. Livros de Receita e Despesa da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos. Arquivo Eclesiástico de São João Del Rei.

⁶⁶ Transcrição do documento: “Na conta do ajuste que fiz com a Irmandade de Nossa Senhora das Mercês respeito a pintura da capela de que se trata um termo passado na dita irmandade, faço um abatimento de quatorze mil e quatro centos réis, e por verdade passo o presente de minha letra e sinal. Vila de São José 21 de novembro de 1824. Manoel Victor de Jesus.” Livro de Receitas e despesa da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos. Sem página, Arquivo Eclesiástico de São João Del Rei.

para debater sobre o que retratar e como retratar as pinturas no interior da Igreja Matriz? E quantas vezes, o mesmo Manoel Victor de Jesus não esteve nos consistórios das Mercês ou Rosário, junto com forros e cativos, decidindo qual melhor gravura a ser pintada? Essas relações demonstram o lugar social privilegiado do artista, que se via, querendo ou não, pairando sobre as diversas hierarquias sociais presentes no interior da sociedade mineira. Dessa forma, provavelmente detinha um olhar acurado sobre os temas sociais, além do conhecimento dos elementos religiosos.

As mesas administrativas escolhiam os temas e chamavam o artista para discuti-los. Podiam ouvir a opinião de Manoel Victor de Jesus, mas muitas vezes deveriam chegar já com a gravura escolhida. Muitos realizavam um documento onde deixavam implícita a forma de como queriam que fosse realizada a obra em questão, os contratos firmados. As obras que eram escolhidas como fonte para os artistas deveriam conter a intenção estabelecida pelos comitentes para a ornamentação pedagógica da irmandade. Se as imagens serviam para ensinar os dogmas da fé, também serviam para perpassar um discurso social. No caso de Minas Gerais, um social intimamente ligado ao religioso.

Podemos supor então uma relação intencional entre a mesa administrativa das Mercês e o pintor Manoel Victor de Jesus. Em Minas Gerais, Boschi identificou 20 oragos em honra a Virgem das Mercês (BOSCHI, 1986: 194). Entre as imagens da N. Senhora das Mercês presentes nesses oragos, identificamos dois esquemas iconográficos semelhantes ao que se encontra no forro da nave da capela das Mercês, porém com algumas ausências:



(Fig.4) Antônio Francisco Lisboa, c. XVIII. Frontispício da Igreja de Nossa Senhora das Mercês de cima, Ouro Preto, Minas Gerais

O esquema iconográfico presente tanto no arraial do Tejuco (fig.3) quanto em Vila Rica (fig.4) são incrivelmente semelhantes, desde as formas das rocalhas até mesmo a presença dos escravos sendo libertados. Essas duas imagens nos abrem a possibilidade da existência de gravuras que revelavam essa cena da Virgem das Mercês. Manoel Victor de Jesus provavelmente conhecia esse esquema, mas não o utilizou em sua obra.

Na antiga São José, encontramos uma representação de Nossa Senhora das Mercês nos mesmos moldes, com o mesmo estilo do panejamento, a mesma posição de mãos, o tombamento da cabeça para esquerda ou para a direita, o medalhão da ordem mercedária, os pezinhos sobre as nuvens, os raios e as nuvens que se abrem, além dos anjinhos em abundância (fig.5). Há algumas diferenças formais, sobretudo na questão das rocalhas que fecham a cena das duas representações da Virgem, tanto em Diamantina quanto em Ouro Preto, o que não ocorre em Tiradentes, talvez por livre questão de escolha



(Fig.5) Manoel Victor de Jesus, c. 1804, Igreja de Nossa Senhora das Mercês dos pretos crioulos, Tiradentes, Minas Gerais

estética do pintor, que sofria influências de um rococó cada vez mais presente no interior das Vilas. Cabe ressaltar que a pintura de Manoel Victor de Jesus é posterior às duas imagens.

Essas imagens demonstram a relação entre comitentes e artista, justamente porque podemos enxergar um discurso na ausência dos cativos na cena principal de São José. Nas análises iconográficas, as ausências são tão, ou mais importantes, do que os símbolos presentes na representação. A mesa administrativa, possivelmente, se apropriou de alguma gravura da Virgem das Mercês e, possivelmente, resolveram adaptar seu discurso social ao religioso, ao deslocarem os escravos para as bordas do forro. Nesse quesito há um lastro de intencionalidade

permeando a relação de Manoel Victor de Jesus e a irmandade. Julgamos ser do gosto da irmandade a ausência dos escravos e dos próprios santos fundadores da ordem na cena principal, justamente porque

Manoel Victor de Jesus gostava de adaptar minuciosamente todos os **detalhes principais** das gravuras que chegavam a suas mãos, mas adaptando-os a sua maneira.

Dessa forma, supomos que uma intenção permeava o discurso imagético da irmandade ao negociar com o pintor a forma a ser dada a Nossa Senhora das Mercês em seu forro. A questão levantada por Chartier (CHARTIER, 1994: 9) referente à apropriação se faz presente no forro da nave das Mercês justamente porque esse forro era para ser visto por todos, dos membros da irmandade aos moradores da vila que não pertenciam à associação. Esses homens e mulheres visualizavam o discurso social permeado pelo religioso e faziam suas próprias releituras. O foco principal da obra era o fiel, o membro da irmandade, o receptor.

Analisamos em nosso artigo, a composição da Irmandade de Nossa Senhora das Mercês alocada em São José, atual Tiradentes, sua mesa administrativa e a relação destas com a pintura do forro da nave da igreja. Através dos arquivos, identificamos que a maioria dos membros eram crioulos forros e que os membros da mesa administrativa apenas mudavam de cargos, permanecendo no poder durante anos. Analisamos também a parte principal do forro da nave, a abertura celestial com Nossa Senhora das Mercês e levantamos hipóteses sobre a sua escolha tipológica. Esperamos que nosso trabalho contribua para a historiografia da arte mineira, bem como para os trabalhos sobre irmandades.

Referências Bibliográficas

- BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/1>.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder – Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BORGES, Célia Maia. *Escravidão e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais: séculos XVIII e XIX*. JF: Editora UFJF 2005.
- CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros. Leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*, Brasília, UnB, 1994.
- COELHO, Beatriz. *Devoção e arte: imaginária religiosa em Minas*. EDUSP, 2005.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998.
- LIBBY, Douglas C.; FRANK, Zephyr. Voltando aos registros paroquiais de Minas Colonial: etnicidade em São José do Rio das Mortes, 1780-1810. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n. 58, 2009.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de Lima. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais: origens das principais invocações*. Belo Horizonte, Editora PUC Minas, 2008.
- MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio – os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, Séc.XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

PAIVA, Eduardo França. *Libertos no Brasil: africanos e mestiços nas Minas Gerais do século XVIII*. Acessível em: <http://www.fafich.ufmg.br/~edupaiva/TextoLibertosnoBrasil.pdf>.

PINTO, Luiz Maria da Silva. Dicionário da Língua Brasileira por Luiz Maria da Silva Pinto, natural da Província de Goyaz. Na Typographia de Silva, 1832. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/3>.

PRECIOSO, Daniel. *Grupos étnicos e sociabilidade confrarial: aspecto da luta social dos pardos na Vila Rica setecentista*. ANAIS DO II ENCONTRO NACIONAL DO GT HISTÓRIA DAS RELIGIÕES E DAS RELIGIOSIDADES Revista Brasileira de História das Religiões – ANPUH - Maringá (PR) v. 1, n. 3, 2009. ISSN 1983-2859. Disponível em <http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>.

SILVA, Antonio Moraes. Dicionário da língua portuguesa - recompilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/dicionario/edicao/2>.

SOUZA, Daniela dos Santos. *Devoção e identidade: o culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São João Del Rei – Séculos XVIII e XIX* [manuscrito], 2010.

As representações iconográficas do Profeta Elias nas Ordens Terceiras do Carmo de Minas Gerais: um modelo de santidade

Leandro Gonçalves de Rezende

Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG

Mestrando em História Social da Cultura

Bolsista CAPES/REUNI

lgrufmg@gmail.com

Resumo: Contrariando a proibição do estabelecimento de clérigos regulares nas Minas, os ideais das Ordens Mendicantes fizeram-se presentes nessa região, desde meados do século XVIII, quando alvoreceram as associações de leigos denominadas Ordens Terceiras. Essas possuíam uma espiritualidade depurada, embasada nas determinações que provinham de instâncias superiores das Ordens. Por conseguinte, apresentavam repertório iconográfico bem específico, de acordo com valores defendidos por cada instituição fraternal. No caso das Ordens Terceiras do Carmo mineiras destacam-se imagens e símbolos que exaltam a vivência carmelitana, aludindo a acontecimentos históricos, míticos e místicos para tecer sua história, transmitindo uma mensagem de fé. Consequentemente é nesses templos que encontraremos as principais representações iconográficas do Profeta Elias, uma vez que, pela tradição, esse asceta do Monte Carmelo seria o pai e o fundador mítico da Ordem Carmelitana. Sua história bíblica é narrada no I e II Livro dos Reis e representa de modo substancial um modelo de santidade, obediência e de zelo a ser seguido pelos membros de cada sodalício. Além disso, ao ser representado, o profeta Elias aproxima-se do fiel, forjando um sentimento piedoso de devoção, pertencimento e de precedência, tão caros à Cultura do Barroco.

Palavras-chave: Iconografia Carmelita, Ordem Terceira do Carmo, Profeta Elias.

Abstract: Contrarying the prohibition of the establishment of regular clergy in Minas Gerais, the ideals of the Mendicant Orders were present in this region since the mid-eighteenth century, when associations of lay people called Third Orders began growing. They possessed a refined spirituality, based on determinations that came from

the upper levels of the Orders, presenting very specific iconographic repertoire according to values held by each fraternal institution. In the case of the Third Order of Carmel in Minas Gerais, stand out images and symbols that enhance the experience of Carmelites, alluding to historical events, mythical and mystical to weave their story, transmitting a message of faith. Consequently, it is in these temples that we find the main iconic representations of the Prophet Elijah, since, by tradition, this ascetic of Mount Carmel was the father and the mythical founder of the Carmelite Order. His biblical story is told in the Book of Kings I and II, and is substantially a model of holiness, obedience and zeal to be followed by members of each sodality. Furthermore, when represented, the prophet Elijah approaches the follower, forging a sense of pious devotion, belonging and precedence, so dear to the Baroque Culture.

Keywords: Carmelite Iconography, Third Order of Carmel, Prophet Elijah.

“O Profeta Elias surgiu como o fogo e sua palavra queimava como tocha. (...) Oh! Elias, como te tornaste glorioso por teus prodígios! Quem poderia vangloriar-se de ser semelhante a ti? (...) Felizes os que te viram e os que adormeceram na tua amizade!” (Eclesiástico 48,1-12)

O presente trabalho almeja analisar iconograficamente as representações pictóricas do Profeta Elias, presentes nas Ordens Terceiras do Carmo (OTC), em Minas Gerais, produzidas durante os séculos XVIII e XIX.⁶⁷ Elias, originário de Tesbi, na região de Gallad, foi um asceta que viveu no Monte Carmelo⁶⁸ em meados do século VIII aC., na época do rei Acab. Para muitos, é depois de Moisés a principal figura do Antigo Testamento. Monoteísta convicto, o que é expresso no próprio significado de seu nome (Meu Deus é Yavé), defendeu, com zelo, a honra de Deus contra os idólatras, em especial os profetas de Baal. Como profeta, Elias é um intermediário entre o homem e a divindade, orientando o povo com a palavra e os ensinamentos de Deus. Pela sua importância e pelos seus prodígios, Elias, desde a tradição do Antigo Testamento, já era considerado figura de destaque, sendo um exemplar antepassado, portanto, digno de elogios, conforme os versículos do capítulo 48 do Livro do Eclesiástico, expostos na epígrafe acima.⁶⁹

⁶⁷Agradecimento: à organização do I Encontro de Pesquisa em História da UFMG; aos amigos Denise e Felipe, que compartilharam comigo o prazer de organizar e presidir o Simpósio Temático “Religiões e Religiosidades no Brasil”, que se realizou no referido encontro; à professora Adalgisa, pela orientação, conselhos e correções; aos amigos Ludmila e Armando pela revisão e aos arquivos e locais de pesquisa, especialmente a Superintendência do IPHAN em Minas Gerais.

⁶⁸ O Monte Carmelo é uma montanha da Palestina, que domina a planície de Esdrelon, próximo ao Mar Mediterrâneo, apresentando vegetação abundante.

⁶⁹ O Livro do Eclesiástico foi escrito por volta de 185 aC., por Jesus, filho de Sirac, reunindo pensamentos e conselhos correntes nessa época, de modo que, em sua terceira parte, ele faz um elogio à criação divina, combinando-a com a história de ilustre antepassados do povo de Israel.

Segundo Louis Réau, em *Iconografia del arte cristiano* a história de Elias divide-se em quatro ciclos: o primeiro, no qual o profeta dirige-se ao rei Acab e prediz um período de seca, refugiando-se, depois, na torrente de Calit, onde foi alimentado por corvos e na casa da viúva de Serapta, onde faz grandiosos milagres. Três anos mais tarde, ao voltar ao Monte Carmelo, desafia os profetas de Baal sobre quem seria o Deus verdadeiro, vencendo-os e matando-os. O segundo ciclo inicia-se com a perseguição causada pelo ódio que a idólatra rainha Jezabel nutriu pelo profeta, o que ocasionou a sua fuga para o deserto, onde foi alimentado por um anjo. Seguiu para o Monte Horeb, encontrando um sucessor: o profeta Eliseu. O terceiro ciclo seria o momento em que Elias volta perante Acab e reprova a morte de Nabot. E no último, temos o profeta sendo arrebatado aos céus, num carro de fogo, deixando o seu manto para Eliseu.⁷⁰ Deve-se frisar que não nos cabe questionar se tais milagres e bênçãos realizados em torno da figura de Elias foram, de fato, verdadeiros e inquestionáveis, pois para o fiel, eles são testemunhos da fé e exemplos que, de certa forma, compõem meios para melhor praticar a espiritualidade e o culto católico.

Sua história é rica em elementos extraordinários, tendo por cenário principal dois tipos geográficos de suma importância para a espiritualidade: o monte e o deserto. Este é o lugar do recolhimento, da superação da tentação e do desânimo. É onde, com ajuda de Deus, o profeta recupera sua força física e espiritual para seguir a longa jornada. Aquele já seria o lugar de transcendência, na medida em que é o centro de hierofanias (manifestações do sagrado) e de numerosas teofanias (manifestações de Deus). É o local de mediação entre o céu e a terra, entre o divino e o humano.⁷¹

Segundo a tradição, Elias teve, no Monte Carmelo, uma visão mística sobre a mãe do salvador que, simbolizada por uma fecunda nuvem de chuva, derramaria graças sobre toda a humanidade. Por isso, foi evocado posteriormente pelos fundadores históricos da família carmelitana, tornando-se o seu fundador mítico. Augusto de Lima Junior, ao falar de Nossa Senhora do Carmo na obra *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*, afirma que:

“podemos com muito fundamento crer que lhe [a Elias] fora revelada a Encarnação do Divino Verbo e nome Santíssimo de Maria sua mãe, que o havia de parir, e que estas revelações se lhe fariam no Monte Carmelo, quando nele orava (...) [e por isso] um grupo de homens devotos dos santos Elias e Eliseu (...) abraçou o cristianismo e erigiu no Monte Carmelo um santuário a Santíssima Virgem, naquele mesmo lugar em que Elias vira aparecer aquela nuvenzinha anunciadora”.⁷²

Além disso, as ações do profeta são caracterizadas por intensa espiritualidade e pela manifestação do sagrado em diversas situações, legitimando-o, desta forma, como fundador de uma ordem que, em sua

⁷⁰ REAU, Louis. *Iconografia del arte cristiano*. Antiguo Testamento. Barcelona: Ediciones del Serbal, 1996, p.400-412.

⁷¹ Cf os verbetes “montanha” e “deserto” em CHAVALIER, Jean e GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p.616-619 e p331-332.

⁷² JÚNIOR, Augusto de Lima. *História de Nossa Senhora em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.104-105.

essência, busca contemplar o sagrado e suas manifestações, elevando-se espiritualmente. Adalgisa Arantes Campos é enfática nesse aspecto ao afirmar que “a origem e a trajetória histórica da Ordem dos Carmelitas se enquadra bem na ótica da *meraviglia*, pois nela houve a confluência de aspectos lendário e miraculoso (...) que serão importantes para a constituição do brasão e servirão de referência para a criação dos atributos das devoções dos carmelitas”.⁷³

Nas Minas Setecentistas a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo instalou-se legalmente em São João Del Rei (1749), Mariana (ant.1751), Vila Rica (1752), Tejuco (1758), Sabará (1761) e Vila do Príncipe (1761).⁷⁴ Uma ordem terceira constituiu-se em uma associação de leigos católicos, que, agregados sob a devoção de um patrono, se reúnem em comunhão espiritual, fraterna e social. Praticam sua religiosidade norteando-se pelos preceitos de um estatuto, todavia não professam os votos solenes de obediência, castidade e pobreza, típicos de ordens primeiras e segundas – as Ordens Regulares.

Presentes no Brasil, desde os primórdios da colonização, os regulares não puderam estabelecer-se no interior, principalmente na região mineradora, haja visto a proibição da Coroa Portuguesa expressa em várias cartas régias, a exemplo da de 9 de novembro de 1709, que além de nomear Antônio de Albuquerque governador da Capitania de São Paulo e Minas, ordenou que, em conjunto, o Arcebispado da Bahia e o Bispado do Rio de Janeiro expulsassem “a todos os clérigos que se acharem nas Minas sem emprego necessário, que seja alheio ao seu estado”. Ou ainda a de 9 de junho 1711, exigindo que “não consinta que nas minas assista frade algum, antes os lance fora a todos e com violência, se por outro modo não quiserem sair”.⁷⁵ Portanto, as grandes experiências arquitetônicas de Minas recaíram unicamente sobre as construções religiosas seculares, paroquiais e capelas de confrarias, uma vez que as ordens monásticas foram proibidas nesta região.⁷⁶

As ordens mendicantes surgiram na Europa medieval e precocemente (cerca do século XII e XIII) agruparam seculares à sua volta, uma vez que estes também queriam dedicar-se às obras de piedade, devoção e salvação. No caso específico dos carmelitas, a bula *Mare magnum*, do Papa Sixto IV, em 1476, aprovou a criação das Ordens Terceiras, com sua própria regra, na qual “*se exponen y explican sus votos, obligaciones e manifestaciones externas*”.⁷⁷

⁷³ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A ordem Carmelita. *Per Musi*, Belo Horizonte, n.24, p.54-61, 2011.

⁷⁴ BOSCHI, Caio César. *Os Leigos e o Poder*. Irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1986, p.214-223.

⁷⁵ BOSCHI, Caio C. (org). *Coleção sumária e as próprias leis, cartas régias, avisos e ordens que se acham nos livros da Secretária do Governo desta Capitania de Minas Gerais, reduzidas por ordem a título separados*. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura de Minas Gerais, APM, 2010, p.49 e 150. A ordem de expulsão é clara para aqueles clérigos que não tinham função necessária. No entanto, na região das Minas, tivemos a presença, mesmo que esporádica, de alguns regulares, em visitas pastorais, por exemplo. Contudo eles não chegaram e edificar estabelecimentos conventuais.

⁷⁶ BAZIN, Germain. *A arquitetura religiosa barroca no Brasil*. Rio de Janeiro: Record, 1983, v.1, p.195.

⁷⁷ SMET, Joaquim. *Los Carmelitas*. Historia de la Orden del Carmen. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1991, p.157.

Tais associações de leigos “foram eretas para se exercer alguma obra de piedade ou caridade”,⁷⁸ todavia, além das obras pias e do culto divino propunham aos seus membros um modelo de perfeição na vida cristã. No Cânone 702, do *Código de Direito Canônico*, os terceiros são aqueles que vivem “conforme o espírito de uma ordem, esforçando-se por adquirir a perfeição cristã”.⁷⁹ Neste aspecto, os terceiros diferenciavam-se das irmandades, pois contavam com uma preparação espiritual depurada: o noviciado. Além disso, tinham os estatutos aprovados pela Sé Apostólica, praticavam determinadas orações, penitências, jejuns, confissões e seguiam o calendário festivo das Ordens Regulares, exaltando, no caso dos carmelitas, a Virgem do Carmo e seus santos.⁸⁰

Os terceiros carmelitas, embora vivendo no século, eram vinculados a uma ordem religiosa, com a qual compartilhavam regras, benefícios espirituais, direitos e preceitos.⁸¹ As ordens terceiras e seus respectivos ramos mendicantes pretendiam viver em estreita comunhão, numa relação de complementaridade, formando o que se chama de “corpo místico carmelitano”.⁸² Desta forma, há uma coerência interna entre os carmelitas expressa, por exemplo, no seu modelo de vida contemplativo e na sua iconografia.

A iconografia carmelitana é riquíssima, pois advém dos longos séculos de história da Ordem, nos quais fatos reais, lendários e místicos se mesclam e se completam na composição de um sofisticado repertório iconográfico, que visa a transmitir valores, condutas e regras louváveis àqueles que professam nessa família. Figurativamente, esse caráter contemplativo se traduz em símbolos e representações que remetem à origem emblemática ainda no Antigo Testamento, com Elias e Eliseu; à sua fundação histórica no século XIII, com São Simão Stock; à reforma do Carmelo Descalço, conduzida por Santa Teresa D’Ávila e São João da Cruz; aos outros santos da ordem; e não menos importante, à hierofania, ou seja, a manifestação do sagrado nas várias aparições de Nossa Senhora do Carmo.

A Igreja, neste período, pautava-se pelo Concílio de Trento (1545-1563), que almejava depurar questões da fé, reafirmando dogmas e doutrinas para (re)conquistar fiéis, tanto na Europa quanto nos impérios coloniais. Por conseguinte, “*el arte vuelve a ser, como en la Edad Media, un instrumento o mas bien, un arma en manos de la Iglesia*”.⁸³ Imagens não são meras ilustrações ou simples adornos estéticos, ao

⁷⁸ CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO. Can. 707. *Apud*, BOSCHI, Caio C. *Os leigos no poder*, p.14-15.

⁷⁹ CÓDIGO DO DIREITO CANÔNICO. Can. 702. *Apud*, SALLES, Fritz Teixeira de. *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. 2ª Ed. São Paulo: Perspectiva, 2007, p.49.

⁸⁰ Sobre a hagiografia dos carmelitas veja: HIKSPOORS. Frei Pedro Thomaz, *et alii*. *Vida dos Santos da Ordem Carmelitana*. Rio de Janeiro: Imprimitur, 1930.

⁸¹ Em Minas Gerais, os terceiros carmelitas estavam submetidos juridicamente e espiritualmente à Província do Carmo do Rio de Janeiro. Cf: MARTINS, Willian de Souza. *Membros do Corpo Místico: Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (c.1700-1822)*. São Paulo: Edusp, 2009, p.12.

⁸² MARTINS, Willian de Souza. *Membros do Corpo Místico*, p.29. A alusão hierárquica ao corpo místico é nítida na Primeira Carta de São Paulo aos Coríntios, na qual o autor afirma: “como o corpo é um, embora tenha muitos membros, e como todos os membros do corpo, embora sejam muitos, forma um só corpo, assim também acontece com Cristo”. Cf: 1Cor 12, 12-31.

⁸³ REAU, Louis. *El arte militante de la Contrarreforma. Iconografía del arte cristiano – Introducción general*. Barcelona: Ediciones del Serbal, 2000, p.543-552.

contrário, constituem importante meio para transmitir ou exaltar mensagens, pois uma representação traz em torno de si todo um sentido e um conteúdo, próprios de quem a emite ou do local onde ela se encontra. Assim, a imagem aproximava o fiel da figura de culto, permitindo uma relação pessoal, que o lembrava da santidade e justificava o culto santoral e mariano.

Nesse intuito, cotejando imagens com a literatura hagiografia e levando em conta o método iconográfico/iconológico posposto e utilizado por E. Panofsky,⁸⁴ Émile Mâle⁸⁵ e Louis Réau, é que propomos analisar as representações iconográficas do Profeta Elias. Todavia, faz-se necessário levar em conta o que enfatiza Peter Burke, pois “o testemunho das imagens necessita ser colocado no ‘contexto’, ou melhor, em uma série de contextos no plural (cultural, político, material, e assim por diante)”,⁸⁶ para que ofereçam aos historiadores as chaves necessárias à interpretação das obras visuais, das fontes escritas e da sociedade.

Como “pai fundador” Elias é venerado nos templos dos carmelitas, sendo festejado no dia 20 de julho. As imagens que invocam o profeta ocupam lugar de destaque nesses templos, narrando de forma sistemática os principais eventos de sua vida, que é descrita nos capítulos 17, 18, 19 e 21 do I Livro dos Reis e nos capítulos 1 e 2 do II Livro dos Reis.⁸⁷

Émile Mâle, ao estudar a arte religiosa depois do Concílio de Trento, destaca que a decoração das igrejas das ordens religiosas era composta por uma iconografia própria que a distinguiu das demais. Conseqüentemente, os carmelitas eram dignos de nota, uma vez que, de forma poética, “*la vida monástica, de la que los carmelitas dieron al mundo el primer modelo, nació en el monte Carmelo*”⁸⁸ na figura de Elias e Eliseu, o que justificaria as representações desses profetas nos templos da ordem, pois ambos, com suas vidas exemplares, seriam uma inspiração e uma “recordação do monte santo do Carmelo”.⁸⁹ Mâle, neste aspecto, chega a ser irônico, pois essa suposta origem bíblica nobilitava sobremaneira os carmelitas. Ele afirma que:

*“nadie se sorprenderá aboga de encontrar la vida de Elías tan frecuentemente unida a la de Eliseo, su discípulo, en las iglesias carmelitas. San Martín de los Montes, en Roma, a la que Lezana llama ‘la perla más preciosa de toda la Orden’, nos ofrece un bello ejemplo de este tema, tan lleno de misteriosas alusiones”.*⁹⁰

⁸⁴ PANOFSKY, Erwin. Iconologia e Iconografia: uma introdução ao estudo da Arte da Renascença. In: *Significado nas artes visuais*. São Paulo: Perspectiva, 1991.

⁸⁵ MALE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVIII*. México, Fondo del Cultura, s/d.

⁸⁶ BURKE, Peter. *Testemunha Ocular*. História e Imagem. Bauru: Edusc, 2004, p237.

⁸⁷ Os dois Livros dos Reis são classificados na categoria de livros históricos, juntamente com 1 e 2 Sm, Js, Tb, Rt, Esd, e outros. São livros de crônicas e de relatos muitas vezes lendários, mas que contam a história do povo de Israel, para que ela fosse gravada na memória e conhecida por todos, de modo a transmitir sua mensagem. Cf: BÍBLIA SAGRADA. Tradução CNBB. São Paulo: Editora Canção Nova, 2010.

⁸⁸ MALE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVIII*, p.188.

⁸⁹ BAYÓN, Balbino Velasco. *História da Ordem do Carmo em Portugal*. Lisboa: Paulinas, 2001, p.18.

⁹⁰ MALE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVIII*, p.189.

Com efeito, esse repertório iconográfico é pleno de significações para os carmelitas, sendo semanticamente interpretado pelos religiosos e terceiros que professavam a regra do Carmelo. É comum, nos conventos carmelitas, encontrarmos os grandes ciclos iconográficos que narram os momentos da vida de Elias, desde episódios apócrifos, ou seja, que não constam na bíblia (como a infância e a circuncisão) até passagens do Novo Testamento, como, por exemplo, a Transfiguração de Cristo, na qual Elias estava presente com Moisés. Em Minas, dada a inexistência de conventos das ordens regulares, não temos ciclos iconográficos completos, mas sim episódios esporádicos da vida do profeta, tanto na imaginária quanto na pintura.

Enquanto representado na imaginária, ou seja, enquanto imagem de culto, o asceta, ocupa lugar de destaque no altar-mor, geralmente o nicho lateral esquerdo, como ocorre nas OTC de Ouro Preto, Sabará, Serro, Mariana⁹¹ e São João Del Rei. Essas imagens, em sua grande maioria de roca ou de vestir, trazem Elias com o hábito da Ordem Carmelita: túnica marrom, com o escapulário⁹² e o manto branco. Ele é calvo e tem longa barba. Além disso, porta em uma das mãos a espada flamejante, aludindo ao momento em que passou ao fio da espada os 450 profetas de Baal e na outra uma pequena igreja, simbolizando a fundação mítica dos carmelitas. Em alguns casos também pode ser representado com a espada e com um livro, como ocorre, por exemplo, no altar do arco-cruzeiro da OTC de Diamantina, no qual encontramos uma bela imagem de vulto, possivelmente portuguesa, com esses atributos.

Na pintura, Elias é apresentado em momentos especiais de sua vida, com destaque para o embate contra os falsos profetas. Todavia, em Minas, a principal representação figurativa de Elias retrata o momento em que o profeta foi arrebatado aos céus por um carro de fogo puxado por cavalos, deixando o manto para seu sucessor, conforme o relato bíblico:

“O senhor decidiu arrebatá-lo ao céu num redemoinho. (...) Depois que Elias e Eliseu passaram pelo rio Jordão, Elias disse: pede o que queres que eu faça antes de ser arrebatado da tua presença. Eliseu respondeu: Que me seja dado o dobro do teu espírito. Elias respondeu: Estás me pedindo algo muito difícil. Se me observares quando eu for arrebatado de tua presença teu pedido será concedido; caso contrário não será. Então enquanto andavam conversando, um carro de fogo e cavalos de fogo os separaram um do outro e Elias subiu ao céu num redemoinho. Eliseu ficou vendo e gritava: meu pai meu pai! Carro de Israel e seu condutor! Depois, não o viu mais. Em seguida apanhou o manto que tinha caído dos ombros de Elias. (IIRs 2, 1; 9-13)

É essa a representação que encontramos no forro da nave da OTC de Diamantina (ver Figura 1). Esse preciso forro, em abóboda de berço, foi executado pelo pintor e guarda-mor José Soares de Araújo por termo firmado em 1778, no qual dentre outros trabalhos, comprometia-se a pintar “o teto do corpo

⁹¹ Em Mariana a imagem de Elias atualmente se encontra sobre o sacrário na parte central do altar-mor. Em fotografias antigas, disponíveis no Arquivo Permanente da Superintendência do IPHAN, em Belo Horizonte, percebemos que a imagem ocupava o nicho lateral esquerdo do altar-mor. Essa mudança deve-se ao incêndio de 1999, que destruiu a nave e aos altares do arco-cruzeiro. Assim algumas imagens destes altares destruídos passaram a ocupar os nichos laterais do altar-mor.

⁹² Entre os Carmelitas se estabeleceu o Escapulário (do latim *scapulae*, ombros) como sinal de pertencimento e de devoção. Inicialmente consistia em uma peça de duas tiras de pano que se usava sobre as costas e sobre o peito na lida diária. Com o tempo ganhou significado simbólico, aludindo à consagração à Virgem do Carmo, bem como a sua proteção.

da igreja todo fixado de arquitetura com perspectiva, com ornatos e figuras nos lugares competentes, no meio santo Elias dando a capa a Eliseu”,⁹³ e para tanto receberia oito mil e quinhentos cruzados. Apresentado elementos característicos do gosto artístico barroco, o forro tem “trama arquitetônica em tons acinzentado, com nuances de vermelho e marrons”.⁹⁴ As três tribunas em arco frisado, com sacadas curvas deixam pouco espaço para o medalhão central, no qual destaca-se o profeta Elias, que, sentado no carro de fogo, ocupa a maior parte da cena. É preciso salientar que nas representações do arrebatamento de Elias geralmente temos a paisagem natural com um curso d’água representando o Rio Jordão, pois essa passagem se deu em ambiente externo, o que exigem a representação paisagística. Além disso, na parte superior da cena, o profeta sempre está envolto em nuvens com fundo em tons dourados, amarelos e alaranjados, simbolizando o local sagrado para onde o carro de fogo destina-se.

Na OTC de Diamantina também encontramos Elias no forro do nártex, ou seja, no forro sob o corro. Trata-se de um forro reto, octogonal, apainelado e com frisos dourados no qual temos, do lado evangelho, Elias sendo alimentado por corvos na torrente de Calit e, no lado epístola, Elias multiplicando o azeite e a farinha da viúva de Serapta. Em ambos os casos, Elias está vestido com os trajes carmelitas, é calvo e idoso. Para Carlos Del Negro, “estas pinturas fogem à maneira do guarda-mor J. Soares de Araújo, por terem as paisagens naturalísticas coloridas e pintadas sem sépia”,⁹⁵ tratando-se possivelmente de uma repintura.

Já na OTC de Sabará, encontramos, no forro da nave, a mesma representação iconográfica do arrebatamento de Elias, porém ao gosto artístico do rococó. A pintura central é ladeada por murro-parapeito no qual temos a representação de 12 santos da Ordem intercalados por 12 anjos. A obra é atribuída a Joaquim Gonçalves da Rocha, uma vez que no arquivo da OTC consta um termo no qual esse pintor ajustou a quantia de 1:700\$000 para a pintura do teto “com ou os doze apóstolos ou doze santos desta mesma Ordem Terceira da Senhora do Carmo (...) e que no meio teria um painel com a coroação da mesma Senhora”.⁹⁶ Contudo, esse contrato não foi seguido à risca, uma vez que, na nave, temos os 12 santos, mas não temos a figura da Virgem, que foi representada no forro da capela-mor entregando o escapulário a São Simão Stock. O elemento mais interessante do forro é, sem dúvidas, a cena central composta de duas partes: a superior, na qual se encontra Elias e o carro de fogo cercados por uma profusão de nuvens e a inferior, na qual temos Eliseu recolhendo o manto. Essa parte não é ladeada pelas as nuvens, mas contém uma boa representação da paisagem natural com horizonte montanhoso.

Em Ouro Preto, Elias aparece representado em três momentos distintos: sendo arrebatado, sendo alimentado pelos corvos e tendo a visão mística da mãe do Salvador. As duas primeiras, que são as mais antigas, encontram-se na azulejaria da capela-mor. Os azulejos da capela-mor da OTC da antiga Vila Rica são muito especiais, pois estes são os únicos exemplares do gênero nas Minas Setecentistas. Em estilo rococó, eles foram produzidos nas oficinas de Lisboa, no período de 1770 a 1785 e seu desenho é

⁹³ Livro dos Termos para o Governo da Venerável Ordem Terceira do Carmo – 1774 a 1900. Documento transcrito em: DEL NEGRO, Carlos. *Nova Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira: Norte de Minas – Pintura dos tetos de igrejas*. Rio de Janeiro: IPHAN, 1979, p.24 (Grafia atualizada)

⁹⁴ Belo Horizonte. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – Superintendência de Minas Gerais. Centro de Documentação e Informação (CDI). Inventário de Bens Moveis e Integrados (IBMI): Diamantina – Igreja da OTC.

⁹⁵ DEL NEGRO, Carlos. *Nova Contribuição ao Estudo da Pintura Mineira*, p.20.

⁹⁶ Cf: PASSOS, Zoroastro Vianna. *Em torno da História do Sabará*. BH: Imprensa Oficial, 1942.

atribuído ao pintor Francisco Jorge da Costa, um grande artista lisboeta do período.⁹⁷ O primeiro painel do lado epístola representa Elias, sentado à beira da água corrente, a receber pão de dois pássaros (IRs 17,4). No segundo painel, também do lado epístola, temos Eliseu, de costas para quem o observa, a olhar o manto caindo das mãos de Elias, que está sentado em um carro de fogo puxado por cavalos, em meio a uma profusão de nuvens e labaredas, que cobrem a parte superior da cena.

A outra representação é a que se encontra no forro da sacristia. A obra é atribuída ao pintor marianesse Manoel Ribeiro Rosa, que executou trabalhos para a OTC de Ouro Preto. Adalgisa Arantes Campos assim descreve o forro: “retangular, composto por quatro painéis de formato caprichoso que circulam o medalhão oval com representação de Nossa Senhora do Carmo em glória, coroada por anjos, enquanto entrega o escapulário ao frade inglês São Simão Stock”.⁹⁸ Trata-se de um forro artesoadado, ou seja, um forro com desenho trabalhado entre as molduras que fazem a divisão dos quadros. O painel que representa Elias tem interessante reprodução do meio natural composto por água, terra e a vegetação (ver Figura 2). Além disso, mescla dois momentos da vida do profeta: o primeiro é a passagem de IRs 18,41-45, na qual o profeta vê uma nuvem de chuva que acabaria com a prolongada seca e o segundo é a passagem de IRs 19, 11-12, na qual Deus manifesta-se através de uma leve brisa, justificando dessa forma o triângulo, símbolo da Santíssima Trindade.

Nessa imagem, um arco formado por nuvens, de forma milagrosa, se abre diante do profeta revelando, entre anjos e raios luminosos, um triângulo, uma estrela e o que é mais surpreendente e original, o anagrama de Maria (letras A e M sobrepostas), mostrando claramente que se trata de uma prefiguração da mãe do salvador, uma vez que pela distância temporal o profeta não a conheceria. Desta forma, o conjunto ilumina misticamente Elias como se transmitisse forças para aquele que seria o fundador de uma ordem que espalharia uma fervorosa devoção mariana sobre a Terra. É preciso destacar que o uso da estrela, como elemento figurativo, é constante enquanto uma referência mariana, representando uma jaculatória da Ladainha de Nossa Senhora (no caso, Estrela da Manhã). Contudo, o simbolismo da estrela ganha novos significados entre os carmelitas, mostrando a íntima relação entre São Simão Stock (o fundador histórico) e Nossa Senhora do Carmo, já que o frade inglês terminava sua oração *Flos Carmeli* invocando a Senhora do Carmo como Estrela do Mar (*Stella Maris*). Da mesma forma, a estrela é um dos componentes do brasão da Ordem do Carmo: um monte – alusão ao Monte Carmelo – e três estrelas, que representam a Virgem do Carmo, Elias e Eliseu.

⁹⁷ Sobre os azulejos da OTC de Vila Rica ver: LOPES, Francisco Antônio. *História da Construção da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: SPHAN, 1942; NEVES, Maria Agripina e COTTA, Augusta de Castro. *Do Monte Carmelo a Vila Rica: Aspectos Históricos da Ordem Terceira e Da Igreja do Carmo de Ouro Preto*. Ouro Preto: Edição do Autor, 2011; OLIVEIRA, Myriam A. Ribeiro de e CAMPOS, Adalgisa Arantes. *Barroco e Rococó nas Igrejas de Ouro Preto e Mariana*. Brasília: IPHAN/Programa Monumenta, 2010, p.69.

⁹⁸CAMPOS, Adalgisa Arantes. Contribuição ao estudo da pintura colonial: Manoel Ribeiro Rosa(1758/1808). *Anais XXX Colóquio do Comitê Brasileiro de História da Arte*. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <http://www.cbha.art.br/coloquios/2010/anais/site/pdf/completo2010copia.pdf>.

Na OTC do Serro temos uma pintura parietal encontrada acima das arcadas da capela-mor. São quatro cenas alusivas aos santos da ordem e duas à figuras do Antigo Testamento. No lado esquerdo há uma representação do sacrifício no Monte Carmelo, segundo o relato bíblico de IRs 18, 20-40. Elias aparece vestido com o hábito carmelita e ajoelhado contempla uma coluna de fogo, que descendo do céu consome a vítima em holocausto sobre o altar. Esse sinal anuncia a vitória de Elias sobre os falsos profetas, que em vão clamaram por Baal. A obra é anônima e apresenta características populares, todavia muito harmoniosa com os outros elementos decorativos da capela-mor.⁹⁹

Na OTC de São João Del Rei, temos nas ilhargas da capela-mor uma pintura de cunho acadêmico executada pelo pintor alemão Johnn Georg Grimm, em 1879. A temática é o arrebatamento de Elias, sendo a composição, em tons pastéis, dividida na diagonal em duas grandes áreas: a superior com Elias no carro de fogo e a inferior com Eliseu e a paisagem montanhosa.¹⁰⁰

Por fim, é preciso destacar um interessante caso de devoção popular ao profeta Elias. Trata-se de um ex-voto que se encontra atualmente no Museu Regional de São João Del Rei (ver Figura 3). De acordo com informações do museu, este ex-voto faz parte de um conjunto de nove ex-votos provenientes da OTC desta cidade. Oito deles são dedicados à Nossa Senhora do Carmo e um é dividido entre duas devoções: o profeta Elias e São Francisco Xavier. A pintura anônima representa, em um quarto, três pessoas: a enferma sobre a cama, juntamente com uma acompanhante, e uma mulher em pé, que conforme a legenda¹⁰¹ é a avó da enferma. Na lateral esquerda temos Elias e na direita São Francisco Xavier, ambos envoltos em nuvens. A representação de Elias é a tradicional: homem calvo, com barba, vestindo o hábito carmelita e portando a espada flamejante e a igreja. Percebemos com isso que, apesar de ser uma devoção restrita dos carmelitas, Elias aparece no imaginário popular como um intercessor a Deus. Com efeito, o ex-voto traduz essa relação de proximidade e intimidade entre o devoto e o santo, que num momento de aflição recorre ao auxílio divino através de um intercessor considerado milagroso.

Destarte, concluímos que Elias é uma devoção bem específica do repertório iconográfico carmelitano. Elevado à santidade, Elias tornou-se um exemplo de perfeição cristã e que, em estado de graça, pode interceder junto a Deus. Assim, como forma de lembrar suas virtudes e obediência aos desígnios de Deus, o profeta é representado em lugares de destaque e em momentos de grande fervor espiritual ou mesmo em situações místicas. No compromisso reformado da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Monte do Carmo de Diamantina essa piedosa devoção fica clara, pois no dia do profeta Elias, 20 de julho, todos os terceiros que “confessados e comungados, orando segundo a

⁹⁹ Sobre um breve histórico das OTC do Serro e de Diamantina conferir: *Revista Barroco*, nº.16, Belo Horizonte, 1994.

¹⁰⁰ IPHAN – CDI. IBMI: São João Del Rei – Igreja da OTC

¹⁰¹ São João Del Rei. Museu Regional de São João Del Rei. Ex-voto. Legenda: “Mercê que fez Santo Elias e São Francisco Chavier [sic] a Messias Maria Pantaliona, que se achando deliriada [sic] e sua vó Florianna apegou-se com os ditos santos e a dita neta ficou boa e para memória mandou fazer o presente, anno de 1850”.

intenção do Sumo Pontífice, visitarem a Igreja da Ordem (...) ganharam indulgência plenária”,¹⁰² pois se trata da festividade do “Profeta e Patrono da Ordem”.

Por serem mediadores entre os homens e a divindade, os santos são dignos de especial veneração na Igreja Católica, e nesse aspecto Elias é muito querido pelos carmelitas, pois já sendo um mediador enquanto vivo, muito mais o seria em estado de graça. Não obstante, como frisou Mâle, as ordens regulares (e porque não dizer o homem religioso) ganham força moral apegando-se a tudo o que é antigo, poético e comovedor. Essa força ganha plenitude ao ser representada na Arte, evocando sentimentos, convertendo almas e corações, de modo a louvar o sagrado, proclamando “*audazmente que no hay otras realidades que no sean la del alma*”.¹⁰³

A história de Elias narrada na bíblia não precisa necessariamente conter uma verdade factual para suscitar devoção, pois como pai fundador, os carmelitas o têm como modelo e inspiração espiritual. Da mesma forma, Elias legitima o mito de origem, que na figura de um fundador forja o sentimento de pertencimento de precedência, tão caro à Cultura do Barroco. Os carmelitas, ao remontarem sua origem ainda no Antigo Testamento constroem uma realidade, mesmo que poética, na tentativa de angariar direitos, privilégios e prestígio, numa sociedade hierarquizada,¹⁰⁴ na qual o critério de antiguidade era de suma relevância.

Imagens



¹⁰² COMPROMISSO DA VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO MONTE DO CARMO. Diamantina: Typ. Dop Motta e Companhia, 1907. Disponível em: Arquivo da Arquidiocese de Diamantina. Caixa 393 Bloco B.

¹⁰³ MALE, Émile. *El arte religioso del siglo XII al siglo XVIII*, p.191.

¹⁰⁴ CAMPOS, Adalgisa A e FRANCO, Renato. Aspectos da visão hierárquica no barroco luso-brasileiros: disputas por precedência em confrarias mineiras. *Tempo*, Rio de Janeiro, n17, p.193-216, 2009.

Figura 1. Guarda-mor José Soares de Araújo, 1778. Forro da Nave da OTC. Diamantina, Minas Gerais.



Figura 2. Manoel Ribeiro Rosa, 1805 (Atribuído). Forro da Sacristia da OTC. Ouro Preto, Minas Gerais.

Foto: Silvio Luiz Rocha Vianna de Oliveira



Figura 3. Anônimo, século XIX. Ex-voto do acervo do Museu Regional de São João Del Rei, Minas Gerais.

Foto Adalgisa Arantes Campos e Leandro Gonçalves de Rezende

Outros ultramontanos: os “herdeiros” de D. Viçoso e a reforma Católica no Segundo Reinado

Marcella de Sá Brandão

Bacharel e Licenciada em História pela UFV
marcellasbrandao@hotmail.com

Luciano Conrado Oliveira

Bacharel e Licenciado em História pela UFV
conrado150279@yahoo.com.br

Resumo: Na segunda metade do século XIX, uma parcela da alta hierarquia eclesiástica vivenciou transformações no pensamento e atuação religiosa, que refletiram-se não somente no interior da Igreja, mas pretenderam-se difundir no comportamento e prática Católica da sociedade. No Brasil, esse ideal religioso, denominado ultramontanismo, contou com o pioneirismo de D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana, considerado uma das maiores lideranças desse movimento no país. Personalidades como D. Pedro Maria de Lacerda, D. Luiz Antônio dos Santos, D. João Antônio dos Santos e D. Silvério Gomes Pimenta, foram alunos do prelado de Mariana, no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, e também foram bispos de importância para a História da Igreja daquele período. Dessa forma, nosso objetivo é refletir sobre a atuação daqueles prelados que receberam, de alguma maneira, a influência de D. Viçoso, dando sequência ao projeto reformador na Igreja brasileira.

Palavras-chave: Ultramontanismo, Igreja Católica, Bispos.

Résumé: Dans la seconde moitié du siècle XIX, une partie de l'haute hiérarchie ecclésiastique vécut des changements de la pensée et de l'action religieuse, qui reflète non seulement dans l'Eglise, mais visent à disséminer dans le comportement et pratique Catholique de la société. Au Brésil, cet idéal religieux, appelé ultramontanisme, avait pionnier de D. Antonio Ferreira Viçoso, évêque de la Mariana, considéré comme un grand leaders de ce mouvement dans le pays. Personnalités comme D. Pedro Maria de Lacerda, D. Luiz Antonio dos Santos, D. João Antonio dos Santos et D. Silvério, sont étudiants du prélat de la Mariana, dans le Séminaire de Nossa Senhora da Boa Morte et avait aussi les évêques de l'importance pour l'histoire de l'Église de cette période. Afin, notre objectif est de réfléchir sur le travail de ces prélats qui ont reçu l'influence de D. Viçoso, donnant la séquence du projet de réforme de l'Eglise brésilienne.

Mots clés: Ultramontanisme, Église Catholique, Évêques.

Introdução

Adeptos de um pensamento reformador¹⁰⁵, que apontava tanto para a prática Católica quanto para um tipo determinado de vivência religiosa, os bispos no Brasil, durante o século XIX, discutiram dentre muitos assuntos à sua época, modelos de vivência e conduta social. Além disso, àqueles prelados alinhados ao pensamento ultramontano, lançaram frequentes críticas ao regalismo¹⁰⁶; ao liberalismo

¹⁰⁵Para Riolando Azzí: “A partir do século XIX a Igreja tenta superar o longo período de crise da cristandade mediante o esforço decidido na implantação do modelo eclesial tridentino no país, com a colaboração da Santa Sé. Essa reestruturação eclesiástica, liderada pela hierarquia, é conhecida com o nome de movimento dos bispos reformadores. Uma das metas principais da atuação episcopal era refrear o dinamismo político que a ideologia liberal havia gerado numa parcela significativa do clero.” In: AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992. p. 8.

¹⁰⁶De acordo Amarildo J. de Melo, o regalismo seria uma “doutrina que preconizava a defesa das prerrogativas do Estado em face das pretensões da Igreja. Uma espécie de cesaropapismo moderno, onde o rei se achava no direito de interferir nos assuntos internos da Igreja”. Ver: MELO, Amarildo J. de. *Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875) e sua obra reformadora da Igreja*

anticlerical; a maçonaria e ao cientificismo, filosofias estas que eram contrárias aos princípios da Igreja Romana.

De acordo com David Gueiros Vieira, o termo ultramontanismo foi utilizado “desde o século XI, para descrever cristãos que buscavam a liderança de Roma ou que defendiam o ponto de vista dos papas” (VIEIRA, s/d: 32). Esse autor, afirmou que o termo reapareceu no século XIX, “nos textos de origem liberal para designar uma série de conceitos e atitudes do lado conservador da Igreja Católica” (VIEIRA, s/d: 32), pois o clero estaria levantando oposição a ideologias que consideravam “erradas e perigosas” para o Catolicismo.

O período que pretendemos estudar apresenta claras divergências entre a alta hierarquia eclesiástica com membros da administração civil, sobretudo àqueles ligados ao Partido Liberal. Dessa forma, acreditamos que a figura de D. Viçoso é mencionada em diferentes trabalhos como sendo um importante reformador e defensor da Igreja naquele momento. Embora a Diocese de Mariana, fundada pela bula *Motu proprio – Candor lucis aeternae*, expedida pelo Papa Bento XIV, em 1745, tenha uma história de Bispos fortes em matéria de inserção religiosa nas Minas Gerais¹⁰⁷, entre 1844 a 1875, esta contou com a atuação de D. Antônio Ferreira Viçoso, para uma reforma no clero e na sociedade nos âmbitos educacional, cultural e, principalmente, religioso.

Pretendemos com esse trabalho buscar novas abordagens sobre o ultramontanismo, uma vez que nos deparamos com alguns trabalhos que generalizam o pensamento ultramontano, analisando-o somente à luz dos acontecimentos da Questão Religiosa¹⁰⁸.

Nesse sentido, acreditamos que alguns autores tenderam a analisar a atuação dos ultramontanos de forma unívoca e, algumas vezes, pejorativa. Esses mesmos estudos não perceberam as formas distintas em cada um dos representantes do clero, tomando-os como uma massa hegemônica, conservadora e atrasada, assim como agentes opressores de uma “cultura do povo”. Dessa forma, autores como Riolando Azzi, José Oscar Beozzo, Eduardo Hoornaert, entre outros, percebem a atuação dos Bispos reformadores como sendo uma ala conservadora da Igreja frente ao discurso de progresso e

em Minas Gerais: uma releitura teológico moral. Tese de Doutorado, Roma: Pontificia Universitas Lateranensis (Academia Alphonsiana), 2005. p. 30.

¹⁰⁷Sobre a criação da Diocese de Mariana, ver: TRINDANDE, Conego Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua História*. Vol. 1. Belo Horizonte, 1928. p. 83-109.

¹⁰⁸A chamada Questão Religiosa ocorreu entre os anos de 1872 a 1875, constituindo-se em uma série de conflitos entre os chamados bispos ultramontanos e personalidades da política Imperial. Esse conflito envolveu diretamente os bispos, D. Vital de Olinda e D. Macedo Costa do Grão-Pará. Esses prelados se mostraram inconformados com a inserção de maçons na política do país, bem como nos negócios eclesiásticos, sobretudo no que diz respeito as Irmandades Religiosas, passando a proibir a presença dos membros ligados à maçonaria. O governo entendeu a atitude dos prelados como desobediência a constituição e à autoridade Imperial, dando início a um processo contra os referidos prelados. O processo culminou na prisão dos bispos do Grão-Pará e Olinda, em 1874. De acordo com Karla D. Martins, a Questão Religiosa chamava a atenção para “o problema do beneplácito e do princípio de autoridade, uma vez que as interdições dos bispos do Pará e de Pernambuco nas irmandades dessas dioceses se deviam à aplicação de encíclicas e bula papais contra a Maçonaria, que não haviam recebido o beneplácito régio. Dessa forma, os interditos foram considerados ilegais pelo governo”. Cf. MARTINS, Karla D. “Daí a César o que é de César e a Deus o que é de Deus”: relações entre a Igreja e o Estado no Pará oitocentista. *Revista de História Regional*. 13(2): 70-103, Inverno, 2008. p. 84.

modernização da época. Esses mesmos autores tenderam a ressaltar que o ímpeto para a reforma Católica tinha por base a campanha do clero pela Infalibilidade Papal. Esta foi matéria do Concílio Vaticano I, em 1869/70, com aprovações da maior parte dos presentes àquela reunião¹⁰⁹. Tal Concílio, aos olhos dos estudiosos citados, imprimiu a europeização religiosa no Brasil, eliminando qualquer consciência livre de fé.

Entretanto, autores como Karla D. Martins, Ítalo D. Santirocchi, Gustavo de S. Oliveira, Germano Moreira Campos, e outros, apresentam diferentes perspectivas a respeito do episcopado brasileiro, mostrando que a reforma Católica não foi implementada apenas por determinação de Roma, o que reforça o argumento da multiplicidade das motivações daqueles bispos. Reconhecemos que o desejo de fortalecimento dos Bispos e de suas influências no *corpus ecclesiae*, sem muita interferência do governo, era unânime entre os prelados. Todavia, a atuação e preocupação desses se mostravam distintas, uma vez que as regiões brasileiras apresentavam necessidades e realidades diferentes.

Para Ítalo D. Santirocchi, o projeto reformador da Igreja naquele período vai além da motivação catequética que eliminaria uma dita “religiosidade popular”. Isto é, de acordo com o autor, o termo romanização por muitos anos foi utilizado nos estudos da Igreja no Brasil de forma simplista, sem considerar a complexidade do tema e o momento histórico, não dando conta de explicar o fenômeno da reforma Católica no século XIX (SANTIROCCHI, 2010:31-32). Dessa forma, o movimento reformador da Igreja Católica, que buscou sua própria identidade num momento de autoconsciência, não poderia ser caracterizado simplesmente como repressor de uma dita religiosidade popular.

Sobre essa percepção, a historiografia que consagrou os acontecimentos da Questão Religiosa representou, na concepção de Karla D. Martins, um embate entre dois elementos antagônicos. Ou seja, de um lado teremos os representantes da ala conservadora Católica, que procuravam estabelecer no Brasil os valores da Igreja Romana e, por outro lado, os liberais e maçons que buscavam a modernização do país. Dessa forma, concordamos com a autora quanto ao risco de se fazer uma análise dicotômica desse período, pois assim, não seria perceptível a mudança nas ações e pensamentos daqueles grupos, simplificando o entendimento dos diferentes personagens históricos (MARTINS, 2002:78).

Podemos entender, portanto, que o ultramontanismo no Brasil contou com líderes importantes para a divulgação e defesa desse ideal. Desse modo, as cidades de São Paulo, Mariana, Diamantina, Olinda,

¹⁰⁹O termo da infalibilidade Papal, sessão IV: Primeira Constituição Dogmática sobre a Igreja de Cristo, do *Concílio Vaticano I*, de 18 de Julho de 1870, no capítulo IV, “O Magistério infalível do Romano Pontífice”, diz o seguinte: “[...] com a aprovação do Sagrado Concílio, ensinamos e definimos como dogma divinamente revelado que o Romano Pontífice, quando fala *ex cathedra*, isto é, quando, no desempenho do ministério de pastor e doutor de todos os cristãos, define com sua suprema autoridade apostólica alguma doutrina referente à fé e à moral para toda a Igreja, em virtude da assistência divina prometida a ele na pessoa de São Pedro, goza daquela infalibilidade com a qual Cristo quis munir a sua Igreja quando define alguma doutrina sobre a fé e a moral; e que, portanto, tais declarações do Romano Pontífice são por si mesmas, e não apenas em virtude do consenso da Igreja, irrefutáveis.” Ver: *Concílio Vaticano I*. Disponível em: <http://www.montfort.org.br/index.php?secao=documentos&subsecao=concilios&artigo=vaticano1>.>. Online, 28/09/2011 às 01:52h. Tradução de Frei Guilherme Baraúna, O. F. M., foi feita diretamente do *Enchiridion Symbolorum de Denzinger-Banwart-Umberg* (24ª edição), da qual conservamos também a numeração marginal.

Belém e Rio de Janeiro foram centros de difusão desse projeto, estando à frente desse movimento os respectivos bispos: D. Antônio Joaquim de Melo e D. Antônio Ferreira Viçoso, numa primeira fase e depois, no que podemos chamar segunda etapa, D. João Antônio dos Santos, D. Vital, D. Macedo Costa e D. Lacerda.

Os bispos ultramontanos tentaram colocar em prática uma releitura dos pressupostos do Concílio de Trento, principalmente nos termos relacionados à ortodoxia e educação dos sacerdotes. Assim, os termos do tridentismo estavam presentes no pensamento da alta hierarquia Católica, reagindo contra as teorias modernas do século XIX, cuja maior expressão foi dada pelos documentos pontifícios *Syllabus Errorum* e *Quanta Cura*, formuladas pelo Papa Pio IX, de 1864. Nesses termos, o liberalismo, o socialismo, o comunismo, o protestantismo e a secularização do Estado foram condenados pelos ultramontanos.

Portanto, acreditamos ser inapropriado analisar as ideias e ações do clero brasileiro como reflexos ideológicos de uma elite Católica internacional e nem considerar tais ideias como conservadoras simplesmente. A atuação dos bispos ultramontanos acompanhava as necessidades locais de cada diocese, mostrando, nesse sentido, uma multiplicidade de objetivos e preocupações.

Restauração do Seminário por um clero mais santo: breve análise da reforma Católica de D. Antônio Ferreira Viçoso

Algumas características da atuação de D. Viçoso podem nos permitir entender possíveis influências da educação e instrução desse sacerdote em seus discípulos. Dessa forma, traçar alguns aspectos da trajetória do prelado de Mariana, pontuando o projeto reformador para o clero mineiro, pode nos ajudar na reflexão acerca do modelo de clérigo que em Mariana se formou ou foi idealizado.

Segundo Giovanni Levi, a infinidade de combinações possíveis a partir de “experiências estatisticamente comuns às pessoas de um mesmo grupo determinam assim a infinidade de diferenças singulares e também a conformidade e estilo do grupo” (LEVI, 2006: 174). Portanto, com base em Levi, compreendemos que a análise da biografia de D. Antônio Ferreira Viçoso não seria de uma pessoa singular, mas de um indivíduo que concentraria algumas características de um grupo (LEVI, 2006:175). Por esse motivo, consideramos pertinente fazer uma ligação entre a atuação do prelado de Mariana com o modelo de episcopado desenvolvido pelos seus discípulos. Não consideramos que, aqueles que chamamos de “herdeiros de D. Viçoso” fizeram em suas dioceses tal qual o ideal de seu professor, no entanto, acreditamos que determinadas características desse Bispo poderiam ter servido de inspiração e influência no pensamento do episcopado que no Seminário de Mariana se formou. Além disso, devemos tomar cuidado para não restringir o indivíduo e suas ações à luz de um grupo e contexto histórico, uma

vez que é pertinente entender as complexidades e peculiaridades frente a um pensamento norteador dos ultramontanos.

Pretendemos chamar a atenção à algumas medidas que D. Viçoso tomou logo após sua sagração. Reformar e reativar o Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, na cidade de Mariana, bem como a criação do Colégio Episcopal, que funcionava no mesmo prédio do seminário, além da criação do Colégio Providência para a formação e instrução das moças das famílias mineiras. Trouxe para o Brasil as Filhas da Caridade de São Vicente de Paulo e procurou incentivar a vinda de congregados para a função educacional no Caraça e no Seminário, em Mariana (CALADO, 1987:60-62). Além da reforma na estrutura física dos colégios e seminários, para melhor acomodar os alunos e internos, D. Viçoso apresentava preocupação quanto as regras internas nesses estabelecimentos. Ítalo D. Santirocchi, ao analisar a obra de Raimundo Trindade, menciona a condição em que se encontrada o seminário no período da Sé vaga:

O Seminário em Sé vaga estava de tal jeito que os alunos saíam de noite para as casas de amasias que tinham na cidade, apesar da reclusão em que eram guardados, dormindo com as portas fechadas. (SANTIROCCHI, 2010:228).

No segundo ano de seu episcopado, D. Viçoso concluiu a reforma do prédio e terminou a elaboração do regulamento interno, que de acordo com Santirocchi, seria de “inspiração rigidamente tridentina, composto por 25 regras básicas, resguardando o seminarista do contato com a sociedade externa e eliminando qualquer traço de laxismo ou ocasiões de desvios” (SANTIROCCHI, 2010:229). Sobre as regras de conduta no interior do seminário, Gustavo de Souza Oliveira disse que o estabelecimento de uma rotina mostrava que havia um desejo de que os seminaristas não tivessem tempo ocioso para se ocuparem com atividades que o bispo considerava impuras ou desonestas, como jogos e bebedeira. Dessa forma, o ideal era construir um cotidiano baseado em orações e estudos silenciosos (OLIVEIRA, 2010: 51).

Além disso, os principais pontos, segundo Santirocchi, seriam a realização de exercícios espirituais todo o ano, como a “participação diária à Santa Missa, respeito aos superiores, limitação das amizades particulares, não admissão de ninguém nos dormitórios [alheios], proibição acerca do consumo de bebidas alcoólicas etc” (SANTIROCCHI, 2010:229). Também eram proibições vender ou comprar qualquer artigo sem a autorização do reitor, passar férias com familiares, pecar contra a castidade, até mesmo com palavras. De acordo com Ítalo D. Santirocchi, o descumprimento desta última proibição resultaria na expulsão do seminarista (SANTIROCCHI, 2010:229).

D. Viçoso insistia na santificação do sacerdote para a vida eclesial, que fosse um bom catequista e pregador para com o povo. Para o prelado, os fiéis desejavam “ver o clero exemplar, que os Pastores não

fiquem mudos, mas que tomem a peito a instrução de suas ovelhas [...]”.¹¹⁰ Como recomendações ao sacerdote, o Bispo de Mariana atentava para a pregação e instrução do povo, pois o padre teria a “responsabilidade de dissipar as trevas da ignorância” (CAMELLO, 1986:94). Talvez fosse, por essa inclinação e preocupação, que o Bispo de Mariana investisse tanto no Seminário, na educação dada no Caraça e na formação dos jovens que naquela sociedade viviam.

A preocupação com um clero moral, instruído e santo é apresentada nas diversas biografias a respeito do Bispo¹¹¹. De acordo com Ítalo Santirocchi, D. Viçoso se mostrava escrupuloso em relação às ordenações na Diocese, assim o seu modo de proceder teria dado “ótimos sacerdotes a Igreja e cinco bispos, alguns deles dos mais ilustres de que se ufana a Igreja no Brasil” (SANTIROCCHI, 2010:228). A saber, os bispos referenciados foram: D. José Afonso de Moraes Torres, bispo do Pará; D. Luís Antônio dos Santos, bispo de Ceará; D. João Antônio dos Santos, bispo de Diamantina; D. Pedro Maria Lacerda, bispo do Rio de Janeiro; e D. Silvério Gomes Pimenta, Arcebispo de Mariana. Concordando com Santirocchi, o autor concluiu dizendo que a prudência e escrupulo do prelado de Mariana “levou o Governo a consultá-lo várias vezes antes de nomear um novo bispo, o que acabou influenciando diretamente no futuro de outras dioceses” (SANTIROCCHI, 2010:228).

A partir da discussão feita até o momento, somos levados a entender que a reforma educacional empreendida por D. Viçoso, sobretudo no Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte, bem como as transformações pretendidas na própria sociedade, nos servem como base para refletir sobre possíveis influências do pensamento daqueles bispos que nesse trabalho consideramos os seus “herdeiros”. Por não ser o objetivo desse trabalho, fazer um estudo detalhado de todos os sacerdotes que em Mariana se formou, vamos nos restringir a uma breve apresentação daqueles que encontramos com maior frequência na documentação por nós analisada.

Outros ultramontanos: os “herdeiros” de D. Viçoso

¹¹⁰AEAM, Armário DOM VIÇOSO, Pasta Cartas Pastorais, Mariana, 26 de Maio de 1856. In: CAMELLO, Maurílio J. O. *Dom Antonio Ferreira Viçoso e a Reforma do Clero em Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado (USP), São Paulo, 1986, p. 288.

¹¹¹Sobre as biografias e estudos sobre D. Viçoso e seu bispado, ver: CAMELLO, Maurílio J. de Oliveira. *Dom Antonio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado. Vol. 1 e 2. USP, São Paulo: SP, 1986; CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *Viçosa honra Dom Viçoso*. Viçosa: JARD, 1997; CALADO, Mariano. *D. Antônio Ferreira Viçoso: Bispo de Mariana*. 2ª Ed. s.l.: Torreana, 2009; PIMENTA, Pe. Silvério Gomes. *D. Antonio Ferreira Viçoso: Bispo de Marianna, Conde da Conceição*. 3ª Ed. Marianna: Typographia Archiepiscopal, 1920; SILVA NETO, Belchior J. da. *Dom Viçoso, apóstolo de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1965; TRINDADE, Raymundo. *Arquidiocese de Marianna: subsídios para uma história*. vol 1, São Paulo: s.n., 1928; OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875)*. Dissertação de Mestrado, Campinas (SP): UNICAMP, 2010; MELO, Amarildo J. de. *Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875) e sua obra reformadora da Igreja em Minas Gerais: uma releitura teológico moral*. Tese de Doutorado, Roma: Pontificia Universitas Lateranensis (Academia Alphoniana), 2005. Contamos também com outros autores e pesquisadores sobre o tema em questão e sobre.

As ações do prelado de Mariana com vistas à moralização e formação de um clero atuante acabaram por promover a formação de alguns bispos brasileiros, como dito anteriormente, nos moldes do ultramontanismo, sendo responsáveis pela continuidade e propagação da reforma Católica. Segundo Alípio Casali, uma das preocupações dos reformadores era a mudança do perfil de sacerdotes. Para esse autor, “uma ampla reforma dos Seminários deveria ter como efeito a formação de um novo perfil de sacerdote: sábio, disciplinado, celibatário, trabalhador. Este perfil fora traçado pelo modelo de espiritualidade francesa vigente no reformado Seminário de S. Sulpício” (CASALI,1995:61).

Para Belchior J. Silva Neto, um dos biógrafos de D. Antônio Ferreira Viçoso, três “raízes” podem ser destacados como parte de uma “gigante árvore” iniciada pelo prelado de Mariana, que foram “João Antônio dos Santos, Luiz Antônio dos Santos e Pedro Maria de Lacerda. Três Seminaristas, três nomes que perfazem uma coroa de apostolado e santidade na frente da Santa Igreja em nossa Pátria” (SILVA NETO, 1965:78).

A respeito da formação dos seminaristas e preocupação com os mesmos, em carta ao padre José Tomás Moreira de Souza, D. Viçoso demonstra sua preocupação com a formação dos seminaristas da Diocese que foram estudar na Europa:

O Padre Luís Antônio dos Santos, com João Antônio dos Santos, que hoje são Cônegos de Mariana, com Pedro Lacerda do Rio, com Honório Armondes, filho de Marcelino Armondes de Barbacena, esses todos embarcaram para a França com nosso Padre Cunha. Chegaram à França felizmente e os primeiros quatro partiram de Paris a 29 de junho para Roma a formar-se em ciências eclesiásticas.¹¹²

O trecho acima corrobora com as palavras de Belchior J. Silva Neto, quando este cita a presença de três nomes e as respectivas dioceses brasileiras que dirigiram: D. Pedro Maria de Lacerda, que se tornou Bispo da Diocese do Rio de Janeiro, D. João Antônio dos Santos, que se tornou Bispo em Diamantina e D. Luiz Antônio dos Santos, que se tornou Bispo do Ceará.

Alípio Casali destaca o êxito do Bispo de Mariana ao enviar esses seminaristas à Roma. Segundo Casali, “em sua estratégia de enviar para estudarem em Roma seus melhores candidatos ao clero: três deles foram em pouco tempo designados bispos para as importantes dioceses do Rio, Diamantina e Ceará” (CASALI, 1995:64).

No caso de D. Pedro Maria de Lacerda, então bispo do Rio de Janeiro, de acordo com Germano Moreira Campos, além de ter sido discípulo de D. Viçoso, o Bispo Metropolitano “participou do Concílio Vaticano I, juntamente com Dom Macedo Costa. Organizou o seminário maior com o curso de Teologia e criou o seminário menor. Iniciou o movimento dos bispos contra a Maçonaria” (CAMPOS, 2010:122-123). Sobre a participação de D. Lacerda no Concílio Vaticano I, sabemos que este foi a

¹¹² D. VIÇOSO. CARTA ao Padre José Tomás Moreira de Souza. 13/11/1848. A S C, “*Cartas e Bilbetinhos de Dom Viçoso*”, p. 7.

pedido do Bispo de Mariana, como seu procurador, como mostra um noticiário do jornal da Província do Rio de Janeiro, *O Apostolo*:

CONCILIO ECUMENICO. – Comunicamos aos nossos leitores, autorizados por pessoa fidedigna, que a avançada idade de 84 anos e suas moléstias foram as cousas que impediram ao venerando Bispo de Marianna, o Exm. e Revm. Sr. Conde da Conceição, de ir tomar parte no Concilio, que se reuniu na Basílica do Vaticano no dia da Immaculada Conceição de Maria, e que S. Ex. Revms. Nomeou para representa-lo, como seu procurador, ao nosso muito digno Prelado o Exm. e Revm. Sr. D. Pedro Maria de Lacerda.¹¹³

A respeito das visitas pastorais o bispo da diocese do Rio de Janeiro deu muita ênfase, seguindo o exemplo de seu professor e amigo, como forma de levar ao povo as orientações e determinações da Igreja Católica. Em carta pastoral publicada no jornal *O Bom Ladrão* de 10 de fevereiro de 1875, D. Lacerda trata da importância das visitas episcopais:

Nada d'antemão promettemos fazer, amados Filhos, e felizes seremos se fizermos quanto nos for possível. Certo porém é que o plano que o Bispo deve ter ante os olhos acha-se no Pontifical Romano, e resumidamente foi traçado pelos Padres Tridentinos, quando na Sessão 24 de Reform. C. 3 disserão: “O scopo principal das visitas Episcopaes he implantar doutrina sã e orthodoxa, expellidas as heresias; defender os bons costumes; corrigir os máos; inflamar o povo por meio de exhortações e admoestações à pratica da Religião, paz e innocencia.”¹¹⁴

Outros pontos podem ser evidenciados, como as ações contra a Maçonaria, que foi um traço marcante da atuação de D. Lacerda. Riolando Azzi destaca como ponto concreto de abertura da discordância entre a Igreja Católica e o Governo Imperial a suspensão do padre maçom, Almeida Martins, pelo bispo D. Pedro Maria de Lacerda (AZZI, 1992:338), fato considerado o estopim que deu início à Questão Religiosa. Em carta de 25 de maio de 1872, D. Viçoso destaca sua estreita relação com D. Lacerda e demonstra sua preocupação com os ataques recebidos pelo bispo Metropolitano, em virtude da condenação do referido padre maçom:

Agora me dizem que V. Exa. castigou com as penas da Igreja um Sacerdote maçom e que isto exacerbou as lojas que têm perseguido pela imprensa a V. Exa. quanto podem e imprimiram uma apologia da seita maçônica, reproduzindo nela quanto nos tempos passados se tem dito contra os Papas e Jesuítas etc. sem contudo reproduzirem as respostas peremptórias com que se lhes tem tapado a boca como é costume desses Senhores nossos adversários. Tenho pena de o ver tão mal tratado, eu que o conheço desde criança, como meu familiar em minhas visitas Pastorais por muitos anos, e que V. Exa. seja alvo de tão injusta guerra tendo sido sempre estimado e honrado por este povo Marianense.¹¹⁵

¹¹³CONCILIO ECUMENICO. *O Apostolo*, nº 1, Secção: Noticiario, Ano: V, 02/01/1870. p. 8 / c. 3.

¹¹⁴ *O Bom Ladrão*. Mariana. 10/02/1875. p.2 c.1.

¹¹⁵ D. VIÇOSO. Carta a D. Pedro Maria de Lacerda, bispo do Rio de Janeiro. 25/05/1872. A E A M, Arm.-Arq. n. 3, 1a. Gaveta, Pasta n. 16.

Outro importante membro do clero a ser destacado neste trabalho é o bispo D. João Antônio dos Santos, que teve sua formação no Seminário de Mariana, sendo o primeiro sacerdote ordenado por D. Viçoso, em 12 de janeiro de 1845. De acordo com Raymundo Trindade, antes de tornar-se prelado em Diamantina - MG, D. João foi reitor e professor do Seminário da Boa Morte (TRINDADE, 1929:719).

Para Ítalo D. Santirocchi, o bispo de Diamantina preocupou-se com a formação de um novo modelo de sacerdotes com a criação do Seminário do Sagrado Coração de Jesus, em 1867, que foi deixado, assim como no Seminário de Mariana, aos cuidados padres lazaristas. De acordo com o autor, “durante os quinze anos que o dirigiram possibilitaram a ordenação de cinquenta novos sacerdotes, ao tempo em que o clero do velho modelo perdia completamente a visibilidade” (SANTIROCCHI, 2010:254).

Em carta de 27 de fevereiro de 1870, o Bispo de Mariana escreveu a D. João Antônio dos Santos enviando mensagem de ânimo para que continuasse suas obras.¹¹⁶ Além da criação do Seminário supracitado, D. João preocupou-se com a ocupação da mão-de-obra feminina. Segundo Santirocchi, “com o objetivo de proporcionar trabalho para as moças da região, D. João Antônio dos Santos criou, junto com seus irmãos, Dr. Joaquim Felício dos Santos e Dr. Antônio Felício dos Santos, a Fábrica de Tecidos do Biribiri, em 6 de janeiro de 1876” (SANTIROCCHI, 2010:254). Sobre sua atuação na Diocese de Diamantina, não podemos deixar de destacar veemente preocupação com a libertação dos escravos, ponto mencionado nos textos de José Geraldo Vidigal de Carvalho e Ítalo D. Santirocchi¹¹⁷. De acordo com Santirocchi, D. João: “Aderiu ao abolicionismo, fundando, em 17 de julho de 1870, a ‘Sociedade de Nossa Senhora das Mercês’ para a libertação dos escravos” (SANTIROCCHI, 2010:254).

Brevemente, vamos mencionar a figura de D. Luís Antônio dos Santos, bispo do Ceará. Este procurou reformar o clero, como também fez na diocese de Mariana D. Viçoso. Germano Moreira Campos apresenta-nos as ações de D. Luís que, segundo o autor, “entre as suas prioridades estava a moralização do clero. Criou um educandário para as meninas. Insistia nas visitas pastorais como forma do Bispo acompanhar de perto as ações do clero nas paróquias” (CAMPOS, 2010:121-122). Entendemos assim, a partir das concepções desse autor, que o bispo do Ceará procurou seguir os passos de D. Viçoso.

Para finalizar, vamos mencionar o primeiro Arcebispo de Mariana, D. Silvério Gomes Pimenta, que foi biógrafo e afilhado do Bispo de Mariana e que consideramos ser também um “herdeiro” do pensamento de D. Viçoso, mesmo tendo assumido a Diocese mineira já no final do oitocentos. Em carta ao Cônego João Gonçalves de Oliveira Ribeiro, Vigário da Vara de Barbacena, o prelado lazarista fez uma série de elogios a Silvério G. Pimenta, dizendo:

¹¹⁶ D. VIÇOSO. Carta a D. João Antônio dos Santos, Bispo de Diamantina. 27/02/1870. A M D D, Documentos Interessantes, Seção Terceira, Estante 15, Gaveta 78, n. 46: “*Cartas de Dom Antônio Ferreira Viçoso*.”

¹¹⁷ Ver: CARVALHO, José Geraldo Vidigal de. *Viçosa honra Dom Viçoso*. Viçosa: JARD, 1997.

Este sacerdote, no meu conceito, é um moço de mais talento e boas qualidades dos que, há muitos anos, tem aparecido em nosso Seminário. [...] Ocupa-se no magistério do nosso seminário de Mariana em qualquer matéria que for necessário.¹¹⁸

Os estudos sobre D. Viçoso frequentemente o apresentam como promotor da educação, aspecto marcante em seu projeto reformador. Não obstante, D. Silvério G. Pimenta mostrou-se preocupado com a educação da mocidade, sobretudo porque em sua época, a relação a Igreja e o Estado estava cada vez se distanciando, sobretudo nos termos da educação. Em carta enviada ao jornal *A Imprensa*, do Rio de Janeiro, o arcebispo de Mariana disse o seguinte a respeito da situação do Catolicismo naquele momento:

Tive hoje a satisfação de receber a carta de V. S. de 9 do corrente mez, na qual deseja conhecer o meu conceito sobre a religião catholica no Brasil, no actual regimen político. Por minhas longa ausências em diuturnas viagens, não tenho podido acompanhar as respostas dadas pelos distinctissimos prelados aos quesitos com que agora me honra V. S. na qualidade de redactor da *A Imprensa*, sobre os quaes direi o que penso. A religião Catholica actualmente prospera no Brasil. O numero augmentado de missionários, os collegios catholicos freqüentados, o ensino de catechismo propagado, o zelo de muitos sacerdotes que trabalham animosamente, o numero de bispados mais que triplicado em vinte anos [...]. O ensino leigo, isto é, ensino que exclue a Idéa de Deus e toda noção religiosa, é uma calamidade [...]. O ensino religioso, posto que muito melhorado, ainda é muito deficiente entre nós¹¹⁹.

Esse trecho nos permite contato com fragmentos do pensamento de D. Silvério e sua preocupação com uma educação cristã Católica. Sobre esse ponto, o Arcebispo envia um *Memorandum ao Congresso Mineiro* falando a respeito do desejo de aplicar as escolas para educação e instrução moral aos moldes do Catolicismo. Nesse documento, fica aparente o desejo de “abrir em varios pontos da diocese de Marianna Collegios – Asylos em beneficio principalmente da mocidade pobre”¹²⁰.

Pela sua proximidade com D. Viçoso e pela atuação episcopal que desenvolveu em Mariana, acreditamos que D. Silvério tenha sido um dos “herdeiros” mais expoentes do pensamento do prelado lazarista. Na concepção de Maurílio J. O. Camello,

D. Silvério Gomes Pimenta, pode ser considerado, a justo título, a realização mais bem sucedida dos ideais de reforma clerical promovida por Dom Viçoso. [...] D. Silvério percorreu sistematicamente em visita pastoral todo o território da diocese. Dessas visitas deixou relatos pormenorizados e, embora não

¹¹⁸ D. VIÇOSO. Carta enviada ao Cônego João Gonçalves de Oliveira Ribeiro, Vigário da Vara de Barbacena. 27/06/1863. Processo de Beatificação, v. III, fl. 847.

¹¹⁹ Carta enviada por D. Silvério ao jornal *A Imprensa*, do Rio de Janeiro. s/d. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Arquivo 4 – Gaveta 1 – Pasta 2 – PASTORAIS de D. Silvério Gomes Pimenta.

¹²⁰ *Memorandum ao Congresso Mineiro*, Mariana, 15 de abril de 1895. Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana, Arquivo 4 – Gaveta 1 – Pasta 2.

se possa dizer que nelas inovou, é certo que procedia com mais método e planejamento que seu modelo, o bispo lazarista” (CAMELLO, 1986:468-469).

Portanto, o presente artigo buscou refletir acerca do ultramontanismo no Brasil Imperial, analisando alguns sacerdotes que mantiveram contato com D. Antônio Ferreira Viçoso, bispo de Mariana. Como dito anteriormente, não pretendemos com esse trabalho sugerir que D. Viçoso tenha sido o único prelado de expressão no Brasil do Segundo Reinado e nem mesmo dizer que os sacerdotes que se formaram em Mariana fizeram de suas dioceses o modelo dos ideais do prelado lazarista. No entanto, a partir da documentação analisada e da bibliografia citada, acreditamos que os ideais de alguma maneira influenciaram os sacerdotes que saíram do Seminário de Nossa Senhora da Boa Morte em Mariana. Aqueles que chamamos de “herdeiros” em algum aspecto podem ter seguido o exemplo do professor e Bispo de Mariana, D. Antônio Ferreira Viçoso.

Referência Bibliográfica

AZZI, Riolando. *O altar unido ao trono: um projeto conservador*. São Paulo: Edições Paulinas, 1992.

CALADO, Mariano. *D. Antonio Ferreira Viçoso*. Bispo de Mariana. Portugal, 1987.

CAMELLO, Maurílio J. de Oliveira. *Dom Antonio Ferreira Viçoso e a reforma do clero em Minas Gerais no século XIX*. Tese de Doutorado. São Paulo (SP): USP, 1986.

CAMPOS, Germano Moreira. *Ultramontanismo na diocese de Mariana: o governo de D. Antônio Ferreira Viçoso (1844-1875)*. Dissertação de Mestrado. Mariana, MG: UFOP, 2010.

CASALI, Alípio. *Elite Intelectual e Restauração da Igreja*. Petrópolis: Vozes, 1995.

LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Usos e abusos da história oral*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 167-182.

MARTINS, Karla D. *Civilização Católica: D. Macedo Costa e o desenvolvimento da Amazônia na segunda metade do século XIX*. *Revista de História Regional*. 7(1): 73-103, verão, 2002. p. 73-103.

MELO, Amarildo J. de. *Dom Antônio Ferreira Viçoso (1787-1875) e sua obra reformadora da Igreja em Minas Gerais: uma releitura teológico moral*. Tese de Doutorado, Roma: Pontificia Universitas Lateranensis (Academia Alphoniana), 2005.

OLIVEIRA, Gustavo de Souza. *Entre o rígido e o flexível: D. Antônio Ferreira Viçoso e a reforma do clero mineiro (1844-1875)*. Dissertação de Mestrado, Campinas (SP): UNICAMP, 2010.

SANTIROCCHI, Ítalo D. *Os ultramontanos no Brasil e o regalismo do Segundo Império (1840-1889)*. Tese de Doutorado. Roma: Pontificia Universidade Gregoriana, 2010.

_____. Uma questão de revisão de conceitos: romanização – ultramontanismo – reforma. *Temporalidades*. vol. 2, nº 2, Ago/Dez de 2010. p. 24-33.

SILVA NETO, Belchior J. da. *Dom Viçoso, apóstolo de Minas*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1965.

TRINDADE, Raymundo. *Arquidiocese de Mariana: subsídios para a sua história*. Vol. I e II. São Paulo: Escolas Profissionais do Lyceu Coração de Jesus. 1929.

VIEIRA, David Gueiros. *O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil*. 2ª edição, Brasília: editora da UNB. s/d.

*Negros do Rosário: devoção e difusão do culto à Virgem do Rosário em irmandades de homens de cor na América portuguesa*¹²¹

Márcia Cristina Pires

Mestranda em História pela UNIRIO

marcia_ufrj@hotmail.com

Resumo: Este artigo tem como objeto a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos homens pretos da cidade do Rio de Janeiro que fora fundada no contexto da expansão do catolicismo na América portuguesa, na primeira parte do século XVII, com a finalidade de inserir os homens de cor na religião do colonizador. No entanto, para além da difusão do culto católico, as irmandades de homens pretos, de modo geral, serviram para integrar esses indivíduos socialmente e, sobretudo, atender às suas necessidades e aos seus interesses no contexto escravista que os excluía. Assim, numa perspectiva comparativa, buscaremos identificar a expansão da devoção à Senhora do Rosário em outras irmandades da mesma invocação na América portuguesa com o objetivo específico de demonstrar a importância das mesmas no cenário social das capitânicas escravistas. Por fim, retornaremos ao nosso objeto, de modo a identificar o início da irmandade, a etnia dominante enquanto articuladora da agremiação, a origem e a condição social dos irmãos associados. Nosso intuito principal é compreender o prestígio social e econômico alcançados pelos irmãos pretos do Rosário a partir da história da irmandade.

Palavras-chave: irmandades de pretos, devoção ao rosário, etnicidade

Abstract: This article is about the Brotherhood of Our Lady of the Rosary of black men in the city of Rio de Janeiro which was founded in the context of the expansion of Catholicism in Portuguese America in the first part of the seventeenth century, in order to enter the men of color religion of the colonizer. However, in addition to the dissemination of Catholic worship, the brotherhoods of black men in general, served to integrate these individuals socially and, above all, meet your needs and interests in the context of slavery that excluded them. Thus, a comparative perspective, seek to identify the spread of devotion to Our Lady of the Rosary in the same invocation of other brotherhoods in Portuguese America with the specific aim to demonstrate their importance in the social setting of the captaincy slave. Finally, we return to our subject, in order to identify the start of the fellowship, the dominant ethnic group as organizer of the club, origin and social status associated with the brothers. Our aim is to understand the social prestige and economic achievements by black brothers of the Rosary from the history of the brotherhood.

Keywords: black brotherhoods, devotion to the rosary, ethnicity

¹²¹ Este texto tem como referência principal o projeto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro intitulado Negros do Rosário: religiosidade, sociabilidade e escravidão no Rio de Janeiro – século XVIII.

Este texto é parte da pesquisa, ainda em fase inicial, sobre a Irmandade do Rosário da cidade do Rio de Janeiro que tem como objetivo principal explicitar o surgimento da mesma e do seu templo no contexto do século XVII, assim como, identificar as principais etnias associadas e as lideranças dentro do grupo. A Irmandade do Rosário foi criada no ano de 1639 e seu estatuto aprovado em 1669, mas foi durante o Setecentos que a confraria tornou-se a mais promissora entre os homens de cor, fossem estes escravos ou forros. Assim a pesquisa tem como foco a sociedade escravista de meados do século XVII e durante todo o século XVIII, período no qual, a Irmandade do Rosário do Rio de Janeiro surgiu e consolidou-se no cenário urbano e escravista da referida cidade que possuía uma grande importância social e econômica no contexto da América portuguesa.

A Irmandade do Rosário merece um destaque especial dentre outras confrarias de pretos, pois foi a mais popular entre os homens de cor no contexto fluminense, talvez por aceitar em seu interior indivíduos escravos, forros e livres de qualquer origem étnica ou procedência, embora os cargos de maior importância ficassem a cargo dos grupos denominados angolas e dos crioulos. Os irmãos do Rosário também foram os primeiros a construir seu próprio templo, em 1700 teve início a edificação da igreja num terreno situado na rua Pedro da Costa, Freguesia do Santíssimo Sacramento, hoje Uruguaiana, estando acabada para receber os irmãos no ano de 1725 (FERREIRA, 1947: 159-161). Este fato demonstra poder e prestígio da referida irmandade na esfera social e econômica da capitania do Rio de Janeiro.

Outro ponto importante a ser ressaltado nesta pesquisa é a origem étnica ou procedência dos irmãos do Rosário vinculados à irmandade. Pesquisas sobre várias irmandades do Rosário em outros pontos da América portuguesa demonstram que a maioria dos irmãos que compunham a referida irmandade como também ocupavam os principais cargos de liderança eram os do grupo denominado angola. Em *A vida dos escravos no Rio de Janeiro*, a autora constata que a maioria dos escravos do Rio de Janeiro era importada do Centro-Oeste africano, por isso a “africanidade central” da população escrava é fundamental para a compreensão de todo o processo de mudança cultural na cidade (KARASCH, 2000: 36). Segundo ainda a mesma, “tão numerosos no Rio quanto os congos e cabindas, se não mais, eram os angolas, que compunham muitas vezes um terço das amostras étnicas”. No contexto do tráfico o termo “nação angola” referia-se geralmente aos cativos vindos da região central controlada pelos portugueses da Angola, sobretudo Luanda, mas também do seu interior como do vale do rio Cuanza e da região entre esse rio e Caçanje. Mesmo assim, vindos de uma área mais restrita que a dos congos, os angolas compreendiam numerosos grupos étnicos (KARASCH, 2000: 55).

As Irmandades do Rosário foram muito populares em todo Império Ultramarino. Assim como no Reino, também na América portuguesa e na África ocidental elas estavam associadas aos homens de cor. No entanto, as razões para escolha da Senhora do Rosário como protetora dos pretos é algo ainda a ser

precisado. Sabe-se que seu culto tornou-se popular com a batalha de Lepanto e sua fama, bem como a recitação do terço, foram intensamente divulgadas pelos dominicanos. Divulgada a devoção do Rosário na Península Ibérica, logo foi tida como protetora de inúmeros grupos¹²² e, paralelamente, surgiram irmandades dessa invocação e se tornaram tão numerosas que apenas poucas outras como as do Santíssimo Sacramento, das Almas, alcançaram popularidade maior. Julita Scarano em *Devoção e escravidão*, afirma que “desde os séculos XV e XVI era sob essa invocação que em Portugal se congregavam os homens de cor”. A autora diz ter a impressão de que a Irmandades de Nossa Senhora dos pretos surgiu em Portugal de uma transformação gradativa, nascendo realmente nas irmandades de brancos que já tinham a mesma invocação (SCARANO, 1975: 38-40).

Na América portuguesa, a Irmandade do Rosário foi trazida principalmente pelos jesuítas e é mesmo possível que tenha vindo como confrades saídos de Portugal, empenhados em introduzir essa piedade nos lugares que procuravam. Aqui, a Irmandade do Rosário foi absorvida pelos pretos e por isso teve poucos grupos brancos com essa devoção. Em sua análise, Scarano prioriza a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Distrito Diamantino buscando compreender como uma invocação própria de negros pôde alcançar tanto prestígio e poder no cenário do distrito analisado, tão marcado pela intervenção metropolitana portuguesa, ao mesmo tempo, que permitiu a integração do homem de cor no contexto do Setecentos mineiro (SCARANO, 1975: 48).

Ainda segundo a referida autora, os membros da Irmandade do Rosário do Distrito Diamantino pertenciam praticamente a todas as nações africanas que forneceram contingentes para o Brasil. À região das Minas dirigiram-se escravos dos grupos mais diversos, uma vez que vinham também de outros territórios do país, isso nos dá uma amostra complexa da população negra em Minas Gerais no século XVIII. Verificando listas de membros da irmandade, a autora constatou que os da costa da mina eram os mais numerosos, isto é, aqueles pertencentes ao grupo linguístico ioruba (gegês ou nagôs). Logo abaixo desses, encontravam-se os que se chamavam benguelas e os nagôs do mesmo grupo linguístico dos minas. Por fim, vinham os angolas, que não podemos esquecer, era acima de tudo, um entreposto de escravos de diversas procedências. (SCARANO, 1975: 107-108)

Em *Devoção Branca de Homens Negros*, Célia Borges utilizando um universo de fontes um tanto quanto variadas a respeito das várias Irmandades do Rosário em Minas Gerais, realiza um mapeamento destas de modo comparativo, especificando sua análise sobre aquelas que tiveram maior importância no cenário social mineiro. Ressalta a autora que ao se falar das irmandades em geral, é preciso prestar atenção às diferenças existentes entre as próprias Irmandades do Rosário. As irmandades adquiriram especificidades em função do meio em que se inseriram. Algumas conseguiram maiores recursos do que outras. Outras diferenças se acrescentam, como a distribuição do poder entre os cargos da mesa diretora, pois o topo da

¹²² Julita Scarano também cita como devotos da Senhora do Rosário homens do mar da cidade de Porto que a consideravam milagrosa.

hierarquia era por vezes ocupado pelo rei da confraria ou pelos juizes; entre estes nem sempre havia consenso sobre o papel exercido por cada um na organização. Aos irmãos da mesa conferiam-se alguns privilégios, consoante o cargo que desempenhassem. Reis e juizes, por exemplo, desfrutavam do direito de ser enterrados na Igreja junto ao altar. Em ordem decrescente, na hierarquia, vinham os cargos de tesoureiro e escrivão. O procurador e os irmãos da mesa vinham logo abaixo em termos de importância, intermediando a mesa e os demais irmãos (BORGES, 1998: 90-92).

Analisando a diversidade étnica nas confrarias do Rosário mineiras, Borges, em concordância com Scarano, diz que a composição social das irmandades era proporcional à população negra de Minas. A princípio os escravos africanos constituíram como maioria, sendo os sudaneses numericamente superiores. Todavia, em fins do século XVIII os crioulos começaram a suplantam os africanos nas confrarias do Rosário de São João Del Rei, Mariana, Alto da Cruz, o que parece ter sido tendência geral entre as irmandades desta devoção. Nas irmandades do Rosário a porcentagem dos grupos africanos decresceu acompanhando as curvas estatísticas da região, em função da decadência da mineração, por isso pode-se afirmar que os grupos que se detectam nos livros das irmandades são representativos da população negra das cidades mineiras.

Acrescenta que os livros de ingresso das irmandades de Vila Rica não fazem referência às nações, mas a autora acredita que teria ocorrido algo de muito semelhante em Mariana. Nesta vila, os negros minas e courana foram maioria até o início da década de 1760. A quase totalidade dos irmãos era de condição escrava, havendo em razão desse fato, pouquíssimos homens brancos na irmandade. Em São João Del Rei a composição social era também diversa. Analisando o histórico dessa irmandade em todo o século XVIII, observamos que houve uma distribuição mais ou menos equitativa entre bantos e sudaneses. Entre os primeiros foram maioria os benguelas e angolas, e no segundo, os minas (BORGES, 1998: 147-148).

Seguindo esta linha de análise, agora para o cenário baiano, inserimos *A morte é uma festa* de João José Reis, que em capítulo específico sobre as irmandades, aponta para as principais confrarias de negros existentes na Bahia Oitocentista. Segundo ele, quase todas as igrejas matrizes da Bahia (templo sede da freguesia) possuíam irmandades do Santíssimo Sacramento e do Rosário. As irmandades, de modo geral, tinham a função implícita de representar socialmente, se não politicamente, os diversos grupos sociais e ocupacionais da Bahia, mas o critério que mais frequentemente regulava a entrada de membros nas confrarias não era ocupacional ou econômico, mas étnico-racial. As irmandades de africanos se subdividiam de acordo com as etnias de origem, havendo de angolanos, jejes e nagôs. Em Salvador, os angolas se acomodavam em muitas irmandades, tendo sido provavelmente os primeiros a criar confrarias, pois foram os primeiros africanos a serem trazidos em grande número para a Bahia (REIS, ano: 53-55).

Na Bahia, ao contrário da mais resistente divisão baseada na cor da pele, o particularismo étnico entre os pretos foi paulatinamente declinando, não sem dificuldades e ajustes. Neste contexto, as alianças entre angolas e crioulos foram comuns. A importante Irmandade do Rosário das Portas do Carmo, fundada em 1685 provavelmente por negros de Angola, já contava com crioulos, jejes e outras etnias africanas entre seus membros na virada do século XIX. Os jejes constituíam, inclusive a maioria dos que entravam nesse período, mas nem por isso os angolas e os crioulos, mais velhos na confraria, deixaram de monopolizar a mesa diretora. Apesar de africanos, os angolas privilegiavam as relações com negros nascidos no Brasil e não com os recém-chegados jejes. A investigação da origem étnica dos membros de irmandades de cor revela interessantes estratégias de alianças, ao lado de fortes hostilidades étnicas. Se, por exemplo, os angolas, em detrimento dos jejes, preferiram aliar-se aos crioulos no Rosário do Pelourinho, na Irmandade do Rosário da Rua de João Pereira, os benguelas, vindos da região sul de Angola, dividiam com os jejes os cargos de sua mesa diretora em 1784 (REIS, 1995: 56).

Ainda para o cenário baiano inserimos *Os Rosários dos Angolas* de Lucilene Reginaldo que aponta para as principais irmandades do Rosário existentes na cidade de Salvador e seu Recôncavo todas elas, segundo a autora, ligadas à liderança dos angolas. Embora o foco da autora seja a Irmandade do Rosário das Portas do Carmo, ela identifica em sua pesquisa, para o contexto do século XVIII, cerca de dezessete irmandades dedicadas ao culto do Rosário no arcebispado da Bahia. Segundo a mesma, “possivelmente existiram outras mais, entretanto, nem todas tiveram preservados os testemunhos de sua atuação” aqui faz um ressalva para as limitações impostas pelas fontes. A autora ressalta que dentre todas as irmandades do Rosário apontadas nove privilegiavam angolas e crioulos nos cargos de direção, no entanto, isso não se tratava de uma medida de exclusão de outros grupos, mas da garantia de privilégios, sobretudo na definição dos cargos mais importantes. Este interessante fenômeno, segundo a mesma, não esteve circunscrito à cidade de Salvador, mas foi comum e corrente em toda a capitania (REGINALDO, 2011: 167-173).

Marcelo Mac Cord em *O Rosário dos homens pretos de Santo Antônio* identifica alianças e conflitos entre os irmãos do Rosário no contexto do Recife imperial, o que nos é de grande importância no intuito de atestarmos a popularidade da devoção em outras capitanias escravistas. Segundo o autor, a fundação da Igreja do Rosário de Santo Antônio ocorrera em um momento posterior da história da irmandade, pois com base em suas fontes de pesquisa já em 1686 a mesma estava construída e funcionando o culto religioso, quando que estudiosos apontam que a Irmandade surgiu no ano de 1654, ocupando altares colaterais de igrejas de outros oragos, assim como ocorreu praticamente em todas as capitanias escravistas onde tais irmandades foram populares. Apesar de ser uma irmandade de homens pretos, a admissão de confrades não se apresentara muito restritiva, conforme o Compromisso de 1870, quanto à procedência étnica ou racial dos seus pretendentes. No entanto, no compromisso do século anterior

datado 1758, a situação era diferente, pois nesse se definiria preferencialmente a entrada de dois grupos de africanos na irmandade: os angolas e os da costa da mina (MAC CORD, 2001: 50-53).

Entretanto, apesar da visibilidade das identidades étnicas ocorrer na referida confraria desde o século XVII, Mac Cord ressalta que estas foram forjadas, apropriadas e transformadas em cada conjuntura histórica. Em Pernambuco, mais que em termos étnicos, os escravos podiam ser definidos, basicamente, como grupos de procedência, em função dos portos ligados ao tráfico centro-oriental africano. Segundo ele, “os etnônimos que indicam nações como congo e angola, por exemplo, majoritários no fornecimento de braços naquela Província, foram cunhados num dado contexto histórico e não representaram uma identidade étnica essencialmente africana” (MAC CORD, 2001: 126). Dessa forma, apesar das denominações, congo e angola, não darem conta da diversidade étnica e cultural existentes no âmbito destas nações, elas alinhavam algumas características relativamente comuns entre os grupos étnicos que as compuseram.

Explicitado os principais aspectos organizacionais e étnicos vigentes nas principais capitâneas escravistas da América portuguesa, voltemos o olhar para o nosso objeto que é o foco da nossa pesquisa, isto é, a Irmandade do Rosário do Rio de Janeiro. No intuito de realizar uma história social dessa, que foi a mais importante irmandade de homens pretos no contexto da capitania do Rio de Janeiro, é importante fazermos uma ressalva quanto às limitações de nossa pesquisa, em função da escassez e da dispersão das fontes referentes à dita irmandade. Quase a totalidade da documentação específica da irmandade de fundamental importância para a compreensão de sua formação e de sua organização, como os compromissos ou estatutos estabelecidos assim como os livros de registros de entrada dos irmãos, para citar alguns exemplos, foram perdidos em função de um incêndio ocorrido no ano de 1967 que queimou a grande maioria destes documentos. Em função desse fato, ressaltamos que parte da nossa pesquisa será realizada com base em um corpo documental que reproduz o discurso cristão-católico já que são fontes escritas por autores ligados à Igreja católica, no entanto, não nos limitaremos apenas a tais tipos de discursos.

Assim, também utilizaremos tais fontes em cruzamento com outras, como a documentação referente à irmandade contida no Arquivo Histórico Ultramarino, os livros de provisões do Bispado do Rio de Janeiro, durante o período em que a igreja do Rosário foi ocupada pelo cabido e pela Sé Catedral, vindo a tornar-se a igreja matriz da freguesia. Assim como, também utilizaremos os livros de óbitos referentes à Freguesia da Sé (depois denominada, do Santíssimo Sacramento), à qual estava inserida a Igreja do Rosário. Nesta análise utilizaremos diversos assentos de óbitos, referentes a tal freguesia, agrupados, genericamente, entre os anos de 1701 a 1812. Tal método serial com montagem de banco de dados apontará, por meio dos dados contidos nos óbitos, o perfil dos irmãos do Rosário, sobretudo, quanto à origem (etnia) e à condição social dos mesmos. Embora os registros de óbitos sejam relativamente

escassos, se comparados com os registros de batismo, para o contexto do Rio de Janeiro do século XVIII, eles nos fornecerão importantes pistas na análise das condições e das opções de sepultamento na cidade.

Em *Devotos da cor*, Mariza Soares fazendo menção à construção do espaço religioso urbano na cidade do Rio de Janeiro, ao longo do século XVII, relata que a mesma cresce em direção à várzea enquanto o núcleo urbano do Morro do Castelo – que reunia o Forte de São Sebastião, a Igreja de São Sebastião (onde está instalada a matriz) e o Colégio dos jesuítas – entra em progressiva decadência. A partir de então se alteram as formas de sociabilidade antes organizadas em torno da matriz. Os homens bons e suas famílias afastam-se das ladeiras do morro e deixam de comparecer às procissões noturnas na matriz para se reunirem nas capelas das irmandades. Na empobrecida Igreja de São Sebastião permanecem duas devoções que desde o século XVI estavam associadas aos escravos e pretos, as devoções ao Rosário e São Benedito. Não há registros sobre o ano de criação dessas devoções, segundo a autora, mas em 1639, as duas constituíam a Confraria de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos (SOARES, 2000: 134-135).

Em todas as esferas da vida religiosa da população é grande a movimentação dos moradores para a construção de novas capelas que dessem conta do fervor religioso, da variedade de devoções e da segmentação social de uma cidade em pleno crescimento. É neste contexto que, em 1700, começa a construção da Igreja do Rosário, sendo inaugurada no ano de 1725. Segundo Soares, na década de 1740, a cidade do Rio de Janeiro já possui duas igrejas de propriedade de irmandades de pretos, a Igreja do Rosário e a Igreja de São Domingos, e uma onde está instalada uma irmandade de pardos. Além delas possui ainda um grande número de pequenas irmandades e devoções que povoam os altares das igrejas da cidade. Se muitos desses devotos são escravos, os dirigentes dessas irmandades em sua maioria são forros e, como demonstram heranças e testamentos, algumas vezes com patrimônio (SOARES, 2000: 139).

Sabe-se que entre os pretos que tinham um sepultamento cristão a preferência estava nos cemitérios da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e da Igreja de São Domingos, ambas pertencentes a irmandades de pretos, e também na Candelária, sede da freguesia. Analisando os livros de óbitos, referentes à Freguesia da Candelária, entre os anos de 1724 e 1736, Soares constatou que a maior dos pretos, das variadas nações, e dos crioulos estavam enterrados no cemitério da Igreja do Rosário, cerca 122, num total de 397 pretos. Em segundo lugar, estava o cemitério de São Domingos com 73 enterramentos dentro do mesmo número total. Tais cemitérios mostram uma alta concentração de pretos da Guiné, talvez ligados ao primeiro grupo de pretos que sai da Sé, no início do século XVIII, daí em meados do século, ser considerada uma irmandade de crioulos. Entretanto, assim como no cemitério da Igreja do

Rosário, no cemitério da igreja de São Domingos, os pretos angolas eram majoritários (SOARES, 2000: 148).

No século XVIII não havia censo populacional que pudesse dar conta de mapear todos os grupos que compunham a sociedade fluminense. No entanto, com base nos batismos e óbitos, podemos estabelecer e analisar alguns dados demográficos importantes. Desse modo, podemos supor que o perfil da população escrava do Rio de Janeiro era formado por dois grupos bem distintos, um constituído por escravos africanos de várias procedências liderados por pretos angolas (117), minas (79) e guinês (68) e outro grupo constituído por crioulos (68), pardos (47) e escravos sem qualquer qualificação (47) (SOARES, 2000: 151). Segundo a autora, é entre os escravos minas e angolas que são encontradas as melhores proporções entre assentos de nascimento e óbito, considerando a baixa natalidade e a alta mortalidade entre os escravos. É provável que tal proporção tenha a ver com a organização desses dois grupos em irmandades que se fortaleceram ao longo da primeira metade do século XVIII.

Iniciando a análise das fontes, primeiramente tomaremos algumas fontes impressas sobre o Rosário que foram escritas por autores ligados à Igreja católica e que, portanto, representam o discurso cristão a cerca da Irmandade e dos irmãos do Rosário. Tomemos o *Livro do Rosário de Nossa Senhora* do frei Nicolau Dias (DIAS, 1575), escrito no século XVI, que se refere ao princípio da devoção e à expansão promovida pelo padre São Domingos, instituidor e fundador da Ordem dos Pregadores, durante a Baixa Idade Média. O autor também faz referência à renovação do culto ao Rosário dois séculos e meio depois do início da devoção, já no século XV, cujas confrarias devotadas à Virgem do Rosário estiveram à frente dessa nova promoção do culto no contexto europeu.

Para buscarmos informações sobre a devoção do Rosário em Portugal e em localidades ligadas ao Império colonial português utilizaremos também fontes impressas como é o caso da obra *Santuário Mariano* (SANTA MARIA, 1707-23) do frei Agostinho de Santa Maria. O autor faz uma exaustiva pesquisa sobre todas as imagens do Rosário existentes no Reino português do Ocidente e do Oriente e nesse contexto refere-se a várias irmandades do Rosário. A obra possui dez volumes e nela podemos rastrear várias informações de grande validade para compreensão da organização das irmandades no contexto do Império português. Ainda analisando a origem da devoção do Rosário no Reino insere-se a obra *Manual do Rosário* (LIMA, ano?) escrita pelo padre Maurílio César de Lima. Nessa, o autor busca precisar a origem do Rosário para compreensão da expansão da devoção como também dedica uma parte da obra para fazer um breve histórico da confraria da mesma invocação.

Também utilizaremos fontes impressas e transcritas que tratam diretamente do nosso objeto de pesquisa. No documento *Breve Notícia da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos homens pretos do Rio* (COSTA, 1886), um ex-mesário da irmandade, chamado Joaquim José da Costa, escreve sobre a situação da mesma no ano de 1886. Nesse documento buscaremos identificar e analisar os

pontos que se referem aos principais grupos de negros que estavam na liderança da irmandade, à importância da Igreja naquele cenário social e os possíveis conflitos vivenciados pelos irmãos, quanto às diferenças étnicas e às disputas pelos cargos de maior prestígio na confraria, no contexto das hierarquias estabelecidas pelo sistema escravista.

Ainda debruçando-nos sobre as fontes que fazem referência à Irmandade do Rosário do Rio de Janeiro, tomaremos as obras de dois memorialistas católicos que possuem informações bastante significativas acerca dos irmãos do Rosário: Luis Gonçalves dos Santos, mais conhecido com padre Perereca, e José de Souza Azevedo Pizarro, ou simplesmente, monsenhor Pizarro. Rastreando as informações nos dois volumes da obra *Memórias para servir à História do Reino do Brasil* (ARAÚJO, 1820-22) do padre Perereca, encontramos dados sobre a construção da Igreja iniciada a partir de 1700 e da instalação da Sé Catedral nessa. O autor descreve a Igreja como um lugar triste e miserável e se refere aos irmãos da confraria com menosprezo.

Em *Memórias Históricas do Rio de Janeiro* (SANTOS, 1825) monsenhor Pizarro, faz um breve histórico da Irmandade do Rosário que fora criada em 1639 e aprovada pelo poder Régio em 1669, estando nessa época instalada em altar lateral da Matriz de São Sebastião. Conflitos entre a confraria e os cônegos estabelecidos na mesma fizeram com que os irmãos se empenhassem na construção da própria igreja cuja finalização ocorreu no ano de 1725. Ambos os autores relatam os conflitos que começaram a ocorrer após a instalação provisória da Catedral junto aos irmãos do Rosário, no ano de 1739, não por gosto dos cônegos da Sé, ao menos, dos irmãos negros, mas acabou por fortalecer os laços entre os membros.

Assim, como explicitado anteriormente, nossa pesquisa encontra-se em fase inicial, e portanto, nosso texto possui limites de análise em função do levantamento de dados que ainda está incompleto. No entanto, a pesquisa segue com o mesmo objetivo inicial de identificar e de compreender em que contexto formou-se a irmandade do Rosário, quem eram seus irmãos e como ocorreu a construção do seu próprio templo.

Referências Bibliográficas

Fontes

1. Manuscritas

BIBLIOTECA NACIONAL – RIO DE JANEIRO

“Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, ereta no lugar denominado Saco, em Campos dos Goitacazes”. Vila de São Salvador, 1768.

“Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rozário dos Homens Pretos da Vila de Campanha da Princeza”. Rio de Janeiro, 1822. Coleção Arthur Ramos.

“Estatuto da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos com uma carta régia e outro documento referente à dita irmandade”. Bahia, Anais da Biblioteca Nacional, vol. 68, 1802.

CAMPOS, Luís Tomás Navarro de. “Ofício sobre o compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos pretos da Vila de Santo Amaro”. Santo Amaro, BA: Anais da Biblioteca Nacional, vol. 68, 1807.

“Requerimento solicitando autorização para construção de uma capela da irmandade fora da matriz de Nossa Senhora”. Biblioteca Nacional, s/d.

“Diploma comemorativo dos 350º aniversário da criação da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito concedido à Biblioteca Nacional”. Instituto dos Centenários, Casa de Agripino Frieco.

“Representação dos irmãos confrades da Igreja de Nossa Senhora do Rosário da Bahia ao rei sobre o enterramento dos membros da Irmandade”. Anais da Biblioteca Nacional, v. 68, 17__.

2. Impressas e transcritas

“Compromisso de Nossa Senhora do Rosário do Serro”, 1910.

“Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos”. Lisboa, 1565.

ANDREONI, João Antônio. (André João Antonil). *Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.

ARAÚJO, José de Souza Azevedo Pizarro. (monsieur Pizarro). *Memórias históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820-22. 10 vols.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. *Notícia histórica da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito*. Florianópolis, 1950.

DIAS, Nicolau (frei). *Livro do Rosário de Nossa Senhora*. Lisboa: Casa de Francisco Correa, 1575.

_____. *Rosário da gloriosa Virgem Nossa Senhora*. Lisboa: Antônio Alvarez, 1603.

LIMA, Maurílio César de Lima (padre). *Manual do Rosário*. Para uso da confraria do Rosário da Associação do Rosário perpétuo e Associação do Rosário vivo. Rio de Janeiro: Promotora do Rosário, 1950.

SANTA MARIA, Agostinho de (frei). *Santuário Mariano*. História das imagens milagrosas de Nossa Senhora e das milagrosamente aparecidas e em graça dos pregadores e dos devotos da mesma senhora (...) que consagra, oferece e dedica. Lisboa: Oficina de Antônio Predozo Galvão, 1707-23. 10 vols.

SANTOS, Luiz Gonçalves dos (padre Perereca). *Memórias para servir à história do Reino do Brasil*. Divididas em três épocas da felicidade, honra e glória, escritas na corte do Rio de Janeiro no ano de 1821 e oferecidas a Sua Majestade o rei nosso senhor D. João VI. Lisboa: Imprensa Régia, 1825.

3. Livros, Teses, Dissertações e Artigos

BORGES, Célia Aparecida Resende Maia. *Devoção branca de homens negros*. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário em Minas Gerais. Tese de Doutorado em História. Niterói: Universidade Federal Fluminense, 1998.

FERREIRA, Augusto Maurício de Queiroz. *Templos históricos do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1947. vols. CXII e CXIII.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras. Uma história do tráfico atlântico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro* (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MAC CORD, Marcelo. *O Rosário dos homens pretos de Santo Antônio: alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872*. Dissertação de Mestrado em História. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2001.

_____. “Identidades Étnicas, Irmandade do Rosário e Rei do Congo: sociabilidades cotidianas recifenses – século XIX”. *Campos* 4: 51-66, 2003.

OLIVEIRA, Anderson José Machado de. *Devoção e Caridade. Irmandades religiosas no Rio de Janeiro Imperial (1840-1889)*. Dissertação de Mestrado em História. Niterói: UFF, 1995.

OTT, Carlos. “A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos do Pelourinho”. *Afro-Ásia*, n. 6-7, jun-dez, 1968.

QUINTÃO, Antônia Aparecida. *Irmandades negras: outro espaço de luta e resistência*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

_____. *Lá vem o meu parente: as irmandades de pretos e pardos no Rio de Janeiro e em Pernambuco, século XVIII*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2002.

REIS, João José. *A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

_____. “Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão”. *Tempo-UFF*, v.2, n.3. Jun, 1997. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

REGINALDO, Lucilene. *Os Rosários dos Angolas. Irmandades de africanos e crioulos na Bahia Setecentista*. São Paulo: Alameda, 2011.

SCARANO, Julita. *Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora dos Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SILVA, Luiz Geraldo. “Da Festa à Sedição: sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814)”. *História: Questões e Debates*, Curitiba, n. 30, p. 83-110, 1999. Editora da UFPR.

SOARES, Mariza C. *Devotos da Cor. Identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro, século XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Mina, Angola e Guiné: nomes d’África no Rio de Janeiro setecentista”. *Tempo*, Rio de Janeiro, n.6, p.73-93.

SOUZA, Juliana Beatriz Almeida de. “Viagens do Rosário entre a Velha Cristandade e o Além-Mar”. In: *Estudos Afro-Asiáticos*, ano 23, n.2, 2001.

SOUZA, Luís (frei). *História de São Domingos*. Porto: Lello e Irmãos Editora, 1977.

VAIL, Anne. *A história do Rosário*. São Paulo: Editora Loyola, 1998.

Ofícios, celibato e identidade clerical: o padre Francisco Lopes Lima

Mayara Amanda Januário

Mestranda em História pela Universidade Federal de São João del-Rei

Bolsista Capes

mayjanuario@hotmail.com

Resumo: O padre Francisco Lopes Lima, casado antes de ordenar-se, (e por isto implicado no crime de bigamia similitudinária pelo Santo Ofício) fora sentenciado, degredado e excluído do uso de suas ordens pelo Tribunal da Inquisição em 1764. Terminado o degredo, retorna ao Brasil. Proibido claramente de exercer suas funções de clérigo, Francisco inicia uma nova carreira, usufruindo de encargos diversos a ocupação primeiramente assumida. O estudo em questão permite problematizar as conflituosas construções identitárias em situações limite, através da trajetória deste sujeito. Apesar do esforço e do intuito da Igreja em tornar o celibato obrigatório como elemento distintivo e facilitador de uma pretensa identidade clerical em seus inúmeros concílios e determinações, o que nos salta aos olhos neste estudo de caso é que a carreira eclesiástica seja acionada visando principalmente os privilégios do ofício, distanciando-se das pretensões celibatárias da Igreja.

Palavras Chaves: Inquisição, identidade, padre

Abstract: The priest Francisco Lopes Lima, married before ordering up, (and therefore implicated in the crime of bigamy by the Inquisition) had been sentenced, deported and excluded from the use of their orders by the Court of the Inquisition in 1764. After the exile, returns to Brazil. Clearly prohibited from exercising his duties as a clergyman, Francis begins a new career, enjoying various charges occupation first assumed. The study in question enables us to raise the conflicting identity constructions in extreme situations, through the trajectory of this subject. Despite the effort and the Church in order to make the mandatory celibacy as a distinctive and facilitator of an alleged clerical identity in its numerous councils and determinations, which strikes the eye in this case study is that the ecclesiastical career is driven mainly targeting the privileges of the office, away from the pretensions of the Church celibate.

Key words: Inquisition, identity, priest

A proposta microhistórica de análise, cujo objetivo reside em alcançar com maior propriedade os sujeitos históricos em sua aparente banalidade, permite estudos densos portadores de uma narrativa singular. Afinal, se são os agentes que constroem a História, suas trajetórias não podem ser ignoradas. Neste sentido, o caso do padre Francisco Lopes Lima torna-se relevante por exemplificar o significado de ser sacerdote no século XVIII, mas também por contemplar algo difícil de ser encontrado nos estudos biográficos: a trajetória de retorno de um sentenciado pela Inquisição. O que nos possibilita saber a maneira em que estes indivíduos se reintegram ou não nas redes em que estiveram incluídos.

Soma-se a isto o fato de que havia um esforço secular da Igreja em tornar o celibato clerical como elemento diferenciador aos demais cristãos leigos, institucionalmente a partir de 1123 no I Concílio de Latrão, corroborado sobretudo no modelo Tridentino que reagia ao avanço protestante reafirmando seus dogmas e sacramentos, gerando um corpo de sacerdotes especializados em gerirem a salvação do grupo. Deste modo, a observação do celibato, além de ser justificada por questões teológicas e canônicas,

pretendia-se também como traço distintivo para o clero profissional, condição indispensável para a definição do grupo.

Contudo, não se pode ignorar que quaisquer que seja o projeto oficial de identidade e coesão forjados e concebidos pela Igreja, ou qualquer outra esfera, o processo de construção das identidades perpassem dimensões que não se esgotam aí. Afinal, múltiplas, inconstantes, contingentes, negociadas, pronunciadas e reconhecidas, as identidades construídas alcançam a dimensão do indivíduo e sua noção de pertencimento, mas também revelam o grupo em que se inserem, por definir-se no processo dialógico e relacional de ser e ser visto como tal. Em outras palavras, a historicidade de uma possível identidade clerical não pode confundir-se com uma proposta oficial e esvaziar-se daquilo que justamente a define: o campo das experiências.

Em Pernambuco, Francisco Lopes Lima,¹²³ religioso também do hábito de São Pedro, filho de Belchior Lopes Lima e de Clara Tavares, natural da freguesia de São Pedro do Recife de Pernambuco, casou-se com Thereza de Jesus Maria em 1752, numa cerimônia que ocorreu na cidade de Olinda, na igreja de Santa Cruz, com o pároco José Gondim da Igreja de Santa Cruz de Boa Vista. Após a união e alegando não ter vivido maritalmente com a mesma, o réu solicita a nulidade do casamento e evade da região. Passando-se a Córdoba ocultando seu estado civil, torna-se sacerdote secular, e ainda obtém licença para ali celebrar algumas missas. Conferiu-lhe as ordens o bispo Dom Miguel de Argandonha Paster, prelado de Córdoba, no seu oratório, nos dias 14 e 18 e 21 de janeiro de 1753, no ano seguinte ao seu casamento. Assim o fazendo “abusava do sacramento do matrimônio recebendo ordens sacras sendo ela viva sem os requisitos que por direito são permitidos”.

Insatisfeita, a esposa abandonada fez como a também desafortunada Clara Maria. Thereza de Jesus lhe pôs uma carta precatória ordenando que o mesmo retornasse a vida marital, sob pena de excomunhão, sendo ou não sacerdote. Descontente com a solidão, sua esposa reclama sistematicamente às autoridades a irregularidade de sua situação bem como o retorno de seu marido ao compromisso primeiramente assumido. Estava dado o impasse: ao incorrer na *bigamia similitudinária*,¹²⁴ ou melhor, atentar de forma ciente aos sacramentos, na ocasião em que se conjuga matrimônio e ordenação sacerdotal, tornava a questão de difícil solução. Segundo as regras, ambos eram incompatíveis, pelos interditos sexuais que implicavam. De forma que, na avaliação Inquisitorial havia a preocupação de se

¹²³Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo 8675. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt?ID=2308797>

¹²⁴ A bigamia similitudinária, situação em que um sacerdote casa-se ou um esposo ordena-se, representou uma ameaça ao casamento Tridentino, sobretudo por atentar contra sua indissolubilidade. A Igreja via este delito como uma proposição, mas não necessariamente uma heresia de fato. A bigamia atentava quanto ao caráter indissolúvel e sagrado do casamento e da ordenação sacerdotal e quem a cometesse podia ser entendido como um sujeito que estivesse aborrecido com o seu estado, ainda que não contrário ao preceito, ao menos em tese, confrontado com ele. Para os domínios da religião, tratava-se de uma fraude consciente do implicado diante da Igreja e da comunidade, justificando, assim, a presunção de heresia. Este crime de alçada Inquisitorial é objeto de minha dissertação de mestrado, cuja pesquisa encontra-se em andamento, com o título “Dos clérigos que se casam, tendo ordens sacras: o santo Ofício Português e os padres bigamos no Brasil setecentista”.

identificar a natureza da corrupção destes sacramentos, embora a validade ou não de ambos fosse melhor sistematizada pelas Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia. Segundo as mesmas, nestes casos ambos sacramentos estariam em seu modo imperfeito, mas os as ordens sacras permaneciam indissolúveis, o que denota mais uma vez a distinção entre um estado e outro reforçada pela própria Igreja.

Este aspecto fica evidente tanto nos debates mais comuns de seus contemporâneos quanto nas mais profundas discussões teológicas a respeito. O impeditivo e exclusão mútua de ambos os caminhos, processo então em construção, perpassava dimensões culturais notoriamente compartilhadas, registradas inclusive em outros crimes pelo próprio Santo Ofício (SCHWARTZ, 2009: 47). A chamada “querela dos estados” também fomentara muitas heresias. Muitos casados afirmavam que sua vida marital era superior a castidade eclesiástica, o que fazia da assertiva uma proposição herética. A ré Beatriz Martins confessou a mesa inquisitorial:

“que o estado de casado era matrimônio que Deus fizera e ordenara e que os outros estados e ordens que havia no mundo que eram feitos e ordenados por santos e santas, e que os padres e freiras não levavam nem faziam a vantagem aos casados e casadas que viam bem como Deus mandava (COSTA, 2007: 108).”

Estas falas estariam envoltas em discussões valorativas do próprio casamento, ao mesmo tempo em que descreiam na validade e na continência sexual destes clérigos. Ademais, embora pudessem ser opiniões fomentadas pelo trânsito com as proposições luteranas, nem sempre estas puderam ser associadas as heresias temidas pelos inquisidores, inspiradas no pensamento Erasmiano. Essas afirmativas poderiam ser colhidas tanto no ato da confissão quanto pelo seu conhecimento público, ou seja, “por ouvir dizer”. Tais assertivas aproximavam-se das críticas luteranas ao celibato imposto aos clérigos e a sacramentalidade do casamento; segundo todos os fiéis eram dignos em servir a Deus, independente de seus interditos sexuais. Segundo Letícia Costa, independente da inspiração luterana tão temida pelo Santo Tribunal, havia na América Portuguesa um forte desejo de igualdade entre leigos e sacerdotes, ou até mesmo a ascensão laica no âmbito da religiosidade, falas engendradas na própria dinâmica colonial (COSTA, 2007: 109).

Embora entendido pela justiça eclesiástica como um falso reverendo, e celebrante irregular de missas, condenado ao pagamento de “duzentos e cinquenta cruzados para Sé e meirinho e em cinco anos de degredo para o bispado do Maranhão”¹²⁵, devido à união primeira com Thereza de Jesus, fora remetido as autoridades inquisitoriais, mandado preso em 1756. Denunciado presencialmente pela própria esposa, que inclusive assinou o documento, declarou que seu marido evadiu-se e tomou ordens sacras e só não denunciara antes “por ignorar a obrigação”. É interessante notar que, como no caso anterior, a denúncia

¹²⁵ANTT, IL, processo 8675, fol 26.

ao Santo Tribunal mostra-se como último recurso, após ter apelado sistematicamente para a Justiça eclesiástica na tentativa de reaver o consórcio. Ademais, junto as acusações de bigamia similitudinária, caía-lhe ainda uma denúncia de sodomia, que não foi adiante, posta por Manoel da Rocha, um possível inimigo.

Sob jugo inquisitorial, Francisco Lopes Lima esteve sujeito às penas aplicadas aos padres bigamos, cujo erro era entendido como atitude suspeita na fé, por sentirem mal do sacramento da ordem, anexo ao voto de castidade. Nos trâmites do processo, coube ainda uma consulta a Inquisição de Lima e a arguição ao seu confessor Miguel Domingues de Sequeira.¹²⁶ Testemunharam também aqueles que conheciam o casamento: Ignácio Rodrigues Sá, cristão velho e negociante, Pedro Pereira de Melo, carpinteiro e vizinho do réu, Francisco Xavier Lima, também carpinteiro, que afirmou que Francisco Lopes Lima só teria as ordens menores quando casou-se com a dita Thereza. Além de João da Fonseca, meirinho geral, que também foi ouvido. Não bastante, o Tribunal quis escutar quem pudesse testemunhar sua passagem pelo Rio de Janeiro, ouvindo alguns padres e outras testemunhas, que afirmaram que o mesmo celebrara missas por lá. Documentos foram trocados com a Inquisição de Córdoba, e o conteúdo dos mesmos constam os resultados das diligências lá realizadas. Frei Joaquim de Jesus testemunhou “*aver-lo conhecido el ano que vino a ordenar-se em el palácio episcopal e seguir-se acuerda de su fisionomia i persona disse ser e buena estatura, flaco, moreno de semblante alegre i buena retorica.*”¹²⁷ Diante de tantas provas “pareceu a todos os votos que ele pela prova de justiça e por sua própria confissão se acha convicto no crime de se ordenar de ordens sacras vivendo sua legítima mulher sem precederem os requisitos de direito.” Ou seja, a confissão tecida pelo réu significava que o mesmo acreditava no mal que fizera, tornando-se convicto. Além do mais, não considerariam como atenuante “a idade de 22 anos em que diz estava ***nem o não haver consumado o matrimônio, nem tão pouco o ser constrangido a casar.***” (grifo nosso) Tratava-se para o Santo Ofício de uma conduta herética portanto.

Após minuciosa averiguação do caso, em agosto de 1761, os Inquisidores, ordinários e deputados determinaram que Francisco Lopes de Lima, fosse ao auto público da fé na forma de costume, nele ouvisse sua sentença e fizesse abjuração de leve suspeita na fé. Além disso, determinaram que ficasse

¹²⁶ Segundo Pollyanna Mendonça, o tribunal Inquisitorial utilizava-se inclusive da confissão para reter casos desviantes e considerava ainda os chamados “testemunhos singulares”, ou seja, privilegiava por sua qualidade testemunhos diversos que pudessem acrescentar maiores detalhes a denúncia, daí o interesse em ouvir o confessor do réu.

¹²⁷ ANTT, II, processo 8675, fol 188. “Disse conhecê-lo quando ordenou-se no palácio episcopal e recorda-se de sua fisionomia: uma pessoa de boa estatura, fina, morena de semblante alegre e boa retórica.” É interessante frisar que, embora diferentes e com jurisdições igualmente diversas, também o Tribunal Espanhol contribuiu ao andamento do processo, colhendo testemunhos, provas e remetendo-as aos inquisidores lusitanos, o que denota um alinhamento entre ambos tribunais tecido no universo das práticas. Segundo Bruno Feitler, a Inquisição possuía trânsito bastante amplo e eficaz, compondo uma verdadeira rede de transmissão de informações que ultrapassavam competências, hierarquias e espaços. No Brasil, é significativa a correspondência trocada com bispos, ordens religiosas e pessoas que não integravam o quadro inquisitorial. FEITLER, Bruno. *Op. Cit.*, pág. 119. Há ainda indícios que esta relação não se restringe unicamente a este episódio: ANTT, Correspondência recebida da Inquisição de Córdoba, disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/viewer?id=2313912>> acesso 11 jun de 2012.

inabilitado para benefícios eclesiásticos e privado do exercício de suas ordens para sempre, além das penitências espirituais, instrução no ordinário e pagamento das custas.¹²⁸

Sofrendo a gravidade das penas, porém sem excomunhão e degredo, Francisco Lopes Lima viu-se em um impasse. Ao fim e ao cabo, fora destituído pelo tribunal de sua ocupação de clérigo, mas não de esposo. Mais uma vez, o matrimônio fora marginalizado, nem restituído, nem penalizado. O que corrobora a tese de que o Tribunal privilegiaria uma das dimensões do erro em detrimento da outra, ou que, haveria um desnível na gravidade de ambas. É cabível ainda dizer que o silêncio em torno desta questão sinaliza que a solução estaria de antemão determinada pela Justiça Eclesiástica, nos termos já aqui apresentados, demonstrando que em tal competência o Santo Ofício não interferiria. Ficaria a critério da mesa, portanto, avaliar a natureza do delito, e identificada a gravidade e a heresia, penalizá-lo enquanto sacerdote, uma vez que o vínculo do matrimônio, ainda que considerado válido, imediatamente estaria assim desfeito.

O que não podemos afirmar cabalmente, porém, é se retomou o compromisso primeiramente assumido. Sua trajetória após o ocorrido nos leva a crer que não, embora possivelmente tenha tido um filho homônimo, Francisco Lopes Lima Junior,¹²⁹ também tenha se tornado clérigo de ordens menores anos depois. A escolha do nome do filho é bastante sintomática e comum entre famílias nucleares, até mesmo como estratégia de reprodução social do grupo. Contudo, Francisco Lopes Lima tivera outra intenção ao retornar a Pernambuco.

No ano seguinte, em 1761, retornando a vila, citado na documentação como padre, o mesmo requer da coroa “ pelo Amor de Deus ” a prerrogativa de advogar ainda que sem formação acadêmica, uma vez que estava impossibilitado de atuar como clérigo, por determinação do tribunal. Assim, intentara livrar-se da pobreza de recursos na qual se encontrara trabalhando “nas comarcas do Governo de Pernambuco, a saber: o Recife, Ceará, Paraíba e lagoa” e “aonde o suplicante mais conta fiz(esse).”¹³⁰ Para tanto contava com a assinatura de outros advogados, que certificaram sua competência, apesar de não ter o curso necessário. Em 1762, solicitara ainda uma declaração ao Santo Ofício. Seu último desejo para com o Tribunal era munir-se de uma certidão bastante estratégica:

“Diz o Pe. Francisco Lopes Lima sacerdote de hábito de São Pedro natural do Recife de Pernambuco e assiste nesta cidade de Lisboa, que **para efeito de poder procurar profissão religiosa** (grifo nosso) faz a bem de sua justiça uma certidão autêntica deste Santo Tribunal, por onde conste, se o suplicante veio e esteve nele preso pela culpa de se ordenar de todas ordens sacras com reverendas falsas do seu ordinário originário na diocese de Córdoba das Índias de Castela, conferindo-lhe as ditas ordens o Bispo

¹²⁸ Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo 8675. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt?ID=2308797>

¹²⁹ Arquivo Histórico Ultramarino, http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=13535

¹³⁰ Arquivo Histórico Ultramarino. Requerimento de Francisco Lopes Lima.

AHU_ACL_CU_015, Cx. 97, D. 7600. Disponível em: http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=7876

daquele Bispado chamado D. Pedro Miguel de Argandonha Pasten Salazar, estando o suplicante casado em Pernambuco com Thereza de Jesus Maria a quem recebeu em face de igreja violentado da prisão que para o tal recebimento lhe fez o vigário geral daquela diocese, como tão bem se o suplicante sem confessar o dito matrimônio se ausentou daquela terra e foi receber as ordens na forma dita e se com efeito ainda existe rato, e não consumado o tal matrimônio, e outro si que penas teve o suplicante nesta Santa Inquisição e se tem cumprido a penitencia espiritual, que lhe foi imposta: para tanto se dignem mandar se lhe dê a certidão na forma pedida.”¹³¹

Ou seja, Francisco Lopes Lima tinha o intuito claro de retornar ao ofício religioso, apesar da sentença que o impedia, tanto de exercitar as ordens sacerdotais, como de usufruir dos benefícios que a circulavam. Isto implica dizer que a gravidade da sentença poderia ser de algum modo contornada, o que justificaria as apelações promovidas pelo mesmo. Na ânsia pela subsistência, ensaiava ocupações interditas pela determinação do Santo Ofício.

Ao que tudo indica, o padre Francisco Lopes Lima obteve êxito em seu intento. Já em 1766, ou seja, cinco anos depois do seu primeiro requerimento, passa a ser mencionado na documentação já como bacharel, já de volta a Pernambuco. Contudo, a formação acadêmica foi-lhe indispensável:

“Diz o Bacharel Francisco Lopes presbítero secular morador no Recife de Pernambuco que ele pretende usar das suas letras por meio de advocacia perante as justiças seculares daquela comarca ou de outra qualquer do Brasil onde melhor conta lhe faça: e porque para conseguir o assim pretendido precisa provisão de Vossa Majestade e a presença as suas cartas de Bacharel da Formatura da Universidade de Coimbra nestes termos. Para que Vossa Majestade se digne mandar-lhe passar provisão na forma do estilo com a declaração expressa de ir as audiências. (...) Lisboa, novembro de 1769.”¹³²

O aparente sucesso na trajetória do padre, agora mencionado na documentação como bacharel, não esteve livre porém de seus contratemplos. Em 1778, José Antônio de Alvarenga Barros Freire, Juiz de Fora da Cidade de Olinda teria-o prejudicado o agora bacharel Francisco Lopes de Lima, advogado nos auditórios em Pernambuco. O mesmo viu-se metido em uma contenda com os demais advogados, recebendo o predicado de intrigante e desordeiro, estimulando a suspensão e impraticabilidade de determinados tributos. Contenda esta marcada fortemente por abusos e corrupções de toda ordem.¹³³

Segundo Adriana Silva, as querelas envolvendo alguns impostos que financiavam a educação pública no século XVIII em Pernambuco circulavam em torno de acentuados conflitos de interesses de poderosos locais vinculados a diversas áreas e representavam possibilidades de ganhos e perdas

¹³¹Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Inquisição de Lisboa, processo 8675, fól 197. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt?ID=2308797>

¹³² Arquivo Histórico Ultramarino

AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 7600. Disponível em:

< http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=8672 >

¹³³ Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em:

AHU_ACL_CU_015, Cx. 107, D. 8340. Disponível em:

< http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=8672 >

significativas de dinheiro.¹³⁴ Num processo em que a educação dos chamados homens bons passara a ser o interesse do Estado Português, foi criado no período Pombalino o subsídio literário. O cálculo deste tributo dava-se da seguinte forma, “a cada 460 gramas (1 arretel ou 1 libra) de carne verde cortada nos açougues, deveria ser pago 1 real; e a cada dois litros de aguardante da terra (1 canada), pagos 10 réis, para fins de subsídio (SILVA, 2006: 4).” As mercadorias tributadas tinham grande expressividade na economia local, devido ao grande consumo, mas também abrangiam toda a economia colonial, já que a aguardante era amplamente utilizada no apresamento de negros para o tráfico. O dinheiro arrecadado iria para o cofre geral da Junta da fazenda e seus tesoureiros faziam o pagamento aos mestres e professores de Pernambuco e das demais capitanias, que constassem na lista de Lisboa. Contudo, a cobrança teve de ser adaptada em Pernambuco pela ausência de balanças para o cálculo das proporções. Os valores arrecadados eram avultados, principalmente se comparados aos do Reino, mas a quantia aplicada era incrivelmente mínima. Os mercadores sentiam-se oprimidos pelo tributo, os recursos extraviavam-se e os professores viam-se sem pagamento. Havia registros fantasmas de aulas que desviavam a verba destinada a educação. Por toda parte, interesses eram gravemente ameaçados. Por esta razão, José Alves Ferreira indignou-se, estimulado, entre outros, pelo advogado Francisco Lopes Lima, “fabricador de todos os projetos que tendem ao insulto de generais e ministros desta terra.”¹³⁵ Contudo, como Adriana Silva alerta, estes desafetos e inquietações podem ser resultados de infidelidades de todo esquema. Talvez Francisco Lopes Lima buscasse beneficiar-se de alguma maneira, retendo recursos já na arrecadação, ao extorquir o povo, ou até mesmo tentando ocupar alguma dessas cadeiras financiadas pelo recurso, recebendo ordenados referentes às aulas régias. De toda forma, o que se pode concluir é que se tratava de um sujeito influente, bem relacionado, que transitava por significativos estratos da sociedade colonial.

Um pouco mais de uma década depois, em 1789, o advogado Francisco Lopes Lima e os demais pares de Recife enviam um ofício a Coroa solicitando que haja “suspensão da licença que permite que pessoas sem curso nem diploma advoguem”.¹³⁶ Não sabemos o resultado desta solicitação. O que ela denota, contudo, é que o cargo era bastante almejado e disputado. Assim como as solicitações para lecionar, muitos são os registros que solicitam permissão para advogar, em geral, vindo de clérigos. Curioso ainda seria um registro, de Belchior Lopes Lima, nome do pai de nosso personagem mencionado como licenciado, mercador ou sapateiro na documentação inquisitorial e tido como presbítero secular e advogado na documentação. Ao que se subentende, trata-se na verdade de um irmão

¹³⁵ Arquivo Histórico Ultramarino

AHU_ACL_CU_015, Cx. 108, D. 7600. Disponível em:

<http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=10077>

¹³⁶ Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em:

AHU_ACL_CU_015, Cx. 129, D. 9754. Disponível em:

<http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=9920>

de Francisco Lopes Lima, batizado com o nome do pai, que agora comprometido com a mãe viúva e uma irmã solteira, pede provisões para seu próprio sustento e dos seus.¹³⁷

Muito provavelmente tal efervescência por tais funções tratava-se de uma disputa acirrada de privilégios, cujo êxito passava pela competência das redes construídas ou não por estes sujeitos, alimentada pelas concessões do Antigo Regime. Ademais, representa ainda uma possibilidade de ascensão e manutenção social bastante almejada por aqueles, que não se acanharam em solicitar prerrogativas e dispensas. Não nos esqueçamos de que o mesmo Francisco Lopes Lima intentara exercer advocacia sem o referido diploma alguns anos antes, alegando pobreza como justificativa, prova de que isto era muito possível. Talvez a desordem e insolência do grupo de alguns anos antes agora colocara em risco a própria manutenção da função e as concessões estratégicas necessárias na sociedade dos privilégios. Desprotegidos, viram-se ameaçados até mesmo por indivíduos sem formação acadêmica, almejando os mesmos benefícios que gozavam. Como já foi citado, seu provável filho também desfrutaria dos mesmos cargos e benefícios, demonstrando que estas redes eram consolidadas e se reproduziam entre seus pares. Não nos esqueçamos porém, como sinaliza Adriana Silva, que poderiam tratar-se ainda de cargos adulterados, desocupados e inchados, cujos rendimentos escoavam para os mais influentes.

Era costumeiro do período colonial que padres ocupassem funções e cargos estratégicos, e em Pernambuco não seria diferente. Contudo, o que nos salta aos olhos nas designações de Francisco Lopes Lima é que elas admitem uma relação direta com ofício que ele exercia. Ainda que o Santo Tribunal determinasse com ênfase que o mesmo não mais atuaria como clérigo e o destituisse do sacerdócio, ele não deixaria de sê-lo imediatamente. Afinal, seu caráter sacramental e sua condição correspondiam a dimensões irrevogáveis. A lei determinava “a inabilitação e a privação do exercício de suas ordens” e não a anulação das mesmas. Daí a designação de clérigo o acompanhar após a sentença é bastante compreensível. Mais significativo ainda é que esta identificação só será alterada quando Francisco Lopes Lima passa a advogar.

Quanto ao celibato, e sua pretensa função distintiva entre leigos e religiosos promovida pela Igreja, o que a incursão empírica nos mostra é que a identidade clerical não se pronunciava neste quesito, seja pela pouca observação do mesmo ou pelo próprio caráter do ser clérigo naqueles tempos: uma carreira bem visada seja pelo ganho material, pelo papel que exercia na sociedade ou pelo estatuto simbólico que incorria.

Como ressaltado por Barth,¹³⁸ os estudos sobre a identidade contribuem ao debate ao abandonar uma pretensa unidade ou essência atribuídas a uma cultura e delegam à perspectiva relacional a capacidade de

¹³⁷ Arquivo Histórico Ultramarino. Disponível em: AHU_ACL_CU_015, Cx. 184, D. 12767. Disponível em: http://www.liber.ufpe.br/ultramar/modules/visualizador/i/ult_frame.php?cod=12934

responder aos dinamismos históricos e os processos daí oriundos. Como construção coletiva, a identidade como conceito é definida a partir da auto atribuição e o reconhecimento social de tais como se definem, através dos chamados traços diacríticos que os distinguem. Tecido coletivamente, a construção das identidades obedece a critérios específicos e dinâmicas processuais próprias. É justamente dentro da interação social que as chamadas identidades se moldam e se constroem constantemente, como em sistemas que se adequam historicamente e se reproduzem como tais, emergindo, recriando, renovando e resistindo (BARTH, 1998: 194). Daí não seria incoerente que Francisco Lopes Lima ainda fosse clérigo, desde que assim se pronunciasse e fosse reconhecido. Afinal, naquelas circunstâncias acionar a identidade clerical junto à coroa implicava em fazer-se digno de crédito, perante o que requeria.

Portanto, a criação histórica das identidades admitem tanto a circularidade quanto a perspectiva de conflito, dentro das multiplicidades, tensões e das diferentes experiências relacionais, a chamada ecologia, como define Barth. Desta forma é possível delinear tais grupos apesar de diferenças culturais e contemplar a dinâmica historicamente gerada. Se o celibato não fora elemento de coesão, identidade e diferenciação dos demais fiéis, como buscava a Igreja, este caso aponta que a própria formação é um dos principais elementos distintivos, seja pelas possibilidades de ganhos materiais, seja pelo caráter do conhecimento enquanto sinal de diferenciação social, tão importante para as sociedades do Antigo Regime. Assim reforçava-se a hierarquia, o prestígio e a desigualdade, estes sim, portadores eficientes de distinção naqueles tempos. Não seria por acaso que Francisco Lopes Lima alegara à Coroa que somente aqueles com formação poderiam advogar. A argumentação sugere novamente que o elemento característico seja a formação específica, seja pela restrição que experimentava, pelos ganhos que ela possibilitava e os acessos que ela implicava. Se a identidade é relacional e define-se na interação com os chamados outros, também ela atende às expectativas desta relação.

Ser padre ou advogado era no limite equilibrar-se nas possibilidades estamentais e na economia dos privilégios de uma sociedade fortemente hierarquizada em que o estatuto do indivíduo era um traço indelével ancorado na diferenciação social desdobrada pelo escravismo. Ainda que pudessem ostentar uma religiosidade irrepreensível, não era esta a chave para a compreensão destas designações. Já foi dito que as regulações celibatárias estiveram muito mais expressivas dentro da esfera ideológica oficial da Igreja do que em uma prática hegemônica. O que evidencia mais uma vez o caráter impositivo desta normatização pouco alcançou seus propósitos e intentos. Por outra via, cabe ainda afirmar que a trajetória de Francisco Lopes Lima pode ainda corroborar ao argumento de que se faz necessário esvaziar-se do discurso oficial para identificar os reais significados que os sujeitos históricos dão as suas

¹³⁸ BARTH, Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTINAGT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: ed. da Unesp; 1998.

escolhas, abandonando o estigma de devassidão e desregramento dos mesmos tão evidenciados pelas fontes repressoras e pela historiografia, ao situá-los como sujeitos históricos que excedem sua faceta religiosa. Mais uma vez, o cruzamento de fontes e o esforço antropológico mostram-se excepcionais neste sentido.

É possível que outros clérigos, quando inabilitados pelo Santo Tribunal, tenham percorridos os mesmos caminhos sinalizados por Francisco Lopes Lima, exercendo atividades correlatas ainda que em outros âmbitos. Há que se considerar que a sentença visava penalizar principalmente a dimensão religiosa da função, e a qualidade dos sujeitos permitiria espaços de negociação e trato social diferenciado. É inegável que a dimensão religiosa era um traço importante principalmente nos tempos em que Estado e Igreja caminhavam lado a lado, não só no aspecto material, mas também nas construções identitárias. O que este estudo de caso deixa claro, porém, é que as limitações impostas pela sentença do Santo Tribunal não resultaria numa supressão definitiva de todas as capacidades destes sujeitos. Afinal, não poderiam esvaziar-se de suas próprias experiências e responder de outra maneira aos entraves que encontraram por semelhantes instâncias de poder. O que implica dizer, mais uma vez, que os sujeitos portadores de uma ou várias identidades são primeiramente sujeitos históricos, que constroem o mundo e a si mesmos em diferentes processos e contingências.

Bibliografia

- ASSUMPCÃO, Michelle Trugilho. *Transgressores do Matrimônio: Bigamia e Inquisição no Brasil Colonial*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social).
- BAKHTIN, Mikhail. *A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais*. Brasília : EDUnb; São Paulo: Hucitec, 1993, 2 ed.
- BARTH, Grupos étnicos e suas fronteiras. In POUTINAGT, Philippe & STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade*. São Paulo: ed. da Unesp; 1998.
- BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália (século XV-XIX)*. São Paulo: Cia das Letras, 2000.
- BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: ed. Zahar 2005.
- COSTA, Letícia Detoni. *O que as palavras soam: vivências religiosas nas capitânicas de Pernambuco, Itamaracá e Paraíba em fins do século XVI*. UFPE, dissertação de Mestrado, 2007.
- DOSSE, François. *A História em Migalhas: dos Annales à Nova História*. São Paulo: Edusc, 2003.
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia em Movimento: Fortuna e Família no Cotidiano Colonial (sudeste século XVIII)*. Tese Doutorado. Niterói: UFF, 1994.
- FEITLER, Bruno. SOUZA, Everton Sales. (org). *A Igreja no Brasil: Normas e Práticas durante as constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Unifesp, 2011.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GINZBURG, Carlo; CASTELNUEVO, Enrico; PONI, Carlo. *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

_____. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

_____. O nome e o como. In CASTELNUOVO, Enrico, GINZBURG, Carlo, PONI, Carlo (orgs.) *A microhistória e outros ensaios*. Lisboa: DIFEL, 1989.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. *Sacrílegas famílias: conjugalidades clericais no bispado do Maranhão no século XVIII*. Niterói-Rio de Janeiro, 2007. Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós Graduação em História, Universidade Federal Fluminense.

REVEL, Jacques. *Jogos de escalas*. Rio de Janeiro, Editora FGV, 1998.

SCHWARTZ, Stuart. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo/Bauru: Companhia das Letras/Edusc, 2009.

SILVA, Adriana Maria Paulo da. *Notas sobre o financiamento da educação na capitania de Pernambuco, nas últimas décadas do século XVIII*. In: 29ª Reunião da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Educação - ANPEd, 2006, Caxambu. Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: Desafios e Compromissos. Rio de Janeiro : ANPEd, 2006. p. 1-16.

SILVA, Edlene Oliveira. *Entre a batina e a aliança: das mulheres de padres ao movimento de padres casados no Brasil*. 2008. 323 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

TORRES-LONDOÑO, Fernando. *A Outra Família: concubinato, Igreja e escândalo na colônia*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. (Org.) *A Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2006.

VAINFAS, Ronaldo. *Trópicos dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

_____. *Traição: um jesuíta a serviço do Brasil holandês processado pela inquisição*. São Paulo: Companhia das letras, 2008.

VAN VELSEN, J. A análise situacional e o método de estudo de caso detalhado. In: FIELDMAN-BIANCO, Bela. (org) *A Antropologia das sociedades contemporâneas*. São Paulo: Global, 1987.

VIDE, Sebastião Monteiro da (Dom). *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. São Paulo: Typografia de Dezembro, 1853.

A Igreja Católica e o antiprotestantismo no Brasil (1930 -1945)

Paulo Julião da Silva

Doutorando em História Cultural pela UNICAMP

Bolsista FAPESP

Christo fundou uma só e única Igreja; a verdadeira religiosa, em relação a Deus e aos deveres dos homens para com elle, só pode ser uma única. Ora, o protestantismo alardeia ser a verdadeira Igreja, do verdadeiro Evangelho de Christo. No entanto, dividi-se e subdividi-se numa infinidade de seitas, divergentes e desencontradas quanto à doutrina (A GAZETA, 1931: 9).

Resumo: Na tentativa de reaproximação da Igreja Católica com o Estado durante a Era Vargas, protestantes de diversas denominações discursavam contra uma possível volta de uma religião constitucionalmente reconhecida como oficial no Brasil. Os católicos contradiscursavam alegando que os protestantes queriam acabar com a religiosidade do povo brasileiro, ensinando doutrinas maléficas, espalhando bíblias falsas e indo de encontro à instituição que estava presente no país desde a chegada dos primeiros europeus. Os discursos partiam de organizações leigas, como o também de clérigos. Nosso objetivo nesse trabalho é analisar alguns discursos antiprotestantes presentes em alguns periódicos católicos que circulavam no país no período proposto: *A Tribuna*, *A Gazeta e Sálve Maria*. Na análise das fontes será feito uso das propostas da análise do discurso e será analisado os conflitos de representações presentes no embate. Desta forma, acredita-se que haverá contribuição com as discussões sobre religiões e religiosidades no Brasil no período proposto.

Palavras-chaves: Igreja Católica, Antiprotestantismo, Brasil.

Abstract: In an attempt at rapprochement with the Catholic Church during the Vargas State, Protestants of various denominations spoke against a possible return of a constitutionally recognized as the official religion in Brazil. Catholics responded claiming that Protestants wanted to end the religious taste of Brazil, teaching for doctrines evil, spreading false bibles, and going against the institution that was present in the country since the first arrival of Europeans. The talks broke of lay organizations, as well as clerics. Our goal in this work is to analyze some speeches against the Protestants present in some Catholic periodicals that circulated in the country during the period suggested: *A Tribuna*, *A Gazeta e Sálve Maria*. In the analysis of the sources we proposed the use of discourse analysis and we also analyze the conflicts of representations present in the clash. Thus, we believe contribute to discussions about religion and religiosity in Brazil in the period proposed.

Keywords: Catholic Church, Antiprotestantism, Brazil.

Durante os anos de 1930 a 1945, percebe-se uma união não oficial entre o Estado e a Igreja Católica no Brasil. É importante destacar que logo quando chegou ao poder, Getúlio Vargas percebeu que teria na Igreja Católica uma forte aliada para a manutenção do seu governo. Segundo Alcir Lenharo (1986), Vargas aproveitou a religião para usá-la como instrumento de dominação. O domínio da fé por parte dos católicos teria ficado evidente. O Estado precisava manter o espírito cristão e Getúlio Vargas precisava ser visto como Pai da nação em uma perspectiva cristã. Para ilustrar suas colocações, o autor cita o apelo popular na proclamação de Nossa Senhora Aparecida como padroeira do Brasil, onde estiveram

presentes diversas lideranças políticas. A igreja também teria feito sua parte apoiando o Estado em questões políticas delicadas.

Robinson Cavalcanti (1994) relatou que essa união não era oficial, mas oficiosa. Segundo o autor, diversas reivindicações católicas foram cedidas pelo Estado. Esperava-se apoio da instituição que era uma das mais antigas do país, e que congregava a maioria dos brasileiros, mesmo que muitos dos que se declaravam católicos não fossem assíduos frequentadores da instituição.

Observando o que descreve os autores acima, percebe-se uma troca de favores entre Estado e Igreja nesse período o que deixava participantes de outras religiões descontentes com o então presidente do país. Uma parte dos descontentes eram os protestantes. As diversas denominações já presentes no Brasil naquele contexto expressavam, principalmente através da imprensa, suas indignações com a forma com que Vargas geria a questão religiosa no país, cobrando um Estado separado da religião (TEIXEIRA, 1933).

No presente trabalho, serão analisados os discursos antiprotestantes proferidos por católicos em periódicos no período proposto. Esses discursos se davam principalmente em três frentes: política, educacional e religiosa. A partir de agora, será elencado nessa ordem, exemplos desse antiprotestantismo encontrados nas documentações propostas para o presente trabalho.

Política aliada à religião

Desde a chegada de Vargas a presidência em 1930, a Igreja Católica deu mostras muito claras que estava disposta a dialogar com o Estado em diversos âmbitos para manter-se no poder. Havia aqueles que pensavam na volta de uma união política, reconhecida constitucionalmente com o Estado, enquanto outros pensavam que deveria a Igreja andar ao lado das lideranças políticas, mas não necessariamente está ligado a elas legalmente. Contrários a tais uniões, protestantes contradiscursavam¹³⁹ lembrando que o Brasil era laico, criticando a aproximação acima citada como uma afronta ao sistema político vigente no país (TEIXEIRA, 1933).

Essas reivindicações protestantes fizeram com que lideranças eclesiásticas e mesmo leigas, combatessem o discurso protestante com mais afinco, em prol de um sistema que privilegiasse os católicos em detrimento de outras instituições religiosas. Nos periódicos eram constantes as acusações contra os evangélicos, mostrando que esses não estavam a par das necessidades do país que na consciência católica, passava por uma religião única, nacional e que estava em terras brasileiras desde a chegada dos primeiros europeus.

¹³⁹ Contradiscursos são enunciados contrários às elocuições difundidas por algum grupo organizado, ou por intelectuais. Tais propostas em sua maioria são enunciados antagônicos que disputam a legitimidade e a dizibilidade de teorias políticas, sociais e culturais (FOUCAULT, 2004).

Discorria *A Gazeta* (1932: 4) sobre os protestantes que não aceitavam a aproximação política da Igreja com o Estado:

Que a oficialização da Igreja Romana [...] seja uma monstruosidade, só podem dita-lo consciências trabalhadas pelos gritos de desespero e furor satânico de uma seita acatólica que se precipita e se afunda dia a dia, na indiferença do desprezo público, e é um insulto grosseiro, que repito, lançado como desafio a maioria dos brasileiros que são católicos romanos [...].

Observando o discurso acima, pode-se inferir algumas considerações sobre o pensamento da Igreja quanto o que pensavam os evangélicos a respeito de uma possível reaproximação do catolicismo com o Estado. Segundo o periódico, as mentes protestantes estavam sendo dominadas por um pensamento diabólico. O diabo inclusive seria responsável pela criação das diversas denominações protestantes, que no discurso católico era a divisão de um cristianismo que Cristo tinha formado como único (A GAZETA, 1931: 9). Esse pensamento diabólico, segundo o periódico, se dava à medida que os protestantes estavam tentando legislar em “causa própria”, não se preocupando com a maioria dos brasileiros que eram católicos. Outro ponto interessante na visão de *A Gazeta*, era o “desprezo público” por parte dos protestantes, à medida que esses discordavam da oficialização do catolicismo. Não aceitar a religião da “maioria dos brasileiros”, seria não pensar na coletividade, insultar grosseiramente o sentimento da nação e discordar da voz divina indo de encontro à voz satânica.

Um discurso corrente entre os católicos contra os protestantes era a forma que estes estavam “organizados”. Era uma “organização desorganizada” na visão da Igreja Romana, e isso era devido as diversas denominações protestantes que se espalhavam pelo mundo, chamada pelos católicos de seitas. “Em verdade, o protestantismo não tem direito algum de dizer que conservou ou que ensina a doutrina de Cristo” (A GAZETA, 1935: 4). Nos discursos católicos, o país naquele momento estava precisando de pontos que unisse a nação. Uma língua nacional (criticavam os luteranos do sul do país que realizavam os cultos em alemão), uma política nacional (defendiam o nacionalismo presente no discurso de Vargas) e uma religião única e nacional. Os protestantes então não teriam “moral” em seus discursos de reivindicações políticas naquele momento. Seriam doutrinas que viviam em discórdia, se subdividindo a todo o tempo, e que poderiam influenciar a mente dos brasileiros causando divisões e discordâncias políticas não aliadas ao projeto nacionalista que o país “almejava” (SALVÉ MARIA, 1939: 4).

O protestantismo era visto como um “monstro” que tinha deturpado boa parte da política da Europa, toda a política norte-americana e agora estava preste a destruir a política brasileira. Teriam se unido aos liberais no século XIX e conseguido um de seus objetivos de destruição da nação que foi a separação da Igreja com o Estado. Agora estavam como uma avalanche querendo destruir a nação brasileira em todos os seus aspectos. Metaforizava o periódico *A Tribuna*.

Desorientada pela Reforma, uma grande parte da sociedade européa tomou um aspecto de um imenso bloco de gelo, levado de um lado para outro, quebrando-se, partindo-se, desaparecendo [...] Dos rios gelados, dos mares frios, desceriam ondas destruidoras. Pervertendo principios. Destruindo sociedades. E foi o que se deu (A TRIBUNA, 1930a: 1).

É interessante o recurso linguístico usado pelo periódico ao se referir ao protestantismo. Teria os evangélicos um poder de destruir uma sociedade que possivelmente possuía bases sólidas. Tratava-se de um monstro que amedrontava países que historicamente eram mais organizados politicamente se comparado ao Brasil. Essas nações agora estavam sem direção, “à deriva” como um iceberg levado para onde o vento e o mar as guiassem. As diversas sociedades que abraçaram o protestantismo, principalmente o discurso político proveniente das ideias da reforma estavam pervertidas, e agora, isso estava prestes a acontecer com o Brasil. “Alertava” os políticos brasileiros o periódico *Salvè Maria*: “[...] eles querem um Brasil grande, poderoso, glorioso. Sabem, porém, que só a religião católica o pode tornar tal” (SALVÈ MARIA, 1939: 4).

Interessante também é o discurso contido na citação anterior. Caso o Brasil não pretendesse se tornar um país pequeno, não teria outra solução, muito menos se aliar a outra religião. *A Tribuna* já tinha mostrado o quer seria um país com ideais protestantes e agora o *Salvè Maria*, mostra que para não ser “destruído” como ocorrera com as nações europeias, não havia outro caminho se não aliar-se a Igreja Católica.

O Brasil com a República estava se “desviando” dos propósitos de sua formação. Teria nascido sob os auspícios do catolicismo, que por um tempo o protestantismo teria tentado destruir, mas que os “propagadores da verdade” não permitiram. Não poderia o Brasil dar “brechas” para seitas que só tinham como objetivos destruir a nação.

A tradição brasileira é toda catholica: o jesuita parece que veio propositalmente alicear nas terras de Santa Cruz o sentimento catholico de um povo, defendendo-o naquelles tempos de reforma religiosa, do herege de todas as côres que do Maranhão a Coligny tentou semear os germes de Luther e de Calvino. Nós reagimos. Parecia que Nosso Senhor de proposito encompridava a vida de seus missionarios a fim de que pegasse o bem [...] Com quarenta annos de Republica positivista, racionalista, leiga athéa, as sementes que Nobrega e Anchieta plantaram se reproduzem máu grado todas as vicissitudes na floresta immensa da Igreja eterna de Roma (A TRIBUNA, 1930b: 4)

É nítida a preocupação da Igreja Católica em reafirmar-se como tradição dos brasileiros e como instituição cofundadora do Brasil. Seus discursos eram de propostas de defesa do país. As investidas dos luteranos e dos calvinistas desde o período colonial não sairia vencedora, haja vista a presença da instituição que seria a guardiã do verdadeiro cristianismo no país. Com a Proclamação da República, veio à decepção. O Estado teria deixado de reconhecer aquela que o teria ajudado durante vários anos a

governar o país. Tratava-se de um mal grado, uma afronta, um não reconhecimento pelos serviços prestados ao Brasil, ainda quando esse era colônia Portuguesa.

Educação aliada à religião

Outro motivo de querela observado nas documentações pesquisadas entre católicos e protestantes diz respeito à educação. Os católicos criticavam a forma que os protestantes criavam seus filhos, a maneira que os evangélicos conduziam as escolas confessionais, e principalmente o fato de os protestantes discordarem da introdução do ensino religioso nas escolas públicas, mesmo que de forma facultativa.

Os filhos católicos deveriam fazer catecismo, estudar em escolas confessionais e em hipótese alguma numa escola protestante. Seria uma *afronta à fé e aos bons costumes presentes na tradição familiar brasileira*, que vinha desde os primeiros contatos do cristianismo com a *Terra de Santa Cruz*. “Alertava” o periódico *A Tribuna*: “Cuidado paes de famílias. Se quereis conservar a fé de vossos filhos não permittaes que elles se eduquem em collegios protestantes” (A TRIBUNA, 1930c: 2). As crianças deveriam *rezar* antes de dormir, gravar orações dos santos, ir à igreja aos domingos, respeitar a autoridade de todos os líderes religiosos. Desde o nascimento deveriam ser inseridas na fé cristã, sendo batizadas, possuindo padrinhos, que assumiriam a responsabilidade pela criação caso os pais viessem a falecer. Criticavam diversas igrejas protestantes, como a igreja Batista por não batizar os filhos recém-nascidos.

Ao começar a ler, eram instruídas ao ensino nas igrejas (catequese), e posteriormente faziam primeira comunhão, crisma, até atingirem a idade adulta e casarem, virgens e com a condição de não se divorciarem nunca. Vale ressaltar que esses princípios descritos não estiveram presentes na doutrina católica apenas nos anos de 1930 e 1945. Porém, foi nesse período que houve uma grande ênfase nesse tipo de discurso, haja vista a perda de fiéis para outros credos religiosos, além do protestantismo. As famílias católicas viam isso como forma de manter seus filhos fiéis à religião, não se *contaminando* com as *doutrinas nefastas* (protestantes, espíritas, comunistas) que destruíam a moral de um cristão romano (A TRIBUNA, 1930d: 1). Esperavam com essa educação que as meninas, por exemplo, se tornassem “a mãe verdadeiramente prudente”, que prestaria a seu filho “o maior beneficio possível, não deixando passar uma falta, um erro cometido, sem avisá-lo mostrar-lhe caridosamente a inconveniencia do seu proceder” (A TRIBUNA, 1942: 1, 5).

Mas a principal reivindicação católica quanto a educação na Era Vargas diz respeito à implantação do ensino religioso em escolas públicas. Algo que foi repudiado pelos protestantes, mas louvado pelos católicos. Descrevia sua satisfação o periódico *A Tribuna*:

Em todo o Brasil, após a jornada revolucionaria de outubro, formou-se a frente unica dos catholicos contra o laicismo da constituição brasileira, que é uma afronta ás tradições catholicas da nação inteira [...] Apesar das primeiras escaramuças ameaçadoras

de um inimigo desleal, a ideia incrementou-se e criou vulto na alma católica de Pernambuco e a sua defesa continuou [...] Agora veio o triunfo. O Ministro Francisco Campos apresentou ao Presidente Provisório da República e este sancionou o projeto de ensino religioso facultativo nas escolas. Era uma aspiração da nação inteira que nasceu, viveu e continua católica. O brasileiro rejeita o protestantismo que o dólar norte-americano quer nos impor para quebrar nossa soberania com o biblismo standardizado de uns quantos negociadores de nossas crenças [...] É por isso que a alma nacional vibra de alegria com o decreto patriótico que consulta os interesses espirituais e sociais da nação inteira porque só a moral católica é que pode preparar uma nacionalidade forte, capaz de enfrentar as influências perniciosas do ateísmo destruidor e do bolchevismo que tenta avassallar e arruinar os povos (A TRIBUNA, 1931: 1).

Ao observar a citação anterior, percebe-se que o periódico faz menção a alguns aspectos que serão usados pelos católicos na reivindicação de outros “direitos”, por se considerarem a maioria no país.

O primeiro ponto levantado é quanto ao laicismo, que seria inoportuno de ser implantado em um local que desde sua “fundação” mantinha as tradições católicas. Esse laicismo teria tido início a partir do momento em que o Estado se separou da Igreja. O segundo, o do “triunfo” citado pelo jornal, é que o ensino religioso nas escolas seria um desejo da nação “inteira”, o que deveria ser levado em conta pelo governo. É certo que essa “nação” não incluía pessoas de outros credos, ateus, maçons, comunistas, etc. O terceiro, é que a “nação brasileira” tinha ódio dos protestantes, que eram antinacionalistas e tentavam implantar a economia e o modo norte-americano de distribuição e venda de bíblias no Brasil. Esse nacionalismo vai ser inclusive uma das bandeiras da Igreja Católica na sua tentativa de se alinhar ao Estado durante a Era Vargas.

O antiprotetantismo fica claro nas palavras do redator do periódico. Esse teria sido inclusive o responsável pela crise econômica que estava passando o país. O “ódio”, algo que antes era repudiado, agora entra no vocabulário católico como algo positivo, por ser uma afronta a quem era tido como um dos responsáveis pelo atraso do país.

É interessante observarmos bem o discurso nacionalista da Igreja Católica. Um país que quisesse manter as tradições nacionais, segundo a instituição, deveria ter uma língua nacional, uma religião nacional, uma economia nacional e uma política nacional. Quanto à questão da língua, muitos protestantes no Sul do país eram criticados por manterem escolas e cultos em suas línguas de origem, como é o caso de algumas comunidades luteranas alemãs (BOEMENY; COSTA; SCHWARTZMAN, 2000).

A “verdadeira” religião cristã

Um discurso corrente nas documentações católicas e protestantes no período proposto para a redação do presente texto é quanto às querelas religiosas. Não era difícil nos periódicos católicos

encontrar um artigo criticando a religiosidade protestante e a forma como esse(s) grupo(s) se organizava(m). Dentre as “acusações” frequentes estão à venda e distribuição de “bíblia falsas”, a pluralidade de denominações e as doutrinas “anticristãs” pregadas pelos diversos seguimentos protestantes espalhados pelo país.

Discorria *A Tribuna*:

O protestantismo, dia a dia, deseja conquista, novos campos de acção, e implantar a semente de sua doutrina nefasta e antichristã, no seio do povo brasileiro. Ultimamente, a malfazeja seita, esmagada por sua propria miseria moral, e aterrorizada pelo esplendor do Catholicismo, tem empregado todos os seus esforços, afim de conseguir seu fim intrencionado, penetrando, com todo o cynismo, nos proprios arraiaes catholicos [...] os srs. protestantes, têm voltadas as suas vistas [...] e formar para o futuro, em nosso seio, um ninho de uma sementeira de inimigos da Igreja e da Relihião (A TRIBUNA, 1931b:2).

Alguns pontos podem ser destacados da citação acima. O primeiro segundo *A Tribuna* seria quanto à “audácia” dos evangélicos em querer conquistar “novos campos de ação” para implantação da doutrina protestante no país. Tratava-se de uma doutrina anticristã, nefasta que não coadunava com os princípios do verdadeiro cristianismo, que nesse caso era o católico. Outro ponto diz respeito à questão moral. As “malfazejas seitas” protestantes não possuíam ética, vivendo um cristianismo miserável e com o objetivo de destruir as convicções católicas do “povo brasileiro”. O objetivo protestante no Brasil seria criar angariar adeptos inimigos da Igreja Católica, e como ela se declarava a religião da maioria dos brasileiros, os protestantes também estariam se voltando contra a nação.

Textos sobre “os erros, ignorâncias e iscoerências dos protestantes” (SALVÈ MARIA, 1944: 37) continuaram a ser divulgados nos periódicos católicos. Uma das críticas feitas por parte da Igreja era quando as “bíblia falsas”. As bíblia usadas nas igrejas advindas da Reforma Protestante possuem sete livros a menos que as usadas na Igreja Católica. São os chamados livros apócrifos.

O ultimo ponto a ser destacado dentre os discursos anticatólicos é quanto à questão da pluralidade de denominações protestantes. Chamadas muitas vezes de seitas (A GAZETA, 1935), eram criticadas principalmente por não possuírem unidade. Os católicos alegavam que tais credos não deveriam ser aceitos no Brasil, pois eram sinônimos de divisão. Se não conseguiam organizar-se em torno de um ideal religioso, nunca poderiam dar ao país a unidade política “desejada” pela nação (A GAZETA, 1931).

Os discursos analisados no presente texto foram uma constante durante toda a Era Vargas. Não o objetivo do presente texto, analisar cronologicamente as ações católicas contra o protestantismo no Brasil, mas procurar entender, as possíveis “razões” levantadas pela Igreja, na tentativa de barrar o crescimento evangélico no país. A Era Vargas foi escolhida, pois percebe-se que nesse período há um crescimento nas Ações Católicas espalhadas pelo Brasil, e um dos objetivos desses grupos ao criticar as

religiosidades protestantes, era firmar-se como a religião responsável pela unidade social, política e religiosa da nação.

Fontes

Acerca da educação cristã da juventude. **A Tribuna**. Recife, 10 abr. 1930d. p. 1.

A confusão protestante. **A Gazeta**. Recife. 25 dez. 1931. p. 9.

Colégios protestantes. **A Tribuna**. Recife, 29 mai. 1930c. p. 2.

E' um monstro. **A Tribuna**. Recife. 06 mar. 1930a. p. 1.

Investida protestante. **A Tribuna**. Recife. 16 abr. 1931b. p. 2.

O ensino religioso nas escolas. **A Tribuna**. Recife, 07 mai. 1931a. p. 1.

O protestantismo. **Salvè Maria**. Recife. Mar-Abr. 1944. p. 37.

Ordem e disciplina. **Salvè Maria**. Recife. Jun. 1939. p. 4.

O segredo da educação. **A Tribuna**. Recife, 18 abr. 1942. p. 1, 5.

Resposta á Liga Pelo Estado Leigo. **A Gazeta**. Recife. 07 fev. 1932. p. 4.

Seitas protestantes. **A Gazeta**. Recife. 12 mai. 1935. p. 4.

TEIXEIRA, Theodoro R. A separação absoluta do Estado e da Igreja. **O Jornal Baptista**. Rio de Janeiro. 19 Jan. 1933. p. 1.

Tradição brasileira. **A Tribuna**. Recife. 27 nov. 1930b. p. 4.

Referências

BOEMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Maria Ribeiro; SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: Paz e Terra / Fundação Getúlio Vargas, 2000.

CAVALCANTI, Robinson. **Cristianismo e política: teoria bíblica e prática histórica** – 3ª ed. São Paulo: Temática Publicações, 1994.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. – 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

LENHARO, Alcir. **Sacralização da política** – 2ªed. Campinas: Papyrus, 1986.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico**. – 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

Formação Religiosa e Social através de Hinos: uma análise da contribuição do Cantor Cristão ao projeto formador batista

Taciana Brasil dos Santos

FaE/UFMG

CAPES/REUNI

tacianabrasil@yahoo.com.br

Resumo: A partir da segunda metade do século XIX, a doutrina batista inseriu-se no Brasil através da imigração e do trabalho missionário. Herdeiros da tradição do Grande Despertar, os missionários se valiam de pregação itinerante e da utilização de cânticos para disseminar sua mensagem. Os cânticos mais comuns entre o grupo estão reunidos no hinário *Cantor Cristão*. Havia cânticos para utilização nas mais variadas situações. Em suas letras, podem-se perceber representações do modo de vida e conduta considerado apropriado para os fiéis da denominação, tanto na esfera particular e religiosa quanto na esfera pública, no convívio social. Através da análise dessas letras, pretendo demonstrar como a Igreja Batista desejava formar e conformar seus fiéis, educando sua sensibilidade e sua forma de se portar em sociedade.

Palavras-chave: Formação humana; música sacra; igreja batista.

Resumen: Desde la segunda mitad del siglo XIX, la doctrina Bautista fue introducido en Brasil a través de la inmigración y el trabajo misionero. Herederos de la tradición del Gran Despertar, los misioneros se sirvieron de la predicación itinerante y el uso de canciones para difundir su mensaje. Las canciones más comunes entre los del grupo se reunieron en himnario llamado *Cantor Cristão*. Hubo canciones para su uso en diversas situaciones. En sus cartas, se puede ver representaciones de la forma de vida y comportamientos considerados adecuados para los fieles de la iglesia, tanto en la esfera privada y religiosa y en la esfera pública, en la vida social. A través del análisis de estas cartas, tengo la intención de demostrar cómo la Iglesia Bautista quería formar y moldear sus seguidores, la educación de su sensibilidad y cómo comportarse en la sociedad.

Palabras clave: formación humana, música sagrada, Iglesia Bautista.

O valor da música, no culto protestante, remete às origens da reforma. Martinho Lutero, reformador e compositor, utilizava salmos metrificados e adaptações de melodias populares com letras sacras em seus cultos. Calvino, reformador suíço, apesar de ser contrário ao uso de música no culto, passou a imitar as igrejas luteranas, utilizando melodias com letras bíblicas nos cultos em Genebra. Embora inicialmente as canções protestantes tivessem um caráter predominantemente popular, aspectos da cultura letrada também as influenciaram. Nos Estados Unidos, era comum que os grupos protestantes produzissem coletâneas de hinos que eram utilizados por cada denominação. Escolas de canto, em que professores viajantes passavam de cidade em cidade construindo uma cultura musical, também eram comuns. O órgão se configurava como instrumento de culto eclesialístico naquele país¹⁴⁰, enquanto que o piano passava a ser utilizado na Europa. A partir do **Grande Despertar**, porém, o acréscimo numérico significativo de negros às igrejas protestantes americanas – inclusive às batistas – trouxe consigo influências musicais, dentre elas a polifonia vocal e rítmica, colaborando à singularidade das canções. As

¹⁴⁰ Ephigenia Roe Maddox, missionária americana em Minas Gerais e fundadora da **Escola Baptista de Bello Horizonte** (atual Colégio Batista Mineiro), era organista de sua igreja nos Estados Unidos (MADDOX, 2008).

tradições de baladas galesas e de marchas e valsas francesas também influenciaram a musicalidade protestante americana. Além disso, a utilização de instrumentos de sopro, como em bandas militares, tornou-se prática comum na musicalidade protestante (BARBOSA, 2009). A influência do romantismo possibilitou que as emoções e a devoção fossem expressas nas letras das canções, tornando-as expressão de uma forma de religiosidade fortemente pessoal – traço característico deste período (SANTOS, 2006).

O *Cantor Cristão*, hinário utilizado nas igrejas batistas brasileiras, é herdeiro das tradições acima descritas. Foi o segundo hinário evangélico a ser publicado no Brasil, em 1891. O primeiro, *Salmos e Hinos*, foi difundido no Brasil pelo casal missionário Kalley, escoceses congregacionalistas. Este hinário foi largamente utilizado também pelos missionários batistas, até a publicação de sua própria coletânea (SANTOS, 2006). O *Cantor Cristão* pode ser considerado iniciativa do missionário Salomão Luiz Ginsburg, autor e tradutor de um grande número de hinos. Inicialmente, era composto por 16 hinos. Em 1921, já em sua 17ª edição, contava com 571 hinos. Apesar do rápido aumento no número de hinos, a apresentação da edição de 1914 trazia a seguinte afirmação: “Sentimos ter que confessar que ainda não é o que almejávamos que fosse...” (Cantor Cristão, 14ª edição, 1914, *apud* Cantor Cristão, 4ª edição com música, 1971: *s.p.*). A partir de 1924 foram impressas versões com partitura. Estas versões podem apontar para duas possibilidades. A primeira diz respeito à concorrência causada pelo primeiro hinário batista no Brasil com pauta musical, denominado *Lyra Cristã*, e publicado em 1919 pelo missionário William Edwin Entzminger (cf. SANTOS, 2006). A outra possibilidade diz respeito à permanência das melodias originais dentre os crentes brasileiros. É possível que a publicação de edições com partitura estivesse associada ao temor do esquecimento das melodias originais e de uma nova musicalização das letras, em maior conformidade com a cultura musical brasileira. Este temor nasceria da tradicional associação, feita pelos grupos protestantes, entre cultura e religião popular ao paganismo (cf. BARBOSA, 2009). Dentre os protestantes brasileiros, mesmo o uso de certos instrumentos, como o piano e o violino, poderiam ser interpretados como práticas mundanas, devido ao frequente uso destes em cabarés. (BARBOSA E SILVA, 2010). Por outro lado, as edições com partitura seguiam a tradição inaugurada pelo calvinista Claude Goudimel e traziam a maioria das melodias impressas a quatro vozes (soprano, contralto, tenor e baixo), com a liderança do soprano, favorecendo e estimulando a formação de corais¹⁴¹. Algumas delas seguiam a tradição do também calvinista Bourgeois¹⁴², ou seja, uma única linha melódica cantada por toda a congregação, e não apenas pelo côro (SANTOS, 2006).

Muitas das melodias do *Cantor Cristão* provêm de hinos tradicionais americanos ou europeus. Alguns são composições de autores externos ao grupo, como por exemplo, Haendel (hino 26) e Mozart (hinos

¹⁴¹ Embora não tenha sido possível localizar nas fontes referentes ao estado mineiro a importância do canto coral dentre o grupo eclesialístico pesquisado, na Argentina este era comumente utilizado nas sociedades de jovens e no trabalho evangelístico (cf. Rodriguez, 1930).

¹⁴² O hino 8 do *Cantor Cristão* é um destes: herdeiro da melodia *Old Hundredth* composta pelo autor para o Salmo 100.

296 e 516). Outros são adaptações de canções populares, como a alemã *Ein' Feste Burg*, adaptada pelo reformador Martinho Lutero¹⁴³, traduzida para o português por J. Eduardo Von Hafe, e publicado sob o número 323 no *Cantor Cristão*, com o título “Castelo Forte”. Nem todas as canções são originárias da denominação batista, como se implantou no Brasil: algumas, como o hino 250, “Quase induzido”, possuem letra de tendência soterológica calvinista¹⁴⁴. Devido às convicções teológicas do grupo, a mesma melodia foi publicada sob o número 251, com o título “Quase achegado”, e o problema teológico corrigido, adotando uma tendência arminianista¹⁴⁵. Vários hinários são apontados como fontes para as melodias utilizadas no *Cantor: Brudergemeine, Cantiques Du Messenger, Cantus Diversi, Chants de Delivrance et de Combat, Gesangbuch der Herzogl, Katholisches Gesangbuch, Lyra Davidica, Neuvermehrtes Meiningsches Gesanbuch, Reichs Lieder, Salmos e Hinos, Salvation Army Music, Singvoegelein* (CANTOR CRISTÃO, 1971).

Com relação às letras, é possível enumerar mais de 250 pessoas envolvidas com a composição e tradução das letras. Algumas delas são provenientes de textos bíblicos, como o Salmo 1 (hino 388), Salmo 98 (hino 26), Salmo 103 (hinos 56 e 131), Salmo 139 (hino 353), Salmo 145 (hino 2). Em alguns casos, é citado o hinário de origem, e não o autor: o hino 152 é proveniente do *Hymns for the Young* e o 166, da *Seleção de Rippon*. Destacam-se, dentre os autores e/ou tradutores de letras no *Cantor Cristão*, o já citado Ginsburg (102 hinos), William Edwin Entzinger (72), Henry Maxwell Wright (61), Manuel Avelino de Souza (29) e Ricardo Pitrowsky (23). Autores como Isaac Watts (6), William B. Bradbury (13) e o metodista Ira David Sankey (44), que se tornaram conhecidos nos Estados Unidos por seus hinos (cf. Barbosa, 2009), também colaboraram à composição do hinário batista.

O *Cantor Cristão* contém algumas melodias voltadas para a utilização na liturgia do culto batista: 26 hinos de chamada ao culto, 9 de chamada à leitura bíblica e 21 para responsórios ou para final de culto. Existem ainda hinos para o batismo, a ceia, o apelo ao pecador, decisão por Cristo, consagração de templo, celebração do domingo, natal, páscoa, consagração ao ministério pastoral, evangelização, fim de dia e funerais. Uma quantidade significativa de hinos descreve o que se representa como vida cristã entre o grupo. Existem hinos voltados para a infância e a juventude. As missões, nacionais e estrangeiras, também são representadas. Em edições posteriores à de 1921, foram acrescentados outros hinos, alguns dos quais de cunho fortemente nacionalista, exaltando as qualidades do brasileiro, de nossa agricultura e da

¹⁴³ Este método era chamado pelo reformador de contrafação (cf. Barbosa, 2009).

¹⁴⁴ A soterologia calvinista é uma interpretação do texto bíblico no que se refere à salvação da alma do homem. Um de seus principais pontos é a inexistência de livre arbítrio humano no que diz respeito à salvação de sua alma. O homem, nesta concepção, seria incapaz de arrepender-se de seus pecados e buscar a salvação, a menos que o próprio Deus o impulsione a isso. Sendo assim, cada ser humano teria sido previamente predestinado por Deus à salvação da alma ou à condenação ao inferno. Maiores informações sobre a soterologia calvinista em Grudem (1999).

¹⁴⁵ A soterologia arminiana ou arminianista é uma interpretação do texto bíblico no que se refere à salvação da alma do homem. Um de seus principais pontos é o livre arbítrio e a capacidade humana de escolher entre a fé em Cristo e a consequente salvação da alma, ou a incredulidade e a consequente condenação ao inferno na vida após a morte. Maiores informações sobre a soterologia arminiana conforme adotada pelos batistas em Langston (1999).

natureza em nossas terras. O Hino Nacional Brasileiro, o Hino da Proclamação da República do Brasil e o Hino à Bandeira Nacional também passaram a fazer parte do *Cantor Cristão*. É interessante que não haja hinos específicos para as assembleias, tão importantes na prática batista. Talvez isso expresse que os próprios batistas pensem nas assembleias como parte constituinte de sua civilidade, e não de sua religiosidade. Por outro lado, existem 14 hinos que constroem representações de Deus como guia – e que poderiam ser utilizados nas assembleias para pedir direção divina para o voto pronunciado por cada membro.

Com relação às representações construídas através do hinário, enfocarei a seguir as referentes à vida cristã considerada adequada ao fiel batista. Assim sendo, pude perceber que se espera uma trajetória de vida semelhante à retratada no hino 89, “O Poder do Sangue”¹⁴⁶:

Do teu **pecado** te queres livrar? Seu sangue tem poder, sim tem poder.
Almejas tu do **maligno** escapar? Seu sangue tem este poder.

Há poder, sim, força sem igual
Só no sangue de Jesus;
Há poder, sim, prova o pecador.
Oh! Aceita o dom de Jesus!

Queres com a tua **vaidade** acabar? Seu sangue tem poder, sim tem poder.
Vícios, paixões, queres tu dominar? Seu sangue tem este poder.

Teu **coração** queres **purificar**? Seu sangue tem poder, sim tem poder.
Todas as **manchas** te pode tirar; seu sangue tem este poder.

Queres entrar no **serviço real**? Seu sangue tem poder, sim tem poder.
Queres também ser um **servo leal**? Terás no seu sangue o poder. (Grifos meus.)

A trajetória idealizada para o fiel batista contemplava um desejo inicial de se desfazer dos pecados e se livrar do maligno, passando pelo fim da vaidade e vícios, prosseguindo na purificação do coração e culminando na inserção no “serviço real”, como “servo leal”.

O **pecado**, através das atitudes consideradas pecaminosas (cf. Langston, 1983), é pouco descrito no hinário. O hino 249, “Banquete de Belsazar”, faz alusão ao julgamento divino pronunciado “numa orgia nefanda”, sobre “o rebelde Belsazar”. Após parafrasear a narrativa bíblica do livro de Daniel sobre o monarca babilônico, o hino é concluído com a estrofe abaixo:

Tua vida, ó amigo
Nesta hora escrita está
O registro dos teus atos
Deus, no céu, escreve já;

¹⁴⁶ Todas as citações deste tópico foram retiradas de **Cantor Cristão**. 4ª edição com música. Rio de Janeiro: JUERP, 1971. A referida bibliografia não possui números de páginas.

Que Jesus, pois, te faça
 Tal escrita compreender,
 Que, em havendo tempo, possas
 Sua graça receber.

Ou seja, os batistas acreditavam na iminência de um julgamento divino sobre aqueles que praticassem atos como o de Belsazar – neste hino, descritos pelas palavras “orgia” e “rebelde”. A alusão à “orgia nefanda” do babilônio torna-se emblemática quando consideramos o valor cultural das festas em nosso país – sobretudo o carnaval –, e como as mesmas têm sido vistas com maus olhos pelos religiosos das mais diversas linhas ao longo do tempo. Cabe recordar que o carnaval carioca de 1919 foi descrito por Nelson Rodrigues em *A menina sem estrela* (1993) como uma celebração da vitória sobre a gripe espanhola – celebração esta marcada por um “desabamento de usos, costumes, valores, pudores” (p. 56). Ao som de marchinhas de duplo sentido, relata o autor, “Desde as primeiras horas de sábado, houve uma obscenidade súbita, nunca vista, e que contaminou toda a cidade” (p. 58). Os missionários batistas não poderiam permitir que seus fiéis fossem expostos a tais acontecimentos, sem oferecer sua própria interpretação sobre os mesmos – como visto acima, interpretação sempre ligada ao pecado e julgamento divino. Ainda acerca da relação entre os batistas e as festas populares, Machado (1999:67) relata que, para o grupo, “A igreja “imaginada” não pode se permitir contaminar pelos ‘maus costumes’, que não nos parecem ser outra coisa senão manifestações culturais historicamente construídas” (aspas originais). Alvim (1999) afirma que nem mesmo a ideia de festas religiosas era vista com bons olhos, sobretudo pelos protestantes. Com relação à rebeldia, ela se torna uma ameaça por causar uma desestabilização, desorganizando as práticas que até então eram consideradas normais dentro da denominação (cf. Machado, 1999). É interessante, com relação a este assunto, questionar: se para os batistas era tão importante a autonomia do indivíduo e sua liberdade de consciência, o que seria o limite entre rebeldia e autonomia? Por outro lado, é notório que o hino sugere a necessidade de o homem ser levado por Deus à compreensão de sua condição pecadora. Para os batistas, a liberdade humana era absoluta, mesmo para aceitar ou rejeitar o convencimento, da parte de Deus, do pecado e da necessidade de redenção da alma. Estes trechos do hino 230, “Deus chamando”, demonstram isso mais claramente:

Deus sempre insiste em me chamar,
 Eu inda estou a demorar;
 O aviso devo eu atender
 E para o Salvador correr.

Ei-lo a convidar-me!
 Ele quer salvar-me!
 E com persistência
 Deus me chama sempre;
 Com ternura chama,
 Com amor me chama,
 O Senhor insiste sempre em me chamar.

Ou seja, a ideologia liberal, vestida na soteriologia batista com roupagem de arminianismo, concede ao homem liberdade suficiente para ir contra os planos e desejos divinos, e ao mesmo tempo outorga ao ser humano importância suficiente para que o próprio Deus seja persistente com ele, chamando-o para a salvação e aguardando sua resposta. Para o batista, é possível que o homem ouça falar “dessa graça sem par,/que do céu trouxe nosso Jesus”; e escolha a resposta: “...eu surdo me fiz,/converter-me não quis” (CANTOR CRISTÃO, 1971, hino 396).

O **maligno**, do qual o fiel batista também deve fugir, é pouco descrito, mas sempre como um inimigo espiritual. Se observarmos o já citado hino 89, perceberemos que o pecado e o maligno aparecem na mesma estrofe – o que cria a possibilidade de entendermos que, para o autor da canção e para os que dela se utilizavam, esses dois elementos estavam intimamente interligados. Muito possivelmente, a presença de um implicaria na presença do outro. O hino 323, “Castelo Forte”, traduz a esperança do fiel de que Deus o livre desse perigo:

Castelo Forte é nosso Deus, espada e bom escudo,
Com seu poder defende os seus em todo transe agudo.
Com fúria pertinaz persegue Satanás,
Com artimanhas tais e astúcias tão cruéis,
Que iguais não há na terra.
(...)
Se nos quisessem devorar demônios não contados,
Não os podiam assustar, nem somos derrotados.
O grande acusador dos servos do Senhor
Já condenado está; vencido cairá
Por uma só palavra.

Percebe-se, nos hinos que tratam sobre o assunto, forte dualismo com relação ao mundo espiritual. No hino 323, há utilização de termos que criam a representação de alguém que está sempre do lado contrário de Deus e de seus fiéis: “Satanás”, “demônios não contados”, “grande acusador”. Este dualismo também ocorre em outros hinos: o 324 se refere ao “malfeitor”¹⁴⁷; o 346 também o chama de “Satanás” e de “vil inimigo”; o 398, de “cruel Satanás”; o 328, de “gênio do mal”. Em todos esses hinos, essa entidade é representada como capaz de provocar medo nos seres humanos, além de enfraquecê-los (324), lhes tirar a fé (346), atacar com “vis tentações” (398), e como sendo portadora de “artimanhas tais e astúcias tão cruéis que iguais não há na terra” (323). Os hinos batistas apontam a confiança em Jesus como forma de se livrar desse mal: “por uma só palavra”, “demônios não contados” e “o grande acusador” são derrotados e deixam de assolar o fiel (323). A promessa da provisão de Deus também impede o inimigo de roubar a fé humana (346), e a confiança na proteção do Salvador faz com que o ser humano nem sequer possa ficar temeroso frente à presença de seu inimigo espiritual (324). O simples

¹⁴⁷ Embora o termo *malfeitor* também possa se referir a um inimigo físico da fé, tomei o termo como espiritual baseando-me no dualismo freqüente, e no uso do termo *Benfeitor* para referir-se a Deus, como no hino 353.

fato de alguém ser de Jesus já o torna feliz (398), pois todos os opositores ouvem o mandado de sossego do “Senhor, Rei do céu e mar”, que diz: “Convosco estou para vos salvar; sim sossegai” (328).

O **fim da vaidade, vícios e paixões** pode ser associado aos prazeres e riquezas deste mundo. A vida cristã é representada como o maior dos prazeres e alegrias (45 hinos sobre o assunto), e como a melhor realização que o ser humano pode obter: “Vivo feliz pois sou de Jesus/E já desfruto o gôzo da luz!” (375). No 146, o fiel declara: “Sei agora o que me alegra,/ (...)É Jesus que me alegra,/ Confiando em seu amor!”. O 405 é iniciado pela exclamação: “Oh! Eu sou feliz, pois já creio em meu Jesus”. Essa felicidade seria ligada a um estado espiritual, e não a circunstâncias da vida: “Se paz a mais doce me deres gozar,/ se dor a mais forte sofrer,/ Oh! Seja o que for, tu me fazes saber/que feliz com Jesus sempre sou!” (398). O relacionamento com Deus era idealizado como de grande proximidade, e acessível através da oração: “Em Jesus amigo temos,/ Mais chegado que um irmão,/ Êle manda que levemos/ Tudo a Deus em oração!” (155). Riquezas, prazeres e honras deste mundo são pouco importantes para o fiel batista idealizado no hinário, como se pode observar nos trechos do hino 395, “Cristo satisfaz”, citados a seguir:

Riquezas não preciso ter,
 Mas sim celeste bem;
 Nem falsa paz ou vão prazer,
 Porquanto o crente tem
 Eterno gôzo no Senhor,
 Por desfrutar o seu amor.
 (...)
 Do mundo as honras para mim
 Perderam seu valor,
 Já tenho a paz divina, enfim,
 Servindo ao meu Senhor.
 Terei meu gôzo principal
 Ao vê-lo em glória triunfal.

Mesmo que determinado elemento não fosse considerado pecaminoso ou diabólico pelo grupo, ainda assim sua utilização seria sempre representada como menos importante e prazerosa que a vida cristã. O hino 484, “Saudade”, expressa bem este pensamento:

Da linda pátria estou mui longe
 Triste eu estou;
 Eu tenho de Jesus saudade;
 Quando será que vou?
 Passarinhos, belas flores
 Querem me encantar.
 Oh! Vãos terrestres esplendores,
 Não quero aqui ficar!

Nem mesmo os “vãos terrestres esplendores”, que nesse hino referem-se a elementos considerados como criação divina pelos batistas (cf. Langston, 1983), são considerados dignos de atrair a atenção do fiel. Embora professe em diversos hinos sua felicidade por viver com Jesus, neste professa sua tristeza, por não poder estar com ele na “linda pátria”, que durante a vida terrena só pode ser contemplada em sonho, como ocorre no 521:

Dormindo no meu leito, em sonho encantador,
Um dia eu vi Jerusalém e o templo do Senhor.
(...)
Ainda a cena se mudou; surgia em resplendor
A divinal cidade, morada do Senhor.
Da lua não brilhava a luz, nem sol nascia lá,
Mas só fulgia a luz de Deus, mui pura em seu brilhar.
E todos que queriam, sim, podiam logo entrar
Na mui feliz Jerusalém, que nunca passará.
Na mui feliz Jerusalém, que nunca passará.

A salvação da alma, e não a vida terrena, era a fonte de alegria esperada pelo grupo. Como afirma o 276, “Meu canto extasiado,/Espera, sem cessar,/Unir-se a voz dos anjos/Alí no eterno lar”. Tal fato ocorreria na volta de Jesus, em que, para os fiéis do grupo, será estabelecido seu governo eterno, com julgamento de todas as nações e triunfo dos fiéis. O hino 112 nos exemplifica esta esperança:

Eis que em glória refulgente
Sôbre as nuvens descera,
E as nações e os reis da terra
Com poder governará.
Sim, em paz e santidade
Tôda terra regerá.
Vencendo vem Jesus!

E por fim entronizado
As nações há de julgar,
Todos, grandes e pequenos,
O Juiz hão de encarar.
E os remidos triunfantes,
Em fulgor hão de cantar:
Vencido tem Jesus!

Sobre a **purificação do coração**, será necessário primeiramente explicar o que ela significava para o grupo, para então partir para a pesquisa no hinário. Ao que tudo indica, este termo faz alusão ao estado potencialmente pecador do ser humano, independentemente da consumação de qualquer ato pecaminoso. Um dos principais pastores e teólogos batistas à época, missionário americano no Brasil, nos explica a diferença, para o grupo, entre pecado e ato pecaminoso:

Pecado, no sentido mais lato do termo, é um estado mau da alma ou da personalidade. Por causa deste estado mau o homem desobedece às leis de Deus. Quando definimos o pecado como o estado

mau da alma, incluímos nessa definição os resultados deste estado, isto é, os atos pecaminosos. Mas não devemos confundir os atos pecaminosos, que representam a manifestação deste estado, com o próprio estado. O fruto não é a árvore. Os sintomas não são a enfermidade. O fruto é a manifestação da vida da árvore. Os sintomas são a expressão da natureza da enfermidade. Também os pecados não são outra coisa senão as manifestações do pecado. O pecado é pai dos pecados. (LANGSTON, 1983:150)

Uma real purificação do coração e retirada da mancha deveria consistir na retirada do pecado enquanto “estado mau”, e não apenas dos atos pecaminosos. Sobre o assunto, temos, entre outros, o hino 123 (um dos mais conhecidos e utilizados do *Cantor Cristão* nas igrejas batistas, até os dias de hoje):

Seja bendito o Cordeiro
Que por nós na cruz padeceu!
Seja bendito o seu sangue
Que por nós pecadores verteu!
Eis, nesse sangue lavados,
Com roupas que tão alvas são,
Os pecadores remidos,
Que perante seu Deus hoje estão!

Alvo mais que a neve!
Alvo mais que a neve!
Sim, nesse sangue lavado,
Mais alvo que a neve serei!

Quão espinhosa a coroa
Que Jesus por nós suportou!
Oh! Quão profundas as chagas
Que nos provam o quanto Ele amou!
Eis, nessas chagas, pureza
Para o maior pecador!
Pois que, mais alvos que a neve
O teu sangue nos torna, Senhor!

Se nós a Ti confessarmos,
E seguirmos na tua luz,
Tu não somente perdoas,
Purificas também, ó Jesus;
Sim, e de todo pecado!
Que maravilha desse amor!
Pois que, mais alvos que a neve
O teu sangue nos torna, Senhor!

A expectativa do fiel ideal batista seria alcançar não apenas o perdão de seus pecados, mas a transformação de sua natureza, expressa através da figura de roupas brancas, sem manchas, mais alvas que a neve¹⁴⁸. Assim, ele poderia, como os outros “pecadores remidos”, apresentar-se diante de seu Deus.

¹⁴⁸ Seria no mínimo curioso considerar que os locais, no Brasil, em que a empreitada missionária batista obteve maior sucesso são justamente aqueles em que não há neve. Nem mesmo entre imigrantes europeus, que já haviam visto a neve, os batistas

E para que o fiel batista se apresentaria diante de seu Deus? Além da expectativa pelo juízo final e reinado messiânico, neste mundo ele deveria comparecer para o “serviço real”, como um “servo leal” (89). Em todo o *Cantor Cristão*, são 25 hinos que tratam acerca do trabalho cristão. O hino 422 é um deles:

Vamos nós trabalhar, somos servos de Deus,
Com o Mestre seguir no caminho dos céus;
Com o seu bom conselho o vigor renovar,
E fazer prontamente o que Cristo mandar!

No labor, com fervor, a servir a Jesus
Com esperança e fé e com oração,
Até que volte o Redentor.

**Vamos nós trabalhar, os famintos fartar,
Para a fonte os sedentos depressa levar;**
Só na cruz do Senhor nossa glória será
Pois Jesus salvação pela graça nos dá!

Vamos nós trabalhar para Cristo, o Senhor,
Contra o reino das trevas será vencedor,
Êle então para sempre exaltado será,
Pois real salvação pela graça nos dá!

Vamos nós trabalhar, ajudados por Deus,
Que coroa real nos dará lá nos céus;
Na mansão dos fiéis o descanso será
Pois Jesus salvação pela graça nos dá! (Grifos meus.)

O fiel batista é representado como servo de Deus, alguém que vai “fazer prontamente o que Cristo mandar”. É interessante observarmos que o trabalho cristão incluía “...os famintos fartar,/Para a fonte os sedentos depressa levar”. Estas figuras podem oferecer vários sentidos dentro da simbologia batista. Podem estar se referindo à fome e sede da mensagem da salvação espiritual, conforme expresso nos hinos 208: “Das águas da vida quem queira beber,/Bem arrependido no Salvador crer”; e no 137: “Da vida o pão és Tu, vem pois, assim/Satisfazer, Senhor, a mim, a mim!” Pode também referir-se à necessidade conhecimento, concordando com o hino chamado “Aspiração Infantil”, de número 528: “Em minha escola, pronta mão/Que tome com prazer/O pão do ensino e da instrução,/Que aumente o meu saber”. Por fim, é possível que este trecho se refira ao trabalho social que se esperava ser praticado pela denominação. Os batistas procuravam ser denunciadores das injustiças na ordem social, “ressaltando a necessidade de uma distribuição de renda equitativa, como garantia do progresso em favor das ciências e da educação do povo” (MACHADO, 1999, p. 51). Dessa forma, é possível que este hino seja interpretado como referindo-se às necessidades do espírito (salvação), da mente (conhecimento) e do

obtiveram bons resultados em Minas Gerais (cf. Caldas Filho, 1999). Dessa forma, é bem provável que nas igrejas batistas do início do século XX neste estado, apenas os missionários conhecessem a brancura da neve.

corpo (necessidades básicas) – trinômio já conhecido como expressão das expectativas dos batistas para atenção integral às necessidades humanas.

O cumprimento de todas estas prerrogativas não era representado, pelos batistas, como uma tarefa fácil: prova disso é a existência de 27 hinos que tratam o trabalho cristão como uma luta, uma guerra. Mas aqueles que dela tomassem parte esperavam uma recompensa eterna e divinal, vivendo na cidade santa em companhia de seu Deus. O *Cantor Cristão*, através de suas melodias e letras, presentes em boa parte dos acontecimentos da vida do fiel batista, e na maioria das vezes cantadas em primeira pessoa, ajudava a difundir e inculcar uma representação do modo adequado de vida para os membros da denominação. Este era o modo de vida dos campeões, que foram capazes de vencer todas as batalhas que lhes foram propostas, que viviam em prol desta luta, e aguardavam a recompensa celestial, conforme podemos observar no hino 473, “Firme na fé”:

Campeões da peleja sagrada,
O clarim chama à luta os fiéis!
Vamos nós nessa arena bendita
Conquistar os celestes lauréis!

Vamos já, com Jesus,
Arvorando o glorioso pendão!
Contra as trevas lutemos com Deus,
Sempre juntos do bom Capitão!

Sim, a luta do bem é suprema,
Quando sob o comando de Deus,
A vitória é completa e segura,
Por que temos a ajuda dos céus.

Se o labor desta causa altaneira,
Tem espinhos que podem ferir,
É nos céus compensado mil vêzes
Pela paz do celeste porvir.

E se o mundo atear os seus ódios
Contra nós, com maldoso desdém,
Não importa, isso nunca enfraquece
Os heróis da conquista do bem.

Referências Bibliográficas

ALVIM, Zuleika. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 215-288.

AZEVEDO, Israel Belo de. **A celebração do indivíduo**: a formação do pensamento batista brasileiro. Piracicaba: Ed. UNIMEP; São Paulo: Exodus, 1996.

BARBOSA, Daniel Ely Silva. **Práticas musicais nos espaços religiosos**: o protestantismo histórico em Campina Grande. (Dissertação) Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2009.

BARBOSA, Daniel Ely Silva; SILVA, Gislene Calafange. Tecendo tramas acerca da música protestante: usos da história oral. **X Encontro Nacional de História Oral**. UFPE: Recife, 2010.

CALDAS FILHO, Carlos R. **Fé e café: um estudo do crescimento do presbiterianismo no Leste de Minas Gerais de 1919 a 1989**. Manhumirim: Didaquê, 1999.

CANTOR CRISTÃO. Edição Revisada e documentada. 4ª edição com música. Rio de Janeiro: JUERP/Casa Publicadora Batista, 1971.

CHAMPLIN, Russel Norman; BENTES, João Marques. **Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia**. São Paulo: Candeia, 1991. vol. 1.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FEITOSA, José Alves. **Breve História dos Batistas do Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Souza Marques, 1974.

GRUDEM, Wayne. **Teologia Sistemática**. São Paulo: Vida Nova, 1999.

HINNELLS, John R. (Org.) **Dicionário das religiões**. São Paulo: Cultrix, 1995.

KARNAL, Leonardo. **Estados Unidos: da colônia à independência**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

LANGE, Francisco Curt. **História da música na Vila do Príncipe do Serro do Frio e Arraial do Tejuco**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura, 1982.

LANGSTON, A. B. **Esboço de Teologia Sistemática**. Rio de Janeiro: JUERP, 1999.

MACHADO, José Nemésio. **Educação Batista no Brasil: uma análise complexa**. São Paulo: Colégio Batista Brasileiro / Cortez Editora, 1999.

MADDOX, Sarah Gill. **A história de Ephigênia Roe Maddox: fundadora do Colégio Batista Mineiro**. 2. ed. Tradução de Rita de Cássia S. S. Miranda. Belo Horizonte: Colégio Batista Mineiro, 2008.

MEAD, Frank S. **The Baptists**. Nashville, Tennessee: Broadman Press, 1936.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa; VELASQUES FILHO, Prócoro. **Introdução ao protestantismo no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

NETROVSKI, Arthur (org.). **Lendo música: 10 ensaios sobre 10 canções**. São Paulo: Publifolha, 2007.

PEREIRA, José dos Reis. **História dos batistas no Brasil: 1882 – 1982**. Rio de Janeiro: Juerp, 1982.

RODRIGUES, Nelson. **A menina sem estrela: memórias**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

RODRIGUEZ, J. M. **Los Bautistas en la República del Plata**. 1936.

SANTOS, Gilson. **Do Salmo 5 ao Atos 22: um panorama sobre salmos e hinos na música evangélica no Brasil**. 2006. Disponível em www.gilsonsantos.com.br. Acesso em 14 de novembro de 2011, 14:00hs.

SEVCENKO, Nicolau. Introdução: O prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. p. 7-48.

SILVA, Armindo de Oliveira. **Uma estrela que brilha na Floresta: memórias de um educador batista**. Belo Horizonte: Colégio Batista Mineiro, 1996.

VIEIRA, David Gueiros. Liberalismo, masonería y protestantismo em Brasil, siglo XIX. In: BASTIAN, Jean-Pierre (Org.). **Protestantes, liberales y francmasones: sociedades de ideas y modernidade em América Latina, siglo XIX.** México, D.F.: Cehila, 1990. p. 39-66.

WALTON, Robert C. **História da Igreja em quadros.** São Paulo: Vida, 2000.

WANDERLEY, Ruy Carlos Bizarro. **História da música sacra.** São Paulo: Imprensa Metodista, 1977.

Aspectos da prática votiva na Idade Moderna

Wesley Fernandes Rodrigues
Mestre em História pela UFMG
wesley_fernandes@yahoo.com.br

Resumo: Buscamos salientar neste texto a proximidade existente entre a prática votiva e o culto santoral. O apelo aos santos como intermediários entre os indivíduos nas suas demandas terrenas e Deus foi reafirmado e valorizado pelos decretos do Concílio de Trento e por toda uma literatura religiosa produzida pós-Trento, como diversas vidas de santos produzidas na Idade Moderna. Além de criar padrões de comportamento que os cristãos deveriam seguir, essa bibliografia demonstrava a capacidade dos mesmos de intercederem junto a Deus. Dessa maneira, a prática votiva estava de acordo com os preceitos tridentinos na medida em que estava relacionada com a crença no milagre, refirmada pela Igreja ao longo de sua História.

Palavras-chave: prática votiva, culto santoral, ex-votos.

Abstract: We would like to emphasize the association between the votive practice and the cult of saints. The appeal to the saints as intermediaries of individuals with God in their earthly demands was reaffirmed and valued by the decrees of the Council of Trent and all the religious literature produced in this period, as several books about the lives of saints written in the Modern Age. This bibliography created patterns of behaviors that Christians should follow and also demonstrated the ability of these to intercede with God. Therefore, the votive practice was in accordance with the Trent precepts as it was related to belief in miracles reaffirmed by the Church throughout its history.

Keywords: votive practice, saints worship, ex-votos.

Introdução

A Igreja tridentina no esforço de incitar a fé católica no contexto religioso europeu concorrencial incentivou o culto aos santos, reafirmando a capacidade dos mesmos de interferir positivamente no cotidiano dos homens¹⁴⁹. A renovação do culto santoral a partir da Contrarreforma, por sua vez, favoreceu também a expansão da prática votiva. A crença na necessidade de agradecer os milagres realizados por Deus, diretamente ou por meio de seus intermediários, é uma prática católica presente

¹⁴⁹ A discussão efetivada nesse texto parte das reflexões desenvolvidas pelo autor em sua dissertação de mestrado. Cf. RODRIGUES, Wesley Fernandes. *A história em ponto pequeno: prática votiva e culto santoral nas Minas (Sécs. XVIII e XIX)*. 2012. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas.

desde o início do cristianismo e que sobrevive até os nossos dias. Contudo, no contexto de ocupação de espaços desconhecidos, como as Minas, a prática votiva serviu também como meio para a propagação do ideário tridentino entre os mais diferentes grupos sociais. Nosso intento nesse breve texto é o de discutir a prática votiva a partir do aspecto que mais caracteriza tal manifestação religiosa, a saber, a sua relação com o culto santoral.

Prática votiva: definição

A prática votiva comporta dois momentos o de realização da promessa a partir de um momento nefasto ocorrido na vida do fiel e o cumprimento da promessa efetivada, seja através da exposição de objetos nos santuários, seja pela concretização de um ato. Tanto tais objetos como as ações concretizadas após a graça alcançada são denominados *ex-votos*. Assim, *ex-voto* pode ser um objeto, monumento, ação, sacrifício oferecido à divindade ou aos seres sobrenaturais em reconhecimento de um favor recebido. Desse modo, a prática votiva comporta os dois momentos, o voto feito e a concretização da promessa através dos *ex-votos*. É importante destacar a existência do *ex-voto* pictórico (FIG. 1) por sua riqueza documental e recorrência tanto na Europa como na América. *Ex-voto* pictórico cristão, portanto, são tábuas votivas pintadas de pequenas dimensões ofertadas a Cristo, à Virgem Maria ou a um santo(a) feitas em memória de mercê recebida e conseqüente cumprimento de um voto.



Figura 1: 1757 - têmpera sobre madeira (Coleção Particular Márcia de Moura Castro)

“Milagre que fes São Vicente Ferrer (ilegível) Antonio Pinto que hindo acolherse para casa quase a noite o seguiram dois (ilegível) caza Ihe correrão (ilegível) facadas com facas de (ilegível) para deixavam por morto e pegandose (ilegível) teve logo a saude no anno de 1757”

Dessa maneira, apesar de grande parte dos estudos discutiram a prática votiva a partir dos ex-votos pintados é necessário sempre considerá-los ligados a uma prática e ressaltar a existência de outros tipos de ex-votos para uma melhor compreensão da prática votiva.

É relevante questionar também qual era o fator mais importante para os fiéis que recorriam à prática votiva como expediente para seus problemas cotidianos: a autonomia da sua religiosidade frente a uma ortodoxia “imposta” ou o agradecimento ao seu santo de devoção pela superação de seus males? Apesar das diversas possibilidades de abordagens que a documentação possibilita, compreendemos a partir votiva a partir da sua relação com a crença no milagre. Apesar de não desconsiderarmos a complexidade do universo religioso, a nossa pesquisa sublinha a proximidade da prática votiva com a ortodoxia católica na medida em que esta prática desenvolveu-se com o culto aos santos, reafirmado e valorizado ao longo da história da Igreja. Assim, reconhecemos o espaço de autonomia e de interpretação dos homens em relação às práticas e ritos institucionalizados pela Igreja. Contudo, nem só de distanciamentos é feita a História. No nosso caso, a prática votiva na Idade Moderna se aproximou muito mais da ortodoxia católica do que o contrário. Nossa tese é a de que a prática votiva foi incentivada pela Igreja, no contexto da contrarreforma, como forma de disseminar os relatos de curas milagrosas e as formas de agradecimentos para propagar a fé católica entre os mais diferentes grupos sociais (GIFFORDS, 2000: 13) na Europa e na América.

Prática votiva e culto santoral

Em 421 o bispo Paulino de Nola envia uma carta a Agostinho interrogando-o sobre a utilidade ou não para um cristão de ter seu corpo inumado junto ao túmulo de um santo. Agostinho responde, também em carta, que os atos de piedade realizados em benefícios dos defuntos só podem servir àqueles que viveram de tal modo que mereçam tirar proveitos deles – os eleitos não têm nenhuma precisão e os condenados não podem deles se aproveitar. Assim, a sepultura em lugar santo é útil para vivificar a piedade dos fiéis, mas não é necessário para a oração eficaz (AGOSTINHO, 2002). É antes da morte que os fiéis devem fazer o que poderá ser útil depois dela. É a maneira de vida que cada qual levou durante a passagem na terra que determina a validade ou não dos auxílios que lhe são tributados após a morte.

Contudo, poderia os mortos intervirem na vida dos vivos? De acordo com Agostinho as almas dos mortos estão em lugar de onde nada veem do que se passa ou do que acontece na terra. Somente os anjos têm o poder de estarem presentes na morada dos vivos como na dos mortos. Mas como os santos

podem intervir na vida dos fiéis que pedem a sua intercessão nos momentos de aflição e perigo, uma vez que os mortos não podem ver o que acontece na terra? Para Agostinho (AGOSTINHO, 2002: 184):

*Esses fatos excepcionais acontecem graças à permissão divina e estão longe de entrar na ordem normalmente estabelecida para cada espécie de criatura. Não podemos concluir pelo fato da água ter se transformado em vinho pela palavra do Senhor, que a água tenha poder de operar por si mesma essa transformação pela propriedade natural de seus elementos, visto que tratou-se de uma operação divina excepcional e até única! Também o fato de Lázaro ter ressuscitado não significa que todo morto possa se levantar quando quiser ou que possa ser normalmente acordado como qualquer homem adormecido. Uns são os limites do poder humano; outras são as marcas do poder divino. Uns são fatos naturais; outros, miraculosos, ainda que Deus esteja presente na natureza para a manter na existência e a natureza tenha seu lugar inclusive para os milagres. [...] **É preciso compreender, ao invés, que é por causa do poder de Deus que os mártires intervêm nos nossos interesses, pois os mortos não possuem tal poder por sua própria natureza.***

Dois pontos devem ser ressaltados do texto de Santo Agostinho e que nos ajudam a compreender o desenvolvimento do culto santoral e conseqüentemente da prática votiva cristã. Primeiro é relevante destacar a pergunta feita pelo bispo Paulino de Nola a Agostinho sobre a utilidade para um cristão de ser enterrado próximo de um túmulo santo. Tal pergunta nos indica que havia a crença, nos primeiros séculos da era cristã, de que ser inumado junto a um túmulo santo poderia ajudar na salvação do fiel após sua morte, pois aquele interviria em seu favor. De acordo com Réau, o culto aos santos começou com os mártires, sendo o culto a São Policarpo um dos primeiros que se tem registro. Aos poucos foi se consolidando a crença de que por terem morrido de forma violenta os mártires tinham um poder especial junto a Deus (RÉAU, 2000: 438). Já a partir do século IV, quando termina o período de perseguição dos cristãos e o número de mártires diminui, os santos confessores e as virgens são igualmente cultuados pela vida que dedicaram ao serviço de Deus (RÉAU, 2000: 438).

Ainda durante a antiguidade tardia as imagens dos santos se convertem em objetos de culto da mesma maneira que as relíquias, “*el devoto se dirige a la imagen del santo para invocar su ayuda, al igual que lo haría al propio santo si se encontrase en su presencia.*” (RÉAU, 2000: 438) Somente assim se compreende, por exemplo, um afresco em um túmulo privado em Antinöe, Egito, onde uma mulher de nome Teodosia foi pintada ajoelhada, em atitude de oração e se dirigindo a dois santos que estão ao seu redor. (BELTING, 2010: 105-108) Neste caso, os santos deveriam intervir junto a Deus, onde estivessem, pela alma da mulher morta.

Já na igreja construída sob o túmulo de São Demétrio na cidade grega de Salônica por volta do ano 600 observamos “não só um retrato do santo local, mas a mesma imagem multiplicada por toda a igreja.” (BELTING, 2010: 105-108) Aqui o santo já não intervém pelos mortos, mas em favor dos vivos, tais imagens já indicam uma nova situação, são os vivos que clamam aos santos com seus pedidos.

Semelhantes imagens já cumprem uma nova prática, é o que chamamos de ex-votos ou imagens votivas (BELTING, 2010: 105-108). Estas parecem ter surgido de uma mudança dos retratos funerários ou das imagens memoriais de caráter privado no âmbito dos túmulos de santos durante a antiguidade tardia. “A mudança de retrato funerário para ícone de santo, de imagem memorial de uso privado para imagem de culto de ritual público, aconteceu no domínio dos túmulos, muito como o próprio culto dos santos evoluiu das práticas fúnebres da era anterior.” (BELTING, 2010: 108) Cabe sublinhar que a prática votiva está inextricavelmente relacionada com o surgimento e o desenvolvimento do culto santoral.

Este é o outro aspecto que gostaríamos de salientar, a consideração que Agostinho realiza sobre a capacidade dos santos de intercederem junto a Deus para amenizar as dores dos que pedem auxílio em situação funesta. A Igreja desde muito cedo ratificou tal capacidade transformando-a em uma doutrina e embasando tal procedimento a partir das Sagradas Escrituras, como demonstra o próprio texto de Santo Agostinho escrito no século V.

Foi exatamente durante a Antiguidade Tardia que a noção de milagre foi concebida, cujos pais fundadores foram Santo Agostinho e São Gregório Magno. Entretanto, ao longo da Idade Média “a produção dos milagres tornou-se cada vez mais independente do toque ou da proximidade dos corpos santos, frequentemente substituídos por suas ‘imagens’, e mais do que no passado, eles concerniam à defesa das pessoas e dos bens [...]” (VAUCHEZ, 2006 : 210) De acordo com Vauchez os textos dos dois santos doutores citados acima influenciaram os clérigos durante a Idade Média, contudo, de forma “simplificada e empobrecida”. Para ele os autores medievais tiveram que sublinhar o papel do miraculoso cristão como forma de sobrepor a concorrência que esses sofriam no meio de grupos sociais superficialmente cristianizados, cuja presença do folclore pagão ainda era marcante. “Conscientes do reduzido efeito das proibições, os clérigos procuraram sobretudo substituir o miraculoso pagão pelo miraculoso cristão, situando-o no mesmo nível de realismo e eficácia” (VAUCHEZ, 2006 : 201).

Em um cotidiano eivado pelo *maravilhoso*¹⁵⁰ das mais diversas procedências, como o da civilização medieval, era importante para Igreja limitar o maravilhoso de origem pagã e reduzi-lo a uma única fonte, Deus¹⁵¹. Desta sorte, os clérigos durante a Idade Média sempre tiveram uma atitude dúbia diante da capacidade dos santos de realizarem milagres. Se em princípio o miraculoso “levava o cristianismo para o lado de uma religiosidade ao mesmo tempo materialista e mágica, cuja ambiguidade eles percebiam; de outra parte, o apelo consciente e voluntário às manifestações sensíveis do sobrenatural [...]”(VAUCHEZ, 2006 : 206) era relevante em uma Europa superficialmente cristianizada.

¹⁵⁰ De acordo com Le Goff o maravilhoso para o medievo era “um conjunto, com coleção de seres, fenômenos, objetos, possuindo todos a característica de serem surpreendentes, no sentido forte da expressão (...)”(LE GOFF, 2006: 106).

¹⁵¹ Ainda de acordo com Le Goff o maravilhoso na civilização medieval deveria “ser uma maneira de apreciar a inesgotável criatividade divina e sua intenção de surpreender o homem.” (LE GOFF, 2006: 113).

O entendimento de se renovar a espiritualidade não somente dos fiéis, mas sobretudo a do próprio clero, tomou forma no final do século XV e inícios do XVI e culminou com as orientações do Concílio de Trento já no contexto da Contrarreforma. As reformas das ordens religiosas e do clero secular¹⁵² que se seguiram ao Concílio demonstravam a percepção da necessidade de se renovar todo o corpo da Igreja, “quer enquanto instituição quer enquanto comunidade de todos os fiéis, os quais no que dizia respeito à doutrina, à espiritualidade e até às sensibilidades religiosas andavam com frequência afastados dos seus preceitos.”(FERNANDES, 2000: 15) Muitas dessas reformas passaram também pelo apelo à renovação do trabalho pastoral dos clérigos e pela fomentação de publicações de obras que “vão do campo mais especializado da teologia moral às diversificadas obras visando o ensino da doutrina cristã, avisos e guias de comportamento moral para vários ‘estados’, obras hagiográficas até às colectâneas de *exempla* [...]”(FERNANDES, 2000: 29) Um dos aspectos da doutrina cristã ressaltado pelos decretos tridentinos foi o relativo ao culto santoral e o significado das imagens para o catolicismo. A Igreja Católica em um contexto religioso europeu concorrencial, a partir da Reforma Protestante, onde encarava a negação de algumas de suas doutrinas e práticas, como o próprio culto aos santos e o papel das imagens, respondeu reafirmando os preceitos rechaçados pelos protestantes e conclamando seu corpo clerical a ensinar (IGREJA CATÓLICA, 1781: 351-353):

com cuidado, que com as histórias dos mistérios da nossa redenção, com as pinturas, e outras semelhanças se instrui, e confirma o povo, para se lembrar, e venerar com freqüência os Artigos da Fé; e que também de todas as Sagradas Imagens se receba grande fruto, não só por que se manifesta ao povo os benefícios, e mercês, que Cristo lhe concede, mas também por que se expõe aos olhos dos Fiéis os milagres, que Deus obra pelos Santos e seus saudáveis exemplos: para que por estes dêem graças a Deus, ordem a sua vida, e costumes à imitação dos Santos, e se exercitem a adorar, e amar Deus, e exercitar a piedade.

Portanto, um dos esforços da Igreja contrarreformista foi justamente o de reafirmar o culto aos santos e a capacidade dos mesmos em interceder junto a Deus para aliviar as dores dos mortais, como continua a Sessão XXV do Concílio quinhentista (IGREJA CATÓLICA, 1781: 347-349):

Manda o santo concílio a todos os bispos, e aos mais que tem ofício, e cuidado de ensinar, que conforme a praxe da Igreja Católica, e Apostólica, recebida desde os tempos primitivos da Religião Cristã, e consenso dos Santos Padres, e decretos dos Sagrados Concílios, instruem diligentemente os Fiéis primeiramente da intercessão dos Santos, sua invocação, veneração das Relíquias, e legítimo uso das imagens: e lhes ensinem que os Santos, que reinam juntamente com Cristo, oferecem a Deus pelos homens as suas orações; e que é bom, e útil invocar-lhes humildemente, e recorrer as suas orações, poder, e auxílio, para alcançar benefícios de Deus, por seu Filho Jesus Cristo nosso Senhor, que é nosso

¹⁵² Sobre as reformas e criação de novas ordens religiosas (por exemplo, Ordem de São Jerônimo em 1378) no final da Idade Média e durante o século XVI (FERNANDES, 2000: 15-45)

único Redentor, e Salvador. Sentem pois impiamente aqueles que dizem, que os Santos, que gozam de eterna felicidade no Céu, não devem ser invocados; e os que afirmam, ou que eles não oram pelos homens, ou que invocá-los para que orem por cada um de nós é idolatria, ou que é oposto à palavra de Deus, e contrário à honra do único mediador de Deus, e dos homens Jesus Cristo, ou que é [...] suplicar com palavras, ou com o pensamento aos que reinam no Céu.

A reafirmação pela Igreja Católica da doutrina da comunhão dos santos e do papel didático das imagens, mesmo que colocando limites a tais práticas, favoreceu a expansão do culto aos santos¹⁵³ a partir do século XVI, destaque para a valorização do culto mariano. Fato que nos ajuda a compreender a dilatação da prática votiva também a partir do seiscentos e a crescente utilização de tábuas pintadas como ofertas votivas. Diversas obras irão sublinhar o papel dos santos como intercessores e contribuirão para a promoção do culto santoral e por extensão da prática votiva¹⁵⁴ na Europa e na América. O Catecismo Romano (1566)¹⁵⁵, cuja primeira edição portuguesa data de 1590, seguindo as orientações tridentinas, exortava os clérigos que ensinassem suas ovelhas a importância da oração e salientava a quem se deve rezar e as formas distintas de oração dirigidas a Deus e aos Santos (IGREJA CATÓLICA, 1590: 334-335):

A mesma força da natureza imprimida nos entendimentos dos homens diz, que devemos fazer oração a Deos, e invocar seu nome: e não somente o ensinam as letras divinas, em as quais podemos ouvir a Deos, que mada: invoca me em o dia de tribulaçam: mas he necessario, que em o nome de Deos se entendam tres pessoas. Em segundo lugar nos socorremos às ajudas dos Sanctos q estam no ceo, aos quaes deverem se tambem fazer orações he tam certo na Igreja de Deos, q aos Catholicos nenhuma duvida pode acontecer acerca disto. E porque isto se ha de declarar particularmente em seu lugar, a elle remetemos assi os reitores, como os outros. Mas para que se tire todo o erro dos ignorantes, será cousa justa ensinar o povo fiel a differença que ha entre este modo de invocar, porque não nos socorremos de hum mesmo modo a Deos, e aos Sanctos. Por quanto rogamos a Deos, que elle, ou nos dé bens, ou livre de males: e aos Sanctos, porque estão em graça com Deos, pedimos que intercedam por nós, para que nos alcancem de Deos as cousas, de que temos necessidade. Daqui temos duas formas de orar differentes em o modo, porque a Deos propriamente dizemos: avey misericordia com nosco, ouvinos, ao Sancto rogay por nós. Inda que tambem por outra certa razão he licito pedir aos mesmos Sanctos, que tenham misericordia de nós, porque sam muito misericordiosos. Assi que lhe podemos rogar, que movidos, com a miseria de nosso estado, com sua graça que estam com Deos e com rogos nos ajudem. Acerca disto devem todos guardarse muito, que não attribuem a outrem, o que he proprio de Deos, antes quando alguma pessoa diante da

¹⁵³ De acordo Maria de Lurdes Correia Fernandes o Concílio de Trento potenciou “não só a retomada das canonizações formais depois da criação da Congregação dos Ritos e das Cerimônias em 1588, mas também uma emergência crescente dos ‘santos vivos [...] – cuja influência nas práticas religiosas e nos cultos só vagamente percebemos hoje.” (FERNANDES, 2000: 37).

¹⁵⁴ Ainda que se levantem questionamentos sobre a eficácia dos decretos tridentinos e de toda a literatura religiosa subsequente no cotidiano das práticas dos fiéis e a dificuldade de se apreender tal aspecto, há de se sublinhar a coincidência entre a expansão do culto santoral e as determinações do Concílio de Trento referentes a tal doutrina.

¹⁵⁵ A confecção do Catecismo por uma comissão chefiada por são Carlos Borromeu demonstra a preocupação da Igreja com a instrução do povo por meio de um texto que esclarecesse ao clero as diretrizes de Trento. Cf. (DELUMEAU; MELCHIOR-BONNET, 2000: p. 248).

imagem dalgum Sancto reza a oraçam do Pater Noster, deve ser sua intençam pedir-lhe, que rogue com elle, e peça para elle as cousas, que se contem na mesma oraçam, e finalmente, que seu declarador, e rogador a Deos: porque o Apostolo Sam Ioam no Apocalypsi ensinou, que elles usam deste officio.

O que importa ressaltar aqui é o crescente aumento dos ex-votos, principalmente pictóricos, a partir do século XVI, mormente a partir do Concílio de Trento (1543-1563), fato pouco destacado pelos autores que trataram do tema¹⁵⁶. Assim, os ex-votos são relevantes na medida em que eles constituem registros que demonstram a crença no milagre e, portanto, na intercessão de toda plêiade santoral, da Virgem e/ou do Cristo. As intercessões milagrosas nos momentos cotidianos de aflição individual dos fiéis demonstram a crença na doutrina da comunhão dos santos. Essa doutrina, como nos ajuda compreender Adalgisa Arantes Campos, partilha o corpo místico de Cristo em três espaços que estão intrinsecamente interligados (CAMPOS, 2008: 42):

o mundo dos vivos (Igreja Peregrina), dos mortos (Igreja Padecente) e dos santos (Igreja Triunfante). Esta doutrina conforta, dá esperança e consola, pois não admite a morte do homem bom, a solidão e o nada, ressaltando a importância da solidariedade e unidade para se atingir a vida eterna e, por isso, o gesto piedoso, feito em qualquer uma delas, resvala nas outras. As famílias carnis ou espirituais (ordens religiosas e irmandades) intercedem junto aos santos pelas almas do purgatório; estas, por sua vez, também agem em favor dos homens e, assim por diante, através de laços espirituais e afetivos que trazem progressos na rota espiritual.

A desconsideração a respeito do caráter tridentino¹⁵⁷ da prática devocional deve-se em grande medida ao fato de que as análises dos ex-votos efetivadas os considerarem de forma isolada, ou seja, não se considera a relação entre a prática votiva com o culto santoral, incentivado pela Igreja tridentina. Além disso, em geral não se analisa o universo votivo na sua totalidade, aprecia-se somente os ex-votos que sobreviveram ao tempo como registro documental, no caso os ex-votos pictóricos e se esquece que prática votiva não se restringia a eles.

Destarte, no período subsequente a Trento, como indica Maria de Lurdes Fernandes, em toda a Europa a literatura hagiográfica aumenta consideravelmente, especialmente na Itália e na Espanha. Mas em Portugal também “se foi desenvolvendo a consciência da importância da hagiografia como um dos instrumentos de afirmação da identidade católica do reino.” (FERNANDES, 2000: 37) Por ordem de Frei Bartolomeu dos Mártires (1514-1590) foi publicada em 1567 a *História das vidas dos santos* escrita por Frei Diogo do Rosário. No proêmio de tal obra o autor ao afirmar a relevância de tal publicação destaca o papel dos santos como intercessores dos homens junto a Deus (ROSÁRIO, 1577: proêmio):

156 Guilherme Pereira das Neves foi um dos poucos autores que se atentou para esse aspecto, afirmando que “no gigantesco esforço de cristianização da Europa, no século XVII, a Igreja da Reforma Católica procurou divulgá-los, para depurar e interiorizar a prática votiva de origem pagã.” (NEVES, 2003: 29-30).

157 Utilizamos o qualificativo tridentino no sentido de que a prática votiva se adequa aos princípios expressos pelos decretos do Concílio. É importante ressaltar que não consideramos que as orientações do Concílio Tridentino tenham sido imediatamente adotadas pelos fiéis; o processo de reforma proposta por Trento não foi rápido e nem uniforme, pelo contrário, se enquadra na longa duração e alcançou os fiéis de formas distintas de acordo com o espaço e o período.

Os proveitos que da lição deste livro se seguem sam muitos: porque aqui conhecemos a merce que Deos fez aos santos, em pessoas delles agradecemos a sua magestade. Aqui entendemos quanto podem com Deos, e quanto nos podem ajudar na corte do ceo, pois que sam privados do rey da gloria.

É importante frisar que o *homo religiosus* da Idade Moderna, especialmente na realidade luso-brasileira, conviveu ao mesmo tempo com uma orientação moral da Igreja que valorizava a preocupação com o destino da alma, portanto, diversas obras de caráter doutrinário buscavam chamar a atenção dos fiéis para a vida depois da morte e também com a incitação de uma religiosidade devocional baseada no culto santoral e, portanto, providencialista, como demonstramos acima. Somente no final do século XIX, dentro do processo de romanização¹⁵⁸ do catolicismo, se observará uma preocupação por parte da Igreja com relação ao excesso de zelo empregado no culto aos santos em detrimento, por exemplo, aos sacramentos. De acordo com a proposta da Igreja romanizada (OLIVEIRA, 1985: 384):

o bom católico [...] é aquele que frequenta os sacramentos e obedece incondicionalmente à autoridade eclesiástica. Aos olhos dos agentes reformadores, que tinham nos moldes romanos como única forma autêntica de cristianismo, o catolicismo luso-brasileiro parecia uma aberração porque, embora não se opusesse à prática dos sacramentos nem à autoridade eclesiástica, colocava-os em plano secundário em relação aos santos.

No Brasil o processo de romanização, em grande medida, se deve ao esforço de renovação do arcebispo D. Macedo Costa, que em 1890 redige o documento *Pontos da Reforma da Igreja no Brasil* que assinala os aspectos que se constituíram “na sùmula do processo de romanização do catolicismo brasileiro.” (OLIVEIRA, 1985: 283) Contudo, só muito lentamente puderam ser percebidos os efeitos, no cotidiano do catolicismo brasileiro, das medidas impulsionadas por Pio IX no Concílio Vaticano I.

Conclusão

A prática votiva durante a Idade Modera era um costume aceito pela Igreja contrarreformista e, de certa maneira, foi incentivada neste contexto para propagar a fé católica entre os diversos segmentos sociais na Europa e na América. Tal religiosidade marcou fortemente o catolicismo nesse período e ainda continua sendo uma prática recorrente no cotidiano dos fiéis.

Bibliografia

- BELTING, Hans. *Semelhança e presença: a história da imagem antes da era da arte*. Rio de Janeiro: Ars Urbe, 2010.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. As almas santas na arte colonial mineira e o purgatório de Dante. In: *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*. Organização: Adalgisa Arantes Campos, Fernando Quiles, Breno

¹⁵⁸ Este processo de renovação da Igreja desencadeado pelo Concílio Vaticano I foi denominado de *romanização* por buscar aproximar o catolicismo ao modelo de Roma

M. Ribeiro de Faria, Sabrina M. Sant'Anna. Belo Horizonte: C/Arte, 2008. 1700 p. 1 CD-ROM. Número de artigos 102, ISBN: 978-85-7654-059-5, p.42-62.

DELUMEAU, Jean; MELCHIOR-BONNET, Sabine. De religiões e de homens. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FERNANDES, Maria de Lurdes Correia. Da reforma da Igreja à reforma dos cristãos: reformas, pastoral e espiritualidade. In: AZEVEDO, Carlos A. Moreira. *Dicionário de história religiosa de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

GIFFORDS, Gloria Fraser. El arte de la devoción, GIFFORDS, Gloria Fraser (Coord.). *Revista Artes de México*. México, D.F., número 53, nov. de 2000, pp. 8-23.

IGREJA CATÓLICA, *O sacrossanto e ecumênico Concílio de Trento*. Lisboa: na Oficina Patriarc. de Francisco Luiz Ameno, 1781.

IGREJA CATOLICA. Papa, 1566-1572 (Pio V) *Catechismo romano do papa Pio Quinto de gloriosa memoria / nouamente tresladado de latim em lingoagem* [pello padre doctor Christouão de Mattos] - Em Lisboa : por Antonio Alvarez : acharse ha em casa de João Lopez, liureiro, 1590.

LE GOFF, Jacques. Verbete maravilhoso In: LE GOFF, Jacques & SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC, 2006. V. II

NEVES, Guilherme Pereira das. O reverso do milagre: ex-votos pintados e religiosidade em Angra dos Reis (RJ). Tempo. *Revista do Departamento de História da UFF*, Niterói, v. 7, n. 14, 2003.

RÉAU, Louis. Esplendor y decadencia del culto a los santos. In: *Iconografía del arte cristiano*. Barcelona: Ediciones Del Serbal, 2000.

ROSARIO, Diogo do. *Historia das vidas e feitos heroycos & obras insignes dos sanctos: cõ muitos sermões & praticas spirituais que seruem a muytas festas do anno / reuistas & cotejadas com os seus originaes pelo padre frey Diogo do Rosayro da ordem de São Domingos de mandado do senhor Dom Frey Bartholameu [sic] dos Martyres . Coimbra: em casa de Antonio de Mariz, 1577, Proêmio. In: <http://purl.pt/14884/1/P9.html>, acesso em 25/06/2011.*

SANTO AGOSTINHO, José Maria de. *O cuidado devido aos mortos*. São Paulo: Paulus, 2002.

VAUCHEZ, André. Verbete “milagre” In: LE GOFF, Jacques & SCHIMITT, Jean-Claude. *Dicionário temático do Ocidente Medieval*. Tradução de Hilário Franco Júnior. Bauru: EDUSC, 2006.

ROSARIO, Diogo do. *Historia das vidas e feitos heroycos & obras insignes dos sanctos: cõ muitos sermões & praticas spirituais que seruem a muytas festas do anno / reuistas & cotejadas com os seus originaes pelo padre frey Diogo do Rosayro da ordem de São Domingos de mandado do senhor Dom Frey Bartholameu [sic] dos Martyres . Coimbra: em casa de Antonio de Mariz, 1577, Proêmio. In: <http://purl.pt/14884/1/P9.html>, acesso em 25/06/2012.*

Simpósio Temático 09: Sociedade, Política e Cultura: 1960-1985

Apontamentos sobre a aliança operário-estudantil-camponesa: das campanhas contra a carestia de vida à frente de mobilização popular (1956-1964)

André Luiz Rodrigues de Rossi Mattos
Mestrando em História pela UNESP - Assis
Bolsista CAPES
alrromattos@gmail.com

Resumo: O objetivo do presente texto é percorrer o caminho das mudanças que ocorreram no movimento estudantil brasileiro, assim como das organizações políticas de esquerda que se acomodaram no seu interior, entre a segunda metade dos anos de 1950 e golpe civil-militar de 1964. A intenção da análise é entender como as entidades estudantis se organizaram ao lado de outros movimentos sociais nesse período, em especial, junto aos sindicatos urbanos. A tendência a se unir desses diferentes setores sociais se expressou como uma Aliança operário-estudantil, em primeiro, durante a segunda metade dos anos de 1950, nos protestos sociais contra a carestia de vida. Já em um segundo momento, nos anos iniciais da década de 1960, essa Aliança passou a fazer parte da política de um grande setor do movimento estudantil, tendo como perspectiva a ampliação e o fortalecimento das forças sociais que pressionavam por obter reformas na sociedade brasileira. Nesse segundo momento, a Aliança almejada pelos estudantes foi ampliada, se expressando como a Aliança operário-estudantil-camponesa e consolidada com a fundação da Frente de Mobilização Popular (FMP), em 1963. A FMP foi forjada por diversas organizações políticas e sociais que se apresentaram como um movimento de sustentação para o governo de João Goulart, e dentre essas organizações, a UNE e algumas das uniões estaduais dos estudantes.

Palavras-chave: Movimento estudantil, Aliança operário-estudantil-camponesa, União Nacional dos Estudantes

Resumen: El objetivo de este trabajo es recorrer el camino de los cambios que ocurrieron en el movimiento estudiantil de Brasil, así como organizaciones políticas de izquierda que se han alojado en su interior, entre la segunda mitad de 1950 y el golpe de Estado cívico-militar de 1964. El propósito del análisis es comprender cómo las organizaciones estudiantiles se han organizado junto con otros movimientos sociales durante este período, especialmente cerca de los sindicatos urbanos.

La tendencia a unirse de estos diferentes sectores sociales se expresó como una alianza operario-estudiantil, en un primer momento, durante la segunda mitad de la década de 1950, en las protestas sociales contra la carestía de la vida. Ya en un segundo momento, en los primeros años de la década de 1960, esa Alianza se convirtió en parte de la política de un gran sector del movimiento estudiantil, en un intento de ampliar y fortalecer las fuerzas sociales que presionaban por obtener las reformas en la sociedad brasileña. En esta segunda fase, la Alianza anhelada por los estudiantes se ha ampliado, exponiéndose como una Alianza operario-estudiantil-campesina y consolidándose con la fundación del Frente de Movilización Popular (FMP) en 1963. El FMP fue forjado por diversas organizaciones políticas y sociales que se presentaron como una moción de apoyo al gobierno de João Goulart, y entre estas organizaciones, la UNE y algunas de las uniones estatales de los estudiantes.

Palabras-clave: Movimiento Estudiantil, Alianza operario-estudiantil-campesina, Unión Nacional de Estudiantes

A aproximação entre as direções do movimento universitário e as organizações operárias e camponesas foi concebida como imperativo prático das lutas sociais no início dos anos de 1960. A aliança operário-estudantil-camponesa, como chamada, passou a constar em grande parte dos documentos do movimento universitário e, para além da utilização teórica do termo, significou práticas

diferenciadas de interação junto a esses setores. No primeiro momento, de forma mais esporádica, estudantes e operários se aproximaram em alguns momentos durante as décadas de 1940 e 1950, na maioria das vezes, por motivos pontuais, como nas campanhas contra o aumento das passagens do transporte público ou, de modo geral, contra a carestia. Nesses momentos, se chegou a esboçar “uniões operário-estudantis”, às vezes até com certa organização, mas que perduravam apenas durante curto espaço de tempo.

No segundo momento, notadamente a partir de 1960 e 1961, esses estudantes passaram a integrar movimentos mais amplos e inseridos na conjuntura radicalizada que marcou o governo de João Goulart. Durante esse período, a organização coletiva que envolveu diversos atores sociais se formou nos movimentos ligados às questões da educação e nos movimentos políticos, principalmente na Campanha de Defesa da Escola Pública e na Campanha da Legalidade. E em seguida, estiveram articulados no interior dos movimentos que defenderam as reformas de base, no apoio aos nomes nacionalistas para a composição do Conselho de Ministros e, finalmente, a UNE participou nominalmente na fundação da Frente de Mobilização Popular (FMP), a partir de 1963, selando a aliança.

Para o movimento universitário, essa aliança foi um instrumento de mobilização e uma forma de tentar potencializar as reivindicações coletivas que visavam à “libertação nacional”, envolvendo os setores sociais que eram considerados fundamentais e os “estudantes esclarecidos”¹⁵⁹. Nesse sentido, conforme a aliança foi sendo delineada, e de certa maneira, formalmente organizada, como na FMP, os laços entre as organizações estudantis e os demais atores sociais foram se constituindo para os estudantes em forma de ação política concreta, na participação conjunta em manifestações públicas, comunicados de posicionamentos políticos, apoio em greves, na organização de seminários e na solidariedade mútua que existiu entre as diversas organizações que se aproximaram.

No entanto, se é possível compreender a aliança operário-estudantil-camponesa a partir da necessidade que os setores estudantis perceberam de potencializar as lutas sociais no início dos anos de 1960, também é necessário considerar a função que os estudantes se atribuíram de “responder com uma atitude de compromisso com o projeto dos oprimidos” (Manifesto do DCE da PUC (1961). In: CARONE, 1981: 144), principalmente quando se consideraram aptos a “agir[em] em ordem a colaborar para que as massas [assumissem] a consciência dos seus direitos e do imperativo histórico da sua ascensão” (Idem: 148).

A participação operário-estudantil no Rio de Janeiro e em São Paulo nos movimentos contra a carestia

¹⁵⁹ O estudante esclarecido, na acepção dos documentos do movimento estudantil, correspondeu ao estudante militante, geralmente situado nos movimentos de esquerda e que tinha consciência da necessidade de mudanças na estrutura social, política e econômica do Brasil.

Os movimentos contra o custo de vida atravessaram praticamente todas as décadas de 1940, 1950 e 1960, geralmente envolvendo estudantes e operários que, por fim, acabaram esboçando formas breves de ação conjunta. Em 1946, ocorreu a Campanha Popular Contra a Fome, empenhada em denunciar os comerciantes que especulavam com as mercadorias ou que as vendiam com valor acima do devido. Esse movimento organizou as “Bancas de Queixa”, nas quais os populares registravam suas denúncias e houve participação dos estudantes por meio do Centro Acadêmico XI de Agosto, da Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Os estudantes de Direito terminaram por percorrer bairros da capital paulista e cidades do interior, organizando o movimento (*A Notícia*, 17/9/1946, p.04).

Já na década de 1950, os movimentos contra a carestia reagiram contra os sucessivos aumentos das passagens de bonde, ônibus e lotações nos grandes centros urbanos, notadamente Rio de Janeiro e São Paulo, onde significavam majorações importantes no custo de vida. Provavelmente os aumentos no custo das passagens passaram a ser sentidos com mais vigor no contexto do crescimento das cidades, quando o transporte tornou-se essencial para o deslocamento cotidiano e influente no aumento geral do custo de vida. Dessa forma, ocorreram importantes movimentos e greves contra a carestia nos anos de 1951, 1953 e 1959, voltando a ocorrer em 1963, com o Dia Nacional de Protesto Contra a Carestia, em 7 de agosto. Já os movimentos motivados contra o aumento das passagens do transporte público ocorreram com violência em 1956 e 1958 (GOHN, 2001).

O movimento de 1956 contra o aumento das passagens irrompeu no final do mês de maio, quando os estudantes ligados a União Metropolitana dos Estudantes (UME-RJ), paralisaram as linhas de bonde do Rio de Janeiro. A polícia revidou ao movimento com violência e o saldo foi de bondes depredados e o confronto entre estudantes e policiais. No decorrer das manifestações, se formou a Diretoria da Campanha Contra o Aumento das Passagens, composta por estudantes, organizações sindicais e parlamentares (*Última Hora*, 31/05/1956 a 05/06/1956; *Folha da Noite*, 04/06/1956) que, em seguida, se concretizou na União Operário-Estudantil Contra a Carestia; que segundo Poerner, foi a grande experiência extraída do movimento (POERNER, 1995:173).

A campanha contra a carestia, promovida pelos cariocas, prosseguiu por algum tempo, mantendo os seus comunicados assinados por estudantes e operários, conforme comunicado de 03/07/1956, publicado no jornal *Última Hora* (03/07/1966, p. 04): “Comunicando o prosseguimento da Campanha contra as majorações – nenhum tostão a mais nas passagens de ônibus e lotações”.

Essa campanha é atribuída a um momento de transição no movimento estudantil, quando a UDN foi derrotada na UME-RJ, antes que perdessem a direção da UNE, pouco depois. No entanto, a entidade nacional também esteve presente nos Comandos Operário-Estudantis, que ampliaram a campanha no mês de julho, passando a uma campanha contra o aumento dos gêneros alimentícios. Essa campanha foi

organizada por diretores da UNE e membros da Ação Democrática (AD). Segundo artigo publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, foram formados comandos por estudantes e operários, que percorreram feiras e mercados contra o aumento dos gêneros de primeira necessidade e circularam em filas nos pontos de ônibus convocando os populares para engrossar o movimento. Logo em seguida, foram formadas comissões nos bairros contra os aumentos de modo geral e de propaganda, encarregadas de fixar cartazes da campanha pela cidade. Esses comandos também contaram com o apoio de entidades sindicais e da Associação Brasileira de Imprensa (ABI).

Ao mesmo tempo, os estudantes paulistas também passaram a se manifestar contra o valor das passagens de ônibus, ocorrendo, assim como no Rio de Janeiro, enfrentamentos entre estudantes e policiais. As passeatas começaram a partir do dia 4 de junho (*Folha da Noite*, 05/06/1956, p. 06), com cerca de 200 estudantes secundários, contra o aumento de passagens da Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo (CMTC), depois se expandiu, tornando-se um movimento liderado predominantemente por estudantes universitários e trabalhadores.

Assim como no Rio de Janeiro, em São Paulo esse movimento também perdurou por certo período, pelo menos até meados do mês seguinte, promovendo mobilizações unificadas entre os estudantes e organizações sindicais, principalmente em concentrações defronte à Assembleia Legislativa do Estado (*Idem*, 05/07/1956, capa; p. 02).

Já em 1958, em São Paulo, as ruas foram novamente tomadas pelas manifestações contra o aumento das passagens da CMTC, mas dessa vez de forma bastante violenta.

Os tumultos começaram na manhã de 30 de outubro. A população de São Paulo não sabia do aumento nas tarifas e tomaram conhecimento apenas nas primeiras horas do dia, quando embarcavam nas paradas. A reação inicial foi um comício estudantil contra “a nova sangria no bolso do povo” (*Folha da Manhã*, 31/10/1958, capa.), realizado na Praça Ramos de Azevedo; depois começaram as depredações de ônibus por toda a cidade envolvendo populares e estudantes que saíam das escolas. A partir do final da tarde, na hora de maior movimento nas paradas e pontos finais, os tumultos mais graves ocorreram com mortes e dezenas de feridos, espalhando-se pelos locais onde mais se concentravam os usuários do transporte, situados nos pontos na Praça Ramos de Azevedo, Praça da Sé e na Praça Clóvis Beviláqua.

Segundo o saldo apresentado pela CMTC e pela Força Pública, cerca 60 ônibus, 50 trólebus, 02 bondes sofreram avarias ou foram completamente perdidos e duas garagens da CMTC foram apedrejadas. Entre os populares, motoristas de ônibus, policiais e cobradores, somava-se cerca de 83 feridos, alguns baleados em estado grave e 4 mortos, número que certamente subiu, já que os estudantes passaram a divulgar 7 mortos nos próximos dias (*Idem*, 31/10/1958 a 10/11/1958).

No decorrer dos acontecimentos, a organização das manifestações passou a ser liderada pelos estudantes da União Estadual dos Estudantes (UEE-SP), pela União Paulista dos Estudantes

Secundários (UPES) e pelo Pacto de Unidade Intersindical (PUI), com adesão dos professores do ensino primário, parlamentares e membros da Casa Nacionalista. Durante os protestos, os estudantes da Faculdade de Direito do Largo São Francisco chegaram a invadir a prefeitura, pedindo a renúncia do prefeito municipal, Adhemar de Barros, e parte significativa das ruas centrais de São Paulo foram fechadas por estudantes de diversas faculdades. Por fim, o movimento resistiu por mais alguns dias, terminando com a nomeação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar a administração interna da CMTC e propor reformas administrativas.

O que chama a atenção nesses últimos eventos de protesto, no entanto, é a aparente reordenação dos estudantes em relação às entidades sindicais, que aparentam ser menos eventuais do que em outros acontecimentos similares, como os de 1956. Por um lado, porque é público na defesa da aproximação entre trabalhadores e estudantes, como expresso no comunicado do DCE da Universidade Mackenzie, ao afirmar a “necessidade de estrita relação entre estudantes e operários nas reivindicações que dizem respeito a interesses comuns”¹⁶⁰. Por outro, porque se verificam, durante todo o ano de 1958, alterações nas atividades estudantis, pelo menos no Estado de São Paulo (Idem). Uma dessas alterações é que a aproximação estudantil das reivindicações de outros segmentos sociais passa a ser mais constante, como as participações estudantis nas assembleias que discutiram reivindicações salariais dos professores do ensino primário e do ensino técnico em outubro do ano em questão. No mesmo mês, os estudantes também participaram da passeata da greve dos operários de Perus, também em São Paulo. Já no decorrer do ano de 1959, é possível encontrar outros indícios de que as relações operário-estudantis mantiveram um caráter menos eventual, como no apoio do PUI à greve dos estudantes secundários, em julho desse ano.

A experiência operário-estudantil dos estudantes mineiros

É possível que a experiência mais documentada sobre a atuação estudantil junto a outros segmentos sociais, e um dos primeiros esboços teóricos da importância dessa aliança para os setores estudantis da esquerda, tenha sido feito pelo DCE da Universidade de Minas Gerais (UMG), e exposto em um texto intitulado “uma experiência pioneira: a aliança operário-estudantil: o Quarto Poder da República”, na *Revista Mosaico* (In: PINTO, 1963:119-124), uma publicação do próprio DCE.

O relato da aliança operário-estudantil de Minas Gerais, desenvolvida entre os meses de maio de 1959 a maio de 1960, se apresenta como

¹⁶⁰ Os estudantes da Universidade Mackenzie também alertavam para os interesses individuais e político-partidários de pessoas que poderiam querer utilizar o movimento para fins próprios.

uma experiência, uma aventura e uma tentativa pioneira na política estudantil do Estado. Tentou-se realizar ali um programa de trabalho, previamente traçado, no setor administrativo, político e ideológico. E a formação de uma equipe homogênea, consciente, representou o ponto de partida dessa experiência sobre a qual não queremos emitir julgamento. O que nos interessa é traçar o roteiro da aventura, de uma caminhada que marcou época nas lutas estudantis do Estado e teve o mérito de agitar a opinião pública em sentido dirigido e transmitir à classe estudantil pontos daquela mensagem há muito tempo esperada (PINTO, 1963:119).

O grupo homogêneo era um setor de esquerda da JUC, e a experiência traçada foi a da aliança operário-estudantil, traduzida como a tônica da época presente, voltada para o nacionalismo, o desenvolvimento e a libertação econômica do Brasil e das classes operárias. Segundo a afirmação do DCE,

como fora a escravidão, por exemplo, para a geração de Castro Alves; a República para a geração de Ruy Barbosa; o brasileiro para a geração de após-guerra; a implantação da democracia para a geração da Aliança Liberal; ou a luta contra o fascismo, ou a campanha pela Petrobrás para outras gerações. Na aliança operário-estudantil [...] estaria a grande meta (Idem: 120).

No conjunto da formulação do DCE há a necessidade de mudanças na concepção de movimento estudantil que acontecia até então. Segundo o artigo, o tempo de auxílios financeiros para festas recreativas tinha que coexistir com o apoio às reivindicações das entidades representativas dos vários cursos que compunham a faculdade, de forma que lentamente se insinuasse nessas reivindicações “o alcance da nossa luta” (Idem). A primeira dessas experiências havia se mostrado um uma greve da Escola de Arquitetura, quando a união das entidades estudantis, com o apoio de entidades sindicais havia se revelado concreta importante na vitória dos estudantes. Conforme segue, essa aliança havia se mostrado com prestígio e se fortaleceu nos momentos seguintes, quando o DCE da UMG passou a ser convidado para as manifestações dos trabalhadores em 1º de Maio, convenções populares e reuniões sindicais. Conforme a aliança foi se fortalecendo, os estudantes passaram a integrar os movimentos mais amplos empenhados pelos sindicatos, em questionamentos das ações do Poder Público em relação a contratos com empresas de prestação de serviços e a ações específicas, participando ativamente da greve das professoras primárias de Belo Horizonte. Nessa greve, dizem os estudantes, se formou o

comando geral da greve das professoras, por sua vez, formava-se de operários, estudantes, professoras e clero. Novas técnicas de movimento e de opinião pública foram aventadas com êxito. A constituição de uma Comissão de Entendimentos, de uma Comissão Central e de diversas comissões especializadas (finanças, publicidade, irradiação, etc) dava eficácia extrema ao movimento e com pouco conseguimos atingir as áreas parlamentares e políticas, arrancando pronunciamentos decisivos, em prol do movimento, de líderes de bancadas, presidente da Câmara, governo do Estado, secretários e ministros. (Idem: 121).

Para os jucistas do DCE, essa greve despertou a consciência de parte das professoras, que se convenceram de que o seu lugar era ao lado da Aliança operário-estudantil. Além do mais, “a participação de comunistas e clérigos no movimento foi um passo andado para a destruição de preconceitos prejudiciais à Aliança” (Idem: 122) que, logo em seguida, seriam chamados novamente para que participassem da greve dos operários da Prefeitura de Belo Horizonte. Como relata o artigo, na eclosão da greve dos operários da Prefeitura, a Aliança se reuniu rapidamente, com a presença do clero e das professoras, consolidando a participação desses setores em apoio aos grevistas, e frente à “tíbieza de algumas lideranças dos operários da Prefeitura, fruto da inexperiência (...) tivemos, em certo momento, de atuar como se fôssemos nós mesmos os grevistas” (Idem: 121).

Nessa experiência, os estudantes do DCE parecem perceber a necessidade do contato direto com as entidades de classe para além dos muros escolares, pois ao mesmo tempo em que se relacionavam no interior da Aliança e participavam das lutas sindicais e populares, inspirando confiança e influenciando “para a teorização das lutas operárias e para a sua equação” (Idem), os estudantes assumiam que estavam ganhando experiência de técnicas de movimento, sentido de realidade e de conhecimento das massas.

A formação da Aliança foi tomada como parte da construção de uma teoria para as ações do movimento estudantil e refletiu para uma análise de si mesmo. Em vista de setores “patronais e professorais” que atuavam contra a sua efetivação, a participação numa frente plural como a Aliança reforçou questionamentos como a dependência financeira das entidades estudantis, a influência que professores de posições políticas contrárias ao movimento exerciam sobre os alunos e para a própria estrutura da universidade e do conteúdo de classe que dominava os estudantes.

Tendo em vista que o debate no interior do movimento universitário considerou seriamente a sua aproximação junto aos setores operários, as experiências e as formulações do DCE da UMG foram levadas para a discussão nacional, provavelmente no interior da JUC e nos fóruns do movimento estudantil, nos quais tomaram uma dimensão mais ampla. Mas há uma ressalva no texto de que era preciso ter cuidado para que os estudantes mantivessem as suas posições de liderança no interior movimento.

Do modo como foi tratada a Aliança operário-estudantil pelo DCE da UMG, a ligação entre esses dois segmentos, para além de potencializar os movimentos de reivindicação, dava sentido aos estudantes para a meta que eles interpretavam como a tônica de sua época, a libertação econômica do Brasil e das classes operárias. Além do mais, possibilitava uma relação tida como recíproca, na qual os estudantes contribuiriam com a teorização desses movimentos e, em troca, receberiam experiência de movimento, noções da realidade e contatos com a massa. Esse parece ter sido o objetivo geral que norteou o movimento universitário no período seguinte, em especial, quando os católicos se assumiram como a maioria nas direções estudantis. Isso incluiu os estudantes nos mais variados movimentos e fez com que

a solicitação do apoio das entidades sindicais e demais setores populares para as demandas estudantis se tornasse uma necessidade.

A partir do início dos anos de 1960, a Aliança operário-estudantil-camponesa estará em grande parte dos documentos da entidade, expressa de forma direta ou em termos de compromisso entre o movimento universitário e esses setores. Como já visto, a Aliança aparece no Manifesto do DCE da PUC e, posteriormente, esteve em quase todos os documentos da UNE durante a crise da renúncia de Jânio Quadros, por vezes com sentido diferente, mas sempre como um aspecto importante nas lutas sociais.

Na Declaração de Porto Alegre, documento editado após um Conselho Extraordinário de Estudantes durante a Campanha da Legalidade, a UNE dizia: “estamos ao lado dos operários, dos camponeses, das forças armadas progressistas, de todas as classes revolucionárias brasileiras, para que juntos, pressionemos às últimas consequências, até que estas aspirações sejam realizadas” (Declaração de Porto Alegre, 02/09/1961. In: SANFELICE, 1986:20). Em outro documento, editado na mesma data, encerrava com a exclamação: “a UNE só tem um compromisso: lutar pelo povo e pelo Brasil” (UNE, *O que a União Nacional dos Estudantes espera de Jango*, 02/09/1961). Já nas resoluções dos Seminários Nacionais de Reforma Universitária, o tema irá aparecer em todos eles em um sentido bastante próximo àquele atribuído pelo DCE da UMG. Na resolução do I Seminário, apareceu como a “busca de formas de organização que reúnam os elementos dinâmicos da nação: operários, camponeses, estudantes, numa luta comum pelas reivindicações da classe proletária e visando à transformação da estrutura social vigente” (Declaração da Bahia (1961). In: FÁVERO, 1995:15).

Já em um documento que analisou o estágio das lutas pela reforma universitária, de 1963, a UNE afirmava ser

necessário um entrosamento cada vez maior com os demais movimentos populares, tomando consciência de que a luta pela Reforma Universitária é uma luta popular, o que significa, por um lado, que ela não pode ser luta apenas dos estudantes mas de todas as forças populares, e por outro lado que, lutando por ela, o estudante não está lutando apenas por seu interesse, mas está participando da luta mais ampla pela libertação do povo (UNE: luta atual pela reforma universitária (1963). Idem: 112).

Dentre as entidades regionais, o tema também esteve presente. Na tese sobre a reforma universitária da UPE-PR, elaborada para o 25º. Congresso Nacional dos Estudantes, em 1962, se considerava que

o estudante deverá conhecer quais as aspirações do povo e o que ele espera do universitário, vemos então, que não é em vão a iniciativa de uma aliança operário-estudantil-camponesa, nestes movimentos, o estudante já poderá dar a sua contribuição como também ficarão mais compenetrados de seus anseios de formação de uma comunidade mais justa e igualitária (Reforma Universitária, XXV Congresso da UNE. Curitiba: UPE, 1962: 09).

Também em documento da UEE-SP, de 1963, é possível encontrar na Aliança operário-estudantil-camponesa o sentido das posições estudantis, quando esses se colocavam em solidariedade com as lutas sociais desses setores, nas resoluções do congresso dos universitários paulistas desse ano, as deliberações afirmavam que,

os estudantes paulistas se solidarizam com as lutas camponesas pela posse da terra, colocando como meta a ser atingida, a socialização da mesma; os estudantes paulistas se colocam junto à classe operária lutando pela sua organização no sentido da tomada do poder pelo povo (UEE Caderno – Resoluções. São Paulo: UEE, Gráfica do Grêmio Filosofia da USP, 1963, s/p).

Para além dos documentos, a Aliança apareceu no cotidiano do movimento, nas relações que se constituíram com os sindicatos durante a Campanha de Defesa da Escola Pública, na Campanha da Legalidade, na participação de diversas greves operárias, do Congresso das Ligas Camponesas, nas apresentações de teatro do CPC nas fábricas, sindicatos e favelas, entre outros.

O aprofundamento dessa Aliança, no entanto, aparece na FMP, a partir de 1963, quando se formalizou a participação da UNE ao lado de representantes do CGT, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, do Pacto de Unidade e Ação, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, das associações de subalternos das Forças Armadas, facções das Ligas Camponesas e grupos de esquerda, como a AP, POLOP, e o POR-T, além de segmentos da extrema esquerda do PCB e políticos do grupo compacto do PTB e da FPN (FERREIRA, 2004).

A FMP foi entendida pela UNE como um esforço de organização popular, na qual os estudantes se alinharam com os trabalhadores e seus aliados, formando a vanguarda popular. Entretanto, quando a UNE se integra na FMP, a avaliação dos estudantes é de que as lutas sociais já estariam bastante avançadas, pois “o processo de radicalização da sociedade brasileira, que se desenvolveu nos últimos dois anos, começa a atingir a fase de ofensiva do proletariado no nível político, sucedendo-se greves já não mais características do estágio meramente reivindicatório” (UNE: luta atual pela reforma universitária (1963) In: FÁVERO, Maria de Lourdes, 1995, op. cit., 114).

O pano de fundo que reunia todas essas lutas eram as reformas de base que, apesar de serem claramente defendidas pela UNE desde o 24º. Congresso, quando os trabalhadores foram considerados “membros honorários” do encontro, só foi incluída efetivamente em seu programa político no 26º. Congresso, em 1963, quando os trabalhadores já afirmavam na abertura do encontro que juntos fariam a revolução. As reformas de base foram consideradas como o ponto de entrelaçamento entre o movimento universitário e todas as outras forças sociais que lutavam pela libertação nacional.

As reformas de base

Como tema de união de todos esses setores, as reformas de base compuseram um conjunto de medidas reformistas que visavam adequar o processo de desenvolvimento nacional, mas foram interpretadas de diferentes maneiras. Para parte das esquerdas, as reformas assumiram um sentido nacionalista, modernizante, estatista e necessárias para caminho da justiça social, para outros, também foram interpretadas como um dos passos no caminho da revolução brasileira, como num certo momento o fez a própria UNE e alguns dos setores mais radicais que, a partir de 1963, se organizaram na Frente de Mobilização Popular (FMP).

Nas análises que justificaram a necessidade das reformas, havia uma realidade que marcava um processo simultâneo e contraditório, em grande parte baseado no desenvolvimentismo que acelerou o processo urbano-industrial da segunda metade dos anos de 1950. Entendia-se que o Brasil havia chegado a um patamar inédito que, de modo geral, pode ser exemplificado em uma das publicações sobre o tema, na qual dizia ser

indiscutível que o País progrediu, principalmente nos últimos dez anos. Deixamos de ser um país essencialmente agrícola e enveredamos rapidamente pelo caminho da industrialização. Disso decorre o surgimento de um maior número de oportunidades para o povo brasileiro, novos empregos, novas atividades profissionais, mais conforto. Rádios, televisões, geladeiras e demais aparelhos eletro-domésticos (*sic*), que a dez anos atrás ainda eram objetos de luxo, passaram a ser acessíveis a grandes camadas populares e até o automóvel já se vai tornando reivindicação possível, pelo menos para amplos setores da classe média. O Rio e São Paulo transformaram-se em metrópoles gigantescas, sendo poucas as que as superam no mundo inteiro. Construímos a mais moderna cidade do planeta inteiro. (...) Ganhamos maior projeção e respeito no exterior ao abandonarmos a velha posição incaracterística de nossa política externa ao passarmos a participar, com personalidade própria, no cenário internacional (SILVA, 1963:07).

Por outro lado, era concebido que o desenvolvimento, além de manter velhas contradições, havia feito surgir outras. Segundo considerado, algumas dessas contradições estavam na inflação, a qual, em decorrência das emissões de moedas para custear o desenvolvimento da década de 1950, tinha intensificado a “carestia de vida” e a anulação das conquistas salariais dos trabalhadores, em detrimento de pequenos setores que haviam enriquecido. As crises econômicas afligiam o país, ao mesmo tempo em que as empresas estrangeiras enviavam grandes remessas de lucro para o exterior. Havia falta de gêneros alimentícios, enquanto o dinheiro público financiava, por exemplo, os excedentes do café. Além dessas, ainda se deparavam com a seca, o analfabetismo no campo, a não utilização de áreas rurais pelos latifúndios, as favelas que cresciam nas grandes cidades, a universidade que não conseguia formar profissionais adequados à realidade do país, a concentração de capitais apenas nas regiões nacionais mais lucrativas, em detrimento do abandono das regiões mais pobres do país e a dependência econômica do capital externo, fora outras.

No entanto, se as contradições eram exemplificadas a partir de questões concretas que eram sentidas na realidade cotidiana, também incluía um aspecto mais geral, na qual opunha os setores nacionais que vinham tomando consciência da necessidade de superar as contradições existentes, e os que tinham interesses na sua manutenção, tidos de modo geral, como sendo a

minoría ainda dominante, que é constituída pelos grupos nacionais ligados aos setores de características semi-feudais e semi-coloniais que ainda persistem em nossa economia – latifúndio, comércio exportador – e pelos grupos estrangeiros também interessados em nosso estágio de atraso e seus ‘testas de ferro’ e advogados nativos [que] mobiliza[m] todos os recursos publicitários no sentido de arregimentar fôrças (*sic*) e dividir o povo (Idem: 10-11).

Para superar essas contradições, se compuseram nas reformas de base oito eixos centrais que, segundo Roland Corbisier (1968), eram exigidos objetivamente pelo processo de desenvolvimento nacional, e que se transformaram numa intensa disputa entre diferentes setores sociais, em última instância, que disputaram o modelo de desenvolvimento que o Brasil tinha de seguir.

Segundo o autor, a primeira dessas reformas tinha de ser a eleitoral. Identificava-se que no processo de industrialização e de crescimento das cidades, com o deslocamento das populações rurais para as cidades, havia se formado um novo tipo de eleitorado, urbano e composto predominantemente por operários e pela classe média. Dessa forma, para incluir o conjunto dessas populações no processo de decisão do Estado e adequar o sistema eleitoral, era necessário permitir o voto dos analfabetos, a elegibilidade dos sargentos e operar a reconfiguração dos partidos, de modo que eles não fossem organismos atuantes apenas nos períodos eleitorais, e que representassem, de fato, programas construídos de forma ampla e a partir das suas bases. Dentre os estudantes, essa também foi uma questão abordada pela JUC e, posteriormente, expressa nos documentos da UNE, nos quais se denunciava que a democracia brasileira era uma farsa, já que mais de 50% da população, analfabeta, estava impedida de votar (Manifesto do DCE da PUC (1961). In: CARONE, 1981; Declaração da Bahia (1961). In: FÁVERO, 1995). No objetivo geral dessa reforma, estava alterar as composições do Congresso, feito que deveria equilibrar a correlação de forças que existia até então, marcada pelo predomínio das classes dominantes. Entendia-se que essa reforma possibilitaria a votação parlamentar de todas as outras.

Em seguida, também como fundamental, estava a reforma administrativa, que tinha por objetivo aperfeiçoar a máquina estatal e dotá-la de possibilidades de um planejamento efetivo para o desenvolvimento e a emancipação nacional. Nessa perspectiva, considerava-se que, ao contrário da iniciativa privada, apenas o Estado tivesse “condições e recursos para fazer o levantamento dos problemas do País” (CORBISIER, 1968:109). Já em uma visão bastante diferente, uma publicação

intitulada “Reformas de base: posição do IPÊS”¹⁶¹, a reforma administrativa tinha que assumir uma característica de racionalização do Estado para agilizar o setor público, pois o planejamento do Estado tinha que se voltar para o fornecimento de infraestrutura necessária ao desenvolvimento do setor privado, para o qual tinha que “concentrar os seus esforços, valendo-se, quando [fosse] o caso, da cooperação financeira e técnica internacional disponível” (IPÊS, 1963:114).

Em seguida, vinha a proposta da reforma tributária. O fundamento era que se considerava injusto o pagamento igual de impostos por ricos e pobres. Essa reforma tinha o objetivo de complementar a reforma administrativa, reforçando as finanças do Estado para que pudesse realizar as ações necessárias de planejamento.

A partir da alteração das forças atuantes no Congresso, da revisão da estrutura do Estado e da dotação orçamentária adequada, vinha a reforma agrária que, de todas as propostas, era a mais polêmica, visando superar a contradição do latifúndio, da falta de gêneros alimentícios, a especulação da terra, do analfabetismo rural, entre outros. A reforma urbana, em detrimento do crescimento desordenado das cidades, gerado pelo interesse lucrativo do setor imobiliário, deveria limitar o número de imóveis urbanos, desapropriar os imóveis desocupados além do prazo permitido e construir conjuntos residenciais com verba pública e sem lucro, além de organizar o setor de transportes e de serviços públicos nas cidades.

Ainda havia a reforma bancária, que tinha como objetivo financiar o desenvolvimento nacional, principalmente com relação a indústria e ao setor agrário, nacionalizar e democratizar o crédito e centralizar a política monetária e crediária no Banco do Brasil, além de estabelecer que as direções dos bancos deveriam contar com representantes populares como forma de equilibrar uma estrutura que só atendia aos interesses dominantes. A reforma cambial, que deveria promover reservas de capital para importações prioritárias do desenvolvimento e vetar os gastos com artigos considerados supérfluos ou luxuosos. E por último, a reforma universitária, que será tratada à frente.

Tomadas em seu conjunto, a defesa das reformas de base tinham variações de um grupo para outro, ênfases e prioridades diferentes. Na afirmação de Corbisier,

os pregadores reformistas, de acordo com as preferências pessoais de cada um ou as circunstâncias do momento, punham ênfase nesta ou naquela mudança, como se não houvesse entre as diversas reformas nenhuma hierarquia de importância ou escolha de prioridade. (CORBISIER, 1968:02).

Notadamente, dentre os diversos setores que se mobilizaram pelas reformas, havia prioridades distintas, como entre as Ligas Camponesas e a UNE que, de maneira simultânea, travaram lutas sociais a partir de diferentes demandas para serem atendidas, ou impostas, as suas reivindicações. Já em relação

¹⁶¹ Refere-se ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, organização empresarial de direita.

aos setores empresariais, que se expressaram nas “posições do IPÊS”, havia conotações diferentes quanto às reformas, notadamente partindo de uma visão bem mais moderada e a partir da interpretação que os setores privados faziam do mundo social. Se o estatismo traduziu as crenças e os valores na cultura política dos trabalhistas e comunistas (FERREIRA, 2004:185), a livre iniciativa esteve presente nas organizações empresariais que se organizaram como um imperativo do regime democrático. Segundo os propositores das posições do IPÊS, em relação às reformas de base,

não há democracia sem a empresa privada, que é uma de suas instituições básicas. É o meio pelo qual a iniciativa particular organiza os fatores da produção em proveito da sociedade, sob o incentivo do lucro, de um lado, e dos imperativos da livre concorrência de outro. Abalar-lhe as bases ou limitar-lhe o escopo, sempre que constitui instrumento mais compatível com o bem comum, importa em atingir um dos fundamentos da liberdade política (IPÊS, 1963:113).

Nesse cenário, de diferentes ênfases e posições em relação ao que deveriam ser e como seriam executadas as reformas de base, notadamente se na “lei ou na marra”, tem-se que considerar que a própria posição de Roland Corbisier, delineada acima, é passiva de representar uma dessas ênfases, principalmente a partir das posições do ISEB, instituto do qual Corbisier foi diretor executivo, e das posições que o autor sustentava no interior do PTB e em sua atuação legislativa. No entanto, parece que a lógica das reformas defendidas pelo autor segue uma cronologia hierárquica geral na forma como elas eram abordadas nas publicações do tema, nas quais nem sempre a reforma eleitoral aparecia como prioridade frente todas as outras.

Na radicalização da defesa das reformas por parte dos movimentos sociais e organizações de esquerda é que se pode encontrar o principal aspecto da radicalização da UNE. Conduzida majoritariamente por um dos grupos que protagonizaram a polarização sentida no período, a Ação Popular (AP)¹⁶², a entidade progressivamente deslocou o seu discurso no sentido de uma política de confronto aberto com os setores conservadores, chegando às vésperas de 1964, admitindo a revolução socialista como a etapa final dessas reformas (FERREIRA, 2004).

Nessa medida, a UNE passou a expressar a opção que se delineava nos setores mais radicais da esquerda, passando da defesa das “reformas na lei”, para as “reformas na marra”. No interior da Frente de Mobilização Popular (FMP), movimento que reunia a UNE e as esquerdas radicais, imaginava-se que após um longo período de acúmulo de forças havia chegado a hora de derrotar as direitas, ou na expressão utilizada na época, havia chegado o momento do “desfecho”. Como aponta Jorge Ferreira, no imaginário que se formou às vésperas de 1964 no interior da FMP,

¹⁶² Embora a AP estivesse sendo gestada desde 1962, principalmente a partir dos quadros da JUC, o primeiro presidente nominalmente eleito pela organização foi José Serra, somente em julho de 1963.

A democracia era repleta de ‘formalismos jurídicos’ e, em razão de um Congresso ‘conservador’ e de uma Constituição ‘ultrapassada’, as reformas de base eram bloqueadas. Assim, para implementar as mudanças econômicas e sociais, era necessário ‘superar’ os limites impostos pelas instituições liberais-democráticas em vigor no país, sobretudo os dispositivos legais que impediam a realização das reformas. A partir daí, não se tratava mais de saber se as mudanças econômicas e sociais seriam executadas, limitadas ou mesmo impedidas. A questão central passou a ser a tomada do poder político e a imposição de projetos (FERREIRA, 2004:209-210).

Pautada num debate que circulava em torno da revolução brasileira e parte atuante do bloco radical, a UNE se tornou “um dos alvos preferidos dos grupos sociais que se glutinavam para conter o ascenso do movimento popular e nacionalista” (MARTINS FILHO, 1987:62), grupos esses que fizeram surgir uma pesada campanha contra a entidade.

O aprofundamento dessa Aliança, no entanto, aparece na FMP, a partir de 1963, quando se formalizou a participação da UNE ao lado de representantes do CGT, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria, do Pacto de Unidade e Ação, da Confederação Nacional dos Trabalhadores nas Empresas de Crédito, das associações de subalternos das Forças Armadas, facções das Ligas Camponesas e grupos de esquerda, como a AP, POLOP, e o POR-T, além de segmentos da extrema esquerda do PCB e políticos do grupo compacto do PTB e da FPN (FERREIRA, 2004).

A FMP foi entendida pela UNE como um esforço de organização popular, na qual os estudantes se alinharam com os trabalhadores e seus aliados, formando a vanguarda popular. Entretanto, quando a UNE se integra na FMP, a avaliação dos estudantes é de que as lutas sociais já estariam bastante avançadas, pois “o processo de radicalização da sociedade brasileira, que se desenvolveu nos últimos dois anos, começa a atingir a fase de ofensiva do proletariado no nível político, sucedendo-se greves já não mais características do estágio meramente reivindicatório” (UNE: luta atual pela reforma universitária (1963) In: FÁVERO, 1995:114).

O pano de fundo que reunia todas essas lutas eram as reformas de base que, apesar de serem claramente defendidas pela UNE desde o 24º Congresso, quando os trabalhadores foram considerados “membros honorários” do encontro, só foi incluída efetivamente em seu programa político no 26º Congresso, em 1963, quando os trabalhadores já afirmavam na abertura do encontro que juntos fariam a revolução. Dessa forma, principalmente nos anos de 1963 e início de 1964, as reformas de base foram consideradas como o ponto de entrelaçamento entre o movimento universitário e todas as outras forças sociais que lutavam pela libertação nacional.

Fontes

Folha da Manhã

Folha da Noite

Folha de S. Paulo

O Estado de S. Paulo

Jornal do Brasil

Última Hora

PINTO, Yvon Leite de Magalhães. *O movimento “estudantil” de 1960 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais*: esclarecimentos prestados pelo antigo Diretor da Faculdade, Belo Horizonte: S/E, 1963.

Reforma Universitária: tese apresentada pela UPE no XXV Congresso da UNE. Curitiba: UPE, 1962.

Reforma de Base: posição do IPÊS. São Paulo: IPÊS, 1963.

SEGANFREDO, Sonia. *UNE: instrumento de subversão*. Rio de Janeiro: GRD, 1963.

SILVA, Luiz Osiris da. *O que são as Reformas de Base*. São Paulo: Fulgos, Universidade do Povo, 1963.

UEE Caderno – Resoluções. São Paulo: UEE, Gráfica do Grêmio Filosofia da USP, 1963, s/p.

Referências Bibliográficas

ARANTES, Aldo; LIMA, Haroldo. *História da Ação Popular: da JUC ao PC do B*. São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

BERLINCK, Manoel Tosta. *O Centro Popular de Cultura da UNE*. São Paulo: Papyrus, 1984.

CARONE, Edgar. *Movimento operário no Brasil: 1945 – 1964*. São Paulo: DIFEL, 1981.

CORBISIER, Roland. *Reforma ou Revolução?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

DOMONT, Beatriz. *Um sonho interrompido: o Centro Popular de Cultura da UNE (1961 – 1964)*. São Paulo: Porto Calendário, 1997.

FÁVERO, Maria de Lourdes. *A UNE em tempos de autoritarismo*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

FERREIRA, Jorge. (2004). “A estratégia do confronto: a Frente de Mobilização Popular”, *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 24, n°. 47, pp. 181-212.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*, 4ª. ed., São Paulo: Edições Loyola, 2001.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1984*. Campinas: Papyrus, 1987.

POERNER, Artur José. *O poder jovem: história da participação política dos estudantes brasileiros*. São Paulo: CMJ, 1995, pp. 79-80

RAMOS, Antonio da Conceição. *Movimento estudantil: a JUC em Sergipe (1958-1964)*. Dissertação de Mestrado, São Cristóvão, Sergipe: UFS, 2000.

SANFELICE, José Luís. *A UNE na resistência ao golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 1986.

A viola embaixatriz de Renato Andrade: relato sobre as turnês ao exterior

Bruno Aragão Cardoso

Mestre em Música pela UFMG

brunoaragaocardoso@hotmail.com.br

Resumo: Este artigo é um resumo de uma parte da dissertação “A viola embaixatriz de Renato Andrade: contextualização das turnês patrocinadas pela Ditadura Militar e ponderações sobre a face caipira do violeiro”, defendida em julho de 2012, no Programa de Pós Graduação em Música da UFMG, na linha de pesquisa Música e Cultura. Na parte aqui apresentada falar-se-á sobre o início da carreira e as viagens feitas pelo violeiro ao exterior. O violeiro mineiro Renato Andrade (1932-2005) teria se apresentado em 36 países entre 1978 e 1983 sob o patrocínio do Itamaraty.

Palavras chave: Viola caipira; Ditadura Militar; Diplomacia Cultural

Abstract: This article is a summary of a part of the dissertation “A viola embaixatriz de Renato Andrade: contextualização das turnês patrocinadas pela Ditadura Militar e ponderações sobre a face caipira do violeiro”, held in July 2012, the Graduate Program in Music, UFMG, the line of research Music and Culture. In part presented here will be talking about the early career and travels abroad made by the guitarist. The 10th strings guitarist Renato Andrade (1932-2005) have been presented in 36 countries between 1978 and 1983 under the auspices of the Foreign Ministry.

Keywords: 10th strings guitar, Military Dictatorship, Cultural Diplomacy

Início da carreira:

Renato Andrade (*apud* ESTADO DE MINAS 1984) diz que sua vida é igual à de Jesus de Nazaré porque pouco se sabe o que aconteceu entre os 12 e 33 anos. Essa falta de recordação também foi expressa na seguinte frase: “Passado é que nem defunto pobre, pois defunto rico tem missa todo domingo”. Nesse texto, ele também explicou sobre o porquê da sua vontade de tocar viola. Na casa dele tinha um violão e se lembrou daquela história do sapo que vai para o céu tocando viola e se perguntou: por que não tocar viola?

Essa explicação não é tão satisfatória assim, e o próprio Renato explica seu interesse pela viola de outra forma. “Eu era um violinista de capela, sabia que não seria um Jascha Heifetz, num um Yehudi Menuhin” (*apud* MÁRIO SÉRGIO 1997:12). Além da falta de aptidão, haveria outros motivos para escolher a viola. “Eu vou estudar viola e sair lá na frente. Ainda vou ser famoso” (*apud* SÉRGIO GOMES 1978:41). Esse prenúncio de um futuro afortunado foi vislumbrado ¹⁶³ em uma loja de instrumentos em BH onde Renato ouviu que a música de viola desapareceria em breve. Ele percebeu que poderia estudar esse instrumento para popularizar esse gênero musical. JOÃO JOSÉ¹⁶⁴ diz que a

¹⁶³ Programa do concerto de Renato na Universidade Loyola nos EUA em 30 mar.1978. Este documento está no acervo pessoal de Renato Andrade que está sob a guarda de Maria Lourdes Viana Cunha em Abaeté MG.

¹⁶⁴SILVA, João José da. Belo Horizonte: 2 dez. 2009. Entrevista concedida a Bruno Aragão Cardoso.

viola era um instrumento pouco conhecido na época e que Renato viu nele a possibilidade de ganhar a vida como músico. RENATO ANDRADE¹⁶⁵ diz que a mudança do violino para a viola também foi sugerida por um de seus professores. BELINI ANDRADE¹⁶⁶ afirma que foi o seu pai o autor dessa sugestão. O gosto pela viola caipira foi despertado pelas folias de reis de Abaeté que Renato costumava acompanhar na sua juventude. Em Abaeté, Renato também teve contato com outros violeiros que de certa forma o influenciaram, como por exemplo, um fazendeiro chamado Rafael do Capim Seco, o mais famoso violeiro da região¹⁶⁷, a quem Renato dedicou uma música no seu sexto disco. Outro violeiro que influenciou Renato foi um que gostava de tocar harmônicos na viola tentando imitar um realejo¹⁶⁸. Renato ao ouvir esses músicos foi criando seu estilo. Em 1965, o próprio Renato afirma que decidiu estudar viola com seriedade¹⁶⁹.

Por volta de 1968, Renato Andrade se muda de Abaeté para Belo Horizonte e essa mudança para BH foi contada por Renato de algumas formas. De acordo com uma delas, ele teria vindo para BH comprar algumas coisas em 1966 e conheceu Waldomiro Lobo numa loja de instrumentos musicais que o apresentou ao Clóvis Prates da TV Itacolomi (MÁRIO SÉRGIO 1997:12). Outra explicação dada foi que Renato, por influência de amigos, acabou indo para Clóvis Prates e Lázaro Araújo, da TV Itacolomi, onde acabou fazendo um programa dirigido por Bianchi (ESTADO DE MINAS 1984:5). JOSÉ ANTONIO¹⁷⁰ revela que nessa época a viola, instrumento que Renato aprendeu sozinho, era um passatempo, e que ele viera para BH para tentar ganhar a vida. Exemplo dessa luta foi o emprego de Renato na Rádio Inconfidência onde servia café.

JOSÉ ANTONIO¹⁷¹ lembra que o primeiro programa do qual Renato participou na Itacolomi foi *Sérgio Bitencourt obrigado*. Renato comprou um sapato especialmente para ir nesse programa e na gravação disse ao apresentador que o sapato era mais caro do que o couro da vaca. Sérgio respondeu que ele percebia, pois a etiqueta nem havia sido tirada. Renato disse que isso mostrava pra todo mundo que o sapato estava novo.

Esse programa na televisão foi visto pelo cineasta Schubert Magalhães que o convidou para participar do filme *Homem do corpo fechado* que foi rodado em Diamantina e Curvelo. De acordo com a página da Cinemateca do Governo Federal¹⁷², o filme foi feito em 1972, mas segundo o Brasil Cinema e Guia de Filmes, a produção do filme seria de 1971. Depois da filmagem, Renato foi ao Rio de Janeiro para gravar

¹⁶⁵ANDRADE, Renato. Rio de Janeiro: 14 out. 1971. Entrevista concedida a Aloysio Alencar Pinto. Esta entrevista integra o acervo do Museu da Imagem e do Som do RJ (MIS) e faz parte da Coleção Depoimentos para a Posteridade. CD 60 min..

¹⁶⁶ANDRADE, Belini Alves. Abaeté: 05 mai. 2012. Entrevista concedida a Bruno Aragão Cardoso..

¹⁶⁷ Entrevista MIS cf. nota 2, p.2.

¹⁶⁸ Idem.

¹⁶⁹ Idem.

¹⁷⁰SANTANA, José Antonio. Belo Horizonte: 16 jan. 2010. Entrevista concedida a Bruno Aragão Cardoso..

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² <http://cinemateca.gov.br> Acesso 14 mar. 2010.

sua parte da trilha sonora e fazer a dublagem de seu personagem e lá conheceu Guerra Peixe e oportunidades começaram a aparecer.

JOÃO JOSÉ¹⁷³ disse que Renato aprendeu muito com Guerra Peixe. Este “se interessou pela minha formação e foi um grande incentivador” (RENATO *apud* SÉRGIO RODRIGO 1999:5). Depois desse incentivo, Renato Andrade resolve se mudar para o Rio de Janeiro. A mudança para Rio de Janeiro, segundo JOSÉ ANTONIO¹⁷⁴, foi para tentar viver como músico e foi facilitada pela presença de uma irmã de criação de Renato chamada Hebe Barreto Nobre que já morava lá.

Em pouco tempo na capital fluminense, ele começa a despontar. Exemplos dessa ascensão foram a contratação pela Prefeitura do Rio de Janeiro para se apresentar em escolas municipais durante uns dois anos (JOSÉ ANTONIO); e a participação no nos Concertos para a Juventude. A presença nestes concertos foi resultado do fato de Renato ter sido apresentado a Edino Krieger por Guerra Peixe (NAYDE ABREU 1981).

Essa rápida projeção foi o suficiente para Renato, em 14 de outubro de 1971, ser convidado a prestar seu depoimento no programa “Depoimentos para Posteridade”¹⁷⁵ do Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro. Essa entrevista, segundo o próprio Renato, foi registrada por ele não ser considerado “celebridade, mas raridade” (LIANA FORTES 1977).

Em 1977, Renato grava seu primeiro disco pela Chantecler, logo após aparecer no Fantástico e em 1978 é convidado para se excursionar nos EUA.

Turnês: Viagem aos EUA

A Embaixada Brasileira em Washington, através de *release*,¹⁷⁶ anuncia a excursão de Renato Andrade a 11 universidades dos EUA em 1978. No dia 28 de março daquele ano, Renato se apresentaria no Departamento de Línguas e Literaturas Românicas na Universidade da Flórida, na cidade de Gainesville, no estado da Flórida. No dia 29, ele tocava na Diretoria de Atividades Estudantis da Universidade Oglethorpe em Atlanta, no estado da Geórgia. No dia 30, foi a vez da Universidade Tulane, em New Orleans, Louisiana. No dia 3 de abril, ele tocava no curso de Estudos Latino Americano da Universidade do Texas, em Austin, Texas. Em cinco de abril, ele se apresentaria no Departamento de Espanhol e Português da Universidade do Arizona, em Tucson, no Arizona. No dia sete, ele tocava no Departamento de Espanhol e Português da Universidade da Califórnia, em Los Angeles, na Califórnia.

¹⁷³Entrevista cf. nota 3, p.13.

¹⁷⁴ Entrevista cf. nota 6, p.14.

¹⁷⁵ Acesso em 08/03/2010 http://www.mis.rj.gov.br/acervo_dp_dp.asp#1971.

¹⁷⁶ Este documento, escrito no idioma inglês, datado de 21 mar. 1978, está no acervo pessoal de Renato Andrade (APRA) que está sob a guarda de Maria Lourdes Viana Cunha em Abaeté MG.

Em 10 de abril, Renato mostraria sua viola no Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Minnesota, em Minneapolis, Minnesota.

No dia 11, ele tocaria no Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Wisconsin, em Madison, Wisconsin. Dois dias depois, ele viajaria para se apresentar no Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Iowa, em Iowa City, no estado homônimo da cidade. No dia 17 de abril, ele se apresentaria no Departamento de Espanhol, Italiano e Português da Universidade de Illinois, em Urbana, Illinois. No dia seguinte, o som da viola seria ouvido no Departamento de Português da Universidade de Georgetown em Washington, DC e no dia 21, encerrando sua turnê, ele se apresentaria no *Brazilian Promotion Center*, em New York, NY.

Pouco antes da viagem ser confirmada, o cônsul do Brasil em Atlanta, SILVA ALVES¹⁷⁷ pede a Secretaria de Exteriores do Itamaraty a quantia de 200 dólares para os gastos referentes à impressão e distribuição dos programas e convites. Ele também indica que a Universidade Oglethorpe ofereceria hospedagem ao músico. A resposta para esse pedido não foi encontrada na documentação pesquisada.

Essa viagem foi patrocinada pelo Ministério das Relações Exteriores e contou com a cooperação do *Brazilian-American Cultural Institute* que se situa em Washington. Esse *release* divulgado pela embaixada do Brasil em Washington realiza uma pequena apresentação sobre a carreira de Renato Andrade, tece alguns comentários sobre o instrumento que ele toca, cita algumas de suas composições, ressalta a excursão que ele fez em 1974 na região nordeste do Brasil, e destaca a capacidade da viola imitar o som de outros instrumentos como a harpa e a balalaica.

Essas apresentações foram muito bem avaliadas pelos funcionários dessas universidades. KATHRYN LISS, diretora de Atividades Estudantis da Universidade de Oglethorpe, Atlanta, em carta¹⁷⁸ a Fernando Silva Alves, cônsul do Brasil em Atlanta, agradece bastante pela oportunidade que raramente acontece nessa universidade que foi avaliada por ela como “importante evento”. ALVES, em documento enviado¹⁷⁹ à Secretaria de Estado afirma que Renato Andrade é “merecedor de todo apoio oficial para apresentações no exterior”.

CLAUDE E. LEROY, do Centro Luso Brasileiro da Universidade Wisconsin, em carta¹⁸⁰ a José Neistein, diretor do *Brazilian-American Cultural Institute*, diz que na apresentação de Renato havia pelo menos 40 pessoas nos fundos e nas laterais do auditório que tem 137 lugares. Depois da apresentação houve uma conversa entre o músico e a plateia. Nesta também havia instrumentistas. Depois da apresentação houve uma recepção. LEROY chamou Renato de “epítome brasileiro de charme, afabilidade e animação”. No dia seguinte Renato participou de um programa de rádio e de um jantar que

¹⁷⁷ Telegrama do Consulado do Brasil em Atlanta para a Secretaria de Exteriores. 7 mar 1978. Documento pertencente ao Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI) que foi consultado em 23 e 24 ago. 2011.

¹⁷⁸ Carta em inglês pertencente ao Acervo Pessoal Renato Andrade. Data 17 abr. 1978.

¹⁷⁹ Carta. 20 abr. 1978. APRA.

¹⁸⁰ Carta em inglês. 24 abr. 1978. APRA

foi oferecido a ele do qual participaram estudantes, professores e outros interessados na música brasileira. A apresentação foi gravada e uma cópia foi dada a Renato que ficou surpreso com a receptividade. LEROY diz que espera que o governo brasileiro continue mandando artistas de todos os campos para reforçar a compreensão deles sobre a cultura brasileira.

O *Brazilian Promotion Center*, em New York cujo slogan é “Promover o Brasil, mas promovê-lo bem” anuncia em *release*¹⁸¹ que Renato Andrade faria no dia 22 de abril de 1978, uma apresentação com entrada franca promovida pela rádio WBAI- FM às 21h na Henry Street Settlement House. Segundo o comunicado, Renato foi um dos primeiros músicos brasileiros que faria uma apresentação que seria transmitida ao vivo pela rádio.

ALFRED HOWER, professor de Português do Departamento de Línguas e Literaturas Românicas da Universidade da Flórida, em carta¹⁸² a Nestein, diz que a apresentação de Renato, realizada de fato no dia 24 de abril por causa do atraso na obtenção de visto¹⁸³, foi um sucesso e que ele foi “aplaudido entusiasticamente” por 140 pessoas. HOWER conta que considerou a música “fascinante” e demonstrou interesse pelo “incomum” instrumento tocado por Renato que no dia seguinte visitou a aula de Português Avançado onde conversou com os alunos. HOWER diz que o público estadunidense não conhece os valores da cultura brasileira e que esse esforço ajuda profissionais brasilianistas como ele.

CLAUDE HULET, professor de Espanhol e Português do Departamento de Espanhol e Português da Universidade da Califórnia agradece bastante, em carta¹⁸⁴ a Neisteins, pela alta qualidade da apresentação de Renato que foi qualificada como “muito excitante e satisfatória”. HULET também agradece pela oportunidade de poder conhecer esse território da cultura contemporânea brasileira. O Consulado de Los Angeles qualificou¹⁸⁵ a apresentação de Renato como “programa folclórico de “música armorial mineira””. O recital foi prestigiado por “mais de cem pessoas, número relevante, por não ser em horário nobre, lotando o auditório em sua capacidade”.

CURTIS BLAYLOCK presidente do Departamento de Espanhol, Italiano e Português da Universidade de Illinois em carta¹⁸⁶ a Nestein disse que se tornou um “fã de viola”.

Essa excursão surgiu de um convite a Renato pelo embaixador do Brasil nos EUA, João Batista Pinheiro (CASTRO 1999:7). O sucesso da excursão foi tanto que Renato foi delegado cultural do Itamaraty entre 1978 e 1983 (PATRÍCIA CASSESE 1994:8). Nesse período, ele teria viajado por 84 cidades em 36 países (O TRIÂNGULO 1985:6). Essa matéria desse jornal de Uberlândia foi a única encontrada que citou com precisão o número de países visitados pelo violeiro. Esse número talvez não

¹⁸¹ Release em inglês. Abr. 1978. APRA

¹⁸² Carta em inglês. 26 abr. 1978. APRA

¹⁸³ Telegrama da Embaixada do Brasil em Washington para a Secretaria de Estado. 26 abr. 1978. AHI.

¹⁸⁴ Carta em inglês. 02 mai. 1978. APRA

¹⁸⁵ Telegrama do Consulado Brasil em Los Angeles para a Secretaria de Estado. 11 abr. 1978. AHI.

¹⁸⁶ Carta em inglês. 18 abr. 1978. APRA.

seja exato porque na documentação pesquisada não foram encontradas referências a todos esses países. Essa falta de documentação pode ser também consequência de uma atenção menor dada a assuntos culturais por parte do Acervo Histórico do Itamaraty.

Antes do patrocínio do Ministério das Relações Exteriores, Renato já havia sido patrocinado pelo Ministério da Educação e Cultura¹⁸⁷. Na matéria do jornal *O Triângulo* foi afirmado que a justificativa da contratação de Renato pelo Itamaraty se deve a ele representar algo inédito que poderia ser mostrado ao mundo. Ele foi avaliado como: “Brasil real, Brasil origem, Brasil não colonizado”.

Viagens à América Central

Depois da viagem para os EUA, Renato viajou para alguns países da América Central. Para conseguir realizar essas viagens, ele entrou em contato com o Itamaraty “sobre a possibilidade de realizar apresentações na América Latina (...) [e] teria remetido às Embaixadas Brasileiras da Costa Rica, Honduras, El Salvador e México seu segundo disco e material informativo”¹⁸⁸ sobre sua carreira. Depois dessa propaganda, a Secretaria de Exteriores sugere à Embaixada da Costa Rica que tente conseguir “patrocinadores locais”, mesmo que oferecessem baixo cachê, para concretizar a apresentação de Renato na Costa Rica. Essa apresentação seria motivada pelas positivas críticas que ele tem recebido e pelo “valor artístico do senhor Andrade, que certamente representa, com seu instrumento, aspecto muito significativo da tradição musical”. A Secretaria aguardaria retorno para poder criar uma agenda das viagens de Renato.

A Embaixada Brasileira em San Salvador, El Salvador, em telegrama¹⁸⁹ pediu para a Secretaria de Exteriores do Itamaraty discos, fotos, biografia, e críticas sobre Renato para que pudesse divulgá-lo ao Clube dos Rotários (o *Rotary Club* local) que poderia contratá-lo. Por causa desse pedido, pode-se concluir que a remessa feita por Renato de seu material, citada pela Secretaria, de fato não foi feita. Em outro telegrama¹⁹⁰, foi dito que o instrumentista poderia se apresentar ou com a Associação Pro Arte de quem receberia um cachê de 400 dólares ou com a Associação Brasileira Salvadorenha de quem receberia um cachê de 200 dólares. Se de fato se apresentou nesse país, não há registro na documentação consultada.

¹⁸⁷ Mesma referência da nota 20. APRA.

¹⁸⁸ Telegrama da Secretaria de Exteriores do Itamaraty para a Embaixada Brasileira de San José. 3 set. 1979. Documento pertencente ao Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI).

¹⁸⁹ Telegrama da E. B. em São Salvador a S. Exteriores. 10 set. 1979. AIH

¹⁹⁰ Idem. Outro telegrama na mesma data. AIH

Essa remuneração é igual a que foi cogitada para Renato se apresentar em Honduras. O embaixador O. L. BERENGUER CÉSAR em Tegucigalpa, Honduras em telegrama disse¹⁹¹ que os concertos de Renato seriam subvencionados pelo Ministério da Cultura e Turismo, Embaixada e Sociedades Pro Arte e Pro Música que pagariam a Renato 400 dólares por apresentação. Estava previsto que além de tocar na capital, Renato se apresentaria em San Pedro Sula, mas nesta cidade ele não tocou por falta de patrocínio¹⁹².

Renato não apenas tocou naquele país. O embaixador BERENGUER em carta¹⁹³ disse que além do recital no Teatro Nacional Manoel Bonilla, Renato além de se apresentar nas residências de várias personalidades locais e na embaixada, também compareceu à Escola Nacional de Música e a Escola Experimental de Música (esta destinada a crianças) onde proferiu explicações sobre a viola caipira que era um instrumento desconhecido em Honduras. Essas apresentações de Renato na avaliação do embaixador contribuíram para “a divulgação da música folclórica brasileira e da viola caipira”.

Este instrumento foi chamado pelo jornal hondurenho *La Prensa* de “guitarra criolla”. O texto dessa matéria está muito parecido com o que o que fora escrito no programa da apresentação na Universidade de Loyola. Provavelmente se trata de um *release* que foi distribuído para as embaixadas e que foi repassado por elas.

Na Nicarágua, Renato faria duas apresentações, mas uma foi cancelada porque o auditório da Universidade Nacional Autônoma onde se apresentaria, foi agendado em última hora pelas autoridades do país para realizar uma homenagem à memória do fundador da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Carlos Fonseca Amador. Renato, portanto se apresentou em Manágua somente no Teatro Experimental Edgar Munguía, do Teatro Popular Rubén Darío (LUIZ FERNANDO NAZARETH¹⁹⁴).

Para se apresentar na Costa Rica, a Embaixada Brasileira naquele país, segundo SIMAS (não há referência ao nome completo)¹⁹⁵ fez uma proposta para Renato. A embaixada bancaria a estada de Renato e pagaria ao músico a bilheteria arrecadada na sua apresentação no Teatro Nacional. No dia seguinte a apresentação, Renato gravaria na TV Cultural e dois dias depois, gravaria na Rádio Universidade e se apresentaria no campus. A apresentação no teatro foi feita e a embaixada pagou as despesas da apresentação.

Nessa apresentação, o lado humorístico e o linguajar de Renato foram duramente criticados por SIMAS¹⁹⁶.

¹⁹¹ Telegrama E. B. Tegucigalpa para a Secretaria de Estado. 9 abr. 1979. AIH.

¹⁹² Telegrama E. Tegucigalpa para S. Exteriores. 25 out.1979. AIH.

¹⁹³ Carta. 16 nov. 1978. A data do recital foi 12 nov. 1978. APRA

¹⁹⁴ Telegrama E.B. Manágua para S. Estado. 12 nov. 1979. AHI. O recital foi realizado no dia 10 nov.

¹⁹⁵ “ E. B. San Jose para S Exteriores. 25 set. 1979. AHI.

¹⁹⁶ Idem. 20 nov. 1979. O recital foi no dia anterior. AHI.

Bom intérprete do seu instrumento, mas totalmente despreparado para apresentações para um público sério. Falando uma mistura de italiano, espanhol e português, tocou durante 40 minutos, trechos de várias peças que eram antecedidas de explicações com tons humorísticos duvidosos. Respeitosamente permito-me sugerir que sejam evitadas novas apresentações do interessado sem cuidadosa preparação prévia. O artista vale, mas não tem gabarito para ser apresentado internacionalmente.

Depois dessa pesada crítica, Renato não deve ter participado das gravações, já que na documentação nada foi dito sobre elas.

Já a viagem para o México foi cancelada e o motivo não foi explicado¹⁹⁷.

Viagens à África

No início da década de 80, Renato foi para a África onde se apresentou em Guiné Bissau, Senegal e na Mauritânia. A viagem poderia ter sido maior, pois a apresentação em Cabo Verde foi desmarcada, porque segundo FERNANDO BUARQUE¹⁹⁸: “não há condições nesta cidade para a apresentação de um solista especializado como é o caso do violeiro Renato Andrade. As exposições, sempre de cunho popular, são de conjuntos populares”. O porquê desse gosto cabo-verdiano pela música popular não foi descrito nesse telegrama e nem a razão de Renato Andrade não se encaixar nessa classificação.

Em Bissau, a receptividade foi grande. Em documento, SÉRGIO FREDERICO da Embaixada Brasileira em Guiné Bissau¹⁹⁹, pergunta se a sugestão de atividades propostas pelas autoridades culturais daquele país poderia ser seguida. A sugestão seria que Renato além de fazer duas apresentações, uma delas em um auditório para 700 pessoas, participaria de um “encontro com artistas amadores guineenses, propiciando um intercâmbio de experiências e de técnicas musicais”. Para que o evento fosse bem divulgado, pediu-se a biografia de Renato e algumas de suas gravações que seriam tocadas nas rádios.

RAYMUNDO NONNATO LOYOLA DE CASTRO, embaixador em Bissau, em telegrama²⁰⁰, diz que a apresentação de Renato no salão do IIIº Congresso foi assistida pelo presidente Luiz Cabral e por diversos comissários. Esse recital foi qualificado pelo embaixador como “ato cultural de inegável importância e significado para as atividades desenvolvidas pela embaixada”.

A SECRETARIA DE EXTERIORES²⁰¹ relata para a Embaixada em Dacar o repertório e a biografia do músico, além de dizer que “Renato Andrade se propõe não somente a mostrar a música de raízes brasileiras, mas também o instrumento, que constitui elemento significativo do folclore brasileiro”.

¹⁹⁷ Telegrama da E. B. Tegucigalpa para S. Exteriores. 10 out. 1979. A.H.I.

¹⁹⁸ “ da E.B. em Cabo Verde para a S. de Exteriores 7 jul. 1980. A.H.I.

¹⁹⁹ Telegrama da E. B. Guiné Bissau para a S. de Exteriores, 26 jun. 1980. A.H.I.

²⁰⁰ “ S. Estado. 23 jul. 1980. O recital foi no dia 12 jul.

²⁰¹ “ da S. Exteriores para a E. B. Dacar, 3 jul. 1980. A.H.I.

O cancelamento da apresentação em Senegal chegou a ser cogitado por motivo da inconstância de voos entre Bissau e Senegal²⁰². Outro detalhe dessa viagem é que Renato não teve tempo de obter visto, e esse problema deveria ser resolvido quando ele chegasse a Dacar, Senegal²⁰³. Tanto as apresentações em Senegal quanto a de Guiné Bissau foram patrocinadas pelas autoridades dos respectivos países. A documentação não explicita quais seriam elas.

Estava prevista também, de acordo com DENYS²⁰⁴ (no telegrama não há o nome completo dele), duas apresentações em Nouakchott, capital da Mauritânia para funcionários da Mendes Júnior em 11 e 12 de julho de 1980. Também estava previsto que Renato receberia 200 dólares por apresentação, além de transporte e hospedagem. Pediu-se que fossem enviados foto e biografia do músico.

As apresentações de Renato foram registradas pela imprensa local. O jornalista LAYE DIALLO (1980:20) disse que em Dacar, Renato se apresentou no Teatro Daniel Sorano ao lado de um percussionista de tam-tam chamado Wilie Sonko. Nessa apresentação, Renato Andrade promoveu uma verdadeira viagem a este público de Dacar, ao centro da alma brasileira. Pois, assim como a nação brasileira é diversa e particular, a música deste embaixador brasileiro é diversa e fecunda. Podíamos achar aí todas as particularidades que compõem a cultura brasileira.

Exemplo dessa diversidade foi a apresentação de um tema de um ritual vodu brasileiro descrito pela matéria. Ele muito provavelmente inventou esse tema vodu para, possivelmente, criar empatia com público senegalês. Renato teve contato com o congado de Abaeté, mas não foram encontradas evidências de envolvimento de Renato com o vodu. Nessa matéria a viola é apenas chamada de um tipo de guitarra. Renato talvez não tenha se preocupado em explicar para a plateia sobre a variedade de toques, afinações e tipos de viola que há no Brasil. Essa matéria além de comentar a capacidade de imitação de outros instrumentos que a viola tem, descreveu que Renato na segunda parte de sua apresentação contou histórias e piadas para divertir a plateia. No final da apresentação, o público pediu bis três vezes.

Para Renato (*apud* FOLHA S. PAULO 1980:21)

A temporada africana foi, antes de tudo, uma tentativa de mostrar um instrumento em vias de extinção, o que não é inusual. Ravi Shankar, por exemplo, faz o mesmo com a cítara. Mas, na verdade, a melhor coisa que aconteceu foi a troca de impressões com o povo africano.

As viagens não pararam na África. Ele foi a Europa e a Ásia. Renato “em 1981, por exemplo, deverá se apresentar em Madri, Tunis e Atenas” (FOLHA DE S. PAULO 1980:21). Renato teria, recentemente, se apresentado também “em alguns países da Ásia” (FOLHA DE S. PAULO 1983:32). Além disso, essas

²⁰² “ da Embaixada Dacar para S. Exteriores 8 jul. 1980. A.H.I.

²⁰³ “ da S Exteriores para E.B Dacar 4 jul. 1980. AHI.

²⁰⁴ Telegrama da E.B. Dacar para S Exteriores. 2 jul. 1980. AIH.

matérias disseram que ele se apresentou em Cabo Verde e no México. Essas apresentações, de acordo com a documentação pesquisada, não foram realizadas. Talvez tenham sido remarcadas e os documentos não foram arquivados. Os textos também fazem referência à viagem a República Dominicana que não foi encontrada nos documentos estudados. Renato talvez também tenha se apresentado em março de 1979, na Áustria e Alemanha de acordo com PRIOLLI (1978) que divulgou essas viagens em dezembro de 1978, e sobre as quais não foram encontrados documentos.

Considerações Finais

Esse caráter diplomático da viola é uma função inaugurada por Renato Andrade. A viola caipira era um instrumento desconhecido em Honduras. Em Guiné Bissau ele trocou experiências com músicos e nos Estados Unidos participou de aulas em universidades. Na Mauritânia, a viola é tocada em um deserto. Trazida pelos portugueses para o Brasil, a viola é levada por Renato para o mundo.

Renato foi um dos vários artistas que foram patrocinados pelo Itamaraty ao longo da Ditadura Militar. Esse patrocínio tem alguma ligação com as Políticas Externa e Cultural do Regime Autoritário.

Renato Andrade ao longo de sua carreira gravou seis discos que sempre tiveram a mesma formação instrumental: viola caipira e violão (este sempre na função de acompanhamento). Todas as músicas gravadas são instrumentais e quase todas são de autoria de Renato cujo sobrenome é Rodrigues. Ele, ao adotar o sobrenome Andrade, fez uma homenagem simbólica ao seu pai de criação: Leonídio Andrade que possuía um hotel em Abaeté MG, cidade onde Renato foi criado.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Nayde. *Última oportunidade para se ouvir Renato Andrade*. Correio Braziliense, Brasília, 18 ago. 1981. Variedades.
- ANUNCIACÃO, Miguel. *Renato Andrade deixa o público boquiaberto*. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 08 dez. 1999. Cultura.
- ARAÚJO, Luciana. *Corpos vibram ao som da história da viola*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 jun. 2005. Ilustrada, p.8.
- BUARQUE, Daniel. *Após duas décadas fora do Iraque, Brasil reinstala embaixada em Bagdá*. Globo, G1, São Paulo, 20 mar 2012.
- CASSESE, Patrícia. *Renato Andrade mostra os segredos viola caipira*. Hoje em Dia, Belo Horizonte, 1994. Cultura, p.8
- CASTRO, Simone. *O dono da viola*. Diário da Tarde, Belo Horizonte, 16 ago. 1999. Caderno 2, p. 7.
- DIALLO, Laye Bamba. *Renato Andrade ambassadeur de la culture brésilienne*. La Semanie. 23 jul 1980. Lettres arts spectacles, p.20.
- FORTES, Liana. *Você sai da sua cidade e melhora, mas o nome Totó continua*. 30 fev. 1977. Jornal de Música, n. 30. História de Música. In:

<http://www.gaficiras.com.br/Display.php?Area=Columns&Action=Read&IDWriter=44&ID=1739>. Acesso 6 out. 2011.

GOMES, Sérgio. *Renato, um violeiro como o diabo gosta*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 jan. 1978. Ilustrada p.41.

FELIPE, Carlos. *Tempo de viola*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 31 out. 1987.

HEPNER, David. *Renato Andrade do erudito ao caipira*. Guitar Player, São Paulo, set. 1999.

POMBO, Cristiano Cipriano. *Stagium apresenta danças e diversidades*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 5 set. 1998. Acontece, p.1.

PRIOLLI, Márcia. Jornal Hoje, TV Globo, São Paulo, 07 dez. 1978 (1 min e 52 seg).

RODRIGO, Sérgio. *Quinzentas notas por minuto*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 3 mar. 1999. Cultura. Espetáculo, p.5.

SÉRGIO, Mário. *Viola encantada*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 09 jun. 1997. Espetáculo, p.12.

SILVA, Antônio Álvares da. *A propósito de viola e violeiros*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 24 mai. 1978.

SIMÃO, Wilson. *Renato Andrade e a "Magia da Viola"*. Estado de Minas, Belo Horizonte, 17 dez. 1987.

SOARES, Dirceu. *A fantástica viola de Renato Andrade*. Folha de S. Paulo, São Paulo 30 jan 1978. Ilustrada, p.23.

_____. *Uma viola muito bem temperada*. Folha de S. Paulo, São Paulo, 21 jun. 1979. Ilustrada, p.39.

_____. *A viola e seu sotaque mineiro*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 6 abr. 1984. Ilustrada, p.43.

TINHORÃO, José Ramos. *Viola caipira é universal nas mãos de Renato Andrade*. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 16 de jun. 1979. Caderno B, p.4.

WALTRICK, Flávia. *O adens ao mestre da viola*. Diário da Tarde, Belo Horizonte, 30 dez.2005. Caderno 2.

Referências jornalísticas não assinadas

ESTADO DE MINAS. *Tempo de ouvir e escutar o nosso Renato Andrade*. 18 fev.1984. 2º caderno, p5.

_____. *O som da terra na viola de Renato*. 12 jul. 1979

FOLHA DE S. PAULO. *Renato Andrade com o brilho simples da viola*. Ilustrada, p.21. 7 out.1980.

_____. *Viola caipira em novo LP*. 19 fev. 1983. Ilustrada, p. 32.

_____. Coluna: *Os mais vendidos da semana*. 15 abr. 1984. Ilustrada, p.65.

_____. a. 16 nov. 1995. Acontece, p.1.

_____. b. *Minas além das Gerais tem shows no fim de semana*. 18 nov.1995. Ilustrada, p.5-3.

_____. 31 dez 2005. Ilustrada, p.3.

HOJE EM DIA. 19 fev. 2001.

JORNAL DE MINAS. 07 ago.1979.

LA PRENSA. *Sectur, sociedad pro arte y embajada del Brasil patrocinan el evento "La guitarra criolla" de Renato Andrade*. San Pedro Sula. 10 nov. 1979.

NOTÍCIAS POPULARES 03 dez.1978

O TRIÂNGULO, *Uberlândia Clube lotado para ouvir uma boa viola*. Uberlândia, 04 dez 1985, p.6.

Orientações políticas de uma esquerda moderada: o PCB e o "centralismo democrático" (1958-1979)

Camilla Cristina Silva

Mestranda em História pela Universidade Federal de Ouro Preto

ccs.historia@gmail.com

Resumo: Este artigo empreende uma análise acerca da orientação política adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas décadas de 60/70, através do exame crítico da documentação oficial do partido, elaborada por seu Comitê Central. Desta forma, podemos revelar a real proposta política dos pecebistas, amparada no "centralismo democrático" e nas práticas de autoritarismo. O ano de 1958 apareceu como precursor de uma nova orientação política que fora edificada devido a mutações nas concepções do comunismo mundial. A linha política adotada a partir daí irá traçar os rumos do partido num dos períodos mais marcantes da história brasileira contemporânea: a Ditadura Militar. As críticas às posturas seguidas a partir da *Declaração de Março de 1958* acusarão o Partido Comunista Brasileiro de inação frente o golpe civil-militar de 1964. Mostraremos que pelo contrário, não fora inação que levara ao fracasso do partido (e não só dele, de toda a esquerda brasileira) fora a não correspondência da dinâmica interna partidária e suas posturas com a dinâmica da própria sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Política, Comunismo, Ditadura Militar

Abstract: This study undertakes a review about the policy direction adopted by the Brazilian Communist Party (PCB) in the decades of 60/70, through the critical examination of the official party documentation, prepared by its Central Committee. Thus, we can reveal the real theoretical orientation of *pecebistas*, supported by the "democratic centralism" and practices of authoritarianism. The year 1958 appeared as a precursor of a new policy orientation which had been built due to mutations in the conceptions of world communism. The political line adopted from there will chart the course of the party in one of the most remarkable periods of contemporary Brazilian history: the Military Dictatorship. The criticism followed from the positions of the Declaration 1958's March the Brazilian Communist Party accused him of inaction against the civil-military coup of 1964. We show that by contrast, was not inaction that caused the failure of the party (and not only him, all the Brazilian left) it was the mismatch of the partisan internal dynamics and their positions with the dynamics of Brazilian society.

Keywords: Policy, Communism, Military Dictatorship

Introdução

Esta pesquisa se constituiu amparada nas discussões sobre a orientação política adotada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) nas décadas de 60/70. Partimos assim do ano de 1958, quando uma reorientação da linha política partidária começa a ser executada, buscando romper com as propostas “esquerdizantes” consolidadas em 1954, no IV Congresso do PCB. Fundada com base nas diretivas do contexto internacional, a orientação política edificada na *Declaração de Março de 1958*, emergia dos debates e autocríticas acerca dos rumos da revolução brasileira, do papel do partido e sobre as concepções de forças agregadas ao movimento revolucionário. Procurava-se arquitetar uma “via nacional” para a revolução, demonstrando a inviabilidade do programa lançado com os *Manifestos de Janeiro de 1948 e Agosto de 1950*²⁰⁵, e legitimado no IV Congresso do partido, em 1954. A consolidação da nova política, pelo V Congresso (1960) continuaria a guiar o partido mesmo após o golpe de 1964. Neste âmbito, é importante destacar que esta orientação política será seguida até 1979, com pequenas modificações condizentes tanto com o recrudescimento do regime e posteriormente com sua abertura política.

O reordenamento da nova política pecebista não se dará sem crises: o período estudado será marcado por lutas internas e rupturas orgânicas. Desta forma, a intenção deste estudo é estabelecer como o PCB examinou, em determinado contexto, sua trajetória, seu passado político, a partir de suas análises e autocríticas, traçando o processo de formação da política adotada em 1958, os conflitos internos para a efetivação de uma linha e o cumprimento desta na prática. Logo, no decorrer da pesquisa, três pressuposições basilares foram se constituindo. A primeira, no que tange especificamente ao olhar da direção partidária sobre sua experiência no cenário político nacional, revela que o exame autocrítico ao qual o partido se submete desde 1956 deslegitimaria um ciclo cronológico de sua trajetória: o período compreendido entre 1948-1954. O reexame das concepções se amparava na crítica ao “sectarismo esquerdizante”, “voluntarista” e “dogmático” que teriam tomado as fileiras do partido. No entanto, tal análise não se edificaria sem oposição. E com base nesta assertiva que uma segunda hipótese fora proposta: apesar do aparecimento de diversas concepções na esfera partidária, as resoluções do Comitê Central eram impostas às diversas instâncias em um movimento “de cima para baixo”, sem o estabelecimento de uma democracia interna. Esta prática autoritária, prevista na caracterização das “organizações comunistas como estados-maiores revolucionários”²⁰⁶, não seria estruturada sem conflitos

²⁰⁵ Com a volta à legalidade em 1947, após um curto período de liberdade institucional, houve uma curvatura da política partidária a favor de medidas mais radicais. Já no início de 1948, o Comitê Central intuindo o erro que cometera ao aliar-se com a “direita”, iniciou uma reviravolta da orientação política partidária. O Manifesto de 28 de Janeiro de 1948 foi redigido por Prestes e revelou uma extrema autocrítica à atuação do partido comunista durante a legalidade. A redefinição da linha política projetou uma posição “esquerdizante”, voltada para a revolução imediata e à crítica e expurgamento ao “reformismo direitista” que tinha tomado o partido. Corroborando tal ideia, foi lançado em 1950, o Manifesto de Agosto, também escrito por Prestes, que defendia o voto em branco nas eleições daquele ano. Como expressou Hércules Córrea, a linha proposta impingia “o golpe principal sobre o nacional-reformismo da burguesia”, mesmo que os principais inimigos fossem considerados o imperialismo e o latifúndio (SILVA; SANTANA, 2007).

²⁰⁶ Tal expressão é empregada por Daniel Aarão Reis Filho (1990) revelando o caráter autoritário e elitista das organizações comunistas, autoproclamadas as “vanguardas revolucionárias” do proletariado. Para engendrar sua discussão entre distanciamento entre projetos políticos das esquerdas brasileiras e realidade social, o autor, identifica ainda a estruturação da

internos. E, desta maneira, um dos principais fatores que gerariam estas crises, nossa terceira hipótese, estaria amparado na dinâmica orgânica-social da composição do partido.

A vitória do “reformismo”: constituição, legitimação e evolução de uma nova orientação política (1958-1979)

O contexto internacional, ratificando o colapso do stalinismo²⁰⁷, viabilizou além de alterações estruturais²⁰⁸, o questionamento de diversas concepções já consolidadas no pensamento comunista. As consequências da denúncia de Khrutchev foram arrasadoras para os PCs. A sessão brasileira passou por um período de crise interna sem precedentes, motivada por extensas autocríticas, cisões e propostas de reformulações. As discussões produzidas provocaram um debate na imprensa partidária sem o consentimento do Comitê Central, que permaneceu em silêncio até ver-se pressionado a realizar uma análise autocrítica. A agitação só iria cerrar em novembro, com a publicação de uma carta de Prestes aos comunistas (a “Carta-rolha”²⁰⁹). Segundo ele, as discussões deveriam seguir três princípios: não atacar a URSS e o PCUS, não investir contra a doutrina de Marx, não agredir os princípios do PCB. O debate deveria consolidar a unidade do partido em torno do CC, defendendo a prática de um “centralismo democrático”: a todos se estendia o direito de expressar suas opiniões, porém deviam ser geridas pela e em favor da direção partidária.

As alterações geradas a partir de 1956 serão explícitas na *Declaração de Março de 1958*: documento-base da nova orientação política que guiará o partido, consolidada no V Congresso em 1960. Ambos os documentos retratam a renovação teórica e de métodos de ação, embasadas em alterações nas propostas políticas e no próprio corpo do PCB. Segundo a declaração, “os documentos do XX Congresso dos PCUS motivaram nas fileiras do nosso Partido intensa discussão, no curso da qual foram submetidos à crítica os graves erros de caráter dogmático e sectário da orientação política do Partido”²¹⁰. Desta forma, a edificação de uma “nova orientação política” seria resultado de um amplo movimento de críticas e autocríticas gerado pelo processo de desintegração do socialismo soviético.

coesão interna destas organizações amparadas em “postulados e mecanismos de funcionamento”, dentre eles o complexo da dívida, o leque das virtudes, o massacre das tarefas, a celebração da autoridade, a ambivalência das orientações, e a síndrome da traição, elencados sob a estratégia da tensão máxima. Conforme Daniel Aarão, “enquanto os mitos e postulados mobilizam sobretudo os quadros dirigentes, empenhados na formulação de teses e na fixação da linha política, a estratégia da tensão máxima ativará principalmente quadros e militantes dos níveis inferiores” (AARÃO REIS FILHO, D. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 118) empregada para demonstrar a supremacia do partido frente os militantes.

²⁰⁷ Devido ao XX Congresso dos PCUS, em fevereiro de 1956, e a exposição do relatório sobre os crimes e desvios do período stalinista por Nikita Khrutchev

²⁰⁸ O afastamento do antigo grupo dirigente, guiado por João Amazonas, Diógenes Arruda e Maurício Graboís, permitiu a reorganização de forças internas e a estabilização de uma nova direção partidária, encabeçada por Luiz Carlos Prestes e Giocondo Dias (GORENDER, 1987).

²⁰⁹ Carta publicada no jornal *Voz Operária*, em 24 de novembro de 1956. Cf. E. Carone, op. cit., pp. 154-60.

²¹⁰ *Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958*, p.3. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

No que se refere a esta nova orientação política, é importante destacar como as questões no tocante às formas de revolução no Brasil e à análise da burguesia nacional emergem numa transformação às formulações do IV Congresso (1954). Elencava-se como traço principal da época a transição do capitalismo para o socialismo e como a conseqüente expansão deste por todo o mundo era uma forma de legitimar a possibilidade de futuros êxitos da revolução brasileira. Seguindo deliberadamente a política de “coexistência pacífica” da União Soviética, o partido ressaltava que “as modificações na arena internacional criam condições mais favoráveis para a luta pelo socialismo, tornam mais variados os caminhos da conquista do poder pela classe operária e as formas de construção da nova sociedade”²¹¹.

A revolução socialista batia à porta e faltava, somente, abri-la. A forma de luta adotada seria a “via pacífica”, em busca do rompimento com o imperialismo norte-americano. Este caminho pacífico da revolução brasileira era definido através da legalidade democrática e constitucional: formas legais de luta e organização “das massas”. A possibilidade da adequação desta forma de luta à realidade nacional baseava-se na ascensão do movimento operário, na democratização crescente da vida política e no desenvolvimento da frente única. A proposta política de 1958 previa resolver pacificamente os problemas básicos do país por meio do acúmulo gradual e incessante de reformas nas estruturas econômicas e políticas. As modificações nacionais em conjunto com a nova situação política internacional teriam promovido a alteração na disposição das forças sociais, proporcionando a edificação do caminho da revolução brasileira. Validada na concepção etapista de revolução, esta não consistiria, num primeiro momento, como socialista, e sim anti-imperialista, antifeudal, nacional e democrática. Sob a direção do “proletariado”, a fase inicial traria condições para a implantação do socialismo, posteriormente.

As interpretações historiográficas acerca desta “via pacífica” para o socialismo trazem críticas contundentes. Para Daniel Aarão (1990), a hipótese do caminho pacífico era impraticável em sua totalidade, visto que o estímulo à combatividade era vinculado somente à legalidade existente e dentro das formas pacíficas de luta. Assim, num processo de negação dos movimentos populares pelas classes dominantes, resultando na inexecução das reivindicações propostas, o autor indaga sobre a impossibilidade de se conter a radicalização dos movimentos. Da mesma forma, resalta que ao combater os principais entraves ao desenvolvimento brasileiro, divulgados pelo partido como o imperialismo e o latifúndio, o caminho pacífico não seria compatível aos possíveis atos agressivos que estes empreenderiam contra os movimentos sociais. De uma forma ou de outra, o uso da violência não era totalmente excluído da análise do partido, porém, tratado em última instância, como “solução não pacífica”.

²¹¹ *Ibidem*, p. 12.

Outro ponto interessante a se analisar é a defesa de uma aliança antagônica entre classes para a deflagração da revolução no Brasil. Assim, estabelecia-se a formação de uma ampla frente única na “luta contra a política de submissão ao imperialismo norte-americano”, composta por: proletariado, camponeses, pequena burguesia urbana, burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional, setores de latifundiários que possuem contradições com o imperialismo norte-americano e grupos da burguesia ligados a monopólios imperialistas rivais ao monopólio norte-americano. Tal frente única se consolidaria, segundo o documento, em torno do movimento nacionalista, visto como o propulsor no processo de ascensão da consciência de classe das *massas* e do agrupamento das forças progressistas. Admitiam, ainda, que essa conjugação de forças na frente única era extremamente heterogênea devido ao caráter de cada classe. Porém, os motivos para que se unissem ultrapassavam os antagonismos existentes. Aqui é importante ressaltar a análise de Jacob Gorender (1987) sobre o caminho pacífico para a revolução brasileira. A lógica da proposta de uma via pacífica para a revolução brasileira se embasava, segundo o autor, numa relação de apaziguamento com a burguesia nacional. Neste sentido, a luta pela reforma nas estruturas e pelo desenvolvimento capitalista do país estaria estritamente limitada às aspirações desta classe, indispensável para a determinação de formas de lutas amparadas na legalidade. Por meio da institucionalidade de setores burgueses, tidos como nacionais, no poder, o partido comunista e as forças democráticas obteriam vitórias essenciais à primeira fase da revolução. Desta forma, a unidade com a burguesia nacional não poderia ser rompida, pois “o caminho pacífico da revolução tornava-se impensável sem o consenso da burguesia brasileira” (GORENDER, 1997: 31). Numa manobra política, o Comitê Central traçava seus interesses, aproximando-se de uma posição “direitista”, execrada pelo ex-dirigente.

A posição do Comitê Central no documento de 1958 não poderia passar em branco. A história marcada por crises e lutas internas mais uma vez é revigorada. A elaboração do que viria a ser a base para a nova orientação política do partido fora executada sem propostas de discussões na imprensa partidária. Conforme Daniel Aarão,

O interessante é que a mudança – de sentido democrático – foi aprovada num movimento ‘pelo alto’, de caráter ditatorial, articulado de maneira conspiratória, cabendo a redação da ‘Declaração de março’ a uma comissão ‘ultra-secreta’, que, desconhecida do próprio Comitê Central e da Comissão Executiva, mas com aval de Prestes, iria, ao longo de três meses, preparar a nova ‘linha política’, aprovada, afinal, na reunião plenária do Comitê Central, em março de 1958. Inegavelmente, porém, correspondia às aspirações da imensa maioria do partido (AARÃO REIS FILHO, 2002: 89).

O novo grupo dirigente que se formou ainda em 1956 estabeleceu uma orientação política pautada em lutas no âmbito legal. Qualquer brecha no aparelho burocrático nacional deveria ser aproveitada. O período de “semilegalidade” percutia no partido como a caminhada ao poder, embasada no “incentivo à

organização das lutas cotidianas dos trabalhadores ou a concorrência por cargos eletivos por outras legendas” (TAFARELLO, 2009: 32).

Apoiado nas formulações concebidas dois anos antes, realizou-se entre agosto e setembro de 1960, o V Congresso do PCB, que estabeleceu como objetivo supremo dos comunistas brasileiros a instituição da sociedade socialista. No que tange à burguesia nacional, apesar de ainda ser considerada uma força primordial na revolução brasileira, constrói-se uma análise mais criteriosa. Demonstra-se seu caráter vacilante, que oscilava entre seu potencial revolucionário e oposição à dominação imperialista e à sua estrutura de classe exploradora, permitindo a negociação com o imperialismo se condissesse com seus interesses. Este perfil induzia à sua ação dúbia: ao mesmo tempo em que apoiava a massa na batalha contra o imperialismo, procurava limitar o movimento às suas aspirações e de acordo com seus objetivos. A divisão da classe social burguesa em camadas internas proporcionaria a união legítima com o componente nacional desta, que continuaria a ser alocada como um das principais forças da frente única.

A década de 1960 é vista como uma “fase intensa e singular” (SALES, 2007) da história do PCB. Os dirigentes que faziam oposição à *Declaração de Março* ingressaram nos debates do V Congresso denunciando o “direitismo” e o “revisãoismo” da nova linha política, que colocava o partido a reboque da burguesia. Os conflitos internos gerados a partir destas discussões só se acirraram no decorrer do ano seguinte. Em agosto de 1961, o novo Comitê Central reestruturou os estatutos do partido para promover seu registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Acusado de ser a “seção brasileira do comunismo soviético”, por isso o nome Partido Comunista *do Brasil*, o partido fora colocado na ilegalidade em 1947. Agora, com vistas à aceitação do registro pelo TSE, os estatutos definiriam a mudança de sua legenda para Partido Comunista Brasileiro, conservando a mesma sigla (PCB). Neste momento, são retiradas do programa político as referências ao marxismo-leninismo, devido a críticas sobre uma possível subordinação a Moscou.

As fundamentações então adotadas geraram conflitos internos. Em protesto escrito, conhecido como a “Carta dos cem”, os opositores ao grupo hegemônico no CC, definem que a orientação expressa nos estatutos de 1961 condizia com a “negação do partido revolucionário” (SALES, 2007). A atitude dos principais dirigentes, estagnados em torno de Prestes, marcou mais uma cisão nas fileiras do PCB, uma vez que os principais responsáveis pelo documento são excluídos do partido. No início de 1962, o grupo expulso elegeu uma nova direção partidária, votou novos estatutos e se reorganizou, declarando-se herdeiros do partido fundado em 1922. Desde então o país passaria a ter dois partidos comunistas. Fundou-se o PCdoB, o Partido Comunista do Brasil, sob a direção de João, Pedro Pomar e Maurício Grabois (FERREIRA; AARÃO REIS FILHO, 2007).

Lutas internas, cisões e rupturas. A vitória da direção partidária não estava consolidada. Internamente o Comitê Central havia derrotado os projetos contrários às suas perspectivas. Nasceram os embriões das esquerdas da esquerda, amparadas na crítica ao reformismo do PCB e nas propostas de enfrentamento armado. Desta forma, “para os comunistas do PCB, era como se de nada houvesse valido ter vencido estas tendências no interior do partido, em longo e penoso processo. Elas haviam reaparecido, com ainda maior consistência e força, agora fora dos quadros partidários” (AARÃO REIS FILHO, 2002: 92).

Durante o Governo de João Goulart, o partido promoveu várias reuniões para conduzir sua política em torno dos conflitos nacionais. O apoio comunista dado ao governo de Jango expressava-se pelo estímulo que o PCB discriminava aos movimentos sociais em favor das reformas de base, estimulando a radicalização dos mesmos. As propostas do governo nacional pareciam extrapolar as orientações do próprio partido. O flerte do presidente com a esquerda radical percutiu numa onda de oposição de amplos setores sociais. O encantamento do PCB com a política do governo o levou à ilusão de uma vitória fácil e imediata. Embaixo dos panos, os conservadores conspiravam e preparavam a ruptura com o regime vigente, amparada na democracia e legalidade (SKIDMORE, 2010). Em fins de 1963, o PCB promovia as discussões para o VI Congresso que deveria ocorrer no ano seguinte. Assim, em vista de um possível golpe contra o regime, o partido

subestimando a decisão das direitas e os grandes movimentos sociais contra as reformas de base, preparava, sim, um novo congresso previsto para o ano em curso. As teses para discussão chegaram mesmo a ser publicadas, num suplemento especial de *Novos Rumos*, em 27 de março de 1964 (AARÃO REIS FILHO, 2002: 92).

Desta forma, às portas de abril, nenhuma reação seria preparada. Com o golpe de 1964, as esperanças do Partido Comunista Brasileiro de alcançar uma brecha no poder, tão ávidas no governo de João Goulart, estavam desmanteladas. Totalmente abalado e acusado de “inação” frente à derrubada do regime, grande parte dos integrantes do partido não consegue lidar com a derrota, que culminará numa nova crise interna. Um novo ciclo de críticas e autocríticas se inicia. Discutia-se a reestruturação de métodos, procedimentos e retórica, permeados pela reavaliação da realidade brasileira e do movimento popular.

A política do Partido Comunista Brasileiro nos primeiros anos pós-1964 é vinculada a um tom extremamente autocrítico. A *Resolução Política* divulgada no jornal *Voz Operária* deixaria clara a posição adotada pelo setor hegemônico do CC.

Na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira, a qual se tem manifestado de maneira predominante nos momentos decisivos de nossa atividade revolucionária, independentemente da linha política, acertada ou não, que tenhamos adotado. É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação das cúpulas ou, no melhor dos casos, do Partido. Ela imprime à nossa atividade um sentido

imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente e continuada pelos nossos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia do proletariado²¹².

Apesar de culpabilizar a ação “sectária” pela deflagração do golpe, o Comitê Central parece não engolir o fatídico primeiro de abril. A declaração dos erros e as ressalvas sob a atuação subjetivista do partido permeavam as discussões diretivas. Admitir era o primeiro passo para uma reação. Precisava-se identificar os deslizos, combater as tendências “sectárias e pequeno-burguesas” nas fileiras pecebistas, traçar um novo caminho pragmático. O partido errara, mais uma vez, ao julgar-se sustentáculo no desencadeamento da revolução, e desconsiderar a importância do movimento de massas. Em maio de 1965, pela primeira vez o Comitê Central se reunia após o golpe. A perspectiva do ex-pecebista Jacob Gorender, expressa em seu livro *Combate nas Trevas*, evidencia as interpretações diferenciadas que havia na direção nacional para explicar a derrota sofrida em 1964. Para Gorender, em 1965,

a reunião tornou transparente a orientação que pretendia seguir a maioria, capitaneada por Prestes e Giocondo Dias. A linha do Quinto Congresso devia ser salva, sob alegação de que apenas fora mal aplicada. A causa da má aplicação teria sido o ‘desvio de esquerda’, expressão do jargão comunista que indica superestimação das próprias forças, avaliação exagerada das possibilidades objetivas, ações precipitadas, isolamento das massas, sectarismo e por aí afora. No caso do PCB, o ‘desvio de esquerda’ se caracterizou supostamente pelo golpismo, conhecido vício da política brasileira (GORENDER, 1997: 88).

Deste modo, estes dirigentes pecebistas procuravam culpabilizar líderes comunistas e nacionalistas que foram muito radicais em suas propostas, levando a esquerda brasileira ao isolacionismo social. Contudo, a falha principal apontada para explicar a derrota de 1964 estruturava-se no âmbito interno, no “mecanismo de direção política” (AARÃO REIS FILHO, 1990). A percepção dos erros, assim direcionada, promoveria uma moderação no processo de reflexão, não se estendendo às premissas e explicações da linha política. Por outro lado, acarretava uma série de autocríticas e discussões políticas acerca da reestruturação de um novo Comitê Central. As resoluções da direção partidária desenvolveram um extenso processo crítico, culminando na constituição de uma nova crise interna. O impacto da derrota anteciparia “insatisfações latentes” no velho partido comunista. Em 1967, oficializava-se a “Corrente Revolucionária”, em torno dos dirigentes tradicionais: Mário Alves, Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Jover Teles, Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira. Já em 1964, o documento *Esquema para discussão*, elaborado por Mário Alves estabelecia as propostas críticas à atuação do PCB antes do golpe de abril. As *Teses para Discussão do VI Congresso* (1966), elaboradas por Prestes e Dias, embasadas na “confiança na burguesia nacional e na possibilidade do caminho pacífico da revolução” (GORENDER, 1997: 90) foram rejeitadas pela maioria da direção partidária. Contudo,

²¹² *Voz Operária*, Suplemento Especial, Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, maio de 1965. In: Carone, 1982, p.26.

(...) a Comissão Executiva não se dispôs a aceitar as derrotas com espírito democrático. A situação de clandestinidade facilitava o desrespeito às decisões das assembleias e conferências. A Comissão Executiva interveio nas organizações partidárias oposicionistas, dissolveu organismos e instituiu direções fantasmas (GORENDER, 1997: 91).

Uma nova luta interna estava se iniciando: entre os “sectários” próximos às resoluções do IV Congresso e os “reformistas” partidários da orientação política do V Congresso. A contrariedade com o mito de Prestes e a adoração à autoridade, fatores que vinham provocando descontentamento desde as discussões posteriores à divulgação do relatório de Khrutchev, emergiam nas fileiras de oposição. Na reunião do VI Congresso muitos dirigentes não compareceriam e outros tantos seriam excluídos do Partido Comunista Brasileiro.

Os primeiros anos do regime militar se passavam. As organizações de esquerda, entre elas o Partido Comunista Brasileiro, estavam mergulhadas num amplo processo de reflexão crítica. O “fantasma da revolução brasileira”²¹³ rondava o imaginário da oposição. Questões acerca da responsabilidade do golpe, da culpa impressa à inação dos pecebistas, do subjetivismo frente à realidade promoviam contendas nas fileiras do partido. Todos concordavam sobre as “anomalias” na linha geral do partido, que determinaram a sua inação frente ao golpe. Porém, a maneira como estas deviam ser resolvidas assumia várias formas. Os organizadores do *Esquema para Discussão*, divulgado em 1964, acirravam o conflito interno. Carlos Marighella e Mário Alves, de formas diferenciadas, deliberavam suas formulações a favor da luta armada contra o regime, enquanto Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho ressaltavam a necessidade de se voltar ao movimento social e de reformar o partido revolucionário. O conflito em torno da figura de Marighella foi um dos expoentes da configuração de uma nova falência na estrutura partidária. O ano de 1967 marcaria sua ruptura definitiva com as concepções do partido comunista. Em agosto deste ano, Marighella esteve em Havana para participar da Conferência Internacional da Organização Latino-Americana de Solidariedade (OLAS), sem o consentimento da direção nacional do PCB. Durante o evento, a OLAS “criticou a política defendida pelos partidos comunistas e indicou a luta guerrilheira como estratégia adequada para a maior parte dos países latino-americanos, proclamando que o dever de todo revolucionário era ‘fazer a revolução’” (SALES, 2007: 60-61). As aspirações de Marighella colaboravam para estas formulações: em expressa crítica ao “imobilismo” e à tática de caminho pacífico para a revolução brasileira ele se colocava internacionalmente contra as ideias defendidas pelo PCB. Logo chegou ao Brasil, o líder revolucionário foi expulso do Partido Comunista Brasileiro. Marighella não iria sozinho. As bases paulistas despontaram a favor de seu dirigente, articulando, em 1968, o “Pronunciamento do novo agrupamento comunista de São Paulo”, denominado Ação Libertadora Nacional, a ALN.

²¹³ Referência à obra de Marcelo Ridenti (2010).

Ainda em 1967, os delegados da Conferência Regional do Rio de Janeiro, comandados por Apolônio de Carvalho, se insurgiram contra o CC. Acusando desvios nos preparativos do VI Congresso iniciaram uma oposição que formaria o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Os demais integrantes da “Corrente Revolucionária” se filiaram ao Partido Comunista do Brasil. Esfacelava-se, assim, a cúpula do Partido Comunista Brasileiro.

Após 1968, com o recrudescimento do regime devido ao estabelecimento do AI-5, assim como em todos os outros momentos difíceis, marcados por derrotas, crises internas e cisões, o Partido Comunista Brasileiro recorreria à análise autocrítica de suas atividades. Diante dos golpes sofridos, era essencial o desmascaramento da ditadura anticomunista, fascista e opressora. As resoluções do Comitê Central estipulavam que o momento exigia

examinar e corrigir nossas deficiências e debilidades (a partir do trabalho de direção), tendo em vista desenvolver nossa atividade, quaisquer que sejam as circunstâncias, e intensificar nossa ação entre as massas e junto às demais forças que resistem, se opõem e combatem a ditadura²¹⁴.

Assim, fundava-se como uma das principais tarefas do PCB a formação da frente antifascista, composta pelas forças prejudicadas pelo “caráter fascista” assumido pela ditadura militar, que incluiria o “operariado urbano”, a “massa camponesa”, a “pequena burguesia” e setores da burguesia que faziam oposição ao regime. Para a aliança entre estas forças o partido lançava propostas patrióticas e democráticas comuns entre elas, como a extinção do AI-5, a anistia para presos políticos e o reestabelecimento de direitos sociais.

A consolidação da frente proposta estaria amparada no fortalecimento ideológico, político e organizativo das fileiras comunistas, o que estreitaria as possibilidades de ligação com as classes democráticas. Utilizando as formas legais de luta o PCB seria capaz de guiar e desenvolver o movimento de oposição ao fascismo brasileiro. Assim, o Comitê Central se impunha diretivas relativas aos erros provenientes da direção pecebista. Dentre eles, o desvio na aplicação do centralismo democrático; o empirismo encaminhado pelo trabalho de direção, às voltas com a ideologia marxista-leninista sem corroborá-la com a realidade brasileira; o “sectarismo” presente em grande parte dos militantes, evidenciado pela resistência ao trabalho constante com as massas e superestimação das discussões interpartidárias; e o culto à personalidade, desenvolvido a partir da subestimação do papel dos movimentos sociais populares. Logo, uma “justa aplicação dos princípios e métodos do partido” estava na união entre a direção nacional, organizações intermediárias e de base. A partir daí, a combinação de formas legais e ilegais de luta seria o objetivo revolucionário na luta clandestina contra a ditadura.

²¹⁴ *Esquema de discussão política*, março de 1973, p. 139.

O período que compreende os anos de 1973-1975 determinaria uma inflexão na atividade partidária do PCB. Neste intervalo de tempo, praticamente um terço da direção pecebista fora torturada e assassinada pelos órgãos de repressão e muitos outros membros rumaram ao exterior. Em fins de 1974 e meados de 1975, o Comitê Central já estaria parcialmente desmantelado. Assim, até 1979 as reuniões promovidas pela direção partidária, ou o que restou dela, seriam feitas no exílio²¹⁵. Neste sentido, a relação entre as organizações do PCB ficariam fragilizadas. O cérebro pecebista partira, mas deixaria a cargo da opressão ditatorial suas organizações de base e sua principal arma de propaganda, o jornal *Voz Operária*. A desarticulação dos comitês estaduais e municipais e interrupção na edição do jornal seriam algumas das consequências da violência dirigida ao partido. O trabalho no CC, por todos esses anos de distensão do regime, se fundou basicamente na tentativa de reestruturar as organizações de base e incitá-las à inserção no movimento de massas. Os exames autocríticos, ideológicos, novamente ocupavam as reuniões da direção nacional. No Brasil, dificultava-se cada vez mais a atuação dos militantes submersos na clandestinidade e isolados socialmente.

Em agosto de 1979 a Lei da Anistia seria aprovada. O contexto para sua elaboração e consolidação foi marcado por extensos debates que levaram a reconstruções históricas embasadas em verdadeiros deslocamentos de sentido da memória nacional. No mês de setembro de 1979, militantes e dirigentes do Partido Comunista Brasileiro voltavam do exterior, permitindo a reestruturação de quadros ainda na clandestinidade. No dia 20 de outubro, Prestes chegava ao Brasil. Um novo cenário político nacional se abria para os comunistas brasileiros, inflamados pelas conquistas parciais, em busca da derrocada do governo militar. Nos anos seguintes despontaria uma nova crise interna: o tão aclamado mito do “Cavaleiro da Esperança” começava a se esfacelar, culminando com o rompimento deste com o partido durante as discussões para o VII Congresso, em 1982.

Conclusão

Uma das principais preocupações no decorrer deste artigo foi de elucidar que na reordenação de uma nova orientação política, os dirigentes hegemônicos no CC passariam por cima de todas as correntes oposicionistas na direção ou de qualquer discussão na imprensa partidária, de tal modo que os debates no interior do partido seriam sempre excludentes, sendo que o único exclusivamente livre foi o que ocorreu em 1956, desencadeado sem o consentimento da direção nacional. Desta forma, a representação do PCB como uma esquerda moderada é corroborada, no que tange ao seu distanciamento das outras

²¹⁵ Em 1971, o secretário-geral Luiz Carlos Prestes, sempre isolado por questões de segurança, fora o primeiro a ser exilado, para a União Soviética. Os demais dirigentes, exilados em 1975, destinaram-se a diversos países ou permaneceram em áreas esparsas do Brasil, sem contato com o exterior. Somente três membros do Comitê Central permaneceram no Brasil em liberdade: Geraldo Rodrigues dos Santos, Antônio Ribeiro Granja e Amaro Valentim (SILVA, 2005).

organizações de esquerda que surgem no início dos anos 60²¹⁶ e à linha política adotada a partir de 1958, vinculada a setores “burgueses” e tendo sua trajetória marcada por tentativas de inserção em “brechas” institucionais.

A estrutura orgânica parecia extrapolar as mediações na sociedade: em momentos de crise o PCB sempre se voltara para o debate político teórico interno. Estas discussões eram controladas pelos detentores do aparato ideológico partidário, os dirigentes comunistas. Nesta esfera, era apresentada a “apologia do saber dos dirigentes e o culto da personalidade do chefe, apresentado como arquétipo que todos devem imitar” (AARÃO REIS FILHO, 1990; 129). Esta exaltação da autoridade era tida como um mecanismo de coesão e legitimação de eficácia política. No Partido Comunista Brasileiro, o culto se daria em torno do “Cavaleiro da Esperança”, o líder Luiz Carlos Prestes.

Enfim, o tratamento das representações políticas do partido no ordenamento de nova orientação política partiu de um viés amparado na experiência e na tradição, buscando compreender a organização pecebista como um “estado maior-revolucionário”. Neste sentido, com base na edificação das crises internas indicadas no trabalho – principalmente aquela desencadeada após 1956 – podemos afirmar que o aclamado “centralismo democrático” funcionara só na teoria, uma vez que a democracia interna prevista na organização partidária de fato não ocorria. As análises da documentação oficial partidária proporcionaram ainda a corroboração de uma conjectura: com base na experiência, no trato do seu passado, na reestruturação do partido organicamente em 1958, através da formação de uma nova direção partidária, desponta um caráter deslegitimador não só do Comitê Central estabelecido em 1954, mas também de suas propostas “sectárias e dogmáticas”. As concepções geradas pela “nova política do PCB”, que iriam perdurar até a distensão do Regime Militar brasileiro, compunham uma orientação vinculada às diretivas internacionais da coexistência pacífica, mas principalmente, voltada para a coroação de um grupo dirigente estritamente hegemônico na figura de Luiz Carlos Prestes. Fora em torno da figura do “Cavaleiro da Esperança” que se criara e legitimara a linha política do Partido Comunista Brasileiro adotada até seu afastamento do partido. A sua importância, nesta ótica, não deve ser diminuída, mas as implicações de sua consciência social e dos dirigentes que se formavam em torno

²¹⁶ Estudos historiográficos recentes demonstram que os anos de 1960 são marcados por uma radicalização tanto da esquerda, quanto da direita na política no país. Neste momento crucial na atuação da sociedade brasileira, a favor da democracia, percebemos que o círculo de esquerda apresenta-se fragmentado. Fragmentado conforme o abalo sofrido com o golpe civil-militar de 1964 e a perspectiva de incertezas que o movimento passava. Neste sentido, podemos definir a existência de diferentes perfis de esquerda no período, que condizem com, basicamente, duas propostas: a primeira, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), propunha a luta pacífica e a uma revolução democrática burguesa para a derrubada do poder; e a segunda, reproduzida pela “Nova Esquerda”, condizia com o estabelecimento da luta armada como único caminho de uma revolução popular e democrática para a destituição do sistema vigente. É interessante destacar que este perfil de esquerda vai se legitimando ainda antes do golpe de 64, através das orientações políticas de três organizações: a Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (ORM-POLOP), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e a Ação Popular (AP). Esquerda formada ora por dissidências do PCB, ora alocadas em grupos que o criticavam, dirigiu um novo projeto de orientação política, embasada essencialmente na luta armada.

dele seguem como indispensáveis para se entender as causas das divergências dentro do próprio Comitê Central e, sobretudo, entre cúpula partidária e organizações de base.

Referências Bibliográficas

ANTUNES, R.; RIDENTI, M. Operários e estudantes contra a Ditadura: 1968 no Brasil. *Mediações* • v. 12, n. 2, p. 78-89, Jul./Dez. 2007, p. 83.

_____. *A Revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

_____. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro, Zahar. 2000.

_____. Entre reforma e revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964, In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002

AARÃO REIS FILHO, D. e SÁ, J. F. *Imagens da Revolução*. São Paulo: Expressão Popular. 2 ed. 2006.

BIELSCHOWSKY, R. *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo (1930-1964)*. – 5. Ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BUKHARIN, N.; PREOBRAZHENSKY, Y. *Capítulo V: A Segunda e a Terceira Internacional*. Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/bukharin/1920/abc/cap5.htm>. Acessado em 10/10/2011.

CARONE, E. *O PCB (1943-1964)*, São Paulo, Difel, 1982.

_____. *O PCB (1964-1982)*, São Paulo, Difel, 1982.

DEL ROIO, Os comunistas, a luta social e o marxismo (1920-1940). In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas- SP. Editora Unicamp, 2002.

FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. – (O Brasil Republicano; v.4)

FERREIRA, J.; AARÃO REIS FILHO, D. (orgs.). *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia*. Vol. 3. 1964... Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FICO, C. *Além do Golpe. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record. 2004.

_____. *A negociação parlamentar da anistia de 1979 e o chamado “perdão aos torturadores”*. 2009, p. 3. Disponível em: <http://www.ppghis.ifcs.ufrrj.br/media/Torturadores.pdf>. Acessado em 17/10/2011.

GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo, Ática, 1997.

KAREPOVS, D.; MARQUES NETO, J. C. Os trotskistas brasileiros e suas organizações políticas. In: Ridenti, M.; Aarão Reis Filho (Orgs.), D. *História do Marxismo no Brasil, Volume V: Partidos e Organizações dos anos 20 aos 60*; 2002.

MARIGHELLA, C. *Por que resisti à prisão*, Ed. Brasiliense/Edufba, 1994.

MOTTA, R. P. S. Batalhas em torno do mito: Luiz Carlos Prestes. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro. nll 34. julho-dezembro de 2004.

NOGUEIRA, M. A. *PCB: Vinte anos de política. 1958-1979 - Documentos*. São Paulo: Liv. Edit. de Ciências Humanas, 1980.

NUCCI JR, R. *Algumas considerações sobre as burocracias sindicais e partidárias*. Disponível em <http://www.pcb.org.br/portal/precongresso/algumasconsideracoes.pdf>. Acessado em 10/10/2011.

RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. 2º Ed. São Paulo: Unesp, 2010.

ROLLEMBERG, D. “Esquerdas revolucionárias e luta armada.” In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. de A. N. (orgs.). *O tempo da ditadura: regime militar e moviements sociais em fins do século XX*. 3º edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2009. – (O Brasil Republicano; v.4)

SALES, J. R.. *A luta armada contra a ditadura militar*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007.

SANTANA, M. A. Bravos Companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro (1945-1964). In: Ferreira, J.; Aarão Reis Filho, D. (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SEGATTO, J. A. PCB: questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.) *O Brasil republicano Volume 3: O tempo da experiência democrática*. Civilização Brasileira, 2003.

SILVA, F. P. *Utopia dividida: Crise e extinção do PCB (1979 –1992)*. Dissertação de mestrado, Programa de pós-graduação em história social, Instituto de filosofia e ciências sociais da UFRJ, Rio de Janeiro, 2005.

SILVA, F. T. da; SANTANA, M. A. O equilibrista e a política: o ‘Partido da Classe Operária’ (PCB) na democratização (1945-1964). In: Ferreira, J.; Aarão Reis Filho, D. (Orgs.) *Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964)*. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SKIDMORE, T. E. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)*. Trad. Berilo Vargas. – São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, W. S. de. *Autor, texto e contexto: a história intelectual e o “contextualismo lingüístico na perspectiva de Quentin Skinner*. Fênix: Revista de História e Estudos Culturais, v.5, n.4, out-dez, 2008.

TAFARELLO, P. M. *A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do “Socialismo Real”*. Marília, 2009. Disponível em: http://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/taffarello_pm_me_mar.pdf. Acessado em 12/10/2011.

VILLA, M. A. *Jango: Um perfil*. Editora Globo, 2004.

Referências Documentais

Carta de Prestes ao Partido, *Voç Operária*, nº138, dezembro de 1977. In: Carone, 1982.

Carta publicada no jornal *Voç Operária*, em 24 de novembro de 1956. Cf. E. Carone, op. cit.

C.E do CC do PCB, *O Projeto de Anistia do Governo*, *Voç Operária*, nº160, julho de 1979. In: Carone, 1982.

Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Março de 1958. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

Esquema de discussão política, março de 1973, *Voç Operária*. In: Carone, 1982.

Estatutos do Partido Comunista Brasileiro. Dezembro de 1967. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

Nota da Comissão Executiva do PCB a Propósito da Campanha Eleitoral, maio de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

O PCB e as eleições operárias de novembro, *Voz Operária*, n° 118, maio de 1974. In: Carone, 1982.

O Trabalho de Direção do Comitê Central, *Voz Operária*, n° 77, julho de 1971. In: Carone, 1982.

PRESTES, L. C. *Informe de Balança do Comitê Central ao IV Congresso do Partido Comunista do Brasil* (1954), Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/prestes/1954/informe/cap01.htm#i3>. Acessado em 10/10/2011.

_____. *São indispensáveis a crítica e a autocrítica de nossa atividade para compreender e aplicar uma nova política* (1958). In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

_____. *C. Aspectos da Luta Contra o Subjetivismo no 49º aniversário do PCB*. Estudos, ano I, n°2, março de 1971. In: Carone, 1982.

Por uma frente patriótica contra o fascismo, novembro de 1973. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

Resolução de Organização do CC do Partido Comunista Brasileiro, dezembro de 1975. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

Resolução de Organização, novembro de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

Resolução do Manifesto de Janeiro de 1948. Disponível em http://www.fmauriciograbois.org.br/portal/cdm/revista.int.php?id_sessao=50&id_publicacao=170&id_indice=1270. Acessado em 03/10/2011.

Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro 1960. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

Resolução Política do CC, dezembro de 1975. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

Resolução Política, março de 1977. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

Resolução Política, novembro de 1978. In: PCB: vinte anos de política, 1980.

VI Congresso do Partido Comunista Brasileiro. Informe de Balanço do Comitê Central. Dezembro de 1967. In: PCB: Vinte anos de política. Documentos (1958-1979). LECH- Livraria Editora Ciências Humanas, 1980.

Voz Operária, Suplemento Especial, Resolução Política do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, maio de 1965. In: Carone, 1982.

Quem detém a mídia, detém o poder? A imprensa e a crise institucional do governo João Goulart

Carla Corradi Rodrigues

Mestranda em História e Culturas Políticas pela UFMG

FAPEMIG

carlacorradi@gmail.com

Resumo: Durante os primeiros anos da década de sessenta, o controle da maior parte da mídia nacional pelas correntes oposicionistas ao governo do presidente João Goulart permitiu à direita transmitir sua própria imagem do processo de crise e produzir um clima de excitação e alarme contra o regime. Através do estudo de caso da revista *Alterosa* discutiremos como a imprensa e diferentes construções visuais ajudaram a formar uma imagem negativa do governo Jango, servindo aos anseios de grupos conservadores.

Palavras-chave: Imprensa, João Goulart, *Alterosa*.

Abstract: During the first years of the sixties, the control of most of the national media by the oppositional currents to the government of President João Goulart allowed the Right to transmit their own image of the crisis process and produce an atmosphere of excitement and alarm against the regime. Throughout the case study of *Alterosa* magazine, it will be discussed how the media and other visual constructions helped to form a negative image of Jango government, serving the wishes of conservative groups.

Keywords: Press, João Goulart, *Alterosa*.

Para se pensar o contexto histórico brasileiro da década de 1960, especialmente o governo do presidente João Goulart, é preciso levar em conta não só a crise econômica que assombrava o país, como também a crise política, as posições ideológicas em campo, a movimentação de diversos atores políticos e meios de mobilização da opinião pública, entre eles a imprensa.

Através da terceira geração dos *Annales* e da renovação do marxismo nas décadas de 1960/1970, a historiografia reservou um novo lugar aos periódicos. A História Cultural ancorada nos estudos das práticas e representações sociais e a História Política renovada ampliaram ainda mais o escopo dos estudos e finalmente coroaram a imprensa como objeto digno de análise nos últimos trinta anos.

Desde então, muitos trabalhos destacam a importância de se estudar a história da imprensa e a história por meio da imprensa (DE LUCA, 2006). No campo das culturas políticas, onde tem lugar os estudos das práticas e instituições, bem como das crenças, linguagens e símbolos políticos, tomamos jornais, panfletos e revistas como instrumentos de politização e arregimentação. Nas palavras de Motta:

“É importante considerar, seguindo sugestiva análise de Serge Berstein (desenvolvendo argumento original de Almond e Verba), a existência de vetores sociais responsáveis pela reprodução das culturas políticas, como família, instituições educacionais, corporações militares, partidos e sindicatos. Nada mais natural quando lidamos com categoria que pressupõe que as escolhas políticas dos indivíduos são determinadas por filiação a grupos e/ou a tradições. A essa lista vale agregar outros vetores de socialização, como as Igrejas, e também adicionar a importância dos veículos de disseminação impressos, como periódicos e livros”. (MOTTA, 2009: 23).

Os impressos são veículos que selecionam, ordenam e narram aquilo que se classificou como digno de chegar até o público e por isso desempenham papel fundamental na divulgação e disseminação de valores. Os periódicos podem ser importantes instrumentos de manipulação de interesses e de

intervenção na vida social (MOTTA, 2009: 23). Assim, neste trabalho abordaremos a forma como a imprensa e diferentes construções visuais serviram aos anseios de grupos de direita e ajudaram a formar uma imagem negativa do governo João Goulart.

Para tanto, partimos das análises do estudioso Bronislaw Baczko que considera que o imaginário coletivo intervém no exercício do poder político e que muitos “chefes” são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída (BACZKO, 1985). O estudioso considera que a implantação duradoura dos meios de comunicação marca uma ruptura significativa em relação às modalidades de emissão e controle de informações que, por sua vez, oferecem novas formas à propaganda política. Essa ruptura está relacionada com a possibilidade de um único emissor atingir simultaneamente uma grande audiência.

No entanto, não é só o fluxo de informações que se altera ao longo do século XX, mas também as suas características. A informação torna-se atomizada e fragmentada, o que segundo Baczko facilitaria as manipulações.

“Num só movimento, os meios de informação de massa fabricam uma necessidade, que abre possibilidades inéditas à propaganda e encarregam-se, simultaneamente, de satisfazer essa necessidade. Com efeito, aquilo que os *mass media* fabricam e emitem, para além das informações centradas na atualidade, são os imaginários sociais: as representações globais da vida social, dos seus agentes, instâncias e autoridades; as imagens dos chefes, etc. Em e mediante a propaganda moderna, a informação estimula a imaginação social e os imaginários estimulam a informação, contaminando-se uns aos outros numa amálgama extremamente ativa, através da qual se exerce o poder simbólico. [cf. Ellul 1962; Domenach 1954; Schramm e Roberts 1965].” (BACZKO, 1985: 314).

Assim, certas representações da realidade oferecem formas de compreensão do mundo, fornecem identidades às quais os indivíduos possam se filiar e podem até legitimar violências. Durante os primeiros anos da década de sessenta, o controle da maior parte da mídia pelas correntes oposicionistas ao governo do presidente João Goulart foi um instrumento poderoso de abalo ao regime, uma vez que permitiu à direita transmitir sua própria imagem do processo de crise e produzir um clima de excitação e alarme (DULCI, 1986: 190-191).

Além do impasse econômico e dos fatores de ordem político-institucional, foram as representações do governo de João Goulart, e da imagem do “chefe”, como diz Baczko, que forneceram espaço para uma ação da oposição que culminou no golpe em março de 1964. Muitos aspectos ajudam a esclarecer a posição da mídia frente ao governo João Goulart, entre eles o fato de a imprensa ter conhecido o apogeu do jornalismo político nos anos 1960 e a visão conservadora dos proprietários dos grandes jornais.

A imprensa desempenhou, igualmente, papel de destaque junto à opinião pública. À medida que progredia a crise global do país e, especificamente, a deterioração do regime, os grandes jornais se colocaram vigorosamente contra Goulart e as esquerdas. Não se tratava mais apenas da opinião editorial de jornais tradicionalmente contrários ao varguismo, como o Estado de São Paulo, Diário de Notícias e Tribuna da Imprensa. Outros, cuja a linha era variável, a eles se uniram. O Globo, Jornal do Brasil e a grande cadeia dos Diários Associados, influente sobretudo na esfera regional. Dos grandes periódicos, apenas Última Hora mantinha-se ao lado do governo (DULCI, 1986: 190).

Assim, é consenso entre os analistas que a imprensa contribuiu para o enfraquecimento do governo ao divulgar imagens e textos que ajudaram a disseminar insegurança e medo nos setores médios e altos da sociedade brasileira, principalmente após a Revolta dos Sargentos em 1963, como mostra Alzira Alves de Abreu. “... a imprensa exacerbou a divulgação de notícias sobre a existência de um caos administrativo e participou em seguida da divulgação da ideia de que era imperiosa a necessidade do restabelecimento da ordem mediante uma ‘intervenção militar’” (ABREU, 2006: 108).

O maior combustível para a crise eram as acusações da aliança de Jango com os comunistas e de uma possível revolução social encabeçada pelas esquerdas no Brasil. Em meio ao clima de radicalização nos meses anteriores ao golpe, a definição de comunismo e de quem era efetivamente comunista adquiriu contornos muito vagos. A nova classe média que havia se formado desde os anos 1950 era sensível a todo e qualquer discurso que abordasse o perigo da perda de sua situação social e econômica recém-adquirida.

Assim, as mensagens pró-reformas que aparentemente colocassem em risco os benefícios dos grupos privilegiados – entre eles as empresas jornalísticas – eram consideradas uma subversão da ordem e demonstração de comunização. Foi essa insegurança que levou órgãos tradicionalmente liberais, como o Jornal do Brasil, a adotarem posições cada vez mais conservadoras e a veicularem notícias com caráter anti-esquerdista de uma forma geral (NASCIMENTO, 2007).

O historiador Rodrigo Patto Sá Motta apresenta uma análise da crise pré-1964 através de caricaturas que circularam na grande imprensa nacional, especialmente nos jornais Correio da Manhã, Jornal do Brasil, Estado de Minas, O Globo, O Estado de S. Paulo, entre outros, e que ajudaram a construir representações negativas do governo com ampla circulação no período (Motta, 2006).

Para o autor, a eclosão da crise que levaria ao golpe deveu-se à percepção de que Jango impulsionaria a luta pelas reformas sociais. Dentro da perspectiva da direita, o presidente era herdeiro do legado varguista e nutria relações com grupos de esquerda, especialmente com o Partido Comunista, o que levava os conservadores a taxarem-no de demagogo, autoritário e protetor dos comunistas, aspectos largamente explorados nas caricaturas dos grandes jornais.

Já para os grupos de esquerda, João Goulart aparecia com uma imagem favorável, protetor dos anseios populares e nacionalistas. Na perspectiva dos aliados, as críticas recaíam sobre a indecisão de

Jango de engajar-se totalmente nos projetos reformistas. Embora as críticas da esquerda existissem, essas foram mais leves e circularam em menor proporção do que as críticas agudas apontadas pelos setores conservadores, uma vez que o *Última Hora* era o único jornal da grande imprensa leal ao governo, como já foi destacado anteriormente.

A percepção que os atores políticos formaram acerca da figura de João Goulart foi fator decisivo na formação da crise e, conseqüentemente, do golpe. Tanto para a esquerda, quanto para a direita, Goulart era visto como um político de posições pouco sólidas. Como demonstra Motta, ora Jango era retratado através das caricaturas como habilidoso negociador capaz de atingir seus objetivos com esperteza, e muitas vezes com pouca honestidade, ora era visto como político desastrado que promovia problemáticas alianças. As imagens contraditórias conviveram durante todo o governo Goulart, com algumas nuances em determinados períodos.

Assim, muitos temas desfavoráveis ao governo de Jango foram explorados pela imprensa como, por exemplo, as denúncias de corrupção, associadas ao tema da infiltração comunista em setores importantes da administração pública como nos quadros de funcionários da Petrobrás, a crise econômica e o aumento da inflação, a onda grevista, as relações diplomáticas com países do eixo comunista, etc.

Do mesmo modo, como os jornais de maior circulação do país, outros periódicos contribuíram, em maior ou menor proporção, para a formação de um retrato desfavorável de João Goulart e de sua equipe de governo. Foi o caso da revista *Alterosa*, de propriedade do governador José de Magalhães Pinto.

A revista ilustrada havia sido criada em 1939 pelo jornalista Olímpio de Miranda e Castro e em 1962 foi vendida ao grupo Magalhães Pinto. Neste ano sofreu ampla reforma tendo José Aparecido de Oliveira²¹⁷ como presidente e o jornalista Roberto Drummond como editor-chefe. Com um novo formato editorial, considerado mais moderno e objetivo, a revista passou a publicar fotorreportagens com temas que variavam de eventos pitorescos de cidades do interior de Minas Gerais a temas relacionados com a política nacional e internacional.²¹⁸

Em nosso projeto de mestrado examinamos a natureza das concepções políticas divulgadas pela revista *Alterosa*, principalmente através de seu fotojornalismo, para compreender a posição da publicação no contexto da crise institucional do governo João Goulart. Nosso objetivo principal é discutir como as reportagens veiculadas pela revista contribuíram para criar e/ou reafirmar visões sobre o governo, sobre o presidente João Goulart e sobre José de Magalhães Pinto. A hipótese que aventamos é de que *Alterosa*

²¹⁷ José Aparecido de Oliveira nasceu em Conceição do Mato Dentro (MG). Atuou como secretário particular de Jânio Quadros, deputado federal pela UDN, além de ocupar a Secretaria de Agricultura de Minas Gerais, Secretaria de Governo e Secretaria de Interior e Justiça na gestão de Magalhães Pinto como governador. Após a vitória do movimento político e militar de março de 1964 foi cassado e teve seus direitos políticos suspensos.

²¹⁸ *Alterosa* circulou mensalmente até 1964 quando foi fechada por não ser mais viável economicamente e também por não ser mais necessária politicamente.

serviu de plataforma para a difusão das ideias de grupos que se engajaram nos debates políticos da época, especialmente àqueles ligados ao governador mineiro²¹⁹.

Para os fins deste trabalho analisaremos duas diferentes reportagens que tratam de temas “mundanos”, ou seja, que abordam o cotidiano dos políticos em questão (Magalhães Pinto e João Goulart) e a relação deles com suas famílias²²⁰: a primeira do ano de 1963 e a última publicada já em 1964 com o acirramento da crise.

Na edição de abril de 1963 a estratégia da revista é mostrar um pouco do cotidiano do governador de Minas e sua relação com a família. Logo na capa a manchete: “As fotos que ninguém viu: Magalhães e a neta de dois anos”. No topo do sumário a matéria é caracterizada como “reportagem exclusiva”.



Capa e sumário da revista Alterosa de abril de 1963.

²¹⁹ José de Magalhães Pinto (1909-1996) era proprietário do Banco Nacional. Foi signatário do Manifesto dos Mineiros (1943), deputado federal por MG em várias ocasiões, ministro das Relações Exteriores (1967-1969), além de governador de Minas entre 1961 e 1966.

²²⁰ Em nosso projeto de mestrado dividimos as reportagens publicadas por Alterosa entre 1962 e 1964 em dois grupos: aquelas que tratam dos acontecimentos políticos *strictu sensu*, ou seja, noticiam e comentam as decisões políticas do governo estadual e federal, tratam dos partidos políticos, das alianças e dos movimentos eleitorais, etc.; e aquelas de caráter “mundano” que tratam do cotidiano dos políticos, de suas vidas em família, de moda e de comportamento.



Alterosa, ano XXV, nº 364, abril de 1963.

A reportagem fotográfica do jornalista Pepito Carrera ocupa seis páginas da revista com uma sequência de oito fotos onde Magalhães Pinto aparece de forma descontraída e sem paletó, diferentemente das fotografias que o retratam em eventos oficiais. O texto curto trata da relação entre o “vovô” Magalhães e sua primeira neta, Andréa, que, segundo o repórter, adorava ouvir as histórias que seu avô contava sobre os passarinhos, além de ressaltar de forma sutil as qualidades do político: “homem hábil”, que dá bons conselhos e gosta de crianças.

“Quando Andréa chega ao Palácio das Mangabeiras, quase sempre às 8 horas da manhã, mas sem marcar audiências, o Governador Magalhães Pinto, que costuma receber seus auxiliares bem cedo, é obrigado a: 1- Curvar-se para cumprimentar Andréa, que é muito pequena; 2- Suspender a reunião por prazo indeterminado, mas nunca, a não ser aos domingos, além de 10 minutos; 3- Passear com Andréa em volta da piscina e contar-lhe as histórias de que gosta, mesmo de dia. Andréa conhece como ninguém o Vovô Magalhães e, quando conversa a sós com suas bonecas, fala que ele é muito alegre, gosta de rir e contar história.” (Alterosa, ano XXV, nº 364, abril de 1963, página 33. Coleção Alterosa. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa).

Percebemos que nesta reportagem o “chefe” projetado é Magalhães Pinto, mesmo que o periódico não caracterize o conteúdo da matéria como político. Magalhães Pinto é sempre considerado pela publicação como homem apto a governar de forma correta os rumos da Nação como bem afirma Baczko:

Ora, a propaganda moderna goza de possibilidade técnicas, culturais e políticas que permitem fabricar e manipular as emoções e imaginários coletivos em que assenta o carisma. Em certas condições, a propaganda consegue fazer subir as angústias e esperanças coletivas, levando-as à histeria, ao mesmo tempo que projeta constantemente, sobre o chefe, os imaginários que se confundem na representação global do salvador supremo, instrumento eleito pela Nação e a História, etc. (BACZKO, 1985:314).

Já em contraposição às matérias favoráveis ao governador mineiro, o periódico publica ao longo de 1963 e 1964 dezenas de reportagens contrárias ao presidente Jango. As críticas da revista muitas vezes não se dirigem diretamente ao próprio João Goulart, mas aos seus aliados ou à sua família. Em vários momentos notamos referências à Maria Thereza Goulart, esposa de Jango, ou ao seu filho João Vicente.

Assim, o tom enternecedor empregado na reportagem sobre a neta de Magalhães Pinto muda quando o assunto é o filho do presidente João Goulart, o pequeno João Vicente. A pergunta “João Vicente é um mau menino?” já esboça o perfil da criança que seria traçado pela matéria do jornalista Dirceu Soares. Com seis páginas e oito fotografias, assim como na fotorreportagem apresentada anteriormente, o texto acusa João Vicente de ser um menino mal criado.

Por causa dele, a Sra. Maria Thereza Goulart sabe quanto dói um beliscão dado de fininho; por causa dele, Denise, a irmãzinha, aparece, no Jardim de Infância, com o rosto todo unhado; por causa dele, o Papai presidente já indenizou vários fotógrafos que tiveram suas máquinas quebradas; por causa dele a Granja do Torto foi declarada território proibido para os passarinhos; por causa dele, o poeta Carlos Drummond de Andrade fez uma crônica, em defesa das pombas-rolinhas; por causa dele, as opiniões se dividem: uns consideram João Vicente Goulart, de 8 anos, um menino muito bonitinho; outros, projetando nele a raiva que sentem do Pai, acrescentam: - ‘É bonitinho, mas ordinário. (página 30)



Capa da revista Alterosa de janeiro de 1964.



Alterosa, 10 de janeiro a 10 de fevereiro de 1964.

Das seis fotografias, três apresentam João Vicente segurando uma arma usada para caçar. Diferentemente da neta de Magalhães Pinto, o filho do presidente não teria simpatia por passarinhos. Sob a terceira fotografia a legenda é enfática: “Mais forte que o Papai Presidente, João Vicente consegue que, diante dele, todos fiquem de joelho como um de seus secretários para assuntos de caçada: João Vicente é um pequeno ditador. Ninguém pode descumprir suas ordens” (página 31). Já a quarta fotografia mostra o menino segurando seu cãozinho pelo pescoço e a legenda conclui que era uma tentativa de enforcamento do pobre Pluto. Três outras fotos revelam um garoto triste e solitário, indiferente às bonecas da irmã Denise. Apenas a última fotografia mostra João Vicente sorrindo.

Em seu texto, Dirceu Soares fabula uma narrativa em que o filho do presidente Jango teria sido sequestrado. Mas ao final do conto inventado pelo jornalista, os sequestradores desistem da recompensa e devolvem a criança aos pais por ela ser insuportável. O texto continua:

Como todo menino, João Vicente quer ser igual ao Papai. Por isso, ele vive uma situação que nenhum outro enfrentou: nenhum outro Presidente da República do Brasil esteve no poder com filho pequeno. Jô Vicente sente-se um Presidentezinho: não tem babás, que detesta, mas secretários. Na Granja do Torto ou no Palácio das Laranjeiras, ele é um Pequeno-Ditador: cairá em desgraça quem desobedecer suas Ordens. O Papai Goulart baixou um decreto dizendo aos secretários de Jô Vicente que o garoto pode fazer o que quiser. Seja feita sua vontade: se desejar quebrar uma máquina fotográfica de jornal ou revista, o Papai dá outra, igualzinha. (...) Por saber que o Papai manda no Brasil, Jô Vicente criou, na sua ingenuidade, sua republicazinha, na qual, até as secretárias da Sra. Maria Thereza Goulart recebem ordens suas. Quem não faz o que ele manda, há de suportar as birras: um choro alto, gritado, depois manhoso. Sabe ser o único filho do Presidente da República, o que faz dele um menino superior. Mas a culpa é sua? A Sra. Jacqueline Kennedy sempre teve o cuidado de mostrar a Carol e John-John que eles são crianças iguais às outras em tudo²²¹. João Vicente é um garoto-vedete, a quem todos cercam, para dizer amém. (página 35)

Por fim, a revista sustenta a necessidade de se estabelecer limites para as crianças e que João Vicente é um menino violento graças à negligência dos pais.

Alterosa apresentava-se como a “revista da família” e como um periódico de “variedades”. Não era uma publicação voltada apenas para o mundo político. Portanto, as referências à vida em família e ao cotidiano dos políticos pretendiam também mobilizar a opinião de pessoas que não se interessavam pelo jogo político *strictu sensu*. Através das cartas enviadas à redação e publicadas pela revista, percebemos que o público, principalmente as mulheres, tinha grande curiosidade a respeito do cotidiano de pessoas famosas, principalmente no que dizia respeito à Maria Thereza Goulart.

“Como primeira-dama, a relação com a imprensa foi tensa”. Maria Thereza percebeu, cedo, que ser famosa tinha um custo – e não apenas no Brasil. Fica-se muito exposto às críticas. Além disso, a mídia necessita de notícias que chamem a atenção do público. E pode haver algo mais chamativo que uma

²²¹ As referências à família do presidente americano John Kennedy também são comuns nas páginas da revista *Alterosa*. Mas diferentemente da família Goulart, os Kennedy eram retratados como exemplo de civilidade.

primeira-dama muito bonita, com apenas 25 anos? Assim ela recebeu muitos e exaustivos elogios. Falavam de sua aparência física, das feições de seu rosto, de sua dedicação como esposa e mãe. Foi capa várias vezes das revistas *Manchete*, *Fatos e Fotos*, *Stern*, *Life*, entre outras. Ela também foi objeto de todo o tipo de comentários, muitos deles extremamente maldosos. Eram comuns as aleivosias sobre sua vida privada, em especial seu casamento. Um estilo lacerdista que misturava agressividade, calúnia e difamação. Embora Maria Thereza não entendesse os motivos de tanto ódio, sabia que os ataques à sua conduta moral visavam a atingir muito mais a Jango do que a si mesma”. (FERREIRA, 2011: 302-303).

E o que seria mais caro aos mineiros do que os valores relacionados à família? Como um presidente poderia governar uma Nação se não era capaz de transmitir uma boa educação aos próprios filhos? Quem, segundo a revista, encarnava os valores cristãos, era pai e avô dedicado e político apto a governar?

O controle de um meio de comunicação permite a um grupo político desempenhar papel privilegiado na emissão de discursos que visam à persuasão (BACZKO, 1985:313). Tentamos demonstrar com as duas reportagens de temas “mundanos” como o periodismo serviu à veiculação de mensagens políticas, potencializadas pelo uso exaustivo da fotografia. A revista *Alterosa* seguia os passos da grande imprensa nacional e publicava assuntos caros ao público, mas de uma forma característica. O controle do periódico pelo grupo Magalhães Pinto permitiu a disseminação de uma imagem positiva do político mineiro, ao mesmo tempo em que gerou distorções acerca da figura do presidente João Goulart e de seu governo.

Bibliografia:

- ABREU, Alzira Alves de. *1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. João Goulart: entre a memória e a história. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- BACZKO, Bronislaw. *Imaginação social*. In: Enciclopédia Einaudi – Anthropos –Homem. Lisboa: Casa da Moeda, 1985. V.5, pp. 296-323.
- DE LUCA, Tânia Regina. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: Pinsky, Carla Bassanezi (org). *Fontes históricas*. 2ª. Ed. São Paulo: Contexto, 2006
- DULCI, Otávio Soares. *A UDN e o anti-populismo no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1986.
- FERREIRA, Jorge. *João Goulart: uma biografia*. – 3ª edição – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Culturas políticas na história: novos estudos*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- _____. *Jango e o golpe de 1964 na caricatura*. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2006
- NASCIMENTO, Márcio Santos. *A participação do Jornal do Brasil no processo de desestabilização e deposição do presidente João Goulart*. Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

Fontes:

Alterosa, ano XXV, n° 364, abril de 1963. Coleção Alterosa. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

Alterosa, 10 de janeiro a 10 de fevereiro – 1964. Coleção Alterosa. Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

De Jânio Quadros, o governo que sonhou a política independente externa, à implantação do regime parlamentarista que impossou João Goulart em 1961

Francisco José dos Santos

Mestrando em história social das relações políticas pela UFES
franciscojosesantos1000@ig.com.br

Resumo: O artigo busca compreender o breve governo de Jânio Quadros, vencedor da campanha eleitoral democrática em 1960 para a presidência da República, apoiado pela União Democrática Nacional (UDN). Em seguida, analisar o conturbado governo de João Goulart pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), sucessor de Quadros. Pesquisar a Guerra Fria, assim como, a política dos Estados Unidos na América Latina, sobretudo, concernente ao Brasil. As nuances na esfera antagônica entre a União Soviética e as decisões políticas em Washington, a partir dos anos iniciais da década de 1960, para o hemisfério Ocidental. O governo Jânio Quadros foi executado em pouco tempo, logo uma frente política civil-militar aceitou sem hesitar sua renúncia. João Goulart, vice-presidente, sofreu embargos pelos mesmos opositores de seu antecessor para assumir o posto que lhe fora de direito.

Palavras-chave: Guerra Fria, governo Jânio Quadros, governo João Goulart, Parlamentarismo.

Keywords: Cold War, Government Jânio, Government João Goulart, Parliamentarist Government.

Jânio da Silva Quadros (União Democrática Nacional- UDN), em seu breve governo na Presidência da República (cerca de sete meses, 1961), de acordo com renomados historiadores, procurou fazer uma política independente da orientação norte-americana. O que isso significou? Em dois sentidos: primeiro, afastar a influência imperialista dos Estados Unidos da América em relação ao Brasil; segundo, resulta de certa forma, afrontar uma elite sequiosa de ganhos com a dependência brasileira ao capital estrangeiro, ou como observou o historiador uruguaio René A. Dreifuss (1981), o capital-associado. Nisso, para Paulo Vinentini (2003), uma burguesia “entreguista” participou dos jogos de interesse do capitalismo brasileiro fazendo frente oposta à meta nacionalista ou nacional-desenvolvimentista.

Jânio Quadros²²², apoiado pela UDN e conhecido durante a campanha presidencial de 1960 como o homem que iria varrer a corrupção e moralizar o Brasil. Para disputar o pleito, utilizou a música de

²²² Jânio da Silva Quadros nasceu em 1917, em Campo Grande, Mato Grosso e atualmente capital de Mato Grosso do Sul. Em 1953, Jânio candidatou-se e ganhou para prefeito de São Paulo pelo Partido Democrata Cristão (PDC) em coligação com

refrão: “(...) varre, varre, varre, vassourinha (...)”, oferecendo assim, a ideia de um homem moralizante no qual cujo país precisava. Vence e, em 1961, após sete meses de um dúbio ou duvidoso governo para os udenistas, renuncia. De acordo com Emiliano José (1998), “Jânio não era o homem dos sonhos da UDN”. Numa aposta na qual estava pendendo para um nacionalismo econômico, isto é, afastava-se do ideal estadunidense. Da inesperada renúncia, alegou que forças terríveis estavam-lhe atormentando. Cabem as indagações em que, quais eram essas forças terríveis? De que forma traduz-se forças terríveis por interesses de uma elite ou classe economicamente dominante associada ao capital estrangeiro, este em especial, o norte-americano? Tentar-se-á dirimir tais perguntas neste estudo.

Diretivas dentro da situação política nos meses do ano de 1961 por que passou o país nas quais irão culminar no golpe de Estado de 1964. Isto é, com o sucessor de Jânio, João Goulart (1961-1964). Este será vítima de intrigas militares e de civis conservadores (empresários, Igreja Católica e outros segmentos) no gozo da presidência da República. Com apoio dos Estados Unidos, um regime militar é implantado no Brasil. Dessa forma, a democracia é posta em declínio na sociedade brasileira que veio a ser restaurada mais de vinte anos depois.

Desde quando o Brasil tornou-se industrial, isto é, com indústria de base, automobilística e outras, tornou-se necessário falar de uma política externa com sua independência. Conforme assinalado em trechos anteriores, os anos do segundo governo de Vargas (1951-1954) já delineavam sobre tal possibilidade de independência na política externa brasileira. Há aqueles defensores da teoria do anti-imperialismo de Getúlio Vargas e aqueles que defendem um plano de caráter nacionalista, como ficou conhecido, mais tarde, de nacionalistas (VIZENTINI, 2003). Como advoga Jorge Ferreira (2003), o trabalhismo, o nacionalismo, a industrialização com base em bens de capital, proposta de fortalecimento de um capitalismo nacional, criação de empresas estatais em setores estratégicos, valorização do capital humano com redes de proteção social, corroboraram a iniciativa da política do governo brasileiro a partir da segunda metade do século XX.

Da posse de Jânio Quadros (janeiro de 1961) até sua queda (agosto de 1961), melhor, sua renúncia, a política brasileira perpassou por momentos de altos e baixos. Na verdade, havia como foi observado por Vizentini (2003) e vimos em outros trechos, as rivalidades entre as burguesias, isto é, uma por sua vez, defensora do capital nacional e a outra à do recurso estrangeiro, convém salientar que o suicídio de Vargas foi uma resposta à pressão exercida pelos entreguistas, militares e civis favoráveis ao capital externo. Jânio Quadros, por sua vez, preferiu renunciar, alegando que “forças terríveis” estavam contra ele. De acordo com Benevides (1982, p.73) uma estudiosa sobre esse assunto relata o argumento de Quadros, “(...) Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou

o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Em 1954, Jânio (PTN/PSB) venceu para governo do Estado de São Paulo. Em 1960, Jânio ganhou para presidente da República. Assumiu o cargo em 1961 e renunciou sete meses depois. Deixou a situação política do país atônita. Jânio Quadros faleceu em 1992. In: Dicionário Historiográfico Biográfico Brasileiro (DHBB).

me infamam, até com a desculpa da colaboração”. Portanto, galvanizaram-se as expectativas dos opositores em ver Quadros fora do poder político e promoverem um governo mais próximo aos desafios do capitalismo estrangeiro.

A decorrência desse fato para outros detalhes mais precisos dentro da política nacional, sobretudo, com João Goulart e seu governo, serão postos em questionamentos por insatisfações, como veremos adiante, por vários setores da sociedade. No mais, há o jogo de interesses burgueses no país juntamente com a política de Washington na esteira ideológica da Guerra Fria.

Entretanto, nos idos da década de 1950, como chama a atenção Vizentini (2003), a burguesia nacionalista obteve o apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), da Organização das Nações Unidas (ONU) e catalisado pelo Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), buscava certa margem de autonomia diante dos Estados Unidos. Por outro lado, os chamados “entreguistas”, tinham o importante suporte sob as fronteiras ideológicas da Escola Superior de Guerra (ESG) e no liberalismo econômico, destacavam as vantagens comparativas da agricultura e a agenda de segurança defendida pelos Estados Unidos na Guerra Fria. Entretanto, Vizentini (2003, p.13) observa que, “[...] a tentativa de autonomizar a ação internacional do Brasil acabou sendo percebida por Washington como algo inaceitável, especialmente após a Revolução Cubana”. O auge desse fato será as intervenções norte-americanas na política brasileira com apoio aos complexos: Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e a aproximação com políticos partidários que possuíam posição salutar aos Estados Unidos.

O que pesa ainda mais, segundo a postura crítica do cientista político brasileiro, Armando Boito Jr. (1984), reside em perceber a administração de Vargas, sobretudo no segundo governo (1951-1954), no qual as burguesias estão elas configuradas entre burguesia industrial e a outra comercial. Destarte, o paradoxo das mesmas no momento do qual salientam necessidades: “[...] manifestava-se na luta pela definição de todos os itens da política do governo – política de comércio exterior, política creditícia, política tributária etc.” (BOITO JR., 1984, p.40). O autor ainda certifica que, a concentração de interesse está congruente à política do comércio exterior. Prossegue, para o desenvolvimento industrial, era necessário ajustar o comércio exterior e adquirir equipamentos fundamentais para a produção de bens.

Não obstante, podemos apontar obstáculos ao desenvolvimento nacional em rumos tomados logo após a morte de Getúlio Vargas, uma vez que, as elites políticas representadas pela União Democrática Nacional (UDN) e pelos conservadores do Partido Social Democrático (PSD), juntas, sobretudo o primeiro partido na pessoa de Carlos Lacerda e consortes, promoverão diretrizes voltadas para o capital estrangeiro aliado ao anticomunismo, aos anos subsequentes, no ensejo da crítica ferrenha ao regime socialista soviético.

Deve-se, portanto, ressaltar a importância do cenário político-ideológico que passávamos: a Guerra Fria. Se para o mundo, não bastava ter vivido o terror de duas grandes guerras mundiais. Estávamos envolvidos num outro tipo de guerra, porém, sem saber como as coisas poderiam resultar. Uma relativa paz. Esta na verdade, na possibilidade de conflito armado e fatal! A possibilidade de detonação de uma bomba nuclear era a mola propulsora, tanto do lado da União Soviética quanto por parte dos Estados Unidos e, sem hesitar, dar um ponto final à humanidade.

No prelúdio dessa guerra, de acordo com Edgard Barros (1988), já desencadeada no famoso discurso do ex-Primeiro ministro britânico sir Wiston Churchill, em Fulton, nos Estados Unidos, quando dá o “pontapé” inicial na Guerra Fria, em 05 de março de 1946. É de Dias Júnior (1997, p.10), a passagem do pronunciamento do estadista britânico: “[...] uma cortina de ferro desceu sobre o continente. Atrás dessas linhas estão todos os Estados da Europa Central e Oriental (...)”. Não obstante, não é muito difícil entendermos de que forma o mundo se configurou no pós-Segunda Guerra Mundial (1939-1945): duas potências emergidas, no Oriente sob a orientação socialista, protagonizada pela União das Repúblicas Soviéticas (URSS) e, no Ocidente, sob o comando capitalista dos Estados Unidos. Resultado plausível: um conflito político-ideológico ao longo da segunda metade do século XX.

Contextualizando as aparências dos anos iniciais da Guerra Fria (1946-1991), melhor situando, o mundo pós-guerra, podemos inferir, sem delongas, na questão da América Latina. De que forma podemos entender o entrelaçamento desse conflito político-ideológico por estas plagas?

Com as perspectivas dos Estados Unidos em relação ao hemisfério Ocidental, a América Latina, em especial, países do Cone Sul, como assevera Bethell e Roxborough (1996, p.305), “Havia (...) na América Latina ao fim da Segunda Guerra Mundial, uma singular conjunção de circunstâncias internas e externas que favorecia grandes mudanças políticas e sociais”. O Brasil, por sua vez, tentará tirar um bom proveito disso por seu bom relacionamento com a política de Washington durante o grande conflito mundial.

Portanto, cabia no transcorrer de cada governo latino-americano, administrar com tamanha desenvoltura o seu país. Afinal, havia a possibilidade do crescimento industrial, concomitantemente, a democracia, mesmo com suas falhas, progrediria e se consolidaria (BETHELL; ROXBOROUGH, 1996).

A América Latina pós Segunda Guerra Mundial parece ter sido uma pedra singular na política estadunidense. O mundo ideologicamente em conflito, concretizado na bipolarização, assiste a tudo com expectativa sombria. Quanto à subversão comunista, real ou não, Bethell e Roxborough (1996, p.309), têm a seguinte afirmação em relação ao Ocidente:

(...) fosse ou não real a ameaça da subversão comunista, as elites latino-americanas alistaram-se de boa vontade na cruzada anticomunista que os Estados Unidos desejavam impor à região, como mais uma justificativa ideológica para sua tendência direitista.

Não é necessário fazer raciocínios mirabolantes acerca da influência da Guerra Fria no mundo, em especial na América Latina, mas, é-nos importante aquilatar o contexto e entendermos os rumos políticos do período analisado neste trabalho.

O Brasil nos idos do governo de Juscelino Kubitscheck (JK, 1956-1961), seguiu uma política aberta ao capital estrangeiro, entretanto, isso contradisse o nacionalismo, até então posto pelos seguidores de Getúlio Vargas. No país, houve uma entrada maciça de empresas estrangeiras, nos ramos automobilístico e eletrodoméstico, isto é, de bens duráveis. Como atesta Vizentini (2003), no governo JK houve mais um desenvolvimentismo-associado do que um nacional-desenvolvimentismo. O renomado “50 anos em 5”, lançado na campanha presidencial, foi marcado por uma alta inflação, mas tendo uma positividade, como a construção de Brasília e notória urbanização com construção de estradas, entre outros.

Num plano nacionalista nas décadas de 1950 e 1960, a formação da Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), foi de fundamental importância. Em prosseguimento, a Frente Parlamentar Nacionalista, surgiu num contexto de luta pela brasilidade e modernização. O sentido de República, isto é, da participação popular, ampliava-se. Não havia uma restrição, conforme Lucília Delgado (2007). Nessa batalha, agregaram-se trabalhistas e comunistas. Entretanto, dois tipos de nacionalismos foram expostos: o nacionalismo dirigido e o nacionalismo reformista.

O nacionalismo dirigido, de acordo com os estudos de Delgado, “fortaleceu-se em meados da década de 1930, apesar da oposição de comunistas e democratas” (DELGADO, 2007, p.365). Possuiu dois caracteres: influência governamental calcada na mobilização popular, com isso, um rígido controle da mesma. O nacionalismo reformista ficou mais forte em meados da década de 1950. Estava ligado a uma organização autônoma da sociedade civil, adquirindo paulatinamente alianças com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB). Como atesta Delgado (2007), o nacionalismo reformista foi a expressão por meio das mobilizações pelas reformas sociais. Uma Nação independente só poderia sê-la por intermédio de uma política nacionalista efetiva, na declaração positiva sob influência da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL).

Jânio Quadros (1961), em seu meteórico governo na presidência da República, como adiantamos em parágrafos anteriores, irá seguir uma orientação afastada do escopo de uma burguesia “entreguista”. Trabalhará sob a ótica, de acordo com Benevides (1982, p.42), “[...] um discurso moralista, sabidamente sedutor para a indigência política das classes médias- mas também para o elitismo sutilmente hipócrita dos bacharéis”. Tudo isso irá compor seu eterno desejo de limpar o país da corrupção e moralizá-lo.

A relação do governo de Jânio Quadros com Cuba será por uma solidariedade diplomática, isto é, nas relações políticas. Não somente nesse quesito, mas devemos nos ater para questões mais precisas nas decisões político-econômicas. O Conselho Nacional de Classes Produtoras (CONCLAP), de acordo

com Dreifuss (1981, p.126), “Jânio Quadros recebeu um documento no qual continha *Sugestões para uma política nacional de desenvolvimento*”, documento esse que lhe dava diretivas para reafirmação do papel da empresa privada e do capital estrangeiro, como também, o controle da mobilização popular e da intervenção estatal na economia e outras medidas tomadas como importantes. Ainda, a administração paralela de Juscelino Kubitscheck tornava-se governo com Jânio Quadros. Este havia composto um executivo que satisfizes as forças socioeconômicas modernizante-conservadoras (DREIFUSS, 1981).

O gabinete de Jânio Quadros, de acordo com Benevides (1982), estava constituído de civis, militares e ricos empresários. Todos eles tinham a real função de ver seus interesses absorvidos na pessoa do presidente (talvez exagero, mas Jânio converteria seus ministros em executores de determinações presidenciais). No entanto, procurou abranger e agradar a todos.

De certa forma, Jânio Quadros procurou fazer uma política diferente de seus antecessores, não se deve esquecer que ele era da União Democrática Nacional, um partido ultraconservador, e Carlos Lacerda era o homem de destaque nesse partido e duro opositor do nacional-reformismo.

Dentro dessa política diferenciada, está em destaque a Política Externa Independente (PEI). Na verdade, Jânio Quadros procurou governar o país mantendo uma política alternativa ao imperialismo norte-americano. De acordo com Paulo Vinentini (2003, p. 27), a “PEI pode ser considerada uma resposta da diplomacia brasileira às aceleradas transformações internacionais, (...)”. Nisso, foi posto à prova tudo o que se pensava em fazer frente à política estadunidense e influência desta nas demais nações latino-americanas, sobretudo, às lutas por libertação na África.

Os princípios que nortearam a PEI de acordo com Vinentini (2003, p.27), foram: preocupação com as exportações brasileiras para todos os países, inclusive socialistas; Defesa do Direito Internacional, da autodeterminação e da não-intervenção nos assuntos internos de outros países (aplicados em relação a Cuba); Política de paz, desarmamento e coexistência pacífica nas relações internacionais; Apoio à descolonização completa de todos os territórios ainda submetidos²²³ e a formulação autônoma de planos nacionais de desenvolvimento e de encaminhamento da ajuda externa.

Moniz Bandeira (1989), estudioso para assuntos latino-americanos, procurou fazer uma análise também com uma consistência crítica. Ele abraçou os estudos sobre a América Latina, governo de Jânio Quadros e João Goulart com competência intelectual. De acordo com Bandeira (1989, p.104) sobre o período do governo Quadros, contudo, a análise política entre Estados Unidos e Brasil foi,

A política exterior constituiu sem dúvida, importante fator de desconfiança e conflito entre os dois países, porque a linha de independência, que Quadros focalizara (...), não decorria de uma opção ideológica e sim do amadurecimento da consciência, sob crescente pressão das necessidades do próprio Estado nacional, de que os interesses dos Estados Unidos, em sua condição de potência hegemônica, nem sempre

²²³ Os países em processo de descolonização se referem às nações africanas. Estas, por sua vez, buscavam uma autonomia perante os países colonizadores. Nisso, os Estados Unidos disputavam sua influência dentro do continente africano, por sua vez, também a URSS não se esquivou de intervenções naquele continente.

coincidiam e, no mais das vezes, se contrapunham aos do Brasil, enquanto país capitalista e em rápida expansão.

No mais exigido esforço governamental, de acordo com Benevides (1982, p.33), “Jânio Quadros (...) acirrou contradições, jogando com forças políticas que se repeliam mutuamente. Todos ‘pertenciam’ ao governo, um caleidoscópio que iluminava (...) UDN, (...) industrialismo do PSD (...) ou o trabalhismo do PTB”. As discrepâncias ficavam cada vez mais acirradas. Quadros estava praticamente em derrocada governamental.

Assim, a circunstância da qual a política externa de Jânio gerou descontentamento entre os setores conservadores, em especial, a União Democrática Nacional (UDN). Mais adiante, caso que veio provocar insatisfação ainda maior foi a condecoração de Ernesto “Che” Guevara por Jânio Quadros, em 19 de agosto de 1961, com a Grã-Cruz da Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, como certifica Gustavo Bezerra (2010, p.46). Não obstante, as influências das esquerdas brasileiras na possibilidade de instaurar uma nova ordem alternativa à política estadunidense, promoveu uma situação embaraçosa com certa magnitude.

Entretanto, logo após um discurso em uma cerimônia improvisada no Salão Verde do Palácio do Planalto (ainda durante a visita de Guevara a Brasília) no qual se pronunciou em favor de estreitar relações com Havana, Jânio Quadros viu-se em situação difícil com seus opositores. No dia 24 de agosto, Carlos Lacerda, governador da Guanabara, denunciou um suposto convite do Ministro da Justiça, Oscar Pedroso Horta, para dar um golpe de Estado que fecharia o Congresso e daria amplos poderes a Quadros. No dia posterior, houve uma resposta a esse fato, contundente do presidente da República. Alegando forças terríveis, Jânio renunciou (BEZERRA, 2010, p.47). Eis um trecho da Carta-renúncia como declara com firmeza José Machado Lopes (1980, p.30):

“Ao Congresso Nacional: Nesta data e por este instrumento, deixando com o Ministro da Justiça as razões do meu ato, renuncio ao mandato de Presidente da República”.
Brasília, 25 de agosto de 1961. Jânio da Silva Quadros.

Não é necessário dizer aqui sobre tal desordem que esse fato provocou. Mais adiante, fica patente mostrar uma pequena parte da justificativa de renúncia, como chama a atenção Machado Lopes (1980, p.32):

(...) Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando nesse sonho a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado (...). A mim não falta a coragem de renúncia(...).

Para corroborar a ideia de intrigas contra Jânio Quadros e a participação de Carlos Lacerda como o homem opositor a Quadros, Benevides (1982, p.76) reserva uma importância capital, “Os fatos imediatamente precedentes à renúncia têm, como protagonista, justamente o governador da Guanabara.

O pano de fundo compõe-se do clima de denúncias sobre a ‘comunização’ do Itamarati (...)”. Apresentando um documento no qual estava sua renúncia após a solenidade do Dia do Soldado, Jânio aparentemente esperava voltar “nos braços do povo” (BENEVIDES, 1982).

De outra maneira, a surpresa não foi somente no Brasil, mas refletiu também nos Estados Unidos. De acordo com Bezerra (2010, p. 47), fortalece esse momento de aflição política da seguinte forma:

A renúncia inopinada de Quadros pegou o Governo dos Estados Unidos despreparado e mergulhou o país em uma das maiores crises político-institucionais de sua história, decorrente do veto dos três ministros militares, ‘por razões de segurança nacional’, à volta do vice-presidente João Goulart, que por ocasião da renúncia estava em visita oficial ao Oriente.

O decorrer dessa renúncia provocou controvérsias (inevitáveis) em Brasília e nas principais cidades do país. Abriam-se manifestações para colocarem João Goulart na Presidência da República. Do momento que ficou entendido pela campanha que pretendia manter João Goulart no poder, aliás, pelo menos dispô-lo em seu lugar que lhe era de direito, como reza a Constituição, na vacância do Presidente, o seu vice assume diretamente o cargo, Jango teve intervenções incabíveis para tal situação: foi-lhe negada, inicialmente, a passagem para a assunção de seu posto como então novo presidente do país logo após a renúncia de seu antecessor.

Uma junta militar estava obstaculizou a entrada de Jango. No sul do país, o governador do Rio Grande do Sul e então cunhado de João Goulart, Leonel Brizola, lutava pela posse de Jango, num movimento conhecido um pouco depois como, “*Campanha da Legalidade*”. De acordo com as palavras de Machado Lopes (1980, p.73), em citação sobre o movimento militar de 1961 que queria afastar Goulart, Lopes nos diz:

(...) o Sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aqueles que desejam ver o país mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Forças Armadas, infiltradas e domesticadas transformar-se-iam (...) em simples milícias comunistas.

O momento que entendemos pela campanha que pretendia manter João Goulart no poder. Como ponderou o historiador Jorge Ferreira (2003), o udenista Carlos Lacerda foi o único a incentivar a intervenção militar para impedir a posse de Goulart.

No entanto, a preocupação do governo Brizola para com a legitimidade do governo de João Goulart comoveu estendeu-se por todo o país, conclamando o povo a apoiar Jango e fez duras críticas àqueles que estavam pondo em risco a democracia: civis e militares. Percebendo um complô golpista, como atesta Paulo Vizontini (2003, p. 26),

A Campanha da Legalidade (...) impediu o golpe, obrigando a direita aceitar um compromisso. A implantação do Parlamentarismo foi a solução encontrada e Tancredo Neves tornou-se o primeiro-ministro.

Portanto, Jango assume a Presidência da República no dia 07 de setembro de 1961. Uma data que é uma solene efeméride nacional, de acordo com Toledo (1984, p.20). Destarte, como certifica Marechal Lopes (1980, p.108), o discurso de posse finalizou-se da seguinte forma:

Senhores Congressistas: “O destino, numa advertência significativa, conduziu-me à Presidência da República, na data da Independência política do Brasil. “Vejo, na coincidência, um simbolismo que me há de inspirar e orientar, na mais alta magistratura da Nação. “Peço a Deus que me ampare, para que eu possa servir à nossa Pátria, com todas as forças, com energia e sem temores, para que possa defender, como nossos maiores souberam fazê-lo, a Independência do Brasil, a grandeza Nacional e a felicidade do Povo Brasileiro.

A partir de então, o país experimentou pela primeira vez na República, a forma de governo parlamentarista, baseada na limitação de poderes do presidente da República, tornando-se apenas um mero chefe de Estado. O precedente parlamentar brasileiro ocorreu no Segundo Reinado entre os anos de 1847 e 1889, quando o presidente do Conselho de Ministros, foi indicado pelo imperador, mas ficou relativizado por este. Entretanto, para Argelina Figueiredo (1993), o parlamentarismo republicano veio cumprir dois básicos objetivos: impedir o golpe tentado pelos militares de Quadros, e por outro lado, garantir o arcabouço institucional vigente. E, de acordo com a emenda parlamentarista, o Poder Executivo passava a ser exercido pelo presidente da República e por um Conselho de Ministros (TOLEDO, 1984).

De outra forma, conforme a pesquisadora Argelina Figueiredo (1993), o parlamentarismo foi aceito por Goulart. Para Jango, estaria assim, evitando a guerra civil. Numa palavra, Goulart aceitava o regime de gabinete mesmo contra sua relutância.

Contudo, os próximos anos do conturbado governo de João Goulart, serão de fortes tensões políticas: greves, revoltas nas Forças Armadas, reivindicações pela urgência das reformas de base, enfim, toda sorte de protestos tanto da direita quanto da esquerda. O novo Presidente foi acusado de comunista, recebeu a pecha de pusilânime, de pouca leitura, estar do lado dos comunistas e uma imprensa que na maioria das vezes, de acordo com Abreu (2006), colocou-o sempre em situação negativa. A cartada final foi o Golpe de Estado de 1964 no qual o PTB, o PCB, e demais partidos próximos a um projeto social-nacionalista, e sociedade brasileira foram derrotados politicamente por uma ditadura militar apoiada pelos Estados Unidos no qual levou vinte e um anos.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Alzira Alves de. **1964, a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **João Goulart: entre memória e história**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BANDEIRA, Moniz. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente (1950-1988)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- BENEVIDES, Maria Victória. **O governo Jânio Quadros**. Col. Tudo é história. Ed. Brasiliense, 1982.
- BETHELL, Leslie; ROXBOROUGH, Ian (Org). **América Latina entre a Segunda Guerra Mundial e a Guerra Fria**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- BEZERRA, Gustavo Henrique. **Brasil-Cuba: relações político-diplomáticas no contexto da Guerra Fria (1959-1986)**. Brasília: Fundação Alexander de Gusmão, 2010.
- BOITO Jr., Armando. **O golpe de 1954: A burguesia contra o populismo**. Col. Tudo é história, segunda edição. São Paulo: brasiliense, 1984.
- COURTOIS, Stéphane. **A cortina de ferro, uma escalada de manipulação**. In: Revista História Viva, grandes temas, número 07, 2004.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964)**. In FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (org). **Nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- DIAS JÚNIOR, Roubiceck. **Guerra Fria, a era do medo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.
- FERREIRA, Jorge. Crises da República: 1954, 1955 e 1961. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs). **O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática. Da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**, vol.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- FICO, Carlos. **O grande irmão. Da Operação Brother Sam aos anos de chumbo, o governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. **Democracia ou reformas? Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964**. São Paulo: Paz e Terra, 1993.
- HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos, o breve século XX – 1914-1991**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- HOLDEN, Roberth; ZOLOV, Eric. **Latin America and the United States, a documentary History**. New York: Oxford University Press, 2000.
- LENS, Sidney. **A fabricação do império norte-americano. Da Revolução ao Vietnã: uma história do imperialismo dos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- LOPES, José Machado. **O III Exército na crise da renúncia de Jânio Quadros**. Rio de Janeiro: Ed. Alhambra, 1980.
- PARENTI, Michael. **A cruzada anticomunista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.
- TARR, David W. **Nos bastidores da Guerra Fria**. Rio de Janeiro: Victor Publicações, 1968.

A organização da ciência durante o regime militar por meio dos planos nacionais de desenvolvimento

Gabriel Amabile Boscariol

Mestrando do PPG-História UNESP- Campus Assis

Bolsista CAPES

gabrielacademic@yahoo.com.br

Resumo: A ciência brasileira organizou-se por meio de suas instituições e atuação de seus cientistas e políticos interessados no assunto. Dessa diversidade de posições surgiram propostas e disputas em torno da organização e produção científica nacional e da atividade do cientista. Durante o regime militar foi criado um planejamento que organizou e racionalizou vários setores da sociedade, entre eles a ciência. Nesse ponto os militares implementaram do seu jeito uma ciência nacional pensada de forma mais global, embora moldada dentro de suas diretrizes e intervenções. O texto busca discutir e apresentar problemáticas frente a aparente "homogeneidade" da ciência no Brasil.

Palavras-chave: História da Ciência, Plano Nacional de Desenvolvimento e Ditadura Militar.

Abstract: Abstract: The Brazilian science was organized through their institutions and activities of their scientists and policy makers interested in the subject. This diversity of positions and proposals arose disputes over the organization's national scientific production and activity of the scientist. During the military regime created a plan that was organized and rationalized various sectors of society, including science. At this point the military implemented a way of its national science thought more generally, although framed within their guidelines and interventions. The text aims to discuss and present issues facing the apparent "homogeneity" of science in Brazil.

Keywords: History of Science, Plano Nacional de Desenvolvimento, the Military Dictatorship.

A organização da produção científica e da ciência nacional se modificou ao longo da história brasileira. Existe uma diversidade de trabalhos que se inserem em períodos distintos e estudam os mais diversos grupos sociais e profissionais no qual se inseriam os cientistas e pesquisadores brasileiros, assim como nas suas respectivas instituições de trabalho. Os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND) surgem dentro do contexto dos anos 1970, durante o "milagre" econômico brasileiro e a propaganda nacionalista realizada pelo regime militar.

Até os PND os programas e projetos desenvolvidos anteriormente para a área de ciência e tecnologia eram pontuais e setorializados. Não eram políticas com grandes objetivos que procuravam estruturar a produção técnica e científica nacional. A duração temporária, a necessidade de resultados rápidos e a descontinuidade das experiências anteriores atendiam necessidades e falhas da estrutura, mas não a levavam para uma questão global da ciência. Os Planos possuíam a característica de envolver todo o aparato de ciência no Brasil, público e privado e em várias esferas da administração pública, a necessidade de criar uma sinergia com projetos e operações similares e dessa forma evitar duplicações e desencontros de grupos que poderiam compartilhar e auxiliar entre si.

A importância dada ao tema de Ciência e tecnologia poderia se destacar na forma como foi destacada a prioridade de se constituir um plano específico para a área, que foi o Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O I PND possui um capítulo dedicado a área de ciência e tecnologia, no qual ressalta a vantagem ao mercado interno e externo na produção de tecnologia nacional. A subordinação do conselho nacional de pesquisas (CNPq) ao Ministério do Planejamento e Coordenação Geral (MPPCG) foi criticada pelos responsáveis de elaboração do plano. A ideia era centralizar todas as operações no CNPq e tornar o último elo na hierarquia de instituições, a proposta não foi aceita e foi subordinada ao MPPCG, retirando parte da sua autoridade e autonomia na decisão das políticas de ciência.

A Construção e reforma de novas estruturas para a rede universitária, a introdução da Pós Graduação e a transformação de estatais e instituições militares dentro de uma rede de C&T. O I Plano Nacional de Desenvolvimento já estabelecia que para proporcionar o desenvolvimento científico e tecnológico deveria ser integrado a indústria, pesquisa e universidade. Estabelecer a ligação da pesquisa realizada nas universidades em produtos que poderiam ser comercializados, dessa forma o incentivo a inovação ocorreria e poderia criar uma espécie de circuito de crescimento para o desenvolvimento da ciência nacional.

Burgos (1999) reconhece o PED como o primeiro plano a estabelecer uma política científica devido ao apoio a área de ciência e tecnologia. Estabelecido em 1968 seria a primeira vez que a ciência ganharia o *status* de prioridade do governo.

Dentro dessa visão ocorre um pensamento muito voltado para o mercado, embora questões estratégicas como desenvolvimento e aperfeiçoamento do material bélico utilizado pelas Forças Armadas. O desenvolvimento de equipamento e treinamento de pessoal técnico capacitado no uso de maquinário, não somente para operação e manutenção, mas também para desenvolver novas tecnologia para a defesa e necessidades nacionais. A criação de estatais como a ENGESA, EMBRAER, HELIBRAS, IMBEL, AVIBRAS, TELEBRAS gerou um importante "mercado" de tecnologia nacional. Chega perto dos 80% do material comprado pelos militares era de produtores nacionais.. Uma associação entre industriais foi necessária para organizar o setor industrial na garantia de produção de peças e maquinários. Redes de indústrias de fabricação de peças para manter as estatais e seu maquinário e serviços. Foram necessárias para ampliar os itens nacionais dos equipamentos para garantir a produção de peças e do maquinário para sustentar essa política de defesa, em que estava pesando uma importante característica da Doutrina de Segurança Nacional, garantir enquanto potencia militar uma indústria de defesa autônoma. A política de substituição de importações sofria de desgaste e necessitava de um enfoque de maior envolvimento da área de C&T brasileira no desenvolvimento de tecnologia e inovação (GUIMARÃES, 1985, 7-9). No entanto essa política só dava resultados nas áreas em que existia uma

rede de pesquisa e desenvolvimento e pessoal capacitado para conseguir absorver tecnologia e com isso "pular etapas"(GUIMARÃES, 1985).

Foi com a reestruturação das Universidades a expansão da Pós-Graduação em 1968 que permitiu uma expansão na carreira acadêmica nacional e estimulou mais a pesquisa nas universidades e institutos que ofereciam programas de Pós-Graduação.

Os sistemas de financiamento e planejamento que foram constituídos no período anterior ao regime militar e que foram mudados estabeleceram um ponto para a expansão que os militares proporcionaram para durante o regime militar. FINEP (), BNDE (1952), CNPq (1951), FAPESP (1962), CAPES (1951) e outros órgãos de fomento foram constituídos antes de 1964, porém será no governo dos militares que essa estrutura será reestruturada durante os anos 1970 com o objetivo de se adequar aos PND e PBDCT que seriam lançados, junto com políticas setoriais que tiveram sua importância, mas, nos focaremos nos Planos referidos.

Um dos maiores pontos dos Planos Nacionais de Desenvolvimento é sua proposta querer envolver todos os setores considerados importantes. Quais políticas deveriam ser adotadas para perseguir as metas e propostas escolhidas por seus formuladores. É um documento que expressa intenções de vários grupos que procuraram ter no PND suas intenções inscritas em um documento formulado pelo governo. A questão de algumas, mais centrados em respectivamente a área de Ciência e tecnologia, vemos uma grande mudança na concepção de política científica. No I PND a política científica aparece de uma forma técnica e que não buscava os objetivos nas quais seus equivalentes em outras áreas faziam em uma política setorial, que era a de organizar e aperfeiçoar o aparato de política científica, nesse ponto foi aprovado junto com os PND sua contraparte voltada especificamente para a área de C&T, os PBDCT.

Serão os anexos PBDCT que trouxeram para os planos uma expansão do que deveria ser feita em ciência e tecnologia. As políticas setoriais e todas as questões sobre de que forma seriam organizados as estruturas de pesquisa, sejam em formas globais e setoriais os PBDCT seriam uma forma de detalhar parte incompleta dos PND, aspectos que não foram possíveis serem detalhados e especificados com sua produção. Os PBDCT deveriam ser realizados por meio do auxílio do CNPq, o que leva a mostrar a preocupação em abrir participação dos pesquisadores nas escolhas de metas.

Será nos anos de 1970 em que se dará um importante salto na política científica, que vai passar a ser discutida e trabalhada enquanto política nacional. Essa vai ser a maior mudança na discussão do Planejamento Científico, surgiram espaços para se discutir essa política e avançar em cima de temas que não estavam abertos a discussão

O ano de 1972 é o primeiro em que a vigência do primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento deveria. Entrando em Vigência passa a ter metas e objetivos na qual se supõe que a autoridade e as instituições estatais passaram por perseguir.

As metas e objetivos específicos da área de ciência e tecnologia serão as preocupações do artigo. A década de 1970 é especialmente importante para a área devido a uma série de discussões sobre o planejamento científico (SOUZA, ALMEIDA, & RIBEIRO, 1972) e de ser uma área que interessava ao governo principalmente pela importância estratégica.

Questões de estruturação da capacidade de planejamento da área científica do país permearam a formulação das entidades de fomento e de organização de projetos. Os Planos nacionais de desenvolvimento tentaram fazer a organização de traçar metas e objetivos em escala nacional em todas as áreas de interesse econômico, político e social que o governo possuía. O sucesso desse planejamento foi parcial e acabará por se concentrar nas áreas que serão consideradas de segurança nacional pelo regime militar, sendo que a área econômica ficará em mãos de liberais, como Roberto Campos e Delfim Neto. A área econômica estará desvinculada da atuação do governo com relação às políticas científicas.

Devido ao regime militar possuir um “filtro ideológico”, muitos pesquisadores e institutos de pesquisa foram afetados em seus quadros e organização devido a perseguição aos comunistas e subversivos. Instituições como as universidades e institutos de pesquisa foram afetados devido à perda de pessoal qualificado, ou a reestruturação das entidades. A perseguição era seguida de aposentadorias compulsórias, proibição de trabalhar em instituição pública, prisão e exílio.

A perda de material humano e descontinuidade em projetos levava a desorganização da atividade de pesquisa, somente a partir da década de 1970 essa situação melhorou e se inverteu para uma expansão da área de ciência e tecnologia. Procurar um desenvolvimento, mas sem abrir espaço para minimização do combate à sociedade na caça aos subversivos e aqueles declarados como inimigos do regime leva a um estímulo ao desenvolvimento da ciência e tecnologia sem perder de vista a ideologia anticomunista.

A construção do sistema de financiamento e organização da atividade científica no período do regime militar tem como expoente já no governo de Castello Branco a criação do Fundo de Desenvolvimento Técnico Científico (FUNTEC), em 1964, subordinado ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) tinha como função financiar os projetos na área de ciência e tecnologia. O Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico gerido pela (FINEP). Esses fundos possuem a finalidade de financiar projetos prioritários e de gerir e orientar o desenvolvimento científico em diversas áreas (SOUZA, ALMEIDA, & RIBEIRO, 1972, p. 205).

A reforma universitária e da pós-graduação em 1968 foi importante para a pesquisa e expansão da qualificação e formação de pesquisadores. A formação do Sistema Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, beneficiado pela estrutura construída com as duas primeiras versões do PND,

em janeiro de 1975 o presidente Geisel deliberou nessa data, mas somente três anos depois é formalizada. Guiado de acordo com o documento de sua criação, pela orientação, previsão e coordenação do II PBDCT.

O primeiro Plano Nacional de desenvolvimento, aprovado em 1971, tinha o período de vigência de 1972 a 1974. Integrava o Programa de Metas e Bases para a Ação do Governo, constituído no governo do presidente militar General Emílio Garrastazu Médici. Procurava manter a expansão econômica e melhorar o desempenho nacional em setores considerados estratégicos.

O “milagre econômico” era auxiliado pelas grandes obras que criavam o visual essencial para propagandear o programa “Brasil grande potência”, dessa forma a justificativa para ampliar o setor de pesquisa em ciência e tecnologia estava em criar vantagens na estrutura produtiva do país. A justificativa, porém não alcança a área econômica do governo que está desvinculada dos PND.

A primeira versão dos planos nacionais trás importantes discussões para o planejamento e execução do aperfeiçoamento da área de ciência e tecnologia. Levanta questões de caráter técnico, mas principalmente levanta uma série de assuntos estratégicos, relacionados com setores de alto conteúdo tecnológico, priorizando a absorção de tecnologias estrangeiras de vanguarda de competitividade a nível internacional. O anexo do PND que trabalhava em específico a área de ciência e tecnologia, o PBDCT procura organizar as metas e objetivos que envolvem a área de ciência e tecnologia.

A segunda versão do PND e do PBDCT possuiu maiores execuções das propostas e metas do que sua primeira versão. No governo Geisel se assumia a posição de construir o "Brasil Potência", elevar o país na condição de país uma potência emergente mundial. A segunda versão do PBDCT deu continuidade a primeira versão, programas setoriais prioritários estabelecidos. Reforça programas regionais integrados, busca de fontes não convencionais de energia. A ênfase na produção industrial de base e na construção de uma base de infraestrutura econômica mais sólida para o avanço industrial.

A terceira versão, tanto do PND quanto do PBDCT já ignoravam a área de ciência e tecnologia, o descaso refletia a complicada situação da crise econômica que decorreu da crise do petróleo. A escolha pesa em uma política econômica menos expansiva e a retração do orçamento para a política científica e as linhas de fomento e financiamento. As três prioridades da terceira versão foram nas áreas de agropecuária, energia e desenvolvimento social, porém a terceira prioridade foi quase que completamente ignorada. (GUIMARÃES, 1985: 70)

Essa estrutura de fomento construída até 1972 estabeleceu uma importante infraestrutura para o financiamento e expansão da pesquisa. A criação do Programa Nacional de Pós-Graduação (PNPG), sua primeira versão (1975-1979), visava a expansão do sistema e qualificação dos docentes da pós-graduação. O aperfeiçoamento e expansão da Pós-Graduação garantiu a extensão da formação dos cientista

brasileiros que não precisariam necessariamente ter que ir ao exterior complementar sua formação, ou fazer pesquisa

O que nos leva a crer que a ciência defendida durante a ditadura militar possui um viés desenvolvimentista é que nos PND foram defendidas as mesmas propostas e seguindo ideias pouco divergentes, seu maior contraste foi na atuação da política econômica que colocou de forma separada ao resto do planejamento, situação identificada por outros autores. Isso revela que existe uma situação de disputa, não necessariamente de confronto, entre as próprias instituições do estado, a SEPLAN que estava diretamente vinculada ao gabinete da Presidência da República não, sendo a Fazenda subordinada a ela, não cumpriu as metas do PND para área econômica principalmente o que contrariava interesses econômicos.

Durante década de 1970 foi construído uma importante rede de institutos que possibilitou o desenvolvimento e aprimoramento de vários projetos e a expansão o cumprimento dos Planos Nacionais de Desenvolvimento. O desenvolvimento de instituições, estatais, centros de tecnologia, laboratórios e acordos internacionais de cooperação contribuíram para uma novidade na estrutura de C&T brasileira, sua grande dimensão e utilização. O desenvolvimento de grandes projetos do programa "Brasil Potência" seria inviável sem uma estrutura considerável de pessoas habilitadas em encontrar soluções aos projetos desenvolvidos. Dificilmente Itaipu poderia existir sem o crescimento do consumo em energia elétrica, o aumento da capacidade industrial e a crescente ciência desenvolvida pelo país, mesmo em situação de certa forma pouco confortável. O regime militar durante o período do milagre é junto com os anos do pós-guerra um dos momentos propícios ao desenvolvimento da C&T, primeiro pelas circunstâncias, depois devido aos interesses envolvidos.

Bibliografia

BRASIL. Presidência da República. *I Plano Nacional de Desenvolvimento-I PND: Lei n.º* Brasília, 1971.

BRASIL. Presidência da República. *II Plano Nacional de Desenvolvimento-II PND: Lei n.º 6,151, 4 de Dezembro de 1974.* DOU de 6 de Dezembro de 1974.

BRASIL. Presidência da República. *III Plano Nacional de Desenvolvimento, 1980 - 1985.* Brasília, 1981.

BRASIL. Presidência da República. *PBDCT: Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1973-1974.* Brasília, 1973.

BRASIL. Presidência da República. *II PBDCT: Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1973-1974.* Brasília, 1976.

BRASIL. SEPLAN - CNPq. *III PBDCT: Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1973-1974.* Brasília, 1973.

FERNANDES, A. M. *A construção da Ciência no Brasil e a SBPC.* Brasília: Editora UNB; ANPOCS: CNPq, 1990.

- FERRAZ, F. C. *A Sombra dos Carvalhos: Escola Superior de Guerra e política no Brasil, 1948-1955*. Londrina: UEL, 1997.
- GUIMARÃES, E. A. *A política científica e tecnológica*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1985
- HOBSBAWN, E. J. *A era dos extremos*. Tradução de Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- IANNI, Octavio. *Estado e Planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- KUHN, T. *A estrutura das Revoluções Científicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998. (Coleção Debates)
- KON, A. (1999) *Planejamento no Brasil II*. São Paulo: EDITORA PERSPECTIVA, 1999. (Coleção Debates)
- LATOUR, B. *Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. Tradução Ivone C. Beneditti; Revisão de tradução Jesus de Paula Assis. São Paulo: Editora UNESP, 2000.
- MATOS, P. de O. *Análise dos Planos de Desenvolvimento elaborados no Brasil no Brasil após o II PND*. 2002. 203f. Dissertação(Mestrado em Ciências) - Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" USP. Piracicaba, 2002.
- MINDLIN, B. *Planejamento no Brasil*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2003 (Coleção Debates)
- MOREL, R. L. M. *Considerações sobre a política científica no Brasil*. Brasília: Editora UNB, 1975.
- SOUZA, H. G.; ALMEIDA, D. F.; RIBEIRO, C. C. *Política Científica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

Da Liberdade Política a Negação da Constituinte: a busca por uma identidade partidária entre os deputados federais petistas (1982-1988)

Glauber Santos

Mestrando em História pela UFMG
glauberduardo@uol.com.br

Resumo: O texto propõe analisar a participação do Partido dos Trabalhadores na atuação partidária na década de 1980, especificamente entre os anos de 1982 e 1988; 1982 é o ano da primeira eleição após o retorno do pluripartidarismo e o ano de 1988 ocorreu a publicação da Constituição Brasileira. Neste período, analisaremos como os deputados federais petistas buscaram se identificar na Câmara Federal em seus discursos, como representaram a sociedade, construíram seus projetos e definiram estratégias de ação política perante o movimento Diretas Já, o Colégio Eleitoral e na Assembléia Nacional Constituinte. Acreditamos que os discursos são fontes possíveis de buscar uma identidade partidária petista, construindo no partido um mobilizador e politizador da sociedade brasileira.

Palavras-chaves: Partido dos Trabalhadores, discursos, identidade.

Resumen: El texto tiene como objetivo analizar la participación del Partido de los Trabajadores en las actividades partidarias en la década de 1980, concretamente entre los años 1982 y 1988; en el año de 1982 ocurrió la primera elección después del retorno del pluripartidarismo y en 1988 fue publicada la Constitución Brasileña. En ese período vamos a analizar cómo los diputados federales del PT trataron de identificarse en la Cámara Federal por medio de sus discursos, cómo representaron a la sociedad, construyeron sus proyectos y definieron estrategias

para la acción política delante del movimiento de las *Diretas Já*, el Colegio Electoral y en el Asamblea Nacional Constituyente. Creemos que los discursos son fuentes para buscar una identidad del PT, construyendo en el partido un movilizador y un politizador de la sociedad brasileña.

Palabras clave: Partido de los Trabajadores, discurso, identidad.

O surgimento de novos atores sociais e políticos na sociedade brasileira na década de 1970 mostraram a capacidade de reivindicar e atuar publicamente contra o regime militar, reivindicando práticas, valores, anseios e expectativas que pudessem concretizar suas reivindicações. Mostrou-se um momento de múltiplos objetivos e propostas heterogêneas, que se consolida com a lei que finaliza o fim do bipartidarismo e implanta o retorno do pluripartidarismo no cenário político nacional, o que fez surgir agitação, tensão e interesses políticos entre partidos diferentes. No ano de 1980, o Partido dos Trabalhadores surgiu para estender e aprofundar as propostas na opinião pública, organizar hierarquias e uma rede permanente de relações entre uma direção nacional e estruturas locais aspirando ao exercício de poder com um projeto global para o país.

A proposta do PT está centrada na independência política da classe trabalhadora, buscando uma sociedade igualitária e uma alternativa social, política e ideológica ao regime militar. Surgido dentro das bases sociais, o partido buscou pela sua heterogeneidade de projetos políticos, unificarem símbolos, valores e expectativas para determinar e consolidar sua posição dentro da política nacional.

A busca da definição política: as eleições em 1982.

Em 1982, ocorreu a primeira eleição a nível nacional após o retorno do pluripartidarismo. Para Gláucio Soares (1984), “as eleições de 1982 foram realizadas num clima de entusiasmo cívico e liberdade que havia sido esquecido pelos brasileiros” (SOARES, 1984: p. 38). Para o Partido dos Trabalhadores, a ação parlamentar a ser realizada pelos seus deputados federais²²⁴ e senadores que vencessem as eleições em 1982, deveria ser construída nas suas bases sociais, defendendo propostas coletivas e ampliando a organização e a mobilização política.

Abaixo estão delimitados os nomes e os estados de origens dos deputados federais petistas que elegeram em 1982.

²²⁴ O mandato dos deputados federais e senadores eleitos em 1982 estendem até 1986.

Fonte: Dados das eleições de 1982 fornecidos pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Nas objetivos do direcionados trabalhadores ator político, participativo da uma sociedade, garantirem reconhecer pluralismo e da concepções. A	Nome	Estado	Nome	Estado	eleições, os partido são aos como principal atuante e construção de capaz de direitos e legitimidade do diversidade de crítica enfática
	Irmã Rosseto Passoni	São Paulo	José Genoíno	São Paulo	
	Eduardo Matarazzo Suplicy	São Paulo	Elizabeth Mendes de Oliveira	São Paulo	
	Djalma de Souza Bom	São Paulo	Luiz Dulci	Minas Gerais	
	Aírton Soares	São Paulo	Benedita Souza da Silva Santos	Rio de Janeiro	

feita à política anterior identifica e introduz a transparência e o realismo, em que os partidos surgidos dentro do regime militar serão incapazes de propor mudanças sociais e econômicas transformadoras da sociedade brasileira.

O PT vai às eleições com quatro objetivos básicos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.
2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política

diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.

3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores, etc.) e, para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que apóiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo. (Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, primeiro Encontro Nacional, 27-28/03/1982, São Paulo).

As eleições mobilizariam a sociedade para construir o poder popular, aprofundando o debate sobre a luta social e institucional, pela independência dos trabalhadores, da acumulação e fortalecimento das forças sociais. Com o conteúdo da campanha centrado na educação política, com os candidatos escolhidos pela participação e pela representatividade e com a campanha centrada em um fundo financeiro comum, o resultado demonstrou a capacidade do partido em mobilizar a população e receber cerca de 1.458.719 votos.

A apresentação dos candidatos do PT as eleições em 1982 pode ser considerada como ato simbólico, pois o partido buscava se colocar na cena política a nível nacional com a intenção de demarcar sua identidade política e fornecer a sociedade brasileira opção partidária para realizar mudanças sociais e econômicas. “A eleição foi uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais” (GADOTTI, 1989: p. 233).

Projetos e estratégias políticas: a participação na Constituinte.

A partir das eleições de 1982 ocorreu uma reafirmação por parte da sociedade, dos políticos e dos meios de comunicação sobre a necessidade de realização da eleição direta para presidente²²⁵. Para Gláucio Soares, “a questão da eleição direta já tem raízes no eleitorado” (SOARES, 1984: p. 61), em que se torna uma questão política, ultrapassando a vontade partidária. Contudo, o Partido Democrático Social rejeitava a proposta das eleições diretas para presidente, pois acreditava na possibilidade de vitória da oposição, principalmente na figura política de Leonel Brizola, demonstrando “o medo de que a gente pobre, de etnia um pouco diferente, mais escura, socioeconomicamente subordinada, vire o barco com base na igualdade política do voto” (SOARES, 1984: p. 61).

²²⁵ “Na esteira das grandes manifestações coletivas dos anos 1970 e início dos 1980 – tais como o movimento estudantil, a campanha da Anistia, as grandes greves do ABC, o movimento pró-PT e pela fundação da CUT -, foi aparecendo naturalmente, como uma das formas de repúdio ao regime de exceção, o anseio popular pelo restabelecimento do direito do povo de escolher, pelo voto direto, os seus dirigentes” (MAUES, 2006: p. 386).

A análise dos resultados eleitorais possibilitou ao PT refletir sobre a assimilação da sociedade as suas propostas políticas. A reavaliação das estratégias em relação ao isolamento político foi relevante para a expansão da base social e a ampliação dentro da opinião pública com o fortalecimento do discurso petista. As propostas e os planos de governo, as plataformas eleitorais, as resoluções políticas, as cartilhas e as teses são pedagogicamente construídas na busca por difundir o pensamento do partido.

Com a consolidação das propostas efetuadas e discutidas no ano de 1983, o partido recusa participar do Colégio Eleitoral, que buscava definir o presidente civil, por meio das eleições indiretas. Para Soares, o Colégio Eleitoral é um arbítrio militar criado no ano de 1967, reformulado em 1977, com o pacote de abril instituído pelo presidente Geisel e ampliado com a Emenda Constitucional 22 de 29 de junho de 1982, que aumentou a desigualdade e a discriminação entre as populações dos estados. “O Colégio Eleitoral é formado por membros do Congresso Nacional (deputados federais e senadores) e por seis representantes escolhidos pelo partido majoritário em cada assembléia estadual” (SOARES, 1984: p. 102).

O movimento das Diretas-Já foi se construindo a partir da convocação à luta, aglutinando e quebrando o imobilismo da sociedade, com os comícios e o sentido lúdico da democracia. As Diretas-Já queria mudar as regras do jogo político com a união de forças de caráter nacional para efetivar a participação da sociedade nas decisões políticas, consolidando uma inspiração cívica. A sociedade ao se levantar e participar da vida política mostrou desejo e anseio por um país democrático, em que a emoção, a esperança, a ânsia, o entusiasmo e a euforia demonstraram que o regime militar estava em contagem regressiva, pois já ocorrera o seu ocaso e o seu esgotamento como forma de Estado.

A crítica petista aos candidatos, Paulo Maluf e Tancredo Neves, demonstrava a insatisfação com a solução proposta pelos partidos políticos e pelos militares. O discurso de purismo e de opositor ao regime²²⁶ mostrou a sociedade brasileira que o Partido dos Trabalhadores não iria compactuar com os políticos que apoiaram e participaram do regime militar, interessados em manter os problemas obscuros da sociedade sem solução e procurando a consolidação no poder. A proposta de emenda Dante de Oliveira, que propunham a eleição direta para presidente não foi aprovada, teve a favor 298 e contra 65 votos, na exigência de 2/3 terços, faltaram 22 votos. Esse resultado reafirmou a legalidade superficial e imoral da legislação durante o regime militar.

A derrota da emenda constitucional foi decepcionante para quem esperava resultados imediatos e acreditava na possibilidade de consegui-los, mas o que se viu em seguida foi que mesmo os mais decepcionados não abandonaram a luta pela restauração dos

²²⁶ Na análise de Paulo Henrique Martinez, o PT entre os anos de 1980 e 1990, foi o partido que voltou para a oposição a ditadura e seus resquícios, sendo um partido contra a ordem. MARTINEZ, P. H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005). In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 239-288.

instrumentos formais da democracia. Pode-se mesmo dizer que a campanha das Diretas foi o ponto de partida para a última etapa da derrubada da ditadura. Com efeito, aquela campanha mostrou o caminho mais adequado, teve efeito conscientizador, estimulou a intensificação da mobilização popular e definiu o modelo para a vitoriosa campanha pela Constituinte (MAUES, 2006: p. 386).

Com a derrota da emenda Dante de Oliveira, o presidente civil é eleito pelo Colégio Eleitoral que construiu um ideal de cooperação político-partidário²²⁷ que se consolidou na manutenção das regras eleitorais e na Aliança Democrática e sua defesa da conciliação nacional, composta pelo PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro) e PFL (Partido da Frente Liberal) que influenciaram a arena decisória e a dinâmica política do governo entre os anos de 1986 e 1988, consolidando com a atuação ministerial.

No instante em que o movimento das Diretas-Já, do Colégio Eleitoral e da escolha indireta para presidente, se desenrola as eleições de 1985 que definem concomitantemente os constituintes que participarão da Assembléia Nacional Constituinte que redigirá a nova Constituição. O PT defende uma constituinte pautada pela sua liberdade e soberania, com a inclusão de todos os cidadãos, dos partidos políticos e de comissões consultivas municipais capazes de formular sugestões dentro dos anseios e das reivindicações dos trabalhadores. Para os petistas, estava incluída no projeto da Constituição, a câmara única, extinguindo o Senado; defesa do presidencialismo e a restrição de poderes; o voto facultativo; o ensino exclusivamente estatal; a negação ao voto distrital²²⁸.

Abaixo estão delimitados os nomes e os estados de origens dos deputados federais petistas que elegeram em 1985.

²²⁷ Para Rachel Meneguello, “com a exceção do Partido dos Trabalhadores, formou-se no Congresso um consenso entre os partidos de oposição em torno do projeto de democratização encabeçado pelo PMDB” (MENEGUELLO, 1998: p. 81).

²²⁸ Para o PT, “se a Constituição promulgada não é a que a gente queria, trata-se agora, de mudá-la. A luta do PT continua, no sentido de garantir a regulamentação e aplicação dos avanços democráticos aprovados, e na tentativa de modificar os pontos conservadores com emendas à Constituição. No contexto mais amplo, a luta pelo PT continua com a conscientização, a organização e mobilização popular, construindo as condições necessárias para realizar as transformações que a Constituinte não realizou” (Diretório Nacional, *O PT na Constituinte*, Órgão informativo da bancada, volume 10, outubro de 1988: p. 1).

Nome	Estado	Nome	Estado
Irmã Rosseto Passoni	São Paulo	João Paulo Pires Vasconcelos	Minas Gerais
Luís Inácio Lula da Silva	São Paulo	Paulo Gabriel Godinho Delgado	Minas Gerais
Plínio Soares de Arruda Sampaio	São Paulo	Vítor Buaiz	Espírito Santo
Luís Gushiken	São Paulo	Vladimir Gracindo S. Palmeira	Rio de Janeiro
José Genoíno	São Paulo	Gumercindo de Souza Milhomem Neto	Rio de Janeiro
Florestan Fernandes	São Paulo	Benedita Souza da Silva Santos	Rio de Janeiro
Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho	São Paulo	Paulo Renato Paim	Rio Grande do Sul
Virgílio Guimarães de Paula	Minas Gerais	Olívio de Oliveira Dutra	Rio Grande do Sul

Fonte: Dados 1985 Tribunal Eleitoral.

A sociedade

das eleições de fornecidos pelo Superior

brasileira tinha

expectativas e esperanças sobre a Constituição, pois foi convidada a participar dos debates, mas não viu seus anseios se concretizarem, por causa do curto tempo entre ouvir a sociedade e realizar o anteprojeto,

o que causou comoção²²⁹. Para a sociedade que lutou nas Diretas-Já, “a Constituição é concebida como um conjunto de normas que aponta para o vir a ser, uma sociedade civil civilizada e um Estado capitalista democrático” (FERNANDES, 1988, p. 16), capaz de mobilizar a participação da sociedade, garantir direitos aos trabalhadores e tendo como significado histórico que “ela poderá representar para o Brasil um salto histórico qualitativo, que nos colocará, realmente entre as nações democráticas do mundo” (FERNANDES, 1988: p. 62).

O PT, ao aderir à bandeira da Constituinte, em janeiro de 1985, ao lançar seus candidatos, em 1986, e ao elaborar um projeto de Constituição e lutar por ele no Congresso Constituinte, participou das regras do jogo, e, nessas regras, conseguiu algumas vitórias em relação ao direito dos trabalhadores. Mobilizar a população para defender e ampliar conquistas no texto constitucional, e, ao mesmo tempo, denunciar e criticar tanto o Congresso Constituinte quanto a Constituição a ser promulgada significa conferir um caráter pedagógico necessário à luta política e demonstrar que, se a classe trabalhadora quer um cenário diferente, ela tem de se preparar para lutar e conquistá-lo. Essa, sim, é uma tática inserida na estratégia e na análise de conjuntura do Partido. (Diretório Nacional, *A posição do PT sobre a nova Constituição*, Circular Interna, anexo 2, 7-8-88: p. 11-2).

Analisar a atuação dos petistas entre 1982 e 1988 contribuirá para percebermos a construção da identidade política constituída na defesa das propostas do partido para o futuro da sociedade brasileira.

Discursos dos deputados federais petistas entre 1982 e 1988.

O deputado federal Eduardo Suplicy em discurso proferido na sessão 21 de abril de 1983 argumentou que o Distrito Federal e as cidades satélites anseiam por terem sua autonomia política no Congresso Nacional e com vereadores e prefeitos, pois há um distanciamento entre a população e os temas discutidos no plenário.

Em parte, acredito que isso se deve ao fato de a população de Brasília não ter sua representatividade, ao fato de seus mais prementes problemas – em especial os das cidades-satélites, onde em geral habitam os pioneiros que construíram esta cidade – não estarem sendo aqui discutidos devido ao nosso desconhecimento das peculiaridades da cidade, representantes do povo que somos nesta Casa vinda dos outros estados.

O deputado federal petista argumenta a relevância de que haja autonomia, independência e respeito mútuo entre o governo e a oposição para que possam ser eleitos prefeitos e vereadores de diferentes partidos para as cidades-satélites de Brasília.

O petista Luís Inácio Lula da Silva, eleito em 1986 por São Paulo, na sessão de 22 de setembro de 1988 mostrou que o projeto de Constituição apresentado pelo PT era um projeto que buscava minorar o

²²⁹ Para Florestan Fernandes, “Isso não é o fim de tudo. Mas apaga a luz de múltiplas esperanças, que associaram a constituição à alteração do estado de coisas existentes” (FERNANDES, 1988: p. 8).

sofrimento da classe trabalhadora brasileira, mas setores conservadores inviabilizaram a votação com o argumento de ela explodiria o país com a quantidade de conquista dos trabalhadores, que ficou alguns temas para serem regulamentados na lei ordinária e complementar como: horas semanais de trabalho, férias, horas extras e greve. Neste ponto, “é por isto que o Partido dos Trabalhadores vota contra o texto e, amanhã, por decisão do nosso diretório – decisão majoritária – o Partido dos Trabalhadores assinará a Constituição, porque entende que é o cumprimento formal da sua participação nesta Constituinte” (SILVA, 1988: 14314).

Importante na política é que tenhamos espaço de liberdade para ser contra ou a favor. E o Partido dos Trabalhadores, por entender que a democracia é algo importante – ela foi conquistada na rua, ela foi conquistada nas lutas travadas pela sociedade brasileira –, vem aqui dizer que vai votar contra esse texto, exatamente porque entende que, mesmo havendo avanços na Constituinte, a essência do poder, a essência da propriedade privada, a essência do poder dos militares continua intacta nesta Constituinte (SILVA, 1988: 14314).

Benedita da Silva na sessão em 27 de julho de 1987 afirmou que a situação dos direitos dos negros não estaria ruim se tivéssemos compreensão da diferença entre etnias na sociedade brasileira, criticando o artigo 10º do anteprojeto da Constituição, que alegava que o país não entraria em assuntos internos de outros estados. Contudo, o artigo nono relata que o Brasil deve respeitar as Declarações Internacionais de Direito, como a intocabilidade dos direitos humanos. Para ressaltar os crimes hediondos praticados pelos nazistas e que se repetiam na África do Sul, pois o Brasil assinou os Princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos que não estão sendo cumpridos pelos governos que o firmaram, em troca de vantagens econômicas, colocando-os assim como indignos. A deputada tem expectativas de surgir estadistas que possam conjurar e punir os criminosos na África do Sul, pois não há contestação internacional, em meio as vantagens nas relações econômicas.

Onde estão os governos que deveriam zelar para que tal quadro não se fizesse presente no cenário de nossos dias? Onde estão os governos e organismos internacionais que deveriam cuidar da segurança e dos direitos dos povos oprimidos, vilipendiados, explorados, despojados de seus valores morais, espirituais e meterias, pelo regime do governo odioso e anacrônico?

Estão simplesmente agachados, naquela posição incômoda do avestruz que esconde a cabeça na areia para não assistir ao terror, aos assassinatos insanos e impunes, omitindo-se sobre acontecimentos infamantes que enchem de opróbrio toda a humanidade. E por que esses governos mantêm-se nessa dúbria, hipócrita, desonesta e incômoda posição? Sr.as e Srs. Constituintes, ao concluir, espero que a vontade política e o dever façam com que minhas palavras não sejam apenas um eco, mas possibilitem uma reflexão profunda no entendimento dos vários partidos políticos nesta Casa, no sentido de que é inegociável o corte nas relações com a África do Sul, porque também são inegociáveis os direitos dos negros, tanto na África do Sul quanto neste País (MULHER, 2011: pp. 42-43).

José Genoíno Neto, eleito deputado federal pelo estado de São Paulo em 1986 analisou a discussão no Congresso Constituinte em torno da divisão dos poderes, demonstrando a falta de harmonia, independência e equilíbrio entre Executivo, Legislativo e Judiciário. Para o petista, a manutenção do Executivo forte está determinada pela ordem capitalista para “evitar o jogo das forças políticas, a interferência da opinião pública, a pressão dos movimentos de massa em relação ao Parlamento e ao Judiciário, capazes de contrariar os planos dos ‘de cima’”.

A relação desigual entre os poderes foi explícita quando o Executivo delegou ao Congresso Constituinte o dever da debater e promulgar a Nova Constituição, evitando a participação de uma Assembléia Nacional Constituinte ampla e popular e mantendo leis do regime militar caracterizando uma transição conservadora.

No entanto, não nos cabe cruzar os braços. Este processo constituinte só significará uma ampliação da margem de liberdade política e de conquistas econômico-sociais para os "de baixo" na exata medida da ação política coletiva destes. Isto inclui a luta pela redução dos poderes do Executivo desde já. Nesse sentido, é importante assinalar a iniciativa do ato convocatório proposto pelo PT para que o Congresso Nacional o assuma e convoque ele próprio uma autêntica Assembléia Nacional Constituinte, com liberdade e participação amplas, eleita em eleições especiais à parte, sem a comissão pré-Constituinte elitista, posição esta partilhada pela OAB, pela CNBB e por várias outras entidades representativas. Em suma, a futura relação entre os Poderes se decide desde já no tipo de órgão que exercerá o Poder Constituinte, na maneira como é convocado e eleito, na relação Executivo -Legislativo- Judiciário nesse processo.

A deputada eleita pelo estado de São Paulo em 1986, Irmã Passoni, propôs na sessão 9 de abril de 1987, mostrar a ausência de norte nas políticas governamentais, em que o governo trata a questão social como questão militar, pois vê como perigo a mobilização do povo por seus direitos. O fantasma do golpe é manipulado pela imprensa e pelo Planalto como forma de intimidar a oposição política e o movimento sindical, pois mesmo “com golpe ou com autogolpe, continuamos a acreditar que a democracia se constrói com sua prática e que a democracia política é inseparável da democracia social e econômica” (MULHER, 2011: p. 43).

Neste momento, o Congresso deu provas de subserviência ao sistema militar com o seu “direito” de tutelar a Nação pela doutrina de segurança nacional, enquanto a Constituição deve consagrar a soberania popular, em que todo poder emana do povo com consentimento e participação. O Congresso tem duas alternativas: omissão ou luta; a luta tem por finalidade suprema de assegurar vida digna e feliz e o reconhecimento efetiva da soberania popular.

Na nova Constituição, a questão essencial da soberania do povo deve manifestar-se em três níveis: consentimento popular, como condição de legitimidade da atribuição e do exercício do poder em todos os níveis; participação popular no exercício do poder público; e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais. Com isso queremos assegurar que a democracia não se resume ao ritual periódico das eleições, mas que deva ser assegurada na vida cotidiana da cidadania, no processo de tomada de decisões

econômicas que dizem respeito à sociedade, na orientação da vida política, social e cultural do País (MULHER, 2011: pp. 77-78).

Considerações finais.

A década de 1980 marcada pela atuação de atores sociais produziu alteridades e identidades políticas, na busca por um espaço de possibilidades de experiências democráticas inovadoras e do exercício da cidadania ativa²³⁰, o Partido dos Trabalhadores construiu uma imagem alternativa de governo frente à continuidade conservadora. As conquistas do Partido dos Trabalhadores como ator político na sociedade brasileira e o único capacitado para definir projetos, propostas, valores e costumes possibilitam refletir sobre uma identidade política dos deputados federais petistas.

Na análise feita por Kathryn Woodward (2011) a identidade é relacional, pois depende de algo de fora para existir e é marcada pela diferença e sustentada pela exclusão. Para a estudiosa, a redescoberta do passado faz parte do processo de construção da identidade que é simbólica e social “A afirmação política das identidades exige alguma forma de autenticação” (WOODWARD, 2011: p. 28) por meio da reivindicação da história do grupo cultural, afirmando identidade para legitimar e autenticar um passado, reproduzido por meios simbólicos e sistemas classificatórios que oferecem sentido ao mundo social e constroem significado.

Para Michael Pollak (1992) a memória é um fenômeno construído coletivo e socialmente com características flutuantes e mutáveis e com elementos irreduzíveis como acontecimentos vividos pessoalmente, vividos em grupos e eventos que não se situam dentro do espaço – tempo. Por isso a memória está ligada fenomenologicamente com o sentimento de identidade que constitui por três elementos essenciais: unidade física, continuidade do tempo e sentimento de coerência, pois “A construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio da negociação direta com os outros” (POLLAK, 1992: p. 204). O estudioso afirmou que a memória de um grupo gera um caráter conflitivo entre famílias políticas e ideológicas, que buscam solidificar o social, reorganizar a sociedade internamente e reorientá-la ideologicamente, ligando-a as identidades coletivas.

Denis Cuche (2002) analisa a característica relacional da identidade mostrando que o contexto pode explicar o momento de a identidade ser afirmada ou reprimida, “a construção da identidade se faz no interior de contextos sociais que determinam a posição dos agentes e por isso mesmo orientam suas representações e suas escolhas” (CUCHE, 2002, p. 182), tem uma eficácia social, produzindo efeitos reais. Neste momento, a identidade é concebida pela diferença entre grupos, “também, para definir a

²³⁰ COSTA, João Bosco Araújo da. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. *São Paulo em Perspectiva*, 10 (3), 1996, p. 113.

identidade de um grupo, o importante não é inventariar seus traços culturais distintivos, mas localizar aqueles que são utilizados pelos membros do grupo para afirmar e manter uma distinção cultural” (CUCHE, 2002, p. 182), sendo os membros, atores que atribuem significado a sua vinculação, concepção dinâmica de construção e reconstrução da identidade no interior das trocas sociais. Nesta abordagem, a identificação seria o conceito operatório de análise, no lugar da identidade, que se transforma em negociação e concessão entre a auto-identidade (de si) e a hetero-identidade (dos outros).

231

Utilizando os discursos dos deputados federais petistas e as resoluções do partido, concebemos que no contexto social da década de 1980, como o movimento das Diretas-Já, a transição para o governo civil, a Assembléia Nacional Constituinte e a publicação da Constituição, o PT tentou legitimar e reproduzir símbolos, construindo representações do mundo social para reorganizar a sociedade e definir a sua identidade política que se consolida na relação com os adversários políticos: regime militar, partidos conservadores, Aliança Democrática e o governo Sarney, que são os traços mobilizados pelos deputados federais para se afirmarem e se distinguirem culturalmente em constantes trocas sociais, oferecendo um caráter dinâmico da identidade que é construída e reconstruída cotidianamente pelo Partido dos Trabalhadores.

Referências e Fontes

COSTA, João Bosco Araújo da. A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80. *São Paulo em Perspectiva*, 10 (3), p. 113-118, 1996.

CUCHE, D. *A noção de cultura nas ciências sociais*. 2 ed. Bauru: EDUSC, 2002. 255p.

Diretório Nacional, A posição do PT sobre a nova Constituição, Circular Interna, anexo 2, 7-8-88, p. 11-2. In: GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 299.

Diretório Nacional, O PT na Constituinte, Órgão informativo da bancada, volume 10, outubro de 1988, p. 1. In: GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 310.

Carta Eleitoral do Partido dos Trabalhadores, primeiro Encontro Nacional, 27-28/03/1982, São Paulo. In: GADOTTI, M.; PEREIRA, O. *Pra que PT: origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989. p. 231-239.

FERNANDES, F.; BRASIL. *O processo constituinte: pronunciamentos e debates*. Brasília: Câmara dos Deputados, 1988. 134p.

GENÓINO, J. Executivo continua cheio de força. Folha de São Paulo, São Paulo, p. 14, 04/08/1985. Disponível: <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/109674>. Acesso em: 08 dez 2009.

²³¹ Para o autor, a identidade aparece como modalidade de categorização e baseada na diferença, sendo necessário explicar os processos de identificação, pois “a identidade é então o que está em jogo nas lutas sociais” (CUCHE, 2002: p. 185).

MARTINEZ, P. H. O Partido dos Trabalhadores e a conquista do Estado (1980-2005). In: RIDENTI, M.; REIS, D. A. *História do marxismo no Brasil: partidos e movimentos após os anos 1960*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007, p. 239-288.

MAUÉS, F.; ABRAMO, Z. W. *Pela democracia, contra o arbítrio: a oposição democrática, do golpe de 1964 à campanha das Diretas Já*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. 479 p.

MENEGUELLO, Rachel. *PT: a formação de um partido: 1979-1982*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

MENEGUELLO, R. *Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997)*. São Paulo: Paz e Terra, 1998. 205p.

MULHER CONSTITUINTE: discursos destacados. Disponível: <http://www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/plenario/discursos/escrevendohistoria/destaque-de-materias/mulher-constituente/mulheres-constituintes-de-1988>. Acesso em: 3 maio 2012.

POLLAK, M. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

SILVA, L. I. L. da. Discurso do Deputado Luís Inácio Lula da Silva: Sessão da Câmara dos Deputados de 22 de setembro de 1988. *Diário da Assembléia Nacional Constituinte*, 23 set. 1988, p. 14313-14314.

SOARES, G. A. D. *Colégio eleitoral, convenções partidárias e eleições diretas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984. 108p.

SUPLICY, E. Discurso do Deputado Eduardo Suplicy: Sessão da Câmara dos Deputados de 20 de abril de 1983. *Diário do Congresso Nacional*, 21 abr. 1983, Seção I, p. 2131.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. 10. ed. Petrópolis, Vozes, 2011. p. 7-72.

“Minha maluquez misturada com minha lucidez”: Oposição e resistência a ordem social vigente na obra de Raul Seixas

Joicele Rezende Costa

Graduada em História pela UNIMONTES
rezende.costa@hotmail.com

Resumo: Este trabalho aborda a influência que o movimento de contracultura e o anarquismo exerceram sobre a obra do cantor e compositor baiano Raul Seixas, bem como a crítica feita às convenções e limitações sociais impostas pelo sistema vigente, e aos vários pilares de sustentação do sistema capitalista, em um período de cerceamento das liberdades, a Ditadura Militar no Brasil. O período que nossa proposta de pesquisa se restringe é de 1968 à 1989, que correspondem ao início e fim da sua carreira. Para tanto, além das discussões teóricas, analisamos as letras de algumas de suas canções, em meio ao contexto em que estava inserido. Objetivamos ainda explicitar como a memória do artista perdura e seu trabalho perpassa gerações, ainda hoje causando debate quanto à mensagem veiculada em suas composições, e discutir um pouco sua relação com a indústria cultural.

Palavras chave: Raul Seixas, obra, oposição.

Resumen: En este trabajo se investiga la influencia del movimiento de la contracultura y el anarquismo se ejerce sobre la labor de Raúl Seixas cantante y compositor de Bahía, así como la crítica de las convenciones sociales y las limitaciones impuestas por el sistema actual, y los diferentes pilares del sistema capitalista, un período de restricción de las libertades, la dictadura militar en Brasil. El período que nuestra propuesta de investigación es limitada a 1968 será de 1989, correspondiente al inicio y al final de su carrera. Con este fin, además de las discusiones teóricas, se analizaron las letras de algunas de sus canciones, en medio del contexto en el que se inserta. Nuestro objetivo es explicar con más detalle cómo la memoria del artista persiste e impregna sus generaciones de trabajo, sigue causando debate sobre el mensaje que transmite en sus composiciones, y discutir algunos de su relación con la industria cultural.

Palabras clave: Raul Seixas, el trabajo, la oposición.

O presente estudo tem por objetivo abordar a obra do cantor e compositor baiano Raul Santos Seixas, sua contestação ao modelo burguês de vida e aos vários pilares de sustentação do sistema capitalista. O período que nossa proposta de pesquisa se restringe é de 1968, quando Raul inicia sua carreira “formalmente”, (pois é quando lança seu primeiro LP com o grupo Os Panteras) e, portanto inicia também sua “missão contestadora”, até 1989 quando ele morre de pancreatite aguda e deixa um legado as gerações futuras para que continuem lutando contra as forças do sistema dominante. Para realização desse trabalho, além do estudo sobre o movimento anarquista do movimento de contracultura, foi feita análise da obra de Raul Seixas, leitura das biografias escritas sobre ele, e, principalmente, análise das letras de suas canções. É nas suas músicas que está a maior fonte de nosso trabalho. Tal como disse Raul Seixas: “Não sou cantor nem compositor, uso a música para dizer o que penso.” (ESSINGER, 2005 p.34)

A idéia central desse trabalho é pautada na história-biografia de Raul Seixas e suas estratégias, que burlavam a censura e os moralismos da época, ao longo de sua carreira, para passar sua mensagem de crítica à sociedade consumista e as convenções e limitações desta. Sua obra de loucura (para a grande maioria) continha idéias revolucionárias que motivaram e, ao mesmo tempo, chocaram uma geração. Diante de tantas coisas novas, não poderia deixar de haver um enorme preconceito, nas palavras do próprio Raul: “Há muito tempo atrás, na velha Bahia//Eu imitava Little Richard e me contorcia//As pessoas se afastavam//Pensando que eu estava tendo//Um ataque de epilepsia.”²³²

Os problemas que orientam a pesquisa assentam-se sobre as indagações: Seria o cantor e compositor Raul Seixas um lunático que dizia coisas sem nexos e adepto de uma anarquia no sentido como é entendida por muitos de caos e desordem? Como Raul pôde rejeitar e criticar um modelo de vida do qual ele mesmo fazia parte, sendo o próprio proveniente da classe média? Estaria ele imbuído do espírito

²³² SEIXAS, Raul. Rock in Roll. M. Nova, R. Seixas [compositores]. In: A panela do diabo: Warner Bross, 1989.

da contracultura, onde os próprios jovens das classes abastadas a rejeitavam em seu próprio seio? “Ao invés de encontrar seu inimigo de classe no operariado das fábricas, a burguesia o encontrava na figura de seus filhos cabeludos” (PEREIRA, 1983 p.27). Quanto a sua inserção na indústria do disco: um paradoxo ou uma estratégia para difundir sua mensagem?

Como na História não há verdade absoluta e sim verdades dentro de um processo histórico, e tendo em vista que a música tem uma multiplicidade de usos, correspondente a forma como ela é escutada, ela não é um suporte de verdades a serem ditas pela letra (BAHIANA, 1980), esse trabalho é uma das análises possíveis de serem feitas ao trabalho de Raul Seixas. A obra é propensa a diversas abordagens a partir de outros prismas, não só pela quantidade de metáforas que traz em si, como pela própria característica da música, que segundo Marcos Napolitano possui uma dupla natureza: musical e verbal. Seria, portanto lícito separar esses dois eixos, já que palavras e frases ditas podem ter um sentido e cantadas podem ter outro dependendo de vários fatores como timbre, ornamentos vocais, duração, entre outros (NAPOLITANO, 2005).

A música, como ressalta Iazzetta (2001), “conserva um caráter de abstração que resiste a qualquer definição fechada ou precisa”. A história “flerta” com a arte à medida que tentamos entender a natureza de uma canção, ou seja, compreender a sua relação com contextos sociais, culturais e políticos.

Ao longo dos anos 60 e 70 a revolta cultural se apresentou de forma espontânea e desorganizada. Assistia-se a um processo praticamente planetário em que a juventude rejeitava como herança o fardo de uma sociedade gananciosa que não conseguiu evitar duas catástrofes mundiais (As duas Grandes Guerras), e buscava uma identidade que expressasse sua visão generosa do mundo. Vorazmente os jovens iam adotando a música que representava seu jeito de vestir e se portar (ALBIN, 2003). No Brasil foi se formando uma linguagem capaz de cantar o amor, de surpreender o cotidiano com lirismo e ironia, de celebrar o trabalho coletivo ou de fugir a sua imposição, de portar a ebriedade da dança, de jogar com as palavras e carnavalizar com a imagem dos poderosos (WISNIK, 1980). A década que apresentou ao mundo grandes nomes da MPB como Caetano Veloso, Chico Buarque, Gilberto Gil, entre outros, também trouxe nossos primeiros roqueiros como Os Mutantes, Novos Baianos, Secos e Molhados e o esotérico Raul Seixas.

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985) Raul Seixas se consagrou com o apelido de “Maluco Beleza”. Era considerado um tanto lunático por não está diretamente ligado a um partido político como outros artistas importantes da época, por exemplo, os integrantes da Tropicália (Gilberto Gil, Caetano Veloso, Gal Costa, etc). Ser um “Maluco Beleza”, embora fosse estar a margem da sociedade, á margem do protótipo de bom cidadão criado pelo sistema, não era ser lunático. Era apenas ter um ideal diferente de vida, e ser diferente incomodava e ainda incomoda.

Os ideais desse artista impactaram a sociedade brasileira, abrindo espaço para a busca da liberdade individual. Sua obra permeada de argumentos filosóficos e metafísicos era pulverizada principalmente através de suas músicas instigando milhares de jovens a contestarem as suas reais condições sociais de existência, atingindo principalmente a classe média. Como um líder tenaz, incitava através da música, usando-a como instrumento para contrapor a toda e qualquer forma de coerção.

É importante perceber que a visibilidade da “juventude” dá-se em um período em que os meios de comunicação tornam-se massivos e se desenha um triângulo difícil de ser visto separadamente que é formado por mídias, consumo e juventude. Neste contexto, o quesito música torna-se fundamental para entender a cultura juvenil. Em várias partes do mundo, a música popular é a principal fonte de lazer dos jovens. É um aspecto onipresente na vida do jovem (Bennett, 2000) e as trilhas se encontram em clubes, shows, filmes, televisão, no walkman, no som do carro.

Cinema e música são os principais divulgadores da juventude nos anos 50, e continuam tendo lugares de destaque para a juventude das próximas décadas (1960 e 1970). Os meios de comunicação de massa entendem a existência de uma cultura juvenil e utilizam este novo comportamento em roteiros de filmes e canções. O cinema optou pela faceta do rebelde sem causa, o delinqüente juvenil, estilo *James Dean*. A música, também é rebelde, mas pontua a sexualidade, os romances. Canções e filmes emolduram um perfil juvenil: rebelde, delinqüente, provocador e alienado (MORIN, 1987).

Esse novo público demarca seu modo de vida através de roupas, vocabulário e a ocupação de espaços nas cidades. As “turmas” vão se formando. Desde os anos 50, já começavam a aparecer nas ruas de Londres, os chamados *teenage styles*, ou seja, os grupos de adolescentes e jovens com seu estilo unificado pelo gosto musical. Surgiram então os *mods*, *rockers*, *rockabillys* (MORIN, 1987). O entendimento do que significa o “surgimento” de uma cultura jovem, de uma identidade, foi sintetizada no Brasil pelo cantor e compositor baiano Raul Seixas.

Os jovens marcam suas diferenças em relação ao mundo adulto, criam suas próprias regras, sua própria identidade. Era uma libertação dos padrões estabelecidos pelos adultos. Foi um impacto tão intenso, que a sociedade passou a perceber que jovens e adultos viviam em mundos diferentes, que se interligavam, mas com fronteiras necessárias para sublinhar as diferenças. Para *Hall* (1997) a diferença é necessária para a produção de sentido, a formação da linguagem e da cultura, das identidades sociais e um senso subjetivo do eu. Raul expressa na canção **Sapato 36**, composta em parceria com Cláudio Roberto, o conflito entre gerações, que o contexto de repressão, que praticamente “exigia”, por parte dos jovens alguma forma de resistência, mesmo que ideológica, acentuava:

Eu calço é 37//Meu pai me dá 36//Dói, mas no dia seguinte//Aperto meu pé outra vez//Pai eu já to crescidinho//Pague pra ver, que eu aposto//Vou escolher meu sapato//E andar do jeito que eu gosto//Por que cargas d'água//Você acha que tem o direito//De afogar tudo aquilo que eu// Sinto em meu peito//Você só vai ter o

respeito que quer//Na realidade// No dia em que você souber respeitar//A minha vontade//Meu pai//Meu pai//Pai já to indo embora//Quero partir sem brigar//Pois eu já escolhi meu sapato//Que não vai mais me apertar²³³

A expansão da indústria internacional do disco, fez do Brasil um de seus mercados consumidores para os padrões musicais produzidos no exterior, principalmente nos Estados Unidos. Durante os anos 70 o rock foi consumido, copiado, assimilado e praticado nos primeiros anos da década, e conseguiu impressionar de forma imensurável uma geração inteira de músicos e compositores. O “movimento rock” no Brasil (ou a tentativa de um rock brasileiro) começa após o fim da Tropicália, com o exílio de figuras baluartes da música brasileira, devido ao cenário de repressão da ditadura militar, fato que provocou um esvaziamento de idéias, de movimentação e de debate, abrindo caminho para que a juventude admirasse a música que vinha de fora, e que nessa época foi encarada como uma visão de mundo. Curtir rock não era apenas a música, era a carga com que ela era vestida, as possibilidades de ruptura e restauração que ela anunciava (BAHIANA, 1980).

Raul Seixas fundiu o tal *rock'n roll* com todas as variações rítmicas brasileiras do xote ao baião que acabou ajudando a criar a cara do rock nacional, Raul falava dele mesmo e de coisas que estavam dentro do seu cotidiano. Quando descobriu que a música poderia ser um ótimo veículo para difundir seus pensamentos, acabou por injetar filosofia no ritmo, propagando através do seu rock-baião (mistura do estilo musical de Elvis Presley e Luiz Gonzaga) suas idéias novas e libertárias juntamente com seu ideal anarquista e sua proposta de construção de uma nova sociedade, também anárquica e libertária, que denominou de Sociedade Alternativa. O anarquismo e o movimento de contracultura embasaram muitas das idéias desse artista. O primeiro ofereceu a base teórica e o segundo deu o impulso.

De acordo com o teórico anarquista George Woodcock (1983), o anarquismo é uma filosofia social que visa promover mudanças básicas na estrutura da sociedade e substituir o Estado por alguma forma de cooperação não governamental entre indivíduos livres. Segundo Carlos Alberto Messeder (1983), a contracultura foi um movimento social de caráter fortemente libertário, com uma prática e um ideário que colocavam em xeque valores centrais da cultura ocidental legitimada pelo sistema. Inaugurou um novo estilo de vida que atingiu inicialmente os Estados Unidos e a Europa nos anos 50 e depois se espalhou pelo restante do mundo. Surgia e se firmava aos olhos do sistema uma cultura *underground*, marginal, que se manifestou principalmente na juventude de classe média urbana.

Na música comercial-popular brasileira vigorava dois modos de produção diferentes: o industrial, que tomou proporções maiores nos anos 70 devido ao crescimento das gravadoras e das empresas que controlavam os canais de rádio e TV, e o artesanal, que abarcava os poetas-músicos (como Raul Seixas), criadores de uma obra marcadamente individualizada, onde a subjetividade se expressava lírica, satírica, épica e parodicamente (WISNIK, 1980).

²³³ SEIXAS, Raul. Sapato 36. R. Seixas, C. Roberto[Compositores]. In: O dia em que a terra parou: Warner Bross, 1977.

Quando a década de 70 começa, os festivais de música lançam a segunda geração de compositores universitários. A repressão esvaziou qualquer conteúdo que a luta podia ter, e ao mesmo tempo em que abria (a força) um espaço para novos nomes, impedia que eles surgissem e se instalassem como presença absoluta no processo de criação. De concreto tinham apenas a certeza de que a universidade não os levaria muito longe, e a esperança de que os festivais fossem sua porta de saída. Para muitos como chegou a afirmar Ivan Lins, o festival era o único meio de que um jovem compositor dispunha para se lançar no meio musical (BAHIANA, 1980).

A indústria cultural contribuiu significativamente, para a popularização da música. Essa difusão deve-se especificamente ao rádio, à televisão, ao vinil e à fita cassete, uma vez que, sem esses veículos e suportes, não seria possível o público ter acesso a essas canções. Por trás dessa divulgação e popularização construídas pela indústria cultural, existe uma série de critérios de avaliação que, muitas vezes, não permite ao artista ter autonomia para gravar com mais autenticidade. Esses artistas acabam se tornando “produto” da indústria cultural, salvo aqueles que não se deixam manipular pelos produtores. (BATISTA; PERREIRA. 2008 p.2)

Conforme afirmações feitas pelo próprio Raul Seixas, no primeiro LP Raulzito e os Panteras eles falavam de coisas complicadas como agnosticismo²³⁴, que não agradavam ao produtor, resultando em choque de opiniões, seguida da dissolução da banda e o retorno frustrado a Salvador. Somente na segunda tentativa, em carreira *solo*, é que Raul afirma ter aprendido fazer música comercial. Porém havia uma estratégia para burlar a manipulação dos produtores.

Consideramos as canções de Raul Seixas massivas por que souberam atender aos apelos da indústria do disco. (BATISTA; PERREIRA. 2008) Graças a sua inserção na indústria cultural ele pôde propagar em larga escala a mensagem contida em suas composições, que devido ao sucesso dos discos e dos shows atraía cada vez mais pessoas como desejo de mudança no cenário político e social do Brasil. A estratégia usada foi o uso de palavras dúbias em excesso.

Naquela época muitos jovens foram torturados ou desapareceram por fazerem parte de algum movimento ou partido de esquerda, ou por aderirem à contracultura, assumindo um comportamento diferente do imposto para a sociedade “dos normais”. Embora houvesse uma diferença no lema desses dois grupos, ambos estavam sujeitos a reclusão e a internação forçada pelos representantes do Estado na sociedade, por exemplos médicos e psiquiatras coniventes com o regime ditatorial. (LIMA, 2007) Dentro desse prisma analisemos a letra da música **Maluco Beleza**, composta por Raul Seixas e Cláudio Roberto no ano de 1977:

Enquanto você se esforça pra ser//Um sujeito normal//E fazer tudo igual//Eu do meu lado aprendendo a ser louco,//Um maluco total//Na loucura real//Controlando a minha maluquez//Misturada com minha lucidez//Vou ficar//Ficar com

²³⁴ Crença de que a existência de Deus é impossível de ser conhecida ou provada. A palavra “agnóstico” significa essencialmente “sem conhecimento”.

certeza//Maluco beleza//E este caminho que eu mesmo escolhi//É tão fácil seguir//Por não ter onde ir//Controlando a minha maluquez//Misturada com minha lucidez//Vou ficar//Ficar com certeza//Maluco beleza!²³⁵

Esta música possui um cunho político dentro do panorama de repressão dos anos 70. Ser um Maluco Beleza seria encarnar uma postura nova diante da vida e da sociedade e suas convenções e limitações, que impõe a todos o mesmo tipo de comportamento e pensamento, levando assim a que se considere como loucos os inadaptados ao sistema.

A valorização de culturas marginais, como a negra, nordestina e indígena foram uma característica típica da contracultura. Em oposição à cultura burguesa, elas ofereciam movimento ao corpo e um resgate da sensualidade permitida em tais culturas. Em algumas das composições de Raul encontramos elementos pertencentes a essas culturas. Por exemplo, na música **É Fim de Mês** existe a presença de sons diferenciados como a *rumba*, uma dança popular afro-cubana, e alguns arranjos do que hoje chamamos de *rap*. Em **As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor**, alguns versos são cantados em forma de repente, manifestação cultural tipicamente nordestina. Em **Mosca na Sopa**, nitidamente a introdução é feita por um berimbau, além de haver a fusão com “pontos de umbanda”. Nesta mesma música Raul manda um recado para a ditadura militar, avisando que chegou para lhe contestar (LIMA, 2007):

Eu sou a mosca que pousou na sua sopa//Eu sou a mosca que pintou pra lhe abusar//Eu sou a mosca que perturba o seu sono//Eu sou a mosca no seu quarto a zumbizar//E não adianta vim me dedetizar//Pois nem o DDT pode assim me exterminar//Por que “cê” mata uma e vem outra em meu lugar.²³⁶

Raul possuía uma conexão e identificação com o rock e a geração *beat*²³⁷ e inevitavelmente com o movimento *hippie*. O “monstro sist”, (denominação dada por Raul Seixas ao sistema capitalista) absorve para si até mesmo as ações esquerdistas. Não foi diferente com a contracultura. Toda aquela ânsia, aquele novo ideal caiu na dominação do sistema. Foi banalizada e reduzida ao consumismo. No início dos anos 70, o ex *Beatle John Lennon* declarou: “O sonho acabou”! A contracultura foi englobada pelo sistema e frustrou no ano de 1970. Nem o *hippismo* conseguiu transformar a sociedade. Todo o movimento de contracultura colocou em xeque a tradicional sociedade ocidental, mas o sistema arranjou um modo de enfraquecer o movimento, comercializando o que podia da contracultura (PEREIRA, 1983).

Mesmo depois do “fim” da contracultura, Raul continuou fiel aos ideais preconizados pelo movimento. Juntamente com Paulo Coelho (companheiro de ideologias na época), manteve vivo o

²³⁵SEIXAS, Raul. Maluco Beleza. R. Seixas, C. Roberto [Compositores]. In: O dia em que a terra parou: Warner Bross, 1977.

²³⁶SEIXAS, Raul. Mosca na Sopa. R. Seixas [Compositor] In: Krig-Há, Bandolo: Philips, 1973.

²³⁷Grupo de artistas norte-americanos, principalmente escritores e poetas do final da década de 50 e início da década de 60, que manifestavam pela liberdade poética e existencial. Levavam uma vida nômade ou fundavam comunidades, sendo assim considerado o embrião do movimento hippie.

projeto da construção de uma sociedade alternativa. Ela materializaria o desejo de liberdade de uma juventude que clamava por liberdade e lutava contra as formas de autoritarismo e opressão. A Sociedade Alternativa fundada em parceria com o escritor e, hoje, membro da academia brasileira de letras, Paulo Coelho, foi uma tentativa de tornar real o que antes era só uma utopia.

A identificação de Raul com o movimento alternativo tomaria maior consistência no início da década de 70, quando conheceu o escritor Paulo Coelho, que se tornou seu grande amigo e parceiro musical. No Brasil, o movimento alternativo continha um pouco de esoterismo, que era uma forma também alternativa de reunir pessoas com novas idéias. Raul chegou a anunciar a aquisição de um terreno onde funcionaria a **Cidade das Estrelas** (esse era o nome que a comunidade teria).

A Sociedade Alternativa de Raul foi embasada pelas doutrinas anarquistas e esotéricas. As influências místicas dessa obra foram o *Livro da Lei* (*Book of the Law*) de Aleister Crowley (mago inglês que se autodenominou a Besta do Apocalipse), a Lei de *Thelema*²³⁸, e o *Bhagavad-Gîtá*. A epopéia *Mahâbhârata*, de que faz parte o *Bhagavad-Gîtá*, foi reunida na forma atual entre os séculos V e I a.C. e se reporta à grande Índia. São textos sagrados do povo hindu. O ensinamento central do *Gita* é a obtenção da liberdade ou da alegria pela ação de cada um. E essa busca pela liberdade, exaltando a singularidade do indivíduo, é que aproxima o livro das idéias da própria Contracultura. Em 1978, em uma canção chamada **As profecias**, Raul parecia “prever” o futuro político da humanidade. Era uma espécie de apocalipse metaforizado que anunciava o fim do mundo capitalista. E, quando isso acontecesse, a única saída seria a Sociedade Alternativa. Vejamos um trecho:

Está em qualquer profecia//Dos sábios que viram o futuro//Dos loucos que escrevem no muro//Das teias, do sonho remoto//Estouro, explosão, maremoto//A chama da guerra acessa//A fome sentada na mesa//O copo com álcool no bar//O anjo surgindo no mar//Os selos de fogo, o eclipse//Os símbolos do apocalipse//Os séculos de Nostradamus//A fuga geral dos ciganos//Está em qualquer profecia//Que o mundo se acaba um dia!²³⁹

No entanto, a Sociedade Alternativa encontraria um grande entrave no Brasil: A Ditadura Militar. Ao contrário do caos previsto em **As profecias**, embora ele estivesse acontecendo, a indústria cultural trabalhava de forma a enaltecer a imagem do governo militar. Acontecimentos como a conquista do tricampeonato mundial pela seleção brasileira nos anos 70, o chamado Milagre Econômico, que propiciava a inauguração de grandes obras como estádios de futebol, a ponte Rio-Niterói, entre outros feitos, eram utilizados para disfarçar a repressão imposta pelo regime. A ditadura tentava abafar qualquer forma de reivindicação. Com a censura, exigia-se uma arte puramente comercial. Assim, para uma música ser lançada ao público, tinha antes que passar pelos censores para receber autorização para sua

²³⁸(“Télêma”) em grego significa “vontade” ou “intenção”. Objetiva levar o homem a descobrir e seguir suas próprias verdades e vontades, que são únicas de cada indivíduo.

²³⁹SEIXAS, Raul. As profecias. R. Seixas, P. Coelho [Compositores] In: Mata Virgem: Warner Bross, 1978.

divulgação. Qualquer música que agredisse de alguma forma o sistema e suas instituições, levava o artista à prisão e/ou exílio. Várias músicas de Raul foram vetadas pela censura, mas, mesmo assim, seu protesto continuou. Ele passou a divulgar em seus shows a sua Sociedade Alternativa, através de um gibi - manifesto intitulado *A Fundação de Kring-Há*²⁴⁰, escrito por ele, Paulo Coelho, Sylvio Passos, Christina Oiticica, Toninho Buda, Ed Cavalcanti e que era distribuído durante suas apresentações.

No início de 1974, todos os gibis - manifesto foram recolhidos e queimados pela Polícia Federal, sob a classificação de ser “material subversivo”. Raul recebeu ordem de prisão pelo Primeiro Exército, foi torturado pelo DOPS e forçado a dizer os nomes das pessoas que faziam parte da Sociedade Alternativa. Raul Seixas e Paulo Coelho, junto com suas respectivas mulheres, foram exilados para os Estados Unidos.

Como vimos em meio a um regime militar Raul propunha uma Sociedade Alternativa, paralela a vigente, tendo como lema: “faz o que tu queres”. Incitava para que as pessoas buscassem saídas. Raul Seixas recebeu influência do pensamento anarquista em várias vertentes e suas idéias possuíam características de praticamente todos os anarquismos (desde as ideais violentas de Bakunin até as pacifistas de Kropotkin). Em suas músicas e escritos enaltecia o valor do indivíduo enquanto tal, com seu poder peculiar e intransferível. Para os anarquistas, cada indivíduo deve determinar sua vida e o homem precisa ser livre, sem representantes. É o que Raul afirma na canção **Meu amigo Pedro**: “(...) Cada um de nós é um universo”²⁴¹.

Os anarquistas não desejam tomar o poder. O Estado é seu maior inimigo, seguido pela Igreja e a Polícia, instituições estas tidas como indispensáveis às sociedades capitalistas e que exercem o controle sob as ações das pessoas. Os anarquistas desejam a extinção completa do Estado, da Polícia e da Igreja ou de qualquer outra instituição que exerça controle sobre os homens. Há divergências entre as correntes anarquistas, quanto à forma de obter esse resultado. Raul também abominava esses pilares sustentadores do capitalismo:

Não bulo com governo, com polícia nem censura//É tudo gente fina//meu advogado jura//Já pensou o dia em que o Papa se tocar//E sair pelado pela Itália a cantar//Ehê, ahá! Quando acabar o maluco sou eu²⁴²

Na música Cowboy Fora-da-Lei também encontramos novamente referências a essas instituições:

Mãe não quero ser prefeito//Pode ser que eu seja eleito//E alguém pode querer me assassinar//(...) Papai não quero provar nada//Eu já servi a pátria amada//E todo

²⁴⁰ Grito de guerra usado pelo personagem Tarzan, significa: Cuidado

²⁴¹SEIXAS, Raul. Meu amigo Pedro. R. Seixas, P. Coelho [Compositores] In: Há 10 Mil Anos Atrás: Philips, 1976.

²⁴²SEIXAS, Raul. Quando acabar o maluco sou eu. R. Seixas, L. Coutinho, C. Roberto [Compositores] In: Uah-Bap-Lu-Bap-Lah-Bém-Bum: Copacabana, 1987.

... mundo cobra a minha luz.//Oh, coitado foi tão cedo//Deus me livre eu tenho medo//Morrer dependurado numa cruz.²⁴³

Outros pensadores anarquistas também exerceram influência sobre a obra de Raul. De acordo com o livro *Uma Antologia*, de Sylvio Passos e Toninho Buda (1992), *Proudhon* escreveu um artigo denunciando as atrocidades cometidas pelo governo. Vejamos um trecho do artigo, extraído desse mesmo livro:

Ser governado é:
Ser guardado à vista, inspecionado, espionado, dirigido, legislado, regulamentado, parqueado, endoutrinado, predicado, controlado, calculado, apreciado, censurado, comandado por seres que não tem nem o título, nem a ciência, nem a virtude (...) Ser governado é ser, a cada operação, a cada transação, a cada movimento, notado, registrado, recenseado, tarifado, selado, medido, cotado, avaliado, patenteado, licenciado, autorizado, rotulado, admoestado, impedido, reformado, reenviado, corrigido. É, sobre o pretexto da utilidade pública e em nome do interesse geral, ser submetido à contribuição, utilizado, resgatado, explorado, monopolizado, extorquido, pressionado, mistificado, roubado; e depois, à menor resistência, à primeira palavra de queixa, reprimido, multado, vilipendiado, vexado, acochado, maltratado, espancado, desarmado, garroteado, aprisionado, fuzilado, metralhado, julgado, condenado, deportado, sacrificado, vendido, traído, e, no máximo grau, jogado, ridicularizado, ultrajado, desonrado. Eis o governo, eis a justiça, eis a sua moral! (...) Oh! Personalidade humana! Como foi possível deixar-te afundar, durante sessenta séculos, nesta abjeção?

Raul fez uma adaptação deste artigo, transformando-o na canção **Carimbador Maluco**. Vejamos um trecho:

Cinco, quatro, Três, Dois...//Parem esperem aí//Onde é que vocês pensam que vão?//Hum, Hum...//Plunct-Plact-Zummm//Não vai a lugar nenhum//Tem que ser selado, registrado, Carimbado, avaliado e rotulado//Se quiser voar//Prá lua: a taxa é alta//Pro sol: identidade//Mas já pro seu foguete viajar pelo universo//É preciso meu carimbo dando//Sim, sim, sim (...) ²⁴⁴

Em 1983, quando essa música foi lançada Raul foi convidado pela Rede Globo para participar de um especial musical infantil. Naquela década ninguém compreendeu de imediato como Raul, que tanto criticava o sistema se prestou a um papel destes. Teria ele se vendido ao “Mostro Sist”, personificado na figura da imprensa? Mais tarde, todos, inclusive seus fãs entenderiam que aquilo foi um “trunfo”, uma “carta na manga”. Tendo em vista o lema: “quando se quer entrar num buraco de rato, de rato você tem que transar” ²⁴⁵, Raul viu naquele convite a oportunidade de divulgar seu recado anarquista. Se o anarquismo através dessa atitude ganhou mais adeptos não podemos constatar, mas que a apresentação na TV trouxe para a música um estrondoso sucesso, isso sim! Rendendo inclusive o segundo disco de ouro para o cantor.

243SEIXAS, Raul. Cowboy fora da lei. R. Seixas, C. Roberto [Compositores]In: Uah-Bap-Lu-Bap-Lah-Bém-Bum: Copacabana, 1987.

244SEIXAS, Raul. Carimbador maluco. R. Seixas [Compositor] In: Raul Seixas: Estúdio Eldorado, 1983.

²⁴⁵Expressão utilizada na canção: As aventuras de Raul Seixas na cidade de Thor. Philips, LP: Gita, 1974.

Embora o sonho de se construir uma comunidade baseada na liberdade e igualdade, que valorize o homem enquanto indivíduo e este enquanto único e que garanta sua liberdade individual e coletiva e uma maior igualdade de oportunidades não seja contemporâneo, as comunidades alternativas floresceram com maior intensidade no final da década de 70 até o meio da década de 80 mais ou menos, quando a juventude ainda acreditava que a semente da contracultura poderia dar frutos. Entre os projetos que visavam a transformação da sociedade e a valorização do ser humano como único, e que eram um tanto quanto radicais e utópicos, o Brasil viu surgir, a Sociedade Alternativa de Raul Seixas, que certamente tem um lugar importante na história da busca de alternativas ao *status quo*:

É preciso tornar a ser indivíduo outra vez. E, mesmo que até hoje as nossas esperanças tenham sido frustradas, nesta Nova Era que se inicia, o indivíduo compreenderá o valor de si próprio e se unirá a outros para o grande trabalho da auto libertação. Estamos começando um grande empreendimento e nossas portas estão abertas a qualquer ser humano que deseje unir-se a nós, não importando sua nacionalidade, religião, raça, bandeira ou cargo. Para isso foi comprado um terreno pela Sociedade Alternativa em Paraíba do Sul, onde construiremos "A Cidade das Estrelas", cuja lei será "Faze o que tu queres...". Que Gita ecoe no coração dos homens e os faça levantar novamente a cabeça. (ESSINGER, 2005)

Considerações Finais

Raul Seixas nasceu em 1945, entretanto, ele se mantém vivo e pode ser considerado um fenômeno de popularidade:

Qual o segredo? Evidentemente as músicas do roqueiro brasileiro estão recheadas de idéias e sacadas sintonizadas com o gosto popular; avançam pelos costumes com debochada irreverência; tratam dos lugares comuns com a devida atemporalidade – e, com freqüência, insinuam a contestação e a rebeldia juvenil, embora não se possa inscrever o autor e seus parceiros no rol dos músicos engajados que se opuseram à ditadura militar. A sua arte, no entanto, permanece encantando. (Revista Caros Amigos. São Paulo, 2009)

As músicas de Raul Seixas foram entendidas de maneiras variadas na época em que foram lançadas e continuam a ter compreensões diversas por parte dos ouvintes, fãs ou não. Sua obra freqüentemente foi associada ao satanismo, ao uso de drogas e aos excessos de uma vida desregrada. Da mesma forma foi também associada ao intelectual, à genialidade, sabedoria, liberdade, a coragem de expor suas idéias de uma forma tão “crua”. Amado e odiado, sábio e enigmático. O fato é que ainda hoje milhares de pessoas são atraídas pelas letras complexas, polêmicas e até filosóficas compostas por esse artista, filho de seu tempo, ícone de toda uma geração, e que ainda serve de protótipo para muitos jovens das “modernas” gerações.

Em suas canções, poemas e escritos de toda espécie, repudiou os sustentáculos do sistema capitalista. A grande tônica do trabalho desse artista foi a recusa às formas de existência, e a construção de uma

temporalidade própria para a década de 70, que, no entanto ainda é recorrida na atualidade em momentos onde é preciso se posicionar contra o sistema vigente.

Seu trabalho é permeado de elementos inspirados e influenciados pelo anarquismo em suas várias vertentes, Raul Seixas assim como os pensadores anarquistas dá ao indivíduo como único, com seu poder pessoal próprio e intransferível, a capacidade de negar qualquer autoridade que o submeta. Opondo-se aos sistemas políticos e religiosos típicos do conservadorismo. A contracultura com sua rebeldia nata, que ia contra todos os padrões estabelecidos e buscava firmar-se como cultura de oposição aquela imposta, foi a mola propulsora para a contestação de Raul. Sim, a contracultura permitia que ele expressasse todo seu descontentamento para com a sociedade dos “normais”, e apresentasse alternativas para os que não desejam “vender-se” para o capitalismo.

A Sociedade Alternativa foi alvo de inúmeros boatos. Após a morte de Raul Seixas em 1989, Paulo Coelho abandonou as “ordens de magia” e converteu-se ao cristianismo. Toda a documentação secreta deste período está em poder da “Sociedade Novo Aeon”, cuja sede fica hoje no mesmo lugar onde seria construída naquela época a “Cidade das Estrelas”. Raul Seixas permaneceu fiel às propostas da Sociedade Alternativa até o último momento de sua vida. Ela não chegou a nascer, mas foi gerada. Independente da concretização dessa empreitada ou não, as canções de Raul Seixas se caracterizam por apresentarem um discurso contestador, de oposição e resistência a ordem social vigente, voltado para a transformação das estruturas e, principalmente, para a revolução psicológica do ser humano.

Referências

- ALBIN, Ricardo Cravo. *O livro de ouro da MPB*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BAHIANA, Ana Maria; WISNIK, José Miguel; AUTRAN, Margarida. *Anos 70: Música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Europa, 1980.
- BATISTA, Geanne Lima; PEREIRA, Wellington. *O Cotidiano e a Canção de Massa na Obra de Raul Seixas*. Disponível em: <www.intercom.org.br> acesso em: 12 de junho de 2010.
- BENNETT, Andy. *Popular Music and Youth Culture: music, identity and place*. McMilliam Press. 2000.
- ESSINGER, Silvio (organizador). *O baú do Raul revirado*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2005.
- Got Questions. Disponível em: <www.gotquestions.org/portugues/agnosticismo.html> Acesso em 23/07/2012
- HALL, Stuart. *O espetáculo do “Outro”. Representação: representações culturais e práticas significações*. Inglaterra: Sage Publications Ltda, 1997
- IAZZETA, Fernando. *O que é a música?* Disponível em: <www.comunica.unisinos.com.br> Acesso em 12 maio 2010.
- LIMA, Luiz. *Vivendo a sociedade alternativa: Raul Seixas e o seu tempo*. São Paulo: Terceira Margem, 2007.

- MORIN, Edgard. *O Espírito do Tempo*. Rio de Janeiro. Forense Universitária. 1987.
- NAPOLITANO, Marcos. *História e Música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- PASSOS, Sylvio; BUDA, Toninho. *Raul Seixas uma antologia*. São Paulo: Martin Claret, 1992.
- PASSOS, Sylvio (organizador). *Raul Seixas por ele mesmo*. São Paulo: Martin Claret, 2003
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *O que é contracultura*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- REVISTA CAROS AMIGOS. Disponível em: <<http://www.revistacarosamigos.com>>. Acesso em 08 jun. 2010.
- TAVARES, Carlos A. P. *O que são comunidades alternativas*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- WOODCOCK, George. *Anarquismo: Uma História das Idéias e Movimentos Libertários*. Porto Alegre: L&PM, 1983.

Suspeitas sobre a UFMG: a atuação dos professores cassados no governo Costa e Silva

Luan Aiuá Vasconcelos Fernandes

Graduado em História pela UFMG

aiuavasconcelos@gmail.com

Resumo: O governo Costa e Silva possui uma profunda relevância para se compreender a consolidação de um estado autoritário no Brasil durante a Ditadura Militar. As cassações e perseguições nos cargos públicos e as suspensões dos direitos políticos já haviam sido iniciados em 1964. A partir do governo Costa e Silva as manifestações contra a ditadura se tornam mais intensas e começam a ganhar uma dimensão que alarma o recente governo militar. Em resposta a isso, o governo passa a tomar medidas cada vez mais autoritárias até culminar com a imposição do AI-5 em dezembro de 1968. Este trabalho, em desenvolvimento, visa analisar e compreender o ambiente acadêmico e as atuações dos professores que posteriormente foram cassados e aposentados obrigatoriamente, atentando ao fato que a perseguição nem sempre era resultado de diferenças ideológicas, e que muitas vezes se dava de acordo com as ações e comportamentos dos professores no meio acadêmico.

Palavras-chaves: Professores; Ditadura; Universidade

Abstract: The *Costa e Silva* government has a wide relevance in the understanding of the consolidation of an authoritarian state in Brazil during Military Dictatorship. The disenfranchisement and persecutions of the officials and suspensions of political rights had already been initiated in 1964. From the *Costa e Silva* government the manifestations and strikes against dictatorship become more intense and start gaining a new dimension which alarms the recent military government. In response to that, the government starts to crack down on population until reaching the maximum level of repression with the enactment of the AI-5 in December of 1968. This paper, under development, aims to analyze and understand the academic environment and the professors' conducts who later were repealed and compulsory retired, attempting to the fact that the persecution was not always the result of ideological differences, and that many times the persecution happened due to professors' attitudes and behaviours in the academic environment.

Keywords: Professors; Dictatorship; University

Introdução

A ditadura militar brasileira impactou todos os setores da sociedade sem distinção. Alguns de maneira mais direta e intensa, outros de maneira mais indireta e superficial. Políticos, universidades, órgãos públicos e privados, associações estudantis e até mesmo elementos das forças armadas passaram por momentos de total perda de seus direitos. Muitos estudos foram feitos abordando vários destes meios afetados, alguns possuindo panoramas mais gerais, outros mais específicos. No entanto, poucos estudos focam diretamente no meio acadêmico em si. Quando o fazem, se concentram mais nos movimentos estudantis, em alguns grupos, pacíficos ou armados, formados dentro ou com ligação com as universidades, ou em ações mais gerais que possuem, em algumas ocasiões, conexões com o meio acadêmico. Este trabalho visa analisar uma parte do aparato repressivo da ditadura brasileira nas universidades, mais especificamente na Universidade Federal de Minas Gerais, através de um estudo das relações entre os órgãos de repressão do regime e os professores cassados. A repressão nas universidades teve caráter semelhante e, apesar das particularidades de cada instituição, a análise da UFMG pode nos ajudar a compreender o panorama geral desta relação entre professores perseguidos e a ditadura.

A UFMG teve um papel extremamente importante no que concerne sobre participação e oposição ao regime militar. O movimento estudantil era bastante ativo, desde antes de 1964, e vários professores eram vistos com desconfiança pelo regime militar. Sendo assim, a UFMG estava sob mira constante da vigilância e da repressão dos militares, que não hesitou em impor sua política de coação, como é possível observar na análise de Rodrigo Patto Sá Motta:

“No seu eixo conservador, a política do regime militar para as Universidades implicou o combate e a censura às idéias de esquerda e tudo o mais considerado perigoso e desviante – e, naturalmente, reprimiu e afastou dos meios acadêmicos os seus defensores; o controle e a subjugação do movimento estudantil; a criação de agências de informação (as AESI) para vigiar a comunidade universitária; a censura à pesquisa, assim como à publicação e circulação de livros; e tentativas de disseminar valores tradicionais através de técnicas de propaganda (murais e panfletos), da criação de disciplinas dedicadas ao ensino de moral e civismo (chamadas nas universidades de Estudos de Problemas Brasileiros – EPB) e de iniciativas especiais como o Projeto Rondon.”(MOTTA, 2008: 32)

Belo Horizonte era uma das capitais mais visadas pelo aparato repressivo, devido a grande agitação estudantil que se manifestava na cidade. A AP, considerada um dos inimigos do regime, havia surgido na cidade, articulada ao jornal de mesmo nome, juntamente com o apoio de grupos estudantis de outros estados. Outro grupo com grande atuação era o Colina, dissidente da Polop, e com significativo números de intelectuais e estudantes mineiros. Entretanto, a repressão não atingiu sempre os que tinham viés mais “subversivo” e muitos professores que, apesar de defenderem a ordem democrática e a liberdade de expressão, não eram comunistas e não participavam de nenhum movimento foram perseguidos.

A principal acusação contra os professores, independente de sua orientação ideológica ou de militarem ou não em algum grupo, era a de serem “subversivos” ou apoiarem os “subversivos”, ou seja, em outras palavras, serem de orientação esquerdista ou, pior ainda para os órgãos de repressão, serem comunistas. O comunismo era no campo ideológico o principal inimigo do governo. A ameaça comunista havia sido utilizada como um dos principais motivos para a realização do Golpe de 64, e não era a primeira vez que um governo ou grupo político tomava medidas autoritárias para combater o “perigo vermelho”. O anticomunismo sempre foi decisivo quando grupos conservadores achavam que ele representava um real perigo. No governo de Getúlio Vargas, entre 1935 e 1937, depois após o início da Guerra Fria, entre 1946 e 1950 e por fim com as complicações de 1964, quando ocorreu o golpe militar, o anticomunismo se deu de forma intensa.

“... as atividades anticomunistas foram intensificadas, sendo que em 1937 e 1964 a “ameaça comunista” foi argumento político decisivo para justificar os respectivos golpes políticos, bem como para convencer a sociedade (ao menos parte dela) da necessidade de medidas repressivas contra a esquerda.”(MOTTA, 2002: XXII)

Desta maneira as ações praticadas contra os considerados inimigos do governo, muitos deles professores, eram sempre justificadas por este medo à ameaça comunista, tratada como assunto de segurança nacional. O apogeu das medidas repressivas foi alcançado com a implementação do Ato Institucional Número 5, quando as cassações e perseguições foram de fato efetivadas.

Para este trabalho foram feitas pesquisas no Diário Oficial da União dos anos de 1969 e 1970, que foi essencial para descobrir efetivamente quem tinha sofrido a aposentadoria obrigatória; nos arquivos do extinto Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), localizado no Arquivo Público Mineiro (APM), utilizado para saber os processos e informações a respeito dos alunos e professores e ter uma visão do pensamento da polícia política da época e como eram efetuadas suas ações; na documentação da também extinta Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) da UFMG, extremamente importante para compreender as movimentações que ocorriam dentro da própria universidade, como eram feitas as pressões dos militares e como os reitores, diretores das faculdades e professores respondiam à ela; foram utilizadas entrevistas com pessoas que viveram em meio à dinâmica de repressão da época, fornecendo um outro tipo de visão histórica sobre o contexto, dado as especificidades da História Oral e da construção da memória, que não cabe ser discutida neste trabalho; e, por fim, a utilização de uma bibliografia especializada, que enriqueceu e auxiliou nas análises e discussões sobre o tema e na argumentação do autor.

Legalizando a repressão: o decreto do AI-5

Em 13 de dezembro de 1968 ocorreu o que foi chamado por vários historiadores de o golpe dentro do golpe²⁴⁶. Nesse dia foi decretado o Ato Institucional Número 5 que amplificou de vez o caráter repressivo e autoritário do governo militar. O AI-5 afetou todos os setores da sociedade sem distinção. Onde houvesse movimentos de caráter “subversivo”, os militares iriam interferir e tentar eliminá-los, algumas vezes de maneira mais direta, outras indiretamente. O Congresso Nacional e as Assembléias Legislativas foram fechadas, aproximadamente sessenta deputados do partido MDB, a única oposição partidária permitida, foram cassados. “Naturalmente, toda a ala esquerda foi ceifada, junto com parlamentares que não tinham posições ideológicas nítidas, mas disposição e coragem para criticar de maneira contundente o regime militar.”(MOTTA, 2007: 289) Foram suspensas as liberdades e direitos políticos dos cidadãos, crimes políticos poderiam ser julgados em tribunais militares, o Estado passou a legislar por decretos, além de outras medidas de cunho autoritário.

O pretexto utilizado pelo general-presidente Costa e Silva para o estabelecimento do AI-5 foi a recusa do Congresso em autorizar o processo do deputado Márcio Moreira Alves, que havia feito um forte discurso contra o governo e as Forças Armadas. No entanto o AI-5 foi uma resposta do governo às agitações sociais e às ações armadas da esquerda revolucionária que cresciam cada vez mais desde 1966. Todos estes movimentos, independente da forma como se manifestavam, estavam ligados ao meio universitário. Desta maneira, não é difícil entender porque a repressão ditatorial tinha uma grande atenção com as universidades. O movimento estudantil foi um dos que mais atuaram no período, com greves, protestos e manifestações. Além disso, eram nas universidades que se encontravam os respaldos intelectuais e teóricos na oposição à ditadura. Professores, alunos e funcionários eram vigiados e qualquer comportamento diferente era taxado como “subversivo” ou comunista. Os setores conservadores e os militares viam o exemplo da Revolução Cubana como uma péssima influência e tentavam acabar com qualquer divulgação, enaltecimento ou debate sobre o assunto.²⁴⁷ Cuba era uma nova esperança ao sonho socialista, desgastado com as contradições da URSS. Fidel Castro e Che Guevara eram admirados pelas transformações que faziam na ilha e pelo apoio na luta socialista de outros países(SADER, 1991). A influência cubana era forte em todos os setores da sociedade brasileira, como mostra Marcelo Ridenti:

“Movimentos operários, camponeses e de militares subalternos, bem como setores significativos dos meios estudantis, artísticos e intelectuais, empolgavam-se com o exemplo de Cuba, com vistas a que aqui também se fizesse a revolução brasileira, fosse ela nacional-popular (burguesa) ou socialista, armada ou pacífica. Nesse quadro, a

²⁴⁶ Sobre uma visão profunda da época ver: REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000 & FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia. (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

²⁴⁷ Para uma visão dos militares a respeito do período ver: USTRA, Carlos Alberto Brillante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2007.

revolução cubana foi muito bem recebida por todas as correntes ditas ‘progressistas’ no início da década de 1960, da esquerda católica aos comunistas, dos trabalhistas aos socialistas.” (RIDENTI, 2007: 25)

Apesar desta admiração, os escritos e exemplos cubanos ficaram mais na teoria, pois os grupos de esquerda não assumiram plenamente o modelo cubano de luta revolucionária. Estes grupos também tinham forte ligação com o meio universitário, pois grande parte de seus integrantes eram jovens estudantes e intelectuais, que pegaram em armas para tentar fazer a sonhada revolução, que já era planejada antes de 1964, o que acaba gerando uma grande discussão a respeito da classificação destes movimentos armados de “resistência” ou “resistência democrática”. Talvez a melhor interpretação seja de que eram movimentos de resistência, pois muitas vezes o único elo entre eles era a luta contra a ditadura, além de terem sido ampliados após o endurecimento do regime com o AI-5 e de não possuírem forças, sozinhos, para acabar com o regime militar. É uma discussão interessante que não poderá ser analisada neste trabalho, mas que é bastante relevante para entender como estes grupos atuavam. (RIDENTI, 2004)

Além do Partido Comunista Brasileiro (PCB) – que optava pela via pacífica - e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), grupos como a Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop) e grupos de dissidências, como o Comandos de Libertação Nacional (Colina), Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), entre outros, tiveram ampla participação de estudantes universitários, sendo alguns deles fundados somente por estudantes. Focar a repressão nas universidades fazia mais do que sentido para os militares, no entanto era preciso saber quem procurar e quem punir. Junto aos grupos armados, as passeatas e greves foram tomando proporções cada vez maiores até atingir o ano de 1968, com acontecimentos desencadeados a partir da morte do estudante Edson Luís, as greves de Osasco e Contagem, a Passeata dos Cem Mil no Rio de Janeiro e outras inúmeras manifestações, o que fez o governo militar escancarar a repressão e desmascarar a própria farsa do “diálogo” prometida por Costa e Silva. (MARTINS FILHO, 1987) “Foram presos, cassados, torturados ou forçados ao exílio inúmeros estudantes, intelectuais, políticos e outros opositoristas.” (RIDENTI, 2004: 38)

A repressão nas universidades e a atuação dos professores

Logo após o Golpe Militar em 1964 já ocorreram intervenções e perseguições no meio acadêmico. As situações eram várias: iam desde uma lista de comunistas que deveriam ser procurados e presos, feita por

integrantes de grupos conservadores²⁴⁸ – às vezes da própria universidade –, passando pela proibição de certos paraninfos, como ocorreu no caso do impedimento de Carlos Heitor Cony chamado para ser paraninfo de uma turma de formandos em jornalismo, justamente por ser considerado inimigo do regime (MOTTA, 2008: 44), até casos mais sérios e de intervenções mais diretas como as que ocorreram em junho de 1964 na FAFI e em julho do mesmo ano na reitoria. Nos dois últimos casos a determinação partiu do General Luís Carlos Guedes, que nomeou tanto em junho como em julho o mesmo interventor, o Tenente-coronel Expedito Orsi Pimenta. No caso da FAFI a intervenção durou 4 dias, enquanto a da reitoria, que afastou o reitor Aluísio Pimenta, durou 48 horas. A primeira foi justificada para uma maior cobertura dos trabalhos de investigação policial. A nova quebra da autonomia universitária em julho causou muita repercussão e o reitor e o meio acadêmico se mobilizaram para que a intervenção acabasse o mais rápido possível. Todo este processo era somente o início da paranóia que seria desencadeada pelos militares contra a faculdade. Muito antes do surgimento das AESI, já se mostrava claro o exagero e o despreparo por parte do serviço de informação do governo, como mostra o próprio professor e ex-reitor afastado, Aluísio Pimenta:

“Comecei nesse período a receber, dos serviços de informação então existentes, uma avalanche de fichas em que estavam anotadas as ações, atitudes e iniciativas de professores, alunos e funcionários da Universidade, consideradas subversivas. Desejavam que eu, apoiado nelas, abrisse inquéritos ou realizasse sindicâncias. Nunca vi tanta desinformação junta, tanta inutilidade catalogada. Acusavam, por exemplo, a um professor de Física de ter comparecido, em uma determinada ocasião, ao Aeroporto da Pampulha para receber uma comissão da Euraton. Ora, a Euraton era considerada por muitos pesquisadores e professores como uma organização comprometida com o “capitalismo internacional” e outras avaliações do mesmo teor. Outros eram acusados de terem participado de um churrasco oferecido a Jorge Amado etc.” (PIMENTA, 1985: 36)

Os documentos da AESI da UFMG e do DOPS de Minas Gerais revelam as várias preocupações da polícia e dos militares com os acontecimentos que ocorriam na universidade mineira. A repressão só tendeu a aumentar a medida que se aumentava a insatisfação popular, principalmente estudantil. Poucos meses antes do estabelecimento do AI-5 já se vê claramente o grau de intervenção que o regime continuaria a impor com a invasão da FAFI e a prisão de alguns estudantes pela polícia militar no dia 15 de agosto de 1968. A invasão foi justificada porque alguns estudantes foram acusados de pichações em ônibus e de distribuírem panfletos com informações subversivas, além de manifestarem apoio à greve dos metalúrgicos e bancários. No entanto o DOPS procurava outros culpados, mesmo que indiretamente ou por omissão, que não fossem os estudantes.

O diretor da FAFI, Pedro Parafita de Bessa, foi submetido a um inquérito policial militar, que tratava não somente a respeito do dia 15 de agosto de 1968, mas também sobre suas atitudes na faculdade para

²⁴⁸ Para saber mais sobre os grupos, de esquerda e de direita, no contexto do Golpe de 64 ver: STARLING, Heloísa Maria Murgel. Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 64. Petrópolis: Vozes, 1986.

combater ações “subversivas”. Apesar de não se declarar em nenhum momento comunista ou contrário aos militares, o professor Parafita de Bessa deixa claro que acredita na liberdade de expressão e que considera normais as manifestações dos estudantes. O inquiridor em vários momentos questiona a falta de uma providência disciplinar sobre os acontecimentos do dia 15 de agosto daquele ano, no qual o professor responde não saber se as informações são verdadeiras, duvidando assim da versão policial. Ele também é questionado sobre o fato de não tirar cartazes de apoio às greves da faculdade, respondendo que não se importa com cartazes que expressam opinião, pois a imprensa também emite opiniões similares. Sobre os outros cartazes considerados “ilegais” ou “subversivos” ele diz não ter visto nenhum, e ainda acrescenta não ter tempo nem funcionários suficientes para vasculharem os corredores observando todos os cartazes. Em diversos momentos é acusado de não cumprir a fiscalização do D.A segundo o Decreto Lei nº 228, o professor replica dizendo que obedece ao Decreto Lei, sempre de acordo com sua interpretação. Em todo momento há insinuações sobre a ajuda e a cumplicidade do diretor em relação aos estudantes.²⁴⁹

Com o AI-5, Pedro Parafita de Bessa e Aluísio Pimenta, entre outros, que defenderam o diálogo e a liberdade de expressão no meio universitário, foram sumariamente aposentados, sem a mínima possibilidade de recorrerem. O ambiente universitário ficou mais tenso com o ato do executivo que colocava em prática o Decreto Lei nº 477, no dia 26 de fevereiro de 1969. Ele estabelecia punições de médio a longo prazo para quem fosse considerado subversivo ou cometesse um crime contra os valores da nação brasileira. Alunos poderiam ficar afastados do meio acadêmico durante 3 anos, enquanto professores e funcionários 5 anos. Isso ajudava a criar uma pressão de cima para baixo, pois se uma pessoa de um cargo superior não reprimisse as hierarquias inferiores, ela acabava sendo vítima da repressão.

A vigilância e a desconfiança do governo sobre as universidades se tornam cada vez mais acirrada e ao longo do ano de 1971 são instituídas as AESI, órgãos que atuaram, principalmente:

“... na filtragem das contratações de pessoal, barrando a entrada de docentes considerados de esquerda; no controle de manifestações e ações políticas planejadas pelas lideranças estudantis, desde passeatas a shows e solenidades de formatura; na aplicação mais intensa das punições previstas na legislação autoritária, como o Decreto nº 477; no controle da circulação internacional dos docentes; e na disseminação de material de propaganda produzido pelo governo. As ações desses agentes, que vigiavam com a mesma intensidade subversivos políticos e indivíduos moralmente ‘desviantes’ (usuários de drogas, adeptos de práticas sexuais não convencionais), revelam a influência exercida por valores da cultura conservadora sobre os integrantes das comunidades de informação e segurança.”(MOTTA, 2008: 37)

²⁴⁹ Arquivo do DOPS situado no APM. Pasta 0033. Rolo 004, imagens de 222 à 232.

Ficaram a cargo das AESI a divulgação de materiais de contrapropaganda e contra-informação que favorecessem o governo, de controle e vigilância dos quadros universitários e da produção científica, juntamente com a censura de manifestações, shows, livros, peças de teatro ou qualquer situação ou escrito que fosse contra o governo militar. Além de todas essas funções, existia, logicamente, o combate ao comunismo, tido como mal maior que afetava os estudantes. Ou seja, qualquer fator que desagradasse o governo era tratado como “subversivo” e passível de eliminação e isso seria claramente expressado nos documentos da AESI. Em relação a UFMG, as censuras e tentativas de expurgos continuaram, no entanto muitos reitores tentaram diminuir ou driblar as ordens e imposições dos militares. Na UFMG Marcelo Coelho foi um exemplo de reitor que tentou proteger professores perseguidos e fazer conciliações, como no caso da cerimônia que os militares queriam proibir por serem paraninfos dois professores aposentados obrigatoriamente, Aluísio Pimenta e Amílcar Martins. Marcelo Coelho conseguiu fazer com que os dois fossem os paraninfos. Outro exemplo é o da tentativa de demissão de Valmir José de Resende, caso também solucionado pelo reitor, que não aceitou demitir o referido professor, justificando que o mesmo já havia sido absolvido em processo sumário pelas autoridades competentes e que não havia motivo para dispensá-lo. (MOTTA, 2008: 44-47)

Além dos casos já mostrados, outros importantes nomes da UFMG como Gerson Boson, Júlio Barbosa, Amílcar Martins, Celso Diniz, entre outros, foram cassados. Havia também as cassações brancas, que impediam certas pessoas de ocuparem cargos superiores. Tudo isto, como já dito, muitas vezes era baseado em denúncias infundadas em que evidenciava-se um despreparo por parte do serviço de informação do governo que muitas vezes não sabia identificar quem era considerado uma ameaça política e intelectual. Gerava-se deste modo uma ampla surpresa e indignação no meio universitário à medida que a aparato repressivo avançava.

O clima universitário continuaria tenso durante todo o governo Médici e só começaria a sentir uma idéia de liberdade com a gradual distensão do governo Geisel e a revogação do AI-5 em 1979, juntamente com a criação da Lei de Anistia.

Conclusão

O AI-5 foi o extremo da repressão que o Estado ditatorial brasileiro assumiu durante sua vigência. Durou praticamente dez anos e atingiu todos os setores da sociedade. Uma das áreas de maior representação e contestação social era a do movimento estudantil, principalmente o universitário, abarcando todo o meio acadêmico. Devido a esse grande poder que os estudantes manifestavam possuir, as autoridades do regime militar focaram grande parte de sua atenção nas universidades. A UFMG, sendo uma das principais e mais atuantes universidades brasileiras, não escapou deste controle repressivo

e sofreu as duras conseqüências de um estado de exceção, perdendo valiosos membros acadêmicos, professores, estudantes e até mesmo funcionários para o aparato repressivo.

Conclui-se que, apesar da presença de militantes de esquerda, presentes no meio universitário, as autoridades demonstraram um quadro de paranóia, pois uma boa parcela dos que foram perseguidos e punidos não se encaixavam no perfil considerado “subversivo”, evidenciando-se um despreparo do serviço de informação do governo e gerando uma grande indignação no meio universitário com o avanço indiscriminado da repressão.

Referência bibliográfica

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia. (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar: 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. O MDB e as esquerdas. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia. (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. Os olhos do regime militar brasileiro nos *campi*. As assessorias de segurança e informações das universidades. *Topoi*. v.9, n.16, jan-jun.2008.

_____. Em guarda contra o “Perigo Vermelho”: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

PIMENTA, Aluísio. Universidade. Universidade: a destruição de uma experiência democrática. Petrópolis: Vozes, 1985.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

RIDENTI, Marcelo. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para pesquisadores. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.) *O golpe e a ditadura militar, 40 anos depois(1964-2004)*. Bauru: Edusc, 2004. & REIS, Daniel Aarão.

_____. Esquerdas revolucionárias armadas no anos 1960-1970. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (orgs). *Revolução e democracia. (1964...)* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

SADER, Emir. Cuba no Brasil. Influências da revolução cubana na esquerda brasileira. In: REIS FILHO, Daniel ET. All. *História do Marxismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 64*. Petrópolis: Vozes, 1986.

USTRA, Carlos Alberto Brillhante. *A verdade sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Editora Ser, 2007.

A subversão dos costumes: juventude, moral e família em discursos militares e civis (1964-1985)

Mauro Teixeira

Mestre em História pela UFOP
Bolsista da Propp/UFOP/Reuni
mauroteixeirabh@gmail.com

Resumo: O regime autoritário brasileiro, instalado em 1964, preocupava-se com a penetração de hábitos, atitudes e estilos de vida que desagregariam a família e tornariam mais fácil a cooptação dos jovens para a militância esquerdista. Esta desagregação far-se-ia através da pornografia, do “amor livre”, do uso de entorpecentes, e da homossexualidade, entre outros fatores. A ameaça representada por esta ação do “inimigo interno” se faz presente na fala dos comandantes militares, mas também nos editoriais da grande imprensa e em colunas assinadas por intelectuais conservadores. Nossa comunicação pretende se voltar para alguns destes registros, apontando caminhos para o estudo do diálogo entre o pensamento dos comandantes militares e o de importantes setores da imprensa e da intelectualidade, e tentando verificar como o ideário do regime se ligava a valores mais antigos presentes na sociedade brasileira.

Palavras-chave: ditadura, moral, comunismo

Abstract: The Brazilian authoritarian regime installed in 1964, was concerned with the penetration of habits, attitudes and lifestyles that could disaggregate family and make it easier to co-opt young people for leftist activism. This breakdown would be far through pornography, the "free love", the use of drugs, and homosexuality, among other factors. The threat posed by this action of the "internal enemy" is present in the speech of military commanders, but also on the editorial pages of major newspapers and signed columns by conservative intellectuals. Our communication plan to return to some of these records, indicating avenues for studying the dialogue between the thinking of military commanders and important sectors of the press and the intelligentsia, and trying to see how the ideology of the regime was linked to older values in Brazilian society.

Keywords: dictatorship, moral, communism

Nossa pesquisa de mestrado (TEIXEIRA, 2012) analisou o *Orvil* (BRASIL, 1988), um livro produzido no Brasil pelo Centro de Informações do Exército (CIE), entre 1985 e 1988, e que narra, a partir do ponto de vista dos militares, o combate empreendido pelas Forças Armadas contra organizações de esquerda armadas e desarmadas nos anos 1960 e 1970. Não publicado na época, o texto do *Orvil* veio a público em 2007.

A tônica deste texto é a denúncia daquilo que seus autores consideram como “crimes” (assaltos, sequestros, execuções) cometidos por militantes esquerdistas no Brasil, sobretudo entre 1967 e 1973, bem como a negação das denúncias de violações de direitos humanos das quais os militares brasileiros vinham sendo alvo desde 1979. O livro, como demonstramos na dissertação, filia-se a uma cultura política anticomunista existente nas Forças Armadas brasileiras desde os anos 1930; entretanto, o *Orvil* não deixa de apresentar elementos novos, condizentes com a realidade da década de 1980.

Ao longo de nosso trabalho, percebemos que os autores daquela fonte buscavam, em diversos momentos, atribuir aos militantes esquerdistas, sobretudo aos que eram jovens em idade universitária, um comportamento que transgredia padrões de conduta considerados ideais por setores conservadores e/ou religiosos. Estes padrões, em linhas gerais, se baseiam na castidade dos jovens solteiros, na monogamia, na heterossexualidade e no afastamento das drogas, compondo um modelo que se identifica com aquilo que as igrejas cristãs, notadamente a Católica, tratam como uma moralidade ideal (TEIXEIRA, 2012: 181-6).

Em sua caracterização dos jovens militantes, os autores do livro do Centro de Informações do Exército (CIE) procuram “denunciar” o ambiente de promiscuidade que, segundo eles, dominaria os ambientes frequentados pela juventude esquerdista. Um exemplo é o Congresso clandestino da União Nacional dos Estudantes (UNE), realizado no interior de São Paulo em 1968, e interrompido pela ação policial: “No local, foram encontradas drogas, bebidas alcoólicas e grande quantidade de preservativos, muitos já utilizados. Alguns estudantes chegaram a declarar que havia, inclusive, uma escala de serviço de moças, para 'atendimento sexual'” (BRASIL, 1988: 228)²⁵⁰.

Para os oficiais que participaram da redação do *Orvil*, a ocorrência daquele tipo de comportamento entre esquerdistas não era fortuita. A promiscuidade, segundo eles, seria parte integrante do que chamam de “moral revolucionária”:

Dentro do espírito da “moral revolucionária”, o grupo nordestino do PCBR [Partido Comunista Brasileiro Revolucionário], por certo, bem aproveitava seus ociosos períodos de clandestinidade para exercitar seus apetites sexuais: Lyliá Silva Guedes era amante de Odijas Carvalho de Souza, o qual era casado com Maria Yvonne de Souza Loureiro, que era amante de Mário de Miranda Albuquerque, o qual era casado com Vera Maria da Rocha Pereira, que era amante de Francisco de Assis Barreto da Rocha Filho, o qual fora amante de Rosane Alves Rodrigues, que era amante de Jamildo Tavares Conserva. (BRASIL, 1988: 598, itálico nosso)²⁵¹

Diversos outros exemplos poderiam ser citados, versando não apenas sobre promiscuidade sexual, mas também sobre uso de drogas, homossexualidade, adultério e outros “desvios” encontrados pelo *Orvil* no comportamento dos militantes brasileiros de esquerda nos anos 1960 e 1970. Aos seus autores, não bastava denunciar os “crimes” das esquerdas naquele período: pretendiam também mostrar seu comportamento como incompatível com uma certa “normalidade”, no que tange aos aspectos moral, sexual e familiar.

-
1. 250 A presença de certa quantidade de drogas em um evento do qual participavam quase mil jovens universitários, no fim dos anos 1960, não soa surpreendente; já a “escala de moças”, numa época e em um meio cultural que preconizava a emancipação da mulher, nos parece inverossímil.
 2. 251 Das memórias de militantes de esquerda, pode-se deduzir certa rotatividade nos casais que se formavam nas organizações, até porque a clandestinidade, as prisões e as mortes os desfaziam a todo momento; ainda assim, a citação nos parece, evidentemente, exagerada.

A insistência do livro escrito pelo CIE nestes aspectos, bem como outros registros semelhantes encontrados no levantamento de fontes jornalísticas, nos levou a pensar na formulação de um “discurso moralizador” por parte das instituições integrantes do regime autoritário instalado em 1964, bem como de instâncias de apoio a ele que podiam ser encontradas na sociedade civil. Esta comunicação procura explorar possíveis caminhos de pesquisa em torno desta temática.

A associação entre anticomunismo e moralismo existe desde as primeiras tentativas de combate ao “credo vermelho” no Brasil. Rodrigo Patto de Sá Motta, que analisa o fenômeno anticomunista entre 1917 e 1964, demonstra a “fidelidade dos anticomunistas à moralidade tradicional” (MOTTA, 2002: 69) ao longo de todo aquele período, chegando mesmo aos anos 1970. Em linhas gerais, os comunistas são acusados de promoverem o divórcio e o aborto nos países em que atingem o poder, bem como de subverter, através da valorização da emancipação feminina, a ordem familiar tradicional, baseada na autoridade do pai.

Nos anos 1960 e 1970, esta vinculação do comunismo à destruição da moral tradicional tornar-se-á mais vigorosa e sistemática, sobretudo em virtude da penetração, em círculos militares e civis brasileiros, dos pressupostos da doutrina conhecida como *guerre revolutionnaire*. Originada na alta oficialidade francesa, no contexto das guerras de libertação da Indochina e da Argélia, esta doutrina, marcada pelo anticomunismo, pelo elitismo e por ideias de “civilização” e “purificação”, denunciava a “guerra psicológica” desenvolvida pelo marxismo, no sentido de desmoralizar, dividir e enfraquecer as sociedades ocidentais, de forma a, só depois disso, empreender uma luta propriamente militar e vencê-la (MARTINS FILHO, 2009: 179-83).

O conceito de “guerra revolucionária” teve grande aceitação, no Brasil, entre as elites militares e civis de inspiração anticomunista, e foi um dos principais fundamentos da argumentação que serviu para embasar e justificar o golpe de Estado de 1964, ensejando também a tradução e a elaboração de diversos livros que buscavam explicar e disseminar aquela ideia (MOTTA, 2004: 300-2).

Na perspectiva da *guerre revolutionnaire*, a ação comunista se desenvolveria por dentro da sociedade, sobretudo no sentido de minar os fundamentos de autoridade que a mantinham coesa e funcional. Para muitos autores, esta autoridade se assentaria, em primeiro lugar, na família, o que faria com que esta instituição fosse um alvo privilegiado da ação comunista, como brada um opúsculo publicado às vésperas do golpe de 1964: “Na hierarquia de associação, os indivíduos se agrupam segundo a idade, o sexo, o gosto, as necessidades. A MASSA humana é recortada, *dissociando o bloco familiar*. Essa homogeneidade das associações torna-se receptiva a uma mesma propaganda”. (BRASIL, 1964: 15, *italico nosso*).

Nesta visão, o comunismo procuraria desagregar a família, substituindo-a por diferentes “hierarquias” (idade, sexo etc.) que seriam mais suscetíveis à propaganda subversiva. É interessante notar que, mesmo

depois de encerrado o regime autoritário, a “desagregação” familiar continua a ser vista como incentivadora da opção política pela esquerda, como mostra a colocação do então tenente Marco Pollo Giordani, formulada em 1986:

Estudou-se por longo tempo as motivações e reações dos grupos envolvidos [na militância clandestina esquerdista]. Em nenhum deles constatou-se a presença de elementos bem posicionados ou bem encaminhados. Sem exceções, são pessoas oriundas de lares instáveis ou desfeitos, com problemas de ordem psicológica e formativa, completamente desajustados. (GIORDANI, 1986: 101).

A formulação do tenente pressupõe que, em um lar “estável”, a propaganda comunista não vingará, o que tornaria necessário a promoção de sólidos valores familiares como uma espécie de vacina ideológica contra a subversão. Prossegue o oficial:

O tóxico, a prostituição (homossexualismo, lesbianismo), a pornografia, a ausência de uma prática religiosa, a constante preocupação de negar a existência de Deus, são expressões que, invariavelmente – canalizadas e aproveitadas pela ideologia marxista-leninista – estancam de maneira brutal toda a manifestação de sensibilidade humana – tendo como ápice a violência e a luta armada. (GIORDANI, 1986: 101)²⁵².

Observa-se, assim, que, para os defensores da tese da *guerre revolutionnaire*, os comunistas dedicariam parte importante de sua estratégia a tentar atingir o que se entende como os fundamentos da família: autoridade paterna, virgindade, heterossexualidade, monogamia.

Nem sempre, porém, o comunismo se limitaria a “canalizar” e “aproveitar” as dificuldades vividas pela família tradicional nos anos 1960 e 1970. Ele também atuaria de forma ativa, estando por trás, no entender da polemista francesa Suzanne Labin, dos problemas relacionados ao uso de entorpecentes, naquele período:

A droga e mais geralmente o vício atendem a três grandes objetivos da guerra política: amolecer o vigor mental e físico do mundo livre; fornecer vítimas fáceis para chantagear e que, assim, se transformam agentes “amarrados”; e ganhar dinheiro para a propaganda dos Partidos Comunistas na Ásia. (LABIN, 1963: 63).

Conforme ressaltamos acima, o regime autoritário instalado em 1964 era bastante influenciado pelos postulados da doutrina da guerra revolucionária. Teria isso possibilitado a formulação de políticas públicas que visassem especificamente à conservação de valores tradicionais e familiares, como forma de prevenir o aliciamento da juventude pelas organizações comunistas?

Para falar acerca de políticas voltadas para a questão da moral durante a ditadura brasileira, é preciso começar pela censura. Esta atividade, é preciso que se lembre, não é específica de regimes autoritários, tendo existido também em períodos democráticos, até como demanda de alguns setores sociais, como

3. 252 Neste trecho se nota uma presença recorrente no discurso moralista: a associação da *homossexualidade* com a *prostituição*.

mostram Carlos Fico (2002) e Beatriz Kushnir (2004, p. 76). Porém, esta última autora nos lembra que é comum, nos períodos de exceção, a tentativa de “legislar, e assim dar aos atos de arbítrio a aparência de legalidade” (KUSHNIR, 2004: 77).

No período que nos interessa, um ato legislativo fundamental para o funcionamento da censura foi o Decreto-Lei 1077, de 1970, que já em seu artigo 1º determinava que “Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação” (BRASIL, 1970), regulamentando a censura prévia executada pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), da Polícia Federal.

No que toca ao assunto que ora nos ocupa, chama a atenção, naquele decreto, a preocupação em salientar que aquelas “publicações e exteriorizações”, no entender do governo Médici (1969-1974), obedeciam a “um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional” (BRASIL, 1970). No próprio texto legal aparecia a formulação, típica da doutrina da *guerre revolutionnaire*, segundo a qual a “imoralidade” seria uma arma utilizada para disseminação de ideais subversivos.

O decreto em questão gerou alguma resistência por parte da imprensa, como mostra o editorial do *Jornal do Brasil* de 14 de fevereiro de 1970, no qual o articulista declara que “Uma das poucas áreas em que a produção intelectual do Brasil está atingindo grande rendimento é a área da censura à produção intelectual”. (“Escalada da Censura”. *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1970, p. 6). Este tipo de reação fez com que o Ministro da Justiça, Alfredo Buzaid, buscasse justificar o decreto. Em suas falas, revelam-se referenciais da doutrina francesa de contra-insurgência.

No dia 20 de março de 1970, em discurso pronunciado em Brasília, o ministro vinculava a “moralidade pública” com a “segurança dos povos”. Após citar Lênin – “Desmoralizem a juventude de um país e a revolução está ganha” – o ministro explicava:

Este conceito obedece a um **processo tático de guerra revolucionária**. Era preciso, primeiro que tudo, destruir a consciência moral da juventude e, daí por diante, tudo seria realmente fácil. Quando o jovem não tem capacidade de resistência, qualquer ideia pode penetrar facilmente em sua alma, e ele pode subjugar-se a qualquer imperialismo. (“Buzaid: o decreto resguarda o jovem”. *O Estado de S. Paulo*, 21 de março de 1970, p. 46, negritos nossos).

Buzaid, contudo, não foi a única autoridade do regime a formular publicamente a vinculação entre a “licenciosidade” e a “subversão”. Em encontro com o Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, o comandante do II Exército, General José Canavarro Pereira, procurava esclarecer ao prelado a atuação repressiva das Forças Armadas:

De sua parte, o comandante do II Exército explicou ao arcebispo de São Paulo as técnicas com que o terror enreda e atrai os jovens, **inclusive fazendo uso de tóxicos e do amor livre**.

“A guerra de hoje – salientou o general – está voltada para a conquista da mente, ou seja, a guerra ideológica. A invasão marxista é extremamente violenta, **sem qualquer resquício de moral**. Por isso, as Forças Armadas estão unidas e atentas para derrotar o terrorismo e buscar a recuperação de nossos **jovens que foram desencaminhados**.” (“Meu objetivo foi dar paz a São Paulo”. *Folha de S. Paulo*, 30 de dezembro de 1970, p. 3, negritos nossos).

Ao lembrar a última das considerações iniciais do decreto 1077-70 – “o emprêgo dêesses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional” (BRASIL, 1970) – Carlos Fico alerta que “Tal desvario, porém, não esteve circunscrito aos militares, tendo sido absorvido e reinterpretado também pelas pessoas comuns que escreviam à DCDP.” (FICO, 2002: 260-1).

Não só aqueles que se correspondiam com a censura adotavam os pressupostos em questão, mas também membros de instâncias mais organizadas da sociedade civil. Em fevereiro de 1970, a *Folha de S. Paulo* criticava em editorial, a exemplo do *Jornal do Brasil* acima citado, a censura prévia voltada para livros. Ainda assim, porém, aplaudia “a elogiável disposição deste [o governo] de lutar contra a onda de erotismo e pornografia que ameaça solapar os melhores valores de nossa civilização”. (“Censura prévia, um perigo”. *Folha de S. Paulo*, 14 de fevereiro de 1970, p. 4).

Por sua vez, o juiz de menores do estado do Rio de Janeiro, Francisco de Assis Fonseca, considerava que “certas publicações podem atuar como 'agentes de corrosão da moral' e nesse sentido interpreta que há, realmente, uma subversão partindo de uma fonte interessada em que o processo se desencadeie (...)”. A fala do magistrado ainda trazia a clássica concepção da família como “*celula mater* da sociedade”. (“Juiz fluminense acha positivo”. *Jornal do Brasil*, 14 de fevereiro de 1970, p. 3).

Além destes apoios espontâneos, o Estado ainda convocava a participação e a ajuda de outras instituições na luta contra as “publicações licenciosas”. Em São Paulo, as escolas receberiam circulares da Polícia Federal pedindo que denunciassem a circulação deste tipo de material entre seus alunos, pedido que seria feito também a “entidades que se encarregam de pregar civismo”. (“São Paulo solicita denúncias”. *Jornal do Brasil*, 13 de fevereiro de 1970, p. 7).

Vários foram os intelectuais que, ao longo dos anos 1970, fizeram coro à pregação da existência de uma dimensão “subversiva” nas publicações de cunho erótico e/ou pornográfico. Gustavo Corção²⁵³ postulava que “Uma das manifestações da guerra revolucionária no ocidente, e especialmente nos Estados Unidos, é a ruína dos costumes e mais especialmente a escalada da pornografia.” (CORÇÃO, 1970). Salomão Jorge²⁵⁴, sete anos depois, afirmava que “A realidade é que a exploração do sexo é uma das mais perigosas técnicas usadas no cinema, no teatro e nas revistas indecorosas pelos simpatizantes dos ideais do comunismo internacional” (JORGE, 1977).

4. 253 Escritor e pensador de extração católica (1896-1978).

5. 254 Nascido em 1902, foi médico, poeta e deputado em São Paulo.

Além de ser parte integrante da doutrina da guerra revolucionária, como temos demonstrado, a preocupação com o comportamento moral e sexual da juventude se integra também a discursos mais antigos que também faziam parte da identidade político-ideológica do regime autoritário brasileiro. Pensamos aqui, em especial, na figura de uma “utopia autoritária”, definida como a “ideia de que os militares eram, naquele momento [anos 1960 e 1970], superiores aos civis em questões como patriotismo, conhecimento da realidade brasileira e **retidão moral**” (D'ARAÚJO, 1994: 9, negrito nosso).

Para Carlos Fico (2004: 112), esta utopia “baseia-se num discurso ético-moral que deita raízes na larga tradição de pensamento autoritário brasileiro.”, e possui duas dimensões: uma “saneadora”, destinada a eliminar do cenário político os inimigos do regime, notadamente comunistas, e outra “civilizadora”, que visava a suprir “deficiências” de um povo considerado “despreparado”. Em nosso entendimento, a preocupação com as condutas morais e sexuais se integra a estas duas dimensões: o regime se preocupa em impedir a disseminação da “licenciosidade” para facilitar seu combate ao comunismo; ao mesmo tempo parece também ser portador de um ideal de cidadão “correto”, que seria caracterizado, dentre diversos elementos, pela conduta sexual contida e circunspecta.

Um indício deste ideal de cidadão está no decreto-lei n.º 869, de 1969, que tornou obrigatório o ensino de Educação Moral e Cívica nas escolas brasileiras. Ao tratar dos objetivos desta obrigatoriedade, o diploma legal lista, entre eles, “o aprimoramento do caráter, com apoio na moral, na dedicação à família e à comunidade” (BRASIL, 1969).

Um livro didático elaborado para o ensino daquela disciplina, e aprovado pela Comissão Nacional de Moral e Civismo do Ministério da Educação, trazia um capítulo intitulado “Orientação para o namoro e o noivado”. Nele, é enfatizada a orientação deste tipo de relacionamento para o casamento, e são feitas várias advertências sobre a atividade sexual precoce, vista como um perigo:

Principalmente na adolescência, não se devem permitir aos jovens uma convivência biológica sistemática e prolongada, isto é, manifestações de carinho através do tato. É claro que a convivência sexual é imoral e inconveniente em tal idade e circunstâncias. O namoro não é iniciação ao sexo, mas aprendizagem para o amor. (GALACHE et al, 1971: 113).

A presença deste tipo de conteúdo em um livro aprovado por comissão específica do governo sugere uma intenção de transformar a conduta sexual dos indivíduos em objeto do trabalho pedagógico e da preocupação do Estado.

Neste aspecto, é preciso levar em conta que estamos a discorrer sobre um contexto histórico (anos 1960 e 1970) no qual no qual questões de cunho moral e sexual envolvendo a juventude mobilizavam grande atenção por parte da sociedade, em virtude da emergência de situações como a revolução sexual, facilitada pela disseminação da pílula anticoncepcional, a busca da mulher por novos espaços na

sociedade e a questão do uso de substâncias dopantes proibidas por lei (HOBSBAWM, 1995, cap. 11, seção I).

Naquele contexto, instâncias estatais fora do Poder Executivo também buscavam colocar freio ao que consideravam uma marcha da “licenciosidade”. Já em 1981, um juiz de Sorocaba baixou portaria proibindo o “beijo cinematográfico” nas ruas da cidade. A medida gerou uma noite de protestos, com direito a depredações, repressão policial e ameaça de enquadramento dos manifestantes na Lei de Segurança Nacional (“Noite do beijo teve incidentes”. *Folha de S. Paulo*, 9 de fevereiro de 1981, p. 8; “Sorocaba usa a LSN no episódio do beijo”. *O Estado de S. Paulo*, 11 de fevereiro de 1981, p. 11).

Os elementos que levantamos até aqui sugerem alguns questionamentos que podem servir de guias para uma pesquisa mais aprofundada acerca da visão da liberdade sexual como instrumento de “subversão”, nos anos da ditadura brasileira.

O primeiro deles procuraria saber em que medida as iniciativas e discursos que relacionamos acima expressam um projeto de “cidadão ideal” por parte do regime autoritário e dos setores sociais que o apoiam. Este “cidadão ideal” teria, evidentemente, outras dimensões além da “retidão” na vida sexual, sendo necessário que se levantem estas dimensões e as formas colocadas em prática pelo regime para promovê-las junto à população.

Outra questão que pode orientar as pesquisas buscaria compreender até que ponto o conservadorismo brasileiro atual é tributário daquele contexto histórico. Quando nos referimos a um conservadorismo no presente, estamos pensando, especificamente, naquele que se manifesta em torno de questões morais e sexuais, tais como o aborto, a união civil homossexual, a liberação ou não do uso da maconha etc. identificam-se facilmente na sociedade brasileira vários discursos de negação destas questões. Estes discursos teriam alguma relação com as iniciativas do regime autoritário no passado?

Voltando à especificidade daquele regime, em que medida este discurso da retidão moral e sexual teria sido importante para ele enquanto mecanismo de legitimação? A questão envolve uma nuance importante, tendo em vista que seria necessário definir, dentro das formulações dos expoentes da ditadura, aquilo que é ideologia e aquilo que é retórica – uma separação que nunca é fácil de se fazer, tendo em vista a inexistência de limites estanques entre as duas esferas.

Por fim, estamos conscientes de que nossa comunicação versou, basicamente, sobre discursos postos em circulação tanto por membros do regime quanto por elementos da sociedade civil que o apoiavam. Em termos de ações concretas, políticas de Estado, tocamos brevemente na censura e no ensino de Educação Moral e Cívica. Seria preciso verificar se e quais outras iniciativas foram tomadas pela ditadura no sentido de promover a conduta moral e sexual que aqueles discursos defendiam.

Percebemos que alguns caminhos se apresentam para o pesquisador interessado em aprofundar estas questões. Aqui, esquematicamente, apresentamos alguns deles:

- **diretrizes e programas escolares:** além da regulamentação do ensino de Moral e Cívica, é possível que outros regulamentos educacionais procurem demarcar a ação do Estado no sentido de se combater a “subversão dos costumes”;
- **entidades da sociedade civil:** trata-se de entidades cívicas, como o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF), que várias vezes organizou campanhas contra a pornografia e o erotismo. Elas podem manter acervos, ou mesmo potenciais entrevistados, capazes de trazer elementos novos à discussão;
- **Igrejas:** como se sabe, um grande número de discursos e campanhas relacionados à temática da moral e dos bons costumes tem origem religiosa, sobretudo cristã. Documentos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), jornais e revistas confessionais, dentre outros materiais, podem conter informações e indícios preciosos;
- **publicações militares:** não eram só os principais comandantes que associavam a “licenciosidade” ao comunismo, mas também oficiais de menor importância, sobretudo os da reserva. Acervos de clubes militares e afins são portadores em potencial dessas formulações;
- **legislação regional:** o caso de Sorocaba, narrado acima, mostra que leis municipais, portarias do judiciário etc. poderiam expressar o temor dos poderes instituídos no que se refere à “imoralidade” no Brasil ditatorial.

Acreditamos que o estudo deste tema guarda em si o potencial de se elucidar um pouco melhor o imaginário dos militares e civis que dirigiram o regime autoritário brasileiro, permitindo uma visão mais acurada dos objetivos aos quais se propunham e da extensão em que os conseguiram realizar. Procuramos, com esta comunicação, colaborar modestamente com os colegas que pesquisam o assunto.

Referências bibliográficas

BRASIL, Pedro. *Livro Branco sobre a guerra revolucionária no Brasil*. Porto Alegre: Globo, 1964.

BRASIL. Centro de Informações do Exército. *As tentativas de tomada do poder (Orvi)*. 1988, mimeo.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 869, de 12 de setembro de 1969. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=195811>. Acesso em 30/07/2012.

BRASIL. Decreto-Lei n.º 1.077, de 26 de Janeiro de 1970. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legin/fed/declei/1970-1979/decreto-lei-1077-26-janeiro-1970-355732-publicacaooriginal-1-pe.html> – acesso em 31/07/2012.

CORÇÃO, Gustavo. “A Guerra Mundial III”. *O Estado de S. Paulo*. 27 de março de 1970, p. 5.

D'ARAÚJO, Maria Celina; SOARES, Gláucio Ary Dillon; CASTRO, Celso (orgs.). *Os anos de chumbo*. A memória militar sobre a repressão. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

- FICO, Carlos. “Prezada Censura”: cartas ao regime militar. In: *Topoi*, Rio de Janeiro, dezembro 2002, pp. 251-286.
- _____. *Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro, Record, 2004
- GALACHE, G.; ZANUY, F.; PIMENTEL, M^a T. *Construindo o Brasil*. Educação Moral, Cívica e Política. São Paulo: Loyola, 1971.
- GIORDANI, Marco Polo. *Brasil: Sempre*. Porto Alegre: Tchê, 1986.
- HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- JORGE, Salomão. “Os bispos, a família, a pornochanchada”. *O Estado de S. Paulo*, 23 de janeiro de 1977, p. 50.
- KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda*. Jornalistas e censores, do AI5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MARTINS, FILHO, João Roberto. Tortura e ideologia: os militares brasileiros e a doutrina da *guerre revolutionnaire* (1959-1974). In: SANTOS, Cecília MacDowell et alli (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009, vol. 1, pp. 179-202.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva, 2002.
- _____. O anticomunismo militar. In: *1964-2004 – 40 anos do golpe*. Ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, pp. 290-305.
- TEIXEIRA, Mauro. *Revanche dos vencedores: história, memória e luta política no Orvil*. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana: 2012, mimeo.

O pensamento agrário do Partido Comunista Brasileiro na literatura de Bernardo Élis

Pauliane de Carvalho Braga
Mestranda em História pela UFMG
Bolsista CNPq
paulianecb@gmail.com

Resumo: Este artigo propõe-se a analisar as mudanças no pensamento agrário do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no período compreendido entre 1950 e 1964, sob a luz de duas obras do escritor comunista Bernardo Élis: a novela *A Terra e as Carabinas*, publicada em 1951; e o romance *O Tronco*, de 1956. Em primeiro lugar buscaremos conhecer as orientações de política agrária desenvolvidas pelo PCB; em seguida, tentaremos estabelecer conexões entre as diretrizes agrárias do Partido e as obras de Bernardo Élis, assim como identificar as fronteiras entre o comprometimento militante e a liberdade de criação artística do escritor.

Palavras-chave: Partido Comunista Brasileiro, Bernardo Élis, Questão Agrária.

Abstract: This article intends to analyze the changes in the political view of the Brazilian Communist Party (PCB) about the agrarian question, between 1950 and 1964, using two works of the communist writer Bernardo Élis: the novel *A Terra e as Carabinas*, published in 1951, and the novel *O Tronco*, 1956. In first, we seek to clarify the

agrarian policy guidelines developed by the PCB. After that, we tried to establish connections between the agrarian policies of the Communist Party and the work of Bernardo Elis, and identifying the boundaries between the militant commitment and freedom of artistic creation of the writer.

Keywords: Brazilian Communist Party, Bernardo Élis, Agrarian Question.

Introdução

Para Antônio Cândido, a literatura é uma construção de objetos autônomos, com estrutura e significado; ela é uma forma de expressão, manifesta emoção e a visão de mundo dos indivíduos e dos grupos; ela é forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente²⁵⁵. A fonte literária pode ser entendida como via de acesso à compreensão dos contextos sociais e culturais, como texto que precisa ser explorado em consonância com seu mundo intelectual e político, e como ação, já que a capacidade de tornar visível no mundo suas formas potenciais, própria do fazer literário, e a faculdade de atuar, criar nesse mesmo mundo formas mais satisfatórias de vida, característica da política, estão interligadas²⁵⁶. Ciente desse pressuposto, propomos neste artigo analisar as mudanças no pensamento agrário do Partido Comunista Brasileiro (PCB)²⁵⁷ no período compreendido entre 1950 e 1964, sob a luz de duas obras do escritor comunista Bernardo Élis: a novela *A Terra e as Carabinas*, publicada em forma de capítulos no jornal Estado de Goiás, em 1951; e o romance *O Tronco*, de 1956. Considerando a literatura brasileira uma forma peculiar de narrativa, capaz de acessar o universo do cotidiano, da vida privada, da imaginação, de um mundo de valores, sentimentos, possibilidades e utopias²⁵⁸, e considerando-a ainda uma matriz²⁵⁹ consistente de geração de conhecimento e de interpretação da realidade brasileira, insistiremos aqui sobre o potencial documental por ela produzido, aceitável para diversos tipos de pesquisa histórica, e objeto de estudos capaz de abranger diferentes períodos temporais²⁶⁰.

²⁵⁵ CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1995.

²⁵⁶ STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Travessia: a narrativa da República em Grande Sertão: Veredas*. In: BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.

²⁵⁷ Denominação utilizada a partir de 1961, quando uma reorientação partidária faz com que o partido adote nova nomenclatura. Em 1962, um grupo dissidente funda o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

²⁵⁸ Utopia como uma forma inédita de narrativa que implica a descoberta de um não-lugar – *u-topos* – que não fizesse economia da visão de uma sociedade melhor. A respeito desse conceito, ver: MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993; ABENSOUR, Miguel. *O novo espírito utópico*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

²⁵⁹ Matriz é formada por uma particular mistura de teoria, argumento, opinião e polêmica. Revela motivo e entendimento; apresenta suposições, crenças, idéias. A esse respeito, ver: STARLING, Heloisa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de (orgs). *Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.

²⁶⁰ Sobre o estudo entre literatura e história, ver, por exemplo: GLEDSON, John; BALDERSTON, Daniel; RONCARI, Luiz. *Direções da pesquisa em literatura e história*. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001; ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; BORDINI, Maria da Glória; REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *As pedras e o arvo: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

A obra de Bernardo Élis se destacou como literatura que atendia às demandas do realismo socialista²⁶¹ - permeada de realidade humana e social, criando quadros nos quais reconstrói uma realidade social fixada no homem e no barbarismo social, na violência do patriarcado, no arcaísmo de um mundo em que o jugo das classes mais favorecidas sobre os pobres compõem um quadro de senhores e servos²⁶² -, sem se desvincular da função própria do ficcionista – criar histórias, enredos, tramas que prendessem e seduzissem o leitor.

Romancista, contista, poeta e jornalista, Bernardo Élis Fleury de Campos Curado nasceu em Corumbá, Goiás, em 1915. Sua trajetória no Partido Comunista teve início em 1944, ano de filiação. No ano seguinte candidatou-se a deputado estadual por essa legenda, mas não obteve êxito. A partir de então manteve-se fiel à vocação literária, centrando seus esforços na produção de obras que pudessem dizer de suas crenças e valores. Contando da vida das gentes de Goiás, as obras de Bernardo Élis revelavam um universo de poder e opressão, herança dos romancistas de 1930²⁶³, mas inovavam quanto às possibilidades oferecidas ao oprimido²⁶⁴.

Ainda que seja vasta a obra literária de Bernardo Élis, interessa a este trabalho as obras localizadas entre 1950 e 1964. Os marcos temporais aqui delimitados se referem à momentos relevantes na formulação do pensamento pecebista sobre a terra. Recorte cronológico inicial deste estudo, o Manifesto de Agosto do Partido Comunista Brasileiro marca a implantação de um nova linha política, mais radical, que, no que toca à questão agrária, defendia o confisco das grandes propriedades latifundiárias, sem indenização, e entrega imediata da terra, com todos os bens e imóveis nela existentes. O chamado a esta luta é claramente revolucionário:

É o povo que luta porque não está disposto a ser reduzido à condição de escravo. Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária, é um direito sagrado e o dever iniludível de todos os patriotas. É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução. (MANIFESTO DE AGOSTO DE 1950. VINHAS, 1982: 150)

Essa nova possibilidade de libertação através da luta e da ação está presente de maneira clara na primeira obra de Élis que aqui nos interessa. Em *A terra e as Carabinas*, novela publicada em capítulos no

²⁶¹ Realismo socialista: termo cunhado em 1932 na União Soviética, com base nas ideias de Andrei Jdanov, para designar a “arte revolucionária”, realizada sob tutela de um Partido Comunista. Como princípios básicos, o realismo socialista defendia que a arte deveria possuir uma linguagem simples e direta, refletir a realidade nacional, em especial a realidade da vida proletária e camponesa. Ver, por exemplo: MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994; FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.

²⁶² NEJAR, Carlos. *História da Literatura Brasileira: da Carta de Caminha aos contemporâneos*. São Paulo: Leya, 2011.

²⁶³ Sobre o romance de 1930, ver: BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp: Campinas: Ed. Unicamp, 2006.

²⁶⁴ Sobre a obra de Bernardo Élis, ver: ALMEIDA, Nelly Alves de. *Presença literária de Bernardo Élis*. Goiânia: Ed. UFG, 1970; ALMEIDA, Nelly Alves de. *Estudos sobre quatro regionalistas*: Goiânia: Ed. UFG, 1985.

jornal Estado de Goiás, em 1951, o autor coloca na boca de um líder comunista, Carijó, as seguintes palavras:

lutamos pela derrubada dos grandes senhores de terra, grandes comerciantes e industriais banqueiros ligados ao capitalismo estrangeiro e instauraremos a democracia popular, que será um governo revolucionário, surgido diretamente do seio do povo, representante verdadeiro de todas as classes e camadas da população [...]. Assim, as palavras de Carijó foram arrastadas para as charqueadas, para as fábricas, para as construções, para os sindicatos, para todo lugar onde alguém trabalhasse e sonhasse com uma vida melhor. (ÉLIS, 2005:55)

Arrastadas também para o campo, as palavras de Carijó motivaram a criação da Liga Camponesa da fazenda Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, cuja ação coletiva e solidária havia garantido a primeira vitória dos rendeiros sobre o proprietário daquelas terras. A cantiga que entoavam durante a colheita evidenciava a disposição desses trabalhadores: “Meus filhos abençoei/ E afiei o meu punhal/ Com amor eu olie/ A minha fogo-central/ Arrendo não pagarei/ Seja por bem ou por mal” (ÉLIS, 2005:91).

Outra obra de nosso interesse, *O Tronco*, publicada em 1956, é dedicada “aos humildes vaqueiros, jagunços, soldados, homens, mulheres e meninos sertanejos mortos nas lutas dos coronéis e que não tiveram sequer uma sepultura” (ÉLIS, 2008: 01). O enredo foi extraído de uma história real, de um fato histórico ocorrido em Goiás nos idos de 1917 e 1918, sobre o qual Élis dedicou intensa pesquisa.²⁶⁵ Aqui temos o cenário de um pequena vila interiorana de Goiás, a Vila do Duro, onde impera o poder da família Melo. Avesso aos desmandos do potentado, Vicente Lemos – coletor nomeado pelo governo – tenta enquadrá-los na lei da República, mas o poder que acaba prevalecendo é o que emana da posse de terras, através do meio de ação que as potentes chefias conheciam: a violência²⁶⁶.

O chamado da reforma agrária passou a ser elemento articulador das diferentes lutas que se travavam no campo, e já no início dos anos 1950 aparecia mais organicamente articulada com as linhas políticas gerais do partido comunista. As múltiplas propostas apresentadas pelo PCB sobre o caminho a ser seguido no campo foram resultado de um intenso debate entre seus intelectuais, que procuravam acompanhar e entender as mudanças que ocorriam naqueles anos. Em meados da década de 1940, o partido se envolveria na criação das irmandades²⁶⁷ e Ligas Camponesas²⁶⁸. Nos anos seguintes, esses

²⁶⁵ ALMEIDA, Cristiane Roque de. *História e sociedade em Bernardo Élis: uma análise sociológica de O Tronco*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2003.

²⁶⁶ Sobre a importância da questão agrária na literatura brasileira, ver: AGUIAR, Flávio (org.). *Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

²⁶⁷ As irmandades eram formas elementares de organização, baseadas nas irmandades da Igreja Católica, forma de organização mais conhecida e aceita entre os trabalhadores rurais do período. Esse tipo de organização daria origem às Ligas Camponesas. SILVA, Lyndolpho; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964*. Entrevista. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, número 02, junho 1994.

²⁶⁸ “Chamam-se Ligas Camponesas as organizações rurais construídas a partir da década de 1940, originalmente sob a direção do Partido Comunista. Elas representaram o esforço do PCB em ampliar suas bases políticas, na tentativa de fundamentar a aliança operário-camponesa para fazer face ao latifúndio e ao imperialismo. Em 1947, com o PCB colocado na ilegalidade, a maior parte das ligas desaparece, principalmente em virtude da repressão desencadeada pelos latifundiários. Alguns anos depois, a mobilização camponesa no Nordeste passa a ser conhecida como Ligas Camponesas, mas agora dirigidas por

movimentos tomariam proporções significativas. Podemos citar, entre muitos, a revolta dos trabalhadores rurais em Fernandópolis (São Paulo) em 1949; a ocupação da fazenda Piratininga, juntamente com a Liga Camponesa de Canápolis (Minas Gerais), em 1950; a revolta de Trombas e Formoso (Goiás) que se estende por toda a década de 1950; a revolta camponesa de Porecatu (Paraná), com os primeiros embates em 1946, se arrastando até 1952; o levante dos posseiros em Francisco Beltrão (sudoeste do Paraná), em 1957; a reativação das Ligas Camponesas, em 1955, agora sob orientação do advogado Francisco Julião; e a criação do Movimento dos Agricultores Sem-Terra (MASTER), que atuou no Rio Grande do Sul, entre 1960 e 1964, apoiado e estimulado pelo então governador do estado Leonel Brizola²⁶⁹.

Outras formas de organização camponesa mediadas pelo Partido Comunista foram os Encontros, Conferências e Congressos. Em 1953, ocorre I Encontro Nacional de Trabalhadores Agrícolas; em 1954, a II Conferência Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, ocasião onde é fundada a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), e em que se lança a Campanha Nacional pela Reforma Agrária; em 1961, o I Congresso Nacional dos Lavradores Agrícolas do Brasil, reunindo várias forças políticas e sociais que atuavam no movimento rural; em 1963, o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, com a fundação da Confederação Nacional de Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). Já no governo de João Goulart, em 1962, quando as Reformas de Base – em especial a Reforma Agrária – eram o centro do debate político, cria-se a Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA) e a Comissão Nacional de Sindicalização Rural (CONSIR); e em 1963, promulga-se o Estatuto de Trabalhador Rural²⁷⁰.

Esta ebulição política e social seria a marca dos primeiros anos de 1960. O PCB era a instância política de maior inserção e influência na vida sócio-política brasileira, e transitava neste momento entre

Francisco Julião.” MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010. Sobre as Ligas Camponesas do PCB, ver: BEZERRA, Gregório. *Memórias – segunda parte, 1946-1969*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979. Sobre as Ligas Camponesas de Julião, ver: JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* In: WELCH, Clifford Andrew Welch et alii. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol.1. São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

²⁶⁹ A respeito dos movimentos dos trabalhadores no campo, ver: SOARES, Paula Elise Ferreira. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011; MOREIRA, Vagner José. *Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis –SP, 1946-1964*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia; COELHO, Marco Antônio Tavares Coelho. *Heranças de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000; CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Trombas: um ensaio revolucionário*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, vol 1. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2009; SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba, Rosa de Bassi, 2006; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60*. In: ROIO, Marcos Del; MORAES, João Quartim de (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

²⁷⁰ Ver, por exemplo: SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *Camponeses e política pré-64*. In: Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, número 08, abril 1997; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

a reforma e revolução²⁷¹. Por fim, a partir de 1963, optaria por um caminho de Reforma Agrária radical, superestimando, como hoje se sabe, suas forças e a de seus aliados, assim como as dimensões e possibilidades do movimento popular²⁷².

Houve, não só por parte do PCB, mas de todos os atores políticos envolvidos neste cenário, seja à esquerda ou à direita, uma crescente desvalorização dos meios institucionais e democráticos de ação política. Apostando nos meios extralegais para fazer prevalecer suas posições políticas, no dia 1º de abril de 1964 – marco cronológico final deste trabalho – civis e militares retiram João Goulart da presidência da república, através de um golpe que daria fim às agitações das massas e às pretensões revolucionárias da esquerda.

Literatura e engajamento

Elegemos neste estudo a imaginação literária de Bernardo Élis como *locus* privilegiado de pesquisa. Concebendo sua reflexão como forma de engajamento²⁷³ no espaço público, Bernardo Élis nos apresenta nas duas obras aqui estudadas – *A terra e as carabinas*, e *O Tronco* -, uma realidade concreta, que nos permite refletir sobre a contribuição e inserção do autor no meio político em que atuava – O Partido Comunista do Brasil -, e especificamente na temática abordada: o mundo rural.

Há, neste contexto, um esforço de artistas e intelectuais para ligar-se aos “humilhados e ofendidos” que povoavam o mundo rural e a cidade, registrando a vida do povo, e aproximando-se do que supunham fossem seus interesses. Realizariam assim uma arte popular e nacional: nacional, por ser anti-imperialista, uma arte não alienada, que refletisse a realidade brasileira; popular porque acenava para a democratização da cultura, e criticava a arte como ornamento. Aqui, o campo será o cenário principal, a

²⁷¹ Para ver mais sobre a idéia de reforma e revolução no PCB, ver: REIS FILHO, Daniel Aarão. *Entre a reforma e a revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964*. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007; SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB. 1954-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.

²⁷² Sobre o Partido Comunista Brasileiro neste período, ver: CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982; SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros, 1988; BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997; PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA. DOCUMENTOS. 1958-1979. São Paulo: Ed. LECH, 1980; AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001; IANONI, Marcus. *O PCB e a revolução brasileira*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1991.

²⁷³ Utilizaremos aqui o conceito de escritor/literatura engajada, de Benoît Denis: “o escritor engajado entende participar plenamente e diretamente, através de suas obras, no processo revolucionário, e não mais simbolicamente. A literatura engajada não se pensa mais exatamente como um fim em si, mas como suscetível de tornar-se um meio ao serviço de uma causa que ultrapassa largamente a literatura. O escritor engajado é aquele que assumiu explicitamente uma série de compromissos com relação à coletividade, que ligou-se de alguma forma a ela por uma promessa e que joga nessa partida a sua credibilidade e reputação”. In: DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. São Paulo: Ed. Edusc, 2002. Sobre literatura e engajamento, ver também: RONCARI, Luiz. *O cão e o sertão: literatura e engajamento*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

fome será o tema, e o nordeste o espaço simbólico que permitirá discutir a realidade social do país, o regime de propriedade da terra, a revolução²⁷⁴.

Nesse momento, a produção literária encontraria seu parâmetro de legitimidade na política, e o cenário público seria o lugar privilegiado onde se autorizaria a voz do escritor, convertido assim em intelectual. Bernardo Élis, literato militante comunista, iria se inserir neste debate de forma candente. Sua obra tem valor ímpar pois desloca o olhar do Nordeste para o Sudeste, sobre o qual pairava certo silêncio acerca das figuras do campo. Élis inaugura com o livro *Ermos e Gerais*, publicado em 1944, uma nova fase da literatura regionalista, a chamada literatura do centro-oeste, ou ciclo goiano-mineiro, sendo acompanhado posteriormente por João Guimarães Rosa (*Sagarana*, em 1946), Mário Palmério (*Vila dos Confins*, em 1956), José J. Veiga (*Os cavalinhos de Platiplanto*, em 1959), e outros. Para Élis, a literatura do subdesenvolvido precisava passar pelo regional, daí a idéia de falar sobre seu estado, Goiás²⁷⁵.

Seu horizonte narrativo fixou-se no universo sertanejo, em seus personagens, na força de suas reações diante do mundo, nas relações de poder e opressão desse mundo. Seu sentido de observação fazem-no transmitir, com verossimilhança, a realidade social-telúrica, que é sempre a base de suas histórias. Transporta para suas obras os problemas da liberdade, das lutas, dos jogos a que se submetem os menos favorecidos, do homem ante a vivência do meio²⁷⁶. Nessa nova literatura o campo é o lugar do atraso – como na leitura de períodos anteriores –, mas também o de tomada de consciência e o da ruptura de espírito que pode levar a novo processo inclusivo de desenvolvimento econômico, social e cultural. Na obra de Élis, esse salto pode se verificar na busca de uma linguagem de comunicação imediata, como confirma o depoimento do autor:

Quando publiquei *O Tronco* estava muito ligado às lutas populares. Fui muitas vezes com os roceiros ao cinema. Observei que não entendiam um filme com hiatos de tempo, com metáforas, com uma porção de conclusões. Sua estrutura mental, levava-os apenas a compreender uma história com começo, meio e fim – como faz a literatura popular. Eu defendi que a literatura estava muito sofisticada e não atingia o povo. Inclusive aquela que eu fiz em *Ermos e Gerais* [...]. Pretendia uma literatura mais objetiva, mas que não fosse um relatório. A história de *O Tronco* era verdadeira – a tragédia da cidadezinha do Duro. Fiz um romance simples, aproveitando os relatos que me contavam como uma história de folclore popular [...]”(ÉLIS IN: ABDALA JÚNIOR, 1983: 10).

²⁷⁴ FREDERICO, Celso. *A política cultural dos comunistas*. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias, interpretações*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

²⁷⁵ A respeito da literatura do centro-oeste, ver: BARBOSA, Francisco de Assis. *Romance de Protesto*. In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008; NEJAR, Carlos. *História da Literatura Brasileira: da Carta de Caminha aos contemporâneos*. São Paulo: Leya, 2011; BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.

²⁷⁶ Para uma análise das obras de Bernardo Élis, ver: CARVALHO, Leonice de Andrade. *Opressores e oprimidos na contística de Bernardo Élis*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2006; ALMEIDA, Cristiano Roque de. *História e sociedade em Bernardo Élis: uma análise sociológica de O Tronco*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2003; FARIA, Zênia de. *Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis*. Revista Signotica, vol. 1, nº 1, 1987.

A discussão sobre o homem simples do campo, presente em toda a obra de Élis, permeou também a produção de quase todos os intelectuais e artistas vinculados à esquerda. Dentro do PCB, essa discussão se deu principalmente através dos meios de comunicação. Na política do partido, as reflexões sobre a questão agrária sempre foram pouco consistentes, esparsas, permanecendo como parte da teoria geral. Serão reflexões que correm em paralelo dentro do partido, iniciativas de seus intelectuais e militantes - que utilizam de sua “intuição política” para ultrapassarem a teoria oficial -, que irão situar a questão agrária como tal, inserindo-a numa teoria sobre o conjunto da formação social²⁷⁷. Nesse sentido, revistas e os jornais do partido²⁷⁸ serão lugares propícios para localizarmos a discussão sobre a questão agrária, conhecermos seus termos, e compreendermos a maneira como Bernardo Élis se inseria nesta discussão. Como afirma Sirinelli²⁷⁹, jornais e revistas são lugares preciosos para a análise do movimento das idéias, e são, antes de tudo, lugar de fermentação intelectual e de relação afetiva, ao mesmo tempo viveiro e espaço de sociabilidade.

Importantes também para este estudo, serão as obras de três intelectuais comunistas que se firmaram como referência do pensamento agrário do Partido Comunista. Alberto Passos Guimarães, com *Quatro séculos de latifúndio*, lançado em 1963; Nelson Werneck Sodré, com *Formação histórica do Brasil*, publicada em 1962; *História da Burguesia Brasileira*, de 1964; e Caio Prado Júnior, com *A revolução brasileira*, de 1966, que constroem teorizações que gravitam basicamente sobre dois eixos: reforma agrária legal x reforma agrária radical; e feudalismo x capitalismo agrário²⁸⁰.

Fora do partido, essa discussão se realizava com a mesma força. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda²⁸¹, a produção cultural do período, largamente controlada pela esquerda, estará marcada pelos temas do debate político: temas da modernização, da democratização, da revolução, do nacionalismo, e

²⁷⁷ Para o debate agrário realizado no interior dos jornais e revistas comunistas, ver: A QUESTÃO AGRÁRIA: TEXTOS DOS ANOS SESENTA. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980; SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política*: autores pecebistas. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996; SANTOS, Raimundo (org.). *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007; STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional, 1500 – 1960*. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2005.

²⁷⁸ A respeito da política cultural dos comunistas, ver: MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947 – 53)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1994; RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias, interpretações*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007; FREDERICO, Celso. *A política cultural dos comunistas*. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias, interpretações*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007;

²⁷⁹ SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

²⁸⁰ Sobre Alberto Passos Guimarães, ver: GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1964; SOARES, Paula Elise Ferreira. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011; SANTOS, Raimundo. *Alberto Passos Guimarães e a reforma agrária não camponesa*. In: *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007. Sobre Nelson Werneck Sodré, ver: SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968; MORAES, João Quartim de. *Sodré, Caio Prado, e a luta pela terra*. In: CUNHA, Paulo R. & CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006; GRESPAN, Jorge. *O conceito de modo de produção em Nelson Werneck Sodré*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006. Sobre Caio Prado Júnior, ver: *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007; SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.

²⁸¹ HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde – 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

na fé no povo. Marcelo Ridenti cria dois conceitos para compreender esses elementos comuns no meio cultural neste período histórico. O conceito de *Romantismo Revolucionário*²⁸², que diz respeito à utopia de integração do intelectual com o homem simples do povo, à vontade de transformação, a ação dos seres humanos para mudar a história, para construir o homem novo. O modelo deste homem novo estaria no passado, na idealização de um autêntico homem do povo, com raízes rurais, supostamente não contaminado pela modernidade capitalista; e o conceito de *Brasilidade Revolucionária*²⁸³, que se refere a aspectos de uma vertente específica de construção da brasilidade, aquela identificada com ideias, partidos e movimentos de esquerda, e presente também de modo expressivo em obras e movimentos artísticos. Trata-se de uma aposta nas possibilidades da revolução democrática ou socialista, que permitiria realizar as potencialidades de um povo e de uma nação²⁸⁴. Predominante entre a classe artística e intelectual brasileira desde a década de 1950, a ideologia de esquerda colocou para a cultura a urgência de seu engajamento.

A literatura engajada, em particular, seria uma forma de participação na vida social e política de seu tempo, que se oporia a uma literatura de abstenção ou de intimismo. Engajar-se seria tomar uma certa direção, fazer a escolha de se integrar em uma empreitada; consistiria em praticar uma ação, voluntária e efetiva, que manifestaria e materializaria a escolha efetuada conscientemente. Essa escolha, essa recusa à passividade, foi certamente o caminho escolhido por Bernardo Élis. Desvelando a realidade dos sertões do Brasil, o autor fez de sua literatura arma e argumento, contribuindo de maneira efetiva para a discussão agrária no Brasil.

Referências Bibliográficas

A QUESTÃO AGRÁRIA: TEXTOS DOS ANOS SESENTA. São Paulo: Ed. Brasil Debates, 1980.

AARÃO REIS FILHO, Daniel. *Entre a reforma e a revolução: a trajetória do Partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964*. In: AARÃO REIS FILHO, Daniel; RIDENTI, Marcelo (orgs.). *História do marxismo no Brasil: partidos e organizações dos anos 20 aos 60*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

ABENSOUR, Miguel. *O novo espírito utópico*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.
Agraristas políticos brasileiros. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.

AGUIAR, Flávio (org.). *Com palmas medida: terra, trabalho e conflito na literatura brasileira*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.

ALMEIDA, Cristiane Roque de. *História e sociedade em Bernardo Élis: uma análise sociológica de O Tronco*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Goiás, 2003.

²⁸² RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

²⁸³ RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

²⁸⁴ Sobre o romance no período estudado por Marcelo Ridenti, ver: ÁVILA, Henrique Manuel. *Da urgência à aprendizagem: sentido da história e romance brasileiro dos anos 60*. Londrina: Ed. UEL, 1997; FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: A festa*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.

- ALMEIDA, Cristiano Roque de. *História e sociedade em Bernardo Élis: uma análise sociológica de O Tronco*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2003.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. *Estudos sobre quatro regionalistas*: Goiânia: Ed. UFG, 1985.
- ALMEIDA, Nelly Alves de. *Presença literária de Bernardo Élis*. Goiânia: Ed. UFG, 1970.
- AMADO, Jorge. *Navegação de cabotagem*. Rio de Janeiro: Ed. Record, 2001.
- ÁVILA, Henrique Manuel. *Da urgência à aprendizagem: sentido da história e romance brasileiro dos anos 60*. Londrina: Ed. UEL, 1997.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Romance de Protesto*. In: ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- BEZERRA, Gregório. *Memórias – segunda parte, 1946-1969*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1979.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva: as duas almas do Partido Comunista – 1920/1964*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1997.
- BUENO, Luís. *Uma história do romance de 30*. São Paulo: Edusp: Campinas: Ed. Unicamp, 2006.
- CANDIDO, Antônio. *Vários escritos*. São Paulo: Ed. Duas Cidades, 1995.
- CARVALHO, Leonice de Andrade. *Opressores e oprimidos na contística de Bernardo Élis*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Goiás, 2006.
- CHILCOTE, Ronald H. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.
- COELHO, Marco Antônio Tavares Coelho. *Heranças de um sonho: as memórias de um comunista*. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Trombas: um ensaio revolucionário*. In: FERNANDES, Bernardo Mançano Fernandes, MEDEIROS, Leonilde Servolo de, PAULILO, Maria Ignez (orgs.). *Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas*, vol 1. São Paulo: Ed. UNESP; Brasília: NEAD, 2009.
- DENIS, Benoît. *Literatura e engajamento: de Pascal a Sartre*. São Paulo: Ed. Edusc, 2002.
- ÉLIS, Bernardo. ÉLIS, Bernardo. *A terra e as carabinas*. Goiânia: Ed. R&F, 2005.
- ÉLIS, Bernardo. Entrevista autobiográfica. In: ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Bernardo Élis, literatura comentada*. São Paulo: Ed. Abril Educação, 1983.
- ÉLIS, Bernardo. *O tronco*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- FARIA, Zênia de. *Aspectos da recepção crítica da obra de Bernardo Élis*. Revista Signótica, vol. 1, nº 1, 1987.
- FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do mito: cultura e imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*. Niterói: EduFF: Rio de Janeiro: MAUAD, 2002.
- FRANCO, Renato. *Itinerário político do romance pós-64: A festa*. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- FREDERICO, Celso. *A política cultural dos comunistas*. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias, interpretações*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

FREDERICO, Celso. *A política cultural dos comunistas*. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias, interpretações*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

GLEDSON, John; BALDERSTON, Daniel; RONCARI, Luiz. *Direções da pesquisa em literatura e história*. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (orgs.). *Literatura e história na América Latina*. São Paulo: Edusp, 2001.

GRESPLAN, Jorge. *O conceito de modo de produção em Nelson Werneck Sodré*. In: CUNHA, Paulo; CABRAL, Fátima (orgs.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.

GUIMARÃES, Alberto Passos. *Quatro séculos de latifúndio*. São Paulo: Fulgor, 1964.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Impressões de viagem: CPC, vanguarda e desbunde – 1960/70*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

IANONI, Marcus. *O PCB e a revolução brasileira*. Dissertação de mestrado, PUC-SP, 1991.

JULIÃO, Francisco. *Que são as Ligas Camponesas?* In: WELCH, Clifford Andrew Welch *et alii*. *Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas*. Vol.1. São Paulo: Ed. UNESP: Brasília: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Luta por terra e organização dos trabalhadores rurais: a esquerda no campo nos anos 50/60*. In: ROIO, Marcos Del; MORAES, João Quartim de (orgs.). *História do marxismo no Brasil*, vol. 4. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. *Reforma agrária no Brasil: história e atualidade da luta pela terra*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2003.

MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-1953)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORAES, Denis de. *O imaginário vigiado: a imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947 – 53)*. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 1994.

MORAES, João Quartim de. *Sodré, Caio Prado, e a luta pela terra*. In: CUNHA, Paulo R. & CABRAL, Fátima (org.). *Nelson Werneck Sodré: entre o sabre e a pena*. São Paulo: UNESP, 2006.

MORE, Thomas. *Utopia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

MOREIRA, Vagner José. *Memórias e histórias de trabalhadores em luta pela terra: Fernandópolis –SP, 1946-1964*. Tese de doutorado, Universidade Federal de Uberlândia.

MOTTA, Márcia (org.). *Dicionário da Terra*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2010.

NEJAR, Carlos. *História da Literatura Brasileira: da Carta de Caminha aos contemporâneos*. São Paulo: Leya, 2011.

PCB: VINTE ANOS DE POLÍTICA. DOCUMENTOS. 1958-1979. São Paulo: Ed. LECH, 1980.

RIDENTI, Marcelo. *Brasilidade Revolucionária: um século de cultura e política*. São Paulo: Ed. UNESP, 2010.

RIDENTI, Marcelo. *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

RONCARI, Luiz. *O cão e o sertão: literatura e engajamento*. São Paulo: Ed. UNESP, 2007.

- RUBIM, Antônio Albino Canelas. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do Marxismo no Brasil: teorias, interpretações*. Campinas: Ed. Unicamp, 2007.
- SANTOS, Raimundo (org.). *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- SANTOS, Raimundo (org.). *Questão agrária e política: autores pecebistas*. Rio de Janeiro: Ed. UFRRJ, 1996.
- SANTOS, Raimundo; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *Camponeses e política pré-64*. In: Revista Estudos, Sociedade e Agricultura, número 08, abril 1997.
- SANTOS, Raimundo. *A primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957)*. Belo Horizonte: Ed. Oficina de Livros, 1988.
- SANTOS, Raimundo. *Alberto Passos Guimarães e a reforma agrária não camponesa*. In: *Agraristas políticos brasileiros*. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2007.
- SANTOS, Raimundo. *Caio Prado Júnior na política brasileira*. Rio de Janeiro: Mauad: FAPERJ, 2001.
- SEGATTO, José Antônio. *Reforma e Revolução: as vicissitudes políticas do PCB. 1954-1964*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, Lyndolpho; COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. *A construção da rede sindical rural no Brasil pré-1964*. Entrevista. In: Revista Estudos Sociedade e Agricultura, número 02, junho 1994.
- SILVA, Osvaldo Heller da. *A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná*. Curitiba, Rosa de Bassi, 2006.
- SIRINELLI, Jean-François. *Os intelectuais*. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.
- SOARES, Paula Elise Ferreira. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- SOARES, Paula Elise Ferreira. *As representações do camponês e do latifundiário brasileiros: trabalhadores rurais e coronéis na cultura política comunista (1922-1964)*. Dissertação de mestrado. Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.
- SODRÉ, Néelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1968.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel; GUIMARÃES, Juarez Rocha; PAULA, Delsy Gonçalves de (orgs). *Sentimento de Reforma Agrária, Sentimento de República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Travessia: a narrativa da República em Grande Sertão: Veredas*. In: BIGNOTTO, Newton. *Pensar a República*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2000.
- STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate tradicional, 1500 – 1960*. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2005.
- VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas 1922-1974*. São Paulo: Ed. Hucitec, 1982.
- ZILBERMAN, Regina; MOREIRA, Maria Eunice; BORDINI, Maria da Glória; REMÉDIOS, Maria Luiza Ritzel. *As pedras e o arco: fontes primárias, teoria e história da literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004.

*Lá e cá: o noticiário internacional como espaço de críticas possíveis ao regime militar***Rafael Henrique Antunes**

Mestrando em História pela UNESP – Campus de Assis

Bolsista CAPES

rafahantunes@gmail.com

Resumo: O presente trabalho é fruto de minha pesquisa de mestrado, com a qual pretendo colaborar com os estudos sobre a imprensa brasileira durante o regime militar. Nesta pesquisa, tenho analisado um setor que ainda não encontra grande relevância nos estudos ocupados com a mídia: a editoria internacional da grande imprensa nacional. Neste texto, proponho uma discussão sobre a editoria internacional de dois periódicos nacionais, o *Jornal do Brasil* e a revista *Veja*, entendendo suas editorias em termos de estrutura e dinâmica da produção jornalística, além de analisar o noticiário internacional enquanto possível espaço de crítica aos arbítrios do regime militar.

Palavras-chave: Editoria internacional; regime militar; censura.

Abstract: This work is one result of my master's research, with which I intend to collaborate with the studies about the Brazilian press under the military regime. In this research I have examined a sector that has not found great relevance in the media studies: the international publishing of large national press. In this text, I propose a discussion about the international publishing of two national journals, the *Jornal do Brasil* and the *Veja* magazine, understanding their editorial in terms of structure and dynamics of news production, also analyzing this international news as possible space of critical to the wills of the military regime.

Keywords: International publishing; military regime; censorship.

Ao analisar-se a historiografia brasileira ocupada com o tema do regime militar brasileiro do pós-1964, nota-se que há uma boa gama de trabalhos acadêmicos preocupados com a imprensa nacional no período. Boa parte destas análises tem na imprensa uma rica fonte de pesquisa. No entanto, tomar esta mesma imprensa enquanto objeto para a pesquisa histórica não tem sido uma tarefa realizada por muitos historiadores. Interessante salientar que os órgãos da imprensa nacional tiveram papel de suma importância na implantação deste regime. Jornais como *O Estado de S. Paulo* e o *Jornal do Brasil*, por exemplo, atuando como verdadeiros formadores de opinião, publicariam ao longo dos primeiros meses de 1964 uma série de críticas incisivas ao presidente João Goulart, ampliando o desgaste da imagem e a insatisfação das camadas médias da população para com o presidente legalmente eleito, oferecendo bases mais sólidas para o golpe civil-militar.

Estes mesmos órgãos midiáticos que apoiaram o golpe civil-militar e os primeiros decretos do governo militar passariam a sofrer com a censura imposta aos meios de comunicação nacionais através, principalmente, dos Atos Institucionais – sobretudo o Ato nº. 5, promulgado em 1968. Ao terem sua atividade noticiosa censurada, estes órgãos trilhariam alternativas para driblar o cerceamento imposto. *O Estado de S. Paulo* e *Jornal da Tarde*, ambos pertencentes à Família Mesquita, publicariam trechos de

poemas e receitas culinárias em substituição às matérias censuradas. No *Jornal do Brasil*, a utilização de estratégias provocativas também foi um recurso utilizado para o combate aos arbítrios do regime, sendo aplicada com uma dose generosa de sagacidade. Dois dias após a promulgação do Ato-Institucional nº5, o editor chefe do periódico, Alberto Dines, utiliza a estratégia denunciativa através do boletim climático, anunciando ao leitor que o aguardava: “Tempo negro. Temperatura Sufocante.” E ainda que: “O ar está irrespirável. O país está sendo varrido por fortes ventos”. (MARTINS E LUCA, 2006. p 107-108.). A revista *Veja* também se valeu da sutileza para denunciar a censura e os arbítrios do regime, modificando as editoriais em que as matérias seriam publicadas ou substituindo os conteúdos publicados por gravuras.

Além da ironia e da substituição, outra estratégia utilizada pelos jornais brasileiros colocaria a editoria internacional no foco denunciativo. O tratamento jornalístico dos acontecimentos internacionais pode ter servido, por vezes e difusamente, aos periódicos como uma forma de tecer e emitir, direta ou indiretamente, críticas às medidas e ações políticas dos governos militares, ou ao arbítrio do regime militar como um todo (ABREU, 2005. p. 57). Durante os anos de repressão mais intensa do regime militar, o conteúdo desta editoria pode ter despertado interesse inédito do público-leitor, que poderia perceber nas entrelinhas o afazer jornalístico presente ao atirar “pedras na direção de uma determinada ditadura para que a pedra caísse em uma outra ditadura bem mais próxima de todos nós” (NATALI, p. 50).

Embora a censura e muitos outros aparatos repressivos do regime tenham sido suspensos somente em fins da década de 1970, já em 1974 houve um abrandamento desta censura em decorrência do plano de distensão política anunciado pelo então presidente General Ernesto Geisel. Ainda assim, o semanário *Veja*, por exemplo, teve de conviver com a incomoda presença do censor até meados de 1976. Para podermos historicizar e caracterizar os conteúdos publicados pela editoria internacional de *Veja* e do *Jornal do Brasil* enquanto possíveis espaços de críticas diretas ou indiretas ao regime militar, é importante o entendimento desta editoria em cada um destes órgãos, atentando-se para suas similitudes e diferenças.

Seguindo estreitamente o padrão dos *newsweeks* norte-americanos, *Veja* teria já em seu primeiro número uma grande reportagem em sua primeira página, sob a responsabilidade da editoria internacional²⁸⁵. Entre o lançamento do semanário em setembro de 1968 até última edição do ano de 1969, das sessenta e nove edições semanais que chegaram aos leitores através das bancas – salientando que o sistema de vendas de assinaturas ainda era incipiente em *Veja* – dezenove ostentavam na primeira página assuntos próprios à editoria internacional. O tema mais abordado fora a corrida espacial, com grandes reportagens, farto material gráfico e fotográfico das agências internacionais noticiosas e ainda de repórteres especialmente destacados para pesquisar o assunto. Além da corrida espacial, a União

²⁸⁵ *Veja*, Edição 01. 11/09/1968. “O Grande duelo no mundo comunista”

Soviética mereceu grande destaque nas capas de *Veja* neste período, sobretudo durante conflitos regionais nos quais os soviéticos pudessem ter participado direta ou indiretamente.

Já em 1974 a quantidade de capas ocupadas com temas da editoria internacional é ainda considerável, tendo sido publicadas dezesseis capas com a temática específica da editoria internacional. O crescimento financeiro da revista faria com que houvesse fortalecimento de sua editoria internacional, grande fonte de interesse jornalístico em tempos de guerra fria. O primeiro editorial do ano de 1974 alardeava o crescimento da revista, anunciando que:

“(...) para VEJA, 1973 foi dadivoso em todos os sentidos. Ela firmou-se como um importante órgão formador de opinião, penetrou em todos os setores da vida política e cultural do país, aumentou em mais de 30% o volume dos seus anúncios e em 40% a sua tiragem, atingindo nos últimos três meses do ano uma venda média de 140 000 exemplares por edição”²⁸⁶.

A par do sucesso econômico e publicitário, a editoria internacional do periódico acompanharia o restante da imprensa impressa – aí inclusos os órgãos da imprensa diária – e demais mídias, dando grande destaque aos acontecimentos internacionais em capas e no espaço editorial que já angariara. No decorrer dos anos 1970 outro aspecto gráfico empregado pela revista ajudou a destacar a editoria internacional do periódico. No canto superior esquerdo da revista havia tarjas, impressas transversalmente, com destaque geralmente relegado a outras matérias que não as destacadas no restante da capa, denominadas no jargão jornalístico de “cantoneiras”. Raras vezes, este espaço não foi preenchido. Também houve algumas poucas edições em que este recurso foi empregado para enaltecer o assunto da primeira página da revista, como é o caso da edição 283, cuja capa é totalmente preenchida por uma foto do edifício Joelma ainda em chamas. Em 1974, este recurso gráfico foi empregado dezessete vezes para anunciar diversos assuntos da editoria internacional, da crise militar no Chipre, ao endurecimento do regime militar chileno.

Ao se observar o espaço editorial reservado para a publicação do conteúdo proveniente da editoria internacional em *Veja*, nota-se que este contou com muitas variações relativas à quantidade de páginas ocupadas e também relativas à localização destinada para este noticiar no projeto gráfico da revista. Em momentos de considerável tranquilidade do cenário internacional, o noticiário estrangeiro ocupou de seis a dez páginas publicadas, em média. Variações ocorrem quando, por algum motivo extraordinário, há destaque maior para algum acontecimento pertencente à editoria internacional. Na edição nº. 295, de maio de 1974, que noticiou os acontecimentos da Revolução dos Cravos são dedicadas pela revista cinco páginas ao conteúdo editorial internacional variado, acrescidas de mais oito páginas totalmente ocupadas com o movimento militar português. Além disto, a edição destaca em mais dezesseis páginas as memórias que haviam sido recém-publicadas do ex-secretário-geral do partido comunista da União

²⁸⁶ Veja, Edição 278. P. 13. Mino Carta na “Carta ao Leitor”, nome dado por muitos anos ao editorial da revista.

Soviética, Nikita Krushev, fato que podemos considerar, ainda que transversalmente, como parte da editoria internacional e que, não fosse a deposição do governo ditatorial português pelos capitães das forças armadas, certamente teria mais destaque na capa da Revista.

Os espaços destinados para as práticas do jornalismo internacional também tem bastante destaque no *Jornal do Brasil* em meados da década de 1970. O caminho percorrido para que os profissionais da editoria internacional do matutino carioca pudessem ocupar seu espaço no periódico data do desenrolar da Segunda Guerra Mundial e do período compreendido entre fins da década de 1950 e começo da de 1960, quando das reformas editoriais implementadas pelo matutino. Assim, em meados da década de 1970, em uma edição semanal do *Jornal do Brasil*, a editoria internacional já havia angariado seu espaço na primeira página do periódico, na qual contava-se, geralmente, com uma divisão equitativa entre as chamadas para as matérias desta editoria e para as de assuntos nacionais. Levando-se em conta que as demais matérias relacionadas ao contexto nacional poderiam ser de diferentes editorias, como as de política ou esporte, por exemplo, pode-se afirmar que o destaque para os acontecimentos internacionais é bastante considerável no JB. Se considerarmos ainda o fato de que, na maior parte das edições diárias, as imagens reproduzidas na primeira página²⁸⁷ estão relacionadas com conteúdos da editoria internacional, esta passa a ter destaque ainda maior.

Após destacar parte de seu conteúdo na primeira página, formando para o público leitor uma “vitrine” do que fora impresso em cada edição do jornal (RIBEIRO, 2007), o JB dedica alguns outros espaços para a publicação do noticiário internacional. A segunda página do periódico era, no curso da década de 1970, ocupada por notícias do exterior, na maioria das vezes com mais de duas matérias, longas, ilustradas por poucas imagens e sendo esta página geralmente pouco guarnecida de anúncios publicitários. O conteúdo deste espaço da editoria internacional é bastante variado, mas grande parte das matérias está, em geral, relacionada com o noticiário oriundo das Américas. Este espaço constituía notadamente um espaço nobre no noticiário do JB, sendo ocupado por matérias que, quase sempre, ocupavam destaque na primeira página do primeiro caderno, além de estar localizado logo na abertura do periódico. No curso do regime civil-militar o conteúdo editorial desta segunda página teria igual importância quando comparada com mais duas do periódico. A quarta página, denominada Política e Governo, que tradicionalmente imprimia sutilmente críticas ao governo militar e a seus desmandos autoritários, era onde seria também impressa a já então considerada clássica *Coluna do Castello*. Fora através deste espaço que o articulista Carlos Castello Branco irritara inúmeras vezes as autoridades militares, com críticas sagazes, cujas palavras ecoavam e golpeavam o governo, e cuja importância sempre foi assegurada pelo público leitor, que referendava os comentários de Castello através de cartas.

²⁸⁷ Geralmente, eram impressas na primeira página no JB duas imagens, relacionadas com alguma chamada de matéria e compostas em geral por radiofotos das agências internacionais de notícias. São observações que fizemos ao longo da pesquisa. No entanto, devido ao grande volume de dados coletados, ainda não houve uma sistêmica quantificação dos dados.

O colunista também aproveitara usualmente seu espaço diário para comentar os acontecimentos internacionais, quase sempre com viés comparativo em relação ao governo nacional.

Outra página na qual o destaque editorial pode-se comparar com os materiais produzidos pela editoria internacional na segunda página do JB, era a ocupada com os tradicionais editoriais, localizada impreterivelmente na sexta página do jornal. Além dos editoriais, que no decorrer do governo Geisel estiveram comumente permeados por críticas suaves ao governo, esta página contava tradicionalmente com mais um texto de seus articulistas. O grupo de colunistas que ocupavam este espaço era composto, em meados da década de 1970, por nomes célebres como o então cardeal arcebispo do Rio de Janeiro Dom Eugênio de Araújo Sales; o crítico literário, professor e escritor Alceu Amoroso Lima, que assinaria suas colunas sob o pseudônimo de Tristão de Athayde; o grande jornalista e historiador Barbosa Lima Sobrinho; o economista Octávio Gouvêa de Bulhões, além de outras personalidades que assinariam colunas neste espaço, porém com menor frequência como Carlos A. Dunshee de Abranches e o jurista Arnold Wald. Este espaço foi utilizado por estes articulistas correntemente como maneira de expressar suas opiniões acerca do campo político nacional, mas temas noticiados pela editoria internacional mereceram comentários, os quais por muitas vezes, utilizando-se do recurso comparativo, teceram críticas indiretas ao governo e as atitudes arbitrárias dos militares de maneira bastante clara, assim como o fizera muitas vezes o colunista Castello.

Ainda acerca deste espaço gráfico delimitado na sexta página do periódico, há de se destacar o espaço reservado para as charges, que neste período foram produzidas pelos irmãos Zélio e Zivaldo Alves Pinto e eventualmente com a contribuição de algum outro cartunista. Estes *cartuns* muitas vezes abordaram temáticas propostas no noticiário internacional do JB, como no caso do período inicial da Revolução dos Cravos, onde foram produzidas diversas caricaturas enaltecendo a liberdade obtida pelo povo português dentre outras representações caricaturais do momento revolucionário, e muitas outras versando sobre demais assuntos do noticiário estrangeiro, dentre as quais, destacam-se algumas de Zivaldo, com claras alusões e comparações com o regime militar brasileiro. Assim, denota-se que o conteúdo produzido através dos editores e jornalistas ocupados com a temática internacional neste matutino ultrapassava uma delimitação de espaço gráfico, mesmo em momentos em que o contexto internacional não fosse de exceção, como no caso da revolução portuguesa ou nos curso dos muitos golpes militares que sacudiram o continente americano e boa parte do mundo nos anos 1960-70.

Mais do que o que seria publicado pelo matutino na primeira, segunda ou sexta página, o conteúdo da editoria internacional do JB nos anos 1970, de modo geral, é publicado a partir da oitava página, ocupando quantia de páginas variadas, entre três e seis páginas geralmente, tal cifra definida de acordo com a ocorrência e relevância dos temas abordados em cada edição diária.

Com aparato técnico e o capital humano estabelecido em diversificadas regiões do mundo, estes órgãos de imprensa nacionais publicaram nestes espaços, com grande frequência, o conteúdo informativo da editoria internacional. Entre 1974 e 1976, o cenário europeu toma conta de boa parte das páginas que abordaram acontecimentos internacionais na imprensa brasileira, devido a uma série de fatores, tendo destaque o tumultuado ambiente político ocasionado pela revolução portuguesa de 25 de abril e a repercussão desta revolução no decadente, mas ainda discricionário regime franquista, na Espanha. Ao produzir seu noticiário, *Veja* selecionara, além da Europa, substancialmente conteúdos relativos aos Estados Unidos e países Sul-americanos, sobretudo acerca dos vizinhos Argentina, Uruguai, Paraguai e ao Chile, país com regime politicamente bastante semelhante ao nosso. Tal prática também é perceptível no JB, embora o conteúdo da editoria internacional do matutino seja mais amplo do que o de *Veja*, obviamente por ter edições diárias e não semanais.

Um dos fatores principais para o entendimento da escolha do noticiário ocidental em detrimento de notícias de outras partes do mundo está na utilização por parte da imprensa nacional dos despachos das agências noticiosas internacionais. As grandes agências que produziram e enviaram material jornalístico para o JB e *Veja* são agências ocidentais, sobretudo em meio à Guerra Fria, produziam material voltado para um público ocidental, esquecendo-se do bloco comunista e dando pouca importância para o continente africano. As principais agências internacionais com as quais os órgãos da imprensa brasileira se muniam de farto material jornalístico em meios da década de 1970 foram, principalmente: as americanas *United Press International* (UPI) e *Associated Press* (AP), a francesa *Agence France Press* (AFP), a britânica *Reuters* e a italiana *Agenzia Nazionale Stampa Associata* (ANSA).

Além do serviço destas agências, o trabalho dos correspondentes e enviados especiais também foi um recurso amplamente utilizado pelos periódicos nacionais neste período. Embora tenha sido, e ainda seja, um recurso caro – ainda mais quando comparado com a volumosa produção de material jornalístico advindo das agências internacionais – o repórter atuando como correspondente pode captar nuances e produzir material de grande valor para o público leitor do órgão para o qual trabalha, produzindo um diferencial jornalístico. A atuação destes foi notória no JB e em *Veja*, sobretudo durante o conturbado período revolucionário português e a lenta descolonização dos territórios africanos sob domínio lusitano.

Assim, com amplo espaço gráfico em suas páginas e vasto material jornalístico fornecido pelas agências noticiosas e correspondentes internacionais, a editoria internacional destes dois órgãos publicará, ao longo da década de 1970, diversas matérias com referências ao regime militar, muitas das quais acabariam sendo censuradas. Em setembro de 1973, o golpe militar que acarretaria no suicídio do então presidente chileno Salvador Allende e no surgimento de um dos mais reacionários regimes militares que o cone-Sul pode presenciar, foi o tema que mais chamou a atenção destes dois órgãos. O JB, em atitude atípica para seu padrão gráfico, não publicaria nenhuma imagem no dia seguinte ao golpe

em sua primeira página, preenchendo-a com um texto que anunciava a morte de Allende e o golpe em andamento. Ainda na primeira página, neste mesmo texto, seria destaque a presença do enviado especial do matutino, Humberto Vasconcellos, em Santiago, de onde o mesmo acompanhara “a rapidez da ação que pos fim a 41 anos de normalidade constitucional no Chile”²⁸⁸.

A revista *Veja*, já então estabelecida como uma das maiores publicações do país, destacaria o conteúdo em duas edições, uma das quais com uma capa emblemática elaborada por Hélio de Almeida, na qual sobre um fundo branco destaca-se o cano de uma arma em substituição à letra I de Chile. Na cantoneira, o destaque que já não precisaria ser anunciado “Veja está no Chile”²⁸⁹. Neta edição, a revista contou com despachos das agências internacionais e, principalmente, com o relato de sua editora de internacional, Dorrit Harazim, que coincidentemente viaja ao Chile para uma reunião da ONU com jornalistas da América Latina. De Santiago, a jornalista transmitiria via Telex um longo relato acerca da destituição de Allende, o qual, segundo Mino Carta, já estaria “provavelmente censurado”²⁹⁰.

O regime militar chileno implantado em 11 de setembro de 1973, foi um dos temas que estariam no foco da censura no Brasil. É bem provável que os militares brasileiros não tivessem interesse em um noticiário que demonstrasse a queda de um presidente questionado, porém legitimamente eleito, e a ascensão de um regime militar, afim de que se evitassem analogias. No entanto, tal afirmativa baseia-se em indícios – como os apresentados por Maria Fernanda Lopes Almeida em seu estudo sobre a revista *Veja* – e nos leva a uma dúvida pertinente.

Um dos grandes questionamentos no trabalho do historiador que recorre à mídia como fonte e objeto de sua pesquisa consiste, como já fora alertado pelo historiador das mídias Jean-Nöel Jeanneney, na documentação. Enquanto há acesso relativamente fácil e farto aos produtos imediatos dos periódicos – os jornais e revistas impressos – a dificuldade em encontrar material oficial dos mesmos periódicos é enorme. Assim, pouco se sabe acerca dos processos produtivos, sobre o que foi enviado pelas agências internacionais e o que foi aproveitado pelos jornais e jornalistas e, sobretudo, acerca dos mandos e desmandos da censura em relação ao noticiário. Daí decorre também a dificuldade em afirmar que o noticiário possa ter servido como crítica ao regime militar, já que não sabe-se se o mesmo passou pelo crivo da censura ou não. No entanto, é possível perceber indícios de críticas ao consultar o material jornalístico com um olhar diferenciado, não o pensando apenas como fonte e sim como objeto da pesquisa.

Além do golpe militar chileno, pode-se perceber outros momentos no decorrer da década de 1970 em que o noticiário internacional serviu como base de comparações e críticas ao regime militar brasileiro.

²⁸⁸ JB, 12/09/1973, p. 01.

²⁸⁹ *Veja*, 19/09/1973.

²⁹⁰ *Veja*, edição 263, p.19. Mino Carta era então Editor-Chefe do semanário, e escrevia semanalmente a Carta ao Leitor. A censura a que se refere o editor teria sido imposta pelos militares chilenos que então controlavam plenamente o governo e os meios de comunicação.

Até 1974, quando da Revolução dos Cravos, as críticas ao fechado regime salazarista em Portugal foram constantes no *Jornal do Brasil* e em outros periódicos, como a *Folha de S. Paulo*, que contaria com a contribuição do jornalista português Victor da Cunha Rego, exilado no Brasil por ser um grande opositor do estado novo salazarista. Outro regime fechado e que ruiria em 1974 fora o dos Coronéis gregos, estabelecidos no poder desde 1967. Por ter focado minha pesquisa no pós-1974, deparei-me com poucas críticas ao regime militar grego, mas com incisivas manifestações durante e após julho de 1974, quando finda-se este regime.

Há que se considerar ainda o campo político nacional no curso destes eventos. Até o alvorecer de 1974 e as primeiras declarações do governo de Ernesto Geisel, o clima político ainda era mais próximo possível da denominada linha-dura do regime. Ao assumir o poder, Geisel enceta a proposta de uma abertura política, declaradamente lenta, segura e gradual. A distensão posta em prática levaria mais de dez anos para efetivamente reconduzir os civis para o comando político do país, mas apresentaria características que modificariam sutilmente o panorama político nacional, como o abrandamento da censura, por exemplo.

Assim, ao se historicizar o noticiário internacional do pós-1974, há que se considerar que, embora este noticiário ainda possa ter servido como possibilidade de críticas ao regime militar, o mesmo pode ser sido publicado muitas vezes com a anuência do próprio regime, que poderia através deste noticiar demonstrar aos militares opositores da abertura que ditaduras ao redor do globo ruíam. E que seria melhor que os próprios militares findassem o governo que haviam iniciado do que esperassem que o povo o fizesse, talvez então pelo signo do revanchismo.

Bibliografia

ABREU, Alzira Alves. A mídia na transição democrática brasileira. In: *Sociologia*, maio 2005, n°48, p. 53-65.

JEANNENEY, Jean-Noel. A mídia. In: RÉMOND, René. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV, 1996.

MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tânia Regina de. *Imprensa e Cidade*. São Paulo: Editora UNESP, 2006

NATALI, J. B. *Jornalismo Internacional*. São Paulo: Contexto, 2004.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. *Imprensa e História no Rio de Janeiro dos anos 1950*. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

SOTANA, Edvaldo Correa. *A paz sob suspeita: representações jornalísticas sobre a manutenção da paz mundial, 1945-1953*. Tese. Assis, SP, 2010. 255f

*Espaçonaves no céu e na canção: a Corrida Espacial na música brasileira***Suelen Maria Marques Dias**Mestranda em História e Culturas Políticas pela UFMG
susutileza@yahoo.com.br

Resumo: A década de 1960 foi marcada por importantes acontecimentos que marcaram a história do nosso país. Contudo, para compreendermos a História do Brasil é importante que estejamos cientes da conjuntura internacional e sua influência sobre a realidade nacional. Os acontecimentos ligados à Guerra Fria, que se desenrolava nesse momento, não passaram despercebidos pelos brasileiros que vivenciaram esse período. Assim, esse trabalho procurará analisar como um acontecimento marcante da Guerra Fria, a Corrida Espacial, foi percebido em nosso país e retratado na canção de alguns artistas que presenciaram esse momento de mudanças. Além disso, ao utilizarmos as canções do período como fonte, procuraremos demonstrar como elas podem se tornar importantes ferramentas para o estudo da História.

Palavras-chave: Guerra Fria, Corrida Espacial, Música Brasileira

Abstract: The 1960's decade was marked by important events and consequently was the history of our Country. However, to better understand Brazil's history is important to be aware of the international conjuncture and its influence on the national reality. The events linked to the cold war that unfolded at that time did not pass unnoticed by the Brazilians who experienced this period. Thus, this work seeks to analyze as a milestone of the cold war, the Space Race, and how it was seen in our country and portrayed in the song of some artists who saw this moment of change. In addition, when you use the songs of the period as a source, we will seek to demonstrate how they can become important tools for the study of history.

Keywords: Cold War, Space Race, Brazilian music

O final da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) marcou o surgimento de uma nova ordem. As potências Inglaterra, França e Alemanha, encontravam-se totalmente arrasadas após o conflito e dois novos países, Estados Unidos e União Soviética, apesar de também terem sofrido perdas materiais no confronto, despontaram fortalecidos. As duas novas potências passaram, então, a disputar a capacidade de influência no mundo, em um período conhecido como Guerra Fria. Essa não foi uma guerra no sentido tradicional, mas uma disputa que se desenvolveu em diversos campos: ideológico, tecnológico, cultural e militar.

Nesse período de tensões, duas ideologias distintas passaram a conviver. De um lado a ideologia soviética e sua crença na superioridade de seu sistema e na inevitabilidade da decadência do sistema capitalista e, de outro, a ideologia norte-americana e a crença no seu papel emancipador no mundo, em sua função de levar a liberdade e a democracia às demais nações (CHOMSKY, 2003: p.30-34). Nesse contexto de disputas, as mais diversas áreas foram usadas como forma de promover e afirmar cada uma das ideologias.

Um campo no qual podemos observar a manifestação da competição entre as duas potências foi o desenvolvimento da Corrida Espacial, que começou oficialmente em 1957, quando os soviéticos

lançaram o primeiro artefato de construção humana no espaço, o satélite *Sputnik I*. A partir daí, vários eventos se sucederam, aproximando o homem cada vez mais do universo desconhecido. O desbravamento das fronteiras do espaço despertaria diferentes sentimentos nas pessoas que vivenciaram o desenvolvimento da Corrida Espacial. De um lado havia uma confiança no progresso, uma certeza de que nada poderia parar o engenho humano. De outro havia um grande receio, um medo do desconhecido, como se o homem se atrevesse a explorar regiões que não eram dadas ao seu conhecimento e isso prenunciava punições. Como no mito de Ícaro, o homem ignorava os conselhos do pai e voava demasiadamente perto do sol, contudo, sua curiosidade, seu desejo de ver mais longe poderiam levá-lo à danação.²⁹¹

Todos esses dilemas a respeito dos usos da tecnologia espacial não passaram despercebidos dos artistas, músicos e compositores, que presenciaram esse momento, e acabaram sendo utilizados como o mote para diversas canções lançadas no período. Assim, ao estudarmos algumas canções produzidas a partir do lançamento do *Sputnik I*, percebemos que a temática da Corrida Espacial foi utilizada com certa frequência pelos artistas, deixando transparecer sentimentos variados de receio, euforia, angústia, esperança, medo e confiança no progresso.

Assim, podemos perceber que as músicas produzidas por uma determinada sociedade podem servir de termômetro para medir suas principais emoções e formas de ver o mundo. Como nos aponta Nicolau Scevcenco:

pelo seu longo alcance social e sua capacidade extraordinária de ultrapassar fronteiras, fosse culturais, religiosas ou sociais, a música popular, tal como canalizada pelos novos meios de comunicação, se tornou desde cedo uma espécie de língua franca e termômetro emocional das grandes cidades. (SCEVCENCO, 2001: p.111)

Desse modo, ao analisarmos a produção de alguns artistas que abordaram a temática da Corrida Espacial esperamos construir algumas hipóteses sobre a forma como esse importante evento foi percebido pela sociedade da época.

A Corrida Espacial teve início no final da década de 1950. O estímulo às pesquisas no campo espacial se intensificaria a partir de 1952, quando o Conselho Internacional de Uniões Científicas estabeleceu o Ano Geofísico Internacional, que deveria ocorrer entre 1 de julho de 1957 a 31 de dezembro de 1958, período em que o ciclo de atividades solar, segundo os cientistas, estaria em seu máximo (BARBANY, 1998: p. 207). Diversos países desenvolveram pesquisas a respeito do espaço, mas certamente o lançamento do satélite soviético foi o que causou maior impacto. O *Sputnik I* era um satélite simples,

291 De acordo com o Mito, Ícaro e seu pai Dédalos estavam presos no labirinto da Ilha de Creta. Dédalos, exímio construtor (responsável inclusive pela construção do labirinto), construiu asas de madeira fixadas com cera para que ele e o filho pudessem escapar do labirinto. Foi recomendado a Ícaro que não voasse próximo do sol, pois este poderia derreter a cera, e nem próximo do mar, pois o sal poderia danificar a estrutura das asas. Contudo, ao ver a ilha de Creta aos seus pés, Ícaro se deslumbrou e tentou voar mais alto para ampliar sua visão, chegando próximo demais do sol que derreteu a cera. Ícaro se precipitou ao mar com a estrutura de madeira quebrada (CARDOSO, 1989, p. 18).

uma esfera de 58 centímetros de alumínio, que carregava dois rádio-transmissores que emitiam um sinal que pode ser captado em vários pontos do planeta. Apesar da simplicidade do artefato, seu lançamento teria grande repercussão, pois, pela primeira vez um engenho de construção humana rompia os limites do planeta.

O lançamento do satélite soviético abriu as portas da imaginação para as possibilidades de conquista do homem no espaço. As especulações a respeito do universo podem ser encontradas na literatura desde a antiguidade, mas pela primeira vez o contato direto do homem com o cosmos deixava a ficção para se tornar realidade. A partir de 1957, o espaço passou a contar com uma presença cada vez maior do ser humano.

A Corrida Espacial se desenvolveu ao longo das décadas seguintes, levando o homem a um maior conhecimento a respeito do universo. Contudo, foi no período da década de 1960 que a disputa entre Estados Unidos e União Soviética pela conquista do espaço pareceu mais acirrada. Ao longo dos anos, soviéticos e americanos coordenaram inúmeras missões que enviaram satélites, sondas, animais e seres humanos ao espaço. No final da década, outro passo importante dessa corrida seria dado, a chegada do homem à Lua, em 1969. Dessa vez os norte-americanos foram os pioneiros e, através do projeto *Apollo*, conseguiram levar o homem ao nosso satélite. A chegada do homem à Lua foi transmitida *ao vivo* para diversas partes do planeta, causando um enorme impacto em todo o mundo. Ao todo o projeto *Apollo* foi responsável por mais seis viagens tripuladas à Lua, até o ano de 1972.

A Corrida Espacial continuou ao longo dos anos, mas com o tempo, o entusiasmo e a curiosidade dos primeiros anos perderam intensidade. Assim, procuraremos concentrar nossa atenção justamente no período inicial da era espacial, pois nesse momento os debates sobre a conquista do espaço mostravam-se mais acalorados e as incertezas sobre os usos da tecnologia espacial mais patentes.

Na tentativa de esboçarmos uma breve análise sobre qual teria sido o impacto de tantas conquistas na imaginação da época, propomos uma leitura de algumas canções que abordaram o tema da Corrida Espacial. Esse é apenas um pequeno recorte dentro de um universo maior de músicas, não pretendendo, portanto, esgotar o assunto. Dentre a produção do período selecionamos três canções para análise. A primeira delas é *Lunik 9* de Gilberto Gil, lançada no Lp *Louvação*, no ano de 1967.

O título da música refere-se ao projeto soviético de mesmo nome, responsável pelas pesquisas do país sobre a Lua. Através desse projeto, os soviéticos enviaram diversas sondas, levantando importantes informações sobre nosso satélite. A sonda *Lunik 1* foi a primeira delas, lançada em janeiro de 1959, não atingiu o alvo e acabou por atingir a órbita do sol. A sonda *Lunik 2* foi o primeiro engenho de construção humana a alcançar o solo lunar. *Lunik 3* realizou as primeiras imagens do lado escuro da Lua, ainda em 1959 (WINTER; MELO, 2007: p.41-43). Os soviéticos ainda lançaram diversas sondas ao longo da década de 1960. *Lunik 9*, sonda que batiza a canção, foi lançada em 1966 e foi a primeira a

realizar um pouso suave na superfície lunar. O sucesso do pouso da sonda, provavelmente, esquentou ainda mais o debate sobre a possibilidade de um vôo tripulado ao nosso satélite.

Nessa época, os soviéticos afirmavam não ter interesse em realizar viagens tripuladas à Lua, seu interesse maior seria em aumentar o tempo de permanência do homem no espaço, para, no futuro, desenvolver a tecnologia para a criação de laboratórios e estações espaciais. Já os americanos, a partir do discurso do presidente Kennedy no Congresso, em 1961, estabeleceram como meta enviar uma viagem tripulada ao satélite antes do final da década. Contudo, como afirma Walmir Cardoso, até o ano de 1968 era impossível prever qual das duas potências venceria a corrida e chegaria primeiro à Lua (CARDOSO, 1989: p.29). Assim, tanto as sondas do projeto soviético *Lunik*, quanto as viagens do projeto *Apollo* dos Estados Unidos, poderiam, perfeitamente, abrir caminho para a conquista da Lua.

A canção *Lunik 9* parece prever essa conquista e, em tom solene, anuncia: “*poetas, seresteiros, namorados correi! É chegada a hora de escrever e cantar talvez as derradeiras noites de luar*”. O luar sempre foi tema recorrente na canção brasileira. Em diversas canções a Lua aparece como figura que ilumina os poetas, eterniza a saudade, assiste distante os casais apaixonados, abençoa o amor. Contudo, com a Corrida Espacial, a Lua calma e distante, pela primeira vez, parece ameaçada. A ciência ousa invadir o espaço da poesia, e a Lua, musa dos seresteiros, encontra-se em vias de ser conquistada.

A partir da primeira frase, os arranjos da música assumem um caráter que remete a uma marcha militar, com o rufar de tambores e o toque de clarins, enquanto o cantor anuncia em tom mais falado do que cantado: “*Momento histórico, simples resultado do desenvolvimento da ciência viva, afirmação do homem normal, gradativa, sobre o universo natural, sei lá que mais (...)*”. No trecho, percebemos que o autor confere uma grande importância ao momento vivido, descrito por ele como histórico, assim, percebemos que a chegada do homem ao espaço trouxe a consciência de que as pessoas que vivenciaram tantas mudanças viveram um período único da história. Tantas mudanças não passariam despercebidas na sociedade, é o que o autor afirma em trechos posteriores: “*e tudo isso em meio às discussões, muitos palpites, mil opiniões (...)* Nos jornais, manchetes, sensação, reportagens, fotos, conclusão: *A lua foi alcançada afinal(...)*”. Portanto, apesar de desenvolvida principalmente por Estados Unidos e União Soviética, a Corrida Espacial foi um assunto debatido em diversas partes do planeta, inclusive no Brasil.

Além disso, transparece uma ideia de que a conquista do espaço seria uma consequência natural da evolução humana, que graças ao desenvolvimento da tecnologia foi capaz de romper os limites do universo. Contudo, de acordo com a letra, nem todos enxergam com euforia a conquista do espaço, alguns conferem um caráter apocalíptico ao feito, que prevendo na era espacial o fim do mundo e o início de uma nova era.

No desenrolar da canção podemos perceber diversas referências bélicas. Isso pode ser percebido tanto em trechos do acompanhamento, quanto em trechos da letra da música. Mas o autor a chama a

atenção para o fato de que essa não é uma guerra no sentido tradicional, não é um conflito de armas e campos de batalha, mas uma guerra de astronautas, no espaço sideral. Esse trecho também descreve, de certa forma, o que seria a Guerra Fria, ou seja, não uma guerra no sentido militar, mas uma disputa de forte caráter ideológico.

A canção foi lançada em 1967, e é anterior ao movimento Tropicalista, ao qual o autor viria a se filiar, mas sua estrutura já apresenta algumas características que seriam frequentes no movimento. Os arranjos da música apresentam algumas experimentações como a alternância de ritmos que mistura cadências mais lentas e mais rápidas, marcha militar, marcha de carnaval e bossa nova. A participação da orquestra no arranjo é fundamental para despertar as emoções do ouvinte. No início, as cordas conferem um caráter melancólico à canção, enquanto o autor lamenta a conquista da Lua. A primeira parte é seguida pelo ritmo militar e o toque dos clarins que trazem a ideia de disputa envolvida na Corrida Espacial. Em seguida, a canção vai adquirindo um caráter apoteótico, que caminha para a contagem regressiva que culmina na conquista do espaço. Posteriormente o arranjo adquire novamente uma tranquilidade e inicia-se a batida de bossa nova. Nessa parte é interessante observar a discordância entre os dizeres do cantor e a proposição do arranjo. O cantor afirma “*A lua foi alcançada afinal, muito bem, confesso que estou contente também*”, mas o arranjo não deixa transparecer toda essa alegria, mas sim a melancolia de quem vislumbra a perda do romantismo de suas noites de luar. E nessa atmosfera o autor retoma a indagação inicial e conclama poetas, seresteiros e namorados para a despedida do luar.

Podemos perceber, dessa forma, que não é possível dissociar a letra dos demais aspectos da canção. Na canção *Lumik 9* a orquestração, o ritmo, a entonação do cantor foram pensados e relacionados às palavras cantadas com o objetivo de promover uma reflexão sobre os novos caminhos do homem em relação ao espaço. As diferentes cadências e intensidades que se misturam na música ajudam a definir o sentimento de ambiguidade que marcava as discussões a respeito da Corrida Espacial. Euforia, desconfiança, alegria, receio, todas essas sensações se misturavam nos debates sobre a presença do homem no espaço.

O mundo da Guerra Fria foi marcado pela incerteza, pois se por um lado a tecnologia se desenvolvia, por outro, o desenvolvimento de armamentos poderia levar à completa destruição do planeta. Além disso, o desenvolvimento tecnológico se dava em alguns campos, mas várias partes do planeta continuavam a conviver com desigualdades, guerra, fomes e escassez. Nesse mundo de dúvidas uma ideia interessante passou a ser colocada a partir da Corrida Espacial: a possibilidade de fuga da Terra, tema também debatido em *Lumik 9*. Na música, o homem, sem esperança na Terra, buscaria em outros mundos uma realização dos seus desejos. No contexto estudado, de guerras, proliferação das armas atômicas, de risco de uma hecatombe mundial, no qual a sobrevivência da humanidade chegou a ser

questionada, vislumbrar a ideia de reconstruir a civilização em outro ponto do universo parecia uma proposta tentadora.

Essa breve análise da canção *Lunik 9* nos trouxe importantes questões a respeito da Corrida Espacial, deixando transparecer a atmosfera de ambiguidade vivida na época. De um lado havia uma euforia em relação ao progresso e às conquistas do homem do espaço, mas de outro havia um receio em relação às novas descobertas e aos limites da tecnologia espacial. Ao levantar todas essas questões, o compositor Gilberto Gil nos abre as portas para algumas discussões que certamente, povoaram o imaginário desse período.

Durante a Guerra Fria a humanidade experimentou, de certa forma, uma aceleração do presente, pois o ritmo acentuado em que se dava a evolução tecnológica deixava a impressão de que o futuro se aproximava rapidamente. Nesse momento as discussões sobre modernidade foram bastante frequentes. Havia um desejo de ruptura com o passado, com o velho, e uma busca constante pelo novo, pelo moderno. Não por acaso nessa época surgiram movimentos como o Cinema Novo e a Bossa Nova, que nos próprios nomes já carregavam a ideia de novidade. O compositor Adelino Moreira, no ano de 1971, satiriza esse desejo de ruptura com o passado na canção *Boêmio démodé*, gravada pelo cantor Paulo Vinícius.

Na canção o autor expressa o desejo de fazer uma seresta que seja completamente moderna e rompa com toda a tradição seresteira anterior. Ele anuncia que sua canção romperá com a norma culta da língua, misturando os pronomes “tu” e “você”, ou seja, buscará uma linguagem moderna, que se aproxime da língua falada. Sua seresta dispensará o violão e a viola, optando pelos acordes dissonantes, que com o sucesso da Bossa Nova, viraram moda na música brasileira. Abandonará ainda o culto à mulher amada, tão comum na tradição seresteira. Por fim, sua seresta dispensará todo um cenário, a marquise, a calçada, o lampião de gás e até mesmo o luar. Tudo isso porque em tempos de *Apollo 11*, com a lua conquistada, todo o romantismo da serenata teria se tornado coisa do passado. Como previa a canção *Lunik 9*, a Lua em tempos modernos deixa de ser dos namorados²⁹² e torna-se território da ciência.

Nessa música percebemos uma associação da Corrida Espacial com a modernidade, a nave *Apollo 11*, que levou o homem pela primeira vez ao solo lunar em 1969, é vista como o que há de mais moderno. Assim, a seresta, nessa era espacial, pretende se reinventar para se adequar aos novos tempos, almejando assim tornar-se mais moderna que as discussões sobre a Corrida Espacial.

Contudo, essa canção também apresenta uma ambiguidade, pois tudo que propõe a letra não é observado na prática. A letra é bem trabalhada valorizando as rimas e as belas palavras, não rompendo, portanto, com a tradição poética das canções seresteiras. Os arranjos da música, utilizando os

²⁹² Aqui percebemos uma referência à música *A Lua é dos namorados* de Armando Cavalcanti, Klécio Caldas e Brasinha, gravada com sucesso pela rainha do rádio Ângela Maria no ano de 1961.

instrumentos típicos do samba-canção como cavaquinho, violão, cuíca, além do acompanhamento de metais e ainda a voz empostada do cantor, remetem aos tempos áureos do rádio, e claro, das serestas. Assim, o autor, ironicamente, escreve uma seresta para anunciar o fim desse estilo musical.

O autor aproveita as discussões em torno da Corrida Espacial para realizar um debate bem-humorado em torno dos caminhos a seguir na música brasileira. Desde o fim da década de 1950, com o surgimento da Bossa Nova, e ao longo da década de 1960, os debates sobre qual seria a autêntica música brasileira foram bastante acirrados. Os boleros, sambas-canção e serestas, tão famosos na era do rádio, perderam espaço para os novos movimentos musicais como a música engajada, a Jovem Guarda e a Tropicália. Assim, uma das questões que o autor deixa transparecer é se em tempos tão modernos não haveria mesmo espaço para o romantismo na canção. Apesar de representar uma discussão mais ampla, essa canção demonstra que a Corrida Espacial era um assunto que fazia parte dos debates da época e trazia consigo questões importantes sobre a modernidade e as transformações vividas no mundo.

Outra canção, anterior às músicas citadas, que aborda de forma interessante a temática da Corrida Espacial é *Eu vou pra Lua*, de Ary lobo em parceria com Luiz Boquinha, lançada no ano de 1960 no compacto *Eu vou pra Lua* de Ary Lobo. Essa canção também deixa transparecer um desejo de fuga da Terra, mas ao contrário da canção anterior, onde a conquista do nosso satélite é vista como sinônimo de modernidade, nessa música a Lua representaria o local de conservação dos costumes, onde os valores já perdidos na Terra continuariam preservados.

Ary Lobo era paraense, mas despontou nas rádios do centro-sul como representante da música nordestina. É interessante lembrar que desde meados da década de 1940, com o lançamento de *Asa Branca* por Luiz Gonzaga, a música nordestina ganhou grande espaço nas rádios brasileiras. Nessa época, ritmos estrangeiros como o bolero, o foxtrote o swing e a rumba invadiram as rádios do país e passaram a ser alvo de críticas por parte de alguns cronistas musicais que defendiam a autenticidade da música nacional. (COSTA; VIEIRA, 2011, p. 119). A música nordestina passou a ser vista, por alguns, como autêntica representante da cultura nacional, responsável por fazer frente à ameaça estrangeira. Aproveitando a abertura para os ritmos regionais, Ary Lobo conseguiu seu espaço nas rádios do Rio de Janeiro.

A canção *Eu vou pra Lua* é um baião e utiliza os instrumentos típicos desse estilo musical como a sanfona, a zabumba e o triângulo. A voz e a entonação do cantor também são bem características desse gênero musical. A temática da canção, como é frequente na musica nordestina, aborda a questão da pobreza e das dificuldades de sobrevivência, contudo, a música traz uma novidade, que é a abordagem do tema da Corrida Espacial.

A canção se inicia com o refrão que será repetido em coro após cada estrofe: “*Eu vou pra Lua, eu vou morar lá, sair do meu Sputnik do campo do Jiquiá*”. Nesse trecho percebemos como alguns termos da Corrida

Espacial eram difundidos, faziam parte do imaginário da época, mas nem sempre havia um conhecimento sobre sua significação. Pela forma como o termo *Sputnik* é usado, temos a impressão de que se trataria de uma espécie de nave que permitiria o transporte de passageiros da Terra em direção à Lua. Contudo, os *Sputniks* eram apenas satélites, que chegaram a carregar animais e até mesmo manequins humanos para testes de vôos, mas nunca transportaram seres humanos. Além disso, os *Sputniks* foram lançados na órbita da Terra, mas não foram usados nas pesquisas sobre a Lua, que como vimos ficaram a cargo do projeto soviético *Lunik*. Portanto, a bordo de um *Sputnik*, o ser humano dificilmente atingiria a superfície lunar.

Outra confusão presente nesse trecho é a referência ao Campo de Jiquiá como base de lançamento para a Lua. No bairro de Jiquiá, em Recife, funcionou durante a década de 1930 uma base de atracação de Zeppelins, sendo este o primeiro local da América Latina a possuir estrutura para receber dirigíveis. A base funcionou até 1937, quando, devido a um acidente em Nova York, foi suspenso o transporte por Zeppelins em todo o mundo (RODRIGUES, 2010, p.1). Portanto, o campo de Jiquiá, embora tenha possuído um papel importante na área dos transportes, servia apenas para receber a atracação de Zeppelins, não tendo condições de realizar o lançamento de um foguete para a Lua.

Contudo, o que está em questão não é a utilização correta dos termos da Corrida Espacial. Ary Lobo e Luis Boquinha eram apenas artistas, que se utilizaram da liberdade de criação e se apropriaram das discussões levantadas pelo lançamento dos satélites soviéticos, para criar uma narrativa ficcional que vislumbra a possibilidade de fuga da Terra. Assim, a canção não pretende ser uma descrição técnica da Corrida Espacial, mas aproveita os debates levantados por ela para realizar uma crítica sobre a vida na Terra.

Portanto, o *eu-poético* da canção, ao revelar seu desejo de sair da Terra e ir viver na Lua, procura demonstrar os problemas que enfrenta cotidianamente. A Terra, para ele, seria um local de miséria, roubo, crime, inflação, corrupção e desconfiança na política. Na Lua, ao contrário, a vida seria mais simples, não haveria tantas siglas que confundem a população, nem contrabando, nem faltaria o básico para a sobrevivência como água, energia, escola e saúde. Além disso, na Lua não seria permitida a vadiagem nem tão pouco a anarquia e não haveria a malícia da “*juventude transviada*”. Por fim, de uma maneira um tanto machista, mas inegavelmente divertida, os autores defendem que, na Lua, em caso de casamentos na polícia, ou de traição aos maridos, as mulheres seriam sempre consideradas culpadas, enquanto os homens sairiam ilesos.

Assim, ao contrário de representar o local da modernidade e da tecnologia, a Lua, nessa canção, é vista como o paraíso intocado, onde a tranquilidade e os valores se manteriam preservados. As complicações trazidas pelo crescimento das cidades, os novos problemas do mundo, não teriam ainda atingido nosso satélite, e isso inspiraria o desejo de fuga do *eu-poético*.

A canção *Eu vou pra Lua* traz uma interessante abordagem a respeito da Corrida Espacial, pois utiliza a conquista do espaço para debater alguns problemas básicos vividos naquela época. Muitos desses problemas ainda continuam presentes no cotidiano da população atualmente, o que mostra a atualidade da canção de Ary Lobo²⁹³. A rápida leitura da canção *Eu vou pra Lua* tornou possível a percepção de que a temática da Corrida Espacial fez parte dos debates e inspirou artistas de diferentes regiões e estilos musicais.

As três canções estudadas apresentam abordagens diferentes a respeito da Corrida Espacial, mas através delas foi possível perceber que esse assunto despertou interesse e suscitou debates ao longo da década de 1960. O espaço, que se tornava cada vez mais próximo, foi visto ora com curiosidade, esperança, euforia, ora com receio e desconfiança pelos artistas vivenciaram esse período. A breve análise das três músicas nos mostrou que a fonte musical pode se tornar um interessante objeto de pesquisa para o historiador, pois, em muitos casos, os artistas deixam transparecer em sua obra algumas das principais questões que marcaram o seu tempo.

Referências Bibliográficas

BARBANY, Gregório Millán. La conquista Del espacio. Disponível em: <http://www.rac.es/ficheros/doc/00335.pdf>. Acessado em 30/08/2011.

CARDOSO, Walmir. *Utopia do espaço sideral*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

CHOMSKY, Noam. *Contendo a Democracia*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

COSTA, Antônio M. Dias da; VIEIRA, Edimara B. Corrêa. *Na periferia do sucesso: Rádio e música popular de massa em Belém na décadas de 1940 e 1950*. In.: Revista Projeto História, nº 43, dezembro de 2011. Disponível em <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/7108> Acessado em 08/06/2012.

NAPOLITANO, Marcos. *História e música*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

RODRIGUES, Rafael de Oliveira. *Patrimônio e Representação: O bairro do Jiquiá, Recife/PE, nos tempos dos Zeppelins*. Disponível em <http://nau.ufsc.br/files/2010/09/Representa%C3%A7%C3%A3o-e-Patrim%C3%B4nio-O-bairro-do-Jiqui%C3%A1-Recife-PE-nos-tempos-dos-Zeppelins.pdf> Acessado em 07/06/2012.

SARAIVA, Geraldo J. de Pontes. *Exploração Espacial: Primórdios, Evolução, Estágio Atual*. In.: Revista da Escola Superior de Guerra, v.21, n.46, 2º sem.2006.

SEVCENCO, Nicolau. *A corrida para o século XXI: No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

WINTER, Othon Cabo; PRADO, Antônio Fernando Bertachini de Almeida (org.) *A Conquista do Espaço: do Sputnik à missão centenário*. São Paulo: Editora livraria da Física, 2007.

Referências Musicais

²⁹³ A canção *Eu vou pra Lua* foi gravada no ano 2000 pelos artistas Zé Ramalho, Elba Ramalho e Geraldo Azevedo do cd *Grande Encontro III*, mostrando que, após quatro décadas, o debate proposto por Ary Lobo e Luis Boquinha ainda permanecia atual.

CAVALCANTI, Armando; CALDAS, Klecius; BRASINHA. *A lua é dos namorados*. Compacto 78RPM Ângela Maria, Rio de Janeiro, Continental, 1961.

GIL, Gilberto. *Lumik 9*. LP Louvação, Rio de Janeiro, Philips, 1967.

LOBO, Ary; BOQUINHA, Luis. *Eu vou pra Lua*. Compacto Eu vou pra Lua, Rio de Janeiro, RCA Victor, 1960.

_____. Cd O Grande Encontro III, Rio de Janeiro, BMG Brasil, 2000.

MOREIRA, Adelino. *Boêmio demodê*. Lp Boêmio Demodê, Rio de Janeiro, Bervely, 1971.

A participação da Corrente Revolucionária de Minas Gerais na Greve de Contagem de 1968

Thiago Veloso Vitral

Mestrando em História pela UFMG

thiveloso@hotmail.com

Resumo: A proposta deste trabalho é apresentar a participação da organização Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) na Greve de Contagem de abril de 1968. A CORRENTE se estabeleceu entre os anos de 1967 a 1969 como uma dissidência mineira do Partido Comunista Brasileiro que se portou como resistência armada à ditadura instalada no país após o golpe civil-militar de 1964. Contudo, antes de investir exclusivamente na luta armada, a CORRENTE possuía uma ativa base operária ainda no ano de 1968, o que viabilizou e propiciou a participação da CORRENTE no movimento grevista de Contagem. A Greve de Contagem eclodiu no dia 16 de abril na trefilaria da siderúrgica Belgo-Mineira. Com adesão de fábricas vizinhas, estima-se aproximadamente um total de 16 mil trabalhadores parados, em protestos contra os baixos salários, atrasos nos pagamentos, altos índices de demissões e condições precárias de trabalho. A greve durou até o dia 2 de maio e proporcionou um reajuste de 10%, o que, apesar da insatisfação de alguns trabalhadores, garantiu o fim da greve e provocou ligeira fissura na rigidez do arrocho salarial.

Palavras Chaves: Movimento Operário, Greve de Contagem, Corrente Revolucionária de Minas Gerais

Abstract: The purpose of this paper is to present the participation of the organization's Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) in the Contagem Strike in April 1968. The CORRENTE was established between the years 1967 to 1969 as an dissent of the Communist Party Brazilian and behaved like armed resistance to the dictatorship installed in the country after the civil-military coup of 1964. However, before investing exclusively in the armed struggle, the CORRENTE had an active base formed by the working class in 1968, which enabled and facilitated the participation of the CORRENTE in the strike movement of Contagem. The Strike of Contagem erupted on 16 April in the wire drawing of steel Belgo-Mineira. With the accession of neighboring factories, it is estimated a total of approximately 16.000 workers stopped in protest against low wages, late payments, high rates of layoffs and poor working conditions. The strike lasted until May 2 and achieved an readjust of 10%, which, despite the dissatisfaction of some workers, secured the end of the strike and caused fissure slight in the rigidity of the wage squeeze.

Keywords: Labor Movement, Contagem Strike, Corrente Revolucionária de Minas Gerais

A Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE) se estabeleceu entre os anos de 1967 e 1969 como uma dissidência mineira do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que se portou como resistência a ditadura instalada no país após o golpe civil-militar de 1964.

Devido principalmente a inúmeras crises internas, o PCB foi o tronco principal das esquerdas armadas em oposição ao regime. No ano de 1967, após o seu VI Congresso, aumentaram as divergências internas, o que determinou uma série de dissidências. Propostas mantidas do V Congresso, como a opção pela resistência pacífica e a política de aliança com a burguesia nacional, são considerados os principais fatores que geraram as dissidências dentro do partido naquele período.

Num primeiro momento, a CORRENTE procurou manter-se atuante nos movimentos de massa juntamente com a luta armada. Neste sentido a organização foi dividida em escalões. O 1º escalão seria responsável pelas ações armadas e pelo levantamento de áreas no perímetro rural. O 2º escalão era constituído pelos setores de massa, ou seja, operários, estudantes e servidores públicos. A esses estavam destinados os serviços de agitação e propaganda. Já o 3º escalão contava com todos aqueles que prestavam qualquer tipo de serviço clandestino à organização e não se encaixavam nem no 1º nem no 2º escalão. Logo, com o aumento das atividades armadas, os setores sociais, que continham os melhores quadros da organização, tiveram que ceder seus principais militantes para a guerrilha urbana.

Contudo, antes de investir exclusivamente na luta armada, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais possuía uma ativa base operária ainda no ano de 1968, o que viabilizou e propiciou a sua participação no movimento grevista da “Cidade Industrial” de Contagem.

A “Cidade Industrial” foi criada em 20 de março de 1941 pelo Decreto 770 do Governo do Estado com o nome de Cidade Industrial Juventino Dias. Entretanto, só foi implantada no ano de 1946. Em 1955, a inauguração de uma usina hidrelétrica viabilizou a instalação de grandes empresas (Belgo-Mineira, Mannesman, Mafersa, RCA Victor, etc.), aumentando consideravelmente a população operária local. Segundo Francisco Weffort (1972), o número de operários da “Cidade Industrial” passou de 2.850 em 1952 para 5.731 em 1960 e alcançou 18.000 trabalhadores já em 1968, operando em um raio de 20 quilômetros e residindo, em sua maioria, perto do local de trabalho (63%). Tais dados são importantes para compreender a rápida propagação da greve, que contou com a adesão de aproximadamente 16 mil trabalhadores.

Passamos agora para os reais acontecimentos que desencadearam o movimento grevista. Com o golpe de 1964, os militares expurgaram qualquer vestígio das reformas de base do governo João Goulart. Neste sentido, foi estabelecido o “milagre econômico”, que afetou diretamente os trabalhadores através do arrocho salarial. Para gravar ainda mais, o governo interviu na maioria dos sindicatos do país, dificultando e impedindo a organização operária, como define muito bem Jacob Gorender, além de lembrar a proibição ao direito de greve, também imposta pelos militares:

De 1964 a 1970, o Ministério do Trabalho destituiu as diretorias de 563 sindicatos, a metade deles de trabalhadores da indústria. Das seis confederações de empregados, quatro sofreram intervenção. Nos anos de 64-65, concentraram-se 70% das intervenções ministerialistas. Ao mesmo tempo, o Governo Castelo Branco pôs em vigência legislação quase proibitiva do direito de greve (somente as greves contra atrasos de pagamento terão alguma tolerância) e revogou conquistas importantes de categorias profissionais como os ferroviários, portuários e estivadores, marítimos e petroleiros. (GORENDER, 1987: 141)

Em Minas Gerais não foi diferente. No ano de 1964 o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem - que eram unificados - também sofreu intervenção, ficando a mercê do governo até 1967. Vale destacar que os sindicatos oficiais, nada ou pouco agiam a favor da classe operária, pelo contrário, dificultavam qualquer reivindicação trabalhista que ia contra a política do Ministério do Trabalho e da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), assentados na compressão dos salários e na redução dos direitos sociais do trabalhador.

Em 1967 foi permitida a eleição para o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem: de um lado estava a chapa apoiada pelos interventores (Chapa Azul), do outro, a oposição sindical (Chapa Verde), que clamava por mudanças e renovação do sindicato desde sua intervenção em 1964. Presidida por Ênio Seabra, operário da Mannesman, a Chapa Verde defendia, entre outras, maior participação dos trabalhadores no sindicato, expulsão dos pelegos, luta contra os altos índices de redução salarial impulsionada pelo arrocho²⁹⁴, luta contra a implantação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e a criação das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (Cipas).

Vale ressaltar que entre 1964 e 1967, os trabalhadores brasileiros amargaram a perda de 12% do salário, em decorrência de políticas econômicas assentadas na compressão dos rendimentos da classe trabalhadora. Já a campanha contra o FGTS justificava-se pela instabilidade e facilidade de demissão, proporcionadas após a sua implantação. Anteriormente, qualquer trabalhador que completasse 10 anos de trabalho na empresa, adquiria estabilidade no cargo. Outra insatisfação dos trabalhadores era com as condições precárias das fábricas e as condições desumanas de trabalho. Maquinários ultrapassados, ambientes insalubres e a ausência de materiais de segurança (luvas, máscaras, botas, etc.) levaram os trabalhadores a exigirem melhoria nas condições de trabalho, através da criação das Cipas.

Com 500 votos de diferença, em um total de 3.900, a chapa dos opositores saiu vitoriosa na eleição. No entanto, em fins de agosto, poucos dias antes da direção eleita tomar posse, Ênio Seabra, que já tinha sofrido uma tentativa de impugnação de seu nome pelo Ministério do Trabalho durante o processo eleitoral, foi impedido de assumir o cargo por uma nova impugnação do próprio Ministério²⁹⁵. Sendo assim quem assume a presidência é Antônio Santana, mas as principais referências do movimento

²⁹⁴Em campanha contra a política do arrocho salarial surgem a Frente Intersindical Antiarrocho, no Rio de Janeiro, e o Movimento Intersindical Antiarrocho (MIA), em São Paulo.

²⁹⁵ Vale lembrar que em 1964, Ênio Seabra era o presidente do Sindicato e foi cassado pela ditadura.

passam a ser Conceição Imaculada de Oliveira²⁹⁶, Joaquim de Oliveira e Luiz Fernando. Logo, o presidente impugnado Ênio Seabra seria eleito em assembleia como presidente do Comando de Greve Unificado.

Na formação da chapa vencedora, percebemos claramente a presença dos grupos de esquerda, principalmente da Corrente Revolucionária de Minas Gerais (CORRENTE), do Comando de Libertação Nacional (COLINA) e da Ação Popular (AP). Exemplo disso é a militância do presidente impugnado, Ênio Seabra, na AP e de Conceição Imaculada de Oliveira na CORRENTE. As organizações de esquerda articulavam seus trabalhos no próprio sindicato e dentro das empresas, em comissões de fábricas, chamadas **comissões de cinco**. As comissões surgiram após o dissídio de 1967, impulsionadas pelas organizações de esquerda. Em outubro de 1967 o governo fixou um reajuste de 17%, considerado excepcionalmente baixo pelos trabalhadores da região.

Conceição Imaculada de Oliveira, ex-integrante da Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que ocupava o cargo de secretária no sindicato dos metalúrgicos no ano de 1968, explica com clareza como funcionavam as **comissões de cinco**, além de afirmar a importância das comissões para a eclosão do movimento grevista:

Nessa primeira greve a gente formava comissões, então você tinha, tinha as bases do partido né, que atuava também e tinha as comissões de fábrica que a gente fazia. A gente criava comissões de cinco pessoas e buscava que as pessoas não tinham [que conhecesse muito], daquele grupo de cinco só eles cinco sabiam, então do grupo... tinha um grupo de cinco que tirava uma pessoa que conhecia outro grupo de cinco e daquele outro grupo você tirava outro, então você tinha de cada grupo de cinco tinha um que conhecia mais. (...) Muitos grupos de cinco, mais só organizava de cinco em cinco, por que era tudo fechado né. Nessa seção aqui tem 300 "trabalhador" por exemplo, então eu sei todos que estão organizados, mais só sabe cinco, cinco, cinco, cada cinco pensa que eles são únicos. (...) Então foi montando esses grupos de cinco e um dia a gente estourou a greve pela Belgo Mineira. (OLIVEIRA. Entrevista concedida ao autor e à Isabel Cristina Leite em 23/07/2009.)

Gilney Amorim Viana, outro ex-integrante da CORRENTE e ativo participante da greve, também comenta como se deu o movimento à partir das comissões de fábrica:

E na verdade a primeira greve se deu de dentro pra fora. Ela não se deu do sindicato para lá. Embora nós tivéssemos uma influência no sindicato, porque não tinha ambiente político para fazer uma greve no sindicato. E a greve foi dirigida pela comissão de fábrica da Belgo-Mineira. E nisso aí o Hércio Pereira Fortes teve um papel estratégico, porque nós deslocamos o Hércio de Ouro Preto para ser quadro da Corrente profissionalizado lá em Contagem na cidade industrial. Então, ele foi uma peça de articulação, de concepção. (...) E foi uma coisa belíssima, porque nós inovamos

²⁹⁶ A mineira Conceição Imaculada de Oliveira foi operária metalúrgica e entrou para militância do PCB no ano de 1963. Após as discussões do VI Congresso do partido, Conceição Imaculada de Oliveira acompanhou a dissidência mineira do PCB, e passou a integrar a Corrente Revolucionária de Minas Gerais. Em 1967 se tornou a primeira mulher a integrar a direção do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem, tendo fundamental participação na greve de Contagem.

muito antes de Osasco de como uma comissão de fábrica fez uma greve de dentro da fábrica e em plena fábrica. E inovou. E nós tivemos um papel fundamental. (VIANA. Depoimento concedido à Otávio Luis Machado em 30/01/2004. Projeto: A Corrente Revolucionária em Minas Gerais/UFOP.)²⁹⁷

Portanto, com o apoio das **comissões de cinco** e intensa mobilização dos trabalhadores, a Greve de Contagem eclodiu de fato no dia 16 de abril na trefilaria da siderúrgica Belgo-Mineira. Às 7 horas da manhã, cerca de 1.200 operários tomaram a fábrica, fizeram alguns diretores de reféns e paralisaram suas atividades em protesto contra os baixos salários, atrasos nos pagamentos, altos índices de demissões, falências de empresas menores e condições precárias de trabalho. Imediatamente foi formada uma comissão de 25 membros que iria iniciar as negociações com a direção da Belgo-Mineira. Na primeira reunião entre grevistas e diretores é proposto um reajuste de 10%, considerado insuficiente pela classe operária, que reivindicava 25%. Estabelecido o impasse, os trabalhadores entram no segundo dia de ocupação da empresa, organizados em grupos de negociação, disciplina e segurança. No mesmo dia a Delegacia Regional do Trabalho define a greve como ilegal, e com isso os trabalhadores decidem abandonar a ocupação, dirigindo-se ao sindicato. Às 18 horas a polícia militar ocupa a empresa. Logo, o sindicato assume as negociações.

Rapidamente, os operários de outras empresas aderiram ao movimento iniciado pelos trabalhadores da Belgo-Mineira. Sendo assim, no dia 22 de abril, a cidade de Contagem já contava com 16 empresas paralisadas, incluindo outras seções da própria Belgo-Mineira: **Sociedade Brasileira de Eletrificação (SBE), Mannesman, RCA Victor, DEMISA, Industam, Simel, Metalúrgica Belo Horizonte, Metalgráfica Triângulo, Pollig-Haeckel, Minas Ferro, Mafersa** e outras empresas menores.

Segundo Francisco Weffort (1972) a Greve de Contagem de 1968 foi um movimento espontâneo dos operários, fora dos marcos do Sindicato dos Metalúrgicos e com insignificante participação dos grupos de esquerda. Para construir seu argumento, Weffort utiliza o conceito de espontaneidade operária. Para o autor, a greve espontânea ocorre quando a massa operária, carente de uma organização corporativa combativa e representativa, decide e realiza, por si só, um movimento de defesa de interesses econômicos ou sociais. A cerca de Contagem, Weffort admite que nem a organização sindical, nem as organizações de esquerda estavam qualificadas e organizadas para representar os trabalhadores.

No entanto, tal visão foi construída em meados de 1972, limitada aos registros da imprensa e à documentos oficiais. Após o fim do Regime Militar, surgem novas fontes a respeito do tema, o que possibilita o questionamento da versão de greve espontânea defendida por Weffort. Depoimentos e entrevistas daqueles que tiveram ativa participação no movimento - sobretudo de ex-sindicalistas e ex-integrantes dos grupos de esquerda - e a abertura dos arquivos da polícia política, remontam a história da greve, trazendo à tona a importância de outros fatores e outros sujeitos para a eclosão do movimento.

²⁹⁷ Retirado de: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1074>, Conferido em 14/04/2008.

Desta forma, a hipótese que defendemos é que a Greve de Contagem teve fundamental participação e orientação de agrupamentos de esquerda, os quais se ramificavam nas empresas e conduziam o Sindicato dos Metalúrgicos, como a Corrente Revolucionária de Minas Gerais, que foi um dos principais quadros da greve, como comenta Gilney Amorim Viana:

Olha, na Greve de Contagem a Corrente teve um papel fundamental. Primeiro na eleição do Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem. (...) Então, tudo começa com a nossa vitória na direção do sindicato e com um trabalho clandestino que nós fazíamos desde a retomada do movimento após o golpe. Particularmente 65, 66 e 67 teve o processo de reorganização. E então, nós fizemos todo o movimento. Nessa época nós tínhamos gente do Partidão e da AP (Ação Popular). A liderança maior era da AP, que nós colocamos na presidência. (...) Todas as lideranças deles tinham quadros bons. Mas o que aconteceu? Eles foram cassados. E os nossos quadros meio Partidão e meio Corrente não eram conhecidos. Então, eles não foram cassados. Então, foi aí que nós colocamos um quadro que era ligado a gente na presidência e na secretaria, que era um cargo estratégico. Colocamos a Conceição Imaculada. Então, ali nós tínhamos uma influência muito grande no sindicato. E nós fizemos umas comissões de fábricas. Várias comissões de fábricas na Belgo e na Mannesman. (VIANA. Depoimento concedido à Otávio Luis Machado em 30/01/2004. Projeto: A Corrente Revolucionária em Minas Gerais/UFOP.)²⁹⁸

Todavia, a atuação mobilizadora do sindicato e das organizações de esquerda ficou oculta, camuflada na “espontaneidade operária” assinalada por Weffort. Tal procedimento serviu como uma estratégia do Sindicato dos Metalúrgicos para evitar a intervenção ministerialista e a descoberta da presença de organizações clandestinas no interior do sindicato e nas comissões de fábrica das empresas.

Neste âmbito, Conceição Imaculada de Oliveira descreve com clareza o plano do sindicato para iludir a repressão, que por sinal, se mostrou eficiente, já que durante a greve de abril o sindicato não sofreu intervenção por parte do governo:

(...) a gente não podia deixar o nome do sindicato aparecer, então nós combinamos que eu ia pro... eu morava aqui no bairro das Indústrias, eu ia pro sindicato bem cedinho, eles iam telefonar dizendo, xingando o sindicato, dizendo que o sindicato não tava fazendo o trabalho e tudo, a gente sabia que o telefone tava vigiado né, então a gente tinha montado tudo direitinho. Eles iam telefonar dizendo que o sindicato, precisando do sindicato por não "tá" defendendo os direitos deles tal né e que eles estavam começando uma greve e o sindicato ia encarar ou não ia? (...) Aí eu volto do sindicato pra Belgo Mineira, aí quando chego na Belgo Mineira e eles ficam quietos me esperando, eles não fazem nada antes de eu chegar, eles só ficam parados. Aí quando eu chego eu já subo logo num caminhão como combinado né e de lá eu faço, eu começo a fazer o meu discurso né, dizer: olha nos precisamos fazer uma comissão, por que nós temos que conversar com os patrões e ainda tem... a greve tem que... não pode ser só na Belgo, tem que se estender por que uma empresa só não vai poder ser, aí a força vai ser pequena e coisa, aquela coisa e tudo. Então... mais primeiro nós vamos fazer uma comissão pra falar com os patrões e nós já tínhamos combinado, cada vez que a gente fosse falar, a gente levava uma comissão diferente. (...) só haviam duas pessoas que eram permanentes, era eu e o Joaquim de Oliveira. E o Joaquim de Oliveira ele não era do partido, ele era um religioso, mas era um homem de uma combaticidade incrível, ele

298 Retirado de: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1074>. Conferido em 14/04/2008.

era da diretoria do sindicato. Então eu e ele éramos... todos.... todas as comissões, todas as negociações, todo diálogo que tinha nós dois íamos, mais isso a gente nunca levava o mesmo grupo, nós nunca decidíamos sozinhos, cada vez nós íamos com uma comissão, mais sempre uma comissão diferente pra não queimar as pessoas, pra ver que aquilo era espontâneo. (OLIVEIRA. Entrevista concedida ao autor e à Isabel Cristina Leite em 23/07/2009.)

Ademais, é preciso ressaltar que além da CORRENTE, outros agrupamentos clandestinos de esquerda também tiveram intensa participação na greve, como a Organização Revolucionária Marxista - Política Operária (ORM – POLOP), o Partido Operário Comunista (POC), a Ação Popular (AP) e o Comando de Libertação Nacional (COLINA)²⁹⁹. Contudo, vale ressaltar que a CORRENTE herdou do PCB a estrutura de movimentos de massa³⁰⁰ e o trabalho clandestino, o que justifica a sua supremacia no movimento em relação a outros agrupamentos, como podemos perceber na fala de Gilney Amorim Viana ao discorrer sobre alguns grupos de esquerda que participaram da greve de abril de 1968 e da greve menos expressiva ocorrida em outubro do mesmo ano:

Nas duas (greves), em termos de grupos de esquerda, eu acredito que a principal importância era da Corrente neste processo. Mas tinha outros grupos, particularmente a AP, o que restou do Partidão, e a POLOP, que já estava dividida. Já tinha a COLINA que era mais estudantil e tinha pouca influência no meio operário (VIANA. Depoimento concedido à Otávio Luis Machado em 30/01/2004. Projeto: A Corrente Revolucionária em Minas Gerais/UFOP).³⁰¹

Porém, seríamos negligentes em afirmar que foram exclusivamente os grupos de esquerda que fizeram o movimento grevista de 1968. Com tal afirmação estaríamos menosprezando a força de luta da classe trabalhadora, que, por sinal, neste momento, vinha sendo fortemente maltratada pelo regime militar. O que destacamos é a capacidade de articulação dos agrupamentos de esquerda perante a massa operária, como ressalta com eficiência Gilney Amorim Viana:

(...) veja bem, a coisa é mais complicada, agente às vezes pensa que a esquerda fez a greve, não foi assim não. Ai cê menospreza a capacidade da classe trabalhadora, do povo mesmo né. Você tem que olhar o seguinte, o que nos tínhamos era uma capacidade de liderança e de agitação, mas se ocê não tivesse uma adesão da massa não fazia uma greve daquela não cara, com cerco militar? Você acha que três, quatro cara faz? Não faz. Cê tinha que ter o trabalho de dentro da fábrica, de convencer as lideranças. É lá era assim, cê tinha liderança por setor e tudo, cê entendeu, e tinha um comando, que você depois fechar a fábrica, agora tá ocupada a fábrica, cê tinha que ter liderança meu filho.

Lá dentro. Não adianta você ficar soltando panfletinho aqui fora que isso é bobajada. E isso a Polop fazia muito tempo, soltando panfletinho, mas não tinha liderança lá dentro não fazia greve, entende. Agora, a diferença, o pulo do gato é você fazer o panfletinho

²⁹⁹ Vale destacar a participação do COLINA no início da greve através da disseminação do panfleto **O Piquete**, distribuído sistematicamente no meio sindical, sobretudo na Belgo Mineira, empresa que iniciou o movimento grevista. Para saber mais sobre o COLINA, ver a dissertação de mestrado *Comando de Libertação Nacional: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967 – 1969)*, defendida no Programa de Pós - Graduação em História da UFMG/FAFICH por Isabel Cristina Leite no ano de 2009.

³⁰⁰ Além do Sindicato dos Metalúrgicos, a CORRENTE atuava junto ao Sindicato dos Bancários e em associações de servidores públicos.

³⁰¹ Retirado de: <http://www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php?storyid=1074>. Conferido em 14/04/2008.

ligado com o movimento lá de dentro. É de você dirigir um sindicato respeitando o movimento de base, e isso a CORRENTE fez, isso a CORRENTE fez. (VIANA. Entrevista concedida ao autor em 29/06/2012.)

Com o objetivo de difundir suas posições junto à classe operária, a CORRENTE editou e veiculou o panfleto **1º de Maio**, que ao que tudo indica, teve significativa circulação entre os trabalhadores da Cidade Industrial.

Desta forma, a presença da CORRENTE na Greve de Contagem, não passou despercebida pela repressão. Segundo Marcelo Ridenti (1993), a organização mineira contou com 12 “trabalhadores manuais urbanos” indiciados certamente por sua atuação na Greve de Contagem.

Enfim, com o intuito de dar fim ao movimento grevista, o Coronel-Ministro do Trabalho Jarbas Passarinho se deslocou para Belo Horizonte no dia 20 de abril para negociar com os trabalhadores em pleno Sindicato dos Metalúrgicos. No entanto, o ministro não obteve sucesso. Em seguida, em cadeia nacional de rádio e TV, Jarbas Passarinho decreta a ilegalidade do movimento e declara guerra aos grevistas:

... se as condições se agravarem, passando para a provocação e o desafio, vai haver luta e perderá quem tiver menos força, embora não queiramos fabricar e nem nos transformarmos em cadáveres, porque há muita gente interessada em transformar operários em carga de canhão, iniciando uma contra-revolução, que saberemos enfrentar com as mesmas armas (O Estado de São Paulo, 21/04/1968).

Imediatamente o parque industrial é ocupado por mais de 1.500 policiais militares, efetuando a prisão de alguns manifestantes e proibindo assembleias, aglomerações operárias e distribuição de panfletos. Com o clima pesado da repressão e a ameaça de demissão por justa causa, grande parte dos trabalhadores retornam às suas atividades a partir do dia 26 de abril. Já no dia 2 de maio a greve é encerrada e todas as empresas da região voltam ao seu funcionamento normal.

Contudo, o Governo Costa e Silva, através de um decreto de emergência, garantiu um abono salarial de 10%, o que, apesar da insatisfação de alguns trabalhadores, garantiu o fim da greve e provocou ligeira fissura na rigidez do arrocho salarial.

Em outubro do mesmo ano, outra greve foi articulada em Contagem, preparada quase que exclusivamente pelas organizações de esquerda que atuavam na região. Entretanto o movimento só resistiu um dia, sendo totalmente dissolvido pela repressão. Ainda vale ressaltar que neste momento, diferentemente da greve de abril, o Sindicato dos Metalúrgicos sofreu intervenção, mesmo se negando a assumir qualquer responsabilidade pelo movimento.

Por fim, é preciso lembrar que o evento de Contagem foi a primeira grande greve após o golpe civil-militar de 1964 e serviu de inspiração para a articulação de outros importantes movimentos da classe trabalhadora no país, como as comemorações do 1º de Maio de 1968 na Praça da Sé (SP), organizado pelo MIA, e, principalmente, a greve dos metalúrgicos em Osasco, ocorrida em julho do mesmo ano.

Referências bibliográficas

- ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2004. 194 p.
- BRANCO, Andréa Castello. A história contada pelos protagonistas. In: **Teoria e debate**, ano 21, maio 2008, p.15-20.
- CHAVEAU, Agnès; TÉTARD, Philippe (Org.). **Questões para história do presente**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.
- DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006. 135 p.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002.
- GIANNOTTI, Vito. **História das lutas dos trabalhadores no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. 311 p.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. 3. ed. São Paulo: Ática, 1987. 255 p.
- HALBAWCHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.
- LEITE, Izabel Cristina. **Comando de Libertação Nacional**: oposição armada à ditadura em Minas Gerais (1967 – 1969). 2009. 235 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- LIMA, Edileuza Pimenta de. **“Trabalhador: arme-se e liberte-se”**: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a resistência operária pela luta guerrilheira. 2007. 115f. Monografia (graduação em História) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Departamento de História, Rio de Janeiro, 2007.
- MIRANDA, Nilmário. A cidade operária símbolo. In: **Teoria e Debate**, ano 21, maio 2008, p. 21-24.
- NEVES, Magda de Almeida. **Trabalho e cidadania**: as trabalhadoras de Contagem. Petrópolis: Vozes, 1995. 292 p.
- POLLACK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol.2, n.3, p.3-15, 1989.
- REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Orgs.). **Imagens da revolução**: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961 a 1971. 2 ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, 2006. 464p. (Coleção assim lutam os povos).
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: UNESP, 1993. 284 p.
- SANDOVAL, Salvador. **Os trabalhadores param**: greves e mudança social no Brasil 1945-1990. São Paulo: Ática, 1994. 222 p.
- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: UNIRIO e Boitempo Editorial, 2001.
- SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB**. 2.ed. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989. 135 p.
- SILVA, José Luiz We. **A deformação da história**: ou para não esquecer. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985. 96 p.

WEFFORT, Francisco. **Participação e conflito industrial:** Osasco e Contagem – 1968. São Paulo: *Cadernos Cebrap*, n. 5, 1972. 93 p.

Romantismo contracultural, cidade e campo na música de Sá, Rodrix & Guarabyra, no Brasil dos anos 1970

Victor H. de Resende

Mestrando pelo PGHis – UFSJ

Agência Financiadora: CAPES

vhriedi@yahoo.com.br

Resumo: A presente comunicação procura tratar do gênero **Rock Rural** desenvolvido pelos músicos **Sá, Rodrix & Guarabyra**, no Brasil da década de 1970. Dentro do regime de exceção estabelecido pela ditadura brasileira, os músicos cantaram em suas composições os dramas e as vivências das pessoas entre cidade e campo, dentro do contexto de acelerada urbanização e modernização do país. Mostra-se, especificamente, o gênero rock dos compositores em questão, como proposta de uma música híbrida, que mistura guitarras, violões, violas, conjugando-se elementos “modernos” e “tradicionais” na cultura brasileira. Desenvolve-se também o conceito de **romantismo contracultural** por meio do trio, demonstrando-se a crítica e a resistência, no âmbito da **contracultura** brasileira, contra a ditadura e a modernização autoritária no país.

Palavras-chave: rock, cidade-campo, romantismo.

Abstract: The present communication aims to deal with the country rock developed by the musicians Sá, Rodrix & Guarabyra, in the 1970's in Brazil. Within the regime of exception established by the Brazilian dictatorship, the musicians sang people's lives and dramas between town and countryside in the context of Brazilian fast urbanization and modernization. The rock genre of the composers in question was specifically shown as a proposal for hybrid music, which mixes electric and acoustic guitars, and violas, combining modern and traditional elements in Brazilian culture. The concept of countercultural romance was also developed through the trio, showing criticism and resistance in Brazilian countercultural field, against the dictatorship and an authoritarian government in the country.

Keywords: rock, countryside-town, romance.

No ano de 1973, o trio **Sá, Rodrix & Guarabyra** gravou e cantou a canção *O pó da estrada*³⁰², conforme letra abaixo:

O pó da estrada gruda no meu rosto/ Como a distância matando as palavras/ Na minha boca sempre o mesmo assunto/ O pó da estrada/ O pó da estrada brilha nos meus olhos/ Como as distâncias mudam as palavras/ Na minha boca sempre a mesma sede/ O pó da estrada/ (Eu) conheci um velho vagabundo/ Que andava por aí sem querer parar/ Quando parava ele dizia a todos/ Que o seu coração ainda rolava pelo

³⁰² LP *Terra*, gravado pela Odeon, em 1973, com as seguintes faixas: *Os anos 60; Desenhos no jornal; Mestre Jonas; Blue Riviera; Adiante; Pendurado no vapor; O pó da estrada; O brilho das pedras/ Paulo Afonso; Até mais ver.*

mundo/ (E) o pó da estrada fica em minha roupa/ O cheiro forte da poeira levantada/
 Levando a gente sempre mais à frente/ Nada mais urgente que o pó da estrada, que o
 pó da estrada.

A música compõe o repertório do chamado **Rock Rural**, expressão encontrada na composição *Casa no Campo*, de Zé Rodrix (letra) em parceria com Tavito (música), no ano de 1971³⁰³. A ideia do **Rock Rural**, expressão divulgada pela mídia no período e apropriada pelo trio **Sá, Rodrix & Guarabyra**, trazia a proposta de uma vida em paz no campo, em contraposição ao meio urbano³⁰⁴. Além do bucolismo expresso na maioria das canções do trio, que gravou dois discos pela Odeon – respectivamente o LP *Passado, Presente & Futuro*³⁰⁵, em 1972, e *Terra*, em 1973 – encontram-se, também, certas críticas, mesmo que sutis, contra o regime autoritário no Brasil da década de 1970. Grande parte do repertório dos músicos critica ou aponta elementos da modernidade, utilizando-se inclusive de elementos modernos, como a guitarra elétrica, para mostrar a realidade social brasileira do período. Em *O pó da estrada*, por exemplo, mostra-se a estrada, o caminho percorrido de mochila e violão nas costas. O que fica é o pó do caminho. Uma alternativa, em meio à modernidade e ao autoritarismo da sociedade brasileira do período é continuar em frente, sem parar. Encontram-se os elementos da contracultura e a relação campo-cidade. A ideia de pureza é mostrada na melodia inicial da música com os instrumentos de craviola³⁰⁶ e ocarina³⁰⁷, fazendo menção à ideia de campo. O solo de ocarina faz um movimento suave e a levada folk – acústica – do violão de nylon, com ritmo leve e embalado pela marcação da bateria e baixo – além das frases de guitarra – mostram o caminho percorrido pelo viajante. A voz harmoniosa do cantor Luiz Carlos Sá enfatiza a urgência de movimento, de caminhada pela estrada, trazendo as influências do movimento contracultural, que também chega e é apropriado em terras brasileiras.

Como características fundamentais desse estilo de se tocar rock no Brasil, pelo trio **Sá, Rodrix & Guarabyra**, aparecem nas letras a ideia de abandono das cidades e de retorno ao campo, trocar o asfalto quente pela estrada de chão, rumo ao mato, ao meio natural; além de mostrar o movimento entre cidade e campo como uma constante³⁰⁸. Outra característica importante do **Rock Rural** é a junção entre

³⁰³ Vencedora do Festival de Juiz de Fora em 1971 e gravada por Elis Regina (LP Elis, 1972, Phonogram). Na letra, o seguinte recado: “Eu quero uma casa no campo/ onde eu possa compor muitos rocks rurais/ e tenha somente a certeza/ dos amigos do peito e nada mais”...

³⁰⁴ No **Jornal do Brasil**, por exemplo, o maestro e crítico musical Júlio Hungria caracteriza o trabalho do trio como “caipira progressivo” (SÁ, 2010: 128).

³⁰⁵ Com as faixas: *Zepelim; Ama teu vizinho como a ti mesmo; Juriti Butterfly; Me faça um favor; Boa Noite; Hoje ainda é dia de rock; Primeira canção da estrada; Cumpadre meu; Crianças perdidas; Azular; Onvi contar; Coda: Cigarro de Palha*.

³⁰⁶ Instrumento de 12 cordas, com formato parecido ao violão, e uma sonoridade de cravo misturado à viola. Projetado pelo músico brasileiro Paulinho Nogueira, em 1969, e patenteado pela Giannini.

³⁰⁷ De forma oval, a ocarina, da família das flautas, é um dos mais antigos instrumentos que se tem notícia.

³⁰⁸ Há uma continuidade do **Rock Rural** com a dupla **Sá & Guarabyra**, após a saída de Zé Rodrix do trio, em 1973. Em suas canções, a dupla canta a natureza, a estrada, a ideia e o desejo de fuga para o mato e a constante caminhada entre cidade e campo. Referências importantes estão nos discos: *Nunca*, de 1974 e *Cadernos de Viagem*, 1975, pela gravadora Odeon, e *Pirão de peixe com pimenta*, 1977, e *Quatro*, de 1979, pela Som Livre.

violões, violas e guitarras elétricas, por parte dos músicos, trabalhando-se elementos diversos na música brasileira.

A obra do trio insere-se no contexto de regime autoritário e de modernidade conservadora no Brasil, estabelecidos a partir de 1964. Percebe-se, ao longo dos anos 1960 e 1970, um sentimento romântico de protesto e de luta contra o regime estabelecido no país. No caso brasileiro, a modernização autoritária pode se caracterizar por: crescimento econômico e ao mesmo tempo concentração de renda; criação, aumento e acesso de empregos, por um lado, e cerceamento de liberdades políticas e culturais, por outro; ausência de pluripartidarismo; consolidação de um mercado de bens simbólicos no país com controle dos meios de comunicação, censura a jornais, revistas, teatro, cinema e música. O planejamento e a estratégia dos governos militares, calcados na **Doutrina de Segurança Nacional**, basearam-se no crescimento econômico do país, na vigilância à população – para manter a ordem – e na forte repressão às manifestações artísticas e políticas, que poderiam ir contra o regime de exceção. Nesse quadro social, político e econômico havia um sentimento romântico brasileiro. Marcelo Ridenti aponta algumas coordenadas para o romantismo no Brasil, tais como: crescente urbanização³⁰⁹, consolidação de modos de vida e cultura nas metrópoles, aumento quantitativo das classes médias, acesso ao ensino superior, aumento dos jovens na composição etária da população, incapacidade do poder de representar sociedades que se renovavam, avanços tecnológicos – causando mudanças de comportamento –, além de rebeldia e revolução, buscando-se “colocar a imaginação no poder” (RIDENTI, 2001: 14). Tal sentimento romântico seria apropriado pela esquerda militante, intelectuais, artistas e grupos estudantis universitários, principalmente nos anos 1960, na tentativa de mudança no cenário de repressão e cerceamento das liberdades, imposto pelo governo e alguns setores civis da época. Para vários intelectuais e artistas, o projeto era de mudar o homem para mudar a sociedade. Pregava-se o homem novo, representado pelo migrante, favelado do morro, ou camponês. A ideia seria encontrar as raízes do Brasil, representada no povo. Tal seria a proposta de um romantismo revolucionário brasileiro: “para compreender as lutas políticas e/ou culturais dos anos 60 e princípio dos 70, do combate da esquerda armada às manifestações político-culturais na música popular, no cinema, no teatro, nas artes plásticas e na literatura” (RIDENTI, 2000: 24). Como exemplos desse romantismo, destacam-se: o *Cinema Novo* com Glauber Rocha (com o filme *Deus e o Diabo na Terra do Sol*); a canção de protesto de artistas como Geraldo Vandré, Carlos Lira, Edu Lobo; os movimentos artísticos do CPC (Centro Popular de Cultura) ligados a União Nacional dos Estudantes; o Teatro de Arena de São Paulo; os espetáculos cênico-musicais do show Opinião, com Nara Leão, Zé Kéti e João do Vale; o deboche e a estética antropofágica do Tropicalismo etc. Marcelo Ridenti, ao abordar o termo romântico, toma de empréstimo as ideias de

³⁰⁹ Nos anos de 1970 o Brasil deixa de ser um país predominantemente rural e passa a ter uma população cada vez mais urbana. Como bem destaca Ridenti: “segundo o IBGE, em 1950 a população rural era 63,84%; em 1960 esse percentual caiu para 55,33%; e em 1970 era menos da metade, isto é, 44,08% viviam no campo”. (RIDENTI, 2005: 63).

Michael Löwi e Robert Sayre (1995). Estes, ao analisar diversos movimentos políticos, culturais e intelectuais no século XIX e XX detectam um tipo de crítica direcionado ao capitalismo, estabelecido em vários pontos do globo, enfatizando uma visão social de mundo. Para os autores, o romantismo compreende “uma crítica da modernidade, isto é, da civilização capitalista moderna, em nome de valores e ideais do passado (pré-capitalista, pré-modernos)”, e entendem a modernidade como a: “civilização moderna engendrada pela revolução industrial e a generalização da economia de mercado” (LÖWI e SAYRE, 1995: 34-35). Os autores trabalham com a ideia de **romantismos** para abarcar as contradições e diversidades do termo **romântico**. Estabelecem uma tipologia romântica que vai desde a crítica mais conservadora ao enfoque mais revolucionário. Segundo Löwi e Sayre, há convergências dos vários romantismos e de sua estrutura de sentimento – contra o desencantamento do mundo, quantificação, mecanização, abstração racionalista e dissolução dos vínculos sociais. Tal convergência se dá na crítica à modernidade capitalista e ao autoritarismo, além da ideia de nostalgia presente em suas várias expressões. E parte desse romantismo prega a vida no meio natural, a nostalgia de um tempo mais feliz, longe do tumulto e das mazelas do meio urbano, um tipo de enfoque romântico que prega a vida em comunidade, o retorno à natureza e critica o isolamento social dos sujeitos. Tal postura romântica se manifesta, aproxima-se, da contracultura dos anos 1960-1970, podendo-se denominá-la de **romantismo contracultural**. Segundo Carlos Maciel, divulgador das ideias contraculturais no Brasil:

O termo “contracultura” foi inventado pela imprensa norte-americana, nos anos 60, para designar um conjunto de manifestações culturais novas que floresceram, não só nos Estados Unidos, como em vários outros países, especialmente na Europa e, embora com menos intensidade e repercussão, na América Latina. (*apud* PEREIRA, 1992: 13).

Como sujeitos históricos da contracultura destacam-se, principalmente, a juventude universitária e/ou de classe média. No Brasil, conforme afirma Antônio Risério:

Na passagem da década de 1960 para a de 1970, os segmentos mais inquietos da juventude urbana brasileira se distribuíram em duas vertentes radicais: a esquerda e o movimento contracultural. A aproximá-los, havia o sentimento de que os caminhos “tradicionais” da transformação social estavam bloqueados, de que as velhas estratégias já não tinham o que oferecer. (RISÉRIO, 2005: 25).

Como características principais dessa contracultura podem-se destacar: oposição ao modo burguês de vida, questionamento da racionalidade, crítica ao intelectualismo, oposição ao sistema capitalista e ao controle do Estado sobre a vida na sociedade, ênfase à subjetividade, ideia de fuga e de retorno à natureza, vida em comunidade, ‘viagens’ lisérgicas e experiências ‘transcendentais’ com o uso de certas drogas, liberdade sexual, diálogos extraterrenos, misticismo, espiritualismo e orientalismo, além de respeito às diferenças culturais. Para os contraculturalistas, os ‘desbundados’, a ideia não era a de questionar o ‘sistema’ ou de travar uma luta direta contra os detentores do poder, mas sim de retirar-se,

‘caindo fora’ da vida moderna e agitada, ou simplesmente encontrar alternativas de vivência em meio à modernidade dos grandes centros urbanos. Conforme Maria Rita Kehl, na São Paulo dos anos 1970, havia:

Uma cidade de jovens morando em comunidades, ocupando em bandos sobradinhos e sobradões no Butantã, em Pinheiros e na Vila Madalena (bairros preferenciais, por serem vizinhos da Cidade Universitária e ainda oferecer aluguéis baratos), e que se reuniam com frequência em grandes festas armadas de uma hora para outra... (KEHL, 2005: 34).

No campo das artes, em fins dos anos 60 e ao longo dos anos 1970, encontram-se, no Brasil, características contraculturais na poesia, no teatro, no chamado ‘cinema marginal’, na imprensa alternativa, apelidada de ‘nanica’ – jornais como **O Pasquim, Flor do Mal, Presença, Bondinho, Jornal de Música e Som** etc. – na música do movimento Tropicália, no grupo musical Novos Baianos, cujos componentes vivenciaram a experiência de comunidade hippie de vida; entre outros. Uma das expressões mais ligadas à contracultura é o gênero musical **rock**, que também chega ao Brasil e é apropriado por vários músicos e grupos, com destaque para: **O Terço, Recordando o Vale das Maças, Casa das Máquinas, Raul Seixas, Secos & Molhados, Os Mutantes, Vímana, Satwa, Karma, Som Imaginário**, músicos do **Clube da Esquina, Joelho de Porco, Som Nosso de Cada Dia, Matuskela, A Bolha, Made in Brazil, Terreno Baldio**, entre vários outros grupos de rock³¹⁰, ao longo dos anos 70, além do trio em discussão, **Sá, Rodrix & Guarabyra**, que por sua mistura de sons regionais e urbanos, com a guitarra elétrica e a viola, o rock com o baião, xote, guarânia, e outros ritmos, traz uma proposta de misturas, de hibridismo na música brasileira. Com influências da **Tropicália**, o chamado **Rock Rural** do trio, combina o som eletrificado, moderno, com elementos já consolidados como tradição musical do país – o violão e a viola, por exemplo –, na composição de uma música também brasileira.

O trabalho do trio compõe certa crítica moderna da modernidade: os músicos utilizam-se de elementos modernos – como a guitarra elétrica – para criticar a própria modernidade. Trata-se, também, de uma crítica romântica e urbana da realidade brasileira: os artistas vivem na cidade – no caso entre Rio de Janeiro e São Paulo – e cantam o desejo de fuga ou de trânsito constante entre campo e cidade. Luiz Carlos Pereira de Sá (1945-), carioca de Vila Isabel, músico desde os dezessete anos de idade, com influências do samba e do rock dos anos 60, foi cantor de protesto antes do trio, participou do grupo do Teatro Opinião e do show *Samba pede passagem*, em 1965, no primeiro FIC (Festival Internacional da Canção) da TV Rio, com a canção *Inaiá*, em 1966, também com participação no programa Ensaio Geral,

³¹⁰ Podem ser destacados, nos anos 1960, os artistas da **Jovem Guarda**, que também à sua maneira se apropriaram do gênero rock e questionaram a sociedade autoritária do período. Outro grupo importante, a partir de 1972, é o **Novos Baianos**, que por meio de combinações de guitarras e cavaquinhos, rock e choro, trouxeram uma das primeiras tentativas de síntese e mistura na cena musical brasileira.

em 1967, da TV Excelsior (SP) ao lado de Gilberto Gil, Caetano Veloso e outros; José Trindade Rodrigues – Zé Rodrix (1947-2009) –, filho de mestre de banda, com alto conhecimento em teoria musical, contraponto e instrumentista múltiplo, integrou bandas como **Som Imaginário** (de apoio a Milton Nascimento, entre 1969 e 1971), **Joelho de Porco**, nos anos 1980 (com som punk-rock), criou vários arranjos para jingles, cinema, teatro e números musicais, além de vivenciar experiências de modo de vida hippie no sul do país por seis meses; e Gutemberg Nery Guarabyra Filho (1947-), baiano de Bom Jesus da Lapa, amante da música seresteira, vencedor da parte nacional do II FIC, da TV Globo, em 1967, com a música *Margarida* junto ao grupo Manifesto, produziu musicais para a TV Tupi, dirigiu festivais etc.; trazem em sua obra as vivências pessoais entre sertão e metrópole, meio rural e urbano e vivem a realidade brasileira e as alternativas de inserção na modernidade, bem como, de resistência ao fenômeno moderno do capitalismo industrial, nos anos 1970.

Sendo assim, os músicos trazem em sua obra as discussões sobre tradição, modernidade e identidade nacional. Para além de expressões como “vazio cultural” e “desbunde”, nos anos 1970, por parte de setores comunistas e liberais progressistas à contracultura³¹¹ (críticas carregadas de sentido ideológico), as ideias e atitudes contraculturais faziam resistência à sociedade autoritária e capitalista, pelo viés do comportamento, no cotidiano, na fuga ou no simples ato de ‘não estar nem aí’ para o ‘sistema’, por parte de seus adeptos. Como ressalta Marcos Napolitano:

As correntes da contracultura defendiam a luta contra o ‘sistema’ não apenas do ponto de vista político, mas nos aspectos mais amplos (comportamentais, culturais e econômicos), buscando a criação de circuitos culturais ‘alternativos’ ao mercado hegemônico por grandes empresas. (NAPOLITANO, 2010: 162-163)

Importante destacar que “a contracultura se expandiu no Brasil não *por* causa, mas *apesar* da ditadura” (RISÉRIO, 2005: 26). Antônio Risério observa que os jovens ligados à contracultura também sofreram a repressão e a censura do regime autoritário. Afirma, contudo, alguns desdobramentos importantes dessa contracultura no mundo e no país, como o **pacifismo**, **feminismo** e o **ambientalismo**. Esse último, talvez, seja o mais pertinente na atualidade, visto os vários movimentos ecológicos pelo planeta. Na época, por exemplo, os músicos **Sá, Rodrix & Guarabyra** receberam a denominação de “ecólogos musicais”. (VEJA, 24/07/1974). Na obra do trio, é possível encontrar as discussões e relações sobre campo e cidade, modernidade e tradição, ligadas às vivências contraculturais. Como destaca Löwi e Sayre: “mesmo para combater e rejeitar a cidade, homens vinham para a cidade, não havia outra saída” (LOWI e SAYRE, 1995: 309). No trabalho desses artistas, encontram-se discussões sobre brasilidade

³¹¹ Principalmente com o estabelecimento do Ato Institucional número 5 (AI-5), com o aumento da repressão, da censura, e o exílio de vários artistas, como Caetano Veloso e Gilberto Gil, intelectuais e artistas ligados às ideias do nacional popular e ao comunismo, trazem nos anos 1970, certas discussões sobre a estagnação da cultura brasileira, a falta de engajamento e criatividade. Ver, por exemplo, o artigo de Zuenir Ventura, “Vazio Cultural”, na revista Visão, em julho de 1971. (VENTURA, 2000: 40-51).

com o rock constituindo-se também em gênero que passa a compor a música brasileira, como parte da realidade cultural do país. Nas palavras de Zé Rodrix:

Tinha essa coisa do enfrentamento das pessoas que não conseguiam admitir nenhum outro formato, ferramenta, que não fossem as ferramentas tradicionais da MPB, aquele negócio do Violão, aquelas estruturas que tinham sido criadas e apresentadas como sendo as únicas verdadeiras, seja pelo CPC da UNE, seja pelo pessoal do Augusto Boal, a intelligentsia de esquerda mais tradicional, mais careta, que não conseguia aceitar que existissem outras formas de se fazer música no Brasil, a não ser aquela que eles preconizaram. (RODRIX, entrevista ao Museu do Clube da Esquina).

Há, nesse caso, a influência da **Tropicália**, sobretudo do maestro e arranjador Rogério Duprat³¹². Para Júlio Hungria:

Tudo começou com os Mutantes – ainda com Rita Lee – nos velhos festivais da Record. Rogério Duprat, aliás, pode ter tido influência nisso desde o começo: depois de saturada a explosão de 67, interrompidos os seus efeitos com a remessa de Caetano e Gil para a Inglaterra, em 68/69, o maestro andou, além do mais, engajado num movimento dos intelectuais paulistas em direção ao repertório caipira. (HUNGRIA, 1976: 2).

O maestro trata do Movimento Música Nova no qual Duprat participara. A ideia era trazer uma nova sonoridade para as composições brasileiras, misturando-se música sertaneja com guitarras elétricas, violões e violas com instrumentação ‘erudita’, orquestras, ou seja, “todo e qualquer ritmo brasileiro possível de integrar-se com as guitarras (...), transferir o instrumental do rock para a música popular brasileira” (GAÚNA, 2004: 2-3). Para Duprat e os músicos ligados ao tropicalismo e ao rock dos anos 1970, a informação estrangeira era tão brasileira quanto a ‘tradição’ posta pela música nacionalista engajada. A questão era acrescentar e misturar qualquer elemento que pudesse enriquecer a cultura brasileira.

Os músicos aqui vão além da música nacionalista de protesto, da bossa nova engajada. Para alguns críticos, produtores, compositores, músicos e maestros do período, o rock também havia se constituído como parte da música brasileira. De acordo com as falas do maestro Júlio Hungria, divulgador do trabalho do trio, no **Jornal de Música e Som**, em 1976: “o rock é um produto tão brasileiro como qualquer outro (...) os jeans, a Coca-Cola, os 4 séculos de colonização portuguesa e mais um quase outro século de duvidosa, questionável liberdade” (HUNGRIA, 1976: 2). Ou, ainda, com o grupo de rock **Os Mutantes** destacando suas misturas sonoras e rítmicas junto à tropicália:

³¹² Além de Rogério Duprat que assina os arranjos de orquestras da dupla **Sá & Guarabyra**, há também o trabalho de Lindolpho Gaya nos dois discos do trio e posteriormente da dupla, além de Eduardo Souto Neto, no primeiro disco de **Sá & Guarabyra**. A contribuição desses arranjadores está no fato de conjugarem instrumentos de orquestra com violões, violas e guitarras, trazendo propostas de misturas sonoras e experimentações na música brasileira, ampliando os campos de escuta e de identidade musical para o país.

Nossa música não é menos brasileira por gostarmos do que se faz nos Estados Unidos, na Inglaterra. Afinal, o samba é africano, o futebol é inglês e o violão veio de Portugal, como veio também a viola das canções caipiras, dos violeiros e dos repentistas do Nordeste. (VEJA, 02/10/1968).

No caso do trio **Sá, Rodrix & Guarabyra**, ao juntarem sons regionais e urbanos, violas sertanejas, violões e guitarras, compreendem uma proposta híbrida para a música brasileira. Surge então o **Rock Rural**, que se dura pouco mais de uma década, no entanto, traz uma proposta circular entre campo e cidade, modernidade e tradição.

Sua obra auxilia no pensamento e nas discussões sobre a relação entre o moderno e o tradicional numa “perspectiva pluralista, que aceita a fragmentação e as combinações múltiplas entre tradição, modernidade e pós-modernidade” (CANCLINI, 2006: 352). Nas estratégias para entrar e/ou sair da modernidade (CANCLINI, 2006), os músicos Sá, Rodrix e Guarabyra cantam os contrastes entre campo e cidade.

As músicas, discussões e opiniões dos artistas e demais envolvidos com a produção musical em questão trazem, desde os anos 1970, as simbioses da cultura brasileira e os “grandes dilemas da dramática modernização capitalista (...) presentes na vida cultural como um todo: tradição e ruptura, engajamento e vanguarda, nacionalismo e cosmopolitismo”... (NAPOLITANO, 2005: 126-127). Os artistas aqui discutidos transitaram pelas diversas vertentes da música brasileira, fundindo guitarras, folk rock, sons regionais e comportamento contracultural. Apropriaram-se de diversos gêneros e instrumentos, e trouxeram uma crítica, à sua maneira, à sociedade brasileira dos anos 1970. Construíram – por meio do rock que propuseram e executaram – uma ideia de identidade para o Brasil.

Fontes

Artigos e revistas do período:

HUNGRIA, Júlio. “Sá e Guarabira: resistência à colonização”. In: *Jornal de música e som: rock, a história e a glória*. RJ: Editora Vozes, 1976, pp. 2-3.

Revista Veja. *A música dos Mutantes no Festival*, nº 4, 02/out./1968, p. 66.

Revista Veja. *Peteca no ar*, nº 307, 24/jul./1974, p. 113.

Discografia:

SÁ, RODRIX & GUARABYRA. *Passado, Presente & Futuro*. Odeon, LP MOFB 3710, 1972.

_____. *Terra*. Odeon, LP XSMOFB 3761, 1973.

Entrevistas:

RODRIX, Zé. Entrevista. s /d. Disponível em: <http://www.museudapessoa.net/MuseuVirtual/hmdepoente/depoimentoDepoente.do?action=ver&idDepoenteHome=9695&forward>. Acesso em 19 jun.2009.

Bibliografia:

- CANCLINI, Néstor Garcia.** *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.
- CHARTIER, Roger.** *A história cultural: entre práticas e representações*. RJ: Bertrand Brasil S.A. 1990.
- GASPARI, Elio; HOLLANDA, Heloisa Buarque de; VENTURA, Zuenir.** *Cultura em trânsito: da repressão à abertura*. RJ: Aeroplano Editora, 2000.
- GAÚNA, Regiane Sanches.** *Duprat e a tropicália*. 2004. Disponível em: <<http://hist.puc.cl/iaspm/rio/.../RegianeGauna.pdf>>. Acesso em 05 abr.2010.
- GOFFMAN, Ken; JOY, Dan.** *Contracultura através dos tempos: do mito de Prometeu à cultura digital* RJ: Ediouro, 2007.
- LÖWY, Michael; SAYRE, Robert.** *Revolta e melancolia: o romantismo na contramão da modernidade*. Petrópolis: Vozes. 1995.
- MARCONDE, Marcos A.** “Sá e Guarabira”. In: *Enciclopédia da música brasileira: erudita, folclórica e popular*, 1998, p. 701.
- MUGGIATI, Roberto.** *Rock o grito e o mito: a música pop como forma de comunicação e contracultura*. 3. ed. Petrópolis: Vozes. 1981.
- NAPOLITANO, Marcos.** “MPB: Totem-tabu da vida musical brasileira”. In: RISÉRIO, Antônio (org.). *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itaú Cultural. 2005, pp. 125-129.
- _____. *Seguindo a canção: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969)*. SP: Anna Blume/FAPESP. 2001.
- _____. “Vencer Satã só com orações: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970”. In: ROLLEMBERG, Denise e QUADRAT, Samantha Viz (org.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Vol. II. RJ: Civilização Brasileira, 2010, pp. 145-174.
- PEREIRA, Carlos Alberto Messeder.** *O que é contracultura*. Coleção Primeiros Passos. 8. ed. SP: Editora Brasiliense. 1992.
- RIDENTI, Marcelo.** *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv*. RJ: Record. 2000.
- _____. “Intelectuais e romantismo revolucionário”. In: *São Paulo em Perspectiva*, 15 (2) 2001, pp.13-19.
- _____. “Uma década de sonhos e mudança”. In: *Revista Nossa História*. Ano 3, n. 26, Rio de Janeiro, dez.2005, pp. 62-65.
- RISÉRIO, Antônio (org.)**. *Anos 70: trajetórias*. SP: Iluminuras – Itaú Cultural. 2005.
- SÁ, Luiz Carlos.** “Rock Rural: origens, estrada e destinos”. In: *Revista USP*. São Paulo, n. 87, p. 124-133, setembro/novembro 2010.
- WILLIAMS, Raymond.** *O campo e a cidade: na história e na literatura*. SP: Cia das Letras. 1989.

*As eleições de 1982 para o governo do Estado do Mato Grosso do Sul: um breve ensaio introdutório*³¹³

Wagner Cordeiro Chagas

Mestrando em História pela UFGD

wc-chagas@hotmail.com

Resumo: As eleições de 1982 representaram um importante momento na história recente do Brasil. Na presente comunicação, abordo as eleições ocorridas nesse ano para o governo do estado de Mato Grosso do Sul, buscando situá-las no contexto político nacional e regional. Trata-se, no caso, de uma primeira aproximação ao assunto, com vistas à realização de uma pesquisa mais aprofundada no Programa de Mestrado em História da UFGD. Inicialmente, procuro efetuar uma rápida discussão sobre a chamada “nova história política”. Em seguida abordo, brevemente, o processo de constituição e organização do referido estado, criado em 1977, bem como as estratégias do governo federal na época. Em seguida apresento, ainda que de modo esquemático, os partidos envolvidos nessa eleição, em Mato Grosso do Sul, seus candidatos e os resultados obtidos.

Palavras-chaves: Eleição, redemocratização, política

Abstract: The 1982 elections represented an important moment in recent history in Brazil. In this communication, we approach the elections held that year for the state government of Mato Grosso do Sul, seeking to situate them in national and regional policy context. It is, in the case of a first approach to the subject, with a view to conducting further research in the Masters Program in History of UFGD. Initially, I try to make a brief discussion of the so-called "new political history". Then I discuss briefly the process of formation and organization of that state, created in 1977 as well as the strategies of the federal government at the time. Then present, albeit in a schematic way, the parties involved in this election, in Mato Grosso do Sul, its candidates and results.

Keywords: Election, redemocratization, politics

INTRODUÇÃO

As eleições gerais para vereadores, prefeitos, governadores, deputados estaduais e federais, senadores e presidentes da República em Mato Grosso do Sul constituem-se num campo pouco explorado por parte de historiadores das universidades do estado. Tais investigações históricas podem contribuir de forma significativa para a melhor compreensão dos fenômenos políticos, sociais e econômicos vividos atualmente pelos sul-mato-grossenses.

O presente artigo procurou apresentar e entender algumas características do processo histórico político deste estado brasileiro nascido em 11 de outubro de 1977 - através de uma imposição autoritária do poder Executivo federal, chefiado pelo general presidente da República Ernesto Geisel – tendo como

³¹³ Artigo originalmente apresentado como requisito para obtenção do grau de bacharel em História, do curso de Bacharelado em História da FCH da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), sob orientação do professor doutor Paulo Roberto Cimó Queiroz. Deste trabalho originou-se o anteprojeto de Mestrado em História intitulado: A atuação dos partidos de esquerda nas eleições de 1982 ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

enfoque o processo das eleições diretas para governador realizadas em 1982, que levou ascensão de um grupo político de oposição ao regime militar e permitiu à população sul-mato-grossense escolher pela primeira vez o seu governador.

Para tanto, recorreremos às frentes de pesquisa que serão explicitadas logo a seguir.

Primeiramente, traçamos uma análise a respeito das pesquisas sobre História Política, discutindo quais os teóricos e os novos desafios propostos por seus autores.

Em segundo lugar, observamos os caminhos que levaram à separação do Estado de Mato Grosso, e a conseqüente criação de Mato Grosso do Sul.

Em seguida, procuramos investigar a instalação e as primeiras medidas governamentais tomadas para o funcionamento da máquina administrativa estadual. Nesse momento, perpassamos pelos períodos de instabilidade política experimentada pelo estado entre os anos de 1979 e 1980, devido às manobras palacianas locais e nacionais, numa constante luta pelo poder entre as lideranças políticas apoiadoras do regime de exceção aqui estabelecidas.

Em quarto lugar, iniciamos as discussões no que se relacionam as articulações do Governo João Figueiredo no sentido de por em prática a abertura política, por meio do retorno do pleito direto aos governos estaduais em 1982, e de garantir com isso maior sustentabilidade para o regime.

Em quinta análise, apresentamos a realização das eleições 1982 no contexto nacional e, depois no caso de Mato Grosso do Sul, abordando os meios utilizados pelos grupos partidários para a apresentação dos 4 candidatos que concorreram ao governo do Estado: Antônio Carlos de Oliveira (PT), José Elias Moreira (PDS), Wilson Barbosa Martins (PMDB) e Wilson Fadul (PDT), e a vitória do PMDB.

Por fim, recorreremos as interpretações feitas por autores locais no que diz respeito a esse processo histórico deste ente federado, dividindo-o em três modelos de interpretações: o acadêmico, o memorialista e as biografias e autobiografias de lideranças políticas que participaram daquela eleição.

1-Considerações acerca da História Política

No tocante à perspectiva do campo da História Política algumas considerações precisam ser destacadas. As discussões intelectuais mais recentes, como por exemplo, as realizadas pelo historiador francês René Rémond permitem observar a existência de um amplo campo de possibilidades a serem estudados pelos pesquisadores que lidam com essa temática. Rémond relata que:

Durante séculos, a chamada história política – a do Estado, do poder e das disputas por sua conquista ou conservação, das instituições em que ele se concentrava, das revoluções que o transformavam – desfrutou junto aos historiadores de um prestígio inigualado devido a uma convergência de fatores. Talvez eles a achassem mais fácil de reconstituir por basear-se em fontes que tinham a dupla vantagem de ser regularmente

constituídas – já que estabelecidas por uma administração cuja função era operar por meio de textos que deixavam um vestígio escrito – e estar classificadas e conservadas, e portanto acessíveis em um momento posterior (2003: 15).

Por meio disso pode-se dizer que as abordagens dos historiadores que se ocuparam de produzir sobre o processo histórico político, ao longo de muito tempo debruçaram-se sobre questões ligadas aos líderes responsáveis pela condução dos sistemas administrativos e as maneiras como estes ascendiam ao poder. Rémond argumenta que isso se deve muitas vezes à facilidade com que os pesquisadores podiam ter acesso às fontes, aqui descritas como escritas e conservadas, o que de certa forma pode levar o pesquisador a entender que as fontes escritas são as únicas a permitirem a verdadeira análise histórica.

A partir de outras abordagens de Rémond, fica visível que essa maneira de se pensar a história política se transforma a partir de 1945, com o advento de novas escolas historiográficas, a Escola dos Annales, marxistas e estruturalistas, as quais iniciam questionamentos a cerca das metodologias utilizadas para com a história política. É o que observa na descrição a seguir:

Foi contra esse estado de coisas, contra a hegemonia do político, herança de um longo passado, que, em nome de uma história total, uma geração se insurgiu, e fez-se uma revolução na distribuição do interesse. A renovação que há meio século marcou tão profundamente na França a disciplina histórica teve como alvo principal e primeira vítima a história política (REMOND. 2003: 15, 17 e 18).

A partir dessa perspectiva, podemos realizar uma ponderação principal, no que se relaciona às discussões observadas até aqui, qual seja, a renovação dos métodos, a busca de novos temas, novas fontes, novas interpretações, o conjunto de características das novas gerações de historiadores possuía um campo de investigação a ser tratado de forma especial, a história política.

2.-A institucionalização do Estado de Mato Grosso do Sul

Nascido por meio da imposição autoritária da ditadura militar, por meio da Lei Complementar número 31 de 11 de outubro de 1977, que desmembrou o Estado de Mato Grosso, o Estado de Mato Grosso do Sul foi instalado oficialmente no dia 1 de janeiro de 1979. A institucionalização do novo ente federado ocorreu logo após sua gestação. Em 1978 realizaram-se as primeiras eleições com vistas à formação do primeiro grupo de deputados estaduais, federais e senadores da nova unidade federativa³¹⁴. Na votação à Câmara dos Deputados, 6 deputados federais foram eleitos. Tanto a ARENA, quanto o MDB elegeram três parlamentares cada um. Já para a Assembleia Legislativa, foram sufragados 18 representantes, sendo que a sigla governista alcançou 11 cadeiras e a oposição 7 assentos. Os primeiros

³¹⁴ A esse respeito ver o livro *Mato Grosso do Sul, a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses*, de Marisa Bittar, publicado em 2009, pela editora da UFMS.

deputados estaduais tiveram um papel relevante no estado, pois ficaram responsáveis por elaborar a primeira Constituição Estadual, aprovada em meados de 1979.

Ao Senado Federal, a disputa pela única vaga aberta naquele pleito foi acirrada. 4 nomes concorreram ao cargo, sendo que despontaram o ex-governador de Mato Grosso uno, Pedro Pedrossian (ARENA) e o vereador por Campo Grande, Plínio Barbosa Martins (MDB). Numa apertada disputa Pedrossian se elegeu com 134.338 votos, enquanto Plínio levou 130.652 votos.

A partir dessa conjuntura, com a vitória de Pedrossian ao Senado, e a obtenção da maioria arenista na Assembleia Constituinte, o governo demonstrou um relativa força política nesse território recém criado. Todavia, é necessário ressaltar que os grupos oposicionistas ao regime de militar, alcançavam cada vez mais adeptos e espaços, o que de certa maneira deixava os articuladores políticos do regime apreensivos. Sobre isso, Bittar relata:

Apesar do conservadorismo político que predominava, o MDB crescia em decorrência de dois fatores conjugados entre si: 1º) a reorganização da sociedade brasileira, que se intensificou no final da década de 1970, e que, em Mato Grosso do Sul, a tendência oposicionista se fortalecia por meio de movimentos das camadas médias urbanas, como professores da rede pública estadual, representados pela Federação de Professores de Mato Grosso do Sul; estudantes; advogados, organizados na OAB, como também de trabalhadores do campo, organizados na Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI); 2º) a instabilidade política desencadeada pela ARENA a partir da divisão de Mato Grosso (BITTAR, 2009: 155).

Sob essas condições, é que se deu, devido à falta de consenso entre os líderes arenistas sul-mato-grossenses, a indicação do primeiro governador de Mato Grosso do Sul, o engenheiro e diretor do Departamento Nacional de Obras e Saneamento (DNOS), oriundo do estado do Rio Grande do Sul, Harry Amorim Costa.

Nesse governo, o estado enfim iniciava sua trajetória em busca da consolidação da tese do estado modelo, idéia defendida por aqueles que ergueram a bandeira divisionista e que acreditavam ser Mato Grosso do Sul uma referência para o Brasil naquele momento.

2.2-O conturbado período administrativo de 1979 a 1980

A idealização do estado modelo³¹⁵, defendida por alguns líderes políticos, praticamente, pode-se assim dizer, ficou apenas no papel, ou na mente daqueles que sonhavam com essa condição. Instalado solenemente no dia 1 de janeiro de 1979, empossados os secretários de Estado e o governador Harry

³¹⁵ A tese do Estado modelo consistia na idéia de que Mato Grosso do Sul ao nascer seria uma unidade federativa exemplar para o restante dos outros estados da federação. No entanto, conforme relata Bittar, não foi o que se viu nos primeiros anos de administração do estado, quando em dois anos, três governadores se revezaram no poder numa constante instabilidade política arquitetada pelo então senador Pedro Pedrossian, que almejava desde a divisão o cargo de governador.

Amorim (ARENA), a população sul-mato-grossense assistiu seis meses depois ao desfecho dessa primeira gestão governamental, pois em julho daquele ano Harry foi demitido da função.

Em linhas gerais, o Governo Harry Amorim caracterizou-se por dar início ao funcionamento da máquina administrativa em Mato Grosso do Sul. Antes de ser empossado no cargo, Amorim Costa iniciou pelo interior do estado uma série de visitas a alguns municípios, no intuito de angariar apoio político para sua gestão. À frente do posto, Amorim se empenhou na estruturação administrativa do novo ente federado, como a criação de secretarias e repartições públicas. Foi nessa gestão também que se deu a criação dos símbolos de Mato Grosso do Sul, o hino, brasão e a bandeira estadual³¹⁶.

Não tardou e as críticas a Harry Amorim logo vieram. Na verdade desde a escolha deste personagem para ocupar o cargo máximo do Executivo estadual, seu nome já era motivo de discórdias entre as facções da ARENA, que aquela época era dividida entre os chamados ortodoxos, liderados pelo ex-governador de Mato Grosso indiviso, José Fragelli, os independentes, sob comando de Pedro Pedrossian, e os renovadores, uma corrente dissidente dos independentes, liderada pelo prefeito da capital, Levy Dias.

Após a demissão de Harry, enquanto os líderes políticos estaduais não apresentavam um nome, o presidente da Assembleia Legislativa Londres Machado (ARENA) exerceu por algumas semanas o cargo de governador.

Em fins de junho de 1979, o governo João Figueiredo nomeava o novo governador, o ex-prefeito de Campo Grande, Marcelo Miranda Soares (ARENA). Mas o governo deste também não seria estável, em pouco mais de 1 ano à frente do Executivo estadual, Marcelo foi demitido pelo governo central. Em seu lugar assumiu Pedro Pedrossian, que desde a criação do estado já se articulava para se tornar o primeiro governador.

Conforme Bittar, o senador Pedro Pedrossian havia sido um dos principais protagonistas das manobras palacianas feitas para a deposição de Harry Amorim. No caso de Marcelo Miranda, observou-se a utilização de algumas articulações de Pedrossian, desta vez no sentido de tornar o governo submisso às suas ordens.

Neste contexto, o governo João Figueiredo, preocupado com o constante crescimento das forças políticas oposicionistas ao regime, resolveu nomear Pedrossian como novo chefe do Executivo sul-mato-grossense, apoiado na tese de que este seria o nome capaz de impossibilitar a vitória da oposição nas eleições diretas para governadores estaduais marcadas para o ano de 1982.

O Governo Pedrossian (1980-1983) caracterizou-se, em termos políticos, por encerrar um ciclo de governos estaduais impostos pela Presidência da República, sem ouvir as decisões do povo a esse

³¹⁶ Sobre isso ver a dissertação de mestrado em História de Carlos Magno Mieres Amarilha. *Os intelectuais e o poder: história, divisionismo e identidade em Mato Grosso do Sul*. 2006. UFGD.

respeito. Foi nessa gestão que, em 1982, Mato Grosso do Sul elegeu pela via direta o seu primeiro governador.

3. As estratégias do regime militar para garantir sustentação política por meio das eleições diretas aos governos estaduais

É preciso destacar, antes de se discorrer a respeito do pleito eleitoral direto de 1982 nos estados brasileiros, os tramites de importantes leis aprovadas pelo Congresso Nacional e pela Presidência da República no decorrer da abertura democrática, entre os anos de 1979 e 1980. Foram eles: Lei da Anistia, de 1979; Reforma Partidária, também de 1979; Emenda Constitucional Anísio de Souza, de 4 de setembro de 1980 e a Emenda Constitucional nº 15, de 19 de novembro de 1980.

A lei nº 6683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como Lei da Anistia, permitiu a supressão de condenações feitas a lideranças políticas que foram consideradas subversivas pelo regime ditatorial. Por meio da adoção desta lei no país, inúmeros líderes que haviam se exilado no exterior como forma de se proteger da perseguição política retornaram ao Brasil, foi o caso dos ex-governadores Leonel Brizola e Miguel Arraes; o sociólogo Herbert José de Souza, o Betinho; o jornalista e ativista político Fernando Gabeira, entre outros.

A reforma eleitoral, desencadeada a partir da Lei Orgânica dos Partidos, permitiu, em conformidade com Rogério Schmitt (2005), o nascimento dos seguintes partidos políticos: PP, PDT, PT, PMDB (em substituição ao MDB), PDS (sigla que passou a representar a extinta ARENA) e PTB (reorganizada por Ivete Vargas, sobrinha do ex-presidente Getúlio Vargas, um dos fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro).

Quanto à Emenda Anísio de Souza, esta alterava, por meio de adiamento para o ano de 1982, a realização das eleições municipais marcadas para ocorrer no ano de 1980. Isto levou a coincidência de mandatos entre governadores e prefeitos. Assim, o pleito de 1982 foi marcado por uma singularidade, pois os cargos em disputa abarcavam vereador, prefeito, deputado estadual, deputado federal, senador e governador.

Por último, o Congresso Nacional aprovou em fins de 1980 a Emenda Constitucional nº 15 que restabeleceu as eleições diretas para governadores e senadores.

Conforme destaca o cientista político David Fleischer, algumas das estratégias idealizadas pelo ministro-chefe do Gabinete Civil do governo Figueiredo, Golbery do Couto e Silva, podem ser consideradas difíceis de serem colocadas em prática naquele momento de ebulição da luta pela liberdade democrática, possivelmente a idéia de alianças com partidos de oposição em alguns estados seria impraticável. Por outro lado, em relação aos novos partidos lançarem candidaturas próprias, como

também enfatiza Silva e Oliveira (2006), essa estratégia possibilitaria de certa forma algumas vantagens ao PDS, pois os votos da oposição estariam divididos entre diversos candidatos, e não se concentrariam apenas nos nomes do PMDB.

Ao não permitir coligações partidárias, as agremiações para terem o direito de lançarem candidatos nos estados foram obrigadas a lançar chapas completas. Por seu turno, o chamado voto vinculado obrigava que o eleitor votasse em candidatos do mesmo partido político, caso contrário, seu voto seria anulado, outro meio de permitir que os votos dados aos candidatos governistas pudessem ser ampliados, já que o votante deveria escolher o governador, os deputados federais e estaduais, senadores, prefeitos e vereadores da mesma legenda.

4. A volta das eleições diretas aos governos estaduais em 1982: algumas derrotas das estratégias governistas e mais um rumo à redemocratização brasileira

Em todo Brasil o clima eleitoral era eufórico, haja vista que desde 1970 a população estava impedida de escolher o governador por determinação do Ato Institucional n 2 (AI-2) decretado pelo presidente marechal Castelo Branco em 1966. Voltar a exercer o direito de escolha de seus governantes, sem dúvida era algo que muitos cidadãos defensores dos princípios democráticos mais esperavam.

Apesar de estar sistematizado por ordens governamentais, por meio dos “pacotes de reformas” ocorridos no início do processo, o pleito ocorreu, pelo menos nas grandes cidades, num clima de liberdade de expressão e a propagação dos ideias defendidos pelos candidatos. Como destaca Maria Moreira Alves (1989), o nível de disputa da campanha propiciou um debate muito acirrado entre as partes que disputavam os diversos cargos, entre governo e oposição. Tudo isso propagado por intermédio dos meios de comunicação:

Já em maio de 1982 realizavam-se no rádio e na televisão importantes debates entre candidatos a todos os cargos, particularmente para o Senado e os governos dos Estados. Programas partidários e soluções políticas alternativas para problemas sociais e econômicos foram debatidos e confrontados, num processo crucial para a educação crítica do eleitorado. Pela primeira vez desde 1974, tantas questões de importância nacional e local eram abertamente discutidas pela televisão, apresentando os representantes de vários partidos de oposição seus pontos de vista alternativos em debates com candidatos governamentais (ALVES, 1989: 385).

No decorrer da campanha, o partido governista e seus aliados utilizavam-se de estratégias e se aproveitavam de variadas situações para conquistar os eleitores. Além da propaganda no rádio e televisão, o PDS distribuía uma série de benefícios que iam desde facilitações para liberações de verbas públicas à compra de votos.

Por outro lado, a oposição, cujo partido de maior expressão era o PMDB, tentava convencer o eleitorado ao “voto útil”, que, nas palavras de Alves (1989), “seria aquele dado não necessariamente ao melhor partido de oposição, mas ao que mais provavelmente seria capaz de fazer frente ao PDS e conquistar o poder”. Outros partidos de oposição também se destacavam: PT, PDT e o PTB.

Apesar de todas as estratégias do governo em garantir o maior número de aliados possível, a população brasileira demonstrou por meio do pleito sua indignação e repúdio ao regime militar em vários estados da federação. No total o PDS conseguiu vitórias em 12 estados, Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Alagoas, Sergipe, Bahia, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O PMDB, de forma surpreendente elegeu 9 governadores: São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Goiás, Pará, Amazonas e Acre. O Rio de Janeiro elegeu Leonel Brizola, do PDT.

4.1 Entre articulações e imposições: os partidos e a escolha dos candidatos ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul

4.1.1 Pedro Pedrossian e a imposição do candidato do PDS

Alvo de críticas de vários setores, a gestão de Pedrossian era caracterizada por arrochos salariais aos funcionários públicos, principalmente no que tange à categoria do magistério estadual. Conforme os autores Laerte Tetila e Wilson Biasotto (1991) o ano de 1981 no foi marcado pelo intenso movimento grevista dos professores da rede estadual de ensino, em protesto contra a queda do piso salarial da categoria.

A imprensa também fazia suas críticas. Um bom exemplo é o jornal campo-grandense *Correio do Estado*, que entre 1980 e 1981 se destacava por fazer uma significativa divulgação da possível ascensão de Pedro ao governo e das realizações desta gestão, inicia a partir de 1982, uma série de críticas por meio de editoriais e matérias de capa. Em maio de 1982, o periódico destacava a situação financeira do Estado com a seguinte manchete: “Falido, MS está parando”³¹⁷. Logo abaixo aparece a foto da construção do Parque dos Poderes, que seria a futura sede dos poderes constituídos de Mato Grosso do Sul, enfatizando a situação de abandono, com a presença de poucos operários no local.

Aliado ao governo militar de João Batista Figueiredo, Pedrossian se organizava desde 1981 para construir dentro do Partido Democrático Social (PDS) um nome que tivesse a capacidade de eleger-se governador e manter o estado como um dos alinhados ao regime. Assim, diversos nomes, inclusive o de Pedrossian, por meio de manifestações de alguns prefeitos liderados pelo prefeito Prata Braga, de

³¹⁷ FALIDO, MS está parando. *Correio do Estado*. Campo Grande, 25 maio, 1982, p. 01.

Maracaju, vieram à tona, divulgados pela imprensa, como o possível candidato. Os outros nomes eram: Levy Dias, então prefeito de Campo Grande, Paulo Fagundes, presidente da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (Enersul), Valdomiro Gonçalves, deputado estadual, e José Elias Moreira, então prefeito de Dourados, a segunda maior cidade do estado.

Para entendermos essa mobilização de nomes é preciso entender o processo que vinha ocorrendo desde fins de 1981. Em outubro daquele ano o prefeito da capital, Levy Dias, divulgava a possibilidade de Pedrossian ser o candidato ao governo nas eleições que se avizinhavam, no entanto, não foi o que aconteceu³¹⁸.

Em pronunciamento no dia 8 de fevereiro de 1982³¹⁹, período em que a campanha ainda estava em fase de preparação, Pedro declarou a idéia de lançar o técnico Paulo de Almeida Fagundes, presidente da ENERSUL – um desconhecido da população, de acordo com a imprensa campo-grandense - fato este que provocou muitos descontentamentos por parte de alguns parlamentares pedessistas. Como consequência disto, 10 dos 18 deputados estaduais abriram dissidência dentro do PDS, diminuindo a base de sustentação à gestão Pedrossian, por considerarem aquele nome uma imposição do governador. O nome preferido por boa parte dos pedessistas era o de Levy Dias.

Por outro lado, outros aliados políticos do governador tratavam o fato da indicação de Fagundes como sendo um “balão de ensaio”, ou seja, apenas um teste para, no futuro, poder apresentar o verdadeiro candidato no momento certo.

O ato de demissão³²⁰ de Levy da prefeitura de Campo Grande desencadeou a partir de abril a posição dos dissidentes por apoiarem Levy a governador na convenção do PDS. Em fins daquele mês um novo nome foi lançado, desta vez o líder do Executivo na Assembleia Legislativa, deputado Valdomiro Gonçalves, seria o nome do grupo pedrossianista levado à convenção para uma possível disputa com Levy, em substituição a Paulo Fagundes³²¹.

Nesse momento somente o PDS ainda não havia definido seu nome de consenso, enquanto isso, os partidos de oposição já estavam com os candidatos definidos para a disputa: pelo PDT, Wilson Fadul, do PT, Antônio Carlos de Oliveira, e pelo PMDB, Wilson Barbosa Martins.

Para surpresa de boa parte dos pedessistas, no início de maio, Pedrossian anunciou, outro vez de modo arbitrário, o nome de José Elias Moreira³²², até então cotado para disputar uma vaga no Senado, como seu candidato ao governo do Estado. Pessoa pouco conhecida no restante de Mato Grosso do Sul, Zé Elias concorreu com Levy e acabou por ser o escolhido na convenção estadual do partido. Iniciava-se

³¹⁸ LEVY Dias quer Pedrossian como candidato ao governo. *Correio do Estado*, 24/25 out. 1981, p. 02.

³¹⁹ TÉCNICO pode governar o MS em 1983. *Correio do Estado*. Campo Grande, 09 fev, 1982, p. 01.

³²⁰ Naquele período, o regime militar havia imposto, por meio do Ato Institucional n 3, de 5 de fevereiro de 1966, que estabelecia eleições indiretas para prefeitos de capitais de estado e dos municípios fronteiriços. Estes eram nomeados pelos governadores dos respectivos estados.

³²¹ VALDOMIRO candidato ao governo. *Correio do Estado*. Campo Grande, 24/25 abr. 1982, p. 01.

³²² PDS aceita imposição: José Elias é candidato. *Correio do Estado*. Campo Grande, 1/2 maio, 1982, p. 3.

a corrida governista para dar continuidade à gestão imposta por meio das articulações autoritárias dos governos Figueiredo e Pedrossian.

4.1.2 Entre os irmãos Plínio Barbosa Martins e Wilson Barbosa Martins: a escolha do PMDB

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), originário do antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), constituía-se na maior força de oposição ao regime ditatorial que vigorava no País desde 1964. Em Mato Grosso do Sul, o MDB nasceu no ano de 1966, portanto, ainda no Mato Grosso indiviso. Em conformidade com Eronildo Barbosa e Tito Carlos, a gênese do partido ocorreu da seguinte maneira:

[...] O MDB, começou a se formar nos primeiros dias de abril de 1966, em Campo Grande, como parte da estratégia adotada pela direção nacional [...] O MDB começou pelas mãos de dois importantes políticos: Vicente Bezerra Neto e Wilson Barbosa Martins (2006: 30).

No ano da fundação, o MDB conquistou a prefeitura de Campo Grande, com Plínio Barbosa Martins, irmão de Wilson Martins³²³, além de formar uma consolidada bancada de vereadores. Em outros municípios de pequeno porte, o partido elegeu 62 vereadores e os prefeitos de Três Lagoas, Rochedo e Guia Lopes da Laguna.

À Assembleia Legislativa, foram sufragados 6 deputados estaduais. Como representantes na Câmara dos Deputados, foram eleitos Wilson Barbosa Martins e José Feliciano. Nas eleições de 1978, 6 deputados federais foram eleitos. Para o Legislativo estadual a sigla alcançou 7 cadeiras.

Diante da aproximação das eleições diretas de 1982 o PMDB iniciava suas articulações para lançar os candidatos, principalmente o nome que concorreria ao Palácio do Prosa³²⁴

O nome que se discutia inicialmente não era o de Wilson Martins, e sim o de seu irmão Plínio Barbosa. Contudo, por motivos pessoais, Plínio desistiu da candidatura e passou a apoiar seu irmão Wilson. À vaga de vice-governador o escolhido foi o ex-prefeito de Três Lagoas, Ramez Tebet³²⁵, que naquele momento era deputado estadual recém saído dos quadros da ARENA/PDS, por meio de negociações que envolviam lideranças que há pouco haviam deixado o grupo do governador Pedrossian e se filiado ao Partido Popular (PP).

³²³A família Barbosa é um dos tradicionais grupos de latifundiários do antigo Sul de Mato Grosso (SMT), habitantes da região dos campos da Vacaria, no município de Rio Brillante. No tocante a política, alguns de seus membros se destacaram, como o caso de Vespasiano Barbosa Martins, prefeito de Campo Grande no e senador pelo estado no período Vargas. Vespasiano é sogro de Wilson Barbosa Martins, que iniciara sua vida política pela UDN, em 1947, chegando a se eleger prefeito de Campo Grande e a administrando entre 1959 e 1962. Assim, o peso da tradicional família dos Barbosa influenciou muito no significativo crescimento do MDB nessa região do estado.

³²⁴O Palácio do Prosa foi sede oficial do governo de Mato Grosso do Sul, em Campo Grande, até a construção do complexo dos poderes estaduais (Executivo, Legislativo e Judiciário) denominado Parque dos Poderes.

³²⁵ PMDB modifica a chapa: Ramez disputa como vice. *Correio do Estado*. Campo Grande, 19 abr. 1982, p. 03.

4.1.3 O PDT e a candidatura de Wilson Fadul

Pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT), sigla fundada pelo getulista Leonel de Moura Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul e petebista histórico, o nome que concorreu foi o de Wilson Fadul, médico campo-grandense, que se encontrava afastado da vida política, mas que no passado havia atuado em importantes cargos, como o de ministro da Saúde da gestão João Goulart, entre os anos de 1963 e 1964.

A candidatura de Fadul foi amplamente apoiada por Brizola, que concorria ao governo carioca. Na verdade tratava-se de um meio encontrado pelos líderes da nova legenda para expandir os ideias trabalhistas defendidos pelo PDT³²⁶.

4.1.4 Do MDB ao PT: Antônio Carlos de Oliveira e sua candidatura ao governo

O Partido dos Trabalhadores (PT), nascido nos meios operários do novo sindicalismo da região do ABC paulista, tem uma formação diferenciada das outras siglas que se posicionavam pelas ideologias de esquerda. Sobre isso Amaral relata:

O Partido dos Trabalhadores (PT), desde que foi fundado, em 1979, chamou a atenção de pesquisadores, cientistas sociais e políticos para a sua especificidade na história política brasileira: a de ser um partido político criado pelas “bases”. Trata-se de uma agremiação formada por intelectuais de esquerda, trabalhadores, sindicalistas e setores da Igreja Católica progressista (2003: 13).

No estado de Mato Grosso do Sul a agremiação é constituída por estudantes da FUCMAT (atual UCDB) e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), além de sindicalistas e representantes da Igreja Católica.

Diferente, por exemplo, do PDT, que adotava a postura trabalhista, numa versão mais alinhada com o velho trabalhismo da Era Vargas.

Assim, foi lançado o nome de Antônio Carlos de Oliveira, jovem deputado federal eleito em 1978 pelo MDB com uma expressiva votação, principalmente no meio estudantil e sindical, com mais de 39 mil votos. Pouco tempo depois, Antônio Carlos ajudou a fundar o PT a nível nacional, vindo a se tornar então o primeiro candidato a governador pela legenda em Mato Grosso do Sul.

4.2 A Vitória do PMDB e das forças democráticas ao governo de MS

³²⁶ PDT, agora, reforça bases. *Correio do Estado*. Campo Grande, 13 out. 1981, p. 03.

O pleito de 1982 consagrou vitorioso o advogado, ex-deputado federal e ex-prefeito de Campo Grande, Wilson Barbosa Martins. Apoiado por diversas correntes ideológicas, entre eles diversos militantes do Partido Comunista Brasileiro (PCB), entre outras agremiações de centro-esquerda, e também por um grupo de ex-apoiadores do Governo Pedrossian, como Marcelo Miranda Soares, João Leite Schimidt, Rachid Saldanha Derzi, José Fragelli, Lúdio Coelho, os quais haviam se incorporados ao PMDB após a fusão ocorrida entre esta sigla e o Partido Popular (PP) e conforme descreve Cláudio Freire (1997), encontraram no apoio à candidatura wilsista uma forma de permanência no poder. Assim, a candidatura de Wilson Martins derrotou a do ex-prefeito de Dourados, José Elias Moreira (PDS), nome apoiado por Pedrossian, por uma pequena margem de votos.

No entanto, não foi o que se percebeu na maioria dos municípios do Estado, onde o partido do governo – PDS – elegeu 32 prefeitos³²⁷ contra 18 do PMDB.

Quanto às forças de apoio ao governo estadual eleito na Assembleia Legislativa e na Câmara dos Deputados, houve um empate no número de representantes, acabando por polarizar a Assembleia entre PMDB e PDS. Entre os 8 deputados federais, 4 eram do PMDB e 4 do PDS. Ao Senado Federal, o PMDB obteve vantagem por meio do oportunismo do ex-governador arenista/pedessista Marcelo Miranda Soares, que deixara as fileiras daquela sigla para fundar o PP que depois veio a se incorporar ao PMDB.

Quadro 1- Resultado das eleições de 1982 ao governo do Estado de Mato Grosso do Sul

CANDIDATO	PARTIDO	VOTOS
Wilson Barbosa Martins	PMDB	258.192
José Elias Moreira	PDS	237.144
Wilson Fadul	PDT	5.414
Antônio Carlos de Oliveira	PT	4.541

Fonte: www.tre-ms.gov.br

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio do presente trabalho de pesquisa foi possível se chegar a objetivos propostos inicialmente. Conseguimos realizar um breve ensaio em torno de discussões teóricas a respeito do campo da História Política, e dialogar com diversos autores sobre o processo histórico aqui analisado. No que se refere a

³²⁷ É importante lembrar que nem todos os municípios sul-mato-grossenses elegeram prefeitos pela via direta. Marisa Bittar destaca que em Campo Grande e 13 municípios considerados de interesse de segurança nacional, não houve eleições.

vitória dos grupos oposicionistas nas eleições de 1982, a pesquisa nos permitiu constatar o quanto a maior legenda de oposição naquele momento, o PMDB, era hegemônico, em termos de ideologias defendidas. Naquele contexto, a trajetória de luta contra a ditadura e as insatisfações populares favoreceram os que se posicionavam contrários a ditadura. Em relação às fontes que trabalhamos, observamos que a maioria das obras publicadas e que fazem referência ao contexto político sul-mato-grossense das eleições diretas de 1982 são recentes, além disso, todas essas produções discorrem sobre esse pleito de modo a não tê-lo como foco central de seus debates intelectuais, mas sim como uma contextualização de um processo histórico ou como parte de experiências de vidas de alguns personagens que estiveram no centro desse episódio. Entretanto, a maioria delas representam como algo de grande significado para a história local, o triunfo de Wilson Martins e seus aliados naquela que foi uma das mais marcantes manifestações de mudança demonstrada pelos sul-mato-grossenses. Apesar do trabalho se tratar de uma primeira aproximação ao assunto, foi possível compreender diversas situações ocorridas naquele contexto.

Referências

- ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1989.
- BITTAR, Marisa. **Mato Grosso do Sul a construção de um estado: poder político e elites dirigentes sul-mato-grossenses**. 2º vol. Campo Grande: UFMS, 2009.
- BIASOTTO, Wilson Valentim & TETILA, José Laerte Cecílio. **O movimento reivindicatório do magistério público estadual de Mato Grosso do Sul: 1978 – 1988**. Campo Grande: UFMS, 1991.
- FALCON, Francisco. **História e poder**. In: CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (orgs.). Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- FLEISCHER, David. **As desventuras da engenharia política: sistema eleitoral versus sistema partidário**. In: FLEISCHER, David (org.). **Da distensão à abertura: as eleições de 1982**. Brasília: UNB, 1988.
- MARTINS, Wilson Barbosa. **Memória: janela da história**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2010.
- PEDROSSIAN, Pedro. **O pescador de sonhos**. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2006.
- RÉMOND, René (org.). **Por uma história política**. v. 2 Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- SILVA, Eronildo Barbosa da & OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Do MDB ao PMDB: quarenta anos de Mato Grosso do Sul**. Campo Grande: Oeste, 2006.
- SCHMITT, Rogério. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

Fontes

Jornal *Correio do Estado*, do período de 1981 a 1982.

Simpósio Temático 10: Sociedades, Naturezas e Saúde: perspectivas históricas

Expedições de Circunavegação da Terra: usos políticos das ciências e natureza na França (1735-1825)

Daniel Dutra Coelho Braga

Mestrando História Social pela UFRJ

Bolsista do CNPq

daniel.dutra@bol.com.br

Resumo: O presente trabalho analisa expedições científicas francesas do século XVIII e XIX no intuito de identificar especificidades relacionadas às diversas conjunturas políticas que as promoveram, bem como diferentes características da cultura científica francesa que possam ter mediado a experiência dos viajantes. Assim, são analisadas as expedições de circunavegação da Terra comandadas por Bougainville, La Pérouse e Freycinet, bem como as expedições científicas de La Condamine, d'Entrecasteux e Baudin, sendo identificadas diferentes concepções de possibilidades de classificação antropológica, sobretudo no tocante a representações de nativos americanos, bem como diferentes prerrogativas da Marinha francesa quando da realização de cada expedição científica. As viagens denotam, portanto, a existência de diversas agendas políticas referentes ao ultramar, o que inviabiliza a possibilidade de identificação de uma forma homogênea de imperialismo.

Palavras-Chave: Viagens científicas, História Natural, Imperialismo

Abstract: The present paper analyses scientific expeditions of the 18th and 19th centuries, in order to identify specific political conjunctions which promoted them, as well as different characteristics regarding the french scientific culture which may have mediated travellers' experience. The scientific circumnavigation expeditions commanded by Bougainville, La Pérouse and Freycinet are analysed, as well as the scientific expeditions commanded by La Condamine, d'Entrecasteux and Baudin. Different possibilities of anthropological classification, mainly concerning american natives, are identified. Besides that, specific prerogatives regarding the French Navy are also identifiable. Therefore, the scientific expeditions denote specific and historically changeable political interests concerning overseas territories, what leads to the conclusion that an homogeneous and restrict conception of Imperialism is not plausible, since it does not expose such historical changes and subtleties.

Keywords: Scientific Expeditions, Natural History, Imperialism

As viagens oriundas da Europa e empreendidas ao longo dos séculos XVIII e XIX podem ser vinculadas aos mais diferentes aspectos da vida social europeia de então. Se ao longo dos séculos XVI e XVII circulavam intensamente na cultura europeia valores de crítica ao movimento de viagens, os quais elogiavam o ideal clássico do sedentarismo do homem estabelecido em um dado local, averiguáveis em fábulas de La Fontaine ou na filosofia de Pascal, ao longo do século XVIII, no entanto, os valores que prezavam pela mobilidade humana e em função desta por uma percepção aberta e nômade do mundo já haviam se estabelecido com mais eficácia, com justificativas que exaltavam a possibilidade de corrigir a

própria natureza e sobrepôr-se a ela mediante o contato com outras visões de mundo (ROCHE, 2003: 49-68).

Novas condições tecnológicas também permitem uma nova forma de deslocamentos no século XVIII, diferente daquelas realizadas nos séculos anteriores. As novas viagens também são orientadas por novas finalidades: o interior de muitos territórios descobertos na época das grandes navegações do Renascimento continua desconhecido. São necessárias viagens que realizem o inventário de tais territórios interiores. Além disso, os novos parâmetros para o cálculo das longitudes, um problema caro à cultura científica dos séculos anteriores, tornam a questão cada vez mais passível de ser solucionada, o que traz aos europeus a possibilidade de realizar mapas cada vez mais precisos do globo terrestre (TAILLEMITE & DOUSSET, 1976: 33-38).

Diversos são os homens que estiveram a frente de viagens científicas. No século XVIII, destacam-se La Condamine, Louis Antoine de Bougainville, La Pérouse e Étienne Marchand. Já no século XIX, Nicolas Baudin e Louis de Freycinet são agentes que aumentam a lista de empreitadas do gênero. Dentre estes, Bougainville, La Pérouse, Marchand e Freycinet são exemplos de uma forma específica de viagem científica: a circunavegação. Trata-se portanto de um grupo específico. Contudo, é possível se perguntar em que medida as viagens apresentam continuidades ou descontinuidades entre si. Teriam todos esses viajantes circunavegado o mesmo mundo? Além disso, levariam consigo a mesma visão de mundo, independentemente do tempo em que estivessem se lançando ao mar?

O objetivo do presente trabalho é identificar as especificidades e/ou as continuidades averiguáveis entre tais diferentes empreitadas, tanto no tocante às conjunturas políticas que as promoveram como no que se refere aos aspectos da cultura científica francesa e europeia que possam ter se tornado os alicerces e mediadores do contato que tais viajantes franceses tiveram com os humanos, fauna e flora de outras partes do mundo por eles visitadas.

1- Grandes viagens e conjunturas políticas

No período monárquico anterior à Revolução Francesa, três expedições podem fornecer exemplos significativos da tradição das viagens científicas: a expedição de La Condamine, a de Bougainville e a de La Pérouse.

A expedição La Condamine é reconhecida como a primeira expedição científica internacional, embora não tenha sido uma expedição de circunavegação. A expedição deixou a França em 1735, com sua tripulação dividida em dois grupos³²⁸. Buscava-se averiguar o formato do globo terrestre e comprovar a hipótese da comunidade científica francesa, a qual defendia a esferecidade da Terra, em

³²⁸ O primeiro foi enviado para a Lapônia, sendo liderado pelo físico Maupertuis. Já o outro grupo foi liderado pelo matemático Louis Godin e se dirigiu à América do Sul.

oposição à hipótese da comunidade científica inglesa que concebia o planeta como um esferóide achatado nos pólos (PRATT, 1999: 42).

No que diz respeito às relações políticas que permearam a expedição, o caso da expedição de La Condamine é notável por ter suscitado alianças entre a coroa Francesa e a coroa Espanhola, a qual consentiu que seus territórios fossem visitados e observados pelos cientistas franceses. Devido a isso, Pratt concebe a expedição como um “triunfo diplomático”. O fato corroborou para a sensação de estar se formando, à época das Luzes, uma comunidade científica internacional. O próprio La Condamine afirmou que seu trabalho tinha o intuito de contribuir para o progresso e bem-estar de todas as nações (PRATT, 1999: 43-46).

A viagem foi um empreendimento rigoroso, sendo que muitos tripulantes da expedição não resistiram aos desafios encontrados. Houve conflitos entre a tripulação e habitantes locais, os quais resultaram, por exemplo, na morte do médico do grupo enviado à América do Sul, assassinado ao se envolver em uma disputa entre famílias no Equador. Além disso, houve a dificuldade em lidar com a natureza local. De acordo com Pratt, “os rigores do clima andino e a viagem por terra provocaram enfermidades continuadas, instrumentos danificados, perda de espécimes, cadernos de anotações molhados, frustração angustiante e atrasos” (1999: 45). Os árduos desafios encarados pela expedição fizeram com que esse tipo de empreitada fosse deixada de lado pelo governo francês por décadas.

A concepção de uma comunidade científica internacional voltada para o progresso da humanidade era afirmada à época de La Condamine. Contudo, ainda que os Estados dominantes viessem a traçar “uma clara distinção entre a (interessada) busca de riqueza e a (desinteressada) procura de conhecimento; por outro lado, a competição entre as nações continuou a ser o motor da expansão européia no exterior” (PRATT, 1999: 46-7). A própria expedição La Condamine foi *locus* de conflitos, não só entre o contingente francês e algumas autoridades coloniais espanholas mas também entre os próprios tripulantes. Os conflitos entre os tripulantes continuaram inclusive após o retorno à França, mediante lutas por prestígio e reconhecimento, as quais fizeram com que La Condamine se sobressaísse em relação ao líder nominal da expedição enviada à América do Sul, disputa essa que resultou inclusive na canonização da expedição mediante seu nome e não mediante o nome de Louis Godin.

Entre 1766 e 1769, nova empreitada é comandada por Louis Antoine de Bougainville (1729 – 1811), que partiu da França nas embarcações *l'Étoile* e *La Boudense*. Sua expedição teve para os franceses o mesmo sentido que a expedição de Cook teve para os ingleses, com objetivos que giravam em torno da solução de impasses cartográficos. Um dos destaques da expedição é o corpo de especialistas da tripulação, o que denota o sentido da especialização gradual do saber nas comunidades científicas de fins do século XVIII. O médico e naturalista real Philibert Commerson é um dos homens que simboliza essa

tendência. Suas notas de viagem foram apropriadas posteriormente por Buffon, quando este redigiu sua *Histoire des oiseaux* (FREITAS, 1996: 250-3).

A expedição de Bougainville está diretamente relacionada à incisiva política colonial liderada por Etienne-François Choiseul, duque de Choiseul (1719 - 1785), o qual foi ministro dos Negócios Estrangeiros em 1758 e, em seguida, ministro de Guerra e da Marinha entre 1761 e 1766, tendo se dedicado a trabalhos que revigorassem, de maneira geral, as condições de atuação da marinha francesa (TAILLEMITE, 1962: 53). Seu sucessor foi César-Gabriel de Choiseul, o duque de Praslin, o qual seguiu a mesma linha de atuação política de Etienne-François (VERDIER, 1969: 126). Ambos tiveram como prioridade o restabelecimento da eficácia da marinha francesa e da possibilidade de controle sobre territórios coloniais após as perdas sofridas pela França em função da Guerra de Sete Anos (BROC, 1974: 275; VERDIER, 1969: 123).

Antes de realizar sua viagem de volta ao mundo, Bougainville já havia se destacado em tal conjuntura. Sua atuação dentro de tal cenário político se inicia com uma forte atuação na guerra no Canadá, quando ainda pertencia ao exército. Em seguida, já na marinha, o viajante lidera uma primeira expedição, direcionada às Ilhas Malvinas. Após direcionar fugitivos canadenses para o arquipélago, Bougainville se envolve com a própria questão da posse das ilhas. A Espanha reivindicou o controle sobre o território. Assim, Choiseul, por sua vez, optou por respeitar o “*Pacte de Famille*” que unia a dinastia Bourbon governante em França e Espanha e assegurou aos espanhóis o domínio da ilha (BROC, 1974: 276).

O período de atuação do duque de Choiseul permitiu não só a atuação histórica de Bougainville, mas também preparou as condições necessárias a expedições seguintes, como as de La Pérouse. Foi em seu período de atuação que a Marinha francesa foi revigorada como um todo, usufruindo pela primeira vez de escolas de hidrografia (VERDIER, 1969: 126) Além disso, data também dessa época a criação da Academia da Marinha, em 1752. A Academia exerceu um papel preponderante na difusão da ciência e da técnica necessárias às empreitadas marítimas, sobretudo após a dispersão, em 1762, dos Jesuítas, os quais eram até então os grandes responsáveis pela difusão da hidrografia na França. Durante o conflito anglo-francês, a Academia foi pouco ativa e chegou inclusive a cessar suas atividades em 1765, sendo no entanto logo em seguida reativada pelo duque de Choiseul. Outro agente que se destaca na Academia é Charles Claret, conde de Fleurieu (1738 - 1810), o qual inicialmente fez parte da Guarda da Marinha em 1755, tendo em seguida participado da Guerra dos Sete Anos. Após ingressar na Academia, tornando-se um dos maiores incentivadores das atividades desta instituição, será ele justamente um dos organizadores da viagem de la Pérouse, junto a Buache, bem como da viagem de d'Entrecasteaux (TAILLEMITE, 1962: 102). A Academia, por sinal, foi a origem de muitos dos componentes do estado-maior das viagens tanto de Bougainville quando de la Pérouse (BROC, 1974: 280-283).

Finalmente, uma nova expedição foi realizada em 1785, sob o comando de Jean François de Galaup, o conde de La Pérouse (1741-c.1788), nos navios *Astrolabe* e *Boussole*. A viagem teve o objetivo sobretudo de suprir certas lacunas das quais a viagem de Bougainville não conseguiu dar conta, o que levou muitos franceses a permanecerem ansiosos por uma réplica à expedição inglesa do Capitão Cook (FREITAS, 1996: 266).

La Pérouse recebeu instruções de Louis XVI e da Academia de Ciências para dar a volta ao mundo, recolhendo dados referentes aos costumes dos povos encontrados, plantas que pudessem ser aclimatadas, elementos naturais úteis para a economia francesa e, finalmente, potenciais parceiros comerciais. As instruções conferidas à expedição se destacaram pela grande demanda de dados etnográficos, os quais levaram o próprio La Pérouse a conceber os navegantes modernos como incumbidos de completar a história da humanidade conforme coletassem esse tipo de dado (BRAVO, 1999: 209).

Ainda assim, a própria pesquisa etnográfica estava subordinada ao interesse de ampliar atividades comerciais eficazes com nações de todos os mares do mundo, ou seja, a expedição era também uma empreitada comercial (FREITAS, 1996: 267). O navio no qual a expedição viajava, no entanto, naufragou, o que resultou na perda de muito dos trabalhos elaborados, ainda que os relatórios da viagem bem como parte das coleções e apontamentos de História natural tenham sido enviados de volta à França antes do acidente, bem como no desaparecimento do comandante e da maioria dos integrantes da tripulação.

A ausência de notícias referentes à expedição de La Pérouse fez com que a Assembleia Constituinte de atendesse às demandas da Sociedade de História Natural de Paris e enviasse, em 1790, uma expedição à procura de Lapérouse, a qual foi comanda por Entrecasteaux, sem todavia encontrar vestígios da expedição perdida. Apenas em 1828 Dumont d'Urville foi capaz de encontrar os destroços da *Astrolabe* (FREITAS, 1999: 273).

Embora não tenha sido propriamente uma viagem de circunavegação, a viagem feita por Joseph-Antoine Bruni d'Entrecasteux (1737 – 1793) nas fragatas “*l'Espérance*” e “*la Recherche*” se vincula diretamente a tal tradição de viagens, justamente por ter como objetivo principal a busca pelos vestígios de La Pérouse. Vale ressaltar que a expedição foi elaborada após o início da Revolução Francesa. Nesse sentido, é possível reconhecer a necessidade, mesmo para um novo regime político em vias de se autoafirmar, da manutenção de determinadas prerrogativas relacionadas às atividades científicas. A expedição d'Entrecasteaux foi organizada pela “*Société d'histoire naturelle*”, uma sociedade civil dedicada à disciplina. Segundo Kury, a expedição teve, sobretudo, um caráter filantrópico, na medida em que tinha como objetivo prestar socorro a homens em perigo (KURY, 2001: 125-126). Por mais que estivessem vinculados ao governo monárquico então combatido, os homens da expedição de Lapérouse também

contribuíram para o desenvolvimento da história natural mediante seus esforços, o que deveria ser reconhecido pela “Société”, ainda que esta fosse uma instituição civil.

O fato de, no período da Revolução Francesa, uma viagem ter sido emitida em função da honra de homens anteriormente vinculados à monarquia não denota, porém, um padrão de relações entre a Marinha da época da revolução e os homens anteriormente vinculados à monarquia. Um exemplo de homem da marinha cuja trajetória é marcada pelas transformações políticas francesas é Victor Malouet (1740 – 1815), o qual foi comissário da marinha em Rochefort, São Domingos e finalmente comissão general em 1776, quando foi encarregado de estudar os projetos de colonização da Guiana. Malouet foi deputado de Riom nos Estados Gerais de 1789 e era partidário de uma monarquia constitucional, tendo tido a necessidade de emigrar após os massacres da Revolução. Seu retorno à França só se deu em 1801, tendo se tornado Ministro da Marina em abril de 1814, um ano antes de sua morte já sob um regime monárquico constitucional tal como aquele por ele defendido anos antes (TAILLEMITE, 1962: 188). A trajetória dos homens da Marinha francesa, na passagem do século XVIII para o século XIX, era, portanto, complexa e apresentava muitos riscos referentes às contínuas transformações políticas em voga na França. O próprio Bougainville sofreu devido a tais transformações: vice-almirante em 1790 e nomeado ao comando da esquadra de Brest, o viajante pede sua demissão perante a anarquia crescente. Bougainville é preso em 1793, sendo liberado apenas pelo 9 Thermidor. Sob o governo de Napoleão, Bougainville volta a se encontrar em um posicionamento social favorável, tornando-se membro do “Bureau des Longitudes”, bem como senador e conde pelo próprio Napoleão (TAILLEMITE, 1962: 33-34).

Curioso é o fato de que o sonho monárquico da volta ao mundo se realiza novamente, após Bougainville, justamente no turbulento período revolucionário. Foi justamente nos anos da Revolução que Étienne Marchand (1755 - 1793) realizou nova circunavegação da terra. Tal viagem, no entanto, se destacou sobretudo por suas finalidades apenas comerciais (GANNIER, 2000; TAILLEMITE, 1962). A política, no entanto, se fez presente de forma explícita. Em um contexto revolucionário no qual a dinastia Bourbon era desafiada, as relações com a Espanha já não era mais estável. Sendo assim, as escalas realizadas por Marchand deveriam ser curtas e em pequena quantidade, de forma a evitar conflitos diplomáticos com os espanhóis, sobretudo no tocante aos territórios americanos. A leitura pública e oficial dos relatos da viagem, realizada em 1797, também foi condicionada pelas transformações políticas da época: ao invés de “vive le roi!”, constava na leitura a exaltação “Vive la nation!” (GANNIER, 2000: 106, 115). Os relatos de sua viagem foram publicados por Fleurieu (TAILLEMITE, 1962: 189).

Já no período napoleônico, destaca-se a viagem do naturalista Nicolas Baudin (1750 – 1803), realizada entre 1800 e 1804. A missão foi confiada a Baudin pelo próprio Primeiro Cônsul em 1800 e realizada no

Oceano Pacífico, tendo como resultado o reconhecimento da costa oeste e sul da Austrália. Antes dela, Baudin já havia feito duas campanhas científicas nas Índias, doando ao Diretório uma vasta coleção de História Natural. Em 1795, Baudin também realizou uma expedição científica nas Antilhas (TAILLEMITE, 1962: 21).

Realizar viagens científicas que coletassem espécies e informações sobre elementos naturais de outros territórios era importante durante o período napoleônico, devido à necessidade de encontrar substitutos para produtos cuja circulação foi contida pelo bloqueio continental também estimula as viagens científicas (KURY, 2001: 33). Trata-se de uma forma de encontrar produtos exóticos que possam ser aclimatados e suprir a demanda francesa. Segundo François Arago, renomado astrônomo integrante da Academia Real de Ciências, a expedição de Baudin havia sido aquela que maior contribuição trouxera, em termos de colecionismo zoológico, à França (ARAGO, 1857: 167-168). Tal como a viagem de d'Entrecasteaux, a viagem de Baudin não foi uma viagem de volta ao mundo, mas em sua equipe esteve presente um agente que posteriormente seria fulcral na retomada de tal tipo de empreitada: Louis de Freycinet (1779-1842), o qual foi inclusive um dos redatores do relatório da viagem de Baudin, escrito após a sua morte.

Louis de Freycinet efetuou sua viagem de volta ao mundo entre 1817 e 1820. A viagem foi elaborada pelo próprio comandante, tendo sido aprovada posteriormente pelo ministro da Marinha e pelo rei Louis XVIII. A finalidade da viagem seria não só científica como também comercial (SAUVIGNY, 1955: 458). Entretanto, o escopo oficial da viagem foi redimensionado pelo próprio rei Louis XVIII, tendo sido excluído seu caráter comercial de forma a não contrariar o recentemente assinado Tratados de Paris (COURCON, 1999: 39). Uma das particularidades da expedição foi a preferência dada a homens dos quadros da marinha francesa para a tripulação, em detrimento dos naturalistas formados nas instituições civis. Tal preferência se deu devido a problemas já evidentes desde a expedição de Baudin, quando muitos naturalistas civis não se mostraram capazes de encarar as adversidades e percalços presentes ao longo da viagem. De maneira geral, é possível identificar, sobretudo em função da expedição de Baudin, uma discórdia entre naturalistas civis e quadros da marinha (KURY, 2001: 134).

A expedição de Freycinet é o símbolo de um momento muito específico da história não só da Marinha francesa como da política francesa em geral. Segundo Jeanine Potelet, a decisão de retomar o que seria, de acordo com a historiadora, uma tradição de viagens de circunavegação se deu em função da necessidade de criar, em 1817, no recém instaurado governo da Restauração Bourbon, uma política estratégia que conferisse prestígio ao governo. O responsável por tal retomada foi Pierre-Barthélemy d'Albarédes, o barão de Portal, então ministro de Colônias e posteriormente, em 1818, ministro da Marinha (POTELET, 1993: 50).

O barão de Portal registrou em suas memórias muitos dos impasses políticos enfrentados pela Marinha ao longo da Restauração Bourbon. Para ele, a Marinha teria um papel triste e secundário ao longo do Império, quando não se acreditava mais em seu futuro. No entanto, sob a política de Louis XVIII, rei que, de acordo com o barão, soube se resignar às necessidades do tempo em que governava, a Marinha pôde novamente realizar agir de maneira primorosa. Não é a toa que Portal enviou à América o viajante Roussin: sob pretexto de uma expedição hidrográfica, o ministro intencionava investigar o desenrolar das atividades de Bolívar na América e estabelecer uma política que garantisse a atuação francesa no ultramar. Sob o reinado de Carlos X, no entanto, a partir de 1824, a Marinha volta a encarar problemas: nas palavras de Portal, o novo rei demonstrava repugnância pelas instituições do período de Louis XVIII, e muitas instituições erguidas em conjunto com a Marinha na primeira fase da Restauração Bourbon estariam então ameaçadas sobretudo pela vertente ultra-realista, a qual defendia uma radicalização dos princípios monárquicos e cristãos, sobretudo mediante a atuação dos jesuítas (D'ALBARÉDES, 1846: 32, 55-56, 83).

2 – Viagens e cultura científica francesa: manejo da natureza e classificações antropológicas

Se há duas questões que foram incontornáveis para todos os viajantes supracitados, estas foram a compreensão dos povos ditos selvagens e o inventário e classificação das riquezas naturais dos locais visitados.

O campo disciplinar que fornecia a maioria das categorias para a compreensão de tais questões, na França do século XVIII e XIX, era o campo da História Natural. A História Natural, sobretudo a partir do século XVIII, postulava a compreensão da diversidade dos seres não mais como singularidades, identificáveis e classificáveis a partir dos usos humanos, mas sim a partir de suas próprias características. O inventário deveria se dar mediante o estabelecimento de um quadro de relações de tais características, onde os seres seriam comparados entre si e não em função do homem (FOUCAULT, 1966; THOMAS, 1996).

A História Natural também fornecia elementos para a crítica do melhor uso da natureza. Tal tipo de discussão era importante na França, já a partir de 1760, em função dos prejuízos resultantes da Guerra de Sete Anos (BROC, 1974: 275) e, em seguida, sobretudo em função da condição de crise econômica e desindustrialização que vinha encarando desde o envolvimento com a guerra de Independência e sobretudo após a Revolução de 1789 (MANSEL, 1982: 183-184).

Nesse período, os autores franceses de influência fisiocrática consideravam a agricultura como a etapa final do processo de civilização. O comércio, por sua vez, não era exatamente um modo de subsistência, mas sim apenas a circulação e a troca de produtos, fossem os de primeira necessidade ou os de luxo.

Esses produtos, de qualquer maneira, eram todos provenientes em última instância dos três reinos da natureza, cognoscíveis mediante as formulações de disciplinas como a História natural e que poderiam ser aproveitados de maneira aperfeiçoada com a análise dos usos humanos da natureza, variáveis de acordo com os diferentes grupos sociais (KURY, 2001: 20-1). O comércio, nessa lógica, está subordinado a um bom manejo da terra, ou seja, de uma agricultura ilustrada, a qual só pode acontecer mediante uma interação equilibrada com a natureza.

Na segunda metade do século XVIII, portanto, a natureza adquire um novo valor na cultura europeia, exigindo uma reflexão sobre práticas mais sistemáticas de controle e uso. Os Estados europeus, sobretudo aqueles cujo poder se estendesse ao ultramar, passam a desenvolver redes de atividade científica e administrativa de forma a otimizar o uso dos recursos naturais, desenvolvendo uma política econômica sedimentada nos valores progressistas da cultura iluminista.

Uma experiência de tal projeto administrativo, a qual foi estudada por Richard Grove, ocorreu na ilha de França (atual Ilha Maurício), em 1767. Como vimos anteriormente, esta ilha foi visitada por diversos viajantes ao longo do século XIX, dentre eles o próprio Louis de Freycinet. Um “viajante” especial, no entanto, se estabeleceu na ilha entre 1767 e 1772, tendo sido nomeado intendente da mesma por ministros franceses simpatizantes da fisiocracia. Trata-se do então ex-jesuíta Pierre Poivre, detentor de diversos conhecimentos da cultura oriental e “um renomado teórico fisiocrata e especialista em agricultura comparada” (PÁDUA, 2004: 54). Poivre estabeleceu na ilha, dentre outros intelectuais, o já citado Philibert Commerson, integrante da expedição de Bougainville, bem como o engenheiro Bernardin de Saint-Pierre, de forma que pudessem ajudá-lo na administração da agricultura local. A atuação de Commerson, inclusive, só foi possível mediante a autorização assinada em 15 de Novembro de 1768 pelo próprio comandante Bougainville, que liberou o naturalista de suas obrigações para com a expedição de volta ao mundo, permitindo assim seu estabelecimento na colônia francesa (GROVE, 1995: 216).

A relação dessa tendência administrativa com as viagens científicas não se resume à participação do naturalista Commerson no programa de Pierre Poivre. As viagens de circunavegação foram, de uma maneira geral, um dos alicerces da expansão de tal concepção de administração da natureza. Cada Estado europeu, contudo, irá realizar uma trajetória específica no que diz respeito à elaboração das práticas e saberes que viabilizarão tal cuidado. Grove afirma, por exemplo, que o contexto colonial francês foi relativamente pioneiro no sentido de centralizar e organizar ações que possibilitassem empreendimentos como as expedições científicas. As possibilidades de apoio estatal e profissionalização do naturalista eram, por exemplo, inicialmente mais limitadas no contexto colonial britânico, sobretudo quando comparado ao contexto francês (GROVE, 1995: 311).

Há uma especificidade em relação à classificação e compreensão da natureza que diferencia as expedições setecentistas das oitocentistas. No início do século XIX, já estava disponível para os viajantes franceses a possibilidade de interação com as formulações científicas de Humboldt. Em termos científicos, este é um fator que diferencia a viagem de circumnavegação de Freycinet das outras já citadas no presente trabalho. Na tentativa de compreender a especificidade das formulações de Humboldt, o termo “ciência Humboldtiana” foi cunhado na historiografia por Susan Faye Cannon. A ciência humboldtiana primária pelas relações entre mensurações e leis matemáticas. A extensão das áreas pesquisadas seria uma variável fundamental na possibilidade de formular conhecimento sobre as regularidades naturais de uma dada área (DETTELBACH, 1996: 291-3).

A possibilidade de interação entre Humboldt e a expedição de Freycinet se dá tanto em nível epistemológico quanto em nível sociológico. Humboldt fez parte da Academia Real de Ciências, tendo inclusive assinado, junto a François Arago, o relatório oficial das atividades da expedição de Freycinet (ARAGO, 1857). Além disso, por ter sido um último exemplo de sábio enciclopedista, sua influência sobre o próprio François Arago em particular foi notável (LEQUEUX, 2008: 43).

Se Humboldt pode ter tido influência em algumas formulações dos viajantes naturalistas franceses do início do século XIX, é necessário no entanto reiterar a historicidade das possibilidades de tal influência, na medida em que a própria obra de Humboldt foi sendo gradualmente trabalhada ao longo de toda sua longa vida. As formulações referentes ao Kosmos, por exemplo, foram escritas e publicadas somente entre 1845 e 1862 (RICCOTA, 2003: 15). Sendo assim, seria pertinente reconhecer a interação entre a viagem de Freycinet e, sobretudo, as formulações iniciais de Humboldt, em obras como *“Essai sur la géographie des plantes”*, de 1807, onde há o elogio da paisagem e a identificação das proporções e leis matematicamente mensuráveis, porém não ainda dentro de uma formulação tão complexa sobre a diversidade natural tal como elaborada nas suas últimas obras. A obra *“Ansichten der Natur”*, de 1808, a qual apresenta uma formulação complexa sobre a possibilidade de cognição simultaneamente científica e estética da natureza, foi traduzida para o francês somente em 1826.

Seres humanos também fizeram parte da pauta de estudos da História natural e das viagens científicas. Aqui, contudo, é possível identificar especificidades nas formulações de cada viajante.

Os relatos de La Condamine sobre os ameríndios foi uma grande peculiaridade nos textos do viajante, causando impacto na cultura científica francesa do século XVIII. La Condamine criticou trabalhos anteriormente realizados na Amazonia, como o do jesuíta boêmio Samuel Fritz, que passou quase quatro décadas na Amazônia ocidental a partir de 1684 (SAFIER, 2009: 96). Ainda assim, muito do que escreveu teve como base justamente relatos prévios tanto de jesuítas como de escravos fugidos, os quais foram, portanto, os "indivíduos que forneceram muito do testemunho ocular com o qual La Condamine pôde construir suas imagens coerentes da Amazônia do século XVIII" (SAFIER, 2009: 111).

O registro efetuado por La Condamine em relação aos costumes dos ameríndios, portanto, ainda não se encontra em uma linhagem específica na qual o homem já seria objeto científico da História Natural. O próprio La Condamine reiterou em seus relatos o escopo das descrições, as quais seriam o registro somente das características dos ameríndios que tivessem alguma relação direta com a Física e a História Natural, ainda comprometida com a descrição de elementos naturais e não com uma análise dos usos civilizados da Natureza. A partir de tal escopo, La Condamine foi, ainda assim, capaz de cunhar várias descrições referentes aos americanos, as quais corroboraram a ideia negativa acerca dos nativos então em circulação na cultura científica europeia. Um dos critérios para tal caracterização foi a observação das línguas americanas, as quais seriam, nas palavras de La Condamine, pobres e isentas de termos capazes de transmitir ideias abstratas, caras aos espíritos superiores (FREITAS, 1996: 245-247).

Em perspectiva diferente e valendo-se da já disponível circulação das formulações de Jean Jacques Rousseau sobre a ideia do bom selvagem e do estado de natureza virtuoso, os relatos de Bougainville, sobretudo no que se refere às populações do Tahiti, contribuíram para uma difusão da ideia do bom selvagem, corroborando uma percepção positiva em relação aos nativos (FREITAS, 1996: 252; VERDIER, 1969: 140)

Diferentemente da expedição de Bougainville, a expedição de la Pérouse para o esvaziamento de sentido da ideia do bom selvagem. O encontro com hábitos como a antropofagia e práticas violentas fez com que o comandante se referisse a comunidades tradicionais como povos não civilizados e ameaçadores (BOURGUET, 1997). No entanto, não é possível afirmar que esse foi um consenso entre todos os homens da expedição. As observações registradas por M. Rollin, o cirurgião-mór da fragata "la Boussole", não primam por uma representação dos indígenas americanos, por exemplo, enquanto seres degenerados:

Os escritores que falaram dos Americanos como uma espécie degenerada, seguiram os desvios de sua imaginação, e nada deram à verdade. Há mesmo entre tais escritores os que estenderam a ideia de tal degradação aos Europeus naturalizados na América. Ouso acreditar que os Wasingthon, os Adams, os Francklin, etc, refutaram, por seu próprio mérito, tal assertiva de uma maneira suficientemente honrosa para me dispensar de entrar em qualquer discussão sobre esse assunto. Pareceu-me também que os mesmos escritores não foram mais felizes em suas opiniões sobre a pretensa degradação dos animais do antigo continente transplantados na América³²⁹ (ROLLIN, 1797: 42).

Já nos relatório científico elaborado pelo viajante Freycinet, a crítica aos costumes e usos da natureza estabelecidos por povos tradicionais é severa. Um exemplo significativo é a análise referente a indígenas brasileiros. Os índios são catalogados mediante a ideia de civilização. A influência sofrida pelo trabalho dos jesuítas no sentido de tornar os índios cristãos é o que permite discriminar os nativos entre si. Percebe-se no relatório de Freycinet, portanto, o estabelecimento de uma relação entre o cristianismo e a

³²⁹ Tradução livre realizada pelo autor do presente trabalho.

ideia de civilização, na qual a eficácia do trabalho jesuítico é o que permitira a transformação do estado em que se encontrariam os povos tradicionais. Tal transformação é enfatizada por Freycinet a ponto de seu relatório apresentar duas seções diferenciadas para a exposição de dados sobre os indígenas: uma referente ao estado de tais povos quando da chegada dos portugueses ao território e outra referente aos diferentes estados de natureza averiguáveis no momento em que o francês realizou sua viagem (FREYCINET, 1825: 149, 323-332). A relação estabelecida entre a atividade jesuítica e a ideia de civilização pode ser compreendida como uma refração das prerrogativas do cristianismo dentro do contexto político da Restauração Bourbon e da defesa do princípio monárquico nas Américas.

3 – Conclusões

Do exposto, conclui-se que as viagens científicas foram promovidas mediante interesses diversos, mutáveis de acordo com a conjuntura política vigente. Tais embates políticos são tão específicos que não justificam a designação das viagens enquanto desdobramento direto de um imperialismo europeu homogêneo. Como afirma Guimarães ao analisar a viagem de von Martius, naturalista bávaro, no início do século XIX, as viagens científicas se vinculavam cada uma a formas e programas de diferentes “imperialismos”, cada qual com sua especificidade (GUIMARÃES, 2000), relacionando-se a pautas em constante transformação de acordo com os embates políticos internos e externos envolvendo países europeus. No caso francês, tal transformação de pautas não pressupôs como via de regra a exclusão dos agentes vinculados a viagens anteriormente realizadas e comprometidas com conjunturas políticas não mais vigentes, pois muitos homens de viagens foram capazes de recondicionar seu posicionamento social nas novas conjuturas políticas francesas: é o caso, como vimos, de Bougainville, o qual se tornou senador sob o governo de Napoleão mesmo após realizar viagens para a monarquia de Louis XV, bem como é o caso de Freycinet, o qual viajou sob o governo napoleônico e depois recebeu honras de Louis XVIII. No entanto, muitas atividades, inclusive as especificamente científicas, foram redimensionadas de acordo com as necessidades de cada governo. Finalmente, no que diz respeito às formulações científicas das viagens, a pauta da civilização, compreendida enquanto melhor uso possível da natureza, se manteve em todas elas, o que implicava a exaltação da agricultura enquanto melhor arte e a crítica de muitos usos tidos como rudimentares e danosos aos elementos naturais. Os parâmetros de classificação, no entanto, sobretudo aqueles referentes à possibilidade de classificação de seres humanos, foi alterado ao longo do tempo, o que resultou em formulações específicas por parte de cada viagem. Ainda assim, é possível identificar, tal como o fez Potelet, uma tradição específica de viagens científicas de grande porte, sempre vinculadas aos interesses imediatos de um Estado que se vale dos melhores usos e trocas de produtos

naturais bem como de formulações científicas tributárias de um ideal de progresso característico da cultura iluminista.

Referências Bibliográficas

ARAGO, François. *Oeuvres complètes de François Arago, secrétaire perpétuel de l'académie des sciences. Instructions, rapports et notices sur les questions à résoudre pendant les voyages scientifiques. Tome Neuvième*. Paris/Leipzig: Gide / T.O.Weigel, 1857. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k927158>> Acesso em 31.jul.2012

BOURGUET, Marie-Nouëlle. O Explorador. In: VOVELLE, Michel (org.). *O Homem do Iluminismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

BRAVO, Michal T. Ethnographic Navigation and the Geographical Gift. In: WITHERS, C. W. J; LIVINGSTONE, David N. *Geography and Enlightenment*. Chicago: The University of Chicago Press. 1999.

BROC, Numa. *La Géographie des Philosophes. Géographes et Voyageurs Français au XVIIIe siècle*. Paris: Ophrys, 1974.

COURCOU, Guy. Charles Gaudichaud, pharmacien de la Marine au temps des voyages de circumnavigation (1789-1854). In: *Revue d'histoire de la pharmacie*, 87e année, n° 321, p. 37-48, 1999. Disponível em <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/pharm_0035-2349_1999_num_87_321_4930> Acessos em: 31.jul.2012

D'ALBARÉDES, Pierre-Barthélemy. *Memoires du Baron Portal*. Paris: Librairie D'Amyot Éditeur, 1846.

DETTELBAACH, Michael. Humboldtian Science. In: JARDINE, Nicholas; SECORD, James; SPARY, Emma (orgs). *Cultures of Natural History*. Cambridge, New York: Cambridge University Press, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Les Mots et les Choses*. Paris: Gallimard, 1966.

FREITAS, Inês Aguiar de. *Pour une histoire naturelle de la géographie. Les voyageurs-naturalistes français au Brésil au siècle des Lumières*. These de Doctorat en Géographie. Univeriste de Paris IV - Sorbonne. Paris: Sorbonne, 1996.

FREYCINET, Louis de. *Voyage autour du monde, entrepris par Ordre du Roi, sous le Ministère et conformément aux instructions de S. Exc. M. le Vicomte de Bouchage, secrétaire d'État au Département de la Marine, executé sur les corvettes de S.M. l'Uranie et la Physicienne pendant les annes 1817, 1818, 1819 et 1820*. Paris: Pillet-Ainé, Imprimeur-Librairie, 1825. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k99353d>> Acessos em: 31.jul.2012

GANNIER, Odile. Consigner l'événement: les journaux du voyageur de Marchand (1790-1792) et les Isles de la Révolution. In: *Annales historiques de la Révolution française*. N° 320, pp. 101-120, 2000. Disponível em: <http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/ahrf_0003-4436_2000_num_320_1_2316> Acesso em 31.jul.2012

GERBI, Antonello. *O Novo Mundo: História de uma polémica (1750-1900)*. Tradução: Bernardo Joffily. São Paulo:Companhia das Letras, 1996.

GUIMARÃES, Manoel Luis Salgado. História e natureza em von Martius: esquadrinhando o Brasil para construir a nação. *História, Ciências, Saúde — Manguinhos*, v. 7, n.2., p. 389-410, jul.-out., 2000.

KURY, Lorelai. *Histoire naturelle et voyages scientifiques (1780 – 1830)*. Paris: L'Armattan, 2001.

LEQUEUX, James. *François Arago, un savant généraux. Physique et astronomie au XIXe siècle*. Paris: EDP Sciences, 2008.

MANSEL, Philip. *Louis XVIII*. Paris: Pygmalion/Gérard Watelet, 1982.

PÁDUA, José Augusto. *Um sopro de destruição: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista, 1786-1888*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 2a. edição. 2004.

POTELET, Jeanine. *Le Brésil vu par les voyageurs et les marins français 1816 - 1840*. Paris: Editions L'Harmattan. 1993.

PRATT, Mary Louise. *Os Olhos do Império. Relatos de Viagem e Transculturização*. Bauru: EDUSC, 1999.

RICCOTA, Lucia. *Natureza, Ciência e Estética em Alexander von Humboldt*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

ROCHE, Daniel. *Humeurs vagabondes. De la circulation des hommes et de l'utilité des voyages*. Paris: Fayard, 2003.

ROLLIN, M. Mémoire physiologique et pathologique, sur les Américains, par M. Rollin, Docteur en Médecine, Chirurgien-major de la frégate la Boussole. In: MILET-MUREAU, L. A. *Voyage de La Pérouse autour du monde. T. IV / , publié conformément au décret du 22 avril 1791, et rédigé par M. L. A. Milet-Mureau*. Paris: l'Imprimerie de la République, 1797. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1098865>> Acesso em 31.jul.2012

ROSSATO, Luciana. *A Lupa e o Diário: história natural, viagens científicas e relatos sobre a Capitania de Santa Catarina (1763-1822)*. Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2007.

SAFIER, Neil. Como era ardiloso o meu francês: Charles-Marie de la Condamine e a Amazônia das Luzes. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 29, n° 57, p. 91-114, 2009.

SAUVIGNY, Guillaume de Bertier de. *La Restauration*. Paris: Flammarion, 1955.

TAILLEMITE, Étienne. *Sur des mers inconnues: Bougainville, Cook, Lapérouse*. Paris: Gallimard, 1987.

TAILLEMITE, Étienne & DOUSSET, Roselene. *Le Grand Livre du Pacifique*. Paris/Lausanne: Edita-Vilo, 1976.

TAILLEMITE, Étienne. *Dictionnaire de La Marine*. Paris: Éditions Seghers, 1962.

THOMAS, Keith. *O Homem e o Mundo Natural. Mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

VERDIER, Henri. *Le Duc de Choiseul. La politique et les plaisirs*. Paris: Nouvelles Éditions Debresse, 1969.

Os aspectos etno-históricos da Teoria do Cuidado Cultural

Daniele Cristina de Sousa Ferreira
Graduanda em enfermagem pela FASAR
danielecrisfer@gmail.com

Jana Paula Sampaio Botelho
Mestre em Sociologia pela UFMG

Resumo: Atualmente o campo da enfermagem pode ser entendido como um amplo e diversificado modelo assistencial que conta com vasto contingente teórico. Assim, o objetivo deste estudo é relacionar os aspectos etno-históricos que envolvem a temática da teoria do cuidado cultural, auxiliando a compreensão sobre os fatos que levaram Leininger a elaboração da mesma. Faz-se necessário uma reflexão sobre o contexto histórico de

surgimento desta teoria para que possamos acompanhar, no decorrer dos anos as mudanças que ocorreram nos campos da enfermagem no Brasil. O presente trabalho tomou como base a revisão de literatura, que abordara a temática no intuito de contribuir enfatizando a importância da teoria do cuidado cultural.

Palavras chave: Enfermagem, História, Cuidado cultural.

Abstract: Currently the field of nursing can be understood as a wide and diversified healthcare model that has large contingent theory. The objective of this study is to relate the ethno-historical aspects involving the theme of the theory of cultural care, aiding the understanding of the facts that led to Leininger elaboration. It is necessary a reflection on the historical context of emergence of this theory so that we can track, over the years changes that occurred in the field of nursing in Brazil. This study was based on the literature review, which approached the subject in order to contribute emphasizing the importance of the theory of cultural care.

Keywords: Nursing, History, Cultural care.

O Surgimento da Enfermagem enquanto campo do conhecimento

Desde o surgimento da enfermagem, esta vem passando por grandes transformações tanto no campo teórico como no prático. Inicialmente a enfermagem era vista como uma prática de caridade, onde igreja, mosteiros e conventos é que de fato se ocupava da prestação do cuidado a população. Com o movimento das cruzadas (1095 - 1270) inicia-se a criação dos hospitais, para que estes pudessem abrigar os feridos das batalhas que seguia em direção ao Oriente. Nesta época, havia outros movimentos como os Cavaleiros de São João de Jerusalém e os Cavaleiros de São Lázaro, o trabalho de São Francisco de Assis, a ordem dos Frades Franciscanos entre outros, também se destacaram (Paixão 1979, citado por Figueiredo, 2005).

Com o passar dos anos foram surgindo em diversos países, outras instituições como: o Bethlem Royal Hospital (1247), um hospício construído nos arredores de Londres considerado um dos mais antigos do mundo; em Portugal o Hospital de Todos os Santos situado em Lisboa fora instalado sob a supervisão de D. João II e D. Leonor, e em 1498 a criação da Confraria da Misericórdia de Lisboa uma irmandade de leigos (FIGUEIREDO, 2005).

Ainda de acordo com o referido autor, em meados de 1347, surge a primeira epidemia da peste negra que acabou por eliminar cerca de um terço da população europeia; em seguida veio à lepra (século XIII), a sífilis (século XV), e novamente a peste (século XVI); com isso fica evidente a necessidade de mudanças no campo da saúde, uma vez que muitas pessoas estão morrendo e isso acaba gerando prejuízo para o Estado devido à escassez de mão-de-obra.

No decorrer dos anos ocorreram várias reformas importantes, e em alguns países foram tão rígidas que houve a expulsão das ordens religiosas o que culminou em um grande problema, pois eram estes os responsáveis por cuidar dos enfermos, logo surge à necessidade de pessoal para exercer tal ocupação;

diante dessa situação o governo decide realizar o recrutamento de pessoas a fim de resolver a situação, porém os indivíduos que se apresentavam era o mais baixo na escala social, de índole duvidosa (Figueiredo, 2005).

A igreja católica se posiciona, à Contra-Reforma de maneira impiedosa condenando qualquer prática que se opusesse ao catolicismo, iniciando assim a punição a tudo que era considerado por ela como ato pecaminoso. Acredita-se que muitas mulheres denominadas curandeiras tenham sido perseguidas pela igreja nesta época, assim como todos aqueles que se opunham ao que pregava a igreja católica (Geovani, 1995 citado por Figueiredo, 2005).

Na Europa no final da Idade Média o Estado e a Igreja no intuito de abrigar os mendigos e pobres, financiam a companhia das Irmãs de Caridade fundada por Vicente de Paula e Luiza de Marillac em 1633 na França. O trabalho deles se baseava em proporcionar ao indivíduo um cuidado tanto espiritual como corporal, geralmente eram mulheres que se ocupavam da prestação do serviço, principalmente aquelas que não manifestavam interesse pelo casamento, uma vez que as mulheres casadas encontravam grande resistência em praticar a caridade em virtude dos maridos e da peste.

O sistema de seleção das mulheres que participaria da companhia das Irmandades de Caridade contava com normas rígidas, além de exigirem das selecionadas uma conduta exemplar, onde o contato com o sexo oposto era terminantemente proibido. Com o passar dos anos as irmãs de caridade estenderam seus serviços aos órfãos e idosos, daí para iniciarem sua atuação nos hospitais foi só uma questão de tempo. Ao se instalarem nos hospitais as irmãs de caridade se ocupavam da organização do mesmo, padronizaram as vestimentas para demonstrar a seriedade do serviço que prestavam.

Com a Revolução Industrial, torna-se necessário a criação de um sistema de saúde pública, uma vez que para manter o ritmo da produção era preciso de mão-de-obra em condições de exercer o serviço. Nesse sentido o hospital passa a ser visto como um ambiente terapêutico, aberto a novas descobertas e teorias que contribuiriam para manutenção e/ou recuperação da saúde. Assim podemos notar que há uma mudança no foco dos hospitais que antes eram voltados para a caridade, à cura espiritual e alívio da dor, agora se tornam ferramenta importante no processo de industrialização.

As transformações continuam ocorrendo e é notória a presença cada vez mais marcante do médico no ambiente hospitalar, o contrário acontece com o poder religioso que passa a constituir um empecilho para o avanço tecnológico dos hospitais, logo a expulsão do poder religioso passa a ser inevitável. Com a saída da igreja dos hospitais, inicia-se um remodelamento do mesmo, onde segundo Lineu era imprescindível controlar todas as ações do enfermo para que este recuperasse a saúde, ou seja, havia a necessidade de um sistema disciplinar rígido.

Com a criação da enfermagem moderna, continuam ocorrendo modificações no ambiente hospitalar no intuito de que este se torne um local adequado para se tratar doenças, nesta época podemos perceber

que há uma divisão no campo da enfermagem onde as enfermeiras se dividem em *nurses* e *lady nurses* de acordo com o grau conhecimento que detinham. Em 1860, Florence Nightingale funda a primeira escola de enfermagem junto ao hospital de St. Thomas, em Londres (Paixão, 1960). Florence se destacou por seu trabalho durante a guerra da Crimeia (1854), onde sua atuação foi fundamental para diminuir o índice de mortalidade entre os soldados; Florence se ateu a pequenos detalhes como alimentação, higiene, troca de cama, ventilação do local entre outros. Como podemos perceber Florence era extremamente detalhista e isso contribuiu para o sucesso de seu trabalho, outra qualidade marcante da mesma refere-se ao seu empenho em solucionar problemas. Detentora de personalidade forte, Florence sem dúvida foi um marco para o avanço da enfermagem, seu sistema de seleção de candidatas para ingressar no curso de enfermagem também impressionou pelo rigor que ela exigia das candidatas (Figueiredo, 2005).

O desenvolvimento da Enfermagem no Brasil

No Brasil o campo da saúde vem ao longo dos séculos passando por grandes transformações, uma vez que inicialmente a atividade relacionada ao cuidado à saúde era desempenhada pelos nativos, negros trazidos da África e algumas práticas desenvolvidas pelo homem branco; o compartilhamento de experiências, vulgo saber popular é o que contava a população da época para o reestabelecimento da saúde, uma vez que o governo da época pouco se importava com as condições de saúde da população. Em 1543, é inaugurada a Santa Casa de Misericórdia de Santos no intuito de proteger a população sadia assim como pregava o modelo europeu. Com a chegada dos religiosos estes também se dedicam ao cuidado, nas missões estes se ocupavam não só com a questão espiritual, mas também se preocupavam com a recuperação da saúde física dos colonos. No decorrer dos tempos inicia-se a criação dos hospitais militares em virtude dos conflitos existentes na época. Estes enfrentaram grandes dificuldades relacionadas tanto ao pequeno grupo de funcionários como a falta de medicamentos, superlotação, epidemias enfim as condições eram muito precárias e só começam a melhorar com a chegada da família real ao Brasil em 1808 (Figueiredo, 2005).

Em 1894, ocorre à contratação de cinco enfermeiras inglesas da Escola Nightingale no intuito de implantar no Brasil o ensino de enfermagem, estas tinham a missão de organizar a futura Escola de Enfermeiras do Hospital Evangélico de São Paulo. Porém devido ao insucesso deste modelo, outra tentativa foi realizada em 1921, onde 32 enfermeiras enviadas pela Fundação Rockefeller a pedido do diretor do Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP), tinham a missão de reproduzir no Brasil o modelo Nightingale. Durante muito tempo a enfermagem brasileira seguiu desempenhando um papel de coadjuvante no ambiente hospitalar, uma vez que as enfermeiras que aqui se formaram reproduziam o

modelo trazido pelas estrangeiras sem questioná-lo (Rizzotto, 1999). Em 1923 iniciam-se as atividades da escola de enfermagem Anna Nery, com 13 alunas, após criteriosa seleção; com a formação das primeiras alunas houve mudanças nos parâmetros do curso buscando adequá-lo a realidade nacional.

Como podemos perceber a enfermagem, desde seu surgimento e reconhecimento como profissão vem passando por grandes mudanças ao longo do tempo. Nota-se que o saber popular, com relação à saúde, acabou sendo desconsiderado pelos profissionais da área, a questão da espiritualidade deixa de estar relacionada à enfermagem e a profissão passa a adquirir um caráter técnico, focado na cura da doença, ou seja, do corpo desconsiderando o contexto cultural onde o indivíduo está inserido.

No período marcado pelo pós-guerra o mundo passa por grandes mudanças que acabam por influenciar o campo da enfermagem, uma vez que, são notórios os avanços alcançados na área biomédica. Logo as enfermeiras passam a serem vistas como auxiliares dos médicos focando seu trabalho na identificação das enfermidades e dos sintomas que os indivíduos manifestavam; distanciando de sua função principal que é o cuidado. Com os movimentos migratórios ocorridos em todo o mundo e principalmente nos Estados Unidos há a necessidade de se adequar a nova realidade da época, pois este recebia um grande número de imigrantes devido às oportunidades econômicas que surgiam logo o sistema de saúde pública teria que se adaptar aos novos usuários.

Necessidade e Surgimento da Teoria do Cuidado Cultural

Em meados da década de 50, Madeleine Leininger enquanto trabalhava em uma unidade psiquiátrica infantil nos Estados Unidos, percebeu que os valores culturais interferiam no comportamento das crianças que estavam sob seus cuidados. A falta de conhecimento sobre o assunto e a curiosidade motivaram Leininger a pesquisar sobre o assunto e em 1959 ela decide ingressar no doutorado em Antropologia Psicológica, Social e Cultural da Universidade de Washington. (MELO, 2010).

Durante o curso Leininger estabelece a *etnoenfermagem* como um método de pesquisa qualitativa da enfermagem focalizada na abordagem naturalística, aberta a descobertas e amplamente indutiva para documentar, descrever, explicar e interpretar a maneira como as pessoas veem o mundo, significados, símbolos e experiências de vida dos informantes e como eles enfrentam o atual ou potencial fenômeno do cuidado de enfermagem (Leininger, 1997: 42). Este constitui um modelo de pesquisa da enfermagem que possibilita conhecer as percepções dos indivíduos, pois através deste é possível entender o contexto cultural do mesmo, seus princípios, valores e a maneira como se comportam e entendem a questão da saúde e da doença.

Em 1965, Leininger conclui o curso, obtendo o título de doutora em antropologia constituindo se a primeira enfermeira detentora de tal titulação. Ciente da importância de compartilhar os conhecimentos

por ela adquiridos, e devido à necessidade de um modelo assistencial que melhor se aplicasse a realidade do indivíduo, Leininger decide inserir em 1970 a enfermagem transcultural como disciplina de graduação. Pois acredita que para prestar uma assistência de qualidade, seria fundamental que o enfermeiro entendesse o contexto cultural de cada indivíduo, para que assim pudesse adequar, os cuidados por ele prestados, a realidade cultural do mesmo proporcionando assim o que Leininger denomina como cuidado culturalmente congruente (MELO, 2010). Diante do exposto podemos perceber que Leininger se destaca entre as enfermeiras da época que seguiam o modelo Nightingale, pois ela se dedica a propor um novo modelo assistencial onde a questão cultural esta diretamente ligada com a manutenção e/ou recuperação da saúde.

Sendo assim, Madeleine Leininger desenvolve a Teoria da Diversidade e Universalidade do Cuidado Cultural (TDUCC), onde ela estabelece a importância de uma assistência de qualidade e culturalmente congruente com cada indivíduo, respeitando suas crenças, valores, princípios enfim um cuidado de enfermagem que se adeque a realidade do sujeito que será atendido (Leininger, 1991).

Assim podemos dizer que a recuperação da saúde não se baseia somente em realizar um diagnóstico, tratamento, recuperação e prevenção; muito pelo contrário promover a saúde, segundo Leininger vai muito, além disso, pois envolve questões do dia-a-dia de cada um, portanto para uma assistência de qualidade, é necessário que os enfermeiros conheçam o contexto cultural onde o mesmo encontra-se inserido, procurando atendê-lo com qualidade, mas acima de tudo, respeitando sua individualidade.

Cabe salientar que neste modelo teórico, busca-se uma percepção diferente acerca da saúde e doença, bem como seu significado para o indivíduo, onde ao invés de dissociar os problemas buscamos uma compreensão total do sujeito, ou seja, integrar para prestar uma assistência de qualidade, assim torna-se desafiador o estudo de enfermagem devido à complexidade que envolve o ato de cuidar (Morin, 2004). Este modelo que trata o indivíduo como um todo, torna-se relevante, pois considera o contexto cultural do mesmo confirmando a ideia de Leininger.

Com o passar do tempo Leininger faz novas formulações como é o caso da enfermagem transcultural, que segundo ela seria um campo de estudo, pesquisa e prática formal e legítimo, focado nas crenças, valores e práticas de cuidados culturalmente baseados, para ajudar culturas ou subculturas a manterem ou recuperarem a saúde (bem-estar) e formas de cuidados benéficos e culturalmente congruentes diante da doença ou morte (Leininger, 1999).

Como podemos constatar Leininger atribui grande importância à questão cultural no processo de reestabelecimento da saúde, estabelecendo como fundamental que o profissional enfermeiro conheça a comunidade ou o grupo social que esteja sob seus cuidados. Segundo a autora é imprescindível que este antes de intervir no modo como o indivíduo se comporta diante da saúde/doença, faça uma observação detalhada acerca do modo como o mesmo se estabelece na sociedade, qual o papel que desempenhado

por ele e como este se define na mesma (Leininger & McFarland, 2006). O entendimento e a compreensão destas questões contribuem para o estabelecimento de um diálogo entre o enfermeiro e o indivíduo que será atendido, possibilitando uma relação de confiança entre profissional/ sujeito constituindo um elo fundamental para se alcançar a eficácia no serviço prestado.

Dessa forma a cultura como define Leininger, é entendida como “valores, crenças, normas e práticas de vida de um determinado grupo ou comunidade, que são aprendidos, partilhados e transmitidos que orientam o pensamento, as decisões e as ações, de maneira padronizada (Leininger & McFarland, 2006)”. Assim podemos dizer que a cultura pode ser compreendida como a forma que o homem percebe o mundo, constituindo um conjunto de princípios explícitos e implícitos passados pelos indivíduos pertencentes a uma sociedade, moldando a maneira como os mesmos veem o mundo que os rodeia, interferindo na forma como este vivencia o mundo à sua volta (Helman, 2009).

Neste sentido podemos dizer que a cultura, trata-se de um processo dinâmico onde uma comunidade ou grupo social quando em contato com outra sociedade pode sofrer modificações pelo fato de o homem estar apto a mudanças, uma vez que, diante de uma nova situação pode questionar suas próprias decisões e promover dessa forma transformações dentro do seu contexto social (Laraia, 2003). Segundo Laraia, o processo de globalização interferiu diretamente na questão cultural das sociedades, pois possibilitou um maior relacionamento entre os povos o que culminou em grandes transformações no contexto cultural das civilizações. Este fato é facilmente percebido se considerarmos a questão das imigrações que ocorreram e continuam ocorrendo em todo o mundo; a facilidade encontrada hoje para se transitar entre os países tem contribuído para interculturalidade, pois facilita o contato entre diferentes culturas.

Diante do exposto, nota-se a importância para o campo da saúde da teoria desenvolvida por Madeleine Leininger, que busca uma adequação da assistência prestada pelos enfermeiros aos indivíduos que utilizam os serviços, sejam eles públicos ou privados. No caso do Brasil podemos dizer que as ideias de Leininger se aplicam a realidade brasileira, por ser o mesmo um país onde há grande diversidade cultural, faz-se necessário a utilização de técnicas/ práticas de enfermagem que melhor se adaptem a realidade de cada indivíduo respeitando suas crenças, valores e princípios. Pois deste modo, considerando o indivíduo como um todo e o ambiente em sua volta poderemos estabelecer um plano de cuidado compatível e mais eficiente.

Entre os programas assistenciais existentes no Brasil, o SUS (Sistema Único de Saúde) constitui o sistema mais utilizado no país, logo este tem a necessidade de atender a população proporcionando um cuidado de qualidade e para isso deve contar com profissionais atentos as novas tendências que envolvem a área da saúde, logo faz-se necessário que os mesmos estejam qualificados e atentos a individualidade de cada usuário do serviço.

Como podemos perceber no decorrer deste trabalho os métodos assistenciais utilizados pelos profissionais da área da saúde, mais precisamente do campo da enfermagem passaram ao longo dos séculos por profundas transformações que possibilitaram os avanços hoje alcançados.

Referências Bibliográficas:

FIGUEIREDO, Nebia Maria A. *Práticas de Enfermagem: Fundamentos, Conceitos, situações e exercícios*, São Paulo: Yendis Editora, 2005.

HELMAN, C. *Cultura, saúde e doença*. Trad. Ana Rose Bohlen. Porto Alegre: Artmed, 2009.

LARAIA, R. B. *Cultura: um conceito antropológico*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar; 2003.

LEININGER, M. M.; *Culture care diversity and universality: a theory of nursing*. New York: National League for Nursing, 1991.

_____. *Overview of the theory of culture care with the ethnonursing research method*. Journal of Transcultural Nursing, Michigan (USA), v.8, n.2,p.32-52,jan./jun.1997.

_____. *What is Transcultural Nursing and Culturally Competent care?* Journal of Transcultural Nursing, Michigan (USA), v. 10, n° 1, jan. 1999.

LEININGER, M. M.; Farland, M. R. *Culture care diversity and universality – a worldwide nursing theory*. 2ª Ed. New York: Jones and Bartlett Publishers, Inc., 2006.

MELO, L P. *A contemporaneidade da teoria do cuidado cultural de Madeleine Leininger: Uma perspectiva Geo-história. Ensaios e Ciência: Ciências Biológicas, Agrárias e da Saúde*. 2010.

MORIN, E. *A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensar*. 9.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

PAIXAO, W. *Páginas da História da Enfermagem*. Rio de Janeiro: Bruno Buccini; 1960.

RIZZOTTO, M. L. F. *História da Enfermagem e sua relação com a Saúde Pública*. Goiânia: Editora AB; 1999.

Corpo e Cura: proposições médicas sobre os escravos no Oitocentos

Iamara da Silva Viana

Doutoranda em História pela UERJ

ia.viana@ig.com.br

Resumo: Pretendemos apresentar algumas reflexões iniciais acerca das proposições de Jean-Baptiste Alban Imbert sobre os escravos e suas principais doenças. Acreditamos que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento e nesse sentido, pode ser posta a serviço de estratégias do mesmo. Imber, médico francês formado em Montpellier e radicado no Brasil no início do século XIX apresenta em seu *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as enfermidades dos Negros* - publicado em 1834 e reeditado em 1839 -, a importância do corpo para compra de escravos e também para o conhecimento de enfermidades e de suas prováveis curas. As doenças que acometiam cativos eram objeto do saber e do fazer científico, manifestamente

presente em obras específicas sobre as mesmas como os manuais, teses, jornais e artigos científicos. No momento da legitimação da medicina acadêmica, que estava em conflito com as práticas populares de cura perpetradas por curandeiros, boticários, feiticeiros, sangradores e parteiras, a visão médica sobre o escravo nos oferece indícios sobre os tratamentos utilizados pelos mesmos a partir das críticas efetivadas pelo médico em questão.

Palavras-chave: Escravidão, Corpo e História das Ciências.

Abstract: We intend to present some initial thoughts about the propositions of Jean-Baptiste Alban Imbert about slaves and their major diseases. We believe that the choice of a particular scale of observation produces effects of knowledge and in this sense can be made to serve the same strategies. Imber, a French physician trained in Montpellier and settled in Brazil in the early nineteenth century has in its manual or Farmer Domestic Treaty on the ailments of the Blacks - published in 1834 and reissued in 1839 - the importance of the body to buy slaves and also to the knowledge of diseases and their probable cures. The diseases affecting captives were the object of knowing and doing science, clearly present in specific works about the same as the manuals, theses, newspapers and scientific articles. At the time of the legitimation of academic medicine, which was in conflict with the folk healing practices perpetrated by healers, apothecaries, sorcerers, bleeders and midwives, the medical view on the slave gives us clues about the treatments used by them from the critical effect by the doctor in question.

Keywords: Slavery, Body and History of Science.

Introdução:

O século XIX para a história da medicina brasileira foi o cenário de diferentes construções e reconstruções, tendo em vista a procura do reconhecimento e espaços de atuação sociais por parte dos que defenderam a medicina como prática científica. Uma questão complexa, pois certas tradições e práticas curativas estavam fortemente enraizadas, tendo sido criadas a partir do mosaico étnico formado ao longo da colonização portuguesa. Segundo Luiz Otávio Ferreira, “as bases socioculturais da medicina colonial foram forjadas pela convivência e combinação de três tradições culturais distintas – indígena, africana e europeia”, não tendo segundo o autor grande participação dos profissionais com formação acadêmica (FERREIRA, 2003: 101). Desta forma, durante o século XIX concorriam com a prática científica às práticas mágicas. Sangradores, parteiras, boticários, cirurgiões e feiticeiros conseguiam com uma boa parcela da população crédito suficiente para deixar os doutores em estado de permanente atenção.

Para ilustrar a questão apresentamos alguns elementos encontrados em pesquisa anterior nos Inventários *post-mortem* de proprietários rurais de Vassouras. Localizamos referência a 5 barbeiros escravos na década de 1840, entretanto, para o mesmo ano, nenhuma escrava teve ofício referente a tratamento de doenças ou cura relacionados a seus nomes. Para os anos entre 1850 e 1880 verificamos a existência de 11 barbeiros, 8 enfermeiros e 1 servente de enfermaria. Entre as escravas para o mesmo período, identificamos 3 enfermeiras e 2 parteiras (VIANA, 2009: 44-46). Provavelmente as fontes indiquem que o discurso médico científico postulado a partir de 1830 sobre a necessidade e urgência de

melhores cuidados com os escravos tenha de fato sido interiorizado pelos proprietários rurais nas décadas seguintes.

Os cuidados existiam em menor ou maior proporção, mas atentar para a existência de indivíduos que exerciam ofícios de cura no interior das fazendas pode ter requerido iniciativas mais incisivas e nem sempre possíveis para pequenos proprietários devido aos poucos recursos financeiros. A ilustração dos dados acima demonstra a utilização dos próprios escravos nos tratamentos e curas como possibilidade para alguns proprietários de fazendas em Vassouras, contudo a existência de um médico era realidade para muito poucos. A utilização de plantas medicinais estava presente na cultura popular e certamente era de fácil uso para moléstias mais simples. Casos mais complexos exigiam conhecimentos específicos. Possivelmente os diferentes Manuais e Dicionários Médicos escritos por profissionais da medicina fossem utilizados nesses casos.

Dentro deste contexto encontra-se, Jean-Baptiste Alban Imbert, doutor em Medicina pela Faculdade de Montpellier que teve seu diploma reconhecido e confirmado pela Academia de Medicina do Rio de Janeiro, em virtude da lei de 03 de outubro de 1832 que dava “nova organização às actuais Academias Medico-cirurgicas das cidades do Rio de Janeiro, e Bahia”. Desde que chegou ao Brasil em 1831 se dedicou a estudar a prática da Medicina popular (IMBERT, 1839: 16). De acordo com o estatuto da Academia Brasileira de Medicina do século XIX foi aceito como membro titular em 15 de outubro de 1835, com o nome “abrasileirado” de João Baptista Albano Imbert. Foi Membro honorário da Sociedade Real de Medicina de Marseille e efetivo das Sociedades Auxiliadoras da Indústria Nacional (SAIN), e literatura do Rio de Janeiro, também exerceu o cargo de Cirurgião Ajudante Major da Marinha Imperial Francesa.

Escreveu algumas obras importantes como o *O Charlatanismo: uma palavra sobre o charlatanismo e os charlatães* (1837) e o *Guia médico das mães de família ou A infância considerada na sua hygiene, suas moléstias e tratamentos* (1843). O *Manual do Fazendeiro ou Tratado Doméstico sobre as Enfermidades dos Negros, generalizado às necessidades médicas de todas as classes* tem para nós uma grande relevância, pois nossa fonte principal de análise no presente trabalho, no qual utilizamos a segunda edição da obra que fora aumentada em um volume e publicada em 1839 – a primeira edição data de 1834. Composta por uma introdução, dez títulos e quarenta capítulos, todos organizados por seções ou classes, totalizando 688 páginas, publicada no Rio de Janeiro pela Tipografia Nacional.

Discursos Médicos:

Nos interessa nesse primeiro momento identificar Imbert como um indivíduo e sua relação com uma sociedade, neste caso a Imperial brasileira do início do século XIX. Pensar o indivíduo e seu fazer e

refazer implica pensá-lo como uma personagem que interage numa nova sociedade a qual passou a fazer parte em um dado momento de sua trajetória. Segundo Gilberto Velho, “pode-se dizer que a própria possibilidade de vida social reside na interação das diferenças, com a conhecida problemática antropológica da troca e da reciprocidade” (VELHO, 1999). Essa troca pode ser percebida nos tratamentos indicados por Imbert em que cita os usos de plantas por escravos para a cura de feridas e dos sucessos alcançados, bem como a maneira correta de proceder à produção de cataplasmas, muito utilizados na época.

A escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimento, segundo Revel. Suas afirmações podem demonstrar o axioma de uma classe, um profissional e suas negações, os conflitos existentes entre os diferentes grupos. Acreditamos que Itinerários individuais fazem aparecer a multiplicidade das experiências, a pluralidade de seus contextos de referência, as contradições internas e externas das quais elas são portadoras (REVEL, 1998: 19-22). Estas, presentes nas críticas que o doutor Imbert faz sobre as práticas populares de cura e também em alguns discursos de médicos brasileiros no *Semanario de saúde Pública pela Sociedade de Medicina do Rio de Janeiro* publicado no início do século XIX.

A existência de personagens distintos que concorriam cotidianamente para o saber e a arte de curar trazia disputas diferenciadas. Questões levadas do âmbito político ao jornalístico, do religioso ao cético estavam no cerne do discurso de legitimação da medicina científica. Discurso que se colocava em oposição aos serviços prestados pelo grupo não acadêmico que em certa medida dominava algumas práticas de cura (SAMPAIO, 2001). Este discurso nos permite hoje analisar a construção da ciência médica e como a mesma - sendo um ofício dito de elite -, pensava escravos, seus descendentes e pobres. Este grupo social estava presente no pensamento médico tendo em vista a sua inserção nas famílias de proprietários rurais, bem como nos diferentes ofícios urbanos. Assim, as doenças de escravos surgem como objeto de pesquisa e análise, alvo de discursos médicos, por vezes em minuciosas descrições de necropsia.

Outra chave de análise é refletir sobre a linguagem utilizada por Imbert, o seu texto e a forma como ele o escreveu. Na sua perspectiva, para alcançar o fim a que se propôs era preciso “clareza nos princípios, simplicidade nos meios, e por-se ao alcance das pessoas, para quem mais particularmente escreve” (IMBERT, 1839). Aos fazendeiros distantes “dos socorros inteligentes da Medicina” ele escrevia sua obra estando a mesma inserida numa sociedade hierarquizada e complexa, onde muitos conflitos existiam, exacerbando as relações de poder. Para Foucault,

em qualquer sociedade, existem relações de poder múltiplas que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social e que estas relações de poder não podem se dissociar, se estabelecer nem funcionar sem uma produção, uma acumulação, uma circulação e um funcionamento do discurso (FOUCAULT, 1979: 179).

Corpo e Cura:

Nesse discurso em especial, o corpo ganha destaque como forma de controle das populações escravas. Conhecer o corpo do cativo é importante para se efetuar uma boa compra. Imbert o destaca como objeto central para se pensar a força do trabalho escravo. Analisando a sua composição poder-se-ia comprar trabalhadores escravos que não desenvolveriam doenças que pudessem afetar a produção nas fazendas, logo não comprometeria o investimento inicial, bem como os bens e propriedades do adquirente. O controle e conhecimento do corpo do trabalhador escravo pode permitir maior domínio da força de trabalho a ser explorada. Não obstante, sem o devido conhecimento não se pode tratá-lo quando doente, para tanto há que se observar:

[...] seja o pé redondo, a barriga da perna grossa, e o tornozelo fino, o que a torna firme; que a pelle seja lisa, não oleosa, de huma bella cor preta, isenta de manchas, de cicatrizes, e de odor demasiado forte; que as partes genitais sejam convenientemente desenvolvidas, isto he, que nem pequem por excesso, nem por cainheza, que o baixo ventre não seja saliente, nem o embigo mui volumoso, circunstancias em que se originão sempre as hernias; que o peito seja comprido, profundo, sonoro, as espaduas desempenadas, sem todavia estarem mui desviadas do tronco, signal de não estarem os pulmões bem collocados; que o pescoço esteja em justa proporção com a altura do individuo, e que não offereça aqui e alli, mormente sob a queixada tumores glandulosos, sinal evidente de afecção escrofulosa, que conduz cedo ou tarde a uma tísica [...] reunidas todas estas condições, ter-se-ha hum escravo, que apresentará a seu Senhor, todas as garantias desejaveis de saude, força e intelligência (IMBERT, 1839: 3) .

A minuciosa atenção com o corpo do escravo se deve ao fato de ser ele mais susceptível de contrair doenças: “o negro, destinado a viver entre os Tropicos e a supportar todos os dias os ardentes fogos destes climas, vê o seu corpo submettido a toda sua influencia, e he por isso mais exposto ás enfermidades que são endemicas, ou proprias destas regiões”. O corpo tem uma grande importância no tratamento das moléstias e acreditando nisso ele se detém em distintos aspectos na sua observação. Entretanto, há outra diferença importante presente em seu discurso:

A organização do negro differe da do branco, não só pela côr, como tambem por huma limitação em sua organização cerebral, que lhe não permite levar ao mesmo gráo a extensão das suas faculdades intellectuaes; (fallamos aqui em these geral, porque não ignoramos que esta Lei excepções) (IMBERT, 1839: XVIV).

A citação acima apresenta outra forma de distinção que hierarquizava brancos e negros, apontando para a inferioridade destes em relação aqueles. Neste contexto histórico tal hierarquização se mostrava presente nas diferentes formas de controle e manutenção de poder na sociedade escravista, tendo destaque a violência, que gerava muitos óbitos. O alto índice de mortalidade entre a população escrava passa a ser observada com maior rigor a partir do discurso em relação ao fim do Tráfico Transatlântico.

Nesses termos, o fator econômico se sobrepõe na fala de proprietários rurais como na do Barão de Paty de Alferes no ano de 1847, discurso a ser observado:

(...) vê-se a necessidade de continuar com esse cancro roedor, cujo preço atual não está em harmonia com a renda que dele se pode tirar; ainda de mais acresce a imensa mortandade a que estão sujeitos e que devora fortunas colossais, e traz a infalível ruína de honrados e laboriosos lavradores, que tendo uma fortuna feita se vêem carregados de dívidas, e seus bens não chegando para satisfazer a quem os vendeu, muitas vezes sabendo que vão carregados de enfermidades incuráveis (WERNECK, 1985: 63).

As enfermidades poderiam ser piores se resultassem delas muitos mortos, o que ocorria com frequência, daí demandando a necessidade de tratamentos e iniciais afastamentos do trabalho. Imbert em seu manual cita Hipócrates, o pai da arte de curar que tratava a maior parte dos seus enfermos com dieta, e tisana de cevada, instrução que ele mesmo indica como um dos tratamentos, mas que não teria grande valor sem a devida noção dos sintomas e do corpo escravo (IMBERT, 1839: 15-16). Sendo o conhecimento do corpo escravo imperativo para um bem sucedido tratamento, importante também era entender o indivíduo doente:

hum doente, he durante sua enfermidade, hum ente apartado da sociedade de que elle he membro, e esta rigorosamente deve, directa ou indirectamente, interessar-se por elle, e prestar-lhe cuidados tão assíduos, como illustrados: faltar pois a hum dever tão sagrado he, a nosso ver, hum crime de lesa humanidade, e todo o individuo, que soportasse frio, silencioso, e insensivel diante de hum ente, que padece, ainda sendo seu mais cruel inimigo, mereceria ser taxado certamente de ter abjurado o mais nobre dos sentimentos, com que a natureza nos tem dotado, o amor do próximo [...] (IMBERT, 1839: 4).

A definição do médico sobre o doente apresenta uma problemática. Entretecendo questões religiosas e sociais, destaca a importância de cuidar bem de um enfermo por ser sua condição incerta e delicada. Tendo em vista que os escravos eram facilmente substituídos até pelo menos meados do século XIX, os que adoeciam não eram vistos como um problema neste período. A questão apresentada, provavelmente tenta precaver a falta de mão-de-obra que estaria por vir caso o fim do tráfico ocorresse. Para tanto, utiliza os valores cristãos como argumento na recuperação de escravos doentes: era “um dever sagrado e um crime de lesa humanidade” não tratá-los.

Nota-se aqui menção ao doente, desvinculando o indivíduo ao fato de ser escravo. Esta condição o colocava em situação atípica, necessitando de plenos cuidados para a recuperação. Sendo o amor ao próximo um dos mandamentos da Santa Igreja, aquele que mais próximo estava do escravo e em condições de prestar atendimento era o senhor. Desta forma, deveria ele prestar os cuidados necessários, em caso contrário, economicamente teria prejuízo, como já chamava atenção o Barão de Paty de Alferes.

Pequenos e micro proprietários poderiam ter prejuízo ainda maior ao perder um cativo, em alguns casos, seu único bem ³³⁰.

Atenuando um discurso econômico, a religião é utilizada por Imbert para reiterar o apelo à possibilidade da perda do patrimônio. Os gastos com um escravo iam além do valor pago no ato da compra. Alimentação, vestimenta e moradia, eram responsabilidades do proprietário. No caso de uma moléstia, para além da questão da diminuição da mão de obra cotidiana, as despesas aumentariam com medicamentos específicos, alimentação adequada e profissionais para atender às necessidades do paciente. É fato já discutido pela historiografia que muitos proprietários garantiam apenas o mínimo em alimentação para seus cativos. Poucos iam além das três refeições diárias e cachaça nos dias frios. Para estes casos ele faz a seguinte observação:

A primeira necessidade para utilidade de hum doente attenuado de uma affecção aguda, he a dieta a mais rigorosa, e absoluta, os prejuizos, como temos dito, não o querem assim, mas os preceitos, e a experiencia prescrevem o mais imperioso dever a este respeito (IMBERT, 1839: 11).

Os discursos de poder em torno do domínio da cura do corpo doente ou dos males físicos são marcados por disputas complexas. Grande parte da população no oitocentos compartilhava a ideia de que muitas doenças do corpo eram também doenças da alma, uma forte presença do discurso religioso e de algumas tradições africanas. O poder é por nós percebido “como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali, nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem. O poder funciona e se exerce em rede” (FOUCAULT, 1979: 183). Nesse sentido, o discurso de Jean-Baptiste Alban Imbert buscava sustar práticas de cura e de controle de corpos, tendo entrado em conflito com outras práticas. Ele e seu manual materializaram estratégias desse discurso médico que se quer mais atuante e presente na sociedade escravista brasileira do Oitocentos.

Entretanto, a ação de sangradores, parteiras, feiticeiros, boticários e curadores não pode ser explicada somente pelo pequeno número de médicos formados nas academias ou pelos altos custos das consultas. A cultura da população, incluindo-se aí também alguns das classes abastadas priorizava o atendimento destes aos outros. Em Campinas na década de 1860, Camilo Bueno um dos mais ricos fazendeiros da região, ao ficar muito doente, mandou chamar à sua casa mestre Títo, um conhecido curandeiro local, mesmo havendo na cidade dois médicos famosos como os Drs. Daunt e Langaard (XAVIER, 2003: 342-

³³⁰ Sobre os diferentes tipos de proprietários existentes no século XIX no Vale do Paraíba Fluminense, consultar Ricardo Salles. E o Vale era o Escravo: Vassouras, século XIX – Senhores e escravos no coração do império. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

343). A menção acima nos proporciona pensar as preferências assistenciais no momento da doença pelos diferentes atores sociais da sociedade em questão.

Considerações Finais:

A análise dos documentos aqui apresentados permite-nos observar que o corpo no século XIX para a medicina representava uma das possibilidades de se verificar a propriedade escrava a ser adquirida. Determinados indícios corporais indicavam a probabilidade de desenvolvimento de doenças. Fator preocupante, tendo em vista a possível diminuição da oferta da mão-de-obra devido a pressão inglesa para o fim do Tráfico Transatlântico, fato concretizado em 1850 por meio da Lei Euzébio de Queiroz. O corpo nesse sentido tomava grande importância. Nele também estavam registradas as marcas da violência, utilizada em alguns casos para a manutenção da ordem e demonstração de poder senhorial, mesmo em casos extremos de negociação.

Se a literatura do século XIX assim como os jornais e seus anúncios a procura de escravos fugitivos utilizavam o corpo e suas particularidades, para a medicina científica, o mesmo era um poderoso instrumento a ser utilizado por senhores no momento da compra de escravos, pois que forneciam indícios de trabalhadores fortes e com vida útil longa. Garantia de plantio, colheita e bons lucros. Para Jean-Baptiste Alban Imbert, médico francês, esse era um fator primordial a ser observado, fazendo, pois análise sistemática do corpo do trabalhador escravo registrando-a em seu manual para atender as dificuldades dos fazendeiros que estavam distantes dos socorros inteligentes da Medicina.

Fontes:

IMBERT J. B. A. *Manual do Fazendeiro*. Ou tratado doméstico sobre as enfermidades dos negros. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1839.

Processo de João Vicente Torres Homem, 1873. Gal. A, n. 1095, caixa 1029.

Bibliografia:

FERREIRA, Luiz Otávio. *Ciência Médica e Medicina Popular nas páginas dos Periódicos Científicos (1830-1840)*. In: Chalhoub, Sidney et al. (org). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

REIS, João José e SILVA, Eduardo. **Negociação e Conflito: a Resistência negra no Brasil Escravista**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. 152 p.

REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. In; Jacques Revel (org.). **Jogos de escalas: a experiência da microanálise**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

RODRIGUES, Cláudia. **Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, Divisão de Editoração, 1997. p. 115-172.

SALLES, Ricardo. **E o Vale era o Escravo: Vassouras, século XIX – Senhores e escravos no coração do império**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. 336 p.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. **Nas Trincheiras da Cura: as diferentes medicinas no Rio de Janeiro imperial**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

_____. **Juca Rosa: um pai-de-santo na Corte imperial**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2009.

VELHO, Gilberto. **Projeto e Metamorfose: antropologia das sociedades complexas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999.

VIANA, Iamara da Silva. Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): hierarquias raciais, sociais e simbolismos. Dissertação de Mestrado, Rio de Janeiro: Centro de Educação e Humanidades, Universidade do Estado do Rio de Janeiro / UERJ.

XAVIER, Regina. *Dos males e suas curas: práticas médicas na Campinas oitocentista*. In: Chalhoub, Sidney et al. (org). **Artes e Ofícios de Curar no Brasil: capítulos de história social**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

Eugenia Tupiniquim: traços de pensamentos raciais Brasil

Izaak Erder Silva Soares
Mestrando em História pela UFOP
izaacerder@ig.com.br

Resumo: O racismo é uma das maiores questões que envolvem as sociedades humanas atuais. Se observarmos na História, podemos perceber que desde a antiguidade, as sociedades humanas estabelecem noções de superioridade étnica e cultural. Notadamente aqueles que não fazem parte da “sociedade superior” são sempre vistos como “inferiores, incapazes e incultos”. Esse estudo procura compreender como o discurso internacional eugenista, que ganhou notoriedade no final do século XIX e primeira metade do século XX, foi lido no Estado brasileiro. Dessa forma, pretendemos compreender quais discursos foram gestados em respostas a radicalização cada vez maior promovida pelas ciências das raças, numa nação que é visivelmente mestiça, e sob a perspectiva eugênica radicalizada, uma população condenada pela “degeneração”.

Palavras-chave: Eugenia, Racismo, Brasil.

Abstract: Racism is one of the most spoken topics that surrounds the actual human society. Checking in history, it can be analyzed that since antiquity, the human society establishes principles of ethnical superiority and cultural. In focus those whom do not belong to this “superior society” are associated as “inferior people, not intelligent and related to everything they say badly”. The following study proposes to understand the eugenics international argument, which gained a notorious respect by the end of XIX century and in the first half of the XX century, was read in Brazil. This way, it is intend to comprehend what arguments were managed corresponding to the growing radicalization promoted by the science of races, in a mixed race nation which is clearly visible, under a radicalized eugenics perspective, a condemned population by the “degeneration”.

Keywords: Eugenics, Racism, Brazil.

INTRODUÇÃO

No decorrer da História humana podemos identificar diversos discursos legitimadores das diferenças entre os homens: “cidadãos e bárbaros”, “patricios e plebeus”, “senhores e escravos”, “nobres e servos” entre tantos outros, uma infinidade de oposições que, em seus determinados contextos históricos legitimaram a supremacia, o domínio e o controle de um determinado grupo humano sobre outro outros. Contudo, depois da segunda metade do século XIX esses discursos ganham um novo legitimador, científico e racional: a eugenia.

A eugenia se desenvolve intimamente relacionada com o pensamento racial e a ideia de que existem diferentes “raças humanas”, e que essas podem ser classificadas em “superiores” e “inferiores”. Mesmo que seja quase impossível remontar as origens acerca de discursos raciais (SCHWARCZ, 1993), podemos afirmar que vários intelectuais³³¹, desde o século XVIII e durante a todo o século XIX, defendiam estudos raciais numa perspectiva científica e racional, e que esses estudos, de uma forma ou outra acabaram por influenciar a constituição do pensamento eugênico que surgiu nas primeiras décadas do século XX.

O discurso eugênico fez uso de alguns de pressupostos desenvolvidos em trabalhos de importantes cientistas do século XIX, dentre esses podemos destacar três, que de uma forma ou outra, eram evocados no discurso do pensamento eugênico. O primeiro é o francês Jean Baptiste Lamarck (1744-1829), que desenvolveu em seus trabalhos o conceito de evolução e defendeu que uma das características fundamentais dos seres vivos seria a capacidade de evoluir para organismos cada vez mais “complexos e perfeitos”. O que, seguindo essa linha de raciocínio, permitiu ao discurso eugênico defender a existência de seres humanos “superiores”, por serem mais evoluídos e de seres humanos “inferiores”, por serem menos evoluídos.

O segundo, e talvez mais importante, foi o britânico Charles Darwin (1809-1882) com sua obra *A origem das espécies* (DARWIN, 2004), da qual o discurso eugênico tirou ideias sobre a evolução e a luta pela sobrevivência das espécies, como também, derivou um pressuposto deformado da teoria darwinista: o princípio da sobrevivência do “mais forte”³³².

Outro importante cientista foi o monge austríaco Gregor Mendel (1822-1884), considerado o pai da genética e talvez o primeiro a identificar os mecanismos com que os seres vivos transmitem

³³¹ Para citar apenas alguns: Conde de Buffon (1707-1788), Robert Knox (1791-1862), Samuel George Morton (1799-1829), entre outros.

³³² Darwin defende em sua obra (DARWIN, 2004), a sobrevivência do “mais adaptado” e não do “mais forte” como supõe alguns pensadores eugenistas.

características aos seus descendentes. O trabalho de Mendel ajudou a consolidar os pressupostos eugênicos, mesmo que parte dos eugenistas tenham grosseiramente utilizado seus estudos como pressuposto para as ideias de degeneração racial. Para além desses três importantes nomes somam-se vários outros.

Contudo, além dos contornos ideológicos e das discussões teóricas acerca do discurso eugenista³³³, devemos dar atenção aos fins práticos dos programas eugenistas e do desejo de seus defensores de propagá-los em várias porções do globo como uma ciência prática. Herbert Spencer (1820-1902) foi precursor em aplicar teorias evolutivas de Lamarck e Darwin às sociedades humanas, o que posteriormente ficaria conhecido como Darwinismo social e ou racismo científico. Para Spencer as sociedades, assim como os animais, estavam em constante luta e disputa pela sobrevivência, que resultaria na “sobrevivência do mais forte”. Segundo ele, as sociedades podiam ser entendidas em diferentes etapas evolutivas, sociedades como os nativos americanos e as tribos africanas eram entendidas como extremamente atrasadas – verdadeiros fosséis vivos – entendidos como se vivessem num estágio evolutivo muito antigo e “inferior” ao das sociedades ditas civilizadas, notadamente as sociedades européias.

A Eugenia ou “bem nascido”, foi uma ideia cunhada pelo primo de Darwin, Francis Galton (GALTON, 1973), uma doutrina que priorizava estudos científicos acerca dos agentes que poderiam “melhorar ou empobrecer uma determinada raça”. O objetivo de Galton com a Eugenia era realizar uma “Seleção artificial”, priorizando o melhoramento da raça humana. Para tal, ele propunha medidas como evitar “cruzamentos indesejáveis” para garantir futuras gerações “mais adaptadas e fortes, fisicamente e mentalmente”, ou seja, a ideia de criar uma raça humana pretensamente “superior”.

A eugenia se desenvolveu como um ramo das ciências biológicas que ganharam grande notoriedade durante toda a segunda metade do século XIX, juntamente com as “ciências da raça” ganharam novos estudiosos e adeptos, e notadamente maior relevância e aceitação social nas primeiras décadas do século XX. Suas teorias defendiam a relação estreita e a influência de aspectos biológicos sobre aspectos sociais. Ou seja, no entendimento da maioria desses cientistas, a origem das degenerações humanas, das sociedades e mesmo da civilidade se encontravam nas “raças inferiores”, logo a identificação, classificação e segregação dessas “raças” se fazia necessário, e não demorariam surgir às primeiras propostas de exclusão que, seguindo uma lógica científica e racional, teriam conclusões nefastas³³⁴.

³³³ O que definitivamente está longe de ser esgotado, e demanda necessariamente estudos de maior profundidade. A Eugenia não foi definitivamente um discurso apenas científico e ou racional, visto que seus desdobramentos práticos estão diretamente vinculados a um discurso pré-existente que coloca a civilização européia como “superior” e serve como discurso que legitima a dominação das nações européias sobre outros povos.

³³⁴ Em última instância seria um dos justificadores racionais e científicos da “solução final” nazista, que levou a cabo o extermínio de pelo menos seis milhões de judeus.

Todo um aparato de estudos desenvolvidos Knox e Morton, podemos destacar a antropometria, a craniometria, que foram utilizadas para se estabelecer métodos de análise e classificação racial e para estabelecer quais “raças” eram “inferiores ou superiores”. Se os cientistas de raça podiam classificar quais “raças” eram “nocivas biologicamente e socialmente”, logo surgiu à possibilidade de intervenção para se impedir a continuidade dessas “raças inferiores e nocivas”, vista como legítima, dado o caráter científico da eugenia. A eugenia radicalizada defendeu procedimentos extremos para impedir a continuação dessa “hereditariedade degenerada”. As primeiras medidas foram os programas de segregação, esterilização compulsória e leis que restringiam a imigração das chamadas “raças inferiores”.

De forma geral, os fins práticos da eugenia eram impedir que “raças inferiores” continuassem sua estirpe, logo, de uma forma ou outra, pregavam o extermínio de populações inteiras e, conseqüentemente o extermínio de outros referenciais de cultura humana, antes considerados “incivilizados, inferiores e pagãos” e agora identificados pela classificação eugenista radicalizada como “raças inferiores” cuja “civilidade e sociabilidade” eram impossíveis, e cuja convivência ameaçava seriamente a “vida saudável” das ditas “raças superiores”.

O discurso e a prática da eugenia foram propagados por várias partes do mundo, sobretudo nas nações ditas civilizadas e que tinham, em grande parte, populações da pretensa “raça superior”. Os estados que mais avançaram em políticas eugênicas radicais foram os EUA, Alemanha, Suécia, entre alguns outros³³⁵.

Como demonstra os estudos de Lilia M. Schawarcz (SCHWARCZ, 1993), as discussões científicas acerca da composição racial brasileira remontam a segunda metade do século XIX, e já produziam uma acirrada discussão sobre as “raças” e os supostos “problemas” advindos da “miscigenação” do povo brasileiro. Já nas décadas de 1910 e 1920, podemos observar a chegada do discurso eugenista entre alguns cientistas e intelectuais brasileiros. Como verifica Vanderlei Sebastião de Souza (SOUZA, 2005), podemos observar que os discursos eugênicos estavam intimamente ligados a preocupações acerca da saúde pública, do saneamento, de práticas de higiene social e discussões raciais³³⁶.

O que esse estudo busca compreender é como os intelectuais brasileiros viram e dialogaram com o discurso eugenista durante as primeiras décadas do século XX? Como esse pensamento científico, legitimado e encorajado por várias nações ditas “civilizadas” foi assimilado pelos intelectuais brasileiros e, sobretudo quais foram os discursos que derivaram desse contato? Busca-se identificar as respostas dadas pelos intelectuais brasileiros frente ao discurso cada vez mais radicalizado da eugenia e do “racismo científico” que em sua lógica entendiam o Brasil como uma nação mestiça e “degenerada”.

³³⁵ <http://historianovest.blogspot.com.br/2009/03/eugenia-biologia-como-farsa.html>

³³⁶ Vale dizer que apesar de toda proximidade, o pensamento eugenico não influenciou as práticas públicas do movimento sanitário brasileiro.

EUGENIA NO BRASIL: LOCAIS E CONTEXTOS

A intelectualidade brasileira não ficaria ileso a difusão e influência exercida pelos institutos eugênicos estadunidenses, alemães e de outros países. Contudo, a eugenia tupiniquim³³⁷ não se converteria em práticas radicalizadas aos moldes anglo-saxões. Na verdade se adequaria as peculiaridades e “contradições” do povo brasileiro, miscigenado, diverso e multicultural.

Assim como os demais movimentos eugenistas no mundo, no Brasil a eugenia se desenvolveu paralelamente ao movimento sanitarista (e ou higienista³³⁸), ambos os movimentos foram financiados e influenciados, em grande medida, pela estadunidense fundação Rockefeller. A primeira aspiração do movimento eugênico brasileiro foi à idéia de “regenerar a raça nacional”, em outras palavras, a possibilidade de melhorar a “raça brasileira, maculada por séculos de mestiçagem” (KOBAYASHI; FARIA; COSTA, 2009).

O contexto brasileiro nas primeiras décadas do século XX pode ser entendido, mesmo que de forma muito geral, através das palavras do médico brasileiro Miguel Pereira num discurso em outubro de 1916, na faculdade de medicina do Rio de Janeiro ele afirmou que “*O Brasil é ainda um imenso hospital*” (SÁ, 2009: 333-348). A constatação de que a maior parte da população brasileira, sobretudo a população do interior, vivia em condições precárias de higiene, sofria das mais variadas doenças (como varíola, malária, sífilis entre tantas outras) e não tinham qualquer recurso ou acesso a cuidados médicos, enfim a constatação de que a população brasileira era flagelada e precisava urgentemente de cuidados médicos, ou parafraseando Miguel Pereira, precisava de hospitais.

A eugenia veio na esteira do movimento sanitarista internacional, seus principais pressupostos se colocavam na “ordem do dia”, as discussões sobre saúde das populações. A eugenia propunha uma forma específica de se entender as populações, ou as “raças” humanas. Os Estados Unidos foi o principal difusor do movimento sanitarista na América Latina desde 1902, com apoio da fundação Rockefeller (DUARTE, 1985: 483-484), uma das principais propagadoras da eugenia no Brasil e no mundo.

Os principais objetivos do movimento sanitarista brasileiro eram em primeira instância tratar as várias doenças que afligiam a população e implementar hábitos higiênicos, ou seja, gerar uma mudança nos hábitos e modos de vida da população, objetivando uma população mais saudável. No entanto alguns intelectuais do pensamento eugênico, amparado por uma perspectiva “racial” trazia ao palco de discussão a ideia de que a população brasileira era “degenerada” porque era mestiça, ou “quase híbrida”

³³⁷ Referência ao 3º Cap. da obra de Pietra Diwan (DIWAN, 2007).

³³⁸ Não se pretende realizar aqui uma discussão sobre as diferenças acerca dos termos “movimento higienista” e “movimento sanitarista”.

segundo alguns estudiosos³³⁹. Nesse sentido podemos observar a distância entre os dois movimentos, que efetivamente nunca se relacionaram diretamente.

A eugenia no Brasil, para além dessa ligeira proximidade com o movimento sanitalista, deve ser entendida como parte de um projeto de busca de identidade e reconstrução do Brasil e do povo brasileiro, mais especificamente nas primeiras medidas nacionalistas e modernizadoras da primeira República e depois com maior fôlego durante o governo de Getúlio Vargas a partir de 1930.

Um dos primeiros institutos eugenistas brasileiros foi a Sociedade eugênica de São Paulo, criada em 1918. A sociedade primeiro se dedicou a exames pré-nupciais visando o controle de doenças venéreas. Destacou-se um membro, que inclusive foi um dos fundadores e organizadores dessa sociedade, o médico Renato Ferraz Kehl (1889-1974)³⁴⁰. Kehl foi um dos principais defensores de práticas eugênicas mais radicais no Brasil, formado em farmácia e em medicina, foi diretor da empresa farmacêutica alemã *Bayer do Brasil* entre os anos de 1927 e 1944. Kehl ainda se correspondia com a comissão da sociedade alemã de higiene racial, uma das vias por onde se mantinha atualizado em relação aos avanços da ciência racial. Esteve ligado aos principais institutos e sociedades eugênicas no Brasil, publicou várias obras acerca do tema e defendia abertamente práticas radicais implementadas na Alemanha e nos EUA, tais como a esterilização compulsória de populações de “raças inferiores” (SOUZA, 2005).

A sociedade eugênica de São Paulo, fundada conjuntamente por cientistas e membros da associação cristã dos moços de São Paulo, chegou a ter mais de 140 membros, seu primeiro presidente foi Arnaldo Vieira de Carvalho³⁴¹ (1867-1920), contudo essa sociedade teria vida curta e encerrou suas atividades em 1919.

Outra instituição que esteve intimamente ligada a eugenia foi Liga Brasileira de Higiene mental (LBHM), fundada em 1923 pelo Psiquiatra Gustavo Kohler Riedel (1887-1934), e esteve até o final da década de 1920 diretamente ligada ao movimento sanitalista, tendo como principal meta “a melhoria na assistência aos doentes mentais, através da modernização do atendimento psiquiátrico” (MOTA; SEIXAS; ZILBREMANN, 2009). Depois de 1926, sob grande influência do pensamento eugênico anglo-saxão, a LBHM passou a considerar que “problemas mentais” eram determinados pela matriz “racial” do indivíduo, e transmitidos hereditariamente, e nesse sentido, influíam na formação social da população. Um dos integrantes da LBHM foi Renato Kehl, que depois do fim da Sociedade eugênica de São Paulo acabou indo para o Rio de Janeiro e entrando no quadro da Liga.

Há ainda outros espaços em que o pensamento e o discurso eugenista estiveram presentes: nas faculdades de medicina, sobretudo depois da reforma Sanitária de 1920-1923, e depois com a política

³³⁹ Ideia defendida pelo médico brasileiro Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), de que a mistura entre as "raças" era fator de degeneração e hibridação da população brasileira. Ver: (NEVES; STEFANO, 2007).

³⁴⁰ <http://www.historiaecultura.pro.br/cienciaepreconceito/instrumentos/instrumentosbiografias.htm>

³⁴¹ <http://www.academiamedicinaopaulo.org.br/biografias/25/BIOGRAFIA-ARNALDO-AUGUSTO-VIEIRA-DE-CARVALHO.pdf>

oficial de saúde de Carlos Chagas no período entre 1919-1926, e a reforma no ensino médico de 1925, com o início do curso de higiene e saúde pública (DUARTE, 1985). Outro espaço importante, onde o pensamento eugênico constantemente debatido foi o Museu Nacional do Rio de Janeiro, onde importantes estudiosos se propuseram a discutir os fundamentos e as práticas eugenistas como meio possível, para sanar alguns problemas da sociedade brasileira. No entanto, o principal evento onde se deu um debate significativo acerca dos fundamentos e das teorias eugenistas no Brasil, foi o I Congresso Brasileiro de Eugenia, realizado nos meses de junho e julho de 1929, na Faculdade Nacional de Medicina e no Instituto dos Advogados do Brasil, no Rio de Janeiro. O congresso Foi presidido pelo então diretor do Museu Nacional, Edgar Roquette-Pinto³⁴² (1884-1954), e teve como secretário o médico Renato Kehl (GONÇALVES, 2010).

O 1º Congresso Brasileiro de Eugenia foi um evento que discutiu várias questões relacionadas ao pensamento e as práticas eugenistas, além disso, se colocou em debate as principais percepções eugenistas que se firmavam entre os cientistas brasileiros: de um lado uma perspectiva “neolamarckiana” derivada das teorias de Jean Baptiste Lamarck, e de outro uma perspectiva “medeliana”, derivada das teorias do monge Gregor Mendel. De forma geral, procurou-se uma definição do caráter da mestiçagem nacional, se era “positiva ou negativa”. Ainda se discutiu a questão da suposta “necessidade” de políticas de branqueamento da população brasileira, proposto por alguns como uma forma prática de “regenerar” essa população considerada “degenerada”.

MESTIÇAGEM: ENTRE A DEGENERAÇÃO E ESPECIFICIDADE

A historiadora estadunidense Nancy Stepan, que estuda a propagação da eugenia na América latina (STEPAN, 2005), sobretudo na Argentina, Brasil e México, defende a existência de duas modalidades de eugenia na América latina, uma espécie de “eugenia positiva” e uma “eugenia negativa”³⁴³ (ou anglo-saxônica). Notadamente esse foi o foco das discussões dos intelectuais brasileiros acerca dos pressupostos eugenistas, de um lado “mendelista” e de outro “neolamarckista”, tendo como principal palco de disputa, para além de aplicações práticas na saúde pública no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia.

Nas primeiras décadas do século XX, os intelectuais, sobretudo os médicos, se engajaram como orientadores de práticas públicas de saúde, o movimento sanitário é um dos principais exemplos desse momento, onde a ciência se propunha como norteadora da vontade de sanar as mazelas da população

³⁴² <http://www.infoescola.com/biografias/roquete-pinto/>

³⁴³ Não se encontrou quem fez primeiramente referência aos termos “eugenia positiva” e “eugenia negativa”, contudo os termos são recorrentes nos trabalhos de Nancy Stepan e Pietra Diwan já citados.

brasileira. Mesmo que, essas orientações intelectuais foram vistas com ressalvas e às vezes ignoradas pelos políticos de então (DIWAN, 2007).

Para além da conflituosa relação entre as políticas de saúde públicas e intelectuais, encontramos também, conflitos dentre os próprios intelectuais brasileiros envolvidos nas discussões sobre a eugenia. As questões mais recorrentes eram: a natureza do problema da população brasileira e quais os motivadores do fato de que grande parte da população nacional sofria com epidemias das mais variadas. As respostas para essa pergunta encontravam diferenças substanciais dependendo do grupo que as formulasse.

Para Renato Kehl, e os eugenistas de matriz “neolamarckista”, a resposta para essas questões giravam em torno do problema da miscigenação da população, tida, nessa perspectiva, como a “principal” fonte do problema da “degeneração da população” do Brasil. Os “neolamarckista” entendiam que o meio poderia influir na herança genética das populações, ou seja, que doenças venéreas como a tuberculose, o alcoolismo, o tabagismo, infecções e outras mazelas eram “venenos raciais” que potencialmente poderiam ser herdados biologicamente ou, de alguma maneira, ser transmitidos geneticamente dos pais para os filhos (SOUZA, 2005).

Para os intelectuais que defendiam essa eugenia “neolamarckista” ou “negativa”, o cruzamento entre “as raças”, ou a miscigenação eram encarados negativamente, para eles e, sobretudo para Renato Kehl, existiam pressupostos necessários para que a “raça nacional” se efetivasse numa “elite de eugenicos”³⁴⁴. Nesse sentido, vários problemas biológicos e morais eram imputados a determinadas “raças específicas”. Para Renato Kehl e grande parte da intelectualidade “neolamarckista”, a “elite de eugenicos” e a solução dos problemas nacionais só poderiam ser alcançadas através de políticas públicas de saúde que empregassem medidas radicais, tais como a esterilização, o controle rigoroso da entrada de imigrantes, exames pré-nupciais obrigatórios, proibição de casamentos inter-raciais entre outras.

O pensamento eugenista “neolamarckista” herda um discurso que o precede, visto que desde fins do século XIX, e mesmo antes, se desenvolveu um discurso onde o fator de miscigenação é visto de forma negativa e associado aos problemas de saúde que assolavam as populações. Sejam nas observações feitas pelo zoólogo e geólogo suíço Louis Agassiz (1807-1873), pelo diplomata francês Arthur de Gobineau (1816-1882), ou por alguns médicos brasileiros, como Nina Rodrigues (1862-1906). A miscigenação era tida como o problema primeiro da “degeneração”, e conseqüentemente das mazelas na saúde pública e na própria moral da “raça brasileira” (SCHWARCZ, 1993), se vinculava as “populações mestiças” problemas morais e sociais, tais como a predileção a criminalidade, a delinqüência, a prostituição e vícios de toda sorte.

³⁴⁴ Parafraseando o etnógrafo, historiador Oliveira Vianna.

A eugenia para Kehl seguia essa tradição negativa de pensamento sobre as populações brasileiras, esse médico propunha medidas extremamente radicais como a “seleção qualitativa dos imigrantes”, que significava se opor a imigração das ditas “raças inferiores”, e o encorajamento de imigração de “raças superiores”, para assim promover o que Kehl chamou de “branqueamento” da população (MACIEL, 1999).

Outro importante intelectual, que podemos “classificar” também como “neolamarckista” é Fernando de Azevedo Amaral (1894-1974)³⁴⁵, que assim como Renato Kehl participa da Sociedade Eugênica de São Paulo em 1919, e foi um dos principais defensores de uma eugenia radicalizada no Brasil, tendo no primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia de 1929, defendido uma “desigualdade fundamental e hereditária entre os homens”, as perspectivas de Amaral podem ser melhor explicitadas numa de suas falas durante o congresso:

Apoiando-nos nessa convicção da desigualdade fundamental e hereditariamente perpetuada nos homens, temos a encarar o problema eugênico da imigração à luz dos seus corollários lógicos (...) somos forçados a repelir a política immigratoria que aconselha a abertura das fronteiras ao joio e ao trigo das fluctuações demographicas internacionais (...). A nossa preocupação tem de ser a de formação de uma raça superior, não é apenas aquella que goza de saúde physica e de robustez muscular mas a que possui os attributos intellectuaes necessários à assimilação e ao desenvolvimento da cultura, de que dependem o progresso material da civilização, a estabilidade moral da sociedade e a segurança política do Estado (MACIEL, 1999: 136-137).

Seguindo essa perspectiva, onde moral e genética se confundem, Amaral apresentou para votação no congresso de eugenia de 1929, suas “conclusões” (GONÇALVES, 2010). Uma delas, a de número 10 foi o motivo pelo qual se deu uma discussão entre Azevedo Amaral, que propunha a proibição da imigração daqueles que ele considerava “raças inferiores”, e Edgar Roquette-Pinto que argumentou contrariamente a conclusão proposta por Amaral:

Approvar a decima conclusão da these do Dr. Azevedo Amaral é negar todas as conquistas laboriosamente feitas pelos brasileiros no desbravamento e na occupação de sua terra. O Brasil não é uma vã e sentimental expressão verbal. É uma realidade. É um facto. E basta isso para que não dê o seu voto á 10ª conclusão da these (MACIEL, 1999: 137).

Roquette-Pinto se opunha a perspectiva de Amaral, e da maioria dos “neolamarckista” de forma veemente, fazia parte de um grupo de intelectuais que estavam sintonizados com as redescobertas das teorias mendelianas sobre hereditariedade genética³⁴⁶. Esse grupo de intelectuais defendia uma perspectiva quase contraria aos “neolamarckista”, pois entendiam que problemas morais, doenças venéreas e outros tipos de epidemias não eram transmitidas hereditariamente. Outro ponto importante defendido pelos “mendelistas”, e que de certa forma sempre foi uma distorção da teoria de Charles

³⁴⁵ <http://www.usp.br/niephe/publicacoes/docs/TRAJETOR.PDF>

³⁴⁶ http://pt.wikipedia.org/wiki/Gregor_Mendel

Darwin, é a ideia de que existem “raças superiores e inferiores”, de uma suposta luta onde o mais “forte” prevaleceria, a palavra utilizada no trabalho de Darwin é definitivamente o mais *adaptado* e não o mais “forte”.

Edgard Roquette-Pinto nasceu no Rio de Janeiro, em 1884, foi assistente de antropologia do Museu Nacional em 1907 e 1908, participou do projeto Rondon em 1912 e foi pioneiro na radiodifusão brasileira, em 1926 assume a direção do Museu nacional. Roquette-Pinto era entusiasta de novas tecnologias, fez uso de câmeras fotográficas e aparelhagem de som para registro etnográfico, em 1937 é o fundador e diretor do Instituto do Cinema Educativo. Foi um homem polivalente: médico, Professor, antropólogo, cineasta, etnógrafo, político, escritor entre tantas outras facetas³⁴⁷.

Esse intelectual defendia que o futuro da “raça brasileira” seria constituído através da mestiçagem, defendia que as mazelas nacionais não eram “naturais” ou de ordem biológica, ou seja, ele defendia que a “degeneração” do mestiço não estava determinada conforme sua constituição “racial”, mas sim nas péssimas condições morais, sociais e sanitárias em que esse enorme contingente populacional se encontrava. Para Roquette-Pinto a solução para esses problemas não estavam no “branqueamento” nem numa “purificação racial”, mas sim em políticas sociais, numa educação de qualidade, na boa alimentação e em políticas de saúde pública que atendessem a população flagelada.

Em linhas gerais Roquette-Pinto concordava com os preceitos de “raças humanas”, assim como a grande maioria dos cientistas daquele momento, no entanto atacou as ideias de que a “raça mestiça brasileira” era “degenerada e inferior”, ou que era preciso substituir essas “raças” por membros de uma dita “raça superior”. Roquette-Pinto defendia que a “raça mestiça brasileira” não era inferior, nem tampouco degenerada, muito pelo contrário, ele via na miscigenação uma das especificidades mais positivas na população brasileira (ROQUETTE-PINTO, 1925).

Outro intelectual importante que concordava com as perspectivas de Roquette-Pinto, foi Álvaro Fróes da Fonseca (1890-1988)³⁴⁸ que assim como outros “mendelistas” defendiam um posicionamento próximo a alguns sanitaristas: de que a saúde da população brasileira dependia na verdade boas condições de higiene, alimentares e ambientais. Fonseca também defendia a miscigenação nacional como fator positivo na constituição do povo brasileiro, e segundo ele a posição de alguns radicais era vista de forma até fantasiosa:

(...) a mestiçagem não nos cria nenhuma condição de inferioridade e não nos oferece nenhum problema insolúvel. Em meios científicos não se tomam a sério as fantasias dos pregoeiros do sangue ariano e a pretensa inferioridade das raças negra e vermelha (GONÇALVES, 2010: 7).

³⁴⁷ <http://www.infoescola.com/biografias/roquete-pinto/>

³⁴⁸ <http://www.anatomia.uerj.br/images/PDFs/Breve%20historia%20da%20anatomia.pdf>

De certa maneira, as tendências mais radicais da eugenia foram confrontadas violentamente por alguns intelectuais, e taxadas como algo que não podia ser sustentado conforme pressupostos científicos. Fonseca não foi o único a atacar a “eugenia negativa”, outros intelectuais também o fizeram. Talvez o intelectual que atacou de forma mais significativa pontos dessa “eugenia negativa” tenha sido o engenheiro agrônomo Octavio Domingues (1897-1972), tido pela historiadora Nancy Stepan como o principal defensor “mendelista” no Brasil (STEFANO, 2004).

Domingues foi o principal defensor da positividade da mestiçagem na população brasileira, ele defendia essa conclusão se baseando nas teorias de Gregor Mendel. Segundo Waldir Stefano e Márcia das Neves (NEVES; STEFANO, 2007), Domingues fundamentou suas conclusões e idéias eugenistas, em grande medida, nas perspectivas genéticas de Mendel que viam sendo redescobertas nas primeiras décadas do século XX. Na sua obra: *Eugenia: seus propósitos, suas bases, seus meios* (DOMINGUES, 1942), Domingues expõe sua perspectiva acerca do que é, para ele, a mestiçagem:

(...) A união de indivíduos de raças humanas diferentes é pois, geneticamente, uma união não somente possível como sem embaraços. São todas elas constituídas por indivíduos com 24 pares de cromossômios, sejam os de raça branca, sejam os africanos, sejam os asiáticos, australianos ou ameríndios. A mistura entre as três raças, que se encontraram no povoamento do Brasil é, portanto, um cruzamento racial, entre indivíduos com cromossômios quantitativamente os mesmos e da mesma natureza. Tanto é assim que os mestiços, que se formam se mostram viáveis, vigorosos, com o desenvolvimento normal da espécie, e fecundos, gerando uma prole com a mesma vitalidade (...) (DOMINGUES, 1942: 272-273).

Octavio Domingues se opunha as idéias de “degeneração”, não concordava com a existência de “raças inferiores ou superiores” e não acreditava que poderia haver uma “raça humana pura”, ou tampouco compactuava com a ideia de que a miscigenação “degenerasse” as “raças”. Domingues se inclinava a entender todas “raças” humanas como “mescladas, em maior ou menor proporção”, insistia na fundamentação científica, e afirmava que “não foi possível (...) demonstrar-se que um caráter adquirido possa a vir a ser hereditário” e também que o meio onde as populações vivam não era responsável pelas características genéticas, o meio apenas “seleciona” as características mais aptas para se viver nele³⁴⁹. Sobre a “degeneração”, Domingues diz o seguinte:

(...) Degenerado, ao meu ver, é o indivíduo - vegetal, animal ou humano - cujos atributos, cuja morfologia e fisiologia, ou psychologia lhe conferem uma situação de inadaptado à vida ou às condições econômicas da produção, ou às condições sociais. Uma planta, cujas sementes não se formem, degenerou. Uma animal cujos filhos sejam de constituição débil, não resistindo às condições exteriores onde vieram ao mundo, é outro exemplo de degenerescência (STEFANO, 2004: 487).

Os intelectuais “mendelistas”, confrontavam seus estudos com o conhecimento científico disponível na época, Roquette-Pinto e Octavio Domingues acreditavam na ideia de que, para além das questões de saúde e educação pública, existiam fatores que eram transmitidos hereditariamente. Domingues

³⁴⁹ Segundo as teorias de Darwin sobre a seleção natural, ver: (DARWIN, 2004).

desencorajava o casamento entre parentes próximos, esse princípio, que atualmente faz parte da legislação vigente no Brasil, onde “o Código Civil brasileiro impede o casamento de ascendentes com descendentes e de consangüíneos colaterais até o terceiro grau”³⁵⁰. Segundo as principais teorias científicas da época, acreditava-se que isso poderia gerar uma prole “degenerada” ou mesmo “demente”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A eugenia, obstante de ser entendida como um pensamento monolítico foi um campo de intensas e conflituosas discussões que extrapolaram em muita das vezes o campo científico. É importante notar essa dinâmica própria das ciências, que para além de um purismo racional, as ciências estão intimamente conectadas com as demandas da sociedade onde ela foi gestada. A eugenia não escapa dessa lógica, é produto de uma determinada sociedade e, naturalmente contém suas preocupações, seus anseios, seus preconceitos e mesmo suas irracionalidades. Não é a questão de considerá-la uma "pseudo-ciência", mas de apontar dentro desse campo científico específico elementos muito antigos, que persistem velhos preconceitos e legítima a dominação de uma sociedade sobre outra, afirmando pressupostos científicos e racionais.

Durante o século XX a eugenia foi uma ciência prática utilizada como orientadora de políticas públicas de saúde por vários governos. Sua vertente mais radicalizada culminou, em boa parte, em políticas segregadoras que visaram em última instância o extermínio de populações inteiras. No Brasil, Roquette-Pinto expõe essa ambigüidade acerca da eugenia, no final do primeiro congresso de eugenia brasileiro:

No decorrer das discussões, sempre acaloradas (...) algumas surpresas têm aparecido. É natural. A Eugenia está, exatamente, na ponte que liga a biologia as questões sociais, á política, á religião, á filosofia e... aos preconceitos (MACIEL, 1999: 139).

Como a historiadora Nancy Stepan constatou, a eugenia no Brasil foi mais do que uma “simples importação desmedida”, ela provocou reações diversas, apropriações múltiplas, mexeu com muitos e importantes intelectuais nacionais, que produziram respostas das mais variadas, desde continuações deformadas do preconceito e do racismo à argumentos que fizeram uso racional do conhecimento científico disponível na época e que buscaram verdadeiramente entender os mecanismos genéticos pelos quais se dá a reprodução humana, com a finalidade de sanar os problemas nacionais, o que paradoxalmente viria a deslegitimar as práticas eugênicas mais radicalizadas³⁵¹.

³⁵⁰ <http://lineu.icb.usp.br/~bbeiguel/Genetica%20Populacoes/Cap.5.pdf>

³⁵¹ Notasse que esse foi um movimento mundial, onde vários cientistas amparados pelas releituras de Mendel acabariam por impor sua perspectiva e deslegitimar as perspectivas eugênicas neolamarckistas.

Os discursos e o pensamento eugênicos ficaram estigmatizados por seus trágicos desdobramentos, sobretudo as práticas implementadas pela Alemanha, primeiramente no genocídio cometido na Namíbia no início do século XX e depois no genocídio cometido pelos nazistas na Europa. Essa eugenia “negativa” trás características iminentes aos antigos regimes, a perpetuação de ideais de superioridade que legitimaram a colonização européia de boa parte do mundo, é, de certa maneira, fruto de séculos de xenofobia, racismo, escravidão e de perseguição ao outro, manifestando-se como um dogma ou religião revestida como um pensamento racional da ciência (MAYER, 1990).

Contudo, os movimentos eugenistas não podem ser compreendidos unicamente como continuações deformadas desse pensamento xenofóbico secular, devemos compreender que em seu interior existia também um intento cientificista, uma busca racional para se entender a importância e os mecanismos da hereditariedade genética humana, e assim poder influir diretamente na “qualidade” da vida da espécie humana. Essa “eugenia positiva” lançou importantes contribuições para melhoras na saúde das populações humanas, uma eugenia que mesmo deformada de seu intento original³⁵², buscou melhorias para “as raças” humanas, lançou importantes bases que ainda hoje perpetuam: questão do genoma humano e a engenharia genética atual.

A eugenia no Brasil foi apropriada e lida de formas extremamente diversas, produziu vertentes mais radicalizadas, que obtiveram pouco efeito prático e também suscitou aproximações menos radicalizadas, onde alguns dos intelectuais brasileiros responderam a suposta “degeneração” advinda da mestiçagem que “acometia” a população brasileira de forma extremamente criativa e arrojada, defendiam que a mestiçagem não constituía um fator de degeneração na população brasileira, mas pelo contrário, a mestiçagem foi entendida como uma das melhores qualidades da população.

Esses intelectuais combateram as versões que associavam as mazelas da população à questão da herança genética, afirmando que a resolução desses problemas estava em ações que melhorassem as condições de vida dessas populações flageladas: com saneamento básico, melhoria na alimentação e assistência médica. Contudo esses intelectuais não desmereceram a importância dessa ciência tão contraditória e paradoxal, que nos traria tantos avanços e também tantas mazelas. Como afirmou categoricamente Roquette-Pinto ainda no primeiro congresso brasileiro de eugenia:

(...) durante muito tempo, supôs-se que o meio dominara os organismos, portanto a medicina e a higiene resolveriam o problema da saúde, mas a ciência demonstrou haver alguma coisa que independe da higiene; é a semente, a herança, que depende da eugenia (SOUZA, 2005: 5).

Bibliografia

³⁵² Aqui nos referimos a Francis Galton. Ver: (GALTON, 1973)

- DARWIN, Charles. *A Origem das espécies*. Editora Martin Claret, São Paulo, SP 2004.
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura: uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. São Paulo: Contexto, 2007.
- DUARTE, Cristina Maria Rabelais. *O movimento sanitarista nos anos 20. Da "conexão sanitária internacional" à especialização em saúde pública no Brasil*. Maria Eliana Labra. In: *Cadernos de Saúde Pública*, R.J., 1(4): 483-484, out/dez, 1985.
- DOMINGUES, Octavio. *Eugenia; seus propósitos, suas bases, seus meios (em cinco lições)*. São Paulo: Companhia editora nacional, 1942.
- DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo Tropical? O partido nazista no Brasil*. USP, São Paulo, janeiro de 2007.
- GALTON, Francis. *Inquiries into human faculty and its development*. New York: AMS Press, 1973.
- GONÇALVES, Assis da Silva. *Eugenia em debate: Medicina e sociedade no I congresso Brasileiro de Eugenia*. In: *Anais do XIV Encontro regional de História da ANPUH-RIO: Memória e Patrimônio*. Rio de Janeiro: NUMEM, 2010.
- KOBAYASHI, Elisabete; FARIA, Lina; COSTA, Maria da conceição da. *Eugenia e fundação Rockefeller no Brasil: a saúde como proposta de regeneração nacional*. In: *Revista Sociologias – Interface*. Porto Alegre, ano11, nº 22, jul./dez. 2009, p. 314-351.
- MACIEL, Maria Eunice de S. *A Eugenia no Brasil*. In: *Revista Anos 90*. Porto Alegre/ RS: PPG/História da UFRGS, n.11, jul/1999, p.121-143.
- MAYER, Arno J. *A força da tradição: a persistência do antigo regime (1848-1914)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- MOTA, André; SEIXAS, André Augusto Anderson; ZILBREMANN, Monica L. *A Origem da Liga Brasileira de Higiene Mental e seu contexto histórico*. In: *Revista Psiquiatr*. RS. 2009;31(1):82.
- NEVES, Márcia das; STEFANO, Waldir. *Mestiçagem e eugenia: um estudo comparativo entre as concepções de Raimundo Nina Rodrigues e Octavio Domingues*. In: *Filosofia e História da Biologia*. São Paulo, v. 2,p. 445-456, 2007.

A saúde entre memórias e práticas: parteiras e benzedeadas na região de Governador Valadares (1960 – 1990)

Ricardo Conrado Lopes
Mestrando em História pela UFMG
ricardoc.lopez@yahoo.com.br

TEMA:

Esse projeto tem como tema as artes de cura de parteiras e benzedeadas que exerceram e ainda exercem esse ofício na cidade de Governador Valadares entre as décadas de 1960 e 1990. Ao longo de anos os brasileiros, principalmente os que viviam no interior, não tiveram acesso a qualquer tipo de

assistência médica. Várias doenças assolavam populações e muitas delas não tinham como combatê-las a não ser através de práticas de cura dando ênfase às orações, remédios provenientes da própria natureza em forma de ervas e vários outros modos de combater esses males. O foco principal serão as memórias e histórias de parteiras e benzedeadas, fazendo o uso da metodologia da história oral, que exerciam e exercem esse ofício no município de Governador Valadares.

Trabalharemos com a hipótese de que as práticas de cura informais desenvolvidas em Governador Valadares se constituíram enquanto estratégias de saúde em razão do precário quadro sanitário e de atendimento da população local. Apesar das atuações do SESP (Serviço Especial de Saúde Pública) na cidade e região, na tentativa de realizar um projeto de saneamento, essas práticas se mantiveram pelos laços que as parteiras e as benzedeadas estabeleceram com a comunidade local.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E JUSTIFICATIVA:

Em qualquer comunidade, saúde, doença, cura são temas que atraem a imediata atenção de várias pessoas. Problemas com o sistema público de saúde ou os planos de saúde e novas descobertas em medicina ocupam um importante espaço em programas de televisão e jornais. Nosso objetivo e interesse estão voltados para a compreensão que algumas pessoas sem formação médica nem acesso aos recursos terapêuticos disponíveis na sociedade têm dessas questões.

Como em qualquer outro campo do saber, a medicina popular, de “folk ou medicina rústica”, como nos informa Alceu Maynard Araújo em *Medicina Rústica*³⁵³ tem seus praticantes que detêm um acervo grande de conhecimento ou são possuidores de uma virtude particular, como as benzedeadas e as parteiras, por exemplo. E quando estudamos a medicina popular no Brasil, uma das primeiras questões com que deparamos é descobrir de onde surgiram esses saberes e práticas e sua relação com as influências que formaram a cultura do país. Segundo o mesmo autor essa medicina é resultado de uma série de aculturações da medicina popular de Portugal, indígena e negra.

Algumas práticas de cura como afirma Betânia Gonçalves Figueiredo em *A arte de curar – Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais* são práticas seculares que continuam sendo adotadas, apesar das inovações da tecnologia médica introduzidas principalmente a partir de meados do século XIX³⁵⁴.

No caso das parteiras encontramos uma atividade essencialmente feminina. O corpo feminino não poderia ser exposto ao olhar masculino, principalmente em momento tão delicado, como diante das dores do parto, mesmo sendo este um olhar do especialista, do médico. *A imagem social do médico de*

³⁵³ ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina rústica*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.

³⁵⁴ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, RJ: ed. Vícios de Leitura, 2002. p. 15.

*senhoras no século XX*³⁵⁵ de Rita de Cássia Marques nos relata que no caso específico do atendimento à saúde das mulheres, a situação se complicava mais ainda, devido à tradição domiciliar do atendimento ao parto pelas parteiras, ao pudor feminino e à resistência dos maridos e pais em deixar suas esposas e filhas se exporem para outro homem, no caso, o médico.

Também conhecidas como “curiosas”, as parteiras assumiram um papel muito importante na vida das comunidades, principalmente as que viviam no interior, longe das grandes cidades. Elas, dentre várias outras funções que exerciam, assistiam às mulheres grávidas por ocasião dos partos realizados em casa e acompanhados de muitos mistérios e medo. E como menciona Alceu Maynard Araújo, as parteiras usam o rosário para com ele, ao rezar sobre o ventre da parturiente, ir fazendo cruzeiros³⁵⁶.

Em seu trabalho intitulado *A arte de curar: Cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*³⁵⁷, Betânia Gonçalves Figueiredo enfoca que no caso das parteiras, encontramos uma atividade majoritariamente feminina. Segundo a mesma autora, além de atuar em partos, as parteiras também eram responsáveis por aconselhar às parturientes como proceder no pós-parto. Para exemplificar, encontramos a indicação de “evitar ou proibir banho geral durante 40 dias seguintes ao parto, além da indicação de que os banhos deveriam ser em água tépida, ou seja, água fria utilizada só por homens”³⁵⁸.

Outra obra relevante para a pesquisa é *Assim se benze em Minas Gerais*³⁵⁹ de Núbia Pereira de Magalhães Gomes e Edimilson de Almeida Pereira que enfocam as benzeções, “rezas” e orações em várias localidades de Minas Gerais, inclusive em Governador Valadares com algumas receitas e deixam bem claro que a presença da mulher é marcante no mundo da crendice e é ela, numa maioria quase absoluta, quem conhece o segredo das palavras e dos gestos capazes de exorcizarem o mal. Mencionam também que algumas fórmulas de benzer estudadas na Península Ibérica ocorria frequentemente a presença da frase, inicial ou final: “Eu sou a mulher, a benzedeira” – o que denota a força do elemento feminino registradas nas palavras santas. Os mesmos autores mencionam também a respeito da força “energética” dos excrementos. As práticas de cura informais que procuraremos focar na cidade de Governador Valadares através do estudo da cultura popular nos demonstra que os excrementos têm um amplo uso nas simpatias e nas benzeções, constituindo fonte de energia restauradora. As fezes de animais – principalmente de vaca e cachorro – são frequentemente usadas, em forma de chás, para a cura dos mais diferentes males.

³⁵⁵ MARQUES, Rita de Cássia. *A imagem social do médico de senhoras no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005. p. 60.

³⁵⁶ ARAÚJO, Alceu Maynard. Op. cit. p. 51.

³⁵⁷ FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. Op. cit. p. 153.

³⁵⁸ Ibidem, p. 156.

³⁵⁹ GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Assim se benze em Minas Gerais*. Juiz de Fora: Edufj/Mazza Edições, 1989.

Sendo assim, *Namoros com a medicina*³⁶⁰ de Mário de Andrade, também se situa enquanto obra de referência, pois o autor analisa de forma bem detalhada “A medicina dos excretos”. Muito presentes nas práticas de cura informais, a utilidade prática dos excretos é indiscutível em certas aplicações. Só para nos situarmos, exemplificaremos com uma receita contra a dor ciática sendo que

Aplica-se bosta de vaca, depois de envolvida em folhas de repolho ou de parra, e posta no borralho. Ainda quando fresca, e frita com flores de camomila e trevo, a bosta de vaca é ótima cataplasma no caso de tumores testiculares. Gallien empregava os excrementos de cabra, dissolvidos em oxicato com farinha de cevada, como emplastro, na cura de tumores e calosidades nos joelhos³⁶¹.

Márcia Moisés Ribeiro em *A ciência dos trópicos – a arte médica no Brasil do século XVIII*³⁶² procura focar a medicina de uma forma mais ampla. Para a autora, importa enfatizar as sensibilidades, o imaginário, todos os elementos normalmente inseridos no campo da história das mentalidades. E também é preciso estar atento aos fatores que propiciaram o desenvolvimento de uma arte médica tão peculiar como foi a do Brasil: a precariedade da vida material, marcada pela raridade de médicos, cirurgiões e produtos farmacêuticos, e o sincretismo dos povos, responsável pela formação de uma medicina multifacetada e afeita ao universo da magia. A mesma autora analisa a proximidade da medicina com o mundo da magia. Que para ela era imensa a dependência dos indivíduos em relação aos fenômenos da natureza e do sobrenatural na busca de soluções para os problemas do dia-a-dia, o que se constituía em fator de aproximação entre a medicina erudita e o saber popular. Embora o trabalho de Márcia Moisés diga respeito às práticas médicas do Brasil colonial, as discussões propostas pela autora são significativas para se pensar os sentidos culturais que assumem as práticas de cura informais e cujas tradições se encontram em uma cultura popular relativa ao corpo e aos saberes informais de saúde.

No que diz respeito à problematização das práticas de cura informais, a obra *Artes e ofícios de curar no Brasil*, organizada por Sidney Chalhoub e outros autores possui uma parte específica dedicada aos “curadores” e que indica a relevância desse campo de estudos para a história da saúde³⁶³.

Como trabalharemos para compreensão das práticas de cura informais em Governador Valadares, Elda Rizzo de Oliveira com sua obra *O que é Benzeção*³⁶⁴ é igualmente um estudo importante porque aborda questões centrais para a pesquisa que almejamos iniciar, tais como: O que constitui um ato de benzer? Por que as pessoas se benzem? Quais são os diferentes tipos de pessoas que benzem em nossa sociedade?

³⁶⁰ ANDRADE, Mário de. *Namoros com a medicina*. São Paulo: Edusp, 1980.

³⁶¹ *Ibidem*, p. 70.

³⁶² RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

³⁶³ CHALHOUB, Sidney Et. All. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.

³⁶⁴ OLIVEIRA, Elda Rizzo de. *O que é benzeção*. São Paulo: Editora Brasiliense s. a. 1985.

Também utilizaremos como referências, estudos que abordam o processo de saneamento na região de Governador Valadares, como a dissertação de Maria Terezinha Bretas Vilarino que tem como tema a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no vale do Rio Doce, Estado de Minas Gerais, entre 1942 e 1960. O estudo se detém em elementos relevantes para compreender as condições endêmicas da região do Vale do Rio doce, e a história da saúde em Governador Valadares, tais como a precária situação de saneamento regional, a incidência de endemias e a epidemia de malária, a chegada do SESP ao Vale do Rio Doce e sua intervenção na área de saneamento básico e de saúde.

Conforme relata Maria Terezinha Bretas Vilarino, várias práticas eram efetivadas por parte de uma população que não tinham certos conhecimentos para sanar alguns tipos de enfermidades, práticas essas relacionadas às crendices, rezas, rituais, dentre outras. Segundo a mesma autora a concepção de saúde e doenças focadas no indivíduo, considerado responsável pelo bem/saúde ou mal/doença que o atinge por sua ignorância ou descuido/apatia, valoriza a necessidade do ensino de novas práticas de higiene e saúde, concomitantemente com novas maneiras de uso dos recursos técnicos, humanos e ambientais disponíveis³⁶⁵.

Apesar disso, a partir de um levantamento prévio foi possível observar resistências a esse processo, pois por vários anos benzedadeiras e parteiras pelo fato de estarem mais próximas das comunidades mais afastadas atenderam e continuam atendendo pessoas que necessitam de cuidados para com o corpo e a alma; isso porque, dentre outras questões, esses personagens estavam mais próximos das concepções da população em relação à saúde, doença, cura e principalmente do dia-a-dia e no seu cotidiano.

Assim,

Estas especialistas na arte de curar são consideradas dentro do catolicismo popular como mediadores humanos. Elas ocupam um lugar social na comunidade através da religiosidade e da política local como mediadores entre os santos e os seres humanos – inseridos numa malha de fina tessitura, e exercem através de seus saberes um poder legítimo. Através do ofício da fé atendem as necessidades dos fiéis pelo rito que realizam em suas casas, sendo que é pelo exercício da fé viva que reproduzem e dão um sentido ao mundo dos devotos, restabelecendo-lhes um equilíbrio no mundo social e simbólico³⁶⁶.

A população busca alternativas a partir de suas lógicas de ação levando em consideração seus conhecimentos e práticas cotidianos.

Na cidade de Governador Valadares isso não foi diferente. Emancipada em 1938, até então distrito de Peçanha. Segundo Haruf Salmen Espindola “a cidade não estava livre de problemas típicos das zonas

³⁶⁵ VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Entre lagoas e florestas: a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Vale do Rio Doce*. Belo Horizonte, UFMG, 2008 (Dissertação de Mestrado).

³⁶⁶ ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

pioneiras, particularmente, de abastecimento d'água, saneamento, eletricidade e várias doenças³⁶⁷. Esse quadro resultava em muitas doenças, sendo as principais a febre amarela, malária, leishmaniose, esquistossomose e mais tarde a hanseníase.

De acordo com algumas moradoras de Governador Valadares a população da referida cidade sobrevivia conforme a condição econômica levando em consideração os aspectos culturais: os que podiam comprar medicamentos recorriam às poucas farmácias existentes, e os mais pobres, às práticas alternativas, tais como “queimar bosta de boi ou serragem para espantar os mosquitos”³⁶⁸.

Problematizando esses elementos discutidos pela historiografia, nossa pesquisa busca, tendo por fundamento da metodologia da história oral, compreender as várias histórias, memórias e representações do processo saúde-doença-cura exercidas por indivíduos que no decorrer da história foram deixados à margem da sociedade, ou seja, as benzedeadas e parteiras que exerceram e ainda exercem esse ofício na cidade de Governador Valadares, Minas Gerais entre 1960 e 1990.

Por mais discriminadas que sejam atualmente, esses personagens continuam exercendo as diferentes formas de obtenção de cura quando procurados pela população. As benzedeadas e parteiras, personagens muito comuns no meio rural são as representantes das várias tradições do povo; imprimindo um cunho misterioso aos processos e métodos de cura.

OBJETIVOS:

Objetivo geral:

A partir dos relatos orais de algumas benzedeadas e parteiras residentes na cidade de Governador Valadares (MG) entre as décadas de 1960 e 1990, procuraremos investigar os significados que as práticas de cura informais assumiram no cotidiano da população e suas relações com a medicina oficial.

Objetivos específicos:

- Reconstituir os aspectos que marcam as histórias/memórias de cura em Governador Valadares e seus significados no contexto regional entre as décadas mencionadas no tópico acima.
- Compreender os significados das práticas de cura em relação ao imaginário popular em torno do processo saúde-doença-cura.

³⁶⁷ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *História da Associação Comercial de Governador Valadares*. Governador Valadares, MG: ACGV, 1999. p. 27.

³⁶⁸ Depoimento das senhoras ex- miqueiras Geralda Alves de Assis e Dalila de Assis Pereira cedido à professora Maria Terezinha Bretas Vilarino em 13 de maio de 2008.

- Identificar nas práticas de cura informais elementos de construção de uma memória tecida pela tradição oral que se constituiu a partir de tais práticas.

METODOLOGIA

Para os objetivos propostos no projeto, além das análises das entrevistas, se fará uma análise qualitativa da documentação contida no Centro de Documentação e Arquivos de Custódia – CEDAC, localizado na Universidade Vale do Rio Doce – UNIVALE, referente ao panorama sanitário da cidade no período proposto.

O Centro de Documentação e Arquivos de Custódia, vinculado ao Núcleo de Estudos Históricos e Territoriais da Universidade Vale do Rio Doce – NEHT/UNIVALE. O acervo principal é formado pela documentação pública não corrente da Prefeitura e Câmara de Governador Valadares, para o período entre 1938 e 1999. É fonte importante para analisar alguns projetos referentes à saúde pública e saneamento básico que foram ou não implantados na cidade no período que visará investigar.

Outro acervo imprescindível a ser verificado é o do Jornal Diário do Rio Doce, criado em 1958. A partir da verificação desse acervo recuperaremos, através das notícias, informações a respeito das questões sanitárias na cidade e região, bem como esperamos encontrar nesses periódicos indícios das práticas de cura informais e como esses indivíduos eram vistos pela sociedade, já que pelo Jornal circulavam várias notícias ligadas à cidade, dentre elas a questão da saúde.

Mas a nossa principal metodologia é a coleta de depoimentos por meio da história oral. Sendo assim, usaremos autores que enfocam a história oral como fonte de pesquisa, tendo como um dos principais Paul Thompson com a obra *A voz do passado – História oral*³⁶⁹, que nos menciona, que a experiência de vida das pessoas de todo tipo pode ser utilizada como matéria-prima, como fonte de pesquisa. Segundo o mesmo autor, a história oral pode resultar não apenas numa mudança de enfoque, mas também na abertura de novas áreas de investigação. E os projetos de história oral podem ter lugar em muitos contextos diferentes, sob a forma de empreendimentos individuais ou em grupos: em escolas, faculdades e universidades e também para a compreensão do que se propõe nessa pesquisa.

Antonio Torres Montenegro em *História Oral e memória: a cultura popular revisada*³⁷⁰ nos informa sobre o ato de entrevistar. Sendo que essa ação, de sentar para ouvir memórias, aproxima-se da maiêutica socrática. Esta seria a própria arte de fazer, através do diálogo, com que os homens e mulheres fossem aproximando-se do bem, da verdade, do justo, que estava depositado em cada um.

³⁶⁹ THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

³⁷⁰ MOTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisada*. 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2007.

A pesquisa que está sendo proposta trabalhará com fontes orais, sendo que José Carlos Sebe B. Meihy e Fabíola Holanda em *História oral: como fazer, como pensar*³⁷¹ nos informa que fonte oral é mais que história oral. Fonte oral é o registro de qualquer recurso que guarda vestígios de manifestações da oralidade humana.

Como em toda relação, quando se inicia uma entrevista, entrevistado e entrevistadores se avaliam mutuamente e começam a formular uma ideia do interlocutor. Sendo assim, Verena Alberti com *Manual de História Oral*³⁷², relata que a relação de entrevista é, em primeiro lugar, uma relação entre pessoas diferentes, com experiências diferentes e opiniões também diferentes, que têm em comum o interesse por determinado tema, por determinados acontecimentos e conjunturas do passado.

A metodologia da história oral se mostra pertinente principalmente para recuperar traços de práticas, tradições e costumes onde as fontes escritas silenciam.

O cruzamento das informações obtidas na documentação do CEDAC, no Jornal Diário do Rio Doce, bibliografia específica e depoimentos de benzedeadas e parteiras moradoras de Governador Valadares, permitirão responder aos objetivos da investigação proposta.

FONTES ESCRITAS:

As fontes escritas serão as existentes no CEDAC, no Jornal Diário do Rio Doce, bibliografia referente ao tema e problemas propostos e serão utilizadas entrevistas com benzedeadas e parteiras que exerciam e/ou exercem as práticas de curas informais que residem na cidade de Governador Valadares.

O primeiro acervo está sendo organizado em seções e subseções tal como estava organizado na Prefeitura de Governador Valadares. Já o acervo do Jornal Diário do Rio Doce já se encontra organizado em encadernações separadas por ano contendo variações na quantidade para cada caderno. Esses acervos já foram previamente analisados, portanto, podemos afirmar que fornecerão as informações necessárias ao sucesso do trabalho.

FONTES ORAIS:

Serão utilizados depoimentos de parteiras e benzedeadas que exerceram e ainda exercem as práticas alternativas de cura. Iniciaremos com os depoimentos da parteira e benzedeadas “dona” Ana Paula, a parteira “dona” Eurete, a também parteira e benzedeadas Maria Auxiliadora (“dona” Lili), dentre outras 10 entrevistas ao longo da pesquisa. A esse conjunto de entrevistados serão acrescentados outros a partir

³⁷¹ MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.

³⁷² ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

das pistas e depoimentos que tragam informações sobre outros indivíduos que exerceram e exercem atividades similares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, V.; BRAGA, C.; MORELLI, G. (org.). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília, DF: Relume Dumare, 2004, p. 26.
- ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
- ANDRADE, Mário de. *Namoros com a medicina*. São Paulo: Edusp, 1980.
- ARAÚJO, Alceu Maynard. *Medicina rústica*. 3. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1979.
- CHALHOUB, Sidney Et. All. (Org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2003.
- ESPÍNDOLA, Haruf Salmen. *História da Associação Comercial de Governador Valadares*. Governador Valadares, MG: ACGV, 1999. p. 27.
- FIGUEIREDO, Betânia Gonçalves. *A arte de curar: cirurgiões, médicos, boticários e curandeiros no século XIX em Minas Gerais*. Rio de Janeiro, RJ: ed. Vícios de Leitura, 2002. p. 39.
- GOMES, Núbia Pereira de Magalhães; PEREIRA, Edimilson de Almeida. *Assim se benze em Minas Gerais*. Juiz de Fora: Edufj/Mazza Edições, 1989.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p.57.
- LIMA, Nísia Trindade; HOCHMAN, Gilberto. Condenado pela Raça, Absolvido Pela Medicina: O Brasil Descoberto pelo Movimento Sanitarista da Primeira República. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo V. (Org.). *Raça, ciência e sociedade*. 1 ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ/CCBB, 1996, pp. 23-40.
- HOCHMAN, Gilberto. *A era do saneamento: as bases da política de saúde pública no Brasil*. São Paulo: ANPOCS, 1998.
- MARQUES, Rita de Cássia. *A imagem social do médico de senhoras no século XX*. Belo Horizonte: Coopmed, 2005. p. 60.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. *História oral: como fazer, como pensar*. São Paulo: Contexto, 2007.
- MOTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisada*. 6. ed. – São Paulo: Contexto, 2007.
- OLIVEIRA, Elda Rizzo de. *O que é benzeção*. São Paulo: Editora Brasiliense s. a. 1985.
- RIBEIRO, Márcia Moisés. *A ciência dos trópicos: a arte médica no Brasil do século XVIII*. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.
- TEIXEIRA, Fausto. *Medicina popular mineira*. Rio de Janeiro, RJ: ed. Organização Simões, 1954. p. 09.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- VILARINO, Maria Terezinha Bretas. *Entre lagoas e florestas: a atuação do Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) no saneamento do Médio Vale do Rio Doce*. Belo Horizonte, UFMG, 2008 (Dissertação de Mestrado).

ZALUAR, Alba. *Os homens de Deus: um estudo dos santos e das festas no catolicismo popular*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1983.

8.1 – FONTES ORAIS UTILIZADAS NO PROJETO:

Depoimento da ex- miqueira Geralda Alves de Assis cedido à professora Maria Terezinha Bretas Vilarino em 13 de maio de 2008.

Depoimento da ex-miqueira Dalila de Assis Pereira cedido à professora Maria Terezinha Bretas Vilarino em 13 de maio de 2008.

A experiência científica de Alexander von Humboldt nas Florestas do Novo Mundo

Vinicius Santos da Silva

Mestrando em Ensino, Filosofia e História das Ciências pela UFBA/UEFS
Bolsista CAPES

Resumo: As experiências das expedições exploratórias científicas nos mais diversos ambientes naturais proporcionou a Alexander von Humboldt deixar um legado histórico, cultural, filosófico e científico para o desenvolvimento dos estudos da História Natural em meados do século XIX. O presente trabalho histórico-filosófico, em desenvolvimento, propõe fazer uma análise a respeito do papel que as expedições-científicas desempenharam nas constatações sobre a natureza para Alexander Humboldt. O objeto de estudo desta pesquisa é a obra *Quadros da Natureza* no seu volume I livro III que tem por título *Vida Noturna dos Animais nas Florestas do Novo Mundo*. Objetiva-se compreender neste texto, o cenário natural narrado e descrito por Humboldt a partir da relação estabelecida entre os agentes naturais pertencentes das Florestas do Novo Mundo. Metodologicamente pretende-se fazer a leitura do livro III, a fim de extrair fragmentos que apresentem as concepções sobre a natureza construídas por Humboldt por meio de seus constructos teóricos epistemológicos pautados nas expedições científicas realizadas nas Florestas do Novo Mundo.

Palavras Chaves: Alexander von Humboldt, Natureza, Expedições Científicas.

Abstract: The experiences of scientific exploratory expeditions in various natural environments provided the Alexander von Humboldt leave a historical legacy, cultural, philosophical and scientific studies for the development of Natural History in mid-nineteenth century. This historical and philosophical work in development, proposes to make an analysis about the role that played in expeditions and scientific findings about the nature of Alexander Humboldt. The object of this research is the work of Nature in the Tables Volume I Book III is entitled Animal Nightlife in the Forest of the New World. The objective is to understand this text, the natural scenery narrated and described by Humboldt from the relationship established between the agents belonging to the natural forests of the New World. Methodologically intended to make reading the third book in order to extract fragments having the conceptions of the nature built by Humboldt through epistemological theoretical constructs guided the scientific expeditions conducted in the Forests of the New World.

Keywords: Alexander von Humboldt, Nature, Scientific Expeditions.

Este texto propõe apresentar algumas considerações e constatações introdutórias a respeito do papel que as expedições de explorações científicas desempenharam nas pesquisas sobre natureza realizadas

pelo naturalista Alexander von Humboldt. Por conseguinte, o objeto de estudo e pesquisa deste texto é a obra *Quadros da Natureza* volume I livro III tradução Assis de Carvalho que tem por título *Vida Noturna dos Animais nas Florestas do Novo Mundo*.

Objetiva-se, a partir das investigações desta obra, apresentar respectivamente o cenário natural narrado e descrito assim como compreender a epistemologia de Humboldt para estabelecer as relações dos agentes naturais nas Florestas do Novo Mundo. A obra *Quadros da Natureza (Ansichten der Natur)*, publicado em 1808 é uma coletânea de sete livros distribuídos em dois volumes onde se tem um resumo literário e descritivo de resultados investigativos sobre a natureza em ambientes naturais visitados por meio das explorações científicas realizadas por Alexander Humboldt.

Cientista, filósofo e naturalista alemão do século XIX, Alexander von Humboldt foi um pesquisador que desenvolveu seus estudos sobre a História Natural por meio da práxis das expedições de explorações científicas. Consta-se que as excursões, nos mais diversos ambientes naturais visitados por este pesquisador, proporcionaram a Humboldt construir e transmitir, conseqüentemente, um legado histórico, filosófico, cultural e científico para o desenvolvimento das pesquisas e estudos sobre as ciências naturais em meados do século XIX.

O interesse de investigar e estudar *in loco* os problemas que permeavam a epistemologia da natureza oportunizou a Humboldt a coletar e estruturar um volumoso e diversificado banco de informações a respeito da natureza. Informações estas que contribuíram para o desenvolvimento dos estudos da História Natural e que foram, por conseguinte, relatados e documentados nos textos e trabalhos científicos elaborados por Humboldt.

As expedições científicas de Humboldt lhe proporcionaram estabelecer constatações a respeito do número, proporção e distribuição das plantas que variam conforme a latitude, a temperatura média, a pressão atmosférica, a umidade e a tensão elétrica do ar. Com isso, ele estabeleceu definitivamente as bases da geobotânica, isto é, da ciência que estuda as relações intercorrentes entre botânica e geologia, geografia e climatologia (GAROZZO, 1975:130).

Lorelai Kury (2001) coloca que assim, o cientista que se faz viajante escolheu não apenas ver com os próprios olhos, mas ouvir e sentir com o próprio corpo os fenômenos lá onde acontecem. Humboldt foi um difusor da proposta de se realizar ciência, em especial ciências naturais, por meio das expedições exploratórias científicas em finais do século XVIII até meados do século XIX (KURY, 2001). Este explorador de ambientes naturais realizou inúmeras incursões científicas a fim de conhecer a natureza *in loco* em cada região que se propôs a visitar (OLIVEIRA, 2008; KURY, 2001; PEDRAS, 2004; RATTES, 2006). Enfim, Humboldt estava “realizando o seu sonho de ver terras novas, de poder investigar, explorar e desvendar aos olhos de todos, regiões que estavam a reclamar a descrição científica” (HUMBOLDT, 1957: 9).

Em todas as zonas a natureza apresenta o fenômeno destas planícies sem fim; mas, em cada região, têm elas carácter particular e fisionomia própria, derivados da constituição do solo, diferenças de clima e elevação sobre o nível do mar. (HUMBOLDT, 1957: 6).

Deve-se salientar também a respeito das complexidades das incursões tanto para as questões relacionadas à organização estritamente minuciosa perpassando pela programação, estruturação, enfim, todo um planejamento (PATACA, 2006). Assim como, na recorrência e existência dos perigos e situações que são vivenciadas pelos pesquisadores nas observações realizadas *in loco*. Evidencia-se também que inicialmente as expedições de exploração científica foram objetos de críticas e suspeitas pela comunidade científica que defendia a pesquisa científica realizada em gabinetes (KURY, 2001; RATTES, 2006; ABRAHÃO, 2009).

Logo, exemplifica-se também a incursão realizada por Humboldt e o seu companheiro de viagem e pesquisa científica Aimé Bonpland pela região setentrional do Amazonas, onde ambos afirmam que, “conheceu o *curare*, o terrível veneno das flechas índias” (HUMBOLDT, 1957: 10), relatando mais tarde essa viagem – pela região setentrional do Amazonas – ratificam “pensando as dificuldades do labor científico em tais regiões, onde os mosquitos atormentavam dia e noite os viajantes” (HUMBOLDT, 1957: 10). Enfim, “cada viagem é condicionada por diversos fatores naturais e socioculturais que determinam os resultados obtidos no campo” (PATACA, 2006: 08). Segundo Humboldt o que se deve levar em consideração ao se empreender uma expedição científica é o espírito investigador do pesquisador e o desejo de se conhecer a natureza caracterizando ao final da viagem as diversas realidades em que ela (natureza, grifo nosso) nos apresenta mais variados contextos naturais.

A serenidade de espírito é quase a primeira condição de uma viagem nas regiões inóspitas. Se a isso se unir um amor apaixonado a algum dos ramos da ciência (História Natural, Astronomia, Hipsometria ou Magnetismo) e o sentimento puro dos gozos que dá o livre contacto com a natureza, ter-se-ão todos os elementos que, reunidos no mesmo homem, podem assegurar o êxito de uma empresa extensa e importante (HUMBOLDT, 1957: 237-238).

A abordagem humboldtiana para a pesquisa da natureza não é unicamente nem estritamente intuitiva (KURY, 2001; RATTES, 2006). Sabe-se que o objeto de investigação deste pesquisador é a natureza, ou seja, a tentativa por meio da observação de se conhecer o funcionamento e o entrelaçamento dos elementos que constituem o ambiente natural.

... o viajante mede de maneira sistemática e precisa os fatores físicos que intervêm em cada lugar estudado, tais como temperatura, altitude, pressão, umidade, além de estudar os hábitos das principais espécies vegetais que compõem a paisagem em qual o naturalista se encontra (KURY, 2001).

Em prol de materializar a pesquisa sobre o meio natural às premissas humboldtiana de estudo da natureza perpassavam pela elaboração de uma forma peculiar de se analisar cientificamente os comportamentos dos agentes naturais e físicos inerentes a cada lugar visitado e que estão correlacionados à maneira de se observar estes comportamentos (KURY, 2001; RATTES, 2006). “O viajante precisava ser mais que um simples espectador, e sim um observador atento da realidade, exercitando diante de uma paisagem desconhecida a arte da razão” (RATTES, 2006).

O meio mais apropriado de realizar esse fim (estudo da natureza, grifo nosso), consiste em que o observador, aquele que sentiu pessoalmente a impressão, a conte singelamente, e circunscreva e particularize o lugar ou as circunstâncias a que se liga a narração (HUMBOLDT, 1957: 260).

Portanto, a cena da natureza que é pintada pelos pesquisadores e que caracterizam os ambientes naturais visitados, e que em especial foi inaugurador por Humboldt, reflete a observação perceptiva dos elementos, agentes ou corpos orgânicos³⁷³ (HUMBOLDT, 1957) que se confluem formando a realidade natural. Logo, pode-se constatar que a forma de se observar a natureza, defendida por Humboldt, e que serviu de base para os pesquisadores naturais posteriores conduz ao relacionamento com os sentimentos. “Tudo quando tende a reproduzir a verdade da natureza, dá nova vida à linguagem, quer se trate de descrever a impressão sensível produzida em nós pelo mundo externo, quer os nossos sentimentos íntimos e as profundidades em que se agita o nosso pensamento” (HUMBOLDT, 1957: 260).

Humboldt pode ser incluído como um dos precursores desta nova modalidade de se estudar a natureza apresentando-a agora como grandiosa e exuberante. Esta é uma influência com a estética romântica de valorização da força indomável da natureza, provenientes do romantismo alemão. “Humboldt procurou promover em seus ensaios um amplo e completo conhecimento do organismo terrestre, de forma a compreender sua unidade” (RATTES, 2006).

A abordagem de Humboldt não é mais aquela praticada pelos naturalistas “classificadores”, discípulos de Lineu. Sua natureza é bela e grandiosa, inteira e não compartimentalizada, harmônica, dinâmica, romântica, visto que Humboldt não nega espaço nem à imaginação [...] (CHANCHAM, 2003).

A arte nesse período foi utilizada como forma de cristalizar as sensações visuais experimentadas e vivenciadas pelos viajantes e acompanhou muitas vezes os relatos naturalistas (RATTES, 2006; PEDRAS, 2004; ABRAHÃO, 2009). “Doravante, a arte passou a fundamentar-se na observação direta, na análise empírica da realidade” (RATTES, 2006).

Os artistas passaram a integrar a equipagem das grandes expedições e através de uma percepção aguçada e de uma formação racional da observação produziram uma vasta documentação iconográfica que ia desde cenas de paisagens e fenômenos naturais a

³⁷³ Corpos orgânicos são os animais e os vegetais elementos que compõem a natureza (HUMBOLDT, 1957).

retratos do cotidiano americano, da relação do homem com a natureza (RATTES, 2006).

Logo, esta nova forma de praticar as expedições de explorações científicas promoveram transformações no contexto epistemológico sobre a natureza valorizando uma apresentação de realidades naturais nos mais diversos ambientes. Possibilita, assim, aos pesquisadores verificar hipóteses e formulações que outrora estavam no âmbito das suposições e que agora serão constatados por conta da própria expedição investigadora.

A caracterização e a descrição dos acontecimentos e de como se dá as relações naturais permitiu a Humboldt considerar a natureza enquanto um quadro denominado quadros da natureza. Ou seja, as cenas da natureza que podem se diferenciar em mesmos contextos naturais (por exemplo, em um mesmo continente) isso está atrelada a participação de agentes pertencentes e inerentes à própria natureza (pressão, altitude, longitude, latitude, etc.) e que tem forças para promoverem mudanças estruturais na natureza e que só são apresentados a partir da percepção do pesquisador no local onde elas acontecem.

No livro III – *Vida noturna dos animais nas florestas do Novo Mundo* - da obra *Quadros da Natureza*, Humboldt, apresenta algumas considerações e constatações a respeito do comportamento da natureza naquela realidade natural. Questões respectivamente culturais vinculadas à linguística, comportamentais, constatações físico-morfológicas, diferenciações de ambientes naturais, enfim, uma distribuição literária fundamentada na experiência científica das explorações provenientes das excussões.

Tratando da diversificação linguística, Humboldt percebe que uma mesma palavra pode ter sentidos diferenciados em meio cultural. O que este pesquisador quer justamente chamar a atenção é para o fato de designar sentidos díspares para uma mesma palavra. Todas as designações linguísticas são importantes para a construção e contribuição da epistemologia da natureza (HUMBOLDT, 1957), entretanto, tendo o cuidado para se manter o sentido literal em que esta palavra esteja relacionada.

...uma só palavra, monte, designa ao mesmo tempo uma montanha e um bosque e emprega-se como sinônimo de cerro e de floresta. Num trabalho sobre a verdadeira largura do maior prolongado oriental da cadeia dos Andes, fiz ver como por efeito desta dupla significação da palavra monte, um mapa Vulguês, bom quanto ao resto e muito conhecido, converteu planícies em altas montanhas. Onde o mapa de La Cruz Olmedilha, base de tantos outros, indicava bosque de cacau, monte de cacau, fizeram-se brotar cordilheiras, não obstante o cacau procurar o calor abrasador dos terrenos baixos (HUMBOLDT, 1957: 262).

Humboldt por meio da expedição científica a Floresta do Novo mundo percebeu que a forma físico-morfológica desta é diferenciada de outros ambientes naturais já visitados. Logo, pode-se ressaltar que a expedição é uma forma de pesquisa científica que possibilita ao pesquisador a estruturar diferenciações em relação a ambientes naturais já visitados.

Comparado com as florestas que se formam na zona temperada, em especial Europa e Norte da Ásia, com as florestas da zona tropical. Humboldt retrata que na Zona Temperada certas espécies de árvores crescem em sociedade (*Plantae Sociales*), e formam por si sós, bosques que podem designar-se pelo seu nome específico e estas florestas apresentam características consideradas como uniforme, ou seja, não há uma diferenciação de florestal. Na zona tropical “não existe uniformidade a infinita variedade de flores que abrem nestas hileias não permitem perguntar de que se compõem as florestas virgens” (HUMBOLDT, 1957: 263).

Humboldt evidencia em seu livro III que as florestas do novo mundo são bastante complexas e com um entrelaçamento de agentes naturais que são característicos e marcantes desta região. Considerando estas florestas enquanto virgens, não no sentido de não ter sido tocada pelo homem, mas, por conta das estruturas naturais que impossibilitam a locomoção para a parte interior da floresta. “O principal obstáculo vem das plantas arborescentes que não deixam nenhum espaço vazio em uma região onde todos os vegetais que cobrem se fazem lenhosos” (HUMBOLDT, 1957: 261).

Se se abranger com um relancear de olhos a região florestal que ocupa toda a América Meridional, desde as Planícies de Caracas até os Pampas de Buenos Áries, reconhecer-se que nenhum bosque da terra pode ser comparado, em extensão, com hileias, não interrompidas, da zona tropical (HUMBOLDT, 1957: 262).

Logo, a “vegetação levanta-se uma contra a outra, multidão inumerável de diferentes famílias, mas, nos espaços mais reduzidos e raros ver reunidas árvores de igual natureza” (HUMBOLDT, 1957: 263). Em meio este contexto complexo e com uma diversidade natural existe a conexão com os agentes hidrológicos que são importantes no âmbito deste relacionamento da natureza. “Os rios e as inúmeras ramificações (que cortam estas florestas, grifo nosso), são os únicos caminhos desses países” (HUMBOLDT, 1957: 263).

Cortadas (florestas, grifo nosso) em todas as direções por inúmeros rios cujos afluentes de primeira e segunda ordem trazem às vezes águas mais abundantes do que o Danúbio e o Reno, devem a admirável riqueza da sua vegetação ao Duplo benefício da humidade e do calor (HUMBOLDT, 1957: 262-263).

Enfim, a leitura do livro III da obra *Quadros da Natureza*, possibilita refletir na amplitude de atuação do pesquisador frente aos problemas encontrados nos espaços naturais. A observação científica realizada *in loco* proporcionou ao pesquisador considerar vários aspectos a fim de elaborar suas constatações diante da realidade natural.

Por conta disso, percebe-se que além da descrição dos elementos integrantes da natureza que está relacionado com o campo visual há também a descrição de fatores conectados com a natureza e que são perceptíveis por meio do sentimento. Humboldt elaborou uma nova realidade ou categoria científica, instaurada a partir das expedições de explorações científicas, incluindo a ciência em um quadro mais

amplo, onde se apresentariam aspectos significativos da implantação de um paradigma totalizante para a ciência (PEDRAS, 2004).

Humboldt adere a uma perspectiva, ao mesmo tempo, empírica e filosófica da Natureza, a fim de demonstrar a harmonia invisível que liga a diversidade enorme de objetos naturais. A planta, o animal e os elementos celestes são descritos, por si só, como espécies isoladas, mas a vivacidade dos sentidos que sua perspectiva exige sugere que é espantosa a capacidade do naturalista de observar (PEDRAS, 2004: 11).

As expedições exploratórias científicas que foram realizadas pós Humboldt por vários outros naturalistas que optaram por fazer pesquisa por meio desta nova possibilidade a fim formularem suas constatações sobre os estudos da natureza utilizaram dos pressupostos e de alguns dos constructos teóricos humboldtiano (KURY, 2001; RATTES, 2006; ABRAHÃO, 2009). Conclui-se então que “durante o oitocentos, sob a influência de Humboldt, a viagem passou a ser considerada pela História Natural como etapa fundamental para a operação racional de transformação da natureza em saber científico” (RATTES, 2006; ABRAHÃO, 2009; KURY, 2001).

Referências:

- ABRAHÃO, Cinthia Maria de Sena. Síntese e complexidade no Pensamento Geográfico. **Sociedade & Natureza** (Online). vol.21 n.º. 2, Aug. Uberlândia, 2009.
- CHACHAM, Vera. A natureza americana, a ciência e a paisagem oriental em narrativas de viagens do século XVII. **Locus: Revista de História**. Juiz de Fora, v. 9, n.º 2. 2003.
- GAROZZO, Filippo. **Alexander von Humboldt**. Editora Três, RJ, 1975.
- HUMBOLDT, Alexander von. **Quadros da Natureza**. Tradução CARVALHO. Assis. Vol I, RJ: W. M. Jackson, 1957
- KURY, Lorelai. Viajantes-naturalistas no Brasil oitocentista: experiência, relato e imagem. **Hist. Cienc. Saúde** [online]. 2001, vol. 8.
- OLIVEIRA, Flávia Preto de Godoy. Alexander von Humboldt e as Crônicas do Novo Mundo uma análise da obra *Examen critique de l'histoire de La géographie Du nouveau continent*. **Anais Eletrônicos do VIII Encontro Internacional da ANPHLAC**, Vitória, ISBN – 978-85-61621-01-8, 2008.
- PATACA, Ermelinda Moutinho. Terra, água e ar nas viagens científicas portuguesas (1755-1808). Tese de Doutorado, UNICAMP, Campinas, SP, 2006.
- PEDRAS, Lúcia Ricotta Vilela Pinto Brando. A totalidade encantada: natureza, ciência e arte em Alexander von Humboldt. Tese de Doutorado, PUC-RJ, 2004.
- RATTES, Cecília Luttembark de Oliveira Lima. Ciência e Arte: os viajantes estrangeiros do século XIX. In: **XV Encontro Regional de História da Anpuh-MG**, São João del Rei. Anais Eletrônicos do XV Encontro Regional de História. São João del Rei : Seção de Minas Gerais da Associação Nacional de História, v. Único, 2006.

O Hospício de Pedro II e a Institucionalização da Loucura no Brasil

William Vaz de Oliveira

Doutorando em História Social pela UFF
Bolsista CAPES.

Resumo: Não é de sempre que existiram locais específicos para tratamento da loucura e dos doentes mentais. No Brasil, por exemplo, a loucura só passou a ser vista como um problema social e moral por volta de meados do século XIX. A presença dos loucos em território brasileiro data de tempos muito mais remotos, mas a sua presença só se tornou amplamente visível quando se pretendeu reestruturar o espaço social com a chegada da família real no Brasil no ano de 1808. Entretanto, o primeiro hospício psiquiátrico brasileiro foi inaugurado somente no ano de 1852, na cidade do Rio de Janeiro, sendo denominado Hospício de Pedro II. Vários historiadores debruçaram sobre este tema, e é a partir de uma análise desses trabalhos, sobretudo daqueles diretamente influenciados pelos trabalhos de Michel Foucault, que este artigo buscará compreender o processo de constituição dos espaços específicos para doentes mentais no Brasil.

Palavras-chaves: História, psiquiatria e hospício.

Abstract: There is always that there were specific locations for the treatment of insanity and mental illness. In Brazil, for example, only the madness came to be seen as a social problem and moral around the mid-nineteenth century. The presence of the insane in Brazil date back much more remote, but its presence only became widely visible when it sought to restructure the social space with the arrival of the royal family in Brazil in 1808. However, the first Brazilian psychiatric asylum was opened only in 1852, the city of Rio de Janeiro, being named Hospice Pedro II. Several historians have looked into this issue, and it is from an analysis of these studies, especially those directly affected by the works of Michel Foucault, this article will seek to understand the process of formation of specific spaces for the mentally ill in Brazil.

Keywords: History, psychiatry and hospice.

No Brasil a assistência psiquiátrica sistematizada foi inaugurada em 1852 com a criação do *Hospital psiquiátrico Dom Pedro II*, na cidade do Rio de Janeiro. Antes da criação desse grandioso complexo hospitalar a assistência psiquiátrica aos doentes mentais era prestada pelas Santas Casas de Misericórdia. Na verdade, o projeto de criação do *Hospital de Dom Pedro II* data do ano de 1841, como comemoração à ascensão ao trono do novo imperador, mas a sua inauguração só se deu dez anos depois. Carregou o nome do imperador até o ano de 1889 quando, após a proclamação da República, passou a se chamar *Hospício Nacional de Alienados* e posteriormente *Hospital Nacional de Alienado* (HNA).

A criação do Hospital psiquiátrico Dom Pedro II é celebrada pela psiquiatria como a conquista de um espaço específico para o recolhimento do louco e da loucura e também como um lugar onde seria possível dispor de uma série de dispositivos e instrumentos que tornaria eficaz a sua intervenção. É a

conquista não somente de um espaço físico e geográfico, mas, sobretudo, a conquista de um espaço simbólico, em que o poder se concentraria nas mãos do médico enquanto o doente mental ficaria submetido ao seu saber. Espaço em que as práticas terapêuticas seguiriam os preceitos marcados por uma verdadeira “pedagogia da norma”. A criação de lugares específicos, afastados do meio social, possibilitaria uma maior liberdade para o desenvolvimento de meios de intervenção e formas de tratamento.³⁷⁴

Primeiramente, é possível perceber que a criação do HNA decorre de inúmeros protestos médicos contra a situação deplorável em que os loucos se encontravam dispostos de qualquer maneira no interior das Santas Casas de Misericórdia. Vivendo daquela forma poucas chances lhes restavam de cura e recuperação. Assim:

(...) através da condenação do funcionamento hospitalar se veicula a necessidade urgente de criação de um hospício de alienados. Pertencendo a uma mesma unidade, mortos, doentes contagiosos e loucos impedem que o hospital cumpra sua função terapêutica. Se há necessidade de construir um novo hospital, também é preciso criar espaços específicos para os perturbadores da ordem hospitalar: o cemitério, a enfermaria dos bexiguentos e tuberculosos, o hospício (MACHADO *et al.*, 1978, p. 427).

De fato, em meio a esta promiscuidade e diante dessa situação deplorável de escassez de infraestrutura e espaços sistematizados, seria impossível qualquer tipo de intervenção da psiquiatria. Além disso, seres de diferentes sexos e idades conviviam juntos sem nenhum cuidado específico que respeitasse as suas diferenças de gênero e condições mentais. Inúmeras foram as críticas a este modelo de assistência que pouca eficiência apresentava. Na verdade, o a maioria indivíduos poderia esperar depois de cair nos porões da Santa Casa era a degradação e a morte, raramente a cura.

Por outro lado, a criação do hospício apresentou também um caráter político. Com a ascensão da maioria de Dom Pedro II, pretendeu-se difundir a imagem de um rei filósofo, pai dos desvalidos e dos oprimidos. A construção do Hospício na Praia Vermelha³⁷⁵, com vista para a Enseada de Botafogo, no Rio de Janeiro, serviu, dessa forma, para reafirmar esta imagem positiva que se pretendeu difundir do novo imperador. O responsável pela criação do hospital foi José Clemente que após tomar todas as medidas necessárias criou o Hospício de Pedro II a partir do decreto de Julho de 1841. Convém lembrar que os médicos foram os responsáveis pela escolha do hospício, montando uma instituição de

³⁷⁴ No entanto, convém lembrar que, diferentemente da França, no Brasil a criação do asilo para alienados foi expressão do regime monárquico centralizador gerado a partir de um consenso de elites (Teixeira, 1999, p. 85), não foi à toa que recebeu o nome do imperador. É possível compreender, nesse sentido, a limitação da ascensão da classe médica, pois o que se procurou no início foi a afirmação e sustentação de um poder central monárquico que tinha a instituição religiosa como importante aliada, assim, nos primeiros anos da criação do Hospício a assistência manteve suas características predominantemente religiosas.

³⁷⁵ Lugar onde hoje funciona o Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil (IPUB) na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

características idênticas às do modelo francês elaborado basicamente por Phillippe Pinel e Esquirol. Neste sentido, a construção do hospício apresenta-se não somente como ascensão do imperador, mas, sobretudo, como símbolo da civilização que se instalava na capital e como parte do projeto normalizador da medicina que se instaurava no império (CALMON, 1952).

Dessa maneira o HNA procurava “inserir como doente mental uma população que começa a aparecer como desviante aos olhos da medicina nascente” (PORTOCARRERO, 2002, p. 9). Para tanto procurou alcançar os seguintes objetivos:

(...) isolar o louco da sociedade; organizar o espaço interno da instituição, possibilitando uma distribuição regular e ordenada dos doentes; vigiá-los em todos os momentos e em todos os lugares, através de uma ‘pirâmide de olhares’ composta por médicos, enfermeiros, serventes...; distribuir seu tempo, submetendo-os à realidade do trabalho como principal norma terapêutica (...) (PORTOCARRERO, 2002, p. 9).

A principal característica do modelo de assistência psiquiátrica neste primeiro momento não foi o modelo científico, mas o isolamento. Fruto das influências sofridas pelo médico francês Philippe Pinel, o isolamento era visto como uma forma de manter o doente afastado do convívio com os seus familiares, o que no pensar dos médicos daquela época, marcados pelas idéias de Esquirol e Pinel, contribuiria em grande medida para a recuperação do doente, visto que as relações domésticas eram apontadas como a principal causadora do adoecimento do indivíduo. O hospício era visto, neste sentido, como o único local em que a cura seria possível. Nas palavras de Esquirol: “No hospício o que cura é o próprio hospício. Por sua estrutura e funcionamento, ele deve ser um operador de transformações dos indivíduos”. Assim:

Para isolar o louco, os médicos expõem motivos: a presença de parentes e amigos relacionados às causas da loucura irritam o mal e entretêm o delírio, enquanto o isolamento significa possibilidade de romper os hábitos do louco, ligados à sua loucura e que a revigoram constantemente; a família concorda com a vontade do louco, que adquire assim uma força desmedida e suas faculdades e convence-se mais da idéia de que todos o obedecem; quando ocorre uma desobediência ao chefe de família enlouquecido, este piora por não suportar o rompimento de uma relação reconhecida; muitas vezes, há tentativa de convencer o louco de seu erro e de seu delírio, fazendo com que este tente justificar sua conduta e discursos; as despesas e o medo atrapalham a vida familiar (MACHADO *et al.*, 1978, p. 431).

Numa perspectiva de análise foucaultiana, Machado (1978) demonstra que o que se pretendia naquele momento, era encerrar o louco na instituição cortando todos os seus vínculos externos para que o trabalho de intervenção psiquiátrica se desse de forma livre e que o seu poder fosse inquestionável. Acontece que uma análise puramente foucaultiana não é capaz de esgotar a problemática do nascimento do hospício e da medicina mental no Brasil, pois sua constituição não foi mera reprodução da psiquiatria francesa, ao contrário, a psiquiatria brasileira teve suas peculiaridades como, por exemplo, a disputa entre religiosos e médicos e a medicina “oficial” e as práticas populares e cura. O que não se pode negar é que

a criação do asilo para alienados no Brasil foi, sem sombra de dúvidas, expressão do regime monárquico centralizador gerado a partir de um consenso de elites, e pensando por este lado compreende-se que o isolamento correspondia aos reais interesses dessa elite que defendia a civilização e a modernização do país, e para tanto as marcas do atraso e da subversão deveriam ser isoladas e escondidas. O que se pretendia, na verdade, era resguardar os interesses da elite dos “maus hábitos” dos pobres que contaminavam a sociedade. O que comprova esta afirmativa é o fato de que o isolamento dos pobres era compulsório enquanto que para os loucos de família rica era facultativo, pois:

Se a família rica quiser manter junto dela o alienado, o internamento não deve ser imposto. Ainda que com limitações, ela pode reproduzir – ou tentar fazê-lo um hospício no interior de sua grande casa. A situação é diferente no caso da família pobre e do louco que vaga pelas ruas: não há possibilidade alguma de garantir a segurança e o tratamento. O isolamento é então indispensável (MACHADO *et al.*, 1978, p. 431).

Não obstante, o isolamento não era apenas o suficiente. Era necessário adestrar, dominar, condicionar o indivíduo a se portar segundo a moral vigente. O tratamento moral era uma característica fundamental, não é à toa que um dos diagnósticos mais freqüentes neste período era o de loucura moral³⁷⁶, quer dizer, uma loucura relacionada às transgressões das normas políticas, sociais, culturais e, sobretudo, sexuais, dominantes naquele momento. Para exercer um trabalho eficiente de disciplinarização era necessário reestruturar este espaço assistencial, fragmentá-lo e especializar as suas intermediações dotando cada espaço de mecanismos capazes de promover um controle intenso e contínuo. No entanto, isolar por si só não era o suficiente para a cura, afinal de contas esta já era uma prática adotada nas Santas Casas de Misericórdia e que não obtivera sucessos, era preciso assistir, disciplinar e controlar.

Partilhando das idéias de Michel Foucault e Roberto Machado, é possível pensar que, ao contrário das Santas Casas, o hospício nasce de uma ideologia sistematizada: tem uma arquitetura própria, bem planejada, criada exatamente para fazer valer o seu poder. Possui alas destinadas exclusivamente para mulheres, assim como possui alas específicas para o público masculino. Possui também uma divisão por classes, pois as disposições de indivíduos de classes sociais distintas devem obedecer a uma hierarquia social. O hospício de Dom Pedro II, por exemplo, foi construído em duas partes simétricas, com uma forma de um retângulo com um bloco central separando essas duas alas laterais, cada uma contendo dois pátios internos. Cada divisão fora subdividida ainda em três classes. A primeira classe, que dispunha de quarto individual, a segunda com um quarto para dois alienados e a terceira, que recebia os indigentes, dispo de enfermarias gerais para 15 pessoas. Além disso, a distribuição dos indivíduos se dava pela divisão dos pensionistas de primeira e segunda classes em tranqüilos e agitados e os de terceira classe e

³⁷⁶ O diagnóstico de loucura moral servia para classificar aqueles indivíduos que transgrediam as normas da moral vigente. Em outras palavras, eram indivíduos que pecavam pela sua “imoralidade”. Dentre estes indivíduos se encontravam, sobretudo, prostitutas, homossexuais, alcoólatras e os pervertidos sexuais.

indigentes em tranqüilos limpos, agitados, imundos e afetados de moléstias contagiosas (Ver: CALMON, 1952).

Esta divisão de classes não se faz de forma despropositada, mas, ao contrário, ela mantém viva a ideologia da época de que o louco de classe rica não é o mesmo louco da classe pobre, eles podem apresentar a mesma patologia, mas a sua classificação respeita as suas distinções de classe. Como foi dito anteriormente, as famílias ricas podiam manter os seus loucos em casa, mas se optassem pela internação o tratamento se dava de forma diferenciada. Como mostra Machado *et al.*, (1978, p. 434):

(...) O hospício se caracteriza por um isolamento que se constitui não só como um espaço fechado sobre si mesmo, mas também como espaço diferente, heterogêneo com relação às outras instituições. O que não implica que a população asilar seja homogênea: o hospício é um espaço classificatório que localiza e distribui os indivíduos em seu interior, a partir de categorias muito pouco médicas como tranqüilo-agitados, sujeitos-limpos e outras do gênero que sempre podem ser acrescentadas.

Em suma, é uma divisão propositada que visa, dentre outras coisas, a manutenção da ordem e da disciplina no interior da instituição. Não é possível pensar, neste sentido, em uma identidade da loucura no interior desses asilos, aliás, poderia existir alguma identidade na loucura? O que diferencia a loucura do rico e do pobre não é apenas a sua maneira peculiar e única de experimentar as suas vivências, suas angústias, delírios, alucinações, devaneios, mas, sobretudo, o lugar que ocupa na hierarquia dos poderes representada por uma escala social com lugares e papéis bem demarcados. Neste sentido, as formas de tratamento também são diferenciadas, aos loucos abastados são dispensadas formas de intervenção mais grosseiras ou, digamos, violentas.

Assim, como forma de garantir o “controle” sobre a ordem e a disciplina constantes, essas instituições passaram a contar com mecanismos rigorosos de vigilância. Para tanto, o corpo profissional foi dotado de enfermeiros responsáveis, sobretudo, pela manutenção da ordem, velando ainda pela limpeza e asseio dos internos, a fim de evitar a disseminação de distúrbios e doenças. Não é um controle apenas físico ou concreto, mas, sobretudo, simbólico, não é somente sobre o corpo do doente que o profissional age, mas sobre a sua mente, fazendo valer aos poucos o exercício eficiente do autocontrole. A partir de uma leitura que bebe na fonte de Michel Foucault, Machado *et al.*, (1978) lembra que: “o louco deve ser vigiado em todos os momentos e em todos os lugares. Deve estar submetido a um olhar permanente”.

Seguindo também a mesma perspectiva de análise de Foucault, Teixeira (1998) percebe que, não por acaso, o hospício apresenta uma arquitetura própria, esta construção planejada pelos médicos visa, além de tudo, o controle e a disciplina. Dessa maneira, o espaço precisa viabilizar a ocorrência dessa vigilância. O hospício planejado por Esquirol, por exemplo, tem apenas um andar e ele justifica este fato dizendo que, dessa maneira, o pessoal da vigilância ao passar pelos corredores pode visualizar com precisão o que

ocorre dentro dos quartos, mas a sua visão é um pouco mais profunda, sistemática e estrutural, pois, além do facilitamento do controle dos enfermeiros sobre os doentes, ele diz que um espaço planejado dessa forma ainda possibilita que os enfermeiros se vigiem melhor entre si, além de serem mais facilmente vigiados pelos chefes de casa. Quer dizer, é uma estrutura onde as relações de poder são freqüentes e que para funcionar realmente, estas relações precisam respeitar uma ordem de hierarquias desenhada claramente em forma de escalas de poder, onde o doente está subordinado ao enfermeiro, que por sua vez se subordina ao médico, que está subordinado ao seu chefe e assim por diante. Para que o sistema de vigilância seja eficiente é necessário que este seja espalhado por todos os cantos, sendo exercido em pontos diversos por atores diferentes, mas o que não deve ser esquecido é que no topo dessa escala se encontra o médico, que sempre dará a última palavra. Ou seja, “o poder deve estar submetido ao médico como princípio de sua unificação”.

Assim, uma forma de manter o controle dos internos é submetendo-os a rotinas intensas de trabalho no interior do asilo. Como foi dito anteriormente a laborterapia foi uma prática amplamente utilizada na Europa, encontrando no Brasil grandes adeptos, como Juliano Moreira, Teixeira Brandão e Franco da Rocha. Pode-se dizer que esta foi a primeira terapêutica utilizada no Brasil. Isto porque: “O trabalho permite o controle de cada ato, de cada gesto; permite coordenar e ordenar o corpo e a mente. O trabalho é, portanto, em si mesmo, terapêutico, ocupando assim uma posição central no tratamento” (Cf.: MACHADO, *et al.*, p. 441). Mas o principal objetivo do trabalho no interior do asilo é, sem sombra de dúvidas, combater o ócio e a inércia, fazer uma distribuição do tempo, que é diferente no interior da instituição, além de preparar o indivíduo para o trabalho na ocasião de sua inserção na sociedade depois do tratamento.

Além disso, segundo Machado, o trabalho dentro do hospício proporciona grandes benefícios:

(...) Em primeiro lugar, facilita a manutenção do hospício, pois os próprios alienados confeccionam as roupas, lavam, passam, além dos produtos poderem ser vendidos; em segundo lugar, constitui elemento de prevenção de recaída – o louco aprende um ofício que depois poderá exercer na sociedade, evitando problemas como miséria e desocupação, causas de loucura (MACHADO, *et al.*, 1978, p. 442).

No entanto, muito embora o trabalho fosse uma prática amplamente utilizada no interior da instituição asilar, convém lembrar que nem todos os internos entravam na labuta. Não é de se estranhar que este fosse realizado pelos pobres e não pelos loucos ricos. No caso do Hospital de Pedro II, por exemplo, “não se terá os ricos nos trabalhos das oficinas, dos jardins, ou nos serviços do hospício, que são trabalhos de pobre, a que os psiquiatras não querem ou não podem obrigá-los” (MACHADO *et al.*, 1978, p. 442). Para os ricos eram criados jogos e bibliotecas, suas rotinas eram bastante diferenciadas dos pobres.

As rotinas, bem como as terapêuticas utilizadas no interior do hospício, podem até ser diferentes e variadas, mas o objetivo é, certamente, o mesmo: promover uma “docilização dos corpos”, colocando os corpos e espíritos de ricos e pobres sobre o total controle do alienista. O médico introduz o sentimento de culpa, suscita no doente o amor próprio, e faz valer o seu discurso, através da introjeção na cabeça do doente da idéia inquestionável de que ele é o único ser capaz de promover a cura, e assim ele faz, necessariamente o louco ter o desejo de ser curado por ele. Em outras palavras, “o médico acaba persuadindo o louco a aceitar e tornar seu comportamento ordeiro, ordenado, calmo, obediente” (MACHADO, *et al.*, 1978, pp. 444-445). Assim a eficácia do trabalho médico, bem como do funcionamento do hospício, reside em sua presença na sociedade como operador de cura. É por isto que mesmo que:

(...) A organização arquitetônica deve ser marcada intrinsecamente por uma característica médica: no hospício o que cura é o próprio hospício; o bom emprego do tempo é condição indispensável do processo de transformação do alienado em um ser útil e dócil: ele deve introjetar a lei moral do trabalho; a direção centralizada, conjugando saber e autoridade, encarna a norma de comportamento e estabelece as etapas do percurso terapêutico: o médico deve ocupar o topo da estrutura de poder característica do hospício; a internação do alienado deve possuir um fundamento legal que evite o perigo das sequestrações arbitrárias: a medicina deve impregnar a legislação e a justiça (MACHADO, *et al.*, 1978, p. 448).

Discursos, saberes e práticas

O número de instituições psiquiátricas no Brasil, neste sentido, cresceu assustadoramente logo após a proclamação da República e não parou mais de crescer na passagem para o século XX. Instituições cada vez mais caracterizadas pelo poder central do médico. Em passagem do relatório de Teixeira Brandão enviado ao provedor da Capital Federal, ele assinala a necessidade de maior medicalização do hospício:

Seria muito para desejar que o Exm. Sr. Provedor ampliasse mais a ação dos médicos, de modo que eles não se limitassem, como até aqui, à prescrição dos agentes terapêuticos. Os exercícios metódicos, as distrações e o trabalho, que constituem a base do tratamento moral, deveriam ser ordenados e presididos pelos médicos... (BRANDÃO, apud. MACHADO *et al.*, 1978, p. 457).

Dessa maneira, a psiquiatria nacional começou a se organizar verdadeiramente como um campo de investigação científica, cujo objeto de estudo era as doenças mentais, suas causas, efeitos, e principais formas de tratá-la, combatê-la e evitá-la. Assim, como mostra Venâncio (2003, p. 5): “a relação entre ciência e assistência se organizou logo na aurora do século XX” sendo que o pensamento alemão passou a ser incorporado pelos médicos na instituição pública asilar. O legado médico de Pinel e Esquirol não era mais suficiente, o isolamento e a laborterapia desvinculados de uma pesquisa científica

mais apurada não surtiram grandes efeitos e para livrar a psiquiatria brasileira das marcas do atraso era preciso ir mais adiante. A ciência alemã passou a ocupar espaço no campo de pesquisa da psiquiatria brasileira. Dentre os principais pensadores alemães, destacam a presença de Morel e Emil Kraepelin, que visavam, sobretudo, a promoção da saúde através da prevenção das doenças mentais. A pretensão não era promover o tratamento dos doentes, mas impedir que os indivíduos chegassem ao adoecimento através de medidas profiláticas, característica freqüente da psiquiatria alemã.

Assim, era necessário dotar o corpo médico de conhecimentos bem específicos, além de preparar o corpo de profissionais para trabalhar no “novo hospício”. Era preciso promover um novo ensino de psiquiatria, pois o então existente não era mais capaz de suprir as novas demandas.

Dessa maneira, o ensino de psiquiatria como disciplina autônoma passou a existir no Brasil em finais do século XIX, mais precisamente no dia 30 de outubro do ano de 1882, quando a lei 3141 foi aprovada. Anteriormente a isto o ensino era exercido através de conversas informais em que o médico transmitia oralmente os seus conhecimentos ao aspirante em Medicina, isto porque ainda não existia faculdade de Medicina no Brasil e muito menos de Psiquiatria. O primeiro catedrático de psiquiatria no Brasil foi o doutor João Carlos Teixeira Brandão que foi aprovado em concurso em 1883, aos 29 anos de idade (Cf.: VENANCIO, 2003, p. 5).

De orientação predominantemente francesa, Teixeira Brandão iniciou o ensino de psiquiatria no Brasil sob os auspícios da psiquiatria francesa que, como foi dito anteriormente, baseava-se, exclusivamente, no modelo assistencial. As aulas eram ministradas no Pavilhão de Observações do Hospício Nacional de Alienados na cidade do Rio de Janeiro, criado pelo Decreto 1559 de sete de outubro de 1893, prédio em que hoje funciona o Instituto de Psiquiatria da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

O professor de psiquiatria era pago pela Assistência aos alienados e residia em casa que lhe era destinada, vizinha ao hospício, pois assim era possível recorrer a ele em qualquer momento caso ocorresse alguma urgência. No entanto, as aulas de psiquiatria ainda não eram obrigatórias. Segundo GOMES, *et al* (2005, p. 175):

As aulas de psiquiatria eram dadas, em caráter facultativo, aos estudantes do sexto ano médico durante um semestre. Poucos alunos freqüentavam. Consoante Henrique Roxo havia o preconceito “de que maluco teria de ser jogado no hospício”. O ensino de psiquiatria guiava-se pelo modelo francês sem uma adaptação adequada à realidade brasileira. A direção do hospício e a cátedra de psiquiatria da Faculdade de Medicina, perderam muito com a saída de Teixeira Brandão para exercer o mandato de deputado federal.

Nas palavras de Venâncio (2003, p. 9):

A adoção da ciência psiquiátrica de inspiração alemã coadunava-se assim com uma política consistente, de caráter preventivista, em que a intervenção ultrapassava a

atenção para com o indivíduo, adentrando o espaço social para sua normalização – uma normalização diferenciada, entretanto, daquela produzida pela psiquiatria alienista.

Dessa maneira, na passagem do século XIX para o século XX surgiu uma nova nosografia, não mais inspirada em Pinel, Esquirol e seus continuadores, com os conceitos de mania, monomania, etc., e sim em Kraepelin apontando para novas possibilidades de cura, baseado em pesquisas científicas e em uma política assistencial mais consistente. Essa reordenação entre ciência e assistência a alienados se dá com a nomeação de Juliano Moreira para diretor do Hospital Nacional de Alienados do Rio de Janeiro e em São Paulo, Franco da Rocha vai ser o precursor desse modelo de assistência hospitalar mais centrado no desenvolvimento das pesquisas científicas e assistência mais sistematizada. Segundo Portocarrero (2002) essa nova etapa da psiquiatria brasileira privilegia o conceito de anormalidade, e passa a agrupar, além dos doentes mentais, os degenerados, epiléticos, criminosos, sífilíticos, alcoólatras, etc. Assim, a psiquiatria brasileira procura se ajustar aos novos padrões científicos surgidos na Europa, com a valorização da etiologia específica das doenças, buscando fundar as teorias da psiquiatria em considerações menos morais e mais fisiológicas, ou melhor, psicofisiológicas.

Assim, a partir das primeiras décadas do século XX os discursos e práticas psiquiátricas no Brasil se vinculariam fortemente ao conceito das degenerescências abrindo espaço para a implantação de uma psiquiatria eminentemente preventiva, preocupada não mais com o isolamento e com a cura da doença mental, mas, sobretudo, com a sua profilaxia. Marcado pelo pensamento eugenista, o discurso médico e psiquiátrico brasileiro passou então a defender a necessidade de uma intervenção profilática e preventiva e a doença mental passou, dessa forma, a ser combatida antes mesmo do seu surgimento. Quer dizer, investiu-se não somente sobre os já acometidos pela doença, mas procurou intervir junto àqueles que poderiam “vir a ser”. A idéia não era mais isolar os indivíduos perigosos para a sociedade e sim aqueles que, por sua condição de “inferioridade genética”, poderiam ser um mal para a “raça”. (COSTA, 2007). A psiquiatria pensava assim em prevenir ao invés de tratar e passou a intervir não só no interior do hospício, mas também no seio da sociedade. O objetivo era livrar a população não somente dos “degenerados”, mas dos “imorais”, enfim, dos “anormais” (Ver FOUCAULT, 1987, CUNHA, 1986 e PORTOCARRERO, 2002).

Por isso mesmo, o alvo principal deixou de ser apenas os doentes mentais, mas todos aqueles que por algum motivo se encontravam fora da “norma”. A psiquiatria, naquele momento procurava intervir diretamente na vida cotidiana, ampliando seus espaços de intervenção, fiscalizando as condições sanitárias das moradias, dos estabelecimentos comerciais e instituições de saúde.

Dessa maneira, a transferência dos campos de intervenção, onde o hospício deixa de ser um espaço exclusivo de intervenção sobre a doença mental que, a partir de então transgride seus muros agindo diretamente no seio da sociedade. No entanto, o Hospício e o Hospital não deixaram de ter sua

importância, muito ao contrário, foi justamente a partir do surgimento das técnicas científicas e experimentais, que vieram na corrente dessa linha de pensamento e saber, que as instituições psiquiátricas brasileiras, viveram o seu auge, com a criação dos Laboratórios de Anatomia patológica e a utilização das terapias modernas, como o eletrochoque e o coma de insulina. Em outras palavras, a partir do século XX a psiquiatria brasileira combinou o modelo assistencial com o modelo científico, sendo que o Hospício deixou de ser o único espaço de ação dos alienistas, que passaram a intervir diretamente na sociedade através de um discurso que, além de incorporar as doenças mentais propriamente ditas, incluíam todos os que, por algum motivo, aos seus olhos, eram considerados como “anormais”.

Bibliografia:

ASSIS, Machado de. *O Alienista*. 7. ed., São Paulo: Ática, 1979.

CALMON, Pedro. *O Palácio da Praia Vermelha (1852-1952)*. Rio de Janeiro: Ed. Universidade do Brasil, 1952.

CARRARA, Sérgio. *Crime e loucura: o aparecimento do manicômio judiciário na passagem do século*. Rio de Janeiro: EdUERJ; São Paulo: EdUSP, 1998.

CASTEL. Robert. *A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo*. RJ, Graal.1978.

COSTA, Jurandir Freire. *História da Psiquiatria no Brasil: Um corte ideológico*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *O Espelho do Mundo: Juquery, a História de um Asilo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

CUNHA, Maria Clementina. Hospício a céu aberto. *Revista de História: A Revista de História da Biblioteca Nacional*.

ENGEL, Magali Gouveia. *Os delírios da razão: médicos, loucos e hospícios(Rio de Janeiro, 1830-1930)*./ Magali Gouveia Engel. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001.

FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do Saber*. 7. ed., Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FOUCAULT, Michel. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Perspectiva, 1987.

GOMES *et al.* *A faculdade de Medicina primaz do Rio de Janeiro em dois dos cinco séculos de História do Brasil*. Rio de Janeiro: Atheneu, 2005.

MACHADO, Roberto. (Org.). *Danação da Norma*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MEDEIROS, Tácito Augusto. *Formação do Modelo Assistencial Psiquiátrico no Brasil*. Dissertação de Mestrado: Instituto de Psiquiatria da UFRJ, 1977.

ODA, Ana Maria Galdini Raimundo & Dalgalarrodo, Paulo. História das primeiras instituições para alienados no Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v.12, n.3, Set. - dez. 2005.

PORTOCARRERO, Vera Maria. *Juliano Moreira e a descontinuidade histórica da psiquiatria*. Coleção Loucura & Civilização, RJ, Fiocruz, 2002.

RESENDE, Heitor. Política de Saúde mental no Brasil: Uma visão histórica. In: TUNDIS, Silvério Almeida & COSTA, Nilson do Rosário (Orgs.). *Cidadania e Loucura: Políticas de Saúde Mental no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2001.

RUSSO, Jane Araújo. Psiquiatria, manicômio e cidadania no Brasil. In: J. Russo *et al.* (orgs.). *Duzentos anos de Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ Editora da UFRJ, 1993.

TEIXEIRA, Manoel Olavo. *Deus e a ciência na terra do sol: o Hospício de Pedro II e a constituição da medicina mental no Brasil*. Tese de Doutorado, Instituto de Psiquiatria/ UFRJ, Rio de Janeiro (mimeo). 1999.

VENÂNCIO, Ana Teresa A. Ciência psiquiátrica e política assistencial: a criação do Instituto de Psiquiatria da Universidade do Brasil. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 10, n.3, Rio de Janeiro: Set. – Dez. 2003, pp. 1-19.

Painéis

O global e o particular: o estruturalismo e a historiografia brasileira acerca da abolição da escravidão (1960/70-1980/90)

Adriano Braz Maximiano

Graduando em História pela UFV

braz.adriano@yahoo.com.br

Resumo: A pesquisa apresentada busca perceber como o micro acontece em relação ao macro, ou seja: como a produção historiográfica brasileira, acerca da abolição do trabalho escravo no Brasil, dialogou com o estruturalismo. Objetiva-se perceber como o trabalho historiográfico esteve intimamente relacionado com esta corrente macroteórica. A relação a ser feita é entre a crise de determinada corrente e a mudança dos estudos historiográficos. A hipótese é que os trabalhos que analisaram a abolição da escravidão no Brasil estiveram fortemente influenciados pelo estruturalismo. Hora este era reafirmado, hora o mesmo era contestado, o que demonstrava a crise em que determinado paradigma estava imerso.

Palavras-chave: Historiografia brasileira, Estruturalismo, Abolição.

Résumé : La recherche présentée cherche à comprendre comment le petit s'applique à la macro, à savoir: que la production historique au brésilienne, au sujet de l'abolition de l'esclavage au Brésil, s'est dialogué avec le structuralisme. L'objectif est de comprendre comment le travail l'historiographique a été raconté intimement avec cette courant théorique. La relation doit être faite entre la crise structuraliste et le changement certain dans les études historiographiques. L'hypothèse est que les études qui ont analysé l'abolition de l'esclavage au Brésil a été fortement influencée par le structuralisme. Heure cela a été réaffirmé, heure le même a été désapprouvé, ce qui a démontré la crise dans ce certain paradigme a été submergé.

Mots-clés: L'historiographie brésilienne, Structuralisme, Abolition.

Introdução

Referente aos estudos que tiveram por objeto a escravidão ou a abolição da escravidão no Brasil, à historiografia delimita profundas mudanças de cunho teórico e metodológico acontecendo no decorrer das últimas décadas do século XX. A possível demarcação temporal para o início da referida mudança nos remete a fins dos anos 1970 e decorrer da década de 1980.

A mudança teria ocorrido em favor dos escravos, em favor da busca de suas identidades, experiências e “visões” acerca do regime escravista, de suas lutas em benefício da abolição, de suas posições posteriores conformadas ainda na vigência da escravidão e do processo abolicionista. Ou seja, empregasse a busca pelo sujeito escravo, suas lutas autônomas, seus valores e desejos. Como nos diz Flávio dos Santos Gomes:

Procurou-se analisar as variadas dimensões culturais, religiosas e sociais e os significados históricos do cativo e da liberdade. Os aspectos econômicos e sociodemográficos, supostamente inexoráveis e cristalizados, foram relativizados. Reflexões sociológicas generalizantes e/ou abordagens economicistas cederam espaço para as análises de história social e da cultura (GOMES, 2003: 16).

A crítica volta-se então para aqueles que estariam preocupados com as conjunturas, em empregar teorias para a formulação do conhecimento histórico. Aqueles que não permitiam ver em suas análises os sujeitos enquanto pertencentes e fazedores da história. Novamente tomamos de empréstimo a argumentação de Flávio dos Santos Gomes, pois o mesmo nos fala desta historiografia: “Aos escravos relegaram o papel de figurantes, quicá mudos da história” (GOMES, 2003: 16).

A pesquisa aqui apresentada se volta para a mudança acima pontuada, buscando perceber como que em dado momento os estudos históricos que tinham por objeto a abolição do trabalho escravo no Brasil dialogou com o estruturalismo. Ou seja, como que a mudança amplamente vista e delimitada pela historiografia se comunicou com um referencial mais amplo. Objetiva-se perceber como a (re)afirmação e posteriormente a negação do estruturalismo possibilitou novos estudos, sendo que às vezes os mesmos objetivos e propostas são alcançados de maneiras diferentes. Parte-se da hipótese que a comunicação com o estruturalismo sempre esteve presente, mesmo que o objetivo seja negá-lo, e que ao negar determinado paradigma novos estudos ganham força.

Assim, o presente texto se configura então como a apresentação de parte de uma pesquisa maior realizada no decorrer do ano de 2011, que tinha por finalidade ser apresentada ao Departamento de História da Universidade Federal de Viçosa para a conclusão do curso de Bacharelado em História. Determinada pesquisa procurou observar e delimitar as principais referências dos estudos que tomaram por objeto a abolição da escravidão no Brasil, e perceber como que permanências são possíveis de serem delimitadas. Aqui a proposta é ligar os estudos em questão ao estruturalismo, apresentando parte dos resultados da pesquisa, demonstrando as comunicações entre o global e o particular, entre a historiografia delimitada e o paradigma estruturalista.

Como delimitação dos estudos históricos em análise, temos obras produzidas ou apresentadas entre as décadas de 1960 e 1990. Os estudos e autores que se encaixam em escolhida delimitação nos levam de encontro a dois grupos específicos. O primeiro grupo é formado por autores ligados a Escola Paulista, a saber: Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa. O segundo grupo é constituído por autores que estão produzindo análises sobre a abolição da escravidão no decorrer e posteriormente à década de 1980, sendo eles: Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos de Castro, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado.

Desde já, é preciso deixar claro que os autores citados estão dialogando com outras variáveis para além do estruturalismo e sua afirmação ou negação. Não podemos tomar a análise histórica produzida a

partir desta única variável, pois poderíamos cometer o imperdoável erro de simplificar as concepções dos autores. Por isso, para entendermos o diálogo estabelecido com o estruturalismo devemos apreender outras variáveis teóricas que coadunaram para a realização dos estudos em questão. Devemos reconhecer o rico quadro teórico-conceitual empregado, sendo que para aqueles ligados a Escola Paulista, algumas das formulações empregadas fazem de seus estudos e concepções singularidades teóricas originais referentes ao período escravista brasileiro e a sua derrocada.

O estruturalismo: afirmação e contestação

Quando nos voltamos para uma delimitada bibliografia referente ao estruturalismo, percebemos como este se apresenta como um imenso referencial para as ciências humanas no decorrer do século XX. A contestação deste referencial teórico e metodológico ganhara força por volta dos anos 1970, se pensarmos de fato o momento em que dado referencial se mostra ameaçado. Segundo François Dosse, teremos como o auge do estruturalismo os anos 1950 e 1960, sendo que no início da década de 1980 “tudo foi abalado em um destino funesto”. Dosse mapeia os anos de 1950 e 1960 como o auge, mas define precisamente a ascensão do estruturalismo até o ano de 1966, e a partir deste momento tem-se a regressão. Todavia, Dosse nos alerta que a temporalidade estruturalista, sua expansão e refluxo, não é unívoca, dependendo da ciência com o qual o mesmo dialoga (DOSSE, 1993: 17).

Vários foram os esforços para delimitar, no sentido de definir, e apropriar-se do estruturalismo. Houve aqueles que se viram ameaçados e tiveram que buscar saídas para se apresentarem enquanto dignos de reconhecimento através de sua especificidade (REIS, 2008: 9). Segundo Temístocles Cezar, tomando diversos autores como referência, da linguística até as artes em geral, diversos foram os campos de saber que definiram contornos através do estruturalismo. O autor destaca ainda que o estruturalismo e o seu diálogo com a História nos remete a momentos de reciprocidade, rupturas e absorções (CEZAR, 1995: 129). Deve-se pontuar que o estruturalismo ganha as mais diversas abrangências, e nas palavras de François Dosse, o mesmo é qualificado enquanto portador de uma “diversidade extrema” (DOSSE, 1993: 398). Já nas palavras de José Antonio Vasconcelos, pensando o uso do termo “estruturalista”: este “tem sido muitas vezes usado com referência a autores de áreas e perspectivas diversas e, por vezes, irreconciliáveis” (VASCONCELOS, 2003: 74).

Guardadas as diferenças e embates, podemos fazer uma ligação do estruturalismo com as ideias de Ferdinand de Saussure e a publicação, em 1916, do livro *Curso de Linguística Geral*, sendo que este foi publicado pelos seus alunos após sua morte. Outro grande marco para o estruturalismo foi à publicação do livro *Antropologia Estrutural*, cuja autoria é de Claude Lévi-Strauss, e o ano data-se 1958. Na argumentação de Krzysztof Pomian, o sentido do termo estrutura, após *Antropologia Estrutural*, passou então a fazer parte de interrogações, assim como o emprego daquilo que era ou podia ser considerado

por estrutura. Em dado momento a própria “validade da história” passou a ser contestada e o seu *status* parecia ganhar outro significado (POMIAN, 2005: 129-130).

A delimitação precisa do estruturalismo, seus representantes e características, torna-se uma tarefa árdua e talvez impossível de ser realizada, isto se pensarmos a abrangência das áreas que se utilizaram de determinados pressupostos, hora refutando-os, hora agregando os mesmos aos estudos, ou ainda criando novos conceitos. A dificuldade se apresenta ainda maior se pensarmos os usos feitos de determinado campo conceitual quando houve tentativas de delimitação, seja estas no sentido de tomar o estruturalismo como um paradigma, através de abordagens macroteóricas ou através de quadros epistemológicos, ou somente como um termo detentor de características próprias.

Concretamente o que deve ser demarcado é a singularidade, é a definição do estruturalismo enquanto um paradigma (DOSSE, 1993: 429), pois este não é uma escola detentora de um único modelo e com variáveis bem definidas, isto em relação a sua própria caracterização e o posicionamento frente outros modelos de análise, com suas teorias e metodologias. Deve-se demarcar as assimilações e os usos feitos pela história referente ao estruturalismo, mas deve-se também pensar as apropriações singulares realizadas pela História quanto ao estruturalismo e a preocupação da mesma com as mudanças sócio-históricas, a preocupação com modelos dinâmicos (FONTES, 1997: 369)

A dificuldade acima menciona desenha-se quando citamos:

Enquanto para José Carlos Reis o estruturalismo é uma manifestação teórica da pós-modernidade, devido ao fato de combater o sujeito autônomo humanista, para Ciro Flamarion Cardoso pertence ao paradigma iluminista, pela concepção de uma realidade social global. Já pra Michael Peters, tais recortes não são fixos ou estáveis, preferindo assim, evitar o uso de rótulos para classificar tais movimentos (LAMBERT DA SILVA & CARVALHO, 2011: 7).

Todavia, podemos perceber recorrências nos autores que nos falam sobre o estruturalismo, e apreender de imediato a busca do mesmo por inteligibilidades em contextos históricos. Como nos diz José Carlos Reis, o estruturalismo almeja dada inteligibilidade, isto em contraposição a um “mundo imediato” que “é visto como ilusório e falso. Sua verdade é oculta” (REIS, 2005: 72).

A busca por uma inteligibilidade que conformaria as estruturas sócio-históricas também aparece nas argumentações de Roger Chartier, quando o autor busca caracterizar aquilo que seria a “história dominante” realizada a partir dos anos 60 do século XX. Para Chartier, o que se destacava era a busca por “estruturas e as relações” que articulavam “mecanismos econômicos, organizavam as relações sociais, engendram as formas do discurso”, independentes dos indivíduos e suas intenções. Outro ponto característico desta “história dominante” seria a construção de séries e o estabelecimento de leis que demonstrariam as relações estruturais. Chartier afirma que “a história pôde assim retomar a ambição que havia fundado no início deste século a ciência social, especialmente na sua versão sociológica e

durkheimiana: identificar estruturas e regularidades, e portanto, formular relações gerais” (CHARTIER, 1994: 101).

Sem generalizações, o estruturalismo teria uma faceta que procuraria a formação ou criação de modelos e sua aplicação em determinados estudos, o que levaria a uma das críticas sempre recorrente, qual seja: referências às formas concebidas *a priori* e sua aplicação sobre a “realidade”. Resumindo, seria o estudo feito a partir da teoria, onde há uma busca por fontes que a comprove. Como nos diz Virgínia Fontes, “em sua elaboração, o modelo remete necessariamente a formas específicas – *a priori* – de apreensão da realidade” (FONTES, 1997: 356). Seguindo o pensamento da autora, a mesma nos fala que a aplicação de modelos em História demanda uma busca redobrada, pois a estrutura deve ser pensada de forma a permitir transformações. Segundo Virgínia Fontes, “os modelos de tipo histórico devem estabelecer, de um lado, os padrões constantes (equilíbrio), de outro, devem identificar aquilo que, no próprio sistema (ou estrutura), aponta para as instabilidades e as transformações (transição)” (FONTES, 1997: 369).

Para o estruturalismo as localizações históricas e culturais dos sujeitos os fazem únicos em determinados estágios do processo histórico, assim como as variantes deterministas os moldam e possibilitam as permanências e as mudanças. Esta localização determinista é que deve ser percebida e delimitada por aquele que pesquisa, assim como as variáveis que compõem a mesma e aquilo que determina suas mudanças. As mesmas variantes deterministas são pensadas a partir de um centro que as rege e surge como um dos fatores principais de transformação. Os campos históricos pressupõem uma ligação onde o centro determina mudanças em um todo. A partir de uma conexão com um centro determinista muda-se o político, o econômico, o social e o cultural (REIS, 2005: 67-96). A percepção é que não há uma divisão muito nítida entre as várias instâncias históricas, seja o econômico, o social ou o político, e as diferentes maneiras de se abordar o passado (POMIAN, 2005: 151).

A perspectiva estruturalista pressupõe uma racionalidade que estabelece um estudo cientificamente construído, em que os acontecimentos em separados não permitiriam ao historiador a apreensão da história e de dada racionalidade. Não permitiria ao historiador a percepção das especificidades históricas e interligações entre invariantes de um sistema (REIS, 2005: 67-95). As especificidades ganham corpo e os evolucionismos passam a ser contestados e perdem o sentido unificador. Para François Dosse, “o estruturalismo terá contribuído fortemente para provocar a crise da ideia de progresso”. O sujeito humanista, senhor de si e em progressão para a um futuro de “perfeição”, deixa de fazer sentido. Conforme Dosse, acontece “uma ruptura radical em relação ao iluminismo e à crença num progresso contínuo” (DOSSE, 1993: 392).

O estruturalismo teria ainda a ambição de se firmar como um megaparadigma transdisciplinar com pretensões de caráter puramente científicas (PETERS, 2000: 10). A inteligibilidade almejada teria como

fim principal o estabelecimento deste patamar. Esta busca por ser um método detentor de uma significação científica parece estar nas bases primeiras do estruturalismo. Escrevendo sobre as contribuições de Levi-Strauss para o modelo estruturalista, e as ligações que este pensador estabeleceu com a linguística estrutural, Dosse afirma que “a contribuição de rigor, de cientificidade, no ventre macio de uma ciência social ainda balbuciante e não implantada, só podia fazer nascer o sonho de se ter, enfim, alcançado o derradeiro estágio de cientificidade, em pé de igualdade com as ciências exatas” (DOSSE, 1993: 44-45).

O descrédito de alguns sistemas que pressupunham explicações e a criação de leis gerais torna-se nítido no decorrer das décadas de 1970 e 1980. As incertezas formuladas romperam com pressupostos até então estabelecidos e grandes “sistemas de explicação”, como, por exemplo, o marxismo e o estruturalismo, passaram a sofrer contestação. Todavia, o que se estabelece irá depender do que era proposto anteriormente e do que passou a ser almejado desde então.

Roger Chartier pensa as “incertezas” nas quais estava inserida a história no decorrer das últimas décadas do século XX. Na perspectiva do autor, o “tempo de incertezas” para a história demonstraria o desligamento desta com “modelos de compreensão”, com “princípios de inteligibilidade”. As modificações nos levariam a percepção de ruptura com modelos que guiarium um todo coletivo, que buscaria perceber e estabelecer leis, que buscaria uma “separação entre o conhecimento histórico e a consciência subjetiva do sujeito”. Chartier também ressalta como o olhar torna-se descentralizado, como o global deixou de fazer sentido. Nas palavras do autor,

o olhar deslocou-se das regras impostas a seus usos inventivos, das condutas obrigatórias às decisões permitidas pelos recursos próprios de cada um: seu poder social, seu poder econômico, seu acesso a informação. Habitada a estabelecer hierarquias e a construir coletivos (categorias socioprofissionais, classes, grupos), a história das sociedades estabeleceu novos objetos para si, estudados em pequena escala (CHARTIER, 2002: 84).

Para Chartier os objetos da história passam a ser “as racionalidades e as estratégias executadas pelas comunidades, parentelas, famílias, indivíduos”. Indo além, o mesmo afirma que outro pressuposto que teria abalado “as antigas certezas” seria a percepção que os historiadores passaram a ter de que os mesmos sempre empregam uma narrativa, ideia contrária daqueles que “pensavam ter acabado com o simulacro da narração” (CHARTIER, 2002: 84-86).

A ruptura, ou o abalo do estabelecido, permite surgir os sujeitos e as ações dos mesmos na formação e construção da sociedade. Segundo Chartier,

os historiadores quiseram restaurar o papel dos indivíduos na construção dos laços sociais. De onde vários deslocamentos fundamentais: das estruturas às redes, dos sistemas de posições às situações vividas, das normas coletivas às estratégias singulares (CHARTIER, 2002: 83).

A multiplicidade da história é também registrada por François Dosse, pois para este Maio de 68 representou o “esmigalhamento da história”, proporcionando “uma era de desilusões”. As lutas entram em outro patamar, cujos objetos serão confrontos de menores proporções revolucionárias. A vontade de mudança total se esfacela, “o ‘novo’ proposto pelo Maio de 68 teria se apagado por trás da continuidade, sendo, portanto, ‘uma revolução sem revolução’” (LAMBERT DA SILVA & CARVALHO, 2011: 18).

Neste movimento de crise, de impasse, deixa de fazer sentido o “sujeito teorizador, sistematizador”, aquele que cria leis para explicar o que se passou. O próprio sentido daquilo que seria o sujeito é posto em dúvida, pois não se tem mais o global e não se quer mais um sujeito que busque formulações e explicações teorizantes. Esta crise do sujeito seria, conforme Jorge Luiz Grespan, o que levou o estruturalismo a um impasse teórico. Para Grespan, “o paradigma estruturalista teria chegado a um impasse não tanto devido à crise provocada pela fragmentação dos objetos da história, mas pelo ‘descentramento’ do sujeito” (GRESPLAN, 2004: 4).

Expandindo sua análise, Grespan pensa as mudanças ocorridas com a crescente diluição daquilo que seria o objeto da história, a fragmentação do sujeito e o que pode ser percebido como crise. Para o autor, a crise representa uma característica típica da modernidade, com as rupturas e a criação sempre veloz de algo novo. Na argumentação de Grespan, a crise assim se define:

(...) não como um processo destrutivo, e sim o virtuoso princípio que constitui a modernidade. E não só como princípio, mas também como descrição do processo histórico de produção do novo, de constante transformação e inquietude, registra-se um sentido positivo próprio aos tempos modernos. A fragmentação aqui significa autonomia, e o individualismo liberdade (GRESPLAN, 2004: 6).

Entretanto, a situação pela qual passou a história e o momento que a mesma vive, não é dissociável do passado, daquilo que passou a ser negado e daquilo que foi construído. Sempre existe um campo teórico que norteará o que será feito, que permitirá a inclusão ou a exclusão dos objetos em análise. Assim, a multiplicação dos objetos contestando o paradigma estabelecido esteve em constante diálogo com aquilo que até então era produzido, mas sempre houve o objetivo de se diferenciar. Para Grespan, “novos objetos não surgem apenas ao se deixar de lado antigas matrizes que os obscureceriam. Ou bem eles são anomalias dentro do quadro teórico que os produziu e que deve então ser modificado, ou novas matrizes os revelaram e a eles atribuíram sentido” (GRESPLAN, 2004: 2).

O global e o particular.

O movimento realizado pelo paradigma estruturalista, acima brevemente resumido, seu auge e sua crise, pôde ser mapeado na historiografia brasileira que se voltou para a abolição do trabalho escravo no

Brasil. Parte-se da ideia de que os estudos históricos estão sempre em comunicação com um quadro de referências, seja para afirmá-las ou negá-las. Novamente tomamos de empréstimo a afirmação de Jorge Luiz Grespan, pois o mesmo completa sua argumentação, acima citada, nos dizendo que: “Em qualquer caso, há um ‘corpus’ prévio de conhecimentos acumulados e sistematizados que orienta a pesquisa nova, definindo o relevante, permitindo recortes e sugerindo métodos de abordagem” (GRESPLAN, 2004: 2).

Quando a pesquisa realizada se debruçou sobre os estudos dos dois grupos de autores em análise e já citados na introdução deste texto, percebemos que em Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa o estruturalismo é afirmado em consonância com outros referenciais teóricos de suma importância para a compreensão dos mesmos. Já ao analisarmos obras de Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos de Castro, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado, percebemos a negação do paradigma estruturalista e a posição assumidamente contrária dos autores. O objetivo se torna propor e fazer algo diferente do que até então tinha sido realizado. Todavia, também para estes outras referências e campos teóricos tornam-se delimitadores.

Os dois grupos de autores nos levam a mudança historiográfica citada na introdução deste texto. Aqueles ligados a Escola Paulista, produziram suas análises no decorrer das décadas de 1960 e 1970, enquanto os outros autores conceberam seus estudos no decorrer das décadas de 1980 e 1990. Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos de Castro, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado, surgem entre aqueles que buscaram ressaltar os escravos, suas “visões” de mundo, suas lutas e experiências. Para estes, os estudos produzidos anteriormente não permitiam perceber os sujeitos e a atuação dos mesmos enquanto determinantes para os processos históricos. A preocupação se voltava para as conjunturas, para as rupturas entre sistemas. Para demarcar um distanciamento em relação à corrente anterior, Sidney Chalhoub enfatiza que em um de seus trabalhos (*Trabalho, ler e botequim*) não pode ir além de repetições de frases como, por exemplo, “a transição do trabalho escravo para o trabalho livre”. Segundo o autor, frases como a citada “estavam onde deveriam entrar a explicação histórica” (CHALHOUB, 1990: 19).

Como já demarcado outras variáveis teóricas estão implícitas e explícitas nos estudos em questão. A pesquisa possibilitou perceber que juntamente ao emprego de uma análise estrutural, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa, dialoga com outros referenciais de extrema importância para a compreensão e significação de suas obras, principalmente quando se voltam para o fim do regime escravista brasileiro. O foco recai diretamente na compreensão que determinados estudos dão para a relação entre Brasil e a economia em âmbito mundial, na compreensão que se estabelece entre dialéticas advindas da relação interno-externo.

Destaca-se ainda que nesta corrente a abolição aparece inserida em um amplo contexto de dialéticas entre sistemas produtivos. Tem-se por intenção perceber e caracterizar os sistemas e suas nuances

sociais, econômicas e políticas, assim como o polo gerador de mudanças, formulando trabalhos que muitas vezes transparece características sociológicas. Conforme Stuart Schwartz, esta perspectiva, fortemente influenciada pela teoria marxista e com uma visão materialista, tinha por objetivo “entender a repercussão do escravismo no desenvolvimento geral da economia brasileira e, em alguns casos, no sistema subsequente de relações raciais” (SCHWARTZ, 2001: 25-26). Para além, temos também ações políticas transmutadas em denúncias e negações.³⁷⁷

A aproximação entre aqueles ligados a Escola Paulista e o estruturalismo acontece na medida em que determinados autores deixam sobressair em seus estudos o lugar histórico ocupado pelo sujeito; a busca por inteligibilidades; as determinações que acontecem na relação com situações econômicas e sociais estabelecidas; as ligações que se dão entre as diversas esferas da realidade com mudanças em um todo. Pensa-se uma totalidade, mesmo que de fato a relevância torna-se o movimento, são as rupturas de uma especificidade histórica a outra. Porém, também não são apenas rupturas, pois uma totalidade define e deixa marcas para a totalidade seguinte.³⁷⁸

O que se percebe é que para além do emprego de um estruturalismo preocupado com invariáveis, com apenas demarcar e caracterizar um período histórico, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa se preocupam com as rupturas sociais, com dialéticas. O estruturalismo defendido e empregado torna-se portador de movimentos. As análises se tornam estruturalistas quando se preocupam com delimitações de sistemas e as crises dos mesmos, mas o dinamismo histórico esta sempre presente. Devemos demarcar que, como definido neste trabalho, o estruturalismo é um paradigma, não uma escola com modelos e conceitos pontualmente definidos, sendo que a apropriação deste por determinados autores ligados a Escola Paulista ganha novas variáveis e contornos.

Conclui-se que as análises de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa (re)afirmam o estruturalismo, mas não é um estruturalismo preocupado com apenas caracterizar “historicidades específicas” e sim em apanhar o dinamismo de determinado tempo histórico. Porém, como já afirmado, características fundamentais do estruturalismo continuam presentes, como por exemplo, a busca por aquilo que se mostra inteligível.

Referente a Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos de Castro, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado, a pesquisa delimitou como algumas das referências desses autores a busca pelo

³⁷⁷ Conforme Viotti da Costa, a luta política empregada se voltava contra as estruturas de classes, lançando “uma campanha mais ou menos sistemática para destruir as tradicionais mitologias sociais. Em particular, atacaram os dois referidos ‘mitos’ sobre a escravidão e raça no Brasil: os ‘mitos’ da ‘democracia racial’ e do ‘senhor benevolente’”. Ver: COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999, p. 346.

³⁷⁸ Temos, por exemplo, a situação a qual o negro ex-escravo se apresenta após a abolição dependente de sua condição enquanto escravo. Esta concepção permite críticas a determinados autores, como, por exemplo, a de que havia um consenso entre vários estudos desde os anos 1930 determinando uma visão “de que as relações raciais e a situação do negro no pós-escravidão eram fruto, mais ou menos direto, da herança da escravidão”. Ver: RIOS, Ana Lugão. & MATTOS, Hebe. *Memórias do cativo. Famílias, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 19-20.

subjetivo, experiências e sujeitos, a antropologia social e Edward P. Thompson com sua percepção acerca da construção de classes e as ações dos sujeitos, numa releitura do marxismo. Há ainda a pretensão de fuga daquilo que determinados autores destacam como o caráter estrutural da história. Fugindo da perspectiva estruturalista, a análise histórica volta-se para o sujeito como o dono da ação e do caminhar histórico.

Aqui transparece a busca pelos agentes, suas ações e percepções em determinado contexto, em determinado embate social, em dada movimentação econômica e política. Destaca-se que a delimitação teórica perante a fuga de estudos estruturais é praticada por todos os autores em análise. Como exemplo, recorremos a Celia Maria Marinho de Azevedo, que nos diz em tom de crítica:

(...) o medo raramente é incorporado nas análises daqueles que escreveram a história, prevalecendo as explicações estruturais, muito bem elaboradas e tão lógicas que acabam por provar que a história realmente só poderia ter ocorrido de uma dada maneira. Ou seja, os resultados estão contidos nas premissas teóricas e nenhum outro poderia dele resultar (AZEVEDO, 2004: 17).

A pesquisa permitiu perceber a negação do estruturalismo quando delimitamos e analisamos esse segundo grupo de autores, seus objetivos e perspectivas. A crise do paradigma estruturalista acima brevemente resumida se apresenta em nível nacional. Quando o estruturalismo entra em crise, decorrer das décadas de 1960-70, os estudos históricos mudam, tornam-se críticos da historiografia até então praticada. No caso específico da abolição da escravidão o objetivo continua o mesmo, mas a maneira, os métodos e referenciais para alcançá-lo se tornam outros. Determinados estudos, pós 1980, parecem ser uma resposta à crise estruturalista e as variáveis defendidas por este paradigma.

A partir de dado momento (1980) os estudos referentes à abolição do trabalho escravo no Brasil não querem mais o global, mas se interessam pelos sujeitos; não se preocupam com sujeitos-pesquisadores teorizantes; deixam de lado grandes “sistemas de explicação”; afirmam fazer uma história múltipla; não se preocupam com inteligibilidades para além dos indivíduos. Percebe-se este movimento até nos títulos das obras, pois posteriormente a década de 1980 o destaque é “uma história”, são as “visões” e o “significado da liberdade”, é o “medo” da “onda negra”. Já entre aqueles ligados a Escola Paulista, vemos o emprego de expressões e conceitos como: “capitalismo e escravidão”, “apogeu e crise da escravatura”, “sociedade de classes”.

Para fugir do referencial empregado, e justamente por isto se ligando ao mesmo, nota-se como Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos de Castro, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado trabalham com conceitos diferentes daqueles empregados por Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianno e Emília Viotti da Costa. Para este último grupo de autores, ligados a Escola Paulista, a preocupação é caracterizar o regime escravista, seus indivíduos, classes, castas ou “estamentos” (Conceito que se dirige especificamente as análises de Florestan Fernandes), para apanhar

o polo dinamizador e destacar o caminhar abolicionista. Enquanto Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos de Castro, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado trabalham com conceitos como “experiências” e “processo”, aqueles ligados a Escola Paulista se utilizam de conceitos como dialética, totalidades e antigo sistema colonial. Para estes o que importa de fato é caracterizar o modelo escravista brasileiro, sua ruptura e consequências para o desenvolvimento econômico e social brasileiro subsequente.

Destaca-se que a mesma colocação, a saber, a busca por ver a escravidão e a abolição a partir dos negros e escravos, é realizada pelos dois grupos de autores, pois ambos dizem estarem preocupados com os escravos e em retirar visões dos mesmos conformadas a partir das elites. O que os autores aqui ligados a Escola Paulista buscavam afirmar que iriam fazer, em oposição às mesmas visões das elites, os que vêm após os mesmos (1980) dizem que eles faziam e procuram novamente tentar trazer a cena o escravo. Com isso, nos estudos daqueles que se ligam as proposições e referências que ganham corpo no decorrer dos anos 1980, surgem novas fontes e novas perspectivas para se apanhar o mesmo sujeito, o escravo. Por exemplo, vemos isto nos estudos de Hebe Mattos, que analisa processos criminais e jornais para ressaltar as visões de liberdade que os escravos tinham ainda na vigência do cativo. Ou seja, nega-se o que era estrutural para ressaltar o contrário.

O que se percebe é que a mesma reivindicação leva a trabalhos diferentes. Enquanto Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni e Emília Viotti da Costa se preocupam em ver a escravidão e a abolição a partir dos negros e escravos, destacando a violência do regime, a posição de submissão assumida pelos escravos, a alienação frente o estabelecido, as colocações advindas após a escravidão, se destacando estudos com características sociológicas e talvez por isso a preocupação em caracterizar sistemas, Sidney Chalhoub, Hebe Maria Mattos de Castro, Celia Maria Marinho de Azevedo e Maria Helena Machado se preocupam em trazer o escravo a partir de suas percepções e experiências, suas ações e vontades, suas revoltas e objetivos, a relação com a classe trabalhadora após o regime escravista, a relação com a classe senhorial escravocrata. Aqui transpareça as ligações teóricas de ambas correntes de análise e suas refutações. Tem-se, ou dizem ter, o mesmo objetivo, mas as ações para alcançá-lo se fazem de maneiras diferentes.

Até as recorrências possíveis de serem delimitadas quando analisamos os dois grupos de autores no levam a afirmação ou a negação do estruturalismo. Um precioso exemplo, que se liga também ao marxismo, nos remete a percepção de que em um determinado momento a abolição se torna inevitável. Para os estudiosos ligados a Escola Paulista a abolição se torna um caminho sem volta quando em contato com economias mais dinâmicas, com o exterior, com as lutas entre representantes de uma classe e a busca por mudanças, com novos aparatos internos e o dinamismo representado. Para aqueles que produzem após os anos 1980 a escravidão se encontra ameaçada no momento em que a ação escrava

esta em seu auge, quando a política paternalista não mais tem força, quando o medo das elites reconhece a “onda negra”.

Considerações finais

A pesquisa realizada permitiu perceber que o campo teórico tanto para aqueles aqui considerados como pertencentes à Escola Paulista quanto para aqueles que produzem após 1980, com perspectivas diferentes, se liga diretamente ao estruturalismo e suas proposições. Determinado paradigma é primeiramente reafirmado, guardados os usos feitos do mesmo acima expostos, e posteriormente o objetivo é deixar a margem o quadro conceitual empregado. A ação após os anos 1980 é a fuga desse campo conceitual para ressaltar os sujeitos, a autonomia das classes, a multiplicidade da história. Ou seja, quando o estruturalismo entra em crise, assunto acima discutido, as análises históricas que tinham por objeto a abolição da escravidão no Brasil ganham outros estudos, mesmo tendo a mesma intenção da historiografia anterior, qual seja: destacar os sujeitos e os locais ocupados pelos mesmos.

Livros e textos utilizados como fonte

- AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco. O negro no imaginário das elites século XIX*. 3ª ed. São Paulo: Annablume, 2004.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. A face negra da abolição. In: *Nossa História*. Ano 2, nº 19, maio-2005.
- CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio. Os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995.
- CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: Uma história das últimas décadas de escravidão na Corte*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque*. 2ª ed. Campinas, São Paulo: Ed. da Unicamp, 2001.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república. Momentos decisivos*. 7ª ed. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Senzala À Colônia*. 4ª ed. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes. O legado da “raça branca”*. São Paulo: Dominus Editora – USP, 1965.
- FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil. Ensaio de interpretação sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.
- FERNANDES, Florestan. A sociedade escravista no Brasil. In: FERNANDES, Florestan. *Circuito Fechado*. São Paulo: Hucitec, 1976.

FERNANDES, Florestan. *Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 33-34

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo. Apogeu e crise da escravatura no Brasil Meridional*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

IANNI, Octávio. *Raças e Classes Sociais no Brasil*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1966.

MACHADO, Maria Helena. *O plano e o pânico: os movimentos sociais na década da abolição*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, EDUSP, 1994.

Referências bibliográficas.

CEZAR, Temístocles. Estruturalismo e pós-estruturalismo na perspectiva do conhecimento histórico. *Anos 90*. Porto Alegre, nº 4, 1995, p. 129-151.

CHARTIER, Roger. A história entre narrativa e conhecimento. In: CHARTIER, Roger. *À Beira da Falésia. A história entre certezas e inquietudes*. Trad.: Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 81-100.

CHARTIER, Roger. A História Hoje. Dúvidas, desafios, propostas. In: LOPES, José Sérgio Leite. A História Hoje. Dúvidas, desafios, propostas de Roger Chartier. *Revista Estudos Históricos*. Vol. 7, nº 13, 1994, p. 97-113.

DOSSE, François. *História do Estruturalismo. Vol. I: o campo do signo, 1945-1966*. Trad.: Álvaro Cabral. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

FONTES, Virgínia. História e modelos. In: CARDOSO, Ciro Flamarion, VAINFAS, Ronaldo (Orgs). *Domínios da História. Ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1997, p.367-368.

GOMES, Flávio dos Santos. Em torno da herança. Escravidão, historiografia e relações raciais no Brasil. In: GOMES, Flávio dos Santos. *Experiências atlânticas: ensaios e pesquisas sobre a escravidão e pós-emancipação no Brasil*. Passo Fundo: Ed. UPF, 2003, p. 13-40.

GRESPLAN, Jorge Luiz. O lugar da história em tempo de crise. In: *Revista História Hoje*. São Paulo, nº 5, 2004, p. 1-17.

LAMBERT DA SILVA, Roger Aníbal, CARVALHO, Rodrigo Amaro de. A escrita de história após maio de 1968: os falsos problemas da crise de paradigmas. *Contemporâneos. Revista de artes e humanidades*. nº 7, Nov/abril, 2011, p. 1-20.

PETERS, Michael. *Pós-estruturalismo e filosofia da diferença*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POMIAN, Krzysztof. A História das Estruturas. In: LE GOFF, Jacques (Org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 129-165.

REIS, José Carlos. Da história global à história em migalhas: o que se ganha o que se perde? In: REIS, José Carlos. *História e teoria. Historicismo, Modernidade, Temporalidade e Verdade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 67-96.

REIS, José Carlos. História da História (1950/60). História do estruturalismo: Braudel *versus* Lévi-Strauss. In: *História da historiografia*. Nº 1, agosto 2008, p. 8-18.

SCHWARTZ, Stuart. A historiografia recente da escravidão brasileira. In: SCHWARTZ, Stuart. *Escravos, roceiros e rebeldes*. Trad.: Jussara Simões. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2001, p. 21-86.

VASCONCELOS, José Antonio. O que é a desconstrução. *Revista de filosofia*, Curitiba, v. 15, nº 17, jul/dez, 2003, p. 73-78.

A Influência das Águas na Construção Sociocultural de Alagoas

Alexandre Antonio da Silva

Graduando em História pela UNEAL

Bolsista de Iniciação Científica FAPEAL/UNEAL

Integrante do Grupo de Estudos Cultura e Modernidade /CNPq

allexandre.anttonio@hotmail.com

Resumo: O texto apresenta resultados de uma pesquisa que busca explicar como as águas influenciaram no cotidiano da formação social e cultural de Alagoas, região essa que é cortada por inúmeras lagoas, rios e mares. E analisando alguns aspectos históricos como a formação dos polos de colonização conseguimos perceber o quanto foi predominante a influência das águas nessa região: Penedo localizada as margens do Rio São Francisco, Porto Calvo uma região mesopotâmica, e Santa Luzia-Alagoas situada em duas lagoas: Mundaú e Manguaba, ambas com a mesma saída para o mar. O texto mostra também como essas regiões foram se urbanizando e como receberam influência de culturas populares tanto de trabalhadores rurais como de afro-descendentes.

Palavras-chave: Sociedade, Identidade, Cultura Popular

Abstract: The text presents the results of a survey that seeks to explain how the waters have influenced in the everyday social and cultural formation of Alagoas, this region is crossed by numerous lakes, rivers and seas. And analyzing some historical aspects of training centres of colonization were able to realize how much was the predominant influence of the waters in this region: Penedo in the banks of the São Francisco River, Porto Calvo a Mesopotamian region, and Santa Luzia-Alagoas situated in two lagoons: Manguaba and Mundaú, both with the same outlet to the sea. The text also shows how these regions were began urbanizing with and as received the influence of popular cultures both rural workers as Afro-descendants.

Keywords: Society, identity, Popular culture

Introdução

Essa pesquisa tem como objetivo analisar alguns aspectos culturais que se formaram na sociedade alagoana, enfatizando a influência da natureza, em particular as águas, na construção de uma identidade alagoana, demonstrando o processo de formação que possibilitou a massificação de imagens no cotidiano das pessoas, através da criação da imagem de “terra das águas”, então, denominada de Alagoas. “Os referenciais das águas dos rios, das águas marinhas e das águas lacustres têm sido um aspecto importante, não só na definição e ocupação dos espaços geográficos alagoanos, mas, (...) enquanto um elemento articulador da densidade do simbólico” (BEZERRA, 2007: 53).

Para esse estudo foram realizadas análises bibliográficas com a intenção de ampliar a compreensão teórica das particularidades históricas, sociais, culturais e políticas desde a formação da província das

Alagoas até nos últimos séculos com os reflexos que são percebidos através das manifestações culturais. A partir disso Foram analisados os textos de Bezerra, 2007; Bezerra, 2011; Caetano, 2010a; Caetano, 2010b; Clancline, 1998; Diégues Júnior, 2006; Lindoso, 1985; Lindoso, 2000; Lindoso, 2005; Lindoso, 2011. Sendo assim, esse trabalho tem o objeto de compreender a influência das paisagens naturais na formação cotidiana dos alagoanos.

“Alagoas” na busca pela emancipação

Desde a sua colonização na região sul da capitania de Pernambuco, “Alagoas” já se destacava pela sua particularidade despertada pela imensidão de águas, graças à ela houve um melhor deslocamento para o interior, durante esse período elas serviam de rotas nas trajetórias dos colonizadores: eles adentravam por essa região com maior facilidade devido aos rios e as lagoas. Exemplo disso foi o rio São Francisco e seus afluentes, tinham a função de serem as estradas hídricas de penetração, inicialmente das bandeiras e depois no decurso dos séculos dos colonos povoadores. Os rios eram além de estradas líquidas os celeiros onde os primeiros colonos se abasteciam, e em cujas margens plantavam. As lagoas serviam de base para as conquistas e ocupações nessa região, facilitando ainda mais o adentramento dos colonos. Alagoas com a sua posição geográfica entre mares, rios e lagoas tornou-se destaque, fazendo com que se diferenciasse do restante da capitania e assim fosse criando uma certa autonomia com relação a província de Pernambuco. Em estudo realizado na documentação do Arquivo Histórico Ultramarino, Antonio Filipe Caetano percebe que: “Bento Melo aproveitando-se de um momento propício, cujo interesse régio visava à ampliação das jurisdições, (...) lança a luz a possibilidade que também garantia a Comarca das Alagoas a mesma prerrogativa” (2010: 38). Com isso “o relator da “proposta” descreve geograficamente o território destacando a distancia em relação a Pernambuco; as enseadas que garantia a entrada de embarcações, mas que deveriam ser cuidadas de defesa; e a grandiosidade do rio São Francisco” (CAETANO, 2010: 38). E sabendo da importância do rio, Bento Melo destaca a característica geográfica da região e vai “assinalando como possível divisor natural, o rio São Francisco ganhava o estatuto que sempre teve em sua origem: demarcar a capitania de Pernambuco da Bahia. Mas, para este momento, serviria para destacar o território alagoano” (CAETANO, 2010: 39). Utilizando da situação de dependência econômica da Bahia e da distante Recife, ele alega: “sobre o papel do porto, a criação de um novo território isolado, faria com que os “alagoanos” se libertassem da dependência frente à Bahia, local onde usavam para o escoamento de seus gêneros e absorção de materiais necessários para a sustentabilidade de sua economia” (CAETANO, 2010: 39). A região antes mesmo de algum ato político mostra que tinha necessidade de tornar-se independente, e que a sua característica aquífera dava-lhe uma particularidade especial:

(...) o relator da proposta de separação da Comarca das Alagoas da Capitania de Pernambuco, nos demonstra que por mais que as duas localidades estivessem conectadas, suas estruturas econômicas, geográficas e sociais já possuem uma dinâmica própria, ora dependente de Recife, ora de Salvador, ora buscando subterfúgios próprios para resolver seus problemas. Lógico que as tintas e os papéis de Bento Melo não surtiu efeito naquele momento, mas é sintomático em sinalizar um desenho peculiar, um contorno específico, um lugar diferente e uma identidade diferenciada da Comarca das Alagoas frente ao centro pernambucano (CAETANO, 2010: 40).

Alguns acontecimentos que antecederam a emancipação política:

No espaço alagoano ocorreram duas guerras fundamentais para sua criação: a Guerra do Bábaros ou o Levante Tapuia, que foi uma guerra dos currais de bois contra a confederação de tribos Tapuia-Kariri de índios de corso que, com a derrota dos Tapuias-Kariri, consolidou o devassamento do sertão, o que configurou o quadro de uma identidade política que iria surgir em 1817(...). E a guerra contra o Quilombo dos Palmares dissipou o maior aglomerado de negros escravos fugidos que se conhece em nossa história, aliviando o medo histórico que espantou a nossa aristocracia rural (LINDOSO, 2011: 39).

Esses acontecimentos fortaleceram ainda mais a ânsia e o desejo pela liberdade política e econômica.

Apenas em 1817 D. João VI decreta a emancipação política, a partir daí o termo capitania de Alagoas é disseminado com força, representando a sua autonomia à Pernambuco e fortalecendo ainda mais o sentimento identitário na região. Como vimos, antes mesmo da emancipação Alagoas já se prefigurava para o feito político, bastava que uma pessoa tivesse condições para fazer a solicitação e quem concretizou foi o Bragança.

Os Polos de colonização

Durante o período da colonização, a região sul da capitania de Pernambuco foi dividida em três polos: o de Penedo, o de Porto Calvo e o de Santa Luzia-Alagoas. Cada um desses polos tiveram suas especificidades, porém, com algo em comum ente eles: os dois primeiro estão localizados às margens de rios, já o terceiro a região está localizada em duas lagunas.

Penedo localizada à margem do rio São Francisco foi extremamente importante durante a colonização, em meados de 1570 ela foi servindo de ponto de apoio onde os colonos se abasteciam e plantavam as margens do rio. “Os arredores do Penedo, quer no lado sergipano quer no lado alagoano, se constituíram logo cedo em campos de pastagens naturais para criação bovina e cavalar” (LINDOSO, 2000: 38-39). Essa região fluvial se expandiu economicamente devido ao pastoreio. “A ação dos colonos-pastores fez que os campos de caça dos índios se transformassem em campos de pastos e rebanhos. Com o andar dos séculos, os índios se misturaram com os brancos surgindo uma extraordinária etnia de mamelucos” (LINDOSO, 2000: 39). Com a chegada dos colonizadores nessa

região os nativos de etnia tapuia sofreram violentamente, tanto pela dominação do território como também pela cristianização. Com toda essa influência os indígenas vão se transformando em vaqueiros à serviço da colonização: “A ausência do negro escravo democratizou a sociedade do pastoreio são-fraciscano. O índio-vaqueiro virou parte do projeto colonial de ocupação das savanas sertanejas do vale do rio São Francisco” (LINDOSO, 2000: 39).

Porto Calvo com a sua particularidade mesopotâmica em meados de 1590 foi muito influente na produção açucareira, na época era o produto mais importante, devido a sua localização estratégica a cidade foi:

(...)erguida sobre uma colina cercada de rios e terras baixas, e que dava acesso, por caminhos vicinais, aos vales do Camaragibe e do Santo Antônio, e mais ainda ao arco fluvial formado pelo rio Jacuípe e afluentes, que despejam no Una no engenho presidio. Isto é: subindo-se ao Manguaba, e um de seus afluentes, se chega ao Jacuípe, e seguindo-se o curso, chega-se ao Una, e descendo as águas escuras do Una chega-se ao mar (LINDOSO, 2000: 39).

Diferentemente do primeiro polo, Porto Calvo foi uma região onde se desenvolveu engenhos e junto com eles os canaviais, com a mão de obra formada pela exploração de escravos africanos.

Santa Luzia-Alagoas, surge em meados de 1608-1611, diferentemente das outras duas regiões ela foi formada em duas lagoas: Mudaú e Manguaba que se encontram e deságuam juntas no mar. “A laguna do norte ou Mundaú (...) serviu de base, (...) para a colonização do planalto e do vale do Mundaú. A laguna do sul, ou Manguaba, servia de base para a conquista e ocupação do vasto planalto interior, que leva aos férteis campos de Inhauns e ao vale do Paraiba” (LINDOSO, 2000: 41).

Maceió surgindo do terceiro polo forma-se próximo à Santa Luzia-Alagoas que já passara a ser denominado somente Alagoas, entre essa região das lagunas Mundaú, Manguaba e o mar, “Beiradeira com a velha cidade de Alagoa, metendo os pés na cultura lagunar, Maceió tem uma coisa que a velha Alagoas não tem: a fímbria marinha. O mar de colosso. E um planalto que lhe entra as estranhas” (LINDOSO, 2000: 41-42).

Uma Sociedade de afro descendente, mestiços e cultura popular

Diferentemente das águas dos mares e dos rios, as águas lacustres tiveram suas especificidades: em suas redondezas formaram-se periferias construídas pelo êxodo de trabalhadores rurais. Com isso, foi se disseminando uma grande influência de culturas populares suas representações e costumes, se espalhando com grande fluidez na vida cotidiana da urbanização que se formava. Essa cultura construiu características próprias, isso é percebido nos ritmos, modos, ritos ou até mesmo em sua base alimentícia, que era provinda das lagoas, em especial um molusco natural da região chamado, Sururu, ele foi por

muito tempo o principal alimento diante das péssimas condições de vida das camadas pobres habitada nos bairros lacustres das cidades beiradeiras como Maceió, Satuba, Pilar, Marechal Deodoro.

(...) o Vale do Mundaú e do Paraíba e o complexo lagunar mundaú-manguaba (...), o seu ponto de fusão e grande caldeirão cultural pode ser identificado em Palmares. Vai ser justamente em Palmares enquanto um espaço situado por dentre os vales do Mundaú e do Paraíba, espaços entranhados em uma profusa geografia fluvial encravada nas matas alagoanas, (...) que o Quilombo dos Palmares (...) vai se desenvolver o hibridismo das culturas africanas que por aqui aportaram sob a dominância da cultura banto (BEZERRA, 2011: 137).

E nesse enraizado foram se formando as cidades de Viçosa, União dos Palmares e Atalaia:

(...) os quais com o caminhar das décadas foram se transformando em 17 cidades (...). Situadas atualmente nos espaços geográficos onde se localizou o Quilombo dos Palmares- o núcleo inicial de desenvolvimento daquelas cidades do vale do Mundaú (...) foram se estabelecendo no decorrer dos séculos XVII, XVIII, XIX e XX, e todas tendo em comum, terem se configurado enquanto pequenas vilas depois da destruição de Palmares(...) (BEZERRA, 2011: 137-138).

Com isso dá para perceber o quanto é forte a presença da cultura negra com comunidades de remanescente espalhados em várias regiões do estado, com “(...) seus rastros presentes nas alegorias e nas escritas das culturas populares” (BEZERRA, 2011: 138). Maceió formou-se influenciada pelo complexo Mundaú e Manguaba:

“ao redor dos quais se desenvolveram os conglomerados de vilas e povoados, os quais no encaminhar dos séculos XVII, XVIII e XIX, aos poucos foram se aglomerando e dando origem às cidades de Marechal Deodoro (...) Pilar (...) Coqueiro seco, Santa Luzia do Norte, Maceió e Satuba. Por dentre esses espaços, as proliferações de pequenas ilhas, ilhotas, situadas por entre as estranhas dos canais, formatizam uma geografia única e típica das Alagoas(..)” (BEZERRA, 2011: 138).

Na região do complexo Mundaú e Manguaba a influencias das culturas afro descendentes forma um hibridismo que se manifesta tanto pelas: “(...) culturas populares alagoanas – do coco, da capoeira, bumba-meu-boi, do reisado, do guerreiro, das bandas de pífano, das baianas, do pagode, dos repentistas e dos emboladores – enquanto herdeira de Palmares, que tem se solidificado as atuais emergências das culturas negras,(...)” (BEZERRA, 2011: 138). Como também através da rica culinária tipicamente alagoana.

Considerações finais

Destacado muitas vezes devido à sua particularidade, “Alagoas” foi uma ou região fortemente influenciada pelos seus aspectos naturais, seja pelas matas, serras, mares e neste caso principalmente os rios e as lagoas. Os rios formaram os primeiros polos na formação das cidades alagoanas, através do rio

São Francisco em Penedo foram formadas sociedade de pastoreio com catequização de índios. Em Porto Calvo região cercada por rios, foram instalados engenhos de cana de açúcar com a mão de obra escrava. O último polo o de Santa Luzia-Alagoas foi formado pelas lagoas Mundaú e Manguaba, esse com uma particularidade especial, pois foram dessas lagoas que se desenvolveram boa parte das cidades alagoanas, inclusive a atual capital, e foram dessas regiões também que surgiram boa parte as manifestações populares, pois com “(...) a partir de sua destruição e a conseqüente diáspora dos quilombolas, as culturas africanas para aqui transplantadas se espalharam pelas Alagoas através de sua influência nas culturas populares alagoanas” (BEZERRA, 2011: 133). Com algumas dessas características percebe-se como é predominantemente forte a presença das águas na vida cotidiana e cultural de grande parte de Alagoas, seja pelos rios ou lagoas:

Poucas ou abundantes, psicológicas ou físicas, as águas dominam a cultura alagoana, marcando-lhes as criações, das egrégias às mais simples e anônimas. Não só a alagoana uma gente anfíbia, como a caracterizou Gilberto Freyre, mas de cultura de fortes dominâncias anfíbias: a pesca, os meios de comunicações, as habitações palafíticas, as cidades beirando os rios, mares, lagoas e mangais marinhos: a toponímia exposta ao domínio do aquático (...) (Lindoso, 1985:50).

Com algumas dessas características percebe-se como a região alagoana construiu uma sociedade com aspectos culturais fortemente influenciados pelas águas, sendo citada muitas vezes como terra das águas, tornando-se uma sociedade em que as pessoas são até mesmo caracterizadas como anfíbias.

Referências Bibliográficas

- BEZERRA, Edson José de Gouveia. *Reflexões em Torno de uma Identidade Ornamental: a emergente identidade cultural alagoana*. Recife, Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPE, 2007 (tese de doutorado)
- _____. Afro-desenvolvimento ou, a construção de um conceito de desenvolvimento sustentável a partir das comunidades afro-alagoanas; In: *ODARA: Revista do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros / Universidade Estadual de Alagoas*, Arapiraca: UNEAL, 2011, v. 1, n.1, p. 122-148.
- CAETANO, Antonio Filipe Pereira. Nos confins, nas vilas e na Comarca... A construção da autonomia política, administrativa e jurisdicional alagoana (séculos XVI-XVIII) In: CAETANO, Antonio Filipe Pereira (org.) *Alagoas e o império colonial português: ensaios sobre poder e administração (séculos XVII-XVIII)*. Maceió: Cepal, 2010
- _____. “Existe uma Alagoas Colonial?” Notas preliminares sobre os conceitos de uma Conquista Ultramarina; In: *Revista Crítica Histórica*, Maceió: UFAL, 2010, ano I, n. 1, p. 12-34.
- CANCLINE, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas*. Tradução de Ana Regina Lessa e Heloisa Pezzo Cintrão. São Paulo: Edusp, 1998
- DIÉGUES JÚNIOR, Manuel. *O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de cana-de-açúcar na vida e na cultura regional*. 3. ed. Maceió: EDUFAL, 2006
- LINDOSO, Dirceu. *A razão quilombola: Estudos em torno do conceito quilombola de nação etnográfica*. Maceió: EDUFAL, 2011

- _____. *A Utopia Armada: rebeliões de pobres nas matas do Tombo Real*. 2. ed. Maceió: EDUFAL, 2005
- _____. *Formação de Alagoas Boreal*. Maceió: Cataventos, 2000
- _____. Interpretação da Província. In: *Cadernos de cultura* 2. Maceió: Secult, 1985, p. 41 – 78

***Raízes da Desigualdade Social no Brasil. Cor da pele e desigualdade ocupacional em MG no século XIX: primeiras aproximações a partir de listas nominativas de Mariana*³⁷⁹**

Amanda Maciel da Silva

Graduanda em Ciências Econômicas pela UFSC
Bolsista do Programa de Iniciação Científica do CNPq

Resumo: A desigualdade social no Brasil é uma das causas de seu subdesenvolvimento. Um dos principais componentes da desigualdade social é a desigualdade de renda, que deve ser compreendida a partir da influência da cor da pele sobre a distribuição das ocupações entre trabalhadores livres no Brasil colonial. Baseando-se em listas nominativas de Minas Gerais do século XIX e nos conceitos de desigualdade desenvolvidos por Charles Tilly, identificou-se que os brancos controlavam o mercado de trabalho, alocando trabalhadores negros em ocupações que exigiam maior esforço físico, eram mais desprezadas e proporcionavam menor remuneração.

Palavras-chave: Desigualdade, Trabalho, Negro, Minas Gerais.

Abstract: Social inequality in Brazil is one of the causes of its underdevelopment. A major component of social inequality is income inequality, which must be understood by the influence of ethnicity on the distribution of occupations among free workers in colonial Brazil. Based on manuscript census of Minas Gerais in the nineteenth century and the concepts of inequality developed by Charles Tilly, we found that white workers controlled the distribution of occupations, allocating black workers in occupations requiring physical effort, which were more neglected and earned less pay. This thought was embedded by social values, resulting in income inequality that is observed today.

Keywords: Inequality, Labor, Black, Minas Gerais.

Introdução

O artigo faz uma primeira aproximação à desigualdade na distribuição de ocupações e na consequente desigualdade de renda. A análise de listas nominativas de Minas Gerais no século XIX, evidencia

³⁷⁹ O artigo apresenta os primeiros resultados do projeto de pesquisa intitulado Raízes da Desigualdade Social no Brasil, financiado pelo CNPq. A autora agradece ao Prof. Ângelo Alves Carrara e a Romilda Oliveira Alves a disponibilização de dados, sem os quais este trabalho jamais poderia ser realizado.

empiricamente que a desigualdade social no Brasil só pode ser entendida e explicada se buscarmos suas raízes nas relações sociais estabelecidas no período colonial.

A desigualdade de renda é um dos componentes da desigualdade social e contribui para sua manutenção, devendo ser compreendida a partir da influência da cor da pele sobre a distribuição das ocupações entre trabalhadores livres no Brasil colonial, considerando-se que a diferença de renda entre negros e brancos persiste ainda hoje. As raízes dessa desigualdade só podem ser entendidas se olharmos para trás e entendermos como se estabeleceram as diferenças entre negros e brancos, e a herança negativa que trabalhadores negros carregam do escravismo. A desigualdade social no Brasil teve origem no período colonial nas primeiras relações sociais que se estabeleceram. As primeiras relações sociais estabelecidas foram relações de escravidão, que talvez seja a relação mais desigual entre seres humanos³⁸⁰.

Partindo dos conceitos de desigualdade categorial, de bens autônomos e de bens relativos, desenvolvidos por Charles Tilly, e dos conceitos de liberdade formal e de liberdade substantiva, propostos por Amartya Sen, nosso objetivo é avaliar desigualdade entre brancos e negros com os dados das listas nominativas do século XIX que apontam a situação demográfica de algumas localidades de Minas Gerais., Tendo-se o negro e o branco como categorias, percebe-se que há diferenças fundamentais entre elas. Os brancos detinham poder político e econômico, além de monopólio sobre a propriedade, enquanto o negro era privado do acesso a esses bens. Identificou-se que os negros eram alocados como trabalhadores de enxada, enquanto os pardos trabalhavam como supervisores e como artesãos; os brancos administravam tanto a organização da produção quanto a organização social. Os melhores salários eram atribuídos a ocupações de administração, seguidos das ocupações de supervisão e artesanato; por último, as ocupações que exigiam menores salários eram também as que exigiam maiores esforços físicos, como os trabalhos de enxada e trabalho no campo. Os colonizadores, brancos, alocavam trabalhadores de pele mais escura em ocupações que exigiam maior esforço físico, que eram mais desprezadas e que auferiam menor remuneração. Esse ideário foi incorporado aos valores sociais, resultando na criação de obstáculos ao acesso de negros a ocupações melhor remuneradas. A alocação do trabalho no Brasil colonial fez com que a desigualdade de renda ficasse caracterizada racialmente, repercutindo na desigualdade que hoje é observada.

É imensa a quantidade de trabalhos que estudam a desigualdade social, em particular a desigualdade de renda a partir do século XX. Muitos destes textos utilizam análises estatísticas complexas e buscam apresentar quais os componentes da desigualdade de renda no Brasil. Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000), Hoffmann (2001) e Ferreira (2000) reconhecem que as raízes da desigualdade social no Brasil se encontram no Brasil colonial e na formação das relações sociais brasileiras a partir do século XVI, embora nenhum tenha explicado como essa desigualdade persistiu até hoje. A escassez de

³⁸⁰ VIEIRA, P. A. *A Sociedade Portuguesa do Século XVI e as Raízes da Desigualdade Social no Brasil*. (mimeo).

trabalhos que estudem a desigualdade no período colonial e de trabalhos que tentem explicar a desigualdade e sua persistência até os dias de hoje justifica o presente artigo, cujo principal objetivo é mostrar como a desigualdade social expressa na distribuição desigual de ocupações a partir de um critério racial, e a conseqüente desigualdade de renda, podiam ser encontradas nas listas nominativas de Mariana.

Apesar de o artigo ter como fonte listas nominativas de Minas Gerais do século XIX, não se pode fazer generalizações para todo o âmbito social brasileiro. Reconhece-se a diversidade cultural brasileira e todas as exceções que podem fazer de um negro um senhor de escravo ou de um branco um trabalhador do campo. Contudo, buscou-se conduzir a análise no sentido comumente apontado pela historiografia, ao mesmo tempo fazendo paralelos com outros estudos de caso contidos na bibliografia consultada, a fim de comparar a realidade mineira à de outras regiões brasileiras. Ter como objeto de análise uma amostra muito pequena da população pode levar a simplificações ao mesmo tempo ingênuas e equivocadas. O que se pretendeu mostrar com a análise das listas nominativas foram evidências empíricas que comprovassem e, se possível, pudessem medir o grau de desigualdade contido na sociedade brasileira.

As Raízes da Desigualdade Social no Brasil

Para alguns autores, a desigualdade social no Brasil moderno é uma das principais causas do subdesenvolvimento do país, que tem um dos maiores índices de Gini do mundo. De acordo com William Easterly (2002), evidencia-se uma forte associação entre o nível de igualdade relativa (medida pela distribuição de renda) e o nível de renda per capita. Por isto, o fato de o Brasil ser um país subdesenvolvido apresenta uma associação muito forte com os altos níveis de desigualdade de renda observados. O autor afirma que existe uma relação negativa entre desigualdade e desenvolvimento.

Entre as várias dimensões da desigualdade, há a desigualdade categorial ou entre grupos. Nossa preocupação é com a desigualdade entre negros e brancos.

Dados do Ipeadata sobre renda média de negros e de brancos nos mostram que os negros recebem em média menores salários que os brancos, e essa diferença tende a aumentar quando nos aproximamos do estratos mais ricos da população. A tabela evidencia a diferença percentual da renda entre brancos e negros tem aumentado de 1991 até 2000. Dados referentes ao 1º quintil, que significa 15% mais pobres da população, mostrava que os negros ganhavam em média 51,17% do que ganhavam os brancos em 1991, e em 2000 os negros ganhavam 38,67% do que ganhavam os brancos. Referindo-se ao 5º quintil, os dados mostram que o percentual de renda de negros em relação a brancos é de 38,81% em 1991 e de 37,55% em 2000. Já para o 10º decil, significando a renda dos 10% mais ricos da população, os negros

ganhavam 38,32% da renda dos brancos em 1991 e 36,66% em 2000. Com isso, depreende-se que, nos dias atuais, os negros ganham menos que os brancos, em termos de renda média, conformando o que havia sido traçado séculos atrás.

Tabela 1 - Renda Média de Negros e Brancos - Brasil, 1991 e 2000

		1991	2000
10o Decil	brancos	R\$ 1.551,61	R\$ 2.043,48
	negros	R\$ 594,54	R\$ 749,11
5o quintil	brancos	R\$ 1.039,50	R\$ 1.349,82
	negros	R\$ 403,43	R\$ 506,88
1o quintil	brancos	R\$ 32,91	R\$ 36,62
	negros	R\$ 16,84	R\$ 14,16

Fonte: Ipeadata

Emerge então a seguinte pergunta: esta desigualdade existia no passado? É possível quantificá-la ou medi-la?

Fazendo um comparativo entre o Brasil colonial e o Brasil moderno e ver que, como afirmavam Caio Prado Jr. e Celso Furtado, quase nada mudou. As raízes dessa desigualdade só podem ser entendidas se olharmos para trás e observarmos como se estabeleceram as diferenças entre negros e brancos, e a herança negativa que trabalhadores negros carregam do escravismo. A desigualdade social no Brasil teve origem no período colonial nas primeiras relações sociais que se estabeleceram. As primeiras relações sociais estabelecidas foram relações de escravidão, que talvez seja a relação mais desigual entre seres humanos. Autores que estudam a desigualdade no Brasil, principalmente a desigualdade de renda nos séculos XX e XXI, confirmam que a desigualdade teve suas origens formadas na sociedade colonial, embora não tenham feito nenhum estudo que comprove esta tese. Paes de Barros, Henriques e Mendonça (2000), afirmam que “a desigualdade, em particular a desigualdade de renda, é tão parte da

história brasileira que adquire fórum de coisa natural.” (Paes de Barros, Henriques e Mendonça, 2000: 11).

Hoffmann (2001), por sua vez, afirma que:

“em comparações internacionais, os países latino-americanos em geral, e mais particularmente o Brasil, destacam-se pela elevada desigualdade da distribuição da renda. A explicação dessa desigualdade teria de ser procurada na formação e evolução econômico-social dessas antigas colônias de Portugal e Espanha. Um aspecto fundamental foi, sem dúvida, a elevada concentração da posse da terra, especialmente quando a economia desses países tinha como núcleo a produção e exportação de produtos primários. No caso do Brasil, Furtado (1967: cap. VIII) destaca a extrema concentração da renda na economia açucareira colonial. O mesmo autor, ao analisar as conseqüências da abolição do trabalho escravo, afirma que ‘praticamente em nenhuma parte houve modificações de real significação na forma de organização da produção e mesmo na distribuição da renda’ (Furtado, 1967: 149).” (Hoffmann, 2001: 67-8).

Ferreira (2000), argumenta que:

“num país cujo desenvolvimento econômico colonial baseou-se nos pilares gêmeos de uma enorme concentração inicial da propriedade fundiária e da importação maciça de mão-de-obra escrava, não foram precisos censos, pesquisas amostrais ou um grande número de índices matemáticos sofisticados para que a existência da desigualdade fosse notada e comentada.” (Ferreira, 2000: 135).

Henriques (2001) afirma que:

“a intensidade de nossa desigualdade de renda, por sua vez, coloca o Brasil distante de qualquer padrão reconhecível, no cenário mundial, como razoável em termos de justiça distributiva. As origens históricas e institucionais da desigualdade brasileira são múltiplas, mas sua longa estabilidade faz com que o convívio cotidiano com ela passe a ser encarado, pela sociedade, como algo natural.³ A desigualdade tornada uma experiência natural não se apresenta aos olhos de nossa sociedade como um artifício. No entanto, resulta de um acordo social excludente, que não reconhece a cidadania para todos, onde a cidadania dos incluídos é distinta da dos excluídos e, em decorrência, também são distintos os direitos, as oportunidades e os horizontes.” (Henriques, 2001: 1).

Ao se analisar as listas nominativas de MG do século XIX, pode-se extrair primeiras impressões acerca do comportamento social mineiro, no que tange a distribuição de ocupações. Depreende-se que havia uma distribuição desigual das ocupações, embora a escravidão mistifique essas evidências. Brancos eram empregados em ocupações que auferiam maiores remunerações e exigiam menor esforço físico, enquanto pessoas de pele mais escura, como pardos e crioulos, eram empregados em ocupações que eram pior remuneradas, em comparação com as ocupações dos brancos, e exigiam maior esforço físico. Os pretos, por sua vez, eram maioria escravos; alguns poucos negros livres encontravam-se empregados em ocupações semelhantes a de pardos e crioulos, como trabalhos manuais e artesanais.

Charles Tilly (1998) analisa a desigualdade em termos categoriais onde as categorias homem/mulher, negro/branco são determinantes no entendimento da desigualdade, principalmente numa desigualdade

durável, como no caso do Brasil. Dessa maneira, por se tratar de uma desigualdade durável e de uma análise em perspectiva histórica, é que os conceitos desse autor são fundamentais para o estudo a que nos propomos. Tendo-se o negro e o branco como categorias, percebe-se que há diferenças fundamentais entre elas. Os brancos detinham poder político e econômico, além de monopólio sobre a propriedade, enquanto o negro era privado do acesso a esses bens. Identificou-se que os negros eram alocados como trabalhadores de enxada, enquanto os pardos trabalhavam como supervisores e como artesãos; os brancos administravam tanto a organização da produção quanto a organização social. Os melhores salários eram atribuídos a ocupações de administração, seguidos das ocupações de supervisão; por último, as ocupações que exigiam menores salários eram também as que exigiam maiores esforços físicos, como os trabalhos de enxada. Os colonizadores, brancos, alocavam trabalhadores de pele mais escura em ocupações que exigiam maior esforço físico, que eram mais desprezadas e que auferiam menor remuneração. Esse ideário foi incorporado aos valores sociais, resultando na criação de obstáculos ao acesso de negros a ocupações melhor remuneradas. A alocação do trabalho no Brasil colonial fez com que a desigualdade de renda ficasse caracterizada racialmente, repercutindo na desigualdade que hoje é observada.

O que entendemos por Desigualdade

Antes de tentar delimitar um conceito de desigualdade, devemos nos perguntar o que é igualdade. No mundo em que vivemos, em particular na sociedade brasileira, todos os indivíduos são naturalmente diferentes, o que apontou Sen (2008); um mais esperto que outro, mais alto ou mais baixo, branco ou preto, homem ou mulher, e isto sempre implicará em alguma desigualdade, montando um obstáculo a nosso estudo. Buscamos, por outro lado, sempre alguma maneira de igualar os indivíduos, categoricamente, quando queremos facilitar a análise ou a busca da variável focal. Dessa forma, podemos considerar todos os indivíduos homens, ou todos os brancos, ou todas as mulheres negras, neste espaço, apesar das atribuições individuais, todos pertencem à mesma categoria; a tentativa de buscar igualdade numa categoria pode nos levar, como aponta Sen (2008), a ocultar essas características naturais, que citamos anteriormente. A melhor maneira de se estudar a desigualdade, ou melhor, de ver se há ou não igualdade, é ter em mente que, apesar das diferenças individuais/biológicas, a categoria deve ser a variável focal.

No *Dicionário do Desenvolvimento*, Douglas Lummis nos mostra um conceito de Igualdade. Partiremos deste conceito para entender o que é desigualdade. Lummis (2002) apresenta dois grupos de igualdade, o primeiro referente a justiça, tratamento justo; o segundo referente a semelhança, homogeneidade. O autor afirma que, “para tratar as pessoas com justiça, é muitas vezes necessário tratá-las de forma

desigual (...), tratá-las como se fossem todas iguais não significa necessariamente trata-las com justiça.” (Lummis, 2002: 17). Com isso, entendemos que desigualdade seja qualquer tipo de tratamento injusto, dissemelhante e heterogêneo; acreditamos que desigualdade esteja identificada como a busca da diferença de tratamento, diferença de capacidades, de oportunidades e do acesso desigual a bens e realizações.

Exploração, Monopólio de Oportunidades, Emulação e Adaptação: a desigualdade categorial a partir de Charles Tilly

No estudo da obra *Durable Inequality*, de Charles Tilly, percebe-se que quando o autor faz referência a desigualdades duráveis quer dizer desigualdades persistentes. No Brasil, qualquer tipo de desigualdade que tenha como pressuposto a cor da pele, pode ser entendido ao ser fazer uma busca histórica. Nas primeiras relações sociais que se estabeleceram, relações de escravidão foram implementadas, e a cor da pele na maioria das vezes contribuía para delimitar o espaço ocupado pelas categorias. O índio e o negro eram desprestigiados porque tinham pele escura, acreditavam em outra religião, tinham outros costumes e outras relações econômicas. Essas diferenças foram a base para se estabelecer de um tratamento desigual e por vezes de preferência entre brancos, índios e negros no Brasil do século XVI. O estudo do caso brasileiro se enquadra neste método pelo fato de a desigualdade que predomina no Brasil colonial, tendo como fundamento características raciais, se identifica como uma desigualdade durável, que persiste há mais de 500 anos de história, resistindo a diversas modificações político-econômicas pelas quais o Brasil tem passado ao longo de sua história.

Tilly (1998) nos mostra que as desigualdades duráveis podem ser geradas por quatro mecanismos básicos: exploração, monopólio de oportunidades, emulação e adaptação. Entendemos que esses quatro mecanismos podem ser identificados ao se fazer um estudo da desigualdade brasileira em perspectiva histórica. Sob a mesma perspectiva, podemos entender como a desigualdade social esteve presente em diversas etapas da conformação social brasileira, sempre associada a algum dos mecanismos propostos pelo autor. Por exploração, percebe-se a relação desigual onde alguma categoria controla um recurso específico ou benefício gerado pelo esforço de outro; ou pela exclusão de um grupo ou categoria do benefício gerado pelo seu próprio esforço. Por monopólio de oportunidades, percebe-se quando um grupo ou categoria tem acesso a um recurso ou bem que pode ser monopolizado, criando uma barreira e propiciando a exclusão de outra categoria ou grupo além da imposição social de barreiras ao seu acesso. Por emulação depreende-se como uma sociedade se reproduz, imitando modelos de desigualdade existentes em outro lugar ou época, e que porventura tenham obtido sucesso. Por adaptação, se entende

como é criado um modo de relacionamento baseado nestes mecanismos, como a elaboração de rotinas diárias a serem seguidas com o fim de reforçar a aplicação dos outros três mecanismos.

Paul E. Lovejoy, um brasilianista estudioso de Brasil colônia, mostra que

“Para os europeus, os escravos eram vistos como racialmente distintos; apesar da aculturação, eles eram ainda mais claramente definidos como estrangeiros, garantindo dessa forma que a aquisição de direitos na sociedade de origem europeia fosse severamente limitada. Outras distinções mais sutis eram feitas, incluindo as diferenças de dialeto, o sotaque das pessoas que tinham acabado de aprender uma nova língua, marcas faciais e corporais, características físicas evidentes e, a mais comum de todas, a memória.” (Lovejoy, 2002: 31-32)

Do trecho de Lovejoy (2002) pode-se evidenciar que os quatro mecanismos propostos por Tilly (1998) podem ser facilmente encontrados nas relações sociais entre brancos, índios e negros.

Tilly (1998) nos apresenta, além do conceito de desigualdades categoriais, desigualdade durável e dos quatro mecanismos que geram desigualdades, os conceitos de bens autônomos e bens relativos. Bens autônomos seriam renda, riqueza; bens relativos seriam prestígio, poder político. O autor afirma que bens relevantes incluem não somente riqueza e renda, mas outros benefícios como “controle da terra, exposição a doenças, respeito das outras pessoas, sujeição ao serviço militar, risco de homicídio, posse de ferramentas e disponibilidade de parceiros sexuais.” (Tilly, 1998:25). Segundo o autor, se as desigualdades não podem ser explicadas por teorias genéticas ou performances individuais, tampouco se pode esperar mudanças significativas a partir das formas individualistas de intervenção, como as que se baseiam no “ensino de atitudes novas mais tolerantes”. Tilly sugere que a única possibilidade de mudança é a que visa romper com as superposições de categorias assimétricas, amplamente aceitas e generalizadas na vida social, como a predominante no caso brasileiro³⁸¹.

Liberdade Formal e Liberdade Substantiva: a desigualdade individual a partir de Amartya Sen

No estudo de *Desigualdade Reexaminada*, de Amartya Sen, percebe-se que o autor adota um ponto de vista diferente do adotado por Charles Tilly. Amartya Sen (2008) foca nas desigualdades individuais, chamando a atenção para as realizações a que o indivíduo tem acesso, como indicativo de sua maior ou menor participação na vida social. Para o autor, a igualdade está intimamente ligada a liberdade, e esta condicionada às realizações. Realizações estariam submetidas à capacidade individual. Desta maneira, um indivíduo que é mais inteligente, mais apto e mais disposto que outro, certamente será capaz de maiores realizações. Estes fatores que são mais biológicos que condicionais, não são passíveis de análise, uma vez

³⁸¹ Tilly (1998:244).

que é aceitável que todos os indivíduos são diferentes e essas diferenças naturais não podem ser confrontadas.

Sen (2008) nos apresenta uma outra relação, que se baseia nas diferenças atribuídas. O indivíduo que tem mais educação que outro, mais saúde, mais renda, certamente terá mais capacidades de realizações. Essas diferenças, que estão longe de ser diferenças biológicas, é que, para Sen (2008) conformariam a base das desigualdades entre os indivíduos. Muitas dessas desigualdades podem ser explicadas por barreiras sociais, políticas e econômicas que selecionam alguns indivíduos, muitas vezes com base em fatores biológicos, impondo uma barreira social a quem não se enquadra nos moldes requeridos.

Amartya Sen (2008) nos apresenta dois conceitos importantes que ajudam a entender, de maneira deficiente, como a desigualdade se manteve no Brasil. Esses dois conceitos estão envolvidos com duas maneiras de gerar desigualdade, o conceito de liberdade formal, e o conceito de liberdade substantiva. Por liberdade formal, o autor se refere ao enfrentamento de barreiras institucionais ou legais; por liberdade substantiva, o autor se refere à disposição de meios e opções. O primeiro conceito significa que ter liberdade formal é ter capacidade de realizar funcionamentos sem que a lei impeça, ou que se possa fazer tudo que a lei não proíba, independentemente de ser homem, mulher, branco ou negro; o segundo conceito significa que ter liberdade substantiva é ter capacidade de realizar opções, poder fazer escolhas, dispor dos meios que são comuns a outros indivíduos.

Outro ponto importante para o qual o autor chama a atenção é para o fato de a igualdade, representada pela liberdade de realizações, se referir não somente ao que Charles Tilly chama bens autônomos (renda, riqueza) ou bens relativos (poder político, prestígio social), mas a fatores que proporcionam bem estar. Neste ponto, Sen (2008) quer apresentar como fatores que proporcionam bem estar não uma cesta de consumo como apresentado pela teoria neoclássica, mas vetores como saúde, lazer ou felicidade.

A desigualdade social no Brasil Colônia e sua perpetuação até os dias atuais

Fundamentando nosso argumento de que a desigualdade social no Brasil tem suas raízes no período colonial e sustentando a hipótese de que foi no engenho que essa relação social se estabeleceu na sua forma mais extrema, buscamos dados que apontem como se davam as relações de trabalho neste período. Nesta busca, podemos identificar os quatro fatores que embasaram as relações sociais desiguais: ideal de nobreza, escravidão, preconceito contra a cor negra e desprezo pelo trabalho manual³⁸².

O ideal de nobreza tinha como características principais o modo de vida europeu, sociedade hierarquizante e paternalista – identificam-se aí dois mecanismos apontados por Tilly (1998), emulação e

³⁸² VIEIRA, P. A. *A Sociedade Portuguesa do Século XVI e as Raízes da Desigualdade Social no Brasil*. (mimeo).

adaptação. A escravidão era necessária à economia açucareira, e exigia trabalhadores etnicamente distintos já que o ritmo de trabalho era extremamente pesado; esses trabalhadores podiam ser facilmente controlados³⁸³ - com isto, identifica-se o que Tilly (1998) chama exploração. O preconceito contra a cor teve origem nas relações desiguais de escravidão que foram estabelecidas no engenho. O desprezo pelo trabalho manual fazia parte do ideal de nobreza; já que as atividades laborais eram consideradas inferiores, eram reservadas aos escravos fazendo com que as ocupações que exigiam menor esforço físico e auferiam maiores remunerações, em geral ocupações de supervisão e administração, ficassem reservadas para pessoas de pele mais clara – identifica-se aí o que Tilly (1998) chama monopólio de oportunidades. De acordo com Schwartz (1988), o ideal de nobreza permitia que os portugueses se esquivassem do trabalho manual, reservando estes para os escravos ou trabalhadores livres negros, confirmando nossa hipótese. Esse pensamento de que o trabalho é algo desqualificante passa por transformações, principalmente quando estudos econômicos que tentavam explicar a origem da riqueza e conseqüentemente o capitalismo como forma mais apropriada para a acumulação de capital, chegam a conclusões que afirmam que o trabalho é o responsável pela geração de riqueza. Este pensamento não mudou as relações de trabalho estabelecidas no Brasil, que continuava a desdenhar o trabalho manual, fazendo com que os europeus continuassem com suas pretensões de viver na ociosidade.

Os negros recebiam, em média, menores salários que os brancos. A maioria era empregada em trabalhos forçados que não exigiam muita especialização, apenas a força física. Raros eram os casos de negros que se tornavam senhores de engenho. A escravidão, base econômica da sociedade colonial, engendrou relações desiguais, tanto social, econômica e politicamente. Com base em valores portugueses herdados de um ideal europeu onde predominavam a estrutura de classe hierarquizante e paternalista, essas relações desiguais puderam resistir a todas as mudanças por que passou a sociedade brasileira ao longo de seus mais de 500 anos de história.

Relação entre Desigualdade e Escravidão

A escravidão por si só é uma desigualdade. Não se pode questionar a desigualdade estabelecida entre negros escravos e brancos livres. É evidente, sobretudo, que a cor da pele esteve intimamente associada à escravidão. A sociedade, por sua vez, aceitava e entendia a escravidão como algo natural, já que o modo de produção que predominava era o escravismo. Sendo a escravidão, e a desigualdade dela decorrente, algo aceitável, direcionaremos o estudo para as relações entre negros livres e brancos, até

³⁸³ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. P.24

porque o escravo não tinha personalidade jurídica, nem direitos; era um morto social³⁸⁴. Esta condição o impedia de ter acesso a bens e privilégios que eram usufruídos somente por brancos.

Para Paul E. Lovejoy (2002),

"A escravidão era uma forma de exploração. Suas características específicas incluíam a idéia de que os escravos eram uma propriedade; que eles eram estrangeiros, alienados pela origem ou dos quais, por sanções judiciais ou outras, se retirara a herança social que lhes coubera ao nascer; que a coerção podia ser usada à vontade; que a sua força de trabalho estava à completa disposição de um senhor, que eles não tinham o direito à sua própria sexualidade e, por extensão, às suas próprias capacidades reprodutivas; e que a condição de escravo era herdada, a não ser que fosse tomada alguma medida para modificar essa situação. Esses vários atributos precisam ser examinados muito detalhadamente para tornar mais claras as distinções entre escravidão e outras relações servis." (Lovejoy, 2002: 29-30).

Vemos que o tratamento desigual se baseava na idéia de que o escravo era uma propriedade, que o colonizador podia explorar sua força de trabalho e trata-lo como uma mercadoria vendável. Assim, a escravidão é vista como a relação social mais desigual entre seres humanos. O autor ainda afirma que:

- "enquanto propriedade, os escravos eram bens móveis; o que significa dizer que eles podiam ser comprados e vendidos. Os escravos pertenciam aos seus senhores, que, pelo menos teoricamente, tinham total poder sobre eles, instituições religiosas, unidades de parentesco e outros grupos na mesma sociedade não protegiam os escravos como pessoas perante a lei, ainda que o fato de os escravos serem também seres humanos fosse algumas vezes reconhecido. Por serem bens móveis, os escravos podiam ser tratados como mercadoria. Mas eles raramente eram simples mercadorias, e muitas vezes eram colocadas restrições à venda de escravos, desde que houvesse algum grau de aculturação. Essas restrições podiam ser puramente morais, como eram nas Américas, onde pelo menos teoricamente era considerado errado separar famílias quando as vendas estivessem acontecendo, embora na realidade os proprietários de escravos fizessem o que bem entendessem. Em outras situações as restrições eram realmente postas em vigor, ou era automaticamente concedido às pessoas algum grau de autonomia que impedia a venda." (Lovejoy, 2002: 30).

Relação entre Escravidão e Cor da Pele

Não se pode afirmar que o africano foi escravizado tendo como justificativa, somente, a cor da pele. A escravidão já era praticada antes do século XVI, na Europa, por motivo de guerra, cultura, religião e rivalidades comerciais. Mesmo na África havia escravidão. Líderes africanos escravizavam seus povos e os comercializavam, transformando a África num importante gerador de mão de obra barata para bastecer as necessidades demográficas de europeus que se inseriam na corrida dos grandes mercados, como na produção de açúcar.

³⁸⁴ Patterson, Orlando. *Escravidão e Morte Social*. 2008.

A relação entre escravidão, desigualdade e negro se deu a partir do tipo de relação social estabelecida no Brasil colônia, onde a maioria dos trabalhadores era negra. Por conta de serem trabalhadores braçais é que eram desprezados e mal tratados; a fotografia que se faz do Brasil nestes período acabou por aglutinar a cor da pele à condição de escravidão, o que acabou por se generalizar, criando um obstáculo social aos negros, decorrente da herança negativa que seus antepassados carregam do escravismo.

A Desigualdade entre Livres e “Livres”

De acordo com Santos (2008), pode-se identificar que no Brasil existiam dois tipos de liberdade no período escravista. Um deles se refere ao negro liberto, o outro se refere ao branco. O autor faz alguns questionamentos interessantes que nos ajudam a identificar a desigualdade de tratamento entre o negro livre e o branco, tais como *Quais as limitações do negro livre? O que o branco podia que o negro livre não podia?*

Santos (2008) classifica as liberdades como uma sendo transitiva (relativa aos negros libertos, por exemplo) e outra intransitiva (relativa ao branco). O autor levanta mais questionamentos: *O que significa liberdade no contexto histórico da escravidão? Qual a liberdade que um forro ou liberto obtinha? Qual a diferença da liberdade de um liberto para a liberdade de uma pessoa livre?*

Observa-se que a própria sociedade, regida por instituições onde predominava o ideal de nobreza e inserida na escravidão como relação social aceitável, cria obstáculos que faziam com que o negro, mesmo que livre, não tivesse acesso às mesmas oportunidades que os brancos; sendo de cor de pele escura, eram-lhe impostas uma série de barreiras institucionais e legais, como Sen (2008) diria, privando sua liberdade formal, e conseqüentemente impedindo o acesso, de forma igualitária, a meios e opções, privando também sua liberdade substantiva. A tentativa de buscar a igualdade acaba criando uma brecha e descortinando uma desigualdade num outro ponto.

Desigualdade de Renda como Resultado da Desigualdade de Ocupações: evidências do Brasil colonial segundo Stuart B. Schwartz

Stuart B. Schwartz, em seu livro *Segredos Internos*, faz um retrato da sociedade brasileira de 1550 a 1835. Nesta obra, pode-se entender como as relações sociais se estabeleceram de forma desigual, além de entender a desigualdade de renda decorrente desta distribuição. A tabela a seguir, extraída de Schwartz (1988), apresenta uma distribuição ocupacional com base na cor da pele.

Tabela 2 - Engenho Sergipe 1572, 1591

Período	1572		1591	
Etnia	Africanos	Índios	Africanos	Índios
Especializados no Fabrico do Açúcar				
ajuda do escumeiro		3		
ajuda do mestre			1	
ajuda do purgador	1	2	1	
Caixeiro		2	1	1
Caldeireiro		6		
dos melles	1	1	1	
Escumeiro	1			
mestre de açúcar			1	
Moedor		3	2	
Preseiro	1	1		
Purgador			2	1
Tacheiro	1	2	3	
virador de bagaço		1		
Especializados em atividades artesanais				
Calafate		1		
Carapina		1		
Falleiro	1	1		
Ferreiro			1	
Especializados em atividades auxiliares				
"barcas"	1	4		
Beieiro				3
Carreiro	1	1		
Lenadeiro				1
Pescador		11		

porqueiro/ovelheiro		2		
Serrador		7		
Vaqueiro	1	1	2	1

Atividades administrativas

Feitor		1		
Totais	9	51	15	7

Fonte: Schwartz, S. *Segredos Internos*. 1988

A tabela seguinte, extraída de Schwartz (1988), faz uma relação das ocupações segundo o nível de pagamento. As ocupações que exigiam maiores responsabilidades eram também as que auferiam maiores pagamentos. Consequência dessa classificação e tendo como fato que os trabalhadores de pele mais escura eram alocados em ocupações de artesanato e do campo, é que formulamos nossa hipótese de que os negros e pardos, consequência dessa distribuição desigual de ocupações, teriam uma renda média inferior à dos trabalhadores brancos. Esta tabela servirá como base de nossas análises sobre rendimento e sobre a comparação dos salários entre negros e brancos, dada a situação ocupacional em que se encontravam.

Tabela 3 - Pagamento Médio para ocupações selecionadas: avaliação especial para o dote de Catarina de Bragança e a Paz da Holanda, 1664-6 (Pernambuco)

Ocupação	Pagamento (réis)
Senhor de engenho	36500
Lavrador de Cana	5160
<i>feitor mor</i>	2750
<i>banqueiro</i>	2250
<i>mestre de açúcar</i>	2200
ourives	1330
<i>purgador</i>	1220

ferreiro	710
carpinteiro	685
sapateiro	620
oficial de açúcar	600
oleiro	580
pedreiro	550
feitor	525
agricultor de subsistência	525
alfaiate	490
pescador	438

Fonte: Schwartz, S. *Segredos Internos*. 1988

Com base em Schwartz (1988), a tabela seguinte nos permite ilustrar como se dava a distribuição ocupacional entre africanos, crioulos e mulatos. Mulatos eram descendentes da mistura de pretos e de brancos; crioulos eram pretos nascidos no Brasil e africanos os pretos trazidos da África. A preferência, revelada na distribuição ocupacional, mostra que, pelo fato de mulatos terem pele mais clara entre os componentes deste grupo, é que detinham um percentual maior nas ocupações de supervisão, apesar de esse tipo de trabalho ser destinado a brancos, preferencialmente. Os crioulos, por serem nascidos no Brasil, eram preferidos aos africanos, assim podia ser trabalhadores domésticos e artesãos. Os africanos, por serem mais desprezados, eram, em sua maioria, alocados em trabalhos no campo, os quais retornavam menores salários. Com isso, exemplifica-se a hipótese de que quanto mais escura a cor da pele, mas sujeitos a ocupações mal remuneradas estavam os trabalhadores.

Tabela 4 - Estrutura Ocupacional Segundo Local de Nascimento ou cor em Engenhos baianos no século XVIII

Ocupação	Africanos		Crioulos		Mulatos	
	N	%	N	%	N	%
Supervisão	2	0,27	5	0,99	3	4,05
Artesãos	15	1,99	15	2,98	12	16,22

Domésticos	33	4,38	36	7,14	13	17,57
Fábrica	76	10,09	49	9,72	1	1,35
Campo	569	75,56	374	74,21	41	55,41

Fonte: Schwartz, S. *Segredos Internos*. 1988

A tabela seguinte visa a fortalecer a hipótese de ocupações mais prestigiadas, como Senhor de engenho, lavrador, agricultor, eram ocupações mais prestigiadas e, por isso, comumente destinadas a pessoas brancas. Ocupações de supervisão como feitor, administrador, mestre de açúcar, eram destinadas a trabalhadores pardos; enquanto ocupações do campo e que exigiam maior esforço físico como pescador, carpinteiro, sapateiro, eram destinadas a pessoas negras.

Tabela 5 - Distribuição das ocupações segundo a cor nas paróquias de Purificação e Rio Fundo, 1788

Ocupação	Branco	Pardo	Negro
Proprietário ou Trabalhador Autônomo			
senhor de engenho	19	0	0
lavrador de cana	26	9	1
agricultor de subsistência	7	5	6
Pescador	0	6	1
Trabalhadores dos Engenhos			
Administrador	1	1	0
feitor mor	7	0	0
Feitor	0	6	0
mestre de açúcar	0	8	3
Banqueiro	0	1	0

Caldeireiro	0	1	0
Caixeiro	4	4	0
Artesãos			
Ferreiro	5	6	1
Carpinteiro	2	22	4
Pedreiro	0	2	0
Sapateiro	4	11	2
Alfaiate	1	11	0
Oleiro	0	1	0
Serrador	0	2	0

Fonte: Schwartz, S. *Segredos Internos*. 1988

Vemos que esse padrão se manteve, desde o século XVI, e continuou ainda no século XIX. Com isso, nossa hipótese de que a desigualdade de hoje só pode ser explicada se buscarmos suas raízes no período colonial pode se basear no que apresenta Schwartz (1988) sobre o comportamento social brasileiro.

Gilberto Freyre, um estudioso brasileiro, achava que a desigualdade atual tem uma forte influência das condições dos pretos dentro da sociedade não escravista das repúblicas brasileiras. O autor aponta que:

“Democracia política é relativa. Sempre foi relativa, nunca foi absoluta. Democracia plena é uma bela frase (...) de demagogos, que não têm responsabilidade intelectual quando se exprimem sobre assuntos políticos. Os gregos, aclamados como democratas do passado clássico, conciliaram sua democracia com a escravidão. Os Estados Unidos, que foram os continuadores dos gregos como exemplo moderno de democracia no século XVIII, conciliaram essa democracia também com a escravidão. Os suíços, que primaram pela democracia direta, até há pouco não permitiam que mulher votasse. São todos exemplos de democracias consideradas, nas suas expressões mais puras, relativas. (...). O Brasil é o país onde há uma maior aproximação à democracia racial, quer seja no presente ou no passado humano. Eu acho que o brasileiro pode, tranqüilamente, ufanar-se de chegar a este ponto. Mas é um país de democracia racial perfeita, pura? Não, de modo algum. Quando fala em democracia racial, você tem que considerar [que] o problema de classe se mistura tanto ao problema de raça, ao problema de cultura, ao problema de educação. Isolar os exemplos de democracia racial das suas circunstâncias políticas, educacionais, culturais e sociais, é quase impossível. É muito difícil você encontrar no Brasil [negros] que tenham atingido [uma situação igual à dos brancos em certos aspectos]. Por quê? Porque o erro é de base. Porque depois que o Brasil fez seu festivo e retórico 13 de maio, quem cuidou da educação do negro? Quem cuidou de integrar esse negro liberto à sociedade brasileira? A Igreja? Era inteiramente ausente. A República? Nada. A nova expressão de poder econômico do Brasil, que sucedia ao poder patriarcal agrário, e que era a urbana industrial? De modo algum. De forma que nós estamos hoje, com descendentes de negros marginalizados, por nós próprios.

Marginalizados na sua condição social. [...]. Não há pura democracia no Brasil, nem racial, nem social, nem política, mas, repito, aqui existe muito mais aproximação a uma democracia racial do que em qualquer outra parte do mundo” (Freyre, 1980).

Análise das Listas nominativas de Minas Gerais e aplicação dos conceitos de Charles Tilly à sociedade mineira

O surto demográfico em Minas Gerais se deu, evidentemente, combinado com os movimentos econômicos que levaram ao descobrimento de metais preciosos na região; a formação da demografia foi alavancada, então, pelo trabalho nas lavras. De acordo com Sérgio Buarque de Holanda, a sociedade de Minas Gerais é uma combinação de elementos de várias procedências, destacam-se índios, bandeirantes, negros e europeus. Ainda segundo o autor, a ocupação do território se deu de forma democrática, em comparação com a das regiões nordestinas açucareiras. Holanda (1977) afirma que os primeiros conglomerados sociais se estabeleceram nas zonas mais opulentas de Minas Gerais, opulência resultante da descoberta de metais preciosos. Para Sérgio Buarque de Holanda, a decadência da mineração estimulou a produção de açúcar em Minas Gerais que, devido a sua posição geográfica, não pode concorrer vantajosamente com o Rio de Janeiro. Com isso, a produção açucareira foi destinada ao consumo local³⁸⁵.

Argumento parecido com este é apresentado por Celso Furtado. Segundo Furtado (2007), Minas Gerais teria sofrido um processo de desarticulação econômica devido a decadência da mineração, já que os habitantes dessa região estavam fortemente dependentes dessa economia. O autor afirma que, depois da decadência da mineração, a economia regrediu para um sistema de produção agrícola voltado para o consumo interno e de baixa produtividade³⁸⁶. Afirma ainda que “todo o sistema se ia assim atrofiando, perdendo vitalidade, para finalmente desagregar-se numa economia de subsistência.” (Furtado, 2007: 132).

Em contraposição aos argumentos de Holanda (1977) e Furtado (2007), Marcondes (2009) chama a atenção para a importância de Minas Gerais na produção voltada ao abastecimento interno. O autor afirma que o sul de Minas, por exemplo, era um grande centro de produção agropecuária para fins comerciais e de abastecimento das áreas produtoras de café. Marcondes (2009) aponta Minas como grande abastecedora de porcos, toucinho, laticínios, milho, fumo, aguardente e outros produtos.

Lista Nominativa de Mariana, 1819

³⁸⁵ Holanda, S. B. *História Geral da Civilização Brasileira*. Pág. 282.

³⁸⁶ Furtado, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. Pág. 132-4.

Com relação à lista nominativa de Mariana, de 1819, pode-se inferir algumas observações. A região de Mariana era compreendida por Presídeo, Fora do Arraial de Presídeo, Ubá e Fora do Arraial de Ubá. Presídeo apresentava uma população de 417 habitantes, enquanto Fora do Arraial de Presídeo uma população de 2262 habitantes. Ubá, por sua vez, apresentava uma população de 86 habitantes enquanto Fora do Arraial de Ubá uma população de 926 habitantes. A partir desses valores, estimamos que 22,78% dos habitantes de Presídeo encontrava-se ocupada, enquanto para as demais regiões era de 18,39%, 15,15% e 12,42%, respectivamente. Quanto ao número de famílias, Presídeo contava com um número de 102 famílias, uma média de 4,08 habitantes por família; Fora do Arraial de Presídeo com 395 famílias e média de 5,72 habitantes por família; Ubá apresentava 14 famílias, com média de 6,14; e Fora do Arraial de Ubá com 120 famílias e média de 7,71 habitantes por família.

Explica-se o baixo, percentual de habitantes com alguma ocupação, cerca de 20%, pelo fato de existirem, além de crianças, muitos cativos. Para as regiões citadas acima, estima-se o percentual de cativos em 11,75%, 20,03%, 21,21% e 59,18%, respectivamente. O restante do percentual é composto por crianças de até 15 anos e pessoas que não tinham uma ocupação definida na data do levantamento. Chama a atenção, além disso, o fato de nenhum branco e nenhum índio serem cativos, e o fato de que o percentual de negros cativos ser maior que o de crioulos nesta condição, e este maior que o percentual de pardos. Isto mostra que, ainda em época de escravidão, a maioria dos escravos era formada por negros africanos; crioulos eram os negros nascidos no Brasil e pardos seriam o descendentes da mistura entre o negro e o branco, conseqüentemente de pele mais clara que os demais.

Os dados mostram que as ocupações mais pesadas eram destinadas a pessoas pretas, seguidas pelas pessoas crioulas e seguidas por pardas. Em média, considerando as quatro regiões, 8,90% dos pardos eram escravos, 63,67% dos crioulos e 93,20% dos pretos.

Tabela 6 - População segundo Cor e Ocupação - Presídio, 1819

	Branco	Pardo	Crioulo	Preto	Índio	Total
Agricultor	8	13	1	0	1	23
Agricultora	2	1	2	0	0	5
Alfaiate	1	2	0	0	0	3
Barbeiro	0	0	0	1	0	1
Camarada	0	1	0	0	0	1
Carpinteiro	7	2	1	0	0	10

Cirurgião	0	1	0	0	0	1
Coadjutor	1	0	0	0	0	1
Estudante	4	1	0	0	0	5
Ferreiro	2	2	0	0	0	4
Fiadeira	0	3	0	0	0	3
Fiandeira	1	0	0	0	0	1
Jornaleiro	0	4	0	0	0	4
Latoeiro	1	0	0	0	0	1
Negociante	14	8	1	0	0	23
Paneleira	0	1	0	0	0	1
Professor	1	0	0	0	0	1
Sapateiro	3	2	0	0	0	5
Vendeiro	1	0	1	0	0	2
Total	46	41	6	1	1	95

Fonte: Lista Nominativa do Município de Mariana, 1819 – código 398

Observa-se que a distribuição das ocupações se dava de maneira desigual, com os brancos concentrados em ocupações mais prestigiadas e com maiores remunerações, como negociantes e agricultores, além das que detinham prestígio social, como professores e estudantes. Seguindo-se a esses, os pardos ficavam concentrados nas ocupações de negociantes e agricultores, embora em menor proporção, além de algumas tarefas de artesãos. Pretos e crioulos, por sua vez, tinham pouca representação, devido em grande parte à situação de escravidão que predominava na época.

Tabela 7 - População segundo Cor e Ocupação - Fora do Arraial de Presídio, 1819

	Branco	Pardo	Crioulo	Preto	Índio	Total
Agricultor	145	97	22	3	114	381
Agricultora	7	14	1	0	0	22
Alfaiate	1	2	0	0	0	3

Carpinteiro	2	0	0	0	0	2
Jornaleiro	0	0	2	0	0	2
Latoeiro	1	0	0	0	0	1
Negociante	4	0	1	0	0	5
Total	160	113	26	3	114	416

Fonte: Lista Nominativa do Município de Mariana, 1819 - código 398

Comparando-se as diferentes regiões de Mariana, percebe-se que as ocupações variavam muito, principalmente se nos distanciamos de Presídeo, região mais urbana, e nos aproximamos de Ubá, região mais rural e periférica. A população empregada diminui, também à medida que nos afastamos do centro urbano caracterizado por Presídeo, apontando que nessas regiões havia mais trabalhadores que não declaravam a ocupação.

Tabela 8 - População segundo Cor e Ocupação - Ubá 1819

	Branco	Pardo	Crioulo	Preto	Índio	Total
Agricultor	0	1	0	0	0	1
Jornaleiro	0	3	1	0	0	4
Negociante	2	1	0	0	0	3
Sapateiro	0	1	1	0	0	2
Total	2	6	2	0	0	10

Fonte: Lista Nominativa do Município de Mariana, 1819 - código 398

O que a tabela seguinte exprime, e podemos observar anteriormente, é que à medida que nos deslocamos para fora dos arraiais, tanto de Presídeo quanto de Ubá, o número de índios aumentava. Estes tinham uma posição melhor em comparação com crioulos e pretos, uma vez que podiam ser agricultores, ocupação relativamente prestigiosa, em comparação com as de carpinteiro, jornaleiro, sapateiro e outras ocupadas por crioulos, pretos e até pardos.

Tabela 9 - População segundo Cor e Ocupação - Fora do Arraial de Ubá 1819

	Branco	Crioulo	Pardo	Preto	Índio	Total
Agricultor	58	0	29	2	20	109
Capelão	1	0	0	0	0	1
Carpinteiro	0	0	1	0	0	1
Feitor	1	0	0	0	0	1
Jornaleiro	0	0	1	0	0	1
Tropeiro	1	0	1	0	0	2
Total	61	0	32	2	20	115

Fonte: Lista Nominativa do Município de Mariana, 1819 - código 398

Observa-se que as ocupações de maior prestígio, exigiam menor esforço físico e que rendiam maior remuneração eram negociante, agricultor(a) e carpinteiro; professor e estudante eram ocupações que significavam prestígio social, além de a segunda ocupação ser quase que um monopólio de brancos, ainda assim alguns pardos conseguiram ter acesso a educação. Vemos que havia maioria de brancos, seguida de pardos e alguns crioulos alocados nessas ocupações. Logo, como maioria de brancos, estes acabavam recebendo os melhores salários em relação a pardos e crioulos. As ocupações de menor prestígio eram as que exigiam maior esforço físico e proporcionavam menor remuneração, como barbeiro, vendeiro, jornaleiro e sapateiro, cujos rendimentos estavam acima, somente, dos trabalhos no campo e do que porventura ganhavam alguns escravos. Logo, tendo como consequência a distribuição salarial, brancos recebiam mais que pardos, estes recebiam mais que crioulos e estes mais que pretos. Em termos percentuais, a maioria dos brancos estava ocupada como negociante ou agricultor; um percentual menor de pardos era alocado nestas mesmas ocupações. Crioulos e pardos eram em sua maioria cativos; os poucos trabalhadores livres, destas duas categorias, compreendiam maioria crioula, apontando uma preferência por estes em comparação com os pretos, que apresentavam os menores percentuais de trabalhadores livres, tendo cerca de 90% de sua população cativa.

Comparação com outras regiões do Brasil: exemplos extraídos a partir de Stuart Schwartz

Como modo de exploração, identificamos, no caso brasileiro, como pessoas articuladas que comandavam os recursos podiam controlar os esforços de outros. Identificamos esse mecanismo, primeiramente, na exploração da força de trabalho indígena e negra. Aplicando a análise de como se manifesta a desigualdade e com base em Schwartz (1988), vemos que um escravo podia produzir uma

renda média anual de 35\$500 réis. Sendo que os gastos com o escravo, superestimados, chegavam a 21\$253 réis, podemos afirmar que o proprietário de escravos conseguia um excedente de 40% ao ano, do qual se apropriava³⁸⁷. Schwartz (1988) afirma que cada escravo produzia em média 78\$000 réis anuais e descontados os gastos de manutenção do escravo além do montante despendido em sua compra (média de 180\$000 réis), seriam necessários apenas três anos para o proprietário recuperar a quantia gasta com o escravo. Considerando que o escravo mais almejado pelos Senhores era o homem sadio de cerca de 20 anos de idade e que estes possuíam expectativa de vida de mais ou menos 50 anos de idade, o tempo de trabalho no Brasil chegava a 30 anos. Pelos nossos cálculos, seria necessário que o escravo trabalhasse três anos para compensar os gastos de sua compra e consumo³⁸⁸.

Por monopólio de oportunidades, identificamos o monopólio que brancos (livres) tinham sobre bens autônomos (que o autor considera renda, riqueza ou herança) e bens relativos (que seriam bem estar, poder/prestígio ou educação/saúde), limitando e controlando o acesso de negros a esses bens. Com base no censo de 1872, vemos que menos de 1% da população escrava era alfabetizada, resultado direto do monopólio da educação dos livres sobre os escravos.

Por emulação, vemos a tentativa dos portugueses de estabelecer no Brasil relações baseadas na hierarquia e paternalismo; a tentativa de imitar padrões que obtiveram sucesso em outros lugares, como a plantação de cana de açúcar nas ilhas portuguesas, estabelece uma relação desigual e forçada, de subordinação de trabalhadores africanos a portugueses, com a finalidade de realizar um empreendimento parecido com o anteriormente empreendido.

Por adaptação, vemos que este mecanismo se mostra como a inserção das culturas indígena e africana aos moldes europeus vividos pelos portugueses como tipo ideal. A criação de rotinas diárias pretendiam reforçar a aplicação dos padrões copiados. Exemplos disso são a conversão ao cristianismo (censo de 1872) e o batismo com nomes portugueses dados aos escravos, como “João de Angola”, ou “João, escravo de Antônio”³⁸⁹.

Considerações Finais

Como resultado da análise das listas nominativas de Minas Gerais do século XIX e de outros casos apontados por Schwartz (1988), evidencia-se que os mecanismos de desigualdade apontados por Charles Tilly (1998) podem ajudar a entender a desigualdade estabelecida no Brasil colonial e sua repercussão até os dias atuais. Por meio da *exploração* de trabalhadores negros, do *monopólio* de oportunidades estabelecidos por brancos privando o acesso de pessoas de pele escura a determinados bens, da *emulação*

³⁸⁷ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. 1988.

³⁸⁸ MALHEIROS, Perdigão. *A Escravidão no Brasil*. V. I, P. 8, 1866.

³⁸⁹ SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. 1988.

como maneira de explicar a tentativa de imitar um padrão estabelecido anteriormente pelos portugueses e que porventura tenha dado resultado satisfatório e da *adaptação* como elaboração de rotinas que visavam acentuar as relações sociais a serem seguidas é que a desigualdade social no Brasil pode perpetuar, engendrada no ideário social.

As relações de trabalho que identificamos na análise das listas nominativas de Minas Gerais se assemelham às de outras regiões, como apresentado por Schwartz (1988), apontando que esse pensamento social, de que o negro era inferior ao branco e deveria receber menores remunerações, era um pensamento generalizado. Mesmo os negros alforriados, como levantado por Schwartz (1988) adotavam esse pensamento, à medida que assim que obtinham sua alforria e criavam condições de acumulação de capital, logo compravam escravos e tentavam conseguir melhores condições de vida para si, como ascensão social determinada pela conquista de melhores ocupação que trariam como resultado melhores salários. Então, a idéia de desigualdade era algo que não existia nessa sociedade, que acaba adaptando-se aos costumes sociais impostos pela emulação; a reprodução desse modelo, caracterizando adaptação, acabou por fazer com que o pensamento de desigualdade para com o negro perpetuasse como natural, vendo como fator comum o negro auferir menores remunerações em comparação com o branco.

As conclusões apontadas a partir da análise das listas nominativas de Minas Gerais e de um curto período do século XIX não podem ser objeto de argumentos generalizantes sobre o comportamento social brasileiro, mesmo ao apontar os mesmo resultados que os exemplos demonstrados por Schwartz (1988). A intenção de se buscar uma amostra para uma evidência empírica (a desigualdade de renda) e mostrar que se pode observar desigualdades sociais, representadas pela desigualdade de renda, em alguma parte do Brasil e em algum trecho de sua história colonial, serve como exemplo de que, o que muito autores afirmam hoje sobre a desigualdade social no Brasil ter suas raízes no período colonial, é um argumento válido e pode ser evidenciado pela análise de dados de distribuição de ocupações no Brasil colonial em paralelo com as remunerações médias auferidas por ocupação.

Referências

Fontes:

Lista Nominativa de Mariana (MG), 1819, código 398

IBGE - Recenseamento de 1872.

IBGE - Recenseamento de 1890.
www.ipeadata.gov.br

Bibliografia:

- BÉRTOLA, Luís. *An exploration into the Distribution of Income in Brazil, 1839 - 1939*. XIV International Economic History Congress. Helsinki-Finland, August 2006
- BÉRTOLA, Luís. *Income Distribution in Brazil, 1870 - 1920*. A Comparative Approach to Inequality and Development: Latin America and Europe (Conference). Madrid, May 2009.
- EASTERLY, William. *Inequality does cause Underdevelopment*. Center for Global Development Institute for International Economics. June, 2002.
- FERREIRA, F. H. G. *Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: luta de classes ou heterogeneidade educacional?* In: Henriques, Ricardo (org.). *Desigualdade e Pobreza no Brasil*. Brasília: Ipea, p. 49-80, 2000.
- FREYRE, Gilberto. Entrevista concedida a Lêda Rivas em 15 de março de 1980.
- FURTADO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- HENRIQUES, Ricardo. *Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90*. Brasília: Ipea, 2001.
- HOFFMAN, Rodolfo. *Distribuição de Renda e Crescimento Econômico*. Estudos Avançados, USP – São Paulo, v. 15, n. 41, p. 67-76, 2001.
- HOLANDA, Sérgio Buarque. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo: Difel, 1977.
- KILSZTAJN, S.; CARMO, M. S. N.; SUGAHARA, G. T. L.; LOPES, E. S.; PETROHILOS, S. S. *Concentração e Distribuição de Rendimento por Raça no Brasil*. Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro, mai./ago. 2005.
- LOVEJOY, Paul E. *A Escravidão na África*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- LUMMIS, C. Douglas. *Igualdade*. In: SACHS, Wolfgang. *Dicionário do Desenvolvimento*. 2002.
- LUNA, F. V.; COSTA, I. Del N.; KLEIN, H. S. *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: Edusp, 2009.
- MARCONDES, Renato L. *Diverso e Desigual: o Brasil escravista da década de 1870*. São Paulo: Funpec Editora, 2009.
- PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R. *Diferenças entre Discriminação Racial e por Gênero e o Desenho de Políticas Anti-Discriminatórias*. Revista Estudos Feministas – UFSC, v. 4, n. 1, 1996.
- PAES DE BARROS, R.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. *Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável*. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 15, n. 42, p. 123-142, 2000.
- SANTOS, Jorge Viana. *Liberdade na Escravidão: uma abordagem semântica do conceito de liberdade em cartas de alforria*. Tese de Doutorado. São Paulo: Unicamp – IEL, 2008.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.
- SEN, Amartya. *Desigualdade Reexaminada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- TILLY, Charles. *Durable Inequality*. University of California Press, 1998.
- VIEIRA, Pedro A. *A Sociedade Portuguesa do Século XVI e as Raízes da Desigualdade Social no Brasil*. (mimeo).
- WILLIAMSON, Jeffrey. *History Without Evidence*. National Bureau of Economic Research. Cambridge, March 2009.

A relação entre o desenvolvimento da culinária mineira e o desenvolvimento de Minas Gerais no século XVIII

Bruna Livia Martins

Graduanda em Ciências Econômicas na UFSJ
martins.bruna@ymail.com

Daniela Almeida Raposo Torres

Doutora em Economia pelo Cedeplar-UFMG
Professora do DCECO/UFSJ
daniraposo@ufs.edu.br

Larissa Carla Siqueira

Graduanda em Ciências Econômicas na UFSJ
larissasiqueira90@yahoo.com.br

Resumo: Este artigo tem como objetivo demonstrar, através de uma análise histórica, a influência da atividade econômica mineratória nas Minas Gerais do século XVIII no desenvolvimento da culinária mineira. Destaca-se também, a importância destes ingredientes para a construção do Estado de Minas Gerais. Esta demonstração será iniciada pelos aspectos econômicos e sociais de Minas Gerais no século XVIII, século do Ouro Mineiro, chave para o desenvolvimento de Minas Gerais no âmbito econômico, populacional e cultural. Por fim, será destacada a importância do desenvolvimento da culinária mineira na história de Minas Gerais através do desenvolvimento de alguns componentes dos tradicionais pratos mineiros.

Palavras-chave: Minas Gerais, Economia do Ouro, Culinária mineira.

Abstract: This article aims at demonstrate, through a historical analysis, the influence of “mineratória” economic activity in Minas Gerais in the eighteenth century on the development of “mineira” cookery. Also noteworthy is the importance of these ingredients to build the State of Minas Gerais. This demonstration will be initiated by the economic and social aspects of Minas Gerais in the eighteenth century, the century of the Gold Miner, key to the development of Minas Gerais in the economic, demographic and cultural. Finally, will highlight the importance of developing the “mineira” cookery history of Minas Gerais through the development of some components of the traditional “mineiros” dishes.

Keywords: Minas Gerais, Economics of Gold, “Mineira” cookery.

1. INTRODUÇÃO

Minas Gerais, estado cujas paisagens bucólicas, formadas por extensas cadeias montanhosas e singulares serras. Essas formadas por uma diversificada vegetação e por grandes rochedos, cortadas por grandes e extensos rios e por quase imperceptíveis riachos e córregos, imponentes e singelas quedas d’água, que configuram suas principais marcas. Minas Gerais dificilmente é lembrada sem o saudoso aroma dos seus saborosos pratos.

A imagem de um grande fogão à lenha com grandes panelas e tachos fumegando e exalando uma mistura deliciosa de cheiros inconfundíveis, para qualquer pessoa que já tenha experimentado a culinária

mineira, é uma das mais belas “paisagens” mineiras. As quais trazem consigo um pouco da história deste estado e um pouco das características da sua população, economia e desenvolvimento que foram adquiridas e desenhadas ao longo do tempo.

Diversos poetas e escritores, mineiros ou não, encantados com a culinária mineira, deixaram registrados em seus poemas todo o seu apreço por algum prato típico. “Todos os princípios se desmoronam diante de um lombo de porco com rodela de limão, tutu de feijão com torresmo, lingüiça frita com farofa.” (Fernando Sabino, 1967).

“E do prato inteiro, onde havia um ameno jogo de cores cuja nota mais viva era o verde molhado da couve – do prato inteiro, que fumegava suavemente, subia para nossa alma um encanto abençoado de coisas simples e boas. Era o encanto de Minas.” (Rubem Braga, 1982).

“Queiram ou não queiram seus adversários, a cachaça é uma utilidade pública brasileira, dado histórico nacional, remédio que não se compra nas farmácias e costuma produzir muito mais efeito que as drogas sofisticadas, com suas bulas herméticas. Não lhe faço apologia, de que não precisa. Registro sua presença cultural, seu fascínio sobre a mente do povo.” (Carlos Drummond de Andrade, 1967).

“Nosso não será o petróleo tanto assim. Nosso, e bem nossos, são o doce de leite e o desfiado de carne-seca. Meu – perdoem-me- é aquele prato mineiro verdadeiramente principal. Guisado de frango com quiabos e abóbora-d’água (adlbitum o jiló) e angu, prato em aquarela, deslizando viscoso como a vida mesma, mas pingante de pimenta. Sem esquecer os doces, à frente os de calda, que não convém deixem de ser orgulho próprio e um dos pequenos substratos do bem-querer à pátria e do não desentender a nação.” (FRIEIRO, 1982).

Os componentes da peculiar culinária mineira resultaram, principalmente, da formação geológica e posição geográfica de Minas Gerais e de como o desenvolvimento da economia nesta região foi conduzido.

O desenvolvimento da economia mineira começou a ser mais significativo a partir da descoberta de ouro nas Gerais³⁹⁰, momento da história deste estado que a população aumenta significativamente³⁹¹, concomitante a intensificação da agricultura e pecuária, resultando numa diversificação produtiva até então improvável para uma colônia de exploração mineratória. (HOLANDA, 1960).

Neste momento de intenso fluxo migratório nas Minas Gerais, grandes partes dos alimentos, base da atual culinária mineira, proporcionaram a população o atendimento a suas necessidades básicas contribuindo, não apenas para a construção do território mineiro, como ainda para a formação da cultura mineira, de algumas características marcantes da sua população e na formação econômica mineira e brasileira. Este artigo tem por finalidade levantar elementos históricos capazes de contribuir para esse debate.

³⁹⁰Este trabalho, em consonância a crítica da tese dos ciclos econômicos, a exemplo de Holanda (1960) e De Paula (2000), evita caracterizar o momento econômico da expansão mineratória nas Gerais de Ciclo do Ouro.

³⁹¹Para mais detalhes sobre o intenso processo de migração para Minas Gerais no Período do Ouro ver Zemella (1990).

2. MINAS GERAIS NOS SÉCULO XVIII

No final do século XVII, o rentável comércio do açúcar brasileiro sofreu um duro golpe com a crescente e rápida queda das exportações após a constituição e consolidação do mercado açucareiro holandês. O mercado consumidor europeu passou a dar preferência ao açúcar holandês, produzido na América Central, com melhores preços e mais qualidade.

Com a decadência do mercado do açúcar brasileiro, Portugal necessitava buscar novas fontes de renda. Nesse momento os bandeirantes começaram a encontrar metais e pedras preciosas, em sua maioria ouro e, posteriormente, diamantes, nas atuais regiões de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso.

“A notícia de cada descoberta despertava novas ambições e provocava novas investidas. Era o delírio! A fortuna ao alcance de quantos tivesse coragem e forças físicas para escalar as montanhas que vedavam o acesso ao solo mineiro. Daí o formidável rush para as Gerais! Daí o povoamento rápido e gigantesco da região mineira.” (ZEMELLA, 1990).

Essa descoberta foi um resultado do esforço contínuo de várias gerações que se sucederam, foi uma soma dos fatores sociais, geográficos, econômicos e políticos que já eram sentidos durante os séculos anteriores.

A notícia da descoberta de ouro se espalhou rapidamente e provocou uma verdadeira “corrida do ouro”, durante todo século XVIII. No auge deste período, pessoas de todas as partes migraram para a região em busca do enriquecimento rápido, em razão disso, a população de Minas Gerais rapidamente se tornou a maior do Brasil, sendo a única capitania do interior do Brasil com tamanha população.³⁹² O processo migratório tornou a região o maior centro econômico da colônia, como pode ser visto na FIGURA1.

Ano	c.1721	1776 [1]	1776 [2]	1786	1808	c.1820	1835	1855	1872
População total	90.160	319.769	341.869	362.847	433.049	551.374	669.603	1.304.007	2.041.607
Crescimento anual ³⁹²		2,3	2,42	1,26	0,8	2,01	1,3	3,33	2,64

Fontes: RAPM, Ouro Preto (II, v.3), 1897, p.511; RAPM, Belo Horizonte (IV, v.2), 1899, p.294-6; MATOS, Raimundo J. da C. *Corografia...*, v.1, p.89-216; MARTINS, Maria do C. S. “Revisitando a província...”, p.22-9; BOTELHO, Tarcísio R. “População e escravidão nas Minas Gerais, c.1720”. *Anais eletrônicos do 12º Encontro da ABEP*. Belo Horizonte, 2000, p.14-8; BERGAD, Laird W. *Slavery and the Demographic...*, p.230-7.

³⁹²Para mais detalhes sobre os números dessa população ver De Paula (2000).

Figura 1: Crescimento Populacional em Minas no Século XVIII

Fonte: CUNHA, A. C. Espaço, Paisagem e População: dinâmicas especiais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XVIII. Revista Brasileira de História, São Paulo, vol.27, n.º.53, Jan./June. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882007000100006> Acessado em : 30 jun. 2012.

Esse período possibilitou a criação de um mercado interno, já que havia demanda por todo tipo de produtos no povoamento das Minas Gerais. Assim, diante deste cenário a metrópole desperta para essa nova fonte de renda, começa a cobrar tributos e a coroa portuguesa lucrava com a cobrança dessas taxas. Diante do interesse em lucrar, a metrópole procurou facilitar o acesso às jazidas e incrementar o povoamento, através de abertura de novas vias de comunicação, facilitando a passagem dos rios, plantio de roça, estabelecimento de estalagens, pois, quanto mais gente existe nas minas, mais tributos entravam no Reino, esta política era caracterizada como política fiscal e não social.

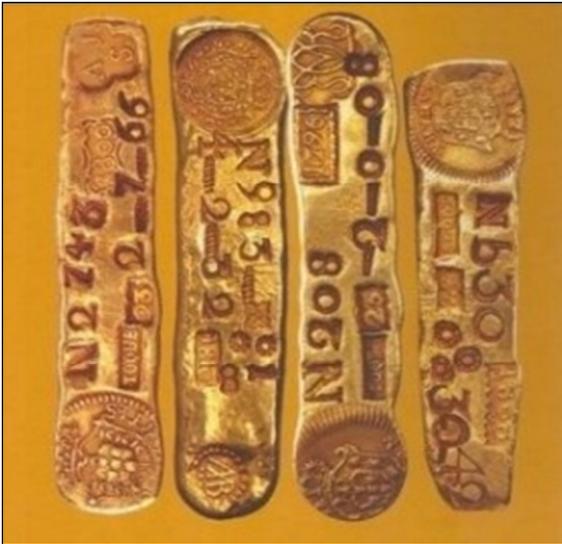


FIGURA 2 - Barras de ouro da Casa de Fundição de Vila Rica.

Fonte: COSTA, Antônio Gilberto (org.) Os caminhos do ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: Editora UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2000.

A tributação básica sobre a atividade mineradora foi o “quinto real”. Segundo BESSA (1981, p. 280), o quinto consistia em pagamento a ser feito pelo povo da Capitania para remissão da capitação, sofrendo inúmeras alterações ao longo dos anos. Ou seja, a quinta parte de tudo que fosse encontrado deveria ser entregue para a coroa portuguesa. Muitas revoltas aconteceram nesse período, devido à insatisfação da população pela cobrança excessiva dos impostos, a própria Inconfidência Mineira é exemplo. Os inconfidentes planejavam tornar o Brasil independente de Portugal, livrando o país do controle da metrópole.

“As idéias e acontecimentos que abalavam assim a ordem política e social do Ocidente não podiam deixar de repercutir nas colônias portuguesas da América. Os motivos de descontentamento aqui não faltavam e eram cada vez mais numerosos os brasileiros

que freqüentavam as universidades européias onde se expunham, naturalmente, à influência das tendências renovadoras. (...) Enquanto os estudantes alimentavam esperanças de independência, sentia-se cada vez mais, na colônia, a opressão do regime.” (HOLANDA, 1998).

Ainda segundo Zemella (1990), os principais problemas enfrentados pelos mineiros resultam da precariedade dos meios de transporte nesta região; da pouca tradição de comércio interno à Colônia; da dificuldade de obtenção de moedas; do afastamento dos centros de produção; da pequena produção nas zonas abastecedoras e dos problemas com altos impostos para a importação.

“Outra característica da economia mineira, de profundas conseqüências para regiões vizinhas, radicava em seu sistema de transporte. Localizada a grande distância do litoral, dispersa em região montanhosa, a população mineira dependia para tudo de um complexo sistema de transporte. A tropa de mulas constitui autêntica infra-estrutura de todo o sistema. (...) Criou-se, assim, um grande mercado para animais de carga.” (FURTADO, 1979).

Mesmo diante de tais dificuldades, a exploração do ouro e do diamante foi responsável por profundas mudanças na vida colonial. Com o desenvolvimento desta região, o Nordeste entra em crise. Assim, em 1763, a coroa portuguesa muda a capital da colônia de Salvador, Bahia para o Rio de Janeiro, deixando a nova capital mais próxima do novo pólo de desenvolvimento econômico. Assim, a vida urbana tornou-se mais intensa e viabilizou melhores oportunidades no mercado interno e uma sociedade mais flexível, principalmente se contrastada com o imobilismo da sociedade açucareira. Com a exploração do ouro, a região central, atualmente Sudeste, inicia um intenso processo de desenvolvimento, associado à expansão da atividade aurífera. (HOLANDA, 1960). A rede entre o litoral e as Gerais foi estreitada pela presença dos tropeiros, os quais se tornaram membros essenciais na comercialização de diversas mercadorias, além de serem também responsáveis pela formação cultural, costumes e hábitos alimentares tanto mineira quanto brasileira.

É interessante notar a composição da população das Gerais no final do século XVIII. Segundo Holanda (1960), mais de dois terços da população de Minas Gerais não mais vivia da exploração de ouro. Já haviam muitos mercadores, boticários, taberneiros, advogados, médicos, burocratas, clérigos, tropeiros, soldados entre outras profissões, além dos escravos. Essas atividades paralelas reforçaram ainda mais a atividade dos tropeiros, que eram os responsáveis pelo transporte dos mais variados tipos de produtos e ainda cumpriam o papel de mensageiros. A FIGURA 3 corrobora o argumento de um panorama econômico diversificado e dinâmico nos limites do contexto periférico nas Gerais do século XIX.

Na segunda metade do século XVIII, a mineração entra em decadência com a paralisação das descobertas. Por serem de aluvião, o ouro e diamantes descobertos eram facilmente extraídos, o que levou a uma exploração constante, fazendo com que as jazidas se esgotassem rapidamente. Esse

esgotamento deve-se fundamentalmente ao desconhecimento técnico dos mineradores, enquanto a extração foi feita apenas nos veios (leitos dos rios), nos tabuleiros (margens) e nas grupiaras (encostas mais profundas) a técnica, apesar de rudimentar, foi suficiente para o sucesso do empreendimento.³⁹³

No entanto, a despeito da tese de decadência do ouro e esvaziamento das vilas mineradoras, com o deslocamento das famílias e seus escravos para outras regiões, o que podemos perceber em razão da expansão de outras atividades produtivas concomitantes a exploração mineral, é uma economia diversificada e dinâmica nos limites do contexto periférico nas Gerais do século XIX. Em outras palavras, quando o ouro foi dando sinais de esgotamento, as atividades agrícola, pecuária e demais atividades produtivas, conforme FIGURA 3, ampararam a economia da região, que, inicialmente, surgiram para abastecimento interno e aos poucos serviram para abastecer outras regiões, especialmente o litoral com a vinda da Corte que se instalara no Brasil.

FIGURA 3 - Distribuição da População por setor ocupacional e condição

Setor ocupacional	Livres			Escravos			Total		
	Nº	%⚭	%⇒	Nº	%⚭	%⇒	Nº	%⚭	%⇒
Agropecuária	14.089	30,3	54,7	11.686	48,7	45,3	25.775	36,6	100,0
Mineração	728	1,6	31,1	1.615	6,7	68,9	2.343	3,3	100,0
Atividades manuais e mecânicas	22.822	49,1	78,8	6.146	25,6	21,2	28.968	41,1	100,0
Comércio	1.800	3,9	88,9	225	0,9	11,1	2.025	2,9	100,0
Comércio fixo	1.374	3,0	97,2	40	0,2	2,8	1.414	2,0	100,0
Comércio tropa	426	0,9	69,7	185	0,8	30,3	611	0,9	100,0
Outros setores	7.034	15,1	62,0	4.316	18,0	38,0	11.350	16,1	100,0
Total	46.473	100,0	66,0	23.988	100,0	34,0	70.461	100,0	100,0

Fonte: Censo de 1831/32, Arquivo Público Mineiro, SPPP 1/10 e MP, diversas caixas.

Fonte: Godoy e Rodarte. Urbanização, Desenvolvimento Econômico e Comércio em Minas Gerais, na primeira metade do século XIX. Seminário de Economia Mineira. Diamantina, 2004, p.9.

Ademais, segundo De Paula (2000, p.78) a presença de importante estrutura agropecuária, que localizada inicialmente na comarca do Rio das Mortes, espalhar-se-á para a Zona da Mata e Triângulo Mineiro durante o século XIX. De acordo com Oliveira (2005), o advento da cafeicultura mineira foi dependente do capital originado desta Comarca. Onde a acumulação de capital se deu a princípio pela atividade de mineração e, posteriormente, pelas atividades de comércio interno de alimentos de sub-regiões mineiras como Barbacena e São João Del Rei. Veja que, a região se desenvolvia e dava condições ao desenvolvimento de outras regiões, a exemplo da Zona da Mata mineira no período do café.

3. CULINÁRIA MINEIRA

“(…) Mais difícil do que descobrir ouro observou um velho cronista, era o problema de alimentar os mineiros. Pouco se plantava. O produto das roças era escasso e caro. (...)” (FRIEIRO, 1982). O

³⁹³Para mais detalhes sobre técnicas mineratórias aplicadas nas Minas Gerais ver Souza e Reis (2006).

surgimento da culinária mineira remete ao século XVIII, século da exploração do Ouro nas Minas Gerais, em decorrência do aumento repentino da população ocasionado por esta atividade. A necessidade de abastecer toda essa gente sem grandiosos recursos resultou numa mistura de alimentos de todas as partes do Brasil, trazidas pelos tropeiros e migrantes com uma forte influência estrangeira, denominada culinária mineira. A culinária mineira, enquanto identidade mineira, foi formada juntamente ao processo produtivo mineiro e a sua formação sócio cultural. Ela está intrínseca ao processo produtivo de Minas Gerais.

A mesa mineira começa a ser posta junto ao período aurífero. Com a sua decadência, seus traços se ampliaram e se consolidaram, e por sua vez se perpetuaram pelo tempo não se desvinculando da sua formação apresentando na sua formação produtiva atual traços da mineiridade. “Chamo interporalismo esse desdém pelo tempo que se manifesta nas menores coisas em minas.” (ARRUDA, 1990, p.122)

Ademais, este surgimento passou pelas mais diversas dificuldades. De ordem geográfica: a distância da capitania do litoral, de onde a princípio os alimentos eram provenientes, aliada a formação geológica do território mineiro e a sua extensão territorial, dificultava a circulação destes alimentos para o interior desta região. Segundo Zemella (1990, p.117-129), o tempo gasto pelos paulistas para atingir as minas era de pelo menos dois meses, o que ficou conhecido como caminho velho. O caminho novo significou uma verdadeira revolução no sistema de comunicações entre o Rio de Janeiro com as Gerais, onde gastavam-se, em média, dezessete dias no trajeto.

As dificuldades oferecidas pela geografia mineira propiciaram o desenvolvimento uniforme da culinária mineira, isso porque os escassos alimentos que aqui chegavam ou eram produzidos, eram consumidos por todos, ricos ou pobres, negros ou brancos, livres ou escravos. Grande parte dos pratos tipicamente mineiros foram criados nas imponentes cozinhas das casas grandes, ao passo que outros pratos foram criados ou passaram a serem consumidos devido à observação dos hábitos advindos das senzalas.

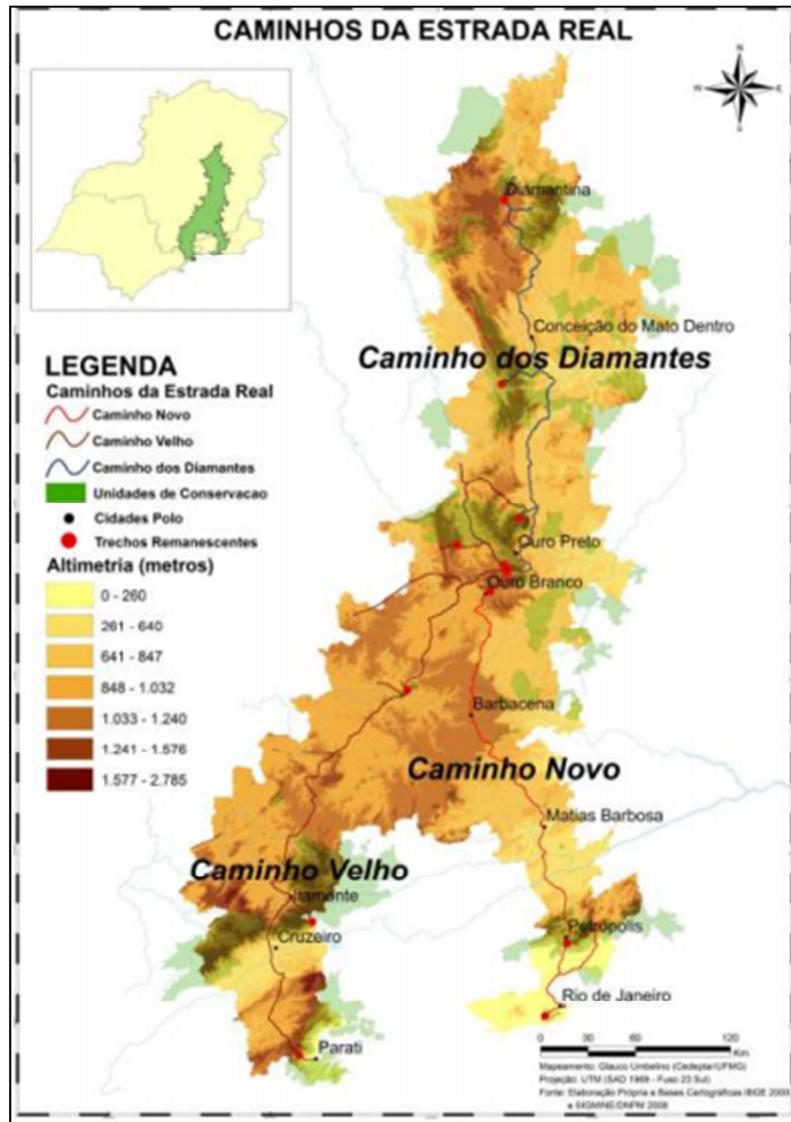


FIGURA 4 - Caminhos da Estrada Real

Fonte: Umbelino ET al (2010, p.14) Disponível em http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2010/docs_pdf/tema_10/abep2010_2340.pdf

A corrida do ouro fez com que fossem empregados em Minas Gerais toda a sua mão de obra na extração do ouro. Segundo Zemella (1990, p.198) “(...) obcecados pela ambição que os fazia desprezar a agricultura e só se preocupar com o ouro, sofreram os primeiros habitantes das Minas Gerais agudas crises de fome em 1697-98, em 1700-01 e em 1713”. A carestia de alimentos forçou aos mineradores a destinarem parte de seu tempo destinado a atração aurífera para o plantio de roças.

“Sendo a terra que dá outro esterelíssima de tudo que se há de mister para a vida humana e não menos estéril a maior parte dos caminhos das ditas minas, não se pode crer o que padecerão ao principio os mineiros por falta de mantimentos, achando-se não poucos mortos, com huma espiga de milho na maõ, sem terem outro sustento.” (ANTONIL APUD ZEMELLA, 1990 p. 198)

Por estes e outros motivos, Minas Gerais apresenta graves problemas de abastecimento de gêneros durante todo o período de intensa exploração do ouro. Apesar de diversos tipos de alimentos chegarem de muitas partes do país e do exterior, a quantidade que chegava e o pouco que era plantado em terras mineiras, não eram suficientes para alimentar a sua numerosa e crescente população.

“O povo nas Minas Gerias nunca conheceu a fartura de alimentação. A comida dos paulistas que penetravam no interior do país para a caça da índia e a procura de metais preciosos eram das mais pobres, excetuada, é claro, a de alguns poucos potentados.” (FRIEIRO, 1982)

As deficiências no sistema de fornecimento e abastecimento neste período produziram conseqüências de ordem econômica, social e política tais como: alta dos preços no mercado interno e externo - inflação; paralisação momentânea dos trabalhos extrativos; aparecimento de roças e de indústrias locais; mortes; guerras; dispersão dos mineradores.

“Não é fácil abastecer centros populacionais nascidos quase da noite para o dia. Havia gente demais para ser alimentada, vestida, calçada e abrigada. O abastecimento das minas tornou-se um problema que por vezes se apresentou quase insolúvel, sobrevivendo crises agudíssimas de fome, decorrentes da total carência de gêneros mais indispensáveis à vida.” (ZEMELLA, 1990).

A carência de alimentos ainda causou o aproveitamento do tudo quanto pudesse matar a fome: cães, gatos, gaviões, ratos, mel de pau, raízes, frutas do mato, etc. (ZEMELLA, 1990, p. 201). Soma-se isso ao pouco que se plantava e ao pouco alimento que chegava através dos tropeiros, a mesa mineira tornou-se variada e de certa forma nutritiva, composta por cortes de carne gordurosos e por muitos tipos de legumes e verduras e finalizada com deliciosas compotas de doces de frutas geralmente advindas dos quintais.

“A vila abundava em víveres e as terras produziam muitas hortaliças, como couves, repolhos, e cebolas. Havia também fartura de frutas, principalmente os pêssegos, marmelos, laranjas, maçãs, joazes. “Embora se lavrasse pouco a terra os seus habitantes nenhuma falta experimentavam, em razão dos mantimentos que entravam todos os dias em tropas carregadas de toucinho, milho, feijão e azeite, vendidos por preços bastante cômodos.” (José Joaquim da Rocha, 1897).

“Nas Minas todos os escravos se sustentão de legumes, o milho e o feijão he o seu único e ordinário alimento. O mesmo acontece a respeito dos mais habitantes que não vivem nas Villas, ou Arraiaes em que costuma haver açougue: as mais abundantes ajuntão ao mesmo mantimento as carnes salgadas de muitos porcos, que crião, nutridos não em montados mas com os mesmos legumes” (“Roteiro Anônimo do Maranhão a Goiás - ZEMELLA, 1990)

Na primeira metade do século XVIII, o problema do abastecimento foi solucionado, os fornecimentos foram organizados sistematicamente e nada mais faltou nos povoados das Gerais. Neste

momento, havia nas minas além do necessário, o supérfluo. (ZEMELLA, 1990, p.208). Contudo, a especulação e os altos preços permanecem, inclusive até os dias de hoje.

A formação de hortas e pomares nos quintais das casas grandes e das humildes casas de pequenos vilarejos, decorrentes da prática da economia de subsistência, contribuíram para a criação de uma culinária composta por inusitados tipos de combinações de vegetais com os mais diversos tipos de carnes e mais variados tipos de cereais: como o frango com quiabo, frango com ora-pro-nóbis, o arroz, feijão angu e couve etc.

“Não se vão negar, de forma alguma, as conquistas da ciência da nutrição, mas é forçoso reconhecer que o homem encontrou sempre, graças às suas observações empíricas, a alimentação adequada à própria sobrevivência”. (Frieiro,1982)

A criatividade da população de Minas Gerais fez com que a vida tranquila das pessoas advindas ou nomeadas da Corte fosse mais prazerosa. Ao mesmo tempo em que os sofrimentos da vida dos trabalhadores livres, sem boas condições financeiras e dos escravos, cujo trabalho era árduo e a recompensa era ínfima, fossem amenizados.

Os escravos aproveitavam ao máximo os seus escassos alimentos preparando-os e consumindo-os no limite do possível.

“O escravo negro, pau para toda obra, armava o tripé de varas, fincado no chão e pendurava nele o caldeirão de ferro em que se cozinhava o feijão com toucinho, servido em pratos de estanho. Estendia-se a farinha ao sol numa toalha e ao lado não faltava o ancorote de água ou aguardente. Galinha, ovos e doces, quando os havia, muito raros, eram tudo por preço da hora da morte.” (FRIEIRO, 1982)

Além disso, encontravam em alguns alimentos como na pinga junto ao tabaco, fontes de relaxamento, ou quando necessário, fontes de estímulo para o trabalho árduo.

“Os escravos, esses, vivendo em condições infra-humanas, andrajosos ou seminus, eram os que mais sofriam com a pobreza da alimentação. Na pinga e no tabaco buscavam compensar de algum modo as insatisfações do estômago e mitigar as agruras do rude trabalho das lavras, onde permaneciam de sol a sol, com o corpo metido até a cintura nos ribeiros, manejando a bateia (FRIEIRO, 1982)”.

Ainda de acordo com Zemella (1990, p. 187), os escravos podiam sofrer de todas as retaliações, “porém jamais poderiam passar sem uma dose diária de aguardente e sem um naco de fumo”.

Relatos do viajante francês Saint-Hilaire pela província mineira que dão conta de cerca de mil engenhos, todos, ou quase todos, tecnicamente inferiores aos engenhos fluminenses. Enquanto nestes haviam os cilindros da moenda revestidos de chapas de ferro, nos engenhos mineiros os cilindros eram de madeira. E, em sua maioria, engenhos pequenos, muitos deles fabricando apenas rapadura ou cachaça. (VERSIANI, 1998).

Em outros relatos, Saint-Hilaire evidencia fazendas que, usando mão-de-obra escrava, dedicavam-se à criação de gados ou de porcos - voltada à produção de queijos e tocinho para venda fora da província. Numa fazenda perto de Carrancas, na região de São João Del Rei, onde o viajante francês pernitoou, este presenciou escravos e escravas fazendo a ordenha das vacas e usando cuias para encher de leite. Diante disso, o viajante tece o comentário:

“O gado dos arredores do Rio Grande tem justificada fama, graças ao tamanho e força. Alimentando em ótimos pastos, as vacas dão leite quase tão rico em nata quanto o das nossas montanhas. Com ele se faz grande quantidade de queijos exportados para o Rio de Janeiro.” (Saint-Hilaire p.48 apud VERSIANI, 1998 p. 67).

Neste ponto segundo Zemella (1990, p. 222), a comarca de São João del-Rei produzia, dentre outros bens, bovino e seus derivados: laticínios, queijos, manteiga, etc. Sergio Buarque de Holanda (p.294) também ressalta a especialização desta região na produção de queijos que abastecia os mercados locais e regionais.

Na Zona da Mata Mineira, perto de Aiuruoca, Saint-Hilaire assinala que a produção de milho e feijão, bases de típicos pratos da culinária mineira, são produzidos com a utilização da mão de obra escrava constituindo a principal atividade geradora de renda desta região. (VERSIANI, 1998).

Em resumo, a formação e transformação das atividades econômicas mineiras, agregadas a sua atípica e diferenciada formação, veio a traçar características particulares de sua “gente”. A urbanização, a religiosidade, o caráter político e desenvolvimentista, a personalidade desconfiada e retraída, a fama de “bom sujeito”, tímido e acolhedor, assim como as especialidades alimentares acima relatadas, foram construídas, dentre os demais fatores, pela a influencia das atividades econômicas desenvolvidas no espaço mineiro setecentista e oitocentista.

Na medida em que o futuro é construído com bases no passado, o povo mineiro “cheio” de passado trouxe para o seu futuro moldes de desenvolvimento carregados dos seus traços daquilo que se denominamos carinhosamente de mineiridades.

4. CONCLUSÃO

O período aurífero de Minas Gerais no século XVIII foi o ponto culminante para o início de uma ocupação efetiva do território mineiro. Contribui também para o aumento de circulação de riquezas, para o início de um precário, porém necessário comércio e cultivo de alimentos básicos da alimentação mineira, constituidores da denominada culinária mineira.

O aumento rápido, repentino e constante da população nas Gerais forçou aos exploradores destinaram parte de seu tempo com o plantio de roças. Através dessa economia de subsistência, durante

e posteriormente a exploração aurífera dá-se a comercialização de alimentos para abastecimento tanto do mercado interno a capitania quanto ao externo.

Diante às dificuldades enfrentadas pelos mineiros no século XVII e XVIII que formaram as bases da diversificada e exclusiva culinária mineira. A qual aproveitava ao máximo os escassos alimentos de que inicialmente dispunha, ora advindos de suas roças e quintais ora dos tropeiros, escassez esta posteriormente amenizada, criaram as mais diversas combinações de alimentos na composição dos pratos consumidos no dia-a-dia e em dias festivos.

A culinária mineira possibilitou traçar uma identidade ao estado, além de proporcionar desenvolvimento no âmbito social e econômico. As dificuldades enfrentadas pela maioria da população, do nobre ao trabalhador livre e escravo, eram amenizadas com suas forças recompostas pela rica e diversificada alimentação mineira.

Enfim, com um gosto especial nos lábios, os mineiros, com características únicas de personalidade adquiridas principalmente pelo modo como ocorreu o desenvolvimento mineiro, construíram um estado geral e ao mesmo tempo único.

Referências Bibliográficas

- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. **Mitologia da Mineiridade**. 1º ed: São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ANDRADE, Carlos Drummond de. **Brasil, terra e alma: Minas Gerais**. Rio de Janeiro: Ed. do Autor, 1967.
- BESSA, Antônio Luiz de. **História financeira de Minas Gerais em 70 anos de República**. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Fazenda, 1981
- BRAGA, Rubens. **Morro do Isolamento**. Rio de Janeiro: Record - Rio de Janeiro, 1982, pág. 121.
- De PAULA, João Antonio. **Raízes da Modernidade em Minas Gerais**. Editora Autentica, 2000.
- FRIEIRO, Eduardo. **Feijão, angu e couve: ensaio sobre a comida dos mineiros**. 2.ed.Belo Horizonte: Ed. Itatiaia,São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo,1982.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. Cia. Editora Nacional, São Paulo, 1979. 16ª Edição.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. org. **História geral da civilização brasileira** In: NICOLA, José de. Língua Literatura & Redação. 13ª. ed. São Paulo, Scipione, 1998, vol. 1 p. 206
- MATOS, Raimundo J. da C. **Corografia Histórica da Província de Minas Gerais (1837)**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1981. v.1, p.115.
- ROCHA, José Joaquim da. **Memória Histórica da Capitania de Minas Gerais**. In Revista di Achivo Publico Mineiro. II, 1897, p.425.

SABINO, Fernando. **A Inglesa Deslumbrada**. Rio de Janeiro: Record, 1967, pág. 71.

SANTANA, Elcio. **Evasão fiscal e tributação do ouro nas Minas Gerais do século XVIII**. Revista Urutágua – acadêmica multidisciplinar – DCS/UEM. N° 20, Jan./Fev./Mar./Abril de 2010 – ISSN 1519.6178.

VERSANI, Flávio. Os escravos que Saint Hilaire viu. **Seminário de Economia Mineira**, 1998.

ZEMELLA, Mafalda P.O **abastecimento da capitania das Minas Gerais no século XVIII**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC: Editora da Universidade de São Paulo, 1990.

Wilson Simonal: Problematizações sobre a mobilização internacional dos negros e a arte engajada brasileira nos anos 1960

Bruno Vinícius Leite de Morais

Graduando em História pela UFMG

bruno_viniusdemorais@hotmail.com

Resumo: No contexto dos anos 1960 e 1970 é considerado que as esquerdas, afastadas do campo político, apresentavam uma atuação de destaque no campo artístico, através da chamada “arte engajada”. Pensando na música chamada engajada, são geralmente destacados pelos estudiosos do período dois grupos. Um, nacional-popular, que busca a valorização da cultura popular brasileira, das mazelas do povo e sua mobilização para a revolução social; e outro, Tropicalista, que, a partir de 1967, busca “retomar a linha evolutiva da musica popular brasileira”, mesclando os temas populares com a referência pop e da contracultura. A intenção deste trabalho é problematizar, na figura do politicamente controverso cantor Wilson Simonal (de trajetória diversa à destes grupos e cuja imagem amiúde é associada à direita), um terceiro tipo de engajamento que, nos anos 1960, aparentemente foi eclipsado pelos outros dois: o engajamento pela “igualdade racial”, ecoando a mobilização internacional contra o preconceito ao homem negro.

Palavras-chave: Mobilização dos negros, Wilson Simonal, música engajada.

Abstract: In the context of the 1960s and 1970s, it is considered that the left-wingers, away from politics, had a prominent role in the artistic field, through the so-called “activist art”. When it comes to activist music, two groups are usually highlighted by scholars of the period. One, which is national-popular and seeks valorization of Brazilian popular culture, the ailments of the people and its mobilization for social revolution; and another one, Tropicalist, which, since 1967, seeks to “resume the evolutionary line of Brazilian popular music”, mixing popular themes with references to pop and counterculture. The aim of this paper is to discuss, in the figure of the politically controversial singer Wilson Simonal (whose path diverges from those of the named groups above and whose image is often linked to the right-wing), a third type of engagement that, in the 1960s, was apparently overshadowed by the other two: the engagement for “racial equality”, echoing the international mobilization against the prejudice to black people.

Keywords: Black people mobilization, Wilson Simonal, activist music.

Raça sempre deu o que falar. A frase escrita por Lilia Moritz Schwarcz para intitular o seu texto de apresentação da obra *O negro no mundo dos brancos*, de Florestan Fernandes, é propícia para a problematização proposta no presente trabalho. A ideia de estudar a preocupação com o problema da “raça” na música brasileira da década de 1960, e em uma figura politicamente polêmica como Wilson Simonal, pode aparentar perigosa em um espaço restrito como o do presente texto. No entanto, haja vista a importância do tema na época e ainda nos dias de hoje, torna-se relevante a aventura do historiador por tal caminho.

O racismo, embora oficialmente condenado, é uma realidade no Brasil e, em maior ou menor grau, em muitos países. A concepção científica de que a espécie humana é constituída por diferentes e hierarquizáveis raças, chamada de racialismo, apesar de já superada pela ciência contemporânea, permanece no imaginário e nas falas de muitos indivíduos. Mesmo que possamos afirmar que não existam raças entre os seres humanos, podemos ainda falar de racismo, como uma tendência de pensamento que pré-concebe e determina um indivíduo devido a certa característica biológica ou cultural. O momento de maior repercussão do combate às concepções racialistas voltadas contra o negro é o contexto visualizado por este trabalho.

A chamada “questão racial”, sobretudo referente ao homem negro, destaca-se como um tema central na segunda metade do século XX. A percepção de que os estigmas do racialismo e a opressão ao homem negro atingem diversas regiões do mundo estimula o fortalecimento de um tipo de identidade racial positiva, emblema reivindicado por movimentos como *Black is Beautiful*, *Négritude* e *Panafrikanismo*. A mobilização quanto ao orgulho negro se apresenta com forte conotação política, alcançando amplas proporções nas décadas de 1950 a 1970, momento de acirramento dos embates em torno da descolonização dos países africanos e dos direitos civis dos negros nos EUA. Não seria exagero dizer que, naquele contexto polarizado ideologicamente entre capitalismo e comunismo, a temática racial repercutia em todo o mundo ou, ao menos, em todo local onde houvesse homens de pele negra.

A sociedade brasileira, no entanto, apresentava uma particularidade interessante. Aqui, em detrimento a sociedades como a estadunidense e a sul-africana, não se via de maneira aguda a presença de conflitos raciais. Pelo contrário, a imagem difundida interna e externamente é que o país seria uma “democracia racial”, na qual as diferentes raças conviviam pacificamente, inexistindo qualquer traço de hierarquia ou preconceito racial e com a miscigenação coroando o clima de tolerância imperante. Esta estrutura harmônica interessava a organismos internacionais, como a UNESCO, que em 1951 estimulou os estudos para exportação dos aspectos da pacífica realidade racial brasileira (SCHWARCZ, 2007: 13-15). No entanto, no mesmo contexto também existem argumentos de refutação a essa imagem, demonstrando a existência do racismo “à brasileira”, pontuado por discriminação e preconceito cotidiano, apesar do clima vigente de “preconceito de ter preconceito”, como anunciado por Florestan

Fernandes (FERNANDES, 2007: 38-43). Deste modo, torna-se, no mínimo, curioso que encontremos tão poucas referências à questão racial, na música brasileira - reconhecido meio de expressão em nossa sociedade - composta e/ou interpretada por negros nos estudos que retratem períodos anteriores à década de 1970, este último no qual se destacam nomes como o Movimento Black Rio e Gérson “King” Combo, por exemplo.

Os estudos quanto à década de 1960 para a música brasileira comumente se voltam para a música de temática “nacional-popular”. Apresentam, assim, um período de verticalização para os problemas sociais e a preocupação com a temática da cultura popular brasileira, das mazelas do povo e sua mobilização para a revolução social. Essa preocupação aparece como hegemônica principalmente nos estudos que tratam da música posterior ao golpe civil-militar de 1964, aquela que se mostrou resistente à ditadura instaurada no país. Apesar dos discos campeões de vendas permanecerem sendo os da chamada “música brega” ou os de “iê, iê, iê”³⁹⁴, a música de cunho engajado domina a memória quanto à MPB, transparecendo que predominou entre a “elite pensante” do meio artístico a influência da proposição levantada pelo filósofo Jean-Paul Sartre na obra *Que é Literatura?*. Para ele, a literatura válida seria aquela que está engajada com a causa social. Essa proposta influenciou não somente setores da nossa música, mas também dos demais meios artísticos, como teatro, cinema e artes plásticas.

A chamada “música engajada” brasileira dos anos 60, portanto, preocupa-se com as mazelas sociais do país e, sobretudo, com a condição política existente: a de um governo golpista, autoritário e repressivo, em um país de agudo abismo social. Chama seus ouvintes para uma repulsa a este governo e a esta configuração social. A partir de 1967, outra proposta também vai se ressaltar na música brasileira: a Tropicalista. Nesta, mais do que a temática popular e resistente (mas não as ignorando), a intenção de dialogar com a cultura pop estadunidense e as referências da contracultura toma destaque.

O presente trabalho, no entanto, visa destacar a influência da mobilização negra, citada inicialmente, em um cantor desvinculado à imagem de artista engajado, mas que também buscou uma aproximação com a cultura pop, antes do Tropicalismo e de maneira diferente à estética da Jovem Guarda: Wilson Simonal.

A trajetória do cantor Wilson Simonal de Castro é bastante peculiar e atualmente tem chamado a atenção de várias pessoas interessadas em sua música e em sua intrigante história. Negro, criado em uma favela carioca, o talentoso cantor se destacou nos anos 1960 como um artista da chamada “segunda geração da Bossa Nova”, incrementando o estilo, que fundia o samba com o *cool jazz*, através de referências ao *blues*, *gospel* e outras vertentes do *jazz*. Além disso, Simonal fez muito sucesso principalmente após veicular uma nova proposta estética, muito pouco estudada, que apresentava

³⁹⁴ Informações quanto aos artistas campeões de vendas, embora presente nos textos de Alonso citados na bibliografia, podem ser vistas de maneira mais profunda, assim como uma abordagem da música “brega” do período, na obra *Eu não sou cachorro, não: música popular cafona e ditadura*, do historiador Paulo César de Araújo, publicada em 2003 pela editora Record.

arranjos sofisticados e, ao mesmo tempo, altamente pop: a Pilantragem. Essa proposta estética buscava elementos das *big bands* de *swing* dos anos 1930, de vertentes do *jazz moderno* latinizado e da música jovem dos anos sessenta, como o *iê, iê, iê*. Tudo isso mantendo um norte de samba-jazz, com base em piano ou teclado, contrabaixo e bateria (ainda que com presença de metais – saxofones e trompetes – e de uma eventual e tímida guitarra elétrica) e arranjos elaborados pelo pianista César Camargo Mariano, então líder da banda de apoio de Simonal, o Som Três³⁹⁵. Quanto à temática, Simonal considerava a sua proposta “uma posição otimista; se o mundo vai mal, a Pilantragem se preocupa em saber o que é possível fazer no sentido de melhorar, no sentido de divertir o povo. É um descompromisso com a inteligência. (...)” (“Esse homem é um Simonal”, *Realidade*, dez. 1969, p.147-148, apud ALONSO, 2011: 102).

A Pilantragem, formulada principalmente por Wilson Simonal e Carlos Imperial, permite ao cantor obter grande sucesso popular e retorno financeiro, mas também passa a receber amplas críticas por parte de artistas e intelectuais. Criticavam seu caráter abertamente comercial, letras sem preocupação social, mais próximas às temáticas da Jovem Guarda (“alienadas”, no vocabulário da época) e o interesse na comunicação imediata com a cultura de massas. Angariando maiores desafetos nos setores de esquerda, Simonal ainda se destacou com músicas de caráter nacionalista, que ele chamava de “nativistas”. O exemplo mais famoso dessa linha é a canção “País tropical”, composta por Jorge Ben e lançada por Simonal em julho de 1969 - sendo gravada ainda nesse ano pela tropicalista Gal Costa e o próprio compositor. As demais canções desta vertente, “Resposta”, “Brasil, eu fico” (ambas, também de autoria do Jorge Ben) e “Que cada um cumpra com o seu dever” (composta pelo próprio Simonal), são notórias por se afinarem com o discurso do governo militar no período, sendo lançadas apenas em EP, no segundo semestre de 1970 e, por sua temática, desagradando aos setores resistentes ao governo vigente.

Assim, o artista conseguia, em 1969, ser um grande sucesso na música, vendendo entre 500 e 600 mil discos, enquanto seu principal rival em vendas, Roberto Carlos, venderia em torno de 300 mil (ALEXANDRE, 2009: 167). Dotado de uma considerável capacidade de comunicação e interação com a plateia, Simonal também foi o primeiro artista negro brasileiro a apresentar sozinho um programa de música, o *Spotlight*, a partir de janeiro de 1965 na TV Tupi e, a partir de outubro de 1966, o bem-sucedido *Show em Si... monal*, pela TV Record.

Apresentado o seu trajeto artístico, torna-se intrigante o desaparecimento de Simonal até recentemente da história da música brasileira. Sabemos que a construção da memória é fruto de um processo de lembrança e também de esquecimento. Interessa visualizar os pontos que teriam

³⁹⁵ Os termos *cool jazz*, *swing* e *jazz moderno* se referem a subgêneros musicais, estilos jazzísticos. Diferente de *big band*, que é um tipo de formação de um conjunto musical. Quanto ao Som Três, além do pianista citado, era composto pelo baixista Sabá e o baterista Toninho Pinheiro, que passaram a acompanhar o cantor em setembro de 1966, com a gravação da canção “Carango”.

contribuído para o artista permanecer no vale do esquecimento quanto ao período.³⁹⁶ Duas questões se destacam entre as razões para tal. A primeira é o afastamento de Simonal da Bossa Nova e a sua proposta estética, a Pilantragem, que, apesar dos arranjos altamente elaborados pelo pianista César Camargo Mariano e o sucesso comercial, foi rejeitada como tola e irrelevante pela crítica especializada. Acrescenta-se a isso a possibilidade da imagem de Simonal ter se desgastado após uma sucessiva aparição nos meios midiáticos. Seguindo essa leitura, parte do argumento de Ricardo Alexandre, a imagem de Simonal pode ter sido alvo de um processo de desgaste por superexposição, uma incipiente idolatria, fenômeno da cultura de massas. O afastamento do cantor da apresentação de programas televisivos e da pilantragem, rompendo a parceria com César Camargo Mariano e o Som Três, resultando na busca por uma nova identidade musical a partir de 1971, sepultaria esse processo de afastamento do seu público principal.

A outra questão, muito mais tensa e impactante na explicação do seu ostracismo, é a suposta relação de Simonal com os órgãos de repressão, durante o caso de seu envolvimento (como mandante) no sequestro e tortura de seu contador, Raphael Viviani. A pecha de “dedo-duro” da ditadura surgiu como um escândalo em 1971 e não mais se dissociou de Simonal até a sua morte, em 25 de junho de 2000.

Viviani denunciou à polícia militar ter sido sequestrado em sua residência pelo carro e motorista de Simonal, junto a três policiais do DOPS que o levaram a uma sede do departamento, onde foi torturado com uso de um aparelho de choques e obrigado a assinar uma declaração de desfalque. Posteriormente, já na presença de Simonal, teria sido agredido com socos e pontapés. O fato relatado já era o suficiente para Simonal ser mal visto entre os resistentes ao regime, principalmente em tempos de atuação da Operação Bandeirantes (OBAN), a mesma responsável pela criação do slogan oficial “Brasil: ame-o ou deixe-o”, com o qual Simonal havia dialogado na canção “Brasil, eu fico” de Jorge Ben.³⁹⁷ Para completar a sua visão de colaborador, Simonal ainda assinou uma declaração no DOPS, datada de um dia antes do sequestro do contador, pela qual afirmava “aqui cooperar com informações que levaram esta Seção a desbaratar por diversas vezes movimentos subterrâneos subversivos no meio artístico” (Declaração de Wilson Simonal [24/08/1971] APERJ; Fundo DOPS 153; Folha 106, Estado de Guanabara. Apud ALEXANDRE, 2009: 205 e ALONSO, 2011: 424-426.). Despontava a pecha de “dedo-duro” do regime.

³⁹⁶ Diversos são os trabalhos sobre a relação memória e esquecimento, problemática vital no ofício do historiador. As obras de Alonso e Rollemberg & Quadrat presentes na bibliografia refletem sobre a construção da memória durante o período abordado no Brasil. Outras obras interessantes sobre memória e esquecimento, a título de exemplo, são PORTELLI, Alessandro. O massacre de Civitella Vai di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944). In: <http://www.cholonautas.edu.pe/memoria/portelli1.pdf>; MITRE, Antônio. História. Memória e esquecimento. In: *O dilema do centauro. Ensaios de teoria da história e pensamento latino-americano*. Ed. UFMG, BH, 2003; e RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas, Editora UNICAMP, 2007.

³⁹⁷ “A Oban era uma organização paraestatal e extralegal financiada pelo grande capital privado nacional e multinacional para ajudar o Estado na repressão ao dito ‘terrorismo’, ou seja, à luta armada de esquerda. (...) Aliás, foi a Oban, e não a Aerp, que criou o slogan mais ofensivo do período: ‘Ame-o ou deixe-o’”. ALONSO, 2011: 93, nota de rodapé 33.

Embora não seja o intuito deste trabalho entrar na ainda hoje polêmica discussão em torno do envolvimento do cantor com os órgãos de repressão, dada a importância do tema ao se tratar do Simonal, acredito ser necessário um posicionamento. De acordo com os trabalhos aprofundados sobre Simonal feitos pelo jornalista Ricardo Alexandre e o historiador Gustavo Alonso, não é possível afirmar o envolvimento do cantor. Apesar da existência da declaração assinada por Simonal afirmando ser um colaborador, peça chave durante o processo civil movido contra Simonal por Viviani e com julgamento final apenas em novembro de 1974 (declaração que pode ter sido forjada pelos próprios envolvidos para responder à acusação em juízo, como propõem ambos os autores citados, visto que a posição de colaborador foi favorável aos acusados no processo judicial), nada mais comprova a sua colaboração. Pelo contrário, constam diversos documentos oficiais (inclusive um julgamento simbólico realizado pela OAB em 09/11/2003) atestando o não envolvimento do artista.

Neste ponto é prudente fazer duas ressalvas. A primeira é que, exceto o caso de Viviani, segundo Alonso e Alexandre, não há qualquer outro caso em que o nome de Simonal esteja envolvido com o da repressão. O documento supracitado, que também informava que o cantor recebia ameaças de grupos de esquerda, pode mesmo ter sido forjado para justificar em juízo a atuação do DOPS em um crime sem finalidade política – a suspeita de desfalque. É notável que os oficiais do DOPS que assinaram tal declaração são os mesmos envolvidos no sequestro e tortura do contador.

O fato de cantar as glórias do país e os bons olhos ao regime não corroboram que Simonal fosse diretamente um informante. Inicialmente, cabe melhor no que Rollemberg e Quadrato atentaram como “o quadro fino e complexo de relações possíveis das sociedades com os regimes autoritários e ditatoriais” (ROLLEMBERG & QUADRATO, 2011: 12). O fato de manter contatos com membros do DOPS também não é privilégio apenas de Simonal. Endossando o “quadro fino e complexo” citado, temos o caso do cantor Roberto Carlos, que teve como chefe de segurança o temível delegado do DOPS, Sérgio Paranhos Fleury (ALEXANDRE, 2009: 169).

No entanto, o fato de Simonal não ter visto problemas em ter sua imagem associada à condição de informante do DOPS, no momento auge da violenta repressão do regime, e suas diversas críticas às esquerdas em entrevistas, permitem perceber que a identificação política do cantor é com o conservadorismo. Nesse ponto se insere a segunda ressalva oportuna. Embora seja válido afirmar que Simonal possa não pertencer à mesma concepção de direita a qual podemos colocar nomes como o do citado Fleury ou Henning Boilesen,³⁹⁸ o posicionamento do cantor em um contexto que muitos eram

³⁹⁸ Henning Albert Boilesen foi um empresário de destaque, presidente do Grupo Ultra e grande incentivador e financiador da Oban. Foi assassinado por “justiçamento” em uma ação conjunta de grupos de guerrilha em 1971. O empresário ficou conhecido por um gosto sádico de assistir pessoalmente a sessões de torturas no DOPS. Informações sobre ele podem ser vistas no documentário *Cidadão Boilesen*, dirigido por Chaim Litewski, 2009. No caso, embora Simonal tenha emprestado seu carro (atitude que poderia ser, em certa, maneira similar às de empresários na Oban, que disponibilizam recursos para ajudar na repressão) e que Viviani alegue ter sofrido com socos e pontapés em sua frente, é necessário estabelecer uma diferença.

assassinados sem entregar seus colegas torna, em certa medida, compreensível a reação das esquerdas no período. Atacar Simonal, para muitos dos jornalistas, artistas e intelectuais engajados, se tornou uma maneira de atacar o regime e aqueles que apoiavam a sua manutenção.

Simonal inegavelmente apoiou o regime. Ainda em 1982 dizia em entrevista que o golpe era a solução no contexto conturbado de 1964, embora declarasse explicitamente que jamais apoiou a repressão (ALEXANDRE, 2009: 176). Esse ponto não deve nos parecer uma grande surpresa. Tanto a “Marcha da família com deus pela liberdade” quanto a “Marcha da vitória”, em comemoração ao golpe de primeiro de abril de 1964, são exemplos que Simonal não estava sozinho no coro dos contentes com a intervenção política dos militares. Mas isso não é o bastante para apresentar o seu posicionamento. Mesmo na década de 1960, Simonal, se por um lado lançava músicas ufanistas como as já citadas “País tropical”, “Brasil, eu fico” “Que cada um cumpra com o seu dever” e “Resposta”, por outro, se declarava publicamente revoltado com a agressão do CCC aos artistas da peça Roda Viva (Idem: 110-111) e confirmava seu voto ao partido oficial de oposição, o MDB (Idem: 177). Também, no auge do seu sucesso, gravou músicas consideradas de protesto, como “Disparada” (Geraldo Vandré/Théo de Barros) e “Alegria, alegria” (Caetano Veloso).

O posicionamento político de Simonal, portanto, é complexo, embora possamos dizer que seja, nitidamente, muito mais próximo da direita do que da esquerda do espectro político. Válido ressaltar que no período era cobrada uma posição política sólida, sobretudo de artistas, vistos como importantes “formadores de opinião”. Porém, se o Simonal não era um artista reconhecido pela esquerda como engajado (e por vezes até considerado um artista engajado “pró-regime”), seria ele totalmente alheio às questões sociais? A ideia aqui defendida é que não. Escutando com alguma atenção aos álbuns do artista, lendo as entrevistas de pessoas próximas e, principalmente, vendo as apresentações em seu programa televisivo, é impactante a sua preocupação com a questão racial abordada no início deste texto. O posicionamento do artista em retratar o preconceito ao homem negro, mesmo na terra da “democracia racial”, é nítido. No entanto, torna-se particularmente intrigante que Simonal seja comumente retratado como um artista “alienado” também quanto à causa negra. Ponto interessante ao presente estudo.

A memória de engajamento de artistas negros quanto à questão racial é praticamente inexistente nos estudos sobre a década de 1960 e princípio da década de 1970, período de destaque da esquerda revolucionária, sobretudo guerrilheira, e que influencia diretamente o campo artístico. Curiosamente, após a derrota desta abordagem de esquerda, por volta de 1974, destacam-se grupos de negros considerados militantes na música, como o Movimento Black Rio e Gérson “King” Combo, por exemplo.

Apesar de totalmente condenável, a atitude de Simonal ocorria em um momento de tensão, acreditando que **aquela pessoa** era responsável por sua crise financeira. Diferente de Boilesen que não apresentava uma razão pessoal evidente para assistir às sessões de torturas do DOPS.

A interpretação aqui proposta é a da relação entre o predomínio de uma esquerda revolucionária na temática da chamada MPB anterior à segunda metade dos anos 1970 e a exclusão de um discurso que trate unicamente da “questão racial”. Essa exclusão, importante ressaltar, **não** se explica por uma falta de interesse das esquerdas para com o problema dos negros. Pelo contrário, a interpretação costumeira de esquerda, não sem razão, é a de que a discriminação racial que era combatida mundialmente, seja na luta pelos direitos civis nos EUA ou pela descolonização em África, é fruto de uma ordem social injusta, que prega a exploração do homem pelo homem. Essa linha de interpretação, naturalmente, exclui aqueles que combatam a discriminação e o preconceito ao negro sem se manifestarem contra a estrutura da sociedade capitalista. Assim, artistas como Wilson Simonal e mesmo o altamente militante Tony Tornado (com sua curta carreira musical entre 1971 e 1972), não são nomes comuns no que se refere à música reconhecida como engajada do período. Quando o modelo revolucionário de ação política perde sua força, com a derrota dos grupos guerrilheiros, consolidada em 1974, nomes relacionados diretamente e/ou unicamente à causa negra aparecem com menor oposição da “patrulha ideológica”.³⁹⁹

Ainda sobre a visão da esquerda quanto à questão racial, vale recorrer novamente a Jean Paul Sartre. Intelectual atento à mobilização dos negros, Sartre assinou em 1948 a introdução da *Anthologie de la nouvelle poésie nègre et malgache*, de um dos fundadores do movimento *Négritude*, o senegalês Léopold Senghor. Um dos trechos presentes nessa introdução, por representar bem a visão de setores da esquerda quanto aos movimentos associados ao orgulho negro, merece uma citação mais detalhada:

A unidade final, que aproximará todos os oprimidos no mesmo combate, deve ser precedida nas colônias, por isso que eu chamaria momento de separação ou da negatividade: este racismo anti-racista é o único caminho capaz de levar à abolição das diferenças de raça. (...) visto do Senegal ou do Congo, o socialismo surge principalmente como um lindo sonho: para que os camponeses negros descubram que este é o fim necessário de suas reivindicações imediatas e locais, cumpre primeiro que aprendam a formular em comum tais reivindicações e, portanto, que se pensem como negros. (SARTRE, 1965: 98)

Apesar de Sartre apresentar sensibilidade quanto à mobilização dos negros e a articulação de uma identidade racial, no caso em questão voltada para a luta anticolonial africana, o autor apresenta tal mobilização como uma etapa anterior ao socialismo. O combate ao racismo, desse modo, seria um passo necessário, mas que seria posteriormente substituído pela reestruturação da configuração social. No caso brasileiro, parece que o combate à discriminação racial era visto como parte integrante da luta de esquerda contra a opressão social, como exemplificado pela peça “Arena canta Zumbi”, montada em 1965 pelo grupo Arena de teatro engajado.

³⁹⁹ Maiores informações sobre as patrulhas ideológicas são vistas em HOLLANDA, Heloísa Buarque de; PEREIRA, Carlos Alberto M. *Patrulhas ideológicas marca registrada: arte e engajamento em debate*. São Paulo, Brasiliense: 1980. Sobre a militância de Tony Tornado, ver ALONSO, 2011: 114-126.

Voltando ao Simonal, a primeira pergunta que pode aparecer é: “como se manifesta a preocupação com o preconceito geral ao negro em um artista tão bem sucedido e mais próximo à direita?” No caso estadunidense, o orgulho negro se inseria na luta contra leis segregacionistas (as chamadas Leis *Jim Crow*). Em África, e em certa medida no Caribe, esse orgulho estava associado ao direito de autodeterminação dos povos, buscando a independência em relação ao domínio imperialista. No contexto brasileiro, em que não havia uma segregação ao negro legitimada pelo sistema legal, geralmente se associa o orgulho negro a uma volta às origens, uma valorização da ancestralidade africana. De certa maneira, aspecto também encontrado no caso caribenho, local onde surgiram grandes nomes da mobilização negra de reconhecimento mundial, como o jamaicano Marcus Garvey e os antilhanos Aimé Césaire (o primeiro a utilizar o termo *Négritude*) e Frantz Fanon.

Não seria esse o caso de Simonal, que em uma entrevista de 1999 afirmava nunca ter tido pretensão de criar um movimento black, que não teve rastafári e nem se interessava em sair por aí vestido como “índio africano”, pois era brasileiro e não africano. (ALONSO, 2011: 128, 129). Porém, afirma na mesma entrevista, ter se influenciado pelos artistas negros americanos. Ao que parece, o cantor repudiava a construção de uma identidade racial que se ligasse mais à África do que ao seu país. Podemos associar sua preocupação, conforme veremos abaixo, como referente ao acesso às oportunidades.

Sabemos que ainda no século XIX, Tocqueville, em sua obra *A democracia na América*, ao pensar sobre a igualdade, não se refere apenas à igualdade de direitos, mas também à igualdade de oportunidades. A preocupação com esse aspecto da igualdade pode ser comprovada desde as revoluções burguesas, nas quais, em geral, a igualdade de oportunidades aparece como um tema central, sem, contudo, visar eliminar todo tipo de estratificação social.⁴⁰⁰ Para muitos homens, a ideia de igualdade estaria ligada a apenas alguns elementos do exercício da cidadania. O conceito de cidadania geralmente é tomado pela junção de três tipos de direitos: os direitos civis, entendidos como o direito de locomoção, segurança, de dispor do próprio corpo; os direitos sociais, que se referem ao atendimento das necessidades humanas básicas, como alimentação, saúde, educação, etc.; e os direitos políticos, ligados ao direito de ter livre expressão de pensamento e prática política, religiosa, etc. (COVRE, 1995: 7-15).⁴⁰¹ Naturalmente, em um contexto ditatorial não é possível falar de direitos políticos, mas a igualdade de oportunidades defendida para interpretar o cantor é a que denuncia as diferenças nas possibilidades de reivindicação aos direitos civis e sociais que teria um homem negro de mesmas condições que um branco.

⁴⁰⁰ Agradeço ao professor Newton Bignotto por me atentar a esse ponto durante o curso Seminário de filosofia contemporânea II: Hannah Arendt, Origens do Totalitarismo. Primeiro semestre de 2012.

⁴⁰¹ Obra clássica sobre o assunto, na qual foram desenvolvidas as dimensões da cidadania é MARSHALL, T.H. *Cidadania, Classe Social e Status*, Rio de Janeiro, Zahar: 1967. Outra obra interessante é CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira: 2001.

Uma preocupação em Simonal na linha apresentada pode ser exemplificada em diversas ocasiões. No momento da primeira apresentação em rede televisiva de sua música mais famosa quanto à temática do negro, o belo e animado *spiritual* “Tributo ao Martin Luther King” (Wilson Simonal/Ronaldo Bôscoli), em março de 1967, Simonal dedica a canção ao seu filho, o hoje cantor, músico e compositor Wilson Simoninha, “esperando que no futuro ele não encontre nunca aqueles problemas que eu encontrei e tenho ainda encontrado, mesmo me chamando Wilson Simonal de Castro.” (ALEXANDRE, 2009: 101). Essa introdução ecoa o mais famoso discurso do pastor homenageado na canção, Luther King. Em seu discurso contra a segregação racial nos EUA, o *Eu tenho um sonho*, proferido em 28/08/1963, o pastor falou, entre outras coisas, “Sonho que minhas quatro crianças viverão um dia num país onde não as julguem pela cor da pele, mas pela natureza do seu caráter.” (KING, 2010: 75) A proposta de King neste discurso não é a de uma mudança revolucionária na estrutura social, mas pelo fim da segregação racial e o direito à igualdade de oportunidades, à “busca pela felicidade” garantida na constituição estadunidense. Merece destaque que Simonal, no trecho citado, não menciona apenas de problemas que encontrou quando era pobre, mas diz que tem “ainda encontrado”, isso no auge de seu sucesso.

A importância da canção como um posicionamento político do cantor foi identificado na época. Inicialmente a música foi retida pela censura por quatro meses (ALEXANDRE, 2009: 101), posto que a visão de uma “democracia racial”, na qual inexistia conflito entre negros e brancos, interessava ao governo militar – que também temia uma mobilização de cunho racial no Brasil. A canção, contudo, foi recebida com entusiasmo pelo jornal Folha de São Paulo. Em março de 1967, um dia após a apresentação da música, ainda desconhecida, em horário nobre em um programa televisivo no qual foi realizada a dedicatória citada acima, o jornal declarou:

“Simonal toma um partido e coloca-se entre os defensores de uma causa, entre os advogados de uma luta. (...) O poder de sua voz dirige-se aos seus irmãos negros de todo o mundo. E, como um símbolo, a todos os humilhados e ofendidos, a todos os tiranizados e aos que têm fome de justiça.” (Idem: 102)

O entusiasmo do jornal deve ser compreendido. Apesar de ter gravado músicas que tocassem na temática racial em seus álbuns anteriores, nenhuma tinha um discurso tão direto quanto esta, que ainda era assinada pelo cantor. Embalada num ritmo utilizado nas reivindicações estadunidenses, o *spiritual*, a canção, ainda que dançante e capaz de grande sucesso comercial – como efetivamente fez – trazia uma mensagem clara quanto ao contexto:

“Sim, sou um negro de cor, meu irmão de minha cor, o que te peço é luta, sim, lutar mais. Que a luta está no fim. Cada negro que for, outro negro virá para lutar. Com sangue ou não, com uma canção também se luta, irmão. Ouve minha voz. Luta por nós. Luta negra demais é lutar pela paz. Para sermos iguais.”

A canção foi lançada mais de um ano antes do assassinato de Martin Luther King, em abril de 1968. Foi composta, segundo o cantor, como se fosse uma conversa com o pastor e ativista estadunidense, “Para apoiá-lo na luta que ele vem mantendo e que muitos querem anular. Eu digo a ele que não esmoreça, porque a luta está no fim” (Folha de São Paulo, 16/03/1967, p.101. Apud ALEXANDRE, 2009: 342). No ano seguinte, após o assassinato de King, a TV Record chamou Simonal para conduzir um programa em homenagem ao pastor, reunindo 15 negros no palco. O cenário era decorado com imagens de Simonal, Muhammad Ali e Pelé. O cantor, além de apresentar o programa, cantou e leu discursos de Martin Luther King (ALEXANDRE, 2009: 103).

Se nesse momento o posicionamento de Simonal podia ser considerado como uma militância, em outros seu tom abrandava. Uma frase famosa atribuída ao artista é a de que, “no Brasil, lugar onde preto não entra, branco pobre também não entra” (ALONSO, 2011: 86) ou que o negro precisa se mostrar mais educado e culto que um branco para se destacar. Nas palavras de Simonal:

E então, por que existe o racismo? Eu me lembro que quando estava no colégio, eu estudava que a raça negra era inferior, que o branco era mais bonito, era superior, etc. Era no livro *Meu Tesouro*. Muita gente estudou nesse livro e eu, como moleque crioulinho, li isto lá. Quando eu canto o charme e a beleza negros, não é que eu seja racista, é apenas para provar para a maioria desses crioulinhos idiotas, que em vez de estudarem ficam aí se marginalizando, que enquanto existirem esses conceitos e o condicionamento do povo em relação à beleza branca e sua superioridade, esse negócio vai existir, vai demorar um pouco para mudar. (Simonal: “Não sou racista” (Simonal conta tudo). *O Pasquim*, 4, julho de 1969. Apud ALONSO, 2011: 419)

O trecho destacado permite visualizar que Simonal identifica a sociedade brasileira ainda pautada em valores racialistas. No prosseguimento desta reportagem, ele refuta o modo de abordagem dos Panteras Negras, dizendo que a resposta não é o poder negro, mas com o negro estudando e buscando se impor. É perceptível nesta entrevista que Simonal, conciliatório, confirma a existência do racismo, mas acredita ser possível um negro se destacar na sociedade, desde que consiga comprovar para o branco não ser inferior. Ora, são conclusões bastante similares às de Florestan Fernandes, quanto ao “branqueamento” necessário aos negros para serem assimilados na sociedade brasileira, apresentados em sua célebre obra de 1972, *O negro no mundo dos brancos*. Nesta obra, Fernandes identifica que na sociedade brasileira, “As portas do mundo dos brancos não são intransponíveis. Para atravessá-las, porém, os negros e os mulatos passam por um abrasileiramento que é, inapelavelmente, um processo sistemático de branqueamento” (FERNANDES, 2006: 35).

O condicionamento a que se refere Simonal no trecho citado é comparável ao “complexo do negro”, identificado por Fernandes como “o espantalho da ‘questão racial’ como um risco da *imitação*, das *influências externas* (...)” (Idem: 42). A apropriação do estigma racial pelos negros como a criação de um complexo de inferioridade na construção do “Ser negro” (a auto identificação de pessoas negras como inferiores, aparentemente presente em diversas regiões do mundo) já havia sido estudada com a

abordagem psicanalítica em uma obra célebre de Frantz Fanon, *Pele negra, máscaras brancas*, de 1952. A necessidade enxergada pelos dois autores citados e também por Wilson Simonal é a da superação desse condicionamento.

Outro exemplo interessante quanto à preocupação de Simonal com o estereótipo negativo atribuído ao negro é visto em um de seus programas televisivos e aparece no documentário *Ninguém sabe o duro que dei*. Dirigido por Cláudio Manoel, Micael Langer e Calvito Leal, o filme, lançado no circuito comercial em maio de 2009, buscava rerepresentar a controversa e esquecida figura de Wilson Simonal. Um dos destaques do filme é a preocupação racial do cantor. Em um dos trechos do documentário, o cantor aparece em meio a um grupo de pessoas brancas que se mostram assustadas ao ver um negro. O cantor inicia uma canção em que cita estigmas dos negros: “o meu cabelo é duro e o meu nariz é chato. Entre nós existe um muro, somos como gato e rato” diz, voltado para o grupo o branco, seguindo com uma risada irônica, bem ao seu estilo, e alternando outros estereótipos como “negro é raça faladeira”, com o manifesto, dito com enorme seriedade: “mas, por Deus, também sou gente!” Prossegue a canção com a risada irônica, outro estereótipo e a mesma frase manifesto.

Um último exemplo interessante, entre outros possíveis, é a interpretação feita por Simonal da música “Opinião”, antiga composição de Zé Keti e tema do espetáculo homônimo considerado como a primeira resposta da esquerda artística ao golpe de 1964 (HOLLANDA & GONÇALVES, 1986. P.23). A versão de Simonal, lançada ainda em março de 1965 no álbum *Wilson Simonal*, fazia um medley começando com a citada canção, prosseguindo com “O morro não tem vez” (Tom Jobim/Vinícius de Moraes) e “Batucada surgiu” (Marcos Valle/Paulo Sérgio Valle). A junção de frases como “podem me bater, podem me prender que eu não mudo de opinião” (Kéti), “o morro não tem vez e o que ele fez já é demais” (Jobim/Moraes) e “batucada surgiu, nenhum branco ficou” (Valle/Valle) é bastante sugestivo. O resultado foi uma canção aparentemente engajada quanto ao problema do negro, diferenciando da interpretação nacional-popular apresentada pelo grupo Opinião. Nesse ponto, vale mencionar, ainda que brevemente, que a ressignificação da canção na interpretação de Simonal (que pode ser, pelo menos, a terceira significação, pensando no momento da composição de Zé Kéti, nos anos 1940 e a apropriação feita pelo grupo Opinião) corrobora a hipótese de Stuart Hall, de grande valia para o estudo do campo cultural. Segundo Hall, o significado de um elemento da cultura “popular”, pensada como uma oposição aos valores da elite/grupo hegemônico, não está no signo em si, mas no modo como ele é apropriado, sendo um campo passível de reapropriações. (HALL, 2003.).

A proposta aqui levantada não visa apresentar Wilson Simonal como um “herói da causa negra”, algo que, como já citado, nem ele parecia buscar ser. Mas sim problematizar sobre uma possibilidade de

interpretação historiográfica quanto a enorme “zona cinzenta”⁴⁰² a ser estudada no tocante à situação da sociedade brasileira diante do regime militar. A própria atitude de Raphael Viviani quanto ao sequestro é interessante nesse aspecto, pensando que foi vítima de tortura na sede do DOPS em um dia e no seguinte compareceu a uma delegacia de polícia para denunciar o que parece ter interpretado como um abuso de poder. Interpretação, aliás, reproduzida e de destacada discussão durante o processo judicial dos acusados.

Se já é um fato estudado, como visto no vol.2 da coleção organizada por Rollemberg & Quadrato citada neste artigo, que grande parte (talvez a maior) dos brasileiros quando não apoiou, se mostrou indiferente diante deste golpe civil-militar e do regime autoritário dele consequente, como lidar com esse dado? Entre as várias possibilidades existentes, a aqui proposta é incluir nos estudos, junto ao modo como se configurava ou não a adesão ao regime, a problematização de outros temas políticos que poderiam ser centrais para os sujeitos que não se identificaram totalmente a algum dos dois pólos políticos desta “Era dos Extremos”.

BIBLIOGRAFIA:

ALEXANDRE, Ricardo. *Nem vem que não tem: a vida e o veneno de Wilson Simonal*. São Paulo. Globo. 2009.

ALONSO, Gustavo. *Simonal. Quem não tem swing morre com a boca cheia de formiga: Wilson Simonal e os limites de uma memória tropical*. Rio de Janeiro, Record, 2011.

_____. Simonal, ditadura e memória: do cara que todo mundo queria ser a bode expiatório. In: ROLLEMBERG & QUADRAT (Org.) *A construção social dos regimes autoritários*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011. Vol. 2.

BERND, Zilá. *O que é negritude*. Editora Brasiliense. São Paulo. 1988.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. *O que é cidadania*. Editora Brasiliense. São Paulo 3. Edição, 1995.

FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA. Salvador – BA. 2008.

FERNANDES. Aspectos da questão racial. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. Global Editora. SP, 2007.

GUIMARÃES, Antônio S. A. A recepção de Fanon no Brasil e a identidade negra. In: *Novos estudos*. - CEBRAP no.81 São Paulo July 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010133002008000200009&script=sci_arttext

HALL, Stuart. Notas sobre a desconstrução do “popular”. In: *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003. P. 231-247.

⁴⁰² O termo “zona cinzenta” surge inicialmente com Primo Levi, sendo utilizada para descrever os prisioneiros de campos de concentração colaboradores ou mediadores de nazistas na obra *I sommersi e i salvati*. Alonso utiliza a definição de Pierre Laborie, pensando a França sob ocupação nazista. Laborie define “zona cinzenta” como um “lugar social” no qual os indivíduos se portam, ao mesmo tempo, entre as luzes da *resistência* e as trevas da *colaboração*” (ALONSO, 2011: 299-300). O autor propõe o uso do termo para trabalhar as complexidades de Simonal, momento de sua argumentação com que concordo.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de; GONÇALVES, Marcos Augusto. *Cultura e participação nos anos 60*. 4.ed. São Paulo, Brasiliense, 1985.

KING, Martin Luther. Eu tenho um sonho. In: Vários autores. *Discursos que mudaram o mundo*. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2010.

MARIANO, César Camargo. Simonal. In: MARIANO C.C. *Solo Memórias*. Editora Leya, Rio de Janeiro, 2011. P. 137 – 187.

NAPOLITANO, Marcos. “Vencer Satã só com orações”: políticas culturais e cultura de oposição no Brasil dos anos 1970. In: ROLLEMBERG & QUADRAT (Org.) *A construção social dos regimes autoritários*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011. Vol. 2.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. Memória, História e Autoritarismos. In: ROLLEMBERG & QUADRAT (Org.) *A construção social dos regimes autoritários*. Ed. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2011. Vol.2.

SANTOS, Joel Rufino dos. *O que é racismo*. Ed. Brasiliense, São Paulo, 14 edição, 1991.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do SER negro. Um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. Rio de Janeiro: Pallas Editora, 2002.

SARTRE, Jean Paul. *Que é literatura?* 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Reflexões sobre o racismo*. Difusão Europeia do Livro. São Paulo, 1965.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Raça sempre deu o que falar. In: FERNANDES, Florestan. *O negro no mundo dos brancos*. Global Editora. SP, 2007.

SILVA, Pedro Gustavo de Sousa. Direita e Esquerda: contribuições de Bobbio e Giddens para o debate político. In: *Revista Urutagua* 10 - Universidade Estadual do Maringá. Disponível em: http://www.urutagua.uem.br/010/10silva_pedro.htm

TODOROV, Tzvetan. *Nós e os outros: a reflexão francesa sobre a diversidade humana*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

Blogs:

<http://cadaumtemolivroquemerece.blogspot.com.br/search?updated-min=2009-01-01T00:00:00-08:00&updated-max=2010-01-01T00:00:00-08:00&max-results=11>

<http://claudioantunesboucinha.wordpress.com/tag/simonal/>

Saúde: diferença entre o público e o privado no ambiente Hospitalar

Dalton Gonçalves Saraiva

Jaqueline de Freitas Lopes

Jaqueline de Freitas Lopes

Nalva da Silva Ramos

Resumo: Este artigo examina as interfaces público-privadas, tendo como objetivo fazer um levantamento sobre as diferenças existentes nos atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS e convênio/particular em um Hospital localizado no município de Viçosa em Minas Gerais. Mostrando com a ajuda da história da Saúde no Brasil como foi realizada esta divisão no atendimento público e privado e como isto ocorre na atualidade. Porém, primeiro, procurou-se fazer um estudo sobre o assunto. Feito isso, elaborou-se um questionário que foi aplicado aos funcionários do Hospital.

Palavras-chaves: Saúde, Sistema Único de Saúde, Política Pública, Privado.

1 - INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar as diferenças existentes nos atendimentos aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS, convênios e particular em um Hospital localizado no município de Viçosa – Minas Gerais.

Este trabalho busca apresentar as diferenças existentes nos atendimentos aos usuários do SUS, de convênio e particular identificando seus aspectos positivos e negativos sob a ótica do atendimento prestado aos usuários.

2 – OBJETIVOS

O presente trabalho teve os seguintes objetivos:

Identificar se os funcionários são preparados para atender cada área (Sistema Único de Saúde – SUS, aos Convênios e aos particulares) de forma específica, se existe diferenças na forma de tratamento/atendimento aos usuários de cada área (SUS, convênios e particulares), se existe funcionários definidos/selecionados para atender os usuários do SUS, convênios e particulares, se há diferenças nas estruturas físicas (acomodações, número de leitos, etc.). Identificar se existe diferenças nos equipamentos utilizados e como é a obtenção de recursos adquiridos para cada área, apontar as semelhanças entre os atendimentos prestados.

3 – HISTÓRICO

3.1 - A Saúde no Brasil

O processo de industrialização, a redefinição do papel do Estado, o surgimento das políticas sociais e as reivindicações dos trabalhadores foram algumas características importantes para a alteração no modelo de saúde no Brasil. Com a urbanização, as questões sociais e saúde tiveram que sofrer algumas alterações, pois a classe trabalhadora vivia em condições precárias de higiene, saúde e habitação (BRAVO, 1991).

A política de saúde ficou dividida em dois setores: saúde pública e medicina previdenciária, sendo que a saúde pública elaborou projetos para a criação de condições sanitárias mínimas para a população urbana. Segundo Braga e Paula (1986), os principais projetos adotados pela saúde pública entre 1930 a 1940 foram: campanhas sanitárias, coordenação dos serviços estaduais de saúde dos estudos de fraco poder político e econômico, em 1937, pelo Departamento Nacional de saúde, interiorização das ações para as áreas de endemias rurais, a partir de 1937, em decorrência dos fluxos migratórios de mão – de – obra para as cidades, criação de serviços de combate a endemias, reorganização de Departamento nacional de saúde em 1941 (BRAGA, 2007, pág. 45).

A medicina previdenciária surgiu na década de 1930, com a criação dos Institutos de Aposentadorias de Pensões (IAP's). A previdência preocupou-se mais efetivamente com a acumulação de reservas financeiras do que com a ampla prestação de serviços. (BRAVO, 1991).

Na década de 1940, constitui período de contato com o modelo americano, datando desta época a intensificação da influencia na educação médica e estrutura das escolas de Medicina do país. Isto explicaria, em parte, a proximidade dos padrões preconizados pelos especialistas brasileiros da época com aqueles em discussão nos Estados Unidos (Schiesari e Kisil, 2003).

Os Institutos de Aposentadoria e Pensão de caráter nacional ofereciam benefícios heterogêneos, bem como diversidade na qualidade da assistência prestada. O provimento de serviços era feita, sobretudo por meio da contratação de prestadores privados, de diferentes portes e especialidades, entre outras características (Schiesari e Kisil, 2003).

Foram iniciados em 1964, de acordo com Braga (2007. p. 45) os convênios do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), com empresas da “medicina de grupo” ou “empresas médicas”. As empresas contratantes passavam a arcar com a responsabilidade da assistência médica a seus empregados, recebendo subsidio do INPS para a compra dos serviços de outras empresas.

Em 1966, segundo Schiesari e Kisil (2003) com a unificação dos institutos pela criação do Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), o aumento dos recursos disponíveis de forma centralizada

contribuiu para o aumento das pressões para a ampliação da cobertura dos benefícios. Isto levou à expansão da rede de serviços, sobretudo privados, subsidiados pela própria Previdência. A área de saúde passou a ter um interesse na lucratividade.

Ao longo da década de 1980 a implantação das Ações Integradas de Saúde (AIS) buscou redirecionar o modelo de atenção à saúde, iniciando a descentralização, a desconcentração e uma tentativa de integração entre as ações de saúde e assistência à doença (Schiesari e Kisil, 2003). “Após a segunda Guerra Mundial, a saúde passa a ser considerada nos seus aspectos biopsicossociais, havendo preocupação com a saúde pública através da assistência às populações devastadas pela guerra” (BRAVO, 2007 pág. 33).

Na década de 70, conforme Brasil (2002) parte dos recursos públicos era direcionada para os serviços de saúde pública e serviços de assistência médica, caracterizando uma assistência composta por uma rede de serviços de saúde pública em que todos tinham acesso aos serviços prestados, em sua maioria, nos centros de saúde e unidades ambulatoriais que realizavam outras atividades, como vacinação e vigilância epidemiológica. Os serviços de saúde pública eram oferecidos gratuitamente e financiados com recursos advindos de impostos sem, contudo, oferecer um atendimento integral ao paciente. Apenas pessoas com emprego formal e seus dependentes e aquelas de categoria profissional que contribuíam com o Instituto de Aposentadoria e Pensões – IAP tinham acesso à assistência médica.

De acordo com Bravo (2007. p. 42) A Saúde pública teve, no período, um declínio maior que aquele ocorrido no início dos anos 60, e a medicina previdenciária cresceu, principalmente, após a reestruturação do setor em 1966.

Após o golpe militar de 1964, conforme Brasil (2002) os IAP's foram fundidos em um só Instituto, o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS. Desta forma, deixou-se de diferenciar as diversas categorias profissionais e, a partir desse momento, qualquer trabalhador com carteira assinada poderia ter acesso ao INPS.

A medicina previdenciária segundo Bravo (2007 p. 27) só vai sobrepujar a saúde pública a partir de 1966, evidenciando que a assistência médico – previdenciária era formada basicamente pelos serviços próprios dos Institutos.

A criação do INPS, em 1966, ao unificar os antigos IAPs, segundo Bravo (2007, 42) constituiu-se na modernização da máquina estatal, aumentando o seu poder regulatório sobre a sociedade, além de representar um esforço de desmobilização das forças políticas estimuladas no período “populista”; trata-se, portanto, de uma reorganização das relações entre Estado e classe trabalhadoras. Os programas de saúde e educação desenvolveram com base no privilegiamento do setor privado, reproduzindo na política social as tendências da nova política econômica implantada.

Bravo (2007 p. 43) *apud* Luz (1979) ao analisar a questão da saúde no período de 1968 a 1974, salienta que não se pode falar de planejamento ou planos de saúde, em sentido estrito, no período. O que houve foi apenas a integração de programas setoriais de atenção médica, sob a égide da previdência social que, através de um conjunto de regulamentos, organizou o financiamento e o funcionamento desses programas.

No início da década de 80, o quadro começou a mudar. Entre 1981 e 1984, o país vivenciou uma crise econômica explícita, e o crescimento da economia retraiu; o número de pessoas empregadas que contribuíam para a previdência também diminuiu, e assim começou a faltar dinheiro na previdência; foi quando se iniciaram as políticas racionalizadoras na saúde e as mudanças de rota com a criação do Conselho Consultivo da Administração da Saúde Previdenciária – CONASP. Este conselho elaborou um novo plano de reorientação da Assistência Médica (BRASIL, 2002).

A partir do plano do CONASP, de acordo Bravo (2007), verificou-se que seriam necessárias transformações mais profundas no sistema de saúde, surgindo, então, o Programa de Ações Integradas – AIS. Conforme descreveu Gilberto Natalini (2001): “com a AIS os setores públicos de saúde se conhecem e iniciam um processo de planejamento mais integrado e articulado”. No programa, em vez de usar o dinheiro do INAMPS para consultas e internações de beneficiários, transferiam-se esses recursos para governos estaduais e municipais por meio de convênios com os Ministérios da Saúde e Previdência. Essas ações integradas de saúde foram muito expandidas nos meados da década de 80, com isso, mais e mais pessoas passaram a ter acesso aos serviços de saúde, independentemente da possibilidade de pagar e de qualquer forma de contribuição.

Segundo Bravo (2007, pág. 32), em 1986, foi realizado a 8ª Conferência Nacional de saúde, que discutiu a situação da saúde no país e aprovou um relatório cujas recomendações de descentralização, participação popular e eficiência da gestão local. Essas recomendações passam a constituir o projeto da Reforma Sanitária Brasileira. A proposta da reforma para reorientar o sistema de saúde é a implantação do Sistema Único de Saúde.

Antes da Constituição Federal de 1988, segundo Neto (2000) a saúde não era direito de todos, mas apenas a assistência médica era prometida a quem tinha Carteira assinada e pagava a Previdência Social. Aos outros, só se pagassem ou sobrasse dinheiro para o Ministério da Saúde, os Hospitais Universitários e os Governos Estaduais e Municipais fazerem algum atendimento. Nesse caso, essa população que não podia pagar e não “tinha INPS”, era chamada de indigente ou carente.

Mas só em 1988, “O Sistema Único de Saúde - SUS - foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas [Leis nº. 8080/90 e nº. 8.142/90](#) (Leis Orgânicas da Saúde), com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à Saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto” (BRASIL, 2006).

De acordo com o Art. 196 da Constituição Federal:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença, e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviço para sua promoção, proteção e recuperação.

Para Júnior (2002), o SUS tem por princípios doutrinários a universalidade, a equidade e a integralidade e, quanto à sua organização, rege-se pelos princípios da regionalização, hierarquização, resolutividade, descentralização e participação dos cidadãos.

Com a Constituição de 1988, a saúde passou a ser definida como direito social universal derivado do exercício da cidadania dentro de uma perspectiva de articulação de políticas sociais e econômicas. Nesta nova configuração o setor saúde deixou de ter o hospital como centro do modelo assistencial. Paralelamente como a efetivação gradual da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a crescente importância dos municípios na gestão e prestação de saúde.

4 - METODOLOGIA

Este estudo será realizado numa abordagem quantitativa de casos, auxiliada pelo projeto piloto que consiste em ir a campo e verificar *in loco* a pertinência dos dados procurados em relação às hipóteses, à adequação do instrumento aos objetivos da pesquisa e à objetividade das perguntas e dos procedimentos previstos.

A metodologia aplicada foi pesquisa quantitativa, que de acordo com Chizzotti (1995 pág. 52), “prevêem a mensuração de variáveis preestabelecidas, procurando verificar e explicar sua influência sobre outras variáveis, mediante a análise da frequência de incidências e de correlações estatísticas”.

Para a realização do presente trabalho foram aplicados questionários aos coordenadores dos setores do Hospital São João Batista localizado no município de Viçosa.

De acordo com Chizzotti (1995 pág. 55), “questionário consiste em um conjunto de questões pré-elaboradas, sistemática e sequencialmente dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa, com o objetivo de suscitar dos informantes respostas por escrito ou verbalmente sobre assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada”.

A apresentação dos resultados será organizada de forma dissertativa por meio de análise de resultados, apresentando de forma clara, enfatizando os itens apontados nesse trabalho.

O presente estudo foi realizado na cidade de Viçosa situada na Zona da Mata Mineira, região leste do Estado de Minas Gerais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2007), a população de Viçosa é de aproximadamente 70.854 habitantes.

Devido à presença da Universidade Federal de Viçosa e de mais cinco outras instituições de ensino superior: ESUV, FACULDADE DE VIÇOSA, UNIVIÇOSA, UNOPAR e EADCON, o município é considerado estratégico em educação.

Viçosa conta com dois hospitais gerais, que atendem aos usuários do SUS, convênios e particulares. Na atenção básica possui quatorze Programas de Saúde da Família - PSF, um Centro de Saúde da Mulher e da Criança, uma policlínica e um Centro de Atenção Psicossocial. Este atendimento à saúde engloba os municípios da microrregião, que são compostos pelas cidades de: Araponga, Cajuri, Canaã, Paula Cândido, Pedra do Anta, Porto Firme, São Miguel do Anta, Teixeiras e Viçosa.

5 – RESULTADO

Para verificarmos os dados levantados por meio das entrevistas realizada no Hospital pesquisado no município de Viçosa optou-se por sistematizá-los em forma de perguntas. Assim, para cada pergunta apresentaremos comentários, ou seja: analisaremos o questionário como um todo; apontaremos apenas as respostas afirmativas; em seguida as respostas negativas; ditas como as respostas nulas; e as respostas em partes.

Quando foi perguntado se o funcionário é preparado para atender cada área (Sistema Único de Saúde - SUS, convênio ou particular) de forma específica, cem por cento dos entrevistados responderam que não há distinção na forma de treinamento dos funcionários, sendo estes treinados a tratar todos os pacientes de forma igualitária.

Ao perguntarmos se existe diferenças na forma de tratamento/atendimento aos usuários de cada área (SUS e convênios ou particulares), sete por cento responderam que há diferença na forma de tratamento/atendimento aos usuários de cada área alegando que os pacientes do convênio/particular desfrutam de maior conforto. Já sessenta por cento dos entrevistados responderam que não há diferença na forma de tratamento/atendimento dos pacientes, pois os funcionários são orientados a atender priorizando os casos de maior urgência, independente de convênios ou SUS. Por fim, trinta e três por cento responderam que em partes há diferença na forma de tratamento/atendimento aos usuários de cada área o que quer dizer que não há diferença de tratamento pessoal, porém existe diferença nos horários de visitação (Para convênios e particulares o horário é de nove horas às vinte e um horas e para usuários do SUS o horário é de treze às quatorze horas), nos utensílios utilizados e em alguns tipos de preparação da alimentação.

Ao questionarmos se existem funcionários definidos/selecionados para atender os usuários do SUS e os de convênios/particulares, os cem por centos dos entrevistados disseram que não existem

funcionários definidos/selecionados para atender aos usuários do SUS e os de convênios/particulares, pois o funcionário (dependendo de cada setor) possui o mesmo nível técnico.

Ao questionarmos se há diferenças nas estruturas físicas (acomodações, número de leitos, etc.), cinquenta e três por cento dos entrevistados disseram que existem diferenças na estrutura física, pois o Hospital destina sessenta por cento dos atendimentos aos pacientes do SUS e quarenta por cento a pacientes de convênios/particulares, os pacientes de convênios/particulares possuem quartos com um leito, enquanto o quarto para pacientes dos SUS são com dois leitos, as acomodações físicas dos convênios/particulares também são melhores e permite a presença de acompanhantes no quarto. Já vinte por cento dos entrevistados disseram que não existe diferenças, pois a vaga é dispensada de acordo com a clínica do paciente e sua necessidade, conforme avaliação médica. Vinte por cento disseram que existe diferenças em partes, pois para não existem diferenças na área física e no atendimento externo, já nos atendimentos e acomodações internas existem diferenças. E sete por cento não responderam ou anularam a resposta.

Quando foi questionado se há diferenças nos equipamentos utilizados noventa e três dos entrevistados disseram que não existem diferenças nos equipamentos utilizados e sete por cento não responderam ou anularam as resposta.

5.1 - Comentário das perguntas abertas

Ao questionar os funcionários sobre a obtenção de recursos adquiridos para cada área, eles disseram que para o atendimento aos usuários do serviço público, o recurso é adquirido através de entidades como secretarias de saúde, verbais estaduais, federais e recursos obtidos através de projetos destinados a melhoria da qualidade dos serviços prestados pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Importante ressaltar que o recurso do SUS pode ser utilizado somente para o fim que se destina. Já para os usuários dos serviços privados (particulares e convênios), o recurso é adquirido através dos procedimentos e internações realizadas, ou seja, possuem recurso próprio.

E quando solicitamos que apontasse semelhanças entre os atendimentos do SUS e os de convênios/particulares eles nós responderam que o atendimento a todos os usuários é realizado de forma igualitária. Os funcionários são orientados a atuar com profissionalismo e ética, pois a instituição busca atender a todos de forma humanizada.

6 – CONCLUSÃO

Ao analisar-se as respostas, percebe-se que a saúde deveria ser integral, independente da área de atuação.

No atendimento aos pacientes não há distinção entre o Sistema Único de Saúde – SUS, convênios e particular. De acordo com a Lei 8.080 que prevalece a prevenção à promoção e a recuperação da saúde, independente de credo, raça e a condição social.

Vale dizer que os critérios utilizados vão de profissional para profissional, em atender, como atender, o que dizer e como agir.

Todos os materiais disponibilizados são utilizados de forma igual aos usuários do SUS, dos convênios e os particulares.

Os recursos originam de entidades, secretarias de saúde e doações para a melhoria do atendimento.

Sendo assim o atendimento se deve em receber, ofertar, promover e assistir de forma igualitária, humanizada, profissional e ética.

7 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

BRAVO, Maria Inês Souza. **Questão da Saúde e Serviço Social, as práticas profissionais e as lutas no setor.** Tese de Doutorado, Departamento de Serviço Social-PUC/SP, 1991.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas sociais e Práticas Profissionais.** Tese de Doutorado, Departamento de Serviço Social-PUC/SP, 2007.

BRASIL. Ministério da Saúde. Título Disponível em < [http // www.saude.gov.br](http://www.saude.gov.br).> Acesso em 07/06/2012.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências humanas e sociais.** 2. ed. – São Paulo: Cortez, 1995.

CUNHA, J. P. P., CUNHA, R. E. **Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios.** In: CAMPOS, F. E., OLIVEIRA, JUNIOR, M., TONON, L. M., Cadernos de Saúde, Planejamento e Gestão em Saúde, Belo Horizonte: COOPMED, 1998, cap. 2, p. 11-26.

JÚNIOR, P. A. A. **A Reforma Sanitária e o Sistema Único no Brasil.** Título disponível em: <[http//www.wgate.com.br/fisioweb](http://www.wgate.com.br/fisioweb)> Acesso em 25/07/2012.

MINAS GERAIS. **Resolução SES nº. 683.** Secretaria Estadual da Saúde do Governo do Estado de Minas Gerais, 2006.

SHIESARI, Laura Maria César & KISIL, Marcos. **A avaliação da qualidade nos hospitais brasileiros.** Revista de Administração em Saúde volume 5 nº. 18 jan-mar, 2003.

NETO, Eleutério Rodriguez. **A Reforma sanitária e o Sistema Único de Saúde: Suas origens, suas propostas, sua implantação, suas dificuldades e suas perspectivas.**

*Instituições psiquiátricas mineiras: concepções e práticas (1903-1922)***Darlan Luiz Silva Santos**

Graduando em História pela UFV

Resumo: O objetivo deste trabalho é traçar um panorama geral das concepções e teorias psiquiátricas que influenciaram os procedimentos médicos levados adiante nas seguintes instituições para alienados: Hospital Colônia de Barbacena e Instituto Neuro-Psiquiátrico de Belo Horizonte, no período compreendido entre 1903 e 1922. Entendemos que tais instituições representam dois parâmetros distintos de entendimento da loucura, a primeira baseada na teoria alienista, que surge em um contexto já defasado em relação à “medicina clínica”, e a segunda baseada em teorias organicistas, que vêm em uma perspectiva muito mais experimental e próxima à “medicina científica”. Por meio desses dois estudos de caso, busca-se aqui esboçar de que forma as teorias psiquiátricas se modificaram no início do século XX em decorrência da medicina científica, que se intensificou com as descobertas microbianas.

Palavras-chave: Psiquiatria, História da Medicina, Minas Gerais

Abstract: The objective of this work is to draw a general panorama of the conceptions and psychiatric theories that you/they influenced the medical procedures taken ahead in the following institutions to have alienated: Hospital Cologne of Barbacena and Instituto Neuro-Psiquiátrico of Belo Horizonte, in the period understood between 1903 and 1922. We understood that such institutions represent two parameters different from understanding of the madness, the first based on the theory psychiatrist, that appears in a context already obsolete in relation to the "clinical medicine", and Monday based on theories organic, that come in a much more experimental and close perspective to the "scientific medicine". For middle of those two case studies, it is looked for here to sketch that it forms the psychiatric theories modified in the beginning of the century XX due to the scientific medicine, that he/she intensified with the microbial discoveries.

Word-key: Psychiatry, History of the Medicine, Minas Gerais

1. A origem da psiquiatria moderna

Com a chamada Revolução Científica a partir do século XVII, a razão era buscada ao extremo, portanto as instituições consideradas irracionais eram criticadas e passa-se a acreditar fielmente no progresso da ciência e da tecnologia, desenvolvimento de profissões, da economia de mercado, da burocracia e expansão da educação. Os Estados centralizados que vão surgindo neste período necessitavam de ordem e disciplina, por isso a anormalidade e/ou a irracionalidade deveriam ser evitadas. (PORTER, 2001: 283)

Nos séculos XVIII e XIX, encontramos uma grande quantidade de fundações de escolas, prisões, asilos e manicômios. Estes últimos para lidar com pessoas consideradas problemáticas para o Estado por serem rotuladas de irracionais. Prostitutas, idosos, mendigos, criminosos, todos os indivíduos que eram estigmatizados como inúteis ao Estado estavam sujeitos a serem colocados fora do convívio social,

dentro de um manicômio. Este é um processo que entendemos como institucionalização da loucura. Atribui-se um lugar específico para que seja levado o louco afim de que ele seja curado, ou que pelo menos, não corrompa a sociedade. Com esta institucionalização da loucura e com o confinamento, a loucura deixa de ser ouvida, perde o seu espaço social. (PORTER, 2001: 287)

Philippe Pinel é considerado por muitos autores, como o fundador da psiquiatria moderna. E o que marca a diferença de tratamento adotado e difundido por esse médico francês é exatamente a libertação do louco de suas correntes, literalmente falando, e a utilização de tratamentos “morais” para combater a loucura. (PORTER, 2001: 295)

Destacamos as idéias de Pinel por serem muito influentes, assim como as de seu discípulo Jean-Étienne Esquirol, na psiquiatria desenvolvida em Minas Gerais, principalmente até o início do século XX. (DUARTE, 2009: 36) De acordo com Paul Bercherie, Esquirol foi o fundador da clínica psiquiátrica, levando adiante as teorias de Pinel mas com um maior rigor científico e especificando melhor as diferenças entre os distúrbios mentais. (BERCHERIE, 1986: 26)

As teorias de Pinel fazem parte da psiquiatria conhecida como Alienista. Este tipo de psiquiatria era dividida em duas grandes áreas, uma chamada de visão organicista e outra de moral. Esta vertente moral, defendida por Pinel, acreditava que a loucura era uma psicopatologia das paixões e provocadas por um ambiente social patogênico. (JACOBINA, 2001: 51) É exatamente por essa concepção que admite-se as fundações de asilos psiquiátricos. O asilo era entendido como um lugar que poderia salvar o louco das deformações da sociedade. De acordo com Bercherie, Esquirol acreditava que o asilo por si só era capaz de curar a loucura, por evitar que a sociedade corrompesse os indivíduos que eram mentalmente frágeis. (BERCHERIE, 1986)

A teoria alienista moral desenvolvida por Pinel admitia que o louco poderia ser curado com o contato com a sociedade, mas sob o controle do psiquiatra. Este profissional poderia reordenar os pensamentos do doente, que era visto como uma criança furiosa, por meio da conversa e disciplina a qual o paciente deveria se submeter. As correntes e castigos não eram bem vistos, deviam ser banidos.⁴⁰³ (PORTER, 2001: 295)

De acordo com o historiador Roy Porter, por causa da preocupação que havia após a revolução proposta por Pinel de libertar os loucos das correntes, a fiscalização das condutas dos asilos para com seus pacientes aumentou. Redobram as atenções sobre os tratamentos que eram submetidos os loucos e se realmente quem estava sendo colocado no asilo era um doente que precisava dos cuidados

⁴⁰³ Alguns autores consideram que as teorias de Esquirol eram também organicistas, pelo teor científico que ele agregava em suas teorias. De fato, esta divisão entre teorias alienistas organicistas e morais não é bem definida. Ver também: BERCHERIE, Paul. *Los fundamentos de la clínica: História e estructura del saber psiquiátrico*. Buenos Aires: Manantial, 1986.; CANGUILHEM, George. *O normal e o patológico*. tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.; FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad.: Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

psiquiátricos. Somado-se a isso, há o desenvolvimento de uma medicina muito mais científica, classificatória, experimental e cada vez mais influente na sociedade.⁴⁰⁴ Para um melhor acompanhamento dos asilos e impedir que os abusos acontecessem neste local, o Estado começa a controlar os asilos para loucos, e passa também a selecionar quem deveria ser levado a este local para receber os devidos cuidados. (PORTER, 2001: 296)

Percebemos que esta tentativa de ordenamento pelo Estado do lugar para loucos resultou em mais problemas do que soluções para a loucura. Esta

(...) preocupação legal para prevenir que os asilos fossem usados como instituições carcerárias pode ter-se provado contraprodutiva. Pois, com essa insistência em que apenas lunáticos formalmente certificados fossem alojados em asilos, a transformação do asilo em uma instituição 'aberta', mais flexível, fácil de entrar e sair foi atrasada. Em vez disso, o hospital mental foi confirmado como a instituição de último recurso; a certificação assim tornou-se associada à detenção prolongada. (PORTER, 2001: 296)

É baseado nas teorias alienistas que entendemos que o Hospital Colônia de Barbacena foi fundado e se orientou durante seus primeiros anos de funcionamento.

A outra corrente alienista conhecida como organicista, que teve como grande nome no Brasil o também francês B. A. Morel, acreditava que a loucura era provocada por uma lesão no cérebro. Esta corrente teórica vai ser mais utilizada, no fim do século XIX e início do XX, após o desenvolvimento da medicina biológica. (JACOBINA, 2001: 50)

Morel difunde ainda o conceito de degenerescência. Teoria baseada em preceitos bíblicos, admitia que o homem fora criado como um ser perfeito, e que a alienação se dava por patologias que desviavam da normalidade social sendo adquiridas por intoxicações ou moléstias congênicas. Essas anormalidades poderiam ser passadas geneticamente, sempre aumentando a intensidade da doença através das gerações.

Toda desviación de ese tipo es una degradación, una degeneración; la posibilidad de esa degradación es favorecida por la acción sobre el hombre de circunstancias exteriores nocivas y como última determinación, por el pecado original que lo sometió a las vicisitudes de sus relaciones con el mundo. (BERCHERIE, 1986: 69)

Vale ressaltar que a hereditariedade era o ponto chave da obra de Morel, o que consistia também em um caráter político e social, já que estes desvios ou degenerações seriam passados para os filhos dos loucos.

⁴⁰⁴ Sobre o desenvolvimento da medicina clínica nesta época, ver também: FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.; NUTTON, Vivian. *Ascensão da medicina*. in: *Cambridge: História Ilustrada da Medicina*. Trad.: Geraldo Magela Gomes da Cruz. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2001.; GOULD, Stephen Jay. *A falsa medida do homem*. Trad.: Valter Lellis Siqueira. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

(...) esta desviación, por simple que se la suponga en su origen, encierra, sin embargo, elementos de transmisibilidad de una naturaleza tal que aquel que lleva su germen se vuelve cada vez más incapaz de cumplir su función en la humanidad, y que el progreso intelectual, ya frenado en su persona, se encuentra también amenazado en la de sus descendientes. (MOREL apud BERCHERIE, 1986: 70)

Portanto, a tentativa de retirar os loucos do convívio comum era também uma tentativa de expulsar da sociedade os males atribuídos a estes indivíduos. Com isso, procurava-se eliminar gradativamente os desvios de comportamento e da moral que poderiam afetar o cotidiano dos cidadãos ditos saudáveis. (DUARTE, 2009: 37)

No fim do século XIX, passa a ser adotada também a visão organicista defendida por Emil Kraepelin⁴⁰⁵, que misturava conceitos de ordem moral com conceitos relativos a doenças de natureza orgânica. Kraepelin admitia o uso da psicologia experimental, se preocupava assim em fazer experimentações psicológicas em psiquiatria. (BERCHERIE, 1986: 107) Sobre a demência precoce, ele afirma:

A simples consideração das impressões externas não costuma transparecer na *dementia praecox* um acometimento por dano grave. Os doentes percebem muito bem, em geral, o que ocorre em torno deles, freqüentemente muito melhor do que se poderia esperar ante seus comportamentos. (...) Por outro lado, todavia, a orientação é prejudicada não raramente por delírios. Os doentes indicam falsamente locais e pessoas ou dizem uma data errada, não devido a incapacidade de apreender e de refletir corretamente, senão porque suas idéias delirantes são mais poderosas do que os pontos de referência fornecidos pela percepção. (DAKER, 1999: 59-67)

Mesmo com estas mudanças de perspectivas sobre a loucura, não houve uma ruptura entre as teorias psiquiátricas formuladas. Não houve “comprovação científica” entre os papéis do corpo e da mente, devendo assim ser entendidas tais mudanças teóricas como revisões culturais mais amplas. (PORTER, 1992: 306)

Imbuídos de um discurso científico, de progresso e modernidade, começam a ser inaugurados no início do século XX em Minas Gerais, os primeiros hospitais psiquiátricos.

2. A assistência a alienados em Minas Gerais

Em Minas Gerais, a assistência a alienados é inaugurada em 1903 com a fundação do Hospital Colônia de Barbacena. (DUARTE, 2009: 36)

Em 1900, o então presidente do Estado de Minas Gerais, Francisco Silviano de Almeida Brandão, sancionou a Lei que criou a “Assistência de Alienados” no Estado. Nesta Lei, fica decretado que a assistência aos alienados se daria em locais anexos a hospitais estaduais. E ainda que, no prédio que for

⁴⁰⁵ Emil Kraepelin fazia parte da corrente organicista alemã. Conhecido por isolar algumas formas de enfermidades psíquicas como: psicose maníaco-depressiva e demência precoce.

destinado ao hospício, deverá haver além das devidas acomodações aos pacientes, um pavilhão exclusivo para observação de indivíduos suspeitos e um local específico para tratamento electro-terápico.(MORETZSOHN, 1989: 13)

Podemos perceber com a Lei de Assistência a Alienados que há uma preocupação em identificar os loucos dentro da sociedade para que estes recebam o devido tratamento. O que faz-nos remeter ao significado de “normal” de Minkowski, que diz que “o normal não é uma média correlativa a um conceito social, não é um julgamento de realidade, é um julgamento de valor, é uma noção-limite que define o máximo de capacidade psíquica de um ser. Não há limite superior da normalidade.” (MINKOWSKI apud CANGUILHEM, 2009: p.45) Coloca-se em tratamento, ou mesmo fora do convívio social, o indivíduo que destoa de um padrão considerado tolerável. Em que pese isso, quem tem esta competência para diagnosticar se tal indivíduo é normal ou louco, ou mesmo um louco em potencial, são instituições controladas pelo Estado, revestidos de um discurso científico, na figura central do psiquiatra.

Lembramos que este é um momento de intensa mudança e descoberta da medicina e ciências naturais. Há uma avalanche de teorias formuladas baseadas em grandes autores como Darwin, Comte e Krepelin. A idéia da degenerescência estava em alta. O darwinismo social ditava que somente as sociedades adaptadas poderiam sobreviver, isso fazia com que o irracional, imoral fosse rejeitado, reforçava a exclusão do indesejável, sendo louco ou não, pessoas que poderiam corromper o desenvolvimento da sociedade deveriam ser colocadas fora dela. (PORTER, 2001: 298) Há também neste período um crescente desenvolvimento militar, o que ajuda a organizar a sociedade, preocupados com a formação de uma corporação altamente treinada. (PICKSTONE, 2001: 322)

Sobre as teorias que se formavam na psiquiatria organicista, podemos perceber a hierarquização do corpo, colocando a mente em um patamar superior à matéria. As ações do corpo são desculpáveis, a mente que tem o dever nobre de controlar os impulsos provocados pela matéria. Sendo assim, implica-se em uma subordinação das ações do indivíduo, mesmo o louco, à sua mente, o que aumenta sua responsabilidade pelos seus atos, mas que traz-lhe a possibilidade de cura.(PORTER, 1992: 303) Já que o que provocava a loucura era alguma coisa orgânica, que poderia ser revertida, eliminada do corpo.

Ver em qualquer doente um homem aumentado ou diminuído em algo já é, em parte, tranqüilizar-se. O que o homem perdeu pode lhe ser restituído; o que nele entrou, pode sair. Mesmo se a doença é sortilégio, encantamento, possessão demoníaca, pode-se ter a esperança de vencê-la. (CANGUILHEM, 2009: 12)

Em tese defendida por Alexandre Stockler Pinto de Menezes em 1888, percebemos a forte influência de Auguste Comte⁴⁰⁶. Menezes reconhece o corpo constituído de três partes: uma vegetativa (as vísceras) e duas outras animais (dividida em ativa e passiva - os músculos/ossos e sentidos). Mas repugna qualquer fracionamento do corpo. Baseando-se em Comte, afirma que “a indissolubilidade do nosso organismo é uma das bases da instituição da função sacerdotal no positivismo ao qual determina que o padre seja ao mesmo tempo medico.” (MENEZES, 1888: 4)

Ainda nesta tese, Menezes afirma que o cérebro é dividido em duas partes, sendo a parte posterior controlada pelo coração e a anterior pela inteligência. (MENEZES, 1888: 7) Este autor faz uma definição de loucura, exaltando o caráter que a inteligência tem de comandar o restante do corpo: “A loucura supõe quasi sempre um sentimento exaltado que torna impossivel a harmonia mental pelas reacções da parte posterior sobre a parte anterior do cerebro”. (MENEZES, 1888: 12)

A idealização da República no Brasil trazia consigo o pensamento da organização do Estado e do controle dos corpos dos seus cidadãos, impulsionado em grande parte pelas teorias positivistas.

No final do século XIX, há uma crescente movimentação e valorização em torno da profissão médica, muito em função da influência da filosofia positivista, conferindo à medicina um caráter de verdade incontestável. Os médicos, que antes eram consultores da família, passam a atender em locais próprios. Neste período, houve um processo de transformação do conhecimento médico e de sua prática de trabalho. (PEREIRA NETO, 2001: 21)

Nesta mesma época, a prática da medicina ainda estava associada à moralidade. Ainda não era significativo o trabalho de médicos em hospitais públicos e filantrópicos, a relação médico-paciente era muito individualizada e não havia um intermediário que estipulasse a duração e o valor da consulta. Não havia nenhuma estrutura burocrática que controlasse esta relação médico-paciente. Podendo ele ganhar muito atendendo à clientes abastados e, em outras ocasiões, exercer seu trabalho próximo da filantropia, como um sacerdócio. “A obrigação de estar ali, para o médico, não era de ordem econômica; era, sobretudo, moral”. (PEREIRA NETO, 2001: 21)

Essa mudança que ocorreu acerca desta profissão se deu em meio a uma mudança do Estado em relação à saúde. Neste mesmo contexto, o Estado começa a se preocupar com a higienização da sociedade. Surge então a idéia de que um Estado sem doenças, limpo, era também um Estado forte.

O regulamento que organizava a assistência de alienados foi expedido pelo presidente Francisco Antonio de Salles em 1903. Com este decreto⁴⁰⁷ criou-se na cidade de Barbacena o Hospital Colônia, destinado ao tratamento de doentes mentais, colocando em prática a Lei n. 290, de 16 de agosto de 1900. Inicialmente este hospital foi adaptado para receber 200 enfermos. (MORETZSOHN, 1989: 22)

⁴⁰⁶ De acordo com George Canguilhem em *O normal e o patológico*, Augusto Comte sofre influência dos conceitos desenvolvidos por Broussais, que o toma de Bichat, que por sua vez baseia-se nos estudos de Philippe Pinel.

⁴⁰⁷ Decreto n. 1579 A – de 21 de fevereiro de 1903.

Criado para atender às necessidades de todo o Estado de Minas Gerais em relação à “assistência a alienados”, já que era o único hospital capacitado existente na época, em pouco menos de 20 anos de funcionamento, o Hospital Colônia de Barbacena já encontrava-se superlotado e estigmatizado como “depósito de loucos”.

Admitido pelo próprio presidente do Estado de Minas Gerais, Arthur da Silva Bernardes, em 1920, em mensagem dirigida ao Congresso Mineiro, na qual afirmava que o Estado deveria melhorar as condições em que se encontravam as instituições para alienados, sobretudo ressaltando os problemas enfrentados no Hospital Colônia. Enfatizava assim, que tinha que ser modificado “(...) a Assistência de Barbacena, de simples depósito de loucos ou asylo-prisão, baldo dos mais elementares recursos therapeuticos, em um hospital de tratamento, onde os doentes, como nos demais hostitae, possam recuperar a saúde e a liberdade.”⁴⁰⁸

O Instituto Neuro-Psiquiátrico (posteriormente nomeado Instituto Raul Soares) iniciou sua construção no ano de 1922, em Belo Horizonte, através do decreto expedido por Arthur Bernardes aprovando o regulamento conhecido como “Regulamento Affonso Penna”.(MORETZSOHN, 1989:13)

De acordo com o regulamento, esse hospital passaria a ser considerado o Hospital Central de Minas Gerais e para suplantiar o Hospital Colônia de Barbacena. Inaugurado como centro de referência em equipamentos, instalações e saber psiquiátrico, já que fica permitido que a Faculdade de Medicina de Minas Gerais utilize o Instituto para desenvolver os ensinamentos de psiquiatria e treinamento de pessoal. Com a inauguração deste hospital, em 1924, já com o nome de Instituto Neuro-Psiquiátrico Raul Soares, acreditava-se que estavam criando um hospital de excelência em psiquiatria, referência em todo o Brasil, condizente com a jovem capital mineira.

Na mensagem do presidente do Estado Mello Vianna, notamos o entusiasmo com que fala do hospital. Segundo ele, o Instituto foi criado com apenas um objetivo:

(...) o conforto do insano, sem medir para isso gastos, fossem elles quaes fossem. Há mesmo luxo no Instituto Raul Soares. Não será exagero dizer-mos que se nota ali um excesso de conforto mesmo. (...) Quando, á porta do Instituto Raul Soares, o visitante se retira, qualquer que seja o Estado de que é filho, traz consigo o orgulho de ver o seu paiz com um estabelecimento que o colloca, em assumptos pertinentes á saúde, na vanguarda das nações do continente.⁴⁰⁹

O Instituto Raul Soares aparece como um divisor da psiquiatria mineira. Antes desse instituto, a psiquiatria em Minas Gerais era basicamente asilar. Com seu funcionamento, pretendia-se inaugurar uma psiquiatria clínica voltada para pesquisas e ensino.

⁴⁰⁸ MENSAGEM dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao Congresso Mineiro em sua 21 sessão ordinária da 8ª Legislatura no ano de 1920.

⁴⁰⁹ MENSAGEM do Presidente Mello Vianna Instituto Raul Soares.

Descobertas da medicina, como por exemplo, que muitas doenças poderiam ser causadas por microorganismos específicos aumentam a busca pela cura de todas as doenças, e ainda aumenta o poder do médico diante da sociedade. Influenciados por grandes descobertas de estudiosos como Robert Koch e Louis Pasteur, desenvolveu-se todo um aparato científico para descoberta da cura e/ou minimizar os efeitos de doenças graves na população, pensando também na diminuição dos gastos do Estado com as enfermidades. (PICKSTONE, 2001: 323)

Podemos perceber que a medicina ganha força social ao longo dos tempos, e por muitas vezes, é utilizada pelo Estado para o controle social. Mesmo que, no caso da loucura, este controle social esteja baseado em conhecimentos desenvolvidos por lugares de excelência, que afirmavam que o objetivo do tratamento era a recuperação do louco, as teorias que foram formuladas para o tratamento dessa enfermidade não foram eficazes. Isso fica claro quando surge na década de 1960 o movimento antipsiquiátrico, no qual afirma que a doença mental não é uma doença somática, colocando abaixo todas estas teorias desenvolvidas a respeito da loucura. (AMARANTE, 1998: 42)

3. Considerações finais

Percebemos que ao longo do desenvolvimento da psiquiatria moderna, encontramos várias teorias formuladas que se sobrepõe e muitas vezes não se contrapõe. Teorias são formuladas de acordo com as mudanças culturais, com descobertas científicas, necessidades da sociedade na época ou desenvolvimento de novas tecnologias.

O que é considerado normal e sociável em determinada época pode ser considerado perigoso e passível de ser seqüestrado do convívio social em outra. Com o fortalecimento do Estado e a crença que a ciência pode responder a todas as questões possíveis, há grande utilização do aparelho estatal das descobertas e desenvolvimentos científicos. Utilizando-se ainda do respaldo e crença na ciência, especificamente na medicina, para a ordenação e disciplina da sociedade.

A respeito da vontade de verdade que a ciência assume, o autor Alexandre Koyré afirma:

Com efeito, creio que a ciência, a ciência de nossa época, como a dos gregos, é essencialmente de *theoria*, busca da verdade, e que, por isso, ela tem e sempre teve uma vida própria, uma história imanente, e que é somente em função de seus próprios problemas, de sua própria história, que ela pode ser compreendida por seus historiadores. Creio até que justamente aí está a razão da grande importância da história das ciências e o pensamento científico para a história em geral. (KOYRÉ, 1982)

Portando, com a assistência aos alienados em Minas Gerais no início do século XX, vieram para este estado o que havia de mais moderno na época para o tratamento da loucura. Mesmo em defasagem em relação às teorias formuladas na Europa, a fundação do Hospital Colônia de Barbacena e

posteriormente, a fundação do Instituto Neuro-Psiquiátrico Raul Soares, colocavam a psiquiatria mineira em um local que se enquadrava com as perspectivas de tratamento da loucura naquela época. Mas percebemos que a maioria dessas teorias não prosperarão, principalmente com o surgimento da Psicanálise de Freud. A verdade científica sempre se renova, e acerca da psiquiatria, o movimento antipsiquiátrico tenta jogar por terra a própria psiquiatria e a existência da loucura.

4. Bibliografia

- AMARANTE, Paulo Duarte. (Coord.). *Loucos pela vida: a reforma psiquiátrica no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1998. p. 28.
- CANGUILHEM, George. *O normal e o patológico*. tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas. 6.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.
- BERCHERIE, Paul. *Los fundamentos de la clínica: Historia e estructura del saber psiquiátrico*. Buenos Aires:Manantial, 1986. 332 p.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: Por uma sociologia clínica no campo científico*. trad. Denice Barbaro Catani. São Paulo: Editoro UNESP. 2004.
- BURKE, Peter (org.); trad. Magda Lopes. São Paulo : Editora UNESP, 1992.
- DAKER, Maurício Viotti. *Demência precoce na sexta edição de Kraepelin em 1899*. rev. Casos Clínicos em Psiquiatria. 1999; 1; ano 1. p. 59-67.
- DUARTE, Maristela Nascimento. *De “Ares e Luzes” a “Inferno Humano”. Concepções e práticas psiquiátricas no Hospital Colônia de Barbacena: 1946-1979. Estudo de caso*. Tese (Doutorado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.
- DUNKER, C. I. L. - *Clínica, Linguagem e Subjetividade*. Distúrbios da Comunicação. v.12, p.39 - 61, 2001.
- FOUCAULT, M. *História da Loucura na Idade Clássica*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais: curso no Collège de France (1974-1975)*. Trad.: Eduardo Brandão. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, M. *O Nascimento da Clínica*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. *Freud e o Inconsciente*. 18ªed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.
- KOYRÉ, Alexandre. *Estudos do pensamento científico*. trad.: Márcio Ramalho. Rio de Janeiro: Ed. Forense Universitária, 1982.
- JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. *A prática psiquiátrica na Bahia (1874-1947): Estudo histórico do Asilo São João de Deus/Hospital Juliano Moreira*. Tese (Doutorado) - Curso de Doutorado de Saúde Pública da Escola Nacional de Saúde Pública-ENSP, da Fundação Oswaldo Cruz-FIOCRUZ-MS, 2001. p. 51.
- MARTINS, Ana Paula Vosne. Um sistema instável: as teorias ginecológicas sobre o corpo feminino e a clínica psiquiátrica entre os séculos XIX e XX. in: *História e loucura: saberes, práticas e narrativas*. Yonissa Marmit Wadi & Nádia Maria Weber Santos (org.). Uberlândia: EDUFU, 2010.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. *Pierre Bourdieu, o corpo e a saúde: algumas possibilidades teóricas*. In: rev. Ciência & Saúde, 2006. pp – 515-526.

MORETZSOHN, Joaquim Affonso. *História da psiquiatria mineira*. Belo Horizonte: Coopmed Editora, 1989. p. 13.

ODA, A. M. G. R; DALGALARRONDO, P. *História das primeiras instituições para alienados no Brasil*. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, v. 12, n. 3, p. 983-1010, set.-dez. 2005.

PEREIRA NETO. André Faria de. *Ser médico no Brasil: o presente no passado Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001, p.21.

PICCININI, Walmor J. História da Psiquiatria: apontamentos para a história da Psiquiatria mineira á luz das suas publicações (III). *Psychiatry on line Brasli*.v.11, n. 6, Jun. de 2006.

PORTER, Roy (org). *Cambridge: História Ilustrada da Medicina*. Trad.: Geraldo Magela Gomes da Cruz. Rio de Janeiro: Livraria e Editora Revinter Ltda, 2001.

História, imprensa e censura: a cobertura brasileira sobre as ditaduras militares no Chile (1973-1989) e na Argentina (1976-1982)

Elerson da Silva

Graduando em História pela UFMG
ellerson@yahoo.com.br

Juliana Rodrigues Gomes de Mello

Graduanda em História pela UFMG
jurgmello@gmail.com

Orientadora

Profa. Dr. Adriane Vidal Costa
Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo: Este artigo tem como proposta apresentar o projeto de pesquisa "História, imprensa e censura: a cobertura brasileira sobre as ditaduras militares no Chile (1973-1989) e na Argentina (1976-1982)". Pretende-se com a pesquisa mostrar como a mídia impressa brasileira - no contexto pós-64, caracterizado pela ditadura militar e censura - noticiou e interpretou a ditadura militar no Chile a partir de 1973 e na Argentina a partir de 1976. O propósito da pesquisa é compreender como a censura no Brasil delimitou e controlou a imprensa, restringindo sua liberdade de informação no tocante ao golpe chileno e argentino, e, ao mesmo tempo, compreender como jornais e revistas de grande circulação nacional criaram mecanismos próprios para burlarem a censura prévia. Com isso, objetiva-se identificar a posição da mídia impressa brasileira (*Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo, Opinião, Jornal da Tarde, Manchete, Veja e Visão*) da instauração do regime ditatorial chileno e argentino ao período de redemocratização.

Palavras-chave: Ditadura Militar; censura; mídia impressa brasileira; Chile; Argentina

Abstract: This article proposes to present the research project "History, press and censorship: the Brazilian coverage on Chilean (1973-1989) and Argentine (1976-1982) militaries dictatorships". Is intended to show

how the Brazilian press – on post-1964 context, marked by military dictatorship and censorship – reported and interpreted the military dictatorship in Chile from 1973 and in Argentina from 1976. It proposes to show how censorship in Brazil delineated and controlled the press, restricting their freedom of information with regard to coups in Chile and Argentina, and in addition, to understand how newspapers and magazines with wide national circulation have created their own mechanisms to get around the censorship. Therefore, the objective is to identify the position of the the Brazilian press (*Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Opinião*, *Jornal da Tarde*, *Manchete*, *Veja* and *Vision*) since the establishment of the dictatorship in Chile and Argentina to the period of re democratization.

Keywords: Military Dictatorship; censorship; Brazilian press; Chile; Argentina

O projeto de pesquisa - "História, imprensa e censura: a cobertura brasileira sobre as ditaduras militares no Chile (1973-1989) e na Argentina (1976-1982) -, encontra-se ainda em fase inicial. Com ele pretende-se contribuir com os estudos interdisciplinares sobre a América Latina, em uma de suas tonalidades mais marcantes: os governos militares e o exercício de seu poder autoritário por meio da violência, da tortura, da repressão e das perseguições políticas. O autoritarismo marcou a história política do Brasil, do Chile e da Argentina.

A pesquisa tem como objetivo principal analisar as interpretações da mídia impressa brasileira (*Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Opinião*, *Jornal da Tarde*, *Manchete*, *Veja* e *Visão*) sobre o golpe militar no Chile e na Argentina, no contexto do Brasil pós-64, caracterizado pela ditadura e censura. Os objetivos da pesquisa são: mostrar a importância da imprensa como fonte histórica e como veículo essencial para a análise da cultura política de uma época, discutir como a censura delineou e controlou a imprensa escrita, restringindo sua liberdade de informação; compreender como o AI-5 estruturava a censura prévia aos meios de comunicação; analisar as narrativas jornalísticas veiculadas na imprensa escrita brasileira sobre o golpe chileno de 11 de setembro de 1973 que derrubou o governo Allende e o golpe argentino de 24 de março de 1976, que derrubou o governo de Isabel Perón; refletir sobre a importância da liberdade de expressão nos meios de comunicação. Assim, ao longo da pesquisa, pretende-se responder as seguintes questões: Quais foram os mecanismos encontrados pela mídia impressa brasileira (*Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Opinião*, *Jornal da Tarde*, *Manchete*, *Veja* e *Visão*) para burlar a censura durante o regime militar? Como funcionava a censura prévia? Quais tipos de represálias sofriam os jornais e as revistas que burlavam a censura e noticiavam o golpe militar? Como os jornais e revistas construía as suas narrativas sobre os acontecimentos no Chile ligando-os ao contexto brasileiro?

Os regimes políticos autoritários montam e controlam mecanismos censórios para assegurar a ordem conjuntural e estrutural, e manterem-se no poder. Nestes casos, a censura política tornar-se um instrumento decisivo e um dos principais meios de repressão, presente no cotidiano da imprensa, violando a liberdade de informação e impondo um severo controle aos meios de comunicação,

sujeitando jornais, revistas, emissoras de rádio e TV à censura prévia. Tudo isso, como tentativa de neutralizar manifestações contrárias ao discurso oficial. Segundo Marconi, a censura

não trata apenas de impedir que circulem as notícias e as idéias, de não deixar que as pessoas saibam o que discutem e decidem, em nosso nome, aqueles que se apossaram do poder pela força. Antes e acima de tudo, a censura, [...], acoberta a violência contra o homem, a tortura exercida pelos Filinto Muller e os Sérgio Fleury. (MARCONI, 1980.)

A censura política esteve presente nos dois períodos mais longos de ditadura na história republicana brasileira, durante o Estado Novo e a Ditadura Militar. No regime militar a censura foi institucionalizada após o golpe e ampliada pelo AI-5 em 1968, atingindo seu ponto mais alto entre 1973 e 1975, coincidindo com o golpe militar no Chile em 1973 e com a crise política que levou ao golpe na Argentina em 1976. Assim, a censura controlou as notícias que circulavam nas páginas dos jornais e revistas da época, proibindo manchetes e fotos dos acontecimentos chilenos e argentinos, como qualquer crítica contrária ao golpe.

Em 11 de setembro de 1973 uma junta militar, liderada pelo general Augusto Pinochet, instaurou um violento golpe de estado, derrubando o governo democrático e socialista de Salvador Allende, acado e morto no palácio presidencial de *La Moneda*. A coalizão de esquerda Unidade Popular⁴¹⁰, pela qual Allende foi eleito presidente em 1970, implementou um projeto de reforma agrária e nacionalização das indústrias. A Unidade Popular propunha a via chilena para o socialismo que, em linhas gerais, não prescindia da institucionalidade burguesa para transitar ao socialismo. Para os militares golpistas e outros setores da sociedade, a via chilena representava um perigo iminente que poderia por em risco a ordem econômica e política do país. Para muitos, o governo Allende significava o caos e a desagregação, por isso o golpe passou a ser visto como algo imprescindível à salvação do país. O golpe militar significou a ruptura com a tradição democrática vigente no Chile desde a década de trinta e foi justificado pelos militares como uma necessidade para a instauração da ordem:

[...] o golpe veio com a força que julgou necessária para acalmar os ânimos e impor a ordem. As preocupações da Junta Militar, logo que instalada, foram atingir uma legitimidade que lhe permitisse controlar e manter o poder como também buscar um projeto que redefinisse as bases da sociedade chilena. (FREDRIGO, 1998, p. 19)

A mobilização popular frente à luta pela instalação do socialismo foi insuficiente para conter os golpistas chilenos, que foram apoiados pelos partidos políticos de direita, pelos Estados Unidos e pela Igreja Católica. O apoio externo foi imprescindível para o golpe, afirmando ações e discursos anticomunistas no Chile (AGGIO, 2002).

⁴¹⁰ Em 1970, Salvador Allende venceu as eleições presidenciais como candidato da Unidade Popular, uma coalizão política que reunia os partidos Comunista e Socialista, o Partido Radical, o Partido Social-democrata, a Ação Popular Independente e o Movimento de Ação Popular Unificado.

Os acontecimentos em território chileno e argentino foram acompanhados, sob censura, pela imprensa brasileira. No pós-1964, a liberdade de expressão foi suprimida, sob o respaldo da Lei de Segurança Nacional⁴¹¹. A censura de imprensa no Brasil, ao longo do regime militar (discutida, em especial, por Marconi, 1980; Aquino, 1999; Fico, 2001; Smith, 2001; Kushnir, 2004; Mattos, 2005), foi uma prática que variou tanto no que diz respeito à sua sistematicidade como à sua intensidade, mas que independente disso se caracterizou como mecanismo de controle social composto por duas dimensões intrínsecas, “saneadora” e “pedagógica”, porém distintas: 1) na “censura saneadora”, o regime militar (des) autorizava os assuntos veiculados na imprensa, por meio de listas de proibições emitidas pelo Ministério de Justiça; 2) na “censura pedagógica” sugere-se como alguns temas deveriam ser tratados (SETEMY, 2007).

Na madrugada de 24 de março de 1976 foi deflagrado o *Proceso de Reorganización Nacional* na Argentina, os edifícios do Governo e do Congresso Nacional foram ocupados pelas Forças Armadas. Durante a noite, diversos cercos foram montados em torno dos principais sindicatos, estações de rádio e televisão de Buenos Aires e cidades vizinhas:

Nas horas seguintes, por intermédio dos meios de comunicação de massa, comunicou-se ao país que uma Junta de comandantes das três armas havia decidido pôr fim ao agonizante exercício das autoridades civis e assumia o poder político em nome do autodenominado *Proceso de Reorganización Nacional*, cujos objetivos seriam restabelecer a ordem, reorganizar as indústrias e criar as condições para uma “autentica democracia”. (NOVARO & PALERMO, 2007, p. 26)

O governo de Isabel Perón estava desestabilizado, vinha enfrentando diversos problemas econômicos e uma crise institucional que gerava insatisfação de muitos, principalmente dos militares. Estes, no fim do ano de 1975, já haviam demonstrado sinais claros de insatisfação e demonstraram suas intenções de golpe quando enviaram a “Tucumán um *ultimatum* às autoridades constitucionais”. Após este episódio o governo tentou sem êxito impedir que o golpe acontecesse por meio da substituição de Isabel Perón por uma figura mais aceitável pelo militares e convocação de novas eleições para o final do ano de 1976. Mesmo com tantos esforços não foi possível impedir o golpe. (NOVARO & PALERMO, 2007, p. 28)

Inicialmente a Junta Militar não teve resistência. Parte da população civil acreditava que o golpe seria o melhor naquele momento, pois, para ela, o país se encontrava arruinado e desestruturado politicamente:

⁴¹¹ Segundo Maria Helena Moreira Alves (2005) o objetivo principal da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional era garantir metas de segurança para implantar uma geopolítica para todo o Cone Sul do Continente Americano, capaz de bloquear o perigo expansionista do comunismo internacional. Para que isto pudesse ocorrer, era necessário manter sob controle os movimentos sociais organizados que, cada vez mais, ocupavam espaços no cenário político, criando um clima político-social de grande instabilidade, ameaçando os interesses dominantes da nação.

O consenso social que o golpe e o regime resultante receberam inicialmente refletia a crença de que a conjuntura criada desde meados de 1974 por um governo civil em bancarrota não ofereceria alternativa alguma ao exercício militar do poder, crença especialmente marcada pelos setores empresariais (que festejaram o levante com uma alta generalizada da Bolsa Comércio) e a hierarquia Católica (a qual julgou conveniente reunir-se com a cúpula golpista na noite de 23 de março para expressar sua simpatia), amplamente estendida, a essa altura, a quase toda a população e apoiada por amplos setores políticos. (NOVARO & PALERMO, 2007, p. 31)

Paolo Marconi em *A censura política na imprensa brasileira* (1980), obra pioneira, afirma a presença de censores da Polícia Federal nas redações de grandes veículos como: *Jornal do Brasil*, *O Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Opinião*, *Jornal da Tarde*, *Manchete*, *Veja e Visão*. Quando não existia a presença do fiscal, a exprobração era feita por bilhetes ou telefonemas. Ao regulamentar e institucionalizar a censura de imprensa, os governos militares preocupavam-se em “velar” as ações censórias, no intuito de não comprometer a imagem do governo por seu aspecto proibitivo. Além da sua função repressiva, a censura de imprensa consistiu em um importante instrumento de legitimação do regime perante parte da sociedade que se sentia supostamente ameaçada pelo “perigo comunista”.

Mesmo a censura brasileira controlando os meios de comunicação, com o objetivo de permitir apenas a publicação da versão oficial sobre o que ocorria no Chile e na Argentina, restringindo a liberdade de informação, alguns jornais e revistas, dependendo da linha editorial, desafiaram o governo e noticiaram o golpe chileno em 1973 e o argentino em 1976, mostrando imagens da destruição do palácio do governo e a morte do então presidente Salvador Allende. Alguns periódicos divulgaram artigos sem imagens e, sutilmente, denunciaram o golpe, comparando-o com o Brasil, e, inclusive, sugerindo o apoio do governo brasileiro ao golpe chileno e ao governo de Pinochet. Muitos periódicos também noticiaram a violência que estava ocorrendo na Argentina antes mesmo do golpe em 1976.

A relevância da temática delimitada encontra-se no debate sobre a imprensa brasileira, sujeita às mais diversas pressões durante o regime militar. Nesse período, toda tentativa de fazer um jornalismo independente era sumariamente reprimida, seja através da censura direta, seja mediante pressões mais disfarçadas, mas nem por isso, de resultados menos funestos. Uma das técnicas utilizadas foi a de exercer pressões contra determinados órgãos de comunicação até o ponto em que os jornalistas considerados contestatórios, e, conseqüentemente incômodos para o governo, fossem demitidos sem maiores formalidades. O veículo de comunicação era proibido de divulgar notícias contrárias à versão oficial ou que fossem “deisarosas” ao governo ou ao Serviço Nacional de Informação - SNI.

A imprensa brasileira passou a sofrer uma férrea censura através do Ato Institucional nº 5, baixado em dezembro de 1968, que vigorou até fins da década de 1970. Ao longo desses anos, o presidente da República teve poderes para determinar a censura à imprensa e às telecomunicações, acobertado pelo artigo 9º do AI-5, que lhe permitia adotar esta medida “se necessário à defesa da Revolução”.

A censura política que se estendeu por nove anos foi basicamente de dois tipos: através dos bilhetes e telefonemas, que determinavam os assuntos que não deveriam ser abordados pela imprensa, ou por meio de sensores policiais revisando, diretamente nas redações de revistas e jornais, todo o material a ser publicado. Foi neste contexto que a imprensa brasileira tentou exercer o seu papel de informar a opinião pública sobre o golpe militar no Chile e na Argentina.

A análise do tema proposto é norteadada pelos debates referentes à renovação da história política e do uso da mídia impressa como fonte histórica. A obra organizada por René Remond *Por uma história política*, tem como objetivo a discussão sobre a renovação do saber histórico-político, com novas abordagens e técnicas de pesquisa, novos problemas e métodos de análise, além do contato com outras ciências sociais, e as trocas com outras disciplinas.

Nesta perspectiva, de renovação da história política, o político deixa de ser visto apenas como um reflexo do econômico e passa a ser analisado como uma instância relativamente autônoma em face de outras instâncias da sociedade e como um dos motores da mudança social. O político não possui fronteiras fixas, “ora ele se dilata até incluir toda e qualquer realidade e absorver a esfera do privado: este é um traço das sociedades totalitárias. Ora ele se retrai ao extremo”, por isso “as tentativas de fechá-lo dentro de limites traçados para todo o sempre são inúteis” (RÉMOND, 1996, p. 443).

A noção do político amplia-se e passa a incluir o comportamento dos indivíduos diante da política e a evolução de suas atitudes, assim, pode-se definir o político como uma das expressões mais altas da identidade coletiva. A história política explora realidades variadas, desde as classes sociais até as crenças religiosas, passando pelos grandes meios de comunicação ou as relações internacionais. Os meios de comunicação, no caso a imprensa escrita, é a principal fonte de pesquisa deste estudo. Por tanto, é preciso compreender que “na vida cotidiana de um jornal, de um rádio, de uma televisão, se reflete constantemente a vida política do país com todas as deformações que se queira, vê-se aí resumido com relevo acentuados, o jogo que é jogado no mundo político” (JEANNENEY, 1996, p.225).

O trabalho busca destacar a importância da utilização da imprensa escrita como fonte para a História. A notícia é uma construção: existem muitos filtros entre o acontecimento e a sua apresentação como notícia, seu conteúdo indica interesses políticos, tanto para a persuasão quanto para o esquecimento:

O jornalismo impresso representa, fundamentalmente, um instrumento de interesses e de intervenção na vida social, pensando ainda, como indicou Gramsci, que, muitas vezes as funções desempenhadas por um jornal, atuando como uma força dirigente ou orientadora, pode se equiparar, ou mesmo ultrapassar as funções desempenhadas pelos partidos políticos (CAPELATO, 1981, p. 118).

A narrativa jornalística sofre interferências de seu tempo histórico. A imprensa, muitas vezes, adquire a função de porta-voz da sociedade, “aos historiadores cabem os questionamentos às fontes para extrair um significado, retirando de sua linguagem os elementos capazes de representar um determinado momento histórico” (SOSA, 2006, p. 113). A análise da linha editorial de um veículo pode revelar a ligação com o poder (discurso oficial), o interesse financeiro ou preocupação ética com a esfera pública:

A imprensa escrita atua em cenários com diversas interações discursivas. Enquanto órgão de informação e de formação, é capaz de manipular a opinião pública, colocando-a ao lado de um ou de outro discurso. É um órgão político, que representa os anseios da sociedade e ao mesmo tempo é responsável pela mudança de comportamento dessa mesma sociedade. (SOSA, 2006, p.118)

Tomando como exemplo o regime militar brasileiro, observa-se a efetiva interferência do Estado nas matérias veiculadas pela mídia impressa, censurando-as e utilizando-as como mecanismo para difundir imagens positivas do regime. Ao utilizar a imprensa escrita como fonte para o estudo deste período histórico, deve-se observar algumas abordagens específicas: é importante comparar as posições político-ideológicas dos autores, examinar os arquivos dos periódicos, fazer a leitura dos periódicos rivais, investigar qual é a posição adotada pelos jornais e revistas com relação às notícias que publicam e também qual a posição política ou uma possível filiação partidária do periódico. Tais questões são importantes para se fazer uma crítica interna da documentação catalogada. É também relevante descobrir a quem pertence o jornal e a revista, quem são o diretor, o editor e os colaboradores. Como também é preciso “sair do microcosmo das diversas redações e apreender o meio em seu conjunto, considerar os vínculos que as unem, opondo-as, fazendo um ‘zigzague’ entre as diversas categorias de imprensa escrita” (JEANNENEY, 1996, p.219).

Cabe ao pesquisador ao utilizar o jornal como fonte, compreender as motivações que levaram um determinado jornal ou revista a dar publicidade a algum evento, considerar o espaço que o jornal e a revista conferem a notícia, identificar o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, identificar o público a que se destina, analisar todo o material de acordo com a problemática escolhida, recorrer a outras fontes de informação para dar conta do processo de fundamentar a notícia, dentro do contexto histórico da época.

É necessário, ainda, considerar a influência dos poderes públicos e dos diversos grupos de pressão sobre a imprensa, que em muitos casos decidem seus caminhos, como foi o caso da censura prévia durante a ditadura militar. Assim, tais abordagens e perspectivas teóricas e metodológicas serão norteadoras deste estudo e se apresentam como referências para a construção do trabalho.

No intuito de viabilizar a execução do projeto, pesquisou-se e catalogou-se, a partir da temática aludida, jornais e revistas que circularam nos anos de 1972 - 1985 no Brasil (*Jornal do Brasil, O Estado de*

São Paulo, O Globo, Opinião, Jornal da Tarde, Manchete, Veja e Visão). Para seleção destas fontes primárias, foram realizadas visitas à Hemeroteca Histórica de Minas Gerais e à seção de periódicos de bibliotecas em Belo Horizonte.

A bibliografia sobre o tema é satisfatória, serão usadas as obras que tratam da censura à imprensa brasileira e dos golpes militares nos dois países latino-americanos em questão, Brasil, Chile e Argentina, necessárias para uma reflexão mais acurada sobre o tema que propomos pesquisar. Julga-se que através da documentação já levantada, possamos viabilizar nosso trabalho de pesquisa. Acredita-se que por meio de uma análise minuciosa e acurada do material já catalogado conseguiremos responder, a contento, os questionamentos que foram propostos neste projeto.

Seguem, em classificação cronológica, as matérias referentes à cobertura brasileira do golpe militar chileno e argentino nos jornais e revistas catalogados (*Jornal do Brasil, O Estado de São Paulo, O Globo, Opinião, Jornal da Tarde, Manchete, Veja e Visão*):

Referência Bibliográfica

AGGIO, Alberto. *Revolução e Democracia no nosso Tempo*. Franca, SP: UNESP, 1997.

AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. São Paulo: Edusp, 1993.

ALAMINOS, Antonio. *Chile: transición, política y sociedad*. Madrid: Siglo XXI, 1991.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares. *Tomando partido, formando opinião: cientistas, imprensa e política*. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

ALMINO, João. *O segredo e a informação*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978): o exercício cotidiano da dominação e da resistência - o Estado de São Paulo e o Movimento*. São Paulo: EDUSC, 1999.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e Oposição no Brasil 1964 – 1984*. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2005.

BARBOSA, Marialva. “Senhores da Memória”. In: INTERCOM - Revista Brasileira de Comunicação, São Paulo, vol. XVIII, N. 2, julho/dezembro de 1995.

BREGUÊS, Sebastião Geraldo. “A imprensa brasileira após 64”. In: *Revista Encontros com a Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro, n. 2, agosto de 1978.

CAPELATO, Maria Helena Rolin. *Imprensa a História de Brasil*. São Paulo: Contexto/EDUSP, 1988.

CAPELATO, Maria Helena. Populismo na imprensa. In: MELO, José Marques de (org.). *Populismo e comunicação*. São Paulo: Cortez, 1981.

CATELA, Ludmila da Silva; JELÍN, Elizabeth; Social Science Research Council (U.S.). *Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad*. Madrid: Siglo XXI, [Buenos Aires, Argentina]: Siglo Veintiuno de Argentina Editores; [New York]: SSRC, 2002.

- D'ARAÚJO, Maria Celina (org). *Os anos de Chumbo*. A memória Militar sobre a Repressão. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- DINES, Alberto. *O papel do jornal*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.
- FICO, Carlos; FERREIRA, Marieta de Moraes; ARAUJO, Maria Paula. *Ditadura e democracia na América Latina*. balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: FGV Ed., 2008.
- FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile*: da democracia desejada à transição possível (1973-1989). Franca: UNESPE, 1998.
- FIDÉLIS, Guido. *Lei de Segurança Nacional e censura*. São Paulo: Editora Sugestões Literárias, 1979.
- GARCÍA, Rigoberto. *Economía y política durante el gobierno militar en Chile, 1973-1987*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989.
- HABERT, Nadine. *A década de 70*: apogeu e crise da Ditadura Militar brasileira. São Paulo: Ática, 1994.
- JEANNENEY, Jean-Noël. A Mídia. In RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- JELÍN, Elizabeth; CANDINA POLOMER, Azun. *Las conmemoraciones*: las disputas en las fechas "in-felices". Madrid: Siglo XXI de España: Social Science Research Council, 2002.
- KUCINSKI, Bernado. *Jornalistas revolucionários*: nos tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo: Scritta, 1991.
- LECHNER, Norbert (org.). *Estado y política en América Latina*. 5a. ed., México: Siglo XXI, 1988.
- MACHADO, José Antônio Pinheiro. *Opinião x censura* - momentos da luta de um jornal pela liberdade. Porto Alegre: L&PM, 1978.
- MARCONI, Paolo. *A censura política na imprensa brasileira*. 1968-78. São Paulo: Global, 1980.
- MARTÍN DEL CAMPO, Julio Labastida (coord.). *Dictaduras y Dictadores*. México: Siglo XXI, 1986.
- MATTOS, Sérgio. *Mídia controlada*: a história da censura no Brasil e no mundo. São Paulo, Paulus, 2005.
- MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho*. O anticomunismo no Brasil (1917 - 1964). São Paulo: Perspectiva/FAPESP, 2002.
- NOVARO, Marcos; PALERMO, Vicente. *A Ditadura Militar Argentina 1976-1983*: Do Golpe de Estado à Restauração Democrática. São Paulo: EDUSP, 2007.
- O'DONNELL, G.; SCHMITTER, P.C. & WHITEHEAD, L (editores). *Transições do regime autoritário*: América Latina. São Paulo: Vértice, 1988.
- O'DONNELL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

- QUADRAT, Samantha. “Para Tata, com carinho”: a boa memória do pinochetismo. In: AZEVEDO, Cecília *et al.* *Cultura política, memória e historiografia*. Rio de Janeiro: FGV, 2009, p. 399-418.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Estado Militar na América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- SOSA, Derocina Alves Campos. “O estudo da Imprensa como fonte para a História”. In: Revista Biblos. Rio Grande do Sul, v. 19, p. 109-125, 2006.
- ROUQUIÉ, Alain. *O Extremo Ocidente: Introdução à América Latina*. São Paulo: EDUSP, 1991.
- SETEMY, Adrianna Cristina Lopes. *Os dois lados da moeda: a censura de imprensa entre a repressão e a legitimação*. In: XXIV Simpósio Nacional de História. São Leopoldo: UNISINOS/ANPUH, 2007.
- VYLDER, Stefan de. “Chile 1973-1987: los vaivenes de um modelo”. In: GARCÍA, Rigoberto (compilador). *Economía y política durante el gobierno militar en Chile, 1973-1987*. México: Fondo de Cultura Económica, 1989. AGGIO, Alberto. *Revolução e Democracia no nosso Tempo*. Franca, SP: UNESP, 1997.
- VEZZETI, Hugo. *Pasado y presente: guerra, dictadura y sociedad en la argentina*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno, 2009.
- YANKELEVICH, Pablo; JANSEN, Silvina (comp.) *Exilios: destinos y experiencias bajo la dictadura militar*. Buenos Aires: Libros del Zorzal, 2007.

Estratégias na transmissão da propriedade territorial e escrava na Freguesia de Guarapiranga no século XIX

Eliane Aparecida Duarte Batista
 Graduanda em História pela UFV
 Bolsista CNPq
eliane.batista@ufv.br

Resumo: Esta pesquisa busca analisar as estratégias de transmissão da propriedade de terras e escravos e as transformações econômicas e sociais que perpassam a freguesia de Guarapiranga, e as variações nos padrões de posse de terras e escravos entre os seus diversos distritos. Piranga é um caso representativo da transição em direção a uma economia diversificada de produção de alimentos sucedendo o auge minerador. A historiografia recente vem demonstrando que os negócios com terras estão presentes desde o período colonial. Desejamos compreender como o mercado de terras e escravos se conformou nesta região, de modo combinado com mecanismos de transmissão hereditária. Assim, articulamos através dos cruzamentos informações contidas nos registros paroquiais de terras, produzidos em 1855-56, nos inventários *post-mortem* e nas Listas Nominativas 1831 e 1839, as quais representam vestígios da estrutura populacional, material e agrária da região.

Palavras-chave: Guarapiranga, terras, escravos

Resumé: Cette recherche vise à analyser les stratégies de transfert de propriété des terres et d'esclaves et les transformations économiques et sociales qui se produisent à la paroisse de Guarapiranga, et les variations dans les modes de propriété des terres et des esclaves parmi ses divers quartiers. Piranga est un cas représentatif de la transition vers une économie diversifiée de la production alimentaire succédant au boom minier. L'historiographie

récente a montré que les entreprises qui possèdent des terres sont présents depuis la période coloniale. Nous espérons que de comprendre comment le marché des terres et d'esclaves a été satisfait dans cette région, de sorte combinées avec des mécanismes de transmission héréditaire. Ainsi, articulé à travers l'information de passage dans les registres paroissiaux de la terre, produites dans 1855-1856, dans les inventaires post-mortem et les listes nominatives de 1831 et 1839, qui représentent les restes de la structure de la population, du matériel et des terres dans la région.

Mots-clés: Guarapiranga, terre, esclaves

INTRODUÇÃO

Este estudo, em desenvolvimento, fomentado pelo CNPq busca analisar estratégias de transmissão da propriedade de terras e escravos na freguesia⁴¹² de Guarapiranga e seus distritos, em Minas Gerais, no decorrer do século XIX, tendo em vista as transformações econômicas e sociais. Como referência documental utilizamos os inventários *post-mortem*, as Listas Nominativas referentes aos períodos de 1831/32 e 1838/39, além dos registros paroquiais de terras de 1854-1856. Buscamos entender o contexto agrário em relação a presença escrava, pois temos conhecimento da importância do regime escravista como forma de trabalho em Minas Gerais e Piranga em específico.

Nossa unidade de análise é constituída pela freguesia de Guarapiranga, que segundo Waldemar Barbosa (BARBOSA, 1971: 362-363) foi mais intensamente povoada entre os anos de 1753-1756 com inúmeras sesmarias concedidas nestes anos. A criação da vila do Piranga ocorreu em 1841, no qual este município desmembrou-se do de Mariana e a elevação a categoria de cidade deu-se em 1870. Situada na zona da mata mineira e sendo uma região de transição entre o distrito minerador e a zona da Mata mineira, entre meados do século XIX.

Acreditamos que um estudo particular de uma parcela da população de uma freguesia mineira é interessante para auxiliar no esclarecimento do quanto nas atividades rurais estavam envolvidas as microeconomias mineiras e o quanto estas atividades influenciavam no dinamismo econômico. E para entendermos, ainda, algumas formas de organização do núcleo familiar, como casamentos e heranças, utilizados para assegurar a manutenção da unidade familiar e produtiva, da riqueza e do poder.

Tendo em vista, que a historiografia brasileira partiu sempre de alguns pressupostos básicos sobre a disponibilidade e apropriação de terras, entendendo que havia uma oferta de terra livres o suficiente para que vastos espaços fossem ocupados através do pedido de sesmarias, levou a conclusão de que a terra pouco ou nada valia se comparada ao escravo. Em 1822 aboliu-se a doação de sesmarias e durante anos

⁴¹² De acordo com o Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império - Freguesia corresponde a distrito sob jurisdição espiritual de um pároco; correspondente a paróquia. BOTELHO, Angela Vianna, REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. 6ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 90.

não houve nenhum instrumento legal que regulamentasse o acesso a terra, a não ser pela posse. Em 1850, com a Lei de Terras estabeleceu-se que toda terra devoluta só poderia ser apropriada através da compra ao Estado (FARIA, 1998: 121).

Entretanto, estudos vêm demonstrando que os negócios com terras foram comuns desde o período colonial, dessa forma, podemos pensar que a terra era um fator de produção que estava no mercado (BACELLAR, 1997). Apesar de ser uma apropriação política a transmissão dava-se com frequência através da venda, mesmo em partes, tendo em vista, ainda, mecanismos para burlar as exigências legais.

MATERIAIS E MÉTODOS

As Listas Nominativas foram os levantamentos censitários existentes na época colonial e nos primeiros anos do Império, para certas regiões brasileiras. Com base na Lista Nominativa da Freguesia de Guarapiranga, podemos ter uma “noção” da organização desta sociedade e de sua economia através das variadas ocupações apresentadas convergindo com a população que crescia na região. Tendo em vista que o crescimento demográfico de Minas no século XIX, embora nada esplêndido foi constante. Por sua vez, as Listas Nominativas de 1831/32 e de 1838-39 desempenharam um papel importante para nossa pesquisa, já que nelas encontramos importantes informações referentes às unidades domésticas dos proprietários rurais e demais membros da elite de Guarapiranga, tanto do Arraial quanto de alguns dos distritos da freguesia.

Constatamos através da Lista de 1831 que a estrutura ocupacional da Freguesia de Guarapiranga possuía um número expressivo de habitantes, aproximadamente nos 15 Quarteirões uma população total de 1998 pessoas, sendo 635 escravos. Sendo que estes escravos desempenhavam ocupações diversas ligadas ao setor têxtil como a de fiadeira, costureira, alfaiate, rendeira e tecedeira envolvidas com a já definida por Libby de protoindústria⁴¹³ e sendo em sua maioria atividades realizadas por escravas, exceto a ocupação de alfaiate.

Além de ocupações variadas realizadas por escravos como a de ferreiro, carreiro, carpinteiro, cozinheiro, barbeiro, seleiro, arrieiro, tabaqueiro, jornaleiro, nos chamou a atenção o elevado número de tropeiros⁴¹⁴, dos quais 27 eram mão-de-obra escrava, sendo um tropeiro e lavrador e cinco tropeiros (s/inf.) totalizando 33 tropeiros na Lista Nominativa de 1831. A concentração da população escrava em

⁴¹³ Libby destaca a peculiaridade da protoindústria têxtil caseira em Minas, pois a rígida divisão sexual do trabalho, no qual era raro homens envolvidos na fição ou tecelagem difere da experiência europeia. LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002.

⁴¹⁴ Lenharo faz um busca sobre as concepções que abrangem esta “ocupação” e analisa o tropeiro envolvido com a distribuição dos gêneros de subsistência destinados ao mercado do Rio de Janeiro, destacando que esta atividade era desempenhada por um número significativo de escravos, tendo em vista que existiam proprietários que também eram tropeiros. LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979, p. 108, 113.

comparação com a total, na região de Piranga, foi de destaque o que indica certa expansão da fronteira econômica neste espaço mineiro, e sua importância nas variadas atividades desenvolvidas como a agricultura.

Na Lista Nominativa de 1831 no primeiro quarteirão e fogo dos 56 membros registrados temos como chefe de domicílio o Cirurgião Mor Antônio Pedro Vidigal de Barros cuja ocupação era de juiz de paz, lavrador e negociante e tinha 44 escravos, número este expressivo para a média da Freguesia de Guarapiranga.

O Cirurgião Mor *Antônio Pedro Vidigal de Barros*⁴¹⁵, casou-se em primeiro matrimônio com a filha de Antônio Gomes Oliveira Sande, senhora *Francisca Cândida Sande de Barros*⁴¹⁶. O casal teve três filhas e dois filhos, mas Francisca Cândida faleceu precocemente, em 1819. A morte precoce de sua cônjuge conduziu a família a uma solução de religamento no interior da família: o viúvo casou-se novamente com uma das irmãs de sua esposa, Teresa Altina Sande de Barros, em algum momento entre 1820 e 1825. Deste segundo casamento seguem-se mais sete filhos, cinco homens e duas mulheres, irmãos-primos dos cinco filhos do primeiro casamento, produzindo uma extensa parentela.

Inventariado em 1839, o cirurgião Mor *Antonio Pedro Vidigal de Barros*, cuja inventariante trata-se de sua 2ª esposa Dona *Teresa Altina Sande de Barros*⁴¹⁷, irmã de sua primeira mulher, moradora na Fazenda Pirapetinga, teve na relação de herdeiros, filhos do 1º e 2º matrimônio, totalizando 12 filhos e a 2ª esposa. O cirurgião Mor, que deixou testamento, era filho legítimo de Domingos José de Barros e de Michaela Rita, foi batizado na Freguesia de São Miguel de Pennella, comarca e bispado da cidade de Coimbra, Reino de Portugal.

A descrição de seu inventário era composta por variados itens⁴¹⁸, além de um expressivo plantel de escravos totalizando 42 cujo valor destes era: 11:1800.000 (Onze contos e cento e oitenta mil reis). Mantimentos: 60 alqueires de feijão, 70 alqueires de arroz, 800 alqueires de milho, um canavial, 150 barris de água ardente; animais: porcos, carneiros, cavalos, bestas, égua, burros; além de espingardas e jogos de pistolas.

Esta expressiva relação de bens demonstra o quão era opulento o inventariado que totalizava seu monte-mor 42:492.467 e ½ (Quarenta e dois contos, quatrocentos e noventa e dois mil, quatrocentos e sessenta e sete réis e meio) do qual coube por meação a sua 2ª esposa 21:246.233 ¾ (Vinte e um contos,

⁴¹⁵ Inventário *post-mortem* de Antônio Pedro Vidigal de Barros, códice 18, auto 512, 1º Ofício. Ano 1839.

⁴¹⁶ Inventário *post-mortem* de Francisca Cândida de Oliveira Sande, ACSM, 1o. Ofício, 97, 2032, 1820.

⁴¹⁷ Inventário *post-mortem* de Teresa Altina Sande de Barros, códice A0291, auto 322. Ano 1885.

⁴¹⁸ Muitos créditos, referentes a dívidas que diversas pessoas tinham com o Cirurgião Mor; talheres de prata, o que era escasso neste período imperial/na província; pratos; travessas; aparelhos de café e chá; cálices para vinho; garrafas; penicos; armário, catres; mesas; escrivatinhas; cadeiras; tamboretas; bancos; caixas; tachos de cobre; bandejas; esporas de prata; forno e bacia de cobre; camas; colchas de seda; toalhas de mesa e mão; guardanapos; cômoda de Jacarandá; relógio de parede; livros, carros; estante de madeira; oratório; chapéu; espumadeiras; enxadas; machados; 2:200.000 (Dois contos e duzentos mil reis: Dinheiro em notas); dinheiro em prata; bois de carro; bezerros; garrotes; vacas.

duzentos e quarenta e seis mil, duzentos e trinta e três réis e três quartos de real), a Terça parte a viúva no valor de 7:082.077 $\frac{3}{4}$ (Sete contos, oitenta e dois mil, setenta e sete réis e três quartos de real) e aos herdeiros, filhos, 14:164.156 (Quatorze contos, cento e sessenta e quatro mil e cento e cinqüenta e seis réis, que deveria caber a cada filho o valor de aproximadamente 1:180.346 $\frac{4}{12}$ (Um conto cento e oitenta mil, trezentos e quarenta e seis e quatro doze avós de real) valor contido na partilha dos bens do inventário. Assim o cruzamento das fontes nos proporciona uma melhor tentativa de visualizarmos vestígios destes proprietários de terras e escravos e seus mecanismos de transmissão destes bens.

A Lista Nominativa pode ser tomada como base de estudos da demografia histórica, pois nos oferece um conjunto rico de informações, em geral, arrolam nome, estrutura etária (idade), sexo, estado civil, condição (escravo, forro, s/inf.), cor/qualidade (branco, crioulo, africano/preto, mestiço (cabra, caboclo), e pardo) e naturalidade dos membros do domicílio, inclusive escravos e agregados. Indicam, ainda, a situação familiar dos membros do fogo em relação ao chefe, e eventualmente, as ocupações dos membros como demonstrado acima.

A circular termina com um modelo que organiza os dados nas seguintes casas, da esquerda para a direita: 1) numeração dos quarteirões; 2) numeração dos fogos; 3) habitantes (lista nominal); 4) qualidade (cor); 5) condições (livre, cativo, forro e outras); 6) idades; 7) estados (civis); 8) ocupações. (LIBBY, 1998:30)

LIBBY enfatiza que os juízes de paz que seguiram à risca o modelo e preencheram todas as casas para cada indivíduo, o resultado é de uma riqueza singular para estudos que buscam fazer uma reconstituição da sociedade mineira oitocentista, mas alerta que os juízes dedicados formavam uma franca minoria da classe (LIBBY, 1998:30).

Para compreendermos aspectos da história de Minas Gerais no século XIX é preciso termos em mente que a ordem econômica e social é profundamente marcada pelo escravismo ou pelo regime escravista que predominava então. Tendo em vista que a escravidão continuava a ser a forma predominante de trabalho em Minas até a década de 1880, na medida em que o trabalho escravo era vital para o funcionamento de praticamente todos os setores mais dinâmicos da economia (LIBBY, 1998:18).

De acordo com Libby o término do tráfico negreiro internacional em 1850 constituiu o grande divisor de águas para o regime escravista brasileiro e, portanto, para as tendências demográficas da população cativa. No final da década de 1830, elevaram-se enormemente os números de africanos chegados às praias brasileiras, justamente em função da pressão diplomática e da atuação militar direta do governo britânico contra esse comércio de seres humanos (LIBBY, 1998:61).

Outra fonte importante para complementarmos está nossa análise são os Registros Paroquiais de Terras de Piranga, que foram um cadastro realizado a partir de 1854, são importantes para percebermos alguns vestígios da estrutura agrária da região. Pois trazem, em geral, o nome do proprietário(a) e na maioria das vezes a localidade da propriedade; seus limites e divisas; nome dos proprietários limítrofes

(vizinhos); a produção agrícola da propriedade; a área da propriedade; o proprietário anterior; tipo de origem do título de posse ou propriedade. Dessa forma, auxilia muito nossa pesquisa ao detalhar a localização das terras de cada proprietário, utilização do solo piranguense, além de nos informar o meio de obtenção das propriedades, exceto alguns casos de omissão. Claramente, os dados obtidos a partir dessa informação servem como elemento crucial no entendimento do padrão de movimentos de fortuna.

Os registros foram feitos de maneira individual para cada propriedade declarada nas específicas freguesias e na maioria da vezes, no final de cada freguesia, encontra-se o índice dos declarados em ordem alfabética juntamente com a indicação numérica do registro.

Em consequência da lei seria necessário a medição e revalidação de sesmarias ou legitimação de posses, dessa forma, deveria ser declarada nas paróquias locais as terras possuídas. Em termos práticos, não havendo duplicidade de declaração, os registros paroquiais valerem, juntamente com as escrituras registradas nos cartórios locais, como verdadeiros títulos de propriedade (CASTRO, 1987:9).

Para realizarmos esta pesquisa, primeiramente, analisamos nos Registros Paroquiais de Terras de Piranga e distritos dentre outros aspectos: nome da (o) proprietária (o), tipo de propriedade (fazenda, sítio, porção de terra, fresta, terreno, chácara), localização de sua(s) propriedade(s), extensão/porção cultivada da (s) propriedade (s), o meio de obtenção/posse da propriedade, tipos de cultivo, demarcação da localização da (s) propriedade (s) informada (s) por meio da relação das propriedades vizinhas (divisas/vizinhos), quem assinou o documento, ou seja, se foi assinatura própria ou alguém de “relações” na freguesia.

Estes registros de Terras foram produzido como desdobramento legal da Lei de Terras de 1850, criado pelo Decreto nº1318, de 30 de janeiro de 1854, que mandava executar aquela lei. Em consequência da lei era necessário a medição e revalidação de sesmarias ou legitimação de posses, dessa forma, deveria ser declarada nas paróquias locais as terras possuídas. Em termos práticos, não havendo duplicidade de declaração, os registros paroquiais valerem, juntamente com as escrituras registradas nos cartórios locais, como verdadeiros títulos de propriedade (CASTRO, 1987:9).

“O objetivo central da lei era modificar as formas de apropriação das terras devolutas, que não poderia ser ocupada por outro título que não o de compra e limitar as fontes de conflito e incerteza à volta da propriedade territorial (MOTTA, 2008)”. Para esta pesquisa estamos utilizando os registros paroquiais da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Piranga e seus distritos/arraiais/capelas de São José do Chopotó, Barra do Bacalhau, Conceição do Turvo, Pinheiro realizados na paróquia de Guarapiranga entre os anos de 1854-1856.

Os Registros Paroquiais de terras estão disponíveis *on-line* no Sistema Integrado de Acervos do Arquivo Público Mineiro (<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br>). A leitura e o recolhimento de informações para análise está sendo feito no programa MICROSOFT OFFICE ACCESS 2007.

Segundo informações contidas no site do IBGE relacionadas ao **Distrito de São José do Chopotó**, atualmente denominado Alto Rio Doce (IBGE, acesso ao site: 02/04/12) o município, antes da colonização, era habitado por índios Croatas e Puris, de origem Tupi, espalhados por toda a região. Os primeiros exploradores vieram de Guarapiranga, atual município de Piranga, objetivando a exploração de minérios. Em 1764 com a fixação de mais moradores, fundou-se o povoado de São José do Chopotó, onde foi construída a primeira capela de São José desenvolvendo ali o povoado núcleo da cidade, crescendo lentamente como capela filial de Guarapiranga.

Em 1890 foi elevado a Vila, com a criação do município e desmembrando de Piranga, e a denominação de Alto Rio Doce (BARBOSA, 1971:32). Sendo em 1892 elevado a categoria de Cidade, este município está localizado na Zona da Mata, possuindo uma área de aproximadamente 518,9 km².

Analisamos um total de 140 registros de terras deste distrito dos quais encontramos um resultado surpreendente de apenas três declarações de forma de acesso através da compra, sendo que um número expressivo de registros (137) não informaram os meios de obtenção das terras na região.

Em relação ao segundo distrito analisado o de **Barra do Bacalhau** (atual Guaraciaba) Waldemar Barbosa destaca que Barra do Bacalhau é uma das mais antigas povoações de Minas, elevada a freguesia em 1832. O nome da freguesia mudou, em 1884, de freguesia de Barra do Bacalhau para Santana do Guaraciaba. Em 1948, foi elevada a categoria de município desmembrando-se do de Piranga, que alterou o nome para Guaraciaba (BARBOSA, 1971, 208).

A origem do desbravamento e do povoamento da região deve-se as expedições lideradas pelo coronel Salvador Fernandes Furtado de Mendonça, ao sul do ribeirão do Carmo, que descobriu ouro nas proximidades onde o Rio Bacalhau se encontra com o Rio Piranga, em 1704.

O município fica situado na Zona da Mata de Minas Gerais, entre os municípios de Ponte Nova, Teixeira, Viçosa, Porto Firme, Piranga e Acaíca e sua área é de aproximadamente 348,66 Km² (IBGE, acesso ao site: 02/04/12).

Neste distrito da Barra do Bacalhau (Guaraciaba) analisamos 156 registros de terras pertencentes a freguesia de Piranga dos quais por compra foram declaradas 46, por herança 43, 52 registros não informavam o meio de acesso a terra, dote 1, 6 por doação, 1 por troca, 2 por posse, uma por arrematação em praça pública, uma por legado.

Outro distrito o de **Conceição do Turvo** (atual Senador Firmino) o povoamento prendeu-se ao descobrimento das minas do sertão de Guarapiranga, nos primórdios do século XVIII, por Bento Fernandes Furtado, filho do memorável sertanista Salvador Fernandes Furtado de Mendonça. O núcleo

primitivo formou-se nas proximidades da Mina do Rocha, e somente teve real desenvolvimento depois da expulsão dos índios, em meados do mesmo século. Daí chamar-se o lugarejo nascente, primitivamente, de Rocha (IBGE, acesso ao site: 02/04/12).

Com a edificação da primeira capela, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, iniciada em 1753, passou a denominar-se Nossa Senhora da Conceição do Turvo e, com elevação à categoria de distrito, em 1865, teve o seu nome encurtado para Conceição do Turvo.

O distrito foi subordinado, inicialmente, a Piranga e, posteriormente a Ubá. Era denominado Conceição do Turvo, a emancipação em 1938, teve a sua denominação alterada para Senador Firmino. Teria sido uma homenagem ao Senador do Império Firmino Rodrigues da Silva, nascido em Niterói, em 1815. Foi ele, antes do cargo de senador, juiz na vizinha comarca de Piranga, tendo ali se casado.

Situado na mesorregião da Zona da Mata, na Microrregião geográfica de Ubá, com 166,2 km², limita-se com os municípios de Brás Pires, Divinésia, Dores do Turvo, Paula Cândido, Presidente Bernardes e Ubá.

Nos 93 registros de terras referentes ao distrito de Conceição do Turvo (hoje Senador Firmino) encontramos 58 acessos declarados por compra, por herança 10, 13 declarantes que não informaram o acesso as terras, dádiva 3; posse 2; 1 por dote; troca 1 e uma por doação.

Por último temos a região de **Sumidouro** (atualmente Padre Viegas) a qual segundo Waldemar Barbosa a denominação anterior e tradicional era Sumidouro, a igreja de Nossa Senhora do Rosário do Sumidouro foi erigida em Matriz, pelo bispo do Rio de Janeiro, entre 1742 e 1745; foi tornada colativa pelo alvará de 1752. A capela do Rosário dos Pretos, no arraial, foi erigida por provisão de 9 de fevereiro de 1753. Em 1867, transferiu a sede da freguesia para a povoação de Pinheiro. Perdendo a regalia de paróquia, o arraial entrou em decadência, em 1948 o povoado a distrito com a denominação de Padre Viegas (BARBOSA, 1971:334). Nos 99 registros analisados de Pinheiro encontramos 22 declarações por compra, 16 por herança, uma por carta de sesmaria, duas por doação e 58 registros com a omissão do acesso.

Portanto, podemos através destes registros termos um vestígio do panorama agrário dos distritos que foram pertencentes a freguesia de Guarapiranga, as formas de acesso a terra, tendo em vista, a diversidade de mecanismos predominantes de uma localidade para outra. Levando-se em conta que a omissão de algumas declarações dos meios de acesso dificultam uma melhor sistematização dos dados.

O elevado índice de aquisições por compra, exceto no distrito de São José do Chopotó que em sua maioria não foram informados, indicam a existência de uma economia agrícola ativa. Tendo em vista que os registros paroquiais de terras nos permitem visualizar a distribuição da propriedade territorial, além de representarem uma fonte riquíssima para a análise da dinâmica agrária, revelam, ainda, em detalhes

complexos regimes de apropriação e uso da terra, complementando os dados coletados nos inventários e das Listas Nominativas.

Neste recorte do mapa, abaixo, estão presentes os distritos analisados referentes a Freguesia de Guarapiranga, além de trazer, ainda, as demais localidades.



Fig 1. Detalhe da região de Guarapiranga na Karte der Brasilian Provinz Minas Gerais (1855) In: HALFELD, H.G.F. e TSCHUDI, J.J. von. *A Província Brasileira de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1998.

FONTES

Inventários *post-mortem*: ACSM – Arquivo Casa Setecentista de Mariana (Arquivo Histórico do IPHAN) e AFP – Arquivo do Fórum de Piranga.

Registros Paroquiais de Terras: www.siaapm.cultura.mg.gov.br

Listas Nominativas: www.poplin.cedeplar.ufmg.br

Site IBGE: www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário Histórico-Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Ed. Saterb, 1971.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os Senhores da Terra*. Família e sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste paulista, 1765-1855. Campinas: Centro de Memória/Unicamp, 1997.
- BOTELHO, Angela Vianna, REIS, Liana Maria. *Dicionário Histórico Brasil Colônia e Império*. 6ª Ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.
- CASTRO, H. M. M. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- FARIA, Scheila de Castro. *A Colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª Ed. Revisada e ampliada por Márcia M. M. Motta. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008
- LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: O abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas Cole. Protoindustrialização em uma sociedade escravista: o caso de Minas Gerais. In: SZMRECSÁNYI, Tamás & LAPA, José Roberto do Amaral (orgs.). *História Econômica da Independência e do Império*. São Paulo: Edusp, 2002.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988.

Ouvir para contar – construção de um acervo de memórias de alunas diplomadas no curso Técnico de Química Industrial matutino da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, atual Cefet – MG (1967 – 1970)

Fábio Liberato de Faria Tavares

Licenciado em História pela UFMG

Trabalho coordenado pela Profa. Dra. Laura Nogueira Oliveira

Financiado pela Fapemig.

fabiliberatobh@yahoo.com.br

Resumo: Pesquisa de História Oral para constituição de um acervo de memórias de alunas-diplomadas pelo curso Técnico de Química Industrial da Escola Técnica Federal de Minas Gerais, 1966-1970. A mulher ingressou gradualmente no Curso, a partir do ano de 1966, chegando ao final da década a constituir mais da metade dos matriculados. Pretende-se que as alunas formadas no período relatem os motivos que as levaram a escolher a formação técnica, porque o curso de Química, o que significou para elas ingressar numa Escola predominantemente masculina, como eram vistas e tratadas e quais os desafios enfrentados por elas para se inserirem num mercado de trabalho dominado por homens. O produto final é a construção de um acervo de

fontes orais, composto pelas entrevistas gravadas e transcritas que permita, juntamente com outras fontes, a realização de trabalhos científicos sobre a história da educação técnica no Brasil e as questões de gênero.

Palavras-chaves: Fontes Orais; Mulheres e formação técnica; História da Educação Técnica e Tecnológica.

Abstract: Oral History Research for the formation of a collection of memories of students-graduate course at Technical Chemical Industrial Technical School Federal de Minas Gerais, 1966-1970. She joined the course gradually, from 1966, reaching the end of the decade to constitute more than half of registered. It is intended that the students formed during the report the reasons that led them to choose technical training, because the chemistry course, which meant for them to join a school predominantly male, as were seen and treated and what challenges they face to be inserted in a labor market dominated by men. The final product is building a collection of oral sources, composed of interviews recorded and transcribed so that, together with other sources, conducting scientific research on the history of technical education in Brazil and gender issues.

Keywords: Oral Sources; Women and technical education; History of Technical Education and Technology.

O curso Técnico de Química Industrial da Escola técnica Federal de Minas Gerais teve início no ano de 1964, para atender à demanda por mão de obra especializada das indústrias de Belo Horizonte, Contagem e adjacências que contavam até então com “práticos” trabalhando em seus laboratórios de química. Em 1956, a partir da criação do Conselho Federal de Química, estas indústrias passaram a ser fiscalizadas, necessitando de profissionais formados para ocuparem os postos de trabalho.

A primeira turma foi composta exclusivamente por homens. As primeiras seis mulheres só ingressaram no Curso no ano de 1966, representando 14% do total de aprovados. No ano seguinte o número de jovens do sexo feminino caiu para dois, constituindo apenas 6% do total de alunos. Em 1968 houve a entrada de mais duas jovens, representando 5% do total de alunos. Já em 1969 foram 23 alunas, que passaram a representar nada menos que 57% dos matriculados no curso. No ano seguinte, o número de mulheres no curso passou para 24, representando 62% das matrículas.

O aumento tão repentino no número de alunas causou extrema curiosidade. Não foi localizada documentação que justificasse esse aumento nos arquivos do atual Cefet – MG. A alternativa passou a ser a procura dessas hoje senhoras e entrevistá-las para tentar averiguar as causas dessa mudança tão rápida na composição por gênero das turmas do Curso.

O projeto foi aprovado pela Fapemig no final de fevereiro de 2012 e os trabalhos tiveram início no mês seguinte. Até o momento foram feitas duas entrevistas, e estas já apresentam algumas revelações.

A primeira entrevistada do projeto, foi a da Sra. Vânia Mara Gomes Penido. Esta é natural da cidade de João Monlevade e, em 1969, aos dezessete anos veio para a cidade de Belo Horizonte fazer a seleção para ingressar na Escola Técnica. Sua cidade é dependente da mineração e com o Plano Siderúrgico Nacional, criado pelo Governo Militar para dinamizar o setor e torná-lo mais competitivo a nível mundial no ano de 1967. É possível inferir aumento na demanda por mão de obra especializada. A

própria entrevistada informa que a Cia. Siderúrgica Belgo Mineira financiava a ida para Belo Horizonte de jovens do sexo masculino para estudarem Química Industrial, na Escola Técnica. O mesmo curiosamente não ocorria com as jovens da cidade!

Vânia Mara vem muito jovem para a cidade que naquele momento era terceira maior do país. Ela ficou conhecendo o Curso graças às informações de uma amiga. Diante da empolgação da amiga com a possibilidade de com o Curso, ela sente vontade de enfrentar esse desafio e conta com o surpreendente apoio (de acordo com a própria) de sua mãe. Quando Vânia explica o diálogo com sua mãe logo no início da entrevista, informa um dos possíveis motivos para a sua opção por um curso técnico distante de sua cidade natal. Na entrevista, realizada no dia 30 de março de 2012:

Quando eu falei com a minha mãe, eu já tinha falado: “mãe, se eu tiver que fazer magistério ou científico, eu vou parar de estudar”, porque é o que tinha na minha, na minha coisa, “eu não quero ser professora, eu quero fazer um curso que eu possa me sustentar e para fazer o superior depois” (PENIDO, 2012: 2).

A jovem Vânia se recusava a seguir uma carreira tão comum entre as mulheres, no caso o magistério. Naquele momento, o Brasil estava no início do “Milagre Econômico”. Em 1968, o país havia crescido 11,2% e no ano em que ela entrou para o atual Cefet – MG o crescimento foi de 10%. O pico de crescimento foi no ano da Crise do Petróleo, em 1973, quando o crescimento alcançou a marca de 14% (ALVES, 1984: 145). O crescimento nesse período foi baseado em altos investimentos públicos em infraestrutura e em associação com empresas nacionais consideradas dinâmicas e multinacionais, além de violento arrocho salarial e repressão ao movimento sindical.

Naquele momento o país demandava mão de obra especializada. O surto desenvolvimentista iniciado no governo de Juscelino Kubitschek e que tinha sofrido esgotamento nos governos Jânio Quadros e João Goulart ganhou um novo fôlego a partir do governo Costa e Silva. O país enfrentava também outro sério problema, que era a migração de milhões de pessoas das áreas rurais para as urbanas, além de altas taxas de natalidade. Além disso, no modelo econômico dos militares, concebido na Escola Superior de Guerra, havia a forte ideia de integração nacional, para defesa do território e que para isso esforços não deveriam ser medidos, a citação a seguir apresenta uma macabra visão de país: “É fundamental ter em mente que, na Doutrina de Segurança Nacional, a defesa militar, mais que as necessidades básicas da população, é considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico” (ALVES, 1984: 49).

Por causa dessa visão, setores como o de Defesa e Transportes ficavam com a maior parte do Orçamento Federal, enquanto que a Saúde e a Educação ficavam com a menos parte. Para termo de comparação, em 1973, o MEC recebeu 5,21% do orçamento, enquanto que o Ministério dos Transportes recebeu 12,54% (ALVES, 1984: 152) Todas essas explicações foram necessárias, para entender o porquê da recusa de Vânia Mara em fazer magistério. Naquele período, essa profissão já era altamente desvalorizada.

A matéria de capa da revista “O Cruzeiro” de 14 de setembro de 1968 trazia o seguinte título: “Ser ou não ser professora (sic)”. A reportagem expunha um quadro dramático. O país tinha 130 mil escolas e 135 mil professores. Isso fazia com que nada menos que 5 milhões de crianças e adolescentes ficassem fora da escola. Apesar disso, os salários oferecidos aos professores eram péssimos, o que causava desestímulo para muitas mulheres seguirem na profissão, ou mesmo entrarem nela.

Por outro lado, a mão de obra qualificada, mesmo que em nível técnico, recebia altos salários. Vânia por exemplo, cita várias vezes esse fato na sua entrevista, que no seu local de trabalho, a então estatal Cia. Vale do Rio Doce, (onde entrou sem Concurso Público e permaneceu durante onze anos) ela: “. Ganhava bem porque a Vale pagava bem, eram 16 salários e era salário bom”.

Outra entrevista que reforça a ideia do curso Técnico em Química Industrial como uma fuga dos baixos salários da carreira de magistério é a da Sra. Maria de Lourdes Santos. Seu pai traz a família do interior para que os seus filhos pudessem estudar. Ela fez o curso de magistério ao mesmo tempo em que estudava na Escola Técnica Federal de Minas Gerais. Mas acabou optando por seguir carreira na área técnica. Somente após ter garantido uma boa aposentadoria é que ela se dedica ao magistério por acreditar ter um dever moral de despendar parte de seu tempo com a educação como fica aparente no trecho a seguir:

Porque nesse período que eu aposentei eu fui louca né (sic)? Fiz concurso para professor do Estado. Que eu falava assim: “não, se Deus foi tão bom com a minha família eu vou ter que contribuir dando um retorno” e eu fiz ginástica de, por exemplo, de sair da consultoria, pegar um taxi e ir lá no final do mundo para dar aula, para não ganhar dinheiro né (sic) (SANTOS, 2012: 34)?

Como ela mesma diz, o seu objetivo era conseguir se sustentar, e ao que parece a carreira no magistério naquele período parecia não oferecer essa possibilidade.

Como o trabalho de pesquisa ainda está no início, a única linha de raciocínio plausível para explicar o repentino interesse das jovens em fazer o Curso é o fato de o magistério, já naquele período se encontrar desvalorizado. Mas sem dúvida outras linhas deverão surgir. Afinal, não se pode ignorar as influências do efervescente ano de 1968 na vida de milhões, de pessoas em todo mundo. Essas jovens meninas não devem ter passado ilesas desse momento. Para que elas tivessem rompido com a tradição de se dedicarem ao magistério, somente a explicação dos baixos salários não justifica, embora seja importante. O mundo mudava naquele momento e elas também queriam fazer parte dessa mudança. Mas devido ao baixo número de entrevistas realizados até o momento, ainda é difícil desenvolver uma linha de raciocínio a respeito.

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964 – 1984)*. Petrópolis: Vozes, 1984.

Arquivo do Registro Escolar do CEFET-MG (pastas individuais dos alunos).

Conselho Federal de Química. Disponível em: <http://www.cfq.org.br/historico.htm> Acessado em 08 de junho de 2012.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janáina. *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

THOMPSON, Paul Richard. *A voz do passado: história oral*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FIGUEIRA, Archibaldo. A professora (sic) precisa de escola e a escola precisa de professora. *O Cruzeiro*, 14-09-1968.

Novo patamar empresarial. *AcelorMittal Aços Longos*. Disponível em: www.belgo.com.br/empresa/historico/decadas/1960/1960.asp Acessado em 15 de junho de 2012.

PENIDO, Vânia Mara Gomes. Entrevista concedida em 30 de março de 2012, na Avenida Amazonas, nº 5253, em Belo Horizonte e disponível em CD.

SANTOS, Maria de Lourdes. Entrevista concedida em 12 de abril de 2012, na Avenida Amazonas, nº 5253, em Belo Horizonte e disponível em CD.

Meia-noite em Paris: O passado como sentido para a vida

Fernanda Generoso

Graduanda em História pela Universidade Federal de Viçosa
fernanda.generoso@ufv.br

Orientador: Fábio Adriano Hering
fahering@ufv.br

Resumo: O que fora projeto de Estado no século XIX, no XX transformou-se naquilo que Gumbrecht identificou como superação da obsessão ocidental pela História, substituída pela presentificação do passado. De cidades históricas a programas de televisão, um sentido de história e uma imagem da História como mercadoria organizam nossas experiências e nos garantem uma consciência identitária. Esta necessidade de procurar sentido noutros tempos pode ser percebida no cinema contemporâneo, cujo discurso busca, por meio de um diálogo com uma representação do passado, explorar dilemas humanos. No filme *Meia-noite em Paris* (WOODY ALLEN, 2011), tal tendência evidencia-se ao expor um personagem desiludido com o presente. Entendendo o cinema como elemento da indústria cultural, a importância dessa temática assenta-se no fato de a reprodução da obra objetivar alcançar a grande massa através da divulgação e crítica. Nosso intuito foi entender como Woody Allen apropriou e inventou o passado explorando problemáticas atuais.

Palavras-chave: teoria da história, cinema, passado.

Abstract: What was in the nineteenth century the project of the modern State, namely its glorification through History, in the twentieth became a kind of "presentification of the past", as identified by Gumbrecht. From historic towns to television programs, a sense of history and a picture of history as a commodity organizes our

experiences and provides a sense of identity for the modern subjects. This necessity to seek meaning in past Ages can even be found in the contemporary cinema, whose speech seeks, through a dialogue with a representation of the past, explore human dilemmas. In *Midnight in Paris* (Woody Allen, 2011) this current trend is evidenced when exposing a character disillusioned with his present who looks for some existential meaning for his life in the great writers and artists of the past. The relevance of this topic is to analyze the recurrent practice of reproducing these ideas through mass media, investigating how these practices reach society through publicity and cultural criticism. Our goal on this article is to understand how appropriations and inventions of the past works in the present, taking Woody Allen's movie as a study case.

Keywords: Theory of history, cinema, past.

Introdução

Escolhemos o filme *Meia-noite em Paris*, do diretor e roteirista Woody Allen, após observamos a dimensão alcançada pelas temáticas nostálgicas dentro da Indústria Cultural, principalmente na última premiação do Oscar, em fevereiro de 2012, no qual concorreram aos principais prêmios, filmes cujas histórias situavam-se no passado ou tratavam sobre ele: *A invenção de Hugo Cabret* (SCORSESE; 2011), *Os descendentes* (PAYNE, 2011), *O artista* (HAZANIVICOUS, 2011), e *Meia-noite em Paris* (ALLEN, 2011).

O passado e a nostalgia permeiam a sociedade moderna e alcançam o grande público através de uma indústria multimilionária. Se considerarmos que as produções cinematográficas competem pelas melhores bilheterias, concluiremos que os grandes produtores desenvolvem projetos cujos resultados sejam certos e lucrativos. Na primeira metade do século XX os melodramas lotavam as salas de cinema, enquanto hoje, efeitos especiais e atores de rostos bonitos garantem o sucesso. Em meio a este contexto de alta tecnologia e roteiros pobres é que a história e o passado destacam-se na Indústria Cultural, termo cunhado pelos marxistas alemães Max Horkheimer e Theodor Adorno, e geram ampla repercussão.

Letty Aronson, uma das produtoras de *Meia-noite em Paris*, fez alguns comentários acerca da última criação do cineasta e afirmou que "Este filme não é sobre o passado, mas sobre um tema recorrente de como nos armamos para enfrentar o presente e o futuro. Alguns usam como álibi que qualquer tempo passado é melhor e outros se passam por psicanalista" (FOLHA DE S. PAULO, 2012). O projeto do filme não é relatar fielmente o passado, mas apontar problemas recorrentes na sociedade atual, como o desinteresse pela realidade, pelo presente e talvez por suas próprias memórias, a ponto de procurar conforto em um passado distante, espacial e temporalmente, como é o caso retratado no filme com o qual trabalhamos.

Consideramos que a recepção de um filme depende não apenas do *merchandising* produzido pelas mídias, mas também de toda a pré-produção de uma obra: os atores, o diretor, o roteiro, a temática. É em função do público que irá receber a película que o projeto é realizado. Apesar de Allen possuir uma

carreira sólida, um público específico e fiel, seu último trabalho atraiu também a atenção de outros grupos, não apenas devido às belas imagens e locações de Paris somadas a participação especial da então primeira dama francesa, Carla Bruni, mas por ter sido um dos favoritos aos prêmios do Globo de Ouro e Oscar. Sem contar a presença dos atores Owen Wilson, Rachel McAdams e Marion Cotillard, que também atraíram seus fãs para as salas de cinema.

Buscamos entender melhor o processo de produção e recepção de uma obra a partir do modelo proposto pelo teórico da cultura, Stuart Hall que, analisando a comunicação de massa, propõe um modo de perceber as formas de comunicação ou linguagens a partir da caracterização do processo comunicativo da televisão. Salvando as devidas proporções, nos apropriamos do exemplo na análise do filme, pois este, assim como o sistema televisivo “é constituído pela combinação de dois tipos de discurso, o visual e o auditivo”. Esses discursos tornam-se significativos a partir de um processo baseado na articulação de momentos distintos da produção, circulação, distribuição/consumo e reprodução de uma mensagem (HALL, 2003: p.387).

Todo o processo de produção de um filme desde a escrita do roteiro, escolha do elenco, locação, trilha sonora, direção até a transposição da linguagem escrita para a visual e sonora são momentos relacionados e interdependentes à circulação e distribuição da obra nos cinemas e seu consequente consumo pela grande massa (HALL, 2003). Esses procedimentos no filme de Allen resultaram em gastos de aproximadamente 20 milhões de dólares, bancados por incentivos estrangeiros, e levaram às salas de cinema milhares de espectadores fazendo de *Meia-noite em Paris* o filme de maior sucesso do cineasta, principalmente nos Estados Unidos (HOLLYWOOD REPORTER, 2011).

No dia 15 de janeiro de 2012, *Meia-Noite em Paris* concorreu aos prêmios no Globo de Ouro de Melhor filme de Humor ou Musical, Melhor ator em filme de humor ou musical para Owen Wilson, Melhor Diretor e Melhor Roteiro, no qual Allen ganhou (mas não foi buscar) o de melhor roteiro. No Oscar, realizado em 26 de fevereiro de 2012, o filme concorreu a Melhor Filme, Melhor Direção e Melhor Roteiro Original, no qual foi premiado pelo Melhor Roteiro Original.

O *script* nostálgico da película rendeu vários frutos a produção, mesmo sendo permeado por um forte tom de ironia. Ironia que não é considerada relevante pelos artigos e reportagens sobre o tema. Além de retratar a fixação com as gerações passadas, o longa-metragem é uma crítica aos moldes da indústria hollywoodiana. O personagem principal, um roteirista de Hollywood, se martiriza por fazer parte de um sistema cuja repetição e falta de criatividade são as melhores apostas para o sucesso nas bilheterias. Sua salvação, portanto, seria a fuga dessa realidade sufocante, viajando em uma ilusão muito distante dos Estados Unidos e dos cinemas.

***Nostalgia Shop*: vendendo o passado**

Após um tour pela Cidade Luz, sob o sol e a chuva, ao som de *Si tu vois ma mère*, do compositor e saxofonista de jazz norte-americano Sidney J. Bechet, a voz estupefata de um personagem aponta a beleza de Paris, enquanto observamos a tela negra e silenciosa do cinema, nos levando a imaginar a cidade no passado: *Imagine this town in the 20's, Paris in the 20's... And the rain, and the artists, and the writers...*

Gil Pender, interpretado de forma surpreendente por Owen Wilson no longa *Meia-noite em Paris*, é um escritor de roteiros de filmes hollywoodianos, cujo sonho é abandonar o gênero e se tornar um **escritor de verdade**: *I'm having trouble because I'm a Hollywood beck who never gave actual literature a real shot until now*. Descrito de maneira cética por sua irritante noiva Inez, com atuação de Rachel McAdams, o romance de Gil é protagonizado por um vendedor de antiquarias de uma *nostalgia shop*, ou de uma loja de antiguidades. Segundo Inez, seus clientes seriam pessoas que viveriam do e no passado, onde suas vidas seriam mais felizes. Esse personagem, desiludido com o presente e que vive do passado, é a própria representação de Gil Pender, o qual escolheria Paris, nos anos 1920, seu lugar e tempo para desfrutar a vida.

A produção de roteiros simples e recorrentes para a indústria cinematográfica hollywoodiana é um trabalho com o qual Pender gostaria de romper. Seu compromisso seria com a literatura e a liberdade de criação. Suas críticas ao sistema em que está inserido aproximam-se da discussão marxista que Adorno e Horkheimer (2002: p.22) empreendem no final da década de 1940, apontando o caráter totalizador e mecânico que a Indústria Cultural impõe àqueles que fazem parte de sua rotina, alienando a massa e atrofiando sua imaginação. Segundo os autores, um molde foi imposto pela indústria e aqueles que não se adequam estão descartados. Essa máquina de **reprodutibilidade técnica** seria fruto do capitalismo e responderia apenas às suas demandas. Assim, o sistema se satisfaz com a reprodução do igual: “A mesmice também regula a relação com o passado”. A indústria se contenta com a repetição. A novidade é a exclusão de tudo o que é novo. Só a certeza de sucesso tem espaço no cinema.

O cinema transformou-se em um bem de mercado (ADORNO&HORKHEIMER, 2002), explorado pelo capitalismo destinado a ser consumido pela massa (BENJAMIN, 1993). A indústria cultural, segundo os filósofos, transpôs a arte para a esfera do consumo (2002, p. 28), o que nos leva a concluir que o passado se tornou uma temática lucrativa. Não apenas na representação do passado como uma verdade, mas ao representar o homem e sua preocupação com o que fomos e deixamos de ser.

Woody Allen parece compreender essa dialética ao fugir das imposições do cinema norte americano e buscar patrocínios estrangeiros para seus filmes. Suas últimas criações foram gravadas e produzidas fora dos Estados Unidos, na Europa, onde há mais liberdade de criação. O jornal *Folha de São Paulo* trouxe algumas declarações feitas por Aronson, acerca dos estúdios e produtores de Hollywood. Segundo o jornal, a produtora teria afirmado que a sociedade dos produtores americanos têm suas próprias regras e

não gostam dos que estão de fora. Ou seja, novas ideias e novas figuras dificilmente se encaixam. Na Europa o financiamento seria mais fácil e independente: “Nos Estados Unidos há uma tradição de estúdios e os estúdios não te dão dinheiro a não ser que estejam completamente envolvidos no processo criativo”. Ela ainda acrescenta que em Hollywood os atores são apreciados, enquanto na Europa são valorizados os diretores (FOLHA DE S. PAULO, 2012).

As discussões desenvolvidas pelos filósofos da Escola de Frankfurt possuem mais de meio século, entretanto, continuam atuais e gradualmente evidentes. Tão atuais que encontramos as mesmas questões expostas de forma simples e perspicaz na obra de Allen. Este não foi o primeiro trabalho em que o diretor expôs a nostalgia e os poderes do cinema em relação à massa. Em *A Rosa Púrpura do Cairo* (1985), Allen retrata Cecília, interpretada por sua diva do momento e atual ex-mulher, Mía Farrow, esposa de um homem violento e desempregado, a personagem foge para o cinema nas horas vagas. O contexto do filme situa-se no final da década de 1920 e início da seguinte, período da grande crise econômica que se abaterá nos Estados Unidos e momento propício para a manipulação da massa através do entretenimento.

Cecília busca, através da distração, fugir de seu cotidiano e entrar no mundo dos famosos artistas de melodramas. De acordo com Walter Benjamin, a recepção de todos os domínios da arte se faz através da distração, que tem no cinema o seu plano privilegiado: “O espectador não deve trabalhar com a própria cabeça” (1993). Para Adorno e Horkheimer a crença na realidade do cinema leva a autoalienação, já que essa fuga não torna, de fato, a vida dos homens mais humana (2002). Allen representa o cinema como fonte dessa alienação ao trazer, literalmente, o galã das telas para a realidade, subjulgando a protagonista, crédula na veracidade dos fatos, a uma paixão por sua ilusão.

São estes aspectos da indústria cultural que fazem Gil desejar o fim de sua promissora carreira de roteirista em Hollywood: *You know, if I'd stayed here and written novels, and not gotten, you know, caught up in that, just grinding out movies scripts*. E é no passado, em meio a sentimentos nostálgicos que o personagem encontrará um novo sentido para sua vida profissional e pessoal. Tal melancolia parece não orientar somente a película de Allen, mas uma parcela da indústria cultural, que percebe no passado e na história fontes lucrativas para esse mercado multimilionário.

A invenção do passado por diversos discursos

A adaptação de um filme faz parte do processo supracitado e envolve a transposição do discurso escrito para o discurso cinematográfico. Não se trata apenas da criação de uma narrativa visual, mas também oral. De acordo com Ismail Xavier (2008: p.23), o cinema materializa o que a vida prática não pode satisfazer e estabelece uma identidade. Sua relação com o espectador é imperativa. Filmes seriam

espaços de criação de um imaginário, um lugar de ficção e de preenchimento dos nossos desejos, o que explicaria, em partes, as maiores bilheterias pertencerem aos filmes de fantasia.

Lembremos que entendemos o cinema tal qual a narrativa escrita, entretanto, agregador de novos elementos como a imagem e o som. Robert Rosenstone compara os afazeres do cineasta aos de um historiador e defende que o filme também se utiliza de vestígios do passado para criar suas metáforas, no entanto, as formas de interação entre a mídia e esses vestígios são distintas da realizada pela história impressa. É a aplicação da linguagem metafórica que facilita o entendimento da história escrita ou daquela realizada pelos filmes (ROSENSTONE, 2010: p.199).

Ao tratar sobre os códigos do discurso televisivo, Stuart Hall afirma que a realidade apenas existe fora da linguagem ou por meio dela:

O “conhecimento” discursivo é o produto não da transparente representação do “real” na linguagem, mas da articulação da linguagem em condições e relações reais. Assim, não há discurso inteligível sem a operação de um código (...). Não há grau zero em linguagem. Naturalismo e realismo – a aparente fidelidade da representação à coisa ou ao conceito representado – é o resultado, o efeito de uma certa articulação específica da linguagem sobre o “real”. É o resultado de uma prática discursiva (HALL, 2003: p.393).

Assim como a realidade é um conceito relativo e construído, na película de Allen nosso entendimento sobre o passado é colocado em questão. No início do longa-metragem, percebemos que o protagonista sonha com um período distante, ao qual ele não fez parte, mas no qual acredita encontrar inspiração para seu trabalho. O personagem apropria-se de uma memória e um período que não o pertenceram. A *nostalgia shop*, ambiente de seu romance, é uma metáfora para o mundo em que está inserido. Svetlana Boym define nostalgia como “um desejo por um lar que não mais existe ou nunca existiu. Nostalgia é um sentimento de perda e deslocamento, mas é também um romance com sua própria fantasia” (2007: p.07 tradução nossa).

Para a autora, a nostalgia é uma forte característica do século XX, mesmo nunca tendo saído de moda ao longo dos tempos. De acordo com Russell Belk, a nostalgia é uma emoção “agridoce” na qual o passado é entendido com tristeza e desejo (1990: p.03). Segundo o autor, essa nostalgia é instigada por objetos, cheiros e músicas. Ao visitar alguns cartões postais de Paris, Pender imagina como seria viver naquele local em sua **Era de Ouro**: *Hey look this is where Monet lived and painted, 30 minutes from town*. Compreende-se que essas memórias, institucionalizadas por museus, arquivos e monumentos, foram apropriadas pelo personagem como se fizessem parte de seu passado. Belk afirma que o **eu** não é formado apenas por uma identidade individual, mas é também composto por uma memória agregada (1990: p.05), o que esclarece Pender se sentir parte dessa história e possuir essa memória, que atualmente pertence ao mundo.

Allen leva Gil Pender aos “anos perdidos” num antigo Peugeot durante as badaladas da meia-noite da igreja St Etienne du Mont, na rua Montagne St. Geneviev. Em sua ilusão de passado, percebemos a mudança da fotografia e iluminação, que ganham cores “quentes” e aconchegantes. Confuso e perdido após uma experimentação de vinhos, Pender chega a década de 1920 ao som de Cole Porter, que ganha vida através de Yves Heck. Na festa de Jean Cocteau, Pender é recepcionado pelo casal Fitzgerald, interpretados de forma encantadora por Tom Hiddleston e Alison Pill. Entediados, partem pra outra festa e depois ao *Polidor*, onde Pender é apresentado a Ernest Hemingway, interpretado por Corey Stoll, um de seus maiores ídolos. A atmosfera é festiva e percebemos que a vida desses personagens gira em torno das artes e dos debates acerca das produções do momento.

Nas noites parisienses do período entre guerras, ao som das badaladas da meia-noite, Pender encontra seus principais ídolos em bares, cafés, cabarés e até mesmo na casa de Gertrude Stein, representada por Kathy Bates. De Hemingway, Fitzgerald, Cole Porter, Picasso, T. S. Eliot, Henri Matisse aos surrealistas Salvador Dali, Man Ray e Luis Buñuel. Os personagens do passado são construídos por Allen de forma caricata através da imaginação de Gil. Tudo o que o personagem de Wilson leu sobre seus ídolos permitiu formar imagens personalizadas, como podemos perceber em seu diálogo com Inez, quando relata sua experiência **sobrenatural**: *I only tell you that Zelda Fitzgerald is exactly as we come to know her through in everything you read in books and articles, you know? She's charming, but all over the map...* Compreendemos que o passado visitado por Pender é exatamente como ele havia imaginado.

Todo um mundo foi construído a partir de sua interpretação de referenciais daquele período. Em *Paris é uma festa* (1964), Hemingway nos apresenta Paris entre os anos de 1921 e 1926. Assim como Pender, Hemingway demonstra, de forma mais sutil, nostalgia ao lembrar seu período na Cidade Luz, onde qualquer um poderia ser feliz com muito pouco:

Paris não tem fim, e as recordações das pessoas que lá tenham vivido são próprias, distintas umas das outras. Mais cedo ou mais tarde, não importa quem sejamos, não importa como o façamos, não importa que mudanças se tenham operado em nós ou na cidade, a ela acabamos regressando. Paris vale sempre a pena e retribui tudo aquilo que você lhe dê (HEMINGWAY; S/D: p.173).

O autor descreve uma Paris onde nomes das artes ainda eram anônimos ou já se tornavam grandes e, posteriormente, ganhariam fama internacional. Berço de uma geração de artistas e intelectuais, Paris gerou fascínio tanto em Hemingway quanto em seu fã, Gil. Apesar de saudosista, o escritor parece entender que nenhum momento da história seria perfeito ao discordar da teimosa *Miss Stein* quando esta acusa toda “rapaziada que serviu na guerra” de *génération perdue*: “... concluí que todas as gerações eram perdidas por alguma coisa, sempre tinham sido e sempre haveriam de ser” (S/D: p.41-42). Diferente de Gil, o autor compreende a existência de problemas em todas as gerações frutos de seu presente.

Personalidades como os Fitzgerald e a *Miss Stein* fizeram parte da vida de Hemingway, com quem muito aprendeu. Por meio de suas descrições, Scott seria muito talentoso, entretanto, Zelda o estaria levando a um caminho de bebedeiras que lhe impediria de escrever. Na obra de Allen, Pender afirma não saber muito sobre os Fitzgerald: *Actually, I don't know the Fitzgerald that well, so...* Portanto, acreditamos ser principalmente através de obras como *Paris é uma festa* que Gil foi capaz de montar esses personagens. Fica evidente a influência dessa obra no filme de Allen, que trabalhou com a transposição da literatura para o cinema, mas sem a intenção de expor uma imagem real desses ídolos.

É nesse sentido que o cineasta chama a atenção do expectador para o caráter ilusório e criativo das memórias de Gil Pender. O passado visitado corresponde às necessidades e expectativas do roteirista frustrado. Inez, a noiva nervosa, alerta ao noivo sobre seus sonhos: *Is that what you were dreaming about? Your literary idols? ... You are in Love with a fantasy!... They've been dead for years!*

De Nietzsche aos dias de hoje

O descontentamento e ressentimento com a realidade e a sociedade atuais, representados por Pender, são encontrados já no século XIX. Em *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*, o alemão Friedrich Nietzsche expõe aborrecimentos em relação ao seu período e faz críticas à fixação com a história como portadora de verdades, impossibilitando o esquecimento, obstáculo que impediria a humanidade de seguir em frente. Como uma patologia da sociedade moderna, Nietzsche critica essa “melancolia” em relação ao passado e as glórias dos grandes homens que parecem impor a necessidade de reviver os acontecimentos.

A história como *magistra vitae* seria desnecessária a vida, pois o homem pode “viver quase sem lembrança, sim e viver feliz assim (...); mas é absolutamente impossível viver, em geral sem o esquecimento” (NIETZSCHE; 2003: p.10). No filme, Woody Allen nos mostra a nostalgia de um personagem preso num passado que ele somente vivenciou através das páginas dos livros, das telas de afrescos e fotografias. Há, entretanto, sua posterior superação da condição histórica ao reconhecer a impossibilidade de esquecimento presente em seu tempo, um problema também do passado.

Percebemos que o passado tornou-se uma obsessão a partir do século XIX e de várias maneiras o homem busca retomá-lo. Segundo o autor britânico David Lowenthal, o passado está em todo o lugar: em filmes antigos, em músicas velhas, em roupas, está em todos os produtos. É um artefato do presente. O passado dominou as artes e a arquitetura; romances históricos e histórias antigas estão em todas as mídias. O cinema permite um retorno “virtual” ao passado e essa manipulação da realidade passada, de acordo com o autor, traz consequências, pois o torna mais ou menos parecido com o presente, menos por o deixarmos a parte, mais por colocarmos nossa marca nele. O passado assim, não é apenas o que

aconteceu lá, mas é uma construção posterior (LOWENTHAL, 1990). A maneira como as pessoas o veem parece ser um problema de preocupação universal, mesmo que tenha diferentes funções nas diversas culturas. O autor percebe que o passado alterado pelo homem é tão presunçoso quanto àquele que tentamos preservar.

Os resíduos do passado são, segundo Lowenthal, gradualmente marcados por traços de hoje. Podemos imaginar um passado exótico que contrasta com um presente monótono, entretantes, forjamos o passado com ferramentas de nosso presente. Por um longo período, é esse sentimento de contraste que irá nortear a nostalgia de Gil Pender. Nesse sentido, o passado é um **país desconhecido**, cujas características são moldadas pelas predileções atuais, domesticado por nossas próprias preservações desses vestígios (LOWENTHAL; 1990). Seguindo esta lógica, Robert Rosenstone acredita que sempre violamos o passado mesmo quando buscamos preservar sua memória. Tal violação é inevitável, faz parte da tentativa de entender a palavra extinta de nossos ancestrais (ROSENSTONE; 2010: p.199). O autor afirma que, em vista do interesse do homem em sua origem e seu passado, enquanto o cinema e a TV forem mídias importantes para mostrar e falar acerca de nosso mundo, os filmes serão um meio eficaz de representar o passado.

Nos dias de hoje, o passado seria um **artefato do presente**. Lowenthal defende que o olhar para trás é reconfortante. A maneira como o homem descreve e reformula o que nos foi legado, na opinião do autor, parece ser uma preocupação universal, contudo, as diferentes culturas interpretam o passado de várias maneiras, nesse sentido, Lowenthal acredita que as necessidades atuais remodelam o passado de maneira análoga à revisão da memória e da história. Para o historiador italiano Benedetto Croce (apud MOREIRA, 1999: p.84-85), um conhecimento histórico contemporâneo não seria característica de uma categoria de história, mas sim traço da historiografia, pois o interesse no passado corresponde a uma demanda do tempo presente.

Russell Belk corrobora as acepções supracitadas. Para o autor, as memórias do passado seriam imaginárias ao invés de “reais”. O passado seria tão hipotético quanto o futuro. Os bens pessoais e as diversas formas de se evocar o passado, apenas permitiriam um testemunho deformado, pois é somente quando interpretamos os resquícios do passado é que eles ganham significado e sentido. As memórias são selecionadas e interpretadas de forma pertinente a nós mesmos. Por isso devemos considerar o caráter imaginativo de nossas “memórias nostálgicas”⁴¹⁹.

O afastamento da realidade e a viagem fantasiosa no tempo fazem Pender repensar sua vida pessoal e profissional. Suas experiências temporais o fazem acreditar que pertence a realidade de 1920 a ponto de querer modificá-la, já que tem o privilégio de possuir uma visão teleológica dos fatos.

⁴¹⁹ Em ensaio publicado pela revista *Advances in Consumer Research*, Belk pretende explorar como objetos auxiliam na criação e perpetuação de um sentido de passado para nossas vidas. Segundo o autor, *souvenir*, mobílias, heranças do passado são autenticidade, enquanto nos protegem de um futuro incerto.

Pender se apaixona por Adriana, protagonizada por Marion Cotillard, amante de artistas como Modigliani e Picasso. Sua personagem, estudante de moda, também representa a desilusão com seu presente: *Oh, the past has always had great charisma for me... For me, La Belle Époque Paris would have been perfect.* Confusos, Pender e Adriana são levados por uma carruagem a *Belle Époque* parisiense com parada no *Maxim's*, famoso restaurante, enquanto a fotografia do filme ganha tons mais escuros. A estudante mostra-se maravilhada com o lugar que somente conhecia através de fotografias. No famoso cabaré *Moulin Rouge*, ambos se apresentam aos pintores Henri de Toulouse-Lautrec, interpretado por Vincent M. Cortes, Edgar Degas, representado por François Rostain, e Paul Gauguin, que ganha vida através de Olivier Rabourdin. O assunto entre eles configura-se em torno da falta de imaginação da geração em que vivem: *Cette génération est plus vide, et il manqué d'imagination... Better to have lived during the la Renaissance.*

O viajante do tempo compreende que sempre haverá uma **Era de Ouro** e esta nunca será o presente. A fascinação com o passado é marcante também nos personagens do final do século XIX. Deslumbrada com a regressão, Adriana sugere nunca mais voltarem para seus presentes, pois *It's the present. It's dull.* Finalmente Pender entende que sua visita ao passado foi apenas uma tentativa de escapar de seu presente: *I was trying to escape my presente the same way you're trying to escape yours, to a Golden Age.* Em todas as gerações haverá uma *Golden Age* da qual o presente nunca fará parte e nunca será suficiente.

No desfecho do longa, nos deparamos com o amadurecimento do personagem e a percepção de que nunca estarão satisfeitos com seus presentes. Seu discurso altera-se. Da vontade de permanecer no passado, Pender torna-se um visitante: *We're temporarily passing through.* É nesse instante que a percepção histórica de Pender se equilibra entre os homens histórico e supra histórico de Nietzsche. Ele percebe que o presente é assim: *That it's a little unsatisfying, because life's a little unsatisfying.* O personagem entende que ao preferir não viver no passado, ele fez uma escolha **real**: *If I ever want to write something worthwhile, I have to, you know, get ride of my illusions, and then I'd be happier in the past as where I want a home.*

Esta superação seria para Nietzsche a compreensão da impossibilidade de cura das injustiças humanas através do processo histórico, haveria nessa consideração uma união entre passado e presente, na qual não haveria uma ruptura. Ao contrário desta concepção, postula-se o olhar para o passado que é impelido para o futuro, já que o sentido da existência humana se iluminaria no decorrer desse processo. Está entre tais percepções sobre a história, aparentemente opostas, o “poder-esquecer”, pois ambas são necessárias para a saúde dos homens, de um povo, de uma cultura (NIETZSCHE, 2003: p.11).

Nietzsche alerta para a falta de identidade do homem moderno em relação aos homens do passado. O homem moderno sofreria de personalidade enfraquecida, assim como o homem pós-moderno exposto por Allen. É a superficialidade do homem, este agora apenas um espectador, sofredor da “cultura geral”, que o marca. Nietzsche lança crítica a sociedade moderna do século XIX e questiona sua

capacidade de julgar outras épocas, a partir de sua obsessão com a verdade e a objetividade. A busca pela cientificidade e a generalização da história pelo historiador tornam, para Nietzsche, seu trabalho inútil.

Considerações finais

O longa-metragem de Woody Allen abarca em sua temática uma crítica a sociedade de consumo, cuja superficialidade das comédias românticas e do cinema de Hollywood são o fim da criatividade e verdadeira arte. Segundo Adorno, “a fusão atual da cultura e do entretenimento não se realiza apenas como depravação daquela, mas sim como espiritualização forçada deste” (2002: p.40). Imbricado a este uso comercial do cinema está a apropriação do passado que seria um **artefato do presente**, e também um artefato da Indústria cultural. *Meia-noite em Paris* representa não somente a superficialidade da sociedade atual, como também sua necessidade em buscar no legado histórico um sentido para o presente. Ainda que o passado seja alterado pelas experiências e leituras atuais, sua invenção se popularizou não apenas no âmbito da disciplina História, mas de forma geral, na sociedade.

Vimos como Lowenthal e Belk apontam a manipulação do passado através de nossas próprias experiências e necessidades. Da mesma forma, Allen moldou os personagens encontrados por Gil Pender de acordo com seus referenciais, atentando para o caráter ilusório de suas viagens ao início do século XX e final do século XIX. Embora os passeios noturnos de Pender tenham influenciado seu dia-a-dia na **realidade**, não nos atemos objetivamente ao caráter de suas incursões até descobrirmos que o detetive, que o perseguia a fim de saber seu paradeiro, perdeu-se na Idade Moderna na presença de algum dos **Luízes**. Embora o passado de Pender tenha sido uma edificação de seu subconsciente, de alguma maneira foi real o bastante para alterar não apenas a sua vida.

O discurso cinematográfico, através de sua montagem, tem a capacidade de manipular suas representações. Evidente sua impossibilidade de dar continuidade ao real (XAVIER, 2003), o cinema transforma nossa percepção de mundo, criando uma nova ordem que Adorno e Horkheimer entenderam como autoalienação. Mesmo que nas décadas de 1960 e 1970 “a Nova Hollywood era um movimento determinado a libertar o cinema de seu irmão gêmeo do mal, o comércio” (BISKIND, 2009: p.16), grande parcela de suas produções continuaram e continuam seguindo os moldes impostos pelos estúdios e produtores. É nesse sentido que Woody Allen buscou patrocínio para suas últimas obras na Europa, onde criou um passado e um presente baseados em referências reais, apontando metaforicamente a nostalgia e o caráter comercial de Hollywood como questões importantes presentes na atualidade.

Todas essas questões desenvolveram-se no personagem de Gil Pender, que demonstrou sutilmente a nostalgia como sintoma de uma sociedade ocidental doente, em que cada geração busca sentido para a

vida num passado determinado. Desta forma, concordamos com Pender, quando se apropria da famosa frase de Willian Faulkner, do romance *Requiem for a Nun* (1951): *No, no. The past is not dead. Actually, it's not even past. You know Who Said that? Faulkner. And He was righ.* O passado não está morto e hoje é um produto do mercado cinematográfico.

Referências Bibliográficas

Filmes

ARTISTA, O. Direção: Michel Hazanavicius. Produção: Thomas Langman. Emmanuel Montamat. Intérpretes: Jean Dujardin, Bérénice Bejo. Roteiro: Michael Hazanavicius. França, Bélgica: Warner Broz France, The Weinstein Company, 2011. 1 DVD Son.,Col..

DESCENDENTES, Os. Diretor: Alexander Payne. Produção: J. Burke, A. Payne, J. Taylor. Intérpretes: George Clooney, Shailene Woodley, Beau Bridges. Roteiro: Alexander Payne, Nat Faxon, Jim Rash. EUA: Fox Searchlight Pictures, 2011. 1 DVD Son.,Col..

INVENÇÃO de Hugo Cabret, A. Direção: Martin Scorsese. Produção: GK Intérpretes: Asa Butterfield, Chloë Moretz, Bem Kingley. Roteiro: John Logan. EUA: Paramount Pictures. 1 DVD Son.,Col..

MEIA-NOITE em Paris. Direção: Woody Allen. Produção: Letty Aronson, Stephen Tenenbaum, Jaumie Roures. Intérpretes: Owen Wilson, Rachel McAdams, Michael Sheen, Katy Bates. Roteiro: Woody Allen. EUA, Espanha: Sony Pictures Classics, 2011. 1 DVD Son.,Col..

ROSA Púrpura do Cairo, A. Direção: Woody Allen. Produção: Robert Greenhut. Intérpretes: Mia Farrow, Jeff Daniels, Danny Aiello. Roteiro: Woody Allen. EUA: Orion Pictures Corporation, 1985. 1 DVD Son.,Col..

Livros e Artigos

ADORNO, Theodor; HORKHEIMER, Max. Indústria Cultural - o Iluminismo como mistificação das massas. In.: ALMEIDA, J. M. B.. *Indústria Cultural e sociedade*. Trad. de Julia E. Levy ... [et. al.]. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

BELK, Russell W.. The role of possessions in constructing and maintaining a sense of past. In.: *Advances in Consumer Research*. Volume 17. Eds. Marvin E. Goldberg, Gerald Gorn, and Richard W. Pollay, Provo, UT : Association for Consumer Research, 1990. p. 669-676.

BENJAMIN, Walter. Magia e Técnica, arte e política: Ensaio sobre literatura e história da cultura. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Editora Brasiliense, 6ª Ed., 1993.

BISKIND, Peter. *Como a geração sexo-drogas-e-rock'n'roll salvou Hollywood: Easy Riders, Raging Bulls*. Trad. de Ana Maria Bahiana. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2009.

BOYM, Svetlana. Nostalgia and Its Discontents. In.: GEDDES, J. L., DAVIS, J. E. *The Hedgehog Review: Critical Reflections on Contemporary Culture - the uses of Past*. Vol. 9, No. 2, 2007.

FOLHA de S. Paulo. Irmã de Woody Allen defende “Meia-noite em Paris em Hollywood”. In.: *Folha de S. Paulo*. São Paulo, 25 fev. 2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/1053431-irma-de-woody-allen-defende-meia-noite-em-paris-em-hollywood.shtml>. Acesso em: 19 mai. 2012.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Modernização dos sentidos*. Trad. de Lawrence Flores Pereira. São Paulo: Ed. 34, 1998.

HALL, Stuart. Codificação/Decodificação. In.: SOVIK, Liv (Org.). *Da diáspora: Identidades e mediações culturais*. Trad. de Adeline da Guaria Resende [Et. AL]. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HEMINGWAY, Ernest. *Paris é uma festa*. Trad. de Ênio Silveira. São Paulo: Círculo do Livro, S/D.

LOWENTHAL, David. *The past is a foreign country*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

MCCLINTOCK, Pamela. 'Midnight in Paris' Becomes Woody Allen's Top Film of All Time in North America. In.: HOLLYWOOD REPORTER. Los Angeles, 16 jul. 2011. Disponível em: <http://www.hollywoodreporter.com/news/midnight-paris-becomes-woody-allens-212254> Acesso em: 19 mai. 2012.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. *Toda Verdadeira História é História Contemporânea: a historiografia como passado-presente na obra de Benedetto Croce*. Campinas, SP: [s.n.], 1999.

NIETZSCHE, Friedrich W.. *Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida*. Trad. de Marco Antônio Casanova. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

ROSENSTONE, Robert. *A história nos filmes, os filmes na história*. Trad. de Marcello Lino. São Paulo: Paz e Terra, 2012.

XAVIER, Ismail. *O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência*. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

“Integrar para não entregar”: o nacionalismo da ditadura civil-militar no Projeto Rondon (1967-85)

Gabriel Amato

Graduando em História - UFMG
amatogabriel@ymail.com

Resumo: A política educacional da ditadura civil-militar brasileira possuía como uma de suas características marcantes a ambivalência: se o regime ampliou o número de vagas no ensino superior, os militares também perseguiram professores acusados de serem “subversivos” e buscaram censurar o cotidiano universitário. Com o *slogan* “Integrar para não entregar”, o Projeto Rondon foi uma dessas iniciativas contraditórias da ditadura. O projeto foi criado em 1967 e funcionou sob a coordenação do Ministério do Interior até 1989. Cerca de 130.000 alunos-voluntários de diversas áreas do conhecimento e de diferentes Estados da federação participaram de suas atividades, que envolviam principalmente ações realizadas durante as férias de verão em regiões do interior do país com dificuldades econômicas e problemas sociais. Em seu bojo, encontramos representações do que é a nação brasileira e do que é ser brasileiro na perspectiva dos militares e dos *rondonistas*, bem como um repertório de valores nacionalistas e ufanistas que a ditadura procurara difundir naquele momento.

Palavras-chave: nacionalismo, ditadura, Projeto Rondon.

Abstract: The educational policy during the Brazilian civil-military dictatorship was remarkably ambivalent. If the regime had increased the number of places at the universities, it also had persecuted professors considered to be “subversives” and it had censored the daily life at universities. Adopting as its slogan the sentence “Integrar para

não entregar” (integrate to not give away), the Project Rondon was one of these contradictory policies adopted by the dictatorship. The Project Rondon was established in 1967 and it was organized by the Ministry of Interior until 1989. About 130.000 volunteer students took part on its operations, which consisted on assistentialistic activities conducted in the hinterland of the country. Within the framework of Project Rondon, it is possible to find representations about what the Brazilian nation is and what is to be Brazilian according to the militaries and the *rondonistas*. It is also possible to find a repertory of nationalist and patriotic values the dictatorship aimed to disseminate.

Keywords: nationalism, dictatorship, Project Rondon

Introdução

Talvez um dos aspectos mais instigantes acerca do Projeto Rondon seja sua existência em diferentes conjunturas políticas da história recente do nosso país. Criado nos anos da ditadura civil-militar brasileira sob o *slogan* “Integrar para não entregar” e com o duplo objetivo de “afastar a subversão” das universidades e desenvolver o país pela via da “integração nacional” (PAIVA, 1974: 77-79), ele não foi suprimido com o fim do regime autoritário em 1985. Apesar das significativas mudanças em sua coordenação, da relativa diminuição da presença militar em seus quadros e da mudança de seu *slogan* para “Participação e desenvolvimento”, o Projeto Rondon continuou a realizar suas operações até 1989. Neste ano, a lei n.º 7.732 determinou a extinção da Fundação Projeto Rondon que então o organizava. As justificativas da administração José Sarney para essa decisão foram a falta de recursos financeiros e a alta inflação que o país enfrentava na década de 1980 (PEREIRA, 2009: 36-37).

Quatorze anos depois, em 2003, a União Nacional dos Estudantes (UNE) propôs ao então presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), o retorno do Projeto Rondon. A sugestão do movimento estudantil ficou conhecida, à época, como a “Emenda UNE”. Apesar de alguns protestos na imprensa que identificavam o Projeto Rondon com os anos da ditadura e com seu autoritarismo perante os jovens universitários, ele foi logo reativado e suas operações voltaram a ocorrer a partir do ano de 2005. Agora sob a coordenação do Ministério da Defesa e com o novo *slogan* “Desenvolvimento para todos”, o Projeto Rondon vem dialogando com a nova conjuntura brasileira em que o nacional-desenvolvimentismo foi apropriado e praticado por um governo que se posiciona na centro-esquerda do espectro político.

Sem ignorar essas multiplicidades da trajetória do Projeto Rondon, este texto possui como objetivo analisar as representações nacionalistas que estavam no bojo das práticas do Rondon durante uma conjuntura específica: o período da ditadura civil-militar. Em um primeiro momento, todavia, esboçamos uma breve análise do Projeto Rondon desde a sua criação até o início dos anos oitenta, buscando apontar as principais características de seu funcionamento. Em seguida, elegemos a *Revista*

Rondon, publicação oficial de divulgação da Coordenação Regional Centro-Sul do Projeto Rondon, como *locus* de análise das representações nacionalistas presentes nas operações do Rondon.

A ditadura, os estudantes e o Projeto Rondon⁴²⁰

Quando refletimos sobre as relações entre o movimento estudantil e o regime militar brasileiro nos anos que vão do golpe de 1964 à década de 1980, uma série de representações cristalizadas pelas narrativas memorialísticas dos atores que experienciaram o período e pela historiografia acerca do assunto nos vêm à mente. Os militares são, sobremaneira, lembrados por sua “fúria repressiva” com relação ao meio universitário (MARTINS FILHO, 1987: 81). A UNE é, por sua vez, recordada pela resistência ao regime autoritário iniciado em 1964 e pelas perseguições que sofreu a partir de então. A resistência dos universitários encontra seus símbolos mais representativos em três diferentes experiências. Primeiro, na crítica aos órgãos de representação estudantil instituídos sob o patrocínio dos militares por meio da Lei Suplicy de Lacerda – responsável, em novembro de 1964, por colocar a UNE na ilegalidade e criar o Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) (CUNHA, 2007: 57-62). Depois, na intensa oposição aos acordos na área da educação celebrados entre o Ministério da Educação (MEC) e a *United States Agency for International Development* (USAID). E, por fim, nos acontecimentos do ano de 1968: a morte do estudante secundarista Edson Luís, a Passeata dos Cem Mil e as prisões ocorridas em decorrência da realização, em outubro daquele ano, do XXX Congresso da UNE em Ibiúna, interior de São Paulo (ARAÚJO, 2007: 167-187).

Acontecimentos não-ditos por essas narrativas, entretanto, também concorreram para a construção da história do movimento estudantil e de suas relações com o governo ditatorial nesse período. Às mobilizações políticas dos estudantes, a ditadura respondeu com autoritarismo e coerção no mais das vezes. Outras medidas também foram tomadas pelos “donos do poder” com o objetivo de afastar dos meios estudantis aquilo que lhes parecia ser, em seu vocabulário anticomunista, “subversão” e “radicalismo”. Talvez a principal dessas iniciativas tenha sido a criação do Projeto Rondon, considerado anos mais tarde por sua equipe organizadora como a “nossa solução” particular para o descontentamento estudantil e a questão do engajamento político de esquerda dos estudantes brasileiros durante os anos sessenta (EQUIPE PROJETO RONDON, 1972: 8-9).

A ideia de criação do Projeto Rondon surgiu durante o Primeiro Seminário de Educação e Segurança Nacional, realizado na cidade do Rio de Janeiro entre os meses de outubro e novembro de 1966 como resultado de uma parceria entre a Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME) e

⁴²⁰ Versão reduzida e algo modificada desta seção introduz o texto “*A subversão, um fenômeno mundial*”: movimento estudantil e ditadura-civil militar nos primeiros anos do Projeto Rondon (1967-69), publicado nos Anais do XVIII Encontro Regional da ANPUH-MG: Dimensões do Poder na História.

professores universitários. Durante as palestras e discussões do seminário, o então diretor para assuntos culturais da Universidade da Guanabara, professor Wilson Choeri, defendeu um ensino superior integrado aos problemas geopolíticos e de desenvolvimento do Brasil e propôs a criação de um programa que buscasse realizar tal projeto de universidade. A partir da identidade de ideais entre os docentes presentes no seminário e os militares, a reitoria da Universidade em que trabalhava Choeri elaborou, ainda naquele ano, um pedido para que um grupo de seus alunos acompanhasse a viagem de estudos que os militares-estudantes da ECEME realizariam no ano seguinte para Rondônia (SILVEIRA, 1987: 49-50).

Em julho de 1967, trinta e um estudantes dos cursos de documentação e comunicação, engenharia, medicina e geociências acompanharam os militares em sua viagem à cidade de Porto Velho, onde permaneceram por trinta dias. Iniciava-se, assim, a experiência que ficou conhecida como a Operação Zero do Projeto Rondon. Sua coordenação coube ao professor Omir Fontoura e os estudantes realizaram atividades de caráter assistencialista tais como a prestação de serviços médicos à população mais pobre da cidade e a construção de uma represa de captação de água (EQUIPE PROJETO RONDON, 1972: 12-14). A iniciativa foi amplamente noticiada pela grande imprensa do país, que, a partir do imaginário anticomunista característico da época da Guerra Fria, anunciava, anos mais tarde, que a ação dos militares era “apoiada pelos jornais americanos e combatida pela rádio Paz e Progresso, de Moscou” (REVISTA VEJA, 1969/nº 17: 15).

Depois da realização da Operação Rondon-I em janeiro do ano seguinte, os militares criaram o Grupo de Trabalho Projeto Rondon por meio do decreto nº 62.927 de 28 de junho de 1968. O programa de extensão universitária ficava, desse modo, vinculado ao Ministério do Interior (Minter) assim como havia sugerido a carta escrita pelos rondonistas da Operação Zero no fim de suas atividades, um ano antes (SILVEIRA, 1987: 53). A criação e institucionalização do Projeto Rondon inseria-se num quadro maior das políticas educacionais da ditadura que intentavam empreender uma modernização conservadora nas universidades brasileiras. Tal política era modernizadora na medida em que buscava atender a demanda crescente das classes médias por mais vagas no ensino superior e flexibilizar a organização da universidade brasileira a partir dos critérios da assistência técnica norte-americana. Ao mesmo tempo, a política educacional era conservadora porque perseguia, vigiando e aposentando, os professores universitários, e objetivava enquadrar os movimentos estudantis para diminuir seu potencial contestatório (CUNHA, 2007: 68-79; 287-288).

A estruturação do Projeto Rondon, além disso, estava relacionada com a política de segurança nacional dos militares. Dentro do Minter, o Projeto se filiava às políticas de integração sócio-econômica e desenvolvimento do país. Os focos principais das atividades do Rondon estavam ligados aos interesses geopolíticos e estratégicos do governo autoritário, concentrando-se nas regiões Norte e Nordeste do

Brasil. Nesse sentido, as primeiras operações ocorreram principalmente nas áreas próximas a rios considerados como tendo peso “estratégico” pelo governo e nas regiões de fronteira com o Peru e a Bolívia (ROSENBAUM, 1971: 188). A divisa “Integrar para não entregar”, adotada pelo Projeto desde a realização da Operação Zero, é também um indício desse lugar estratégico que as atividades dos rondonistas ocupavam nas táticas de integração territorial e de “combate ao inimigo interno” propagadas pela doutrina de segurança nacional dos militares.

A questão central do Projeto Rondon, todavia, era a crescente radicalização do movimento estudantil que, então, incomodava a ditadura ao apresentar propostas a ela alternativas. As questões assistencialistas e estratégicas eram secundárias e, como declarou o tenente-coronel Mauro Costa Rodrigues, coordenador geral do Rondon em 1969, “o grande resultado não era o que os estudantes deixavam lá, e sim o que eles traziam...” (REVISTA VEJA, 1969/nº 49: 4). O Projeto Rondon rivalizava explicitamente com as proposições políticas das esquerdas, desqualificando-as como utópicas e desconectadas da realidade nacional. Nesse sentido, as operações do Projeto – nesse momento realizadas em especial por estudantes das regiões Sul e Sudeste do Brasil – procuravam afastar os universitários das atividades contestatórias ocupando seu “tempo ocioso” com viagens exploratórias e atividades de assistencialismo às comunidades do interior do país (PAIVA, 1974: 79-80). Segundo os militares, seria por meio das operações do Rondon que os estudantes conheceriam a “realidade nacional” e exerceriam o “altruísmo” e a “convicção patriótica”.

Para participar das operações do Projeto Rondon, os estudantes universitários brasileiros deveriam se inscrever em suas universidades e serem selecionados por comissão responsável. Depois dessa primeira etapa, o estudante precisava participar de cursos de treinamento obrigatório coordenados por membros do Grupo de Trabalho Universitário (GTU) do Projeto Rondon e se voluntariar para realizar trabalhos nos escritórios regionais do Rondon. A próxima etapa da participação era a viagem propriamente dita, o engajamento em ações assistencialistas de acordo com a sua área de formação e, por fim, a elaboração de um relatório sobre as atividades realizadas. Antes, porém, cada estudante deveria assinar um Código de Ética pelo qual se comprometia em não utilizar para propósitos políticos ou religiosos as informações coletadas na operação, em não defender interesses ou opiniões que entrassem em conflito com a filosofia do Projeto e, por fim, em não publicar qualquer relato sobre sua participação na operação sem a prévia autorização de seu coordenador (ROSENBAUM, 1971:190).

Com o tempo, as operações do Projeto Rondon foram diversificando-se e sendo modificadas. No início do programa de extensão universitária, as atividades dos rondonistas concentravam-se em dois tipos de operações: as nacionais, realizadas nas férias de janeiro-fevereiro e que deslocavam os estudantes para regiões geoeconômicas diversas de seus Estados de origem; e as regionais, que ocorriam durante o recesso universitário do mês de julho e se limitavam a ações dentro do próprio Estado de

origem do universitário voluntário. As Operações Nacionais concentravam-se preponderantemente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. O número de participantes nessas operações variou de acordo com a conjuntura e os objetivos do Projeto Rondon, sendo que ele atingiu a marca de 4.708 voluntários em 1972 e 5.000 para o ano de 1974 (EQUIPE PROJETO RONDON, s/d: 9). Já as Operações Regionais eram realizadas nas regiões consideradas, pelos técnicos do Rondon e do governo, como as menos desenvolvidas em termos socioeconômicos de cada Estado da federação brasileira. Nos casos de Minas Gerais e São Paulo, as atividades de julho eram realizadas no Vale do Jequitinhonha e no Vale do Ribeira, respectivamente. Em termos nacionais, o número de rondonistas participantes das Operações Regionais foi de 1.524 no ano de 1969, quando começaram a ser realizadas, e de 6.658 em julho de 1973 (EQUIPE PROJETO RONDON, s/d: 10). Segundo nota publicada pela Coordenação Regional Centro-Sul do Projeto Rondon, as Operações Regionais foram desativadas em 1975 com o objetivo de “concentrar esforços para melhores atuações nos 22 ‘Campi’ Avançados e intensificar as Operações Especiais.” (REVISTA RONDON, 1975/nº 5: 53)

Devido às críticas elaboradas pelos rondonistas em seus relatórios entregues ainda em 1968, a Coordenação Geral do Projeto passou a criar os *campi* avançados a partir de 1969. Um *campus* avançado era um posto universitário no interior do país coordenado por uma universidade das regiões sudeste ou sul do Brasil. O *campus* avançado de Santarém, Pará, por exemplo, era coordenado pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) enquanto o de Tefé, Amazonas funcionava sob a coordenação da Universidade de Juiz de Fora (UFJF). Equipes formadas por cerca de vinte e cinco universitário rondonistas se revezavam de trinta em trinta dias nas ações do *campus* e um professor da universidade coordenadora era nomeado o diretor de cada *campus*, nele fixando residência (EQUIPE PROJETO RONDON, 1972: 51-52). A criação dos *campi* avançados relacionava-se também com a necessidade dos militares em ocupar e defender estrategicamente a região da Amazônia, sendo que quatorze dos vinte e três *campi* do Projeto Rondon foram instalados nessa área do país (PEREIRA, 2009: 36). No primeiro ano de funcionamento dos *campi*, 205 rondonistas participaram de suas atividades e esse número chegou a 5.500 universitários para o ano de 1974 (EQUIPE PROJETO RONDON, s/d: 13).

Outro tipo de atividade organizada pelo Projeto Rondon eram as Operações Especiais, ocorridas em diferentes épocas do ano e realizadas por meio de uma parceria entre o Projeto e uma instituição pública ou órgão privado. Exemplo de Operação Especial foi a Operação Arquivos-I, realizada na cidade de São Tomé das Letras, Minas Gerais, em abril de 1973 com o objetivo de fazer um levantamento histórico e arquivístico da região (REVISTA RONDON, 1974/nº 3: 40-43). Além disso, o Projeto Rondon também possuía os programas de Estágio Remunerado e de Interiorização e Fixação de Mão-de-Obra Especializada, este último em convênio com o Ministério do Trabalho (EQUIPE PROJETO RONDON, s/d: 15).

Órgão de administração autônoma desde 1970, o Grupo de Trabalho Projeto Rondon passou por uma segunda reforma com a criação da Fundação Projeto Rondon por meio da lei n.º 6.130, sancionada pelo general-presidente Ernesto Geisel em 1975. Como resultado, a vinculação com o Minter foi ainda mais estreitada e as críticas ao programa de extensão foram ampliadas. De um lado, setores da própria administração estatal e da coordenação do Projeto Rondon passaram a demandar uma maior aproximação das operações com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e com as universidades (SILVEIRA, 1987: 55). Além disso, o professor Wilson Choeri passou a criticar o Projeto Rondon a partir de 1977 por aquilo que ele considerava uma demasiada burocratização de sua coordenação e uma excessiva presença de tecnocratas na sua administração (REVISTA VEJA, 1977/nº 464: 86-87). Esses debates dominariam o âmbito do Projeto Rondon também nos primeiros anos da década de 1980.

As representações nacionalistas na *Revista Rondon*

Os militares, professores, estudantes e gestores públicos envolvidos na preparação e execução das operações do Projeto Rondon possuíam uma significativa preocupação com a utilização de meios de comunicação modernos tanto para a documentação como para que fosse possível fazer conhecer as atividades dos rondonistas. Além de divulgado na grande imprensa da época, em veículos de comunicação como a *Revista Veja*, o *Jornal do Brasil* e a *Folha de São Paulo*, o Projeto Rondon contou com a publicação dos relatórios de seus participantes em livros e com iniciativas editoriais como o *Boletim Rondon*. No que se refere ao registro das operações, alguns rondonistas estudantes de Comunicação recebiam a tarefa de realizar documentários sobre a região assistida pelas operações, enquanto outros participantes do Projeto Rondon recebiam uma verba para a compra de máquinas e filmes fotográficos que deveriam ser utilizados durante as operações (EQUIPE PROJETO RONDON, 1972: 10).

Um desses esforços de divulgação do Projeto Rondon materializou-se na publicação, entre os anos de 1972 e 75, da *Revista Rondon*. Editada pela Coordenação Regional Centro-sul do programa de extensão, que ocupava os dois primeiros andares do Bloco A do prédio da Administração Geral na cidade universitária da Universidade de São Paulo (USP), a revista foi publicada anualmente nos seus dois primeiros anos e semestralmente nos últimos anos de sua circulação.

As práticas engendradas no âmbito do Projeto Rondon, incluindo a própria *Revista Rondon*, funcionavam como vetores de criação, re-tradução e divulgação de representações (cf. CHARTIER, 2002) sobre a nação brasileira e sobre o quê é ser brasileiro. Essas representações dialogavam com a propaganda do regime militar durante os anos setenta, na qual o “milagre econômico” e a conquista da Copa do mundo de futebol no México foram utilizados como indícios de confirmação do destino grande do Brasil, transformando o otimismo brasileiro em ufanismo e triunfalismo (FICO, 1997: 137). As

representações nacionalistas da brasilidade presentes na *Revista Rondon*, todavia, possuíam também especificidades explicadas pelas diferenças dos sujeitos que escreviam suas reportagens e dos lugares que a publicação ocupava no âmbito universitário.

A produção gráfica interna das edições da revista é importante para identificarmos alguns “protocolos de leitura” nacionalistas do objeto impresso, na medida em que sua impressão na publicação era resultado de um processo de negociação que envolvia os responsáveis pela publicidade, pela tipografia e pelas relações públicas da *Revista Rondon* e não diretamente os autores dos textos (CHARTIER, 1990: 133). Isto ocorre apesar dos serviços de diagramação, produção e criação (algumas vezes referidos apenas como “artes”) terem sido realizados por profissionais diferentes no decorrer dos anos. Vasto material fotográfico acompanha todas as reportagens, mas o que mais chama a atenção para os nossos propósitos de indicar a presença de representações nacionalistas nas páginas da revista é a recorrência de anúncios e propagandas tanto de empresas patrocinadoras como do próprio Projeto Rondon nos exemplares da publicação.

As propagandas do Projeto Rondon procuravam incentivar o universitário leitor da Revista a se inscrever nas operações do programa de extensão. São compostas, em sua maioria, por fotografias de jovens rondonistas durante a participação no Projeto Rondon e de uma breve narrativa, muitas vezes em tom supostamente descomprometido que seria mais próximo da variação da língua usada pelos jovens brasileiros. Seus textos, assim como as fotografias dos grupos de rondonistas navegando em rios com uma canoa ou andando em florestas, sugerem possibilidades de aventura, de desafios e de ações que contribuiriam para a integração das diferentes regiões da nação e para a descoberta das “riquezas nacionais” brasileiras. Em um anúncio do número dois da *Revista Rondon*, podemos encontrar o seguinte texto:

Olha a cara dos trouxas que voltaram do Projeto Rondon. / E você precisava ver as costas, o peito e as pernas desses caras. Nem tinha mais lugar pras mordidas dos mosquitos. Há! Há! / E a troco de que esses caras enfrentaram todas essas picadas? Só para fazer um parto, como os universitários fizeram em Capistrano. / (...) / Mas isso não é nada. Você precisava ver o que a outra turma do Rondon achou em Nova Aripuanã. Eles estavam fazendo o levantamento topográfico da cidade, quando descobriram que o solo continha enormes quantidades de manganês e ouro. / (...) / É amiguinho, o nosso esquema é esse: sair por esse Brasil afora, ensinando essa gente a prevenir doenças, plantar, planejar a economia das cidades e descobrir coisas novas. / (...) (REVISTA RONDON, 1973/nº 2:52-53)

Como argumentaremos em seguida e como se pode ser depreendido do anúncio citado, as propagandas e o material de divulgação do Projeto Rondon operacionalizavam um repertório de representações nacionalistas, que apresentavam um “Brasil grande” detentor de uma natureza rica, pronta para ser explorada, e de uma população desejosa da aplicação dos conhecimentos e do trabalho da juventude universitária.

Os anúncios de empresas privadas ou públicas na *Revista Rondon* são ainda mais frequentes, o que pode ser explicado pelas estratégias das coordenações do Projeto Rondon em conseguir recursos materiais e financeiros por meio de doações feitas ao Fundo Rondon (FUNRONDON). Estas doações passavam ao largo da dotação orçamentária do Ministério do Interior que era reservada para a realização das operações e para todo o funcionamento do projeto. Para os doadores, elas garantiam descontos nos impostos pagos pelas empresas. Alguns desses anúncios se limitam a divulgar os produtos ou o nome das marcas, como era o caso das propagandas da Saab-Scania do Brasil S.A., do Banco América do Sul S.A., do Banco Mercantil de São Paulo, da Johnson & Johnson, da Polenghi ou das Faculdades Faria Brito. Em alguns casos, como no da Johnson & Johnson, que era responsável por fornecer material de higiene para as operações do Projeto Rondon, podemos traçar relações entre a empresa e a realização das operações a partir do próprio material da *Revista Rondon* e da realização das operações do Projeto.

Outras empresas, entretanto, produziam anúncios que se relacionavam diretamente com temas caros ao Projeto Rondon, tais como o comportamento dos jovens ou a integração nacional. Esse era o caso da Walita, empresa fabricante de eletrodomésticos, que, no número três da *Revista Rondon*, publicou um anúncio composto por uma fotografia de alguns de seus produtos e o seguinte texto: “Os produtos Walita têm a mesma missão do Projeto Rondon: Facilitar a vida das pessoas.” (REVISTA RONDON, 1974/nº 3:). A empresa de engenharia Sotema, por sua vez, elegeu as questões do desenvolvimentismo e da integração econômica para elaborar sua propaganda publicada em 1975 na Revista, em seu número cinco. Sem outros recursos gráficos além da logomarca da companhia, o anúncio apresentava o seguinte texto:

TAMBÉM ESTAMOS INTEGRANDO / Tanto quanto os participantes da OPERAÇÃO RONDON, nós também promovemos a integração do País, participando nos projetos e construções de grandes obras rodoviárias e ferroviárias, no desenvolvimento das indústrias mecânicas e da agricultura. (REVISTA RONDON, 1975/nº 5:12)

Parte da composição gráfica e textual da revista, as propagandas atuavam na conformação de representações sobre o Brasil, sobre ser brasileiro e sobre o território nacional. Também as reportagens da *Revista Rondon* procuravam vincular representações nacionalistas sobre o Brasil, além de procurarem dar a conhecer o seu território e a sua população a partir do prisma da integração nacional e daquilo que, no vocabulário da Doutrina de Segurança Nacional dos militares, era apresentado como sendo a ocupação dos “espaços geográficos vazios” do território brasileiro pela “nacionalidade” (REIS, 2002: 54-60).

A reportagem “Atuando na fronteira”, publicada no número três da *Revista Rondon*, em 1974, configura-se como um lugar privilegiado para a análise das representações de brasilidade presentes no Projeto Rondon por dois motivos. Primeiro, porque ela foi escrita por Helena Oliveira, então estudante

de jornalismo em São Paulo e que participou da Operação Nacional PRO-XIII na cidade de Bela Vista, estado do Mato Grosso. Ao sair da região sudeste do Brasil, atuar como rondonista na fronteira entre o Brasil e o Paraguai e, por fim, exercitar a prática da escrita de suas experiências, Helena *imaginava* a nação brasileira a partir de suas fronteiras. A narrativa jornalística, feita à distância, garantia uma ideia de simultaneidade no tempo que permitia, aos leitores da revista, imaginar-se como brasileiro em São Paulo e reconhecer, nos moradores de Bela Vista descritos pela rondonista, semelhanças que também os configuravam como brasileiros ainda que compartilhassem hábitos tidos como paraguaios (ANDERSON, 2008: 56; 104; 258). Em segundo lugar, a reportagem de Helena apresenta interessantes indícios das representações de brasilidade justamente porque narra experiências que ocorreram na fronteira brasileira, onde a presença de um *outro* (o paraguaio) é constante. Como se sabe, representar-se como brasileiro significa, sobretudo, definir quem não é brasileiro.

Uma das principais preocupações presentes na narrativa de Helena Oliveira é, pois, o trânsito brasileiro-paraguaio na cidade de Bela Vista. Os paraguaios, migrantes naquela região e tidos como influência para os brasileiros, são apresentados como indolentes e pouco afeitos ao trabalho. Segundo a rondonista, “o espírito empreendedor do gaúcho, que colonizou o estado, parece ter evaporado já há muito. Por outro lado, a influência indígena se faz presente até hoje.” (REVISTA RONDON, 1974/nº 3:34). Além disso, o outro lado da fronteira é representado como o lugar onde é possível comprar armas de fogo e participar de jogos de azar. A representação do outro-paraguaio apresentada pela rondonista configura aquilo o quê o brasileiro não seria: apático, descendente de índios e ligado à atividades ilegais.

Outro tópico que compõe a narrativa da rondonista são as observações acerca do rádio em Bela Vista. Segundo Helena, “não existe estação de rádio local; durante o dia só se ouve a rádio paraguaia e à noite, pega-se muito mais fácil estações de língua castelhana.” (REVISTA RONDON, 1974/nº 3:34) Esse indício nos leva a um outro grupo de reportagens, que coloca a relação entre o rádio e a integração como um dos principais temas da *Revista Rondon*. Isto porque o rádio era amplamente utilizado pelo Projeto Rondon no auxílio de suas operações, o que é indício de como a moderna comunicação para grandes grupos de pessoas atuava no sentido da autoafirmação da identificação nacional brasileira durante a ditadura (HOBSBAWM, 2008: 170-171). Em um primeiro momento, vários radioamadores de diferentes partes do Brasil montaram uma rede voluntária para dar apoio logístico aos rondonistas durante as operações nacionais. A colaboração dos radioamadores, no entanto, logo passou a ter um caráter ininterrupto quando, em 1973, foi fundado o Grêmio de Radioamadores do Projeto Rondon (GRAMRONDON) e a utilização do rádio intensificou-se (REVISTA RONDON, 1975/nº 5:32-33).

Várias aproximações são possíveis de serem feitas entre a utilização do rádio e o Projeto Rondon na construção de representações de brasilidade. Em primeiro lugar, os meios de comunicação no Brasil encontravam, assim como o Projeto Rondon, seu “herói” na figura do Marechal Rondon. Dentro do

panteão de heróis nacionais, Rondon aparece como aquele que teria, ao mesmo tempo, “incorporado” os índios à comunidade nacional e integrado o país, na medida em que definiu fronteiras na região Norte do Brasil e instalou linhas telegráficas no interior brasileiro (CUNHA, 2007: 67). Dessa forma, radioamadores e rondonistas convergiam-se na escolha do herói e na tarefa auto delegada de integração nacional. Em segundo lugar, as reportagens que noticiavam as ações do GRAMRONDON na *Revista Rondon* dão conta da comunicação entre diversas partes do Brasil onde o Projeto Rondon estava atuando. Em uma dessas reportagens, intitulada de “As vozes amigas”, podemos ler a seguinte descrição do *stand* do Projeto Rondon no Salão da Criança realizado em 1974, na cidade de São Paulo:

Uma rústica cabana de sapé abrigava a estação PY2-PRO, onde quatro radioamadores revezaram-se durante os dez dias da exposição, falando sem parar. A estação operou em circuito interno, com a finalidade de proporcionar ao público infantil comunicações ‘simuladas’ com universitários dos ‘Campi’ Avançados de Irecê, na Bahia, e de Jequitinhonha, em Minas Gerais, e também com moradores de regiões das quais nem tinham ouvido falar, utilizando a linguagem específica do radioamadorismo. E completando o quadro, os telégrafos, manipulados pelas crianças, transmitiam, o dia inteiro, mensagens como ‘meu navio está afundando’, ao invés do simples e habitual SOS, ou ‘meu nome é Paulinho’. (REVISTA RONDON, 1975/nº 5:35)

Ao apresentarem diversas regiões do país como circunscritas no território nacional e se entendendo na comunicação via rádio, as reportagens sobre o trabalho dos radioamadores na *Revista Rondon* reforçavam tanto a representação de uma delimitação geográfica nacional como o sentimento de pertença a uma determinada unidade-Brasil imaginada e representada por rondonistas, militares, professores e radioamadores.

Conclusões

O Projeto Rondon contou com expressiva participação da comunidade universitária brasileira durante o período da ditadura civil-militar e, para além das igualmente relevantes questões de geopolítica, do consentimento ao regime, da repressão à população universitária e da resistência, criou representações nacionalistas durante as décadas de sessenta, setenta e oitenta. A *Revista Rondon*, ao ser editada por uma das coordenações do Projeto Rondon e ao ser lida por estudantes, professores e militares, também concorria para a criação e a atualização de representações sobre a brasilidade. Essas representações, seletivas e incompletas, atuaram no sentido de reforço de laços de pertencimento à “comunidade imaginada” nacional durante a ditadura civil-militar brasileira. Com o material levantado até o momento e apresentando no decorrer de nossa análise, podemos afirmar que, em certo sentido, havia uma convergência com relação às representações de brasilidade fabricadas por diferentes atores que exerceram a prática da escrita de reportagens, anúncios e propagandas na *Revista Rondon*.

Para além da dinâmica da repressão e da resistência, o consentimento e o engajamento de amplos setores no Projeto Rondon nos indicam como o regime autoritário brasileiro era fundamentalmente uma construção social que contava com a participação não apenas dos militares como também de estudantes, professores, empresários e outras parcelas da população brasileira (ROLLEMBERG & QUADRAT, 2010: 11-12). Abrem-se futuras possibilidades, pois, para analisarmos uma miríade de relações possíveis entre a sociedade e os militares durante a realização das operações do Projeto Rondon.

Referências Bibliográficas

1) Fontes primárias

EQUIPE PROJETO RONDON. *O Projeto Rondon*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro/Bloch Educação, 1972.

_____. *Projeto Rondon: integrar para não entregar*. Brasília: Ministério do Interior, s/d.

REVISTA RONDON. São Paulo: Coordenação regional centro-sul do Projeto Rondon, 1972-1975.

REVISTA VEJA. São Paulo: Editora Abril, 1968-1985.

2) Literatura secundária

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. *Memórias studentis: da fundação da UNE aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Ediouro publicações, 2007.

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

_____. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

CUNHA, Luiz Antônio. *A universidade reformanda: O golpe de 1964 e a modernização do ensino superior*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

FICO, Carlos. *Reinventando o otimismo: ditadura, propaganda e imaginário social no Brasil*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968*. Campinas, SP: Papyrus, 1987.

PAIVA, Vanilda Pereira. Extensión Universitaria en Brasil. *Revista Nueva Sociedad*, Buenos Aires/Argentina, nº. 15, novembro-dezembro/1974, p. 68-83.

PEREIRA, Daline Vinhal. *Um olhar sobre o Projeto Rondon e a dimensão ambiental*. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento sustentável), Universidade de Brasília, Brasília.

REIS, Daniel Aarão. *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz. Apresentação: Memória, história e autoritarismos. In: ROLLEMBERG, Denise & QUADRAT, Samantha Viz (orgs.). *A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

ROSENBAUM, J. Jon. Project Rondon, a Brazilian Experiment in Economic and Political Development. *American Journal of Economics and Sociology*, Hoboken/New Jersey/EUA, n.º. 2, vol. 30, abril/1971, p. 187-201.

SILVEIRA, Nadia Dumara Ruiz. *Universidade brasileira: a intenção da extensão*. São Paulo: Loyola, 1987.

Os usos e desusos de Relatos de viajantes nos estudos de História da Morte no Brasil oitocentista (2005-2010)

Gabriel Cavalcante Cordeiro

Graduando pela UFV

flagabriel@yahoo.com.br

Resumo: O campo de estudos comumente denominado de História da Morte, é composto por análises culturais e religiosas, principalmente, mas também por trabalhos de cunho político, como a do Mexicano Cláudio Lomnitz, na identificação da nacionalidade mexicana em representações de morte, ou análises econômicas, como as de João José Reis ao elencar os gastos dedicados aos cuidados funerários. Dados que dizem respeito ao dia-a-dia funerário, às expressões e representações de fé exterior, comuns na sociedade oitocentista brasileira, são abundantes nos Relatos de viagem, porém são timidamente utilizados pelos pesquisadores da área. Neste trabalho busco elencar Dissertações e Teses de 2005 a 2010, no campo da Tanatologia Histórica e analisar o uso dessas fontes, de modo a demonstrar esse acanhamento e estipular motivos para tal desuso.

Palavras-chave: Historiografia; Morte; Relatos de Viajantes

Abstract: The field of study commonly known as History of Death, is mainly composed by cultural and religious analysis, but it also contains political ones, like did Claudio Lomnitz in his study about the role of death in Mexican nationality, and economical ones as João José Reis did on the impact of the funerary expenditure. Expressions and representations of faith, as well as other parts of the funerary culture of the nineteenth century Brazil, are abundant in Travel Writing, but such data is barely used by fellow researchers. In this article I seek to demonstrate how Master's and Doctoral dissertations from 2005 to 2010, poorly made use of Travel Writing, and why they did so.

Keywords: Historiography; Death; Travel Writing

Introdução

“O espetáculo da morte não é mais corriqueiro. Ficou mais fácil esquecer a morte no curso normal da vida” (ELIAS, 2001: 15) Talvez com essa frase Norbert Elias tenha resumido as reações de

estranhamento obtidas ao se revelar a um terceiro, que se estuda a Morte; Kubler-Ross, Phillippe Aries, Gary Laderman, e outros tanato-historiadores, já se dedicaram a diagnosticar esse estranhamento da sociedade contemporânea, com um evento que um dia, ao menos no Brasil, se fazia publico, com reações "as if for joy" perante a morte em alguns casos.

São contraditórias as imagens, os costumes e as transformações da morte no Brasil nos últimos dois séculos. O esforço civilizador, como Elias lança acanhadamente em *A solidão dos moribundos* e ferozmente em *O processo civilizador*, se realizou no Brasil em diversas frentes⁴²¹ no Brasil, tanto no interior quanto nas capitais à partir do século XIX, mas como demonstram Richard Gonçalves Andre, e entrevistas efetuadas na antiga cidade de São João Del Rei - MG, muitos ritos permaneceram vivos principalmente no interior⁴²². A característica permanência de ritos tradicionais no interior pode ser contemplada nas obras de Viajantes em suas observações ao longo do século XIX.

As conseqüências de leis proibitivas de enterros, como aquela relatada por João José Reis em seu estudo sobre a Cemiterada, podem ser percebidas em diversas partes do Brasil, bem como a resistência às mesmas por populares e membros do clero. Constâncias, inconstâncias; Particularidades, aspectos Gerais; enfim a contradição se faz clara conforme se exploram os viajantes pouco mencionados por historiadores da Morte recentemente, muito além de Lindley (1805), Luccock (1820), Kidder (1845) ou Burton (1869).

O artigo de Luiz Lima Vailati (2002), sobre funerais de anjinhos na literatura de viagem, despertou-me para essas fontes, bastante exploradas pela historiografia, desde os tempos iniciais do IHGB e de Jornais, como os citados por Carollina C. R. Lima (2010), porém esquecidos para o estudo da morte no Brasil recentemente.

Busco neste trabalho mostrar o uso da literatura de viagem em 13 das principais Teses e Dissertações publicadas entre 2005 e 2010, cujas palavras chave “Morte (aspectos religiosos)”, “Morte”, “Morte (aspectos filosóficos)”, “Ritos Funerários” e outros, nos permitem classificá-las como Historiografia da Morte. Tais trabalhos de grande qualidade, advindos de importantes centros de pesquisa em história, demonstram como o tema da morte está vivo e forte nas universidades, mas ao mesmo tempo eles nos permitem perceber como os Relatos de Viajantes foram postos à margem dos testamentos e livros de óbito, na observação do cotidiano da morte no Brasil na Modernidade. Reitero, para não causar desconforto, que o objetivo deste trabalho se orienta, não numa avaliação das Teses e Dissertações em sua totalidade, mas apenas busca apontar o uso dos viajantes nestes; o que não significa que a presença ou não destes ateste qualidade absoluta, ou defeito aos trabalhos analisados. Apenas aponta a existência

⁴²¹ Recomendo os trabalhos: *Nas fronteiras do além o processo de secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)* e *Vila de Campanha da Princesa: Urbanidade e Civilidade em Minas Gerais no século XIX - 1798-1840*, respectivamente de Cláudia Rodrigues e Patrícia Vargas Lopes de Araujo

⁴²² O que não é regra visto o caso de William Azel Cook em São Luís, 1909

de ‘terras pouco exploradas’, se considerarmos a expansão da digitalização de fontes (como os relatos de viagem) empreendida por projetos como o Project Gutenberg.

Os usos

Humberto José Fonsêca em sua tese intitulada *Vida e Morte na Bahia Colonial: Sociabilidades Festivas e Rituais Fúnebres* (2006), produz uma interessante reflexão à respeito das representações religiosas e funerárias, nas diferentes (e contraditórias) classes sociais, exatamente no período auge do Barroco, entre os séculos XVII e XVIII, quando se lançaram à América Portuguesa, os rituais pomposos típicos do catolicismo europeu. Tais rituais abriram as portas para um costume que perdurou por séculos no Brasil; o que se ostentar, de se notabilizar perante a sociedade local por meio destes símbolos, expondo assim o poder econômico (e social) detido por alguns.

Ainda me referindo à obra supracitada, é interessante de se perceber um aspecto, o qual interessa ao meu estudo: o uso dos relatos de viajantes em seu trabalho. Aparentemente o uso dos viajantes se limita a quatro: Thomas Lindley, Augustin Saint-Hilaire, John Luccock e Robert Avé-Lallemant. Avé-Lallemant esteve aqui em meios do século XIX, Luccock visitou o Brasil de 1808 a 1818 (chegou juntamente com a coroa portuguesa), Saint-Hillaire, naturalista, retratou o Brasil em 1816 e finalmente Lindley aqui esteve antes de 1805.

Lindley foi usado como um exemplo para uma argumentação a respeito do caráter festivo das manifestações religiosas (funerais inclusive) em Salvador, uso bastante comum em trabalhos sobre religiosidade e sobre funerais; Já os demais são listados porém não utilizados, algo bastante comum, como se demonstrará a seguir.

Mara Regina do Nascimento, atualmente professora da Universidade Federal de Uberlândia, em sua tese *Irmandades Leigas em Porto Alegre: Práticas funerárias e experiência urbana – Séculos XVIII-XIX*, foca mais no papel das irmandades na cultura funerária local de Porto Alegre, produzindo assim um trabalho de qualidade. Ela que atualmente foca seu trabalho em discussões acerca da religiosidade popular, o que se faz claro por meio da recorrente organização de Grupos Temáticos em eventos como os da ABHR⁴²³, atraindo diversos pesquisadores interessados em festas religiosas populares.

Em sua tese, de modo geral, ela reflete sobre o já citado papel das Irmandades nas tradições de enterramento da cidade de Porto Alegre, indo além ela percebe como a transferência dos cemitérios em 1850 não representou uma mudança brusca nas tradições católicas, mas sim apenas uma inserção de um novo paradigma espacial no contínuo papel das Irmandades como gerenciadoras das práticas de enterramento.

⁴²³ ABHR = Associação Brasileira de História das Religiões

A autora usa dos relatos do viajante belga Alexandre Baguet, de Jean Baptiste Debret, de Thomas Ewbank, de Joseph Hörmeyer, de Arsene Isabelle e dos já citados John Luccock e Augustin Saint-Hilaire; todos em suas versões traduzidas para o português. Ambos Baguet e Saint-Hilaire, são usados não por sua observação da cultura funerária brasileira, mas devido aos seus comentários acerca da paisagem urbana da cidade de Porto Alegre, algo bastante comum aos historiadores que se inteiram da área de estudos denominada História das Cidades. Uso semelhante dos viajantes é efetuado pelo estudioso Amilcar Torrão Filho. Hörmeyer e Isabelle, utilizados apenas neste trabalho dentre os 13 selecionados, são usados por suas observações acerca da paisagem urbana e da cultura religiosa, não englobando a cultura funerária. Debret e Luccock, bastante utilizados por aqueles interessados em iconografia funerária e descrições de funerais adultos, infantis e de escravos, não são utilizados por suas observações da cultura funerária, mas sim por estes terem observado procissões e demais festas de santos. Apenas Thomas Ewbank é utilizado por sua observação da cultura funerária e ainda assim por uma rápida observação, muito aquém de seu potencial, nas mais de sete páginas dedicadas por ele à cultura religiosa funerária brasileira dentre comentários simples a descrições complexas de cortejos, enterros, estimativas de preços dentre outras.

Luís Soares de Camargo é o autor de *Viver e Morrer em São Paulo: A vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX*, tese de doutoramento apresentada na PUC-SP no ano de 2007. Referindo-se à cidade de São Paulo e não à província, o autor dedica seu trabalho a compreender questões como a expectativa de vida, em uma sociedade oitocentista cercada de doenças as quais provocavam morte em maior incidência entre pobres e escravos, principalmente mulheres e crianças; Julie-Marie Strange também dá destaque à maior familiaridade da morte às classes sociais mais baixas, no caso a conhecida working class. Se colocando também diante da idéia de que a doença acompanha o corpo após a morte, Camargo investiga os conflitos e apropriações gerados pelo cuidado (ou a falta deste) com o cadáver. Envolvendo-se em debates de higienização e no estudo da demografia histórica o autor realiza um estudo interessante e válido, fugindo um pouco do lugar comum dos testamentos, muito utilizados pelos estudiosos da morte.

O autor se utiliza diretamente de Gustavo Beyer, de Sir Richard Burton, de Jean Baptiste Debret, de Ferdinand Denis, de Carl Von Koseritz, de John Luccock, de Augustin Saint-Hilaire, de Carl Seidler, de Johann Baptist Von Spix, todos em sua versão traduzida. Beyer, ausente em minha pesquisa, é utilizado em observações relacionadas a sua profissão médica, acerca do perigo de animais peçonhentos e demais doenças que afligiam o homem nos oitocentos. Burton, utilizado em diversos estudo, não só sobre a morte, relata a procissão como um evento religioso, mas também social, que possibilitava a expressão de ' vaidades'. São usadas diversas ilustrações de Debret, assim como alguns comentários acerca da sociedade brasileira, porém pouco é dedicado aos comentários acerca da morte em si. Denis é utilizado em comentários acerca da família oitocentista, novamente não acerca da morte diretamente. Koseritz,

visitante ativo da cidade de São Paulo se mostra útil em seus comentários acerca da neurose da poeira. O viajante Luccock é largamente utilizado por toda a tese, tanto por seus comentários acerca de funerais infantis, quanto por suas descrições dos aspectos da vida familiar brasileira. Saint-Hilaire é usado de modo a complementar outros argumentos, principalmente acerca da geografia de São Paulo. Seidler e sua descrição de funerais na região sul do país, foi lembrada pelo pesquisador. Spix e Martius são usados também por sua ocupação, em comentários acerca do conhecimento da população acerca das ervas medicinais.

A mestra Fernanda Maria Matos da Costa defendeu em 2007 sua Dissertação de Mestrado pela Universidade Federal de Juiz de Fora *A Morte e o Morrer em Juiz de Fora: Transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890*. Em seu trabalho a pesquisadora busca compreender as transformações funerárias neste, que é um período marcado pelo começo da medicalização da morte, por meio da higienização das práticas, e da criação de cemitérios públicos extra-muros. Seguindo esta linha a pesquisadora busca compreender as novas formas de se vivenciar a morte, próprias ao novo contexto de se ver e sentir a morte, por meio de anúncios em jornais e fotografias, e compreender também questões relativas ao Cemitério Público de Juiz de Fora fundado em 1864, em substituição ao cemitério da Igreja Matriz. Apesar do potencial uso, mesmo apenas como Bibliografia de modo a complementar a argumentação, nenhum viajante é utilizado diretamente, ou mesmo listado.

Já na tese de Thaís Janaína Wenczenovicz, defendida na PUC-RS em 2007, o recorte levemente posterior à visita da maior parte dos viajantes ao Brasil, não a impede de fazer uso desta literatura. Sob o título de *Luto e Silêncio: Doença e Morte nas Áreas de Colonização Polonesa no Rio Grande do Sul (1910-1945)*, o trabalho da pesquisadora foca bastante na questão da doença, sua geração e sua consequência final freqüente (a morte). Passando por questões como a saúde e higiene do corpo, a autora analisa os hábitos dos poloneses de conservar um bem estar de seus corpos por meio de práticas cotidianas, até por que seu bem estar implicava um bom funcionamento, o que implicava em um bom desempenho no trabalho. Porém, como nem sempre é possível postergar o descanso final, a autora dedica também um bom número de páginas para o cotidiano da morte, para o lidar com a morte, nesta cultura pouco conhecida para o público e para os estudiosos da morte.

As expedições brasileiras de Adolfo Lutz, Heraclides Cesar de Souza Araújo e Olympio Fonseca Filho, e de Arthur Neiva e Belisário Penna, se fizeram presentes na obra da autora. Representantes de um novo paradigma de viagem, fortalecido com a progressiva consolidação da entrada do higienismo na política e sociedade brasileira, ambas as expedições se fizeram na intenção de melhor conhecer o território brasileiro e suas doenças e demais enfermidades comuns. Apesar de não estarem presentes em minha pesquisa, estas obras são de interessante consulta para aqueles que se interessam pela morte no século XX.

Júlio César Medeiros da S. Pereira, sob orientação do emérito professor José Murilo de Carvalho, produziu sua dissertação de título *À Flor da Terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro* em 2006. Preocupando-se com o referido Cemitério dos Pretos Novos, o autor seleciona um recorte que cobre sua criação e sua extinção, analisando livros de óbito, jornais, documentos cartoriais, viajantes e dados arqueológicos, de modo a reconstruir a cultura funerária banto e católica num período de grande presença destas na sociedade escravista brasileira. Adensando o argumento desenvolvido por Cláudia Rodrigues, à respeito dos enterramentos de protestantes, o autor lida com a questão da negligência da Igreja católica, com os corpos dos escravos mortos.

Utilizando das versões traduzidas dos relatos dos já citados Debret, Kidder e Luccock, o autor ainda se ocupa diretamente dos relatos de Maria Graham (também conhecida como Lady Maria Calcott), G.W. Freireyss e Robert Walsh. Alguns, que apesar de romperem o recorte proposto pelo trabalho, se fazem muito úteis na compreensão da sociedade e da cultura funerária brasileira. Graham, cujos comentários demonstram fortemente as diferenças adquiridas por ela frente a terra brasileira, é mostrada por seus comentários acerca de seu desconforto com o sepultamento mal feito de negros, e sua boa impressão do cemitério dos Ingleses na Gamboa, na cidade do Rio de Janeiro. Freireyss, viajante alemão, é muito bem utilizado por seus comentários acerca da situação do Cemitério dos Pretos Novos na cidade carioca e por suas observações acerca do batismo dos negros escravos. O reverendo Walsh é bastante aproveitado em suas observações dos hábitos negros, de sua saúde e de seu enterramento. Kidder, Debret e Luccock são utilizados de forma semelhante aos anteriores, porém destaque o uso Luccock em sua magnífica diferenciação das mortes de pobres e afortunados, aproveitadas pelo pesquisador.

A Dissertação *Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: Festas e Funerais na Natal Oitocentista*, de autoria de Annie Larissa Garcia Neves Pontes da UFPB, tem seu olhar mais voltado para a irmandade religiosa dos Passos em Natal- RN, dedicando a menor parte da reflexão aos funerais organizados pela mesma. Tanto a obra traduzida de Henry Koster, quanto o livro de memórias de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo são usados em descrições religiosas e físicas da Província de Rio Grande. Apesar de Koster dedicar algumas páginas à morte no Nordeste.

Thiago de Souza dos Reis, que obteve o título de mestre pela Unirio com o trabalho *Morte e escravidão: padrões de morte da população escrava de vassouras, 1865-1888*, de grande qualidade, provavelmente devido ao recorte localizado no interior do Rio de Janeiro, também foco do trabalho de Iamara da Silva Viana, fez uso de apenas dois viajantes em seu percurso de pesquisa. O Já citado Saint-Hilaire é utilizado por suas observações acerca da economia do café, a qual possibilitou boa parte do crescimento da cidade de Vassouras, confirmando, portanto os dados coletados por Thiago; o francês exilado no Brasil Charles Ribeyrolles também é utilizado por suas observações acerca de práticas agrícolas.

Atualmente em processo de obtenção do Doutorado, Felipe Augusto de Bernardi Silveira, em sua dissertação intitulada *Entre Políticas Públicas e Tradições: O Processo de Criação do Campo Santo na Cidade de Diamantina (1846 1915)*, defendida em 2005, desenvolve reflexões interessantes principalmente no que concerne à modernização cemiterial e à modificação das práticas funerárias frente à modernidade civilizatória. Apontando para o reducionismo do conceito de morte medicalizada, o autor exalta as especificidades culturais da região de Diamantina e atesta ao fim que o processo civilizatório se encontra fraco e inacabado no período analisado. Como fazem alguns historiadores da morte, o autor demonstra como forças sócio-históricas tradicionais, moldaram o projeto civilizador eurocêntrico da cultura funerária.

Usando diretamente dez relatos (por meio de referências e citações) traduzidos para o português, de viajantes de diversas nacionalidades, principalmente no segundo capítulo da dissertação, o autor ilustra suas reflexões. Alocando-os juntamente com os Memorialistas (o que sugere um uso diferenciado destes), Silveira se utiliza de Herman Burmeister, George Gardner, e dos já citados Richard Burton, Jean-Baptiste Debret, Thomas Ewbank, Maria Graham, Daniel Parish Kidder, John Luccock, Robert Walsh, Auguste Saint-Hilaire. A utilização de Burton é feita em um comentário simples sobre as cidades vistas à distância, e de Saint-Hilaire, também num comentário simples acerca das residências brasileiras. Dr. Hermann Burmeister é usado no diagnóstico de mazelas das cidades brasileiras, principalmente Ouro Preto. Ainda no que tange às cidades, Silveira se utiliza de Gardner, de Walsh e de Graham, principalmente na construção de uma imagem pouco higiênica das cidades e cemitérios brasileiros. Debret e Ewbank também são utilizados na imagética da cidade, pouco aproveitados em suas observações sobre o cotidiano da morte, em específico, assim como os anteriores. Kidder e Luccock são bastante utilizados em suas famigeradas observações sobre a morte. As observações dos viajantes sobre a morte, de modo geral, é deixada de lado em relação ao argumento acerca do projeto civilizador carregado pelos viajantes.

De intenção diferenciada Luiz Lima Vailati em sua Tese de Doutorado publicada em 2005 e reeditada em 2010 para publicação, intitulada *A Morte Menina*, desenvolve reflexões que buscam remontar em detalhe o cotidiano da morte infantil no Rio de Janeiro e São Paulo. O autor faz uso de 29 relatos de viajantes franceses, americanos e ingleses não traduzidos, apenas se utilizando de poucas versões traduzidas principalmente de autores de nacionalidade germânica. A larga utilização dos relatos, em relação aos pesquisadores citados anteriormente pode ter ligação com a proximidade geográfica com a Biblioteca Nacional e sua vasta coleção de relatos não traduzidos, porém mesmo outros pesquisadores de centros próximos à Biblioteca não o fizeram. A importância dos relatos na observação do cotidiano da morte no Brasil é expressa pela frequência e qualidade das citações de viajantes nos diversos momentos relacionados à morte, abarcados pela análise do historiador. Os viajantes são percebidos

como potenciais não só no tema infantil, como também na questão do cotidiano sobre a morte, mesmo não sendo esse o objetivo de Vailati.

Cícero Joaquim dos Santos, Iamara da Silva Viana e Sabrina Mara Sant'Anna, pesquisadores formados respectivamente na Universidade Estadual do Ceará, Universidade Estadual do Rio de Janeiro e Universidade Federal de Minas Gerais não fizeram uso de nenhum viajante.

Conclusão – os desusos

Usando as palavras-chave "Morte (aspectos religiosos)", "Morte (aspectos filosóficos)", "Morte", "Ritos Funerários", nos bancos de teses do CAPES, da USP e outros, cheguei a um total de treze Dissertações e Teses da USP, UFMG, UFJF, UNIRIO, UERJ, PUC-RS, PUC-SP, UFPB, UECE, UFRJ e UFRGS, cobrindo, portanto, as regiões Sul, Sudeste e Nordeste, regiões bastante exploradas pelos viajantes mais ligados aos centros urbanos. Com os trabalhos em mãos, rastreei pelo texto e pelas Referências Bibliográficas a existência ou não de relatos de estrangeiros; tendo encontrado, tratei de constatar as obras recorrentes e a existência de obras não traduzidas. Por fim observei de modo superficial a utilização dos mesmos.

Cada pesquisa carrega um quê de individualidade e ao mesmo tempo um peso na tradição e teoria, que se fazem claríssimos na orientação de pesquisa nas Universidades, na Graduação de forma muito acentuada, e na Pós Graduação. Pesquisadores como Felipe Augusto de Bernardi Silveira, se utilizam dos viajantes traduzidos segundo suas intenções argumentativas, no caso dele, na construção da imagética pitoresca e pouco higiênica construída pela literatura de viagem. Seria difícil elaborar uma teoria convincente que justificasse a intenção dos pesquisadores ao colocar tais fontes em segundo plano, talvez a ilusão de uma super exploração destas, ou simplesmente o desinteresse por suas reflexões.

Após avaliação dos dados obtidos, percebe-se inicialmente a reincidência dos usos dos viajantes traduzidos cuja utilização é recorrente em trabalhos com outros focos, como Saint Hillaire, Richard Burton, John Luccock, Thomas Lindley, Debret, Thomas Ewbank e outros. Boa parte deles já utilizados por João José Reis em seu estudo sobre a Cemiterada e por Adalgisa Arantes Campos ainda em fins da década de oitenta e início de noventa. Mesmo Luís Soares de Camargo (2007) ou Mara Regina do Nascimento (2006), que utilizaram mais de dez viajantes, ainda caíram nesta repetição, superada apenas por Luiz Lima Vailati (2005) cuja vasta exploração multilíngüe, somou 29 viajantes estrangeiros de diversas nacionalidades.

A reincidência do uso de viajantes traduzidos para o português é clara e pode produzir discussões diversas relativas à importância confiada a tal fonte, não justificando um esforço de leitura em língua estrangeira ou uma consulta a dicionários de época, ao mesmo tempo em que pode significar a ausência

de investimento, das bibliotecas, em obras não presentes no Brasil. Além disso, é comum o uso dos relatos como meio de se corroborar determinado argumento a respeito da cultura funerária brasileira. Além disso, percebeu-se comum a colocação destes não como Fontes (ou Fontes Impressas), mas como Bibliografia ou postos lado a lado com Literatura de Ficção. indiscriminadamente.

Mediante estudo da utilização dos relatos de viajantes pelos historiadores da morte no Brasil, percebe-se um baixo aproveitamento destes, principalmente na observação empreendida por eles, do cotidiano da morte. A fuga do tema da morte pelo homem comum, como demonstram diversos tãtato-historiadores, é atual e de modo geral uma atitude oposta daquela do homem no período Moderno. Essa fuga é a consequência atual de um processo civilizatório (colocado por alguns como medicalizante), cujos primeiros passos mais perceptíveis foram efetuados no período oitocentista, por meio de ações diretas do poder público, da sociedade e da igreja. Essa dinâmica de poder, com implicações culturais, é observada pelos viajantes que, diretamente ou não, se tornam agentes ou modelos de civilização para a população brasileira.

Enfim, são diversas e ricas as gamas de utilização dos viajantes nas diversas frentes do estudo sobre a morte no Brasil, e não cabe a esse momento uma análise destas. Fica, entretanto, uma provocação sobre a carência de utilização destes em novas reflexões sobre a morte, ou sobre a relação da morte com os mesmos.

Referências Bibliográficas

- ANDRÉ, Richard Gonçalves. Representações e práticas mortuárias na cultura popular brasileira: influências e apropriações. **Revista Brasileira de História das Religiões**. ANPUH, Ano II, n. 4, Mai. 2009. p.239-265
- ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- BURTON, Richard Francis. **Explorations of the Highlands of Brazil; with a full account of the gold and diamond mines; also, canoeing down 1500 miles of the great river San Francisco, from Sabará to the sea**. London, Tinsley Brothers, 1869, 2 vols.
- CAMARGO, Luís Soares. **Viver e morrer em São Paulo: a vida, as doenças e a morte na cidade do século XIX**. Tese (Doutorado em História Social) – PUC, São Paulo, 2007.
- COSTA, Fernanda Maria Matos da. **A morte e o morrer em Juiz de Fora: transformações nos costumes fúnebres, 1851-1890**. Dissertação (Mestrado) – UFJF, Juiz de Fora, 2007.
- ELIAS, Norbert. **A Solidão dos Moribundos, seguido de Envelhecer e Morrer**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2001
- FONSECA, Humberto J. **Vida e morte na Bahia colonial: sociabilidade, festa e rituais fúnebres**. Tese (Doutorado) - FAFICH/UFMG, Belo Horizonte, 2006.
- KIDDER, Daniel Parish. **Sketches of residence and travels in Brazil**. Philadelphia: Sorin & Ball, 1845.
- LIMA, Carollina Carvalho Ramos de. **Os Viajantes estrangeiros nos periódicos cariocas (1808-1836)**. Dissertação (Mestrado em História) - UNESP, Franca, 2010.

LINDLEY, Thomas. **Narrative of a Voyage to Brazil**. London: Printed for J. Johnson. St Paul's Church-Yard, 1805.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil tomadas durante uma estada de dez anos nesse país de 1800 a 1818** (tradução de Milton da Silva Rodrigues). São Paulo: Livraria Martins, 1942.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades Leigas em Porto Alegre. Práticas funerárias e experiência urbana. Séculos XVIII e XIX**. Tese (Doutorado em História) - UFRGS, Porto Alegre, 2006.

PEREIRA, Júlio César Medeiros da S. **À flor da terra: o Cemitério dos Pretos Novos no Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) – UFRJ, Rio de Janeiro, 2006.

PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: Festas e Funerais na Natal Oitocentista**. Dissertação (Mestrado) – UFPB, Natal, 2008.

REIS, João José. **A Morte é uma Festa: Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

_____. O Cotidiano da Morte no Brasil Oitocentista. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

REIS, Thiago de Souza dos. **Morte e escravidão: padrões de morte da população escrava de vassouras, 1865-1888**. Dissertação (Mestrado em História), Unirio, Rio de Janeiro, 2009.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. **A boa morte e o bem morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)**. Dissertação (Mestrado em História) – UFMG, Belo Horizonte, 2006.

STRANGE, Julie-Marie. 'She cried a very little': death, grief and mourning in working-class culture, c. 1880–1914. **Social History** 27(2)(2002): 143-161

SANTOS, Cícero Joaquim dos. **No entremeio dos mundos: tessituras da morte da Rufina na tradição oral**. Dissertação (Mestrado em História) – UECE, Fortaleza, 2009.

SILVEIRA, Felipe Augusto de Bernardi. **Entre políticas públicas e tradições: o processo de criação do campo santo na cidade de Diamantina (1846-1915)**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

TORRÃO FILHO, Amilcar. **A arquitetura da alteridade: a cidade luso-brasileira na literatura de viagem (1783-1845)**. Tese (Doutorado em História) - UNICAMP, Campinas, 2008.

VAILATI, Luiz Lima. Os funerais de anjinho na literatura de viagem. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, n. 44, 2003, p. 365-392.

_____. **A morte menina: Infância e morte infantil no Brasil dos oitocentos (Rio de Janeiro e São Paulo)**. São Paulo: Editora Alameda, 2010.

VIANA, Iamara da Silva. **Morte escrava e relações de poder em Vassouras (1840-1880): hierarquias raciais, sociais e simbolismos**. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2008.

WENCZENOVICZ, Thais Janaina. **Luto e silêncio: doença e morte na área de colonização polonesa no RS (1910-1945)**. Tese (Doutorado em História) – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

Políticas Públicas de Saúde: A História da Saúde Mental no Brasil

Jaqueline de Freitas Lopes

Dalton Gonçalves Saraiva

Jaqueline de Freitas Lopes

Márcia Valéria Nogueira de Freitas

jaquelineflopess@yahoo.com.br

Resumo: O presente estudo teve como principal objetivo discutir as Políticas Públicas de Saúde, onde apresentou-se a história da saúde no Brasil, dando ênfase na saúde mental, pois a Política Nacional de Saúde Mental prioriza a (re) inserção social do portador de sofrimento mental e garante seu direito à liberdade, à dignidade e à cidadania. Para isto apresentou-se o trabalho desenvolvido pelo profissional de Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, localizado no município de Viçosa-MG, que atende pacientes nas modalidades intensiva e semi-intensivo. Este estudo mostra-se a importância de conhecer a história da saúde mental e a sua evolução no contexto Histórico para que possa fazer um atendimento de qualidade aos pacientes desses serviços.

Palavras-chave: Saúde, Centro de Atenção Psicossocial, Saúde Mental, pacientes.

1 - INTRODUÇÃO

O presente estudo teve como finalidade discutir as Políticas Públicas de Saúde, onde apresentou-se a história da saúde no Brasil, dando ênfase na saúde mental, pois a Política Nacional de Saúde Mental prioriza a (re) inserção social do portador de sofrimento mental e garante seu direito à liberdade, à dignidade e à cidadania. Para isto apresentou-se o trabalho desenvolvido pelo profissional de Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, localizado no município de Viçosa-MG, que atende pacientes nas modalidades intensiva e semi-intensivo. Este estudo mostra-se a importância de conhecer a história da saúde mental e a sua evolução no contexto Histórico para que possa fazer um atendimento de qualidade aos pacientes desses serviços.

2 – OBJETIVO GERAL

Este trabalho teve como objetivo conhecer o trabalho desenvolvido pelo profissional de Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.

3 – BREVE HISTÓRICO

3.1 – A HISTÓRIA DA SAÚDE NO BRASIL

Ao longo dos anos ocorreram várias mudanças na Saúde Pública no Brasil, configurando-se conforme as necessidades e os contextos de cada período. Ao contextualizar a saúde no Brasil busca-se compreender como surgiu a necessidade de reformar o sistema de saúde brasileiro e como se estabelece um novo modelo de saúde assistencial, pautado em práticas de promoção da saúde e prevenção de doenças sem deixar de lado o atendimento curativo, o que esclarece a implantação da Estratégia de Saúde da Família como estratégia de reafirmação desse modelo.

O processo de industrialização, a redefinição do papel do Estado, o surgimento das políticas sociais e as reivindicações dos trabalhadores foram algumas características importantes para a alteração no modelo de saúde no Brasil. Com a urbanização, as questões sociais e de saúde tiveram que sofrer algumas alterações, pois a classe trabalhadora vivia em condições precárias de higiene, saúde e habitação (BRAVO, 1991).

Em 1923, a Lei Elói Chaves representa um marco no surgimento da Previdência Social Brasileira, com a criação das Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAPs). Através delas algumas empresas, inicialmente as das estradas de ferro, ofereciam aos seus funcionários assistência médica, além de aposentadorias e pensões. A assistência médica curativa prestada pelas CAPs era financiada pelas empresas e seus empregados (JÚNIOR, 2011).

As CAPs cresceram muito, sendo que de acordo com Júnior (2011), algumas categorias profissionais já possuíam hospitais próprios e, em 1930, foram transformadas em Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPs). Estes Institutos atendiam trabalhadores de uma determinada categoria profissional e já havia alguma participação do Estado. Nesse momento a contribuição era tripartite, sendo realizada pelos empregados, pela empresa e pelo Estado, que atuava mediando a base contributiva previdenciária.

A medicina previdenciária surgiu na década de 1930, com a criação dos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAP's). A previdência preocupou-se mais efetivamente com a acumulação de reservas financeiras do que com a ampla prestação de serviços.” (BRAVO, 1991).

A política de saúde ficou dividida em dois setores: saúde pública e medicina previdenciária, sendo que a saúde pública elaborou projetos para a criação de condições sanitárias mínimas para a população urbana. Segundo Braga e Paula (1986), os principais projetos adotados pela saúde pública entre 1930 a 1940 foram: campanhas sanitárias, coordenação dos serviços estaduais de saúde dos estudos de fraco poder político e econômico, em 1937, pelo Departamento Nacional de saúde, interiorização das ações

para as áreas de endemias rurais, a partir de 1937, em decorrência dos fluxos migratórios de mão – de – obra para as cidades, criação de serviços de combate a endemias, reorganização de Departamento nacional de saúde em 1941.

Na década de 1940, constitui período de contato com o modelo americano, datando desta época a intensificação da influência na educação médica e estrutura das escolas de Medicina do país. Isto explicaria, em parte, a proximidade dos padrões preconizados pelos especialistas brasileiros da época com aqueles em discussão nos Estados Unidos (SCHIESARI e KISIL, 2003).

Após a segunda Guerra Mundial, a saúde passa a ser considerada nos seus aspectos biopsicossociais, havendo preocupação com a saúde pública através da assistência às populações devastadas pela guerra (BRAVO, 2007 pág. 33).

Os Institutos de Aposentadoria e Pensão de caráter nacional ofereciam benefícios heterogêneos, bem como diversidade na qualidade da assistência prestada. O provimento de serviços era feita, sobretudo por meio da contratação de prestadores privados, de diferentes portes e especialidades, entre outras características (SCHIESARI e KISIL, 2003).

Foram iniciados em 1964, de acordo com Braga (2007. p. 45) os convênios do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, com empresas da “medicina de grupo” ou “empresas médicas”. As empresas contratantes passavam a arcar com a responsabilidade da assistência médica a seus empregados, recebendo subsídio do INPS para a compra dos serviços de outras empresas.

De acordo com Bravo (2007. p. 42) a saúde pública teve, no período, um declínio maior que aquele ocorrido no início dos anos 60, e a medicina previdenciária cresceu, principalmente, após a reestruturação do setor em 1966.

Em 1966, segundo Schiesari e Kisil (2003) com a unificação dos institutos pela criação do Instituto Nacional de Previdência Social - INPS, o aumento dos recursos disponíveis de forma centralizada contribuiu para o aumento das pressões para a ampliação da cobertura dos benefícios. Isto levou à expansão da rede de serviços, sobretudo privados, subsidiados pela própria Previdência.

A medicina previdenciária segundo Bravo (2007 p. 27) só vai sobrepujar a saúde pública a partir de 1966, evidenciando que a assistência médico – previdenciária era formada basicamente pelos serviços próprios dos Institutos.

Em 1967, foi promulgada uma nova Constituição Federal e tomou posse, eleito pelo Congresso Nacional, o general Costa e Silva. Em 1968, a chamada ‘linha dura militar’ consolidou o viés autoritário e burocrático do regime. Com o Ato Institucional nº. 5, cassara-se mandatos de parlamentares, houve uma rígida censura dos meios de comunicação e ocorreram eleições indiretas para os cargos do Executivo. Entre 1968 e 1974, o autoritarismo concorreu para o controle inflacionário, com taxa média de 10,9% ao ano. Nesse período, os benefícios do crescimento eram distribuídos de modo muito desigual. Pelo

menos metade da população economicamente ativa estava fora do mercado de trabalho formal, portanto, sem acesso a qualquer direito previdenciário (SCOREL, NASCIMENTO e EDLER, 1999).

Na década de 70, conforme Brasil (2002), parte dos recursos públicos era direcionado para os serviços de saúde pública e de assistência médica, caracterizando uma assistência composta por uma rede de serviços de saúde pública em que todos tinham acesso aos serviços prestados, em sua maioria, nos centros de saúde e unidades ambulatoriais que realizavam outras atividades, como vacinação e vigilância epidemiológica. Os serviços de saúde pública eram oferecidos gratuitamente e financiados com recursos advindos de impostos sem, contudo, oferecer um atendimento integral ao paciente.

No Brasil, os programas que aplicaram as teses da medicina comunitária- desmedicalização, autocuidado de saúde, atenção primária realizada por não-profissionais, revitalização da medicina tradicional e emprego de tecnologia apropriada (García, 1983)- vinculavam-se aos DMP. Numa primeira fase, os projetos de medicina comunitária pretendiam propiciar ao estudante uma visão extramuros, extra-hospitalar, mais integral. Numa segunda fase, avançou-se para a formação de internos e residentes nos DMP, com rearranjos institucionais que aumentaram a participação popular (OPAS/KELLOG *apud* SCOREL, 1999).

Este ambiente de incertezas e novas formulações em torno da prática médica caracterizou-se pela revisão crítica da teoria preventivista, até então hegemônica na análise dos problemas da saúde. Delimitou-se teoricamente o campo da saúde coletiva. A ciência deixou de ser percebida como “neutra” e a teoria passou a ser vista como um instrumento de luta política (SCOREL, 1999).

O pensamento reformista desenvolveu sua base conceitual a partir de um diálogo estreito com as correntes marxistas e estruturalista em voga. A reformulação do objeto saúde na perspectiva do materialismo histórico, e a construção da abordagem médico social da saúde pretendia superar as visões biológicas e ecológica do antigo preventivismo (SCOREL, NASCIMENTO e EDLER, 1999).

O regime militar, diante às críticas ao seu projeto político social tentou defender-se, aumentando de forma controlada, o espaço de manifestação política; e utilizando-se simultaneamente de dois mecanismos voltados para responder as demandas das camadas populares: concessões econômicas restritas e uma política social ao mesmo tempo repressiva e paternalista (TEIXEIRA e OLIVEIRA, 1985).

Ainda neste período, ocorreu o ressurgimento do movimento estudantil e o surgimento do movimento pela anistia e do novo sindicalismo, além da organização, em algumas capitais, do movimento contra o custo de vida e o princípio do movimento sanitário.

O segundo plano nacional de desenvolvimento, de acordo a Scorel, Nascimento e Edler (1999), com foi um plano quinquenal voltado ao desenvolvimento econômico e social, o qual continuava ideologicamente orientado pela visão do Brasil grande potência. Contudo, havia nele algumas prioridades

no campo social: educação, saúde e infra-estrutura de serviços urbanos. O diagnóstico apresentado para a saúde pública e, também, para a assistência médica da previdência denunciava a carência de capacidade gerencial e estrutura técnica, que reduzia a eficácia dos recursos públicos a elas destinados e elevava o risco das decisões de aumentá-las substancialmente.

Em consonância a Escorel, Nascimento e Edler (1999 p.66):

Nessa conjuntura, o planejamento estatal, voltado a estimular políticas sociais, gerou três espaços institucionais, logo ocupados por técnicos ligados ao movimento sanitário. O setor Saúde do Centro Nacional de Recursos Humanos do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas (CNRH/Ipea), a Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) e o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde da Organização Pan-americana da Saúde (Preps/Opas) serviram como pilares institucionais que estimularam a e estruturação e a articulação do movimento sanitário.

Em decorrência da pressão do regime autoritário, o movimento sanitário caracterizou-se, como uma força política construída a partir da articulação de uma série de propostas constetatórias ao regime. Para viabilizar suas propostas, criou-se o Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (CBES) (SCOREL, NASCIMENTO e EDLER,1999).

Segundo Escorel, Nascimento e Edler (1999), o Movimento Sanitário exercia crítica a abordagem estritamente biológica da medicina e discutia a prática da medicina numa perspectiva histórico-estrutural, pela qual se buscava aprender as relações entre saúde e sociedade. Ao mesmo tempo, avançou na implementação de políticas de saúde alternativas as implantadas pelo regime militar. Tais políticas emanavam de programa de extensão universitária, de secretarias municipais de saúde e mesmo do próprio Ministério da Previdência Social, onde alguns especialistas ligados ao movimento sanitário assumiriam cargos técnico-administrativo.

No primeiro ano do Movimento Sanitário, a ocupação dos espaços institucionais caracterizou-se pela busca do exército e da operacionalização de diretrizes transformadoras do sistema de saúde. Os profissionais que pensavam criticamente o sistema tinham um trabalho árduo, para colocar em prática projetos, que iam completamente na contra-mão dos interesses do regime autoritário (SCOREL, NASCIMENTO e EDLER, 1999).

O projeto Montes Claros (MOC) foi uma experiência que incorporou sua prática os conceitos de regionalização, hierarquização, administração-democrática e eficiente, integralidade da assistência a saúde, atendimento por auxiliares de saúde e participação da população. O MOC teve um papel ideológico agregador, transformando-se em objeto de estudo para um bom número de pesquisadores dos movimentos sociais interessados pela articulação “saúde e organização política” (SCOREL, 1999).

Inicialmente era formado por uma rede de minipostos e ações de saneamento, logo verificou-se a extrema dificuldade de sustentação e manutenção desta rede, sem articulação com níveis mais complexos (ROSAS apud SCOREL, 1999).

De acordo com Escorel, Nascimento e Edler (1999), a rede de minipostos, com utilização de pessoal auxiliar, garantia a interiorização das ações de saúde. Unindo uma abordagem médico-social ao pensamento sanitário desenvolvimentista, significando, assim, a viabilização e expansão do que já fora experimentado no MOC, favorecendo, por outro lado o avanço do movimento sanitário.

Entre 1981 e 1984, o país vivenciou uma crise econômica explícita, e o crescimento da economia retraiu; o número de pessoas empregadas que contribuía para a previdência também diminuiu, e assim começou a faltar dinheiro na previdência; foi quando se iniciaram as políticas racionalizadoras na saúde e as mudanças de rota com a criação do Conselho Consultivo da Administração da Saúde Previdenciária – CONASP. Este conselho elaborou um novo plano de reorientação da Assistência Médica (BRASIL, 2002).

A partir do plano do CONASP, de acordo com Bravo (2007), verificou-se que seriam necessárias transformações mais profundas no sistema de saúde, surgindo, então, o Programa de Ações Integradas – AIS. A implantação das Ações Integradas de Saúde – AIS, buscou redirecionar o modelo de atenção à saúde, iniciando a descentralização, a desconcentração e uma tentativa de integração entre as ações de saúde e assistência à doença (SCHIESARI e KISIL, 2003).

De acordo com Escorel, Nascimento e Edler (1999), no dia 2 de setembro de 1991, pelo decreto n. 86.329 do presidente da república, o Conselho Consultivo da Administração da Saúde Previdenciária - CONASP deveria operar como organizador e racionalizador da assistência médica, de forma que minimizasse e racionalizasse os gastos. Sugerindo critérios para alocação dos recursos previdenciários do setor saúde, recomendando políticas de financiamento e de assistência à saúde, e também analisando e avaliando a operação e o controle da Secretaria de Assistência Médica da Previdência Social.

O Plano do CONASP resgatava alguns princípios existentes no Prev-Saúde, este dividia-se em três partes: a primeira, racionalizadora, preocupava-se com a contenção de gastos e pretendia substituir o sistema então vigente de pagamentos de gastos médicos(GIH), que remunerava atos isolados, por um novo sistema de contas(AIH), que remunerava por procedimentos mais agregados. A segunda parte referia-se à eficácia técnica, pela qual se buscava reorientar conteúdo e estratégias de programas como o de saúde mental, odontologia, procedimentos de alto custo entre outros. A terceira parte apontava para uma maior racionalidade na rede assistencial, pela melhora dos serviços próprios e pela criação do projeto de Racionalização Ambulatorial (ESCOREL, NASCIMENTO e EDLER, 1999).

Conforme descreveu Natalini (2001), “com a AIS os setores públicos de saúde se conhecem e iniciam um processo de planejamento mais integrado e articulado”. No programa, em vez de usar o dinheiro do INAMPS para consultas e internações de beneficiários, transferiam-se esses recursos para governos estaduais e municipais por meio de convênios com os Ministérios da Saúde e Previdência. Essas ações integradas de saúde foram muito expandidas nos meados da década de 80, com isso, um número maior

de cidadão passaram a ter acesso aos serviços de saúde, independentemente da possibilidade de pagar e de qualquer forma de contribuição.

Segundo Escorel, Nascimento e Edler (1999), as Ações Integradas de Saúde (AIS) surgiram sob a forma de um programa (como o País) dentro do Plano do CONASP, e se concretizaram por meio de convênios, assinados pela maioria dos estados brasileiros entre o MPAS/MS/MEC e as secretarias estaduais de saúde, com a incorporação dos programas dos municípios. Em 1982 até 1984 todos os estados brasileiros haviam adotado as AIS.

A partir de 1985, começaram os preparativos para a elaboração da Constituição Federal. Segundo Bravo (2007, pág. 32), em 1986, foi realizada a 8ª Conferência Nacional de Saúde, que discutiu a situação da saúde no país e aprovou um relatório cujas recomendações de descentralização, participação popular e eficiência da gestão local. Essas recomendações passam a constituir o projeto da Reforma Sanitária Brasileira. A proposta da reforma para reorientar o sistema de saúde é a implantação do Sistema Único de Saúde.

Em 1986, na 8ª Conferência Nacional de Saúde foi considerado o momento mais significativo do processo de construção de uma plataforma e de estratégia do “movimento pela democratização da saúde em toda história” (RODRIGUEZ NETO, 2003:49).

De acordo com Escorel, Nascimento e Edler (1999), foi na 8ª Conferência Nacional de Saúde, entre 17 e 21 de março de 1986, em Brasília, que se nortearam os princípios da Reforma Sanitária. Questão fundamental para os participantes da conferência foi a da natureza do novo sistema de saúde: estatal ou não. A estatização não foi aceita, e prevaleceu a proposta do fortalecimento e da expansão do setor público.

Não foi por acaso que se implantava o SUDS, ao mesmo tempo em que se instalava a comissão Nacional de Reforma Sanitária (CNRS). SUDS se constituía numa estratégia-ponte para “a reorientação das políticas de saúde e para a reorganização dos serviços, enquanto se desenvolvessem os trabalhos da constituintes e da elaboração da legislação ordinária para o setor” (Paim apud Cordeiro, 2004:13-14). Criado por Portaria Ministerial MEC/MS/MPAS, n.2/86 de agosto de 1986, a comissão Nacional de Reforma Sanitária foi considerada, quanto aos seus objetivos e composição, insatisfatória pelo movimento sanitário (ESCOREL, NASCIMENTO E EDLER, 1999, P. 80).

A área da saúde conseguiu chegar à Assembléia Nacional Constituinte com sua proposta discutida, legitimada e completa, do ponto de vista do ideário do movimento sanitário (ESCOREL, NASCIMENTO e EDLER, 1999).

Segundo Escorel, Nascimento e Edler (1999), em 1988, concluiu-se o processo constituinte e é promulgado a oitava Constituição do Brasil. A chamada ‘Constituição Cidadã’ foi um marco fundamental na redefinição das prioridades da política do Estado na área da saúde pública. Como um direito de todos e dever do Estado, “garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de

doença e de outros agravantes e ao acesso universal às ações e serviços para a sua promoção , proteção e recuperação“.

Tanto o Congresso Brasileiro de saúde Coletiva, quanto o Congresso Paulista de Saúde Pública, contribuíram com a discussão sobre a metodologia das ações operacionais para o SUS. Dessa forma, essa nova metodologia da saúde está incluída na Constituição Federal de 1988, no artigo 196:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2011).

Para promover esse acesso universal e igualitário, foi criado o Sistema Único de Saúde - SUS conforme indicado no artigo 198 da Constituição Federal de 1988, “as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um Sistema Único”, organizado de acordo com as seguintes diretrizes, descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. Essas três diretrizes formam a base do SUS. Todas as políticas e ações que tratem de saúde devem incluir esses três princípios/diretrizes, que foram detalhadas nas leis 8.080 e 8.142, publicadas em 1990.

A Lei 8.080 fala sobre a organização do SUS, que se baseia na descentralização das ações e políticas de saúde, e trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, que devem promover o atendimento integral à população.

A Lei 8.142 fala sobre a participação da comunidade no acompanhamento das políticas e ações de saúde, criando os conselhos de saúde e as conferências de saúde. Os conselhos de saúde são grupos formados por representantes de diversos setores da sociedade, os segmentos: governo, prestadores de serviços de saúde, profissionais da saúde, usuários.

Com a Constituição de 1988, a saúde passou a ser definida como direito social universal derivado do exercício da cidadania dentro de uma perspectiva de articulação de políticas sociais e econômicas. Nesta nova configuração o setor saúde deixou de ter o hospital como centro do modelo assistencial. Paralelamente como a efetivação gradual da implantação do Sistema Único de Saúde (SUS) e a crescente importância dos municípios na gestão e prestação de saúde.

A aprovação do SUS pela Constituição Federal de 1988 forneceu os princípios para a reorganização da atenção à saúde no Brasil, mas tem sido o Programa Saúde da Família a estratégia estruturante que viabiliza a construção de um novo modelo de atenção à saúde.

O Sistema Único de Saúde - SUS - foi criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pelas [Leis nº. 8080/90 e nº. 8.142/90](#) (Leis Orgânicas da Saúde), com a finalidade de alterar a situação de desigualdade na assistência à saúde da população, tornando obrigatório o atendimento público a qualquer cidadão, sendo proibidas cobranças de dinheiro sob qualquer pretexto (BRASIL, 2006).

De acordo com o Art. 196 da Constituição Federal:

A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença, e outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 2012).

Para promover esse acesso universal e igualitário, conforme apresenta o artigo 198 da Constituição Federal, as ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizada de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, atendimento integral e participação da comunidade. Essas três diretrizes formam a base do SUS, conforme detalham as leis 8.080 e 8.142, ambas publicadas em 1990.

A Lei 8.080 de 19 de setembro de 1990, fala da organização do SUS, que se baseia na descentralização das ações e políticas de saúde, e trata das condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, que devem promover o atendimento integral à população.

3.2 - SAÚDE MENTAL EM MINAS GERAIS

Minas Gerais teve grande participação no cenário nacional da Reforma Psiquiátrica no Brasil, sobretudo em 1979, no III Congresso Mineiro de Psiquiatria sendo o início da Reforma Psiquiátrica de Minas (MINISTERIO DA SAÚDE, 2005).

Nesta época, Minas Gerais mantinha um grande número de hospitais psiquiátricos, tendo maior destaque os de Belo Horizonte, Juiz de Fora, Barbacena e de Oliveira, este último com atendimento infantil, sendo estes hospitais praticamente os únicos meios de recursos assistenciais. Já se passaram mais de 20 anos, e nesse período, ocorreram muitos debates e seminários sobre a realidade do que se passava dentro das instituições mineiras. Tendo hoje, em Minas Gerais, um panorama da saúde mental muito diferente.

Existem hoje no país vários instrumentos legais que subsidiam as definições de políticas públicas de substituição aos hospitais psiquiátricos por instituições e tratamentos alternativos, como: Centro de Atenção Psicossocial – CAPS, Hospital Dia Lares Abrigos e outros. Há mais de 20 anos o país tem amparo legal para efetivar o processo de transformação da assistência psiquiátrica dos portadores de sofrimento mental (MINISTERIO DA SAÚDE, 2008).

No estado de Minas Gerais contamos atualmente com mais de 800 serviços substitutivos credenciados junto ao Ministério da Saúde.

De acordo com a Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais (2007), desde o ano de 2003, a expansão da rede de CAPS tem sido crescente. Em média, o Ministério da Saúde tem cadastrado 110 novos CAPS por ano. Desta forma, o acesso a estes serviços tem sido ampliado de forma explícita. A

média porcentual de crescimento do número de pessoas atendidas entre 2003 e 2005 é de aproximadamente 42%.

O CAPS é um lugar que acolhe os pacientes com crises graves, devendo acolher de forma decidida os casos de crises que lhes chegam. Segundo FALEIROS (2007, pág. 50), sua proposta é devolver autonomia para o indivíduo. Autonomia significa, ao mesmo tempo, a capacidade de reproduzir-se na complexidade da história e do cotidiano das relações de poder e das energias e recursos próprios, na recusa da alienação, da tutela, do controle. Esta perspectiva se refere ao coletivo como aos indivíduo.

Ainda, segundo FALEIROS (2007, pág. 51), o desenvolvimento da autonomia é um processo de negação da tutela e da subalternidade pela mediação da afirmação da própria palavra e da construção das decisões sobre seu próprio destino. O fortalecimento da autonomia implica “o poder” viver para si no controle das próprias forças, e de acordo com as próprias referências.

Por isto, no tratamento de pacientes com transtornos mentais ao invés da internação, passou-se a buscar uma maior interação do paciente com a família e com a sociedade como forma de fortalecimento da identidade do paciente.

3.2.1 - O QUE É CAPS

Centro de Atenção Psicossocial - CAPS é um serviço de saúde aberto e comunitário do Sistema Único de saúde (SUS), sendo instituições destinadas a acolher os pacientes com transtornos mentais, estimular sua integração social e familiar, apoiá-los em suas iniciativas de busca da autonomia, oferecer-lhes atendimento médico e psicológico. Sua característica principal é buscar integrá-los a um ambiente social e cultural concreto designado como seu território, o espaço da cidade onde se desenvolve a vida cotidiana de usuários e familiar, se constituindo na principal estratégia do processo de reforma psiquiátrica. (SAÚDE MENTAL NO SUS, 2004, pág. 13).

O objetivo do CAPS é oferecer atendimento à população de sua área de abrangência, realizado o acompanhamento clínico e a reinserção social dos usuários pelo acesso ao trabalho, lazer, exercício dos direitos civis e fortalecimento dos laços familiares e comunitários. É um serviço de atendimento de saúde mental criado para ser substitutivo às internações em hospitais psiquiátricos. As pessoas atendidas nos CAPS são aquelas que apresentam intenso sofrimento psíquico que lhes impossibilita de viver e realizar seus projetos de vida. Cada CAPS, por sua vez, deve ter um projeto terapêutico do serviço, que leve em consideração as diferentes contribuições técnicas dos profissionais dos CAPS, as iniciativas de familiares e usuários e o território onde situa, com sua identidade, sua cultura local e regional ((MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2008).

4 - METODOLOGIA

Neste estudo foi realizado um levantamento qualitativo junto ao Centro de Atenção Psicossocial - CAPS localizado na cidade de Viçosa situada no Estado de Minas Gerais, onde foi realizado entrevistas com os portadores de sofrimento mental e funcionários do CAPS.

5 – RESULTADO E CONCLUSÃO

A atuação do profissional de Serviço Social no Centro de Atenção Psicossocial - CAPS tem como atribuição promover ações de assistência às famílias no momento do diagnóstico, fomentando o vínculo entre a família e o usuário, independentemente do transtorno que tenha apresentado, através do acolhimento, projeto terapêutico individual, como também prestar assistência de benefícios, visitas domiciliares, ações junto à família e à sociedade, consulta médica quando necessário, encaminhamento, intervenção, atividades terapêuticas (individual e em grupo com a família). Estabelecer vínculos entre os Programas de Saúde da família – PSF's e Prefeituras locais.

Acolhimento é o primeiro contato com o paciente e com a família, resgatar o vínculo entre a família e o usuário saber se o paciente já esteve internado com crises psicológicas antes de começar o tratamento no CAPS, fazer o Plano Terapêutico Individual, analisando:

Situação socioeconômica, tipo de Moradia, composição familiar, hábitos do paciente, orientar sobre benefícios como: auxílio doença, Benefício de Prestação Continuada – BPC, dar assistência aos pacientes, exemplo medicação, material de construção, entre outros, orientar e Agendar perícia médicas para os pacientes (olhar diário d e campo).

Desta forma, o acolhimento visa promover ações de assistência as famílias no momento do diagnóstico, fomentando o vínculo entre a família e o usuário.

Atendimento aos familiares, buscando a participação dos familiares como suporte no tratamento do usuário.

Visitas domiciliares a fim de conhecer a realidade do paciente, a fim de fazer um levantamento sobre as condições sócio-econômicas em que vive o paciente e família, podendo assim atender a particularidade de cada indivíduo.

A intervenção psicossocial objetiva, principalmente, a aquisição de melhores condições humanas e de qualidade de vida. Refere-se à relação entre o indivíduo e o coletivo, partindo da interação entre os sistemas mais próximos até os mais distantes do sujeito (Sarriera, Silva, Pizzinato, Zago e Maira, 2000).

Orientação e encaminhamento - A assistente social fornece informações sobre serviços inclusivos ligados a saúde, benefícios, educação, geração de renda, legislação, transporte, esporte, lazer, cultura, entre outros.

Todo trabalho desenvolvido junto aos pacientes é realizado pela equipe profissional.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAGA, J.C.S.; PAULA, S.G. **Saúde e Previdência**. Estudos de Política Social. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Questão da Saúde e Serviço Social, as práticas profissionais e as lutas no setor**. Tese de Doutorado, Departamento de Serviço Social-PUC/SP, 1991.

BRAVO, Maria Inês Souza. **Serviço Social e Reforma Sanitária: Lutas sociais e Práticas Profissionais**. Tese de Doutorado, Departamento de Serviço Social-PUC/SP, 2007.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil>. Acesso em 16 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei 8.080/1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm> Acesso em 28 de maio de 2011.

BRASIL. **Lei 8.142/1990**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm> Acesso em 28 de maio de 2011.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em <<http://www.saude.gov.br>> Acesso em 07 de abr. de 2011.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em: <http://portal.saude.gov.br/portal/saude/cidadao/area.cfm?id_area=149> Acesso em 30 de abr. de 2011.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Disponível em <<http://dab.saude.gov.br/atencobasica.php#equipes>> Acesso em 14 de out. de 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Política Nacional de Atenção Básica**. 4. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 68p.

BRASIL, OPAS. **O trabalho em equipe**. In: Organização do Cuidado a partir de Problemas: Uma Alternativa Metodológica par a Atuação da Equipe de Saúde da Família. Brasília, DF, 2000. p. 45 – 49.

CUNHA, J. P. P., CUNHA, R. E. **Sistema Único de Saúde – SUS: Princípios**, In: CAMPOS, F. E., OLIVEIRA, JUNIOR, M, TONON, L. M., Cadernos de Saúde, Planejamento e Gestão em Saúde, Belo Horizonte: COOPMED, 1998, cap. 2, p. 11-26.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Estratégias em Serviço Social**. Ed. Cortez, São Paulo, 2007.

HEIMANN, L.S; MENDONÇA, M.H. **A trajetória da Atenção Básica em Saúde e do Programa Saúde da Família no SUS: uma busca de identidade**. In: Lima, N.T. et al. organizadores. Saúde e Democracia: história e perspectivas do SUS. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz; p. 481-502.2006.

JÚNIOR, P. A. A. **A Reforma Sanitária e o Sistema Único no Brasil**. Disponível em: <<http://www.wgate.com.br/fisioweb>> Acesso em 08 de abr. de 2011.

MARTINS, Rosa Maria Lopes. **Envelhecimento e políticas sociais**. Disponível em: <<http://www.ipv.pt/millennium/Millennium32/10.pdf>> Acesso em 15 de abril de 2011.

MENDONÇA, C. S. **Saúde da Família, agora mais do que nunca!** Ciência & Saúde Coletiva, 14(Supl. 1):1493-1497, 2009.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual da Saúde de Minas Gerais. Título Disponível em: <<http://cnes.datasus.gov.br>> Acesso em 13/07/2012.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual da Saúde de Minas Gerais. Título Disponível em: <<http://www.saude.gov.br>> Acesso em 13/07/2012

NATALINI, Gilberto. **Associação Paulista de Medicina**. 1ª Edição, Volume II, São Paulo-SP – 2001.

ROSA. Walisete de Almeida Godinho; LABATE. Renata Curi; **Programa Saúde da Família: A Construção de um novo modelo assistência.** Rev Latino-am Enfermagem 2005 novembro-dezembro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v13n6/v13n6a16.pdf>> Acesso em 09 de abr. de 2011.

ROSA WAG, Labate RC. **A contribuição da saúde mental para o desenvolvimento do PSF.** Rev. Bras Enferm 2003;56:230-5.

SHIESARI, Laura Maria César; KISIL, Marcos. Artigo. **A avaliação da qualidade nos hospitais brasileiros.** Revista de Administração em Saúde volume 5 n°. 18 jan-mar, 2003.

SAÚDE MENTAL NO SUS: os centros de atenção psicossocial/Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. – Brasília: Ministério da saúde, 2004.

SOUSA, MF; HAMANN, EM. **Programa Saúde da Família no Brasil: uma agenda incompleta?** Ciência & Saúde Coletiva, 14(Supl. 1):1325-1335, 2009.

SOUZA HM. **Entrevista com a diretora do Departamento de Atenção Básica SPS/MS.** Rev. Bras Enferm 2000;53(1):7-16.

O processo de formação dos Institutos Federais de Educação Tecnológica

James Soares

Graduando em Ciências Sociais pela UF MG
Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq
jamessoaresufmg@gmail.com

Miriã Suellen X. Nascimento

Graduanda em Pedagogia pela UFMG
Bolsista de Iniciação Científica pelo CNPq
suellenxn@gmail.com

Rosemary Dore Heijmans

Profa. Dra. da FaE/ UFMG (Orientadora)
rosepierreheijmans@gmail.com

Resumo: O objetivo deste trabalho é o de identificar o processo de criação e consolidação da educação profissional na rede técnica federal no Brasil, bem como analisar o sistema de financiamento dessa modalidade de ensino. Paralelamente ao crescimento econômico foi modificada a estrutura da educação profissional, com a integração das Escolas Técnicas e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) (Decreto n.6.095/2007), bem como a ampliação de vagas nos cursos ofertados por essas instituições de ensino. Desde 2008, os novos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) passam a ofertar, além dos cursos técnicos de nível médio e de nível superior, também cursos de licenciatura e graduação *Stricto Sensu*. Nesse contexto o foco de nosso estudo é a análise das mudanças na política de financiamento das Escolas Técnicas Federais e nos CEFETs e o que tem sido feito para garantir a nova organização e o novo funcionamento dessas instituições educacionais.

Palavras-chave: Educação Profissional, Ensino Técnico Federal, Financiamento da Educação.

Abstract: The objective of this study is to identify the process of creation and consolidation of vocational education in the federal technical network in Brazil, as well as analyze the system of financing this type of education. Together with economic growth, the structure of vocational education has been modified, with the creation of the Federal Institutes of Education, Science and Technology (Decree n.6.095/2007), as well the increase enrollment in courses offered by these educational institutions. Since 2008, the new Federal Institutes have been offering graduate studies in order to prepare teachers and post-graduate courses, besides vocational education at the second and third levels. In this context the focus of our study is the analysis of changes in funding policy of the Federal Technical Schools and CEFETs and what has been done to ensure the new organization and functioning of these new educational institutions.

Keywords: Vocational education; Federal Institutes; Financing of Education

Introdução

Este estudo se insere em um contexto maior, iniciado com o Programa “Observatório da Educação Profissional”, coordenado pela Prof^a. Dr^a. Rosemary Dore Heijmans, sendo que sua realização está ligada à investigação de um grupo de trabalho internacional, cujo propósito central é o intercâmbio de estudos sobre o tema e a busca de melhoria no desenvolvimento, oferta e qualidade do sistema de educação técnica. Até o momento, no contexto brasileiro, são poucos os estudos que se referem à questão da educação profissional e do financiamento da educação no Brasil, principalmente no que diz respeito ao ensino técnico. Por isso, ressaltamos a importância desse trabalho, pois a educação profissional no Brasil passa por um processo de expansão, devido às novas exigências de força de trabalho qualificada para o setor produtivo que cresce junto com a economia brasileira.

Vivemos atualmente no Brasil um momento em que a educação profissional é objeto de uma política de expansão e remodelamento dessa modalidade de ensino. Política essa voltada não só para a criação de novas vagas, mas também para criação de novas escolas, novas habilitações, cursos técnicos à distância e formação específica de professores. Prova disso são as políticas de educação profissional surgidas durante o governo do presidente Lula (2003-2010) e que continuam sendo implementadas pela presidenta Dilma Roussef (2011-) tais como: Escola de Fábrica, Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA) e do Inclusão de Jovens (PROJOVEM) e sobretudo a Integração das Escolas Técnicas e dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) que gerou a criação do Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET's) a partir do Decreto n.6.095/2007.

Tal expansão abre novas oportunidades de formação e de inserção no mundo do trabalho para muitos jovens. Porém, não existem mecanismos de avaliação e controle da eficácia da relação entre educação profissional e mundo do trabalho, bem como uma análise sobre os recursos e financiamento que é direcionado para essa modalidade de ensino. Tendo em vista a escassez de pesquisas no Brasil

sobre a problemática do sistema de financiamento da educação de nível médio, particularmente, da educação técnica, é importante investir em pesquisas sobre o tema. Assim, a presente proposta de estudo tem o objetivo de contribuir para o entendimento da questão do financiamento e da reestruturação da rede de educação técnica no Brasil.

Atualmente, a formação profissional no Brasil, ocorre em escolas de Educação Profissional pertencentes à rede pública e privada, sendo o foco do nosso estudo a análise das mudanças na política de financiamento das Escolas Técnicas Federais e nos CEFETs e o que tem sido feito para garantir a nova organização e o novo funcionamento dessas instituições educacionais.

Educação Profissional no Brasil: Um breve histórico com base na legislação

A educação voltada para a capacitação de mão obra começou a se consolidar a partir da Revolução Industrial, em meados do século XVIII e início do século XX, na Inglaterra. Antes prevalecia o trabalho dos camponeses durante o período feudal, em uma organização social na qual as relações eram demarcadas por uma divisão entre aqueles que eram os senhores da terra e servos. Sendo os servos responsáveis, sobretudo pelo trabalho no campo ou na produção em pequena escala de ferramentas e outros bens. Nesse contexto, aqueles que detinham o “poder”, eram também, os que tinham o acesso ao conhecimento elaborado. Porém, o advento da modernidade, juntamente com o capitalismo promoveu alterações nas relações de produção e, conseqüentemente trouxe alterações para o modelo de educação que deveria suprir o mercado produtivo dominante.

Esse contexto também influenciou a formação de mão obra especializada no Brasil, que até os fins do século XIX era estruturado por uma mão de obra escravocrata voltada, sobretudo para o trabalho manual agrícola ou na extração de minérios. Com a chegada da família real portuguesa em 1808, D. João VI cria o Colégio das Fábricas, sendo esse o primeiro estabelecimento instalado pelo poder público e tinha como objetivo atender à educação dos artistas e aprendizes vindos de Portugal. No final do período imperial, em 1889, o número total de fábricas instaladas era de 636 estabelecimentos, totalizando aproximadamente 54 mil trabalhadores.

Nesse contexto em 1909 o decreto-lei nº 7.5662, de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira. Ocorreu à criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, o intuito era preparar os jovens para o exercício dos ofícios e as novas demandas do mercado produtivo, sendo que o ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.

No entanto, tratava-se de um ensino profissional primário e gratuito, com caráter assistencialista e dirigido à preparação de operários, pois o desenvolvimento da vida urbana e industrial exigiu uma

formação voltada à formação desses profissionais, a fim de atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria. São essas as escolas que mais tarde deram origem a atual Rede Federal de Ensino Profissional.

Em 1930 no governo provisório de Getúlio Vargas é criado o Ministério da Educação, e no ano seguinte são implementadas as Reformas Francisco Campos. A intenção era implantar um sistema nacional de ensino. Essa reforma foi importante, pois com a constituição de 1934 são criadas normas comuns para o país orientando, também, a educação no território nacional.

No ano 1937 foi assinada a Lei 378⁴²⁴ que transformava as escolas de aprendizes e artífices destinadas à educação profissional em todos os graus e em 1941 com as leis conhecidas como “Reforma Capanema⁴²⁵” há um remodelamento do ensino no Brasil, passando o Ensino Profissional a ser considerado de nível médio, sendo necessário exame de admissão para o ingresso nas escolas Industriais. A década de 40 é marcada pelo decreto n.º. 4.127, que transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Escolas Industriais e Técnicas, passando a oferecer a formação profissional em nível equivalente ao do secundário, ou seja, o ensino profissional passa a ser equivalente ao ensino médio.

É importante ressaltar que a rede técnica federal não sofreu outras mudanças significativas até o ano de 1994, quando o governo federal brasileiro sanciona a Lei de n.º8948⁴²⁶. Essa impediu investimentos da União na rede técnica sem que houvesse parceria com os estados, municípios ou iniciativa privada. Na prática com essa lei não foram criadas novas escolas ou extensões das escolas existentes, bem como a ampliação no quadro de professores e técnicos administrativos.

Os investimentos e mudanças mais recentes nessa modalidade de ensino têm bases no governo Lula com a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), a partir do Decreto n.º 6.095/2007. Esses novos Institutos Federais são constituídos com a integração das Escolas Técnicas e alguns CEFETs em novas instituições *multicampi* que se estruturam de forma tal que fossem priorizadas questões locais e regionais, de modo que cada *campus*, mesmo que em cidades diferentes, siga as normas do Instituto ao qual está vinculado. A proposta para a criação dos IFETs em âmbito regional partia das próprias Escolas Técnicas e CEFETs que enviavam ao MEC suas propostas para consolidação, sendo o processo de integração supervisionado pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação.

O financiamento da educação profissional na rede técnica federal no Brasil

424 Lei n.378, de 13 de Janeiro de 1937, do então presidente da República Getúlio Vargas.

425 Reforma Capanema, realizada no governo Vargas pelo então Ministro de Educação e Saúde Pública Gustavo Capanema.

426 Lei n.8948, de 8 de dezembro de 1994, do então presidente da República Itamar Franco.

O financiamento para a educação é um ponto crucial para o desenvolvimento de uma rede pública de ensino que permita a expansão do conhecimento dentro de um país. Pesquisas sobre financiamento em educação são relativamente novas desenvolvendo-se, sobretudo a partir de 1960 na literatura internacional e no Brasil posteriormente a partir dos anos 1980. (GRABOWSKI, 2010:68). Sendo que no Brasil os estudos que tratam da questão do financiamento da Educação estão concentrados no Ensino Fundamental e Superior. Assim, investigações sobre a educação profissional são quase inexistentes. No entanto, a “Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica” realizada em agosto de 2006 aponta uma nova perspectiva nesses caminhos ao pautar o tema do financiamento da educação profissional como um de seus eixos e também como estratégia de desenvolvimento e inclusão social, porém para tal é preciso que seja instituída uma política de financiamento duradoura e organizada.

Na legislação brasileira o primeiro momento em que se faz menção ao financiamento da educação é na Constituição de 1988, ao colocar a educação como um direito social sob responsabilidade do Estado. É nesse momento que se fixa como receitas mínimas para o investimento em educação 18% da arrecadação de impostos da União e 25% nos Estados, Distrito Federal e Municípios. No entanto a Educação Profissional ficou sem previsão legal, pois tal lei se restringe ao Ensino Fundamental, Médio e Superior. Mesmo com a reestruturação promovida em 2007 que ampliou a Rede Técnica Federal a um nível sem precedentes não há uma previsão de recursos mínimos específicos para essa modalidade de ensino, exceto um Projeto de Lei do Senado Nº 274 de 2003, complementado em 2005 com a PEC 24/2005 para a criação de um **“Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional e Qualificação do Trabalhador – FUNDEP”**.

Atualmente na Educação Profissional e Tecnológica no Brasil temos um modelo de financiamento organizado da seguinte maneira: financiamento público estatal (rede federal, estadual e municipal), financiamento particular (pagamento de mensalidades) e financiamento do Sistema S⁴²⁷ (receita compulsória). Sendo que o governo federal libera recursos, através de alocação orçamentária, para programas entendidos como relevantes e que possuem natureza privada, tais como escolas privadas ligadas a ONGs e o próprio sistema S (GRABOWSKI, 2010:69). O Fundep se aprovado manterá essas formas de financiamento e servirá como um fundo de apoio ao desenvolvimento de iniciativas para essa modalidade de ensino.

Assim, o financiamento da educação profissional se mantém dentro do financiamento do ensino médio, tendo por base o número de matrículas de cada escola, além de recursos voltados para a ampliação das mesmas, ou seja, não há uma política específica de financiamento dessa modalidade de

⁴²⁷ Compõe o sistema S: SENAI (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial); SESI (Serviço Social da Indústria); IEL (Instituto Euvaldo Lodi); SENAC (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); SESC (Serviço Social do Comércio); SENAR (Serviço nacional de Aprendizagem Rural), SENAT (Serviço nacional de Aprendizagem em Transportes); SEST (Serviço Social de Transportes), SEBRAE (Serviço Brasileiro de Apoio às pequenas e Médias Empresas); SESCOOP (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo).

ensino dentro da rede federal de educação. Porém, isso não condiz com as ampliações promovidas pelo governo federal, com o discurso político sobre o ensino técnico, com a importância dessa modalidade de ensino para a qualificação de mão de obra especializada e com os gastos dos alunos dentro da rede, uma vez que necessitam de equipamentos e materiais especializados.

Considerações finais

A rede técnica federal de educação profissional passou por ampliações e seguidas reestruturações desde sua criação em 1909. Mas nunca houve uma política de financiamento específica para essa modalidade de ensino. Pretendemos apontar aqui algumas questões para se repensar então qual a real importância dada e o papel dessa rede dentro do conjunto da educação brasileira. As escolas sempre mantiveram ligações, mais ou menos direta, com o mercado de trabalho e na educação profissional isso se torna evidente dada à natureza do ensino transmitido. Como aponta Grabowski (2010), a política educacional brasileira é uma política vinculada ainda aos projetos econômicos de cada governo, ou seja, não se consolidou ainda uma política de Estado sobre a educação, mas sim políticas de governo.

Nesse contexto, a falta de recursos específicos para a educação profissional, é reflexo dessas políticas de governo que não pensaram essa modalidade de ensino dentro do quadro mais amplo de desenvolvimento da nação. Isso se torna evidente, sobretudo na história recente dessa modalidade de ensino e na comparação entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1996-2002) e de Lula (2003-2010), nos quais tivemos políticas públicas completamente distintas referentes à educação profissional. Com a desfragmentação da rede promovida por Fernando Henrique, dados os apoios à iniciativa privada, a falta de investimentos na rede federal, a extinção da concomitância entre a educação básica e a educação profissional e o retorno dos investimentos e ampliação da rede federal no governo Lula.

Para consolidação da rede técnica é necessária uma consolidação de uma política de estado voltada para essa modalidade de ensino, uma política de estado que contemple a educação técnica dentro de todas suas especificidades e necessidades, dentre elas a de um financiamento próprio. Sem isso continuaremos a ter uma rede técnica federal forte, mas que não cobre a necessidade de formação de mão de obra qualificada para um país em desenvolvimento e ainda dependente da exportação de produtos primários para sustentar sua economia.

Bibliografia

BOCCHETTI, Paulo. Das Escolas de Ofício no Brasil ao projeto CEFET. In: Formação Profissional no Brasil. Rio de Janeiro, 1997.

BRASIL. Decreto nº 6.095, de 24 abril de 2007. Diário Oficial da União, Edição de 25/04/2007, Brasília, 2007.

BRASIL. Lei N° 11.892/08 de 29 de dezembro de 2008. Diário Oficial da União, Edição de 30/12/2008. Brasília, 2008.

GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. O fio da história: a gênese da educação profissional no Brasil. Trabalho e crítica, São Leopoldo, 2000. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/0904t.PDF>>. Acesso em: 10 abr. 2012.

GOMES, C e MORGADO, P. Financiamento do ensino médio: transparência ou opacidade? Avaliação: políticas públicas em educação. Volume 15, n° 55, Rio de Janeiro. Abril/Junho, 2007.

GRABOWSKI, Gabriel. Financiamento da Educação Profissional no Brasil: contradições e desafios. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Porto Alegre. 2010. (Tese, Doutorado em Educação).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica. Brasília (DF), [S.d]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view..id...>. Acesso em: 5 abr. 2012.

OLIVEIRA, M. A. M. Políticas públicas para o ensino profissional: o desmantelamento dos CEFETs. Campinas: Papirus, 2003.

Transporte público em Belo Horizonte após o colapso do sistema de bondes (1950-2001)

Leandro Alysson Faluba

Graduado em História pela UFMG

Orientadora: Regina Helena Alves Silva (UFMG)

Apresentação do Tema:

Diversos setores foram afetados negativamente pelo grande crescimento demográfico experimentado por Belo Horizonte e pelo Brasil nas décadas de 1950 e 1960, além de um êxodo de populações rurais para as grandes cidades, que cresceram de maneira rápida e desordenada. Um destes problemas ocorreu nos transportes públicos. Ainda um sistema embrionário nessa época, o transporte público passou por transformações para atender à crescente demanda.

De acordo com publicação da Fundação João Pinheiro de 1996⁴²⁸, a população metropolitana quase dobrou, levando a duas possíveis soluções: a priorização do sistema rodoviário ou do sistema ferroviário.

⁴²⁸ No período mencionado, o crescimento populacional chegou a uma taxa de 6.5% a.a FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (Brasil). **Viação Ilimitada:** Ônibus das Cidades Brasileiras. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. 380 p.

A maior parte das grandes cidades usa as duas soluções ao mesmo tempo, como São Paulo, a qual será mencionada mais adiante, Rio de Janeiro entre outras.

Em Belo Horizonte, também se usa as duas soluções, mas, o metrô da capital mineira tem apenas uma linha, que não é subterrânea e atende a apenas 144.000⁴²⁹ passageiros por dia, ou seja, por volta de 77.000 pessoas na ida e na volta. Com a população de Belo Horizonte passando de 2,5 milhões de pessoas e da região metropolitana passando de 5 milhões o número de usuários para o qual este sistema é útil se torna percentualmente muito pequeno.

O objetivo do presente trabalho é demonstrar como se configurou o sistema de transporte público em Belo Horizonte e sua opção quase que hegemônica em favor do sistema rodoviário operado por ônibus urbanos, apesar de todas as desvantagens deste sistema, segundo Rodrigues(1975)⁴³⁰, como poluição, congestionamento das vias, baixa capacidade de transporte, aumento de ruídos, etc.

Desenvolvimento:

A crise vivida em Belo Horizonte desde as décadas de 1950 e 1960 foi motivada pelo sistema de bondes que estava em colapso e pelo crescimento desordenado da cidade que acontecia fora dos limites da Avenida do Contorno. Esses fatores refletem diretamente na vida de todos os cidadãos de Belo Horizonte até os dias presentes. A opção pelo transporte rodoviário deveria ser uma atitude paliativa, mas com o custo inicial supostamente menor acabou se tornando permanente. A verba para se construir uma linha de metrô em Belo Horizonte tinha que vir do governo, seja ele federal, estadual ou municipal. Já o sistema rodoviário começou com a iniciativa privada, com pequenos proprietários com um ou dois veículos. Ou seja, não houve necessidade de se investir em infra-estrutura, pois os bondes somados ao sistema de ônibus supriam minimamente a demanda. Entretanto a população continuou crescendo, os bondes desapareceram após a Segunda Guerra Mundial só restando os ônibus.⁴³¹

Os bondes, por outro lado, eram a principal forma de transporte da capital. Estes eram predominantemente operados pelo capital estrangeiro, a partir de 1930. Porém, devido a reclamações da população em geral sobre o sistema, o setor público autorizou a alternativa do serviço de auto-ônibus por volta de 1950 com a criação da D.B.O (Departamento de Bondes e Ônibus)⁴³². Desde então, pequenos e improvisados carros sobre rodas passaram a percorrer as ruas e bairros, inaugurando uma nova era dos transportes coletivos.

⁴²⁹ Publicado no Jornal **OTEMPO** em 15/08/2011

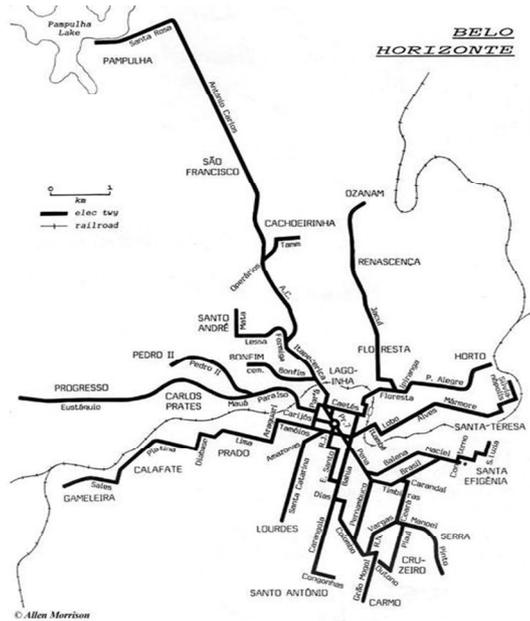
⁴³⁰ RODRIGUES, Eduardo Celestino. **Crise nos Transportes**. São Paulo: Clássico-científica, 1975. 254 p.

⁴³¹ CANÇADO, Vera et al. **Viação Ilimitada: Ônibus das Cidades Brasileiras**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998. 636 p

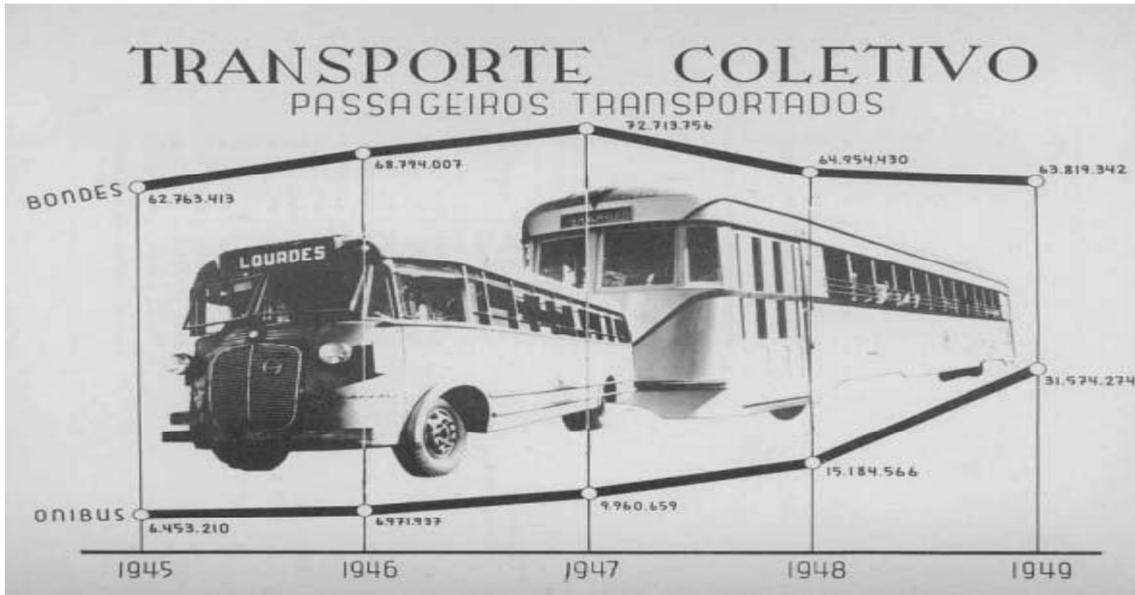
⁴³² FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO (Brasil). *Omnibus: Uma História dos Transportes Coletivos em BH*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1996. 380 p.

1950 – Rota dos Bondes.

Os bondes tinham uma abrangência muito maior que o nosso metrô atual.



A partir da Segunda Guerra Mundial houve dificuldades na importação de veículos e peças de reposição, e isso decretou o declínio do bonde como principal meio de transporte da capital e do Brasil em geral. Em contrapartida ao declínio do bonde houve a ascensão do transporte público rodoviário.



*Coleção relatórios de prefeitos de Belo Horizonte APCBH-1949

A força política atual dos empresários deve-se a fatores históricos da própria formação de transporte público de Belo Horizonte. Isso requer um estudo das relações de trabalho desenvolvidas nas empresas

para dissecar seu processo de gerenciamento. Além do fato de estes empresários terem se unido em um sindicato patronal, capaz de defender politicamente seus próprios interesses.

Dessa maneira, o controle exercido por este sindicato de empresários pode ser uma ferramenta na luta para travar os investimentos em outros setores do transporte público na capital. O sindicato atuaria nesse sentido contra o bem estar de toda a população de Belo Horizonte e a favor de interesses particulares. Sobre a formação das empresas de Belo Horizonte, Cançado et al (1999)⁴³³ afirma:

“se assemelha à história nacional e até mesmo latino-americana, com o proprietário iniciando seu negocio modestamente, quase sempre com um único veículo guiado e revisado por ele próprio. Entretanto, em Belo Horizonte, um legado diferenciado provém, primeiramente, do fato que a cidade foi planejada para ser a capital do estado[...] centrado em dois aspectos principais: a higiene e a circulação.”

Todos esses aspectos devem ser considerados na investigação da situação atual do transporte público de Belo Horizonte.

Por qual motivo essa opção paliativa de transporte público se tornou permanente? Um conjunto de fatores pode explicar. Uma versão muito difundida era a de que o solo da capital mineira é muito rochoso e difícil de ser perfurado. Entretanto, já existem tecnologias para superar esse fator há algumas décadas. Outro problema pode ser o projeto de fundação da cidade, cujo responsável, Aarão Reis, estabeleceu uma população estimada de 100.000 habitantes, de forma que o bonde seria o suficiente. As peculiaridades dos transportes públicos de Belo Horizonte e de Curitiba também podem contribuir para seus sistemas: nestas cidades:

“optou-se por não constituir uma empresa pública para operação do sistema, sem, no entanto, renunciar às responsabilidades inerentes ao poder público, de planejamento, fiscalização, racionalização e modernização do setor, através de instituições de porte municipal e metropolitano” (CANÇADO et al, 1999)⁴³⁴.

Esse modelo de gestão criou uma classe de empresários extremamente organizados, que possuem poder político e se uniram em sindicatos, defendendo seus interesses frente ao poder público como apontam os autores.

O recorte temporal utilizado de 1950 até 2001 foi utilizado, pois em 1950 aconteceu em Belo Horizonte o primeiro lock out, ou seja, greve patronal, já em 2001, aconteceu o ultimo, com paralisação de 97% dos rodoviários, reivindicado o fim do transporte alternativo.

Conclusão:

⁴³³ CANÇADO, Vera et al. **Viação Ilimitada: Ônibus das Cidades Brasileiras**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998. 636 p

⁴³⁴ CANÇADO, Vera et al. **Viação Ilimitada: Ônibus das Cidades Brasileiras**. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1998. 636 p

Em Belo Horizonte são realizadas pouquíssimas ações pelo poder público para minimizar os problemas de transporte na capital, dentre as ações realizadas estão a construção de ciclovias, foram construídas apenas 3 e segundo pesquisa realizada pelo Jornal *O Tempo* em 12/09/2011 apenas 3% da população estaria disposta a trocar sua forma de locomoção por uma bicicleta, fato que pode ser explicado pelo relevo acidentado da capital.

Outra tentativa do poder público de aliviar o trânsito em apenas duas avenidas de Belo Horizonte é a criação dos BRT's (Bus Rapid Transit), que é uma solução considerada boa para um fluxo de até 45000 passageiros por dia. O problema é que o BRT já vai ser instalado perto do limite de sua capacidade operacional, segundo estudos da BHtrans o fluxo de passageiros na Avenida Antonio Carlos já é de 40000 passageiros dia, ou seja em poucos anos o sistema já estará precário e ultrapassado.

Uma obra que melhoraria em definitivo o transporte público na capital seria o metrô. Mas o metrô só é uma boa opção para a população de Belo Horizonte. Para os políticos e para os empresários do setor de transporte, não.

Para políticos, empresários, e políticos empresários além de políticos ligados a empresários, o metrô não seria vantajoso, pois iria concorrer com o sistema vigente, o de transporte por ônibus, também seria uma obra cara e demorada. Ou seja, os políticos que a iniciarem, não serão os mesmos a inaugurá-la. Então a população se torna refém deste jogo, onde quem não está ligado ao sindicato patronal das empresas de ônibus, também não quer a obra, pois ira onerar o orçamento e não trará benefícios políticos imediatos.

Desta forma, o sindicato dos empresários, associado ao comodismo político, são responsáveis pela atual péssima configuração, não apenas do transporte público, mas também de toda a organização do tráfego e de como isso tem impactos negativos em toda a cidade.

Famílias camponesas: estratégias, sociabilidade e trajetórias familiares. Guarapiranga - MG (1750-1820)

Luis Henrique de Oliveira
Mestre em História pela UFJF
Professor Titular da FASAR – Faculdade Santa Rita

Resumo: Este trabalho busca refletir acerca dos laços de sociabilidade entre famílias camponesas. Acompanharemos a trajetória de algumas famílias, visando reconstituir as relações e redes sociais que estabeleciam. Percebemos que dentro de uma família, existiam pessoas com destinos e trajetórias diferentes. A

possibilidade de sucesso ou fracasso econômico de seus membros estavam ligadas às relações e estratégias sociais que estabeleciam. Através dos processos matrimoniais estas famílias tinham suas trajetórias marcadas tanto por laços de solidariedade e reciprocidade, como tensões e conflitos, questões que poderiam facilitar ou dificultar o acesso destes indivíduos aos diferentes benefícios sociais. Estas relações poderiam ser estabelecidas entre amigos e vizinhos, mas a família era o “locus” privilegiado. Através dos inventários e das listas nominativas, o casamento e a constituição de família era essencial para “sobrevivência” no período colonial, alcançando importância maior para o segmento camponês, pois, sobreviviam principalmente do trabalho familiar o que caracteriza basicamente uma unidade camponesa.

Palavras-Chaves: Família, campesinato, redes e relações sociais.

Abstract: The aim of this work is to reflect about the sociability ties among peasant families. The trajectory of some families will be accompanied in order to reconstitute the social relationships and networks established. It was observed that within a family, people existed with different destinies and trajectories. The success possibility or economic failure were linked to social relationships and strategies established by its members. Through the matrimonial proceedings these families had their paths marked both by ties of solidarity and reciprocity, as tensions and conflicts, issues that could facilitate or hinder the access of individuals to different social benefits. These relations also could be established between friends and neighbors, but the family was privileged "locus". Through inventories and nominative lists, marriage and family constitution was essential for "survival" in the colonial period, reaching larger importance to the farmer segment, survived mainly of family labor, which characterizes basically a peasant unit.

Key-words: Family, peasants, social networks and relationships.

Introdução:

Através deste trabalho pretendemos apresentar algumas reflexões acerca das possibilidades de sociabilidade das unidades familiares camponesa, ou seja, se participavam de algum tipo de irmandade, as relações que estabeleciam, como por exemplo, através das dívidas e com quem estabeleciam. Seguindo as proposições de Carlos Ginzburg (1987) e Giovanni Levi (2000), através dos nomes, reconstruiremos a trajetória de algumas famílias camponesas identificando, quando a documentação nos permitir, o grau de sucesso ou fracasso destes camponeses em relação a seus pais e irmãos, e as relações extra-familiares que buscavam estabelecer. Buscaremos encontrar os vestígios que estes camponeses selecionados tenham deixado identificando se, com o avançar do tempo, a tendência era uma mudança positiva ou não das condições econômicas de seus descendentes.

Para este trabalho utilizaremos diferentes tipos de documentos: inventários, processos matrimoniais, testamentos, justificações e cartas de doação de sesmaria. Selecionamos para atividade, cinco famílias sobre as quais foi possível reunir uma documentação com maior riqueza de informações que nos permitirá desvendar e seguir suas trajetórias.

Trajetoárias familiares: mesma família, diferentes destinos.

A resposta dos autores é citada, Giovanni Levi (2000) e Carlos Ginzburg (1987), aos impasses colocados para a História Social mais clássica, o modo como concebem o modelo micro-histórico, e a maneira como o utilizam em seus trabalhos historiográficos, em muito inspira o desenvolvimento desta pesquisa. Dois livros, de forma especial, inspiraram o modo como se desenrolou nosso trabalho, obviamente que não com a mesma erudição de seus autores, e levando em conta os problemas que enfrentamos, principalmente com relação à documentação. Estes livros são os já citados: "*Herança Imaterial*" de Giovanni Levi (2000) e "*O queijo e os vermes*", de Carlo Ginzburg (1987). Nestes textos os dois autores apresentam vários pontos em comum. Para os nossos propósitos o mais importante deles é a noção de redes. Giovanni Levi, através das condutas sociais dos habitantes do Vilarejo de Santena, identifica como se fundamentavam as estratégias utilizadas por estes, para se defenderem frente às várias situações de incerteza, especialmente quando trata da descrição das estratégias familiares, e do comportamento em relação à posse da terra. Em *O queijo e os vermes*, Ginzburg procura acompanhar um indivíduo, o moleiro Menocchio - que, no entanto, não era apenas mais um simples moleiro, pois possuía características que o tornavam "*excepcional*" -, desvendando seu cotidiano e suas idéias que o levaram a ser perseguido pela inquisição.

Embora com perspectivas distintas, os dois autores reconstroem exemplarmente os mecanismos de inserção social dos indivíduos que analisam e suas implicações para a compreensão de seus comportamentos. O primeiro procurou em seu livro, seguir a trajetória e reconstituir as estratégias de algumas famílias, enquanto o segundo, também através de intenso trabalho documental, procurou mapear e rastrear um indivíduo e suas inserções sociais.

Inspirados por estes autores, paralelamente a uma análise serial dos inventários *post-mortem*, procuraremos realizar também, um estudo pontual, rastreando e mapeando a trajetória de alguns indivíduos, através dos vestígios documentais que nos chegaram. Assim, ao desvendarmos as estratégias de solidariedade e reciprocidade a que algumas dessas famílias vieram a recorrer, poderemos identificar a permanência ou não de determinados comportamentos e, se com o avançar do tempo, a tendência era que ocorresse uma mudança positiva ou não das condições de vida de seus descendentes. Lembrando sempre que estas estratégias poderiam se dar, tanto dentro do grupo camponês, como também no interior das redes que poderiam interligar os camponeses a grupos mais privilegiados desta sociedade. Daí também a necessidade de um tempo relativamente curto, em função de uma análise que tem como ponto fulcral, o comportamento humano. Para Adeline Daumard (1985) a história social deve trabalhar com tempos mais curtos, no máximo três gerações, para que se possa compreender a lógica dos grupos sociais.

Porém, como já alertamos, em nossos arquivos, e com o segmento social com que trabalhamos, buscar o indivíduo pelo “nome” implica em problemas metodológicos, pois, na maioria das vezes, os filhos não recebiam os mesmos sobrenomes dos pais, o que dificultava na identificação de seus descendentes. Geralmente a transferência do sobrenome era uma estratégia utilizada pela elite, que procurava assim se constituir enquanto grupo, mas, mesmo entre a elite esta regra era muitas vezes ignorada.

Ao analisar a transmissão do nome de família, Carlos Bacellar (1997:177-186), confirma uma “não-normatização”, como prática comum a toda a sociedade, ou seja, alerta para a inexistência de uma regra fixa para a adoção de nomes de família. Segundo o autor, mesmo entre os indivíduos da elite, não havia preocupação com a diferenciação dos indivíduos através do nome, como nos casos em que os filhos abandonam o último sobrenome herdado do pai ou da mãe, ou na despreocupação em fazer as mulheres adotarem o sobrenome do marido, e quando isto ocorria, segundo Bacellar (1987), não passava de coincidência, ou consangüinidade próxima. Esta prática torna-se corrente a partir do momento em que estes indivíduos passaram a se julgar diferentes, “melhores” e tentam provar isto. O sobrenome ganha um valor diferenciador e passa a definir que este ou aquele indivíduo pertencia a um restrito círculo social, e também como forma de comprovar a filiação para fins de herança, patrimônio e outros privilégios. Ao concluir sua análise, Bacellar afirma que:

(...) a transmissão do sobrenome era ainda prática recente em nossas famílias. Havia um interesse em legar aos filhos algum sobrenome dos pais, preferencialmente do pai, mas esta transmissão não era padronizada. Não havia preocupação em manter sobrenomes iguais para todos os filhos. Logo, não era possível se identificar irmãos pelo sobrenome, mas somente pela ascendência, e com alguma dificuldade. A forma do sobrenome dos filhos podia ser livremente modificada desde pela alteração da ordem dos sobrenomes, como pela inclusão ou exclusão de um sobrenome qualquer. (1997:184)

Portanto, como afirma Bacellar,(1997) a dificuldade em identificar descendentes e familiares apresentava-se até mesmo entre a elite, o que pode indicar problemas ainda maiores entre os indivíduos de grupos inferiores. No entanto, apesar dos obstáculos, rastreamos a trajetória de alguns membros de cinco famílias, identificando assim os diferentes rumos que os filhos e netos seguiram em suas vidas.

Uma família interessante é a de Manoel Martins Paiva⁴³⁵, casado com Clara Maria de Jesus. Ele era filho de Manoel Martins Paiva e Thereza Maria da Silveira e natural de Guarapiranga, enquanto sua esposa era filha de Bernardo Rodrigues do Espírito Santo e Ana Cardosa da Conceição, natural do Sumidouro. Conseguimos acompanhar a situação de alguns membros da família de Manoel Martins Paiva e perceber que ele não conseguiu ao longo de sua vida, alcançar uma condição cômoda e financeiramente tranqüila. Manoel nasceu no ano de 1768, casou-se aos 22 anos e veio a falecer

⁴³⁵ ACSM – Cód. 76 – Auto 1632 – 2º Ofício

precocemente aos 32 anos, em 1800. Teve cinco filhos, Manoel, Antonia, Mariana, Mariano e Maria, cujas idades variavam entre 3 e 14 anos no momento de seu falecimento. Ao descrever os bens que o casal possuía, sua viúva e inventariante informava que possuíam como bens móveis, quatro pratos de estanho, uma catana, uma espingarda, uma casaca, dois jalecos, calção e tudo valia 12\$600. Como instrumentos de trabalho, um machado, uma foice e uma enxada, que valiam 1\$500, uma roça com terras de planta e minerais, avaliada em 70\$000, duas éguas e duas vacas que valiam 15\$500. Estes bens somavam 99\$700, porém seu monte-mor declarado era de 299\$778, sendo que o restante dos bens aparecem no inventário como acréscimo que o falecido recebeu da legítima de seu pai, ou seja, quase 70% de seu patrimônio.

O pai de Manoel, também Manoel Martins Paiva⁴³⁶, faleceu quatro anos antes de seu filho, no ano de 1796, e pelo seu inventário podemos perceber claramente que este tinha uma vida bem mais tranqüila que seu filho. Além de Manoel, era ainda pai de mais nove filhos, possuía uma fortuna avaliada em 4:436\$965, que no momento da partilha foi dividida entre a viúva que ficou com 2:218\$452 e entre os filhos com 221\$845 para cada um. Entre seus bens podemos destacar uma quantidade considerável de bens móveis, avaliados em 83\$815, estando presentes colheres e pratos de prata, meias de seda, toalhas de mesa de Guimarães com cinco guardanapos, entre outros. Detectamos a presença de jóias de diamantes e ouro, e instrumentos de trabalho, como tear, uma roda de minerar avaliada em 120\$000. Possuíam um sítio que valia 2:200\$000, e uma criação de 21 porcos, além de dívidas ativas que somavam 269\$023, sendo ainda um significativo proprietário de escravos, no total de 18, que valiam 1:365\$000. Podemos perceber desde então que o pai Manoel Martins Paiva, não se encaixaria dentro do grupo camponês, como podemos perceber através de seu inventário. Já o seu filho, não alcançou uma condição de vida cômoda, e aparece como um dos mais pobres inventariados trabalhados, ou seja, apesar da situação mais privilegiada de seu pai, isto não garantiu à sua família uma vida melhor.

Conseguí encontrar o inventário e o testamento de Thereza Maria da Silveira, viúva do Manoel pai, é muito interessante analisarmos estes documentos, pois, desta maneira podemos perceber a trajetória da família e a situação desta, com a partilha dos bens em função da morte do chefe do domicílio. Thereza faleceu no ano de 1807, depois de seu filho Manoel e de seu outro filho João Pedro Martins Paiva, que faleceram em 1800 e 1801, ficando como herdeiros seus demais filhos e netos. No inventário de Thereza⁴³⁷, percebemos claramente a diminuição da fortuna, não somente em função da partilha no momento do falecimento do seu marido, como também devido a uma pior administração do patrimônio por parte da viúva, pois, no momento da partilha de seu marido, ela ficou com 2:218\$452, e 11 anos depois seu monte-mor somava 1:309\$315. Percebemos a fragmentação do patrimônio, pois, esta possuía apenas quatro escravos e não é mencionada a posse de sítio ou terras, uma vez que estes bens foram

⁴³⁶ ACSM – Cód. 66 – Auto 1456 – 2º Ofício

⁴³⁷ ACSM – Cód. 136 – Auto 2749 – 2º Ofício

doados como dote, ou como herança entre os filhos. A viúva possuía ainda bens móveis avaliados em 64\$437, ou seja, ocorreu uma diminuição do valor em móveis. As jóias também sofrem uma significativa queda, sendo encontrado apenas um par de brincos de ouro, assim como os instrumentos de trabalho, que representavam 25\$337. O único caso em que ocorreu um aumento da participação na fortuna, foi o das dívidas ativas que passaram a representar 792\$270. Interessante notarmos que a grande maioria dos devedores eram os próprios filhos, que possivelmente retiraram da fortuna de sua mãe, valores e bens que seriam descontados na herança e que eram descritos em seu inventário. Através do testamento de Thereza Maria da Silveira⁴³⁸, podemos constatar a relevância de sua posição social, uma vez que ela era irmã terceira da ordem de Nossa Senhora do Carmo, tendo seu corpo sepultado na Matriz de Nossa Senhora da Conceição de Guarapiranga.

Outra maneira interessante de percebermos as diferentes trajetórias que os membros de uma mesma família podem apresentar é analisando os inventários de dois irmãos de Manoel Martins Paiva, o filho. O primeiro é João Pedro Martins Paiva⁴³⁹, que faleceu em 1801, casado com Ana Maria Teixeira e que teve apenas um filho, Domingos Martins, que tinha no momento do falecimento de seu pai 14 anos de idade. No que se refere à condição sócio-econômica, João Pedro possuía certa vantagem com relação a seu irmão Manoel, mas mesmo assim poderíamos caracterizá-lo como camponês.

Este possuía um monte-mor no valor de 300\$050, dividido entre bens móveis avaliados em 31\$900. Apesar do significativo valor não havia nenhum utensílio, vestimenta, ou objeto de qualidade destacada, o mesmo ocorrendo com as ferramentas que representavam 4\$350 do total. Encontramos também a presença de jóias de ouro e prata, que valiam 13\$800, e três escravos, sendo dois deles com moléstias, e o outro que recebeu como herança de seu pai, que foram avaliados em 250\$000. Percebemos, portanto, que a situação de João Pedro Martins Paiva poderia sim ser melhor que a de seu irmão Manoel, mas também não apresentava condições de vida semelhante à de seus pais. A análise torna-se ainda mais interessante, quando trabalhamos o inventário do filho de João Pedro Martins Paiva e Ana Teixeira, que é o Tenente Domingos Martins Teixeira⁴⁴⁰. Este faleceu em 1817, possuía nove filhos, sendo dois casados e um já falecido. O inventário deste tenente apresenta peculiaridades, pois, num primeiro momento são descritos bens que somavam apenas 284\$124, que são alguns poucos móveis, ferramentas, um cavalo, dois bois de carro, oito carneiros e quatro escravos, dois deles aleijados e que valiam 240\$000. Exatamente 29 anos depois da abertura do inventário, no ano de 1846, foi dado como acréscimo de bens do Tenente Domingos Martins, mais seis escravos, que possuíam valores significativamente elevados, certamente em razão do momento, e que valiam 1:570\$000, sendo que um destes escravos, Ignácio crioulo de 12 anos foi avaliado em 500\$000, e desta maneira seu monte passou a

⁴³⁸ ACSM – Cód. 136 – Auto 2749 – 2º Ofício

⁴³⁹ ACSM – Cód. 105 – Auto 2171 - 1º Ofício

⁴⁴⁰ ACSM – Co. 105 – Auto 2171 – 1º Ofício

ser de 1:854\$124, um valor considerável. Portanto, percebemos que Domingos Martins Teixeira alcançou condição econômica e principalmente social, mais privilegiada que seu pai, chegando a obter a patente de tenente, apesar de que seu pai possuía objetos e jóias mais valiosos e luxuosos que este. Podemos também destacar que o último sobrenome do tenente vem de sua mãe, o que possivelmente poderia ter lhe proporcionado maiores privilégios, inclusive a possibilidade de se tornar tenente. Possivelmente o nome da mãe e o casamento teriam lhe proporcionado certos privilégios sociais.

Retornando aos irmãos de Manoel Martins Paiva, trabalhamos com o inventário daquele que possivelmente foi o filho de Manoel Martins Paiva e Thereza Maria da Silveira que mais prestígio social alcançou, que é o Capitão Ubaldo Martins Paiva⁴⁴¹. Este faleceu em 1833, casado com Maria Bernarda Faustina Moreira e deixava como herdeiros dois filhos, Ubaldo Martins Paiva e Emereciana Antonia Paiva casada com o Alferes Francisco da Silva Araújo inventariante e pai de seus sete netos. Este capitão deixou um monte-mor no valor de 2:622\$000, sendo que a metade ficou com a viúva e a outra metade dividida entre seus nove herdeiros, cabendo a cada um 187\$345. Este possuía 80\$420 em bens móveis, merecendo destaque peças como colheres de prata, catre torneado de jacarandá, caneca de louça da Índia e cálices de vinho, entre os instrumentos, metade de um alambique e outros de costume. Possuía ainda um canavial avaliado em 100\$000 e mais três fazendas sendo que a mais valorizada foi avaliada em 230\$000, sendo descrita uma produção pecuarista irrelevante, de apenas três bois, e uma dívida ativa de 73\$333, além de seis escravos que valiam 1:205\$000.

Portanto, vimos que em uma mesma família encontramos irmãos com trajetórias diferentes. Enquanto alguns conseguem mais prestígio social e uma melhor condição econômica, outros quase não alcançaram condições que lhes permitissem abrir um inventário, como o caso dos filhos Manoel Martins Paiva e de João Pedro Martins Paiva que não manteve as mesmas condições de vida de seus pais, e nem mesmo que alguns irmãos. Destinos diferentes podem ser explicados por motivos como um melhor casamento, o que proporcionava melhores relações sociais, como compadrio, amizade, etc. Infelizmente não tivemos tempo ou oportunidade de trabalharmos com uma série mais ampla e variada de documentos, que certamente nos permitiriam apreender essas questões, porém estas reflexões mesmo que não categóricas, nos permitem enxergar as diferentes trajetórias, incertezas e insegurança que homens e mulheres estavam propícios a enfrentar.

Outro caso bastante interessante é o de Antonio Pereira Gularte⁴⁴², português, natural da freguesia de Nossa Senhora da Candelária, Bispoado de Braga, que veio para o Brasil com 11 anos de idade, filho de Francisco da Costa Gularte e Catharina Dias Machado. Era casado com Juliana de Matos Pereira, natural de Guarapiranga e filha natural do Capitão Antonio de Matos Pereira. Tinham oito filhos, sendo que apenas duas apareciam como casadas, e um modesto monte-mor que somava 302\$350. As condições de

⁴⁴¹ ACSM – Cód. 102 – Auto 2131 – 1º Ofício

⁴⁴² ACSM – Cód. 26 – Auto 676 – 1º Ofício

vida desta família eram simples, pois, não aparece descrito em seu inventário nenhum objeto de uso doméstico e pessoal, como utensílios, roupas ou jóias, apenas uma espingarda. Entre seus instrumentos de trabalho merece destaque um forno de torrar farinha, avaliado em 6\$000. Este inventariado possuía ainda duas moradas de casas que juntas valiam 106\$000, e um sítio avaliado em 120\$000, possuindo ainda duas escravas que somavam 50\$400. Percebemos, portanto, através da descrição do inventário de Antonio Pereira Gularte, que este não possuía uma situação econômica tão tranqüila, o que podemos confirmar através de duas justificações movidas por ele. A primeira diz respeito à necessidade de Antonio Pereira Gularte e sua mulher, em se habilitarem como herdeiros da legítima de seu sogro, o Capitão Antonio de Matos Pereira, tendo que comprovar que eram casados e que sua esposa era realmente filha natural do dito capitão, como este acabou declarando em seu testamento. O casal recorre então à justiça a fim de terem direito à legítima paterna da esposa, certamente pelo fato de necessidade econômica e da situação difícil em que viviam.⁴⁴³

Na outra justificação, Antonio Pereira Gularte pede a dispensa da tutela dos sete filhos do defunto Francisco Lopes de Sampayo. O suplicante afirma que *além de não saber ler, nem escrever, tem a legítima escusa de ter seis filhos legítimos debaixo de seu pátrio poder, por serem todos vivos (...) bastava que os ditos seus filhos fossem cinco por não dever ser compelido a aceitar a dita tutela (...)*⁴⁴⁴. Além de ser amparado pela lei, que isentava o indivíduo com mais de cinco filhos de aceitar o papel de tutor, Antonio Pereira Gularte certamente não teria condições de tutelar sete órfãos, em função dos imprevistos e riscos tanto econômicos quanto social que esta função poderia exigir.

Conseguimos encontrar alguns documentos de um dos filhos de Antonio Pereira Gularte, que era seu homônimo. Este era natural de Guarapiranga, casado com Bernarda do Sacramento, também natural de Guarapiranga e filha natural de Vitória, escrava de Miguel José Machado, e de pai incógnito, que recebera seu nome como uma homenagem à sua madrinha Bernarda do Sacramento, prática comum neste período. Infelizmente não encontrei o inventário de Antonio Gularte, o filho e somente seu testamento⁴⁴⁵, em que deixava como herdeira universal sua esposa. Este declara em seu testamento que pertencia à Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, na freguesia de Guarapiranga, e que deixava várias dívidas por crédito. Porém, encontrei o inventário e o testamento de sua esposa, Bernarda Maria do Sacramento, que deixava como herdeiro seu único filho, Inocêncio José Machado, nome que pode significar uma tentativa de demonstrar que este era neto de Miguel José Machado, proprietário de sua mãe, a escrava Vitória e avô de Inocêncio. Ao falecer no ano de 1801, em seu inventário Bernarda Maria do Sacramento declarava ser filha de Miguel José Machado. O inventariante e filho Inocêncio de 42 anos descreveu os bens que compunham o patrimônio de sua mãe, que somava 277\$900. Era composto por

⁴⁴³ ACSM – Cód. 302 – Auto 6186 – 1º Ofício

⁴⁴⁴ ACSM – Cód. 296 – Auto 5933 – 1º Ofício

⁴⁴⁵ ACSM – Livro 75 – Fls. 143 – 1º Ofício

alguns poucos bens móveis no valor de 5\$100, rústicos instrumentos de trabalho que valiam 2\$400, uma vaca e um cavalo, uma roça com terras de planta e suas benfeitorias, avaliada em 110\$000, além de três escravos, um doente e outros dois de 50 e 14 anos. Em seu testamento, Bernarda institui como herdeiro seu filho, e apesar de sua precária condição econômica beneficia dois agregados com 1/4 de ouro cada um.

Podemos perceber pelas informações descritas, que Antonio Pereira Gularte, tanto o pai como o filho, apresentaram o mesmo nível de vida, não possuindo uma riqueza considerável, o que passou, portanto, de geração. Outra questão interessante, e que pode não ser uma mera coincidência, está no fato de que ambos se casaram com mulheres forras e filhas de capitães. Uma explicação que podemos aventar é que esta situação poderia significar um “negócio” interessante para os dois lados. Para estas mulheres negras ou pardas que conseguiam se casar com homens brancos inclusive um deles português, havia a possibilidade de obterem maior respeito frente à sociedade. Para estes homens que não conseguiram casamentos melhores significava a possibilidade de constituírem família com mulheres que poderiam herdar um quinhão na riqueza de seus pais.

Outra trajetória que buscaremos reconstituir com base na documentação que encontramos, foi a de Francisco Ferreira de Melo⁴⁴⁶, seu pai Caetano Coelho da Costa⁴⁴⁷ e sua irmã Apolônia Maria de Jesus.⁴⁴⁸ Francisco era casado com Margarida Rosa de Jesus, era natural do Furquim, onde ainda residia, enquanto seus pais Caetano Coelho da Costa e Maria da Assumpção, e seus avós eram naturais da Ilha Teixeira, Bispado de Angra. Já sua esposa Margarida era natural de Guarapiranga e filha do Capitão José Gonçalves Vieira e Quitéria Gonçalves de Almeida. O casal teve nove filhos, sendo que o mais velho, faleceu antes de seu pai e a idade dos demais variava entre 3 e 14 anos. Francisco deixou um monte-mor que somava 757\$674, e era composto por jóias de ouro que valiam 14\$424, bens móveis simples que somavam 12\$375 e instrumentos de trabalho, dentre os quais podemos destacar um tear aparelhado, que foram avaliados em 27\$675. Deixou também uma significativa produção agropecuária, com 240 alqueires de Milho, 31 cabeças de porcos, 15 ovelhas, dois cavalos e um garrote, que somavam 78\$200. Possuía ainda meia sesmaria com suas benfeitorias avaliada em 400\$000, além de três escravos que valiam 225\$000. Portanto, Francisco, sua mulher e filhos levavam uma vida relativamente tranqüila.

Se voltarmos um pouco no tempo e analisarmos o inventário do pai de Francisco, Caetano Coelho da Costa, encontramos dados bastante interessantes. Quando faleceu em 1759, Caetano deixou um monte-mor no valor de 825\$425, oito filhos, sendo duas casadas e mais seis menores de 14 anos, dos quais Francisco era o mais velho. Deixou irrelevantes bens móveis e ferramentas, cinco bovinos e um cavalo e seis escravos avaliados em 594\$000. Como tutor dos menores foi designado Manoel Afonso Rigueira,

⁴⁴⁶ ACSM – Cód. 152 – Auto 3201 – 1º Ofício

⁴⁴⁷ ACSM – Cód.51 – Auto 1151 – 1º Ofício

⁴⁴⁸ ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

casado com Apolônia Maria de Jesus, irmã de Francisco Ferreira. Este ficou responsável por dar conta da divisão da legítima entre os herdeiros e de conduzir os rendimentos futuros. O fato de ter uma condição de vida relativamente tranqüila, permitiu a Manoel Afonso Rigueira tutelar os seis filhos menores de seu sogro, inclusive Francisco Ferreira de Melo. Porém, em 1793 o tutor faleceu deixando descrito em inventário para a partilha entre sua viúva Apolônia Maria e seus cinco filhos a quantia de 1:185\$150, ficando a viúva com 592\$575 e a cada herdeiro 118\$575. Com relação à descrição dos bens detectamos móveis e ferramentas simples e comuns, porém foi declarada uma relevante produção agropecuária, com uma junta de bois, uma besta, 40 porcos e 200 alqueires de milho no paiol, que somavam 64\$400, além de uma sesmaria com terras de planta e benfeitorias, que ficava na Ponte Nova, freguesia do Furquim, onde a família residia, avaliada em 450\$000. Possuía também sete escravos que valiam 630\$000. Ao falecer Manoel deixou seu filho mais velho Manoel Afonso da Costa como tutor, e este ainda dividiu entre os três menores, a quantia de 220\$000, referente ao trabalho realizado por dois escravos de serviços durante cinco anos, desde a morte do pai. A vida seguia relativamente tranqüila mas, tempos depois, a insegurança e incerteza que caracterizavam o mundo colonial caíram sobre a família. No ano de 1806, Apolônia Maria de Jesus e Manoel Afonso da Costa recorrem a justiça com o seguinte objetivo:

Dizem Apolônia Maria de Jesus, viúva de Manoel Afonso Rigueira e Manoel Afonso da Costa herdeiro do mesmo como filho legítimo e tutor dos órfãos, que possuem uma Fazenda de Cultura no lugar da Ponte Nova, freguesia do Furquim, e por que as moléstias naturais têm reduzido a cinzas alguns escravos do casal, e a barbaridade do gentio tirado a vida a outros, por cuja razão se vêm impossibilitados de poder subsistir no lugar e menos fazer interesses com que possam alimentar-se e pagar numerosas dívidas do casal, com o resto da mesma fazenda, dizimos e outras mais, nestas tristes circunstâncias.⁴⁴⁹

O Juiz de Fora e Órfãos julgou no ano de 1806 e comunicou a seguinte sentença:

(...) se digne mandar para melhor comodidade de se pagar as dívidas, que se diponha da fazenda pelos meios mais próprios, e com o seu produto se paguem os credores, atento, à falta dos necessários meios de poderem nela fazer interesse algum.⁴⁵⁰

No entanto, o advogado João de Souza Barradas, indicado como curador da herança do falecido Manoel Afonso Rigueira, não concordava com os suplicantes e com a sentença do Juiz, e recorreu:

Não posso convir na venda da Fazenda de Cultura de que trata o requerimento atento à proibição das ordenações, pois, determina que em nenhum caso se vendam bens de raiz dos órfãos, salvo que tal necessidade que se não possa escusar, muito mais quando os suplicantes não mostram de forma alguma haja necessidade que expõem no seu

⁴⁴⁹ ACSM – Cód. 77 – Auto 1669 – 2º Ofício

⁴⁵⁰ *Idem*

requerimento. O meritíssimo Dr. Juiz de Fora e Órfãos decidirá o que for mais justo.
451

O Juiz de Fora aceitou a apelação do curador e afirmou que a dúvida deste procede, pois, os suplicantes não indicam por modo geral a necessidade de venda. Vimos, portanto, que as incertezas do mundo colonial poderiam de um momento para outro, complicar a vida de certas famílias. Infelizmente não consegui encontrar o inventário de Apolônia Maria de Jesus, e assim identificar se a fazenda ainda permanecia com a família, ou se foi vendida, e desta maneira continuar acompanhando a trajetória desta família que, se num primeiro momento, possuía melhores condições que as de Francisco Ferreira de Melo e Caetano Coelho da Costa, possivelmente anos depois se encontrariam em situação bem mais precária. Percebemos, portanto, que principalmente os grupos menos privilegiados da sociedade, estavam à mercê dos diversos problemas, e geralmente sozinhos não conseguiam superá-los caso não pudessem recorrer a pessoas mais privilegiadas e de maior influência na sociedade.

A questão referente às relações e distinções sociais aparece de forma bastante interessante nesta próxima trajetória analisada. Bernardo Vieira Marques⁴⁵², natural da freguesia de Passos, Bispado do Porto. Era filho de Antonio Silva e Luiza Vieira, solteiro, embora tivesse tido três filhos com sua escrava Sebastiana, já falecida. Uma de suas filhas, Tereza, vivia sob o estado de emancipada. O seu segundo filho, Antônio, faleceu depois da morte do pai, e a terceira filha, Genoveva, era casada com David da Silva Ribeiro. Em seu inventário consta apenas um crédito no valor de 1:400\$000 que devia ao falecido, Antonio de Faria Salgado, seu inventariante, referente a 17 escravos e mais bens que foram vendidos, ficando às duas herdeiras 466\$666. Em seu testamento, além de afirmar que deixava seus filhos como herdeiros do restante que ficar de sua fazenda depois de pagas suas dívidas e satisfeitos seus legados, deixava-os também alforriados. Ou seja, os seus filhos até o momento de sua morte viviam como seus escravos. Declarava também que: *deixo 200\$000 à pessoa que me fizer mercê recolher os ditos meus herdeiros para seus alimentos até se arrumarem.*⁴⁵³

Apesar desta recompensa, percebemos através do inventário de Bernardo Vieira Marques, que não foi nada fácil conseguir um tutor para seus filhos. O primeiro indicado foi José Gonçalves da Costa, e este pede dispensa alegando que:

Pelo fato de ser morador na Pirapetinga distante seis ou sete léguas de onde faleceu o pai dos órfãos (Xopotó), e que como estes são mulatos e o suplicante homem branco tratando-se a lei de nobreza parece e é sem dúvida que não pode ser obrigado a assinar tal tutela e além disso tem 65 anos de idade e padece de várias queixas e também passadas as águas mudará para o Serro Frio onde tem lavras e escravos.⁴⁵⁴

⁴⁵¹ *Idem*

⁴⁵² ACSM – Cód. 15 – Auto 473 – 1º Ofício

⁴⁵³ *Idem.*

⁴⁵⁴ *Idem.*

Através deste requerimento, podemos perceber que a relação entre pobres e ricos, negros e brancos era bastante complexa, tratando-se de uma sociedade amplamente excludente, onde o tutor indicado se recusava a assumir a tutela dos órfãos, entre outras questões, pela lei de nobreza, que retirava dele a obrigação de assinar a tutela, pedido no qual foi bem sucedido. Desta maneira, procurou-se indicar como tutor, pessoas da mesma condição, sendo designado Euzébio de Chaves Moreira, que, no entanto, pediu dispensa por ser pobre, viver de esmola e não ter inteligência para tal função, sendo também dispensado. Foi indicado então Gabriel Barbosa Coura, que por se declarar pobre, doente e morar longe também foi dispensado. Outro que foi dispensado do papel de tutor por ser pobre e possuir mais de seis filhos foi Rodrigo Gomes de Oliveira. Portanto, a tutela dos órfãos apresentou dificuldades com relação a sua definição, tanto por indivíduos de condição superior, como aqueles de mesma situação. Ficou então como tutor Pedro de Villas Boas Fruão, porém este vivia longe das órfãs, que ficaram sob seu poder, ficando realmente responsável por elas o Alferes Antonio de Faria Salgado, inventariante do falecido de quem conseguimos um interessante depoimento:

Diz o Alferes Antonio de Faria Salgado, morador na freguesia de Guarapiranga que ele suplicante tem umas órfãs em sua casa, e as tem educadas e criadas como suas filhas e agora tem ocasião de dar estado a uma delas por nome Genoveva, com David da Silva Ribeiro, oficial de ferreiro pessoa de mesma igualhia e compatibilidade de a sustentar, pois, tem tenda estabelecida nesta mesma freguesia, e como destes acertos não se acha a cada passo o tutor dela que está em outro termo, e ele suplicante as tem a seu cargo.⁴⁵⁵

O requerimento foi aceito e o marido de Genoveva, David da Silva Pereira entrou com uma justificação requerendo a parte da herança que cabia à sua esposa com o falecimento de seu pai, tendo sido bem sucedido. David e Genoveva casaram-se no ano de 1796, sendo ele natural de São Francisco das Chagas do Taubaté, Bispado de São Paulo, filho de Antonio da Silva e Domingas da Fonseca. Trabalhei com o inventário deste casal, em função do falecimento de David da Silva Ribeiro no ano de 1795. Podemos perceber nitidamente que a condição de vida do casal sofreu significativa queda, apesar de que ao ser alforriada pelo pai, Genoveva adquiria uma certa ascensão, e com isso uma possível melhoria de sua condição de vida. David teve com Genoveva dois filhos e uma filha, sendo esta casada, e deixou um monte-mor de 132\$700. Declarou a viúva inventariante que o casal possuía poucos e rústicos bens móveis e instrumentos que valiam 2\$700 e três escravos, sendo que um deles sem valor e os demais avaliados em 130\$000. A queda na condição de vida deste casal pode ser comprovada pelo fato de que Genoveva havia herdado de seu pai 466\$666 e o monte do casal apresentava um valor bem abaixo deste. Também no inventário é informado que a inventariante e seu marido havia dotado sua filha Maria para se casar com João de Medeiros, com suas terras de planta, o que podemos entender

⁴⁵⁵ *Idem.*

como uma possível estratégia para se conseguir um bom casamento para sua filha⁴⁵⁶. Esta família percorreu uma trajetória bastante confusa, o que certamente deveria marcar a vida de muitos indivíduos de grupos menos privilegiados da sociedade, que procuravam alternativas e estratégias em busca de uma vida menos miserável.

Conclusão

Portanto, ao mostrar a trajetória de algumas famílias camponesas, buscamos demonstrar a complexidade de situações inesperadas que marcavam suas vidas e como buscavam responder às necessidades que surgiam. Nos casos que trabalhamos, a maior parte dos filhos não conseguiu superar as condições econômicas de vida dos pais, o que pode significar uma certa dificuldade em manter relações sociais e econômicas com indivíduos de grupos mais privilegiados, restando principalmente a estes camponeses, contar com a solidariedade de seu grupo e também familiar.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Mafalda Soares da. Modelo de Análise de redes sociais. In: *A Casa de Bragança - 1560-1640. Práticas sociais e redes clientelares*. Lisboa: Estampa, 2000.
- XAVIER; Angela Barreto e HESPANHA, Antônio Manuel. As redes clientelares. In: HESPANHA, Antônio Manuel. (coord.) *História de Portugal*. Lisboa: Estampa, vol.4, 1998
- MONTEIRO; Nuno Gonçalo. Poder Senhorial, Estatuto nobiliárquico e Aristocracia. In: HESPANHA, Antônio Manuel. (coord.) *História de Portugal. O Antigo Regime*. Lisboa: Estampa, vol.4, 1998 p. 297
- FARIA, Sheila de Castro. *A Colônia Brasileira: Economia e diversidade*. São Paulo: Moderna, 1997, p. 134.
- SOUZA, Sônia Maria de. *Terra, família, solidariedade...estratégias de sobrevivência camponesas no período de transição – Juiz de Fora (1870-1920)*. Niterói: ICHF/UFF, 2003. (Tese de Doutorado) p. 245-246.
- OLIVEIRA, Mônica Ribeiro. *Negócios de famílias: mercado, terra e poder na formação da cafeicultura mineira, 1780-1870*. Bauru: Edusc, Juiz de Fora: FUNALFA, 2005. Ver especialmente o capítulo 3.
- BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Senhores da terra: família e sistema de sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista, 1765-1855*. Campinas: CMU/UNICAMP, 1997, p.257.
- CASTRO, Hebe. História Social. In: CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaio de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- REVEL, Jacques. História ao Rés-do-chão. In: LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- DAUMARD, Adeline. *Hierarquia e riqueza na sociedade burguesa*. São Paulo: Perspectiva, 1985.
- LEVI, Giovanni. Sobre a Micro-História. In: BURKE, Peter. *A Escrita da História: novas perspectivas* São Paulo: UNESP, 1992, p.135

⁴⁵⁶ ACSM – Cód. 103 – Auto 2147 – 1º Ofício

LEVI, Giovanni. *Herança Imaterial: Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. e GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes, o cotidiano e as idéias de moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

LEVI, Giovanni . Comportamentos, recursos, processos antes da "revolução" do consumo. In: REVEL, Jacques. (org). *Jogos de Escala*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p.203

Entrevista de Juan Jose Marím a Giovanni Levi. Heredia: Costa Rica, 1999, p.2 - [http:// historia.fcs.urc.ac.cr/mohis/e-levi-coshtm](http://historia.fcs.urc.ac.cr/mohis/e-levi-coshtm).

GINZBURG, Carlo. O nome e o como. In: *A micro-história e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989, p.173-174.

O modernismo reacionário no pensamento histórico nacional-socialista: análise da obra Zur Geschichte des Nationalsozialismus, de Walter Frank

Marcelo Alves de Paula Lima
 Graduando em História pela UFMG
marceloapl@yahoo.com.br

Resumo: Este trabalho busca compreender de que maneira a faceta reacionária do modernismo alemão, muito forte no pensamento político e social da República de Weimar, se manifestou na produção intelectual patrocinada pelo Terceiro Reich – mais precisamente, na produção historiográfica. Analisaremos a obra *Zur Geschichte des Nationalsozialismus* (Para a história do nacional-socialismo), de Walter Frank, um dos historiadores mais importantes da Alemanha nazista, comprometido em suas obras com a legitimação do regime. No livro citado, escrito em 1934, Frank narra brevemente a história do próprio movimento nacional-socialista, desde a fundação do partido em 1919 até a subida ao poder em 1933. Sendo assim, buscaremos estabelecer possíveis diálogos entre a referida obra e alguns dos pensadores que se inserem na tradição modernista reacionária.

Palavras-chave: nacional-socialismo, modernismo, historiografia.

Abstract: The purpose of this paper is to understand in which way the reactionary side of the German modernism, very strong in the political and social thought during the Weimar Republic, influenced on the intellectual thought supported by the Third Reich – more specifically, in the historiographical thought. We will analyze the book *Zur Geschichte des Nationalsozialismus* (History of national-socialism), by Walter Frank, one of the most important historians in Nazi Germany, who was always committed, in his writings, to the legitimation of the regime. In this book, written on 1934, Frank briefly tells the history of the national-socialist movement, since the foundation of the party on 1919 until the conquest of power on 1933. Therefore, we will try to establish relations between that book and some of the intellectuals who belong to the reactionary modernist tradition.

Keywords: national-socialism, modernism, historiography.

A utilização da história como forma de se legitimar um regime ou um movimento político é uma estratégia recorrente em diversos momentos e países. Não foram poucos os episódios nos quais lideranças e grupos políticos se valeram de uma releitura da história nacional ou mesmo internacional com a finalidade de respaldarem suas demandas e de encaixarem seus ideais em um contexto mais amplo. No Brasil, por exemplo, essa estratégia se evidencia, entre outros, ainda no Período Regencial e ao longo do Segundo Reinado, com a fundação e o desenvolvimento do IHGB. Na busca pela escrita de uma história que fomentasse a gênese da nação, o IHGB recorria a diversos artifícios como, por exemplo, apelar à temática da história regional sempre com o cuidado de tomar cada região do país em sua organicidade face ao todo nacional. Assim, essa leitura da história buscava atender a um dos grandes projetos da monarquia: manter a unidade territorial do país, revelar a eficiência do regime monárquico nessa tarefa e ao mesmo tempo contrastar a ordem interna com o caos que imperava nas repúblicas vizinhas.⁴⁵⁷ Valorizava-se, portanto, uma leitura da história que sustentasse a unidade territorial brasileira, bem como a sua estabilidade interna.

A Ação Francesa, grupo nacionalista antirrepublicano que agitou o cenário político da França na virada do século XIX para o XX, também se valeu de uma leitura própria da história para fortalecer seus ideais. De acordo com Lúcia Lippi, a Ação Francesa criticava a ênfase que o sistema educacional dava à Revolução Francesa, reclamando uma história mais atenta ao período medieval e ao Antigo Regime, períodos nos quais o país gozaria de maior estabilidade e nos quais poderíamos encontrar a sua grandeza. Repudiava-se ainda a sociedade moderna e o século XIX, identificado como o século dos bancos e das finanças, bem como dos judeus que os controlavam.⁴⁵⁸

Também na Alemanha nazista a história serviu como importante aliado no estabelecimento e consolidação do regime. Mais do que uma ciência legitimadora, o saber histórico influenciado pelo Terceiro Reich figurou como ciência diligente, altamente politizada e acima de tudo combativa (*kämpfende*).⁴⁵⁹ Como tentaremos expor ao longo do texto, essa história utilizada para legitimar o regime nacional-socialista dialoga com o modernismo reacionário, tradição de pensamento que floresceu na Alemanha de Weimar e acabou alimentando de forma significativa os fundamentos ideológicos do nacional-socialismo.

A sociedade alemã após a Primeira Guerra Mundial passava por uma grande efervescência política. Como bem aponta Thomas Nipperdey, o desencantamento com a modernidade, a crise do liberalismo, a mobilização revolucionária das massas e a tendência totalitária e antiinstitucional da democracia radical

⁴⁵⁷ Manoel Luiz Lima Salgado Guimarães. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, N. 1, 1988. P. 6, 13, 23-4.

⁴⁵⁸ Lúcia Lippi Oliveira. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990. P. 60-1.

⁴⁵⁹ Winfried Schulze, Gerd Helm, Thomas Ott. Deutsche Historiker im Nationalsozialismus (Beobachtungen zu einer Debatte). In: Winfried Schulze e Otto Gerhard Oexle (orgs.). *Deutsche Historiker im Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000. P. 31.

foram importantes elementos que marcaram a sociedade alemã do entreguerras, alimentando esse cenário em ebulição.⁴⁶⁰ De acordo com Jeffrey Herf, dois importantes grupos que marcaram o espectro político da República de Weimar foram os **conservadores prussianos** e os **revolucionários conservadores**. Os primeiros, ligados às velhas elites da Alemanha Guilhermina, alimentavam esperanças da restauração monárquica, ao passo que os últimos tinham grande penetração nas camadas mais baixas da população.⁴⁶¹

Os revolucionários conservadores advogavam um nacionalismo em sintonia com os tempos modernos, livre dos excessos da tradição prussiana.⁴⁶² Com a crescente mobilização das massas, o recrudescimento da classe operária e o acirramento dos conflitos de classe, percebia-se aos poucos que o nacionalismo prussiano, elitista e excludente, era incapaz de resolver os problemas das massas que, desamparadas, acabariam recorrendo ao socialismo. No nosso entender, foi esse diagnóstico que levou os partidários da revolução conservadora a propugnarem por uma alternativa política que contemplasse os anseios dos trabalhadores ao mesmo tempo em que impedia alterações radicais da ordem. Temerosos, por um lado, do avanço do capital, e por outro, do avanço dos trabalhadores, os revolucionários conservadores, oriundos em grande parte da classe média alemã, recorriam à nação como força unificadora, como bem observa Jeffrey Herf.⁴⁶³

Jeffrey Herf nos mostra ainda que muitos dos protagonistas da revolução conservadora haviam adquirido sua formação intelectual durante a Primeira Guerra Mundial, período no qual aprenderam a nutrir grande desprezo pela sociedade burguesa. Após 1918 ficou arraigada, nesses grupos, uma nostalgia do sentimento de comunhão que haviam experimentado ao longo do conflito. Tais grupos passaram a cultivar sentimentos anti-iluministas, bem como um culto romântico da violência, oriundos da experiência de guerra. Porém, tais sentimentos eram sempre conciliados com o culto da técnica, cuja importância para a guerra tinha sido primordial.⁴⁶⁴ Vendo-se no limiar de dois séculos, esses autores vislumbravam no século XX uma era muito mais dinâmica e enérgica do que tinha sido o século XIX – um século de fastio, imobilidade, predomínio dos valores burgueses, materialistas e impessoais, e prestes a ser superado.

Portanto, de um lado temos o ódio ao Iluminismo e à sociedade burguesa, ao liberalismo e à razão. Por outro lado, o culto à técnica, de fundamental importância para a guerra. Assim, Jeffrey Herf afirma que a revolução conservadora contribuiu de modo significativo para a configuração da tradição

⁴⁶⁰ Thomas Nipperdey. 1933 und Kontinuität der deutschen Geschichte. In: *Historische Zeitschrift* (227). Munique: R. Oldenbourg, 1978. P. 91.

⁴⁶¹ Jeffrey Herf. *O modernismo reacionário* (tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich). São Paulo: Ensaio, Unicamp, 1993.

⁴⁶² Idem. P. 34-5.

⁴⁶³ Ibidem. P. 34-5.

⁴⁶⁴ Ibidem. P. 37.

modernista reacionária,⁴⁶⁵ cujo cerne consistia em buscar conciliar o irracionalismo político com a racionalidade industrial. O autor nos diz que o modernismo reacionário pode ser entendido como a resposta da Alemanha ao dilema colocado às sociedades pelas revoluções francesa e industrial. Diferente do modernismo que se manifestou em outros países, o modernismo reacionário alemão advogava o primado do irracional, recusando o legado do Iluminismo e da Revolução Francesa. Segundo essa tradição, o sangue, a raça e a alma eram mais importantes do que a razão, considerada hostil à vida.⁴⁶⁶ A aversão à razão e a desconfiança do Iluminismo não eram fenômenos inéditos na história alemã, tendo-se manifestado já nos escritos românticos do século XIX.

Essa interessante combinação de culto à técnica com desprezo pela razão teria sido resultado do processo de modernização da Alemanha, país que havia se industrializado sem uma revolta burguesa bem-sucedida e com uma débil tradição liberal⁴⁶⁷:

As conciliações da técnica com o irracionalismo (...) não eram e não são inerentes à modernidade, ao capitalismo ou ao Iluminismo, mas antes a uma variante destes, variante singularmente autoritária, iliberal e não-esclarecida. Quando esses padrões culturais apareceram em outros lugares além da Alemanha, é porque a via da Alemanha para a modernidade foi reproduzida fora da Europa. (HERF, 1993: 243).

Dessa maneira, a modernização alemã muitas vezes se restringiu à técnica e à indústria, não engendrando uma modernização em outras esferas da vida. Influenciado por esse cenário, o modernismo reacionário traduziu-se em tentativas de fomentar a racionalidade tecnológica sem, contudo, promover a racionalidade política, cultural ou social. Para compreendermos como se dá essa operação é fundamental atentarmos para a contraposição sobre a qual o modernismo reacionário se assenta: aquela entre *Zivilisation* e *Kultur*. A primeira remete a tudo aquilo que é sem alma, cosmopolita e estranho à tradição alemã: o materialismo, o parlamentarismo, o liberalismo, a democracia, o marxismo, os partidos políticos e a República de Weimar, para citar alguns exemplos. Já a segunda se refere ao *Volk* (povo ou nação), à comunidade de sangue, à raça e à tradição cultural. O que o modernismo reacionário propunha, portanto, era retirar a tecnologia da *Zivilisation* e passa-la para a *Kultur*.⁴⁶⁸ Contudo, mais do que conciliar a *Kultur* com a tecnologia moderna, acreditamos que os autores que se inseriam nessa tradição também buscavam conciliar a *Kultur* com os desdobramentos dessa tecnologia moderna, a saber: o recrudescimento do movimento operário e a ascensão das massas ao cenário político, bem como a mobilização dessas massas e os ideais revolucionários que as impulsionavam a reclamar seus direitos. Na concepção dessa tradição, o nacionalismo prussiano, típico do século XIX, estava defasado demais para lidar com esses novos desafios.

⁴⁶⁵ Ibidem. P. 34-5.

⁴⁶⁶ Ibidem. P. 15, 24, 25, 241.

⁴⁶⁷ Ibidem. P. 257.

⁴⁶⁸ Ibidem. P. 49.

Ainda que ambos não possam ser confundidos, o nacional-socialismo se apoiou, desde os anos 1920, na paradoxal combinação entre irracionalismo e ciências técnicas, típica da tradição modernista reacionária. De forma geral, o que os propagandistas do Terceiro Reich desejavam era, na mesma linha do modernismo reacionário, mostrar que a tecnologia não só não ameaçava a alma alemã, como também era a expressão de uma *Volks-gemeinschaft* (comunidade popular ou nacional) unida.⁴⁶⁹ Além disso, assim como o modernismo reacionário, o nacional-socialismo assumia uma postura dúbia diante da modernidade. Como bem observou Thomas Nipperdey, o nazismo oferecia resistência e expressava um desencanto com a modernidade, ao mesmo tempo em que pertencia e queria pertencer a essa modernidade.⁴⁷⁰ Quem nos aponta as continuidades entre reação modernista e nacional-socialismo é Fritz Nonnenbruch. Para ele, o nacional-socialismo havia mostrado que era possível superar o capitalismo por meio do primado da política sobre a economia, e não por meio da luta de classes. O produto disso seria, segundo o autor, um sistema econômico depurado do espírito judaico que o dominava. Em outras palavras: um sistema econômico produtivo, livre do espírito financista e especulativo que até então impedia as forças produtivas de se desenvolverem.⁴⁷¹

Logo, os nazistas estavam conscientes da tradição modernista reacionária e levaram-na a cabo após chegarem ao poder. O Terceiro Reich nunca abriu mão dos investimentos tecnológicos, embora lamentasse o excesso de materialismo, tanto capitalista como marxista, ao qual a tecnologia se submetia. Assim, pensadores nazistas diziam que a tecnologia tinha uma função libertadora, e que ela só não conseguia cumprir essa função porque era controlada pelos interesses judaico-materialistas⁴⁷² (sendo o judeu a força que estava sempre por trás do comunismo e do capitalismo).

Na tentativa de identificar até que ponto o modernismo reacionário dialoga com a produção intelectual do Terceiro Reich, elencamos aqui alguns autores que se inserem nessa tradição e cujas ideias, a nosso ver, se manifestaram na obra que nos propomos estudar. Um deles é Oswald Spengler, responsável por formular a oposição supracitada entre *Kultur* alemã e *Zivilisation* ocidental. Em uma de suas mais célebres obras, *A decadência do Ocidente* (*Der Untergang des Abendlandes*), publicada em 1918, o autor interpreta o século XX como uma era bastante distinta do século que o antecedeu. Enquanto o século XIX foi um período marcado pela “guerra sem guerra”, durante o qual os exércitos se achavam permanentemente mobilizados, mas quase nunca eram acionados, o século XX seria a época dos Estados em luta.⁴⁷³ Spengler vislumbra no desabrochar e no desenvolvimento da civilização um caminho que culminara no triunfo do dinheiro sobre a política. Nas palavras do autor, “O dinheiro vitoriou-se

⁴⁶⁹ Ibidem. P. 234-5, 244

⁴⁷⁰ Thomas Nipperdey. Ob. Cit. P. 97.

⁴⁷¹ Jeffrey Herf. Ob. Cit. P. 231.

⁴⁷² Idem. P. 215.

⁴⁷³ Oswald Spengler. *A decadência do Ocidente* (esboço de uma morfologia da história universal) – edição condensada por Helmut Werner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964. P. 412-3.

sob a forma da democracia. Houve um tempo em que só – ou quase só – ele fazia a política” (SPENGLER, 1964: 415). Contudo, essa época seria logo suplantada pelo advento de uma nova força, ultrapotente e irresistível: o cesarismo, que colocaria fim à onipotência do dinheiro.⁴⁷⁴ Em outra de suas obras, *Prussianismo e socialismo (Preußentum und Sozialismus)*, de 1920, Spengler conclama os alemães a depurarem o socialismo de seu teor marxista. Para ele, o destino alemão residiria em uma combinação do velho espírito prussiano com esse novo socialismo. Spengler chama ainda o marxismo de “capitalismo dos trabalhadores”, alegando que Marx não era um socialista, mas sim um mero crítico do capitalismo: amplamente influenciado pela filosofia inglesa e incapaz de propor um substituto eficaz para o capitalismo, Marx acabava aceitando aquilo que inicialmente criticara. Assim como o sistema político inglês só permitia a vitória de um dos dois partidos políticos, também na teoria de Marx apenas uma das duas classes poderia prevalecer. E também como no sistema político inglês, a vitória de uma ou outra parte gerava pouca ou quase nenhuma alteração significativa.⁴⁷⁵ Sendo assim, caberia aos alemães optar entre o socialismo ou o capitalismo, o primado do Estado ou do parlamento, o Estado regendo a economia ou a economia regendo o Estado. Ao trabalhador alemão restaria apenas o socialismo prussiano e nada mais.⁴⁷⁶

Outro importante pensador que se inseria na tradição modernista reacionária era Werner Sombart. Em sua obra *Os judeus e o capitalismo moderno*, escrita em 1911, Sombart diz que o judeu – mais do que o puritano – foi o grande responsável por racionalizar o mundo. Atribui-se também ao judeu uma personalidade em flagrante oposição a todo sentimentalismo, emoções e relacionamentos pessoais. O judeu não consegue ver homens e mulheres de carne e osso, apenas cidadãos abstratos, com direitos e deveres. Assim, excessivamente intelectualizado e sempre se pautando pela racionalidade fria e impessoal, o judeu teria sido peça fundamental na edificação da estrutura capitalista e na elaboração de seus princípios.⁴⁷⁷

Hans Freyer foi um nome igualmente significativo nessa tradição. Defendendo uma *Revolution von rechts* (revolução da direita), Freyer postulava que a Alemanha deveria passar por uma nova revolução, cujo sujeito não fosse mais a burguesia ou o proletariado (visto que estes estavam preocupados somente com interesses materialistas de classe) mas sim o *Volk* (entendido como “povo” ou “nação”). Assim, liberalismo e marxismo figuram, no pensamento de Freyer, como meros resquícios materialistas do século XIX.⁴⁷⁸ Também na concepção de Carl Schmitt, outro importante pensador modernista reacionário, o marxismo não passava de uma extensão do materialismo liberal e burguês, além de negar o primado da política e enfatizar o conflito econômico. Era preciso, segundo Schmitt, pôr fim ao primado

⁴⁷⁴ Idem. P. 415.

⁴⁷⁵ Oswald Spengler. *Preußentum und Sozialismus*. Munique: C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1920. P. 75-6.

⁴⁷⁶ Idem. P. 97-8.

⁴⁷⁷ Werner Sombart. *The Jews and modern capitalism*. Kitchener: Batoche Books, 2001. P. 83, 174, 184.

⁴⁷⁸ Jeffrey Herf. Ob. Cit. P. 146.

da economia sobre a política, bem como abolir a preponderância da sociedade civil sobre o Estado.⁴⁷⁹ Tanto o marxismo como o capitalismo negavam, na concepção de Schmitt, o primado da política.

A fim de mostrar como a produção historiográfica nacional-socialista dialoga com o modernismo reacionário, escolhemos analisar a obra de Walter Frank intitulada *Zur Geschichte des Nationalsozialismus (Para a história do nacional-socialismo)*. Frank é tido como um dos mais radicais historiadores nazistas,⁴⁸⁰ dado o empenho, em suas obras, em posicionar-se claramente favorável ao Terceiro Reich. Desde cedo esteve envolvido em movimentos nacionalistas, como a Juventude Nacional Alemã (*Deutsch-Nationale Jugendbund*), entre cujos objetivos estavam a preservação da arte e dos costumes alemães, a libertação das amarras do Tratado de Versalhes e a busca pelas raízes mais profundas do espírito germânico. Desde cedo o jovem Frank já era ávido por empenhar-se em atividades políticas.⁴⁸¹ Em 1923 ele iniciou seus estudos de história na Universidade de Munique, onde pôde ver, em seus próprios professores, uma reprodução do conflito político pelo qual a Alemanha passava: entre o liberal e pró-Weimar Hermann Oncken, de um lado, e o nacionalista e futuro membro do partido nazista Karl Alexander von Müller, de outro, Frank optou pelo segundo, com quem manteve estreitas relações ao longo de sua vida acadêmica.⁴⁸²

Grande admirador do general Erich Ludendorff, sobre quem escreveu ao menos cinco artigos entre 1926 e 1937,⁴⁸³ Frank vai, com o tempo, mostrando-se cada vez mais insatisfeito com um de seus grandes heróis. Helmut Heiber nos conta que, por volta de 1930, Frank expressou seu desencanto com o general, lamentando que ele tenha virado uma figura quixotesca no pós-guerra. Infelizmente, para Frank, o herói da Primeira Guerra havia se despedido de sua majestade, pois era incapaz de reconhecer os novos inimigos do país: as altas finanças, a imprensa sensacionalista e o poder das camadas liberais esclarecidas.⁴⁸⁴ Em artigo publicado no *Deutsche Allgemeine Zeitung* de 21 de dezembro de 1937, Frank diz que Ludendorff havia tentado vencer a guerra militarmente, mas, sendo a Primeira Guerra uma guerra moderna, ela não poderia ser vencida apenas militarmente. Por ignorar isso, o general, bem como a Alemanha Guilhermina, havia sucumbido à turba dos eventos de novembro de 1918, quando os alemães se renderam.⁴⁸⁵ Não obstante, nesse mesmo artigo Frank considera Ludendorff um dos maiores homens

⁴⁷⁹ Idem. P. 137, 139.

⁴⁸⁰ Peter Schöttler. Von der rheinischen Landesgeschichte zur nazistischen Volksgeschichte oder Die “unhörbare Stimme des Blutes”. In: Winfried Schulze e Otto Gerhard Oexle. Ob. Cit. P. 95.

⁴⁸¹ Helmut Heiber. *Walter Frank und sein Reichsinstitut für Geschichte des neuen Deutschlands*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1966. P. 17-8,

⁴⁸² Idem. P. 22.

⁴⁸³ Ver: Walter Frank. *Geist und Macht* (historisch-politische Aufsätze). Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1938.

⁴⁸⁴ Helmut Heiber. Ob. Cit. P. 29-30.

⁴⁸⁵ Walter Frank. *Geist und Macht* (historisch-politische Aufsätze). Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1938. P. 232. A rendição alemã na Primeira Guerra Mundial sempre foi encarada pelos nazistas como produto de maquinações judaicas.

do povo alemão, juntamente com Bismarck e Hitler.⁴⁸⁶ Sua obra *Geist und Macht*, de 1938, foi dedicada à memória do general.

A postura ambivalente de Walter Frank diante de uma importante figura da Alemanha Guilhermina dialoga com a dubiedade do modernismo reacionário frente ao embate entre tradição e modernidade: por um lado exaltavam-se as tradições germânicas, seus heróis e os mitos fundadores; por outro, criticavam-se as elites prussianas por não saberem lidar com os problemas engendrados pelo mundo moderno, a saber: o comunismo e o poder cada vez maior das grandes corporações financeiras e dos judeus.

Zur Geschichte des Nationalsozialismus é a transcrição de um discurso proferido por Frank a uma organização de estudantes universitários de Munique em junho de 1934 e publicado em setembro do mesmo ano.⁴⁸⁷ Roger Chartier nos diz que aspectos materiais de um livro podem influenciar de forma significativa a sua recepção. O fato de o livro reunir diversas edições inicialmente separadas em um único volume, a presença de ilustrações, alterações na letra: essas e muitas outras características de um impresso podem alterar a maneira como as pessoas o leem.⁴⁸⁸ No caso do livro aqui abordado, o principal aspecto que notamos é a impressão do livro no alfabeto *Fraktur*. O *Fraktur* foi amplamente utilizado em escritos na língua alemã entre os séculos XVI e XX, especialmente em publicações patrocinadas pelo Terceiro Reich.

Logo no início de sua obra, Frank reconhece que talvez ainda fosse cedo para se falar em “história do nacional-socialismo”, tendo em vista que aqueles fatos ainda eram demasiado recentes e conseqüentemente o historiador que os narrasse seria muito permeável às paixões. Logo em seguida, porém, ele justifica o título da obra alegando que as paixões e a compreensão dos fatos não são necessariamente elementos conflitantes. Caberia ao historiador o papel do condutor de uma carruagem na qual as duas rodas – paixão e compreensão, luta e verdade – se dirigissem para o mesmo objetivo (no caso, narrar os fatos que, entre 1919 e 1933 conduziram os nazistas ao poder). Assim, ele pretende obter uma “compreensão apaixonada dos fatos” (FRANK, 1934: 8). Posteriormente ele escreverá ainda que a *vontade* é o elemento fundamental de toda a história – é ela quem decide, quem acredita, quem luta e quem sacrifica.⁴⁸⁹

Logo, vê-se desde o início um forte traço do pensamento modernista reacionário: a recusa à razão e a preferência pelo irracional (as paixões) a fim de se compreender os fatos. A razão era encarada por Werner Sombart como algo tipicamente judaico, frio e impessoal – incompatível, portanto, com o passado alemão ao qual se recorria. Sendo assim, da mesma maneira que o modernismo reacionário

⁴⁸⁶ Idem. P. 231.

⁴⁸⁷ Helmut Heiber. Ob. Cit. P. 113.

⁴⁸⁸ Roger Chartier. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990. P. 128.

⁴⁸⁹ Walter Frank. *Zur Geschichte des Nationalsozialismus*. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1934. P. 20.

desprezou a racionalidade e a frieza do mundo moderno, expressando a nostalgia de um mundo no qual prevaleciam os laços pessoais e as relações sentimentais, um dos mais significativos historiadores nazistas invocou a paixão como importante elemento na narrativa histórica. Outro elemento irracional que o autor destaca é a vontade, à qual se atribui o papel de motor da história. Diferente da história na concepção iluminista, que era guiada pela razão,⁴⁹⁰ no pensamento histórico nacional-socialista é a vontade quem move a história. Assim como os modernistas reacionários acharam possível conciliar irracionalidade e técnica, Frank pensou ser possível conciliar paixão e compreensão da história.

Em seguida, Frank faz uma breve crítica aos intelectuais. Estes teriam agido de forma cínica, ridicularizado o movimento nacional-socialista antes de sua chegada ao poder, mas comemorando entusiasticamente depois de sua vitória. Para Frank, os intelectuais são incapazes de criar valores, precisando sempre apropriar-se dos valores dos outros. Assim, a intelectualidade comemorou a vitória do nacional-socialismo como se fosse sua própria vitória.⁴⁹¹ Essa postura anti-intelectualista de Frank era um traço marcante do pensamento modernista reacionário. Mais uma vez recorremos a Werner Sombart, para quem o judaísmo, assim como o capitalismo, teria feições racionalistas e intelectualistas, e por isso rejeitaria a sensação, a emoção e o irracional. Dessa maneira, a tradição intelectual remete à razão, à frieza, à negação dos sentimentos, à abstração e, acima de tudo, ao judeu. Acreditamos que o simples fato de o termo “intelectual” ter nascido para designar aqueles que defenderam o judeu Alfred Dreyfus em fins do século XIX já seria suficiente para que os nazistas lhe fossem avessos. O próprio Frank tratou do caso Dreyfus em artigo publicado em outra de suas obras. Nesse artigo, o autor compactua da opinião de Maurice Barrès de que Dreyfus era um traidor pelo simples fato de ser judeu.⁴⁹²

Quando Frank começou a perceber que o general Ludendorff não era o líder político pelo qual ele procurava, seus olhos logo se voltaram para Adolf Hitler. É ele o personagem fundamental na história do nacional-socialismo narrada pelo historiador. Apesar de não ter escondido suas críticas ao líder do fracassado golpe de 1923, Frank enxergou seu movimento como uma necessidade para a Alemanha, por ser o único movimento “nacional-progressista” (HEIBER, 1966: 32). Quando Frank conheceu o movimento nacional-socialista, em meados de 1923, ele escreveu em seu diário que queria ser o “historiador da revolução alemã” (FRANK *apud* HEIBER, 1966: 26).⁴⁹³

Hitler é elogiado na obra aqui estudada por ter reconhecido, após sua experiência na guerra, o quanto as camadas dirigentes da Alemanha imperial estavam obsoletas, incapazes que eram de compreender a psicologia das massas. Hitler compreendeu a necessidade de se criar um novo nacionalismo, baseado no povo e atento às suas carências.⁴⁹⁴ Assim, da mesma forma que Oswald Spengler, Walter Frank

⁴⁹⁰ José Carlos Reis. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. P. 105-6.

⁴⁹¹ Walter Frank. Ob. Cit. P. 8.

⁴⁹² Walter Frank. *Geist und Macht* (historisch-politische Aufsätze). Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1938. P. 208.

⁴⁹³ Helmut Heiber. Ob. Cit. P.26, 29, 32.

⁴⁹⁴ Walter Frank. *Zur Geschichte des Nationalsozialismus*. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1938. P. 12.

propunha um nacionalismo que não ignorasse os problemas do mundo moderno. Ambos os autores parecem compartilhar a opinião de que o nacionalismo prussiano sozinho não atendia às demandas das massas nem atentava para os novos inimigos da nação (as reservas que Frank tinha quanto a Ludendorff são um bom exemplo disso). Seguindo essa mesma linha de raciocínio, Ernst Jünger, outro importante pensador da reação modernista, de forma quase profética escreveu que das massas viria um novo tipo de líder, com mais poder do que um monarca absoluto, que deveria conquistar essas massas para um novo nacionalismo.⁴⁹⁵

O nacionalismo, mais do que unificar os alemães, deveria também ser um terceiro caminho entre o comunismo e o capitalismo. Frank diz que, durante a República de Weimar, a democracia parlamentar e seus senhores, o marxismo, o capital internacional e o judaísmo, precisavam ser retirados do poder à força.⁴⁹⁶ Assim, notamos aqui uma operação que novamente nos remete ao pensamento modernista reacionário: a desconstrução do antagonismo entre capitalismo e comunismo. Como já vimos, Carl Schmitt e Hans Freyer operavam essa desconstrução, enxergando liberalismo e marxismo como instâncias que quase se confundiam. Urgia, portanto, buscar uma terceira via. Foi isso o que fizeram os modernistas reacionários, especialmente Oswald Spengler, que propôs um sistema calcado na união indissolúvel entre as tradições prussianas e o socialismo não-marxista. Foi isso o que fez Frank, defendendo o nacional-socialismo. Ao explicitar o que compreendia por “nacionalismo” e “socialismo”, Frank afirma que o nacionalismo deveria servir para libertar o patriotismo dos preconceitos de classe burgueses, ao passo que o socialismo deveria trabalhar pela ascensão social das camadas mais baixas do proletariado.⁴⁹⁷ Assim, tanto para Frank como para Spengler o nacionalismo prussiano era insuficiente: ele era excludente tanto socialmente, por não contemplar as camadas mais baixas da população, como geograficamente, por voltar as costas aos alemães de outras regiões – como os austríacos. Também é digna de nota, no pensamento dos autores, a associação que ambos fazem entre a democracia e os grupos econômicos dominantes.

No espectro político da Alemanha de Weimar, o partido nazista é identificado por Frank como um partido singular, pois só ele era o partido da revolução – a revolução que, por meio da vitória total, da derrocada da democracia e da autoridade irrestrita conseguiria atingir seus objetivos. A queda do regime de Weimar era identificada como pressuposto da luta pela liberdade.⁴⁹⁸ Após a derrota do *putsch* de novembro de 1923, em Munique, Frank diz que a grande questão colocada ao movimento nacional-socialista dizia respeito à viabilidade de se derrotar a democracia por meios democráticos. É interessante notar que Frank, ao narrar essa tentativa de golpe, refere-se aos nazistas como os “soldados da

⁴⁹⁵ Jeffrey Herf. Ob. Cit. P. 102.

⁴⁹⁶ Walter Frank. Ob. Cit. P. 12-3.

⁴⁹⁷ Idem. P. 19.

⁴⁹⁸ Ibidem. P. 13.

revolução”, derrotados pelos “soldados da ordem”, a serviço da República de Weimar.⁴⁹⁹ Assim, percebemos a utilização de um vocabulário da modernidade – “revolução”, “liberdade” e às vezes até “democracia” – para atacar a própria modernidade – a democracia, o parlamentarismo, o capitalismo e o comunismo. Aqui recorremos mais uma vez à formulação de Nipperdey, para quem o nazismo se voltava contra a modernidade ao mesmo tempo em que queria pertencer a ela.

Essa revolução que o nacional-socialismo deveria consumir pouco ou em nada se assemelhava às revoluções que se seguiram a 1789. Frank reconhece que todas as revoluções na Alemanha que partem de baixo são, necessariamente, fracassadas, a exemplo de 1848 e 1923. Além disso, admite que se o *putsch* de 1923 tivesse sido bem-sucedido, não teria originado uma revolução nacional-socialista autêntica.⁵⁰⁰ A revolução advogada por Frank deveria partir de cima. O sujeito revolucionário não era mais a burguesia ou o proletariado, e sim o povo guiado por Adolf Hitler – figura que, segundo o autor, estaria no cerne do movimento. Hitler teria um papel fundamental nessa revolução, pois, diferente dos líderes demagogos, que se deixam levar pelas massas, ele teria sido o condutor dessa massa, forjando-a novamente em um *Volk*.⁵⁰¹ Vê-se aqui quase uma concretização da *Revolution von rechts* de Hans Freyer, já que essa revolução não seria mais movida por interesses materialistas de classe, mas pelo *Volk*.

Há que se ponderar quais os reais motivos que levaram Frank a tecer tantos elogios a Hitler. Em 1925 ele havia publicado um artigo no qual, entre vários elogios, mostrava as reservas que tinha quanto à sua pessoa, aconselhando-o a ter cuidado e a não “brincar” de ser Mussolini.⁵⁰² O livro aqui analisado valeu a Frank uma bolsa de 300 marcos mensais, foi considerado pela imprensa nazista o trabalho-chave do movimento e o historiador ainda ganhou um cargo na comissão de ensino superior do Partido Nazista para a área de História.⁵⁰³ Tendo em vista todos esses dividendos colhidos, pode-se pensar que a ênfase que ele coloca em Hitler como chefe do movimento talvez não passasse de uma tentativa de reparar suas críticas ao *Führer*, que então ocupava o poder.

1932 foi um ano de extrema importância para o movimento: os nazistas perdem as eleições presidenciais, mas ganham maioria no parlamento. Frank diz que graças à magistral campanha eleitoral que Hitler fez de avião por toda a Alemanha, os nazistas conquistaram essa vitória.⁵⁰⁴ Esse evento mostra a realização do principal anseio do modernismo reacionário: conciliar o desenvolvimento tecnológico com as raízes da cultura germânica. Aqui vemos como a tecnologia passa da *Zivilisation* para a *Kultur*, deixando de servir aos interesses do capital para servir ao espírito (*Geist*) e aos interesses da nação. Assim, o historiador exalta o uso da tecnologia em prol dos interesses nacionais.

⁴⁹⁹ Ibidem. P. 17-8.

⁵⁰⁰ Ibidem. P. 18, 32.

⁵⁰¹ Ibidem. P. 9, 19.

⁵⁰² Helmut Heiber. Ob. Cit. P. 32.

⁵⁰³ Idem. P. 113-4.

⁵⁰⁴ Walter Frank. Ob. Cit. P. 27.

O ponto alto da narrativa é, sem dúvida, março de 1933. Segundo Frank, atendendo a um chamado do povo, Hitler dissolve o parlamento, fazendo surgir, de forma espontânea, entre todos os povos de todas as regiões, a revolução nacional-socialista. Tal revolução, diferente de 1923, havia triunfado graças a uma união entre a criação (*Schöpfung*) e a tradição, representada respectivamente por Hitler e Hindenburg (este último, presidente da Alemanha e oriundo das velhas elites prussianas). Apesar de caracterizar o movimento como revolucionário, Frank não se constrange ao dizer que o novo governo preservou a tradição e tomou posse em Potsdam, em frente ao túmulo de Frederico o Grande, onde Hindenburg reconheceu-o como de sua confiança e aceitou a revolução nacional-socialista.⁵⁰⁵ Essa união entre tradição e criação, entre Hindenburg e Hitler, entre nacionalismo e socialismo, nos remete a Oswald Spengler, que defendia a união entre a herança prussiana e um novo socialismo.

Frank reserva as últimas páginas de sua obra para a transcrição de anotações feitas em seu diário logo após a dissolução do parlamento. O clima dentro do prédio era de medo entre as forças políticas, que assistiam a tudo acuadas. Do lado de fora, a população reunida, assistindo ao desenrolar dos eventos, formava uma imagem que lembrava a Convenção da Revolução Francesa. Diferente do que se passou na Convenção, porém, dessa vez não havia sangue: todos se postavam na mais estrita disciplina, configurando então uma “revolução da ordem”.⁵⁰⁶

Não deixa de ser digno de nota o fato de nosso historiador ter comparado a “revolução nacional-socialista” justamente com o período mais progressista da Revolução Francesa, acrescentando, porém, a vantagem de não haver acontecido qualquer derramamento de sangue. Sendo assim, da mesma maneira que os modernistas reacionários transferiram a tecnologia da *Zivilisation* para a *Kultur* e Oswald Spengler fez o mesmo com o conceito de “socialismo”⁵⁰⁷, Walter Frank transferiu os conceitos de “socialismo”, de “revolução” e de “nacionalismo” da *Zivilisation* para a *Kultur*. Tanto Spengler como Frank buscaram depurar esses conceitos de suas máculas. O socialismo deveria se livrar de sua mácula marxista e ajudar a classe trabalhadora a se libertar do jugo do capital. Já a revolução deveria livrar-se de sua conotação violenta e anárquica, heranças de 1789 e 1917, para servir à ordem; não é à toa que Frank rejeita o *putsch* de 1923 – um movimento de massa – e exalta a revolução nascida do aperto de mãos entre Hindenburg e Hitler. Em outras palavras: a revolução deveria partir de cima. Por fim, o nacionalismo deveria se livrar de seu caráter elitista e excludente. Assim, abandonando a *Zivilisation* e servindo à *Kultur*, socialismo, revolução e nacionalismo livrariam a Alemanha do materialismo e do racionalismo da sociedade burguesa e industrial, bem como da anarquia do comunismo.

Portanto, o modernismo reacionário não foi uma tentativa de conciliar apenas os avanços tecnológicos com a cultura alemã, como tanto enfatizou Jeffrey Herf. Mais do que o desenvolvimento da

⁵⁰⁵ Idem. P. 32.

⁵⁰⁶ Ibidem. P. 32-3. *Revolution der Ordnung*.

⁵⁰⁷ Jeffrey Herf. Ob. Cit. P. 46.

técnica, a reação modernista também buscou incorporar e moldar, de acordo com seus interesses, outros efeitos da modernidade, como o recrudescimento do movimento operário e a ascensão das massas à cena pública. A solução reacionária não só para os desdobramentos técnicos da modernidade, mas também para aqueles de ordem política e social, é bastante similar ao que Walter Frank propõe na obra aqui estudada. É por isso que discordamos de Marcos Chor Maio quando ele atribui ao conceito nacional-socialista de “revolução” o teor restaurador contido no *De Revolutionibus Orbium Coelestium*.⁵⁰⁸ Nos passos da reação modernista, o nacional-socialismo não queria restaurar a ancestralidade alemã de forma integral, mas sim conciliá-la com os ecos da Revolução Industrial e dos movimentos de massa dos séculos XVIII e XIX.

Frank conclui sua obra melancolicamente, narrando o que se passou na saída do parlamento logo após sua dissolução e a aprovação de poderes supremos a Hitler:

De repente se ouve uma voz revoltada: “onde está o chofer do presidente?” É o vice-presidente Esser, do Zentrum. O chofer não está lá. Talvez ele espera por Hitler em algum outro lugar. Ninguém se importa com a indignação do presidente de cabelos brancos. E aquela voz irritada se perdeu no ar como o último suspiro do sistema de Weimar (FRANK, 1934: 35).

Comparando-se os escritos de Walter Frank com a historiografia moderna iluminista, podemos ver encontros e desencontros entre ambas as tradições. No pensamento iluminista, o desfecho da história é previsível: a vitória da razão. A história possui, necessariamente, um sentido, uma direção.⁵⁰⁹ A história contada por Walter Frank também tem esse caráter teleológico, embora seu desfecho seja justamente o triunfo da vontade e das paixões sobre a razão (esta última sempre associada ao Iluminismo e ao judeu sem alma e sentimentos).

Além disso, os iluministas acreditam ter descoberto o “segredo da história” e recomendam a produção maciça de eventos que o concretizem: “em nome da realização final da razão absoluta, da utopia, da liberdade racional, legitimou-se toda violência contra o passado-presente” (REIS, 2006: 106-7). A história se torna, portanto, um processo coerente, acelerando rumo a um fim conhecido de antemão. Os termos que conduzem a implantação do futuro são “crise”, “evolução”, “revolução”, entre outros.⁵¹⁰ Por outro lado, a obra de Frank exalta o irracional, mas também defende a aceleração da história para se atingir determinados fins: a vitória dos nazistas, a queda da República de Weimar e a liberdade do povo alemão.

Dado o exposto até aqui, concluímos que o modernismo reacionário manifestou-se na obra de Walter Frank na sua atitude de valorizar o irracional como fator fundamental na narrativa histórica. A

⁵⁰⁸ Marcos Chor Maio. *Nem Rotschild nem Trotsky* (o pensamento antisemita de Gustavo Barroso). Rio de Janeiro: Imago, 1992. P. 131-2.

⁵⁰⁹ José Carlos Reis. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010. P. 105.

⁵¹⁰ Idem. P. 106-7.

ambiguidade da obra diante de certos aspectos da modernidade também apresenta traços do modernismo reacionário: por um lado, os soldados da revolução de 1923 haviam sucumbido aos soldados da ordem que defendiam a República; por outro, o nacional-socialismo foi uma “revolução da ordem”. Ademais, como já frisamos no início, aspectos materiais de um impresso também precisam ser considerados na sua análise. O fato de o livro de Walter Frank ter sido impresso em *Fraktur*, um sistema de escrita alemão utilizado ao longo de séculos, revela novamente o culto à tradição na obra do autor. Utiliza-se um antigo sistema de escrita para narrar eventos que buscam acelerar a história em nome de um ideal. Por fim, esse diálogo com o modernismo reacionário se nota na transferência de certas ideias (nacionalismo, socialismo e revolução) do campo da *Zivilisation* para o da *Kultur*.

Referências bibliográficas

- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; Lisboa [Portugal]: Difel, 1990.
- FRANK, Walter. *Geist und Macht* (historisch-politische Aufsätze). Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1938.
- _____. *Zur Geschichte des Nationalsozialismus*. Hamburg: Hanseatische Verlagsanstalt, 1934.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Lima Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, N. 1, 1988.
- HEIBER, Helmut. *Walter Frank und sein Reichsinstitut für Geschichte des neuen Deutschlands*. Stuttgart: Deutsche Verlags-Anstalt, 1966.
- HERF, Jeffrey. *O modernismo reacionário* (tecnologia, cultura e política em Weimar e no Terceiro Reich). São Paulo: Ensaio, Unicamp, 1993.
- MAIO, Marcos Chor. *Nem Rotschild nem Trotsky* (o pensamento antissemita de Gustavo Barroso). Rio de Janeiro: Imago, 1992.
- NIPPERDEY, Thomas. 1933 und Kontinuität der deutschen Geschichte. In: *Historische Zeitschrift* (227). Munique: R. Oldenbourg, 1978.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *A questão nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS, José Carlos. *O desafio historiográfico*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
- SCHULZE, Winfried e OEXLE, Otto Gerhard (orgs.). *Deutsche Historiker im Nationalsozialismus*. Frankfurt am Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 2000.
- SOMBART, Werner. *The Jews and modern capitalism*. Kitchener: Batoche Books, 2001.
- SPENGLER, Oswald. *A decadência do Ocidente* (esboço de uma morfologia da história universal) – edição condensada por Helmut Werner. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1964.
- _____. *Preußentum und Sozialismus*. Munique: C.H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung, 1920.

O Jogo é um Bicho? Repressão aos Jogos de Azar em Salvador entre 1890 e 1910 e Representações Culturais do Jogo do Bicho no Século XX

Marcelo Bloizi Iglesias

Graduando em História pela UFBA Bacharelado em Direito
pela UNIFACS

Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – UFBA
marcelobiglesias@hotmail.com

Resumo: A intenção da pesquisa do Jogo do Bicho no espaço urbano de Salvador é traçar o desenvolvimento dessa contravenção penal que movimenta uma economia paralela, com sua própria dinâmica e normas. No bojo da efervescência das ideias políticas nos círculos intelectuais, por conta do novo regime republicano e pelo pós-abolição, busco compreender o desenvolvimento da prática no espaço urbano soteropolitano como mais uma forma de lazer para uns e uma alternativa de trabalho para outros e a consequente repressão num lapso temporal tão curto pela qual passou (1890-1910). O Jogo do Bicho é o primeiro legitimamente brasileiro e sua associação à figura do malandro na busca por uma identidade nacional na representação cultural ao longo do século XX através das várias formas de mídia confronta os planos do governo e seus ideais.

Palavras-chave: Jogo do Bicho, representação cultural, trabalho urbano

Abstract: The main idea that lays upon the research towards the commonly known “Jogo do Bicho” is trying to outline the development of the penal contravention that moves the economics with its own dynamics and rules. In the bulge of effervescence of truly important political ideas that are of great interest in intellectual circles, due to the new republican regime and the scenario of abolitionism, I try to comprehend the development of this game within an urban location. Furthermore, I take into consideration the different ideas that this game carries and consequently, the repression which took place throughout the years of 1890-1910. It is crucial to understand that while for some this game might be seen as work, it may also and easily be treated by others as pure leisure. The “Jogo do Bicho” was a game commonly used by many people that went against the behavior and ideals of the government and the media during the twentieth century.

Keywords: Jogo do Bicho, cultural representation, urban labor

As loterias surgiram no Brasil durante a década de 1840, sendo “bancadas” pelo Tesouro Nacional. O intuito do Estado brasileiro era arrecadar fundos para que obras públicas pudessem ser realizadas, objetivando o aumento de suas reservas financeiras e o estímulo à industrialização no país. Tal forma de arrecadação de fundos já havia sido utilizada na Europa, exemplo disso foi a construção do *British Museum* na capital inglesa, construído em meados do século XVIII com dinheiro arrecadado pelas loterias da Coroa, o que nos revela que a prática dos jogos de azar vem de longínquas datas no que tange ao fato de o Estado se apropriar dessa prática. Contudo, o grande diferencial entre esses dois espaços foi o público que apostava: na Inglaterra o preço do bilhete era caro para que fosse delimitado esse espaço da aposta, predominantemente ocupado pelas elites, o que não impedia o que chamamos hoje de “bolão” entre as pessoas de classes subalternas que juntavam o dinheiro em grupos para comprar um bilhete, fazendo uma “fezinha”; já no Brasil os preços dos bilhetes das loterias eram acessíveis, bem

como a sua comercialização no espaço urbano, vendidos por particulares como num contrato com o Estado de consignação mercantil (com o perdão dos anacronismos aqui feitos para um melhor entendimento), fator que facilitou a popularização do jogo.

Ao longo desse meio século entre o início das primeiras loterias e o Jogo do Bicho, o “bicho” se aproveitou da estrutura já criada pelas loterias de cunho estatal para se expandir nos espaços urbanos nos quais teve sucesso como Salvador e Rio de Janeiro. As bancas para a venda da loteria, inclusive da “venda do bicho”, estavam espalhados no tabuleiro urbano e já faziam parte da realidade dessas cidades. Cronistas e escritores da época como o Machado de Assis, Aluísio de Azevedo e Olavo Bilac, em alguns de seus contos e obras, trataram do tema dos jogos de azar ou especificamente do Jogo do Bicho. Isso denota que em 1895, ano em que Machado de Assis e Olavo Bilac escreveram sobre esse divertimento novo e popular, a prática já mexia com o imaginário da população e se fazia presente no cotidiano da urbanização, apesar de já serem mal vistas socialmente por estarem seguindo um sentido oposto àquele que servia de referencial para o pós-abolição e a primeira República.

No espaço urbano de Salvador temos a figura do Jorge Amado com sua obra *“Os Pastores da Noite”*, na qual traz para um diálogo crítico das forças opressoras dos grupos mais pobres no cotidiano de Salvador. O poder dos banqueiros do Jogo do Bicho, mandonistas, é um exemplo dos que exercem um papel opressor, isso é evidenciado na última das três narrativas que compõem essa obra. É preciso salientar que o escritor grapiúna, escreveu a obra às vésperas do golpe militar de 1964, e sua visão como um comunista convicto é um dado que não pode faltar na análise de sua escrita.

Apesar da data dessa produção literária ter sido bem posterior ao recorte escolhido a análise da repressão, o século XX e primeira década do século XXI foram de maçante produção e acessibilidade cultural dentre outros fatores pela aceleração da comunicação e a maior variedade de meios para isso que oportuniza o acesso a informação para considerável parcela da população. No que concerne ao Jogo do Bicho ele se tornou um símbolo da representação do que seria o popular em diferentes formas de arte, como em poemas, cinema com *Grande Otelo*⁵¹¹, teatro musical com Chico Buarque⁵¹², além de telenovelas como *“Bandeira 2”* e *“Senhora do Destino”*⁵¹³ da Rede Globo. Muitos intelectuais se manifestaram a favor de sua legalização ao longo do século XX. A representação do Jogo do Bicho se

⁵¹¹ O filme em que *Grande Otelo* aparece como personagem principal tem o título *“Me Apaixonei por um Bicheiro”*;

⁵¹² Com o musical *“A Ópera do Malandro”* que inclusive teve adaptação para o cinema. Mas que, por sua vez, já é uma adaptação brasileira da britânica *Ópera dos Mendigos* (1728) de enredo elaborado por John Gay e na *Ópera dos três vinténs* (1928) de Bertolt Brecht e Kurt Weill;

⁵¹³ Em *“Bandeira 2”* que foi ao ar entre outubro de 1971 e julho de 1972 o Jogo do Bicho está no centro da trama com a rivalidade entre os bicheiros. Já em *“Senhora do Destino”* há um personagem que aparece com certa relevância no enredo da história, mas que não chega a ser protagonista, chamado Geovane Prota, que devido aos seus jargões que denotavam uma falta de escolaridade, sua forma de se vestir, o poder e respeito que ele possuía perante a comunidade que vivia, ser patrocinador de uma Escola de Samba coadunava com a construção popular sobre o que é o Bicheiro na sociedade e no imaginário do Brasileiro. Ressalto que em momento algum a trama fica explicitada a condição de Bicheiro do personagem vivido por José Wilker, mas os telespectadores o reconhecem sob tal condição;

faz presente desde o tempo que se buscava a formação de uma identidade nacional até a década do término da ditadura militar. O caráter popular, o misticismo em torno dele, o quê poderia dar azo à aposta em algum bicho, as figuras de linguagem do cotidiano, os sonhos, as ciências, uma infinidade de aspectos podem ser analisados a partir do Jogo do Bicho (ou que remetam a ele) visto que mexe com o imaginário do indivíduo de todas as classes.

Entretanto os ideais positivistas estavam em voga desde as últimas décadas do século XIX e influenciaram políticos e intelectuais entre 1890 e 1910 colaborando para a formação dos valores morais da República brasileira que se construía, para exemplificar, uma passagem do livro *O Crime do Restaurante Chinês – Carnaval Futebol e Justiça na São Paulo dos anos 30*; de Boris Fausto que remete à análise de tal período:

“No Brasil, a introdução dos princípios da Escola Positivista nas últimas décadas do séculos XIX se deu tanto pela via dos juristas quanto dos médicos, embora os últimos fossem mais propensos, por formação, a aderir aos princípios da Escola Positivista.”(FAUSTO, 2009: 91)

Transbordando o lapso temporal escolhido *a priori*, decerto que o Código Penal do Império do Brasil de 1884 já fora criado em alicerces positivistas, e a manutenção desse pensamento se protelou pelas primeiras décadas do século XX no nosso país no âmbito das ciências e política.

Os grupos de pensadores da sociedade, como evidenciado acima, eram formados por juristas e médicos, que vislumbravam diferenças entre os modelos políticos e eram os indivíduos considerados cidadãos, enquanto que aqueles indivíduos que formavam a grande massa e não tinham participação política alguma no espaço urbano eram apenas cidadãos, os quais, acredito, não coadunavam quanto aos valores morais que a elite queria que fossem internalizados. Talvez por isso o José Murilo de Carvalho, historiador político com foco sobre esse recorte que precede a República até o seu desdobramento pelas décadas iniciais do século XX, escreva “Os Bestializados” para mostrar como houve uma ausência popular nessa construção política e como isso foi relevante para apenas alguns grupos inicialmente. Mas no bojo dessas mudanças o Jogo do Bicho alcançou uma repercussão capaz de fazê-lo ser lembrado pela elite letrada em suas análises cotidianas e objeto de correspondência entre as autoridades que tinham que reprimir o jogo de azar que estimulava a vadiagem.

Não há como fugir da comparação no discurso historiográfico quanto aos espaços de Salvador e Rio de Janeiro, visto que a produção sobre o tema no Rio de Janeiro, berço do Jogo do Bicho e até hoje o local de maior difusão e arrecadação deste, é bastante superior àquela produzida sobre o espaço Soteropolitano. Procuro me ater aos espaços urbanos, uma vez que o Brasil vislumbrou formas de desenvolvimento desses lugares no início da República, a corrida pela industrialização era uma realidade

a ser encarada pelo país que só tivera a experiência de surtos de industrialização, como no período do Barão de Mauá no século XIX.

Concatenando datas que representam processos de duração ampla como a Abolição da Escravidão através da Lei Áurea em 13 de maio de 1888, e a Proclamação da República do Brasil em 15 de novembro de 1889; os jogos de azar surgem como uma possibilidade de ganho de vida para aqueles que foram excluídos do projeto republicano no pós-abolição de maneira mais aguda do que em tempos que antecederam essas datas? De fato já se pensava a República desde antes da sua proclamação, já que o Manifesto Republicano fora proclamado em 1870 e os intelectuais envolvidos não se preocuparam em discutir a causa escrava nesse período. A quantidade de negros que já eram “senhores de si”⁵¹⁴, alforriados, ou eram fugidos e habitavam os espaços urbanos, que eram espaços mais fáceis de refúgio, representavam um número considerável da população e dos trabalhadores. E o jogo de azar e loterias como uma maneira de lazer e trabalho que ficou mais forte nesse período devido à falta de opções na forma de como se ganhar a vida.

A repressão ao Jogo do Bicho a partir de 1895, traz consigo um plexo de motivações, como já tratado antes, os ideais positivistas estavam fervilhando nos círculos intelectuais que ricocheteavam nas práticas tomadas pela administração do período; a industrialização de espaços urbanos culminou no crescimento populacional, aglomeração dessa gente em espaços marginais e de moradia de péssimas condições, os famosos cortiços, retratados tão bem por Aluísio de Azevedo⁵¹⁵ na literatura, e Sidney Chalhoub no seu fazer historiográfico⁵¹⁶. As políticas de higienização tomadas por Pereira Passos no Rio de Janeiro são o exemplo no qual me amparo para as minhas buscas, apesar de saber que Salvador não estava no mesmo patamar de evolução/desenvolvimento da capital fluminense.

Importante frisar que ao proibir uma nova possibilidade de trabalho que não dava lucros ao Estado e que diminuía a oferta de mão de obra o Estado tinha um intuito. Seguindo uma cadeia lógica, quanto menor o exército industrial de reserva, maior liberdade para os trabalhadores se amotinarem e fazerem greve, pois não há mais tantos indivíduos querendo se submeter a condições tão exploratórias que poderiam ser consideradas analogamente à de escravidão. A experiência proletária europeia estava desembarcando no Brasil e as más condições de trabalho e a própria inquietação do povo brasileiro quanto às condições de trabalho poderiam resultar em movimentos grevistas. Por conta da falta de respeito a condições tidas como mínimas na época, muitos ex-escravos não quiseram mais trabalhar, e a

⁵¹⁴ Conceito utilizado pelo autor na obra de CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. Que significa que apesar de o escravo estar vinculado juridicamente ao senhor ele não vivia como se fosse coisa, mas tinham certa autonomia e em alguns casos já moravam em casas apartadas daquelas de seus senhores. Alegavam tal autonomia em processos que buscavam a homologação de um direito que já se configurava de fato, a liberdade;

⁵¹⁵ Em sua obra “O Cortiço”,

⁵¹⁶ CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

vadiagem acabou sendo o conceito criado para especificar as pessoas que não queriam executar os trabalhos mais pesados, que eram exaustivos e de baixa remuneração. Então o Jogo do Bicho surgira como uma alternativa ao trabalho para esses indivíduos que passaram a integrar tal empresa pelo fato de não quererem mais “pegar no pesado” para trabalhar? Com certeza era uma forma mais fácil de ganhar dinheiro, mas não só por isso ele começou a ser perseguido, a questão ideológica que o Estado Brasileiro buscava implantar deve ser levada em consideração. Acredito que tal interpretação com um viés economicista da História é simplória demais para dar conta de explicar um rol vasto que pode ter dado razão à proibição do jogo.

O fato de os negros se sentirem livres após o 13 de maio⁵¹⁷, estimulou a ocupação da cidade de Salvador por ex-escravos por diversos fatores. Dentre esses fatores está a oportunidade de recomeçar a vida em outro lugar em que o passado do indivíduo não seja conhecido por ninguém, a facilidade de transportar-se para outro lugar através do porto, as oportunidades de trabalho diferentes daquelas exercidas outrora quando ainda estavam sob a condição jurídica de escravos de um senhor. Todavia, os espaços na cidade começaram a se definir cada vez mais, ou até se redefinir, criando uma cartografia peculiar entre os locais de violência e aqueles nos quais os transeuntes mais ricos poderiam circular de forma mais tranquila. Apesar dessa redefinição do espaço urbano, que precisa ser melhor discutido, o fluxo de pessoas de classes distintas se dava nesses espaços também, e as bancas do Jogo do Bicho espalhadas pela cidade era uma oportunidade de cotidianos tão distantes se cruzarem.

Não busco justificar que os ex-escravos e outros excluídos sociais só praticavam o jogo de azar e sua comercialização por falta de oportunidades no mercado de trabalho que se engendrava na época, mas é uma possibilidade a ser analisada. Seria muito simplista a observação sobre esses indivíduos como se eles fossem caricaturas, ou tipos ideais como o de um jogador: pobre e viciado; tendo assim um perfil traçado do delinquente como quis fazer o processo que tornou a polícia de caráter científico. A estratégia de marcar e procurar o inimigo da sociedade antes do cometimento do ilícito para que fosse facilitado o trabalho policial, trouxe à tona todo o caráter racista das instituições nacionais, exemplo é a criação em São Paulo do Laboratório de Antropologia, anexo ao Serviço de Identificação do Gabinete de Investigações de São Paulo em 1934.

Alternativa à resolução por essa via era a transformação das vítimas do sistema em culpados pela situação a qual estavam submetidos e por problemas que possivelmente poderiam vir à tona. Escritores do século XIX cancelaram essa visão da elite que tinha medo do que poderia ocorrer com a libertação dos escravos, como o Joaquim Manuel de Macedo, ao escrever “*As Vítimas Algozes*” em 1869. Houve a construção de que a raça negra era viciada em práticas corrosivas àquelas eleitas como o padrão a ser

⁵¹⁷ Representado de maneira excelente em artigo por FRAGA, Walter. Migrações, Itinerários e Esperanças de Mobilidade Social no Recôncavo Baiano após a Abolição. In. Cadernos AEL, vol 14, nº26, 2009, pp. 97 – 128;

seguido, padrão esse que eram os hábitos europeus trasladados aos trópicos, e, por vezes, com as devidas adaptações. Saliento que o autor era um médico, liberal e abolicionista, contudo era um homem de seu tempo e carregava consigo todo o preconceito inerente ao pensamento da época e ao círculo social ao qual estava inserido, qual seja, a escravidão fazia mal ao branco pelo fato do negro ser considerado ruim, degenerado por natureza.

Jornais da segunda metade do século XIX já denunciavam a prática de jogos de azar na cidade de Salvador. O curioso é que, esses jogos, até agora conceituados como populares e vinculados ao pobre, ao negro e ao trabalhador viciado por natureza, era também praticado por pessoas de classes mais abastadas, o caso seguinte foi a prática da roleta por pessoas com respaldo na sociedade, encontrado no jornal *O Alabama*, na edição de 22 de julho de 1871:

“ – Aumenta prodigiosamente o número de casos de jogo nesta boa cidade de S. Salvador.
 N’alguns lugares joga-se fortemente e chegam a circular contos de réis.
 É inútil dizer que a fraude e má-fé são companheiros inseparáveis nas operações da banca do monte e da roleta.
 Muitos próceres que à luz do dia ostentam gravidade e ocupam importantes cargos não hesitam nas trevas da noite em praticar quanto ato reprovado pode haver como fim de fazer trapaças com os colegas da mesa do jogo.
 - Que faz a polícia n’este meio tempo?
 Porque não da um giro aí por esses alcouces do vício?
 - E tendo de assim fazer, devia na repressão do crime, fazer como aquele rei de Roma – começar pelas cabeças mais altas das papoulas.
 - Começar pelos mais graúdos.
 - Que faz a polícia? torna-se desmesuradamente impassível diante da torrente do vício e deixa que a onda da corrupção vai inundando todos os ramos da sociedade. (sic)” (O Alabama, 1871)

O Alabama, periódico de cunho antiliberal, denunciava os abusos aos valores morais da sociedade, que estavam sendo corrompidos, ironicamente, por condutas de senhores que deveriam dar exemplo. O jornal O Alabama usava de uma escrita carregada de ironia, por conta disso acredito que fizeram questão de realçar a elite econômica envolvida e a polícia omissa, essa, a instituição que deveria reprimir a prática.

Ideias como “os negros corrompem a sociedade” e “negros são inferiores aos brancos”, e que a cultura europeia era o referencial moralizador a ser seguido; eram incutidos na sociedade para que a ordem estabelecida fosse mantida e quando mudasse seguisse os rumos traçados pelos colonizadores. Nesse ritmo, escolhiam as práticas e pessoas a serem condenadas e respectivamente o delinquente, confirmando que a sociedade que faz o criminoso⁵¹⁸. No sentido antagônico estava o esquecimento de que o exemplo das loterias outrora trazidos viera dos espaços que eram parâmetros de sociedade culta e moralizada, uma contradição!

⁵¹⁸ O que me remete inevitavelmente a THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Tradução: Denise Bottmann. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987;

O povo era afastado das principais discussões políticas, ficando a cabo da elite letrada e intelectual, o povo era revel nas discussões sobre tais temas de sua própria importância e esperava-se dele que acatasse as verdades construídas. Esse povo era bestializado ou bilontra? - nessa República que não foi⁵¹⁹ - reflexo disso foram as mudanças formais da Monarquia para República e da Lei Áurea que de imediato não foram da relevância que deveriam ter sido, afirmo isso devido às construções simbólicas e pelo imaginário criado sobre as datas, além de o povo ter sido revel neste processo de formalização das modificações relevantes propostas no que tange ao político e ao social. No imaginário da construção da República não há a figura de populares, assim como a abolição que é interpretada pelo senso comum como uma ação benevolente da princesa Isabel. Ainda podemos nos questionar sobre a consciência popular de que a opinião deles próprios não influenciaria tanto no processo, por conta da cartografia do conhecimento que delimitou e atribuiu ao conhecimento formal e acadêmico daqueles indivíduos que podiam pagar por isso e que viviam nas áreas nobres da malha urbana e por conta disso exerciam um protagonismo político.

O historiador Walter Fraga Filho⁵²⁰ procura retratar o espaço (ainda não tão) urbano de Salvador no século XIX. A economia baiana era altamente dependente da economia estrangeira nesse período e passou por várias oscilações ao longo do século representado no título da obra de Fraga, sempre se refletindo no panorama econômico internacional, sendo uma economia exportadora de gêneros tropicais. Mas Salvador se urbanizava a uma velocidade muito menor do que as maiores cidades brasileiras: Rio de Janeiro e São Paulo; e a dinâmica do tempo no espaço urbano mudava também, o tempo do trabalho é bem definido, a ideia de que tempo é dinheiro começa a povoar a cabeça dos habitantes das metrópoles e quanto a isso o Jogo do Bicho mostrava estar integrado às características capilares da sociedade, seus sorteios pontuais, a hora das apostas nas casas de jogos, a facilidade na retirada do prêmio.

Apesar da contundente divisão que se fazia na sociedade do século XIX entre senhores e escravos, que realmente eram a base das relações daquela sociedade; a mão de obra livre já era uma realidade na Bahia do século XIX. Essa mão de obra livre era formada por uma gama de agentes, porém em sua maioria ex-escravos. Cumpre destacar que entre eles havia uma diferenciação em decorrência da maneira como a liberdade fora adquirida - fuga, compra de alforria, alforria concedida, na justiça, com a Lei Áurea; ainda compunham essa mão de obra forasteiros, estrangeiros, pessoas que perderam suas riquezas etc. Eles exerciam funções nas vilas trabalhando com comércio ou nas regiões do interior exercendo cargos tão extenuantes como o dos escravos, além de muitos trabalharem em terras para subsistência. O

⁵¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;

⁵²⁰ Autor da dissertação de mestrado que leva o título: Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX; sustentada na UFBA, no ano de 1994, orientado por João José Reis;

que objetiva salientar que as oportunidades de trabalho livre para os mais pobres eram escassas, ou as condições de trabalho eram muitas vezes semelhante à daqueles que eram escravos.

A criatividade para os autônomos era uma alternativa que poderia se configurar numa necessidade, muitos negros libertos antes do marco de 1888 enfrentaram preconceito por conta da ascensão e respaldo social que conquistaram, é o caso do feiticeiro José Sebastião da Rosa, conhecido na Corte como Juca Rosa, acusado de charlatanismo, mas que pelos mesmos meios ao qual obteve sucesso fosse utilizado por um homem branco e de classe rica não ocorreria a imputação do mesmo em tal tipo penal. Outros indivíduos, de maneira astuta, viviam na vadiagem, tinham uma vida “ociosa” e viam na mendicância uma forma de se sustentar. Sabiam como se portar para pedir esmola, como se vestir, e os locais que as Constituições Primeiras tinham delimitado para tal prática. As elites chamavam de preguiçosas a gente que integrava essa horda de mendigos, formada primordialmente por negros e pardos, mas que também continham brancos, que eram exceção. Ressalto que a mendicância já existia, mas alguns indivíduos a transformaram em modo de vida⁵²¹. Nesse bojo, nos importa destacar que outros desses indivíduos passaram a vender os bilhetes de loterias pelas ruas, e ainda assim eram mal vistos pela sociedade nas ruas de Salvador. Como a capital da província da Bahia passava por uma fase de higienização e laicização que dificultava a permanência dos mendigos nos espaços que antes serviam como área de “trabalho” deles, a mendicância deu espaço à vadiagem.

Conseqüentemente esse conceito de vadiagem deu azo ao enquadramento desses indivíduos em novos conceitos carregados de sentido pejorativo inerentes àquele tempo: ladrões, bêbados, prostitutas; entre outras formas que não sei se representam trabalhos alternativos ou formas de gozar a vida. Esse conceito buscava deslegitimar a horda heterogênea que habitava as ruas da cidade de Salvador, procurando sempre conflitar as ideias da dicotomia vícios x virtudes e assim culpar os indivíduos que não se portavam como uma tábula rasa. O conceito de vadiagem foi ressignificado diversas vezes ao longo do século XX, principalmente no que atine as representações culturais em torno da figura do malandro na literatura, música, teatro, cinema e música. Na música, o início da Era Vargas trouxe à tona a nacionalização do samba como um dos símbolos que representariam o Brasil para o mundo, com isso houve uma tentativa de modificação do perfil do malandro, de homem vadio que quer se tornar o homem trabalhador. Para tal empreitada de aproximação entre o “morro e o asfalto” que significa a chegada do samba a todas as classes, o governo observou que Noel Rosa poderia ser um catalisador nesse processo, e a música “Com que Roupa?” é um dos marcos, uma vez que a figura do malandro que gosta de frequentar o samba aparece nesta canção de maneira diferente quando este percebe que tem que mudar a sua conduta e nos deixa a entender que ele também precisa trabalhar como na primeira estrofe da composição:

⁵²¹ FRAGA deixa claro isso em sua dissertação de mestrado;

“Agora vou mudar minha conduta
 Eu vou prá luta,
 Pois eu quero me arrumar
 Vou tratar você com força bruta,
 Prá poder me reabilitar
 Pois esta vida não está sopa,
 E agora, com que roupa, eu vou,
 Pro samba que você me convidou, me convidou
 Com que roupa eu vou, com que roupa eu vou?
 Pro samba que você me convidou?” (ROSA, 1930)

Nesse diapasão assevero que nem toda loteria era mal vista. O Alabama não tinha uma posição de repúdio total ao jogo, pelo visto a denúncia está focada nessa prática entre os particulares. A loteria era permitida pelo Império para o Império, sendo assim, a notícia da loteria foi divulgada normalmente na edição de 4 de janeiro de 1871:

“Pede-se ao senhor tesoureiro da loteria que tem que correr no dia 11 do corrente que não pague os dois quintos de nº1673, senão a quem apresentar os três quintos do mesmo número; visto ter-se comprado o bilhete inteiro e logo depois desaparecido os dois referidos quintos.
 Bahia, 3 de janeiro de 1871 (sic)” (O Alabama, 1871)

Com uma conotação de utilidade pública e prestação de serviço ao povo soteropolitano essa nota está na primeira folha da primeira edição do ano. Entretanto a circulação deste periódico era restrita, o que não me deixa ter certeza sobre tal cunho de contribuição à sociedade, sem uma intenção por detrás do escrito.

A repressão jogo de azar ganha novos contornos quando o Brasil adere ao modelo republicano, a partir desse marco doutrinar o vadio para o trabalho era essencial para as pretensões industriais do Brasil e seus espaços urbanos. O Jornal de Notícias, periódico de médio porte na capital baiana, traz em sua edição de 28 de fevereiro de 1907, a seguinte notícia:

“Segundo corre, é pensamento do dr. Governador do estado a extinção do jogo tendo, nesse sentido, uma conferência com o dr. Chefe de polícia, que, por sua vez, já enviou aos delegados desta capital o seguinte ofício:
 Recomendando-vos que, por vós e pelas autoridades policiais de vossas circunscrições e sejam dadas as necessárias providências no sentido de serem proibidos os jogos de azar e muito especialmente o denominado *jogo dos bichos* para cuja extinção deve haver mais severidade. (sic)” (Jornal de Notícias, 1907)

Talvez essa notícia inaugure um novo período na repressão aos jogos de azar em Salvador. Os periódicos tinham uma função muito importante no cotidiano de uma cidade, o que estava impresso tinha muito mais valor do que aquilo que era dito nos becos, ruas, comércio, cortiços e outros lugares de sociabilidades na cidade. A notícia atesta a importância do jogo do(s) bicho(s) como um dos principais nesse grupo de práticas reprimidas. A possibilidade de ascensão através do jogo era a contra mão do que

se pregava, do que o Estado pelos mais variados meios dos quais possuía tentava empurrar goela abaixo naqueles cidadãos⁵²². Era preciso doutrinar o povo para aceitar a vida do trabalho.

Vale lembrar que o ano de 1907 foi de suma importância para a política baiana, o então governador José Marcelino comprou uma briga interna com o outro chefe de seu partido, o P.R.B, Severino Vieira, quanto ao nome a ser indicado para a sucessão daquele como chefe do executivo no estado. A cultura personalística na política baiana se estendeu por todo o século XX. O conflito interno enfraqueceu bastante o P.R.B. e oportunizou a aparição de uma figura que viria a ser marcante na política baiana que foi J.J. Seabra. Com o tempo a tentativa de repressão ao Jogo do Bicho foi aumentando, mas tem certas práticas que não deixarão de acontecer pelo fato desse mundo colonizado pelo Direito condenar determinadas práticas ao seu livre alvedrio e legalizar outras.

Dessa forma, apesar das evidências já encontradas de que o jogo de azar também era praticado pelas classes mais abastadas, fica nítido que o Poder do Estado queria proibir determinadas pessoas da prática do jogo, e não o jogo em si. Os ricos não corriam os riscos da corrupção moral, como se o vício esbarrasse numa camada de dinheiro que blindava essas pessoas de tal tipo de problema. As cartas já estavam marcadas no tabuleiro urbano de Salvador, as peças com vida própria desobedeciam as regras do “Jogo da Vida” que eram constantemente impostas num manual maleável pelas peças mais fortes. “Dados” viciados faziam com que uns fossem fadados à derrota e outro ao êxito sempre.

O Direito se mostrou ao longo da história um instrumento de poder, e passa a representar um campo de disputa entre os grupos que criam as leis, julgam e executam; e do outro lado desse “cabo de guerra” está o povo que pode se insurgir contra os abusos e não necessariamente segue as leis de forma ortodoxa, não tem como ignorar a economia moral. Os jogos de azar foram proibidos por lei, mas é parte do costume dos brasileiros, questiona-se se uma contravenção penal pode ser considerada parte integrante de uma cultura nacional, se pode ser considerada folclórica? Com exceção das corridas de cavalo dentro dos clubes de jóqueis, o turfe nos hipódromos sempre foram espaços frequentados pelas elites brasileiras. Ressalto que o Código Civil de 1916 traz em seu conteúdo uma sessão para os contratos de jogo e aposta, não os legalizando, mas os tornando legítimo a partir do momento que reconhece sua existência.

Como sabemos, essas medidas fizeram com que o jogo do bicho, um jogo legitimamente brasileiro, jamais acabasse e que completa 120 anos com uma grande festa no Congresso Nacional. A inclusão recente do Jogo do Bicho entre os crimes de lavagem de dinheiro só legitima o que fora afirmado acima, que o Direito colonizou o mundo e decide conforme valores de uma elite que busca tocar o rebanho conforme seus interesses dizer o que é certo e o que é errado. É algo próximo ao que ocorre com a

⁵²² Termo utilizado por José Murilo de Carvalho para diferenciar aqueles que apenas habitavam o espaço urbano nas últimas décadas do século XIX e início do XX, daqueles que tinham e gozavam de direitos. Em CARVALHO, José Murilo de. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;

política de repressão as drogas e a regulamentação do trabalho da prostituta. Isso revela que a imagem do bicheiro, ou banqueiro do jogo, se veste de figura pública, empresário e político, rompendo com a caricatura que o nosso imaginário construiu.

REFERÊNCIAS:

PERIÓDICOS

O Alabama (Salvador, 1871);

Jornal de Notícias (Salvador, 1907);

MÚSICA

“Com que roupa?”. Noel Rosa. 1930;

BIBLIOGRAFIA

AMADO, Jorge. *Os Pastores da Noite*. 1ª Ed. São Paulo, Editora Companhia das Letras, 2009;

ASSIS, Machado de. *Jogo do Bicho*. In: _____. *Obra completa*. Org. Afrânio Coutinho. 2. Ed. Rio de Janeiro: José Aguilar, 1962;

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. 30ª Ed. São Paulo, Ática, 1997;

ABREU, Martha. “Nos requebros do Divino”: lundus e festas populares no Rio de Janeiro do século XIX. In: *Carnavais e outras f(r)estas: Ensaios de História Social da Cultura*. Campinas: Editora da Unicamp/ Cecult, 2002, p. 247 – 280

CARVALHO, José Murilo de. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987;

_____. *A Formação das Almas: O imaginário da República no Brasil* – São Paulo, Editora Companhia das letras, 1990;

_____. *Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: um discussão conceitual*. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000200003&script=sci_arttext> na data de 30/05/2012;

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996;

_____. *Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. São Paulo: Brasiliense, 1986;

FAUSTO, Boris. *O Crime do Restaurante Chinês: Carnaval, Futebol e Justiça na São Paulo dos anos 30*. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 2009.

FRAGA, Walter. *Mendigos e Vadios na Bahia do Século XIX*. Dissertação (mestrado) UFBA, 1994;

_____. *Migrações, Itinerários e Esperanças de Mobilidade Social no Recôncavo Baiano após a Abolição*. In: *Cadernos AEL*, vol 14, nº26, 2009, pp. 97 – 128;

MACEDO, Joaquim Manuel de. *As Vítimas Algozes: quadros da escravidão*. Rio de Janeiro, 5ª Ed., Martin Claret;

MAGALHÃES, Felipe Santos. *Ganhou, Leva!: o jogo do bicho no Rio de Janeiro*. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011.

MELLO, Marcelo Pereira de. *A história social dos jogos de azar no Rio de Janeiro (1808 -1946)*. Dissertação (mestrado) – IUPERJ, Rio de Janeiro, 1989, pp. 10 – 11 *apud* MAGALHÃES, Felipe Santos. *Ganhou, Leva!: o jogo do bicho no Rio de Janeiro*. 1ª Ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2011, p. 95;

SAMPAIO, Consuelo Novais. *Os partidos políticos na Bahia da Primeira República: uma política de acomodação*. Salvador, Editora da Universidade Federal da Bahia, 1998;

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. Tenebrosos Mistérios – Juca Rosa e as relações entre a crença e a cura no Rio de Janeiro Imperial. In: *Artes e Ofícios de Curar no Brasil*. Campinas – SP. Editora da UNICAMP, 2003. p.387-426;

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*. São Paulo. Editora Companhia das Letras, 1998;

_____. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Tradução: Denise Bottmann. 2ª Edição. Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra, 1987;¹

A Resistência da Esquerda Militar na Guerrilha de Caparaó (1966 -1967)

Márcio Francisco de Carvalho

Graduando História Universidade Federal de Viçosa

mar.carvalho@yahoo.com.br

Resumo: O presente trabalho irá abordar a história de um grupo da esquerda militar em resistência à ditadura militar brasileira (1964-1985), cuja organização se deu na região da Zona da Mata mineira, na divisa dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo: A Guerrilha de Caparaó (1966-1967). A organização da esquerda militar se estendeu por quase todo território nacional e teve como um de seus focos para atuação a Serra do Caparaó. Por se tratar de uma guerrilha cujos integrantes eram em sua maioria militares expurgados das Forças Armadas após o golpe de 64, o que busco neste trabalho é tentar entender as crises dentro da corporação militar, apresentando seus elementos históricos no período republicano e principalmente, ressaltando a Guerrilha de Caparaó.

Palavras-Chave: Guerrilha de Caparaó, Esquerda Militar, Ditadura Militar.

Abstract: This paper will address the history of a group of military resistance left the Brazilian military dictatorship (1964-1985), whose organization took place in the Zona da Mata region Minas Gerais, on the border of Minas Gerais and Espírito Santo: The Guerrilla of Caparaó(1966-1967). The organization left the military spanned most of the country and had as one of its focuses for action Sierra Caparaó. Because it is a guerrilla whose members were mostly cleared from the military after the military coup of 64, what I seek in this work is to understand the crises within the military corps, with its historic elements in the Republican period, and especially emphasizing the guerrilla Caparaó.

Keywords: Guerrilla Caparaó, Left Military, Military Dictatorship.

Introdução

O presente trabalho abordará a história de um grupo guerrilheiro em resistência a ditadura militar e que apesar de sua importância na história atual ainda continua desconhecido do público brasileiro. Ocorrida entre os anos de 1966 e 1967 esta guerrilha foi, de acordo com alguns autores, o primeiro movimento armado em oposição ao governo militar, tal guerrilha ficou conhecida como: Guerrilha de Caparaó.

O artigo segue dividido em três tópicos. No primeiro tópico, denominado de “Ditadura Militar Brasileira”, procuro desenvolver um breve balanço historiográfico acerca do período compreendido entre os anos de 1964 a 1985. Busco, no entanto, me aprofundar na abordagem das diversas interpretações acerca da origem do golpe no início da década de 60, e os primeiros anos de regime militar. Já no segundo tópico a idéia é fazer uma análise histórica da “Esquerda Militar no Brasil”. O tema da esquerda militar se faz necessário quando tratamos da história política do Brasil contemporâneo. No tópico final deste trabalho o que procuro é descrever a organização da esquerda militar a partir da “Guerrilha do Caparaó” analisando a sua formação, atuação e queda.

1. Ditadura Militar Brasileira

A ditadura militar brasileira pode ser compreendida de várias formas e aspectos, havendo ainda muitas controvérsias sobre este período, que vai desde o golpe no ano de 1964 à instauração de um governo militar que perdurou por vinte e um anos (1964-1985). Como aponta alguns estudiosos deste período, existem diversas possibilidades de analisar a Ditadura Militar, pois as versões apresentadas são de sujeitos históricos que atuaram em lados opostos, sendo estes militares e civis que apoiaram o governo militar e grupos de resistência formados por diversos atores políticos como estudantes, operários, militares entre outros. Ainda sobre estes atores muito tem se recorrido a utilização da História Oral, pois infelizmente se encontra arquivado grande parte dos documentos referentes a ditadura brasileira.

Se não bastassem as inúmeras dificuldades encontradas para um maior esclarecimento dos motivos que levaram os militares a instaurarem seu governo e agirem da forma como agiram, não podemos generalizar o que chamamos de ditadura militar, pois havia civis envolvidos com o golpe e até mesmo com as repressões, assim como havia por outro lado militares que se negaram as ordens superiores da ditadura militar e se rebelaram contra sua própria classe que apresento neste trabalho como a Esquerda Militar brasileira, esta que teve atuação na história do Brasil desde o final do século XIX.

Portanto, não se pode falar em uma homogeneidade no que tange as interpretações acerca da ditadura militar brasileira, mas certo é, que uma das formas e representações mais importantes deste período foram os movimentos de resistência que passaram a ganhar representação social e política. Não por acaso entre estes grupos de resistência tivemos alguns grupos de militares expurgados com o golpe, como o grupo guerrilheiro de Caparaó.

Se analisarmos o contexto histórico da ditadura no Brasil veremos que este se deu em uma segunda metade do século XX conturbada, pois o mundo acabará de vivenciar a Segunda Guerra Mundial, e, portanto, os países envolvidos nesta guerra passavam por um momento de reestruturação, além da pressão que havia dos dois blocos que centralizavam o poder: o bloco comunista, liderado pela União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e o capitalista, liderado pelos Estados Unidos da América (EUA). De um lado a URSS avançava em apoio aos países que se propusessem seguir suas orientações, assim também o fazia os EUA, portanto, este período foi marcado por um mundo bipolar e ficou conhecido historicamente como o período da Guerra Fria.

As primeiras décadas da segunda metade do século XX foram marcadas por uma seqüência de golpes de Estado na América Latina, sendo tais golpes proporcionados por militares. No Brasil não foi diferente e, na madrugada de 1º de Abril do ano 1964, um golpe militar mudaria a história social, econômica, política, cultural e religiosa brasileira. A partir deste dia o país começava a ser definido de forma autoritária e opressora. Este período ficou conhecido como “Regime Militar Brasileiro” ou “Ditadura Militar Brasileira”, e teve duração de vinte e um anos, compreendendo os anos 1964 a 1985, sendo marcado por uma história de lutas e confrontos diretos e indiretos.

A produção historiográfica recente sobre a ditadura militar se dá no contexto da chegada da “Nova História”, onde procura se enfatizar o indivíduo, seu cotidiano e suas emoções. Os estudos futuros sobre a ditadura militar ainda poderão causar um enorme impacto na sociedade, principalmente se tivermos a abertura de acervos referente aos documentos sigilosos do período da ditadura militar. Apesar de uma parcela de tais documentos já se encontrarem disponíveis dois grandes acervos ainda se encontram atualmente inacessíveis: do Conselho de Segurança Nacional (CSN) e o do Serviço Nacional de Informações (SNI).

Movimentos em todo o Brasil de profissionais da área de História, e também de pessoas que se solidarizam com as questões dos direitos humanos vem mostrando empenho a favor da abertura dos arquivos da ditadura. Tal luta vem sendo realizada por diversos grupos sendo estes constituídos ora por familiares de presos políticos desaparecidos, torturados e mortos, ora por estudiosos do período como, por exemplo, historiadores e cientistas sociais.

Entre os estudos referentes à ditadura militar, sem dúvida um de grande importância é o realizado por Jacob Gorender, pois este faz o estudo geral da esquerda e da luta armada. Jacob acredita na existência

de uma possibilidade da esquerda sair deste confronto como vencedora e enfatiza que “no pré-64 havia uma ameaça real à classe dominante brasileira e ao imperialismo” (GORENDER, 1987). Para esta afirmativa o autor traça duas razões para o golpe, a primeira acerca do capitalismo brasileiro e outra de caráter preventivo da ação, tendo em vista as reais ameaças revolucionárias da esquerda.

Daniel Araújo Reis (1990) também defende a hipótese de que “o golpe veio a reforçar o capital internacional amparado por banqueiros, empresários, industriais, políticos magistrados, etc.”. Porém, para este autor, se a preparação do golpe foi de fato “civil-militar”, no golpe foi relevante o papel dos militares, podendo se falar de um golpe civil-militar, com implantação de um regime militar. O autor deixa a entender que é inegável a participação da elite no planejamento e execução do golpe, mas, porém, no governo militar são os próprios quem ditam as regras.

Nesta perspectiva de estudos acerca do papel dos militares no golpe e no governo militar, o que se direciona em sentido contrário a análise anterior, é a de Maria Celina D’Araújo, Gláucio Ary Dillon Soares e Celso Castro (1994) que defendem o golpe essencialmente militar, sendo este independente do apoio das classes médias e burguesas. Ressaltando que o golpe foi uma conspiração militar com apoio dos grupos econômicos e não o contrário. Interessante nesta obra é que os autores destacam as motivações dos militares para o golpe, que se apresentam em três grupos de preocupações: caos administrativos, perigo comunista e ataques da hierarquia e a disciplina militares.

Fazendo um balanço destes autores podemos observar tanto convergências assim como divergências entre suas interpretações sendo, portanto todas muito importantes para entendermos melhor a história recente de nosso país.

Ainda sobre tais autores podemos observar que para Jacob Gorender o que se passou no pré-golpe foi uma ameaça aos interesses elitistas por parte de uma massa popular que vinha tomando consciência política. Para Araújo o golpe teve participação civil, porém o governo de características e disciplinas militares. Já a análise de Soares, D’Araújo e Castro confluirá para uma iniciativa de pesquisas por parte do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea (CPDOC), a partir de diversas entrevistas com militares. Tais entrevistas contribuiram para entender o pensamento militar em detrimento do anticomunismo e do mal estar com a suposta quebra de hierarquia e da disciplina.

Acerca da quebra de hierarquia de praças e sargentos podemos observar que os sargentos foram as primeiras vítimas do golpe de 64. O período 1960-1964 marca o ponto mais alto das lutas dos trabalhadores brasileiros neste século XX. O auge da luta de classes, em que se pôs em xeque a estabilidade institucional da ordem burguesa sob os aspectos do direito de propriedade e da força coercitiva do Estado. Nos primeiros meses de 1964, esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter contra-revolucionário preventivo. A classe

dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse. (GORENDER, 1987).

Em especial para este trabalho, chamo a atenção para o item citado pelos autores acima de que havia uma preocupação com ataques a hierarquia militar e a disciplina dos mesmos, pois esta vem a reforçar o que acredito ser um movimento da esquerda militar, sendo os militares responsáveis por uma quebra de hierarquia rompiam assim as diretrizes da corporação e não à toa foram um dos primeiros a serem expurgados como o golpe.

Se o período da ditadura foi marcado por fortes resistências, estas por sua vez, ora tiveram um caráter mais pacífico ora mais incisivo como, por exemplo, a opção pelas lutas armadas. Alguns movimentos organizados pela esquerda militar como o Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) que atuou na serra de Caparaó.

Dentre estes grupos que optaram pela luta armada a opção por guerrilhas foi a estratégia que mais ganhou relevância e destaque, sendo estas tanto urbanas e que compreendiam uma estratégia voltada a ataques a grandes centros e saques em agências bancárias, assim como também rurais, pois se acreditava que seria a partir da formação de um foco guerrilheiro no meio rural que poderia se dialogar com as populações rurais e partindo do campo ir em direção a cidade para derrubar a ditadura.

Outro ponto comum entre as organizações era a de que todas eram tipicamente urbanas, jamais chegaram a esboçar o início da guerrilha rural, e acabaram enredadas na prática de ações armadas, como assaltos e sequestros, que atraíram sobre elas o peso da repressão nas cidades. Houve um maior peso dado a guerrilha urbana que na teoria teria de ter sido para a guerrilha rural. Para o autor Ridenti (1993) “os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência à ditadura, segundo ele o projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 64; vinha, desde o início daquela década, estimulado pelo exemplo da revolução cubana”.

A luta em armas organizada pela esquerda após o golpe de 64 tinha como projeto, em geral, não só derrubar a ditadura, mas caminhar decisivamente rumo ao fim da exploração de classe, embora houvesse divergências entre as organizações sobre como se chegaria ao socialismo. O fato é que se instalou com o golpe um regime militar e a conjuntura levou tais grupos a resistência à ditadura, tratava-se, portanto de uma resistência marcada sim, pela herança politizadora anterior ao golpe, como também pela agitação social e pela efervescência cultural mundial, uma resistência armada que não implicava necessariamente a ideia de redemocratização, mas, sobretudo, a da revolução. Porém nenhuma dessas organizações obteve sucesso naquele momento, mas contribuíram para mostrarem de certa forma que nem todos no Brasil estavam satisfeitos com aquela situação e resistiram como puderam a tal governo.

2. A Esquerda Militar no Brasil

Início minha análise da esquerda militar a partir do conceito proposto por Noberto Bobbio (1998) de que a Resistência nasce em toda a parte, como fenômeno espontâneo, de um ato voluntário ou da conscientização de indivíduos e pequenos grupos, dispostos a rebelar-se e a não aceitar a ocupação. Portanto, tratar de resistência neste âmbito é dar luz as ações promovidas pelas pessoas que ousaram questionar a ditadura militar ao longo dos seus vinte e um anos e que buscou demonstrar as insatisfações em suas diversas formas de manifestação.

Trato neste trabalho da resistência no período militar por parte da esquerda militar, mas, no entanto, este tema ainda é pouco abordado na historiografia brasileira. Procuo, portanto, apresentar a trajetória da esquerda militar no período republicano para trazer uma melhor compreensão acerca deste movimento. Após apresentar o histórico da organização da esquerda militar no Brasil procurarei reforçar e descrever a questão interna das Forças Armadas, apontando o constante abandono por parte de seus membros por insatisfação a postura hierárquica da corporação e conseqüentemente a opção pela atuação na esquerda.

Noberto Bobbio tratou da díade esquerda/direita em função do ideal de igualdade. Para a esquerda a igualdade deve ser a regra e a desigualdade a exceção, e mais para a pessoa de esquerda “[...] qualquer forma de desigualdade precisa ser de algum modo justificada, ao passo que, para a direita, vale exatamente o contrário, ou seja, que a desigualdade é a regra e que, se alguma igualdade deve ser acolhida, ela precisa ser devidamente justificada”. (BOBBIO, 2001).

Procurando abordar a história da esquerda militar do período republicano ao golpe de 64 podemos observar o movimento de organização da esquerda militar a partir do final do século XIX e início do XX. Partindo do início da república têm-se o movimento dos Florianistas e Jacobinos, a Revolta da Chibata (1910), Revolta dos Sargentos (1915), Movimento Tenentista (18 dos Fortes, Levante de 1924, Coluna Prestes), Antimperialistas de 50, Rebelião dos Marinheiros e revolta dos sargentos no início dos anos sessenta.

Mas o que podemos observar ao longo de todo o movimento da esquerda militar é que este não tem dentro de seu campo de trabalho uma adesão por parte dos militares, pois como reforça Quartim Moraes “Valores como a justiça e a igualdade sociais, ascensão das massas trabalhadoras, o primado da ética da cidadania sobre o ethos burocrático, a repulsa ao poder do dinheiro e aos privilégios dos milionários, não encontram nas Forças Armadas um ambiente propício para florescer, compreende-se então que se a esquerda militar existe será esta no melhor dos casos, como uma espécie em via de extinção.” (MORAES, 2005).

Se pegarmos, no entanto, a esquerda militar em resistência na história brasileira teremos os positivistas que proclamaram a República e que lutaram pela abolição, os “tenentes” que estiveram na

vanguarda da luta contra a corrupta e carcomida Republica oligárquica, os oficiais democratas e nacionalistas dos anos 50 (muitos ligados ao PCB) que deixaram marcas de sua trajetória na transformação econômica e política de nosso país são exemplos dessa participação. Então se, “a partir de 1964, os militares de esquerda se tornaram espécie em vias de extinção, foi por terem sofrido uma caçada e expurgo político-ideológico sem precedentes na instituição armada do Estado brasileiro” (MORAES, 2005).

Retomando o início do século XX mais precisamente no ano de 1910 marinheiros iriam se revoltar por conta de maus tratos decorrentes principalmente da hierarquia da Marinha que punia os marinheiros com chibatadas, quase cinqüenta anos mais tarde ter-se-ia uma nova rebelião dos marinheiros que ainda lutavam pela conquista de seus direitos.

Em 1915 estourou a revolta dos sargentos que aliados ao movimento operário que não teria vida longa “O movimento operário seguiria a partir das greves de 1917 o seu próprio caminho não se juntando a esquerda militar nem em 1924, e nem 1924 voltando a se juntar apenas em 1935” (MORAES, 2005). Iriam fazer diversas reivindicações das quais a exigência de um plano de carreira, no ano de 1915, esta revolta iria ser sufocada e mais de 250 sargentos expurgados da corporação militar, a exemplo da rebelião dos marinheiros voltáramos a ter uma agitação por parte dos sargentos entre os anos de 1961-1964.

Na década de 20 teremos varias ações das quais se denominaremos de o movimento tenentista. “Os tenentes eram militares de esquerda convencidos de que só pela força podiam livrar o país das garras da oligarquia, de seus políticos e de seus coronéis” (MORAES, 2005). Sendo assim a caminhada dos dezoito do Forte viria a eclodir dois anos mais tarde com a tentativa de ocupar São Paulo e levantes dos demais estados no que se consolidaram como uma guerra de posições, e após não vingarem tivemos a retirada estratégica dos militares e a opção pela guerra de movimentos no que veria a entrar para a história como a Coluna Prestes.

Como se sabe a Coluna Prestes não foi anistiada, nem derrotada. Não conseguiu atingir seu objetivo estratégico, transformar-se num exercito revolucionário popular por incorporação crescente de combatentes saídos do povo e por junção com novos surtos de rebelião (MORAES, 2005).

Década de 50 e início de 60 com o apoio as posses de Lott, e de JK, e como sugere Cunha (2002) que ainda há hipóteses abertas sobre o papel dos Clubes Militares naquele período inicial de sua formação e ao longo de sua história republicana, como por exemplo, na campanha O Petróleo é Nosso. Outras possibilidades de pesquisa apontadas pelo autor remetem aos anos subseqüentes, acerca do movimento dos sargentos de 1950 que se mostraram como ameaça às ordens militares e principalmente na revolta dos sargentos e marinheiros assinariam de vez sua marca na historia política do Brasil em oposição as ordens superior militares não é de espantar que com o Golpe de 64 foi inevitável a expulsão dos

envolvidos e que viriam a formar entre outros grupos de resistência a Guerrilha de Caparaó. (integrantes da guerrilha).

Se analisarmos a esquerda militar anos antes ao golpe ou mesmo durante a ditadura poderemos observar os marinheiros que aparecem envolvidos em uma articulação da POLOP no sentido de se estabelecer um foco guerrilheiro na Região de Minas Gerais. No entanto, “a conspiração ficou batizada de “Guerrilha de Copacabana”, porque polopistas e marinheiros confabulavam em apartamentos daquele bairro no Rio” (GORENDER, 1987). Dos que escaparam das primeiras prisões alguns conseguem se exilar no Uruguai e se articular com o ex- governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola. Alguns partem para Cuba, onde realizam o curso de guerrilhas já em 1963. Ao lado de ex-sargentos do Exército e de cassados políticos, contribuem para a organização do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), o grupo que teria sido o primeiro a se dedicar às atividades armadas de oposição ao militarismo.

O MNR era composto de militares subalternos das Forças Armadas, principalmente sargentos e marinheiros que haviam sido expurgados de suas corporações logo após o golpe que depusera o presidente João Goulart.

Já os sargentos apreem na revolta dos sargentos ocorreu no dia 12 de setembro de 1963 em Brasília. A motivação da revolta foi uma decisão do Supremo Tribunal federal que reafirmava a inelegibilidade das praças para os órgãos do Poder Legislativo, assim como estava previsto na Constituição de 46. O direito à elegibilidade foi o móvel principal das campanhas da categoria. Fora isso, os organizadores da Revolta dos Sargentos também eram a favor das reformas agrárias, urbanas, educacionais e constitucionais propostas por João Goulart em seu governo. Após o golpe de 64 são acusados de subversão por terem se envolvido nas manifestações a favor das “reformas de base” apregoadas por Jango, agora eles se juntavam para criar em Caparaó um movimento de resistência ao regime que, se prevalecessem suas intenções, se espalharia por todo o país.

O que se pode observar é que na história militar houve por diversas vezes divergências entre as oficialidades dentro da corporação militar levando a um racha e muitas vezes na expulsão. A opção pela luta armada de ex-militares nos leva a crer que seria esta por sua formação disciplinar e militarista, historicamente as esquerdas militares iriam se opor a tais repressões,mas no caso específico de Caparaó com certeza o contexto em que se encontravam influenciou e muito aos ex-militares membros do MNR a pegarem em armas como o acontecido em Caparaó entre os anos de 1966-1967.

3. Guerrilha de Caparaó: Organização, Atuação e Queda

A guerrilha do Caparaó foi constituída em sua maioria por militares expurgados das corporações, muitos deste chegaram a fazer um treinamento de guerrilhas em Cuba e auxiliados por Brizola, então anistiado no Uruguai formaram o grupo MNR e tentariam derrubar a ditadura por diversos meios até se chegar à opção de atuar no campo, formando assim um foco guerrilheiro de atuação na serra de Caparaó que compreendeu os anos de 1966 e 1967.

As intenções e estratégias do grupo na serra era a de se constituir em um grupo guerrilheiro que pudesse agir distante dos olhares do governo ditatorial e fazer algumas intervenções a partir do campo, porém sua forma de atuar e suas reais intenções ainda carecem de muitos estudos acerca do que se esperava com a atuação na serra em Caparaó. A queda do grupo se deu após aproximadamente um ano de seu início, em abril de 1967, porém esta queda já havia sido anunciada meses antes com a desistência de alguns guerrilheiros.

Movimentos que deram origem a guerrilha do Caparaó em sua maioria eram o dos sargentos e marinheiros que optaram por fazer um movimento de resistência a ditadura militar. Antecedendo ao golpe tivemos alguns movimentos que demonstravam descontentamentos com relação aos rumos que a política nacional se encaminhava e dentro da corporação militar havia também alguns grupos insatisfeitos, dentre eles três foram os: movimentos dos oficiais nacionalistas, dos sargentos e o dos marinheiros e fuzileiros navais. Estes oficiais que já se rebelavam antes do golpe seriam cassados e expurgados das corporações com o golpe de 64.

A organização da guerrilha de Caparaó se inicia quando ex-militares apóiam Brizola em uma tentativa de levante no Rio Grande do Sul, pois o então ex-governador era favorável ao levante realizado pelo Sul, porém na véspera, um dos capitães da companhia, na madrugada, tem uma disenteria nervosa, e conta ao coronel-comandante que vai participar de um levante no dia seguinte. Porto Alegre ficou em pânico, e inviabilizou o levante. Após o fracasso do levante Brizola é convencido a viabilizar uma guerrilha rural.

Portanto, estes ex-militares organizaram um foco guerrilheiro na Serra de Caparaó, região situada entre Minas Gerais e Espírito Santo, sob o comando do ex-sargento do Exército Amadeu Felipe. “Sob a organização do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) tentava-se preparar ainda mais duas frentes: uma no Mato Grosso e outra no planalto central, que ficou nucleada na região de Imperatriz, no Maranhão. Ambas seriam comandadas por ex-marinheiros com cursos realizados em Cuba – Marco Antônio da Silva Lima e José Duarte, respectivamente” (ROLEMBERG, 2001).

Segundo Flávio Tavares, “o foco do planalto teria a participação maciça de ex-marinheiros e fuzileiros navais, ambas foram desarticuladas devido ao fracasso de Caparaó e por não poder contar mais com o apoio de Brizola” (TAVARES, 1999).

A área escolhida para a instalação da força guerrilheira ficava na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo e era quase sempre tomada pelas sombras. “Ocupava uma faixa de 1.200 a 1.300 metros de

altitude, com 77 quilômetros de extensão e já tinha sido explorada pela Política Operária (POLOP). Foi considerada ideal para o treinamento dos guerrilheiros sob o comando de Amadeu Felipe” (REBELLO, 1980).

A escolha pela região do Caparaó era estratégica, pois acreditava-se que poderia se repetir a conquista cubana em território brasileiro. Os militantes contrários a ditadura se inspiravam abertamente na teoria do “foquismo” de Che Guevara, segundo a qual a criação de “focos” de guerrilha poderia produzir um movimento revolucionário da mesma intensidade do que aconteceu em Cuba, onde Fidel Castro e seus seguidores conseguiram derrubar o presidente Fulgêncio Batista e tomar o poder em 1959.

A comparação a Cuba é o fato de se fazer uma revolução a partir da zona rural partindo de um movimento da serra para a cidade, porém em Cuba os moradores entenderam o que estava acontecendo e se solidarizaram na luta, diferentemente no Brasil onde os moradores tinham medo dos guerrilheiros e sofriam forte influência de soldados que ditavam naquele momento a ordem social.

Há também relatos de um suposto apoio cubano ao movimento liderado por Brizola. O apoio de Cuba se deu supostamente através de treinamentos de guerrilha, porém a hipótese de um possível dinheiro que teria sido enviado por Fidel aos cuidados de Brizola, como tratará Denise Rollemberg aponta que “A colaboração cubana em meados a década de 60 voltou-se para a resistência liderada por Leonel Brizola no Uruguai que inicialmente, era contra a organização de guerrilhas e sob orientação de Cuba e planejava invadir o Brasil pelo Rio Grande do Sul. O sucesso da ação seria garantido pela adesão dos militares insatisfeitos com o golpe” (ROLEMBERG, 2001).

Os arquivos militares da época relatam o patrocínio de Fidel Castro a três focos guerrilheiros a partir de 1966, tendo o ex-governador à frente. Um em Mato Grosso, próximo à Bolívia, serviria de apoio ao grupo de Che Guevara. Outro no norte de Goiás, e o mais famoso deles na Serra do Caparaó, entre Minas Gerais e Espírito Santo.

Outra questão importante de se lembrar é o fato de que na região do Caparaó a população não entendia qual o verdadeiro motivo do qual buscavam aqueles “comunistas”. Como relata Plínio Guimarães “O drama dos moradores começou em novembro de 1966, quando integrantes do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR) se instalaram no interior do Parque Nacional de Caparaó, na divisa entre Minas Gerais e o Espírito Santo. Seu objetivo: derrubar pelas armas o governo instalado no país dois anos antes, com o golpe de 1964. Os guerrilheiros pretendiam conquistar o apoio da população local, que acreditavam estar, talvez, tão descontente quanto eles com a conjuntura política. Mas estavam totalmente enganados. Se seu sonho era derrotar a ditadura, para os habitantes da região sua presença acabou se transformando num pesadelo” (GUIMARÃES, 2006).

Menos de um ano de atuação na serra e a guerrilha cairia sem ter tido de fato um confronto armado contra os militares. A prisão dos guerrilheiros da Serra de Caparaó provocou o esfalecimento do

Movimento Revolucionário Nacionalista (MNR) e uma profunda divisão entre eles. (REBELLO, 1980). Depois da queda da guerrilha, o MNR foi reestruturado apenas em São Paulo sob o comando do companheiro Onofre Pinto responsável, então, pela seção regional do movimento (REBELLO, 1980).

A tentativa de derrubar a ditadura a partir da Guerrilha do Caparaó iria fracassar, mas o que se pode perceber do ponto de vista estratégico é que com o movimento de Caparaó há uma visibilidade de que nem todos no Brasil estavam satisfeitos com o sistema implantado pelos militares em 1964.

A área escolhida para a instalação da força guerrilheira ficava na divisa de Minas Gerais e Espírito Santo e era quase sempre tomada pelas sombras. Ocupava uma faixa de 1.200 a 1.300 metros de altitude, com 77 quilômetros de extensão e já tinha sido explorada pela Política Operária (POLOP). Foi considerada ideal para o treinamento dos guerrilheiros sob o comando de Amadeu Felipe (REBELLO, 1980).

É inevitável a comparação com Cuba de por haver uma intenção de revolução a partir da zona rural é que ambas partiam do movimento da serra para a cidade, porém em Cuba os moradores entenderam o que estava acontecendo e se solidarizaram na luta, diferentemente no Brasil onde os moradores tinham medo dos guerrilheiros e sofriam forte influência de soldados que pregavam naquele momento a ordem social.

Em abril de 1967 um grupo é localizado e preso pela polícia de Minas Gerais. Na foto estampada nas capas dos jornais, cinco eram ex-marinheiros (COSTA, 2001).

A queda era iminente tendo em vista que os guerrilheiros saíram do campo de segurança e se arriscaram para além dos limites de proteção para eles e assim sendo os “Oito guerrilheiros que estavam acampados na Serra de Caparaó, na altura do município de Manhuaçu foram presos pelo 11º Batalhão de Infantaria da Polícia Militar de Minas Gerais. O grupo era formado por sete militares cassados e uma civil”. (Estado de São Paulo 04/04/1967).

Depois da queda da guerrilha os integrantes foram presos e alguns retornaram a movimentos de resistência e o único civil que participará da guerrilha foi morto por motivos ainda suspeitos na prisão onde se encontrava, certo é que mesmo após a queda os integrantes direta ou indiretamente atuaram em resistência ao governo militar e tiveram suas vidas alteradas após a empreitada naquela serra, mas esta é uma história a ser tratada em outro artigo.

Considerações Finais

Podemos compreender que o papel dos guerrilheiros era limitado, de um lado, por medidas de segurança, de outro, por não haver uma cumplicidade dos moradores da região. A intenção de tal guerrilha em Caparaó ainda é algo para ser muito estudado pela historiografia recente, pois com

certeza tal movimento possibilitou a outras organizações perceberem que era viável resistir em meio a um governo repressor.

A Guerrilha do Caparaó foi para alguns uma tentativa frustrada de resistir ao golpe, no entanto, se observarmos que desde sua escolha territorial, sua organização no entorno da serra, a área de estoque tanto de alimentos quanto de armas o que podemos observar é que o grupo de ex-militares alcançou uma significativa expressão em todo território nacional.

Fica então um convite a tentativa de apresentar uma história recente do Brasil, mas que ainda segue desconhecida da população brasileira. Para que se identifique a Guerrilha de Caparaó como marco fundamental na história contemporânea, como grande motivadora da explosão de diversos movimentos de resistência armada em todo o Brasil será preciso ainda estudos e pesquisa acerca da Guerrilha de Caparaó, afim de que possamos reconhecê-la como um movimento que fomentaria a resistência armada em todo território brasileiro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOBBIO, Norberto, MATTEUCCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

COSTA, José Caldas da. *Caparaó- a primeira guerrilha contra a ditadura*. Prefácio de Carlos Heitor Cony. São Paulo: Boitempo, 2001.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. *Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré*. Rio de Janeiro: Revan/FAPESP, 2002.

_____. A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas. In: *Anais do III Encontro Nacional da ABED*, 2009. Disponível em <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>>.

D'ARAUJO, Maria Celina, SOARES, Gláucio Ary Dillon e CASTRO, Celso. *Visões do golpe: a memória militar de 1964*. Rio de Janeiro: Ediouro, 1994.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

GUIMARÃES, Plínio Ferreira. *Caparaó, a lembrança do medo: a memória dos moradores da região da Serra do Caparaó sobre o primeiro movimento de luta armada contra a ditadura militar – a guerrilha do Caparaó*, 2006.

MORAES, João Quartim. *A Esquerda Militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

_____. *A Esquerda Militar no Brasil: da coluna à comuna*. São Paulo: Siciliano, 1994.

REBELLO, Gilson. *A guerrilha de Caparaó*. São Paulo: Alfa- Omega, 1980.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIDENTI, Marcelo Siqueira. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1993.

_____. Resistência e mistificação da resistência armada contra a ditadura: armadilhas para os pesquisadores. In: REIS FILHO, D. A.; RIDENTI, M.; MOTTA, R. P. S. (Orgs.) *O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004)*. Bauru: EDUSC, 2004, pp.53-66.

RODRIGUES, Flavio Luís. *Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. São Paulo: Cortez, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil: o treinamento guerrilheiro*. Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

TAVARES, Flávio. *Memórias do esquecimento*. 4a ed. São Paulo: Globo, 1999.

Vanguarda e Subdesenvolvimento: a cultura política em Ferreira Gullar

Marcus Vinícius Furtado da Silva Oliveira

Graduando em História pela UFTM

Bolsista FAPEMIG

marcus_oliveira1991@hotmail.com

Resumo: As esquerdas brasileiras, de modo geral, após a deflagração do Golpe Militar de 1964 e a edição do Ato Institucional Número 5 (AI-5) sofreram um amplo processo de críticas e revisões dos modelos e projetos defendidos no período anterior ao golpe, de modo que o conjunto de idéias, sentimentos, valores, projetos, representações e leituras do real, que conferem forma às várias culturas políticas, se altera em resposta às condições históricas do momento. Nesse sentido, esse trabalho visa compreender as manifestações das culturas políticas no pensamento do poeta, dramaturgo e ensaísta maranhense Ferreira Gullar, a partir da leitura de seu ensaio *Vanguarda e Subdesenvolvimento: Ensaios Sobre de Arte*, situando-o historicamente, de modo a perceber os debates que se desenvolviam à época e em que medida estes afetam as manifestações das culturas políticas em Gullar.

Palavras-Chave: Culturas Políticas, Ferreira Gullar, Vanguarda e Subdesenvolvimento

Abstract: After the occurrence of the military coup, in 1964, and edition of the AI-5 – Ato Institucional Número 5, in 1968, the Brazilian left, in general, went through a huge process of critics and reviews of the models and projects defended on the period before the coup. Therefore, this process modifies the set of ideas, feelings, values, projects, representations and images of reality, that composes a political culture, in order to respond the new historical conditions. Thus, this paperwork aims to comprehend the manifestations of the political culture in Ferreira Gullar's work and thought, based on a reading of the essay *Vanguarda e Subdesenvolvimento: Ensaios Sobre Arte*. To accomplish this aim, it is necessary to fit historically Gullar's essay, in order to realize the political and cultural debates developed in that period, in order to realize in which way it affect the manifestation of political cultures in Gullar's work and thought the manifestation of political cultures in Gullar's work and thought.

Keywords: Political Culture, Ferreira Gullar, Vanguarda e Subdesenvolvimento

O presente trabalho visa compreender as manifestações das culturas políticas no pensamento e na obra do poeta, escritor, dramaturgo e ensaísta maranhense Ferreira Gullar (1930 -), a partir do ensaio *Vanguarda e Subdesenvolvimento: Ensaios Sobre Arte*, produzido entre 1965 e 1969, no interior das experiências de Gullar no PCB – Partido Comunista Brasileiro – enquanto membro do Comitê Cultural da Direção Estadual do partido, no Rio de Janeiro, dos debates da RCB – Revista Civilização Brasileira – e das práticas culturais promovidas pelo grupo *Opinião*. Para tanto, empreenderemos um percurso que se estende entre a discussão do conceito de cultura política e suas possibilidades para a escrita da história à articulação da trajetória poética e intelectual de Ferreira Gullar com os debates políticos e culturais desenvolvidos no período em questão.

O conceito de cultura política, ainda que possamos remeter suas origens à Alexis de Tocqueville ou mesmo Antonio Gramsci, recebe sua formulação original no âmbito da ciência política norte-americana na obra *The Civic Culture*, escrita em 1963 por Gabriel Almond e Sidney Verba. A partir da leitura de Almond e Verba, Giacomo Sani (1998), no *Dicionário de Política*, define a cultura política como “conjunto de atitudes, normas, crenças, mais ou menos largamente partilhadas pelos membros de uma determinada unidade social e tendo como objeto os fenômenos políticos” (SANI, 1998:306). Nesse sentido, a formulação do conceito de cultura política busca inserir elementos de subjetividade na compreensão dos fenômenos políticos, no intuito de perceber as dimensões cognitivas, afetiva e valorativa em relação à política.

Para Almond e Verba há três culturas políticas: a cultura política paroquial, presente em sociedades menos complexas, nas quais a estrutura política e econômica tende a confundir-se com a religiosa; a cultura política de sujeição, existente em países que vivenciaram ou ainda vivenciam regimes autoritários, havendo, pois, hipertrofia do aparelho estatal e, conseqüentemente, uma atitude de passividade dos indivíduos perante à política; a cultura política de participação, ou cultura cívica, está presente nos países mais desenvolvidos e que apresentam quadros históricos de estabilidade democrática, nos quais os níveis de participação política são elevados.

Contudo, na formulação de Almond e Verba está implícita uma visão etnocêntrica, como apontam Karina Kuschinir e Leandro Piquet Carneiro (1999), que eleva o padrão de comportamento político presente nos países desenvolvidos, sobretudo os Estados Unidos, país de origem de Almond e Verba, à condição de modelo a ser seguido e atingido por outras nações que apresentam outros padrões de comportamentos. Nesse sentido, Alberto Aggio (2008) percebe a influência da teoria da modernização e da matriz do pensamento liberal presentes no conceito, oriundos dos tempos do pós-guerra e da tentativa de reconstrução das democracias nos países que passaram por regimes autoritários, buscando apreender o ritmo de assimilação democrática desses países.

À esse “passado obscuro” do conceito elencado por Aggio, se contrapõem novas análises e apropriações do conceito ocorridas inclusive no âmbito da historiografia. Durante o período de renovação da história política, o conceito de cultura política é apropriado pela historiografia, passando a situar-se, como aponta Serge Berstein (1998), no entrecruzamento da história cultural e da história política. Para Berstein, a cultura política permite a compreensão dos vários comportamentos políticos presentes na sociedade em sua complexidade; por isso define a cultura política enquanto um conjunto de práticas, representações, valores, idéias políticas, símbolos, ritos, leituras do passado e do real, largamente compartilhadas por determinado grupo social, conferindo-o identidade.

Em Berstein, a preocupação original de Almond e Verba acerca da assimilação do comportamento democrático nos mais diversos países é abandonada, em detrimento do entendimento da cultura política enquanto um fenômeno plural e essencialmente histórico. Na concepção de Berstein, a formação de dada cultura política, bem como sua própria sobrevivência, se dá a partir das respostas oferecidas pelos grupos sociais e políticos à seu próprio tempo histórico. Assim, por estarem radicalmente inseridas em seus respectivos tempos históricos as culturas políticas se retroalimentam, na construção do amplo conjunto que as conforma, podendo haver uma cultura política predominante que influencie outras culturas políticas coexistentes.

No que concerne à historiografia brasileira os estudos acerca da cultura política são recentes, tendo sido iniciados nos anos 1990, como aponta Rodrigo Patto Sá Motta (2009). Para Motta, a atração desse conceito para os historiadores brasileiros se dá em virtude de sua conexão com o paradigma culturalista, trazido também para o âmbito da história política. No entanto, nem sempre esse conceito é utilizado em sua forma devida, sendo, por vezes, um “rótulo novo para conteúdo antigo, como estratégia para alcançar melhor inserção no mercado acadêmico ou na mídia” (MOTTA, 2009:14). Essa despreocupação teórica e conceitual só reforça a necessidade de nossas análises feitas até aqui.

Deste modo, Motta se aproxima da matriz de pensamento francesa, marcada pelo diálogo com a antropologia e suas conceituações acerca da cultura, em detrimento da historiografia norte-americana, que mantém suas preocupações em aspectos psicológicos e sociológicos. A definição de cultura política de Motta é, portanto, bastante próxima à de Serge Berstein:

Uma definição adequada para cultura política, evidentemente influenciada pelos autores já mencionados, poderia ser: conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhado por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro. (...) Dessa maneira, com base em enfoque de sentido amplo, representações configuram um conjunto que inclui ideologia, linguagem, memória, imaginário e iconografia, e mobilizam, portanto, mitos, símbolos, discursos, vocabulários e uma rica cultura visual (cartazes, emblemas, caricaturas, cinema, fotografia, bandeiras, etc.). (MOTTA, 2009, p. 21-22)

Empreendida esta discussão acerca do conceito de cultura política podemos começar a refletir em que medida as culturas políticas presentes nos anos 1960 se manifestam em *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, iniciando nossas reflexões pelo percurso intelectual estabelecido por Ferreira Gullar até o final dos anos 1960. A estréia não-oficial de Gullar se dá em 1949, com o livro *Um Pouco Acima do Chão*, no entanto, o poeta maranhense exclui esse livro de sua bibliografia oficial em razão de sua imaturidade, uma vez que as formas das quais Gullar se utilizara na composição dessa obra já haviam sido profundamente questionadas pelo movimento modernista de 1922, que ainda não havia penetrado no Maranhão.

A mudança para o Rio de Janeiro, em 1951, abre para Gullar novos horizontes intelectuais. Com isso, em 1954 é lançado o livro *A Luta Corporal*, no qual há uma experiência formal de desintegração da linguagem. Tal experiência chama a atenção do grupo de poetas paulistanos que viriam a formar o grupo concretista, Augusto e Haroldo de Campos e Décio Pignatari. Ambicionando promover uma nova linguagem poética no Brasil, os concretos convidam Gullar para compor o movimento por volta de 1956. De acordo com Eleonora Ziller Camenietzki (2006) o movimento da poesia concretista tem como principais características o anti-nacionalismo, a anti-retórica e a intenção de encerramento do ciclo do verso na poesia. Nesse sentido, as experiências de Gullar em *A Luta Corporal* e no grupo concretista se aproximam das propostas de rupturas ao nível estético e formal propostas pelas vanguardas artísticas.

Contudo, a permanência de Gullar ao lado dos poetas de São Paulo é extremamente curta. Em finais de 1957 ocorre a ruptura entre Gullar e os poetas em virtude do ensaio *Da Fenomenologia da Composição à Matemática da Composição*, escrito por Haroldo de Campos, que propunha que “a poesia concreta caminha para a rejeição da estrutura orgânica em prol de uma estrutura matemática (ou quase matemática)” (CAMPOS *apud* CAMENIETZKI, 2006: 46). Credo ser impossível a prática dessa estrutura matemática na poesia Gullar rompe com o grupo.

Em conjunto com outros artistas, como Lygia Clark e Hélio Oiticica, Gullar engaja-se no movimento neoconcreto. De acordo com Camenietzki, ainda que o movimento neoconcreto ainda se utilizasse da linguagem construtivista, como o concretismo, há um ponto de ruptura fundamental no que diz respeito à rejeição da crença utópica das maquinas e da indústria como elementos redentores da humanidade.

Todavia, a presença de Gullar no movimento neoconcreto é também efêmera. Durante o governo de Jânio Quadros, Ferreira Gullar é convidado a assumir o cargo de presidente da Fundação Cultural do Distrito Federal. Na novíssima capital federal, Gullar toma contato com um novo Brasil, marcado pela presença dos retirantes e das idéias nacionalistas. A partir dessa experiência, Gullar se torna, enfim, brasileiro:

Descubro que aquela poesia que eu estava fazendo não tinha nada a ver com o Brasil, era desligada de tudo. Eu conhecia Rimbaud, Mallarmé, Eliot, Pound e ignorava o meu país, a literatura brasileira. Disse pra mim mesmo: vou virar brasileiro! Abandonei tudo, minha poesia mudou...Comecei a virar brasileiro. (GULLAR *apud* CAMENIETZKI, 2006:63)

Com o fim do governo de Jânio Quadros, Gullar retorna ao Rio e por intermédio de sua esposa conhece Vianninha e o trabalho do CPC – Centro Popular de Cultura – com o qual passa a colaborar, tornando-se presidente, em 1962, após a saída de Carlos Estevam Martins. Esse momento marca o início da preocupação política de Ferreira Gullar no que tange à sua poesia e à sua atuação como ensaísta e

crítico de arte. Assim, em 1963 escreve o ensaio *Cultura Posta em Questão*, no qual defende a necessidade da prática de uma cultura popular, baseada na expressão da realidade nacional e no reencontro do artista com o povo, contribuindo, assim para a formação da consciência do povo. Nesse sentido, Gullar contrapõe a noção de cultura popular às vanguardas artísticas, formalistas ou subjetivistas, que são compreendidas como movimentos inteiramente desligados da vida e da sociedade que, fechados em si mesmos, terminam por gerar a incomunicabilidade da obra de arte, em razão das rupturas formais cada vez mais radicais.

Portanto, até aqui, a trajetória de Ferreira Gullar oscila entre a inovação formal e a proximidade das vanguardas artísticas, como em *A Luta Corporal*, no concretismo e no neoconcretismo, à rejeição completa das vanguardas artísticas e a proposição da cultura popular. Em 1964, o Golpe Civil-Militar, leva às esquerdas a um amplo processo de revisão e autocrítica dos projetos e dos modelos defendidos e praticados, que se prolonga por toda a década. Enquanto vários grupos rompem com o PCB, alegando o pacifismo do partido e pregando a luta armada, Gullar engrossa as fileiras do PCB, no dia do golpe, no intuito de iniciar a luta política e pacífica contra a ditadura.

Nos primeiros tempos da ditadura, os militares proibiram e censuraram os movimentos sociais e o contato dos intelectuais com as massas, no entanto, permitiu ainda que as práticas culturais das esquerdas prosseguissem, como aponta Heloísa Buarque de Hollanda (1992). Nesse novo contexto, o público para o qual os artistas produziam suas obras se transformava. Diante dessas novas exigências, a própria prática artística precisou sofrer determinadas transformações. Em entrevista à Marcelo Ridenti (2000), Gullar expõe seu comportamento à época:

O grande erro do CPC foi dizer que a qualidade literária era secundária, que a função do escritor é fazer de sua literatura instrumento de conscientização política e atingir as massas, por que se você for sofisticado, se fizer um teatro, uma poesia sofisticada, você não vai atingir as massas. Então, propunha fazer uma coisa de baixa qualidade para atingir as massas. (...) Nós nem fizemos boa literatura durante o CPC, nem bom teatro, nem atingimos as massas. Então, nós sacrificamos os valores estéticos em nome de uma tarefa política que não se realizou porque era uma coisa inviável. (GULLAR apud RIDENTI, 2000: 111)

É a partir dessa autocrítica direcionada ao CPC, que o grupo *Opinião* se engaja, buscando superar o sectarismo e o dogmatismo presentes no CPC. Nessa nova conjuntura, os artistas deveriam criar a por dentro do próprio sistema, inseridos no mercado artístico brasileiro, obtendo a sobrevivência a partir da cobrança de bilheteria. Como aponta Heloísa Buarque de Hollanda, essa sobrevivência a partir da bilheteria se tornou possível em razão do público já formado e convertido aos espetáculos de esquerda. Nesse sentido as apresentações teatrais se tornam “verdadeiros *meetings* onde a *intelligentsia* renova entre seus pares suas inclinações populares, antiimperialistas, socialistas e revolucionárias” (HOLLANDA, 1992: 31).

Além de engajar-se no PCB e no *Teatro Opinião*, Gullar também participou da *Revista Civilização Brasileira*, que circulou no Brasil entre 1965 e 1968. A RCB se propõe a congregar diversos intelectuais no intuito de discutir os problemas brasileiros, bem como questões relativas à situação ditatorial do país. Pelas páginas da revista passaram Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Nelson Werneck Sodré, Florestan Fernandes, Octavio Ianni, dentre outros. O sucesso da revista foi impressionante, chegando a alcançar tiragens de cerca de vinte mil exemplares. A título de comparação, a revista organizada por Jean Paul Sartre, *Les Temps Modernes*, saía apenas com uma tiragem de três mil exemplares. Nesse sentido, a revista expressava diversos matizes de pensamento em virtude da variedade de intelectuais que contribuía nos debates.

Portanto, é a partir desses lugares sociais e políticos que Ferreira Gullar constrói suas análises em *Vanguarda e Subdesenvolvimento*. O ensaio é dividido em duas partes: *Problemas Estéticos na Sociedade de Massa*, escrito em 1965, e *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, de 1969. Deste modo, analisaremos cada parte separadamente a partir de sua ordem cronológica de escrita.

Em *Problemas Estéticos na Sociedade de Massa*, Gullar dá continuidade aos problemas analisados em *Cultura Posta em Questão*, acerca da necessidade do reencontro do artista e do intelectual com a sociedade. Partindo da premissa que de toda produção artística se encontra enraizada historicamente e, em decorrência disso, apresenta determinada ideologia e determinada concepção de mundo. Gullar aponta que os movimentos artísticos surgem somente a partir de determinadas condições históricas presentes em seu local de surgimento. Nesse sentido, para Gullar, a massa não é capaz de fruir determinadas obras artísticas, sobretudo às de vanguarda, menos em razão de sua deseducação estética (embora esta exista), do que pelo distanciamento que tais obras possuem em relação à vida e o cotidiano das massas.

No modo de produção capitalista, a obra de arte assume a função de mercadoria a ser comercializada em massa, à semelhança de todos os produtos do capitalista. Por isso, sua própria produção deve ocorrer de modo massivo, o que é possibilitado pelo avanço dos meios de comunicação, como o rádio ou a televisão. Assim, esses novos meios de produção artística implicam em novas relações entre o artista, público e obra. Esses tipos artísticos estão amplamente presente na vida das massas, exibindo constantemente os valores da classe dominante, detentora dos meios de comunicação, a partir de fórmulas e esquemas exaustivamente repetidos.

Em virtude de sua própria natureza, para Gullar, essa arte é alienante, ainda que esteja presente no cotidiano de milhões de pessoas. Em seu processo de produção os conflitos existentes na realidade são retirados e substituídos por uma realidade ideal composta por esquemas, obedecendo à lógica de consumo rápido e impedindo o aprofundamento de qualquer tema, servindo, assim, para vários tipos de público. Em razão do seu raio de alcance, velocidade e facilidade de reprodução, essas artes, sobretudo

ligadas à imagem televisiva, contribuem para a formação de uma semiconsciência comum aos espectadores. Nesse sentido, Gullar conclui:

O que define a arte de massa é, pois, o seu raio de ação, o vasto número de pessoas que ela pode atingir a curto prazo. E se essa característica quantitativa não pode ser separada da “qualidade” na arte de massa, tampouco pode ser separada da relação nova que nela se estabelece entre o artista e a arte. (GULLAR, 2006: 278)

Na visão de Gullar, o que marca essas novas relações de produção da obra de arte é o caráter coletivo. A figura do artista individual, surgida na segunda metade do século XIX, torna-se cada vez mais rara. Para produzir um disco, um filme, ou até mesmo um livro, são necessárias várias pessoas exercendo funções diferentes, o que termina por contribuir para o caráter massivo, esquematizador e alienante da cultura de massa.

Tal processo é irreversível na sociedade capitalista de massa, o que torna irrealista a posição daqueles que desejam se opor a cultura de massa. Para Gullar, o caráter alienante e esquematizador da cultura de massa não anula suas possibilidades de uso para o artista engajado. O artista deve aproveitar-se do raio de ação da cultura de massa, aproveitando-se de seu amplo e da proximidade desse tipo de arte da vida cotidiana, buscando inserir sua mensagem. Com isso, o artista é capaz de exprimir a realidade brasileira e suas contradições a um grande público, fazendo com que esse público se torne consciente dos problemas sociais do país.

Enquanto em *Problemas Estéticos na Sociedade de Massa* Ferreira Gullar se ocupa do problema da emergência e das possibilidades da cultura de massa no Brasil, em *Vanguarda e Subdesenvolvimento* a questão se desloca para a análise da própria idéia de vanguarda e suas adequações às diversas realidades. Para Gullar, a questão central do ensaio é se “um conceito de ‘vanguarda’ estética, válido na Europa ou nos Estados, terá igual validade num país subdesenvolvido como o Brasil?” (GULLAR, 2006, p. 171). Novamente, Ferreira Gullar aproxima-se de seu problema de análise a partir da concepção do enraizamento social e histórico da arte, percebendo, nesse ensaio, que no interior da obra de arte, há implícita determinada leitura da História:

Noutras palavras: a problemática da arte é uma parte da problemática geral da História em cada época, em cada sociedade. As teorias estéticas, as “poéticas”, repousam, em última análise, numa concepção da História, muito embora não sejam redutíveis a ela. A questão que agora se coloca é a seguinte: essas concepções de vanguarda artística correspondem a uma necessidade objetiva das sociedades subdesenvolvidas? As necessidades que, nessas sociedades, determinam a adoção das vanguardas européias são as mesmas que, na Europa, determinaram seu surgimento? O que é “vanguarda” num país desenvolvido será obrigatoriamente vanguarda num país subdesenvolvido? (GULLAR, 2006:184-185)

No intuito de responder à estas questões, Gullar empreende uma análise histórica acerca do surgimento das vanguardas artísticas na Europa na segunda metade do século XIX, entendendo pro

vanguarda aqueles movimentos artísticos que promoveram rupturas do ponto de vista formal em suas artes. Até o período anterior às revoluções burguesas o artista se encontrava plenamente integrado à sociedade, representando as classes dominantes, todavia, o ideal de liberdade presente nas revoluções permitiu o surgimento do artista individual e sua ruptura com as classes dominantes, de modo que suas representações artísticas se voltariam para a própria subjetividade do artista. Essa valorização da subjetividade, marca do Romantismo, promove a concepção da arte pela arte, anulando a contradição entre artista e sociedade, homem e obra, por meio da eliminação da sociedade e do homem, de modo que, nessa perspectiva, a arte se torna uma entidade metafísica praticamente autônoma e desligada da sociedade.

No Brasil, as condições históricas que originaram o Romantismo na Europa não são semelhantes, o que faz com que a linguagem do romantismo seja adaptada às condições históricas e às necessidades da sociedade brasileira. Prova desse fato, na visão de Gullar, é o aparecimento de poetas como Castro Alves, na terceira fase do Romantismo brasileiro, e o surgimento do movimento sertanista. O movimento modernista dos anos 1920, nesse sentido, é a radicalização desse desenvolvimento cultural e artístico brasileiro, gestado nas transformações infraestruturais vividas pelo Brasil no início do século XX. Diante disso, Gullar conclui:

Do que foi exposto, parece-nos justo deduzir que: a) as concepções de vanguarda artística, pelo menos no período analisado, correspondem a necessidades efetivas da sociedade brasileira, mas não às mesmas necessidades que determinara seu surgimento nos países de origem; b) no Brasil, o significado ideológico essencial desses movimentos europeus foi, quase sempre, absorvido por outro, condizente com as aspirações atuais do país; c) o “nacionalismo” foi o sentido básico em que se transfundiam as diversas ideologias vanguardistas importadas. (GULLAR, 2006:191)

Portanto, os movimentos de vanguarda artística se originam a partir de determinadas condições históricas de seus locais de surgimento que não se repetem necessariamente. Assim, as vanguardas européias, ao se alocarem no Brasil, não encontram seu terreno histórico concreto original, sendo, pois, transformadas a partir das condições e necessidades nacionais. Esse processo é interrompido durante a segunda geração do modernismo, nos anos 1940 e 1950. Com o término da Segunda Guerra Mundial, os contatos do Brasil com o exterior são retomados e a arte européia retoma influência significativa no país. Com isso, aquele desenvolvimento artístico pautado nas necessidades e nos problemas da sociedade brasileira cede espaço para a concepção de arte pela arte. Para Gullar, o concretismo é o reflexo desse momento, uma vez que ao oferecer uma resposta ao impasse formal de sua geração, recusa-se a integrar-se na realidade, transformando o poema em um mero signo visual destituído de conteúdo.

Com isso, Gullar se propõe à reflexão de seu tempo presente, baseando-se nas idéias de Umberto Eco acerca das vanguardas artísticas. Para Eco, as obras de arte produzidas pelas vanguardas artísticas são essencialmente “obras abertas”, dado a pluralidade de possibilidades interpretações e significados

existentes . No entanto, na análise de Gullar, a crítica de arte não deve produzir seus juízos a partir do grau de abertura da obra de arte, visto que a radicalização da abertura na obra de arte pode “conduzir à pura e simples desagregação das estruturas e à incomunicabilidade” (GULLAR,2006:202)

Nesse sentido, assim como em *Cultura Posta em Questão*, Gullar preocupa-se com o problema das vanguardas artísticas e a incomunicabilidade da obra de arte, todavia, a solução encontrada por Gullar para o reencontro da arte com a vida e a sociedade não se dá mais a partir da produção de uma cultura popular. Em *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, a superação da incomunicabilidade da arte se dá a partir da utilização do método marxista, uma vez que, na análise de Gullar, o método marxista é aberto por excelência, posto que lida com a complexidade do real e suas múltiplas contradições, o que permite a superação do formalismo, subjetivismo e da incomunicabilidade da obra de arte, ainda mantendo a abertura da obra de arte e sua qualidade artística.

Esse método marxista proposto por Gullar é baseado nas idéias estéticas do filósofo húngaro Gyorgy Lukács, acerca da centralidade do elemento particular na estética. Partindo da premissa de que arte e artista são produtos de determinadas condições históricas, Lukács observa que há dados elementos particulares e universais implícitos na produção das obras de arte. Nos termos de Gullar:

Claro: o singular é o universal, **este** gato é o gato, na medida em que o universal “o gato” só existe em cada gato singular; ao mesmo tempo este gato está inevitavelmente ligado a todos os outros gatos existentes que participam, como ele, do universal que é esse gênero de animais. Todo singular é, de certo modo, universal, mas não integralmente, uma vez que **este** gato tem uma idade, um tamanho, uma história, uma cor etc., que definem sua singularidade: é **este** gato e não outro qualquer. Logo, como nem todos os gatos têm essas mesmas características, embora tenham todas as outras que não são específicas deste gato nem de nenhum outro, o universal não abarca integralmente o singular mas apenas de modo aproximado, razão por que “todo singular faz parte, incompletamente, do universal.” (GULLAR, 2006: 219)

Nesse sentido, há uma relação dialética entre o particular e o universal, na qual ambos os elementos são determinantes na existência da obra de arte. A obra, e conseqüentemente o artista, estão inseridos em determinadas condições históricas e são, simultaneamente, causa e resultado das mesmas condições. No entanto, por mais que estejam inseridos em condições universais, há condições variáveis que distinguem a produção artística em um país como o Brasil da arte produzida em algum país da Europa. Assim, o universal se apresenta em variadas formas no particular, cabendo ao artista exprimir esse elemento, visto que é a particularidade que pode potencializar a expressão do artista, distinguindo-a dos demais.

Na unidade dialética entre forma e conteúdo, o conteúdo aparece como elemento central, uma vez que representa o particular. A forma, elemento universal, é um instrumento de expressão desse conteúdo. A predominância do conteúdo sobre a forma é, para Gullar, o que determina a transformação das estruturas, gerando a superação do velho pelo novo. Ao contrário do que pregam as

vanguardas artísticas, o ato realmente revolucionário na arte é “a emersão do conteúdo novo, isto é, da particularidade, do fato histórico, social e culturalmente determinado, que exige a melhor forma possível para se expressar.” (GULLAR, 2006: 225-226). Portanto, a superação do universal do particular ocorre a partir da expressão da realidade brasileira, que é o elemento particular a ser expresso pelos artistas brasileiros e que só pode ser abordado por estes, uma vez que estão imersos nos problemas do Brasil e compreendem a particularidade do país.

Deste modo, a resposta para a questão inicial de Gullar, acerca da validade da idéia de vanguarda nos países desenvolvidos e subdesenvolvidos está posta. Cada movimento artístico surge em determinadas condições históricas e sociais presentes em seu local de aparecimento, o que impede que este movimento seja transplantado para outras realidades, visto que cada realidade apresenta condições históricas particulares, o que impede que os movimentos artísticos sejam transplantados para outras realidades. Na análise de Gullar existe uma concepção de História adequada aos países subdesenvolvidos e ao Brasil. Nessa concepção aventada por Gullar é necessário que molde um elemento novo que rompa com os elementos arcaicos brasileiros, como o imperialismo. Assim, uma vez que as vanguardas carregam as concepções de História de seus locais de origem, ao serem aceitas acriticamente no Brasil, tais concepções se interiorizariam no país, moldando, assim, a consciência dos brasileiros. Nesse sentido, ao trazer o elemento novo no que diz respeito à forma artística, as vanguardas estrangeiras, provenientes sobretudo dos Estados Unidos, trazem consigo o elemento velho, que é o imperialismo. O meio, portanto, de ruptura com esse quadro é a partir das lutas pela libertação nacional, na qual a arte auxilia na medida em que expressando a particularidade brasileira se insere nacional e internacionalmente na luta antiimperialista:

Por isso mesmo é que a luta pelo novo, no mundo subdesenvolvido, é uma luta antiimperialista. E isso é tanto verdade no campo da economia, como no da arte. A verdadeira vanguarda artística, num país subdesenvolvido, é aquela que, buscando o novo, busca a libertação do homem, a partir de sua situação concreta, internacional e nacional. (GULLAR, 2006:176)

Portanto, após analisarmos as proposições de *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, é necessário refletirmos acerca das manifestações das culturas políticas em Ferreira Gullar. Carlos Guilherme Motta (1977) aponta que a segunda metade dos anos 1960 é marcada por aberturas e revisões, em virtude do Golpe de 1964, que termina por rearranjar as esquerdas brasileiras, estabelecendo novos projetos e diversas críticas aos modelos anteriores. Celso Frederico (2007) aponta para a polarização o debate em duas frentes. A primeira destas, promovida por grupos heterogêneos, crítica das idéias nacionalistas do período anterior ao golpe, caracteriza o PCB e seu nacionalismo como uma ideologia que gerou o comportamento direitista e conciliatório do partido, permitindo, assim, a deflagração do golpe. Por outro lado, os militantes do PCB, julgaram o golpe ocorrido como resultado de práticas esquerdistas, que anularam o

leque de alianças progressistas, de modo que, na nova conjuntura, era necessário restabelecer as alianças e derrotar politicamente a ditadura brasileira.

Tais debates, ocorridos no campo político, se direcionam também para o âmbito das artes e da cultura. Pela primeira vez em sua história, segundo Frederico, o PCB estabelece diretrizes explícitas de uma política cultural, não mais instrumentalizando os intelectuais, dos quais frequentemente se desconfiava em virtude de sua origem pequeno burguesa. Essa nova visão do PCB sobre a política cultural e os intelectuais se dá a partir da abertura do partido a novas referências no interior do próprio marxismo. Em relação à questão dos intelectuais, Gramsci aparece como referencial, uma vez que em suas idéias a figura do intelectual assume um aspecto central na formulação da política do próprio partido e na luta deste pela construção da hegemonia na sociedade. A política cultural, por sua vez, baseia-se nas reflexões de Lukács. De acordo com Celso Frederico, as idéias de Lukács do fim da década de 1920 encaixaram-se às teses defendidas pelo PCB, uma vez que Lukács propunha a política de alianças e a necessidade de fortalecimento da democracia para o combate do fascismo. Culturalmente, essa posição política, tornava-se a defesa do aprofundamento da herança cultural e o aprofundamento de uma frente única que unisse artistas e intelectuais.

Nesse sentido, para Frederico, Ferreira Gullar é um dos defensores da questão nacional nesses debates produzidos entre 1964 e 1969, utilizando-se dos mesmos referenciais do PCB, sobretudo de Lukács, uma vez que em *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, o eixo analítico sobre o qual o ensaio é construído é superação do universal no particular, que é identificado como a expressão da realidade nacional.

Essa defesa do nacionalismo é bastante próxima à do PCB, que continua a defender um programa centrado na luta antiimperialista, a partir do estabelecimento de uma frente única capaz de derrotar a ditadura militar brasileira. A luta antiimperialista está explícita nas formulações de Gullar acerca das vanguardas artísticas. Para o autor, as vanguardas, de fato, trazem o elemento novo do ponto de vista formal, no entanto, trazem também consigo concepções ideológicas arcaicas, como o imperialismo.

Além da questão da luta antiimperialista, os referenciais de Gullar também se aproximam daqueles propostos pela nova política cultural do partido. Nesse ponto Lukács aparece como uma referência central na sua proposição da centralidade da categoria particular na estética da obra de arte. É a partir desse método marxista que, para Gullar, é possível superar à incomunicabilidade e realizar, de fato, a obra aberta, característica essencial dos movimentos de vanguarda.

Portanto, em *Vanguarda e Subdesenvolvimento*, Ferreira Gullar parece ser um portador da cultura política pecebista, uma vez que compartilha de idéias, projetos políticos, sentimentos, símbolos, leituras da História e projeções para o futuro, com os pecebistas.

Referências Bibliográficas

AGGIO, Alberto. Uma aproximação introdutória ao universo da cultura política. In: **Uma Nova Cultura Política**. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2008.

BERSTEIN, Serge. A cultura política. In. RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. **Para uma história cultural**. Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

CAMENIETZKI, Eleonora Ziller. **Poesia e política: a trajetória de Ferreira Gullar**. Rio de Janeiro, Revan, 2006.

GULLAR, Ferreira. **Cultura Posta em Questão. Vanguarda e Subdesenvolvimento: Ensaio sobre arte**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 2ª Edição, 2006.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de Viagem: CPC, Vanguarda e Desbunde (1960-1970)**. Rio de Janeiro: Editora Rocco, 1992.

KUSCHINIR, Karina; CARNEIRO, Leandro Piquet. **As Dimensões Subjetivas da Política: Cultura Política e Antropologia da Política**. Revista Estudos Históricos, número 24, 1999. p. 227 – 250. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/download/2100/1239>. Acessado em 17/03/2012, 02:45.

MORAES, João Quartim de (org.). **História do Marxismo no Brasil Volume 3: Teorias. Interpretações**. Campinas: UNICAMP, 2ª Edição, 2007.

MOTA, Carlos Guilherme. A Época de Revisões Radicais e Aberturas Teóricas (1965 – 1969). In: **Ideologia da Cultura Brasileira (1933 – 1974): pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Ática, 3ª Edição, 1977.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). **Culturas Políticas na História: Novos Estudos**. Belo Horizonte: Argumentum, 2009.

RIDENTI, Marcelo. **Em Busca do Povo Brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da TV**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2000.

SANI, Giacomo. Cultura Política. In: BOBBIO, Norberto (org.); MATEUCCI, Nicola (org.); PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política vol 1**. Tradução: VARRIALE, Carmen C; MÓNACO, Caetano; CACAIS, Luís Guerreiro Pinto; DINI, Renzo. Brasília: UNB, 11ª Edição, 1998.

Xangô Silenciado: Um estudo da Perseguição dos Cultos Africanos em Alagoas

Maria Aline Pereira de Oliveira

Graduanda em História pela UNEAL

Integrante do Grupo de Estudo Cultura e Modernidade

Bolsista Pibip-Fapeal

aline.oliveira91@hotmail.com

Resumo: Esse ensaio tem como objetivo esboçar uma análise dos processos históricos e culturais que resultaram na quebra dos terreiros de Maceió em 1912, episódio que ficou conhecido como o “Quebra”. Enfocando os principais motivos que ocasionaram na violência praticada contra os cultos de religiões africanas e consequente destruição dos terreiros de candomblé existente na cidade naquela época. Destacando também, a ausência de fontes documentais sobre o episódio, uma vez que este teve consequências decisivas para a história das religiões de procedências africanas no estado de Alagoas. Esse fato é descrito até hoje nas crônicas afro-brasileiras como um dos mais violentos da qual foi vítima essa modalidade religiosa no Brasil sendo responsável pela diáspora de Pais, Mães e Filhos de santos do estado de Alagoas que fugindo da intolerância religiosa recorreram a estados vizinhos como Bahia e Pernambuco, com a finalidade de dar prosseguimento as suas atividades.

Palavras-chaves: Xangô, Perseguição, Religiosidade Africana

Abstract: This essay aims to outline an analysis of historical and cultural processes that resulted in the breakdown of yards of Macedonia in 1912, what became known as the "break". Focusing on the main reasons that caused the violence against the cults of African religions and consequent destruction of Candomblé exists in the city at that time. Noting also the absence of documentary sources about the episode, since this had decisive consequences for the history of religions of African origins in the state of Alagoas. This fact is described today in the chronic african-Brazilian and one of the most violent of which was the victim this form of religion in Brazil is responsible for the diaspora of Fathers, Mothers and Children of the holy state of Alagoas who fled religious intolerance resorted to neighboring states such as Bahia and Pernambuco, with the purpose of continuing their activities.

Keywords: Xango, Persecution, Religion African

Um ato de extrema violência praticado no dia 1º de Fevereiro de 1912 contras as casas de cultos afro-brasileiros na capital Maceió e que estendeu pelo interior de Alagoas marcou para sempre a história das religiões de matriz africana. Naquela noite Babarolixás e Yarolixás tiveram seus terreiros violentamente atacados por uma milícia armada de caráter particular denominada de Liga dos Republicanos Combatentes. Esse acontecimento mais tarde ficaria conhecido como o Quebra-quebra, denominação dada à invasão e destruição dos terreiros de Xangô da capital do estado em 1912.

A historiografia alagoana sobre tal episódio é lacunar, esta cercada de mistérios. Durante muito tempo pairou o silêncio que se traduz na falta de fontes e relatos sobre o episódio. O objetivo desse ensaio é esboçar uma análise dos principais motivos que ocasionaram no Quebra-quebra através da análise do processo histórico que auxiliam a compreender esse episódio fatídico para os adeptos da religião africana.

Em “Os africanos no Brasil” (1982), Rodrigues expõe como os cultos afros sobreviveram apesar da violência dos senhores e das tentativas de conversão católicas.

O culto jeje-nagô que resistiu à conversão católica a chicote nas fazendas e plantações; que sobreviveu a todas as violências dos senhores de escravos; que não se absorveu até hoje nas práticas do catolicismo dos brancos, diante de cuja resistência, pode-se dizer, capitulou o clero católico que já nem tenta converter os infiéis; em que não faz moosa o ensino elementar das nossas escolas; esse culto está destinado a resistir, por longo prazo

ainda, à propaganda da imprensa como às violências da polícia, pois nem uma nem outra se pode reputar mais eficaz do que todas as missões de catequese enviadas às plagas africanas. Diante das violências da polícia, as práticas negras se furtarão à publicidade: hão de refugiar-se nos recessos das matas, nos recônditos das mansardas e cortiços; se retrairão às horas mortas da noite; se ampararão na proteção dos poderosos que buscam as orgias e devassidões que elas lhes proporcionem; tomarão por fim as roupagens do catolicismo e da superstição ambientes. Mas essas práticas, no sentimento religioso que as inspira, hão de persistir enquanto a lenta evolução da raça negra deixar o negro, o negro antropológico atual. (RODRIGUES, 1982, p.246).

Nota-se que desde o início de sua história os cultos africanos foram vítimas do preconceito e da intolerância religiosa. que ocorriam através das tentativas forçadas de estabelecer aos adeptos das religiões africanas a convenção por meio da catequização e das violências física e mental.

Um dos primeiros relatos sobre Xangô Silenciado aparece no livro Sincretismo Religioso no Brasil (FERNANDES, 1941), do médico Gonçalves Fernandes que dedica um capítulo do livro sobre o “Candomblé em Silêncio”, uma modalidade exclusiva de culto que ele testemunhou quando esteve em Macció.

O episódio do Quebra de 1912, esta ligado ao quadro político da época uma vez que os terreiros foram invadidos por populares liderados pela Liga dos Republicanos Combatentes criada com finalidade de difundir o pânico entre os correligionários do Partido Republicano de Alagoas, cujo chefe político, o governador Euclides Malta, se encontrava no exercício do seu terceiro mandato e ameaçava indicar um candidato seu no pleito que se aproximava. Esse evento é considerado o principal motivo do Quebra-quebra, segundo Ulisses Neves Rafael (2004).

A “Era dos Maltas” nome pelo qual ficou conhecido o longo período em que essa família esteve à frente da política alagoana. Desde 1900 que Euclides Vieira Malta estava na administração ficou no cargo entre 1900 e 1903 e após uma manobra política conseguiu colocar seu irmão, Joaquim Vieira Malta no poder, e assumiu novamente em 1906, permanecendo até 1912. Esse acontecimento desagradou demais a oposição que o acusava de se manter no poder através da bruxaria e feitiçaria.

Com a “Política da Salvação”, o Presidente Hermes da Fonseca visava colocar um basta nas disputas entre as oligarquias estaduais, cada vez mais acirradas mesmo que para isso tivesse que usar intervenção militar. Em Alagoas, a oposição lança dos parentes de Hermes da Fonseca: Olímpio da Fonseca e Clodoaldo da Fonseca. Euclides Malta apoia Clodoaldo da Fonseca para sucedê-lo.

As campanhas nos fins de 1911 e início de 1912 refletem bem o clima de tensão pelo qual passa todo o estado:

Surgem nos bairros populares da capital, os primeiros núcleos de oposição (...) Cresce a força dos jornalistas, dos estudantes, dos bacharéis, dos artistas, dos oradores de comícios que, unidos no vigor antigovernamental, cavalam suas ambições junto com as promessas transformadoras (TENÓRIO, 1997.p. 112/113)

Depois de muitos anos Euclides Malta experimentará o sabor da derrota e verá suas pretensões políticas virarem pó. O quadro agrava-se ainda mais com o surgimento, no dia 17 de dezembro de 1911, da Liga dos Republicanos Combatentes, sob a liderança de Fernandes Lima, outro importante articulador da oposição no estado que será responsável por espalhar o terror em Maceió.

O grupo que integrava a Liga foi responsável por alarma os moradores da capital, principalmente os correligionários do Partido Republicano, distribuindo boletins insultantes pela cidade, fechando repartições públicas, perseguindo e vaiando cidadãos respeitáveis nas principais ruas do centro e invadindo residências.

Na noite do Na noite do dia 1.º de fevereiro, uma quinta-feira, mais ou menos por volta das dez e meia da noite, as ruas de Maceió foram palco de um dos espetáculos mais violentos de que se tem notícia no estado. Tudo começa quando um grupo de rapazes, na sua grande maioria empregados do comércio, reunidos na casa de número residência de Manoel Luiz da Paz e sede da Liga dos Republicanos Combatentes, onde também se realizavam os ensaios do tradicional clube dos Morcegos, presença constante nos carnavais de Maceió decidem percorrer alguns dos terreiros do bairro com grande alarma.

Naquele final de semana em especial, o bairro estava muito mais movimentado, não só pela aproximação do Carnaval, mas também porque naquele período realizava-se uma das festas mais tradicionais promovidas pelos terreiros de Maceió, a festa de Oxum, cuja data coincidia com o dia da Imaculada Conceição, 2 de Fevereiro de 1912. Entre os vários terreiros atingidos estava o de Tia Marcelina que teve diversos objetos sagrados destruídos – utensílios e adornos, vestes litúrgicas, instrumentos utilizados nos cultos – foram retirados dos locais em que se encontravam e lançados no meio da rua, onde se preparava uma grande fogueira.

Na confusão, alguns dos filhos de santo conseguiram escapar. Os que insistiram em ficar, acompanhando Tia Marcelina, a qual resistiu ao ataque permanecendo no lugar, sofreram toda a sorte de violência física, sendo a mais prejudicada a própria mãe de santo, a qual veio a falecer dias depois em função de um golpe de sabre na cabeça aplicado por uma daquelas praças da guarnição que dias antes haviam desertado do Batalhão Policial. Contam que a cada chute recebido de um dos invasores, Tia Marcelina gemia para Xangô e segundo algumas testemunhas falava: Bate, bate, pode matar o corpo, mas não a sabedoria.

Depois do ocorrido, os atabaques foram silenciados. Nunca mais se teve notícia da presença de maracatus nos Carnavais de Maceió; seus mestres, confundidos não sem razão, com os babalorixás dos terreiros perseguidos, já não se encontravam mais na cidade. A grande maioria buscou refúgio nos - estados vizinhos e até em locais mais distantes, como a Bahia e o Rio de Janeiro. As manifestações populares integradas por negros passaram a ser vistas com certa desconfiança, principalmente os xangôs, os quais continuaram a ser desenvolvidos pelos poucos remanescentes daquelas antigas casas que

permaneceram na capital estadual, temendo mais as punições dos orixás do que as das autoridades policiais.

Tia Marcelina é citada constantemente nas crônicas como símbolo da luta quanto a intolerância religiosa, segundo Bezerra (2007), “saudades daquele tempo. Antes do “quebra de 1912”, o batuque era bem maior. Temos muitas dividas para com a morte de Tia Marcelina”. Durante muito o assunto do “quebra de 1912” foi tratado com silêncio e medo pela intelectualidade alagoana, mas felizmente tem surgidos inúmeros trabalhos sobre o tema, no qual se busca resgatar a figura da Tia Marcelina considerada símbolo da resistência ao “quebra”.

O “Quebra” foi um símbolo da intolerância e do preconceito que representou uma ruptura na cultura afro-brasileira em Alagoas. Sua análise é relevante para a compreensão do processo histórico que culminou neste ato pífido para as religiões afro-brasileiras. Esse ano aconteceu o centenário do massacre, no dia 1º de fevereiro de 2012, após cem anos do fato o governo do estado de alagoas pediu desculpas pelo massacre em cerimônia pública. O projeto Xangô Rezado Alto organizado pela Universidade Estadual de Alagoas que teve por objetivo lembrar o massacre para que não seja apagado da memória e que nunca mais Pais, Mães e Filhos de santos passem outra situação de violência contra sua cultura.

Referências Bibliográficas

BEZERRA, Edson José Gouveia. **Manifesto Sururu**. 2007. (<http://www.aiegua.com.br>).

FERNANDES, Gonçalves, *Sincretismo religioso no Brasil*. São Paulo: Guairá, 1941.

RAFAEL, Ulisses Neves. *Xangô Rezado Baixo: Um Estudo da Perseguição aos Terreiros de Alagoas em 1912*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2004

RODRIGUES, Nina. *Os africanos no Brasil*. 6. Ed. São Paulo: Ed.Nacional;[Brasília]: Ed. Universidade de Brasília, 1982.

TENÓRIO, Douglas Apratto. *Metamorfose das oligarquias*. Curitiba: HD Livros, 1997.

*Palavras do Mestre: Salomão de Vasconcelos, escrita da história e o patrimônio cultural.**

Pollianna Gerçossimo Vieira
Graduando em História pela UFOP
Programa de Iniciação à Pesquisa da UFOP/ PIP UFOP
polligercoosimo@hotmail.com

* A presente pesquisa tem a orientação do Professor Doutor Francisco Eduardo de Andrade.

Resumo: Salomão de Vasconcelos é considerado um grande historiador pelo envolvimento nos estudos da História de Minas Gerais. Suas obras foram de extrema importância no cenário da produção historiográfica na primeira metade do século XX. Ele foi um exímio colaborador do antigo SPHAN, hoje IPHAN, e autor de diversos livros. Com um papel fundamental no tombamento da cidade de Mariana em Monumento Nacional e no próprio SPHAN, a análise da escrita da história, a partir das suas obras historiográficas, pode esclarecer acerca do processo dinâmico de construção e reinvenção da identidade do mineiro e das políticas patrimoniais em meados do século XX. Através das obras, *Os sinos... (na simbologia e na história)* e *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico* será demonstrado os traços iniciais da escrita da história deste mineiro, responsável por delinear a construção de uma política patrimonial.

Palavras-chave: escrita historiográfica, identidade e políticas patrimoniais.

Abstract: Salomão de Vasconcelos is considered a great historian because of his studies about the History of Minas Gerais. His studies have had a huge importance in the historiographical production scenario in the first half of the twentieth century. He was an expert supporter of SPHAN, now Known as IPHAN, and author of several books. He also had a fundamental role at SPHAN and in Mariana's listed as a National Historic Monument. Thus, the historiographical analyses of his studies can clarify about the dynamic process of construction and reinvention of the mineiro's identity and the mid-twentieth-century property policies. Through the study of *Os sinos... (na simbologia e na história)* and *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico*, the initial traces of his historical writing will be shown.

Keywords: historical writing, identity and patrimonial politics.

1. Introdução

O estudo apresentado insere-se num projeto mais amplo de avaliação crítica e análise textual de uma historiografia convencional de Minas Gerais, cujas interpretações ainda são fundamentais para o estudo da mineiridade. O intelectual da análise é o polígrafo Salomão de Vasconcelos (1877-1965), autor de diversos livros e ilustre colaborador do antigo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional / IPHAN).

Para o painel foram expostas as primeiras obras analisadas, *Os sinos... (na simbologia e na história)* e *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico*. Através da **análise de conteúdo**⁵²³ inferiu, inicialmente, aquilo que pode ser considerado a escrita da história e as concepções patrimoniais, importantes por salientar o tempo de Minas Gerais em Salomão de Vasconcelos. Nesse sentido faz-se necessário a compreensão da escrita da história analisando nas obras a relação entre a conjuntura e o estudo/escrita do passado.

⁵²³ “trata-se de uma técnica baseada na análise da linguagem, mas cujo objetivo não é conhecê-la em si mesma, mas ‘inferir’ alguma outra realidade distinta por meio dela.” AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006. P. 525

O período, ao qual o autor faz parte, é considerado de Redescobrimto do Brasil⁵²⁴ e foi marcado pelo intenso processo de estudos e organização dos arquivos, a fim de dar sentido e homogeneidade à nação brasileira.

Neste intuito observamos as categorias formativas da escrita historiográfica a fim de delinear o papel da história para Salomão de Vasconcelos e sua utilidade no âmbito da construção de uma política patrimonial a partir de Minas.

2. Salomão de Vasconcelos

Salomão de Vasconcelos, filho de D. Maria Madelena de Vasconcelos e de Francisco Diogo, nasceu no dia 2 de janeiro de 1877 na Fazenda S. João de Crasto, situado à margem do histórico Ribeirão do Carmo – atual território da cidade de Mariana. Foi herdeiro de umas das famílias mais ilustres dos primórdios de Minas Gerais. Apesar de pertencer à estirpe tradicional marianense, sua família teve o infortúnio de perder tudo nas disputas políticas de seu pai. Passou sua infância em meio aos afazeres rurais morando no velho solar de Gualaxo, onde ele ainda pequeno ajudava sua família com os serviços próprios à sua idade.

Com 15 anos seus pais o enviam à Ouro Preto para estudar, e assim foi morar com o seu tio, o afamado historiador Diogo de Vasconcelos. De acordo com alguns dados biográficos escritos por Décio Vasconcellos⁵²⁵ os primeiros anos de vida e o início de carreira foram de muito trabalho e esforços. Entre os anos de 1892 e 1895, ele se dedicaria aos conhecimentos da gramática, matemática e de literatura, lendo com grande entusiasmo os livros de José de Alencar e Cassimiro de Abreu. Aprendeu também a arte da Taquigrafia, que mais tarde (1895) o renderia o trabalho de taquígrafo do Congresso (Senado e Câmara), tendo ele apenas 18 anos.

Em 1899 ingressou na Faculdade de Direito em Belo Horizonte, vivendo na famosa República do Acre, dividindo experiências com os companheiros Francisco Diogo de Vasconcellos (seu primo), Thompson Flores, Vitorino Prates, Alberto Horta, Francisco Caracioli, o Borjes e o Juvenato Horta. Já no segundo ano de Direito, ele pede transferência para a Faculdade de São Paulo, formando-se em 1905. Casou-se com D. Branca Tereza de Carvalho (da tradicional família fluminense do Barão de Itambi e do Visconde de Itaboraí) em 5 de maio de 1906.

⁵²⁴O início do período Republicano foi de grande efervescência na produção da História Nacional, isto pode ser observado no interior do IHGB, em que a escrita da história era o meio de reinterpretar os elementos do passado no intuito de criar uma postura positiva e coerente do passado, organizando este novo presente republicano. Cf. MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Editora Ática, 6ª edição, 1990.

⁵²⁵ Os dados biográficos sobre Salomão de Vasconcelos aqui utilizados, são em grande parte extraídos da pequena biografia escrita por Décio Vasconcellos presente em VASCONCELLOS, Salomão. *O Fico: Minas e os Mineiros na Independência*. Edição comemorativa dos sesquicentenário da Independência. 2ª Ed. Imprensa Oficial.1972.

Depois de 30 anos de serviço público, Salomão de Vasconcelos se reencontraria e iniciaria uma nova carreira: a de historiador. Convidado pelo então Prefeito de Mariana Dr. Josafá Macedo para organizar o arquivo municipal, adentrou nas análises dos alfarrábios e dos códices, que em suas palavras, despertou um verdadeiro encanto pelas coisas e pelas lições do passado ali guardados. “Vi que ali conversávamos com os mortos, travávamos conhecimento com épocas e fatos remotos que não vimos e não vivemos, mas que tem para o historiador um sentido e um sabor de atualidade.” (VASCONCELLOS, 1972: 14). Nestas palavras observamos os primeiros passos de sua trajetória como historiador, que depois de 25 anos, tornar-se-ia um dos maiores pesquisadores da história do Brasil sobre o período colonial e imperial. Após um ano de organização do arquivo municipal de Mariana, Vasconcelos foi convidado por Dr. Rodrigo Melo Franco, então diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, para colaborar com as pesquisas do SPHAN. Foi nessa fase da vida que publicou a maior parte de suas obras e se filiou a diversas instituições, entre elas a Revista de História e Arte, criada em Belo Horizonte, no ano de 1963. Convidado pelo diretor administrativo, Victor Figueira de Freitas, pelo coordenador Augusto de Lima Júnior, pelo assistente Nelson de Figueiredo, ocupou o cargo de revisor crítico, tendo uma seção especial no número prospecto intitulada *A Palavra do Mestre*. O próprio título faz referência ao posto alcançado como historiador, sendo respeitado por diversos intelectuais. Antes de participar da Revista de História e Arte, Vasconcelos assume a presidência do IHGMG, exercendo, dentro desse órgão, um papel fundamental no tombamento da cidade de Mariana como Monumento Nacional em 1945.

Salomão de Vasconcelos é a porta de entrada para a compreensão dos modos operacionais dos historiógrafos mineiros, pois, segundo Augusto de Lima Júnior, ele foi patrono de uma geração na busca pela **verdade histórica**.

3. A escrita da história

A análise das obras, *Os sinos... (na simbologia e na história)* e *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico* foi feita no intuito de compreender a escrita da história em Salomão de Vasconcelos.

À primeira leitura, notamos que a história pode ser observada com a insígnia de *magistra vitae*⁵²⁶, ou seja, o retorno ao passado se faz necessário, pois, ele ensina o caminho para um futuro civilizado e bom. Um exemplo é a importância dada à linguagem dos sinos para a organização da sociedade, são eles os responsáveis em ditar o caminhar da vida.

Com os sinos, nascemos nós, ouvindo as primeiras badaladas batidas no velho relógio da alcôva paterna. Com êles a bimbalar festivos no alto da catedral, entramos pela primeira vez no templo, para receber as águas do batismo. Com êles, desferindo as notas alviçarêiras da nossa juventude, penetramos

⁵²⁶ A história seria um cadinho contendo múltiplas experiências alheias, das quais nos apropriamos com um objetivo pedagógico. KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*, p.42

mais tarde a nave pequenina ou a nave majestosa, conduzindo no braço a noiva prediléta. Com êles, finalmente, soluçando no alto das torres, partimos para a morada eterna. (VASCONCELLOS, 1946: 16).

Participante da própria história do homem como um elemento de fundação, de memória e da temporalidade do cotidiano o sino é uma exemplaridade que precisa ser conservado para as gerações futuras. “São assim os sinos, para quem estima o passado e sabe se comover com a linguagem sugestiva dos campanários”. (VASCONCELLOS, 1956: 26).

Outro arquétipo da Mestra da Vida é quando Vasconcelos faz da **tradição oral**⁵²⁷ o assento histórico para a busca da **verdade histórica**. Ele legitima o valor pedagógico advindo da transmissão oral e presente na memória coletiva⁵²⁸ “do povo de Mariana e de Ouro Preto, e a geração atual já o recebeu dos seus maiores.” (VASCONCELLOS, 1937: 101).

Entretanto, observamos que a busca pelo conhecimento do passado brasileiro tornou-se fundamental na resolução dos problemas do presente, principalmente nas discussões sobre a escrita da história da nação brasileira e das políticas patrimoniais. Neste sentido, conclama-se o passado não apenas para orientar o futuro (como no regime da *historia magistra vitae*), mas para discutir o presente. A **verdade histórica** irá ser encontrada nos **fastos** guardados nos arquivos. O historicismo⁵²⁹ então se faz presente, pois, não se trata de um retorno ao passado para repeti-lo, como em um tempo cíclico, mas o resgate de valores que estão presentes nesse passado a fim de formar símbolos que alicerces a construção de uma nação. Portanto os documentos, as obras arquitetônicas e de arte são provas cabais para a verdade, seguido da crítica e da compreensão. Cada localidade agora possui sua particularidade no caminhar da civilização. Para Vasconcelos o agir humano do passado mineiro tem de ser compreendido em sua especificidade, pois é de tais terras que se deu o “primeiro grito de liberdade em nossa Pátria”. (VASCONCELLOS, 1937: s/p).

A importância que o autor dá para o passado mineiro evidencia ainda mais sua tendência historicista, que de acordo com Martins seria:

[...] um método novo no modo de lidar com o conhecimento do passado, que ressalta a especificidade e a profunda diversidade do passado, sua ‘individualidade’, sua ‘evolução’, e seu condicionamento recíproco, e que recorre tanto à crítica das fontes e à compreensão. (MARTINS, 2008: 20).

⁵²⁷ [...] a usamos para falar do processo pelo qual a informação é transmitida de uma geração à seguinte. CRUIKSHANK, Julie. *Tradição oral e história oral: revendo algumas questões*. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina org. Usos e Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, p. 151.

⁵²⁸ Ela é uma corrente de pensamento contínuo, de uma continuidade que nada tem de artificial, pois não retém do passado senão o que ainda está vivo ou é capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006, p.102.

⁵²⁹ Segundo Martins o historicismo “pode estabelecer [...] a procedência das assertivas acerca de um eventual contexto abrangente (sociedade, cultura, mentalidade, política, crenças, visões de mundo) a partir das descobertas empíricas [...]”. MARTINS, Estevão C. de Rezende. *Historicismo: o útil e o desagradável*. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008, p. 29

Trata-se de um olhar profundo ao passado, que organiza o conhecimento histórico e o remete ao **testemunho**. “Resta-nos agora examinar os documentos trazidos ao debate e as razões da crítica”. (VASCONCELLOS, 1937: 27). Tal aprofundamento tem o intuito de “[...] reconstituir episódios e expôr-nos a mentalidade de uma época [...]”. (AZEVEDO apud VASCONCELLOS, 1937: s/p).

Segundo Gertz o historicismo tem como característica a valorização da pesquisa documental e a reconstrução do passado por meio do seu pensar:

Naquilo que tange aos aspectos metodológicos, o Historicismo tinha atribuído um papel fundamental à *compreensão* empática, ao *Verstehen*, ou seja, à suposta capacidade do historiador de redesenhar o passado através da tentativa de transferir-se – por assim dizer – para dentro da cabeça dos atores da época, e assim apreender as razões, a lógica que os levou a um determinado tipo de ação. (GERTZ, 2008: 153)

À volta ao passado buscando práticas a serem viabilizadas no seu tempo conclama o âmbito historicista das obras. Desta forma Vasconcelos traz, do passado para a prática, a tradição oral e a linguagem dos sinos, técnicas essas responsáveis por legitimar a identidade de Minas. “Ali não há o repicar dos sinos, aquele repicar tão nosso, das nossas tradições, que ouvimos na meninice, que gostamos de ouvir ainda em Ouro Preto, Mariana, Diamantina e em todas as nossas cidades antigas”. (VASCONCELLOS, 1946: 24).

Portanto, existe em Salomão de Vasconcelos uma intensa busca pela verdade histórica através dos documentos, e diversas vezes a descrição dos fatos é tão minuciosa, quase que remonta o cenário, que esse se insere como um observador próximo transportado no tempo e no espaço.

4. O Patrimônio Cultural

A busca pela **verdade histórica**, para Salomão de Vasconcelos, é arrolada aos documentos deixados pelos **antepassados** e por isso vê-se a necessidade da organização dos arquivos, pois o “estado chaotico e tumultuário” destes dificulta o trabalho do historiador e leva-o muitas vezes ao erro. (VASCONCELLOS, 1937: 9)

[...] conservando ainda hoje as nossas Camaras os mais valiosos documentos das suas proprias fundações em completa desordem, atirados pelas estantes e não raros no fundo dos porões, inteiramente desarticulados, muitos delles sem uma referencia siquer ás datas e os assumptos nelles tratados [...] não é possível, diziamos, que o mais arguto e paciente investigador possa apresentar sobre qualquer ponto histórico trabalho seguro e escoimado de erros ou falhas. (VASCONCELLOS, 1937: 9)

Existe um teor de denúncia à situação desorganizada que os arquivos mineiros se encontravam e com a “necessidade [...] de seguir em assumptos históricos[...]”o arranjo desses era primordial para um trabalho acautelado. (VASCONCELLOS, 1937: 9). A crítica mais densa que se faz é ao estado do

Arquivo Público Mineiro sendo tratado como “essa modestíssima repartição que ahi está, precária desde o seu edifício [...] até a sua verba de manutenção, que não dá sequer para a publicação da sua Revista!” (VASCONCELLOS, 1937: 11).

Com isso, Vasconcelos vê na **tradição oral** a base para um trabalho fiel à **verdade**. Essa possui valor histórico, pois conta para as gerações futuras, mesmo que oralmente, “os feitos guerreiros do alvorecer da nacionalidade” e “os maximos acontecimentos da história da pátria”. (VASCONCELLOS, 1937: 10). A tradição oral é responsável pela transmissão dos fatos do passado e que são repetidos pela “vox populi”. (VASCONCELLOS, 1937: 92)

De acordo com o autor as bases para o trabalho do historiador encontram-se na união dos documentos e da **tradição**, principalmente quando se trata de uma “epoca longínqua”. A segunda é o “assento histórico” na falta dos documentos. (VASCONCELLOS, 1937: 52). Somente documentos são capazes de desmerecer a **tradição**.

[...] si a tradição oral se faz ou se crea quasi sempre por conjectura, pela simples affirmativa de um fato remoto, mesmo sem assento escripto, continuada por outros, nunca, porém, a conjectura por si só terá força bastante para derrocar aquilo que se firmou pelo tempo na crença do povo. Só documentos irrefragaveis o conseguirão fazer. [...] em todo campo da historia e da religião pullulam exemplos frisantes das tentativas frustradas de se querer derrubar apenas com palavras aquillo que se enraizou pelo tempo na mente do povo. (VASCONCELLOS, 1937: 94).

O autor ressalta, “conservemos, pois, essa tradição [...]” documento valioso, para ele, na feição da história. (VASCONCELLOS, 1937: 107)

Além da conservação da tradição oral como documento para a verdade histórica, Vasconcellos também prioriza o sino, que para ele é o símbolo mais próximo do homem. “O símbolo, porém, mais aconchegante ao homem, aquele que canta aos nossos ouvidos e nos embála diariamente com suas hamonías e suas ternúras, no prazer e na adversidade, é, incontestavelmente, o sino.” (VASCONCELLOS, 1946: 15).

Existe no sino uma dimensão de memória e afetiva que pode ser percebida no momento em que o autor relembra como é bom, quando em terras estrangeiras, ouvir o badalar do sino, ou então a emoção de voltar a sua cidade e acordar de manhã com aquele tocar “alegre e festivo”. Tudo isso faz voltar a um passado que, para Vasconcelos, não deve ser esquecido e precisa ser conservado para que todos possam, um dia, desfrutar desses momentos. “Que emoção há comparável a essa que sentimos, quando, ausentes da aldeiasinha onde nascemos, longe do berço natal, lá voltamos um dia e ouvimos o sininho da nossa paróquia bimbalhando como dantes, alegre e festivo, em manhã domingueira!” (VASCONCELLOS, 1946: 25).

Os sinos, então, são tidos como um grande representante da **civilização**, da nação e da tradição, uma vez que são fundadores, participantes do cotidiano, dialogam com as pessoas e ainda têm a capacidade

de fazer o homem experimentar “emoções agrídoces” quando “falam” as alegrias e também as tristezas. (VASCONCELLOS, 1946: 25). É dotado de uma linguagem universal e “mística”, que “fala” para todos exprimindo o sentimento das pessoas, e ligando-as ao transcendental, quando “falam a voz de Deus”, humana, quando falam “a voz dos homens” e representante da nação, quando falam “a voz da pátria”. (VASCONCELLOS, 1946: 15).

A preocupação do autor se encontra no excesso de mudanças, como a transferência da capital mineira de Ouro Preto para a nova cidade, Belo Horizonte, os novos rumos da arquitetura com os modernos riscos de Oscar Niemayer, dentre tantos outros movimentos de pioneirismos como na literatura e nas artes em geral, podem gerar esquecimento de determinados fatos e personagens históricos. Assim, os novos traçados arquitetônicos das igrejas, que Vasconcelos chama de “igrejas em estilo gótico” em que as torres são mais “altas” e os tocadores de sinos são “leigos”, estariam resultando em uma mudança na “tradição”. (VASCONCELLOS, 1946: 23). “Ali não há o repicar dos sinos, aquele repicar tão nosso, das nossas tradições, que ouvimos na meninice, que gostamos de ouvir ainda em Ouro Preto, Mariana, Diamantina e em todas as nossas cidades antigas”. (VASCONCELLOS, 1946: 24).

Para combater o esquecimento, a perda da tradição, evoca-se o passado – o que gera a proliferação de políticas culturais e que visam à preservação da(s) memória(s), de comemorações. Dessa forma o objetivo é tornar o passado **visível** através de rituais comemorativos e de ações que transformam em patrimônio cultural objetos, lugares e também práticas. A visibilidade segundo Hartog confere sentidos e realiza mediações que, de outro modo, seriam de difícil compreensão.

No sentido de preservar o valor do sino e torná-lo visível, é conferido a esse um lugar de memória que segundo Nora:

São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação a investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. [...] caracteriza por um acontecimento ou por uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou. (NORA, 1993: 21).

Em 1937 foi criado o SPHAN, órgão responsável pela visibilidade e conservação dos monumentos históricos, símbolos de uma nação e legitimador do Estado. Portanto para a construção dessa nação fez-se necessário ir ao passado e resgatar valores. Nesse sentido o culto a algo do passado é feito através dos lugares de memória, no caso do SPHAN o tombamento. É a partir daí que a tradição oral e a linguagem dos sinos são postos nos lugares de memória, pois são valores buscados no passado e trazidos ao presente legitimando a identidade do mineiro. Percebe-se em Vasconcelos o despontar para um

patrimônio que não seja ligado somente aos monumentos históricos, mas também às práticas, rituais, festas e tudo aquilo que mais tarde veio chamar patrimônio imaterial.

Tanto a tradição oral quanto a linguagem dos sinos, presentes nas obras de Vasconcelos, fazem parte do ritual do ser mineiro e, portanto são alicerces da história de Minas e importantes para sua continuidade como o local do alvorecer da pátria.⁵³⁰

5. Conclusão

Ao investigarmos as concepções de história e de patrimônio para Salomão de Vasconcelos pretendemos assim, traçar seus modos de operar a história. Nas análises concluídas, ou seja, as obras em que já foram aplicadas a análise de conteúdo notamos, em uma leitura inicial, uma tendência da História Mestra da Vida, portanto com o passar da leitura e da análise o Historicismo se faz presente de forma marcante.

Tanto na obra *Os Sinos... (na simbologia e na história)*, quanto em *O Palácio de Assumar* estão presentes focos do historicismo, além de uma concepção para a construção de um patrimônio imaterial, seja na linguagem dos sinos, ou seja na tradição oral. Neste sentido, as práticas e representações culturais e sociais presentes nas obras já referenciadas terão um valor fundamental para a observação da construção de políticas patrimoniais importantes e responsáveis pelo tombamento de muitos rituais, obras e lugares mineiros.

Tal levantamento se mostra relevante para a observação da construção das políticas patrimoniais e de uma historiografia mineira que influenciou toda uma gama de futuros historiadores e dos participantes do IHGGMG no século XX.

Portanto, somente com todas as obras devidamente analisadas será possível fazer um entrecruzamento dos dados coletados. E através disso poderemos expor o pensamento de Salomão de Vasconcelos e seus ideais para Minas Gerais, visualizando assim, projetos relativos ao SPHAN, hoje IPHAN.

Referencias Bibliográficas

ANDERSON, Benedict. *Nação e consciência nacional*. São Paulo, Ática, 1989.

AROSTEGUI, Julio. *A pesquisa histórica: teoria e método*. Bauru, SP: EDUSC, 2006.

⁵³⁰ Segundo Vasconcelos foi em Minas que se deu “primeiro grito de liberdade em nossa Pátria”. VASCONCELLOS, Salomão de. *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico*. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breyner LTDA, 1937, s/p.

- ARRUDA, Maria A. do Nascimento. *Mitologia da Mineiridade*. São Paulo, Brasiliense, 1990.
- CRUIKSHANK, Julie. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina org. *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- GERTZ, René E. O Historicismo e a moderna história social Alemã. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.
- GOMES, Ângela de Castro. *História e historiadores*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1996.
- HALBAWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.
- HARTOG, François. *O espelho de Heródoto – ensaio sobre a representação do outro*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- HOBSBAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismos desde 1780*.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2006.
- LEÃO, Maria Aparecida da Costa Batista de. *Historiografia e Ensino de História: A cidade do Rio de Janeiro e os Estados da Bahia e Minas Gerais*. http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2011/Relatorios. Acessado em: 02/05/2012.
- MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. IN: LOPES DE ARAUJO [et.al.] Org. *A Dinâmica do Historicismo: revisitando a historiografia moderna*. Argvmentvm, Belo Horizonte, 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. São Paulo, Editora Loyola, 2005.
- MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)*. São Paulo, Editora Ática, 6ª edição, 1990.
- NORA, Pierre. *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. Projeto História, São Paulo, n °10, dezembro, p.7 – 28, 1993.
- VASCONCELLOS, Salomão. *O Fico: Minas e os Mineiros na Independência*. Edição comemorativa dos sesquicentenário da Independência. 2ª Ed. Imprensa Oficial.1972.
- VASCONCELLOS, Salomão de. *Os Sinos... (na simbologia e na história)*. S/l: s/e, 1946.
- VASCONCELLOS, Salomão de. *História Colonial: O Palácio de Assumar. Estudo crítico-histórico*. Belo Horizonte: Gráfica Queiroz Breyner LTDA, 1937.

Viúvas e Celibatárias na Freguesia de Guarapiranga em meados do século XIX

Priscilla Firmiano Valente
 Graduanda em História pela UFV
 Bolsista de iniciação científica – FAPEMIG
priscilla.valente@ufv.br

Dr. Prof. Fabio Faria Mendes (Orientador)
Professor do Departamento de História da UFV
fmendes@ufv.br

Resumo: Fruto de uma bolsa de Iniciação Científica, financiado pela FAPEMIG, em andamento, esse projeto tem, por alguns de seus objetivos, analisar a produção historiográfica que tem incorporado em suas pesquisas as questões de gênero, acentuando a agência das mulheres no campo da sexualidade e da família, assim como da gestão das atividades econômicas, relativizando o retrato de uma família patriarcal onipresente, traçado pela obra de Gilberto Freyre. Procuramos focar dois grupos singularizados pela dinâmica demográfica, pelas estratégias sucessórias das famílias e pela estrutura legal da sucessão hereditária: as viúvas e as celibatárias. Nossa unidade de análise será constituída pela freguesia de Guarapiranga, na região de transição entre o distrito minerador e a zona da Mata mineira, entre meados do século XIX, através da coleta de dados presentes em inventários/testamentos da região. Analisar as especificidade das trajetórias de mulheres viúvas e celibatárias em Minas Gerais, em fins do período colonial e inícios do Império.

Palavras-chave: Viúvas, Celibatárias, Guarapiranga

Resumè: Fruit d'une bourse d'initiation scientifique, financé par FAPEMIG, en cours, ce projet a, pour certains de vos objectifs, d'analyser la production historique qui a intégré dans ses recherches les questions de genre, mettant l'accent sur l'agence des femmes dans le domaine de la sexualité et la famille, Ainsi que la gestion des activités économiques, équilibrant ainsi le portrait d'une famille patriarcale omniprésente, retraçant l'œuvre de Gilberto Freyre. Nous essayons de mettre l'accent sur deux groupes distingués par les dynamiques démographiques, stratégies de relève pour les familles et la structure juridique de la succession héréditaire: les veuves et les célibataires. Notre unité d'analyse se compose de la paroisse de Guarapiranga, dans la zone de transition entre le district minier et de la Zona da Mata mineira, entre la mi-XIXe siècle, grâce à la collecte de données présente dans les inventaires ou les testaments du région. Pour analyser la spécificité des trajectoires des veuves et célibataires dans le Minas Gerais, à la fin de la période coloniale et de l'Empire au début.

Mots-clés: Viúvas, Celibatárias, Guarapiranga.

Introdução

Fruto de um projeto de Iniciação Científica, financiado pela FAPEMIG, nossa apresentação esta fundamentada na produção historiográfica que tem incorporado em suas pesquisas as questões de gênero, acentuando a agência das mulheres no campo da sexualidade e da família, assim como da gestão das atividades econômicas, tendo em vista o acesso destas a posse de terra e escravos, relativizando o retrato de uma família patriarcal onipresente, traçado pela obra de Gilberto Freyre.

Nossa unidade de análise será constituída pela freguesia de Guarapiranga, na região de transição entre o distrito minerador e a zona da Mata mineira, entre meados do século XIX, através da coleta de dados presentes em inventários/testamentos da região.

Procuramos focar dois grupos singularizados pela dinâmica demográfica, pelas estratégias sucessórias das famílias e pela estrutura legal da sucessão hereditária: as viúvas e as celibatárias. Como nossa

proposta de trabalho se dá ao início dessa iniciação científica procuramos apresentar nesse texto algumas discussões bibliográficas referentes ao nosso tema, a trajetórias de mulheres viúvas e celibatárias, seu acesso e disposição à propriedade de terra e escravos, e qual sua inserção no seio de suas famílias. Analisar as especificidade das trajetórias de mulheres viúvas e celibatárias em Minas Gerais, em fins do período colonial e inícios do Império.

Nossa unidade de análise: A freguesia de Guarapiranga

Nossa unidade de análise é constituída pela freguesia de Guarapiranga, que segundo Waldemar Barbosa (1971:362-363) foi mais intensamente povoada entre os anos de 1753-1756 com inúmeras sesmarias concedidas nestes anos.

Nossos esforços estão sendo direcionados a documentação presente no Fórum da Cidade de Piranga, acervo que para nossos olhos é parte do patrimônio histórico documental de Minas Gerais. O acervo documental sob guarda do Judiciário em Piranga possui um grande valor histórico. A documentação ali depositada consiste em um volume considerável de peças de processos criminais e civis, assim como inventários e testamentos, nossas fontes de interesse, de inícios do século XIX até o presente, temos, aproximadamente, 1600 caixas ou cerca de 200 metros lineares de documentos. Um arrolamento inicial identificou mais de 6.000 autos de inventários, para o século XIX e XX. Esta documentação, em seu conjunto, representa patrimônio cultural de inestimável valor para a memória da região de Guarapiranga, e deve receber urgente tratamento de conservação para que não seja destruído.

Situada na zona da mata mineira e sendo uma região de transição entre o distrito minerador e a zona da Mata mineira, entre meados do século XIX, tendo em vista a significância do dinamismo que Minas Gerais veio alcançar após a queda da economia mineradora.

A região de Guarapiranga corresponde, grosso modo, à bacia do rio Piranga e seus afluentes ao sul de Mariana, com seus limites demarcados pelas Serras da Mantiqueira e do Espinhaço, ao leste e sudeste. A malha fluvial organiza a organização do espaço e os caminhos da expansão das atividades econômicas, como principal meio de transporte e comunicação. Descendo o rio Guarapiranga estabeleceram-se os arraiais de Calambá, Tapera e Barra do Bacalhau, com suas roças e engenhos de aguardente. Rio acima, às margens dos rios Pirapetinga, Bacalhau, Turvo, Embrajaúbas e Xopotó se instalam os pequenos arraiais e capelas de Bacalhau, Pinheiro, Oliveira, Espera, São Caetano do Xopotó, São José do Xopotó, Brás Pires e Dores do Turvo. Quando o arraial se transformou em vila em 1841, seu território contemplava as freguesias de Piranga, Barra do Bacalhau e São José do Xopotó, e os distritos do Pinheiro, Conceição e Dores do Turvo, com a serra servindo de limites com os municípios de Presídio e Pomba. No complexo vai-e-vem das mudanças jurisdicionais, o município é suprimido em 1865 e seus

distritos divididos entre Mariana e as Vilas de Queluz, Ubá e Barbacena, para ser restaurado novamente três anos depois⁵³¹. Em 1870 a vila é elevada à categoria de cidade⁵³².

Em parceria com outros projetos que privilegiam a conservação preventiva do acervo de inventários e testamentos, a digitalização dessa documentação tem nos permitido informações valiosas para nossas análises em execução. Com isso estamos identificando um conjunto de inventários e testamentos de mulheres viúvas e celibatárias na freguesia de Guarapiranga, entre 1830 e 1870, e constituindo uma amostra significativa para a elaboração de um banco de dados, para estabelecermos relações significantes sobre o papel da mulher na sociedade mineira de meados do século XIX.

O papel da mulher na História da Família e nossas contribuições

O debate sobre a condição feminina é em boa parte vinculado às discussões sobre o modelo familiar patriarcal, no campo que se convencionou denominar como História da Família (Lima, 2006). No Brasil foi a partir dos anos de 1970 retomados os estudos sobre família. Ultrapassando seus limites de consanguinidade, abarcando todos os modelos de família em seus aspectos cotidianos, públicos e privados, histórias familiares se iniciam e se encontram (FARIA, 1998: 21-47).

Partindo dos recenseamentos nominativos de fins do século XVIII e inícios do século XIX, os pesquisadores da área de demografia histórica e história social da família tem demonstrado a presença massiva de domicílios chefiados por mulheres, viúvas ou solteiras, com ou sem filhos (Samara) (Paiva). Ao contrário da convergência em torno da família patriarcal extensa, pois, uma multiplicidade de tipos de organização familiar estava presente nessa sociedade. Preocupados com essas questões de caracterizar a estrutura familiar brasileira, vários autores dirigiram críticas a Gilberto Freyre e outros como Antônio Cândido, Caio Prado Junior e Sérgio B. de Holanda, críticas devido à ênfase dada ao domínio da família patriarcal (SAMARA) (PAIVA).

O fenômeno da viuvez é onipresente no passado, e marca o principal momento de crise e reconfiguração das unidades familiares. Em uma sociedade com expectativas de vida relativamente restritas, e casamentos com idade tardia, a presença das viúvas e órfãos é uma constante nas sociedades do antigo regime. As taxas elevadas de óbitos de mulheres ao parto equilibram o número de viúvos e viúvas. Entretanto, parece ter sido uma regra geral o maior número de recasamentos de viúvos do que de viúvas (Fauve-Chamoux, 2010). As estratégias sucessórias das famílias condenavam também um amplo grupo de homens e mulheres a nunca se casarem, seja para limitar os efeitos da divisão da propriedade

⁵³¹ . Coleção das Leis Mineiras, Lei Provincial 1.249, de 17 de novembro de 1865, Lei Provincial 1.537, de 20 de julho de 1868.

⁵³². Coleção das Leis Mineiras, Lei Provincial 1.729, de 5 de outubro de 1870.

camponesa ou senhorial, seja para garantir a presença de cuidados aos pais na velhice (DURÃES, 1992 e 2001).

As estratégias sucessórias das famílias e as peculiaridades do direito sucessório definido pelas *Ordenações Filipinas* também singularizava a condição de viúva e de filha solteira. Ao contrário da tradição anglo-saxã, e de modo semelhante à parte do direito sucessório francês corporificado nos “costumes de Paris” (BRADBURY, 2011), os direitos da viúva e das filhas solteiras eram tratados em pé de igualdade pela tradição jurídica Luso-brasileira. A viúva recebia a “meia”, em preferência a outros parentes do finado, e a filha solteira recebia sua “legítima” em igualdade de condições com os outros herdeiros. Ao menos potencialmente, estas estipulações legais geravam condições para ampla agência e controle da propriedade (e de suas vidas) por parte destas duas categorias, redefinindo as relações de gênero. De todo modo, seja quais fossem os resultados de redistribuição de recursos derivados dos processos sucessórios, viúvas e solteironas encontravam-se numa posição singular em uma sociedade de orientação eminentemente patriarcal. Sem herdeiros forçados, descendentes ou ascendentes, ambas podiam dispor livremente de sua propriedade, particularmente no momento último, na feitura de um testamento.

A unidade do patrimônio se dá “por certos padrões e normas que agruparam os indivíduos socialmente, em função da origem e da posição sócio econômica” (SAMARA, 1989: 87). Pois havia uma preocupação em limitar o matrimônio, com relação a diferença de cor, desigualdade do nascimento e honra a riqueza da família (SAMARA). Sendo então uma estratégia de sobrevivência para a família para “manter seu lugar na hierarquia econômica e social, levada a efeito pela existência de determinadas condições materiais e pela educação familiar” (LEWKOWICZ, 1992: 07) No decorrer desta pesquisa fica explícito o quanto são importantes as relações estabelecidas entre membros de uma mesma família para certa preservação do patrimônio, seja este relacionado a terras e/ou escravos dentre outros bens, além da importância do papel das viúvas na condução da propriedade.

De todo modo, seja quais fossem os resultados de redistribuição de recursos derivados dos processos sucessórios, viúvas e solteironas encontravam-se numa posição singular em uma sociedade de orientação eminentemente patriarcal. Sem herdeiros forçados, descendentes ou ascendentes, ambas podiam dispor livremente de sua propriedade, particularmente no momento último, na feitura de um testamento.

A divisão das incumbências no casamento entre o casal mostra a atração direta da mulher perante a organização da família. A autora Eni Mesquita Samara nos fala que:

Não são raros os exemplos de mulheres que, por ausência do marido ou viuvez, zelaram pelo patrimônio da família, gerindo propriedades e negócios. Outras trabalharam na agricultura e nas pequenas manufaturas domésticas contribuindo para o sustento da casa (SAMARA, 1989: 106).

Autores como Ida Lewkowicz e Horácio Gutiérrez consideram as viúvas figuras comuns em Minas Gerais no século XIX, uma sociedade onde a chefia de domicílio feminino era comum, pois o trabalho

fazia parte da maioria da sociedade, no qual suas condições de viúvas não as levariam a catástrofes financeiras (LEWKOWICZ E GUTIÉRREZ, 2006: 292-296). Apesar de a viuvez ser um estado respeitável pela constituição, fazia com que elas ficassem a mercê de juízes de órfãos que talvez pudessem prejudicá-las. Mas apesar de suas limitações jurídicas, a viuvez tornava as mulheres de alguma maneira, independentes, passando a gerenciar seus bens que foram deixados a ela e a seus filhos menores (LEWKOWICZ, 1998: 259).

Romilda Alves nos apresenta diferentes perfis de mulheres solteiras chefes de domicílios. A autora em seu trabalho compara seus resultados de pesquisas feitas na Vila de Mariana, nos mostrando resultados significantes de números de mulheres solteiras, ricas e pobres, com ou sem filhos nas chefias de suas propriedades (ALVES, 2006: 100-101). Elas que tiveram forte representatividade em áreas urbanas e rurais, recebedora e multiplicadora de bens recebidos em herança, temos que a propriedade de celibatárias foi vista unida a difíceis modos de sobrevivência da mulher. A forte presença de filhos ilegítimos também era fator a se considerar, tanto para solteiras livres ou escravas (ALVES, 2006:103).

Pensamos que nosso trabalho contribui para essa discussão, pois como mostram vários autores do tema, é preciso entender a situação das mulheres em certo contexto, no qual “poder, riqueza e espaço público” era tido de domínio masculino, e por conhecimento de pesquisas que mostram a participação ativa das mulheres em atividades urbanas e no meio rural no período estudado. Elas que apareceram na liderança de famílias, e cuidaram de patrimônios foram representativas nesse período, considerando também que as mulheres participando de atividades cotidianas diversificadas, contribuíram para a dinâmica da sociedade (SAMARA, 2006).

A respeito dos pressupostos anteriores optamos por estudar a mulher, viúva e solteira, na freguesia de Guarapiranga. Procuraremos demonstrar, as diferenças ou semelhanças dentre as mulheres chefes de domicílio, apresentando suas variadas formas de acesso e disposição à propriedade de terra e escravos, e qual sua inserção no seio de suas famílias.

Temos que ficar atentos a relativizações e o cuidado com as generalizações. Fizemos a escolha de uma região importante em Minas Gerais, de um acervo pouco explorado, o do Fórum de Piranga, para fazermos uma possível comparação e contraposição com outros modelos de organização familiar, como no caso da família nuclear patriarcal, mas cabe a nós lembrar que nossas análises serão de uma amostra representativa de casos de mulheres necessariamente Viúvas e Celibatárias, da nossa região escolhida, a freguesia de Guarapiranga.

E poderemos encontrar nossas respostas nesse rico e pouco explorado acervo documental do Fórum de Piranga, nossas fontes de interesse maior os inventários/testamentos. Os inventários post-mortem arrolam detalhadamente bens, objetos e ativos e passivos financeiros, e representam janela para a

realidade da vida material e cotidiana dos homens e mulheres do período colonial e imperial. Do mesmo modo, por representar um balanço da riqueza material legada por um indivíduo ao fim da sua vida produtiva, os inventários podem oferecer uma imagem distorcida da concentração de riqueza de certo indivíduo ou grupo. Embora reais estes problemas possam ser mitigados pelo uso de séries temporais amplas e maciças destes documentos, assim como pela estratificação da amostra por grupos de riqueza. Conjuntos inventariais que permitam reconstruir e apreender processos de mudança social.

Com relação aos argumentos anteriores, temos que a relevância do arquivo documental da cidade de Piranga, poderemos estabelecer e esclarecer na medida possível questões sobre a singularidade da trajetória de viúvas e celibatárias na sociedade escravista de Minas Gerais em meados do século XIX, reafirmando a validade das discussões bibliográficas sobre a condição feminina e os diferentes modelos de organização familiar diferentes do modelo patriarcal presente na obra de Gilberto Freyre e outros autores.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- ALVES, Romilda Oliveira. *Mulheres Solteiras Chefes de Domicílio: Mariana C. 1807-C 1822*. Universidade Federal de Ouro Preto, ICHS, 2006.
- BRADBURY, Bettina. *Wife to Widow: Lives, Laws and Politics in Nineteenth-Century Montreal*. Toronto: UCB Press, 2011.
- CASTRO, H. M. M. *Ao Sul da História: lavradores pobres na crise do trabalho escravo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CASTRO, H. M. M. *Das Cores do Silêncio. os significados da liberdade no sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. 2ªed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- DURÃES, Margarida. No fim, não somos iguais: estratégias familiares na transmissão da propriedade e do estatuto social.” *Boletim de la Asociación de Demografía Histórica*, 10(3):125-141, 1992.
- FAUVE-CHAMOUX, Antoinette. Marriage, Widowhood, and Divorce. In: Kertzer, D. & Barbagli, M. (ed.). *Family Life in Early Modern Times, 1500-1789*. New Haven: Yale University Press, 2001.
- LEWKOWICZ, Ida. *Vida em família: caminhos da igualdade em Minas Gerais (séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: FFLCH/ USP, 1992. Tese de doutoramento.
- LEWKOWICZ, Ida, GUTIÉRREZ, Horacio. Mulheres sós em Minas Gerais: viuvez e sobrevivência nos séculos XVIII e XIX. In: *História, mulher e poder*. Org: SILVA, G. V. da, NADER, M. B. FRANCO, S. P. Vitória: Edufes; PPGHis, 2006.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista Minas Gerais no século XIX*. São Paulo. Ed. Brasiliense, 1988.
- LIMA, Lana L. da Gama. Penitentes e Solicitantes: Gênero, etnia e poder no Brasil colonial. In: *História Mulher e Poder*. Org: NADER, M. B e outros. Vitória: Edufes, 2006.
- MOTTA, Márcia Maria Menendes. *Nas Fronteiras do Poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX*. 2ª Ed. Revisada e ampliada por Márcia M. M. Motta. Niterói, Editora da Universidade Federal Fluminense, 2008.

SAMARA, Eni de M. *As mulheres, o poder e a família*. São Paulo, Século XIX. São Paulo. Ed. Marco Zero, 1989.

BARBOSA, Waldemar. *Dic. Geográfico e Histórico de MG*. Belo Horizonte – Rio de Janeiro: Editora Itatiaia Limitada, 1995, p.362-363.

As “Diretas Já” e a retomada as ruas

Rochelle Gutierrez Bazaga
 Graduanda em História pela UFTM
 CAPES/PET-História
rochelle_gutierrez@hotmail.com

Resumo: O movimento “Diretas Já” foi um momento histórico de grande relevância para a política do Brasil contemporâneo, de abertura política, de participação e mobilização popular e de construção de um “sentimento nacional” que girava em torno das eleições diretas e a votação da Emenda Dante de Oliveira. É nesse momento também que a sociedade civil se mostra em ebulição, como mostram as fundações da CUT e do MST. O movimento iniciou-se em 1983 e ganhou dimensão nacional no início de 1984, fazendo com que a população voltasse as ruas, com a realização de comícios. Assim o objetivo deste trabalho é debater se as mídias tiveram influência na retomada da participação política popular. São usadas fontes bibliográficas, orais e no jornais Folha de São Paulo e o Estado de Minas.

Palavras-chave: diretas, mídia, participação

Resumen: El movimiento “Diretas Ya” fue uno momento histórico de grande relevancia para la política del Brasil contemporâneo, de abertura política, de participación e mobilización popular y de construcción de uno “sentimiento nacional” que se daba em torno de las elecciones directas y la votación de la Enmienda Dante de Oliveira. Es también nesse momento que la sociedad civil se muestra em ebulición, como muestran las fundaciones de la CUT e del MST. El movimiento comenzó em 1983 y gano dimensión nacional al comienzo de 1984, haciendo com que la población regresasse a las calles, con manifestaciones. Así que el objetivo es discutir si los medios de comunicación han influido em la recuperación de la participación política popular. Se utilizan fuentes bibliográficas, oral y los periódicos Folha de São Paulo y el Estado de Minas.

Palabras-llave: diretas, médios de comunicación, participación

1- Introdução

As “Diretas Já” foram um importante movimento político, cultural e social na história do Brasil, que mobilizou e uniu grupos sociais, políticos e culturais em torno da organização de comícios, passeatas, entre outras manifestações.

O movimento político e as manifestações tinham como intuito fim a votação da Emenda Dante de Oliveira, que instituiria as eleições diretas no Brasil e que apesar da grande mobilização popular e política, não obteve êxito no congresso nacional.

Embora este seja um dos maiores movimentos populares dos últimos tempos, importante ressaltar a ausência de literatura no campo historiográfico sobre o tema, tendo as ciências sociais, o jornalismo se debruçado e constituído a literatura existente sobre o tema.

Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é discutir se as mídias, principalmente os jornais Folha de São Paulo e o Estado de Minas tiveram influência na retomada da participação política popular durante as “Diretas Já”, importante salientar que essa retomada se dá em um momento que embora aparentemente seja de abertura, ainda tem grandes tensões entre a sociedade e os militares que estão no poder.

Portanto o estudo tem como fundamento a pesquisa bibliográfica, com a consequente revisão de literatura acerca do tema proposto e a análise das capas dos jornais Folha de São Paulo e o Estado de Minas nos meses de janeiro a abril de 1984.

2- Do Jornal como fonte

Os meios de comunicação em massa e consequentemente os jornais, se tornaram no século XX também órgãos de poder, buscando unificar interesses financeiros, mas também ideológicos, políticos, procurando representar interesses e valores de determinados setores da sociedade.

É importante salientar que no Brasil, há historicamente uma concentração dos meios de comunicação nas mãos de uma pequena elite, que embora existam diferenças e tensões nas linhas editoriais e de conteúdo, o lugar social pelo qual se expressam, e os interesses é semelhante.

Logo, os jornais desempenham um papel informativo, mas também ideológico, pois fazem a representação do real, usando da legitimidade e confiabilidade de repassar os fatos para representar o real de acordo com seus interesses, fazendo com que se tornem “instrumento de manipulação de interesses e de intervenção na vida social” (CAPELATO; PRADO, 1980: 19).

No campo historiográfico a escolha da mídia impressa como fonte de pesquisa não é recente, tendo os trabalhos de José Murilo de Carvalho e Maria Helena Capelato, iniciado o estreitamento de laços entre a pesquisa histórica e os jornais impressos.

Oportuno se faz, considerar que o pesquisador não deve tornar as publicações dos jornais impressos como verdades inquestionáveis, mas sim analisar as tensões, conflitos, a cultura política e contradições desse meio de comunicação, entendendo se há uma linha editorial, quem são os jornalistas que escrevem no jornal e principalmente o envolvimento dos jornais com os acontecimentos políticos.

Por isso, os jornais se tornam fonte privilegiada para a investigação histórica, pois é possível explicitar o papel da imprensa na construção das representações do movimento das “Diretas Já”, além de contribuir para a compreensão dos conflitos, interesses e disputas daquele momento, pois traz uma visão diária dos fatos ocorridos.

A escolha pelos jornais *Folha de São Paulo* e *o Estado de Minas*, se dá por eles serem dois grandes meios de comunicação de grupos diferentes e com visões diferentes sobre o mesmo fato, também por serem jornais de dois Estados brasileiros que tiveram grande participação no movimento das “Diretas Já” e que conseqüentemente foram os Estados que tiveram os candidatos nas eleições de 1985.

A opção pela análise das capas de jornais, permitem que possamos ter um extrato do que está condensado no interior do jornal e também refletem os múltiplos interesses dos jornais, sendo a imprensa um registro privilegiado da História contemporânea.

3- As “Diretas Já”

As diretas foram um momento histórico de grande relevância para a política do Brasil contemporâneo, de abertura política, de participação e mobilização popular e de construção de um “sentimento nacional” que girava em torno das eleições diretas e a votação da Emenda Dante de Oliveira.

Foram realizados diversos comícios pelo Brasil, tendo o comício do Anhangabaú na praça da Sé, realizado em 16 de abril de 1984, reunido 1.500.000 pessoas, se tornando a maior manifestação pública realizada no Brasil até o momento.

A participação de políticos e de artistas reforçaram o sentimento de mudança naquele momento, mesmo o governo de João Baptista Figueiredo tendo tentado ignorar o movimento popular que acontecia naquele momento.

Diante da grande mobilização e pressão dos políticos por uma transição que garantisse o direito pelas eleições diretas, o presidente Figueiredo às vésperas da votação da emenda Dante de Oliveira, submeteu Brasília, a medidas de emergência.

A capital nacional viveu naquele momento em estado de sítio, casos como a não permissão para o ingresso de carros, a sede da OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) ter sido fechada, além de censura na imprensa ilustram esse momento. A cidade de Goiânia e seus arredores também foi alvo das medidas de emergência.

A emenda Dante de Oliveira, foi votada no congresso nacional no dia 25 de abril de 1984, não obtendo êxito por falta do número mínimo de votos para a sua aprovação, tendo sido 298 votos a favor,

65 votos contra e 3 abstenções, no dia da votação não compareceram ao plenário 112 deputados, muitos deles aliados do regime militar.

Importante ressaltar também que é nesse momento que acontecem a fundação da CUT, com o seu primeiro congresso em 1984, a fundação do MST e as greves do ABC reforçando o momento de efervescência política da época.

Embora tenham se passado vinte e oito anos da votação da Emenda Dante de Oliveira, as “Diretas Já” não se constituíram como um movimento que permaneceu na memória dos brasileiros, o que reforça a importância de literatura histórica sobre o tema.

Em 2009, o Instituto de pesquisa Datafolha, realizou uma pesquisa com 3.486 brasileiros, em 180 municípios em que 35% não sabiam o que eram as “Diretas Já” e 39% não souberam responder o que foi o movimento.

Se considerado a faixa etária de 35 a 44 anos, 70% afirmaram já terem ouvido falar, e de 45 a 59 anos, 65% disseram que ouviram falar sobre o movimento das “Diretas Já”, porém se considerarmos as faixas etárias mais novas é possível ver que cai degradantemente os números.

Portanto, é importante reconstituir as “Diretas Já” na memória dos brasileiros, afim de explicar a riqueza dos elementos que constituíram e uniram a sociedade em torno de uma bandeira que conseguia unificar e aglutinar milhares de pessoas em torno de um ideal que por muitos anos foram abafados pela ditadura militar.

4- A retomada da participação popular

A década de 80, foi marcada por greves, concentrações e protestos que demonstraram o crescimento da organização de diversos setores da sociedade, esse fato pode ser comprovado pela fundação da CUT e do MST e as greves do ABC.

Porém no que se refere a retomada da participação popular as “Diretas Já” tiveram uma expressão social que conseguiu unificar a sociedade brasileira em torno de uma bandeira unificada, qual seja, as eleições diretas para presidente da República.

Embora o Brasil já vivesse um momento de abertura política, esses movimentos sociais tiveram um importante papel, por trazer a público fatos e opiniões antes caladas e também para acelerar o processo de fim da ditadura militar, iniciada com a Anistia política em 1979.

Especificamente no que se refere as “Diretas Já”, movimento iniciado em 1983, mas que só ganha forças e consegue arrastar multidões em 1984, a participação de políticos de oposição ao regime militar, a correlação de forças políticas e o engajamento de artistas foram preponderante para que a sociedade

brasileira retomasse o espírito de participação popular e cidadão adormecido nos 21 anos de ditadura militar.

Outro ponto que merece destaque é a crise política deflagrada em 1983, o crescimento do endividamento estatal que fez o Brasil recorrer ao FMI para obter empréstimos, a queda do PIB industrial, a política de arrocho salarial entre outros fatores fizeram com que o discurso do regime militar de desenvolvimento não convencesse a população, e que fez com que diversos setores fossem às ruas, iniciando no mesmo ano uma série de protestos e greves.

Foi nesse cenário que as articulações políticas culminaram no comitê pró-diretas, que resultou na Emenda Dante de Oliveira e no início dos diversos comícios ao redor dos quatro cantos do país.

Nesse sentido, a imprensa teve um papel importante de informação e também de mobilização, embora possa perceber que o engajamento com a campanha das “Diretas Já” se dá no momento em que o movimento já está constituído e ganha as ruas. Além disso os “setores da imprensa e das oposições partidárias também tiveram um papel relevante para a produção e difusão desses discursos que construíram um sentido às mobilizações pelas diretas-já.”(BERTONCELO, 2007: 122)

Nesse mesmo momento, com a participação efetiva dos jornais houve um crescimento na participação da sociedade nos comícios, fato que pode ser constatado pelas manchetes dos jornais, que a cada dia traziam dados de comícios que superavam os anteriores no meses de janeiro a abril de 1984.

Essa participação fez com que se criasse também um sentimento nacional, que envolveu vários estados brasileiros em torno da mesma bandeira, e também mostra que não foram só as grandes cidades que realizaram suas mobilizações, tendo a campanha se espalhado por vários municípios brasileiros, isso se deu pela descentralização do comitê pelas diretas em um comitê nacional e vários comitês pró-diretas espalhados pelo Brasil.

Esses comitês intensificaram a mobilização até a votação da Emenda Dante de Oliveira, e envolveu vários setores da sociedade, tendo grande expressividade o meio artístico..

Em 25 de abril de 1984, foi derrotada no congresso nacional em meio a um estado de sítio a Emenda Dante de Oliveira, mesmo após a derrota da Emenda ainda aconteceram vários comícios, o que demonstra mais uma vez a retomada das ruas e o sentimento nacional criado naquele momento.

Embora as diretas-já tenha sido derrotada no congresso nacional, devemos considerar que o movimento foi um grande ganho para a sociedade brasileira, tendo marcado a história do Brasil.

Nunca antes, tantas pessoas haviam se reunido em praças e ruas para reivindicar um direito, nesse caso o direito de eleger o presidente da República, tendo acontecido a maior manifestação de massa em São Paulo o evento que até hoje mais reuniu pessoas no Brasil. Foram 98 comícios realizados, reunindo-se ao todo 5 milhões de pessoas e fazendo de fato com que houvesse uma retomada a ruas e a participação popular.

5- Conclusão

Diante do exposto, conclui-se que os meios de comunicação e principalmente os jornais Folha de São Paulo e o Estado de Minas, foram grandes instrumentos de informação e mobilização da campanha das “Diretas-já”, além de consolidarem os nomes das grandes lideranças do movimento.

É possível também, perceber a dimensão que as “Diretas Já” tiveram para a concepção de democracia que tivemos hoje, podendo ser considerado um marco nas discussões democráticas no Brasil e também o primeiro momento em que após o golpe militar de 1964, o povo retomou as ruas, imbuído de um sentimento nacional de mudanças e reflexo de um processo de transição que se iniciou em 1974 e ganhou forças em 1979 com a anistia a brasileiros que se encontravam fora do Brasil.

Logo, esse processo nos leva a reflexão de como esse processo se deu, seus protagonistas, as bandeiras discutidas e o que levou ao não êxito da emenda Dante de Oliveira, que nos leva a concluir que não existe uma resposta única, mas vários caminhos que chegam a um denominador comum, onde as diretas são a herança democrática que carregamos até os dias atuais.

Por fim, é possível concluir que as “diretas-já” e os meios de comunicação foram catalisadores de um extrato da realidade brasileira e dos anseios da sociedade naquele momento, não desconsiderando os inúmeros interesses que estavam por trás do movimento, da votação da Emenda Dante de Oliveira e do processo de abertura política que acontecia naquele momento.

6- Referências bibliográficas

BERTONCELO, Edison. **A campanha das Diretas e a democratização.**São Paulo: Associação Editorial Humanitas, Fapesp, 2007.

CAPELATO, Maria Helena Rolim; PRADO, Maria Lígia Coelho. **O bravo matutino. Imprensa e ideologia: o jornal O Estado de S. Paulo.** São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

KOTSCHO, Ricardo. **Explode um novo Brasil. Diário da campanha das Diretas.**São Paulo: Brasiliense, 1984.

LEONELLI, Domingos e OLIVEIRA, Dante. **Diretas-já: 15 meses que abalaram a ditadura.**Rio de Janeiro: Record, 2004.

Perseu: história, memória e política/Centro Sérgio Buarque de Holanda – vol. 1, n.1 (2007) – 304pp.-São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2007.

REMOND, René. **Por uma história política.**2.Ed- Rio de Janeiro. Editora Fundação Getúlio Vargas, 2003.

RODRIGUES, Alberto Tosi. **Diretas já – O grito preso na garganta.**1º Ed – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

RODRIGUES, Marly. **A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças.**São Paulo: Editora Ática. 1992.

WEFFORT, Francisco. 1984. *Por que democracia?* São Paulo: Brasiliense.

O progresso em Viçosa-MG (1890-1845), que “modernidade” é essa?

Rômulo N. Marcolino

Graduado em História pela UFV

Agência financiadora: CNPq

romulonm@yahoo.com.br

Resumo: Em finais do século XIX e início do século XX, nota-se no Brasil uma série de transformações que vão do campo político, econômico, ao sócio-cultural. Novas sociabilidades, representações, estão sendo forjadas em nome da ideologia “modernizante”. Dentre as várias características daquilo que tem se chamado de “moderno” está a preocupação com a ordem, a higiene, associados ainda a ideia de progresso, um progresso não apenas material, mas também moral. Sendo assim, o nosso trabalho objetiva analisar como os ideais civilizatórios europeus repercutiram em Viçosa, cidade localizada no interior das Minas Gerais, na região da Mata, no final do século XIX até a primeira metade do século XX. Partimos da suposição que essa cidade também passou por um processo de modernização, mas de que modo? Como as representações de civilidade foram sendo construídas nas imagens da cidade e nos discursos sobre esta, notoriamente nas intervenções urbanas, onde o *saber* de engenheiros e médico são convidados a agirem sobre os espaços físico e a participarem cada vez mais do universo político local.

Palavras-chave: Viçosa, Modernidade, Progresso.

Abstract: In the late nineteenth and early twentieth century, there is in Brazil a number of changes ranging from the political, economic, the socio-cultural. New sociability, representations, are being forged in the name of ideology "modernizing". Among the various features of what has been called "modern" is the concern with order, cleanliness, still associated with the idea of progress, a progress not only material but also moral. Thus, our work aims to analyze how the ideals echoed in Viçosa European civilization, a city located in the interior of Minas Gerais, in the Forest, in the late nineteenth century until the first half of the twentieth century. We estimate that this city has also undergone a process of modernization, but how? As representations of civility were built on images of the city and the discourse on this, notably in urban interventions, where knowledge of engineers and doctors are asked to act on the physical spaces and to participate more in local political universe.

Keywords: Viçosa, Modernity, Progress.

Introdução

Em finais do século XIX e início do século XX, nota-se no Brasil uma série de transformações que vão do campo político, econômico, ao sócio-cultural. Novas sociabilidades, representações, estão sendo forjadas em nome da ideologia “modernizante”. Dentre as várias características daquilo que tem se

chamado de “moderno” está a preocupação com a ordem, a higiene, associados ainda a ideia de progresso, um progresso não apenas material, mas também moral.

Ao constatar que várias capitais brasileiras e outras cidades passaram por reformas em seus centros urbanos, fomos verificar por meio de indícios como isso repercutiu na Viçosa, considerando que a cidade se localizava na Zona da Mata mineira, região que naquele momento juntamente com o Sul de Minas se tornam o principal eixo econômico, demográfico e político do estado. O desenvolvimento da lavoura cafeeira é apontada como o principal fator dessa ascensão, a respeito do café, o Presidente da estado de Minas Gerais demonstra como os produtores dessas regiões deveriam incorporar as novas técnica de manejo e máquinas, seguindo os preceitos da “agronomia moderna” a fim de garantir a produtividade das lavouras tendo como referência a “*Sciencia*”:

As zonas da Matta e do Sul de Minas, que se desentranham hoje nas mais variadas produções, têm sabido guardar fidelidade á lavoura cafeeira, que as enriqueceu, e conservarão, sem duvida, a posição alcançada á custa de longos annos de indefesso labor, si adoptarem resolutamente os modernos processos de cultura. Alguns fazendeiro, convencidos de que a sciencia fornece recursos para restituir á terra a primitiva fecundidade, já abandonaram o velho hábito de só plantar café em terras cobertas de florestas virgens para esse fim derrubadas a machado e a fogo. Outros já comprehenderam o partido a tirar dos cafesaes existentes por meio da poda e da adubaçãpo, capazes de operar verdadeiros milagres rejuvenescimento das plantações antigas. Cumpre ao governo ajudar a lavoura a remodelar os methods até aqui seguidos, diffundindo o uso de machinas e adubos e o ensino dos preceitos da agronomia moderna.⁵³³

Viçosa está localizada na região da Zona da Mata Mineira, elevada à condição de cidade no ano de 1876, região habitada tradicionalmente por índios Puris, sua colonização está ligada a atividade mineradora, porém duas hipóteses foram levantadas, a primeira hipótese é que com o declínio da mineração no final do século XVIII, iniciou-se a prática agrícola, como meio de sobrevivência, ampliando-se gradualmente para um dos principais elementos dinamizadores da economia mineira.

A segunda também aponta a mineração como ponto fulcral, elencando que as pessoas que vieram para essa região tinham *a priori* intencionalidade de explorar a agricultura, visualizando boas possibilidades de negócio, num primeiro momento abastecendo as regiões mineradoras de Minas Gerais, depois comercializando principalmente com a região Centro-Sul do país, destaque para o Rio de Janeiro, capital do Império.

Mas é nas primeiras décadas do século XX que o pequeno município ganha destaque no cenário nacional, paralelamente com a ascensão política de Arthur Bernardes. Após formar-se na [Faculdade Livre de Direito](#), iniciou sua carreira política como [vereador](#) e presidente da [Câmara Municipal](#) de Viçosa

⁵³³ Arthur Bernardes. Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Arthur da Silva Bernardes, ao congresso mineiro, em sua 1ª sessão ordinária da 8ª legislatura do ano de 1919. *Relatório de Presidente de Província*. Data: 15 de junho de 1919 p- 69-70 disponível em: <http://brazil.crl.edu>

em 1906. Foi deputado federal (de 1909 a 1910) e Secretário de Finanças de [Minas Gerais](#) em 1910. Foi eleito para um novo mandato de [deputado federal](#) (1915 a 1917). Tornou-se o líder principal do [Partido Republicano Mineiro](#), tirando o controle do PRM dos políticos do [Sul de Minas Gerais](#), deslocando o centro da política mineira para a [Zona da Mata](#), entre os anos de 1918 e 1922 foi presidente do estado de [Minas Gerais](#), assumindo na sequência a presidência do [Brasil](#) no ano de 1922 até 1926.

Nessa pesquisa estamos procurando analisar como os ideais civilizatórios europeus repercutiram em Viçosa, cidade localizada no interior das Minas Gerais, na região da Mata, no final do século XIX até a primeira metade do século XX. Verificando como as representações de civilidade foram sendo construídas nas imagens da cidade e nos discursos sobre esta, notoriamente nas intervenções urbanas.

É nosso objetivo observar as especificidades de nosso objeto em relação aos processos de urbanização àqueles dos grandes centros, para compreender como a cidade de Viçosa procurou se inserir na “modernidade” estamos analisando fotografias, jornais e os códigos de posturas municipais, um de 1894 e outro de 1934.

Sobre o urbanismo

Nos últimos anos houve uma considerável expansão nos campos de investigação historiográfica, ampliou-se a concepção de documento, o que permitiu aumentar o leque de fontes documentais sob análise do historiador, que atingindo indelevelmente as linhas de pesquisa e sua produção, promoveu também uma renovação temática. Nossa investigação se insere neste contexto de ampliação, pois os estudos que tomam a cidade e o urbano por objeto, considerando seus diversos aspectos e possibilidades, constituem-se como importante campo temático da pesquisa histórica, sendo atualmente um campo consolidado e em expansão no conjunto dos estudos historiográficos.

Como atenta Maria Stella Bresciani, destacada pesquisadora dos estudos sobre história e cidade:

As cidades são antes de tudo uma experiência visual. Traçado de ruas, essas vias de circulação ladeadas de construções, os vazios das praças cercadas por igrejas edifícios públicos, o movimento de pessoas e a agitação das atividades concentradas num mesmo espaço. E mais, um lugar saturado de significações acumuladas através do tempo, uma produção social sempre referida a alguma de suas formas de inserção topográfica ou particularmente arquitetônicas. (...).(BRESCIANI, 2003: 237)

Entre 1830 e 1850 a urbanística moderna dá seus primeiros passos, empenhada a solucionar os defeitos da cidade industrial. Técnicos e higienistas vão esforçar para diagnosticar e eliminar alguns dos males desta sociedade, tais como escassez de esgotos, água potável e a propagação de epidemias. De acordo com Lucia Lippi de Oliveira é somente no início do século XX que a ciência das cidades, o urbanismo encontra sua configuração “completa”. Nos anos 1840 ainda em formulação ela aparece

como *Ideia Sanitária* e em seu postulado a preocupação em sanear o corpo e igualmente atuar sobre a moralidade do trabalhador ou (homem pobre).

É cada vez maior a preocupação com a salubridade dos espaços públicos por parte da ciência na Europa no decorrer do século XVIII. A teoria dos miasmas que consideravam por vezes o ar e água portadores de emanções fétidas e pútridas compunha o campo de descobertas do saber médico. Assim os cemitérios, matadouros, as moradias da população pobre, os hospitais passaram a serem considerados locais perigosos, oferecendo riscos de contaminação aos cidadãos. Com o avanço e aperfeiçoamento da técnica no século XIX a teoria dos miasmas é abandonada devido às descobertas de Pasteur, substituindo-a pela teoria dos micróbios. Desse modo os cientistas passam a aceitar a ideia de contágio por germes infecciosos e a refutar a crença na contaminação pela inalação do ar contaminado.

Luiz Laerte Soares (2002, p.19) citando Janot, afirma que, partindo do pressuposto que na medicina as cirurgias têm como objetivo principal o tratamento de doenças humanas, poderíamos dizer, por analogia, que as cirurgias urbanas são intervenções realizadas nas cidades, geralmente, com o objetivo de tratar supostas anomalias existentes no tecido urbano. Sendo assim grande parte das cirurgias urbanas realizadas nas grandes metrópoles objetivavam adequar as cidade ou partes delas a padrões urbanísticos coerentes com as respectivas ordens sociais, econômicas e políticas vigente à época das intervenções. Outro saber que se destacou na formulação da ciência da cidade foi o do engenheiro, reivindicando o saber fazer/ produzir um ambiente desejado por meio do domínio da técnica. Colocando-se como um saber racional, objetivo, matematizado e neutro, capacitado para intervir, obtendo deste modo ao lado do saber médico o reconhecimento como autoridade para além dos interesses pessoais.

A segunda metade do século XIX foi um período marcado por rápidas e intensas transformações que partindo da Europa, espalharam-se por boa parte do mundo. Mudanças em todas as esferas da experiência social provocavam modificações e afetavam, em graus e formas variadas, diversas áreas da vida humana. Época marcada pela crença de que o progresso material permitiria “equacionar tecnicamente todos os problemas da humanidade (FOLLIS, 2004:15). Acompanhar o fluxo do progresso nesse momento significava adequar-se aos padrões da cultura e ao ritmo da economia européia, assim como aproximar-se das formas de modernidade ditadas pelos países da Europa Ocidental.

Dessa forma, atentos ao progresso científico-tecnológico e de olhos na Europa, a elite brasileira acalentava o desejo de ver e fazer o Brasil despertar do que consideravam como “morrinha colonial” e aperceber-se da “visão civilizadora de pátrias adiantadas e progressistas” (EDMUNDO, 1953: 53) Os discursos proferidos e o movimento de mudança evidenciavam questões colocadas pela emergência do mundo moderno, desejo de romper com o passado e a vontade de ingressar em um mundo civilizado. Propagava-se um discurso cuja apologia do “novo” enunciava um projeto sustentado pelo trinômio: modernizar, civilizar e progredir.

O “Novo” Brasil

A partir da segunda metade do século XIX, percebem-se no Brasil preocupações semelhantes com a salubridade da urbe e com o aumento populacional da cidade do Rio de Janeiro. A então, capital da República, exercia a função de centro político-administrativo, e econômico-cultural, ao lado das imagens positivas da cidade, reforçava-se a imagem de uma cidade doente, tendo em vista que o aumento populacional contribuiu para agravar o desemprego, a fome, a criminalidade, a multiplicação dos cortiços e a profusão de doenças.

Urbanizar e conferir um aspecto moderno, regular o presente e prever as demandas futuras. Tal foi a intenção dos vários planos de intervenção nas cidades. Traçado de ruas, abertura de novos bairros, zoneamento, adoção de técnicas construtivas atualizadas, estilos adequados para expressar visualmente a “modernidade” (FREITAS, 1999. p-255). O Rio de Janeiro se tornou referência para outras capitais e cidades brasileiras, no que diz respeito às intervenções urbanísticas, pretendeu-se com as reformas nas principais cidades brasileiras aproximar economicamente e socialmente o Brasil dos países industrializados, símbolos do progresso e modernização. Sanear, limpar, embelezar que estavam no cerne do comportamento político-administrativo europeu e simbolizavam a civilização moderna, passam a ser imitados no Brasil.

Para Jorge Caldeira (1997: 243) a inserção de técnicos nos quadros administrativos do país, concorrendo com aqueles cargos que até então eram ocupados conforme posicionamento político foi aumentando tal qual a crença de que os saberes técnicos poderiam solucionar os problemas do país:

Uma das principais consequências da instauração da República foi proporcionar aos técnicos acesso ao poder. No império, os cargos de mando eram reservados aos que faziam carreira política. Era um grupo fechado e treinado para tomar decisões. Porém, desde o fim da guerra do Paraguai começou a aumentar o número de pessoas com formação técnica que, embora com ideias sobre a direção do país, não tinham como praticá-las. Militares, engenheiros e médicos eram os setores mais representativos desse grupo (...). A crença no saber técnico como um instrumento melhor para o desenvolvimento do país do que a formação política era o que garantia suas posições. O discurso republicano se constrói em oposição às outras propostas políticas, apresentando-se como a única posição verdadeira, legítima, porque alicerçada no conhecimento da realidade, e, portanto, a única capaz de reorganizar o social (...). O lema positivista “saber para prever, prever para prover” parece resumir as pretensões teóricas e práticas do liberal da República. (MORAES, 2006: 140-141)

O presidente de Minas Gerais, demonstrou sua preocupação com o ensino técnico que começava a dar seus primeiros passos, de forma bastante improvisada no relatório de 1919. Artur Bernardes reconhece a necessidade da especialização conforme o meio, as escolas técnicas das áreas agrícolas e áreas industriais deveriam ter programas diferenciados:

Em alguns grupos escolares tem sido ensaiado com proveito o ensino técnico rudimentar. Nos grupos que não dispõem de professor técnico, o ensino de trabalhos manuais é ministrado pelas próprias professoras. É este um assumpto que precisa ser encarado com a maior atenção, mas que não póde ter uma solução uniforme, como não a póde ter a questão dos programas. É necessário adaptar as escolas ás necessidades do meio. Em grande numero de localidades é força que o ensino derive para as cousas agrícolas, porque a maioria dos alumnos terá na agricultura a sua profissão; já nos meios industriaes, convirá se ensinem os rudimentos capazes de auxiliar a formação do futuro operario (BERNARDES, 1919: 36)

Entre 1930 e 1950 com a inauguração do “Estado Novo”, coincidindo com a crise do liberalismo, a presença do Estado em todos os âmbitos da sociedade se faz mais marcante, e conforme Leme, os projetos urbanísticos deste período apresentaram um aspecto de totalidade, propondo articulação entre os bairros e centro por meio de vias e de transportes. O governo passa a regular a questão da moradia, a relação entre inquilinos e locadores, e a produzir a moradia do trabalhador, por meio de autarquias estatais. Essas cirurgias urbanas procuraram não apenas romper com as antigas estruturas físicas das cidades, criou-se uma contraposição visual e simbólica à ordem vigente anterior, elas possuem um devir moral, de “regenerar” os cidadãos, de modificar seus hábitos e comportamentos, de produzir um homem novo, novas sociabilidades, de formar o *bom trabalhador* e o *bom cidadão*.

Progresso material e moral: a reta

Há uma escassez de estudos em relação aos processos de urbanização de cidades do interior do Brasil, neste trabalho incipiente estamos procurando entender as especificidades do nosso objeto, como ocorre a leitura e apropriação das transformações urbanas que estão ocorrendo nos grandes centros urbanos do país e no estrangeiro, porém neste trabalho optamos por analisar a construção da ordem, através crença no progresso técnico, econômico, social e moral, buscando inserir a sociedade Viçosense na modernidade. A noção de modernidade/modernização estabelece relação com uma outra concepção, a de progresso. A idéia de progresso sustenta-se, sobretudo, no impacto do desenvolvimento material sobre a vida das pessoas. Existiu, durante o século XIX, uma apologia do progresso, e dos benefícios advindos dele, para os indivíduos e a sociedade de uma forma geral.

Conforme Nestor Goulart Reis, entre 1903 e 1914 quase todos os pequenos núcleos urbanos no Brasil que pudessem contar com capitais para essa finalidade tinham concluído programas de melhoria e reforma urbana, com obras de saneamento, canais de drenagem, serviços de abastecimento de água e coleta de esgotos, arborização das ruas e quase sempre a abertura de uma avenida, ainda que sem movimento um movimento de veículos que pudesse justificá-la. (MOTA, 2000: 105)

Gostaríamos de chamar a atenção para um símbolo importante para a constituição de um imaginário da República no Brasil, a criação da nova bandeira nacional, que embora faça referências a elementos da tradição imperial, tem uma forte influência positivista, com o lema “Ordem e Progresso” sendo a ordem o meio para se chegar ao progresso como final ideal.

O discurso republicano se constrói em oposição às outras propostas políticas, apresentando-se como a única posição verdadeira, legítima, porque alicerçada no conhecimento da realidade, e, portanto, a única capaz de reorganizar o social (...). O lema positivista “saber para prever, prever para prover” parece resumir as pretensões teóricas e práticas do liberal da República.⁵³⁴ (MORAES, 2006: 140-141)

As posturas municipais contêm uma série de disposições que regulamentam a vida dos munícipes, incumbindo-os assim como a administração municipal de deveres, sob o risco de multa e prisão. Elabora-se como salienta Araújo (2008: 235) a constituição de uma legislação que buscava agir sobre a esfera pública e atingia indelevelmente o domínio do privado. Os dispositivo desta legislação sugere a tentativa de criação de um “padrão básico” de ordem urbana. A postura municipal de 1894 está dividida da seguinte maneira: uma primeira que diz respeito à ao poder deliberativo e do agente executivo, mas aqui nos interessa a *Secção Primeira, capítulo I Segurança e Moralidade Publica*, que engloba os artigos nº 84-91, o capítulo classifica as ações que possam ofender a moralidade, tais como pichações, gestos e palavras obscenas, as apresentações *thetraes*, o trajar e gargalhadas das mulheres de vida airada, os gritos e vozerias em ruas e praças fora dos dias festivos, os vadios por habito. Estes comportamentos ofensores ao decoro público, ao pudor e a moral, estavam condenados em nome da boa moralidade, dos valores civilizadores eurocêtricos.

*Artigo 88. Defecar ou urinar em lugar publico. Pena 5\$000 de multa.*⁵³⁵

O capítulo II *Da Segurança Individual*, faz recomendações sobre embriagues, buraco nas ruas, animais soltos ou amarrados em locais que impeçam o trânsito, dançar baile, batuque, cateretê que incomode os vizinhos, vender orações, relíquias atribuindo-lhes virtudes de milagres. Observamos a condenação de alguns hábitos da tradição africana:

Art 94

§1. *Fingir-se inspirado por potencias sobrenatures, atribuindo-se curador de moléstias por meio de benzeções e feitico: além da multa, 8 dias de prisão*⁵³⁶.

O capítulo III *Das praças, ruas e embelezamenro das mesmas*; o capítulo II *Limpeza das praças e ruas*, nos artigos que compõem estes capítulos encontra-se a regulação das novas ruas e praças que se abrirem, proibi-se construções com janelas ou fresta que devassem o interior da propriedade visinha, a dimensão das calçadas, privilegia-se a concessão de terrenos para construções no sentido centro-extremidade as casas deverão ser caiadas, mas o principal aqui é preocupação com o alinhamento, com a reta, com o fluxo do trânsito:

Artigo 110. As ruas que de novo se abrirem terão 9 metros de largura e seguirão tanto quanto possivel a direcção recta e serão niveladas; as praças terão pelo menos 1600 metros quadrados.⁵³⁷

⁵³⁴ MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006. p-140 e 141

⁵³⁵ *Código de Posturas Municipais, ano 1894*. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores, Viçosa, MG.

⁵³⁶ *Idem*

⁵³⁷ *Idem*

Em relação a limpeza das praças e ruas é clara a preocupação em dar sobretudo ao centro um aspecto de saneado, embelezado, limpo. Proibindo atividades que possam corromper o ar atmosférico, aqui talvez ainda predomine a teoria dos miasmas. As águas paradas também representam um risco à saúde pública:

Artigo 153. São proibidos no centro da cidade e povoações o córte de gado, cortumes, fabricas, de sabão ou outras quaesquer manufacturas que possam corromper o ar athmosphérico, prejudicando a saúde publica – multa 30\$000.

Artigo 156. São proibidos os depositos de lixo no centro da cidade e povoações, nos pateos ou quintaes com offensa á saúde publica, multa de 30\$000, e obrigação de removel-os.

Artigo 160. É prohibido nas ruas, praças e becos, sob pena de multa de 10\$000:

§1. Fazer estrumeiros.

§2. Lançar immundicies, ainda que sejam por encanamentos que venhão ter a estes logares.

§4. Atirar fezes, ourinas ou aguas servidas⁵³⁸

Notamos que não há um limite claro entre os espaços público e o privado, o governo municipal delibera medidas que interferem nos dois âmbitos, a tentativa de controle dos hábitos e comportamentos se dá pela vigilância e coerção. Conforme Araújo (2008: 235) a preocupação com a ordem, a ocupação adequada do espaço urbano, a moral e os bons costumes implicariam um constrangimento dos indivíduos, de seus corpos e da relação estabelecida entre as pessoas e a cidade em que se vivia.

O Código de Posturas municipais de 1934 é mais detalhado, e dispõe sobre vários aspectos que interferem na coletividade sob o individuo estimulando um autocontrole, no trato da Higiene é dedicado o Título III *Da policia de Higiene e Saúde*, está subdividido em IV capítulos, na seguinte ordem, *Disposições Gerais; Da higiene das vias públicas; Da higiene das habitações; Da higiene da Alimentação*, totalizando 52 artigos.⁵³⁹ Percebe-se que uma presença maior do Estado regulando os espaços públicos e as sociabilidades. Assim notamos como as ruas da cidade vão sofrendo intervenções do poder público, sempre preocupados com o alinhamento e a largura das ruas e avenidas, com o fluir do transito, com o embelezamento das praças, em dar principalmente a região central do município um aspecto de salubridade. E a preocupação em afastar do centro os mortos, há um discurso cientificista que justifica a remodelação do espaço, inferindo sobre um espaço até então de domínio da Igreja. Seguindo MASSARÃO citado por (LAERTE, 2002: 24):

⁵³⁸ *Idem*

⁵³⁹ *Código de Posturas Municipais, ano 1934*. Arquivo da Câmara Municipal de Vereadores, Viçosa, MG.

Os mortos passaram a ser uma ameaça à saúde; a putrefação e a corrupção dos corpos tornaram os mortos insuportáveis para os vivos, apartar o mundo dos vivos do mundo dos mortos tornou-se uma atitude cada vez mais recorrente, e o morto passou a ser considerado um caso patológico.

A preocupação não se dá apenas em relação aos espaços físicos, com a sanidade dos espaços públicos, há um discurso moralizador muito grande por parte de médico e engenheiro, buscando regenerar a sociedade declarando uma batalha contra os vícios e a promiscuidade, como poder notar na fala do inspetor de higiene do município, o Dr. M.Barreto, no ano de 1938, intitulada *Alcoolismo, Degenerescencia e Criminalidade*.

O alcool, seja qual fôr a sua origem e procedencia, é sempre um toxico dos mais nocivos e perniciosos para a responsividade pessoal e coletiva das nacionalidades.

Com a profunda infiltração de um agente tão disgenico, o alcool da cachaça ou da do champagne, das abrideiras aperitivas e dos bródios solenissimoks, cujo espirito é o exclusivo da desordem e da anarquia na vida celular e social das personalidades, roubando-lhes “ o carater, dissolvendo a consciencia e a substancia mesma de cada um,” vae procreando toda a mais sortida variedade de sofrimentos e penares, sob formas variadas, outrosim semeando a decadencia das estirpes brasileiras e das vergontees patrimoniais do ruralismo nacional.

Entre alcoolistas, Legrain refere 42,20% de alcoolatras natos; 60,90% de degenerados atipicos: 17,90% de epilepticos e 13,90% loucos morais. (...)No Instituto Raul Soares, em Minas Gerais, durante o ano de 1929, a percentagem de 90% de entradas foi determinada por por perturbações mentais consequentes ao Alcoolismo.

Eis aí ‘brilhantes e eloquentissimos’ resultados das pagodeiras e das farras com as suas libações habituais e com os seus alegretes, piléques e porres episodicos.

“Clama. Clama. Ne cesses...” porque a maior parte da degenerescencia humana provem dos falsos prazeres do Alcoolismo.⁵⁴⁰

Conforme SILVA (2009: 218) O advento da modernidade trouxe, dentre outras coisas, um modo de



Figura 2 Trem presidencial, no dia da Inauguração da Escola – 28.08.1926. Fonte: Arquivo Central e Histórico da UFV.

pensar técnico e racionalizado e uma forma de comportamento e de ação social marcados por uma lógica instrumentalizada, a qual passou a reger o modo ocidental de organização social. As ações passaram a ser dotadas de sentidos, caracterizadas por meios e fins que organizavam as formas de interação com o mundo com base

na experiência de um imaginário compartilhado imagetivamente.



Figura 3 Vista Geral do Jardim de Viçosa, tirada em 1916. Disponível em: <http://www.opassadocompassadodevica.blogspot.com> Acesso: 07/09/2011

⁵⁴⁰ Gazeta de Viçosa: Da inspeção de higiene do município. 1938. 19. 35. Viçosa, 07 de Abril de 1938

Em fotografias que representam a cidade de Viçosa na primeira metade do século XX, podemos observar a tentativa consciente ou inconsciente do fotógrafo em focalizar imagens que remetam a ideia de progresso, de limpeza, de ordem. Notamos como as cirurgias urbanas na região central, evoca um ideal de modernidade, praças e jardins amplos e arborizados. A reta da Avenida P.H, que leva à UREMG, atual Universidade Federal de Viçosa tem um efeito simbólico marcante, ela leva até o espaço “produtor” do saber científico, contribuindo para o progresso moral, econômico, cultural da sociedade brasileira.

Considerações finais

Portanto as primeiras conclusões que chegamos, é a de que os discurso presentes não só na legislação, e nas obras públicas, assim como nas imagens fotográficas, e também nos jornais impressos, procuraram construir a imagem de uma cidade interiorana moderna, que acompanha o ponteiro do relógio dos grandes centros urbanos, no quesito saneamento, embelezamento, ordem. Estes discursos remetem ao campo simbólico de modernidade, de civilidade, de padrões de comportamento eurocêntrico, mas já conseguimos observar que em algumas obras, embora apareça a ideia de modernização e progresso na fala do poder público, a intervenção é por vezes orientada pelo jogo político local, a exemplo a mudança de nomes de ruas e praças, a destruição de símbolos que remetam a memória de adversários, os patrimônios materiais.



Foto: Prédio Principal – 1935. *Tonymello Produções Fotográficas*.

Se na noção de “melhoramentos” ou melhor nas justificativas para tais, os discursos remetem à preocupação de que as cidades necessitavam renovar suas feições a fim de se mostrarem modernas, progressistas e civilizadas, começamos a perceber indícios de que os melhoramentos são também uma tentativa de transformar as memórias em relação aos grupos políticos dominantes. Novas memórias são forjadas por grupos que alternam no poder, buscando demarcar seus espaços também na geografia da cidade.

Um grupo social ao tomar posse de um território transforma-o à sua imagem. Por outro lado, ao mesmo tempo que o espaço ratifica relações sociais, os grupos nele instalados são pressionados pela própria materialidade que criou e que acabam obedecendo. A memória da cidade se constituiria, desta maneira, de relações dialéticas complexas entre os grupos sociais e o espaço que ocupam. O espaço manteria dupla relação com a memória. Por um lado, a memória apóia-se em imagens espaciais e por meio da forma, os grupos sociais definem seu quadro espacial, preenchendo-o de lembranças e, por outro lado, constitui-se também uma ilusão de reencontrar o passado no presente.

Referências bibliográficas

- BRESCIANNI, Stella Maria. História e Historiografia das Cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar. *Historiografia Brasileira em Perspectiva*, 2003.
- BRESCIANNI, Stella. Melhoramentos entre intervenções e projetos estéticos: São Paulo (1850-1950). In: BRESCIANNI, Stella (Org.). *Imagens da Cidade*. São Paulo: FAPESP; Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2000.
- CALDEIRA, Jorge. (i. et al. i.). *Viagem pela História do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- FOLLIS, Fransérgio. Modernização urbana na Belle Époque paulista. São Editora da Unesp, 2004.
- LEPETIT, Bernard. *Por uma história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro. São Paulo: Editora da Usp, 2001.
- MORAES, Carmen Sylvia Vidigal. *O ideário republicano e a educação: uma contribuição à história das instituições*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2006.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. "Urbanização e modernidade. Entre o passado e o futuro (1808-1945)". Em MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Viagem incompleta*, São Paulo, Senac, 2000, 2º vol.
- SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In SEVCENKO, Nicolau. (Org.). *A História da Vida Privada no Brasil*, v.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
-